



**Emília Maria  
Rocha de Oliveira**

***As epistulae* de Cícero: um olhar sobre a família**

dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Literatura, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor João Manuel Nunes Torrão, Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Apoio financeiro da FCT, no âmbito do  
Programa PRAXIS XXI, integrado no  
Quadro Comunitário de Apoio II.



*ego uero te quam primum, mea uita, cupio uidere et in tuo complexu emori...*

*Cic., Fam. 14.14.1*

Ao meu marido, Rui,

aos meus pais, Conceição e Fernando, e ao meu irmão, Miguel



## **o júri**

Presidente	Doutor Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira, Professor Catedrático da Universidade de Aveiro
Vogais	Doutora Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa Doutor João Manuel Nunes Torrão, Professor Catedrático da Universidade de Aveiro (Orientador) Doutora Virgínia da Conceição Soares Pereira, Professora Associada do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho Doutor Carlos de Miguel Mora, Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro Doutora Maria Fernanda de Amaro Matos Brasete, Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro Doutor António Manuel Lopes Andrade, Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro



Esta dissertação muito deve ao contributo prestado por diversas pessoas e instituições, a quem quero manifestar publicamente a minha gratidão. As primeiras e mais expressivas palavras de agradecimento cumpre-me dirigi-las ao Prof. Doutor João Manuel Nunes Torrão. Ao meu mestre e orientador, que em boa hora me sugeriu o tema deste trabalho, devo a confiança que desde logo em mim depositou, a disponibilidade e o rigor com que sempre acolheu e esclareceu as minhas dúvidas e a amizade com que me tem motivado e distinguido.

Uma palavra de reconhecimento vai também para os meus colegas e amigos do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, sobretudo para aqueles que mais de perto me acompanharam: Otília Martins, Eugénia Pereira, Paulo Pereira, António Manuel Ferreira e, em especial, os meus colegas da Área de Estudos Clássicos — Fernanda Brasete, António Andrade, António Gonçalves, Carlos de Miguel Mora e Carlos Morais. A este, em particular, quero expressar um sentido obrigado pelo interesse e inestimável apoio com que sempre me incentivou.

Determinantes foram ainda o contributo e os apoios concedidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia; pelo Conselho Directivo do Departamento de Línguas e Culturas e pelo Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, que me proporcionaram indispensáveis meios técnicos e providenciaram a obtenção de bibliografia; pelos diligentes Serviços de Empréstimo Interbibliotecário da Biblioteca da Universidade de Aveiro; pelo Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nas pessoas dos Profs. Doutores Maria Cristina Pimentel e Arnaldo do Espírito Santo; e pelo Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

As últimas palavras de agradecimento reservo-as para a minha família: aos meus pais, que desde o início acompanharam este processo e que nunca desistiram de me apoiar e incentivar com o seu carinho; ao meu irmão, pelas palavras de estímulo com que sempre me encorajou; ao Rui, que generosa e pacientemente compreendeu e aceitou a minha menor disponibilidade dos últimos tempos, pelo seu incondicional apoio.





## palavras-chave

Cícero, *epistulae*, epistolografia, família romana, República romana, sociedade romana

## resumo

Esta dissertação tem como objectivo primeiro o estudo da família de Cícero à luz da informação veiculada pela extensa colecção de cartas (*epistulae*) que o autor escreveu (e recebeu) em meados do século I a.C..

Divide-se o trabalho em três partes: I. A família romana; II. A família em Cícero; III. A família de Cícero.

Porque a definição e caracterização da família romana tem suscitado acesas discussões, na primeira parte, faz a autora uma síntese das teorias que mais recentemente têm surgido nesta matéria. Focam-se essencialmente quatro aspectos, abordados em capítulos distintos: no primeiro, os termos utilizados pelos Romanos para referir 'família' — *familia* e *domus* — e os diferentes significados que, dependendo do contexto, podiam assumir; no segundo, a elasticidade estrutural que caracterizava a instituição familiar romana e suas implicações na definição da mesma como um organismo aberto e dinâmico; no terceiro, os mecanismos de constituição e reestruturação da família romana, inerentes implicações legais e sua aplicação na prática quotidiana; no quarto, os elementos que podiam integrar a comunidade familiar romana, suas funções e tipos de relacionamento que, com mais ou menos simetria, mantinham entre si.

A segunda parte, estruturada em capítulo único, concentra-se no estudo do conceito ciceroniano de 'família'. Partindo de alguns passos de tratados filosóficos e da correspondência do autor, reflecte-se sobre a importância que, para o autor, assumia a instituição familiar no seio da sociedade romana, os termos por ele utilizados para a referir, os elementos que, na sua perspectiva, dela podiam fazer parte, a estrutura da comunidade familiar em que se inseria o epistológrafo e o papel fundamental que ela assumia na sua vida.

Dedica-se a última parte da dissertação ao estudo da família de Cícero. Com base no texto das *epistulae* — sendo que nelas se encontram inscritos os principais acontecimentos que fizeram a história desta família — analisa-se o modo como o epistológrafo interagiu com cada um dos restantes membros da família. Capítulos distintos contemplam o seu relacionamento com as esposas, a filha, o genro, o filho, o irmão e o sobrinho, e o seu liberto preferido.

A partir desta análise, conclui a autora da representatividade da família de Cícero enquanto família da elite política romana de finais da República.

Da dissertação constam ainda uma introdução e uma conclusão, a bibliografia, dividida entre edições e comentários e estudos, bem como os índices geral e de nomes e lugares.



## keywords

Cicero, *epistulae*, epistolography, Roman family, Roman republic, Roman society.

## abstract

This dissertation seeks to study Cicero's family in light of the information provided by the wide letter-collection (*epistulae*) written (as well as received) by the author around I B.C.

This study is divided into three parts: I. The Roman family; II. Family in Cicero's works; III. Cicero's family.

Since the definition and characterization of the Roman family has sparked academic debate, in the first section we have supplied an overview of the most recent theoretical approaches concerning this matter. We have mainly focused on four aspects, each being dealt with in distinct chapters: firstly, we have sought to analyse the terms employed by Romans to refer to 'family? – *familia* and *domus* – and the variable meanings that, according to context, they could convey; in the second chapter, we have accounted for the structural flexibility that defined the Roman family institution, hence turning it into an open and dynamic organism; in the third chapter, we have dealt with the mechanisms involved in the constitution and restructuring of the Roman family, their inherent legal implications and their application in daily practice; in the fourth, we have focused on the elements that could be incorporated within the Roman family community, their respective functions and the types of more or less symmetrical relationships they kept among them.

The second section, which comprises a single chapter, deals with the Ciceronian concept of family. Through close analysis of some excerpts selected from the author's philosophical treatises and letters, we discuss the relevance he assigned to the family institution within the Roman society, the terms he used to refer to it, the elements that, according to his viewpoint, could be incorporated into it, the structure of the family community the epistolographer was part of, and the crucial role it played in his life.

The last section of the dissertation is primarily concerned with the study of Cicero's family. Having selected the *epistulae* – for in them one finds the record of the key events pertaining to this family's story – we have sought to recreate the way the epistolographer interacted with each one of the family members. Separate chapters are devoted to describing his relationship with his wives, his daughter, his brother-in-law, his son, his brother and his nephew, as well as with his favourite freedman.

This in-depth analysis has allowed some conclusions to be drawn, as to the representative status of Cicero's family when viewed as a Roman political elite family, living around the final years of the Republic.

This dissertation further includes an introduction, a conclusion, and an extensive bibliography (organized into text editions, commentaries and studies), as well as a general index, a name index and a place index.



## Mots-clé

Cicéron, *epistulae*, épistolographie, famille romaine, République romaine, société romaine.

## résumé

Ce travail a pour objectif central l'étude de la famille de Cicéron, à la lumière de l'information véhiculée par un vaste ensemble de lettres (*epistulae*) que l'auteur a écrites (et reçues), vers le milieu du I<sup>er</sup> siècle av. J.-C..

Nous l'avons divisé en trois parties: I. La famille Romaine ; II. La famille chez Cicéron ; III. La famille de Cicéron.

Etant donné que la définition et la caractérisation de la famille romaine ont suscité, depuis toujours, de vives discussions, nous avons procédé, dans la première partie, à une synthèse des théories plus récentes, parues dans ce domaine. Cette partie traite essentiellement quatre aspects, chacun correspondant à un chapitre distinct: dans le premier, les termes employés par les Romains pour désigner la famille – *familia e domus* – et les différents sens qu'ils pouvaient prendre selon le contexte; dans le deuxième, l'élasticité structurelle qui caractérisait l'institution familiale romaine et ses implications dans la définition de celle-ci en tant qu'organisme ouvert et dynamique; dans le troisième, les mécanismes de constitution et restructuration de la famille romaine, les implications légales inhérentes et leur application dans la pratique quotidienne; dans le quatrième, les éléments qui pouvaient intégrer la communauté familiale romaine, leurs fonctions et les types de rapports qu'ils entretenaient entre eux, avec plus ou moins de symétrie.

La deuxième partie, structurée en un seul chapitre, se concentre sur l'étude du concept cicéronien de 'famille'. Partant de quelques extraits de traités philosophiques et de la correspondance de l'auteur, notre réflexion porte sur l'importance que prend, selon l'auteur, l'institution familiale au sein de la société romaine, les termes qu'il utilise pour la désigner, les éléments qui, selon lui, pouvaient en faire partie, la structure de la communauté familiale dans laquelle s'insérait l'épistolier et le rôle fondamental qu'elle occupait dans sa vie.

La dernière partie de cette thèse est consacrée à l'étude de la famille de Cicéron. Partant du texte des *epistulae* – et sachant que les principaux événements de l'histoire de cette famille y sont clairement inscrits –, nous analysons l'interaction de l'épistolier avec chacun des autres membres de la famille. Des chapitres distincts traitent ses rapports avec ses épouses, sa fille, son beau-fils, son fils, son frère et son neveu, ainsi qu'avec son affranchi préféré.

Au terme de notre analyse, nous sommes à même d'affirmer la représentativité de la famille de Cicéron en tant que famille de l'élite politique romaine, à la fin de la République.

Notre travail comprend encore une introduction et une conclusion, la bibliographie, divisée en éditions, commentaires et études, ainsi que les index: général, de noms et de lieux.



## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	17
<b>PRIMEIRA PARTE — A FAMÍLIA ROMANA.....</b>	<b>49</b>
CAPÍTULO PRIMEIRO — Conceito romano de família: <i>familia e domus</i> .....	51
CAPÍTULO SEGUNDO — Estrutura da família romana.....	67
CAPÍTULO TERCEIRO — Constituição e reestruturação da família romana: implicações legais e prática quotidiana.....	87
CAPÍTULO QUARTO — Membros da família romana: funções e tipos de interacção....	121
<b>SEGUNDA PARTE — A FAMÍLIA EM CÍCERO.....</b>	<b>137</b>
CAPÍTULO ÚNICO — Família em Cícero: âmbito do conceito.....	139
<b>TERCEIRA PARTE — A FAMÍLIA DE CÍCERO.....</b>	<b>173</b>
CAPÍTULO PRIMEIRO — As esposas: Terência e Publília.....	175
CAPÍTULO SEGUNDO — A filha: Túlia.....	229
CAPÍTULO TERCEIRO — O genro: Dolabela.....	337
CAPÍTULO QUARTO — O filho: Marco Cícero.....	379
CAPÍTULO QUINTO — O irmão e o sobrinho: <i>Quinti Cicerones</i> .....	417
CAPÍTULO SEXTO — O liberto: Tirão.....	481
CONCLUSÕES.....	513
BIBLIOGRAFIA.....	523
A. Edições e comentários.....	525
B. Estudos.....	529
<i>INDEX NOMINVM ET LOCORVM</i> .....	547





## INTRODUÇÃO

O trabalho que nos propomos apresentar toma por fonte a extensa coleção de cartas escritas (e recebidas) por Cícero em meados do século I a.C.<sup>1</sup>; como indica o título da dissertação, procuraremos fazer uma descrição da família do epistológrafo, à luz da informação veiculada pela sua correspondência.

Do vastíssimo e complexo conjunto de missivas escritas por Cícero, chegaram até nós apenas cerca de novecentas<sup>2</sup>, que se dividem em duas grandes colectâneas, as *Epistulae ad Atticum* e as *Epistulae ad Familiares*, e em duas bastante mais pequenas, as *Epistulae ad Quintum* e as *Epistulae ad M. Brutum*<sup>3</sup>. Este número considerável de cartas está longe de corresponder à totalidade das que foram escritas ou recebidas pelo autor<sup>4</sup>. Muitas foram destruídas, outras negligenciadas pelos primeiros editores, enfim, parte das recolhas publicadas na Antiguidade não se conservou<sup>5</sup>. Com excepção de algumas cartas

---

<sup>1</sup> Todas as datas que venham a ser referidas de ora em diante deverão ser entendidas como anteriores à era de Cristo (a.C.), salvo indicação em contrário.

<sup>2</sup> Entre estas, contam-se cerca de setenta que não foram escritas por Cícero, mas por correspondentes seus. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 1, 9.

<sup>3</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 1, 9. Vide ainda HUTCHINSON (1998) 3, onde o autor chama a atenção para a extensão da correspondência ciceroniana e refere o conjunto das diferentes colecções que a compõem: “The corpus of correspondence, excluding fragments, occupies 1,431 pages in Shackleton Bailey’s Teubner edition (1987-8). It is a little over half as long as the body of extant speeches, almost twice the length of the genuine works on rhetoric, and near the length of the philosophical works (c.83 per cent). It is thus a very sizeable part of Cicero’s huge surviving oeuvre. (...) There are two main collections, which are roughly equal in length (despite modern publisher’s divisions): Cicero’s letters to his special friend Atticus (688 Teubner pages), and letters to and from various friends (607 pages). There are also ninety pages of Cicero’s letters to his brother Quintus, and forty-seven pages of letters to and from Brutus (nine of them possibly spurious).”

<sup>4</sup> A riqueza da produção epistolar ciceroniana encontra-se largamente justificada pelo hábito, confessado pelo próprio autor, de escrever *litterae cottidianae* (cf. *Att.* 7.9.1; 8.14.1; leia-se ainda 9.16.1). No entanto, a correspondência inclui também cartas escritas por alguns correspondentes de Cícero. Cf. HUTCHINSON (1998) 3: “The *Ad Atticum* contains, besides Cicero’s letters, only a few letters from other hands, transmitted by Cicero to Atticus. (We have no letter from Atticus.) The *Ad Quintum Fratrem* contains only letters from Cicero; letters from Cicero form the bulk even of the *Ad Familiares* and the *Ad Brutum*. None the less, letters from others occupy something like 142 pages of the correspondence (...).”

<sup>5</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 1, 9.

mais antigas, a maioria foi escrita ao longo dos últimos cerca de vinte anos da sua vida, ou seja, entre meados da década de 60 e meados da década de 40 do século I<sup>6</sup>.

Do testemunho de Cornélio Nepos, amigo e autor de uma biografia de Ático, sabe-se que este terá preservado em onze *uolumina* as cartas que Cícero lhe escreveu entre o ano do seu consulado (63) e o final da vida, e que contemporâneos seus terão tido o privilégio de as lerem<sup>7</sup>. Não se sabe exactamente o que terá acontecido a estas cartas posteriormente à sua morte. Sabemos que não foram compiladas da mesma forma; na recolha que chegou até nós, elas encontram-se distribuídas por dezasseis volumes. Julga-se que a sua publicação não terá sido imediata, mas não existem certezas quanto à data precisa em que os dezasseis volumes terão sido publicados. A maioria dos autores defende que a publicação terá ocorrido em meados do século I d.C.<sup>8</sup>. Cugusi, todavia, considera que a mesma terá acontecido mais cedo, logo após a morte de Cícero, mas ainda em vida de Ático<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Cf. HUTCHINSON (1998) 3: “The letters nearly all date from Cicero’s consulship in 63, and so present only the second half of Cicero’s career. By contrast, over half the extant corpus of speeches was originally delivered in 63 or before.”

<sup>7</sup> Nep., *Att.* 16.2-3: *eum [i.e. Atticum] praecipue dilexit Cicero, ut ne frater quidem ei Quintus carior fuerit aut familiarior. Ei rei sunt indicio praeter eos libros, in quibus de eo facit mentionem, qui in uulgis sunt editi, undecim uolumina epistularum, ab consulatu eius usque ad extremum tempus ad Atticum missarum: quae qui legat, non multum desideret historiam contextam eorum temporum.*

<sup>8</sup> Cf. e. g. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 1, 2; TYRREL-PURSER (1901-1933) v. 1, 62-64. L.-A. Constans, embora referindo a dificuldade que existe em datar com precisão a publicação deste epistolário, aponta para o período compreendido entre o anos 57 e 66 d.C.: “Il est difficile de préciser la date à laquelle les 16 livres *ad Atticum* furent publiés: certainement avant l’an 66 de notre ère, car, dans une lettre à Lucilius écrite environ cette année-là, Sénèque cite, avec référence à *Ciceronis epistularum ad Atticum liber I*, un passage de *Att.*, I, 16, 5 (...). On a essayé de fixer un *terminus post quem*, en observant qu’Asconius, qui a publié son Commentaire des discours de Cicéron entre 54 et 57 après J.-C., n’avait pas connu la Correspondance de Cicéron, car il ne l’utilise pas: en particulier, il n’utilise pas *Att.*, I, 2, 1 (...) à propos de la prétendue défense de Catilina par Cicéron lors du procès qui lui fut intenté en 65; mais cette argumentation est fragile.” Para o autor, frágeis são igualmente os argumentos avançados por outros estudiosos para provar que a publicação das cartas a Ático terá ocorrido mais cedo (cf. *Les Belles Lettres*, v. 1, 10-11).

<sup>9</sup> Como refere CUGUSI (1983) 168 sqq., para aqueles autores (Shackleton Bailey e Tyrrel-Purser), “l’argomento di partenza è costituito dal silenzio di Asconio Pediano sulle lettere.” O estudioso italiano recorda, todavia, que já TEUFFEL-KROLL (1916<sup>6</sup>) v. 1, 430 haviam considerado inverosímil que uma obra de tamanha importância tivesse permanecido ignota por um século. O autor recorda ainda que CARCOPINO (1947) v. 1, 30-65 formulara a tese de que os epistolários teriam sido publicados antes da batalha de Áccio (31 d.C.), por vontade de Octaviano, e por intervenção de Ático, Marco Cícero filho e Tirão; Octaviano teria sugerido a publicação com o objectivo de divulgar a mequinhez privada (e política) do republicano e, desse modo, diminuir a imagem de um dos maiores defensores da *libertas rei publicae*, afirmando, ao mesmo tempo, uma nova ordem das coisas. Como afirma CUGUSI (1983) 169, “questa ultima parte dell’argomentazione è caduca, perché non dimostrata e (...) non dimostrabile.” Na opinião do italiano, alguns dos pontos de partida de Carcopino são, no entanto, correctos, e terão levado os estudiosos a reexaminar os testemunhos antigos (cf. e. g. CANFORA (1972) 115-129). Cugusi faz também uma análise criteriosa desses testemunhos. Começa por recordar que o próprio Cícero costumava divulgar pontualmente uma ou outra carta (cf. *Att.* 8.9.1: *Epistulam meam quod peruulgatam scribis esse non fero moleste, quin etiam ipse multis dedi describendam*; *Att.* 4.6.4, em que Cícero sugere a Ático que peça a Luceio uma cópia

A maioria das cartas *ad Atticum*, tal como se apresenta nos manuscritos, obedece a uma sequência cronológica, mas as incongruências encontradas sugerem que algumas das que Ático, por razões diversas, não havia incluído nos onze *uolumina* terão sido encontradas, após a sua morte, entre os seus bens pessoais e incorporadas posteriormente, para, em conjunto com as primeiras, perfazerem os dezasseis volumes actualmente existentes<sup>10</sup>. Por outro lado, o conteúdo das cartas reunidas nos dezasseis volumes não corresponderá exactamente ao dos onze volumes iniciais; de facto, se tomarmos à letra o testemunho de Cornélio Nepos de que a recolha primitiva abarcava o período compreendido entre o consulado de Cícero e a sua morte, e verificarmos que as onze primeiras cartas do Livro I *ad Atticum* são anteriores ao consulado, e, por outro lado, que a correspondência, tal como a conhecemos hoje, se fica por meados de Novembro de 44, tendo Cícero morrido apenas em Dezembro de 43, imediatamente perceberemos não existir uma correspondência exacta entre o período de tempo abarcado por uma e outra

---

da carta que havia endereçado ao próprio Luceio (a carta *Fam.* 5.12) pedindo-lhe que escrevesse um relato dos seus feitos: *Epistulam Luceio quam misi, quas meas res ut scribat rogo, fac ut ab eo sumas (ualde bella est)...*). Refere ainda que emerge de alguns passos ciceronianos a ideia de que o Arpinate tinha a intenção de divulgar não apenas cartas isoladas, mas de organizar e publicar recolhas das suas missivas (cf. *Att.* 16.5.5: *Mearum epistularum nulla est συλλογή, sed habet Tiro instar septuaginta, et quidem sunt a te quaedam sumendae. Eas ego oportet perspicam, corrigam; tum denique edentur*) e que pretendia servir-se do trabalho de Tirão, na reelaboração e correcção do texto das cartas (cf. *Fam.* 16.17.1, em que Cícero discute com o liberto a correcção que este havia feito a um passo de uma das suas cartas). Ora, segundo o mesmo estudioso, ainda que a publicação dessas cartas não tenha ocorrido em vida de Cícero, a ideia, pelo menos, fora lançada: “Attico era a conoscenza del desiderio dell’amico, sapeva che Tirone era in possesso di una silloge di lettere scelte da Cicerone stesso e che l’amico aveva avuto in animo di ampliare quella silloge con lettere di cui proprio Attico possedeva copia (...)” (cf. *Att.* 16.5.5, cit. supra). A estes factos, Cugusi aduz outro: remetendo para a leitura do passo supracitado de Cornélio Nepos (*Att.* 16, em que o autor afirma que Ático terá preservado em onze *uolumina* as cartas que Cícero lhe escreveu entre o ano do seu consulado (63) e o final da vida) e, ao mesmo tempo, atendendo ao facto de que o amigo de Cícero se encontrava vivo quando o biógrafo publicou a primeira edição da sua vida (cf. *Nep., Att.* 19: *hactenus Attico uiuo edita a nobis sunt*), o estudioso refere que, já em vida de Ático, existiam XI *uolumina* prontos a serem publicados. Conclui, por isso, deste modo, nas pp. 170 sq.: “Accordando tutti questi luoghi l’uno con l’altro pare si possa concludere che le lettere ciceroniane *ad Atticum* furono raccolte dallo stesso Attico per ornare la memoria dell’amico. Naturalmente per ornare una personalià così in vista non poteva non essere indispensabile l’assenso di Ottaviano, tanto più che con il passar del tempo i papporti tra Cicerone ed Ottaviano s’erano guastati, mentre quelli tra Attico e Ottaviano erano ottimi (...). Ottaviano avrà accondisceso al desiderio di Attico purché si eliminassero lettere ostili nei confronti di lui, Ottaviano (...)” Prova de que a publicação do epistolário *ad Atticum* terá ocorrido pouco depois da morte de Cícero é o facto de Séneca o ter usado como obra de referência (cf. *Ep.* 97.4); na opinião do estudioso, Séneca só o poderia ter feito se a obra, fosse, à época, difusamente conhecida: “un elemento, che potrebbe far comunque retrodatare la pubblicazione dell’epistolario in questione, è forse dato dalla considerazione che Seneca non avrebbe potuto usarlo, come fa, come termine di riferimento e di confronto, se la conoscenza non ne fosse stata ormai già diffusa — e dunque risalente a ben prima dell’età neroniana.” Cugusi refere também outras alusões ao epistolário *ad Atticum* anteriores às de Séneca *minor*, mas, ao mesmo tempo, reconhece não serem seguras (cf. p. 171).

<sup>10</sup> Como explica SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 1, 69-73. O problema da ordenação cronológica do conjunto da epistolografia ciceroniana decorre de dois factores: por um lado, o facto de os organizadores dos diversos *corpora* terem operado independentemente uns dos outros; por outro, o de muitas cartas não apresentarem data. Cf. CUGUSI (1983) 166.

compilações. Se, no entanto, tomarmos como meramente aproximativos os termos utilizados por Nepos, depressa compreenderemos não existirem, afinal, diferenças essenciais no que toca ao conteúdo<sup>11</sup>.

Não quis a história que chegassem até nós as inúmeras cartas escritas por Ático a Cícero<sup>12</sup>, embora este as tivesse conservado, como testemunha o passo de uma carta dirigida ao amigo, a 18 de Março de 49: *Nam cum ad hunc locum uenisset, euolui uolumen epistularum tuarum, quod ego <sub> signo habeo seruoque diligentissime*.<sup>13</sup> Estas cartas, quiçá, não terão parecido dignas de serem publicadas; ou, então, é possível que Ático tenha tomado as devidas diligências no sentido de impedir a sua divulgação, temendo que ela pudesse comprometer a tranquilidade que tanto desejava e devassar a sua privacidade<sup>14</sup>.

É a Tirão, secretário pessoal e amigo íntimo do epistológrafo, que se deve a publicação, em volumes separados, das cartas que Cícero escreveu a outros correspondentes que não Ático<sup>15</sup>. Ainda em vida do patrono, o liberto terá iniciado a preparação de uma edição dessa correspondência. Sabe-se que guardava religiosamente cópia das cartas que Cícero dirigia *ad Familiares*<sup>16</sup> e que, baseado nos nomes dos diferentes destinatários, se encarregava de as reunir em diferentes *uolumina*<sup>17</sup>. Originalmente, esta colectânea de cartas escritas aos amigos e familiares não era conhecida como *Epistulae ad Familiares*<sup>18</sup>. Na verdade, os manuscritos e algumas citações de autores

---

<sup>11</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 1, 11.

<sup>12</sup> Alguns estudiosos, tomando como ponto de referência as cartas de Cícero, tentaram reconstituir a correspondência de Ático. Cf. CONSOLI (1913) e SPRINGER (1927), ambos citados em *Les Belles Lettres*, v. 1, 12.

<sup>13</sup> *Att.* 9.10.4. Cf. CUGUSI (1983) 139.

<sup>14</sup> *Les Belles Lettres*, v. 1, 12.

<sup>15</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 1, 12-13; HUTCHINSON (1998) 4, nota 4; SHACKLETON BAILEY (2001) v. 1, 2.

<sup>16</sup> Cf. *Att.* 13.6.3, de 3 de Junho (?) de 45: *Quod epistulam meam ad Brutum poscis, non habeo eius exemplum; sed tamen saluum est, et ait Tiro te habere oportere...* Ainda em vida de Cícero, Tirão reuniu um conjunto de pelo menos setenta cartas do *patronus* (cf. *supra*, p. 19, nota 9, *Att.* 16.5.5).

<sup>17</sup> Cf. *Fam.* 16.17.1, de Julho (?) de 46, dirigida ao próprio Tirão: *Video quid agas: tuas quoque epistulas uis referri in uolumina*. Segundo alguns autores, este passo não esclarece suficientemente se Tirão tinha a intenção de organizar uma colectânea das suas próprias cartas ou se pretendia inserir as suas cartas no conjunto das *epistulae* ciceronianas. Cf. CUGUSI (1983) 172. Segundo este autor, sinal evidente da intervenção de Tirão na divulgação das cartas *ad Familiares* parece ser o facto de as *epistulae* do Livro XVI — com excepção da número 16, que toma, todavia, por objecto, o próprio Tirão — serem todas endereçadas ao liberto. Este poderá ter sido coadjuvado nesta tarefa pelo filho de Cícero. Cf. *loc. cit.*

<sup>18</sup> Segundo SHACKLETON BAILEY, este título não deverá ser anterior à época renascentista. Cf. (2001) v. 1, 2. A respeito desta questão, afirma L.-A. Constans (*Les Belles Lettres*, v. 1, 15): “Le *Mediceus* ne donne pas de titre au recueil; d’après les autres mss., le titre serait *M. Tulli Ciceronis epistolae* ou *Epistolae Ciceronis*. Le titre *Epistolae familiares* a été donné au recueil par les premiers éditeurs de la Renaissance;

antigos revelam que cada um dos dezasseis *libri* que compõem a colecção correspondia a um *uolumen* de cartas escritas a (por) esta ou aquela personagem<sup>19</sup>, o que levou alguns estudiosos a acreditarem na existência, numa fase mais antiga, de uma organização diferente<sup>20</sup>. Alguns volumes são inteira ou maioritariamente compostos por cartas para ou de um único correspondente. O Livro I, por exemplo, é dedicado a Lêntulo Espínter, o III a Ápio Cláudio Pulcro, o VIII a Célio, o XIV a Terência ou a Terência e aos filhos e o XVI a Tirão. O Livro XIII é composto apenas por cartas de recomendação e os volumes X-XII por missivas cuja temática se encontra relacionada com o confronto entre Cícero e Marco António, nos anos 44 e 43<sup>21</sup>. Após a morte de Cícero, o liberto, que viveu mais de cem anos, terá dado continuidade à tarefa iniciada. A publicação terá ocorrido no tempo de Augusto e a primeira citação de uma carta *ad Familiares* encontra-se em Séneca maior, contemporâneo de Tibério<sup>22</sup>. A colectânea reporta-se aos anos 62-43.

---

la dénomination *Epistolae ad familiares* apparaît pour la première fois dans l'édition de Robert Estienne de 1526."

<sup>19</sup> L.-A. Constans (*Les Belles Lettres*, v. 1, 13, nota 1) chama a atenção para o facto de o manuscrito *Mediceus* não designar os diferentes volumes pelos números, mas de os distinguir uns dos outros com indicações do tipo desta, entre os Livros I e II: *Marci Tulli Ciceronis epistolarum ad Publiu(m) Lentulum explicit, incipit eiusdem ad consulem Curionem feliciter*; ou desta, entre os Livros II e III: *Marcus Tullius Cicero epistolarum ad Curionem consulem et caeteros explicit, incipit ad App. Claudium feliciter*; etc.. O mesmo autor remete ainda para as citações de autores antigos, como Gel. 12.13.21, onde, citando a carta *Fam.* 4.4, se afirma: *In libro M. Tullii epistularum ad Seruium Sulpicium*; ou como Gel. 1.22.19, que, ao citar a carta *Fam.* 10.33, afirma: *in libro epistularum M. Ciceronis ad L. Plancum et in epistula M. Asini Pollionis*; ou ainda como Non. p. 83, 25 Lindsay, que cita a carta *Fam.* 9.20.3 por: *Cicero ad Varronem epistola Paeti*.

<sup>20</sup> Leia-se e. g. CUGUSI (1983) 160, onde se afirma: "Evidentemente, dato che reca un 'titolo' specifico, ognuno dei libri di questa raccolta in un primo momento faceva corpo a sé, ed era paragonabile come mole a qualcuna delle raccolte singole che non ci sono pervenute; in un secondo momento si unirono parecchi libri — 16, forse per analogia con l'epistolario *ad Atticum* — in una raccolta complessiva. Quando esattamente ciò si sia verificato (certo comunque dopo che fu attivo Nonio) e perché siano stati scelti proprio quei 16 libri, non altri, non saprei dire."

<sup>21</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (2001) v. 1, 2. Nas pp. 21-34, surgem elencados os nomes e alguns dados biográficos dos *familiares* a quem Cícero escreveu as cartas que compõem a colectânea. Nas pp. 2-3, afirma o mesmo autor: "The 'friends' are a motley group. Some of them, like Trebatius Testa, Caelius, and Papirius Paetus, really were familiars, to whom Cicero could write as informally, though not as intimately, as to Atticus or to his brother. With powerful aristocrats like Cato, Lentulus Spinther, and Appius Claudius he was on no such easy footing, so that his letters to them are in as elaborated a style as his published works." Sobre a forma como se encontram estruturados estes dezasseis volumes de cartas *ad Familiares*, vide CUGUSI (1983) 159 sq..

<sup>22</sup> Cf. Sen., *Suas.* 1.5, em que se faz uma citação de *Fam.* 15.19.4: *Eleganter in C. Cassi epistula quadam ad M. Ciceronem missa positum: multum iocatur de stultitia Cn. Pompei adulescentis, qui in Hispania contraxit exercitum et ad Mundam acie uictus est; deinde ait: 'nos quidem illum deridemus, sed timeo ne ille nos gladio ἀντιμυκτηρίῳ. Tito lívio (cf. *Per.* 115: Caesar quattuor triumphos duxit, ex Gallia ex Aegypto, ex Ponto ex Africa, epulum et omnis generis spectacula dedit. M. Marcello consulari senatu rogante reditum concessit. Quo beneficio eius Marcellus frui non potuit, a Cn. Magio cliente suo Athenis occisus. Recensum egit, quo censa sunt ciuium capita <cl>. Profectusque in Hispaniam aduersus Cn. Pompeium, multis utrimque expeditionibus factis et aliquot urbibus expugnatis summam uictoriam cum magno discrimine ad Mundam urbem consecutus est. \* \* \* Pompeius Sex. effugit.)* ter-se-á baseado no relato da morte de M. Marcelo feito por Sêrvio Sulpício a Cícero em *Fam.* 4.12. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 1, 13. Quintiliano

Tirão deverá ser o autor de outras colectâneas de cartas — dedicadas a outros correspondentes individuais, como César, Pompeio e Octaviano — que terão existido na Antiguidade, mas que não chegaram até aos nossos dias, bem como das que ainda hoje se conservam, dedicadas a Quinto Cícero e a Marco Bruto<sup>23</sup>.

Chegaram até nós três *libri* de cartas *ad Quintum fratrem*, transmitidos pelos mesmos manuscritos que nos deram a conhecer as cartas a Ático<sup>24</sup>. A primeira carta da colecção dedicada a Quinto data de finais de 60 ou início de 59 e está longe de ser uma carta comum. Antes parece um tratado, embora destinado a circular a um nível mais privado, já que encerra conselhos a um governador, neste caso, Quinto Cícero, então procônsul da Ásia. A segunda carta é de cariz genuinamente privado e pertence ao mesmo período. As duas cartas seguintes são do tempo do exílio e as restantes dezanove inscrevem-se no período que vai do final de 57 a Novembro de 54.

Os manuscritos que nos deram a conhecer as cartas a Quinto são os mesmos que conservaram a correspondência trocada entre Cícero e M. Bruto. Além de quatro (ou cinco, segundo Shackleton Bailey) cartas de recomendação que integram o Livro XIII *ad Familiares*, resta apenas o que corresponde a um Livro e parte de outro, vinte e seis cartas no total, incluindo duas apócrifas<sup>25</sup>. Estas missivas inscrevem-se no período que vai de Março ou Abril até Julho de 43. Em 1528, Cratander, baseado num manuscrito que entretanto se perdeu, editou as primeiras cinco, que corresponderiam ao Livro II da colectânea *ad M. Brutum*<sup>26</sup>. Nónio (século III ou IV d.C.), todavia, conhecia a existência de pelo menos nove volumes<sup>27</sup>.

---

também cita o passo *Fam.* 3.8.3 em *Inst.* 8.3.35: *et ad Appium Pulchrum: 'te, hominem non solum sapientem uerum etiam, ut nunc loquimur, urbanum.'* Cf. CUGUSI (1983) 172 sq.. A respeito da data de publicação, vide também SHACKLETON BAILEY (2001) v. 1, 2, onde se pode ler: “Evidence suggests that they were arranged and published separately or in groups during the Augustan period by a single editor, who was in all probability Cicero’s faithful secretary, Tiro.” Cugusi afirma que a publicação das cartas *ad Familiares* poderá ter ocorrido pouco tempo depois da morte de Cícero, sob direcção de Tirão: “La raccolta potrebbe essere stata allestita, poco dopo la morte di Cicerone, da quel Tirone, che aveva già avviato una silloge di epistole del *patronus* ancora in vita (*Att.* 16.5.5 *cit.*) e che aveva intenzione di curare una raccolta di sue proprie lettere (o di inserire sue lettere tra quelle ciceroniane?), come si legge in *Fam.* 16.17.1.” O mesmo estudioso admite ainda a hipótese de os Livros X, XI e XII terem sido publicados antes do ano 32, mas, ao mesmo tempo, diz também não existirem elementos suficientes que possam confirmar a hipótese aventada por outros de que alguns dos volumes da colectânea *ad Familiares* teriam sido publicados ainda em vida de Cícero. Seguro é que Sêneca *maior* e Quintiliano (cf. *supra*) citaram passos das cartas. Cf. CUGUSI (1983) 172.

<sup>23</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (2001) v.1, 2.

<sup>24</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 1, 13; SHACKLETON BAILEY (2002) 5.

<sup>25</sup> SHACKLETON BAILEY (2002) 204. Cf. CUGUSI (1983) 160, onde se afirma que nos terá chegado apenas o IX dos vários livros que compunham a colectânea.

<sup>26</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (2002) 204 sq..

<sup>27</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 1, 13 sq..

No século XVIII, a questão da autenticidade das cartas de Cícero a Bruto suscitou acesas discussões, que se perpetuaram durante alguns anos. Actualmente, a questão parece estar definitivamente resolvida. Com excepção das cartas 1.16 e 1.17 — que Shackleton Bailey considera espúrias —, não existem dúvidas quanto à autoria das missivas *ad M. Brutum*<sup>28</sup>.

As citações do lexicógrafo Nónio revelam ainda a existência de nove livros de cartas a Hircio, três a Pansa, dois ou três a Octávio<sup>29</sup>, dois a Q. Áxio, dois a Marco, filho de Cícero, e, eventualmente, quatro a Pompeio<sup>30</sup>; segundo Macróbio<sup>31</sup>, existiam ainda dois volumes de cartas a Cornélio Nepos, e, de acordo com o testemunho de Prisciano<sup>32</sup>, pelo menos dois livros de cartas a Licínio Calvo<sup>33</sup>.

Os Romanos que faziam parte da elite política, económica e cultural escreviam frequentemente cartas. Escrevê-las era uma necessidade, para alguns, até, um prazer. Um Romano bem relacionado, como Cícero, mantinha ligações com outras regiões do norte e sul da Itália e com as províncias. Passava muito tempo afastado da cidade, nas suas *uillae*, e os afazeres de natureza pública ou privada obrigavam-no a estar fora durante longos períodos de tempo. Não existia imprensa, pelo que a única forma de se manter informado era escrever e receber cartas. Estar a par das últimas notícias era algo indispensável a um governador de província que, no cumprimento do dever público, se via

<sup>28</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 1, 13, nota 1; SHACKLETON BAILEY, (2002) 204 sq.; SHACKLETON BAILEY (1980) 10-14.

Quanto à data de publicação, são apontadas diferentes hipóteses, justificadas com base nos mesmos argumentos em que assentam as diferentes teses relativas à data da publicação das cartas *ad Atticum*. Como afirma CUGUSI (1983) 171 sq., “quanto s’è detto per l’epistolario *ad Atticum* vale anche per le raccolte *ad Q. fratrem* e *ad Brutum*, che con quello hanno parecchi punti di contatto nella tradizione manoscritta. Per l’epistolario *ad Brutum*, in particolare, si può affermare come cosa certa che esso fosse noto a Quintiliano, il quale ne cita vari luoghi a noi non pervenuti in tradizione diretta.” Cf. *Inst.* 3.8.42; 5.10.9; 8.3.6; 8.3.34; 9.3.41.

<sup>29</sup> Nónio Marcelo cita três livros *ad Caesarem* e três livros *ad Caesarem iuniorem*. Cf., no entanto, o que afirma GÜRLITT, *Nonius Marcellus und die Cicerobriefe*, diss. (Steglitz 1888). Recentemente, Shackleton Bailey editou a pseudo-ciceroniana *epistula ad Octavianum*, composta em data incerta, embora se aponte como hipótese mais provável o século III ou IV d.C.. Cf. SHACKLETON BAILEY (2002) 339-341, para a nota introdutória, e 342-357, para o texto propriamente dito.

<sup>30</sup> A existência destes volumes é contestada por GÜRLITT (1888).

<sup>31</sup> Macr. 2.1.14: *Sed in hoc uerbum non casu incidi: uolens feci. Locos enim hoc genus ueteres nostri dicta dicebant. Testis idem Cicero, qui in libro epistolarum ad Cornelium Nepotem secundo sic ait: Itaque nostri, cum omnia quae dixissemus dicta essent, quae facete et breuiter et acute locuti essemus, ea proprio nomine appellari dicta uoluerunt. Haec Cicero. Nouius uero Pomponiusque iocos non raro dicteria nominant.*

<sup>32</sup> Prisc. 9.10.54.

<sup>33</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 1, 13-14; CUGUSI (1983) 160.

obrigado a permanecer longe de Roma<sup>34</sup>. A troca de cartas cumpria, para além desta função pragmática, uma função afectiva. Por motivos de ordem política, voluntária ou involuntariamente, Cícero viu-se obrigado a deixar Roma e a separar-se da família por diversas vezes. Durante esses períodos de longa ausência, a troca de correspondência com os que lhe eram caros, amigos e familiares, mitigava o sofrimento provocado pela distância física: com as cartas, o longe fazia-se mais perto<sup>35</sup>.

Em determinadas circunstâncias, as cartas davam lugar a bilhetes. A vida social e mundana tinha as suas exigências; figura proeminente da sociedade romana, o estadista era alvo de convites e solicitações constantes, aos quais respondia por meio de bilhetes rápidos, que escrevia num intervalo dos seus inúmeros afazeres, durante uma sessão do Senado, na liteira, ou à mesa, entre dois pratos. Assoberbado de obrigações, não raras vezes, sentiu-se obrigado a justificar perante os destinatários a brevidade das missivas escritas à pressa com o excesso de *officia* desempenhados<sup>36</sup>. Estes bilhetes eram gravados com a ajuda de um estilete sobre duas tabuinhas de madeira ou marfim cobertas de cera (*codicilli*<sup>37</sup>), que podia levar consigo para o *Forum*, ou quando ia em viagem. Nelas, o destinatário podia inscrever de forma imediata a sua resposta. Quase sempre de cariz privado, geralmente, estas breves missivas mais não eram do que a resposta a um convite para jantar, a expressão de votos de feliz aniversário a um amigo, ou a promessa de posterior envio de uma carta mais elaborada.

Havendo disponibilidade para as escrever, as cartas (*epistulae* ou *litterae*) eram fruto de maior reflexão e labor, compostas com a habilidade de um artista da palavra, muitas vezes ditadas a um escravo, escritas num papiro (*charta*) por uma apara de cana (*calamus*) que se mergulhava na tinta (*atramentum*), e quase sempre copiadas,

---

<sup>34</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 1, 1; LABRE (2005) 44.

<sup>35</sup> São já alguns, e diversos, os contributos para o estudo das cartas do exílio. Leiam-se e. g. ANDRÉ (1993); CLAASSEN (1992); HUTCHINSON (1998) 25-48. O primeiro busca nas cartas de Cícero um determinado número de *tópoi* vulgarmente atribuídos a Ovídio, para provar que o Arpinate foi precursor do Sulmonense no desenvolvimento de alguns temas que a literatura de exílio acabou por configurar. O segundo, como afirma a própria autora, “examines Cicero’s fluctuations of attitude to his banishment, in what may be termed ‘Cicero’s exilic corpus’, which comprises letters, speeches and poems.” (p. 19). O terceiro, partindo da análise literária de algumas cartas do exílio, demonstra que elas são mais do que a mera expressão das emoções do autor: “These (...) letters (...) show most eloquent and moving writing on Cicero’s situation. They show too, however, Cicero’s intense consciousness of his addressee. (...) For short moments in the letters at most, one might possibly think Cicero to be only pouring out his emotions; but at least more usually that object must be seen as bound up with the wish to persuade, affect, and soothe, and to keep particular relationships in harmony.” (p. 47).

<sup>36</sup> Apesar de defender o princípio da *breuitas* epistolar. Leia-se, a este respeito, BERNARD (2004).

<sup>37</sup> Cf. *Fam.* 6.18.1: *Simul accepi a Seleuco tuo litteras, statim quaesiui e Balbo per codicillos quid esset in lege.*



para memória — quiçá com vista a futura publicação<sup>38</sup> —, ou, então, como forma de garantir a entrega ao destinatário, no caso de se dar o extravio do original<sup>39</sup>. Embora não existisse ainda um sistema de entrega postal, era prática recorrer-se aos serviços de mensageiros particulares (*tabellarii*), que podiam ser escravos próprios, escravos de amigos, viajantes ocasionais, ou correios de companhias de negócios.

Segundo Chantal Labre, “à une époque où la lettre ne relevait nûllement d’un genre littéraire, la publication (postume) de la correspondance de Cicéron est une vraie première”<sup>40</sup>. A maioria das cartas que a compõem — na sua quase totalidade de carácter privado<sup>41</sup> — foram escritas sem que o epistológrafo tivesse qualquer intenção de as

<sup>38</sup> Vide supra, p. 19, nota 9, *Att.* 16.5.5; cf. *Fam.* 16.7.1.

<sup>39</sup> Cf. LABRE (2005) 44. Leia-se também CUGUSI (1983) 139, onde se afirma: “Sappiamo che Cicerone ed altri, con cui egli era in corrispondenza, travolta inviavano più copie quasi identiche della stessa lettera per evitare che, perdutasi la prima copia per calamità naturali o per disguidi o per intercettazione da parte di terzi, il destinatario non venisse a conoscenza di quanto gli si voleva comunicare.” Cf., e. g. *Fam.* 7.18.1-2: *Accepi a te aliquot epistulas uno tempore, quas tu diuersis temporibus dederas. (...) Sed ut ad epistulas tuas redeam, cetera belle; illud minor: quis solet eodem exemplo pluris dare qui sua manu scribit?* Cícero afirma ter recebido várias cópias de uma mesma carta, o que, na época, era comum. A avaliar pela sua reacção, o que, não seria tão comum era que nessas cópias figurassem exactamente as mesmas palavras. A reacção de Cícero tem sido alvo de diferentes interpretações. Em SHACKLETON BAILEY (2001) v. 1, nota 2 ad loc., afirma-se: “Important letters were sometimes dispatched in two or more copies by separate messengers to ensure delivery. The sender would naturally use an amanuensis for such copies, though otherwise it was considered polite to write in one’s own hand. Cicero jestingly implies that Trebatius’ letters were so similar to one another as to be virtually copies.” Conclui, por isso, o autor: “The quaint notion that Roman etiquette required letters sent as foresaid *not* to be verbally identical is baseless.” L.-A. Constans (*Les Belles Lettres*, v. 3, 150 sq.) apresenta, todavia, outra explicação para o facto de as cópias escritas e enviadas por Trebácio Testa apresentarem exactamente as mesmas palavras: “Parmis elles [*scilicet* lettres de Trébatius] y en avait deux, autographes, qui portaient le même texte; l’une d’entre elles était écrite sur une feuille qui offrait les traces d’un gratage. (...) Il arrivait bien, en effet, qu’on remît pour un même destinataire deux lettres disant la même chose, afin d’être sûr qu’une au moins lui parviendrait: si elles étaient l’œuvre d’un copiste, les deux textes étaient identiques; mais si on les écrivait de sa main, on évitait de se répéter mot pour mot. La suite non nous laisse assez bien ce qui s’était produit: Trébatius s’était servi d’un papier gratté pour rédiger un brouillon; il l’avait recopié de sa main sur papier neuf; puis, par inadvertance sans doute, il avait remis brouillon et copie.”

Por vezes, o epistológrafo guardava cópia das cartas que enviava para, mais tarde, se quisesse ou precisasse, poder reproduzir o texto. É o que podemos depreender das palavras dirigidas por Cícero a Fábio Galo, em *Fam.* 7.25.1: *Quod epistulam conscissam doles, noli laborare. Salua est; domo petes cum libebit.* Vide também *Q. fr.* 2.11.4.

Torna-se, pois, óbvio, que tanto o remetente como o destinatário costumavam conservar cópia das suas próprias cartas e das dos seus correspondentes; essas cópias estarão na origem dos *libri epistularum acceptarum* e *libri epistularum missarum*, referidos pelo próprio Cícero, num passo das *Verrinas* (2.3). Cf. CUGUSI (1983) 140.

<sup>40</sup> (2005) 44.

<sup>41</sup> Cf. CUGUSI (1983) 105, onde se faz a distinção entre cartas privadas e cartas públicas: “Lettere private sono quelle in cui si stabilisce un commercio epistolare tra due interlocutori, al di fuori di possibili intromissioni di terzi (...); lettere pubbliche sono tutte le altre, che possono capitare nelle mani di terzi senza che venga violato il segreto epistolare. Le lettere pubbliche poi potranno essere ulteriormente suddivise in lettere ufficiali, meramente informative, e lettere d’arte, scritte in vista della pubblicazione e perciò dotate in misura maggiore o minore di lenocinii retorici.”

publicar, e terão sido publicadas sem que o texto original tenha sofrido alterações<sup>42</sup>. À parte do seu reconhecidíssimo valor como fonte de informação histórica, a autenticidade do texto, por si só, faz da correspondência ciceroniana um documento ímpar<sup>43</sup>. A escrita apresenta marcas de espontaneidade, a linguagem, sem deixar de ser elegante, é, geralmente, simples e coloquial. Na redacção das cartas, Cícero abandonou os famosos períodos complexos, de estrutura sintáctica irrepreensível, para se entregar a um registo mais familiar, mais natural e fluído — ainda que igualmente marcado pelo equilíbrio —, confirmando que os Romanos, afinal, entre amigos, pelo menos, não conversavam como as personagens dos seus diálogos filosóficos<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> SHACKLETON BAILEY (1999) v. 1, 1 refere apenas a omissão eventualmente deliberada de um episódio menos dignificante relatado numa das cartas de Cícero (cf. *Att.* 13.9.1): “The omission in one letter to Atticus of a scandalous story about Cicero’s nephew may have been deliberate, but it is hard to find any other evidence of expurgation, let alone falsification.” Cf. HUTCHINSON (1998) 3, onde se afirma: “Either no part of the collections of letters that we have, or at most a single book, was published or arranged by Cicero himself.” Este autor refere que Cícero planeava publicar apenas algumas das cartas que escrevera: cerca de setenta, que o secretário Tirão tinha na sua posse, e mais algumas que somente Ático mantinha. Estas últimas seriam cartas escritas a Ático, das quais Tirão não guardara cópias. Cícero tinha a intenção de as rever antes da sua publicação, como costumava fazer com os seus discursos (*Eas ego oportet perspicam, corrigam; tum denique edentur*, cf. supra, *Att.* 16.5.5). No entanto, como refere HUTCHINSON (loc. cit.), “it seems obvious that he did not think his letters intrinsically beneath publication, and that he was publishing them for their style as well as their content”. Cf. *Fam.* 16.17.1, em que Cícero discute com Tirão a correcção de um passo das suas cartas. Sobre a questão da publicação, vide ainda CUGUSI (1983) 139 sq., onde se afirma: “Esistono consistenti indizi che Cicerone volesse pubblicare le proprie lettere; e se anche non riuscì a realizzare il progetto, pur tuttavia l’epistolario fu certamente pubblicato poco dopo la sua morte (...)”. Segundo este autor, e contrariando de certa forma a ideia expressa por Chantal Labre de que a publicação a título póstumo das cartas ciceronianas constitui uma estreia, a publicação de epistolário privado não constitui uma novidade em absoluto, se, efectivamente, foram divulgadas num período anterior a Cícero epístolas privadas de Cornélia. Afirma o autor que esse tipo de publicação no período ciceroniano se tornou até um facto usual; verdadeira novidade será então o facto de, “per la prima volta in quel periodo vi fu chi pensò di pubblicare le proprie lettere in vita.” (loc. cit.). Sobre a eventual divulgação das cartas de Cornélia, vide CUGUSI (1983) 152 sq..

<sup>43</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 1, 1

<sup>44</sup> Cf. LABRE (2005) 44 sq. Vide CUGUSI (1983) 163, onde se afirma a importância da epistolografia do Arpinate enquanto documento linguístico: “Un punto a sé occupa il *sermo* del corpus, che costituisce per noi il più insigne documento del latino parlato in privato dalle persone colte.” O próprio Cícero reconhecia que a linguagem das *epistulae* era, em geral, uma linguagem coloquial, diferente da que utilizava na composição dos seus discursos. Leia-se a resposta a uma carta do plebeu Papírio Peto, em que este, após usar de uma frase mais ousada, se censurava por ter tentado, dessa forma, imitar os *fulmina* da escrita do Arpinate (*Fam.* 9.21.1): *Ain tandem? Insanire tibi uideris quod imitere uerborum meorum, ut scribis, fulmina? Tum insanires si consequi non posses; cum uero etiam uincas, me prius irrideas quam te oportet. (...) Verum tamen quid tibi ego uideor in epistulis? Nonne plebeio sermone agere tecum? Nec enim semper eodem modo; quid enim simile habet epistula aut iudicio aut contioni? Quin ipsa iudicia non solemus omnia tractare uno modo: priuatas causas et eas tenuis agimus subtilius, capitibus aut famae scilicet ornati. Epistulas uero cottidianis uerbis texere solemus.*

A opção por um estilo coloquial não implica necessariamente que as *epistulae* fossem consideradas um género menor dentro sistema de géneros literários ou que não estivessem sujeitas a princípios de composição artística, como estavam os discursos. Na verdade, como afirma HUTCHINSON (1998) 5 sq., “*nec enim semper eodem modo* indicates a suitable stylistic choice within a generic system. The verb *texere* also implies conscious art. The passage even suggests that in a letter grandiose language would be an artistic error (for all Paetus’ own *fulmina*); artistic constraints thus apply to the language of letters.”

A fluidez e naturalidade estão igualmente presentes na forma como os acontecimentos são narrados ao destinatário/leitor das cartas; episódios humorísticos que pintaram em cores mais alegres o cotidiano deste homem alternam, num registo mais intimista, com as confissões dos medos e desilusões que atormentaram o estadista. Existiam, segundo Cícero, diversos tipos de cartas, que variavam consoante o estilo e a função que havia presidido à sua composição. Para o autor, a função mais autêntica das cartas — e que ditou a invenção da epistolografia — era a de informar quem se encontrava ausente daquilo que era desejável que conhecesse. No entanto, a par da carta informativa havia outros dois tipos de cartas que gostava de escrever: cartas compostas num tom mais familiar e jocoso e cartas escritas num tom mais sério e grave. Afirmou-o numa carta a Curião:

*Epistularum genera multa esse non ignoras sed unum illud certissimum, cuius causa inuenta res ipsa est, ut certiores faceremus absentis si quid esset quod eos scire aut nostra aut ipsorum interesset. Huius generis litteras a me profecto non exspectas. (...) Reliqua sunt epistularum genera duo, quae me magno opere delectant, unum familiare et iocosum, alterum seuerum et graue.*<sup>45</sup>

<sup>45</sup> *Fam.* 2.4.1. Aparentemente, esta divisão enunciada por Cícero seria familiar pelo menos entre aqueles que tinham por hábito escrever cartas (cf. *non ignoras*). Cf. HUTCHINSON (1998) 7: “the phrasing at least implies politely that such division is familiar to the well-educated.”. Por outro lado, faz-nos supor que a epistolografia implicava intelectualização: “Here and elsewhere Cicero mentions various categories of letter, partly according to function (informative, consolatory, etc.), partly according to manner (humorous, earnest, etc.). We need not suppose that he subscribes to one complete system; but the writing of letters has evidently received some intellectual attention, even if it were only from Romans or from Cicero himself. Much more likely, at least the idea of dividing up types of letters is derived from the Greeks.” Os vinte e um τύποι ἐπιστολικοί atribuídos a Demétrio (φιλικός, συστατικός, μεμπτικός, ὀνειδιστικός, παραμυθητικός, ἐπιτιμῆτικός, νουδετητικός, ἀπειλητικός, ψεκτικός, ἐπαινετικός, συμβουλευτικός, ἀξιοματικός, ἐρωτηματικός, ἀποφαντικός, ἀλληγορικός, αἰτιολογικός, κατηγορικός, ἀπολογητικός, συγχαριστικός, εἰρωνικός, ἀπευχαριστικός, cf. p. 1 Hercher) terão as suas raízes, pelo menos, no período helenístico. Cf. HUTCHINSON (1998) 7, nota 8, que remete para a leitura de KOSKENNIEMI (1956) 57-59.

Sobre os tipos de cartas em Cícero e outros autores, leiam-se CUGUSI (1983) 27-41, 105-135; KOSKENNIEMI (1954); KOSKENNIEMI (1956).

Esta divisão intelectualizada das cartas por tipos não implica que a epistolografia fosse perspectivada como uma forma de literatura. A escolha por parte de Cícero da linguagem em função do tipo de carta (cf. *unum familiare et iocosum, alterum seuerum et graue*) implica, todavia, que as cartas tinham uma dimensão estética e que o epistológrafo, à semelhança do orador, deveria usar o sistema apropriadamente e com habilidade. Cf. HUTCHINSON (1998) 7 sq.: “we do not seem utterly remote from the different levels of style in oratory, which should be applied as suits the occasion.” Sobre os níveis do estilo oratório em Cícero, vide maxime *Orat.* 20-32, 75-112.

Por vezes, Cícero refere nas suas cartas a tentativa de escolher de entre os tipos esperados de cartas aquele que melhor se adequava à ocasião, explorando as possibilidades existentes: *Quaerenti mihi iam diu quid ad te potissimum scriberem non modo certa res nulla sed ne genus quidem litterarum usitatum ueniebat in mentem* (*Fam.* 4.13.1); *si genus scribendi inuenirem* (*Fam.* 6.10b.1). Ora, esta escolha estrategicamente pensada é, por si, reveladora da capacidade artística do epistológrafo. Cf. HUTCHINSON (1998) 8: “The application shows self-conscious and self-reflexive artistry in the creation of literary structure from conventional

A variedade de destinatários (e remetentes<sup>46</sup>), de temas, de estilos e de tons das mais de novecentas missivas que compõem a correspondência ciceroniana exerceu desde sempre um enorme fascínio sobre os seus leitores<sup>47</sup>. Terá sido com vista à homenagem desta faceta menos conhecida do Arpinate que os amigos responsáveis pela divulgação das cartas se empenharam na sua publicação. Volvidos dois séculos, Frontão, o ilustre preceptor e mestre de Marco Aurélio, haveria de condensar nestas palavras a emoção que a

---

divisions within the genre.” Segundo este autor, a categorização das cartas de Cícero comporta, todavia, alguns riscos. Se é certo que algumas cartas integram de forma clara e inequívoca um dos tipos estabelecidos, como as cartas de *consolatio*, outras, porém, são mais difíceis de tipificar, como a carta de tom humorístico, por exemplo: “An element of humour very often appears only in parts or moments of a letter, and too crude a categorization would be unfortunate; there are some letters which appear at first entirely devoted to humour, but in fact the category ‘humorous letter’ would give a misleadingly simple idea of them.” (loc. cit.). Qualquer tentativa de tipificar a totalidade da epistolografia ciceroniana prejudicaria, por conseguinte, a compreensão da maioria das cartas. Cf. HUTCHINSON (1998) 8: “The letters are differentiated much more significantly, for the most part, by the relationship of Cicero to the individual addressees.” As características de uma carta variam, pois, em função do destinatário. Só assim se poderá explicar, por exemplo, que a maioria das cartas de Cícero aos correspondentes que não Ático, Terência e Tirão sejam dotadas de ritmo, por contraste com outras que o epistológrafo dirigiu à família directa e ao melhor amigo. Cf. HUTCHINSON (1998) 12: “We do not find (...) rhythmic writing in throughout the letters to members of Cicero’s own household or to Atticus: in letters to Terentia, and to Atticus, particularly after their friendship had reached its fullest intimacy, rhythmic writing is rather the exception. It is much more likely, then, that the rhythm of the letters to others is deliberate, and responds to the stylistic requirements that Cicero considered to be made by the situation of writing to most correspondents.”

<sup>46</sup> A epistolografia ciceroniana inclui, como já referimos, cartas escritas por correspondentes de Cícero. Para conhecer o elenco dos nomes desses remetentes, vide CUGUSI (1983) 165. O autor apresenta-os pela ordem proposta em *Epistolographi Latini Minores*, v. 2.

<sup>47</sup> Cf. CUGUSI (1983) 163 sqq., onde se reconhece a importância documental das cartas escritas por outros remetentes que não Cícero: “Una delle caratteristiche più importanti dell’epistolario ciceroniano è costituita dal fatto che esso ci ha conservato una serie nutrita di lettere di corrispondenti di Cicerone. (...) la costituzione dei corpora delle *familiares* e delle *ad Brutum* come raccolte di epistole inviate da più di un corrispondente è per noi importante dal punto di vista della storia dell’epistolografia in senso stretto, perché ci permette di cogliere diversi livelli e stili nell’ambito del medesimo *genos*. (...) Le lettere di tutti questi personaggi sono private e ci permettono perciò di rilevare un atteggiamento ‘autobiografico’ analogo a quello già rilevato in Cicerone: donde l’interesse che esse presentano per gli studiosi dal punto di vista psicologico” (o autor define, na página 166, o retrato psicológico de alguns desses correspondentes). A respeito da variedade de remetentes e de estilos presentes no *corpus* ciceroniano, leia-se também o que afirma HUTCHINSON (1998) 3 sq.: “the letters from others (...) include substantial pieces from many of the leading political and cultural figures of the time. One at once notices differences between their style and Cicero’s, as well as resemblances in social manner. It is also apparent that the *Ad Familiares* on the whole tend towards a greater formality than the *Ad Atticum*; so too does the *Ad Brutum* and, in my view, the *Ad Quintum Fratrem*.” A variedade de tons da epistolografia ciceroniana existia em função da variedade de destinatários. Cf. ainda CUGUSI (1983) 162: “Esiste tra i diversi corpora epistolari una notevole differenza di tono a seconda del destinatario delle singole lettere: sempre assai spontanee le lettere ad Attico, al fratello Quinto, a Tirone (*fam.* XVI); agro-dolci ed un po’ false quelle ad Appio Claudio (*fam.* III); scherzose ed affabili quelle a Trebazio (*fam.* VII); piene di zelo più o meno sentito le numerose commendatizie (*fam.* XIII); paludate le lettere al senato (*fam.* XV) e quelle a Catone (*ibid.*), e così via.”

leitura da correspondência ciceroniana lhe havia suscitado: *epistulis Ciceronis nihil est perfectius*.<sup>48</sup>

Nas cartas de Cícero, definidas por muitos como “retrato de uma época, testemunhos vivos da história de Roma”<sup>49</sup>, perpassam os principais acontecimentos que compuseram o agitado quotidiano do autor<sup>50</sup>, mas delas transparecem também as emoções e as reacções que esses factos nele suscitaram<sup>51</sup>. Como afirma Carlos Ascenso André, “uma carta é, por definição, um pedaço que de nós enviamos a quem, por força do afastamento físico, a ele não pode aceder de outro modo. Nela se espelham, pois, mais do que em qualquer outro texto, as marcas da ausência. Diálogo em diferido, forçoso é que dê firmeza à emoção, para que se não dilua na viagem entre o remetente e o seu destinatário; que superlative o sentimento, se necessário for, para que, após o desgaste do caminho, o essencial subsista ainda no momento da chegada.”<sup>52</sup> Ao espelharem as variações constantes a que esteve sujeito o humor do autor, as cartas de Cícero cumprem cabalmente esse objectivo; nelas encontramos um homem quase sempre apaixonado, umas vezes feliz,

<sup>48</sup> Fro., *Ant. imp.* 3.8 (104 Hout; 2.156 Haines). Como afirma HUTCHINSON (1998) 4, “when Cicero’s letters were in fact published, later writers admired them greatly as literature.” Cf. Quint., *Inst.* 10.1.107-109: *In epistulis quidem, quamquam sunt utriusque, dialogisue, quibus nihil ille, nulla contentio est. Cedendum uero in hoc, quod et prior fuit et ex magna parte Ciceronem quantus est fecit. Nam mihi uidetur M. Tullius, cum se totum ad imitationem Graecorum contulisset, effinxisse uim Demosthenis, copiam Platonis, iucunditatem Isocratis. Nec uero quod in quoque optimum fuit studio consecutus est tantum, sed plurimas uel potius omnes ex se ipso uirtutes extulit immortalis ingenii beatissima ubertas; Plin., Ep. 9.2.2-3: enim eadem nostra condicio quae M. Tulli, ad cuius exemplum nos uocas. Illi enim et copiosissimum ingenium, et par ingenio qua uarietas rerum qua magnitudo largissime suppetebat; nos quam angustis terminis claudamur etiam tacente me perspicis, nisi forte uolumus scholasticas tibi atque, ut ita dicam, umbraticas litteras mittere.* Séneca refere-se à colecção *Ad Atticum* como uma grandiosa obra de literatura e importante antecedente das suas próprias cartas. Cf. *Ep.* 21.4; 97.3-6; 118.1-2.

<sup>49</sup> ANDRÉ (1993) 156. Cf. CUGUSI (1983) 161 sq., onde se elencam os diversos factores justificativos da importância e valor documental das cartas. O primeiro enunciado pelo autor é precisamente o facto de as cartas “constituisciono uno specchio fedele, quasi di sapore ‘documentario’, dei fatti turbinosi che portarono allo sconvolgimento dell’assetto della repubblica ed alla conseguente creazione dell’impero, fatti dunque di enorme portata: donde il loro basilare valore come fonte storica.” Os próprios contemporâneos de Cícero reconheciam o valor documental das *epistulae*: *qui legat non multum desideret historiam contextam eorum temporum* (Nep., *Att.* 16.3). Vide ainda PEREIRA (2006) 94.

<sup>50</sup> Cf. CUGUSI (1983) 162: “Nelle lettere private, colloquiando con persone del suo stesso ambiente, Cicerone scrive senza paludamenti sui fatti rientranti nella routine quotidiana: perciò l’epistolario è specchio fedele della vita giornaliera della classe agitata.”

<sup>51</sup> Cf. CUGUSI (1983) 161: “Essendo costituiti in larga misura da lettere private, spesso intime, mostrano con grande immediatezza le reazioni di Cicerone (e di altri, p. es. Celio) di fronte ai fatti storici in via di sviluppo: se, como mi pare legittimo, assumiamo Cicerone ad archetipo del repubblicano di tipo tradizionale, percepiamo le reazioni della ‘vecchia’ classe dirigente di fronte al ‘nuovo’ ordine di cose.”

O filtro da subjectividade do autor não diminui, porém, o valor documental das cartas. Como refere HUTCHINSON (1998) 138, “these letters (...) can offer us no impartial videos of moments in history. They are literary constructions, though built out of realities. None the less, they are highly revealing for the sensibilities and structures of Cicero’s society.”

<sup>52</sup> (1993) 156 sq..

outras triste e deprimido, ora confiante e generoso, ora ansioso e arrogante, por vezes irónico e mordaz, outras carregado e sombrio.

A correspondência revela a dimensão humana do Arpinate<sup>53</sup>. Para alguns até, ela dá a conhecer um homem com demasiados defeitos, demasiado humano. É, no entanto, nesta necessária “imperfeição” do género epistolar que residem a sua essência e especificidade, isto é, o seu pendor para reflectir a verdade<sup>54</sup>. É por se reconhecer neste género a capacidade de reflectir as emoções e o estado de alma de quem escreve que já se tem afirmado que a epistolografia, no que se refere ao conteúdo, é “talvez, o género literário mais vizinho da lírica ou, em sentido global, da poesia.”<sup>55</sup>

Mais do que em qualquer outra das suas obras, é na correspondência que mais inteiramente se desnuda a *humanitas* de Cícero; com ele, a carta fez-se espelho da alma<sup>56</sup>. As cartas que dirigiu a Ático, aquele que foi o maior de todos os seus amigos, assumiram de forma plena essa função, já que nelas se revelou como a nenhum outro dos seus correspondentes. Verdadeiro diálogo com o outro e consigo próprio, elas desvelam ao leitor moderno a sua personalidade; nelas, confessou as suas dúvidas mais profundas, as suas constantes tergiversações, sem, no entanto, revelar a mínima preocupação com a imagem que de si passava. Como alguém já afirmou, “la lettre est évidemment acte de pleine confiance dans son destinataire, et cette correspondance (...) est d’abord une histoire d’amitié.”<sup>57</sup>

Cícero encontrou neste amigo um *alter ego* que representava precisamente o contrário daquilo que propalava e fazia; o estadista viu em Ático, que era avesso ao envolvimento na vida política e preferia à agitada Roma a tranquila Grécia, um confidente das suas próprias incertezas políticas. Carácter volúvel e preocupado, perguntou-lhe muitas vezes que posição haveria de adoptar relativamente aos acontecimentos, que partido deveria tomar na luta pelo poder que opunha a legitimidade republicana e o cônsul Pompeio a César e ao poder pessoal. A razão ditava-lhe que apoiasse Pompeio e a

---

<sup>53</sup> São já bastantes os autores que reconhecem a importância da correspondência para o estudo da personalidade do Arpinate. Citamos aqui apenas alguns desses nomes e estudos: BALSDON (1965) 171-214; BOISSIER (1895); GRIMAL (1987); RAWSON (1975); SHACKLETON BAILEY (1971); SIHLER (1969).

<sup>54</sup> Cf. LABRE (2005) 45.

<sup>55</sup> ANDRÉ (1993) 165.

Sobre a doutrina e as convenções em que se baseou o uso epistolar na Antiguidade, mormente entre os Romanos, e a determinação do significado e função da carta como forma literária, vide MUÑOZ MARTIN (1985). A respeito das formas, tipos, características e história da epistolografia latina até ao século II d.C., vide CUGUSI (1983).

<sup>56</sup> Cf. ANDRÉ (1993) 157; LABRE (2005) 45.

<sup>57</sup> LABRE (2005) loc. cit..

República, mas, em alguns momentos, a amabilidade de César para consigo fazia-o vacilar. Por que razão haveria de tomar o partido dos perdedores? O diálogo *in absentia* que manteve com o amigo, através das cartas, ao longo de duas décadas, espelha, na verdade, a necessidade imperiosa que sentia de escrever e dialogar para se sentir pensar: “et la pensée y brille, d’une lucidité politiquement incorrecte et d’autant plus rafraîchissante; le *je* cicéronien s’y montre un autre, et n’y est pleinement lui-même que de parler à un autre.”<sup>58</sup>

As cartas de Cícero não revelam apenas o pensamento e as emoções do autor. Elas são também espelho da vida<sup>59</sup>. Entre todos os monumentos da literatura antiga, a correspondência ciceroniana tem sido apontada como um dos que mais facilmente consegue captar a atenção do público letrado, não apenas pelo seu inegável valor literário<sup>60</sup>, mas sobretudo porque constitui, para os estudiosos dos últimos anos da República romana, uma fonte inesgotável de informações de toda a ordem<sup>61</sup>. Testemunhos de um tempo em que ainda não existia a imprensa, as cartas são, para o leitor moderno, como um jornal quase diário dos anos a que se reportam<sup>62</sup>. A informação nelas veiculada permite-nos fazer não apenas a reconstituição dos conflitos e intrigas que marcaram a actualidade política da Roma de finais do século I<sup>63</sup> — de que Cícero, foi, aliás, protagonista — mas também de aspectos da vida privada dos Romanos, como a família e as vivências a ela associadas.

---

<sup>58</sup> LABRE (2005) 43.

<sup>59</sup> LABRE (2005) loc. cit..

<sup>60</sup> Comprovado pelo interessante estudo de HUTCHINSON (1998). O autor faz uma análise dos aspectos literários das cartas com o objectivo de aferir da sua literariedade: “Most strikingly of all, the literary aspects of the letters have rarely been explored. (...) The book aspires to justify a literary approach to the letters by trying it out in practice. Concrete analysis is the best means of displaying the value of the letters as literary texts, and experience of that value is the best reason for regarding them as literature.” (p. 2).

<sup>61</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 1, 7; GÓMEZ (1997) 321: “La correspondencia de Cicerón constituye uno de los mayores legados de la antigüedad romana y la más completa expresión de su autor”; HUTCHINSON (1998) 1: “Cicero’s correspondence forms one of the most remarkable collections of texts in Latin. Not only do these letters throw a uniquely penetrating light on the social and political world of the late Republican élite, and the events of a momentous period; not only are they vital to understanding one of the most central figures in Latin literature, and fundamental to our knowledge of many contemporary authors; they also contain a great quantity and variety of powerfull and vivacious writing.”

<sup>62</sup> Como já tivemos oportunidade de referir, elas reportam-se aos últimos vinte anos da vida do autor, a que corresponde sensivelmente o período que se situa entre o ano do seu consulado (63) e o ano 43.

<sup>63</sup> Têm sido muitos os autores a dedicarem-se ao estudo deste período conturbado da história de Roma. Citaremos apenas alguns, dos quais este trabalho é, aliás, devedor: BADIAN (1968); BRUNT (1971); BRUNT (1988); GRUEN (1974); HOLMES (1923); MITCHELL (1979); MOMMSEN (1958, trad. 1958); PATTERSON (2000); STOCKTON (1971); SYME (1939); WIEDEMANN (1994). Sobre a violência no final da República, leiam-se ainda LINTOTT (1968); NIPPEL (1995).

De facto, a troca de missivas entre o Arpinate e os seus correspondentes permitia, como referimos, a permuta e a partilha de informação relativa a assuntos de natureza política, mas também a questões de índole privada<sup>64</sup>. Em consequência, a correspondência ciceroniana reflecte, além do percurso político do estadista, a vida particular do autor e, por inerência, a intimidade de toda a família<sup>65</sup>. Cientes do valor documental das cartas, adoptá-las-emos, pois, como fonte primeira deste estudo, que terá como objectivos principais a reconstituição do quotidiano e da história desta família, a descrição das sucessivas etapas e transformações que marcaram o seu percurso e o estudo detalhado do modo como o epistológrafo e os restantes membros interagem no contexto familiar, mediante a análise da densa teia de relações interpessoais que nele se cruzaram.

Tendo em conta estes objectivos, estruturámos em três partes o nosso trabalho. Antes de procedermos ao estudo da família de Cícero em particular, pensámos ser pertinente reflectirmos sobre a família romana numa perspectiva mais abrangente. A questão da definição e caracterização da família romana não tem sido consensual, pelo que, na primeira parte da dissertação, procuraremos fazer uma síntese das teorias que mais recentemente têm surgido nesta matéria. São quatro os aspectos em que concentrámos a nossa análise: em primeiro lugar, os termos utilizados pelos Romanos para referir ‘família’ e os significados diversos que os mesmos termos, dependendo do contexto, podiam assumir — só assim poderemos saber o que entendiam os Romanos por ‘família’; em segundo, a elasticidade estrutural que caracteriza a instituição familiar romana e suas implicações na definição da mesma como um organismo aberto e dinâmico; em terceiro lugar, os mecanismos de constituição e reestruturação da família romana, com as inerentes implicações legais e respectiva aplicação na prática quotidiana; por último, os elementos

---

<sup>64</sup> Como afirma PEREIRA (2006) 93, o epistolário de Cícero “retrata a vida do orador e político no seu dia-a-dia, as suas angústias e as suas esperanças, as suas emoções e as suas opções, o fluir dos acontecimentos. Vemos passar diante dos olhos a vida romana pública e privada dos dias de Cícero.”

<sup>65</sup> É este um dos factores que, segundo CUGUSI (1983) 162 sq., contribuem para a importância e valor documental das *epistulae*: “Svelando apertamente tutte le sue preoccupazioni, oltre che per la cosa pubblica, anche per le sue cose private, Cicerone nelle sue lettere traccia praticamente la sua autobiografia. Attraverso l’epistolario noi possiamo cogliere tutta una serie di fatti di cui saremmo stati altrimenti completamente all’oscuro: p. es. l’evoluzione dall’affetto per Terenzia verso un distacco sempre più netto, fino al divorzio; il fallimento immediato del matrimonio con Publilia; l’amore e la preoccupazione costante per Tulliola; i mutamenti continui di valutazione nei confronti dei successivi generi; le crisi ricorrenti nei rapporti con il pur amatissimo fratello Quinto; l’antipatia per il nipote Quinto; l’attaccamento per Pompeo, messo sistematicamente alla prova dalle disillusioni create dagli errori di Pompeo stesso; l’evoluzione dell’atteggiamento nei confronti di Cesare, da rapporti di simpatia cordialissima al sospetto al biasimo per lo scatenamento della guerra civile alla forzata convivenza post-bellica; e così via.”



que podiam integrar a comunidade familiar romana, suas atribuições, direitos e deveres, e o tipo de relacionamento que, com mais ou menos simetria, mantinham entre si.

Porque se pretende que este trabalho seja um estudo da família de Cícero, pareceu-nos indispensável fazer uma reflexão sobre as ideias do autor acerca da instituição familiar romana em geral e da sua família em particular. A segunda parte da dissertação centrar-se-á, por conseguinte, no conceito ciceroniano de ‘família’. Partindo de alguns passos de tratados filosóficos e da correspondência do Arpinate, focar-se-ão aspectos relevantes, a saber: a importância, na perspectiva do autor, do papel desempenhado pela instituição familiar no seio da sociedade romana; os termos por ele utilizados para a referir; os elementos que dela podiam fazer parte, tomando como referência o significado que esses termos podiam assumir; por fim, a estrutura da comunidade familiar em que se inseria o epistológrafo e a importância que a mesma assumia na sua vida.

Partindo do texto das cartas — sendo que nelas estão inscritos os principais acontecimentos que fizeram a história da família — dedicar-se-á a última parte do trabalho à reconstituição do quotidiano da família de Cícero, à descrição das sucessivas etapas e transformações estruturais por que passou e ao estudo detalhado do modo como o epistológrafo e os restantes membros interagiam no contexto familiar.

Antes de referirmos os critérios por nós adoptados na estruturação desta terceira parte, é de toda a pertinência que indiquemos os elementos que compunham o círculo familiar de Cícero.

Após a morte dos pais e de um primo, de nome Lúcio Cícero, que o Arpinate muito estimara, a família incluía os seguintes membros<sup>66</sup>:

1. A esposa, Terência. Rica e bem relacionada, oriunda, provavelmente, de família nobre. O casamento funcionou durante cerca de trinta anos. No entanto, após o regresso de Cícero do exílio, começaram a surgir sinais de desentendimento, ao que parece, devido essencialmente a questões relacionadas com dinheiro. Em 46,

---

<sup>66</sup> O elenco de familiares que aqui apresentamos baseia-se em informações que fomos colhendo nas cartas. A lista de pessoas que integram a célula familiar de Cícero coincide quase exactamente com a que SHACKLETON BAILEY apresenta na Introdução (cf. *Cicero's Family*) das edições mais recentes das cartas *Ad Atticum* (1999) e *Ad Familiares* (2001). Excepção feita para Tirão, fidelíssimo secretário pessoal de Cícero, que o estudioso não inclui na família do Arpinate. Oportunamente, apresentaremos os motivos que nos levaram a optar por incluir este elemento no conjunto de familiares de Cícero.

o casamento que havia durado cerca de três décadas terminaria em divórcio. Terência terá vivido até aos cento e três anos<sup>67</sup> e, segundo São Jerónimo, voltado a casar duas vezes<sup>68</sup>.

2. A filha, Túlia, nascida entre 79 e 76. Cícero amava-a profundamente. Quando a jovem morreu, em Fevereiro de 45, ficou destroçado.

3. O filho, Marco Cícero, nascido no ano 65. Deu alguns dissabores ao pai; preferia comandar uma companhia de cavalaria, a estudar filosofia. Estando na Grécia, escapou às proscrições que vitimariam o pai, o tio e o primo, e serviu no exército de Bruto. Posteriormente, Octaviano constituiu-o áugure, cônsul no ano 30 e governador da Ásia. Ganhou reputação como um dos maiores alcoólicos de Roma.

4. O irmão Quinto, cerca de dois anos mais novo. Sob a égide de Cícero, desempenhou os cargos que usualmente se desempenhavam até chegar a pretor e foi procônsul na Ásia entre 61 e 59. Em 54, esteve ao serviço de César, na Gália, mas, à imagem do irmão, tomou o partido de Pompeio na guerra civil. Embora tenha sido perdoado por César após a batalha de Farsalo, morreu nas proscrições de 43. Manteve um relacionamento próximo e afectuoso com o irmão até ao ano 48. No capítulo que dedicamos ao estudo deste relacionamento (Terceira Parte, Cap. Quinto), são apontados os motivos que levaram ao afastamento e descrita a reconciliação, ainda que superficial, que veio a unir de novo os dois irmãos.

5. A mulher de Quinto, Pompónia, irmã de Ático. O casamento terá ocorrido por volta do ano 70 e acabou em divórcio no ano 45 ou 44. Não terá sido um casamento marcado pela felicidade; Pompónia era alguns anos mais velha que o marido e, ao que parece, tinha um carácter irascível. As cartas de Cícero dão testemunho dos problemas e das dificuldades de entendimento entre o casal.

6. O filho do casal, o jovem Quinto Cícero, nascido por volta do ano 67. Intellectualmente mais dotado do que o primo, deu algumas preocupações aos pais e aos tios. Tal como o pai, morreu nas proscrições de 43.

---

<sup>67</sup> Cf. Plin., *Nat.* 7.158: *Et ex feminis Liwia Rutili LXXXVII annos excessit, Statilia Claudio principe ex nobili domo LXXXVIII, Terentia Ciceronis CIII...* ; V. Max. 8.13.6: *Terentia Ciceronis tertium et centesimum (...) expleuit annum.*

<sup>68</sup> Terá casado primeiro com Salústio, inimigo de Cícero, e, mais tarde, com Messala Corvino. Cf. *Adv. Iovin.* 1.48: *Illa interim coniunx egregia et quae de fontibus Tuliianis hauserat sapientiam nupsit Sallustio inimico eius et tertio Messalae Coruino.*

7. G. Calpúrnio Pisão Frúgi, o primeiro dos três maridos de Túlia. À semelhança dos posteriores companheiros da jovem, era oriundo de uma família nobre. Túlia foi-lhe prometida em 67 e casou talvez em 62. Pisão Frúgi foi questor em 58, mas morreu no ano seguinte, antes do regresso de Cícero. Terá sido um genro exemplar; o estadista referiu muitas vezes nas suas cartas a lealdade por ele demonstrada em tempos particularmente difíceis para a família.

8. Fúrio Crassípide, segundo marido de Túlia. Casaram em 56 ou 55. Em poucos anos, porém, divorciaram-se, mas não se sabe em que circunstâncias.

9. P. Cornélio Dolabela, cesariano imoral e dissoluto, com quem Túlia casou, no ano 50. Em 46, deu-se o divórcio, mas Cícero manteve um relacionamento cordial com o ex-genro, até este se ter aliado a Marco António e sucedido a César, como cônsul, em 44. Suicidou-se no Oriente, para evitar ser capturado por Cássio.

10. Lêntulo, filho de Túlia, nascido em Janeiro do ano 45, que terá vivido apenas alguns meses. Recebeu o nome adoptivo de Dolabela.

11. Publília, uma jovem rica que se encontrava sob a tutela de Cícero, com quem o Arpinate se casou pouco tempo depois de se ter separado de Terência. Em poucos meses, divorciar-se-ia da jovem, que tinha a mãe viva e, ao que se supõe, um irmão, Publílio.

12. O irmão de Pompónia, T. Pompónio Ático, que casou com Pília em 56. A filha do casal, Cecília Ática, terá nascido em 51.

13. O secretário pessoal de Cícero, Tirão, a quem foi concedida a alforria em reconhecimento da dedicação e lealdade reveladas para com a família.

Importa agora aduzir alguns esclarecimentos relativos à estrutura desta parte do nosso trabalho, que corresponde, como já tivemos oportunidade de referir, à descrição e análise dos diferentes relacionamentos que se estabeleceram entre Cícero e cada uma das pessoas acima referidas.

Se, por um lado, entendemos individualizar, em capítulos distintos, o estudo dos relacionamentos que se estabeleceram entre Cícero e cada um dos restantes elementos que compunham o núcleo da sua família — isto é, entre o *paterfamilias* e a esposa, a filha e o filho —, por outro, depressa concluímos que faria mais sentido tratar num só capítulo o relacionamento estabelecido entre o epistológrafo e os membros que, embora fazendo parte

da sua família, compunham uma célula conjugal ou núcleo familiar distinto do seu. Decidimos, por isso, abordar em capítulo único o relacionamento estabelecido entre o autor e os elementos que compunham a família dos *Quinti* — dando particular atenção aos laços que o uniam ao irmão e ao sobrinho —, e, ao mesmo tempo, descrever de que forma interagiam Quinto, Pompônia e o filho de ambos. Em obediência ao mesmo princípio, no capítulo dedicado ao estudo do relacionamento entre o *paterfamilias* e Túlia, decidimos analisar também os laços que se foram estabelecendo entre a filha e os sucessivos maridos e entre o sogro e sucessivos genros.

Em capítulo reservado para o efeito, demos especial destaque ao relacionamento que Cícero e Dolabela mantiveram após o divórcio que separou o cesariano de Túlia. São vários os motivos que ditaram esta nossa opção. O primeiro é de natureza meramente pragmática; apesar de as relações entre genro e sogro nunca terem assumido contornos de amizade verdadeira, de entre os três maridos de Túlia, Dolabela foi o genro que Cícero mais vezes referiu nas suas cartas.

Ora, as numerosas alusões ao jovem cesariano permitem-nos fazer uma descrição não apenas das diferentes etapas que marcaram a vida conjugal do casal — e que, conforme referimos, reservamos para outro capítulo —, mas também dos trâmites do processo de divórcio entre membros de famílias da elite política romana de finais da República e das consequências que ele acarretava para as partes envolvidas.

Essas mesmas referências ilustram ainda os diferentes matizes que uma relação entre genro e sogro podia, com o passar do tempo e por motivos de ordem diversa, assumir. Dolabela, por razões de índole política e moral, foi o único genro que despertou em Cícero sentimentos contraditórios; a desconfiança e antipatia iniciais do estadista em relação a este homem depressa evoluíram para uma amizade interesseira, que, sobretudo nos últimos meses da vida de ambos, acabou por dar lugar ao ódio recíproco.

A principal razão de termos reservado um capítulo específico para o estudo do relacionamento mantido entre Dolabela e Cícero após o divórcio — quando já não existiam laços familiares que os unissem, portanto — é, todavia, outra: a manutenção deste relacionamento, apesar das diferenças inconciliáveis que desde sempre separaram os dois homens, é ilustrativa da tendência que existia entre as famílias da elite política romana do final da República para perspectivarem os casamentos como alianças políticas, que se

desfaziam somente quando deixassem de servir os interesses em função dos quais haviam sido criadas, para darem lugar a novas e mais proveitosas uniões.

Ora, apesar do divórcio, Cícero continuou a perspectivar o relacionamento cordial com o ex-marido da filha como um escudo protector contra quaisquer intentos retaliativos por parte de César contra si ou contra os restantes membros da família. Manter a cordialidade desta relação era, ao mesmo tempo, garantir, sem ter de recorrer à justiça, a recuperação do dote, mormente se tivermos em conta que Dolabela era pouco dado a honrar compromissos. O jovem, por sua vez, também tinha interesse em manter um relacionamento cordato com o estadista; enquanto ele durou, o cesariano nunca desistiu de conquistar o apoio do sogro, que reconhecia como figura de proa no meio político romano.

Vários são também os motivos que nos levaram a dedicar um capítulo ao estudo do relacionamento que uniu Cícero e Tirão. Os laços que os ligavam não eram laços de sangue, nem sequer adquiridos pelo casamento. Tirão começou por ser um escravo da família, a quem Cícero, em reconhecimento dos serviços prestados e da amizade que os unia, concedeu a liberdade. A sua inclusão como membro da família é, no entanto, absolutamente legítima; a concepção romana de família previa a inclusão na comunidade familiar de escravos e libertos que estivessem de alguma forma ligados ao *paterfamilias*.

Dos muitos serviçais que Cícero e Terência possuíam<sup>69</sup>, Tirão era, indubitavelmente o mais completo e versátil; também por isso, quiçá, era o preferido do *paterfamilias*. Mais do que um simples secretário pessoal, ele era um amigo íntimo do patrono. De entre todos os que estiveram ao seu serviço, é o único, aliás, que figura na extensa lista dos *familiares* com quem Cícero trocou cartas. A ele se deve, como tivemos oportunidade de referir, a publicação dos diversos volumes de cartas *ad familiares*.

O volume de cartas exclusivamente dedicado a Tirão permite-nos fazer uma descrição do seu percurso individual no seio desta família e, nesse sentido, conhecer os motivos que poderiam ditar a elevação de um escravo à condição homem livre; o seu caso de sucesso é ilustrativo da possibilidade real de um escravo, mediante trabalho e dedicação a toda uma família, poder vir a alcançar a liberdade. Por outro lado, a descrição do seu percurso atesta ainda que a concessão da alforria não era sinónimo de afastamento entre liberto e patrono; pelo contrário, um liberto acabava muitas vezes por manter laços estreitos e profundos com o seu ex-senhor, que iam muito para além daquilo que eram as

---

<sup>69</sup> Cf. TREGGIARI (1969) 252-264, onde, em *Appendix*, se apresenta o elenco de escravos e libertos — e respectivas funções — que estiveram ao serviço de Cícero.

suas obrigações. O estudo da orgânica desta família ficaria, por conseguinte, incompleto, se não procedêssemos a esta descrição.

O motivo que nos levou a não isolarmos em capítulo individual o estudo do relacionamento entre Cícero e Ático é apenas um. Como referimos, Pompônio era o confidente do Arpinate; era com ele que discutia todos os assuntos que diziam respeito à sua vida pública e privada, era com ele que partilhava todas as questões relacionadas com a família, era a ele que recorria para resolver os problemas familiares, porque eram amigos, porque eram cunhados e porque tinham um sobrinho em comum. Ático era presença constante na vida de Cícero, pelo que a descrição e análise dos diversos relacionamentos que interligavam o epistológrafo e os restantes membros da família ciceroniana ficaria incompleta se, paralelamente, não fôssemos fazendo uma reflexão sobre o papel desempenhado pelo melhor amigo de Cícero na comunidade familiar. Ao fazê-la, fomos, também, descrevendo o tipo de relacionamento que ambos cultivavam entre si.

A descrição e a análise de todos estes níveis de relacionamento obedecem a dois propósitos: em primeiro lugar, perceber em que medida o percurso atribulado da família de Cícero e as sucessivas alterações estruturais a que esteve sujeita são, de alguma forma, produto do conturbado período histórico em que ela se inscreve e das opções políticas assumidas pelo estadista — o compromisso que Cícero assumiu com a *Res Publica* teve, inevitavelmente, repercussões na sua vida privada, em particular, na sua vida familiar; depois, em função desses dados, aferir da sua representatividade enquanto família da elite política romana de finais da República. Justificar-se-á, por conseguinte, fazer uma referência, ainda que breve, ao contexto histórico — e biográfico — em que a produção epistolar de Cícero se inscreve<sup>70</sup>.

O autor nasceu a 3 de Janeiro do ano 106, no seio de uma família de Arpino que, à semelhança de outras famílias localmente proeminentes, mantinha boas relações com Roma, mas que não pertencia à aristocracia. O facto de Cícero ser um *homo nouus* não o impediu de fazer uma carreira política brilhante.

---

<sup>70</sup> O resumo dos principais acontecimentos históricos e biográficos que, com vista à contextualização da produção epistolar ciceroniana, aqui apresentamos é em grande parte devedor do resumo apresentado por Shackleton Bailey na introdução às edições da Loeb das cartas *ad Atticum* (1999) e *ad Familiares* (2001), 3-15. O resumo é também devedor dos estudos que citámos na nota 63 (p. 31), dos trabalhos de DOREY (1965), BOISSIER (1895, trad. 1986), GRIMAL (1987), RAWSON (1975), SHACKLETON BAILEY (1971) e SIHLER (1969), bem como das valiosíssimas *notices* que atravessam os 11 volumes que compõem a edição das *Belles Lettres*, para cuja leitura remeteremos sempre que considerarmos oportuno.

No ano 64, candidatou-se ao consulado, então quase exclusivamente reservado à nobreza, em particular, aos filhos de cônsules. Não obstante, conseguiu ser eleito. O ano do seu consulado ficou marcado pela tentativa de golpe de Estado perpetrada por Catilina, um patrício corrupto que fora seu concorrente na eleição para o cargo de cônsul. A conjuração foi descoberta e denunciada por Cícero. Catilina, que entretanto havia deixado Roma para se juntar aos seus cúmplices, foi derrotado e morto no ano seguinte, mas cinco dos seus sequazes acabaram por ser presos e levados diante do Senado. Depois de um aceso e memorável debate, foram executados sob a supervisão do cônsul, que, no interior e exterior da Cúria, foi aclamado como salvador de Roma. A legitimidade do procedimento adoptado por Cícero acabaria, no entanto, algum tempo depois, por ser questionada. Com o consulado, em 63, Cícero atingiu o auge da carreira política.

Nesta altura, a figura que dominava a cena política romana era Gneu Pompeio Magno. Pompeio cedo conquistou a fama com os brilhantes feitos militares alcançados sobre os adversários de Sula. A sua reputação veio a consolidar-se com a derrota, na Hispânia, de Sertório e a supressão da revolta dos escravos liderada por Espártaco. No ano 70, tornou-se cônsul, desafiando os princípios legais que estabeleciam uma idade mínima para ascender ao cargo e a ocupação de outros cargos públicos antes do desempenho desse *officium*. Três anos depois, ainda que com a oposição dos principais membros de Senado, recebeu uma comissão extraordinária para varrer do Mediterrâneo a pirataria. Alcançado o sucesso completo desta operação, foi-lhe confiada uma missão ainda mais difícil: conseguir o controlo da Ásia, onde Mitridates e o seu aliado rei da Arménia continuavam a desafiar o império. As campanhas de Pompeio estabeleceram o controlo romano sobre uma vasta área da Ásia ocidental, que ele reorganizou política e administrativamente em benefício de Roma<sup>71</sup>. No ano 62, Pompeio regressou a Itália. Para alívio das autoridades romanas, dispersou o seu exército.

Regressou, no entanto, com duas exigências: a ratificação da organização que estabelecera no Oriente e a entrega de terras aos seus veteranos. A ala conservadora do Senado, que então tendia a ser liderada por um jovem nobre de nome M. Pórcio Catão, duvidou das suas intenções e sentiu-se melindrada perante uma tão brilhante carreira que manifestamente estava longe de ser conforme às normas oligárquicas. Alguns membros do Senado, em particular, L. Luculo, seu antecessor no comando do Oriente, e Metelo

---

<sup>71</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 1, 108 sq..

(Crético), com quem tivera alguns problemas em Creta, alimentaram ressentimentos e rancores. Desta atitude imprudentemente obstrutiva resultou, em 60, a aliança política entre Pompeio e dois políticos de renome que não colhiam a simpatia do poder instituído: G. Júlio César e M. Licínio Crasso. O primeiro, filho de um pretor mariano e antigo genro de Cina, colhia a simpatia popular, quanto mais não seja porque era oriundo de uma das mais antigas famílias de Roma; o segundo, igualmente de origem nobre e colega de Pompeio em 70, era, logo depois deste, o homem mais rico de Roma. Esta aliança, conhecida por primeiro triunvirato, ainda que não tivesse reconhecimento oficial, veio a dominar a cena política nos anos que se seguiram. Cícero poderia ter sido o quarto elemento desta aliança. No entanto, e apesar de também ele estar descontente com o serviço público prestado pelos *optimates*, os seus princípios não lhe permitiram tomar parte numa conspiração contra a constituição.

No ano 59, César tornou-se cônsul. Desafiando a oposição senatorial e as normas constitucionais, levou a cabo um programa legislativo que servia os interesses dos seus dois aliados e que lhe deu o comando, por cinco anos, do norte da Itália e da Gália. Esse comando acabou por durar até 49, tendo-lhe permitido anexar ao império romano o território correspondente ao que actualmente constitui a França — com excepção da parte sul — e a Bélgica. Houve mesmo expedições através do Reno e do Canal da Mancha.

Antes de partir de Roma, César tratou de garantir o afastamento de Cícero, que havia rejeitado sucessivas tentativas de aproximação e abertura<sup>72</sup>. No início de 58, o demagogo patrício e tribuno da plebe P. Clódio Pulcro<sup>73</sup>, movido por razões de ordem pessoal<sup>74</sup>, foi autorizado a condená-lo ao exílio, com a conivência e atitude passiva de Pompeio, apesar de anteriores promessas de amizade e apoio mútuo<sup>75</sup>. Perturbado e numa atitude de desespero, Cícero antecipou o seu exílio, refugiando-se na Grécia<sup>76</sup>.

---

<sup>72</sup> Cícero não apoiara as medidas de César, nomeadamente uma lei agrária por meio da qual pretendia proceder a reformas sociais. Cf. *Les Belles Lettres*, v.1, 158 sq., 189 sqq..

<sup>73</sup> A adopção, em 59, deste patrício pelo plebeu P. Fronteio foi posta à votação na assembleia curiata por César, na qualidade de grande pontífice, com a anuência do *augur* Pompeio. Vide *Les Belles Lettres*, v. 1, 191.

<sup>74</sup> Cícero havia testemunhado contra Clódio no julgamento que o implicava no célebre escândalo da *Bona Dea*. Clódio conseguiu ser absolvido, mas Cícero voltaria a acusá-lo em pleno Senado. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 1, 120 sqq.. Sobre este escândalo, leia-se ainda EPSTEIN (1986); TATUM (1990).

<sup>75</sup> Clódio fez afixar um projecto-lei — *lex Clodia de capite civis Romani* — que previa o exílio e a confiscação de bens (*aquae et ignis interdictio*) para quem tivesse feito executar um cidadão romano sem julgamento prévio. O visado por esta lei era Cícero, responsável pela morte dos cúmplices de Catilina. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 2, 13; OLIVEIRA (2005) 234. Acerca desta lei, vide também MOREAU (1987).

<sup>76</sup> Os triúmviros ofereceram-lhe a possibilidade de escapar às represálias de Clódio, concedendo-lhe a hipótese de desempenhar uma *libera legatio uoti causa*, que lhe permitiria viajar a expensas do Estado e com



Somente dezoito meses depois a sua sorte mudaria. Clódio entrou em rota de colisão com Pompeio<sup>77</sup>, e este, com o consentimento relutante de César, conseguiu que Cícero regressasse triunfantemente a Roma<sup>78</sup>.

Durante algum tempo, o Arpinate tentou agir com independência política, tirando partido dos diferendos que perturbavam a união dos triúmviros. Esses diferendos acabaram, no entanto, por ser ultrapassados no Encontro de Luca, em meados de Abril de 56<sup>79</sup>, e Cícero acabou por receber um aviso claro da parte de Pompeio de que a sua atitude lhe desagradava profundamente. Esta advertência teve efeitos imediatos. O discurso em que elogiou perante todo o Senado as vitórias de César, por si descrito como uma *παλινοφδία*<sup>80</sup>, acabaria por ser, durante alguns anos, a sua última intervenção política importante. A sua actividade forense prosseguiu, apesar de agora ter de incluir na sua carteira de clientes indivíduos com ligações ao poder, alguns dos quais havia tomado por seus inimigos. Paulatinamente, alcançou também um relacionamento cordial com César, com o qual mantinha uma assídua correspondência<sup>81</sup>; na primavera de 54, o irmão Quinto partiu para a Gália, em busca de reconhecimento militar e de fortuna, na qualidade de tenente-general do procônsul<sup>82</sup>.

No ano 55, Pompeio e Crasso voltariam a partilhar o consulado. O comando de César na Gália prolongou-se por mais cinco anos e os cônsules foram designados para governarem a Hispânia e a Síria, respectivamente, por igual período<sup>83</sup>. Crasso partiu para a sua província, mas Pompeio permaneceu em Itália, governando a Hispânia através de representantes.

---

as honras e privilégios de embaixador, ou de ir para a Gália, na qualidade de *legatus* de César. Por uma questão de honra, Cícero recusou ambas as ofertas. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 1, 195. Antes de decidir sair de Itália, refugiou-se, em Março, numa das suas *uillae*. Em resposta a esta sua saída de Roma, Clódio propôs uma segunda lei — *lex Clodia de exilio Ciceronis* — que estipulava de forma clara contra Cícero a pena de morte civil, a *aquae et ignis interdictio*. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 2, 13 sq.. Conforme se afirma em OLIVEIRA (2005) 234, “sentindo-se visado pela sua acção contra os adeptos de Catilina, Cícero pretendeu antecipar-se, retirando-se para a Grécia. Mas Clódio, mesmo assim, fez legalizar esse auto-exílio, com consequente destruição da casa do seu inimigo em Roma.” O Arpinate chegaria a Tessalonica a 23 de Maio. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 2, 18.

<sup>77</sup> Sobre os motivos que levaram Pompeio a irritar-se com Clódio, vide *Les Belles Lettres*, v. 2, 20 sq..

<sup>78</sup> Cícero chegou a Brundísio no dia 5 de Agosto e reentrou em Roma a 4 de Setembro, depois de ter sido aclamado em todas as localidades por onde havia passado. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 2, 83 sqq..

<sup>79</sup> Sobre este encontro e suas consequências, vide *Les Belles Lettres*, v. 2, 114 sqq..

<sup>80</sup> *Att.* 4.5.1, de Junho de 56.

<sup>81</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 3, 33.

<sup>82</sup> As negociações que conduziriam a este desfecho foram levadas a cabo pelo próprio Cícero. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 3, 36.

<sup>83</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 2, 117.

Os últimos anos da década de 50 trouxeram, no entanto, um novo alinhamento de posições e o triunvirato acabou por se desfazer. Pompeio havia casado com a filha de César, mas Júlia morreria em Setembro de 54. Este acontecimento teve consequências políticas importantes, já que contribuiu para o enfraquecimento dos laços que uniam os dois homens<sup>84</sup>. No ano seguinte, Crasso foi derrotado e morto pelos Partos na batalha de Carras<sup>85</sup>. César e Pompeio ficaram sozinhos no que começava a adquirir contornos de um confronto pessoal. Após a conquista da Gália, Pompeio deixara de se sentir seguro na posição de mais velho; ao mesmo tempo, Catão e os seus amigos, face à ameaça que César começava a representar, iam pondo de parte a sua hostilidade ao governador da Hispânia.

Na sequência destes acontecimentos, a reaproximação entre Pompeio e o Senado — que Cícero, sem sucesso, tentara, aliás, em tempos, promover — acabou mesmo por acontecer. No ano 52, legitimado pelos seguidores de Catão, Pompeio acabou por assumir o poder como cônsul único<sup>86</sup>, com vista ao restabelecimento da lei e da ordem, que haviam sido quebradas com a corrupção eleitoral e o clima de agitação que se instalara nas ruas de Roma. O objectivo a que se propôs foi cumprido com a mesma eficácia com que afastara os piratas das águas do Mediterrâneo em 67, e a questão do futuro de César adquiriu mais importância do que nunca. Após demoradas manobras, o desfecho acabou por ser mais uma guerra civil, que rebentou no início de 49, quando César atravessou com as suas tropas o Rubicão em direcção a Roma<sup>87</sup>. Cerca de dois meses mais tarde, depois de César ter cercado e capturado uma imensa parte do exército republicano em Corfíno<sup>88</sup>, Pompeio e grande parte do Senado atravessaram o Adriático com as tropas restantes, deixando César no controlo pleno da Itália e de Roma<sup>89</sup>.

Cícero não assistiu aos preliminares políticos de toda esta crise. Em 51, de forma inesperada, soube que lhe coubera a missão de governar uma província — missão que havia recusado já por duas vezes —, a Cilícia, que compreendia quase toda a costa meridional da Ásia Menor, uma extensa parte do interior e a ilha de Chipre<sup>90</sup>. No final de Julho, chegou a Laodiceia, a primeira cidade da sua província, para cumprir um ano de

---

<sup>84</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 3, 42.

<sup>85</sup> Sobre os acontecimentos que precipitaram o fim do primeiro triunvirato, vide *Les Belles Lettres*, v. 3, 153.

<sup>86</sup> Na sequência do assassinato de Clódio e dos distúrbios daí resultantes. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 3, 180.

<sup>87</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 5, 81 sqq..

<sup>88</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 5, 138 sqq..

<sup>89</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 5, 241 sqq..

<sup>90</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 3, 184 sq..

proconsulado<sup>91</sup>. Apesar da relutância inicial com que encarara esta missão, Cícero acabou por se revelar um excelente governador. Com a colaboração do irmão e de outros homens militarmente experientes que faziam parte da sua comitiva, combateu os habitantes indómitos das montanhas do Amano com tamanho êxito e eficácia que alcançou junto das suas tropas o título de *imperator* e uma *supplicatio* do Senado, antecedentes habituais de um *triumphum*<sup>92</sup>.

Chegado a Itália em finais do ano 50, já no final da crise que antecedeu a guerra civil, empreendeu esforços no sentido da manutenção da paz e da concórdia, em público e em privado<sup>93</sup>. Falhados estes seus intentos, após longa hesitação — registada em cartas quase diárias que então escrevia a Ático —, e contrariando as ordens de César<sup>94</sup>, partiu, em Junho, de Itália, para se juntar a Pompeio, que abandonara o país em Março<sup>95</sup>.

A vitória de César em Farsalo em Agosto de 48 poderá ter sido o fim de Pompeio — que viria a ser assassinado pouco tempo depois, no Egipto —, mas não foi o fim da guerra civil. Cícero, no entanto, pensou que era; julgando que César não tardaria a reentrar em Roma, precipitou-se no regresso a Itália. Ver-se-ia, no entanto, obrigado a passar um amargo ano em Brundísio, ponderando as decisões que haveria de tomar sobre o seu futuro, enquanto César se ocupava do Egipto e da Ásia. Somente em Setembro de 47, com o regresso do ditador, terminariam todas as suas ansiedades. Após um amigável encontro com César, Cícero pôde finalmente retomar a sua vida em Roma.

A vida do Arpinate resumia-se, então, praticamente à esfera privada. César mostrava-se cordial e ele mantinha um relacionamento social aparentemente amigável com muitos dos principais partidários de César, mas o seu conselho não era requisitado e raramente aparecia no *Forum* ou na *Curia*. Paradoxalmente, Cícero tinha agora mais motivos para temer uma vitória republicana. Catão e Q. Cecílio Metelo Cipião, em aliança com o rei da Numídia, Juba I, haviam firmado uma nova posição de força em África, onde o lugar-tenente de César, Curião, havia perdido a vida e o exército, no início da guerra; depois de as suas tropas terem sido aniquiladas com nova vitória cesariana em Tapso

---

<sup>91</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 3, 199.

<sup>92</sup> Para conhecer em pormenor o trabalho desenvolvido por Cícero como procônsul da Cilícia, vide *Les Belles Lettres*, v. 4, 9-25, 95-112, 189-207.

<sup>93</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 5, 20 sqq..

<sup>94</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, 83 sqq..

<sup>95</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, 141 sqq..

(Abril de 46)<sup>96</sup>, os filhos de Pompeio, Gneu e Sexto, combateram César na Hispânia, mas nem mesmo a derrota destes na difícil batalha de Munda, em Março de 45, representou o fim das hostilidades<sup>97</sup>.

Na sequência da morte da filha em Fevereiro de 45, Cícero refugiou-se na produção literária. Na sua juventude, havia publicado composições em verso e alguns discursos. Na década de 50, compôs o *De oratore* e o *De Republica*. Entre os anos 46 e 44 dedicou-se à filosofia, sintetizando as ideias que colheu em fontes gregas numa série de tratados que marcaram de forma indelével o pensamento humano<sup>98</sup>.

Cícero não teve conhecimento prévio da conspiração que viria a resultar no assassinato de César nos Idos de Março de 44, não obstante o mentor desta acção, M. Bruto, ser seu amigo íntimo<sup>99</sup>. No momento, porém, em que o tirano sucumbia na Cúria aos golpes desferidos pelos conspiradores, o tiranicida, ciente de que este acto teria a aprovação do estadista, terá gritado o nome de Cícero, ao mesmo tempo que brandia o seu punhal ensanguentado. Pouco tempo depois, o Arpinate reconheceria, no entanto, com desgosto que, apesar da morte do *rex*, a monarquia havia sobrevivido. Os conspiradores, um conjunto de republicanos e de homens do sistema descontentes, não anteviram as consequências do seu acto, e o cônsul Marco António, que, na opinião de Cícero, deveria ter sido eliminado juntamente com o colega César, em breve tornou claro que pretendia ocupar o lugar deixado pelo tirano. Os *liberatores* foram então afastados de Roma<sup>100</sup>.

Desiludido com o curso dos acontecimentos, Cícero partiu em Julho para a Grécia, onde o filho se encontrava a estudar. As notícias que lhe iam chegando de Roma levaram-no, porém, a abandonar o seu projecto de viagem<sup>101</sup>. Assim, no dia 2 de Setembro, proferiria no Senado o primeiro de uma série de ataques contra Marco António a que chamaria *Filípicas*, inspirado nos discursos de Demóstenes contra Filipe da Macedónia. Esta primeira ofensiva não teve consequências imediatas, pelo que Cícero voltaria a atacar Marco António<sup>102</sup>.

---

<sup>96</sup> Para mais informação acerca dos combates entre cesarianos e pompeianos no Norte de África que culminariam na batalha de Tapso, vide *Les Belles Lettres*, v. 6, 221 sqq; v. 7, 15 sqq..

<sup>97</sup> Sobre os combates na Hispânia, vide *Les Belles Lettres*, v. 7, 193 sqq..

<sup>98</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 13 sqq., 69 sqq., 107 sqq., 163 sqq. e 189 sqq..

<sup>99</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 9, 18.

<sup>100</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 9, 35 sqq..

<sup>101</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 9, 205 sqq..

<sup>102</sup> Para a cronologia das *Filípicas* e dos principais momentos que marcaram o combate de Cícero contra Marco António, vide *Les Belles Lettres*, v. 10, 15 sqq..

No final do ano, porém, a situação alterou-se. Marco António encontrava-se em Múтина, a comandar o cerco ao governador da Gália Cisalpina, Décimo Bruto, um dos assassinos de César. Rapidamente se confrontou, porém, com a oposição de três exércitos republicanos, cujos comandantes eram os dois cônsules de 43, Hírcio e Pansa — cesarianos, mas hostis às ambições de Marco António — e o jovem sobrinho-neto e filho adoptivo de César, de nome César Octaviano, que havia regressado a Itália em Abril e emergido como rival de António na conquista da lealdade dos veteranos de César. Por esta altura, Cícero confiava plenamente na lealdade de Octaviano para com a República<sup>103</sup>. Entretanto, ele próprio assumira a liderança em Roma como reconhecido representante do Senado e da vontade do povo para resistir ao novo despotismo. Os tiranicidas M. Bruto e o cunhado Cássio haviam partido para o Oriente, tendo conseguido, no interesse da República, o domínio sobre a totalidade do império romano que ficava a leste do Adriático. A parte que ficava a oeste, todavia, estava nas mãos de quatro governadores cesarianos, dos quais nenhum — excepto, talvez, Cornifício, em África — era, do ponto de vista de Cícero, digno de total confiança, pelo que este se empenhou em conseguir a lealdade desses homens ao Senado, mantendo com eles assídua correspondência que os exortava nesse sentido<sup>104</sup>.

Em Abril, o impasse que se gerara em Múтина chegaria ao fim. Marco António sofreu duas pesadas derrotas e foi obrigado a levantar o cerco, tendo, na sequência, fugido para oeste. Os cônsules Hírcio e Pansa, no entanto, pereceram no combate<sup>105</sup>. Em Itália, era Octaviano quem detinha o controlo da situação. Marco António, todavia, não havia desistido de lutar. Juntamente com um enorme contingente de forças comandadas pelo seu lugar-tenente Ventídio, atravessou os Alpes em direcção ao sul da Gália, agora governada pelo antigo *Magister Equitum* de César, M. Lépido. A notícia de que haviam congregado forças causou grande consternação em Roma, onde se julgava já que a guerra havia sido vencida. No norte da Gália, o amigo da família de Cícero, L. Planco, ao qual se associou Décimo Bruto, professou lealdade à causa senatorial. Os seus exércitos permaneceram, no entanto, inactivos até Agosto ou Setembro, e Planco, juntamente com Polião,

---

<sup>103</sup> Apesar das reservas que inicialmente sentiu. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, 61 sqq..

<sup>104</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, 107 sqq..

<sup>105</sup> Sobre a vitória republicana em Múтина, vide *Les Belles Lettres*, v. 10, 195 sqq.; v. 11, 1-4.

governador da Hispânia Ulterior, acabaria por passar para o lado da oposição. Os homens de Décimo desertaram e este foi morto quando ia já em fuga<sup>106</sup>.

Em Itália, Octaviano tinha começado a afirmar-se, exigindo ser nomeado *consul suffectus* com apenas dezanove anos de idade. Perante a recusa do Senado, marchou com o seu exército sobre Roma e ocupou a cidade sem derramamento de sangue. A dezanove de Agosto deu-se a sua eleição. Em Outubro, seguiu-se o encontro com Marco António e Lépido, do qual nasceu uma nova aliança, o segundo triunvirato, conhecido oficialmente como *Triumviri Rei Publicae Constituendae Consulari Potestate*. Os triúnviros dividiram entre si a parte ocidental do império e, movidos pela necessidade de restaurar as finanças públicas, mas também por vingança pessoal, acordaram os nomes que deveriam figurar na lista de *proscriptiones*. As vítimas foram muitas, algumas, figuras eminentes de Roma. A condenação da vítima mais notável, Cícero, que fizera oposição a César e invectivara Marco António, não foi surpresa, mas a do irmão Quinto, antigo *legatus* de César, e a do sobrinho terão sido motivadas por mero rancor. Segundo Plutarco, Octaviano ainda tentou salvar o seu antigo protector, mas acabou por ceder à intransigência de Marco António, cujo ódio igualava o que o autor das *Filípicas* nutria por ele. Depois de uma tentativa falhada de escapar por mar, Cícero, foi perseguido, até ser assassinado na sua *uilla* de Fórmias, a 7 de Dezembro de 43<sup>107</sup>.

Entretanto, os assassinos de César, Marco Júnio Bruto e Gaio Cássio Longino, tinham conseguido o controlo de grande parte das províncias orientais, incluindo a Macedónia, a Ásia Menor e a Síria. No ano 42, porém, Octaviano e Marco António partiram para a guerra, e a causa republicana acabaria por sair derrotada da batalha de Filipos; na sequência da derrota, Bruto e Cássio acabariam por se suicidar, a 3 de Outubro.

Em Outubro de 40, os triúnviros acordaram dividir entre si as províncias da República; Octaviano — que começara a intitular-se *Diui filius*, à imagem da deificação de César como *Divus Iulius*, e que se apelidava *Imperator Caesar* — assumiu o controlo do Ocidente, António, do Oriente e Lépido, de África. Em 31, porém, o poder concentrar-se-ia em apenas um homem, com a vitória de Octaviano sobre Marco António e Cleópatra, em Áccio. O ano 27 seria o ano da instauração do principado. Doravante, Octaviano seria *Augustus* e *Princeps*. A República, pela qual Cícero dera a vida, pertencia já ao passado.

---

<sup>106</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 11, 5 sqq..

<sup>107</sup> Plutarco legou-nos um relato detalhado e, ao que parece, verídico dos últimos dias do estadista. Cf. *Cic.* 46-49. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 11, 99 sqq..

Importa agora aduzir alguns aspectos relativos à metodologia adoptada na transcrição dos textos utilizados. No que diz respeito à citação de excertos das *epistulae* que compõem as quatro colectâneas de correspondência ciceroniana, objecto principal deste trabalho, adoptaremos as edições da Loeb, de Shackleton Bailey, publicadas entre 1999 e 2002, que, sendo as mais recentes, constituem revisões de edições mais antigas publicadas pelo mesmo autor. Embora, por norma, sigamos o texto, tradução e notas fixados por Shackleton Bailey nestas edições mais recentes, para a discussão de alguns passos cuja interpretação se revele mais problemática, estabeleceremos o confronto com outras edições, em alguns casos mais completas, do mesmo estudioso — nomeadamente as da Cambridge, que incluem um valiosíssimo comentário —, mas também com edições de outros autores, mormente com a edição das *Belles Lettres*, publicada em Paris, entre 1934 e 1996, cujas introduções e notas muito contribuem para a contextualização das cartas e, desse modo, para o esclarecimento de algumas dúvidas interpretativas.

Na citação das diferentes edições das *epistulae*, indicaremos o nome do autor, seguido do ano da publicação entre parênteses e, quando aplicável, do número do volume. Por serem três os nomes que repartem entre si a autoria dos onze volumes que compõem a edição das *Belles Lettres*, sempre que para essa edição remetermos, referiremos o nome da editora (*Les Belles Lettres*), seguido do número do volume.

Na transcrição de outras fontes greco-latinas, servir-nos-emos, em geral, da colecção da Loeb. Os comentários aduzidos aos textos latinos e gregos que sejam objecto de citação neste trabalho, incluindo os excertos de *epistulae*, por implicarem uma paráfrase do respectivo conteúdo, dispensam, no nosso entender, a apresentação da respectiva tradução.

No que à identificação dos passos citados diz respeito, para os autores gregos, usaremos as abreviaturas de Liddell-Scott, *A Greek-English Lexicon* (Oxford <sup>9</sup>1996); para os autores latinos, sempre que possível, as do *Oxford Latin Dictionary* (Oxford 1982).

O critério de ordenação das cartas utilizado por Shackleton Bailey é o da numeração contínua, dentro de cada colectânea de cartas (e. g., na colectânea *Ad Atticum*: 12 (I.12), 13 (I.13), 14 (I.14)...). O critério adoptado na colecção das *Belles Lettres* é igualmente o da numeração contínua, sem que se faça, todavia, qualquer distinção entre as diferentes colectâneas (e. g. XVII (*Att.*, I, 12), XVIII (*Fam.*, V, 5), IX (*Att.*, I, 13)...).

Assim, e atendendo a que, para a interpretação de alguns passos, remeteremos para outras edições que não as da Loeb, optamos, por mencionar a numeração tradicional, que é comum a todas as edições (e. g. *Att.* 1.12, *Att.* 1.13, *Att.* 1.14...).

Deste trabalho constarão ainda uma bibliografia que dividimos em duas partes (A. Edições e comentários; B. Estudos) e um *Index nominum et locorum*.



**PRIMEIRA PARTE**

**A FAMÍLIA ROMANA**



## CAPÍTULO PRIMEIRO

### Conceito romano de família: *familia* e *domus*

Muito embora o interesse pela história da família romana tenha vindo a crescer significativamente nas duas últimas décadas, e apesar dos importantes trabalhos de investigação que recentemente têm sido apresentados nesta área<sup>1</sup>, a problemática relativa à definição e caracterização da família romana continua a suscitar alguma controvérsia.

A Primeira Parte desta dissertação, que, no âmbito do nosso trabalho, pretendemos que tenha um carácter introdutório, consiste numa leitura das mais importantes e modernas teorias surgidas nesta matéria, e focará essencialmente quatro aspectos: primeiramente, os termos utilizados pelos Romanos para referir a família, com especial relevo para *familia* e *domus*, e os variados significados que esses termos podiam assumir em função do contexto. Esta análise é fundamental para que possamos conhecer e compreender os conceitos romanos de ‘família’ e ‘lar’ (cf. Capítulo Primeiro); seguidamente, a estrutura elástica da família romana e suas implicações na definição da mesma como um sistema aberto e sujeito a contínuas alterações e reestruturações (cf. Capítulo Segundo); depois, os mecanismos diversos de constituição e reestruturação da família romana, com as inerentes implicações legais e sua aplicação na prática quotidiana (cf. Capítulo Terceiro); por fim, os membros que podiam compor a unidade familiar, suas funções e os diferentes

---

<sup>1</sup> Os trabalhos de BRADLEY (1991), DIXON (1992), RAWSON (1986) e SALLER (1994) proporcionam uma boa introdução ao estudo moderno da família romana. Para um estudo suplementar, leiam-se: DIXON, (1988); GARDNER (1986); GARNSEY-SALLER (1987) 126-147; RAWSON (1991); SALLER (1984); SALLER-SHAW (1984); TREGGIARI (1991). A maioria destas obras e artigos fornece um conjunto de indicações bibliográficas precioso para quem pretenda iniciar-se ou prosseguir no estudo da família romana. De grande utilidade é ainda a obra de CORBETT (1930, reimpr. 1979), inteiramente dedicada aos aspectos legais do casamento, e o mais recente estudo de GARDNER (1998).

tipos de relacionamento que, entrecruzando-se no seio da família romana, os ligavam, de forma mais ou menos hierarquizada (cf. Capítulo Quarto).

Tendo em conta que a classe social constitui factor decisivo na definição da natureza da família em qualquer sociedade<sup>2</sup> — porque o que é válido para um grupo social pode não o ser para outro — e, ao mesmo tempo, atendendo à existência de diferentes grupos sociais na sociedade romana regidos por diferentes estatutos jurídicos<sup>3</sup>, alargaremos o âmbito da nossa análise à generalidade dos quadrantes que compunham a realidade social de Roma, dando embora especial relevo à família da classe senatorial, já que é neste grupo que se insere a família de Cícero, objecto primeiro deste trabalho de investigação. Sabendo ainda que os factores tempo e espaço podem, da mesma forma, condicionar a estrutura e o comportamento familiares, faremos incidir o nosso estudo, por um lado, sobre o período correspondente aos séculos I e I d.C.<sup>4</sup>, por outro, sobre a cidade de Roma<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Cf. RAWSON (1986) 6: “It is now generally recognised that social class can have an important effect on the nature of the family in any society (...).”

<sup>3</sup> Em Roma, a distinção fazia-se entre pessoas livres (incluindo senadores, cavaleiros e plebeus), libertos (ex-escravos) e escravos. A divisão mais lata era feita entre cidadãos romanos e não-cidadãos. Em muitas circunstâncias, esta divisão pode equivaler à que separava cidadãos livres de não-livres. Todos os cidadãos romanos eram, por definição, livres. Alguns estrangeiros livres residentes em Roma (*peregrini*) não tinham a cidadania romana; muitos dos não-cidadãos por nós conhecidos eram escravos. Os não-livres eram escravos (*serui*). Os livres podiam sê-lo desde o seu nascimento (*ingenui*) ou depois de terem conquistado a sua liberdade (*liberti*). Os libertos eram ex-escravos que tinham alcançado a liberdade através da *manumitio*. Esta podia conceder-se de diversas formas: formal ou informalmente; durante o tempo de vida do senhor dos escravos ou mediante legação testamentária; através do pagamento ao dono de uma soma de dinheiro (*peculium*) que muitas vezes era permitido aos escravos pouparem; ou como uma simples concessão por parte do senhor, em sinal, por exemplo, de reconhecimento pelo trabalho e fidelidade do ex-escravo. O ex-senhor do liberto passava então a ser seu patrono, e era dele que o ex-escravo recebia o nome e a cidadania. Deste modo, quase todos os ex-escravos obtinham em simultâneo a liberdade e a cidadania romana. De entre o sector da população que nasceu livre, o grupo mais poderoso em praticamente todos os critérios era o dos senadores, que tinham de satisfazer elevados requisitos financeiros e que desempenhavam um importante papel político — durante a República, o mais importante do Estado. Na hierarquia social, logo abaixo dos senadores, posicionavam-se os membros da ordem dos *equites*, que satisfaziam igualmente requisitos financeiros. Num degrau inferior, situavam-se os membros da plebe, alguns deles bastante pobres. Como afirma RAWSON (1986) 45, nota 6 ad p. 6, “in general, ‘the lower classes’ can be taken to include this third, lowest level of the free born population as well as freedman and slaves.” Alguns escravos e libertos, em especial os que pertenceram à família imperial, tornaram-se muito ricos e poderosos e, em muitos aspectos, terão tido mais em comum com os mais favorecidos do que com os restantes. O seu estatuto de ex-escravos, no entanto, condicionava quase sempre os seus relacionamentos familiares. Cf. RAWSON (1986) 44 sq., nota 6 ad p. 6.

<sup>4</sup> Incidindo, portanto, sobre o período final da República e o início do Império. Normalmente, considera-se que a República vai até ao ano 31 (cf. RAWSON (1986) 6) ou 27 (cf. DIXON (1992) 241).

<sup>5</sup> Embora a lei e muitos dos costumes vigentes em Roma tivessem sido adoptados no resto da Itália, existiam diferenças sociais essenciais entre um centro urbano e cosmopolita com mais de um milhão e meio de habitantes, como Roma, e centros rurais mais pequenos. Como afirma RAWSON (1986) 6 sq., “the formal structure of the Roman family can be taken to apply to the rest of ancient Italy, and many Romans travelled frequently between Rome and other Italian towns. But individual behavior and experience may have varied considerably for city and country people: life in the country was probably simpler than in the city; diversions and material facilities were fewer; slave numbers and proportions appear to have been lower.”

O principal óbice a uma definição exacta daquilo que é a família romana prende-se, antes de mais, com a ambiguidade que o conceito ‘família’ desde sempre assumiu.

Todos nós, como membros integrantes de uma comunidade familiar, temos, de algum modo, vivências ligadas à família, pelo que tentar definir uma palavra que usamos com tanta frequência poderá parecer supérfluo. No entanto, se nos debruçarmos sobre a questão, depressa perceberemos que ainda hoje o seu significado varia consoante o contexto em que a palavra é utilizada<sup>6</sup>. Se, por exemplo, perguntarmos a um adulto de meia-idade se tem família, em princípio, pretendemos saber se ele constituiu a sua própria família, isto é, se tem esposa (ou marido, no caso de uma mulher) e filhos. Numa discussão entre marido e mulher, porém, se um dos dois se referir à família do outro, provavelmente, quererá referir-se aos pais e irmãos do cônjuge. Se, por outro lado, em momento particularmente difícil para uma família, o respectivo chefe expressar o desejo de que todos se mantenham unidos, o mais certo é estar a dirigir um apelo a todos quantos habitam a sua casa. Já no contexto de um casamento ou de um funeral, o termo ‘família’ terá de incluir também os primos, os tios e outros parentes mais afastados. Estas variações do âmbito do conceito não costumam criar dificuldades de interpretação, já que o contexto torna claro o sentido particular que o mesmo assume<sup>7</sup>.

Definir e caracterizar a família romana torna-se, todavia, uma tarefa mais complexa e difícil. O simples facto de a família ser uma entidade dinâmica e em constante evolução, cuja natureza depende do contexto sócio-cultural e do percurso de vida de cada indivíduo, alerta os estudiosos para os perigos inerentes à tentativa de caracterizar ou classificar de forma taxativa e imediata famílias que viveram em sociedades remotas<sup>8</sup>. Por outro lado, os termos que os Romanos normalmente utilizavam para referir a família — *familia* e *domus*<sup>9</sup> — tinham um significado tão abrangente que podiam incluir — para nós, com alguma estranheza — pessoas que não se encontravam unidas por laços de sangue ou de

---

<sup>6</sup> Como afirma SALLER (1994) 74, “the subject of “family” may seem self-explanatory, but different cultures have defined the “family” and its boundaries in various fashions.”

<sup>7</sup> Cf. DIXON (1992) 1. Cf. também BRADLEY (1991) 3, que, no entanto, ressalva: “even at the level of ordinary discourse, *family* is an ambiguous, elusive term, whose meaning for any individual is shaped primarily by the variables of age and marital status, and if divorce and remarriage have anywhere entered the picture, the complications of understanding and defining are greater still.”

<sup>8</sup> Cf. BRADLEY (1991) 4. DIXON (1992) 1 acrescenta: “discussion of “the Roman family” requires a common reference point. It is my belief that some scholarly differences about the nature of the family come down to this failure to define the central topic.”

<sup>9</sup> Cf. e. g. GARNSEY-SALLER (1987) 127: “The obvious Latin words for ‘family’ are *familia* and *domus* (‘household’).”

afinidade (isto é, adquiridos pelo casamento). Ora, este facto, por si só, contribui para que o conceito romano de ‘família’ seja mais ambíguo e de difícil definição<sup>10</sup>. A esta dificuldade soma-se o facto de existir mais do que um vocábulo designativo de ‘família’ e de cada um desses vocábulos apresentar sentidos diversos, que alternam consoante o contexto em que são utilizados. Como afirma Saller:

“Understanding the Roman conception of the family is a delicate task, encountering the problematic relation between words and patterns of social behavior. There is no easy, one-to-one correspondence between vocabulary and social entities, and it is well to recognize from the outset of the futility of attempting to define or to characterize *the* Roman family. Certain definitions were appropriate to, clarified by, particular contexts. In other contexts the meaning of the word was left ambiguous, sometimes deliberately so.”<sup>11</sup>

Uma análise sistemática dos diversos valores semânticos assumidos por cada um dos vocábulos parece-nos, assim, fundamental, já que nos permitirá, por um lado, conhecer de que forma concebiam e perspectivavam os Romanos a família, por outro, constatar a existência de diferenças, ainda que muito subtis, entre *familia/domus* e ‘família’<sup>12</sup>.

O termo latino *familia*, étimo da palavra portuguesa, estendeu-se a tantas línguas europeias que é difícil imaginarmos que os Romanos poucas vezes o tenham utilizado para referir um conjunto de pessoas unidas pelo parentesco<sup>13</sup>. Ulpiano, na secção *De significatione uerborum* do *Digesto*, sistematizou um conjunto de diferentes significados legais que a palavra podia assumir; à semelhança do que hoje acontece com a palavra ‘família’, o sentido do termo *familia* variava consoante o contexto<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> Cf. BRADLEY (1991) 4 sq..

<sup>11</sup> SALLER (1994) 74.

<sup>12</sup> Cf. SALLER (1994) 75.

<sup>13</sup> Cf. DIXON (1992) 1 sq..

<sup>14</sup> Cf. Ulp., dig. 50.16.195.1-4 (cf. 21.1.25.2), que aqui transcrevemos e que voltaremos a citar sempre que tal se revele pertinente: 1. "*familiae*" appellatio qualiter accipiat, uideamus. Et quidem uarie accepta est: nam et in res et in personas deducitur. In res, ut puta in lege duodecim tabularum his uerbis "adgnatus proximus familiam habeto". Ad personas autem refertur familiae significatio ita, cum de patrono et liberto loquitur lex: "ex ea familia", inquit, "in eam familiam": et hic de singularibus personis legem loqui constat. 2. Familiae appellatio refertur et ad corporis cuiusdam significationem, quod aut iure proprio ipsorum aut communi uniuersae cognationis continetur. Iure proprio familiam dicimus plures personas, quae sunt sub unius potestate aut natura aut iure subiectae, ut puta patrem familias, matrem familias, filium familias, filiam familias quique deinceps uicem eorum sequuntur, ut puta nepotes et neptes et deinceps. Pater autem familias appellatur, qui in domo dominium habet, recteque hoc nomine appellatur, quamuis filium non habeat: non enim solam personam eius, sed et ius demonstramus: denique et pupillum patrem familias appellamus. Et cum pater familias moritur, quotquot capita ei subiecta fuerint, singulas familias incipiunt habere: singuli enim patrum familiarum nomen subeunt. Idemque eueniet et in eo qui emancipatus est: nam et hic sui iuris

Segundo o jurista, *familia* podia, então, designar *res* e *personae*<sup>15</sup>. Identificada com *res*, numa acepção mais arcaica, a palavra podia significar o conjunto de bens materiais de uma família<sup>16</sup>, como consta, aliás, dos pareceres sobre heranças que integram a Lei das Doze Tábuas<sup>17</sup>. Esta acepção do vocábulo é, todavia, específica da linguagem jurídica e encontramos-a atestada muito poucas vezes na literatura clássica<sup>18</sup>.

Depois de explicitar o primeiro sentido apresentado — isto é, o que identifica *familia* com bens materiais, *res* —, o jurista enumerou os diversos significados que o termo latino, referindo-se a *personae*, podia assumir. Neste contexto, o vocábulo incluía, por vezes, os libertos que adoptavam o nome do antigo senhor, ao qual ficavam a dever

---

*effectus propriam familiam habet. Communi iure familiam dicimus omnium adgnatorum: nam etsi patre familias mortuo singuli singulas familias habent, tamen omnes, qui sub unius potestate fuerunt, recte eiusdem familiae appellabuntur, qui ex eadem domo et gente proditi sunt.*

3. *Servitutium quoque solemus appellare familias, ut in edicto praetoris ostendimus sub titulo de furtis, ubi praetor loquitur de familia publicanorum. Sed ibi non omnes servi, sed corpus quoddam servorum demonstratur huius rei causa paratum, hoc est uectigalis causa. Alia autem parte edicti omnes servi continentur: ut de hominibus coactis et ui bonorum raptorum, item redhibitoria, si deterior res reddatur emptoris opera aut familiae eius, et interdicto unde ui familiae appellatio omnes servos comprehendit. Sed et filii continentur.*

4. *Item appellatur familia plurium personarum, quae ab eiusdem ultimi genitoris sanguine profiscuntur (sicuti dicimus familiam Iuliam), quasi a fonte quodam memoriae.*

BRADLEY (1991) 11, nota 3 ad 4, esteando-se nas definições de Ulpiano, resume desta forma os diversos sentidos que o termo *familia* podia assumir: “(i) the physical household; (ii) the persons who comprise a household (e. g. patron and freedman); (iii) a body of persons “covered by a legal status peculiar to its members or common to an entire related group” (e. g., *paterfamilias*, *materfamilias*, *filiafamilias*, *nepotes*, *neptes*, etc.); (iv) “all the agnates under a single legal rule”; (v) a body of slaves; (vi) “people who descend by blood from the same original founder”; for example, “the Julian household.””

O *Oxford Latin Dictionary* apresenta as seguintes definições para *familia*: “1. All persons subject to the control of one man, whether relations, freedmen or slaves, a household. b. PATER, MATER, FILIVS, FILIA [-familias]. 2. The slaves of a household. 3. A group of servants domiciled in one place. 4. A body of persons closely associated by blood or affinity, family. 5. A school (of philosophy, etc.). 6. (leg.) Estate (consisting of the household and household property).” Nos seus elementos essenciais, estas definições seguem as que Ulpiano apresentou no *Digesto*, ainda que algumas importantes *nuances* de sentido tivessem sido omitidas Cf. SALLER (1994) 75.

<sup>15</sup> Justifica-se, por isso, que recordemos as palavras do jurista (*dig.* 50.16.195.1): “*familiae*” *appellatio qualiter accipiatur, uideamus. Et quidem uarie accepta est: nam et in res et in personas deducitur.*

<sup>16</sup> Como a casa por ela habitada, por exemplo. Cf. BRADLEY (1991) 11, nota 3 ad 4.

<sup>17</sup> Cf. DIXON (1992) 3, onde se afirma: “The association of the family estate with the term *familia* is apparent in these expressions, and *familia* can be used, as Ulpian points out, to mean the estate, as in the Twelve Tables rulings on inheritance.” Cf. *Duodecim tabularum leges* V, frg. 3-4, in *Fontes iuris Romani antiqui*, I (eds. BRUNS, G., et GRADENWITZ, O. (Tübingen 1909)): *Vti legassit super pecunia tutelae suae rei, ita ius esto. Si intestato moritur, cui suus heres nec escit, adgnatus proximus familiam habeto. Si adgnatus nec escit, gentiles familiam habento.* Segundo SALLER (1994) 75, Ulpiano sublinhou a utilização arcaica deste significado precisamente ao ilustrá-lo com um exemplo retirado das Lei das Doze Tábuas (*adgnatus proximus familiam habeto*). Cf. *dig.* 50.16.195.1: *In res, ut puta in lege duodecim tabularum his uerbis “adgnatus proximus familiam habeto”.*

<sup>18</sup> Comentando as definições de *familia* apresentadas no *Oxford Latin Dictionary*, afirma SALLER (1994) 75: “It is rightly noted that *familia* as property or estate is a legal usage, rarely found in classical literature except in legal discussions.”

obrigações para toda a vida<sup>19</sup>. Patrono e libertos pertenciam, pois, à mesma *familia*<sup>20</sup>. Em muitos contextos, *familia* significava o grupo de escravos e libertos dependentes ou ligados a um casal<sup>21</sup>. Na verdade, em linguagem jurídica, marido e mulher tinham, cada um, a sua *familia* de escravos, apesar de os juristas admitirem, na prática, que os escravos de ambos pudessem ser perspectivados como uma comunidade<sup>22</sup>. Por alargamento de sentido, *familia* podia ainda designar uma actividade específica, já que grande parte da “indústria” romana tinha por base o trabalho de um grupo de escravos que se haviam especializado em determinado ofício, dentro ou fora de casa<sup>23</sup>.

O significado que mais se aproxima do sentido primeiro que hoje geralmente damos ao vocábulo ‘família’ — a unidade que compreende um pai, uma mãe e respectivos filhos, entenda-se — é aquele que identifica o vocábulo latino com o conjunto de pessoas que se encontravam sujeitas, por natureza ou por imposição da lei, ao poder (*potestas*) do

---

<sup>19</sup> Cf. DIXON (1992) 2: “Nor was this a legal formality only: the evidence of sepulchral inscriptions suggests that slaves tended to marry (or, where status prevented this, to form *de facto* unions) within the *familia* and even to group in kinlike clusters for such purposes as funeral commemoration, in addition to performing such services to the former owner.” Vide ainda Ulp., *dig.* 38.2.1; 38.1 (*De operis libertorum*) acerca dos deveres dos libertos para com os *patroni*; cf. Tac., *Ann.* 13.26-27; CROOK (1967a) 52 sq..

<sup>20</sup> Cf. Ulp., *dig.* 50.16.195.1: *ad personas autem refertur familiae significatio ita, cum de patrono et liberto loquitur lex: "ex ea familia", inquit, "in eam familiam": et hic de singularibus personis legem loqui constat.*

<sup>21</sup> Cf. Paul., *Fest.* p. 87, 5 Müll., que relaciona *famulus* e *familia* com a palavra osca designativa de ‘escravo’, *famel* (forma lat. arc., cf. Enn. apud Non. 110.9; Lucr. 3.1035 (al. 1048): *famuli origo ab Oscis dependet, apud quos servus famel nominabatur, unde et familia uocata*). Cf. Osc. *faama*, ‘casa’, ‘escravo, servo’. No *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Lisboa 2001) v. 9, *famulus* e *familia* surgem como “prováveis empr. do osco: *famel* = *famulus* e *famelo* = *familia*”. Cf. ainda DIXON (1992) 2. A mesma autora, em (1988) 14, afirma: “For most purposes, we may take the residential unit of ‘the Roman family’ to include parents and unmarried children, while *familia* would usually extend to the slaves attached to that household, and even slaves on other holdings of the husband and wife.” RAWSON (1986) 8, por sua vez, afirma: “The term *familia* could, in its widest sense, refer to all persons (and property) under the control (*patria potestas*) of the head of the family (*paterfamilias*). More often, however, it referred to a household, and this was normally the conjugal family plus dependants (who were not usually blood relations). The size of the *familia* varied greatly, depending largely on the wealth of the head of the household.”

<sup>22</sup> Como afirma Ulpiano, *quia commixta familia est et una domus* (*dig.* 29.5.1.15). Marido e mulher, porém, mantinham, apesar de casados, separação de bens: “In fact, by the middle of the first century B.C. there seems to have been a general preference for the form of marriage in which the woman retained her natal status and separate property.” Ainda que a mulher estivesse *in manu* do marido, os seus bens seriam anexados aos dele, mas perspectivados como bens dotais. Cf. DIXON (1992) 74: “Any property she owned at the time of marriage or acquired afterwards became part of the joint family holding owned by the husband as *paterfamilias*. In practice, such property seems to have been treated as dowry, which she could recover separately on the husband’s death by the second century B.C.”

<sup>23</sup> Cf. Ulp., *dig.* 50.16.195.3: *Servitutium quoque solemus appellare familias, ut in edicto praetoris ostendimus sub titulo de furtis, ubi praetor loquitur de familia publicanorum. Sed ibi non omnes servi, sed corpus quoddam servorum demonstratur huius rei causa paratum, hoc est uectigalis causa. Alia autem parte edicti omnes servi continentur: ut de hominibus coactis et ui bonorum raptorum, item redhibitoria, si deterior res reddatur emptoris opera aut familiae eius, et interdicto unde ui familiae appellatio omnes servos comprehendit. Sed et filii continentur.* Cf. DIXON (1992) 2, que se baseia em CROOK (1967a) 98 e SOLIDORO (1981) 197-229; GARNSEY-SALLER (1987) 127, onde se afirma que *familia* podia designar “the slave staff of a house, farm or other organization.”



*paterfamilias*<sup>24</sup>. Apesar da proximidade de sentidos entre o termo latino (*familia*) e o português ('família'), a intenção que preside à utilização de um e outro é, todavia, substancialmente diferente. Como afirma Saller relativamente a *familia*, "its significance lay more in the legal realm than in the social: those *in potestate* (the *sui heredes* [own heirs] of a *paterfamilias* entitled to an equal share of the estate on intestacy) were included, but not the wife who in a marriage *sine manu* continued to belong to her father's *familia*."<sup>25</sup>. Na verdade, o pragmatismo dos Romanos levou a que o direito privilegiasse os aspectos relacionados com o estatuto social e o acesso a bens ou heranças, e a linguagem jurídica, em concreto, o conjunto de palavras que continham o antigo genitivo *familias* — *paterfamilias*, *materfamilias*, *filiusfamilias*, *filiafamilias* — acabou por reflectir a ênfase colocada nos interesses sociais e económicos dos cidadãos; a esposa, legalmente, poderia tornar-se uma *materfamilias* apenas se, por via do casamento, permanecesse *in manu mariti* e, dessa forma, os seus bens fossem anexados aos do marido e o seu direito à sucessão intestada fosse transferido da sua família de origem para aquela que passara a integrar aquando do seu casamento<sup>26</sup>. Por conseguinte, o termo *familia*, nesta acepção específica, nem sempre incluía a mãe dos filhos do *paterfamilias*<sup>27</sup>. Por outro lado,

<sup>24</sup> Isto é, a mãe, os filhos, as filhas, os netos e as netas. Cf. Ulp., *dig.* 50.16.195.2: *Iure proprio familiam dicimus plures personas, quae sunt sub unius potestate aut natura aut iure subiectae, ut puta patrem familias, matrem familias, filium familias, filiam familias quique deinceps uicem eorum sequuntur, ut puta nepotes et neptes et deinceps*. Cf. GARNSEY-SALLER (1987) 127, onde se afirma que *familia* podia designar "all those under the father's power (*patria potestas*) including the wife (in a *manus* marriage), children, the sons' children, and adopted children".

<sup>25</sup> SALLER (1994) 76.

<sup>26</sup> Deste modo, a associação do vocábulo *familia* aos bens de família (*res*) torna-se evidente na composição das palavras *paterfamilias*, *materfamilias*, *filiusfamilias*, *filiafamilias*. A palavra *familia* podia, aliás, como anteriormente referimos, significar esses mesmos bens materiais. Cf. Ulp., *dig.* 50.16.195.1.

Como afirma RAWSON (1986) 8, "women remained members of their family of origin, in some senses, even after marriage." Efectivamente, a mulher, apesar de casada, se não estivesse *in manu mariti*, enquanto o pai fosse vivo, continuaria a ser uma *filiafamilias*. Por morte do pai, passaria a ser uma mulher *sui iuris*, isto é, não sujeita à *patria potestas*. Cf. DIXON (1992) 74.

Sobre o significado legal de *materfamilias*, vide Cic., *Top.* 14: *A forma generis, quam interdum, quo planius accipiatur, partem licet nominare hoc modo: si ita Fabiae pecunia legata est a uiro, si ei uiro materfamilias esset; si ea in manum non conuenerat, nihil debetur. Genus enim est uxor; eius duae formae una matrumfamilias, eae sunt, quae in manum conuenerunt; altera earum, quae tantum modo uxores habentur. Qua in parte cum fuerit Fabia, legatum ei non uidetur*; Gel. 18.6.8-9: *Enimuero illud impendio probabilius est, quod idonei uocum antiquarum enarratores tradiderunt, matronam dictam esse proprie, quae in matrimonium cum uiro conuenisset, quoad in eo matrimonio maneret, etiamsi liberi nondum nati forent, dictamque ita esse a matris nomine, non adepto iam, sed cum spe et omine mox adipiscendi, unde ipsum quoque 'matrimonium' dicitur, matrem autem familias appellatam esse eam solam, quae in mariti manu mancipioque aut in eius, in cuius maritus, manu mancipioque esset, quoniam non in matrimonium tantum, sed infamiliam quoque mariti et in sui heredis locum uenisset*.

<sup>27</sup> Na verdade, esta acepção de *familia* acentua a ambiguidade de que se revestia o relacionamento da *mater* com a *familia*. Cf. SALLER (1994) 76: "So long as *manus* marriages were usual and the woman entered the *potestas* of her husband, she became a member of her children's and her husband's *familia*. But when

esta definição de Ulpiano previa que um órfão menor de idade (*pupillus*) pudesse tornar-se *paterfamilias*, assim que, por morte do pai, adquirisse o *dominium in domo*, mesmo que a família cujo comando assumira não incluísse ainda uma esposa e respectivos filhos<sup>28</sup>. Saller conclui, por isso: “This definition of *familia*, tied to the law of property, continued to have notable economic and social consequences, but it was essentially archaic to the extent that it did not coincide with the way Romans of the classical period regularly used the word outside the legal context.”<sup>29</sup> Afinal, o termo *familia* era utilizado pelos Romanos para designar os familiares ou parentes somente em discussões técnicas de natureza jurídica, não em conversas do cotidiano<sup>30</sup>.

Em linguagem vulgar, segundo Ulpiano, *familia* designava um grupo mais lato de pessoas: todos os *agnati*, isto é, todos parentes de sangue por via masculina oriundos da mesma casa<sup>31</sup>. Em conformidade com esta acepção do termo, os irmãos constituíam a *familia* uns dos outros, ainda que o pai tivesse morrido e cada um se tivesse tornado *sui iuris* (isto é, sujeitos apenas a si próprios) e detentor dos seus próprios bens. De acordo com o princípio agnático, os filhos pertenciam à mesma família do irmão do pai e respectivos filhos (isto é, tio e primos paternos), bem como à família da irmã do pai (ou tia paterna), se ela não estivesse *in manu mariti*. Não pertenciam, porém, à família dos filhos

---

marriage *sine manu* became common and the wife was no longer in her husband's *potestas*, a conflict arose between legal definition and the reality that the wife was a vital member of the household, the basic unit of reproduction.” O autor acrescenta ainda que esta ambiguidade relativa ao posicionamento da mulher na *familia* se reflecte no significado da palavra *familia*, que, numa utilização não legalista do termo, era, por vezes, interpretada como incluindo a esposa do *paterfamilias*: “For instance, in the *Pro Caelio* (33) Cicero could speak of Clodia as marrying *in familiam clarissimam* (the Metelli) and at the same time as being in the *familia Claudia*.” Passos como este, que violam a definição legal baseada na *potestas*, são, todavia, raríssimos na literatura latina (cf. SALLER, loc. cit.).

<sup>28</sup> Cf. Ulp., dig. 50.16.195.2: *Pater autem familias appellatur, qui in domo dominium habet, recteque hoc nomine appellatur, quamvis filium non habeat: non enim solam personam eius, sed et ius demonstramus: denique et pupillum patrem familias appellamus. Et cum pater familias moritur, quotquot capita ei subiecta fuerint, singulas familias incipiunt habere: singuli enim patrum familiarum nomen subeunt. Idemque eueniet et in eo qui emancipatus est: nam et hic sui iuris effectus propriam familiam habet*. Se, entretanto, o jovem *paterfamilias* casasse, os filhos ficariam sob o seu poder e seriam considerados, em linguagem técnica, *filiifamilias*, no caso de serem do sexo masculino, ou *filiaefamilias*, se fossem do sexo feminino. Os filhos legítimos pertenciam à família do pai e usavam o nome dele. Cf. RAWSON (1986) 7: “The formal head of the legally recognised family, the *paterfamilias*, was the oldest surviving male ascendant, and his authority over his descendants lasted until his death, unless formally dissolved by a legal act.”) Os ilegítimos, porém, não ficavam sob a autoridade do pai (*patria potestas*), pertenciam antes à família da mãe e usavam o nome dela. Cf. RAWSON (1986) 8.

<sup>29</sup> SALLER (1994) 76.

<sup>30</sup> Cf. DIXON (1992) 2: “The Romans did sometimes use *familia* to mean family or kin, but in technical discussions rather than common parlance.”

<sup>31</sup> Ulp., dig. 50.16.195.2: *Communi iure familiam dicimus omnium adgnatorum: nam etsi patre familias mortuo singuli singulas familias habent, tamen omnes, qui sub unius potestate fuerunt, recte eiusdem familiae appellabuntur, qui ex eadem domo et gente proditi sunt*. Cf. SALLER (1994) 76: “Thus *agnati* are called a *familia*, that is, the kin originating from the same house, and related by blood through males.”

da irmã do pai, nem dos irmãos da mãe (ou tios maternos) <sup>32</sup>. Como estabeleceu Gaio, os filhos de uma mulher não pertenciam à *familia* dela, mas à do *paterfamilias* deles: *Feminarum liberos in familia earum non esse palam est, quia qui nascuntur, patris familiam sequuntur*<sup>33</sup>.

Em muitas passagens em que se refere a palavra *familia*, o contexto não nos permite perceber se o autor pretendia designar apenas os *agnati* ou, então, o conjunto das gerações de uma família, grupo ainda mais abrangente e que incluía os antepassados. Na última definição apresentada por Ulpiano, *familia* incluía todas as *personae* que tinham o sangue do fundador mais antigo, ou primeiro, da família<sup>34</sup>. Era este o sentido da palavra mais frequentemente usado por Cícero e por alguns autores de prosa do Império, quando queriam referir os laços de consanguinidade. Tendo em conta que ninguém conhecia exactamente o seu mais remoto antepassado, *familia* podia ter um sentido mais ou menos abrangente, equivalendo, umas vezes, a *gens* ou clã, outras, designando um grupo de sentido mais estrito<sup>35</sup>. Por vezes, é explícita a distinção entre *familia* e *gens*<sup>36</sup>, mas,

<sup>32</sup> Como afirmam GARNSEY-SALLER (1987) 127, nesta acepção, *familia* designava “all agnates (that is, those related through male blood who derive from the same house, including brothers, their children and their unmarried sisters, but not the sisters’ children”.

<sup>33</sup> *dig.* 50.16.196.1. O jurista Ulpiano postulava que a mulher era o princípio e o fim da sua própria *familia*, aparentemente porque não poderia passar para os seus filhos o nome da sua família ou os direitos religiosos e de sucessão, como um homem. Cf. *Ulp., dig.* 50.16.195.5: *Mulier autem familiae suae et caput et finis est.* O *Thesaurus Linguae Latinae* — e a maioria dos dicionários de latim — não parecem ter respeitado de forma rigorosa esta questão do princípio agnático, incluindo parentes agnatos e cognatos indistintamente na definição de *familia*, ainda que somente um número excepcionalmente reduzido de passos da literatura latina inclua na *familia* os parentes por cognação: “a survey of Latin literature produces only a very few, exceptional passages in which cognate kin are included in the *familia*, and more where they are by implication excluded.” (SALLER (1994) 77). Depois de citar e comentar apenas três passos em que a palavra *familia* inclui *cognati* (Apul., *Met.* 5.28; Fro., *Amic.* 1.12; Suet., *Tib.* 3) adverte este autor (p. 78, nota 10): “Many dozens of others could be adduced to illustrate the fact that agnates are part of the *familia* — in contrast to the meagre three in which cognates are included.” O facto de as três passagens *supra* citadas pertencerem ao século II d.C. pode indiciar a ocorrência, nesse período, de uma evolução do significado da palavra. De facto, no tempo de Justiniano, o sentido de *familia* era já mais lato, incluindo cognatos (e. g. *gener* e *nurus*), como fica claro no *Iustiniani Codex* (CJ 6.38.5.pr.1: *Suggestioni Illyricianae aduocationis respondentes decernimus familiae nomen talem habere uigorem: parentes et liberos omnesque propinquos et substantiam, liberos etiam et patronos nec non seruos per hanc appellationem significari. Et si quis per suum elogium fideicommissum familiae suae reliquerit, nulla speciali adiectione super quibusdam certis personis facta, non solum propinquos, sed etiam his deficientibus generum et nurum*).

<sup>34</sup> *Ulp., dig.* 50.16.195.4: *Item appellatur familia plurium personarum, quae ab eiusdem ultimi genitoris sanguine profiscuntur (sicuti dicimus familiam Iuliam), quasi a fonte quodam memoriae.* Cf. GARNSEY-SALLER (1987) 127, onde se afirma que o vocábulo podia referir “all related through males to a common ancestor (in other words, the *gens* or clan, which shared a common *nomen*)”.

<sup>35</sup> Cf. SALLER (1994) 78 sq..

<sup>36</sup> SALLER (1994) 79, nota 11, cita, como exemplos, Paul., *Fest.* p. 94 (*gens Aemilia appellatur quae ex multis familiis conficitur*); V. Max. 1.1.17 e Suet., *Iul.* 6.1, *Nero* 1.1, *Gal.* 3.1. Normalmente, a identificação com determinada *gens* fazia-se através do *nomen*, ao passo que com uma *familia* se fazia através do *cognomen*. Cf. SALLER (1994) 79.

na maioria dos casos, o contexto não esclarece o leitor sobre quão lato seria o grupo de descendentes a que o vocábulo *familia* se referia, provavelmente porque a intenção do autor não seria propriamente fornecer informação genealógica precisa, mas apenas uma impressão genérica sobre as origens de alguém, para a qual a distinção *gens/familia* não era necessariamente importante<sup>37</sup>.

De qualquer forma, nenhum dos significados apresentados pelo jurista romano corresponde, com exactidão, ao que o termo português ‘família’ actualmente designa. Quando pretendiam referir-se a uma linhagem ou unidade de parentesco, os Romanos preferiam utilizar a palavra *domus* (à letra, ‘casa’ ou ‘lar’)<sup>38</sup>.

*Domus*, à semelhança do vocábulo *familia*, cobria uma vasta área semântica. Infelizmente, o título *De significatione uerborum* do *Digesto* não nos deixou um conjunto sistemático de significados possíveis para a palavra. O termo *domus*, relativo ao lar e aos parentes, podia designar (1) o espaço físico do lar; (2) o lar, incluindo a família e escravos; (3) o grupo mais alargado de parentes, que inclui agnatos e cognatos, ascendentes e descendentes; (4) o património<sup>39</sup>. Devido a esta variedade de acepções que a palavra podia assumir, quando um Romano falava dos prazeres da sua *domus*, nem sempre se tornava claro se se referia ao espaço físico da casa ou à família e servidores sobre os quais exercia a sua *potestas*: “when pride is expressed in a *domus*, it could be pride in a physical *domus* or the household establishment or the wider circle of kin who derived from a single household.”<sup>40</sup>

Ernout<sup>41</sup> tentou provar que, geralmente, o termo *domus* não era utilizado tão frequentemente para referir o espaço físico representado pela casa (*aedes*) quanto para

---

<sup>37</sup> Cf. SALLER (1994) 78 sq.. Passos citados pelo autor em que *familia* ocorre como sinónimo de *gens*: Tac., *Ann.* 6.27; V. Max. 4.1.5, 5.2.ext.4 e 5.6.4, e Liv. 6.40.3, em que *gens* e *familia* intercalam na mesma passagem. Vide também Cic., *Scaur.* 1, em que Cícero, ao fazer referência à *dignitas* da *genus*, *familia* e *nomen* de Scauro, utiliza *familia* como sinónimo de “a descendent group, but exactly what group and how *familia* differs, if at all, from *genus* and *nomen* are questions that cannot be answered, nor is Cicero likely to have expected his audience to worry over the fine distinctions. As a group the three words brought to mind agnatic lineage and its prestige in a broad sense.” (SALLER (1994) 79, nota 12).

<sup>38</sup> Como se afirma em BRADLEY (1991) 4, “none of its senses corresponds precisely to English *family* (...). For that purpose Romans might draw on the alternative *domus* (literally “house” or “household”) (...)” Cf. SALLER (1987) 128: “*Domus* in the sense of household was used by Romans more commonly than *familia* in references to the family.”; Vide também DIXON (1992) 3: “as Saller has demonstrated, Romans commonly spoke of the “house” (*domus*) rather than the *familia* when they wished to refer to the lineage or kinship unit.”

<sup>39</sup> Esta sistematização é apresentada por SALLER (1994) 80, que, posteriormente, explicita cada um dos significados (cf. 80-88). Basear-nos-emos nesta sua análise, para, também aqui, explicitarmos as diversas acepções que o termo *domus* pode assumir.

<sup>40</sup> SALLER (1994) 87.

<sup>41</sup> ERNOUT (1932) 304, citado por SALLER (1994) 80.

designar o domínio dentro do qual o *dominus* exercia o seu controlo<sup>42</sup>. Em muitos excertos, especialmente naqueles em que *domus* tem uma utilização adverbial (*domum*, ‘para casa’, ou *domi*, ‘em casa’), é impossível sabermos se os autores dos textos pretendiam transmitir o primeiro ou o segundo sentidos apresentados por Ernout. De qualquer forma, o número de passagens em que a palavra *domus* refere o edifício da casa é suficiente para provar que esta utilização era bastante usual<sup>43</sup>.

Ernout, todavia, percebeu que a estrutura física, por si só, não constituía necessariamente uma *domus*. Os Romanos mais abastados costumavam ter mais do que uma residência, e esse facto levou a que os juristas se debruçassem sobre a interpretação de algumas leis que especificavam determinada acção na *domus*. Por exemplo: a esposa deveria avisar o marido ou o pai dele do nascimento de um filho, fazendo entregar uma notificação na respectiva *domus*, que, de acordo com a lei, era o local onde tinham estabelecido o *lar* para o casamento<sup>44</sup>. Da mesma forma, para interpretar a lei que permitia a um Romano levar para casa (*domum ducere*), com isenção de impostos, escravos da Sicília para uso próprio, o jurista Alfeno Varo teve necessidade de explicar que *domus* era o local onde cada pessoa tinha estabelecido residência e sediado as suas contas, e onde organizava os seus afazeres<sup>45</sup>. Apesar do carácter vago e da redundância desta explicação, estes comentários sugerem que a residência de uma pessoa (*domus*) podia distinguir-se das suas restantes casas quer pela qualidade sagrada (*lar*), quer pela pragmática função administrativa que tinha para o seu proprietário<sup>46</sup>. Noutras circunstâncias, porém, os juristas atribuíam a *domus* um sentido mais lato; nesses casos, a palavra designava, simplesmente, qualquer residência. A *lex Cornelia de iniuriis*, por exemplo, autorizava os cidadãos a moverem um processo por insulto contra quem entrasse à força na sua *domus*,

<sup>42</sup> Segundo SALLER (1994) 80, esta diferença semântica é paralela à que opõe as palavras inglesas *house/home* e que, no nosso entender, poderá corresponder, em português, à diferença entre ‘casa’ e ‘lar’.

<sup>43</sup> Cícero, por exemplo, durante e imediatamente a seguir ao exílio, manifestava frequentemente preocupação em recuperar a sua *domus*. Quando referiu a ordem dada pelo Senado de reconstrução da mesma, o estadista estava claramente a aludir à estrutura física da casa, não ao *lar* sobre o qual exercia o seu *dominium* (cf. *Har.* 16).

Vejam-se ainda os seguintes exemplos: Cic., *Catil.* 4.12, *Ver.* 2.5.80, *Cael.* 60, *Mil.* 64, *Phil.* 2.91; V. Max. 5.7.3; Col. 4.3.1; Sen., *Dial.* 2.12.2, *Ep.* 41.7 (*familia formosa et domus pulchra*); Quint., *Decl.* 337; Plin., *Ep.* 7.27; Tac., *Ann.* 13.18, 15.38, 41, 43, 50, 52, *Hist.* 3.33; Suet., *Aug.* 5, 72.1, *Cal.* 22.4, *Nero* 16.1, *Dom.* 1.1. Cf. SALLER (1994) 81, nota 18.

<sup>44</sup> Ulp., dig. 25.3.1.2: *ubi larem matrimonio collocarent*.

<sup>45</sup> Cf. Alf., dig. 50.16.203: *ubi quisque sedes et tabulas haberet suarumque rerum constitutionem fecisset*.

<sup>46</sup> SALLER (1994) 81, nota 20, adverte que esta necessidade sentida pelos juristas de seleccionar uma das *domus* não se aplica à definição dada por Ernout de *domus* como a esfera de *dominium* do *dominus*, já que os Romanos abastados possuíam *dominium* sobre todas as suas casas e respectivo pessoal.

que podia ser qualquer tipo de construção, incluindo um apartamento urbano ou uma propriedade rústica (*uilla*)<sup>47</sup>.

O significado que identifica *domus* com o conjunto de pessoas que compunham um lar aproxima-se de uma das definições de *familia*, a que identifica o vocábulo com o grupo de serviçais dependentes de um *dominus*. Existe, todavia, uma diferença: “Whereas *familia* is frequently used for the group of slaves under a *dominus*, to the exclusion of the free members of the household, *domus* is often rather broader, including the wife, children, and others in the house.”<sup>48</sup> Séneca censurava o homem que se queixava da perda de *libertas* na *res publica*, mas que, ao mesmo tempo, não a cultivava na sua própria casa (*domus*), ao proibir o escravo, o liberto, a esposa ou o cliente de lhe responderem<sup>49</sup>. Era a este grupo mais lato de pessoas que Cícero também se referia quando fechou uma carta destinada a Ático com a seguinte frase: *Domus et nostra tota salutat*.<sup>50</sup> Em ambos os exemplos, *domus* inclui claramente mais elementos do que *familia* no sentido estrito de conjunto de escravos e libertos.

Na discussão jurídica de *penus*, torna-se evidente o círculo de pessoas que habitava geralmente um lar. Os testadores legavam as provisões da casa (*penus*) como herança para as esposas ou outros membros da família, sendo indispensável chegar a um acordo relativamente ao que estava incluído nesse conjunto de provisões, que se opunha aos produtos armazenados e destinados a serem comercializados. O jurista republicano Q. Múcio Cévola definiu *penus* nestes termos: *Penus est quod esculentum aut posculentum est, quod ipsius patrisfamilias aut matrisfamilias aut liberum patrisfamilias aut familiae*

---

<sup>47</sup> Cf. Ulp., dig. 47.10.5.pr.: *Lex Cornelia de iniuriis competit ei, qui iniuriarum agere uolet ob eam rem, quod se pulsatum uerberatumue domumue suam ui introitam esse dicat. (...) Domum accipere debemus non proprietatem domus, sed domicilium. Quare siue in propria domu quis habitauerit siue in conducto uel gratis siue hospitio receptus, haec lex locum habebit. Quid si quis in uilla habitet uel in hortis? Idem erit probandum. Et si dominus fundum locauerit inque eum impetus factus sit, colonus aget, non dominus. Si tamen in fundum alienum, qui domino colebatur, introitum sit, Labeo negat esse actionem domino fundi ex lege Cornelia, quia non possit ubique domicilium habere, hoc est per omnes uillas suas. Ego puto ad omnem habitationem, in qua pater familias habitat, pertinere hanc legem, licet ibi quis domicilium non habeat. Ponamus enim studiorum causa Romae agere: Romae utique domicilium non habet et tamen dicendum est, si ui domus eius introita fuerit, Corneliā locum habere. Tantum igitur ad meritoria uel stabula non pertinebit: ceterum ad hos pertinebit, qui inhabitant non momenti causa, licet ibi domicilium non habeant.* Cf. SALLER (1994) 81.

<sup>48</sup> Cf. SALLER, loc. cit..

<sup>49</sup> Sen., *Dial.* 5.35.1: *Respondisse tibi seruū indignaris libertumque et uxorem et clientem: deinde idem de re publica libertatem sublatam quereris quam domi sustulisti.* Leiam-se ainda outros excertos em que *domus* assume esta acepção, isto é, inclui no grupo a esposa: Cic. *Catil.* 1.14; *Phil.* 5.11.

<sup>50</sup> *Att.* 4.12. Segundo SALLER (1994) 82, nota 22, Columela não utiliza *domus* nas suas discussões sobre a organização do corpo de escravos, porque o vocábulo é normalmente entendido como referindo o grupo de pessoas que compunha um lar na sua totalidade. O autor preferia usar *familia*, por ser uma palavra de sentido mais preciso, que referia somente os escravos.

*eius, quae circum eum aut liberos eius est et opus non facit, causa paratum est.*<sup>51</sup> Consistia, portanto, em provisões comestíveis e bebíveis, guardadas para benefício do *paterfamilias*, ou da *materfamilias*, ou dos filhos do *paterfamilias*, ou ainda dos escravos (*familia*) que viviam em redor dele ou dos filhos dele e não trabalhavam. Como afirma Saller, “this passage, in specifying who was expected to live “around the *paterfamilias*”, provides insight into what propertied Romans perceived to be the standard living unit.”<sup>52</sup> Essa unidade incluía, pois, pai, mãe, filhos e escravos domésticos. Os juristas, no entanto, excluía explicitamente do círculo de pessoas que constituía a unidade residente de um lar os escravos agrícolas que viviam na *uilla*, e não consideravam a possibilidade de um lar conjunto, quer encabeçado por dois irmãos em *consortium*, incluindo as noras, quer constituído por três gerações<sup>53</sup>. Na prática, os limites das famílias romanas, devido aos factores morte, divórcio e consequente reconstituição das mesmas, não se encontravam tão claramente definidos. No entanto, com vista a determinados fins, como a interpretação de disposições testamentárias, os Romanos usavam definições padrão abstractas, que informavam a perspectiva que tinham daquilo em que uma família deveria consistir<sup>54</sup>.

Digno de nota — já que os léxicos transmitem a ideia oposta — é o facto de *domus* referir geralmente todas as pessoas que vivem no lar, e não apenas a família nuclear. Esta acepção está implícita numa afirmação de Cícero relativa à hierarquia das obrigações familiares; o filósofo postulava que, em primeiro lugar, estavam os laços que uniam marido e mulher, depois, pais e filhos e, por fim, os laços que uniam todos os que habitavam a *domus*<sup>55</sup>. Esta hierarquia não faria sentido se os Romanos perspectivassem a *domus* como a tríade pai/mãe/filhos. Nas *commendationes* de Cícero, os libertos eram

<sup>51</sup> Citado por Aulo Gélio, 4.1.17.

<sup>52</sup> SALLER (1994) 82.

<sup>53</sup> Cf. *dig.* 33.9.3.6, em que Ulpiano admite a possibilidade de o conjunto das pessoas que rodeavam o *paterfamilias* incluir *amici* e *clientes*: *Sed quod diximus "usus sui gratia paratum" accipiendum erit et amicorum eius et clientium et uniuersorum, quos circa se habet, non etiam eius familiae, quam neque circa se neque circa suos habet: puta si qui sunt in uillis deputati. Quos Quintus Mucius sic definiebat, ut eorum cibaria contineri putet, qui opus non facerent: sed materiam praebuit serui notandi, ut textorum et tetricum cibaria diceret contineri: sed Mucius eos uoluit significare, qui circa patrem familias sunt.* Uma vez que os juristas incluía os netos por via de um filho no conjunto dos *liberi* de um homem, poder-se-ia afirmar que a definição de *penus* abrangia automaticamente três gerações. As mulheres casadas com os filhos da família não terão sido, todavia, incluídas nos *liberi* e não são tidas em consideração nesta definição. Cf. SALLER (1994) 82, nota 24.

<sup>54</sup> Cf. SALLER (1994) 82.

<sup>55</sup> *Nam cum sit hoc natura commune animantium, ut habeant libidinem procreandi, prima societas in ipso coniugio est, proxima in liberis, deinde una domus, communia omnia...* (*Off.* 1.54).

considerados como fazendo parte da *domus* recomendada<sup>56</sup>. As famílias mais humildes não teriam necessariamente escravos, pelo que a *domus*, nesses casos, poderia corresponder apenas à família nuclear. A palavra, embora incluísse a totalidade da família, os libertos e os escravos, também era ocasionalmente usada para referir apenas os escravos, tal como *familia*, na definição de *penus* estabelecida por Múcio Cévola<sup>57</sup>.

*Domus* podia ainda designar um grupo de familiares (sem incluir o pessoal dependente) que ia para além da família nuclear. O vocábulo podia referir-se ao círculo de parentes vivos, ou, então, à linhagem de um indivíduo, incluindo ascendentes e descendentes: “The extent of the kin encompassed by the *domus*, as by the *familia*, could be more or less great, from the whole *gens* to a much narrower circle of relatives.”<sup>58</sup> Nesta acepção, *domus* assemelha-se bastante a *familia*. Persiste, no entanto, uma diferença importante: *domus*, geralmente, não tem as evidentes conotações agnáticas que *familia* tem: “Altogether, a comparison of the frequency with which *domus* is used for cognates and affines with the very rare uses of *familia* for non-agnatic kin suggests that *domus* is the more general term.”<sup>59</sup> Uma *domus* podia estender-se através dos filhos de uma filha;

---

<sup>56</sup> Cf. *Fam.* 13.23.1, 13.46. Séneca e Plínio comparam a *domus* a uma *res publica* em miniatura, na qual os escravos participam como cidadãos. Cf. Sen., *Ep.* 47.14: *domum pusillam rem publicam esse iudicauerunt*; Plin., *Ep.* 8.16.2: *nam seruis res publica quaedam et quasi ciuitas domus est*. Cf. SALLER (1994) 82 sq..

<sup>57</sup> Cf. e. g. Sen., *Dial.* 10.20.3. Séneca conta que, quando o imperador pediu ao velho *praefectus annonae* Turânio que se reformasse, a *familia* deste o chorou como se ele tivesse morrido e a *domus* não reprimiu a sua dor enquanto ele não foi reintegrado: *Sex. Turannius fuit exactae diligentiae senex, qui post annum nonagesimum, cum uacationem procurationis ab C. Caesare ultro accepisset, componi se in lecto et uelut exanimem a circumstante familia plangi iussit. Lugebat domus otium domini senis nec finiuit ante tristitiam quam labor illi suus restitutus est*. Neste contexto, as duas palavras, *familia* e *domus*, são sinónimas uma da outra, designando ambas o conjunto dos servidores. Noutros contextos, os dois vocábulos surgem associados ao grupo de escravos que estava ao serviço do imperador: Sen., *Dial.* 5.2.4; Tac., *Hist.* 2.92; Suet., *Cl.* 40.2. Cf. SALLER, loc. cit..

<sup>58</sup> Cf. SALLER (1994) 84. *Domus* podia referir um grupo de parentes vivos tão restrito quanto o formado por irmãos, apenas. Séneca, na *Consolatio* que dirigiu a Políbio, censura a Fortuna por ter separado *optimorum adulescentium domum*, isto é, Políbio e o defunto irmão (*Dial.* 11.3.4). Frequentemente, porém, o vocábulo referia-se a um grupo mais lato, não circunscrito à *familia*. Nas recomendações que fazia, Plínio costumava elogiar a qualidade e o prestígio da *domus* do seu protegido. Numa carta a Minício Fundano, por exemplo, ao recomendar Asínio Basso, o epistológrafo disse ao amigo que havia descrito o pai, o cunhado e o sobrinho daquele *ut scias quam copiosam, quam numerosam domum uno beneficio sis obligaturus* (*Ep.* 4.15.4). Cf. SALLER (1994) loc. cit., que afirma também: “It is striking that Pliny places as much stress, or more, in these letters on cognate kin as on agnates, and for this group *domus* rather than *familia* was the appropriate label. Pliny regarded even distant kin as part of his *domus* and deserving of his patronal support, as illustrated by his letter of thanks to Trajan for transferring to his own staff Caelius Clemens, *adfinis* of his previous wife’s mother. Pliny was pleased that Trajan extended his beneficence to Pliny to his whole *domus* (*Ep.* 10.51).” Para mais exemplos, de Plínio e de outros autores, como Séneca e Tácito, vide SALLER (1994) 84 sqq..

<sup>59</sup> Cf. SALLER (1994) 85.



uma *familia*, porém, somente através da adoção<sup>60</sup>. Na versão vergiliana da fundação de Roma, por exemplo, o rei nativo Latino não tinha um filho e, conseqüentemente, foi a filha quem preservou a casa e tão importante fundação<sup>61</sup>. Sêneca, por sua vez, considerava que os antepassados da mãe de uma família também faziam parte da *domus*<sup>62</sup>.

O vocábulo podia assumir ainda uma outra acepção: *domus*, em alguns contextos, referia o património da família. A sobrevivência de uma *domus* dependia não apenas do nascimento de filhos, mas também da posse de recursos económicos que preservassem o seu estatuto social: “For this reason *domus* in the sense of lineage is closely related to *domus* meaning patrimony.”<sup>63</sup> Com este último sentido, a palavra não ocorre tão frequentemente nos textos clássicos, conquanto tal utilização não seja arcaica ou específica da linguagem jurídica, como acontece em relação a *familia*, quando identificada com *res*. Segundo Sêneca, uma das responsabilidades do filho enquanto herdeiro de património era entregar a *domus in integro statu* aquando da sua morte.<sup>64</sup>

Para os Romanos, a *domus* era, pois, a unidade estrutural que dava resposta a necessidades básicas de um lar e garantia a reprodução da geração seguinte. Para aqueles que tinham posses, essa unidade incluiria mais do que o casal e respectivos filhos. Como revela a definição de *penus* estabelecida pelos juristas, o grupo das pessoas que viviam *circum patremfamilias* incluiria escravos domésticos e outros dependentes. Os Romanos não reduziam, por conseguinte, *domus* (e *familia*) aos seus membros nucleares, já que também não excluíam da unidade familiar os restantes residentes da casa<sup>65</sup>.

---

<sup>60</sup> Cf. SALLER (1994) loc. cit., que afirma: “*Domus* certainly could be used for a broader descent group than that for which *familia* would be appropriate.”

<sup>61</sup> Verg., A. 7.52: *sola domum et tantas servabat filia sedes*. Anquises refere-se à sua *domus* em A. 2.702: neste contexto *familia* seria igualmente um termo apropriado, uma vez que ele se refere à linhagem agnática. Plínio escreve acerca do último descendente vivo de Helvídio, uma filha, referindo-se-lhe como a única esperança na continuidade da *domus*: *Nam patrem illarum defunctum quoque perseuerantissime diligo, ut actione mea librisque testatum est; cui nunc unus ex tribus liberis superest, domumque pluribus adminiculis paulo ante fundatam desolatus fulcit ac sustinet* (Plin. Ep. 4.21.3).

<sup>62</sup> Ao comparar as mortes do pai e do avô de Márcia com a do filho, Sêneca fez com que o espírito do pai dela a consolasse, com o argumento de que a morte do filho era a menos dolorosa *in nostra domo* (Dial. 6.26.3).

<sup>63</sup> SALLER (1994) 86.

<sup>64</sup> Dial. 6.26.2; cf. Tac., Ann. 15.1, em que é feito um comentário semelhante usando a palavra *domus*. Na sua *Apologia* (76), Apuleio acusa o seu arqui-rival Rufino de ser um irresponsável com a *domus*, que deixou *exhausta et plena liberis*. Como afirma SALLER (loc. cit.), “the only sense in which a house with children could have been exhausted was with regard to its financial resources”. Cf. Tac., Ann. 3.30, em que se diz que L. Volúcio fortaleceu a sua *domus* com grandes riquezas: *opumque quis domus illa immensum uiguit primus adcumulator*.

<sup>65</sup> Cf. SALLER (1994) 95; GARNSEY-SALLER (1987) 127.

Em conclusão, podemos considerar que na literatura latina nem *domus* nem *familia* assumiam habitualmente o significado que hoje, de forma imediata, atribuímos à palavra ‘família’. De facto, quando os autores pretendiam referir-se ao núcleo da unidade familiar, utilizavam, em vez daqueles termos, a expressão *uxor* (ou *coniunx*) *liberique*<sup>66</sup>, ou, em alternativa, querendo referir os que lhes estavam mais próximos, empregavam determinantes/pronomes possessivos, como *mei* ou *tui* (à letra, ‘os meus’ ou ‘os teus’), que, com um sentido mais abrangente, podiam incluir não apenas pessoas que não se encontravam ligadas aos restantes membros da família por laços de sangue ou de afinidade<sup>67</sup>, mas também bens materiais. A ambiguidade do conceito ‘família romana’ não se esgota, todavia, nestas variedades e polissemia dos termos utilizados para a referir. Como afirma Saller, “if the Romans conceived of family and household variously according to context, each Roman had to construct his or her own family and household out of the kin and resources available, with the consequence that in the real world family and household came in innumerable shapes and sizes.”<sup>68</sup> Na realidade, a ambiguidade de sentido que caracteriza as palavras ou termos utilizados pelos Romanos para referir a família reflecte tão-somente a abertura com que os mesmos perspectivavam a instituição. É neste sentido que se afirma a inutilidade de tentar reduzir a família romana a um modelo único:

“In view of the definitional messiness of *familia* and *domus*, and, even more, of the real living unit, it is pointless to endeavor to identify *the* form of *the* Roman family.”<sup>69</sup>

De que forma deveremos nós, então, perspectivar a estrutura da instituição familiar romana?

---

<sup>66</sup> Cícero refere que Róscio tinha a *domus* e a *uxor liberique* em Améria (*S. Rosc.* 96: *Cum Ameriae Sex. Rosci domus uxor liberique essent...*) e Séneca conta entre as maiores tristezas na vida de um homem o ter de *liberos coniugem ecferre* (*Dial.* 1.3.2). Vide também Cic., *Phil.* 12.5, *Quinct.* 54, *Deiot.* 15; Quint., *Decl.* 337. Cf. SALLER (1994) 83.

<sup>67</sup> Cf. BRADLEY (1991) 4 sq..

<sup>68</sup> SALLER (1994) 74.

<sup>69</sup> SALLER (1994) loc. cit..

## CAPÍTULO SEGUNDO

### Estrutura da família romana

Grande parte dos estudos da família romana que datam da primeira metade do século XX, baseados em fontes jurídicas, focavam essencialmente as relações que do ponto de vista legal existiam dentro da família, em especial, os direitos de herança e as relações de poder que se estabeleciam entre *paterfamilias* e *filiusfamilias*<sup>1</sup>. Ora, a colocação da tónica na grande variedade de poderes do *paterfamilias* e as regras de sucessão intestada, em conjunto, constituíram os fundamentos da ideia que vigorou durante algum tempo de que a família típica romana correspondia a um lar composto por três gerações, que incluía

---

<sup>1</sup> DIXON (1992) 3. Acrescenta ainda a autora: “There was, moreover, greater communion between classicists and the antropologists at the turn of the century, and many classical scholars looked to comparative ethnographic data to find the key to an understanding of Roman marriage rules and ceremonies and the nature of the Roman household. The influence of LePlay (1871), Morgan (1871, 1877), Engels (1984), and Frazer (1890) is evident in the imaginative reconstructions of the Roman family life and the fascination with ritualized bride capture and bride price, with comparisons from colorful cultures.”

GARNSEY-SALLER (1987) 126 sq., citando CROOK (1967b) 114, referem também a colocação da tónica nos aspectos legais do casamento: “Research on the family has been left to Roman legal historians, with the result that much of the current image of the family is based on the law, in which ‘the Romans... pushed things to the limit of logic’ so that the principles stand out ‘in sociologically misleading clarity.’” Os autores (loc. cit.), embora reconhecendo o valor documental do corpo de leis que constituíam o direito privado romano, consideram redutor um estudo exclusivamente baseado em documentos legais: “It is important to clear about the limits of the evidence. Roman private law, the largest body of evidence for the family, is obviously indispensable, but legal rules are not direct reflection of current practice: they could be modified through written agreements or disregarded.”

Segundo BRADLEY (1991) 5, até há cerca de duas décadas atrás, com o domínio da prosopografia, o estudo das relações familiares fazia-se em função da história política e administrativa, pelo que, como afirma o autor, “as practiced by historians involved with disclosing administrative trends, family history has for the most part consisted just of reconstructing marital ties and lines of descent — little more than genealogy, in other words.” A análise histórica daquilo em que consistia verdadeiramente a vida familiar romana era, por conseguinte, redutora, já que se centrava apenas num sector muito estrito da população romana, a elite política e social. Actualmente, porém, devido a recentes estudos na área da história social, o conhecimento da dinâmica da vida familiar romana alargou-se a outros grupos sociais, e a família passou a ser encarada como um organismo social. Cf. BRADLEY, loc. cit..

os filhos casados e respectivas esposas e filhos, modelo de patriarcado em que o ascendente mais velho do sexo masculino tinha poderes supremos sobre a esposa e os filhos: “This was termed a “joint agnatic household”, and kinship relations through the male line (agnatic connections) were seen as central.”<sup>2</sup>

Esta noção de que a família tradicional romana tinha uma estrutura multigeracional foi fortemente criticada por Crook, em 1967, num importante artigo alusivo ao alcance dos poderes do chefe da família romana (*patria potestas*)<sup>3</sup>. O estudioso argumentou então que as fontes literárias não ofereciam qualquer base de sustentação para a teoria de que era comum a família romana incluir irmãos casados co-residentes, e que as famílias em que tal se verificava eram, na realidade, consideradas atípicas<sup>4</sup>.

Quando, em meados dos anos oitenta, mais concretamente, em 1986, Rawson reviu as tendências seguidas pelos especialistas no estudo da família romana<sup>5</sup>, a teoria vigente era a de que essa família era predominantemente de tipo nuclear. Esta forma de perspectivar a família romana havia sido formulada e documentada por Saller e Shaw<sup>6</sup>. Em colaboração com o *Cambridge Group for the Study of Population and Society*<sup>7</sup>, os dois estudiosos, mediante o recurso a computadores, produziram simulações de populações romanas que vieram confirmar que muitos Romanos, aos chegarem aos vinte anos de idade, já não tinham o respectivo pai vivo<sup>8</sup>. Ora, este dado, virtualmente, deitou por terra a imagem até então defendida da família composta por três gerações, conduzida por um patriarca tirano e assente no princípio da sucessão agnática: “Scholars of the Roman family

---

<sup>2</sup> DIXON (1992) 3 sq..

<sup>3</sup> CROOK (1967b).

<sup>4</sup> Segundo CROOK (1967b) 117, os irmãos a viverem em *consortium* referidos em alguns passos literários pertenciam normalmente a famílias pobres, que viam na co-residência dos irmãos uma forma de evitar a divisão dos bens familiares. Também segundo DIXON (1992) 4, esta forma de perspectivar a família romana não faz qualquer sentido actualmente: “Arguments from the system of inheritance on intestacy or kinship terms were given undue weight as indicators of actual relations and residence patterns.” Segundo a autora, ao contrário do que os estudiosos da primeira metade do século passado procuraram transmitir, o facto de os bens de um *paterfamilias*, por altura da sua morte, poderem ser divididos entre a esposa, os filhos e os filhos dos filhos não implicava necessariamente que esses potenciais herdeiros tivessem de viver na mesma casa. Afinal, “definitions of *kin* are not the same as those of *household structure*”. Na sociedade romana, os filhos, independentemente do sexo, podiam deixar a casa dos pais quando casavam. Ao inverso, porém, daquilo que em tempos se defendeu, os laços que os uniam aos pais e a outros membros da família que eles consideravam como parentes próximos não enfraqueciam por tal motivo. Vide ainda SALLER (1986).

<sup>5</sup> Cf. RAWSON (1986) 7 sq..

<sup>6</sup> Cf. (1984), maxime 137, 145.

<sup>7</sup> Os resultados do trabalho realizado por este grupo foram publicados no início dos anos setenta: LASLETT-WALL (1972). Cf. DIXON (1992) 4.

<sup>8</sup> SALLER (1987a) 33 estima que apenas cerca de dez por cento dos Romanos teriam, à nascença, o avô paterno vivo, e que aos vinte apenas cerca de quarenta por cento teriam o pai vivo.

(...) just as they once assumed the family to be multigenerational, now they assume it to be nuclear, and they generally use the word *family* to mean coresident kin.”<sup>9</sup>

As famílias romanas cuja estrutura nos é dado conhecer melhor são as da elite política da cidade de Roma. A maioria destas famílias vivia sem dificuldades financeiras, pelo que era habitual os jovens romanos pertencentes à classe senatorial fundarem o seu próprio lar por ocasião do primeiro casamento<sup>10</sup>, ainda que o *paterfamilias* pudesse continuar a exercer a sua autoridade (*patria potestas*) sobre o filho, condicionando, dessa forma, a independência do jovem casado<sup>11</sup>. A reduzida esperança média de vida dos pais não era, por conseguinte, o único factor condicionador da estrutura familiar romana; também o facto de um casamento entre dois jovens implicar na maioria das vezes o estabelecimento de uma nova família e de um lar independente contribuiu bastante para que, durante muito tempo, se tivesse perspectivado a família romana como predominantemente de tipo nuclear<sup>12</sup>.

Existiam, no entanto, algumas excepções ao que alguns consideravam ter sido a regra. Nem sempre os pais viviam em habitações distintas das dos filhos casados. Por vezes, habitando embora a mesma casa em que viviam esses filhos, a geração mais velha dessas famílias podia dar-se ao luxo de ter instalações independentes, com numerosos escravos e funcionários domésticos para velarem pelo seu bem-estar. Quanto aos filhos, podiam frequentar essas instalações, em visitas regulares: “So the idea clearly persisted that aged parents had a right to live with their married children; or perhaps their married children lived with them.”<sup>13</sup> No século II, por exemplo, o filho casado de Catão-o-Antigo vivia com o pai, pelo que a família passou a incluir a sua segunda e jovem

---

<sup>9</sup> DIXON (1992) 5 sqq.. Cf. GARNSEY-SALLER (1987) 129, onde se afirma: “The evolutionary view of family history, popular in the nineteenth century and still repeated today, has been subjected to convincing criticism in recent decades by historians who have shown that people of past times did not, as a general rule, live in large, extended family units. The literary and epigraphic evidence from Rome, limited though it is, certainly gives no support to the traditional belief that the Roman household usually included several nuclear families dominated by an authoritarian, elderly patriarch.” Vide também SALLER (1984) 335; RAWSON (1986) 7; DIXON (1988) 13-21.

<sup>10</sup> Isto, se, na realidade, não o tivessem feito antes. Cf. GARNSEY-SALLER (1987) 140; BRADLEY (1991) 164, em que o autor lembra que o filho de Cícero, por exemplo, terá tido a sua própria casa em Roma antes de atingir os vinte anos e de casar. Sob o mesmo tecto, pois, não era costume viverem casais de diferentes gerações: “multigenerational households, though not true aberrations, were not the norm.” (loc. cit.).

<sup>11</sup> RAWSON (1986) 16 sq..

<sup>12</sup> Cf. BRADLEY (1991) 164, que afirma: “The establishment of a separate household comprising a newly married couple (...) created the potential for the swift appearance of a complete nuclear family, and it becomes tempting, as a result, to assert the primacy in Roman society of that entity.”

<sup>13</sup> DIXON (1992) 7; acerca do comportamento para com os mais velhos na família romana, vide também cap. 5. Cf. DIXON (1988) 169 sq., 222, alusivas às visitas feitas por filhos adultos às mães idosas.

esposa. No século I, a mãe de Júlio César vivia com ele e com a sua jovem noiva. O velho Ápio Cláudio, por sua vez, veio a colher a admiração das gerações posteriores pelo facto de ter mantido uma tirania activa sobre os filhos e netos, apesar da cegueira de que sofria<sup>14</sup>. Por conseguinte, mesmo que muitas famílias tivessem uma estrutura nuclear e fossem poucos os pais que sobreviviam à idade adulta dos filhos, a alguns, foi dada a oportunidade de viverem com os filhos casados. Nem todos, aliás, poderiam dar-se ao luxo de viver em residências separadas<sup>15</sup>.

Existem também exemplos de famílias compostas por irmãos casados que partilhavam a mesma casa, como os *Aelii Tuberones*, no século II, e os *Licinii Crassi*, no século I<sup>16</sup>. No entanto, e apesar destes exemplos, a opinião geral, até ao início dos anos noventa — e no seguimento das ideias de Crook —, era a de que a estrutura familiar usual era a estrutura nuclear, pelo menos durante a República, e esta forma de perspectivar a família romana impôs-se de tal forma no meio académico que chegou a ser praticamente impensável concebê-la de outra maneira<sup>17</sup>.

A necessidade de um estudo rigoroso do assunto alertou, porém, alguns especialistas para as limitações de uma classificação como esta, feita de forma tão taxativa:

“To say that the nuclear family was the norm does not mean that it was the only residential form. Even among the rich, natural death or warfare might have necessitated ad hoc arrangements whereby children were reared by their grandparents or other relations. It is necessary to go beyond the residential group to gain a notion of how family relations and reciprocal obligations varied through the life cycle.”<sup>18</sup>

---

<sup>14</sup> Cf. Plu., *Cat. Ma.* 24, *Caes.* 7 e 9; Cic., *Sen.* 37, que refere o exemplo de Ápio Cláudio.

<sup>15</sup> Cf. DIXON (1992) 7.

<sup>16</sup> Cf. Plu., *Aem.* 5 e V. Max 4.4.9, para os *Aelii Tuberones*; Plu., *Crass.* 1, para M. Licínio Crasso e seu irmão. Segundo Valério Máximo, dezasseis parentes do senador Q. E. Tuberão, que compunham a não abastada família dos *Aelii*, viviam, com as respectivas esposas e filhos, na mesma casa (cf. V. Max. 4.4.8: *Quid Aelia familia, quam locuples! XVI eodem tempore Aeli fuerunt, quibus una domuncula erat eodem loci, quo nunc sunt Mariana monumenta, et unus in agro Veiente fundus minus multos cultores desiderans quam dominos habebat inque circo maximo et Flaminio spectacula locus. Quae quidem loca ob uirtutem publice donata possidebant*.) Segundo Plutarco, os dois irmãos de M. Licínio Crasso, cônsul no ano 70, já casados, tomavam, com a respectiva família, as refeições na companhia dos pais (cf. Plu., *Crass.* 1).

<sup>17</sup> Nas palavras de BRADLEY (1991) 6, “to the point that it is now almost unorthodox to think of the Roman family in any other way.”

<sup>18</sup> DIXON (1988) 14 sq.; cf. DIXON (1992) 6 sq., onde se reafirma: “Just as they [i. e. scholars of the Roman family] once assumed the family to be multigenerational, now they assume it to be nuclear, and they generally use the word *family* to mean coresident kin. But we need to be sensitive to the implications: even if life expectancy imposes a nuclear structure on most households in practice, this does not obliterate firmly entrenched ideas about obligation and the way things should be.”

A maioria dos autores de estudos mais recentes prefere assim adoptar uma posição mais cautelosa; embora não negando taxativamente o princípio da prevalência de famílias de tipo nuclear na sociedade romana, advertem os mesmos para a necessidade de admitir a existência de outro tipo de estruturas familiares. Dixon adopta precisamente esta posição, ao afirmar: “I have no serious quarrel with this opinion, but we do need to keep an open mind about the diversity of relationships, even if we all agree that the residential family usually consisted of husband, wife, and young unmarried children.”<sup>19</sup>.

Também Bradley adopta uma posição cautelosa nesta matéria. Segundo o mesmo, apesar da diversidade social e etária dos membros que as compunham, em geral, as famílias romanas não incluíam mais do que um casal, nem compreendiam mais de duas gerações: a dos pais e a dos respectivos filhos<sup>20</sup>. O autor considera que é pelo facto de serem raros nas fontes de estudo os exemplos de estruturas familiares diversas da nuclear<sup>21</sup> que é frequente os estudiosos afirmarem serem igualmente raras as famílias extensas e/ou multigeracionais<sup>22</sup>. O mesmo adverte, todavia, que carece de algum rigor qualquer

---

<sup>19</sup> DIXON (1992) 7 sq..

<sup>20</sup> Ao invés do que hoje vai acontecendo com alguma frequência. Segundo ele, nos dias de hoje, tornou-se comum, por motivos variados, pais e filhos terem de viver na companhia de outros parentes — um parente mais velho, como um avô viúvo, por exemplo, ou a esposa de um filho que entretanto casou e, eventualmente, um neto. As famílias em questão, que inicialmente se resumiam aos membros nucleares, tornaram-se, por força das circunstâncias, famílias multigeracionais. Cf. (1991) 164.

<sup>21</sup> Vejam-se os exemplos das famílias dos *Crassi* e dos *Aelii*, que referimos anteriormente.

Contrastantes com estes são, todavia, os exemplos dos filhos de Cícero, de Sula e de Catão-o-Jovem, que terão estabelecido residência própria antes de fundarem a sua própria família. Marco Cícero terá tido residência própria em Roma antes de atingir os vinte anos, apesar de solteiro (cf. *Att.* 12.32.2); Sula, ainda jovem e antes do seu primeiro casamento terá, também, alugado um quarto numa casa que partilhava com um liberto independente (cf. *Plu., Sull.* 1.2; 1.4); Catão-o-Jovem, por sua vez, que ficou órfão muito jovem, adquiriu igualmente a sua própria casa assim que herdou os bens a que tinha direito, possivelmente antes do seu primeiro casamento, aos vinte e dois anos (cf. *Plu., Cat. Mi.* 1.1; 4.1). BRADLEY (1991) 164 comenta desta forma o contraste existente entre os exemplos apresentados: “Obviously enough, much have depended on individuals’ financial circumstances, and the story of the coresidential *Aelii* was clearly told to point up their poverty. But most senatorial families were not impoverished, and by and large it can be accepted that young men of the senatorial class often set up their own households at the time of first marriage — if indeed they had not already done so — and that multigenerational households, though not true aberrations, were not the norm.” Na perspectiva de RAWSON (1986) 14, a necessidade de a maioria dos filhos adultos fixar residência própria deverá estar relacionada com o desejo sentido pelos jovens maridos/pais de uma certa independência relativamente ao *paterfamilias*, mas também de afirmação no seio da família que entretanto constituíram: “Grandparents, who have often played an important role in the later European family, seem not to be prominent in the Roman family. Was this due only to an early death for most grandparents? The rarity of joint or extended families in Roman society may help to explain the apparent ease with which the powers of the formal head of the family continued to operate. If adult sons or daughters and their children had lived in the same household as the *paterfamilias*, they may well have found the constant awareness of his powers and position a great strain. With separate households, however, this kind of role conflict did not exist: the father and the mother had virtually complete authority in their own establishment.”

<sup>22</sup> Cf. BRADLEY (1991) 163: “circumstances such as these were probably exceptional.” Recordemos, também, as palavras de RAWSON (1986) 7, que afirmava sobre a família romana: “It was not an extended or joint family (i.e. it did not normally include more remote relatives or several conjugal groups or even several

tentativa de tipificar a família romana, reduzindo-a a um modelo único<sup>23</sup>. Segundo Bradley, a existência de princípios legais romanos que previam a possibilidade de uma mulher casada viver na companhia do sogro ou dos pais é suficiente para percebermos as limitações inerentes a uma classificação assente num modelo único<sup>24</sup>.

Antes de se procurar impor determinado padrão familiar, importa, pois, analisar detalhadamente os factores económicos, sociais e demográficos que poderão ter condicionado a estrutura da família romana<sup>25</sup>. É necessário recordar, por exemplo, que, com alguma frequência, as mulheres morriam ou ficavam muito doentes na sequência do nascimento dos filhos e que, por isso, as crianças recém-nascidas, sobretudo as da elite, eram, muitas vezes, alimentadas por amas de leite, escravas ou contratadas para o efeito, e entregues ao cuidado de outros servidores<sup>26</sup>. Estas disposições tinham, inevitavelmente,

---

generations of the stem family).” Na p. 14, acrescenta: “Some instances are known of several conjugal families living under the one roof, but they seem to have been rare. (...) The Roman concept of family could sometimes include such an extended family, and this network could serve useful political and social purposes. But it was not the normal household, in the city at least.”

<sup>23</sup> Cf. BRADLEY (1991) 9 sq.: “there still may be a danger in insisting on the typicality of any one family configuration, apart from the complications raised by coresident servants.” Cf. DIXON (1988) 13: “Exceptions to this general pattern are noted as such by the sources.” Segundo a autora (14), “to say that the nuclear family was the norm does not mean that it was the only residential form.” Cf. DIXON (1992) 11: “Most cultures have a certain notional family form that is regarded as the norm, but even when this is the most common form, there will inevitably be many variants.”

<sup>24</sup> Cf. (1991) loc. cit. Uma mulher a quem tivesse sido legado o uso de uma casa podia viver nela não apenas com o marido, mas também com o sogro (cf. Ulp., *dig.* 7.8.4.1: *Mulieri autem si usus relictus sit, posse eam et cum marito habitare Quintus Mucius primus admisit, ne ei matrimonio carendum foret, cum uti uult domo. Nam per contrarium quin uxor cum marito possit habitare, nec fuit dubitatum. Quid ergo si uiduae legatus sit, an nuptiis contractis post constitutum usum mulier habitare cum marito possit? Et est uerum, ut et Pomponius libro quinto et Papinianus libro nono decimo quaestionum probat, posse eam cum uiro et postea nubentem habitare. Hoc amplius Pomponius ait et cum socero habitaturam; Paul., dig. 7.8.5: Immo et socer cum nuru habitabit, utique cum uir una sit*). A mulher podia ainda viver com o marido, filhos e libertos, mas também com os pais (cf. Ulp., *dig.* 7.8.6: *Non solum autem cum marito, sed et cum liberis libertisque habitare et cum parentibus poterit: et ita et Aristo notat apud Sabinum. Et huc usque erit procedendum, ut eosdem quos masculi recipere et mulieres possint*).

<sup>25</sup> Cf. DIXON (1992) 8.

<sup>26</sup> O pragmatismo dos Romanos reflectiu-se em todos os aspectos da vida quotidiana, e as relações familiares não foram excepção. Segundo DIXON (1992) 9, o espírito prático deste povo ditou não apenas a concepção e pronta aceitação de estratégias que dessem resposta às necessidades mais imediatas das crianças, mas também a predisposição generalizada para alargar as fronteiras do que entendiam por parentesco e integrar no seio da família pessoas em cujas veias corria o sangue de outras famílias: “There seems (...) to have been a certain pragmatism in Roman family relations which allowed for flexible childcare or child custody arrangements and a general readiness to extend the kinship definitions to accommodate in-laws and step-relations.” A morte, o divórcio ou as deslocações mais ou menos frequentes dos pais obrigavam à integração temporária ou permanente das crianças em famílias às quais elas não estariam necessariamente ligadas por laços de parentesco ou patronato (cf. DIXON, loc. cit., onde se acrescenta: “The process is referred to very casually and incidentally in the sources and contrasts markedly with modern trauma over child custody.”). Plutarco conta, por exemplo, que Catão-o-Jovem foi criado com meios-parentes durante a guerra civil e que, depois disso, continuou a ter uma forte ligação à meia-irmã, Servília, tal como o filho dela, Bruto, manteve estreitas relações com as meias-irmãs, as *Iuniae* (cf. Plu., *Cat. Mi.* 1). Dizia-se, aliás, que a meia-irmã de Catão exercia uma *materna auctoritas* sobre o irmão mais novo (Asc., *Sc.* 17). Bruto, por sua



implicações na composição da família — sobretudo no que toca à inclusão de escravos e outras pessoas destinadas a cuidar dos filhos, bem como à integração de crianças estranhas na comunidade familiar. Até mesmo alguns lares relativamente mais modestos incluíam escravos e trabalhadores dependentes, e era frequente crianças e jovens serem trocados entre famílias como aprendizes de determinados ofícios. Existiam também famílias nucleares que ocupavam um lugar de destaque na escala social, mas que tinham poucos filhos, sendo que as filhas saíam de casa para casarem e os filhos para viverem sozinhos ou irem estudar para fora. Dessas famílias podiam, no entanto, fazer parte centenas de escravos e dependentes, bem como prestigiados convidados, como filósofos, por exemplo: “Those slaves or freed slaves who provided such personal attendance might have strong bonds of affection and patronage with the individual or couple at the center of a huge unit of production and consumption that constituted the city base or at one of the country estates that were home for the elite family.”<sup>27</sup> Ora, nestas circunstâncias, os conceitos ‘família nuclear’ e ‘composição familiar’ adquirem uma nova dimensão<sup>28</sup>.

De facto, o lar romano não compreendia apenas o casal e respectivos filhos; dele também fazia parte o pessoal doméstico, e é por isso que o estudo da família romana deve, necessariamente, compreender todos os indivíduos que desempenhavam um papel na casa ou na comunidade doméstica na sua globalidade, estivessem ou não relacionados por parentesco entre si. Em alguns casos, o envolvimento dos escravos e libertos nas vidas e afazeres dos seus senhores atingiu proporções significativas<sup>29</sup>. Não se pode afirmar que se estabeleciam laços estreitos entre o senhor da casa e todos os servidores domésticos, nem que a distinção entre servidor e parente de sangue era totalmente ignorada. Por vezes, porém, essa distinção esbatia-se; por exemplo, no momento em que um dependente

---

vez, cooperou com o cunhado Cássio na conspiração para assassinar César, e a reunião (*consilium*) familiar que teve lugar em Junho de 44 para avaliar a situação política criada pela morte de César incluiu o tiranicida, as suas meias-irmãs, os maridos delas, a mãe, Servília, a esposa e prima de Bruto, Pórcia (filha de Catão), e outros amigos da família. Cícero era um desses amigos (*Att.* 15.11). Esperava-se que os parentes por afinidade prestassem o seu apoio à família, especialmente em momentos mais difíceis. Cf. DIXON, loc. cit.: “in-laws were expected to provide support for many purposes, and all kin could be called on in a time of crisis.” Acerca dos cuidados adoptados para com as crianças órfãs de mãe, vide DIXON (1988) 132 sq.; BRADLEY (1985a); acerca das amas de leite, BRADLEY (1986).

Quanto às crianças oriundas de grupos sociais menos favorecidos, “the free poor apparently made use of babysitters, and slave children were sometimes — perhaps routinely — separated from their mother at birth.” (DIXON (1992) 8). Leia-se ainda o cap. 4 e DIXON (1988) 141-167. No que respeita à separação dos escravos, vide BRADLEY (1984, reimpr. 1987) 53-67.

<sup>27</sup> DIXON (1992) 8 sq..

<sup>28</sup> DIXON, loc. cit..

<sup>29</sup> Veja-se, por exemplo, o relacionamento próximo e a cumplicidade que se estabeleceram entre Tirão e Cícero.

doméstico privilegiado tomava, em virtude da sua manumissão, o nome do seu antigo senhor.

A tarefa de cuidar dos filhos do *paterfamilias*, geralmente desempenhada por dependentes, ligava emocionalmente alguns domésticos às crianças da casa — muitas vezes, até ou para além da idade adulta — e tornava-os responsáveis pela sua socialização. As casas luxuosas da elite romana, albergando o núcleo familiar composto pelo senhor da casa, esposa e filhos solteiros e, simultaneamente, outros núcleos familiares compostos pelos dependentes domésticos, eram, em certa medida, residências plurifamiliares. Como afirma Bradley, “given this physical, practical, and emotional interaction between kin and nonkin household members, the concept of the simple family household or nuclear household seems inadequate as a realistic point of central reference for understanding Roman familial behavior and mentality.”<sup>30</sup>

Para Bradley, o conceito ‘família nuclear’ tem, na verdade, conotações tão modernas que se torna, de certa forma, enganador considerá-lo a chave para percebermos o comportamento familiar romano<sup>31</sup>. Segundo aquele autor, contrariamente ao que hoje normalmente acontece, as casas romanas habitadas pelos grupos social e materialmente mais bem sucedidos não eram domicílios unifamiliares, no sentido moderno do termo. Na realidade, como já referimos, debaixo do mesmo tecto, podiam coexistir vários grupos<sup>32</sup>. A comunidade doméstica gravitava à volta do dono da casa, da esposa e respectivos filhos, mas abrangia pessoal doméstico, maioritariamente escravos<sup>33</sup>. O relacionamento mantido por estes com a unidade familiar dominante intersectava-se com os relacionamentos que os membros dessa mesma unidade mantinham, por sua vez, entre si, e, entre esses serviçais, podiam até desenvolver-se ligações nucleares, independentes do

---

<sup>30</sup> BRADLEY (1991) 165.

<sup>31</sup> Cf. BRADLEY (1991) 6, em que se acrescenta: “To the extent that the Romans were monogamous and that they produced legitimate children in marriages whose fundamental purpose was procreation, this stress on nuclear organization is unobjectionable. But to my mind the phrase *nuclear family* is so overloaded with modern connotations that it is misleading to take the concept as the key to understanding the Roman familial behavior, and this is part of the problem of defining the Roman family.”

<sup>32</sup> Cf. DIXON (1988) 13-21, que afirma, na p. 13: “In our society, the common application of the term ‘family’ is to the residential group of parents and children. With the significant difference that the household at Rome included slaves and their families, this was also the basic unit of ancient society, at least in the best attested period when marriage seems usually to have occasioned a new residence for the married couple.”

<sup>33</sup> Cf. RAWSON (1986) 7, onde se afirma: “The nuclear family was small, but what the Romans meant by a *familia* could be much larger. The Roman *familia* consisted of the conjugal family plus dependants (i.e. a man, his wife, and their unmarried children, together with the slaves and sometimes freedmen and foster-children who lived in the same household).”

núcleo da família que integravam<sup>34</sup>. Por outro lado, os aposentos dos funcionários domésticos não se encontravam separados dos dos donos da casa, em estruturas independentes da casa principal, como aconteceu noutras sociedades. Em vez disso, o pessoal doméstico habitava a mesma casa dos seus senhores, sendo que o carácter comunitário da vida dentro de casa não era afectado pela evidente diferença de estatutos sociais<sup>35</sup>.

Ao analisarmos a composição do lar romano, deparamo-nos, pois, com um padrão de organização social na família que é específico de Roma. O chefe da família encontrava-se ligado aos filhos, à esposa e aos serviços domésticos por diferentes laços de autoridade, e existiam, paralelamente, relacionamentos independentes entre mãe e filhos, esposa e serviços, filhos e serviços, sendo que estes últimos mantinham também relacionamentos entre si. Tendo em conta esta hierarquia de poder e a heterogeneidade dos

<sup>34</sup> Acerca da importância da escravatura na vida familiar romana, leia-se o estudo de SALLER (1987b). Sobre a vida familiar entre os escravos, vide BRADLEY (1984, reimpr. 1987) 47-80.

<sup>35</sup> Cf. BRADLEY (1991) 9. Na verdade, os escravos podiam até dormir nos quartos dos seus senhores. Cf. Maecian., *dig.* 29.5.1: *Excipiuntur senatus consulto Silaniano impuberes serui. Trebius autem Germanus legatus etiam de impubere sumi iussit supplicium et tamen non sine ratione: nam is puer nec multum a puberi aetate aberat et ad pedes domini cubuerat cum occideretur nec postea caedem eius prodiderat. Vt enim opem ferre eum non potuisse constabat, ita silentium praestitisse etiam postea certum erat, et his dumtaxat impuberibus senatus consulto parci credebatur, qui tantum sub eodem tecto fuissent: qui uero ministri uel participes caedis fuissent et eius aetatis, quamquam nondum puberis, ut rei intellectum capere possent, his non magis in caede domini quam in ulla alia causa parci oportere; Ulp., *dig.* 29.5.14: *Iuxta hoc tamen uidetur et diuus Hadrianus rescripsisse in haec uerba: "serui quotiens dominis suis auxilium ferre possunt, non debent saluti eorum suam anteponere: potuisse autem ancillam, quae in eodem conclauis cum domina sua fuerat, auxilium rei ferre, si non corpore suo, at certe uoce plorantem, ut hi, qui in domo fuerant aut uicini audirent, hoc ipso manifestum est, quod dixit percussorem sibi mortem minatum, si proclamasset. Vltimum itaque supplicium pati debet uel hoc, ne ceteri serui credant in periculo dominorum sibi quemque consulere debere"*.*

Marido e mulher podiam nem sempre partilhar o mesmo quarto. Cf. Plin., *Ep.* 9.36.1-2, em que o autor descreve ao amigo Fusco como eram preenchidos os seus dias, desde o acordar ao anoitecer: *Quaeris, quemadmodum in Tuscis diem aestate disponam. Euigilo cum libuit, plerumque circa horam primam, saepe ante, tardius raro. Clausae fenestrae manent; mire enim silentio et tenebris ab iis quae auocant abductus et liber et mihi relictus, non oculos animo sed animum oculis sequor, qui eadem quae mens uident, quotiens non uident alia. Cogito si quid in manibus, cogito ad uerbum scribenti emendantique similis, nunc pauciora nunc plura, ut uel difficile uel facile componi teneriue potuerunt. Notarium uoco et die admisso quae formaueram dicto; abit rursusque reuocatur rursusque dimittitur.* Da leitura deste passo depreendemos que Plínio nem sempre acordaria na companhia da esposa. Aliás, mesmo noutros momentos do dia, Calpúrnia podia não estar presente (cf. 9.36.4: *Iterum ambulo ungor exerceor lauor. Cenanti mihi, si cum uxore uel paucis, liber legitur; post cenam comoedia aut lyristes; mox cum meis ambulo, quorum in numero sunt eruditi. Ita uariis sermonibus uespera extenditur, et quamquam longissimus dies bene conditur.*). Cf. 7.5.1, passo que integra uma carta dirigida por Plínio a Calpúrnia, em que o epistológrafo confessa sentir saudades dos momentos que costumava passar na companhia da esposa: *Incredibile est quanto desiderio tui tenerar. In causa amor primum, deinde quod non consueuimus abesse. Inde est quod magnam noctium partem in imagine tua uigil exigo; inde quod interdum, quibus horis te uisere solebam, ad diaetam tuam ipsi me, ut uerissime dicitur, pedes ducunt; quod denique aeger et maestus ac similis excluso a uacuo limine recedo.* Os filhos do senhor da casa podiam dormir na companhia de serviços, como as *nutrices*. Cf. Tac., *Dial.* 28.4: *Nam pridem suus cuique filius, ex casta parente natus, non in cellula emptae nutricis, sed gremio ac sinu matris educabatur, cuius praecipua laus erat tueri domum et inseruire liberis.*

ocupantes da casa em que aquela assentava, é difícil encontrarmos na família romana um ambiente social comparável ao que a família nuclear moderna representa. De facto, os pais de uma família romana não se encontravam unidos por um casamento assente em princípios igualitários, e os filhos não dependiam exclusivamente dos pais no que concerne a todas as suas necessidades domésticas e materiais. Como defende Bradley, “the concept of the family as an integrated whole that is ideally associated with the companionate family of today could not therefore be a Roman concept.”<sup>36</sup>

Nos dias de hoje, a expressão ‘família nuclear’ dá-nos a imagem de uma unidade doméstica que compreende os dois pais e os respectivos filhos<sup>37</sup> vivendo juntos numa residência unifamiliar e partilhando de uma profunda intimidade afectiva. A vida de uma família moderna tem início na união — geralmente pelo casamento — de um casal e no estabelecimento deste numa casa antes do nascimento dos filhos. Esta união é, normalmente, a consequência natural e esperada de um namoro que teve início algum tempo antes. Como afirma Bradley, “the union will usually have followed the development of a romantic attachment between the couple and a period of courtship or preparation for living together, and, whether formalized in marriage or not, it will in principle usually be egalitarian in character.”<sup>38</sup> Ora, fundada nestes pressupostos, a família moderna é uma instituição que se caracteriza sobretudo pela privacidade.

A família romana, porém, não deverá ser perspectivada exactamente da mesma forma. Se é verdade que pais e filhos viviam sob o mesmo tecto, também é verdade que não deveremos pensar que os laços afectivos que os uniam — em especial, o casal — eram, somente por esse motivo, idênticos aos que geralmente se crê estarem na origem e fundação da família moderna, com toda a intimidade e privacidade que lhe são inerentes. Para tal, bastará lembrarmo-nos de que um dos requisitos essenciais para que um casamento romano funcionasse bem era a *concordia*. Esta virtude, que correspondia a um estado de harmonia entre marido e mulher, quando alcançada, tornava-se motivo de

---

<sup>36</sup> BRADLEY (1991) 10. O autor reconhece que este tipo de análise pode levar a que consideremos o conceito ‘família romana’ quase sinónimo de ‘*lar* (em inglês, *household*) romano’. Para Bradley, os dois conceitos encontram-se indiscutivelmente interligados, já que clarificar a natureza do lar romano é, simultaneamente, clarificar a natureza da família. Adverte, porém, o estudioso que os conceitos não são idênticos, simplesmente porque a vida da família não se encontra confinada ao que ocorre dentro de casa, estendendo-se, antes, para além disso (cf. loc. cit.).

<sup>37</sup> Cf. supra, DIXON (1988) 13.

<sup>38</sup> Cf. BRADLEY (1991) 6.

celebração<sup>39</sup>. De facto, era normal entre a sociedade romana pautar-se o sucesso de um casamento pela existência de *concordia* entre os esposos. Contrariamente, nos dias de hoje, estranho seria se descrevêssemos um casamento feliz e bem sucedido como uma união marcada sobretudo pela concórdia e harmonia entre os esposos, já que, como afirma Bradley, “the virtue is rather passive in its associations, implying a state of tranquil and stable unanimity but suggesting little of the romance or intimacy typical of modern marriage.”<sup>40</sup> É, pois, com base nestes pressupostos que se torna legítimo pensarmos que a dimensão afectiva do casamento romano poderá ter sido significativamente diferente da que hoje está na génese das uniões conjugais<sup>41</sup>.

Em Roma, o casamento — entre a elite, pelo menos — era fruto de um acordo entre as famílias dos principais envolvidos, não o resultado de uma escolha pessoal por parte de cada um dos membros do casal, podendo, por isso, não haver, pelo menos numa fase inicial, garantias de total harmonia entre marido e mulher. A provável inexistência de fortes laços afectivos, que constituem pressuposto fundamental num casamento moderno

<sup>39</sup> TREGGIARI (1991) 245 resume desta forma *concordia*: “Agreement between husband and wife resulting from trust and sympathy may be called *concordia*, a happy state occasionally claimed on tombstones, especially in conjunction with long length of marriage.” Segundo DIXON (1992) 70, “the notion of *concordia*, or harmony, in marriage was frequently mentioned in literature and in epitaphs boasting that marriages, especially long marriages, had been without discord (*sine discrimine, sine offensione, sine ulla querela*).” Cícero, por exemplo, referiu a *concordia* que caracterizava a união de Ático com Pília. Cf. Att. 8.6.5: *Piliae dic (...) nec id esse uestrae concordiae*. Leia-se, também, o célebre *Laudatio Turiae* (ILS 8393.45), supostamente o elogio fúnebre de uma mulher de nome Túria, da autoria de seu apaixonado marido. Tácito, na biografia do sogro, elogiou a *mira concordia* que caracterizara a união de Agrícola e Domícia Decidiana. Cf. Ag. 6.1: *Hinc ad capessendos magistratus in urbem degressus Domitiam Decidianam, splendidis natalibus ortam, sibi iunxit; idque matrimonium ad maiora nitenti decus ac robur fuit. Vixeruntque mira concordia, per mutuam caritatem et in uicem se anteponendo, nisi quod in bona uxore tanto maior laus, quanto in mala plus culpa est*. Cf. ainda Ov., Met. 8.708: *quoniam concordēs egimus annos...*; Plin., Ep. 3.16.10: *etiam, cum Thræsea gener eius deprecaretur, ne mori pergeret, interque alia dixisset: 'Vis ergo filiam tuam, si mihi pereundum fuerit, mori mecum?', respondit: 'Si tam diu tantaque concordia uixerit tecum quam ego cum Paeto, uolo.'* O jurista Modestino complementa esta noção de concórdia conjugal com a expressão *consortium omnis uitae*, ao definir o casamento como uma união entre homem e mulher, uma sociedade no que diz respeito a todos os aspectos da vida. Cf. Mod., dig. 23.2.1: *Nuptiae sunt coniunctio maris et feminae et consortium omnis uitae, diuini et humani iuris communicatio*. O jurista Paulo, citando o imperador Marco, afirma que um pai não tem o direito de pôr fim ao casamento harmonioso de uma sua filha (*bene concordans matrimonium*, Sent. 5.6.15).

<sup>40</sup> Cf. BRADLEY (1991) 7.

<sup>41</sup> Bradley chama ainda a atenção para a estranheza que a concepção do relacionamento entre marido e mulher como um relacionamento assimétrico poderia, ao contrário do que acontecia entre os Romanos, provocar nos dias de hoje. Segundo o autor, seria impensável na sociedade moderna considerar — como Quintiliano — que o comedimento (*moderatio*) do marido para com a esposa fosse perspectivado como um sinal do seu afecto (*caritas*) por ela. Cf. Quint., Inst. 6.2.14: *Quod est sine dubio inter coniunctas maxime personas, quotiens ferimus ignoscimus satisfacimus monemus, procul ab ira, procul ab odio. Sed tamen alia patris aduersus filium, tutoris aduersus pupillum, mariti aduersus uxorem moderatio est (hi enim praeferunt eorum ipsorum a quibus laeduntur caritatem, neque alio modo inuisos eos faciunt quam quod amare ipsi uidentur), alia cum senex adulescentis alieni conuicium, honestus inferioris fert*.

ocidental, poderá ter funcionado como factor potenciador de alguma discórdia. As expectativas afectivas em relação a um casamento romano tinham de ser, por isso, reduzidas, sendo, quiçá, esta a razão pela qual, com alguma frequência, os elogios fúnebres de companheiros desaparecidos eram feitos em tom desapaixonado, mesmo quando se assinalava o sucesso da união. Como lembra Bradley, “it is common to find statements of the sort that for a certain number of years the surviving partner had lived with the spouse “without any complaint”, “without any quarrel”, or “without any discord”.<sup>42</sup> A dimensão afectiva do casamento romano seria, segundo o mesmo autor, pouco expressiva; para os

---

<sup>42</sup> Cf. BRADLEY (1991) 8. Para corroborar esta afirmação, em nota, o autor remete para a leitura de um catálogo de exemplos reunidos por LATTIMORE (1942, reimpr. 1962) 279. Não obstante a afirmação de que “records of devotion between husband and wife are enormously frequent in Latin inscriptions, both prose and verse” (LATTIMORE (1942, reimpr. 1962) 277), BRADLEY (loc. cit.) mantém que as expectativas iniciais relativamente ao casamento eram reduzidas. Com o objectivo de fundamentar esta sua ideia, o autor aduz dois exemplos. Primeiramente, a perspectiva distante adoptada por Plínio na avaliação quase clínica que fez da sua nova esposa, Calpúrnia, numa carta que lhe dirigiu (cf. Plin., *Ep.* 4.19: *Cum sis pietatis exemplum, fratremque optimum et amantissimum tui pari caritate dilexeris, filiamque eius ut tuam diligas, nec tantum amitae ei adfectum uerum etiam patris amissi repraesentes, non dubito maximo tibi gaudio fore cum cognoueris dignam patre dignam te dignam auo euadere. Summum est acumen summa frugalitas; amat me, quod castitatis indicium est. Accedit his studium litterarum, quod ex mei caritate concepit. Meos libellos habet lectitatis ediscit etiam. Qua illa sollicitudine cum uideor acturus, quanto cum egi gaudio adficitur! Disponit qui nuntient sibi quem adsensum quos clamores excitarim, quem euentum iudici tulerim. Eadem, si quando recito, in proximo discreta uelo sedet, laudesque nostras audissimis auribus excipit. Versus quidem meos cantat etiam formatque cithara non artifice aliquo docente, sed amore qui magister est optimus. His ex causis in spem certissimam adducor, perpetuam nobis maioremque in dies futuram esse concordiam. Non enim aetatem meam aut corpus, quae paulatim occidunt ac senescunt, sed gloriam diligit. Nec aliud decet tuis manibus educatam, tuis praeceptis institutam, quae nihil in contubernio tuo uiderit, nisi sanctum honestumque, quae denique amare me ex tua praedicatione consueuerit. Nam cum matrem meam parentis loco uererere, me a pueritia statim formare laudare, talemque qualis nunc uxori meae uideor, ominari solebas. Certatim ergo tibi gratias agimus, ego quod illam mihi, illa quod me sibi dederis, quasi inuicem elegeris. Vale.); depois, a noção expressa por Aulo Gélcio, citando Varrão, de que um marido deveria erradicar os erros cometidos pela esposa (cf. Gel. 1.17.4-5: *Secundum hanc sententiam [M.] quoque Varro in satura Menippea, quam de officio mariti scripsit: 'Vitium' inquit 'uxoris aut tollendum aut ferendum est. Qui tollit uitium, uxorem commodiorem praestat; qui fert, sese meliorem facit.' Haec uerba Varronis 'tollere' et 'ferre' lepide quidem composita sunt, sed 'tollere' apparet dictum pro 'corrigere'). Bradley reconhece desconhecer de que forma se corrigiriam os erros cometidos pelas esposas, mas recorda também que as agressões verbais e físicas das mulheres pelos maridos eram, por vezes, objecto de atenção por parte dos tribunais (cf. Quint., *Inst.* 7.3.2: *Interim a qualitate ad finitionem descenditur, ut in actionibus dementiae, malae tractationis, rei publicae laesae: in quibus si recte facta esse quae obiciuntur dici non potest, illud succurrit: 'non est [hoc dementem esse,] male tractare, rem publicam [uerbis] laedere.' Finitio igitur [est] rei propositae propria et dilucida et breuiter comprehensa uerbis enuntiatio; 7.4.10: Nam et filius patri in iudicio abdicationis et maritus uxori si malae tractationis accusabitur [et pater] filio si dementiae causa erit non inuerecunde dicet multum sua interfuisse. In quo tamen incommoda uitantis melior quam commoda petentis est causa; 7.4.24: Nam coniectura extrinsecus quoque adductas frequenter probationes habet et argumenta ex materia sumit; quale quidque uideatur, eloquentiae est opus: hic regnat, hic imperat, hic sola uincit. Huic parti subiungit Verginius causas abdicationis, dementiae, malae tractationis, orbarum nuptias indicientium. Nam et fere sic accidit, inuentique sunt qui has materias officiorum uocarent; 7.8.2: Sit enim lex: 'Venefica capite puniatur. Saepe se uerberanti marito uxor amatorium dedit, eundem repudiavit: per propinquos rogata ut rediret non est reuersa: suspendit se maritus. Mulier ueneficii rea est.' Fortissima est actio dicentis amatorium uenenum esse: id erit finitio. Quod si parum ualebit, fiet syllogismus, ad quem uelut remissa priore contentione ueniamus: an proinde puniri debeat ac si uirum ueneno necasset.).***

Romanos, mais importante do que o bom funcionamento de uma união, era a imagem pública que dela transparecia, já que, no sistema romano de valores, o casamento representava, antes de tudo, uma fonte de distinção pessoal e de promoção e ascensão social<sup>43</sup>. Por tudo isto, não existe, na perspectiva do especialista, um motivo óbvio que nos deva fazer acreditar que a vida familiar romana, somente porque os pais e respectivos filhos coabitavam na mesma casa, seguia um padrão comparável ao da família nuclear moderna: “In my view, the pattern was altogether different, and the modern terminology should be applied to the Roman past only in a very qualified manner.”<sup>44</sup>

Parece-nos, todavia, que a dimensão afectiva do casamento romano poderá não ter sido tão diferente da que preside ao casamento moderno. A reconstituição histórica de sentimentos quase sempre se revela uma tarefa difícil, pelo que tentar interpretá-los de forma tão taxativa poderá conduzir-nos a considerações menos exactas. A demonstração de que a maioria dos casamentos romanos era fruto de frias negociações e de que o divórcio se tornara comum entre a elite romana tem levado, de facto, a que alguns estudiosos, como Bradley<sup>45</sup>, interpretem as referências epigráficas e literárias a casamentos exemplares como meras convenções e perspectivem o casamento romano, sobretudo para a elite, como uma experiência pouco ou nada compensadora em termos emocionais. No entanto, as alusões ao ideal de felicidade e harmonia conjugais, o empenho revelado por alguns romanos em descrever nas pedras tumulares o casamento feliz e o cônjuge falecido, bem como a popularidade granjeada por histórias de amor avassalador sugerem não apenas que se esperava que esses casamentos, apesar de negociados entre a geração mais velha, dessem origem a relacionamentos afectuosos e cordatos, mas também que tal aconteceu, de facto, em muitos casos<sup>46</sup>.

Em Roma, a dissolução do casamento por morte — muitas vezes prematura — de um dos cônjuges era comum. Outra das causas normalmente apontadas para a dissolução das uniões matrimoniais era o divórcio. Na sequência de uma destas ocorrências, era

---

<sup>43</sup> Cf. Tac., Ag. 6.1: *idque matrimonium ad maiora nitenti decus ac robur fuit*. Vide também BRADLEY (1991) 8. Em nota (19), o estudioso, tal como ROUSSELLE (1983, trad. 1988) 2, admite ser difícil falar de amor na Antiguidade perante a inexistência de testemunhos oriundos de mulheres.

<sup>44</sup> BRADLEY (1991) 8.

<sup>45</sup> E, como este, HALLETT (1984), LYNE (1980) e VEYNE (1978), citados por DIXON (1992) 90.

<sup>46</sup> Nesta perspectiva, estamos, pois, em total concordância com DIXON (cf. loc. cit.) e com GARNSEY-SALLER (1987) 132: “arranged marriages do not preclude marital affection.” Ainda hoje, passados cerca de vinte séculos, em algumas civilizações orientais, como a indiana, por exemplo, é prática comum serem as gerações mais velhas, os pais, a combinarem os casamentos dos respectivos filhos, sempre com a expectativa de que essas uniões promovam o afecto e o respeito mútuos entre os cônjuges.

frequente o cônjuge sobrevivente voltar a casar. De um novo casamento decorria, naturalmente, a constituição de uma nova estrutura familiar, geralmente mais abrangente<sup>47</sup>. Neste sentido, definir a família romana passa ainda por tentar perceber em que medida é que a pluralidade de casamentos assumidos por cada indivíduo condicionava a estrutura e a orgânica da família<sup>48</sup>.

A incidência de repetidas alianças matrimoniais entre a elite romana terá sido de tal forma elevada que o historiador R. Syme afirmou: “The more that is discovered about persons of note at Rome, the more marriages come to light or have to be postulated.”<sup>49</sup> Bradley tentou avaliar precisamente essa incidência. Como amostra, seleccionou o grupo de famílias consulares que viveram entre os anos 80 e 50. O objectivo imediato da análise era perceber quantos cônsules e respectivas esposas, representantes da última geração da República, tinham casado mais do que uma vez. Admitindo embora a excepionalidade do grupo escolhido, e, consequentemente, as limitações de um estudo realizado nestes moldes, o autor esperava que as conclusões alcançadas pudessem constituir o ponto de partida para

---

<sup>47</sup> Cf. DIXON (1992) 9: “Remarriage was common in both cases [por morte ou divórcio] and caused proliferation of step- and half-relations which were encompassed in the network of kin.” BRADLEY (1987) defende que a frequência com que este fenómeno ocorria entre as famílias da elite romana constituía um factor de desorganização da vida das crianças, que era incomparavelmente mais grave do que a que ocorre com crianças oriundas de famílias nucleares modernas. O autor considera que o romper constante dos laços familiares levava a que as crianças fossem criadas num ambiente de insegurança. DIXON (1992) 10, que afirma que o divórcio era comum até entre outros níveis sociais, admite, no entanto, que é possível encararmos o fenómeno com menos pessimismo, se deixarmos de o perspectivar à luz de valores culturais modernos: “it might have had a positive side which we can appreciate once we rid ourselves of the culturebound notion that the intense, one-to-one maternal-child relationship idealized in modern consumer societies is the only acceptable model for childhood.”

<sup>48</sup> De facto, como se afirma em BRADLEY (1991) 156, “if the extent of remarriage were found to be high, the character of the family would have to be rather different from that produced in circumstances where a low rate of remarriage prevailed. In the former case, a greater number of blended or reconstituted family groupings would be expected than in conditions where married couples remained in stable unions over long periods of time, and in turn a high degree of blending might be expected to lead to a typical family form distinct from that created in situations where reconstitution was of negligible significance.”

<sup>49</sup> (1986) 302. Cf. 20: “The more that is known about any senator, the more consorts accrue.” Durante o final da República, por exemplo, a pluralidade de casamentos de um indivíduo parece ter sido um fenómeno social encarado como normal e perfeitamente expectável e aceite entre as famílias da elite romana. Como afirma BRADLEY (1991) 157, “indeed, random remarks drawn from the correspondence of Cicero suggest, from a contemporary perspective, the apparent ordinariness of the event, and make clear the assumption that step relationships were viewed as a fully predictable and accepted aspect of Roman family life.” De facto, são variados os passos que referem pessoas casadas mais do que uma vez (cf. *Att.* 13.28.4: *Se scire aiebat ab eo nuper petitam Cornificam, Quinti filiam, uetulam sane et multarum nuptiarum*; *Fam.* 8.7.2: *Paulla Valeria, soror Triari, diuortium sine causa, quo die uir et prouincia uenturus erat, fecit; nuptura est D. Bruto.*), padastros e enteados (cf. *Fam.* 13.12.1: *Hac separatim Q. Fufidium (...) priuignus est M. Caesi, mei maxime et familiaris et necessari...*; *Att.* 13.20.2: *Ad Ligarianam de uxore Tuberonis et priuigna neque possum iam addere...*; *Att.* 15.12.2: *Octauiano, ut perspexi, satis ingeni, satis animi (...) sed quid aetati credendum sit, quid nomini, quid hereditati, quid κατηχήσει, magni consili est. Vitricus quidem nihil censebat; quem Asturae uidimus.*).



uma análise mais abrangente da família da elite romana e das implicações que os repetidos casamentos poderiam ter no funcionamento e estrutura da mesma<sup>50</sup>. Da análise da amostra resultou que quase uma em cada duas famílias consulares havia sofrido uma reestruturação, isto é, nessas famílias, o marido e/ou a esposa tinham voltado a casar e a constituir família com outras pessoas. De alguns desses casamentos consulares nem sempre terão resultado filhos<sup>51</sup>, pelo que o grau de incidência do entrecruzamento de famílias resultante de novas alianças matrimoniais não poderá ser considerado exactamente igual ao grau de incidência de novas núpcias. Bradley admite, no entanto, que a diferença entre um e outro deverá ter sido mínima, sendo que a profusão de tais entrecruzamentos deverá ser vista como um factor que afectou o carácter essencial da família romana<sup>52</sup>.

O estudioso apontou os factores que ditaram a ocorrência de casamentos sucessivos e a consequente reestruturação das famílias da elite romana. Além da elevada taxa de mortalidade — entre os homens, por motivos de guerra, entre as mulheres, por complicações relacionadas com os partos —, há que ter em conta a instabilidade política vivida, que afectava não apenas as primeiras núpcias, mas contribuía também para a elevada percentagem de divórcios e consequente formação de novas alianças. Porque os casamentos eram, muitas vezes, verdadeiras alianças políticas, tornou-se perfeitamente aceitável que uma aliança que entretanto deixara de dar frutos desse lugar a outra que melhor servisse os interesses dos principais interessados. Como bem observa Bradley, “in a society where sentiment was at best no more than incidental to the arrangement of a marriage, there could be little opposition to serial marriage if the wider demands of society were to be met.”<sup>53</sup>

---

<sup>50</sup> Cf. (1991) 157 sq.: “The group chosen for this study is, of course, exceptional in that it includes the most politically successful figures of a whole era. But most of these men did not gain success (or notoriety) comparable to that of the dynasts, and the tactic of working with a finite sample may create a relatively objective basis from which to explore the upper-class family in wider compass. As the implications of repeated marriage is to be properly understood, a core reproductive unit of coresident parents and children cannot be studied in isolation, but a much broader framework of reference has to be adopted.”

<sup>51</sup> Como afirma BRADLEY (1991) 160, “there are four cases of consular marriages that show no sign of children issuing from them — caused, no doubt, by an absence of evidence rather than failure of the couples to reproduce at all (...)”

<sup>52</sup> Cf. loc. cit..

<sup>53</sup> (1991) 161. Entre as classes menos favorecidas, os motivos que ditavam normalmente a desintegração das famílias, segundo RAWSON (1986) 37, terão sido essencialmente três: “(1) high mortality; (2) continued slave status of at least one partner; and (3) a slave trade in children.” O divórcio poderá, no entanto, ter sido um factor adicional; em Roma, era relativamente fácil de conseguir, pelo que até os grupos sociais menos favorecidos poderão ter tido acesso a tal procedimento: “As divorce procedure was so simple in Rome, and did not involve the expensive services of lawyers, the poor might have divorced one another as easily as the rich. In this, Roman society was different from most modern societies, where divorce has been a

Da análise do material seleccionado, o autor tirou ainda três ilacções: primeiramente, que as famílias da elite romana eram predominantemente compostas por duas pessoas casadas que, como indivíduos, não esperavam ter apenas um cônjuge ao longo das suas vidas, e por filhos que não esperavam que a união dos pais fosse quebrada apenas numa fase avançada da sua existência, pela morte de um dos cônjuges; depois, que muitos homens e mulheres, talvez até a maioria, terão previsto pelo menos dois casamentos no curso do período adulto, bem como o nascimento de filhos dentro de cada uma dessas uniões e a sua ligação parental aos filhos de núpcias anteriores do então companheiro; por último, que os filhos da elite romana terão previsto o aparecimento, mais cedo ou mais tarde, de padastros, madrastas e meios-irmãos no seu mundo familiar<sup>54</sup>. Ora, tomados em conta estes dados, torna-se, pois, óbvio para o autor do estudo — como para nós, aliás — que a família romana era muito mais do que uma simples unidade reprodutiva, composta exclusivamente por pai, mãe e filhos<sup>55</sup>.

Na realidade, em determinadas circunstâncias, a expressão ‘família nuclear’ podia referir também um grupo doméstico de indivíduos co-residentes, composto por pais que tinham tido outros casamentos, pelos filhos comuns a ambos os cônjuges e pelos filhos de uniões anteriores. Neste contexto, o termo podia ser válido para as famílias romanas em que o segundo casamento do pai, da mãe ou de ambos acontecera na sequência da morte do cônjuge anterior<sup>56</sup>.

---

middle- and upper-class luxury.” (RAWSON (1986) 36). Poderão, todavia, ter existido restrições económicas à aparente facilidade com que os casais mais pobres de Roma se poderiam separar: “If there were children, it may have required the earnings of both parents livind together to support them.” (RAWSON (1986) 37). Por outro lado, grande parte das pessoas que integravam as classes economicamente mais desfavorecidas era população ex-escrava. Entre os ex-escravos, existiam muitos especialistas em determinado ofício: “women of this kind were not dependent on their husbands for financial support and were thus more free to leave them than most wives have been until the twentieth-century phenomenon of the wage-earning wife.” (RAWSON, loc. cit.). De qualquer forma, mesmo que o divórcio fosse frequente entre estes sectores da população romana, não existem registos que o possam comprovar (cf. KAJANTO (1969) 99). Além do mais, provavelmente muitos destes casais viveriam em uniões *de facto*, “because of the slave status of at least one partner at the time the union began.” Assim sendo, o divórcio, tecnicamente, não lhes era aplicável (cf. RAWSON, loc. cit.).

<sup>54</sup> Ao que parece, o número de referências a madrastas é superior ao de referências a padrastros. Cf. GARNSEY-SALLER (1987) 139; RAWSON (1986) 36: “Perhaps the apparently greater number of references to stepmothers than to stepfathers also reflects the fact that children of a dissolved marriage usually lived with their father (and thus the step-parent, if any, was a stepmother).”

<sup>55</sup> Cf. (1991) 162 sq.. O autor do estudo afirmou, então, na p. 172: “The suggestion I have wanted to make is that in upper-class society at Rome in the late Republic the rate of remarriage was so high that familial blending of the sort that can be seen clearly in the individual histories of certain politically prominent figures was very common, and that the extensive familial associations that remarriage created, both over time and within and without the household, have to be fully taken into account in defining the Roman family.”

<sup>56</sup> Ainda assim, porém, como recorda BRADLEY (1991) 165, continuaríamos a não considerar como parte integrante da família os dependentes domésticos

Situação ainda mais complexa era a das famílias cuja fundação acontecera na sequência de um divórcio. De facto, em Roma, de acordo com a lei, os filhos de um casal divorciado deveriam permanecer com o pai<sup>57</sup>. Com a saída de casa por parte da mãe, a separação física entre ela e os filhos tornava-se inevitável. Se a mãe voltasse a casar e tivesse filhos do novo marido, os meios-irmãos ficariam sempre a pertencer a casas e famílias diferentes, ainda que ligados por laços familiares. Nestas circunstâncias, não será exacto dizer que os dois lares formavam duas famílias completamente separadas, já que os laços familiares existentes entre parentes próximos não co-residentes perpetuavam a ligação que os unia. Por outro lado, reconhecer a existência desta ligação também não implica que se tenha de definir a família como o conjunto de todos os parentes. Se sobrevalorizarmos o factor coabitação na definição da família romana, poderemos ser tentados a perspectivar ‘lar’ e ‘família’ como conceitos sinónimos, e a considerarmos a família uma entidade estática. Melhor será, quiçá, percebermos que a família é uma entidade dinâmica, cuja história sofre constantes evoluções, e admitir a possibilidade de, dentro da mesma família, poderem surgir diferentes configurações, de natureza complexa, em diferentes etapas do desenvolvimento ou vida da família<sup>58</sup>. Como defende Dixon:

“The family could thus be contracted or extended by strong feelings or external circumstances. Perhaps the most important point is that ‘family’ was not exactly the same as the residential or blood kin group, nor were formal ties the most significant.”<sup>59</sup>

Saller perfilha da mesma ideia. Embora reconheça a preeminência dos laços que uniam pai, mãe e filhos na concepção romana dos deveres e afectos familiares dos romanos, e perspetive o núcleo formado por essa tríade como o princípio fundador da família, o estudioso admite também que a família romana não se cristalizava nessa estrutura básica. Ao contrário, fruto de circunstâncias diversas, ela estava sujeita a constantes mudanças e adaptações:

---

<sup>57</sup> Cf. RAWSON (1986) 35 sq., que afirma, na p. 36: “Children already born or conceived at the time of divorce belonged to the father in the eyes of the law; they were members of his family rather than of their mother’s, they bore his name, and in most circumstances he could retain part of his wife’s dowry for the children’s maintenance.” Cf. ainda *infra*, p. 119, nota 132, Gaius, *dig.* 50.16.196.1.

<sup>58</sup> Cf. BRADLEY (1991) 165 sq..

<sup>59</sup> DIXON (1988) 21.

“Clearly the bonds between husband, wife, and their children were dominant in the Romans’ conception of familial obligations and affection, despite the fact that they had no single word to identify that group. That conceptualization was not always easy to put into practice in everyday life, where, as Bradley has stressed, death and divorce gave rise to a shifting and reconstitution of family living arrangements. To say that the nuclear family was the starting principle in the organization of Roman household is not to suggest that the nuclear family was static over a whole generation.”<sup>60</sup>

Bradley apontou os diversos factores causadores das constantes mudanças e reestruturações operadas nas famílias romanas da elite. A saber: o facto de muitos casamentos serem fruto de combinações e interesses — especialmente políticos — e decorrente desvalorização do sentimento na contratualização de uniões matrimoniais; a volubilidade dos laços matrimoniais e a facilidade com que se procedia à respectiva dissolução; a frequência com que se morria prematuramente e consequente facilidade com que se encontrava um novo companheiro disponível para iniciar uma nova união; a probabilidade de os filhos de um indivíduo serem de idades significativamente diferentes; a possibilidade de alguns dos filhos de um indivíduo poderem pertencer à geração dos netos; a probabilidade de marido e mulher terem idades significativamente diferentes ou de pertencerem a gerações diferentes; a imanência da crença na ideia de que o casamento e a procriação eram obrigações sociais culturalmente induzidas, em vez de serem o resultado de escolhas individuais; a criação, através de casamentos sucessivos, de redes de relações familiares que iam para além da família directa. Em consequência destes factores, a família romana deverá ser perspectivada como uma entidade dotada de dinamismo, “one that in its life course had little regularity of shape.” Sujeita a constantes interrupções, separações e reestruturações, ela deverá ser considerada um organismo fluido, que congregava parentes e não-parentes, dentro e fora do lar<sup>61</sup>.

As famílias daqueles que não gozavam de protecção efectiva da elite, devido a condicionamentos de ordem económica, estavam igualmente sujeitas a alterações estruturais, em diferentes momentos. Nas famílias dos cidadãos livres mais pobres, as crianças podiam ser aprendizes de um ofício ou iniciar-se noutra actividade desde muito cedo, o que, com alguma frequência, as obrigava a deixar a casa dos pais. Ao alistarem-se, por exemplo, no exército, muitos jovens eram obrigados a abandonar aqueles com quem

---

<sup>60</sup> (1994) 96.

<sup>61</sup> BRADLEY (1991) 171.

até então tinham vivido. Mantinham, todavia, fortes laços com a família e enviavam-lhe dinheiro<sup>62</sup>.

As famílias de escravos também levantam algumas questões. À luz da lei, os escravos não podiam casar e, portanto, estabelecer laços familiares. Em termos jurídicos, os escravos e os libertos não tinham parentes agnatos, isto é, parentes de sangue legítimos. Fontes literárias e de outra natureza sugerem que os filhos dos escravos eram criados juntos<sup>63</sup>, quiçá numa família que não a da mãe. Era frequente essas crianças serem vendidas ainda muito pequenas, sem as mães, e os irmãos serem separados uns dos outros<sup>64</sup>. Apesar disso, os escravos constituíam uniões *de facto*, e os epitáfios revelam que alguns mantinham essas uniões mesmo depois de alcançarem a liberdade. Homens e mulheres apelidavam-se mutuamente de *contubernales*, ainda que tivessem, entretanto, conquistado a liberdade e, com ela, a possibilidade de usarem os termos legais para referir ‘marido’ e ‘esposa’<sup>65</sup>.

Podemos considerar que os Romanos, em geral, durante grande parte das suas vidas, viviam, efectivamente, em famílias nucleares. Esta inferência, no entanto, só será válida se tivermos em conta que, inerente a esta estrutura familiar, estava uma multitude de mudanças e adaptações operadas ao longo dos percursos de vida individuais, e que a família romana, muito provavelmente, diferia bastante da família nuclear moderna. A família romana incluiria quase sempre escravos, aprendizes e outros parentes que não pais e filhos. Os costumes regionais, os hábitos próprios de determinada classe e condicionantes de natureza económica impunham condições específicas. Factores económicos impunham, como referimos, em algumas famílias, a separação precoce de alguns filhos dos respectivos pais — para poderem aprender um ofício —, ou a separação de crianças de muito tenra idade das mães — para que estas ficassem livres para trabalhar. O núcleo de parentes que estava na origem de uma família era composto por marido e mulher, mas a sua configuração e até mesmo as relações de parentesco dentro e fora da família estavam sujeitas a grandes mudanças. De facto, como afirma Dixon, “the term

---

<sup>62</sup> Cf. DIXON (1992) 11; BRADLEY (1985b), acerca dos aprendizes de ofícios em Roma; WIEDEMANN (1989) 154-156 enumera as ocupações das crianças, algumas das quais obrigavam à saída de casa dos pais; relativamente ao recrutamento para o exército, cf. WATSON (1969) 134. Este autor estima como idade média para integrar o exército os dezoito ou dezanove anos.

<sup>63</sup> Cf. *CIL* 6.21279A.

<sup>64</sup> RAWSON (1966) 79 refere exemplos de filhos de escravos vendidos e alforriados em idades muito tenras; BRADLEY (1984, reimpr. 1987) 53-60 analisa detalhadamente os efeitos dessa venda nas famílias dos escravos.

<sup>65</sup> Cf. TREGGIARI (1969) 15 sq.; TREGGIARI (1981b) 42-69; RAWSON (1974) 279-305.

*nuclear* can cover different arrangements even within the same family over a period of time.”<sup>66</sup> As segundas uniões que surgiam na sequência do divórcio ou separação do casal ou da morte de um dos cônjuges representavam uma ruptura no seio da anterior família, mas, ao mesmo tempo, davam lugar à constituição de novos grupos residenciais, que se abriam a novos graus e tipos de parentesco, para dar resposta às circunstâncias particulares do momento. O conceito romano de parentesco era, por conseguinte, um conceito de significação bastante elástica, e a família romana, afinal, uma instituição flexível e pragmática<sup>67</sup>.

---

<sup>66</sup> DIXON (1992) 10 sq..

<sup>67</sup> DIXON (1992) 11.

## CAPÍTULO TERCEIRO

### Constituição e reestruturação da família romana: implicações legais e prática quotidiana

A constituição de uma família pressupunha a união conjugal de um homem e uma mulher. O casamento romano<sup>1</sup> baseava-se no princípio da monogamia; na família existia lugar para apenas uma mulher que desempenhasse o papel de esposa do *paterfamilias* e de mãe dos filhos dele<sup>2</sup>. O marido podia recorrer aos prazeres das suas escravas, mas não

---

<sup>1</sup> Sobre o casamento romano existe uma série de obras de referência. Do ponto de vista legal, CORBETT (1930, reimpr. 1979) continua a ser uma fonte de estudo importante. A obra baseia-se essencialmente na compilação encomendada por Justiniano no século VI, o *Digesto*, mas inclui referências a fontes literárias mais antigas, como Tito Lívio e Cícero. No que concerne ao período da República, vide WATSON (1967, reimpr. 1984). CROOK (1967a) 99-106, DIXON (1992) cap. 3, TREGGIARI (1991), GARDNER (1986) caps. 3-6, e HUMBERT (1972) abordam a temática dos pontos de vista legal e social.

<sup>2</sup> A este respeito, adverte, no entanto, DIXON (1992) 81: “The theory and practice of marriage was monogamous, but there was no equivalent to the penalties of some modern states for bigamy as a crime.” GARDNER (1986) 91-93, citando regras pós-clássicas, afirma que a prática de bigamia na época imperial dava direito a uma acusação por *adulterium* ou por *stuprum*. Nos tempos clássicos, a bigamia implicaria a invalidação de uma das duas uniões. Em CORBETT (1930, reimpr. 1979) 143 também se afirma: “Bigamy was punishable as *stuprum* in a man and as adultery in a woman. The second marriage was essentially void in a monogamistic society.” Cf. Papin., *dig.* 48.5.12.12: *Mulier cum absentem uirum audisset uita functum esse, alii se iunxit: mox maritus reuersus est. Quaero, quid aduersus eam mulierem statuendum sit. Respondit tam iuris quam facti quaestionem moueri: nam si longo tempore transacto sine ullius stupri probatione falsis rumoribus inducta, quasi soluta priore uinculo, legitimis nuptiis secundis iuncta est, quod uerisimile est deceptam eam fuisse nihil uindicta dignum uideri potest: quod si ficta mariti mors argumentum faciendis nuptiis probabitur praestitisse, cum hoc facto pudicitia laboretur, uindicari debet pro admissi criminis qualitate;* Gaius, *dig.* 48.5.44: *Si ex lege repudium missum non sit et idcirco mulier adhuc nupta esse uideatur, tamen si quis eam uxorem duxerit, adulter non erit. Idque Saluius Iulianus respondit, quia adulterium, inquit, sine dolo malo non committitur: quamquam dicendum, ne is, qui sciret eam ex lege repudiatam non esse, dolo malo committat;* CJ 5.5.2: *Neminem, qui sub dicione sit Romani nominis, binas uxores habere posse uulgo patet, cum et in edicto praetoris huiusmodi uiri infamia notati sint. Quam rem competens iudex inultam esse non patietur;* 9.9.18pr.: *Eum qui duas simul habuit uxores sine dubitatione comitatur infamia. In ea namque re non iuris effectus, quo ciues nostri matrimonia contrahere plura prohibentur, sed animi destinatio cogitatur;* 9.9.18.1: *Verumtamen ei, qui te ficto caelibatu, cum aliam matrem familias in prouincia reliquisset, sollicitauit ad nuptias, crimen etiam stupri, a quo tu remota es,*

podia admitir em sua casa uma mulher no papel de concubina enquanto a esposa fosse viva<sup>3</sup>. O nome *concubina* era dado à mulher que vivesse com um homem e desempenhasse o papel de esposa dele sem que, no entanto, estivesse casada com ele. O seu estatuto, ainda que inferior ao de uma esposa legítima, era, no entanto, em muitos aspectos, comparável ao dela<sup>4</sup>.

Geralmente, o concubinato representava a união entre duas pessoas de estatuto social diverso, como um homem que nasceu livre (*ingenuus*) e uma liberta. Com bastante frequência, o estatuto do homem era superior ao da mulher<sup>5</sup>, e, na maioria dos casos, o casamento entre ambos era legalmente impossível ou socialmente inaceitável. Até ao primeiro quartel do século passado, os estudiosos tradicionalmente defendiam que as uniões de facto na sociedade romana eram sintoma de declínio moral<sup>6</sup>. Segundo Meyer, o concubinato representava, para alguns *ingenuii*, uma forma de, voluntariamente, evitarem o casamento. Em 1974, Rawson inverteu esta tendência. O estudo que fez das inscrições

---

*quod uxorem te esse credebas, ab accusatore legitimo sollemniter inferetur*; 9.9.18.2: *Certe res tuas omnes, quas ab eo interceptas matrimonii simulatione deploras, restitui tibi omni exactionis instantia impetrabis a rectore provinciae: nam ea quidem, quae se tibi ut sponsae daturum promisit, quomodo repetere cum effectu potes quasi sponsa?* Cf. o caso narrado por Cícero em *Orat.* 1.183 de um homem que teve uma mulher na Hispânia e outra em Roma. O autor não nos dá conta da decisão do tribunal sobre este caso; diz-nos apenas que, após a morte deste homem, foi posto em questão o estatuto do filho da segunda união. O tribunal teria de averiguar se o primeiro casamento havia sido dissolvido mediante divórcio, ainda que o marido tivesse agido como se tal tivesse, de facto, acontecido: *Quod usu memoria patrum uenit, ut paterfamilias, qui ex Hispania Romam uenisset, cum uxorem praegnantem in provincia reliquisset, Romae alteram duxisset neque nuntium priori remisisset, mortuusque esset intestato et ex utraque filius natus esset, mediocrisne res in contentionem adducta est, cum quaereretur de duobus ciuium capitibus et de puero, qui ex posteriore natus erat, et de eius matre, quae, si iudicaretur certis quibusdam uerbis, non nouis nuptiis fieri cum superiore diuortium, in concubinae locum duceretur?*

<sup>3</sup> Cf. DIXON (1992) 93.

<sup>4</sup> Cf. RAWSON (1986) 14. Como recorda DIXON (1992) 93, “in epitaphs, *concubinae* are described in the same terms as wives and use terms of affection and respect towards their partners.” TREGGIARI (1981a) 59 resume de forma clara o estatuto destas mulheres: “They are expected to have the virtues of a wife but not her pretensions.” Cf. Ulp., *dig.* 32.49.4, em que o jurista, referindo-se aos bens do homem, afirma que a diferença entre uma esposa e uma concubina era essencialmente uma diferença de estatuto: *Parui autem refert, uxori an concubinae quis leget, quae eius causa empti parata sunt: sane enim nisi dignitate nihil interest*; Paul., *Sent.*, 2.20.1: *Eo tempore, quo quis uxorem habet, concubinam habere non potest. Concubina igitur ab uxore solo dilectu separatur*. Cf. Paul., *dig.* 25.7.4: *Concubinam ex sola animi destinatione aestimari oportet*; *CJ.* 5.26.1: *Nemini licentia concedatur constante matrimonio concubinam penes se habere*; *CJ.* 7.15.3.2: *Omnibus etenim uxores habentibus concubinas uel liberas uel ancillas habere nec antiqua iura nec nostra concedunt*. WATSON (1967, reimpr. 1984) 9 sq. acredita que este conceito ainda não se encontrava tão formalizado no tempo da República. RAWSON (1986) 48, nota 35 ad 14, adverte, porém, para a inexistência de exemplos que possam prová-lo: “But we know of no Republican married man having a relationship with a woman which could be called concubinage.”

<sup>5</sup> De acordo com a análise feita por TREGGIARI (1981a) dos epitáfios italianos, nenhuma das concubinas referenciadas, ao invés de alguns dos seus companheiros, era *ingenua*.

<sup>6</sup> Esta perspectiva era defendida por MEYER (1895, reimpr. 1966) 10: “An die Stelle der römischen Zucht ist griechisch-orientalische Lascivität getreten: aussereheliche Verhältnisse sind an der Tagesordnung.”; e por PLASSARD (1921), para quem as uniões de facto representam um sinal do “relâchement progressif des mœurs et des anciens cadres familiaux et sociaux.” (p. 109).



encontradas nas imediações de Roma veio demonstrar que a maioria das ocorrências de concubinato entre cidadãos nascidos livres alegadas por Meyer não era passível de comprovação e que, muito provavelmente, era o estatuto social de pelo menos um dos elementos do casal que impedia a constituição de um casamento legítimo em vez de uma união *de facto*:

“All the categories of *de facto unions* examined (...) show heavy concentration of partners of freed or slave status. A slave partner could not marry. Many of the freed persons may have been slaves at the time their union began and thus ineligible to marry. In view of the total absence of evidence for two freeborn partners choosing *de facto* rather than legal marriage, and in view of the possibility that many of the citizen partners in *de facto unions* who have previously been labelled freeborn were actually freed, we must accept the high probability that it was status that precluded many couples from legal marriage.”<sup>7</sup>

A autora afirma a existência abundante de *concubinae* entre as classes sociais menos elevadas da sociedade, mas admite simultaneamente não haver certezas quanto aos motivos que terão levado esses casais a preferirem viver em concubinato em vez de casarem, tendo em conta que a forma mais comum de casamento não exigia grandes formalismos e assentava na coabitação duradoura de um casal. Segundo Rawson, terá sido o estatuto não-livre de pelo menos um dos membros do casal aquando do início da relação a ditar a manutenção da maioria dessas uniões<sup>8</sup>. Mais cautelosos, autores como Treggiari e Shaw preferem afirmar apenas que, muitas vezes, por motivos que não são muito claros, o concubinato entre as classes mais baixas representava uma alternativa viável ao casamento<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> (1974) 304.

<sup>8</sup> Cf. (1986) 15: “The slave status of at least one partner when the relationship began must (...) account for most of these unions. At least there is no incontrovertible evidence of two free citizens choosing concubinage rather than marriage when there is no legal impediment to their marrying.”.

<sup>9</sup> TREGGIARI (1981) 61; SHAW (1987b) 37, n. 149. DIXON (1992) 93 acrescenta: “It is difficult for us to determine why freedmen would have freedwomen as *concubinae* rather than wives. There may have been social niceties that are not clear to us.”

Entre os estratos sociais mais elevados, o concubinato também existia<sup>10</sup>. As *concubinae* eram vistas como uma alternativa honrosa a um segundo casamento para os viúvos de elevada condição social que tinham filhos. O imperador Marco Aurélio manteve um relacionamento com uma *concubina* para evitar dar uma madastra aos seus numerosos filhos<sup>11</sup>. Segundo Saller<sup>12</sup>, o concubinato funcionava como uma estratégia da elite para limitar a fragmentação dos bens de família. Partia-se do pressuposto de que uma *concubina* não teria filhos, o que, na verdade, se pode comprovar pela quase ausência nos epitáfios romanos de referências a filhos nascidos dessas uniões<sup>13</sup>. A *concubina* era perspectivada como alguém que merecia o respeito do companheiro e seus amigos<sup>14</sup>. Esperava-se que um homem de elevada condição social que vivesse com uma *concubina* escrava lhe concedesse a liberdade, mas também que o direito dela aos bens dele fosse restrito<sup>15</sup>.

O concubinato, sendo embora uma união *de facto*, à semelhança do casamento legítimo, ter-se-á pautado pelo princípio da monogamia. De facto, no âmbito de uma união em regime de concubinato, também se podia falar de adultério<sup>16</sup>; por outro lado, muitos

---

<sup>10</sup> Embora, a partir do principado de Augusto, tenha deixado de ser permitido aos senadores e respectivos filhos casarem com libertas. Cf. Cels., *dig.* 23.2.44pr.: *Lege Iulia ita cauetur: "qui senator est quiue filius neposue ex filio proneposue ex filio nato cuius eorum est erit, ne quis eorum sponsam uxoremue sciens dolo malo habeto libertinam aut eam, quae ipsa cuiusue pater materue artem ludicram facit fecerit. Neue senatoris filia neptisue ex filio proneptisue ex nepote filio nato nata libertino eiue qui ipse cuiusue pater materue artem ludicram facit fecerit, sponsa nuptae sciens dolo malo esto neue quis eorum dolo malo sciens sponsam uxoremue eam habeto"*; 23.2.23: *Lege Papia cauetur omnibus ingenuis praeter senatores eorumque liberos libertinam uxorem habere licere*; especificamente sobre as filhas dos senadores, cf. Paul., *dig.* 23.2.16pr.: *Oratione diui Marci cauetur, ut, si senatoris filia libertino nupsisset, nec nuptiae essent: quam et senatus consultum secutum est.*

<sup>11</sup> Cf. SHA Marcus 29.10: *Enisa est Fabia, ut Faustina mortua in eius matrimonium coiret. Sed ille concubinam sibi adsciuit procuratoris uxoris suae filiam, ne tot liberis superduceret nouercam.*

<sup>12</sup> (1987b) 76-79.

<sup>13</sup> Ainda que o companheiro e a concubina pudessem ter filhos de uniões anteriores (cf. RAWSON (1974) 291, nota 49). TREGGIARI (1981) 68 sq. refere-o e chama a atenção para o comentário de Santo Agostinho de que os companheiros em regime de concubinato evitavam ter filhos e que, se os tinham, o lamentavam (cf. *Conf.* 4.2; 6.12-15).

<sup>14</sup> O imperador Domiciano, por exemplo, foi criticado por ter respondido publicamente de forma fria a uma demonstração de carinho da *concubina* do pai. Cf. Suet., *Dom.* 12.3 *Ab iuuenta minime ciuilis animi, confidens etiam et cum uerbis tum rebus immodicus, Caenidi patris concubinae ex Histria reuersae osculumque, ut assuerat, offerenti manum praebuit...*

<sup>15</sup> Cf. Ulp., *dig.* 20.1.8: *Denique concubinam filios naturales alumnos constitit generali obligatione non contineri et si qua alia sunt huiusmodi ministeria*; Paul., *dig.* 42.5.38pr.: *Bonis uenditis excipiuntur concubina et liberi naturales*. Acerca do estatuto social da *concubina*, vide também DIXON (1992) 93 sq..

<sup>16</sup> Nessas circunstâncias, um homem não tinha o direito — que assistia a um marido — de processar a companheira adúltera; podia, no entanto, interpor uma acção judicial contra ela, numa outra qualidade que não a de legítimo marido. Cf. Ulp., *dig.* 48.5.14pr.: *Si uxor non fuerit in adulterio, concubina tamen fuit, iure quidem mariti accusare eam non poterit, quae uxor non fuit, iure tamen extranei accusationem instituere non prohibebitur, si modo ea sit, quae in concubinatum se dando matronae nomen non amisit, ut puta quae patroni concubina fuit.*

dos relacionamentos deste tipo, à imagem de alguns casamentos, terão tido longa duração<sup>17</sup>. Dixon resume, nestas palavras, as principais características do concubinato:

“It was essentially a monogamous union, characterized by companionship, affection, and mutual respect, with someone who could not be seen as a proper mother of the partner’s children but in other respects performed the offices of a wife. Sexual satisfaction was clearly part of the presumption, whether for the young man before marriage (the stereotype of Plautine comedy and the reality of St. Augustine) or the widower with a proper eye to his children’s interests.”<sup>18</sup>

No período arcaico, existiram dois tipos distintos de casamento legítimo: um determinava a integração plena e legal da esposa na família do marido, outro permitia-lhe manter o estatuto legal de membro da sua família de origem. Apesar disso, numa fase remota da história de Roma, a maioria dos casamentos implicava a transferência da esposa para a família do marido e a sua subjugação ao poder dele (*conuentio in manum*). Esta transferência legal podia ocorrer por *confarreatio*, *coemptio* e *usus*<sup>19</sup>.

O casamento por *confarreatio* consistia num ritual complexo, acessível exclusivamente a patrícios<sup>20</sup>. Apesar de no início do Império serem já raras as uniões por *confarreatio*, esta continuou a ser a forma de casamento exigida para aqueles que pretendessem desempenhar determinadas funções religiosas<sup>21</sup>.

---

<sup>17</sup> Cf. RAWSON (1986) 14 sq..

<sup>18</sup> DIXON (1992) 94.

<sup>19</sup> Cf. Gaius, *Inst.* 1.109-110: *Sed in potestate quidem et masculi et feminae esse solent; in manum autem feminae tantum conueniunt. Olim itaque tribus modis in manum conueniebant: usu, farreo, coemptione.* Não há consonância quanto à história e cronologia destas formas de casamento. Cf. RAWSON (1986) 50, nota 57 ad 20. Para o conhecimento pormenorizado de cada uma delas, vide CORBETT (1930, reimpr. 1979) 68-90.

<sup>20</sup> Cf. DIXON (1992) 73: “*Confarreatio* was an elaborate ceremony open only to patricians and included a joint sacral meal of prescribed foods. Divorce was not possible from this form of marriage, which became rare.”

<sup>21</sup> Como afirma DIXON (1992) 207, nota 57 ad 73, “it had almost disappeared by the early Empire, which was inconvenient because certain patrician priesthoods could be filled only by couples (or men) married by this method.” Alguns casais poderão ter continuado a casar desta forma com o específico propósito de fazer dos filhos pessoas elegíveis para esses sacerdócios. Em algumas famílias, aliás, parece ter existido a tradição de perpetuar a ocupação desses cargos religiosos por gerações sucessivas. Como afirma RAWSON (1986) 20, “they must be born of such a marriage and any marriage of their own must be of this type.” Cf. Tac., *Ann.* 4.16: *nam patricios confarreatis parentibus genitos tres simul nominari, ex quis unus legeretur, uetusto more.* Para os pormenores da cerimónia, cf. Gaius, *Inst.* 1.112: *Farreo in manum conueniunt per quoddam genus sacrificii, quod Ioui Farreo fit; in quo farreus panis adhibetur, unde etiam confarreatio dicitur; complura praeterea huius iuris ordinandi gratia cum certis et sollemnibus uerbis praesentibus decem testibus aguntur et fiunt. Quod ius etiam nostris temporibus in usu est: Nam flamines maiores, id est Diales, Martiales, Quirinales, item reges sacrorum, nisi ex farreatis nati non leguntur: Ac ne ipsi quidem sine*

O casamento por *coemptio* era outra forma por meio da qual a mulher passava a estar subjugada à autoridade do marido. A esposa era como que por ele “comprada” ao *paterfamilias*<sup>22</sup>. Uma mulher também podia ficar sujeita à autoridade do marido se vivesse sob o tecto dele durante um ano seguido (*usus*). Bastariam três noites fora do lar conjugal para que o casamento não fosse validado<sup>23</sup>. No final da República, estas duas últimas formas de casamento — por *coemptio* e por *confarreatio* — eram já pouco frequentes<sup>24</sup>.

Na verdade, em meados do século I, a preferência pelo casamento *sine manu* parece ter-se generalizado<sup>25</sup>. Esta forma de união tinha, necessariamente, implicações legais distintas das de um casamento *cum manu*<sup>26</sup>. Uma união *sine manu* não apenas permitia à esposa conservar o seu estatuto natal (o de *filiafamilias*), como, ao mesmo tempo, garantia a separação de bens entre os esposos<sup>27</sup>. Através deste tipo de união, a mulher manter-se-ia na dependência do *paterfamilias* — se este fosse vivo —, ou, caso contrário, permaneceria *sui iuris* e independente do marido. Este seria responsável somente pelo dinheiro ou bens que ela levasse consigo para o casamento como dote, bens esses que, em caso de dissolução da união, e em circunstâncias normais, teriam de ser devolvidos à esposa ou ao respectivo *paterfamilias*. Por outro lado, mediante esta forma de união, a mulher não era constituída herdeira dos bens da família do marido. A esposa, não sendo membro agnático

---

*confarreatione sacerdotium habere possunt*. Sobre este assunto, vide ainda CORBETT (1930, reimpr. 1979) 76.

<sup>22</sup> Cf. DIXON (1992) 73: “The “imaginary sale” of *coemptio* remained a common way in which a woman passed into the husband’s *manus*. The “sale” resembled other legal ceremonies, such as the emancipation of a child from *patria potestas*, the manumission of a slave, or a Roman will.” Cf. Gaius, *Inst.* 1.113: *Coemptione uero in manum conueniunt per mancipationem, id est per quandam imaginariam uenditionem. Nam adhibitibus non minus quam V testibus ciuibus Romanis puberibus, item libripende, emit uir mulierem, cuius in manum conuenit*.

<sup>23</sup> Cf. DIXON (1992) 73; Gaius, *Inst.* 1.111: *Vsu in manum conueniebat, quae anno continuo nupta perseuerabat; quia enim uelut annua possessione usucapiebatur, in familiam uiri transibat filiaeque locum optinebat. Itaque lege duodecim tabularum cautum est, ut si qua nollet eo modo in manum mariti conuenire, ea quotannis trinoctio abesset atque eo modo cuiusque anni usum interromperet*.

<sup>24</sup> RAWSON (1986) 20. Quanto ao casamento por *usus*, afirma DIXON (1992) 73: “This practice seems to have become obsolete or unusual by the late Republic and certainly by the early Empire.”

<sup>25</sup> DIXON (1992) 73 sq.. Cf. CORBETT (1930, reimpr. 1979) 91: “In the Rome of the classical jurists, *manus* is a matter of legal archaeology; the marriage to which the rules propounded by the institute-writers of the Digest apply is free marriage.”

<sup>26</sup> Note-se que as expressões *cum manu* e *sine manu* são da autoria de WATSON (1967, reimpr. 1984). Apesar da conveniência da sua utilização, há autores que preferem evitá-las, por poderem dar a falsa impressão de se tratarem de termos legais latinos: cf. DIXON (1992) 207, nota 63 ad 74; SALLER (1984) 338, nota 6, faz a distinção entre “*manus* marriage” e “non-*manus* marriage”.

<sup>27</sup> Acerca desta forma de casamento, vide CORBETT (1930, reimpr. 1979) 90-96.

da família dele, ficava excluída — formalmente, pelo menos — do grupo que incluía os filhos de ambos, o pai do marido e outros agnatos<sup>28</sup>.

Por contraste, uma mulher *in manu mariti*, por morte do mesmo, e à semelhança dos filhos de ambos, tornava-se herdeira directa dos bens da família dele. Além disso, quaisquer bens que possuísse aquando da realização do casamento ou que viesse a adquirir posteriormente passavam a ser parte integrante do conjunto de bens que o marido, na qualidade de *paterfamilias*, possuía e administrava. Na prática, tais bens seriam, no entanto, perspectivados como bens dotais, já que, por volta do século II, no caso de o marido morrer, a esposa poderia recuperá-los separadamente daqueles que pertenciam desde o nascimento à família do marido e a parte dos quais tinha direito enquanto sua herdeira directa. Dixon recorda que a viúva de Emílio Paulo recebeu de volta os seus bens, aquando da morte do marido, no ano 160<sup>29</sup>. Lembra ainda que a família de Q. Élio Tuberão (séc. II), numa atitude sem precedentes, teve de vender terras para poder pagar à viúva o valor do dote que ela levava consigo para o casamento<sup>30</sup>, e que em pleno século I, quando este tipo de união caíra já em desuso, Cícero afirmou que os bens de uma mulher *in manu mariti* eram, legalmente, considerados propriedade dotai<sup>31</sup>. Na opinião da autora, estas medidas terão sido uma resposta à popularidade granjeada pelo casamento em regime de separação de bens, “because it virtually restored the widow who had been *in manu mariti* to full ownership of “her” property, which as dowry was now recoverable in its own right

---

<sup>28</sup> Cf. Ulp., *dig.* 50.16.195.2: *Communi iure familiam dicimus omnium adgnatorum: nam etsi patre familias mortuo singuli singulas familias habent, tamen omnes, qui sub unius potestate fuerunt, recte eiusdem familiae appellabuntur, qui ex eadem domo et gente proditi sunt*; Gaius, *Inst.* 1.156: *Sunt autem agnati per uirilis sexus personas cognatione iuncti, quasi a patre cognati, ueluti frater eodem patre natus, fratris filius neposue ex eo, item patruus et patrui filius et nepos ex eo. At hi, qui per feminini sexus personas cognatione coniunguntur, non sunt agnati, sed alias naturali iure cognati. Itaque inter auunculum et sororis filium non agnatio est, sed cognatio. Item amitae, materterae filius non est mihi agnatus, sed cognatus, et inuicem scilicet ego illi eodem iure coniungor, quia qui nascuntur, patris, non matris familiam secuntur.*

A *priori*, poderíamos pensar que esse estatuto seria impeditivo de ela poder participar de forma plena dos rituais religiosos da família conjugal. Conhece-se pouco da prática detalhada desses rituais para aferirmos da importância que tal teria assumido, mas parece pouco provável que uma mulher romana que se encontrasse intimamente ligada ao marido e aos filhos noutros aspectos do quotidiano fosse excluída do culto familiar. Os laços dela com a família do marido estreitavam-se assim que desse à luz uma criança, e, se o casamento durasse até à hora da sua morte e o marido lhe sobrevivesse, provavelmente, seria sepultada no túmulo da família dele. Existem, todavia, exemplos de mulheres sepultadas no túmulo da família do pai. A responsabilidade legal pelas exéquias terá dependido do facto de ser o pai ou marido a ficar com o dote. Cf. RAWSON (1986) 20.

<sup>29</sup> Cf. Plb. 18.35. DIXON (1992) 74.

<sup>30</sup> Cf. V. Max. 4.4.9: *Qui ipse quodque adeo inops decessit, ut, nisi fundus, quem unum reliquerat, uenisset, unde uxor eius dotem reciperet non extitisset. Animi uirorum et feminarum uigebant in ciuitate, eorumque bonis dignitatis aestimatio cunctis in rebus ponderabatur.*

<sup>31</sup> Cf. Top. 23: *Cum mulier uiro in manum conuenit, omnia quae mulieris fuerunt uiri fiunt dotis nomine.*

rather than being merged with the conjugal holding so that the whole could be evenly divided between herself and her children.”<sup>32</sup>

A evolução mais significativa verificada no casamento romano consistiu, pois, na substituição gradual de um regime de comunhão por um regime de separação de bens, isto é, de um tipo de união em que a mulher ficava submetida à autoridade do marido por um casamento em que a esposa conservava a seu estatuto de *filiafamilias* ou, em caso de morte do pai, permanecia *sui iuris*<sup>33</sup>. Ao deixar de estar legalmente sob o controlo do marido, a mulher passou a ter maior liberdade para gerir os seus próprios bens e dar início ao processo de divórcio. Esta evolução poderá ter conferido aos irmãos *tutores* um maior controlo sobre os bens das irmãs. A tendência, no entanto, era a de a sociedade perspectivar esses bens como destináveis aos filhos delas, pelo que até mesmo os irmãos *tutores* deverão ter permitido às irmãs a realização de testamentos em favor dos filhos<sup>34</sup>.

Dixon aventa diversas hipóteses explicativas da evolução de um tipo de casamento para outro<sup>35</sup>. Na perspectiva da estudiosa, na base dessa alteração terão estado transformações económicas e sociais que se foram operando na sociedade romana. Uma delas terá consistido na forma como os Romanos passaram a perspectivar a riqueza: “the attitude towards wealth, particularly landed wealth, altered significantly from the third century B.C.”<sup>36</sup> Até então, a preocupação dominante da elite era a de manter terrenos e propriedades na posse das respectivas famílias:

“The preferred early system of marriage, like the ideal system of inheritance enshrined in the rules on intestate succession, seems to have been posited on a more static society in which a woman moved physically from the holding of her father to that of her husband and

---

<sup>32</sup> DIXON (1992) 74.

<sup>33</sup> Segundo SALLER (1986) 15, “by the time girls married in their late teens, more than a half had probably lost their fathers.” Sobre a evolução de um tipo de casamento para outro, vide WATSON (1967, reimpr. 1984) 29 sqq..

<sup>34</sup> Cf. DIXON (1992) 75, que afirma: “In time, the *tutela* of male relations over women was abolished, surely because the men of the family had no particular interest in it and did not see it as a means of keeping property in the family or under their control.” Na origem, aliás, da *tutela mulierum perpetua* terá estado esta necessidade de manter sob controlo os bens da família (cf. DIXON, loc. cit., nota 66). No tempo de Augusto, a mulher podia libertar-se da tutela de um homem se adquirisse o *ius liberorum*: “Augustus’ social legislation drove a coach and horses through the concept of *tutela*. By the provisions of the *lex Iulia* (18 B.C.) and the *lex Poppaea* (A.D. 9) women were released from the necessity of having a tutor if they had three children (four, for a freedwoman).” (GARDNER (1986) 20). Sobre a *tutela mulierum*, vide cap. 2, “The Guardianship of Women”, 5-29.

<sup>35</sup> Cf. DIXON (1992) 74 sqq.. Segundo a autora, “it is frustrating that nobody has been able to explain the shift or to plot it precisely.” Por outro lado, “the Roman sources do not discuss the shift explicitly.”

<sup>36</sup> DIXON (1992) 76.

remained there for life, sinking her own property into her husband's and identifying with his family and therefore with the children of the marriage (who necessarily belonged to his family).”<sup>37</sup>

Logo após a segunda Guerra Púnica e subsequente expansão no Mediterrâneo oriental, a mesma elite passou, no entanto, a preocupar-se em aplicar o dinheiro na construção de luxuosas casas e jardins particulares e de edifícios públicos, mostrando-se assim “less tied to the concept of maintainin landed holdings within the same family.”<sup>38</sup> A partir do século II, a aristocracia passou a perspectivar as terras como uma comodidade a ser explorada em todas as suas potencialidades<sup>39</sup>. Em vez de legislação destinada a impedir a concentração de riqueza em mãos femininas<sup>40</sup>, foi emergindo um número cada vez maior de mulheres ricas e poderosas, como as irmãs Emília e Cornélia (mãe dos Gracos). Um século depois, aliás, entre a elite política, mulheres como Cecília Metela, Servília, Clódia e Fúlvia viriam a destacar-se na sociedade romana não apenas pelo facto de serem ricas, mas também pelo empenhamento revelado na vida pública. Acresce ainda que a instituição da *actio rei uxoriae*, cujo objectivo era a devolução do dote a uma mulher que enviuvasse ou se divorciasse o marido, precedeu pouco tempo estes desenvolvimentos na sociedade romana, sugerindo que o divórcio e o abandono por parte da viúva da casa do marido se haviam tornado, entretanto, mais comuns do que em tempos anteriores. Todas estas alterações levam, pois, Dixon a concluir:

“Even allowing for the recurrent historical problem of the greater abundance and reliability of sources for the later Republic, it is difficult to avoid the conclusion that the changing character of upper-classe wealth and spending, the greater public profile of upper-class women, and the change in marriage preference and frequency of divorce are all somehow linked.”<sup>41</sup>

---

<sup>37</sup> DIXON, loc. cit..

<sup>38</sup> DIXON, loc. cit..

<sup>39</sup> Cf. RAWSON (1976) 85-102, citado por DIXON (1992) 208, nota 68 ad 76.

<sup>40</sup> A *Lex Voconia* (cerca de 169) proibia indivíduos economicamente poderosos de instituírem mulheres como herdeiras. Existiam, no entanto, se os testadores assim o quisessem, variadas formas de beneficiar as mulheres. Cf. DIXON (1985a). A *Lex Opia*, promulgada durante a segunda Guerra Púnica, e que impedia as mulheres de ostentarem riqueza, foi revogada em 196. Tito Lívio descreve pormenorizadamente o debate suscitado pela proposta de revogação desta lei: Liv. 34.1-8. Cf. DIXON (1992) 208, nota 69 ad 76.

<sup>41</sup> DIXON (1992) 76.

Basicamente, a validade de um casamento não dependia de qualquer cerimónia específica: “If two Roman citizens with the legal capacity to marry one another each had the consent of the *paterfamilias* and lived together with the intention of being married, that was recognized as a valid marriage (*iustum conubium* or *iustae nuptiae*), and children born of the union were Roman citizens in the power of their father.”<sup>42</sup>

Os rituais tradicionais associados ao noivado e ao casamento, e que representavam processos de afirmação da intenção de casar, eram, todavia, com frequência, observados<sup>43</sup>. Normalmente, entre os Romanos, como entre outros povos, o casamento era precedido de uma festa de noivado (*sponsalia*), na qual ambas as partes manifestavam o seu consentimento<sup>44</sup> e trocavam promessas (*sponsa*) e presentes<sup>45</sup>. Em princípio, as raparigas, em virtude de serem muito jovens aquando do seu primeiro noivado, teriam algumas dificuldades em conseguir opor as suas preferências às dos pais.

---

<sup>42</sup> DIXON (1992) 61. Cf. Gaius, *Inst.* 1.56: *Iustas autem nuptias contraxisse liberosque iis procreatos in potestate habere ciues Romani ita intelleguntur, si ciues Romanas uxores duxerint uel etiam Latinas peregrinasue, cum quibus conubium habeant: Cum enim conubium id efficiat, ut liberi patris condicionem sequantur, euenit, ut non solum ciues Romani fiant, sed et in potestate patris sint* (este princípio estendia-se, portanto, às Latinas unidas por um *iustum conubium* a um cidadão romano); RAWSON (1974) 279: “By the late Republic and in the Imperial period Roman marriage required no formal ceremony to be valid; cohabitation between eligible partners basically created marriage.”; RAWSON (1986) 20, onde se afirma: “cohabitation of eligible partners, accompanied by ‘marital intention and regard’, constituted marriage.”; CROOK (1967a) 101: “Marriage was a matter of intention; if you lived together ‘as’ man and wife, man and wife you were.”; Mod., *dig.* 23.2.1: *Nuptiae sunt coniunctio maris et feminae et consortium omnis uitae, diuini et humani iuris communicatio*. Acerca da importância da vontade de casar, geralmente traduzida na *affectio maritalis*, para a validade de um casamento, cf. CORBETT (1930, reimpr. 1979) 92: “Cohabitation is of no legal significance unless parties are consenting to a present marriage. They must regard each other as man and wife; that is the meaning of that ‘maritalis affectio’ which distinguishes marriage from concubinage.”; Paul., *Sent.* 2.20.1: *Eo tempore, quo quis uxorem habet, concubinam habere non potest. Concubina igitur ab uxore solo dilectu separatur*. Quint., *Inst.* 5.11.32: *Illud est adnotandum magis, argumenta duci ex iure simili, ut Cicero in Topicis: (...) ‘nihil obstat quo minus iustum matrimonium sit mente coeuntium, etiam si tabulae signatae non fuerint: nihil enim proderit signasse tabulas si mentem matrimonii non fuisse constabit’*. Leia-se ainda o conjunto de definições retóricas e jurídicas de casamento reunidas por LANFRANCHI (1936).

<sup>43</sup> Leia-se, por exemplo, a descrição do ritual do casamento em DIXON (1992) 64 sq..

<sup>44</sup> Vide CORBETT (1930, reimpr. 1979) 2-5, para o consentimento dos noivos e respectivos pais nos *sponsais*, e 55-59, no casamento.

<sup>45</sup> Como observa DIXON (1992) 64, “we do not know whether the couple then courted in the style familiar in modern societies practicing arranged matches, in which the groom conventionally woos the bride in a romantic way.” Acerca dos *sponsalia*, vide GARDNER (1986) 45-47; CORBETT (1930, reimpr. 1979) 1-5, que define desta forma o ritual: “Among the Romans, as elsewhere, marriage was usually preceded by a betrothal concluded with the consent of those persons whose consent was also essential to marriage. (...) As it appears in Roman law, betrothal is at any rate the point at which the match-making negotiations between the parties themselves or their *patresfamilias* or guardians came to a head. In substance and perhaps also in form there was a mutual promise of marriage, a promise the breach of which entailed liabilities varying from time to time in the history of Roman law.”



Importa agora recordar os principais aspectos legais ligados ao casamento, como a aptidão para casar, o pagamento do dote e a respectiva devolução, em caso de dissolução da união<sup>46</sup>.

A idade mínima legal para casar era de doze anos para as raparigas e de catorze para os rapazes<sup>47</sup>, e os esponsais podiam ter lugar algum tempo antes<sup>48</sup>. O imperador Augusto estabeleceu como idade mínima para os esponsais a idade de dez anos.

<sup>46</sup> Até há cerca de duas décadas, a tendência dos estudiosos era basear o estudo do casamento e de outros aspectos relacionados com a vida familiar romana na leitura do *Digesto* “as if it were timeless and perfectly reflected the Roman society.” A tendência actual, porém, é comparar os princípios legalmente estabelecidos com a prática “as far as it can be ascertained not only from individual decisions recorded in the *Codices* but from literary evidence (particularly the law court speeches of Cicero and the letters of Cicero and Pliny) and from inscriptions and papyri.” (DIXON (1992) 71; cf. GARNSEY-SALLER (1987) 127). Esta tendência permite, por exemplo, estabelecer o contraste entre os poderes legais e aqueles de que o *paterfamilias* fazia efectivamente uso na escolha de um bom partido para os filhos, compreender como, na prática, se negociava e pagava o dote, conhecer os efectivos poderes do marido sobre a esposa, entre outros aspectos. É por isso que, mais recentemente, alguns estudiosos preferem falar de estratégias, em vez de princípios legais “and make a persistent attempt to plot change over time, relating developments in marriage to other trends in Roman society.” (DIXON, loc. cit.).

<sup>47</sup> Cf. RAWSON (1986) 21; CORBETT (1930, reimpr. 1979) 51: “There could be no legal marriage at Rome between persons under the age of puberty. The male must be *pubes*, the girl *uiripotens*.” Cf. Ulp., *Reg.* 5.2: *Iustum matrimonium est, si inter eos, qui nuptias contrahunt, conubium sit, et tam masculus pubes quam femina potens sit...*; Just., *Inst.* 1.10pr.: *Iustas autem nuptias inter se ciues Romani contrahunt, qui secundum praecepta legum coeunt, masculi quidem puberes, feminae autem uiripotentes...* Quanto aos rapazes, era suposto atingirem a puberdade e, com ela, a capacidade de procriar, aos catorze anos de idade (cf. Ulp., *Reg.* 11.28: *puberem autem Cassiani quidem eum esse dicunt, qui habitu corporis pubes apparet, id est qui generare possit; Proculeiani autem eum, qui quattuordecim annos expleuit; uerum Priscus eum puberem esse, in quem utrumque concurrit, et habitus corporis, et numerus annorum.*) Foi, todavia, Justiniano quem fixou a idade de catorze anos como idade mínima para os rapazes atingirem a puberdade; para as raparigas, esta havia já sido fixada nos doze anos de idade (cf. *CJ* 5.60.3: *quemadmodum feminae post impletos duodecim annos omnimodo pubescere iudicantur, ita et mares post excessum quattuordecim annorum puberes existimentur...*; *Inst.* 1.22.pr.: *et ideo sancta constitutione promulgata pubertatem in masculis post quartum decimum annum completum illico initium accipere disposuimus, antiquitatis normam in femininis personis bene positam suo ordine relinquentes, ut post duodecimum annum completum uiripotentes esse credantur...*; CORBETT (1930, reimpr. 1979) loc. cit.). Por se acreditar que era nessa altura que as jovens atingiam a puberdade, a lei estabeleceu ainda como idade mínima para as raparigas poderem casar os doze anos de idade (cf. Ulp., *dig.* 23.1.9: *Quaesitum est apud Iulianum, an sponsalia sint, ante duodecimum annum si fuerint nuptiae collatae. Et semper Labeonis sententiam probaui existimantis, si quidem praecesserint sponsalia, durare ea, quamuis in domo loco nuptae esse coeperit: si uero non praecesserint, hoc ipso quod in domum deducta est non uideri sponsalia facta. Quam sententiam Papinianus quoque probat*). A idade mínima mais apropriada para casarem seria, porém, a de catorze anos, porque, para a maioria das raparigas, a menarca ocorria somente nessa idade. Assim, algumas casariam antes mesmo de atingirem efectivamente a puberdade. Cf. CLARK (1981) 200; GARDNER (1986) 38. Vide também HOPKINS (1965) 309-327, que postula que as raparigas casavam nos primeiros anos da adolescência.

<sup>48</sup> Cf. RAWSON, loc. cit.; segundo GARDNER (1986) 45, não existia um limite mínimo de idade para a realização dos esponsais, ainda que o houvesse para o casamento; CORBETT (1930, reimpr. 1979) 2: “As far as the age of the future consorts is concerned, the sole requirement of betrothal was that they should be no longer *infantes* or *infantiae proximi*, that is to say, that they should be old enough to speak with intelligence of what they said, which, in the law of Justinian, they were presumed to be able to do on completion of their seventh year.”; Mod., *dig.* 23.1.14: *In sponsalibus contrahendis aetas contrahentium definita non est ut in matrimoniis. Quapropter et a primordio aetatis sponsalia effici possunt, si modo id fieri ab utraque persona intellegatur, id est, si non sint minores quam septem annis.*

Em circunstâncias especiais<sup>49</sup>, os esponsais podiam até ocorrer durante a infância. Alguns autores defendem que o primeiro casamento das jovens pertencentes às classes dominantes ocorreria entre os onze e os dezassete anos, sugerindo-se, assim, que algumas tivessem de casar antes mesmo de atingirem a puberdade<sup>50</sup>. Outros há, porém, que, conquanto reconheçam a força das motivações financeiras, sociais e políticas que levavam a que o casamento ocorresse com tal precocidade no seio das classes dominantes, argumentam que o mesmo não aconteceria necessariamente nas famílias mais pobres e menos notáveis<sup>51</sup>. Rawson recorda que o apoio prestado pelo Estado, no tempo de Trajano, às crianças de famílias mais necessitadas (*alimenta*) vigorava, para as raparigas, até aos catorze anos, para os rapazes, até aos dezoito, sugerindo, desse modo, que as crianças da Itália pertencentes às classes mais desfavorecidas não casariam antes de atingirem essa idade<sup>52</sup>.

O contrato de casamento costumava ser combinado entre os pais do casal<sup>53</sup>; legalmente, era ao *paterfamilias* que competia encontrar o melhor candidato a marido ou esposa do filho ou da filha, respectivamente, e o seu consentimento era essencial para a validade do mesmo<sup>54</sup>. Se o pai da noiva ou do noivo já não fosse vivo, o noivo seria, ele próprio, um *paterfamilias*<sup>55</sup> e a noiva estaria habilitada a combinar o seu próprio casamento, necessitando apenas do consentimento do *tutor* nas disposições relativas ao

---

<sup>49</sup> Cf. RAWSON, loc. cit.: “Such as the need to make dynastic arrangements in the imperial family (...)”

<sup>50</sup> Cf. HOPKINS (1965) 315 sq.. RAWSON (1986) 22, porém, tem algumas reservas quanto a essa possibilidade: “it is hard to accept Hopkins’ argument that prepubertal marriages occurred and were acceptable.”

<sup>51</sup> Cf. SHAW (1987a), que defende que o estatuto social determinava a idade com que as raparigas casavam pela primeira vez: as raparigas da elite casar-se-iam no início da adolescência, ao passo que as das classes menos favorecidas fá-lo-iam apenas no final da adolescência.

<sup>52</sup> Cf. RAWSON (1986) 22. Na mesma página, acrescenta a autora: “The humblest epitaphs set up in Rome (the *sepulcrales*, in *CLI* 6), many of them for slaves or ex-slaves, reveal a wide age range for ‘marriage’, but the biggest groups whose age of marriages is indicated belongs to the range of 12 to 18 for women and 19 to 21 for men.”

<sup>53</sup> Cf. DIXON (1992) 71 sq..

<sup>54</sup> Cf. CORBETT (1930, reimpr. 1979) 57: “Over and above the consent of the immediate parties, that of their *paterfamilias* was indispensable. And if the *paterfamilias* was a grandfather having in his *potestas* the father of a grandson about to marry, the consent of such father must also be obtained.”; *dig.* 23.2.9.pr.: *Si nepos uxorem uelit ducere auo furente, omnimodo patris auctoritas erit necessaria: sed si pater furit, auus sapiat, sufficit aui uoluntas*. O envolvimento directo da mãe da noiva ou do noivo no processo era socialmente aceite, ainda que a lei o não previsse. Cf. DIXON (1992) 64: “the mother of the bride (or groom) assumed the right to be actively involved in the process, although she had no legal basis for this social assumption.” Cf. Cic. *Clu.* 14; Liv. 38.57.7; Plu., *Pomp.* 9.4, *TG* 4.2. Leia-se PHILIPS (1978), estudo que aborda o papel das mães na combinação dos casamentos das filhas.

<sup>55</sup> A não ser, segundo a lei, que o avô paterno fosse vivo. Será, todavia, mais realista considerarmos que o desaparecimento de um pai fazia do filho um indivíduo independente da tutela paterna: “This rider should always be understood, but it is more convenient and realistic to assume that the death of a father usually rendered a child *sui iuris* (which is the case of a male meant that he became a *paterfamilias*) than to repeat this possibility each time.” (DIXON (1992) 206, nota 49 ad 72).

dote e, se aplicável, na sua transferência para o poder (*manus*) do marido<sup>56</sup>. O casamento era, afinal, na sua essência, uma questão do foro privado, na qual o Estado durante muito tempo se absteve de intervir<sup>57</sup>.

Perspectivado como um assunto de família — já que iria ter impacto sobre as gerações vindouras —, o casamento romano não era, por conseguinte, fruto de uma decisão individual, baseada nos sentimentos dos nubentes<sup>58</sup>. Ainda que muitos desses casamentos devam ter sido contratualizados com o objectivo de servir os interesses dos pais em vez das naturais inclinações dos cônjuges, a lei exigia que, aquando dos esponsais e casamento, ambos os companheiros tivessem idade suficiente para entender os votos<sup>59</sup> e que fosse dado o seu consentimento. Tendo em conta que os rapazes casavam mais tarde do que as raparigas<sup>60</sup>, em geral, os desejos dos filhos deverão ter gozado de maior aceitação do que

<sup>56</sup> Acerca da *tutela mulierum* no Império, vide Gaius, *Inst.* 1.189-195. Relativamente à necessidade da permissão do(s) *tutor(es)* para que a mulher passasse para a tutela (*manus*) do marido, leia-se Cic., *Flac.* 84: *At enim Androni Sextilio grauis iniuria facta est et non ferenda, quod, cum esset eius uxor Valeria intestato mortua, sic egit eam rem Flaccus quasi ad ipsum hereditas pertineret. In quo quid reprehendas scire cupio. Quod falsum intenderit? Qui doces? 'Ingenua,' inquit, 'fuit.' O peritum iuris hominem! Quid? Ab ingenuis mulieribus hereditates lege non ueniunt? 'In manum,' inquit, 'conuenerat.' Nunc audio; sed quaero, usu an coemptione? Vsu non potuit; nihil enim potest de tutela legitima nisi omnium tutorum auctoritate diminui. Coemptione? Omnibus ergo auctoribus; in quibus certe Flaccum fuisse non dices.* Sobre este assunto, leia-se especialmente WATSON (1967, reimpr. 1984) 149-152. Na realidade, ao *tutor* não competia autorizar o casamento, mas apenas algumas implicações financeiras do mesmo. Uma mulher *in tutela* tinha plenos poderes para dispor do seu dinheiro (*res nec Mancipi*) e de alguns bens, se assim o desejasse. Já a transferência de escravos, terras e outros bens (algum gado), classificados na lei como *res Mancipi*, requeria a presença e consentimento (*auctoritas*) do *tutor*, para que as transacções fossem, assim, validadas. Um casamento que se tivesse realizado sem o consentimento de um *paterfamilias* que estivesse vivo era nulo. O mesmo, porém, não se pode dizer de um casamento realizado sem a permissão do *tutor* ou *tutores*. Na prática, um *tutor* poderia envolver-se nos procedimentos inerentes ao casamento como se de um amigo da família ou parente próximo se tratasse. Cf. DIXON (1992) 206, nota 50 ad 72.

<sup>57</sup> Cf. DIXON (1992) 71: “At Rome, marriage was essentially a private arrangement, but it had legal implications, and the estate occasionally intervened to remedy what were perceived as injustices or anomalies.” Na página seguinte, acrescenta a autora: “Marriage for the most part was governed by customary rules rather than formal law. The legal history of marriage at Rome could be seen as a slow tendency for the state to regulate aspects of an essentially private arrangement.”

<sup>58</sup> Cf. RAWSON (1986) 21; DIXON (1992) 62 sqq.. Esta autora lembra que os Romanos viam como natural a interferência dos amigos da família na escolha dos futuros maridos ou esposas dos filhos, elogiando as qualidades ou apontando os defeitos dos candidatos. Segundo a autora, “this public and rather communal approach to the arrangement of marriage contrasts greatly with the modern Western norm, which is pervaded by the ideology of young romantic love, in which two people after courtship decide to marry and announce their decision to their families.” Mesmo aqueles que não casavam pela primeira vez, embora activamente envolvidos no processo, auscultavam a opinião de amigos e parentes relativamente a potenciais novos companheiros: “Widows and widowers and the divorced tended to be involved actively in the process, but it was still a communal one, a matter of discussing candidates with their supporters.” (loc. cit.).

<sup>59</sup> Vide supra, p. 97, para idade mínima exigida pela lei para a realização dos esponsais e do casamento.

<sup>60</sup> De acordo com RAWSON (1986) 21, “a five-year difference was probably most common”. Vide também GARNSEY-SALLER (1987) 131.

os das filhas<sup>61</sup>. Os pressupostos com base nos quais uma rapariga poderia negar o seu consentimento eram muito restritos: a jovem teria de alegar — e provar, certamente — que aquele que lhe propunham para marido era uma pessoa de má conduta<sup>62</sup>. Por vezes, porém, acontecia precisamente o contrário. Algumas jovens, ao invés de escolherem homens mais maduros, sensatos e idóneos, faziam recair as suas escolhas em rapazes de índole duvidosa, contrariando até os desejos de seus pais. Túlia, a filha de Cícero, por exemplo, com a conivência da mãe, em 51, aproveitou a ausência do pai, que se encontrava na Cilícia a cumprir o proconsulado para que fora designado, e escolheu para terceiro marido o devasso Dolabela. Prevendo os desgostos que tal união iria trazer à filha, o estadista não terá ficado muito agradado com a decisão, mas, ao mesmo tempo, quis acreditar que a

---

<sup>61</sup> Cf. RAWSON (1986) loc. cit.; GARNSEY-SALLER (1987) 141: “Because men married later than women, a much higher proportion of them would have been independent and hence free to make their own decisions about when and whom to marry.”

<sup>62</sup> O pai não podia prometer um filho em casamento contra a vontade dele (cf. Paul., *dig.* 23.1.7.1: *In sponsalibus etiam consensus eorum exigendus est, quorum in nuptiis desideratur. Intellegi tamen semper filiae patrem consentire, nisi euidenter dissentiat, Iulianus scribit*; 23.1.13: *Filio familias dissentiente sponsalia nomine eius fieri non possunt*; 23.2.2: *Nuptiae consistere non possunt nisi consentiant omnes, id est qui coeunt quorumque in potestate sunt*; CJ 5.4.12: *Ne filium quidem familias inuitum ad ducendam uxorem cogi legum disciplina permittit. Igitur, sicut desideras, obseruatis iuris praeceptis sociare coniugio tuo quam uolueris non impediris, ita tamen, ut in contrahendis nuptiis patris tui consensus accedat*; 5.4.14: *Neque ab initio matrimonium contrahere neque dissociatum reconciliare quisquam cogi potest. Vnde intellegis liberam facultatem contrahendi atque distrahendi matrimonii transferri ad necessitatem non oportere*) e isto valia tanto para um filho *in potestate*, como para um filho emancipado. Cf. Ulp., *Reg.* 5.2: *Iustum matrimonium est, si inter eos, qui nuptias contrahunt, conubium sit, et tam masculus pubes quam femina potens sit, et utrique consentiant, si sui iuris sunt, aut etiam parentes eorum, si in potestate sunt*; CORBETT (1930, reimpr. 1979) 2. A situação de uma filha *in potestate* é, todavia, menos clara: “It has been argued (...) that until late imperial times, she could be promised and given in marriage against her express will. This argument is based partly upon the expressions constantly used in the texts to describe the matrimonial arrangement made by fathers for their daughters, *in matrimonium collocare, dare* or *tradere*, contrasted with the *uxorem ducere pati* used for sons; partly upon the fact that a *paterfamilias* could break off a *filia*’s engagement (D. 23.1.10) and, for a long time, even her marriage, without reference to her desires.” (CORBETT (1930, reimpr. 1979) 2 sq.). A lei estabelecia que era necessário que uma *filia* concordasse com a escolha do pai para que a mesma fosse validada (Julian., *dig.* 23.1.11: *Sponsalia sicut nuptiae consensu contrahentium fiunt: et ideo sicut nuptiis, ita sponsalibus filiam familias consentire oportet*), mas também dizia que a abstenção de qualquer protesto por parte dela era interpretada como sinal do seu consentimento e que ela poderia protestar apenas se o pai tivesse feito recair a sua escolha num indivíduo *indignum moribus uel turpem* (Ulp., *dig.* 23.1.12pr.-1: *Sed quae patris uoluntati non repugnat, consentire intellegitur. Tunc autem solum dissentendi a patre licentia filiae conceditur, si indignum moribus uel turpem sponsum ei pater eligat*). Os noivos teriam, portanto, maiores probabilidades de ver respeitada a sua vontade do que as noivas. Cf. DIXON (1992) 63, onde se afirma: “Roman marriages were clearly arranged by the older generation. The partners probably had some say in them, depending on their own age and status within the family and society. A young upper-class girl, married in her early or mid-teens, might barely be consulted, and someone like young Quintus, Cicero’s nephew, would be pressured by his parents and the older generation generally to accept their choice.” Em estratos sociais menos elevados, é provável que as escolhas individuais dos noivos pesassem mais: “It is logical to assume that matches lower down the social scale were more amenable to individual decision making, but this is not certain.” (DIXON (1992) 64). Sobre este assunto leia-se também TREGGIARI (1982).

avaliação feita por Terência e Túlia tinha fundamento<sup>63</sup>. Anteriormente a este, a jovem já tinha tido outros dois casamentos contratualizados pelo pai que a poderão ter levado a acreditar que a idoneidade de carácter não era necessariamente garantia de um casamento feliz<sup>64</sup>.

Além do incumprimento do requisito legal da idade mínima para casar, existiam outros factores que poderiam impedir um indivíduo de contrair um casamento romano legítimo<sup>65</sup>; a carência de cidadania romana<sup>66</sup>, o estreito parentesco de sangue, o estatuto social — no caso, por exemplo, de um dos parceiros pertencer à classe senatorial e de o outro ser um ex-escravo<sup>67</sup> — e a tutela de um protegido<sup>68</sup> são apenas alguns dos factores impeditivos da constituição de um casamento romano legítimo. Em algumas destas circunstâncias, constituía-se um casamento *de facto*, que ia buscar muitos dos seus ideais e características ao casamento legítimo. As crianças nascidas dessa união eram, no entanto, ilegítimas e herdavam o estatuto da mãe — e o *nomen*, se ela fosse cidadã romana<sup>69</sup>.

---

<sup>63</sup> Cf. Cic., *Att.* 6.6.1.

<sup>64</sup> Cf. RAWSON (1986) 21.

<sup>65</sup> Vide CROOK (1967) 99 sq.; RAWSON (1974) 282, onde, além de se sumariarem esses factores, se afirma: “Most of these provisions had probably been general social conventions even during the Republic; but most of them were formalized by Augustus in his marital legislation.”

<sup>66</sup> Num casamento romano, os nubentes tinham de ser cidadãos romanos ou — embora tal acontecesse mais raramente — pessoas com o *ius conubii*, isto é, o direito de contrair um casamento romano válido com um cidadão romano, e tinham de ter a *affectio maritalis*, ou seja, a intenção de serem casados. Cf. DIXON (1992) 71. Aos escravos estava, obviamente, vedado o direito a um casamento legítimo. Cf. DIXON (1992) 53. Segundo esta autora, “people who were not Romans could not contract proper marriages with Roman citizens unless they had the *ius conubii* (right of marriage). This was conferred on many Latin and Italian peoples in the days of Rome’s early continental expansion, but by the end of the Republic most free Italians (and freed slaves in Italy) were Roman citizens.” (p. 91). As uniões com estrangeiros (*peregrini/peregrinae*) não constituíam casamentos romanos legítimos, pelo que os filhos delas nascidos não eram legítimos nem considerados cidadãos (cf. DIXON, loc. cit.).

<sup>67</sup> Cf. DIXON (1992) 91: “From the time of Augustus, members of the senatorial class were not permitted to marry freed slaves.” Cf. Paul., *dig.* 23.2.44.1: *Hoc capite prohibetur senator libertinam ducere eamue, cuius pater materue artem ludicram fecerit: item libertinus senatoris filiam ducere*. A proibição foi, por conseguinte, formalizada pela legislação de Augusto. Alguns estudiosos defendem que antes de Augusto a proibição já se aplicava a uniões entre libertos e cidadãos livres, e que o imperador apenas limitou a aplicação da mesma. CORBETT (1930, reimpr. 1979) 31-34 e RAWSON (1986) 51, nota 65 ad 23, consideram, porém, que a proibição formal sobre esses casamentos mistos não existia até Augusto tê-la imposto às famílias senatoriais.

<sup>68</sup> Cf. DIXON (1992) 91, onde se afirma: “Romans were restricted legally from making certain marriages. The prohibitions included close kinship and other relationships of trust or status, such as that between *tutor* and *pupilla* or governor and provincial.” Cícero casou com a sua jovem protegida Publília porque a proibição de um tutor casar com a respectiva *pupilla* passou a vigorar somente a partir do século II d.C.. Cf. CORBETT (1930, reimpr. 1979) 44; DIXON (1992) 82.

<sup>69</sup> Cf. RAWSON (1986) 23; DIXON (1992) 91, onde se afirma: “By universal custom, illegitimate children were deemed to take the status of their mother until the *Lex Minicia* of ca. 70 B.C., which ruled that they should take the status of the “lower” spouse.” Cf. Gaius, *Inst.* 1.78: *Quod autem diximus inter ciuem Romanum peregrinamque nisi conubium sit, qui nascitur, peregrinum esse, lege Minicia cauetur, ut is quidem deterioris parentis condicionem sequatur. Eadem lege autem ex diuerso uauetur, ut si peregrinus,*

Sendo filhas de escravos, as crianças pertenciam ao *dominus* da mãe escrava<sup>70</sup>, pelo que o pai não tinha quaisquer direitos legais sobre elas<sup>71</sup>.

No caso dos casais formados por dois escravos, um deles podia acabar por conquistar a liberdade mais cedo do que o outro; esse ex-escravo ou ex-escrava podia então comprar a liberdade do outro. Se pertencessem à mesma família, podia até acontecer que o senhor acabasse por oferecer a liberdade a um ou a ambos. Ainda assim, não obstante a aquisição do direito de casarem legitimamente, muitos desses casais optavam por manter a união *de facto*<sup>72</sup>.

Inerente ao estatuto de cidadão livre estava a cidadania romana, sendo que qualquer criança nascida após a manumissão dos pais ex-escravos se tornaria um cidadão romano livre. Por vezes, as uniões mistas reflectiam as mudanças sucessivas de estatuto dos pais, pelo que os filhos que iam nascendo dessas uniões podiam ter estatutos diferentes uns dos

---

*cum qua ei conubium non sit, uxorem duxerit ciuem Romanam, peregrinus ex eo coitu nascatur. Sed hoc maxime casu necessaria lex Minicia fuit; nam remota ea lege diuersam condicionem sequi debebat, quia ex eis, inter quos non est conubium, qui nascitur, iure gentium matris condicioni accedit. Qua parte autem iubet lex ex ciue Romano et peregrina peregrinum nasci, superuacua uidetur; nam et remota ea lege hoc utique iure gentium futurum erat.*

<sup>70</sup> Cf. DIXON (1992) 53.

<sup>71</sup> DIXON (1992) 91 resume, nestas palavras, as consequências que advinham de uniões deste tipo: “The effect of the restriction was that such unions were void at law and the usual consequences of marriage did not flow from them. That is, the children were not legitimate, were not in *patria potestate*, and had no rights of intestate succession to their father. Any dowry was treated as a gift between strangers and there fore was not subject to the dotal rules of payment and restoration.”

<sup>72</sup> Como afirma RAWSON (1986) 28, “there are many examples of a couple beginning a liaison in slave days, when marriage was impossible, but remaning together, or rejoining each other, after they had both won freedom.” Segundo DIXON (1992) 95, estas uniões, embora irregulares à luz da lei, espelhavam, em muitos aspectos os casamentos legítimos: “slave unions, mixed matches (...) completely mirrored legal marriages in their stability, in the partners’ expectations of economic sharing and emotional support, and in the ideal of harmony and affection. Epitaphs make this much clear.” A estabilidade das uniões *de facto* entre escravos estava sujeita a muitas pressões: “slaves did form *de facto* marriages (*contubernia*) and attempted to maintain family ties in spite of the great pressures which could be applied, such as the right of the owner to control sexual access to slaves and the real possibility of separation.” (DIXON (1992) 53). Os escravos nem sempre eram bem sucedidos no empenhamento que revelavam em manter unidas as suas famílias. De facto, por um lado, havia a possibilidade de os companheiros integrarem diferentes *familiae*, por outro, mesmo que assim não fosse, esposos e pais e filhos podiam ser separados a qualquer momento, mediante a venda que deles os donos fizessem. Muitas crianças de condição servil eram vendidas separadamente das mães e dos irmãos em muito tenra idade. RAWSON (1986) 24 recorda o caso de *Antestia Glycera* (CIL 6.11924). Esta criança morreu quando tinha três anos, encontrando-se já separada dos pais naturais, *Alius Potitus* e *Munatia Paulina*, sendo que à data do seu nascimento nenhum dos dois tinha estatuto para lhe dar um nome de família. Quando morreu, já os três, pai, mãe e filha, haviam obtido a liberdade, mas em diferentes casas. Este caso ilustra os obstáculos a uma vida familiar normal com que se deparavam as pessoas que pertenciam à classe dos escravos. Cf. DIXON (1992) 8, 91; HOPKINS (1978) 164 sq.; BRADLEY (1984, reimpr. 1987) 52-63. BRADLEY (1984) 62 sq. refere os efeitos que a partilha de bens entre vários herdeiros podia ter na separação de famílias de escravos. À luz da lei, os escravos nem sequer tinham parentes cognatos. Cf. DIXON (1992) 53: “Slaves were not even deemed to have *cognati/ae* (the most informal definition of relatives) because of the difficulty of determining these in servile conditions.” Cf. Ulp., *dig.* 38.8.1.2: *Pertinet autem haec lex ad cognationes non seruiles: nec enim facile ulla seruilis uidetur esse cognatio.*

outros e dos pais. Num casamento legítimo romano, os filhos herdavam o estatuto que o pai tinha à época da sua concepção. Quando não, herdavam o estatuto que a mãe tinha à data do seu nascimento. Deste modo, se os dois progenitores fossem escravos, o filho também o seria; se a um dos companheiros fosse concedida a liberdade, o casamento poderia continuar a não ser legítimo e os filhos que entretanto nascessem seriam escravos se a mãe tivesse permanecido escrava; poderiam ser livres (e ilegítimos), todavia, se apenas o pai continuasse a ser escravo; se ambos os progenitores conseguissem a liberdade, qualquer criança nascida após a manumissão seria livre e legítima<sup>73</sup>. A possibilidade da existência de diferentes estatutos entre pais, filhos, irmãos e irmãs de uma mesma família terá proporcionado uma grande liberdade de movimento entre diferentes classes sociais<sup>74</sup>.

Era constante escravos passarem a integrar o grupo dos cidadãos, e as uniões entre escravos e libertos, libertos e cidadãos livres eram frequentes<sup>75</sup>. Esta mobilidade entre

<sup>73</sup> A manumissão não alterava a relação legal do ex-escravo para com os parentes existentes à data da mesma: “Freed slaves had no *agnati*, and the only way of acquiring them was for a freed male slave who had gained citizenship to form a proper, legitimate marriage and produce children who came into his *potestas*.” Somente essas crianças poderiam, à luz da lei, ser seus *agnati* (da mulher, porém, somente se ela tivesse permanecido *in manu mariti*). Cf. DIXON (1992) 53 sq..

<sup>74</sup> Cf. RAWSON (1986) 23 sq..

<sup>75</sup> Cf. DIXON (1992) 91 sq.: “The distinctions between freeborn and freed and between slave and free remained, but these groups did frequently intermarry or form unions which they regarded in effect as marriage.” Era mais fácil um homem de livre condição constituir uma união de facto com uma escrava do que uma mulher com um escravo. Durante o principado do imperador Cláudio, o *SC Claudianum*, do ano 52 d.C., veio proibir as mulheres livres de coabitarem com escravos sem que os donos destes tivessem conhecimento disso. Se a união se desse sem o conhecimento e consentimento do *dominus* do escravo, a mulher desceria à condição de *serua*, sendo que os filhos seriam também *serui*. Se o *dominus* concordasse com a união, a situação continuaria a ter implicações jurídicas, embora menos graves para a mulher: as crianças nascidas dessas uniões seriam escravas e a mulher, se fosse *ingenua*, desceria à condição de liberta (*libertina*). Cf. Tac., *Ann.* 12.53: *Inter quae [Claudius] refert ad patres de poena feminarum quae seruis coniungerentur; statuiturque ut ignaro domino ad id prolapsae in seruitute, sin consensisset, pro libertis haberentur*; Gaius, *Inst.* 1.84: *Ecce enim ex senatus consulto Claudiano poterat ciuis Romana, quae alieno seruo uolente domino eius coit, ipsa ex pactione libera permanere, sed seruum procreare; nam quod inter eam et dominum istius serui conuenerit ex senatus consulto ratum esse iubetur*. Adriano viria posteriormente a introduzir uma alteração à lei, que viria a beneficiar essencialmente os filhos da união: se a mulher e o senhor do escravo estivessem de acordo relativamente a essa união, a mulher manteria o seu estatuto (*libera maneat*) e os filhos, por consequência, nasceriam *liberi* (i.e. *ingenui*): *Sed postea diuus Hadrianus iniquitate rei et inelegantia iuris motus restituit iuris gentium regulam, ut cum ipsa mulier libera permaneat, liberum pariat* (Gaius, *Inst.*, *ibid.*). Para que a mulher fosse reduzida à condição de escrava não bastava, porém, que ao senhor do escravo não tivesse sido dado conhecimento da existência da união; este teria de ter proibido e avisado a mulher, e ela, apesar de admoestada, teria de ter persistido nos seus intentos. Cf. Gaius, *Inst.* 1.91: *Item si qua mulier ciuis Romana praegnas ex senatus consulto Claudiano ancilla facta sit ob id, quod alieno seruo inuito et denuntiante domino eius coierit, conplures distinguunt et existimant, si quidem ex iustis nuptiis conceptus sit, ciuem Romanum ex ea nasci, si uero uolgo conceptus sit, seruum nasci eius, cuius mater facta esset ancilla*; 1.160: *Maxima est capitis diminutio, cum aliquis simul et ciuitatem et libertatem amittit; quae accidit incensis, qui ex forma censuali uenire iubentur: (...) feminae, quae ex senatus consulto Claudiano ancillae fiunt eorum dominorum, quibus inuitis et denuntiantibus cum seruis eorum coierint*. Cf. Gaius, *Inst.* 1.84. O objectivo de Cláudio seria desincentivar a constituição de uniões deste tipo, mas a ratificação e emenda parcial da lei levada a cabo já no tempo de Adriano sugerem a

diferentes classes sociais terá proporcionado um contínuo intercâmbio de valores sociais e culturais. Durante muito tempo enfatizou-se a influência — quase sempre perspectivada como nefasta — exercida pela moralidade dos escravos sobre outros grupos da sociedade romana<sup>76</sup>. Actualmente, porém, reconhece-se também que os escravos e os imigrantes — termos muitas vezes sinónimos — absorveram com facilidade formas e práticas romanas<sup>77</sup>. Aplicaram, por exemplo, às suas próprias uniões, muita da terminologia relativa aos relacionamentos familiares romanos<sup>78</sup>; os nomes próprios que davam aos filhos tendiam a ser mais romanos do que gregos ou bárbaros; frequentemente, aqueles que tinham tido a felicidade de receber o nome de uma família romana exibiam-no com orgulho; exibiam nas suas pedras tumulares os epítetos que convencionalmente os cidadãos romanos inscreviam nas suas<sup>79</sup>; quando tinham dinheiro para o mandar fazer, apareciam representados nos seus túmulos a posar, envergando a toga, à imagem dos Romanos ilustres que viam em cerimónias públicas ou representados em monumentos públicos<sup>80</sup>.

---

continuação da sua existência. O estudo de WEAVER (1986) veio, aliás, demonstrar que, em muitos casos, a pena prevista para estas situações não chegou a ser aplicada. O autor afirma que era frequente os escravos da família imperial manterem uniões com *ingenuae*, mas que o imperador impunha o cumprimento da lei de forma selectiva: “Such penalisation, it would appear, was applied only selectively, in cases, for instance, when he wished to recruit individual children into his own service in the *familia Caesaris*.” (p. 166). Ulpiano refere que era indecoroso para uma mulher, embora não ilegal, conceder a liberdade a um escravo para com ele poder casar (prática bastante mais adequada a um homem de elevada condição): *Si patrona tam ignobilis sit, ut ei honestae sint uel saltem liberti sui nuptiae, officio iudicis super hoc cognoscentis hae prohiberi non debent.* (dig. 23.2.13). No entanto, vide também CJ 5.4.3: *Libertum, qui patronam seu patroni filiam uel coniugem uel neptem uel proneptem uxorem ducere ausus est, apud competentem iudicem accusare poteris moribus temporum meorum congruentem sententiam daturum, quae huiusmodi coniunctiones odiosas esse merito duxerunt.*

Acerca das famílias de condição escrava ou escrava/liberta, vide DIXON (1992) 53-55; SALLER (1987b); BRADLEY (1984, reimpr. 1987) cap. 4; RAWSON (1974) e (1966).

<sup>76</sup> Cf. FRIEDLÄNDER (1862, trad. 1908) v. 1, 243: “Further, slavery, as everywhere, left its track of immorality very visible in Roman conjugal life”; CARCOPINO (1939, trad. 1940) 101: “Other causes contributed to hasten this decadence or rather to determine this reversal of family values (...). Some were social, and had their origin in the poisonous virus which slavery injects into a free population.” Ambos os autores foram citados por RAWSON (1986) 51, nota 66 ad 23.

<sup>77</sup> Cf. RAWSON (1986) 23.

<sup>78</sup> Como afirma DIXON (1992) 90, “slaves who had no legal right to marry and few inducements to maintain stable relationships formed couples and commemorated each other after death in much the same wording as legally married citizens, save that they usually referred to the dead spouse as *contubernalis* rather than *coniunx*.” RAWSON (1986) 51, nota 67 ad 23, refere a aplicação de alguns vocábulos normalmente aplicados a casamentos legítimos romanos a uniões cuja legalidade não era reconhecida. A saber: *uxor* e *coniunx*, ‘esposa’; *maritus* ‘marido’. A autora refere também a adopção de termos específicos de uniões *de facto* como *contubernalis*, ‘companheiro’; *concubina*, ‘concubina’. Vide ainda TREGGIARI (1981b).

<sup>79</sup> Cf. e. g. *piissimus, sanctissimus, bene merens, optimus*. Cf. RAWSON (1986) 23.

<sup>80</sup> Cf. TAYLOR, L. R., “Freedmen and freeborn in the epitaphs of imperial Rome”, *The American Journal of Philology* 82 (1961) 132, citado por RAWSON (1986) 51, nota 68 ad 23, acerca dessas representações: “Even though a *cognomen* like Apollodorus or Irenaeus betrays their foreign origin, they look grim and stern as they thought old Romans ought to look. And, carefully draped on their shoulders, they wear the toga to confirm the proud declaration of the *tria nomina*, ‘cuius Romanus sum’”.



A sociedade e o Estado romanos estavam de acordo ao perspectivarem o casamento como uma instituição que tinha como objectivo primeiro a produção de filhos legítimos<sup>81</sup>. O estatuto ilegítimo dos filhos, que, na maioria das vezes, também não eram considerados cidadãos romanos, era, por conseguinte, o principal inconveniente de uma união que, aos olhos da lei, não era regular, e, por consequência, a principal razão de o casamento legítimo ser desejável à união *de facto*. Não obstante, o concubinato foi, para muitos casais, a única alternativa viável à constituição de uma união legalmente aceite. Ora, a abundância na sociedade romana de uniões *de facto* levou, como anteriormente referimos, alguns estudiosos mais antigos a perspectivarem as uniões deste tipo como um sinal de declínio da moral e dos bons costumes romanos. Actualmente, porém, os autores não só não partilham desta opinião, como defendem uma perspectiva contrária àquela. Dixon dá voz a essa nova forma de perspectivar tais uniões:

“Much of the earlier scholarship on concubinage seems now to have been based on a misconception and dominated by a presumption that Roman morals, marriage, and religion were in decline. On the contrary, those who could marry seem to have done so — repeatedly, in many cases — while those who could not imitated all aspects of the marriage state and commemorated their spouses with the same dutiful and sometimes tender epithets that “real” husbands and wives used.”<sup>82</sup>

Associado ao casamento, estava o pagamento do dote<sup>83</sup>. Basicamente, o dote era uma contribuição que a família da noiva habitualmente pagava com vista ao financiamento das despesas da família<sup>84</sup>. O pagamento do *dos* não era indispensável para a validade de

---

<sup>81</sup> Cf. DIXON (1992) 62: “Illegitimate children could still be Roman citizens and suffered few legal disadvantages, but marriage remained the chief means of determining status from one generation to the next.” Esta instituição desempenhava, todavia, outras funções, algumas das quais comuns à maioria das sociedades. Entre a elite política, o casamento era um meio importante no estabelecimento de alianças. Cf. DIXON, loc. cit.: “Senatorial men married earlier than men lower down the social scale precisely because they needed the support of two family networks to assist them in gaining political office.” O casamento garantia ainda o apoio mútuo das famílias aliadas em momentos do dia-a-dia marcados pela necessidade e urgência: “Marriage extended the network of support available for routine family needs and for emergencies.” (DIXON, loc. cit.).

<sup>82</sup> DIXON (1992) 95.

<sup>83</sup> Sobre esta questão, vide e. g. a investigação aturada de CORBETT (1930, reimpr. 1979) cap. 6; DIXON (1992) 65 sqq.; GARDNER (1986) cap. 6; TREGGIARI (1991) cap. 10.

<sup>84</sup> CORBETT (1930, reimpr. 1979) 147: “In its essential character and purpose dowry is a contribution from the wife’s side to the expenses of the household. Under all its local and historical variations of form, legal position, and devolution, this common destination is apparent. As an incident in the establishment of the family, it is probably as old as what we may call the civilized forms of marriage themselves; GARDNER (1986) 97: “The provision of dowry was basically a contribution, customary though not compulsory, from the

uma união romana. Já para a validade de um casamento grego era necessário que o dote tivesse sido pago. Apesar disso, porém, já antes do final da República, a sociedade romana considerava que a realização de um bom casamento para uma filha dependeria da constituição de um bom *dos*, sendo que a provisão do mesmo era um *officium paternum*<sup>85</sup>.

As regras relativas ao momento e ao modo de pagamento e devolução do dote foram surgindo gradualmente. Ao que parece, em geral, após uma transferência de efectiva propriedade — um terreno ou uma casa — proceder-se-ia ao pagamento da parte em dinheiro, em prestações anuais, e o marido, em caso de dissolução do casamento, deveria proceder à respectiva devolução nos mesmos moldes em que aquele fora pago: “Such rules constituted a kind of safety net for people who had not made specific arrangements or could not agree on the terms.”<sup>86</sup> A realização de contratos que definiam as regras de pagamento e devolução do dote (*pacta dotalia*) parece ter sido usual<sup>87</sup>.

Geralmente, no caso de o marido morrer, o dote era devolvido com bastante brevidade à viúva. Por morte da esposa, e na ausência de condições especiais, o dote era devolvido apenas se tivesse sido dado pelo pai<sup>88</sup>. Se o casamento tivesse terminado em

---

wife's family to the expenses of the household of the husband.” Cf. GARNSEY-SALLER (1987) 135. Por outro lado, o *dos* “was also one of the mechanisms by which Roman families, like those in many other pre-industrial societies, maintained their social status relative to each other, and so there was a strong social if not, for most of the classical period at any rate, legal obligation to provide dowries for daughters.” (GARDNER (1986) 97). Quanto ao *dos* na lei romana, vide *dig.* 23 (*De iure dotium*), maxime *dig.* 23.3-5.

<sup>85</sup> CORBETT (1930, reimpr. 1979) 152; GARNSEY-SALLER (1987) 135. Cf. Paul., *dig.* 23.3.28: *Post nuptias pater non potest deteriorem causam filiae facere, quia nec reddi ei dos inuita filia potest; 23.3.30: Dotem, quae in prius matrimonium data est, non aliter conuerti in posterius matrimonium dicendum est, quam cum hoc agitur: dum hoc agi semper interpretemur, nisi probetur aliud conuenisse; Mod., dig.* 23.3.19: *Etiam si alii iussu mariti dos detur, nihilo minus maritus de dote obligatur*. A obrigação do pai de constituir um dote para a(s) filha(s) terá sido meramente social até às leis de Augusto sobre o casamento. Cf. DIXON (1992) 205, nota 27 ad 66. A provisão de dote (e, por inerência, o casamento) era vista como uma questão de interesse público: *Rei publicae interest mulieres dotes saluas habere, propter quas nubere possunt* (Paul., *dig.* 23.3.2); *Dotium causa semper et ubique praecipua est: nam et publice interest dotes mulieribus conseruari, cum dotatas esse feminas ad subolem procreandam replendamque liberis ciuitatem maxime sit necessarium* (Pompon., *dig.* 24.3.1). Sobre os modos de constituição do dote, vide CORBETT (1930, reimpr. 1979) 154-177.

<sup>86</sup> Cf. DIXON (1992) 65. Acerca das regras de devolução do dote em caso de dissolução da união, vide Ulp., *Reg.* 6.8: *Dos si pondere, numero, mensura contineatur, annua, bima, trima die redditur; nisi si ut praesens reddatur, conuenerit. Reliquae dotes statim redduntur*. Leia-se ainda GARDNER (1985).

<sup>87</sup> Cf. DIXON (1992) 65: “Few original contracts survive from Roman Italy, but there are many from Roman Egypt, and the Digest contains references to such contracts, real and hypothetical. In statues and relief sculpture of marriage ceremonies, the groom is commonly represented as holding a papyrus scroll which probably records the marriage, the dowry agreement, and any special conditions.”

<sup>88</sup> Cf. Ulp., *Reg.* 6.3-5: *Dos aut "profecticia" dicitur, id est quam pater mulieris dedit; aut "aduenticia", id est ea, quae a quouis alio data est. Mortua in matrimonio muliere dos a patre profecta ad patrem reuertitur, quintis in singulos liberos in infinitum relictis penes uirum. Quod si pater non sit, apud maritum remanet. Aduenticia autem dos semper penes maritum remanet, praeterquam si is, qui dedit, ut sibi redderetur, stipulatus fuit; quae dos specialiter "recepticia" dicitur*. Os dotes podiam ser constituídos mediante

divórcio, a esposa e o pai dela, em conjunto, tinham o direito de demandarem judicialmente a sua devolução<sup>89</sup>. Tal aconteceria, no entanto, somente se os mecanismos habituais não tivessem entretanto funcionado<sup>90</sup>.

A correspondência de Cícero dá-nos algumas informações relativas à devolução dos dotes de Terência e de Túlia. Algumas cartas sugerem que as negociações relativas ao dote eram conduzidas por intermediários e que existia alguma flexibilidade na adaptação do acordo original<sup>91</sup>. As fontes legais sugerem, por exemplo, que uma esposa que tivesse dado início a um divórcio sem motivo para o fazer poderia ter de lutar pelo direito à devolução do dote e que o direito do marido de reter parte do dote para a manutenção dos filhos dependia do facto de a mulher ter revelado ou não mau comportamento<sup>92</sup>. Na prática, porém, a noção de culpa parece ter tido pouco significado nos divórcios do final da República. As disposições eram determinadas pela presunção social de que as crianças tinham direito a parte do dote da mãe com vista à sua manutenção (ou, no caso de uma filha, à constituição do dote), e de que uma mãe divorciada, à semelhança de uma viúva, precisava de ter um dote para poder voltar a casar.

Os dois principais factores que podiam pôr fim a uma união legítima eram a morte de um dos cônjuges ou, então, a dissolução do casamento, através do divórcio<sup>93</sup>.

---

contribuições de diferentes pessoas. A mãe era geralmente uma das que contribuía para tal. Outros parentes e até amigos de família podiam igualmente oferecer parte do dote. Cf. DIXON (1992) 204, nota 24 ad 66.

<sup>89</sup> Cf. Ulp., *Reg.* 6.6: *Diuortio facto, si quidem sui iuris sit mulier, ipsa habet actionem, id est dotis repetitionem; quodsi in potestate patris sit, pater adiuncta filiae persona habet actionem rei uxoriae; nec interest, aduenticia sit dos, an profecticia.*

<sup>90</sup> Cf. DIXON (1992) 66. Com o desenvolvimento do casamento *sine manu* e o aumento do número de divórcios, assegurar a devolução do dote à esposa ou à família dela aquando do final do casamento tornou-se uma preocupação, por um lado, porque o dote garantia a possibilidade de ela voltar a casar, por outro, porque a sua devolução implicava a manutenção dos recursos da família a que a esposa pertencia mais ou menos intactos. Na sequência dessa preocupação surgiu, então, um detalhado corpo de leis que garantissem a devolução. Cf. GARDNER (1986) 97. Por outro lado, como afirma DIXON (loc. cit.), “the tablets or papyrus scroll in which the dotal agreement was recorded did not constitute a marriage contract or a wedding certificate in the modern sense, but it could be used to demonstrate that a marriage had taken place, and it would be invoked in the reassignment of property and money on the dissolution of the match. This forethought again conflicts somewhat with modern romantic notions of marriage. It is not clear whether the Romans were more materialistic than moderns or simply more realistic and efficient about their materialism.”

<sup>91</sup> Cf. DIXON (1992) 66; DIXON (1984) 99 sq..

<sup>92</sup> Ulp., *Reg.* 6.10: *Propter liberos retentio fit, si culpa mulieris aut patris, cuius in potestate est, diuortium factum sit; tunc enim singulorum liberorum nomine sextae retinentur ex dote; non plures tamen quam tres. Sextae in retentione sunt non in petitione.* Acerca das regras de devolução do dote, vide Ulp., *Reg.* 6.6-8; relativamente às deduções do dote por comportamento indevido para com o cônjuge, vide *Reg.* 9-13. Leia-se ainda CORBETT (1930, reimpr. 1979) 182-202, para uma informação completa sobre estas questões.

<sup>93</sup> São muitos os estudiosos que o afirmam. Leiam-se e. g. RAWSON (1986) 31-37; TREGGIARI (1991) caps. 13-14). Cf. Paul., *dig.* 24.2.1: *Dirimitur matrimonium diuortio morte captiuitate uel alia contingente seruitute utrius eorum.*

Quando da morte do marido, a viúva deveria fazer o luto e não voltar a casar por um período de dez meses. A justificação apresentada para a imposição deste período específico de tempo era evitar que se levantassem quaisquer dúvidas acerca da paternidade de uma criança<sup>94</sup>. Eram, provavelmente, as viúvas que criavam os seus filhos<sup>95</sup>, mas, em termos legais, elas não herdavam as funções do pai, já que não tinham poder legal (*potestas*) sobre aqueles<sup>96</sup>.

Em tempos mais remotos, a opção de não voltar a casar era considerada a mais honrosa para as viúvas<sup>97</sup>. A partir do final da República, porém, tornou-se comum as

---

<sup>94</sup> A observância do mesmo período de luto não era exigida aos homens que enviuvassem. Estes podiam até continuar envolvidos na vida pública. Cf. RAWSON (1986) 31; TREGGIARI (1991) 493 sq.. No século IV d.C. o luto passou a ter a duração de um ano (cf. RAWSON, loc. cit.): *Si qua ex feminis perditō marito intra anni spatium alteri festinauit innubere (paruum enim temporis post decem menses seruandum adicimus, tametsi id ipsum exiguum putemus), probrosis inusta notis honestioris nobilisque personae et decore et iure priuetur atque omnia, quae de prioris mariti bonis uel iure sponsalium uel iudicio defuncti coniugis consecuta fuerat, amittat* (CJ 5.9.2).

<sup>95</sup> RAWSON (1986) 55, nota 115 ad 36, recorda o exemplo de dois imperadores criados, entre outras mulheres, pela mãe. O imperador Calígula foi criado por várias mulheres até fazer dezoito anos (Suet., *Cal.* 10.1: *Comitatus est patrem et Syriaca expeditione. Vnde reuersus primum in matris, deinde ea relegata in Liuiæ Augustae proauiae suae contubernio mansit; quam defunctam praetextatus etiam tunc pro rostris laudauit. Transiitque ad Antoniam auiam et undeicensimo aetatis anno accitus Capreas a Tiberio uno atque eodem die togam sumpsit barbamque posuit, sine ullo honore qualis contigerat tirocinio fratrum eius.*) A mãe de Nero, Agripina, foi exilada quando ele tinha dois anos. Um ano depois, quando o pai morreu, Nero passou a ser criado por uma tia paterna, até a mãe regressar do exílio. Agripina voltou a casar, mas o padastro de Nero morreu pouco depois, deixando-lhe uma generosa herança. Quando Agripina casou com Cláudio, Nero foi viver com ela e a família imperial e, não muito tempo depois, foi adoptado por Cláudio como seu filho (em parte, por motivos dinásticos) (cf. Suet., *Nero* 6.3: *Trimulus patrem amisit; cuius ex parte tertia heres, ne hanc quidem integram cepit correptis per coheredem Gaium uniuersis bonis. Et subinde matre etiam relegata paene inops atque egens apud amitam Lepidam nutritus est sub duobus paedagogis saltatore atque tonsore. Verum Claudio imperium adepto non solum paternas opes reciperauit, sed et Crispi Passieni utrici sui hereditate ditatus est*).

<sup>96</sup> Para as filhas das viúvas, a lei exigia que fosse designado um tutor legal (*tutor*). Se o testamento do marido não tivesse nomeado especificamente alguém para desempenhar tal função e não existissem parentes agnatos que devessem ser consultados, a viúva pediria aos cônsules que escolhessem um *tutor*, como fez Anteia, pouco antes de voltar a casar (cf. Plin., *Ep.* 9.13.16: *Cornutus, datum se a consulibus tutorem Heluidi filiae petentibus matre eius et utrico*; Suet., *Cl.* 23.2: *Sanxit ut pupillis extra ordinem tutores a consulibus darentur...*). Acerca da tutela, vide SCHULZ (1936, trad.) 162-197.

<sup>97</sup> Cf. RAWSON (1986) 53, nota 90 ad 31, onde se afirma: "Some religious rites were confined to once-married women, and the *pronuba*, the bride's matron-of-honour, was supposed to be a woman who had not had more than one husband." (Cf. Liv. 10.23.1-10: *Eo anno prodigia multa fuerunt, quorum auerruncandorum causa supplicationes in biduum senatus decreuit; publice uinum ac tus praeбитum; supplicatum iere frequentes uiri feminaeque. Insignem supplicationem fecit certamen in sacello Pudicitiae Patriciae, quae in foro bouario est ad aedem rotundam Herculis, inter matronas ortum. Verginiam Auli filiam, patriciam plebeio nuptam, L. Volumnio consuli, matronae quod e patribus enupsisset sacris arcuerant. Breuis altercatio inde ex iracundia muliebri in contentionem animorum exarsit, cum se Verginia et patriciam et pudicam in Patriciae Pudicitiae templum ingressam, ut uni nuptam ad quem uirgo deducta sit, nec se uiri honorumue eius ac rerum gestarum paenitere [ex] uero gloriaretur. Facto deinde egregio magnifica uerba adauxit. In uico Longo ubi habitabat, ex parte aedium quod satis esset loci modico sacello exclusit aramque ibi posuit et conuocatis plebeiis matronis conquesta iniuriam patriciarum, 'hanc ego aram' inquit 'Pudicitiae Plebeiae dedico; uosque hortor ut, quod certamen uirtutis uiros in hac ciuitate tenet, hoc pudicitiae inter matronas sit detisque operam ut haec ara quam illa, si quid potest, sanctius et a*

viúvas voltarem a casar<sup>98</sup>. Já no tempo do imperador Augusto, que não queria que o período de vida fértil de uma mulher fosse desperdiçado, era exigido às viúvas com mais de cinquenta anos que voltassem a casar num período de dois anos<sup>99</sup>. As *uniuira* continuaram, no entanto, a ser celebradas na literatura e nas inscrições tumulares<sup>100</sup>.

O processo de divórcio, como o casamento, caracterizava-se por alguma informalidade. A decisão de separação podia ser tomada de comum acordo ou unilateralmente — por um dos cônjuges ou pelo respectivo *paterfamilias*<sup>101</sup>. Uma simples notificação da intenção de divórcio (*nuntium remittere*) era suficiente para que o mesmo

---

*castioribus coli dicatur. ' Eodem ferme ritu et haec ara quo illa antiquior culta est, ut nulla nisi spectatae pudicitiae matrona et quae uni uiro nupta fuisset ius sacrificandi haberet; uulgata dein religio a pollutis, nec matronis solum sed omnis ordinis feminis, postremo in obliuionem uenit; o comentário de Sêrvio a um passo da Eneida, A. 4.19: Et hoc propter antiquum ritum, quo repellebantur a sacerdotio, id est Fortunam muliebrem non coronabant, bis nuptae; Fest. pp. 282-3 Lindsay: Pronubae adhibentur nuptis, quae semel nupserunt, ut matrimonia paupertatem auspicantes; V. Max. 2.1.3: Quae uno contentae matrimonio fuerant corona pudicitiae honorabantur: existimabant enim eum praecipue matronae sincera fide incorruptum esse animum, qui depositae uirginitatis cubile [in publicum] egredi nesciret, multorum matrimoniorum experientiam quasi legitimae cuiusdam intemperantiae signum esse credentes.*

Às mulheres que recusavam voltar a casar por respeito pela memória do marido chamavam *uniuira*. À letra, *uniuira* significa ‘mulher de apenas um homem’. Originalmente, o termo designava apenas “the woman who had come to her husband as a young virgin in her father’s power, transferred to the husband’s *manus*, and died before him.” Cf. DIXON (1992) 89. No final da República, o termo designava também as viúvas que haviam escolhido não voltar a casar: “By the late Republic it came to be applied approvingly to widows who chose to remain single out of loyalty to their husband’s memory and their children’s interest.” (DIXON, loc. cit.).

<sup>98</sup> DIXON (1992) 77. “From the time of the late Republic at least, widows were likely to remarry, and divorce became quite common and casual.”

<sup>99</sup> Inicialmente, a *lex Iulia* de Augusto estabeleceu o período de um ano, mas a legislação posterior do imperador, a *Papia lex*, passou a conceder um ano mais para que as viúvas pudessem encontrar um novo marido. Cf. RAWSON (1986) 53, nota 91 ad 31. Cf. Ulp., *Reg.* 14.1: *Feminis lex Iulia a morte uiri anni tribuit uacationem, a diuortio sex mensum, lex autem Papia a morte uiri biennii, a repudio anni et sex mensum*; Suet., *Aug.* 34.1-2: *Leges retractauit et quasdam ex integro sanxit, ut sumptuariam et de adulteriis et de pudicitia, de ambitu, de maritandis ordinibus. Hanc cum aliquanto seuerius quam ceteras emendasset, prae tumultu recusantium perferre non potuit nisi adempta demum lenitae parte poenarum et uacatione trienni data auctisque praemiis. Sic quoque abolitionem eius publico spectaculo pertinaciter postulante equite, accitos Germanici liberos receptosque partim ad se partim in patris gremium ostentauit, manu uultuque significans ne grauarentur imitari iuuenis exemplum. Cumque etiam immaturitate sponsarum et matrimoniorum crebra mutatione uim legis eludi sentiret, tempus sponsas habendi coartauit, diuortiis modum imposuit.*

<sup>100</sup> Como afirma DIXON (1992) 89, “the ideal is celebrated in tombstones and literature against a background of frequent remarriage occasioned by divorce and spousal death. The law (...) acknowledged the right of widows and divorcées to the full or partial return of dowry so that they could marry but increasingly applied safeguards for the children of the earlier marriage against the designs of a stepfather. How did the ideal manage to persist, then? Because, like many ideals, it was sometimes met, and because people accepted it as part of their culture.” Cf. alguns exemplos de *uniuira* nas inscrições e literatura: *CIL* 6.3604, 732, 12405 (todas morreram jovens), 14404; V. Max 4.3.3 (Antónia); Prop. 4.11.36 (Cornélia orgulha-se de ter sido *uni nupta*).

<sup>101</sup> Segundo DIXON (1992) 81, “just as marriage continued to consist of two Romans with the capacity to desire to marry cohabiting, so divorce continued to be a matter of mutual agreement or unilateral repudiation, instantaneous in its effect in either case and requiring no recourse to state authorities unless the parties failed to agree on the restitution of dowry. In many respects, then, Roman marriage was more “private” than many of its modern equivalents.”

pudesse acontecer, sem que tivesse de ser invocado qualquer motivo<sup>102</sup>. Em geral, o conceito de ‘culpa’ não era importante. Em circunstâncias especiais, porém, a determinação da culpa podia ser determinante. No caso de o divórcio se ficar a dever à conduta imoral da esposa<sup>103</sup>, o marido poderia reter uma parte do dote como forma de penalização pelo comportamento da mulher<sup>104</sup>. A mulher também poderia penalizar o

---

<sup>102</sup> Na época de Augusto, o cumprimento desta formalidade era de todo aconselhável: “The imperial insistence on a letter of divorce (a common but not automatic feature of republican divorce) would only be invoked when someone challenged the legality of a divorce after the event. Since the Augustan legislation compelled a husband to divorce an adulterous wife, the provisions were designed to provide evidence in the case of a husband prosecuted for complaisance or pimping, who might claim in his defense that he had divorced the wife.” (DIXON, 1992, 81). O anúncio da intenção de divórcio era feito em termos formulares: *In repudiis autem, id est renuntiatione comprobata sunt haec uerba: "tuas res tibi habeto", item haec: "tuas res tibi agito"* (Gaius, *dig.* 24.2.2.1).

<sup>103</sup> Vejam-se os casos de Cláudia e Metela, esposas dos Republicanos Luculo e Pompeio, respectivamente; o contínuo comportamento adúltero destas mulheres parece ter sido o motivo que levou os maridos a quererem divorciar-se delas. Cf. RAWSON (1986) 33.

<sup>104</sup> A este respeito, afirma CORBETT (1930, reimpr. 1979) 130 sq.: “The *retentio propter mores* and the *actio de moribus* are pre-Augustan. The first constitutes purely material compensation, the husband being allowed to keep one-sixth of the dowry for *mores grauiiores*, i.e. adultery, and one-eighth for minor offences. (...) The second is procedurally not merely a defence, but, as its name implies, a means of attack. There is, however, nothing to show that success in the action brought with it any material advantage not already attainable by *retentio propter mores*. We are not directly informed as to what could be recovered in a *iudicium de moribus*, although it does seem clear that the penalty, whatever it was, was exacted from dowry. (...) The only information that we have as to fixed penalties relates to the *retentiones*, which were one-sixth of the dowry for *mores grauiiores* (*adulteria tantum*) and one-eighth for *leuiiores*, i.e. all forms of misconduct other than adultery. These may have served also in the *iudicium de moribus* (...).” Cf. Ulp., *Reg.* 6.9: *Retentiones ex dote fiunt aut propter liberos, aut propter mores, aut propter impensas, aut propter res donatas, aut propter res amotas*; 6.12: *Morum nomine grauiorum quidem sexta retinetur, leuiorum autem octaua. Grauiiores mores sunt adulterium tantum; leuiiores omnes reliqui*; Plin., *Nat.* 14.90, em que se refere que Gneu Domício, no papel de juiz, retirou a uma mulher o seu dote pelo facto de ela beber mais vinho do que o necessário ao seu bem-estar: *Domitius iudex pronuntiavit mulierem uideri plus uini bibisse quam ualitudinis causa, uiro insciente, et dote multauit*; V. Max. 8.2.3, em que se relata uma decisão tomada por G. Mário num *iudicium de moribus*, ocorrido em paralelo com a *actio rei uxoriae* que a esposa, por sua vez, moveu contra o marido: *Multo animosius et ut militari spiritu dignum erat se in consimili genere iudicii C. Marius gessit: nam cum C. Titinius Minturnensis Fanniam uxorem, quam inpudicam de industria duxerat, eo crimine repudiatam dote spoliare conaretur, sumptus inter eos iudex in conspectu habita quaestione seductum Titinium monuit ut incepto desisteret ac mulieri dotem redderet. Quod cum saepius frustra fecisset, coactus ab eo sententiam pronuntiare mulierem inpudicitiae sestertio nummo, Titinium summa totius dotis damnauit, praefatus idcirco se hunc iudicandi modum secutum, cum liqueret sibi Titinium patrimonio Fanniae insidias struentem inpudicae coniugium expetisse. Fannia autem haec est, quae postea Marium hostem a senatu iudicatum caenoque paludis, qua extractus erat, oblitum et iam in domum suam custodiendum Minturnis deductum ope quantacumque potuit adiunxit, memor, quod inpudica iudicata esset, suis moribus, quod dotem seruasset, illius religioni acceptum ferri debere. Para o *iudicium de moribus*, cf. ainda Cth 3.13.1: *Si de moribus maritus uxorem accusat, hoc est in maleficio, in adulterio, similibus aliisque criminibus, si mortua uxor fuerit, heredes eius accusari non possunt, quia crimina cum auctore deficiunt: tamen et si maritus mortuus fuerit, quia accusabat uxorem, ab herede mariti mulier non potest accusari. Relativamente às *retentiones propter mores*, cf. Papin., *dig.* 48.5.12.3: *Socer cum nurum adulterii accusaturum se libellis praesidi datis testatus fuisset, maluit accusatione desistere et lucrum ex dote magis petere. Quaeritur, an huiusmodi commentum eius admitti existimes. Respondit: turpissimo exemplo is, qui nurum suam accusare instituisset, postea desistere maluit contentus lucrum ex dote retinere tamquam culpa mulieris dirempto matrimonio: quare non inique repellitur, qui commodum dotis uindictae domus suae praeponere non erubuit.***

marido, caso ele revelasse uma conduta imoral, pelo menos no que toca à recuperação do dote<sup>105</sup>.

Segundo Rawson<sup>106</sup>, com alguma frequência, porém, tem-se afirmado a existência de critérios diferentes para homens e mulheres relativamente ao divórcio e ao adultério<sup>107</sup>. A existência de poucas referências a esposas que se divorciaram dos maridos por tal motivo tem levado alguns estudiosos a acreditar que as mulheres aceitariam o comportamento adúltero dos companheiros como algo natural. É possível, na opinião da autora, que tal acontecesse, mas, como adverte, não deveremos esquecer, por um lado, que não era uso divulgar-se publicamente os motivos que haviam dado origem ao divórcio, por outro, que nem sempre se consegue saber qual das partes deu efectivamente início ao

---

Justiniano acabaria por abolir as *retentiones* (CJ 5.13.1.5: *Taceat in ea retentionum uerbositas. quid enim opus est inducere ob mores retentionem alio auxilio ex constitutionibus introducto?*) e o *iudicium de moribus* (CJ 5.17.11.2b: *Iudicio de moribus, quod antea quidem in antiquis legibus positum erat, non autem frequentabatur, penitus abolito: omnibus etenim causis requisitis et perlectis, quas antiquitas introducebat, nihil ualidum praeter eas, quas anteriores constitutiones et praesens dispositio introduxit, inuenimus.*): Como afirma CORBETT (1930, reimpr. 1979) 133, “they had become superfluous in his general reform of the law governing divorce and the disposition of dowry.”

<sup>105</sup> Leia-se CORBETT (1930, reimpr. 1979) 133: “(...) the husband’s *mores* only came under examination in the *actio rei uxoriae*. By proving his adultery, the divorced woman could extract immediate repayment of that part of the dowry which under ordinary circumstances was recoverable only in instalments, and additional fruits or revenues for the rest. For *mores leuiiores*, the customary terms of restitution were reduced to six months.” Cf. Ulp., *Reg.* 6.6: *Diuortio facto, si quidem sui iuris sit mulier, ipsa habet actionem, id est dotis repetitionem; quodsi in potestate patris sit, pater adiuncta filiae persona habet actionem rei uxoriae; nec interest, aduenticia sit dos, an profecticia*; 6.13: *Mariti mores puniuntur in ea quidem dote, quae annua die reddi debet, ita ut propter maiores mores praesentem dotem reddat, propter minores senum mensum die. In ea autem, quae praesens reddi solet, tantum ex fructibus iubetur reddere, quantum in illa dote, quae triennio redditur, repraesentatio facit.*

<sup>106</sup> Cf. (1986) 33.

<sup>107</sup> DIXON (1992) 73, por exemplo, afirma o seguinte: “It is (...) plausible that divorce, insofar as it occurred in early Rome, was initiated only by the husband and implied a severe marital fault — almost necessarily adultery — on the part of the woman.” Os defensores, como Dixon, desta ideia baseiam-se em testemunhos antigos. Catão-o-Antigo (séc. II), por exemplo, defendia que um marido tinha o direito de levar a julgamento a mulher por comportamentos imorais como a simples embriaguez, mas, ao mesmo tempo, que não deveria ser conferido à mulher o direito de julgar o marido, ainda que o surpreendesse a praticar adultério. Aulo Gélio reproduziu as palavras do orador, cerca de trezentos anos mais tarde: *Verba Marci Catonis adscripsi ex oratione, quae inscribitur de dote, in qua id quoque scriptum est in adulterio uxores deprehensas ius fuisse maritis necare: 'Vir' inquit 'cum diuortium fecit, mulieri iudex pro censore est, imperium, quod uidetur, habet, si quid peruerse taetrequae factum est a muliere; multatur, si uinum bibit; si cum alieno uiro probri quid fecit, condemnatur.' De iure autem occidendi ita scriptum: 'In adulterio uxorem tuam siprehendisses, sine iudicio inpune necares; illa te, si adulterares siue tu adulterarere, digito non auderet contingere, neque ius est.'* (10.23.4-5). Por sua vez, Dionísio de Halicarnasso (séc. I d.C.) referiu que Rómulo conferiu ao *paterfamilias* plenos poderes sobre a esposa e os filhos (2.26.27). Plutarco (séc. II d.C.) referiu ainda que as leis de Rómulo haviam conferido ao marido o direito de se separar da mulher, mas que à esposa não fora dado esse direito (cf. *Rom.* 22).

processo<sup>108</sup>. Segundo a mesma autora, é possível, também, que o número de maridos adúlteros não fosse representativo<sup>109</sup>.

Na origem de um divórcio poderiam estar outros motivos que não o adultério de um dos cônjuges. Tendo em conta que o propósito do casamento era a procriação de filhos legítimos, a incapacidade de os gerar era, por vezes, uma das razões invocadas para a separação. Aulo Gélio conta que o senador do século III Carvílio Ruga justificou a pretensão de divorciar-se da esposa estéril com o argumento de que havia jurado aos censores que casaria com ela porque pretendia ter filhos<sup>110</sup>. O autor colheu este episódio num trabalho *de dotibus* da autoria do jurista do final da República Sêrvio Sulpício, que o havia registado como a primeira ocorrência de uma *actio* movida por uma esposa viúva ou divorciada, com vista à recuperação do dote. Aulo Gélio e Valério Máximo divulgaram-no como o primeiro divórcio em Roma, para ilustrar o tema da decadência moral que estava presente em muitas das referências literárias romanas à história do casamento e da família. Este divórcio não seria, todavia, o primeiro em Roma. Como acrescenta Dixon, “Valerius Maximus elsewhere mentions earlier divorces, and the institution of divorce itself probably

---

<sup>108</sup> Cf. e. g. Cic., *Top.* 19, em que Cícero coloca a hipótese teórica de uma mulher exigir o divórcio de um marido culpado: *Ab antecedentibus autem et consequentibus et repugnantibus hoc modo; ab antecedentibus: Si uiri culpa factum est diuortium, etsi mulier nuntium remisit, tamen pro liberis manere nihil oportet.*

Um marido que decidisse processar a mulher por adultério deveria estar isento de culpa nessa matéria. Caso contrário, também ele poderia ser penalizado: *Iudex adulterii ante oculos habere debet in inquirere, an maritus pudice uiuens mulieri quoque bonos mores colendi auctor fuerit: periniquum enim uidetur esse, ut pudicitiam uir ab uxore exigat, quam ipse non exhibeat: quae res potest et uirum damnare, non rem ob compensationem mutui criminis inter utrosque communicare.* (Ulp., *dig.* 48.5.14.5).

<sup>109</sup> Digno de nota é, aliás, o facto de, com excepção de Júlio César e de alguns outros imperadores, o comportamento adúltero não ser apontado como comum entre os homens importantes de Roma, nem de existirem quaisquer referências a casos extra-conjugais escandalosamente assumidos em público. RAWSON (1986) 33 chama a atenção para todas estas questões.

<sup>110</sup> Cf. Gel. 4.3.1-2: *Memoriae traditum est quingentis fere annis post Romam conditam nullas rei uxoriae neque actiones neque cautiones in urbe Roma aut in Latio fuisse, quoniam profecto nihil desiderabantur nullis etiam tunc matrimoniis diuertentibus. Seruius quoque Sulpicius in libro quem composuit de dotibus tum primum cautiones rei uxoriae necessarias esse uisas scripsit, cum Spurius Caruilius, cui Ruga cognomentum fuit, uir nobilis, diuortium cum uxore fecit, quia liberi ex ea corporis uitio non gignerentur, anno urbis conditae quingentesimo uicesimo tertio M. Atilio P. Valerio consulibus. Atque is Caruilius traditur uxorem, quam dimisit, egregie dilexisse carissimamque morum eius gratia habuisse, set iurisiurandi religionem animo atque amoris praeuertisse, quod iurare a censoribus coactus erat uxorem se liberum quaerundum gratia habiturum; 17.21.44: Anno deinde post Romam conditam quingentesimo undeicesimo Sp. Caruilius Ruga primus Romae de amicorum sententia diuortium cum uxore fecit, quod sterila esset iurassetque apud censores uxorem se liberum quaerundum causa habere... Valério Máximo (2.1.4) refere também este caso, mas situa-o um pouco antes no tempo: *Repudium inter uxorem et uirum a condita urbe usque ad centesimum et quinquagesimum annum nullum intercessit. Primus autem Sp. Caruilius uxorem sterilitatis causa dimisit. Qui, quamquam tolerabili ratione motus uidebatur, reprehensione tamen non caruit, quia ne cupiditatem quidem liberorum coniugali fidei praeponi debuisset arbitrabantur.**



dates to the fifth century B.C. or earlier, but the establishment of a procedure for the recovery of dowry suggests that divorce was more usual from the mid-Republic.”<sup>111</sup>

Um dos aspectos mais interessantes do episódio é a presunção de que Carvílio Ruga não havia procedido bem não apenas ao recusar-se devolver o dote, mas também ao justificar o fim do casamento com o argumento que apresentou. Aulo Gélíio acrescenta que ele amava verdadeiramente a esposa, mas que considerava mais importante o juramento que havia feito aos censores. Valério Máximo considera aceitável o motivo por ele invocado, mas aduz também que esta acção foi censurada pelos contemporâneos, por se considerar que o desejo de ter filhos não se deveria sobrepor à lealdade conjugal. Ora, episódios e comentários como estes permitem-nos concluir, como Dixon, que a ideologia pública e privada do casamento romano se encontrava associada ao desejo de progenitura, mas também que o conceito de casamento subentendia outros valores, como a compatibilidade, o companheirismo e o amor<sup>112</sup>. Segundo a autora, esta forma de perspectivar o casamento tornou-se mais visível a partir do século I, e poderá estar relacionada com a evolução que entretanto se operou na forma de sentir romana<sup>113</sup>.

Se é certo que a esterilidade de uma união costumava ser atribuída à mulher, também é quase certo que a maioria dos divórcios decorrentes desta situação terá acontecido sem que tivesse havido qualquer recriminação pública ou manifestação de desagrado relativamente a essa mesma situação. Não existem meios que permitam avaliar o efeito psicológico destas separações nas mulheres. Para algumas, pelo menos, a

---

<sup>111</sup> DIXON (1992) 68. Plutarco (*Rom.* 22) data o processo de divórcio (iniciado pelo marido) do período da Monarquia, que vai do século VIII ao VI; Cícero (*Phil.* 2.28) e Ulpiano (*dig.* 48.5.44) sugerem que no século V o divórcio era possível, isto é, no tempo das Doze Tábuas; Valério Máximo (2.9.2) situa nos anos 307-6 o divórcio de L. Ânio. Cf. DIXON (1992) 205, nota 33 ad 68.

<sup>112</sup> Cf. DIXON (1992) 69 sqq.: “It becomes clear that marriage, while still firmly associated with the hope of children, was also expected to produce other satisfactions. (...) Marriage was viewed, therefore, as the proper vehicle for continuing the citizenship and serving the state into the next generation, for maintaining an individual family or a particular order. It was also viewed, both privately and officially, as a partnership in which each side supported the other and which was ideally harmonious and long-lasting.”

<sup>113</sup> Cf. DIXON (1992) loc.cit. Na opinião da mesma autora (p. 70), em plena época de Augusto, “the notion of marriage as partnership and companionship, mutual loyalty and support, and the ideal of a happy and harmonious marriage show that this was part of a popular ideal as well as public and imperial ideology.” Na perspectiva de Dixon, aliás, torna-se interessante verificar que esta evolução na forma de perspectivar o casamento coincidiu com uma maior incidência de divórcios, que, ao contrário do se poderia esperar, não se ficaram a dever ao adultério da esposa.

experiência deverá ter sido dolorosa e, de alguma forma, humilhante; para outras, o divórcio terá sido bem-vindo, porquanto lhes devolvia a liberdade e o dote<sup>114</sup>.

As razões que poderiam conduzir a um divórcio podiam ser ainda de natureza política. O casamento era, muitas vezes, uma forma de selar uma aliança política entre duas famílias; nesse sentido, o divórcio podia representar um meio de substituir velhas por novas e mais proveitosas alianças<sup>115</sup>. Provavelmente por este motivo, no final da República, o divórcio tornou-se comum entre a elite política romana. No entanto, e apesar da relativa instabilidade do casamento poder estar relacionada com a volatilidade das alianças estabelecidas entre as famílias politicamente influentes, a tendência para elevados índices de divórcio manteve-se em períodos de maior acalmia política. Ora, tal evidência leva Dixon a aventar outra explicação para o facto. De acordo com a autora, o aumento da frequência de divórcios encontra-se intimamente relacionado com a mudança operada na forma como se passou a perspectivar o casamento e o papel da mulher dentro da instituição:

“Perhaps the earlier ideal, elaborated in ritual and sentimental ideology, was actually grounded in the assumption of a static property system in which women moved only once in a lifetime, taking with them their intestate portion, which remained with their conjugal family whether they died in the marriage or not. The presumption of the late Republic is that women will move into other marriages, taking their property with them but on the understanding that their children will eventually share it. Politically, married women of the elite promoted the interests of their brothers and sons rather than those of their husbands. Economically, they favored their children. Emotionally, they showed great affection and loyalty towards their husbands. All of these characteristics are not only displayed by the actions of the elite women best documented by the sources but lauded as the proper behavior of an ideal wife, mother, or sister.”<sup>116</sup>

---

<sup>114</sup> RAWSON (1986) 32 sq.. Por vezes, estas mulheres podiam até receber alguns presentes dos maridos. Cf. Hermogenianus, *dig.* 24.1.60: *Diuortii causa donationes inter uirum et uxorem concessae sunt: saepe enim euenit, uti propter sacerdotium uel etiam sterilitatem.*

A ideia antiga de que o divórcio era raro e vergonhoso parece ter-se desvanecido por volta do século II. Paulatinamente, o regime de separação conjugal segundo o qual as mulheres podiam também dar início ao divórcio acabou por se tornar dominante. Cf. DIXON (1992) 69.

<sup>115</sup> O casamento da enteada de Sula, Emília, foi dissolvido para que ela pudesse casar com Pompeio e, desse modo, favorecer o estabelecimento de uma aliança política entre os dois homens. Emília, que estava grávida do primeiro marido quando casou com Pompeio, acabaria por falecer durante o parto, pouco tempo depois da celebração do seu segundo casamento. Cf. RAWSON (1986) 33.

<sup>116</sup> DIXON (1992) 77.

Quaisquer que fossem as causas, o divórcio, durante o período da República, era assunto privado da família<sup>117</sup>. Até ao início do século I, o Estado, por norma, não intervinha nos divórcios, nem interferia no relacionamento do casal; reconhecia apenas ao marido o direito de matar a esposa e o amante, caso estes fossem apanhados *in flagranti delicto*. O casamento e as acções que punham em causa a instituição pertenciam à esfera privada: “Any problems that arose, including adultery committed by the wife, were dealt with by the families involved.”<sup>118</sup> A legislação moral patrocinada por Augusto assinala, todavia, uma forte e significativa incursão do Estado em assuntos que foram durante muito tempo exclusivamente do foro privado. Na verdade, a lei sempre teve alguma relevância em algumas questões relacionadas com o casamento, como os esponsais, o dote, o divórcio e o estatuto dos filhos, mas foi somente com a legislação de Augusto — divulgada em pelo menos dois grandes blocos, no ano 18, como *Lex Iulia de maritandis ordinibus* e/ou *Lex Iulia de adulteriis coercendis*, e em 9 d.C., como *Lex Papia Poppaea*, — que se introduziram novos desenvolvimentos nesta matéria<sup>119</sup>.

A legislação de Augusto veio limitar significativamente o direito que assistia ao marido de matar a esposa adúltera, mas, ao mesmo tempo, instituiu o adultério como crime e a criação de tribunais especiais destinados ao julgamento desse mesmo crime<sup>120</sup>. Se, por exemplo, um marido tivesse surpreendido a esposa a praticar adultério, deveria

<sup>117</sup> No entanto, em 295, quando Roma esteve envolvida numa guerra contra os Samnitas, algumas mulheres foram julgadas publicamente por comportamento sexual impróprio (*stuprum*) e multadas. Cf. Liv. 10.31.9: *Eo anno Q. Fabius Gurgis consulis filius aliquot matronas ad populum stupri damnatas pecunia multavit; ex multaticio aere Veneris aedem quae prope Circum est faciendam curavit*. O magistrado que impôs a multa utilizou o dinheiro na construção de um templo dedicado a Vénus, não especificamente à deusa do amor, mas, provavelmente, a *Venus Obsequens*, que o ajudara na batalha. Cf. o comentário de Sérvio a um passo da *Eneida*, A. 1.720: *Sane Veneri multa nomina pro locis uel causis dicuntur inposita. Nam Venerem uocari quidam propter promptam ueniam dicunt. Alii "Suadam" appellant, quod ipsa conciliatio Suada sit. Dicitur etiam "Obsequens Venus", quam Fabius Gurges post peractum bellum Samniticum ideo hoc nomine consecrauit, quod sibi fuerit obsecuta*. Cf. RAWSON (1986) 54, nota 102 ad 33.

<sup>118</sup> DIXON (1992) 78.

<sup>119</sup> A legislação do ano 18 terá sido proposta pelo próprio imperador Augusto, mas a de 9 d.C., perspectivada por alguns estudiosos como uma reformulação da anterior, embora também da autoria de Augusto, terá sido formalmente proposta pelos cônsules em exercício, *M. Papius Mutilus* e *Q. Poppaeus Secundus*. Não existem certezas absolutas quanto aos nomes exactos e aos conteúdos abrangidos por cada um dos blocos legislativos. Genericamente, sabe-se que foram criados com o objectivo de incentivar os cidadãos romanos, em especial os das classes mais elevadas, a casarem e a produzirem filhos legítimos, e que previam penalizações para o adultério e ausência de filhos. DIXON (1992) 78 comenta assim a criação destas leis: “Augustus saw himself as a moral crusader, one who was bound to restore the pristine virtue of the Roman state. He perceived a failure, particularly in the upper class, to marry and have children, and his legislation was designed to provide incentives in the form of more rapid promotion through the political and administrative ranks and advantages in inheritance for those who married and produced children, with penalties for those who failed to conform to his requirements.” A sugestão de que terá existido um terceiro bloco legislativo, no ano 28, tem sido rebatida por BADIAN (1985), citado por DIXON (1992) 209, nota 85 ad 79. Leia-se ainda DIXON (1988) 84-86.

<sup>120</sup> Sobre as regras relativas aos julgamentos por adultério, vide *dig. 48.5 (Ad legem Iuliam de adulteriis...)*.

divorciar-se dela e levá-la julgamento. Caso não cumprisse este dever público, ele próprio poderia, juntamente com o casal culpado, ser acusado por qualquer outra pessoa. Noutras situações de adultério, se assim o entendesse, o marido poderia simplesmente divorciar-se e deixar a acusação para outros; ou, então, podia optar por não tomar qualquer acção pública, protegendo, dessa forma, a esposa de uma acusação externa<sup>121</sup>.

Uma mulher poderia divorciar-se do marido por ele manter relações sexuais com outra mulher, e, baseada nesse motivo, fazer maiores exigências no que toca à devolução do dote<sup>122</sup>, mas não poderia interpor uma acção criminal contra ele do tipo das que os maridos traídos poderiam interpor. A obrigação absoluta de divórcio de um companheiro que tivesse sido apanhado a cometer adultério, ao que parece, não se aplicava, às esposas de maridos adúlteros.

O crime de adultério (*adulterium*) consistia especificamente no relacionamento sexual de um homem com uma mulher casada. A legislação de Augusto instituiu, porém, ainda um outro crime, o *stuprum*, que implicava a manutenção de relações sexuais entre uma mulher solteira supostamente respeitável e um homem casado ou solteiro<sup>123</sup>. Este termo aplicava-se também à homossexualidade masculina. A pena imposta pela prática de ambos os crimes era normalmente o exílio.

Existia alguma discriminação em relação às mulheres nestas leis; é que, ao contrário dos homens, elas podiam ser castigadas por manterem relacionamentos com

---

<sup>121</sup> A preocupação do imperador com o regular funcionamento da vida pública, que levou a que o Estado passasse a interferir na vida privada dos cidadãos, abriu o caminho aos delatores e advogados de acusação, muitas vezes movidos mais por questões políticas e económicas do que morais. Cf. RAWSON (1986) 35. Segundo esta autora (p. 54, nota 104 ad 35), é difícil saber se essas acusações ocorriam com frequência. Sabe-se apenas que os julgamentos por adultério continuaram por pelo menos mais dois séculos, “though probably not in the courts established by Augustus for that purpose.”. Cf. GARNSEY (1967), citado por Rawson. Também DIXON (1992) 80 refere as delações e calúnias de que se tornavam alvo algumas pessoas: “adultery was a criminal offense which could, moreover, be prosecuted by anyone moved by moral outrage, malice, or the hope of gaining a percentage of the confiscated wealth of convicted miscreants. This ensured the persistence of accusations and trials, and the legislation, slightly modified from time to time, was maintained by subsequent emperors.”

<sup>122</sup> Cf. supra, p.11, nota 105, Ulp., *Reg.* 6.13.

<sup>123</sup> Era o estatuto social da mulher que determinava se o homem cometera o crime de *stuprum*, ou, simplesmente, mantinha uma relação de concubinato com ela: “It was necessary for jurists to determine what constituted concubinage in order to prevent people from using it as a defense against charges of *stuprum* (fornication), which was a legal offense from the time of Augustus. Broadly, they did this in terms of status; a liaison with a woman of “low birth” or of disreputable life, such as the prostitute or actress, did not count as *stuprum*.” Cf. DIXON (1992) 94. Cf. Mod., *dig.* 25.7.3: *In concubinato potest esse et aliena liberta et ingenua et maxime ea quae obscuro loco nata est uel quaestum corpore fecit. Alioquin si honestae uitae et ingenuam mulierem in concubinatum habere maluerit, sine testatione hoc manifestum faciente non conceditur. Sed necesse est ei uel uxorem eam habere uel hoc recusantem stuprum cum ea committere*; Ulp., *dig.* 25.7.1.1: *Cum Atilicino sentio et puto solas eas in concubinato habere posse sine metu criminis, in quas stuprum non committitur*.

escravos e pessoas de inferior estatuto social. A principal preocupação de Augusto não terá sido garantir a pureza moral dos casamentos. Se assim fosse, não teria permitido que um marido continuasse a viver com uma esposa adúltera. Por outro lado, o seu primordial objectivo não seria limitar o número de divórcios, ou reforçar a estabilidade ou duração do casamento, porquanto tornou o divórcio obrigatório em determinadas circunstâncias. A sua real preocupação antes parece ter sido proteger e garantir a legitimidade dos descendentes das famílias da elite. O imperador quis primeiramente evitar que mulheres casadas tivessem filhos ilegítimos que poderiam vir a herdar o nome e os bens dos maridos que nelas confiavam. Se o marido tivesse escolhido reconhecer como seu um filho ilegítimo, deixava de existir qualquer problema, já que, desse modo, aos olhos do Estado, a situação adquiria legitimidade. Augusto terá ainda pretendido evitar que as mulheres de boas famílias tivessem filhos fora do casamento; tais filhos não poderiam herdar o nome ou o estatuto social do pai, não estariam sob a autoridade de um *paterfamilias* e, nessas circunstâncias, não se ajustariam à estrutura da carreira das famílias equestres ou senatoriais, sobre as quais recaíam, afinal, as verdadeiras intenções do imperador. A este respeito, vale a pena lermos o comentário de Dixon:

“From what can be pieced together we get a sense of Augustus’s moral purpose. He seems, in part, to have aimed at providing a eugenically sound ruling class for the empire, furnishing Italian soldiers for the imperial army and ensuring the survival of the great estates of the aristocracy. His methods were not successful; overall, their greatest significance is for the violence and extent of his intrusion into the private sphere.”<sup>124</sup>

Alguns imperadores fizeram cumprir as leis do adultério de forma mais rigorosa do que outros<sup>125</sup>. A opinião pública, em especial as classes elevadas, terá manifestado o seu

---

<sup>124</sup> DIXON (1992) 80.

<sup>125</sup> Domiciano foi um dos mais rigorosos imperadores nessa matéria, ainda que ele próprio tenha praticado *stuprum* com a sobrinha Júlia, durante um longo período de tempo. Cf. Mart. 6.2: *Lusus erat sacrae conubia fallere taedae./ Lusus et inmeritos executis mares./ Vtraque tu prohibes, Caesar, populisque futuris/ Succurris, nasci quos sine fraude iubes./ Nec spado iam nec moechus erit te praeside quisquam./ At prius — o mores! — et spado moechus erat*; 6.4: *Censor maxime principumque princeps./ Cum tot iam tibi debeat triumphos./ Tot nascentia templa, tot renata./ Tot spectacula, tot deos, tot urbes./ Plus debet tibi Roma, quod pudica est*; Juv. 2.29-33: *Qualis erat nuper tragico pollutus adulter/ concubitu, qui tunc leges reuocabat amaras/ omnibus atque ipsis Veneri Martique timendas./ cum tot abortiuis fecundam Iulia uuluam/ solueret et patruo similes effunderet offas*; Suet., Dom. 8.3: *Equitem R. ob reductam in matrimonium uxorem, cui dimissae adulterii crimen intenderat, erant iudicem albo; quosdam ex utroque ordine lege Scantinia condemnauit; incesta Vestalium uirginum, a patre quoque suo et fratre neglecta, uarie et seuerè coercuit, priora capitali supplicio, posteriora more ueteri* (a *lex Scantinia* era uma lei antiga que condenava o adultério).

desagrado relativamente à legislação moral de Augusto<sup>126</sup>, e, no tempo de Tibério, algumas mulheres chegaram mesmo a apresentar o seu protesto, registrando-se oficialmente como prostitutas para que a lei lhes não fosse aplicável; é que o crime de adultério não se aplicava às escravas nem às mulheres de baixa reputação, como eram as atrizes e as prostitutas<sup>127</sup>. O motivo que terá levado estas mulheres a tão inesperada atitude não terá sido somente a luxúria; elas ter-se-ão rebelado contra a interferência do Estado nas suas vidas privadas e, ao mesmo tempo, reclamado para si a liberdade, que era exclusiva dos homens, de manterem relacionamentos extra-conjugais, sem que, no entanto, fossem castigadas por isso<sup>128</sup>.

Talvez pelo facto de a mulher, ainda que casada, não fazer parte da família do marido, em situação de divórcio, as ex-esposas não tinham direito a qualquer espécie de apoio monetário, como uma pensão de alimentos, por exemplo, a não ser à restituição — total ou parcial — do dote.

O marido ficava quase sempre com a guarda dos filhos, pelo que as mulheres divorciadas ficavam quase que entregues a si próprias. O ex-marido de uma mulher que tivesse ficado grávida antes do divórcio tinha alguns deveres para com o filho que estava para nascer, não para com a ex-mulher. Algumas regras de procedimento foram impostas

---

e outros vícios e que recebeu o nome do seu autor, Gaio Escantínio, tribuno da plebe. A *lex Iulia* também condenava o adultério, cf. Suet. *Aug.* 34); D.C. 67.12.1.

<sup>126</sup> Cf. supra, p. 109, nota 99, Suet., *Aug.* 34.1-2.

<sup>127</sup> Cf. Suet., *Tib.* 35.2: *Feminae famosae, ut ad euitandas legum poenas iure ac dignitate matronali exoluerentur, lenocinium profiteri coeperant, et ex iuuentute utriusque ordinis profligatissimus quisque, quominus in opera scaenae harenaeque edenda senatus consulto teneretur, famosi iudicii notam sponte subibant; eos easque omnes, ne quod refugium in tali fraude cuiquam esset, exilio adfecit.* Segundo RAWSON (1986) 54, nota 106 ad 35, “the context seems to refer to senatorial and equestrian ranks; the women chose to give up their ‘ius ac dignitas matronalis’”. Tibério fez com que este tipo de acções fosse punido com o exílio. No ano 19 d.C., o Senado instituiu decretos contra a licenciosidade das mulheres (*libido feminarum*) e proibiu a prática da prostituição às mulheres cujo avô, pai ou marido tivesse sido um *eques*. Vistília, oriunda de uma família pretoriana, tinha-se registado como prostituta. O marido, Titídio Labeão, foi processado por não ter levado a mulher culpada a tribunal. Ao contrário dela, porém, conseguiu escapar ao exílio: *Eodem anno grauibis senatus decretis libido feminarum coercita cautumque ne quaestum corpore faceret cui auus aut pater aut maritus eques Romanus fuisset. Nam Vistilia praetoria familia genita licentiam stupri apud aedilis uulgauerat, more inter ueteres recepto, qui satis poenarum aduersum impudicas in ipsa professione flagitii credebant. Exactum et a Titidio Labeone Vistiliae marito cur in uxore delicti manifesta ultionem legis omisisset. Atque illo praetendente sexaginta dies ad consultandum datos necdum praeterisse, satis uisum de Vistilia statuere; eaque in insulam Seriphon abdita est.* Este exemplo não terá sido único, já que são vários os registos de comportamentos sexuais ilícitos e puníveis por lei. Cf. Marcel., *dig.* 23.2.41pr.: *Probrum intellegitur etiam in his mulieribus esse, quae turpiter uiuerent uolgoque quaestum facerent, etiamsi non palam*; 23.2.41.1: *Et si qua se in concubinato alterius quam patroni tradidisset, matris familias honestatem non habuisse dico*; Papin., *dig.* 48.5.11.2: *Mulier, quae euitandae poenae adulterii gratia lenocinium fecerit aut operas suas in scaenam locauit, adulterii accusari damnarique ex senatus consulto potest*; Ulp., *dig.* 48.5.14.2: *Sed et in ea uxore potest maritus adulterium uindicare, quae uolgaris fuerit, quamuis, si uidua esset, impune in ea stuprum committeretur.*

<sup>128</sup> Cf. RAWSON (1986) 35.

pela lei<sup>129</sup>; nessas circunstâncias, o pai tinha o direito, e o dever, de reconhecer a criança recém-nascida como sua herdeira<sup>130</sup>. Se tivermos em conta a inexistência de qualquer referência à causa do divórcio nesta parte do código legal, bem como a ideia de que a determinação da culpa num divórcio nem sempre era importante, a questão da custódia dos filhos acaba por ser irrelevante. Em princípio, era sempre o pai que ficava com os filhos, independentemente de ser ele ou não o culpado pelo divórcio<sup>131</sup>. Os filhos que, à data do divórcio, já tivessem nascido ou sido concebidos, pertenciam, pois, face à lei, ao pai. Considerados membros da família paterna, não da família da mãe<sup>132</sup>, envergavam o nome dele e, em muitas circunstâncias, o pai podia reter parte do dote da ex-esposa, com vista à manutenção dos filhos de ambos<sup>133</sup>.

<sup>129</sup> Cf. Paul., *Sent.* 2.24 (*De liberis agnoscendis*); *dig.* 25.3 (*De agnoscendis et alendis liberis uel parentibus uel patronis uel libertis*).

<sup>130</sup> A mulher deveria dar a conhecer ao ex-marido ou ao pai dele a sua gravidez no prazo de trinta dias após o divórcio. Se tentasse esconder esta evidência, negando ao pai o direito de saber da existência do filho, o ex-marido podia, se suspeitasse da gravidez, exigir-lhe que se submetesse a um exame físico. Cf. Paul., *Sent.* 2.24.5: *Si mulier diuortio facto grauidam se sciat, intra tricensimum diem uiro denuntiare debet uel patri eius, ut ad uentrem inspiciendum obseruandumque custodes mittant: quo omisso partum mulieris omnimodo coguntur agnoscere*; 2.24.6: *Si praegnantem se esse mulier non denuntiauerit uel custodes uentris missos non admiserit, liberum est patri uel auo natum non alere. Ceterum neglegentia matris, quo minus suos patri heres sit, obesse non debet*; 2.24.7: *Si mulier se ex uiro praegnantem neget, permittitur marito uentrem inspicere et uentri custodes dare*; 2.24.8: *Venter inspicitur per quinque obstetrices, et quod maxima pars earum denuntiauerit, pro uero habetur*; 2.24.9: *Obstetricem, quae partum alienum attulit, ut supponi possit, summo supplicio adfici placuit*; 2.24.10: *Necare uidetur non tantum is qui partum praefocat, sed et is qui abicit et qui alimonia denegat et is qui publicis locis misericordiae causa exponit, quam ipse non habet*.

<sup>131</sup> Cícero sugere que um marido culpado do seu divórcio ficaria de qualquer forma com a guarda dos filhos; simplesmente não teria direito a reter do dote da ex-mulher qualquer apoio financeiro. Cf. supra, nota 108, *Top.* 19. Segundo Tácito, no ano 19 d.C., uma candidata a Vestal encontrava-se claramente sob a custódia do pai, que se divorciara da mãe. Apesar do seu substancial dote, César tê-la-á preterido a outra candidata, em virtude de a mãe ter tido mais de um marido (cf. Tac., *Ann.* 2.86: *Post quae rettulit Caesar capiendam uirginem in locum Occiae, quae septem et quinquaginta per annos summa sanctimonia Vestalibus sacris praesederat; egitque grates Fonteio Agrippae et Domitio Pollioni quod offerendo filias de officio in rem publicam certarent. Praelata est Pollionis filia, non ob aliud quam quod mater eius in eodem coniugio manebat; nam Agrippa discidio domum imminuerat. Et Caesar quamuis posthabitam decies sestertii dote solatus est*). Os filhos de Lúvia permaneceram à guarda do primeiro marido até ele morrer, tendo, depois, passado a viver com ela e Augusto (cf. D.C. 48.44.5). No entanto, no século II d.C., a conduta imoral de um pai poderia resultar na entrega da custódia dos filhos à mãe (cf. Ulp., *dig.* 43.30.3.5: *Etiam si maxime autem probet filium pater in sua potestate esse, tamen causa cognita mater in retinendo eo potior erit, idque decretis diui pii quibusdam continetur: optinuit enim mater ob nequitiam patris, ut sine deminutione patriae potestatis apud eam filius moretur*).

<sup>132</sup> Cf. Gaius, *dig.* 50.16.196.1: *Feminarum liberos in familia earum non esse palam est, quia qui nascuntur, patris familiam sequuntur*.

<sup>133</sup> Cf. supra, n. 108, Cic., *Top.* 19; Ulp., *Reg.* 6.10: *Propter liberos retentio fit, si culpa mulieris aut patris, cuius in potestate est, diuortium factum sit; tunc enim singulorum liberorum nomine sextae retinentur ex dote; non plures tamen quam tres. Sextae in retentione sunt non in petitione*; supra, n. 104, *Reg.* 6.12. Vide RAWSON (1986) 35 sq., onde se afirma que, no mundo ocidental, nem sempre foi dada a mesma importância aos direitos do pai e da mãe: “The father’s rights have continued to be strong in western society, until in the twentieth century there developed a belief in the mother’s greater fitness to rear a child and in the child’s greater need of the female parent. The psychology behind this is changing again, but there was a period when the mother’s biological and nurturing functions seemed to give her greater claims to custody.”





## CAPÍTULO QUARTO

### Membros da família romana: funções e tipos de interacção

As funções inerentes a cada um dos membros da família romana e os diferentes relacionamentos que nela se entrecruzam têm merecido desigual atenção por parte dos estudiosos<sup>1</sup>. O relacionamento entre marido e mulher e o papel desempenhado pelo chefe da família, quicá pelo facto de o material disponível para o estudo desses dois aspectos ser mais abundante, têm sido objecto preferencial no estudo da família romana, em detrimento de outros igualmente importantes. Uma vez que descrevemos no capítulo anterior os diferentes tipos de relacionamento que, do ponto de vista legal, se poderiam estabelecer entre dois esposos ou companheiros, privilegiaremos agora a análise da forma como pais e filhos se relacionavam entre si, bem como do tipo de laços que uniam os serviçais aos elementos nucleares da família<sup>2</sup>.

À cabeça da família estava o *paterfamilias*, o ascendente vivo mais velho do sexo masculino. Ainda que a amplitude dos seus poderes tenha vindo a suscitar alguma perplexidade e algum cepticismo entre os especialistas modernos<sup>3</sup>, não existem dúvidas

---

<sup>1</sup> Cf. RAWSON (1986) 15, onde se afirma: “The various relationships within the Roman family (husband-wife, father-son, father-daughter, mother-son, mother-daughter, between brothers and sisters and between all of these and other dependants) have received unequal attention from Roman historians, and we need to know much more about all of them.”

<sup>2</sup> A análise do relacionamento que se podia estabelecer entre sogro e genro e entre irmãos será feita posteriormente, na Terceira Parte, nos capítulos que reservámos para o estudo dos laços que uniam Cícero à filha e aos genros (Caps. Segundo e Terceiro) e à família do irmão (Cap. Quinto).

<sup>3</sup> Leia-se e. g. GARNSEY-SALLER (1987) 136, onde se afirma: “Perhaps the most striking power was the power of life and death (*uitae necisque potestas*).”

quanto ao seu estatuto legal<sup>4</sup>. Importa, por isso, conhecermos esse estatuto legal para, depois, percebermos quais as limitações que, na prática, se lhe impunham<sup>5</sup>.

Em tempos remotos, o poder virtualmente absoluto do chefe da família sobre os restantes membros poderá ter sido um dispositivo necessário ou desejável, já que o Estado, à época, não intervinha na esfera privada, nem dispunha de tribunais ou quaisquer outras formas de vigiar e regular a moral privada. Teoricamente, pelo menos, o poder do *paterfamilias* sobre a vida dos que dele dependiam ter-se-á mantido até ao Principado<sup>6</sup>. Antes, porém, de decidir sobre como fazer uso dos seus poderes, o chefe da família quase

---

<sup>4</sup> RAWSON (1986) 16. Segundo a mesma autora (nota 40 ad loc. cit.), a relutância revelada por alguns pais do início do Império em nomearem os filhos para serem sacerdotes de Júpiter ou em permitirem às filhas casarem com os membros desse sacerdócio prova que o poder do *paterfamilias* sobre os filhos continuava a ser muito importante para ele; é que, em ambos os casos, o pai perdia a *patria potestas* sobre os filhos. Cf. Tac., *Ann.* 4.16: *Sub idem tempus de flamine Diali in locum Serui Maluginensis defuncti legendo, simul roganda noua lege disseruit Caesar. Nam patricios confarreatis parentibus genitos tres simul nominari, ex quis unus legeretur, uetusto more; neque adesse, ut olim, eam copiam, omissa confarreandi adusuetudine aut inter paucos retenta (pluresque eius rei causas adferebat, potissimam penes incuriam uirorum feminarumque; accedere ipsius caerimoniae difficultates quae consulto uitarentur) et quoniam exiret e iure patrio qui id flamonium apisceretur quaeque in manum flaminis conueniret. Ita medendum senatus decreto aut lege, sicut Augustus quaedam ex horrida illa antiquitate ad praesentem usum flexisset. Igitur tractatis religionibus placitum instituto flaminum nihil demutari: sed lata lex qua flaminica Dialis sacrorum causa in potestate uiri, cetera promisco feminarum iure ageret. Et filius Maluginensis patri suffectus. Vtique glisceret dignatio sacerdotum atque ipsis promptior animus foret ad capessendas caerimoniae decretum Corneliae uirgini, quae in locum Scantiae capiebatur, sestertium uiciens, et quotiens Augusta theatrum introisset ut sedes inter Vestalium consideret.*

<sup>5</sup> Acerca do papel e do poder do *paterfamilias* (*patria potestas*), vide maxime CROOK (1967b); GARNSEY-SALLER (1987) 136 sqq.; LACEY, (1986); SALLER (1986); SALLER (1994), cap. 5, “*Pietas and patria potestas: obligation and power in the Roman household*”. Vide ainda BERTMAN (1976), que se baseia em exemplos, da vida quotidiana e da literatura, de conflitos entre os membros mais velhos e os elementos mais novos da família; MATRINGE (1971), em que fica demonstrado o declínio da *patria potestas* ao longo do período imperial; NISBET (1964), que defende que a *patria potestas* se encontrava sujeita à força de uma instituição mais poderosa, o Império e o imperador; VOLTERRA (1948), que postula que o poder conferido ao *paterfamilias* de obrigar, impedir ou interferir nos casamentos dos filhos era raramente invocado; RAWSON (1986) 16-18, em que se descrevem os poderes e o relacionamento do *paterfamilias* com os filhos; TREGGIARI (1991) 15 sq., que descreve sucintamente em que consistia a *patria potestas*, e 442-446, em que se reflecte sobre o poder horrido ao *paterfamilias* de interferir no casamento e divórcio de uma filha.

<sup>6</sup> RAWSON (1986) 49, nota 41 ad 16, refere alguns passos que o comprovam. Séneca, por exemplo, narra o episódio de um *eques* romano que açoitou o filho até à morte e que foi salvo por Augusto de ser linchado por uma multidão furiosa. Segundo a autora, não existe qualquer sugestão de que, posteriormente, tenha sido levado a tribunal por ter cometido um crime: *Trichonem equitem Romanum memoria nostra, quia filium suum flagellis occiderat, populus graphiis in foro confodit; uix illum Augusti Caesaris auctoritas infestis tam patrum quam filiorum manibus eripuit* (Sen., *Cl.* 1.15.1). Por sua vez, Salústio refere um exemplo do tempo da República, o de um pai que mandou executar o filho: *in iis erat Fuluius, senatoris filius, quem retractum ex itinere parens necari iussit.* (Cat. 39). Em GARNSEY-SALLER (1987) 136 pode ler-se que a legitimidade do uso do poder que permitia ao *paterfamilias* castigar os filhos foi afirmada por Augusto, mas depois negada por Adriano e pelo jurista Ulpiano (*dig.* 48.8.2). Os autores acrescentam ainda: “Roman fathers continued until the late fourth century to exercise the power of life and death in choosing whether their newborn children were to be exposed or raised. If a father decided to bring up a child, he had considerable legal control over it until his death.”

sempre consultava o conselho familiar, e o Estado preferia entregar a responsabilidade pelas mulheres, pelos menores de idade e pelos escravos a esse órgão familiar<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> RAWSON (1986) 16. A estudiosa evoca um episódio que ficou célebre durante a República, narrado por Tito Lívio. Trata-se da execução de numerosas pessoas que se envolveram nos excessos das Bacanais do ano 186. As mulheres culpadas de envolvimento foram entregues a conselhos familiares para inflicção da pena de morte; somente aquelas que não se encontravam legalmente dependentes de outrem foram executadas pelo Estado: *Mulieres damnatas cognatis, aut in quorum manu essent, tradebant, ut ipsi in priuato animaduenterent in eas: si nemo erat idoneus supplicii exactor, in publico animaduertebatur* (Liv. 39.18.6). Segundo DIXON (1992) 77, o *consilium* funcionava como uma espécie de entidade reguladora do exercício arbitrário do poder por parte do *paterfamilias* sobre os membros da sua família. Para ilustrar a importância do papel desempenhado pelo conselho familiar na regulação dos poderes do *paterfamilias*, a autora refere o exemplo de Lúcio Ânio, que viu o seu nome ser removido da lista senatorial pelo facto de se ter divorciado da jovem esposa, sem que antes tivesse convocado um *consilium*, perante o qual deveria ter justificado a sua decisão (V. Max. 2.9.2: *Horum seueritatem M. Valerius Maximus et C. Iunius Brutus Bubulcus censores consimili genere animaduersionis imitati sunt: L. enim Annius senatu mouerunt, quod quam uirginem in matrimonium duxerat repudiasset nullo amicorum [in] consilio adhibito. at hoc crimen nescio an superiore maius: illo nam[que] coniugalia sacra spreta tantum, hoc etiam iniuriouse tractata sunt. Optimo ergo iudicio censores indignum eum aditu curiae existimauerunt...*). Na perspectiva da autora, a história da família e casamento romanos caracteriza-se pela lenta erosão dos poderes do *paterfamilias*, sendo o *consilium* um sinal dessa evolução. Com o objectivo de corroborar esta ideia, a autora refere o caso de um marido que foi julgado pelo assassinio da mulher; embora tenha sido considerado inocente, porque, com sucesso, apresentou como motivo para tão hediondo acto a embriaguez da mulher, a verdade é que este *paterfamilias* não deixou de estar a contas com a justiça pelo crime cometido (V. Max. 6.3.9: *Magno scelere horum seueritas ad exigendam uindictam concitata est, Egnati autem Meceni longe minore de causa, qui uxorem, quod uinum bibisset, fusti percussam interemit, idque factum non accusatore tantum, sed etiam reprehensore caruit, uno quoque existimante optimo illam exemplo uiolatae sobrietati poenas pependisse. Et sane quaecumque femina uini usum immoderate appetit, omnibus et uirtutibus ianuam claudit et delictis aperit.*) De qualquer forma, afirma a mesma autora (1992, 77 sq.) que “by the early Empire, the *consilium* as a medium for passing judgment on wives seems to have become obsolete, presumably because wives were no longer seen as being in their husband’s power and because divorce was a remedy readily available to both parties.” Durante o Império, somente em situações esporádicas se recorria à intervenção de um conselho familiar. Recorde-se, por exemplo, o caso que envolveu Apuleia Varila, que tinha ligações com a família imperial e que foi acusada de traição e adultério num julgamento movido por motivos políticos, durante o principado de Tibério, no ano 17 d.C.. O imperador, no intuito de atenuar os efeitos de um castigo mais grave — como era o que estava previsto para situações de adultério —, determinou que a sorte de Varila fosse entregue aos seus familiares, seguindo-se, desse modo, o exemplo dos antepassados (cf. Tac., *Ann.* 2.50: *Adulterii grauiorem poenam deprecatus, ut exemplo maiorum propinquis suis ultra ducentimum lapidem remoueretur suasit*; cf. Suet., *Tib.* 35). Mesmo depois de Augusto ter decretado que o adultério era uma ofensa pública, o imperador que lhe sucedeu, autorizou, assim, em consonância com o antigo costume, a realização de conselhos familiares com vista à tomada de medidas punitivas contra mulheres que tivessem tido comportamentos moralmente reprováveis (*matronas prostratas pudicitiae*). Existem, aliás, alguns sinais de que a prática desse ancestral costume terá, embora com menor frequência, permanecido até mais tarde. Veja-se, por exemplo, o episódio protagonizado por Pompônia Grecina, durante o principado de Nero, no ano 57 d.C.. Esta mulher que, tal como Apuleia Varila, tinha ligações com a família imperial, foi acusada da prática de *superstitio externa* e levada a julgamento pelo marido. Este, em observância do costume antigo, coadjuvado por outros familiares, acabou por absolver a esposa, (cf. Tac., *Ann.* 13.32: *mariti iudicio permissa; isque prisco instituto propinquis coram de capite famaue coniugis cognouit et insontem nuntiavit*). Note-se que, em ambos os casos, Tácito refere a antiguidade (ou até o obsoletismo) do costume observado. De facto, a autoridade dos maridos sobre as esposas, moderada pela opinião pública e pelo *consilium* familiar, foi perdendo expressão ao longo dos séculos. Cf. DIXON (1992) 78: “The Augustan legislation on adultery transferred much of the power of adultery trials to the public sphere, and such powers as remained tended to lie with the father of the errant woman rather than with the husband, although he had a right to punish summarily a male adulterer caught in the act in his own home.” Os conselhos familiares não se destinavam a regular exclusivamente a conduta das mulheres. Cf. Sen., *Cl.* 1.15.2-7: Tácito convocou um *consilium* para julgar o filho por este ter tentado matar o próprio pai.

O *paterfamilias* tinha plenos poderes sobre os bens da família, pelo que os filhos, em termos legais, independentemente da idade que tivessem, nada podiam possuir<sup>8</sup>. Em questão de bens, aliás, não há registos de que o *paterfamilias* tivesse de consultar o conselho familiar antes de tomar quaisquer decisões<sup>9</sup>.

Quando as famílias dispunham de tempo e de recursos financeiros para se dedicarem à educação dos filhos, nos primeiros anos de existência, era a mãe que tradicionalmente assumia a responsabilidade de educar os filhos<sup>10</sup>. Com o apoio de mestres particulares, a influência da mãe poderia até prolongar-se um pouco mais para além da infância<sup>11</sup>. Entre os escalões sociais mais elevados, algumas mulheres receberam uma

---

<sup>8</sup> Cf. e. g. GARNSEY-SALLER (1987) 137, onde se afirma: “The power that would seem to have been most awkward and oppressive from day to day was the father’s sole right to own property in his *familia*. (...) Because the law did not set an age of majority, this incapacity to own property extended to all adults, whatever their age or rank, whose fathers were still alive and who had not been freed from their father’s power by the special legal process of emancipation.”

<sup>9</sup> RAWSON (1986) 16 sq.. Cf. GARDNER (1986) 9.

<sup>10</sup> A educação era uma das principais preocupações da família. Cf. RAWSON (1986) 38: “It not only must have influenced Roman’s attitudes but its content was in turn much influenced by the family itself (by parents, by parents’ friends and associates, and by slaves and freedmen associated with the family).”

<sup>11</sup> RAWSON (1986) 56, nota 121 ad 40, recorda os exemplos de duas mães. A primeira é Corélia Hispula, que educou o filho em conjunto com mestres particulares até ele ter cerca de catorze anos de idade (cf. Plin., *Ep.* 3.3.3-7, em que o epistológrafo recomenda a Corélia um mestre para o filho: *Adhuc illum pueritiae ratio intra contubernium tuum tenuit, praeceptores domi habuit, ubi est erroribus modica uel etiam nulla materia. Iam studia eius extra limen proferenda sunt, iam circumspiciendus rhetor Latinus, cuius scholae seueritas pudor in primis castitas constet. Adest enim adulescenti nostro cum ceteris naturae fortunaeque dotibus eximia corporis pulchritudo, cui in hoc lubrico aetatis non praeceptor modo sed custos etiam rectorque quaerendus est. Videor ergo demonstrare tibi posse Iulium Genitorem. Amatur a me; iudicio tamen meo non obstat caritas hominis, quae ex iudicio nata est. Vir est emendatus et grauis, paulo etiam horridior et durior, ut in hac licentia temporum. Quantum eloquentia ualeat, pluribus credere potes, nam dicendi facultas aperta et exposita statim cernitur; uita hominum altos recessus magnasque latebras habet, cuius pro Genitore me sponsorem accipe. Nihil ex hoc uiro filius tuus audiet nisi profuturum, nihil discet quod nescisse rectius fuerit, nec minus saepe ab illo quam a te meque admonebitur, quibus imaginibus oneretur, quae nomina et quanta sustineat. Proinde fauentibus dis trade eum praeceptor, a quo mores primum mox eloquentiam discat, quae male sine moribus discitur. Vale). A outra é Júlia Procila, mãe do sogro de Tácito, *Agrícola*, que supervisionou a educação do filho até este se ter tornado um jovem adulto (Tac., *Ag.* 4.2-5: *Mater Iulia Procilla fuit, rariae castitatis. In huius sinu indulgentiaque educatus per omnem honestarum artium cultum pueritiam adulescentiamque transegit. Arcebat eum ab inlecebris peccantium praeter ipsius bonam integramque naturam, quod statim paruulus sedem ac magistrum studiorum Massiliam habuit, locum Graeca comitate et prouinciali parsimonia mixtum ac bene compositum. Memoria teneo solitum ipsum narrare se prima in iuuenta studium philosophiae acrius, ultra quam concessum Romano ac senatori, hausisse, ni prudentia matris incensum ac flagrantem animum coercuisset. Scilicet sublime et erectum ingenium pulchritudinem ac speciem magnae excelsaeque gloriae uehementius quam caute adpetebat. Mox mitigauit ratio et aetas, retinuitque, quod est difficillimum, ex sapientia modum).**

As famílias mais abastadas optavam por proporcionar aos filhos o ensino/aprendizagem das matérias em casa, sob a orientação de professores particulares contratados para o efeito. Como afirma RAWSON (1986) 38 sq., “classroom facilities at Rome were primitive. There was none of the sophisticated equipment that we have come to think important in teaching and learning — usually there were merely the basics for reading and writing. In public schools, the space available was noisy and crowded; at Rome it would probably be any room or corner vacant. Teachers, dependent on fees from parents, were poorly paid, of low social status, and enjoyed little prestige.” No Mediterrâneo oriental existiam, no entanto, alguns mestres que gozavam de excelente reputação. Tal levou a que algumas das famílias mais favorecidas dos tempos da República

educação esmerada<sup>12</sup>. Um certo número destacou-se até pela capacidade intelectual e engenho literário revelados<sup>13</sup>. Existem, aliás, bastantes indícios de que as raparigas da elite, à semelhança dos rapazes, poderiam receber uma boa educação<sup>14</sup>.

tivessem deixado os filhos ir estudar para fora durante longos períodos de tempo com esses mestres. Os escravos cuja missão era acompanhar as crianças nas suas idas à escola eram geralmente bem instruídos, pelo que também deveriam contribuir para a formação das ideias dessas crianças. Reconhecendo a potencial boa ou má influência destes indivíduos sobre os seus filhos, os pais tinham alguns cuidados na escolha da pessoa que iria desempenhar o papel de *paedagogus*.

O currículo tradicional baseava-se quase exclusivamente em textos de literatura grega e latina, geralmente, poesia. Em questão de história, geografia, ciência e quase todas as restantes matérias, o conhecimento dos alunos derivava do comentário feito pelos professores desses mesmos textos: “There was a canon of approved texts which was seldom changed, and the method of dealing with them changed little over a long period.” Num nível mais básico, ensinava-se a ler, escrever e contar através da repetição mecânica e contínua e sob a disciplina de uma vara. Até mesmo num nível mais elevado, a educação dependia muito do ditado, da memorização e da recitação, já que os manuscritos literários eram caros: “This in itself gave much emphasis to the spoken word, and this aspect was conciously developed since almost all public life depended on the ability to speak well.” (RAWSON, loc. cit.).

Entre as classes menos favorecidas, poucos ou nenhuns podiam dar-se ao luxo de proporcionar uma educação formal às suas crianças. Por vezes, estas aprendiam um ofício com os pais, já que não havia ensino técnico público em Roma. Algumas crianças escravas da família imperial receberam um treino sistemático numa escola especial; as que pertenciam a outras famílias ricas poderão ter recebido alguns ensinamentos dos pais (caso vivessem na mesma casa) ou de outros escravos mais velhos e instruídos. Se fossem *uernae* (isto é, se tivessem nascido na casa do seu senhor), ocupavam normalmente uma posição privilegiada na família, sendo criados e muitas vezes educados em conjunto com os filhos do *paterfamilias*. Cf. RAWSON (1986) 40.

<sup>12</sup> A mãe de Agrícola é um exemplo. Como se afirma em RAWSON (1986) 56, nota 122 ad 40, “not only guided him through a broad liberal arts curriculum but who knew when to divert him from such ‘impractical’ concerns and set him on a path more appropriate for a Roman and a Senator.” Cornélia, a mãe dos irmãos Gracos é outro exemplo (Plu., *TG* 1; cf. Cic., *Brut.* 104: *Atque hoc memoria patrum teste dicimus. Nam et Carbonis et Gracchi habemus orationes nondum satis splendidas uerbis, sed acutas prudentiaeque plenissimas. Fuit Gracchus diligentia Corneliae matris a puero doctus et Graecis litteris eruditus. Nam semper habuit exquisitos e Graecia magistros, in eis iam adulescens Diophanem Mytilenaeum Graeciae temporibus illis disertissimum*; Quint., *Inst.* 1.1.6: *In parentibus uero quam plurimum esse eruditionis optauerim. Nec de patribus tantum loquor: nam Gracchorum eloquentiae multum contulisse accepimus Corneliā matrem, cuius doctissimus sermo in posteris quoque est epistulis traditus...*; Tac., *Dial.* 28.3-7: *ego de urbe et his propriis ac uernaculis uitiis loquar, quae natos statim excipiunt et per singulos aetatis gradus cumulantur, si prius de seueritate ac disciplina maiorum circa educandos formandosque liberos pauca praedixero. Nam pridem suus cuique filius, ex casta parente natus, non in cellula emptae nutricis, sed gremio ac sinu matris educabatur, cuius praecipua laus erat tueri domum et inseruire liberis. Eligebatur autem maior aliqua nati propinqua, cuius probatis spectatisque moribus omnis eiusdem familiae suboles committeretur; coram qua neque dicere fas erat quod turpe dictu, neque facere quod inhonestum factu uideretur. Ac non studia modo curasque, sed remissiones etiam lususque puerorum sanctitate quadam ac uerecundia temperabat. Sic Corneliā Gracchorum, sic Aureliā Caesaris, sic Atiam Augusti [matrem] praefuisse educationibus ac produxisse principes liberos accepimus*). Aurélia, mãe de César, e Ácia, mãe de Augusto são outros exemplos (cf. supra, Tac., *Dial.* 28.7).

<sup>13</sup> No tempo de Augusto, recorde-se, por exemplo, a poetisa Sulpícia. Refira-se ainda Hortênsia, que, à imagem do pai, o famoso orador da República, Hortênsio, se destacou na arte de bem falar (cf. Quint., *Inst.* 1.1.6: *... et Hortensiae Q. filiae oratio apud triumphuiros habita legitur non tantum in sexus honorem*) e Clódia, protectora da literatura e amante de diversos homens de talento, bem como a mulher de Plínio, Calpúrnia, que, para se ter interessado, como interessou, pelos trabalhos e carreira do marido, deverá ter recebido uma boa educação. Cf. RAWSON (1986) nota 123 ad 40.

Algumas mulheres destacaram-se até pela sua influência social e política. Servília, mãe de Bruto, é um exemplo constantemente evocado (cf. Cic., *Att.* 5.4.1: *Nam posset aliquid, si uteruis nostrum adesset, agente Seruilia Seruio fieri probabile*; *Att.* 15.11.2: *etenim Seruilia pollicebatur se curaturam ut illa frumenti*

Ao contrário das irmãs, os rapazes, atingida a maioridade, tornavam-se cidadãos na plena aceção do termo: eram-lhes concedidos o direito de voto e a possibilidade de seguirem uma carreira política. A influência do pai tornava-se então decisiva. A diferença de papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade romana impunha que o relacionamento entre pai filho(s) fosse diferente do relacionamento entre pai e filha(s). Por conseguinte, quando os filhos atingiam cerca de catorze anos, muitos pais já os haviam levado consigo para a cidade, apresentado aos amigos e permitido que observassem a vida no *Forum*, assistindo a reuniões públicas, observando os tribunais, e, no caso de pertencerem a uma família senatorial, escutando, ainda que a partir do exterior da Cúria, os debates do Senado<sup>15</sup>. Logo que o pai entendesse que o filho estava preparado para

---

*curatio de senatus consulto tolleretur*). Outras ter-se-ão distinguido pelo seu envolvimento em assuntos normalmente reservados aos homens, como a combinação de um casamento (*Att.* 6.6.1: Terência negociou o terceiro casamento da filha na ausência do marido; cf. *V. Max.* 4.4.10: *Itaque, cum secundo Punico bello Cn. Scipio ex Hispania senatui scripsisset petens ut sibi successor mitteretur, quia filiam uirginem adultae iam aetatis haberet, neque ei sine se dos expediri posset, Senatus, ne res publica bono duce careret, patris sibi partes desumpsit consilioque uxoris ac propinquorum Scipionis constituta dote summam eius ex aerario erogauit ac puellam nuptum dedit*).

<sup>14</sup> Cf. *Cic.*, *Brut.* 211: *Legimus epistulas Corneliae matris Gracchorum: apparet filios non tam in gremio educatos quam in sermone matris. Auditus est nobis Laeliae C. f. saepe sermo: ergo illam patris elegantia tinctam uidimus et filias eius Mucias ambas. Quarum sermo mihi fuit notus, et neptes Licinias, quas nos quidem ambas, hanc uero Scipionis etiam tu, Brute, credo, aliquando audisti loquentem. Ego uero ac lubenter quidem, inquit Brutus; et eo lubentius, quod L. Crassi erat filia; Juv. 6.185-193: nam quid rancidius quam quod se non putat ulla/ formosam nisi quae de Tusca Graecula facta est,/ de Sulmonensi mera Cecropis? omnia Graece:/ [cum sit turpe magis nostris nescire Latine.]/ hoc sermone pauent, hoc iram, gaudia, curas,/ hoc cuncta effundunt animi secreta. quid ultra?/ concumbunt Graece. donec tamen ista puellis,/ tunc etiam, quam sextus et octogensimus annus/ pulsat, adhuc Graece?, 242-5: nulla fere causa est in qua non femina litem/ mouerit. accusat Manilia, si rea non est./ componunt ipsae per se formantque libellos,/ principium atque locos Celso dictare paratae (vide ainda 6. 398-412, 434-456; Juvenal não gostava de mulheres educadas, que eram fluentes em Grego e podiam rivalizar com os homens no conhecimento da lei, de assuntos correntes, da literatura e da retórica); *Plin.*, *Ep.* 5.16.1-3: *Tristissimus haec tibi scribo, Fundani nostri filia minore defuncta. Qua puella nihil umquam festiuius amabilius, nec modo longiore uita sed prope immortalitate dignius uidi. Nondum annos XIII impleuerat, et iam illi anilis prudentia, matronalis grauitas erat et tamen suauitas puellaris cum uirginali uerecundia. Vt illa patris ceruicibus inhaerebat! Vt nos amicos paternos et amanter et modeste complectebatur! Vt nutrices, ut paedagogos, ut praeceptores pro suo quemque officio diligebat! Quam studiose, quam intellegenter lectitabat!* Quintiliano, aliás, recomendava que pais e mães recebessem, tanto quanto possível, uma boa educação (cf. *supra*, *Inst.* 1.1.6). Conhece-se pouco da educação que as raparigas podiam receber, mas, a avaliar pelos exemplos citados, ela não seria significativamente diferente da que os rapazes recebiam nos primeiros anos de estudo. Cf. RAWSON (1986) 49, onde se afirma: “we know very little of girls’ education. It would appear from boys’ education in the elementary or secondary stages: some girls went to public schools, at least at the primary stage.”*

<sup>15</sup> Em *Ep.* 8.14.4-6, Plínio refere a importância do exemplo prático dos pais e de cidadãos mais velhos na educação e preparação dos mais novos para a vida pública: *Erat autem antiquitus institutum, ut a maioribus natu non auribus modo uerum etiam oculis disceremus, quae facienda mox ipsi ac per uices quasdam tradenda minoribus haberemus. Inde adulescentuli statim castrensibus stipendiis imbuebantur ut imperare parendo, duces agere dum sequuntur adsuescerent; inde honores petitori adsistebant curiae foribus, et consilii publici spectatores ante quam consortes erant. Suus cuique parens pro magistro, aut cui parens non erat maximus quisque et uetustissimus pro parente. Quae potestas referentibus, quod censentibus ius, quae uis magistratibus, quae ceteris libertas, ubi cedendum ubi resistendum, quod silentii tempus,*

assumir as responsabilidades inerentes à vida adulta<sup>16</sup>, levava-o consigo, na companhia de amigos, para que ele fosse inscrito na lista dos cidadãos. Tendo em conta que o filho era inscrito na divisão de voto (*tribus*) do pai e que iria depender da mesma rede de contactos, terá sido grande a pressão exercida sobre o adolescente para que votasse nas mesmas escolhas do pai<sup>17</sup>.

O apoio monetário prestado pelo *paterfamilias* deverá também ter contribuído grandemente para que pai e filho perfilhassem os mesmos ideais de vida pública<sup>18</sup>. Do ponto de vista político, aliás, terá tido consequências significativas nas campanhas para cargos públicos, sobretudo durante a República; tendo em conta que era o *paterfamilias* quem as financiava, é difícil perspectivarmos os filhos a seguirem percursos políticos opostos aos que as famílias tradicionalmente seguiam<sup>19</sup>.

A dependência do *paterfamilias* não impedia, todavia, que os jovens seguissem a sua própria carreira na política. Eles podiam ascender ao mais alto cargo em Roma, ainda que, tecnicamente, não fossem os chefes da sua família. Na verdade, a prática deverá ter sido menos restritiva que a interpretação literal da lei. Há, efectivamente, registos de jovens adultos que levaram uma existência independente e desafogada. Célio, por exemplo, que Cícero defendeu no ano 56 de uma acusação de tentativa de homicídio, vivia afastado da casa paterna, num apartamento caro, no Monte Palatino. Embora, à data do julgamento, tivesse pelo menos trinta e dois anos, o advogado sentiu necessidade de explicar o apartamento de solteiro do cliente, argumentando que a casa do pai ficava demasiado

---

*quis dicendi modus, quae distinctio pugnantium sententiarum, quae executio prioribus aliquid addentium, omnem denique senatorium morem (quod fidissimum percipiendi genus) exemplis docebantur.* Ao afirmar que tudo isto costumava acontecer *antiquitus*, Plínio estava a referir-se ao facto de esta longa tradição ter sido interrompida no tempo de Domiciano. Acerca dos jovens que ficavam à entrada da Cúria, leia-se TAYLOR-SCOTT (1969) 533. Cf. RAWSON (1986) 56, nota 126 ad 41.

<sup>16</sup> O Estado não fixou uma idade para que tal pudesse acontecer. São conhecidos alguns exemplos que se situam entre os doze e os dezoito anos. Os exemplos que se situam abaixo dos catorze anos são muito raros — aplicáveis apenas a Nero, Cómodo e Caracala. Calígula terá atingido a maioridade somente entre os dezoito e os dezanove anos de idade. No entanto, e apesar destes exemplos, considerava-se que os jovens ficavam preparados para a idade adulta entre os catorze e os dezasseis anos. Cf. RAWSON (1986) 41.

<sup>17</sup> Cf. RAWSON, loc. cit.: “It was probably these circumstances — the early age of admission to voting rights, the ceremonial surrounding the coming of age, the political inexperience of the boy, and the basis of electoral support — rather than the effect of *patria potestas* that strengthened a boy’s natural inclination to adopt his father’s political attitudes.”

<sup>18</sup> Como afirma RAWSON (1986) 17, “a generation gap is hardly possible in such circumstances.”

<sup>19</sup> Cf. RAWSON (1986) loc. cit.. Daí, provavelmente, como recorda a autora, a impressão negativa (*exemplum atrox*) deixada por um filho que, no ano 24 d.C., processou o pai, ainda que a acusação fosse de traição e, dessa forma, o filho estivesse a cumprir o seu dever público. Cf. Tac., *Ann.* 4.28.

distante do *Forum*, não sendo a mais conveniente para quem queria fazer carreira política<sup>20</sup>. Célio, provavelmente, receberia uma mesada do pai para seu sustento<sup>21</sup>.

Com alguma frequência, os progenitores morriam antes de os filhos atingirem a idade adulta. A lei, prevendo que um pai, ao morrer, pudesse deixar como herdeiro um adolescente — que, tecnicamente, já podia ser um cidadão, mas que, ao mesmo tempo, não era suficiente maduro para administrar a fortuna familiar —, impunha, por esse motivo, que o jovem ficasse sob a tutela financeira de outros adultos, até atingir os vinte e cinco anos de idade<sup>22</sup>.

A influência do *paterfamilias* na existência dos filhos ter-se-á feito sentir sobretudo no seio de famílias mais bem situadas, do ponto de vista económico e político, na hierarquia social. Terão sido raras, aliás, as ocasiões em que os descendentes de famílias pertencentes aos escalões sociais menos influentes sentiram os efeitos dos poderes religioso, financeiro e disciplinar do *paterfamilias*. Nestas famílias, a figura do pai nem sempre estava presente, sendo que a mãe não raramente assumia a responsabilidade real de criar os filhos, adquirindo, dessa forma, o poder *de facto*, o prestígio e as preocupações do chefe da família<sup>23</sup>.

Em termos afectivos, o relacionamento entre pai e filha(s)<sup>24</sup> era bastante semelhante ao que unia pai e filho(s). Apesar de o nascimento de um filho dar a muitos pais especial orgulho — como acontece, aliás, ainda hoje, em muitas sociedades de estrutura patriarcal —, e embora os rapazes pudessem seguir mais de perto do que as

---

<sup>20</sup> Cf. Cic., *Cael.* 18: *Reprehendistis a patre quod semigrarit. Quod quidem in hac aetate minime reprehendum est. Qui cum et ex publica causa iam esset mihi quidem molestam, sibi tamen gloriosam uictoriam consecutus et per aetatem magistratus petere posset, non modo permittente patre sed etiam suadente ab eo semigrauit et, cum domus patris a foro longe abesset, quo facilius et nostras domus obire et ipse a suis coli posset, conduxit in Palatio non magno domum.*

<sup>21</sup> Cícero não o afirma claramente, mas diz que Célio não contraíra dívidas. A única compra que fizera fora a da sua casa: *Tabulas qui in patris potestate est nullas conficit. Versuram numquam omnino fecit ullam. Sumptus unius generis obiectus est, habitationis; triginta milibus dixistis habitare* (*Cael.* 17). Ao que parece, também no início do Império alguns jovens recebiam mesada do pai (cf. *supra*, p. 123, nota 7, Sen., *Cl.* 1.15.2-7: o pai generoso de um jovem que atentara contra a vida dele continuou a sustentá-lo durante o seu exílio em Massília). A palavra latina designativa dessa mesada, *peculium*, era a mesma que servia para designar o pé-de-meia que os escravos estavam autorizados a fazer, sendo que em ambos os casos o dinheiro pertencia tecnicamente ao *paterfamilias*, mas o filho, filha ou escravo tinham bastante liberdade para o administrar. Cf. CROOK (1967a) 110; GARNSEY-SALLER (1987) 137: “Sons could be given an allowance or, more formally, a *peculium*, but according to the legal rules the *paterfamilias* had the rights of formal ownership over all this property (...).”

<sup>22</sup> Cf. RAWSON (1986) 49, nota 47 ad 18. CROOK (1967a) 117 comenta: “The Romans, having ended heir guardianship too early, now take minority and its protection up to too late age.”

<sup>23</sup> RAWSON (1986) 17 sq..

<sup>24</sup> Sobre este, leia-se o interessantíssimo estudo de HALLET (1984); veja-se ainda RAWSON (1986) 18 sq., páginas sobre as quais nos baseámos, aliás, para caracterizarmos o relacionamento entre pai e filhos.



raparigas os passos do pai na vida pública, a estima e o respeito de um pai por uma filha não terão sido menores dos que poderia sentir por um filho<sup>25</sup>.

As filhas não podiam transmitir aos respectivos filhos o nome da sua família<sup>26</sup>, mas mantinham-no ao longo de toda a sua vida. Quando casavam, as mulheres não podiam mudar o nome herdado da sua família, e, no caso de se tratar de um casamento *sine manu mariti* — o tipo de união mais frequente no século I e nos séculos I e II d.C. —, continuavam a ser membros efectivos da sua *familia*. Até ao século II, as filhas, no caso de o pai morrer sem ter deixado testamento, tinham direitos iguais aos dos irmãos sobre os bens da família. Este *status quo* mudou, porém, quando foi criada legislação limitativa dos direitos de herança das mulheres<sup>27</sup>, provavelmente devido ao receio sentido pelas famílias relativamente abastadas de que demasiados bens estivessem a passar para as mãos de mulheres. É que, até então, quaisquer bens de família herdados por mulheres, em virtude do seu casamento, acabavam por passar para o nome de outra família, o da família do marido. Havia, no entanto, maneiras diversas de contornar as restrições entretanto impostas pela lei. Doações, dotes e outras formas de transmissão de propriedade permitiram o aparecimento de mulheres muito ricas durante o final da República e o Império. Por esta altura, elas próprias podiam legar a sua fortuna de forma bastante livre, o que terá levado a que algumas, sobretudo as mais maduras, em especial viúvas sem filhos, se tivessem tornado presas fáceis de caçadores de heranças oportunistas, de que a literatura imperial tanto nos fala<sup>28</sup>.

Independentemente das possibilidades económicas da família, não era comum que o seu núcleo incluísse mais de dois ou três filhos<sup>29</sup>, ainda que um dos propósitos do

---

<sup>25</sup> Cf. RAWSON (1986), 18. A autora admite, todavia: “Perhaps at the humblest levels of society, if a parent had doubts about being able to raise a newborn child, a daughter was more likely to be abandoned than a son, but it is difficult to know how often this actually happened; there is no clear evidence of a serious imbalance of the sexes in the Roman population.”

<sup>26</sup> Cf. RAWSON (1986) 18: “although in the imperial period there was a growing tendency for children to incorporate their mother’s name as well as their father’s into their own name or to adopt simply maternal name (...)” Entre outros exemplos citados pela autora em nota, veja-se o de dois dos filhos de Calpúrnio e Nônio Asprenas, que se chamavam *Nonius Asprenas Calpurnius Serranus* e *Nonius Asprenas Calpurnius Torquatus*, ou o da esposa de Nero, Popeia, que adoptou o nome da família da mãe pelo facto de o avô materno ser mais notável do que o pai dela (cf. Tac., *Ann.* 13.45: *Erat in ciuitate Sabina Poppaea, T. Ollio patre genita, sed nomen aui materni sumpserat, inlustri memoria Poppaei Sabini, consulari et triumphali decore praeefulgentis*).

<sup>27</sup> Por exemplo, a lei Vocónia, do ano 169.

<sup>28</sup> RAWSON (1986) 19. Cf. Plin., *Ep.* 2.20; Juv. 12; Tac., *Hist.* 1.73.

<sup>29</sup> RAWSON (1986) 8: “For rich and poor, in Republic and Principate, the nuclear family was generally small; anything more than two or three children (who survived infancy) excited comment.” O número

casamento, se não o primeiro, fosse a procriação<sup>30</sup>. Contrastante com o geralmente reduzido número de descendentes da família era, porém, muitas vezes, o número de escravos. Os Romanos mais ricos podiam chegar a ter centenas de escravos<sup>31</sup>. Um homem exilado poderia levar consigo para cima de uma vintena de escravos<sup>32</sup>, além de quaisquer

---

reduzido de elementos que integravam o núcleo da família proporcionava, no entanto, a manutenção de um relacionamento muito próximo entre os mesmos. Cf. RAWSON (1986) 15.

<sup>30</sup> Para incentivar a natalidade, no ano 59, por exemplo, Júlio César criou leis que permitiam que pais de três ou mais crianças, à semelhança dos veteranos de Pompeio, tivessem acesso a terras (cf. Suet., *Iul.* 20: *Campum Stellatem maioribus consecratum agrumque Campanum ad subsidia rei publicae uectigalem relictum diuisit extra sortem ad uiginti milibus ciuium, quibus terni pluresue liberi essent*; App., *BC* 2.10; D.C. 38.7.3). Cícero, por sua vez, defendeu que num Estado bem gerido os censores deveriam proibir o celibato. Em 46, aliás, exortou César a usar dos seus poderes autocráticos para incentivar famílias mais numerosas. O estadista parece ter interpretado o decréscimo da taxa de natalidade como um dos males sociais do final da República a que os tribunais deveriam estar particularmente atentos (cf. *Leg.* 3.7: *Censoris populi aeuitates suboles familias pecuniasque censento...*; *Marc.* 23: *Omnia sunt excitanda tibi, C. Caesar, uni quae iacere sentis belli ipsius impetu, quod necesse fuit, perculsa atque prostrata: constituenda iudicia, reuocanda fides, comprimendae libidines, propaganda suboles...*). No *De officiis* (1.54), Cícero afirmou ser natural em todos os animais o desejo de procriação: *Nam cum sit hoc natura commune animantium, ut habeant libidinem procreandi...*

As famílias, em especial as das classes sociais mais elevadas, eram pouco numerosas, e muitas tinham até alguma dificuldade em perpetuar-se. São várias as razões apontadas para que tal acontecesse. Cf. RAWSON (1986) 11 sq.: “One theme that recurs in Latin literature is that wives are difficult and therefore men do not care much for marriage. (...) Other reasons suggested for a low birth rate have included biological weakness, lead poisoning, poor medical standards, political repression, financial greed, poverty and the liberation of women. (...) In addition infant mortality was probably high, and the practice of ‘exposing’, or abandoning, newborn babies never disappeared — there was no general legal sanction against it.”

A alternativa à inexistência de filhos podia passar pela adopção de uma criança gerada noutra família, quer para dar continuidade à família, quer para dar cumprimento aos variados rituais quando o pai morresse. A maioria dos filhos adoptivos que conhecemos atingira já à idade adulta aquando da sua adopção. Por essa altura, as probabilidades de sobrevivência eram maiores e o pai adoptivo podia perceber melhor quem era a pessoa que estava a tomar por filho e herdeiro. Cf. RAWSON (1986) 12. A incapacidade revelada por algumas famílias de perpetuar o seu nome levava a que numerosos escravos e libertos viessem a assumir um lugar de destaque no seio dessas mesmas famílias. Por outro lado, o reduzido número de filhos, associado à natureza monogâmica do casamento romano, terá levado a uma maior consciência por parte do casal do seu papel de esposos em detrimento do de pais. Cf. RAWSON (1986) 15.

<sup>31</sup> Cf. RAWSON (1986) 12: “These large households were not usually housed under one roof but were scattered over a number of properties, engaged in labouring or small industrial work as well as in domestic or clerical service.” A autora recorda dois exemplos (cf. nota 26): o de Pedânio Segundo, que, em 61 d.C., tinha sob o mesmo tecto quatrocentos escravos (cf. Tac., *Ann.* 14.42-3) e o de Plínio-o-Jovem, que teria pelo menos quinhentos escravos. O rico senador terá nomeado cem no seu testamento (cf. *CIL* 5.5262) e, atendo à atitude que costumava adoptar para com os seus escravos, tudo leva a crer que fosse esse o número correspondente aos vinte por cento previstos pela lei para serem libertos mediante legações testamentárias (Gaius, *Inst.* 1.42-3: *Praeterea lege Fufia Caninia certus modus constitutus est in seruis testamento manumittendis. Nam ei, qui plures quam duos neque plures quam decem seruos habebit, usque ad partem dimidiam eius numeri manumittere permittitur; ei uero, qui plures quam X neque plures quam XXX seruos habebit, usque ad tertiam partem eius numeri manumittere permittitur. At ei, qui plures quam XXX neque plures quam centum habebit, usque ad partem quartam potestas manumittendi datur. Nouissime ei, qui plures quam C habebit nec plures quam D, non plures manumittere permittitur quam quintam partem; neque plures quam D habentis ratio habetur, ut ex eo numero pars definiatur, sed praescribit lex, ne cui plures manumittere liceat quam C. Quod si quis unum seruum omnino aut duos habet, ad hanc legem non pertinet, et ideo liberam habet potestatem manumittendi).*

<sup>32</sup> Cf. D.C. 56.27.3; RAWSON (1986) 12: “men important enough to be exiled were often conceded the right to a certain standard of living, and this involved a not negligible *familia*.”

membros da família imediata que pretendessem acompanhá-lo<sup>33</sup>. Famílias mais modestas poderiam ter apenas um ou dois escravos<sup>34</sup>.

Em muitas famílias, os escravos podiam acalantar esperanças de alcançar a liberdade e, desse modo, de se tornarem cidadãos romanos. Trinta anos era a idade mínima estabelecida por lei para que um escravo pudesse receber a manumissão. Circunstâncias especiais podiam, no entanto, dar lugar a excepções; existem, de facto, registos que comprovam a existência de libertos bastante mais jovens<sup>35</sup>. Alguns terão sido *uernae*, isto é, escravos nascidos em casa do senhor, que, com frequência, eram criados com os filhos daquele e ocupavam uma posição privilegiada na família<sup>36</sup>. Os libertos mantinham algumas obrigações para com os seus ex-senhores (então, patronos)<sup>37</sup>. Por vezes, continuavam a viver em casa do patrono, como Tirão, o secretário de Cícero, que depois de lhe ter sido concedida a manumissão continuou a viver na companhia do estadista<sup>38</sup>. Outros libertos optavam por estabelecer residência própria, embora conservando os laços que os ligavam à casa do patrono — mais ou menos estreitos, dependendo das relações

---

<sup>33</sup> Algumas mulheres foram elogiadas por terem acompanhado membros da sua família no exílio, por exemplo, após a conspiração de Pisão, no ano 65 d.C. (cf. Tac., *Ann.* 15.71: *Nouio Prisco per amicitiam Senecae et Glitio Gallo atque Annio Pollioni infamatis magis quam convictis data exilia. Priscum Artoria Flaccilla coniunx comitata est, Gallum Egnatia Maximilla, magnis primum et integris opibus, post ademptis; quae utraque gloriam eius auxere.*) A esposa de Cícero, porém, não acompanhou o marido.

<sup>34</sup> Cf. WESTERMANN (1955, reimpr. 1984) 88 sq.. Digno de registo é o facto de algumas inscrições tumulares referirem escravos pertencentes a famílias humildes, constituídas, muitas vezes, por ex-escravos. Cf. RAWSON (1986) 12.

<sup>35</sup> A *Lex Aelia Sentia* estabelecia não apenas a idade mínima exigida para que um escravo pudesse receber a manumissão, mas também a da pessoa responsável pela sua concessão, que deveria ter, no mínimo, vinte anos. A lei podia, no entanto, ser contornada: “it was possible to get around the restrictions of the *Lex Aelia Sentia* (...) if the owner was freeing a slave who was a parent or child, brother or sister, or even a foster brother or sister. A man was also granted exemption from the restrictions if he wished to free a female in order to marry her.” (DIXON (1992) 54) Na p. 200, nota 79 ad 54, acrescenta a autora: “Other special services also gave grounds for exemptions, e.g. a slave’s having once saved the owner’s life. The praetor had discretion to allow them.” Cf. Gaius, *Inst.* 1.18-19 (*De manumissione uel causae probatione*): *Quod autem de aetate serui requiritur, lege Aelia Sentia introductum est. Nam ea lex minores XXX annorum seruos non aliter uoluit manumissos ciues Romanos fieri, quam si uindicta, apud consilium iusta causa manumissionis adprobata, liberati fuerint. Iusta autem causa manumissionis est, ueluti si quis filium filiamue aut fratrem sororemue naturalem aut alumnum aut paedagogum aut seruum procuratoris habendi gratia aut ancillam matrimonii causa apud consilium manumittat.* Leiam-se ainda Ulp., *dig.* 40.2.9-16; TREGGIARI (1969) 15 e n. 10.

<sup>36</sup> RAWSON (1986) 12 sq.. Cf. cap. 7 (i. e. “Children in the Roman *Familia*”, 170 sqq.), maxime 186 sqq.. Afirma a autora acerca destas crianças, na p. 186: “The usually accepted definition is ‘a home-born slave’, i.e. a slave born in the house of its master, as opposed to slaves bought in or otherwise introduced to the *familia*. Home-born slaves had economic importance, being an addition to the master’s property and being an important source of supply of slaves in the imperial period. They seem also to have sometimes had familial importance in substituting for or complementing a master’s own child(ren). It is generally agreed that *uernae* held a special position in the household and could expect better treatment than other slaves. The slave-child’s master was its slave-mother’s master. The status and whereabouts of the father were irrelevant.”

<sup>37</sup> Vide DUFF (1928, reimpr. 1958) cap. 3; TREGGIARI (1969) 68-81.

<sup>38</sup> Também na casa de Pedânio Segundo viviam alguns libertos. Cf. Tac., *Ann.* 14.42-3.

pessoais e económicas mantidas entre ambos. Sinal evidente dessa ligação era o nome da família (o *nomen*) que o liberto recebia do seu ex-senhor. Tirão, por exemplo, o escravo de Cícero, depois da manumissão, passou a chamar-se *Marcus Tullius Tiro*. O nome da família (*Tullius*) testemunhava publicamente a liberdade e a cidadania romana alcançadas<sup>39</sup>.

Aos libertos que envergavam o nome de determinada família era muito frequente conceder-se o privilégio de serem sepultados no túmulo dessa mesma família<sup>40</sup>. Para os Romanos, um liberto que envergasse o nome da família era um membro dessa família; ele e os respectivos vindouros dariam continuidade a esse nome. Por vezes, aliás, os libertos eram os únicos membros da família que sobreviviam aos restantes para lhe dar continuidade<sup>41</sup>. O privilégio de poderem ser sepultados com a restante família era, porém, ao mesmo tempo, uma responsabilidade; eles e os seus descendentes tinham o dever de cumprir com regularidade os rituais tradicionais junto do túmulo<sup>42</sup>.

O nome que um ex-escravo adoptava aquando da sua *manumissio* indiciava, por outro lado, o tipo de relacionamento que mantinha com o seu ex-senhor. Tirão passou a chamar-se *Marcus Tullius Marci libertus Tiro* (geralmente abreviado para *M. Tullius M. lib. Tiro*), isto é, Marco Túlio Tirão, liberto de Marco (Cícero). O nome formal do filho de Cícero era *Marcus Tullius Marci filius Marci nepos Cornelia (tribu) Cicero* (normalmente abreviado para *M. Tullius M. f. M. n. Cor. Cicero*), ou seja, Marco Túlio Cícero, filho de Marco, neto de Marco, da tribo Cornélia<sup>43</sup>. Aos olhos da lei, um escravo não tinha pai. Assim, ao tornar-se cidadão, o nome do patrono tomava o lugar do nome de

---

<sup>39</sup> RAWSON (1986) 13.

<sup>40</sup> Cf. RAWSON (1986) 43: “The very frequent formula on tombstones, ‘libertis libertabusque meis posterisque eorum’, i.e. ‘for my freedmen and freed women and their descendants’ (...) did reflect the concept of a family based on a common name.” Cf. SALLER (1994) 99 sq.: “Most of those who died in the Roman world did not have their names preserved on a funerary monument. Many were not sufficiently Romanized to adopt this Roman cultural form; others were too poor to afford proper burial and commemoration; still others were incorporated anonymously in the tombs of their masters or patrons. A standard formula recognized this third group, indicating that the tomb was made for X and Y and “their *liberti* and *libertae* and the freedmen’s descendants.”

<sup>41</sup> Sobre a importância que para os Romanos assumia o nome da família, leia-se o que afirma RAWSON (1986) 43: “The widespread setting-up of stone monuments — handsome or modest — to record the family name reflects a strong sense of family and the wish of great and small members of society to have something of themselves continue beyond their own brief life span.”

<sup>42</sup> Cf. RAWSON (1986) 13.

<sup>43</sup> A tribo era a divisão eleitoral a que o cidadão pertencia. Um liberto, ao obter a cidadania, passava a pertencer a uma das quatro tribos da cidade (existiam trinta e cinco tribos ao todo; os votos dos libertos tinham um valor restrito, já que eles estavam confinados a apenas quatro tribos), mas não era costume incluir-se o nome da tribo na forma oficial do seu nome. Os nomes que incluísssem a designação de uma tribo identificavam cidadãos que haviam nascido livres. Cf. RAWSON (1986) 47, n. 29 ad 13.

um pai. O relacionamento entre patrono e liberto era semelhante ao que existia entre pai e filho, e isso era manifesto em diversos aspectos: nos deveres de um para com o outro<sup>44</sup>, nos epitáfios dedicados por um ao outro e no uso explícito de *parens* para designar um patrono<sup>45</sup>. Como entre pais e filhos, também o relacionamento entre patrono e liberto podia ser mais ou menos caloroso<sup>46</sup>.

Além dos elementos nucleares da família, dos escravos (em que incluímos os *uernae*, anteriormente referidos) e de alguns libertos, podiam ainda fazer parte da *familia* outros membros dependentes: os *alumni*, crianças que geralmente não se encontravam biologicamente ligadas aos restantes elementos da comunidade familiar, mas que, apesar disso, eram consideradas membros integrantes da *familia*:

“The nuclear family was small, but what the Romans meant by a *familia* could be much larger. The Roman *familia* consisted of the conjugal family plus dependants (i.e. a man, his wife, and their unmarried children, together with the slaves and sometimes freedmen and foster-children who lived in the same household).”<sup>47</sup>

Da leitura dos muitos testemunhos que referem exemplos de *alumni*, fica a ideia de que os *alumni* eram, geralmente, jovens que mantinham um relacionamento quase familiar e afectuoso com os donos da casa, criados como filhos, sendo que alguns eram de condição livre, outros escravos<sup>48</sup>.

A família romana não se resumia, por conseguinte, à tríade composta por pai, mãe e filhos. Como tivemos oportunidade de referir anteriormente, o sentido das palavras usadas

---

<sup>44</sup> Cf. Ulp., *dig.* 37.15.9: *Liberto et filio semper honesta et sancta persona patris ac patroni uideri debet.*

<sup>45</sup> Sobre esta questão, vide WILKINSON (1964).

<sup>46</sup> RAWSON (1986) 13.

<sup>47</sup> RAWSON (1986) 7. Cf. BRADLEY (1991) 10, que também inclui na família romana os *alumni*: “the Roman household often also contained foundlings (*alumni*, *alumnae*), children biologically related to no one in the community but part of it nonetheless.”

<sup>48</sup> Cf. RAWSON (1986) 173. Etimologicamente, *alumnus* designa uma pessoa alimentada por outrem que não os pais naturais. Segundo Rawson, porém, a questão não é tão linear como à partida aparenta ser. A autora procurou determinar a origem e o estatuto destas crianças, baseando-se em testemunhos epigráficos, legais e literários (cf. 1986, cap. 7, “Children in the Roman *Familia*”, 170 sqq., maxime 173 sqq.), tendo começado por colocar a questão desta forma: “Were *alumni* foundlings? Etymologically, ‘*alumni*’ implies persons nurtured by someone else. By contrast with children explicitly or implicitly identified as *filii*, *alumni* appear to have been nurtured by someone other than their natural parent(s). But were they orphans or illegitimate children or stepchildren who came into the hands of a foster-parent by means other than rescue from exposure? Were they raised as slaves, foster-children, adopted children, or as some form of apprentice (possibilities which are not, of course, all mutually exclusive)? Previous writers have occasionally alluded to the problem of who *alumni* were, but there has not been a systematic study of all the relevant evidence (epigraphical, legal, literary).” (1986, 173).

pelos Romanos para referir a família — *familia*, num âmbito mais jurídico, e *domus* —, abarcava não apenas os elementos nucleares da família, mas também escravos e outros dependentes. Na verdade, a forma como a sociedade romana se encontrava organizada e estruturada acabou se reflectir na forma como os Romanos conceptualizavam a família e o lar:

“Roman society and culture were important to the conceptualization of the family unit and its relations (...). Roman society was characterized by a steep hierarchy and fundamental distinctions of status between the honorable citizen and the rightless slave. Within the rank of citizen, fine divisions of rank and status marked off one Roman from another. These status distinctions had a formative influence on the Roman conceptualization and use of the house, and on relations within the household. (...) In Roman society a position of power was defined in terms of heading a large house rather than in terms of a position in a clan or other kin group.”<sup>49</sup>

Por outro lado, conforme tivemos oportunidade de constatar, não existia no léxico romano uma palavra que designasse exclusivamente o núcleo composto por pai, mãe e filhos. Significará isto que o sentido de obrigação e afecto familiares eram tão difusos que tornavam menos intensos os laços entre pai, mãe e filhos, quando perspectivados no seio de uma unidade familiar mais lata e abrangente? Alguns estudiosos sentiram-se tentados a fazerem tal inferência<sup>50</sup>. Actualmente, porém, sabendo-se embora da inexistência de uma palavra que identificasse o núcleo familiar e, ao mesmo tempo, que a família romana era necessariamente algo mais do que a tríade pai/mãe/filhos, reconhece-se que os laços entre marido, esposa e respectivos filhos eram os mais importantes na concepção romana das obrigações e afecto familiares<sup>51</sup>. A supremacia dos laços parentais e filiais na célula familiar é visível até na forma hierarquizada como alguns romanos sepultavam os seus mortos. Saller chama a atenção para o facto, afirmando:

“Eck has pointed to the existence in the house-tombs of the Isola Sacra and Vatican cemeteries of the numerous *ollae* (vases) for ashes of unnamed deceased. He plausibly

---

<sup>49</sup> SALLER (1994) 72.

<sup>50</sup> Cf. e. g. SALLER (1987b), em que o autor reflecte sobre o impacto da escravatura na família romana. É o próprio autor quem o assume, num estudo mais recente sobre a família. Cf. SALLER (1994) 95, nota 81.

<sup>51</sup> Ainda que a prática quotidiana nem sempre o confirmasse. SALLER (1994) 96: “That conceptualization was not always easy to put into practice in everyday life, where, as Bradley has stressed, death and divorce gave rise to a shifting and reconstitution of family living arrangements.”

suggests that these were provided for the household slaves of the owners named in the inscriptions of the tomb, and concludes that the inscriptions do not name all of the dead housed in the tombs. If Eck is right, then here is another parallel between the living and the house of the dead.”<sup>52</sup>

Afinal, a hierarquia estabelecida por Cícero dos diferentes tipos de laços familiares existentes no seio de uma família — aquela que colocava em primeiro lugar os que uniam marido e mulher, depois pais e filhos e, por fim, a *domus* como um todo<sup>53</sup> — surge reflectida nesses túmulos, como afirma o autor, “where the most honored bonds, those between spouses and their children, receive explicit acknowledgement by name in the context of a larger group whose anonymity left it less honored.”<sup>54</sup> Na verdade, a representação da família e dos laços familiares patente nesses túmulos acaba por espelhar a hierarquia que presidia à estrutura e funcionamento do lar romano, a qual, por sua vez, reflectia a forma estratificada como se encontrava organizada a sociedade romana<sup>55</sup>:

“As in life, so in death various contingencies could alter the neat representation of household and family bonds. In the best-preserved house-tombs in the Vatican odd, extraneous individuals or groups are found in the same monument. Nevertheless, the basic organizing conception is clear enough: the father, mother and children surrounded in the house during life and in burial afterwards by other members of lower status. The assortment of others including slaves, freedmen and other dependants does not obscure the central bonds that dominate in the representation. The master or patron had a general responsibility to his whole household, including the decent disposal of their remains, but in choosing which relationships to memorialize for all time (so it was hoped) the bonds between husband and wife, and parents and children, are pushed to the fore.”<sup>56</sup>

Assim, se é certo que a inclusão de escravos e de outros dependentes na família poderia ter ditado a diluição das fronteiras que separavam a célula nuclear dos restantes membros, é igualmente plausível que, em alternativa, essa inclusão tenha colocado em

---

<sup>52</sup> SALLER (1994) 100.

<sup>53</sup> Cf. *Off.* 1.54: *Nam cum sit hoc natura commune animantium, ut habeant libidinem procreandi, prima societas in ipso coniugio est, proxima in liberis, deinde una domus, communia omnia...*

<sup>54</sup> SALLER (1994) loc. cit..

<sup>55</sup> Conforme defende o mesmo autor, a organização do lar romano assentava numa distinção fundamental. Cf. SALLER (1994) 72: “Propertied Romans lived in their houses in relations marked by a fundamental distinction between family members whose bodies were protected by their honor and those of lower status who had no honor to protect them from abuse.”

<sup>56</sup> SALLER (1994) 100.

evidência esse mesmo núcleo familiar, ao promover o contraste contínuo entre os membros da *domus* dignos de honra social — como eram o pai, a mãe e os filhos — e os que o não eram, apenas destinados ao anonimato de uma sepultura sem nome<sup>57</sup>.

De qualquer forma, independentemente das variações que possam existir no que diz respeito à constituição e caracterização da família, ela é e será sempre vista como uma instituição humana universal. Os Romanos perspectivavam-na como um pilar essencial às suas vidas e à sociedade<sup>58</sup>. Vejamos, pois, qual a importância que Cícero, do ponto de vista social e pessoal, atribuía à família.

---

<sup>57</sup> SALLER (1994) 100 sq..

<sup>58</sup> DIXON (1992) 3.



## **SEGUNDA PARTE**

# **A FAMÍLIA EM CÍCERO**



## CAPÍTULO ÚNICO

### Família em Cícero: âmbito do conceito

Os trabalhos filosóficos de Cícero fornecem-nos algumas pistas sobre a forma como o autor perspectivava a família romana. Porque a literatura latina, em especial a de índole filosófica, foi inevitavelmente influenciada pela tradição grega, é importante regressarmos à antiga Atenas para deslindarmos algumas das principais ideias relativas à família e, desse modo, situarmos as teorias ciceronianas num contexto cultural<sup>1</sup>. Como homem helenizado do final da República, o filósofo romano absorveu e adaptou algumas teorias gregas relativas ao casamento — e, consequentemente, à família —, teorias essas que então circulavam através de obras filosóficas de autores gregos, mas também da poesia, em especial da tragédia e da comédia<sup>2</sup>. Para que melhor possamos compreender até que ponto Cícero foi permeável a essas ideias gregas, debruçar-nos-emos sobre alguns passos da sua obra.

No primeiro, extraído do tratado *De officiis*, o filósofo reconhece a existência de diferentes graus de associação entre os homens. Dentro da infinita associação que congrega

---

<sup>1</sup> Cf. TREGGIARI (1991) 183.

<sup>2</sup> Cf. TREGGIARI (1991) 199, que afirma: “Romans who picked up Greek ideas of this sort in southern Italy, need not have been serious students of philosophy. Greek ideas about marriage were also floating around in tags from poetry, especially tragedy and new comedy, like the quotations from Euripides and Menander which were anthologized and appear in Stobaeus’ collection.”

Para uma informação detalhada sobre as principais ideias filosóficas gregas acerca da família e do casamento que circulavam entre os romanos helenizados do final da República, vide TREGGIARI (1991) cap. 6 (“The Greek Philosophical Background”).

todo o género humano, existem associações de homens que formam um só povo e falam uma só língua; associação ainda mais estreita é a que une os habitantes de uma mesma cidade, que partilham dos mesmos hábitos, das mesmas leis, da mesma religião, dos mesmos interesses; os laços mais estreitos que se estabelecem entre os homens são, todavia, os laços de sangue:

*Gradus autem plures sunt societatis hominum. Vt enim ab illa infinita discedatur, prior est eiusdem gentis, nationis, linguae, qua maxime homines coniunguntur. Interius etiam est eiusdem esse ciuitatis; multa enim sunt ciuibus inter se communia, forum, fana, porticus, uiae, leges, iura, iudicia, suffragia, consuetudines praeterea et familiaritates multisque cum multis res rationesque contractae. Artior uero colligatio est societatis propinquorum; ab illa enim immensa societate humani generis in exiguum angustumque concluditur.*<sup>3</sup>

Dado que a natureza deu a todos os animais o desejo de se reproduzirem<sup>4</sup>, a primeira de todas as associações de humanos é o casamento. O nascimento dos filhos,

---

<sup>3</sup> Off. 1.53.

<sup>4</sup> Xenofonte (séc. IV), no diálogo socrático que compôs sobre a gestão familiar e a vida de casado — *Oeconomicus* —, defendia que o casamento tinha como objectivo a reprodução — objectivo comum, aliás, a todas as espécies —, impedindo, por um lado, que a espécie humana se extinguísse e, por outro, permitindo que os pais fossem assistidos pelos filhos na velhice (cf. 7.12: τέκνα μὲν οὖν ἦν θεός ποτε διδῶ ἡμῖν γενέσθαι, τότε βουλευσόμεθα περὶ αὐτῶν, ὅπως ὅτι βέλτιστα παιδεύσομεν αὐτά· κοινὸν γὰρ ἡμῖν καὶ τοῦτο ἀγαθόν, συμμάχων καὶ γηροβοσκῶν ὅτι βελτίστων τυγχάνειν· νῦν δὲ δὴ οἶκος ἡμῖν ὅδε κοινός ἐστιν; 7.19: πρῶτον μὲν γὰρ τοῦ μὴ ἐκλιπεῖν ζώων γένη τοῦτο τὸ ξεῦρος κεῖται μετ' ἀλλήλων τεκνοποιούμενον, ἔπειτα τὸ γηροβοσκούς κεκτῆσθαι ἑαυτοῖς ἐκ τούτου τοῦ ξεύρους τοῖς γοῦν ἀνθρώποις πορίζεται.). Durante a sua juventude, Cícero traduziu esta obra, pelo que se torna evidente a influência das ideias do autor grego no seu pensamento filosófico.

Aristóteles, por sua vez, defendia que o homem e a mulher precisavam um do outro para se poderem reproduzir (cf. *Pol.* 1252a: Ἀνάγκη δὴ πρῶτον συνδυάζεσθαι τοὺς ἄνδρ' ἀλλήλων μὴ δυναμένους εἶναι, οἷον θῆλυ μὲν καὶ ἄρρεν τῆς γανέσεως ἕνεκεν (καὶ τοῦτο οὐκ ἐκ προαιρέσεως, ἀλλ' ὥσπερ καὶ ἐν τοῖς ἄλλοις ζώοις καὶ φυτοῖς φυσικὸν τὸ ἐφίεσθαι, οἷον αὐτό, τοιοῦτον καταλιπεῖν ἕτερον)...). Segundo o filósofo, a *φιλία* entre homem e mulher existe por natureza, já que ao homem foi dada uma natural inclinação para formar casal (cf. *EN* 1162a 16-19: ἀνδρὶ δὲ καὶ γυναικὶ φιλία δοκεῖ κατὰ φύσιν ὑπάρχειν· ἄνθρωπος γὰρ τῇ φύσει συνδυαστικὸν μᾶλλον ἢ πολιτικόν, ὅσῳ πρότερον καὶ ἀναγκαιότερον οἰκία πόλεως, καὶ τεκνοποιία κοινότερον τοῖς ζώοις.).

Estas ideias surgem corroboradas numa outra obra sobre administração financeira, datada de finais do século III, que se encontra dividida em três livros e cuja autoria se tem atribuído a Aristóteles — *Oeconomica*. No primeiro volume — *Oeconomica I* —, cuja composição se atribuiu, todavia, não a Aristóteles, mas a um

a coabitação na mesma casa e a partilha de todas as coisas tornam mais estreitos os laços que unem o casal<sup>5</sup>. O princípio fundador da cidade e a origem da *res publica* é, por conseguinte, a família<sup>6</sup>:

autor peripatético desconhecido, discípulo ou discípulo de um discípulo de Aristóteles, e que Filodemo atribui a Teofrasto (cf. TREGGIARI (1991) 188 sq.), diz-se, à semelhança do Estagirita, que a união entre homem e mulher é natural e que ambos precisam um do outro, cooperando com vista ao bem comum. Na linha do pensamento de Xenofonte, diz-se ainda que homem e mulher têm filhos não apenas para satisfazerem o seu instinto reprodutivo, mas também para garantirem que irão receber os cuidados necessários durante a sua velhice: ἐν ἀνθρώπῳ δὲ μάλιστα, ὅτι οὐ μόνον τοῦ εἶναι ἀλλὰ καὶ τοῦ εὖ εἶναι συνεργὰ ἀλλήλοις τὸ θῆλυ καὶ τὸ ἄρρεν ἐστί. καὶ ἡ τῶν τέκνων κτήσις οὐ λειτουργίας ἔνεκεν τῇ φύσει μόνον οὔσα τυγχάνει ἀλλὰ καὶ ὠφελείας· ἃ γὰρ ἂν δυνάμενοι εἰς ἀδυνάτους πονήσωσι, πάλιν κομίζονται παρὰ δυναμένων ἀδυνατοῦντες ἐν τῷ γήρῳ. (Oec. 1343b). Cf. Arist., EN 1162a 19-25: τοῖς μὲν οὖν ἄλλοις ἐπὶ τοσοῦτον ἡ κοινωνία ἐστίν, οἱ δ' ἄνθρωποι οὐ μόνον τῆς τεκνοποιίας χάριν συνοικοῦσιν, ἀλλὰ καὶ τῶν εἰς τὸν βίον· εὐθὺς γὰρ διήρηται τὰ ἔργα, καὶ ἔστιν ἕτερα ἀνδρὸς καὶ γυναικός. ἐπαρκοῦσιν οὖν ἀλλήλοις, εἰς τὸ κοινὸν τιθέντες τὰ ἴδια. διὰ ταῦτα δὲ καὶ τὸ χρήσιμον εἶναι δοκεῖ καὶ τὸ ἥδὺ ἐν ταύτῃ τῇ φιλίᾳ.).

<sup>5</sup> Segundo Aristóteles, apesar de as funções do homem e da mulher se encontrarem divididas, sendo, por isso, diferentes, cada um dos membros do casal contribuía com bens particulares que passavam a fazer parte de um conjunto de bens comuns (cf. supra, EN 1162a 22 sqq.). Em *Oeconomica I*, diz-se que a família não se resume ao conjunto de seres humanos que a integram, incluindo a mulher, mas que dela fazem igualmente parte os bens possuídos (cf. Arist., Oec. 1343a: Μέρη δὲ οἰκίας ἄνθρωπός τε καὶ κτήσις ἐστίν, 1343b: Τῶν δὲ περὶ τοὺς ἀνθρώπους ἡ περὶ γυναιῖκα πρώτη ἐπιμέλεια.). Também o pitagórico Calicrátides, numa obra que tem por tema a felicidade doméstica, defende que a família, à imagem de um coro ou de um corpo, é um sistema (σύστημα) de opostos, composto essencialmente por duas partes: os seres humanos que a integravam, por um lado, e os bens que possuíam em comum, por outro (cf. apud Stob. 4.28.16). Séculos mais tarde, Ulpiano, na secção *De significatione uerborum* do *Digesto*, ao sistematizar um conjunto de diferentes significados legais que a palavra latina *familia* podia assumir, referiu que esta podia designar *res* e *personae*: "*familiae*" *appellatio qualiter accipiat, uideamus. Et quidem uarie accepta est: nam et in res et in personas deducitur.* (dig. 50.16.195.1). Assim, numa acepção mais arcaica e jurídica, a palavra podia significar o conjunto de bens materiais de uma família, como a casa por ela habitada, por exemplo (vide supra, Primeira Parte, Cap. Primeiro, 55).

<sup>6</sup> Antípatro de Tarso considerava que o Estado e o culto dos deuses não sobreviveriam se os mais jovens não casassem e produzissem filhos (cf. apud Stob. 4.22.1.25). Alguns estudiosos atribuem a autoria destes fragmentos a Antípatro de Tira, que manteve contacto com Catão de Útica. Cf. TREGGIARI (1991) 199, nota 75. De Antípatro de Tarso, filósofo estóico do séc. II, chegaram-nos apenas alguns fragmentos, reunidos por Estobeu, numa obra que o autor do séc. V d.C. compôs expressamente para o filho — *Anthologion*. Sobre esta, leiam-se os artigos de PICCIONE, R. M., "Le raccolte di Stobeo e Orione. Fonti, modelli, architetture", e de CURNIS, M., "«DOXAI» e «APORHTHEGMATA» Platonici nell' «Anthologion» di Giovanni

*Nam cum sit hoc natura commune animantium, ut habeant libidinem procreandi, prima societas in ipso coniugio est, proxima in liberis, deinde una domus, communia omnia; id autem est principium urbis et quasi seminarium rei publicae.*<sup>7</sup>

Na perspectiva do filósofo, os laços que unem marido e mulher, pais e filhos, não são os únicos laços familiares; existem também laços, por exemplo, entre irmãos, primos e respectivos filhos. No entanto, porque não podem viver todos na mesma casa, estes acabam por constituir as suas próprias famílias e fundar os seus próprios lares, como se de colónias se tratasse<sup>8</sup>. Novas e sucessivas alianças matrimoniais dão origem a novos parentes, sendo deste cruzamento e multiplicação de famílias que nascem as *res publicae*. Os laços de sangue unem os homens no afecto recíproco. Os parentes de sangue têm em comum os antepassados, honram os mesmos deuses e partilharão um dia a mesma sepultura:

*Sequuntur fratrum coniunctiones, post consobrinorum sobrinorumque, qui cum una domo iam capi non possint, in alias domos tamquam in colonias exeunt. Sequuntur conubia et affinitates ex quibus etiam plures propinqui; quae propagatio et suboles origo est rerum publicarum. Sanguinis autem coniunctio et benivolentia deuincit homines [et] caritate. Magnum est enim eadem habere monumenta maiorum, eisdem uti sacris, sepulchra habere communia.*<sup>9</sup>

Num outro passo, do *De finibus*, Cícero postula que a união e a solidariedade entre os seres humanos tem origem na família, especificamente, nos laços de amor e partilha que se estabelecem entre esposos e pais e filhos. Do amor do homem pelos filhos e pela esposa

---

Stobaeo”, in FUNGHI, M. S. (ed.), *Aspetti di letteratura gnomica nel mondo antico*, I (Firenze 2003) 241-261, e II (Firenze 2004) 189-219, respectivamente.

<sup>7</sup> *Off.* 1.54. SALLER (1994) 1, remetendo para a leitura deste passo, comenta: “Roman authors believed family formation and the organization of the household to be natural steps in social evolution (...).” Em TREGGIARI (1998) 8 também se afirma: “The family is at the heart of Roman morality. The theory endorsed and transmitted by Cicero in his work on the *Duty of Man*, which as *Tully’s Offices* had a good run as a prescribed text for centuries, is that the state is rooted in the family in natural instinct.”

<sup>8</sup> Cf. RAWSON (1986) 14.

<sup>9</sup> *Off.* 1.54.

deriva o afecto por outros seres humanos<sup>10</sup>. O núcleo familiar, constituído unicamente pelo casal e respectivos filhos, alarga-se progressivamente, para dar lugar a um grupo mais abrangente, que inclui parentes de sangue, parentes por afinidade, amigos, vizinhos, concidadãos e aliados, abrangendo, por fim, todo o género humano<sup>11</sup>. A este estado de espírito, que fomenta a união entre os homens, chama-se justiça. A esta virtude estariam ligadas outras que se exigem no contexto da vida familiar, mas também de uma relação de amizade ou da vida em sociedade:

*In omni autem honesto, de quo loquimur, nihil est tam illustre nec quod latius pateat quam coniunctio inter homines hominum et quasi quaedam societas et communicatio utilitatum et ipsa caritas generis humani. Quae nata a primo satu, quod a procreatoribus nati diliguntur et tota domus coniugio et stirpe coniungitur, serpit sensim foras, cognationibus primum, tum affinitatibus, deinde amicitiiis, post uicinitatibus, tum ciuibus et iis, qui publice socii atque amici sunt, deinde totius complexu gentis humanae. Quae animi affectio suum cuique tribuens atque hanc, quam dico, societatem coniunctionis humanae munifice et aequae tuens iustitia dicitur, cui sunt adiunctae pietas, bonitas, liberalitas, benignitas, comitas, quaeque sunt generis eiusdem.*<sup>12</sup>

<sup>10</sup> Como se afirma em TREGGIARI (1998) 8, “philosophers explored the origins and functions of communities, both households and states consisting of people linked by affection (*philoï*) (...)”. Segundo a autora, “the family is constantly linked with the city, as the philosophical consensus would lead us to expect. When a Roman imagines the physical city of Rome, he may speak of *templa* and *tecta*, the dwellings of gods and humans. When he thinks of human society, he moves from the household to the community of citizens.” Cf. Cic., *Sul.* 86: *Quam ob rem uos, di patrii ac penates, qui huic urbi atque huic rei publicae praesidetis, qui hoc imperium, qui hanc libertatem, qui populum Romanum, qui haec tecta atque templa me consule uestro numine auxilioque seruastis...*; *Att.* 1.4.3, em que Cícero refere que Crasso afirmou perante o Senado que devia ao Arpinate a sua esposa, a sua casa e a sua pátria: *quotiens coniugem, quotiens domum, quotiens patriam uideret, totiens se beneficium meum uidere*.

<sup>11</sup> Calicrátides considerava o homem e a mulher o principal par de opostos que compunham a família, sendo que os filhos constituiriam os seus ajudantes — que eventualmente viriam a cuidar dos progenitores quando eles envelhecessem (cf. *supra*, Xen., *Oec.* 7.12, 19). No entanto, o autor também refere que o casamento dava origem a novos parentescos — pai, irmãos, mãe do pai, pai do pai, do lado da esposa —, bem como amigos, que tornavam maior a família (apud Stob. 4.28.16).

<sup>12</sup> *Fin.* 5.65. Cf. *Fin.* 2.45: *Homines enim, etsi aliis multis, tamen hoc uno plurimum a bestiis differunt, quod rationem habent a natura datam mentemque acrem et uigentem celerrimeque multa simul agitantem et, ut ita dicam, sagacem, quae et causas rerum et consecutiones uideat et similitudines transferat et disiuncta coniungat et cum praesentibus futura copulet omnemque complectatur uitae consequentis statum. Eademque*

Os dois passos supracitados permitem-nos afirmar<sup>13</sup> que Cícero, à semelhança dos Peripatéticos e dos Estóicos, perspectivava o casal como o grupo animal original a partir do qual se constituíam grupos maiores e mais abrangentes. O par constituído por marido e esposa, juntamente com os respectivos filhos, formava a unidade básica<sup>14</sup>, e a tónica

---

*ratio fecit hominem hominum adpetentem cumque iis natura et sermone et usu congruentem, ut profectus a caritate domesticorum ac suorum serpat longius et se implicet primum ciuium, deinde omnium mortalium societate atque, ut ad Archytam scripsit Plato, non sibi se soli natum meminerit, sed patriae, sed suis, ut perexigua pars ipsi relinquatur.*

<sup>13</sup> Como, aliás, TREGGIARI (1991) 208.

<sup>14</sup> Cf. *Fin.* 4.17: *De animi bonis accuratius exquirebant in primisque reperiiebant inesse in iis iustitiae semina primique ex omnibus philosophis natura tributum esse docuerunt, ut ii, qui procreati essent, a procreatoribus amarentur, et, id quod temporum ordine antiquius est, ut coniugia uirorum et uxorum natura coniuncta esse dicerent, qua ex stirpe orirentur amicitiae cognationum; Tusc.* 5.5: *O uitae philosophia dux, o uirtutis indagatrix expultrixque uitiorum! Quid non modo nos, sed omnino uita hominum sine te esse potuisset? Tu urbis peperisti, tu dissipatos homines in societatem uitae conuocasti, tu eos inter se primo domiciliis, deinde coniugiis, tum litterarum et uocum communione iunxisti...; Off.* 1.12: *Eademque natura ui rationis hominem conciliat homini et ad orationis et ad uitae societatem ingeneratque inprimis praecipuum quendam amorem in eos, qui procreati sunt impellitque, ut hominum coetus et celebrationes et esse et a se obiri uelit ob easque causas studeat parare ea, quae suppedient ad cultum et ad uictum, nec sibi soli, sed coniugi, liberis, ceterisque quos caros habeat tuerique debeat, quae cura exsuscitat etiam animos et maiores ad rem gerendam facit.* Cf. *Ulp., dig.* 1.1.1.3: *Ius naturale est, quod natura omnia animalia docuit: nam ius istud non humani generis proprium, sed omnium animalium, quae in terra, quae in mari nascuntur, auium quoque commune est. Hinc descendit maris atque feminae coniunctio, quam nos matrimonium appellamus, hinc liberorum procreatio, hinc educatio: uidemus etenim cetera quoque animalia, feras etiam istius iuris peritia censer.*

Aristóteles definiu três papéis distintos desempenhados pelo homem no contexto da sua família: ele seria simultaneamente o senhor dos escravos, um marido para esposa e um pai para os filhos: *Ἐπεὶ δ' ἐν τοῖς ἐλαχίστοις πρῶτον ἕκαστον ζητητέον, πρῶτα δὲ καὶ ἐλάχιστα μέρη οἰκίας δεσπότης καὶ δοῦλος, καὶ πόσις καὶ ἄλοχος, καὶ πατήρ καὶ τέκνα, περὶ τριῶν ἂν τούτων σκεπτέον εἴη τί ἕκαστον καὶ ποῖον δεῖ εἶναι.* (*Pol.* 1253b-1259a). Por conseguinte, na perspectiva deste filósofo, a família, como unidade social e económica, incluía o casal, os respectivos escravos, bem como eventuais filhos. Já o estóico Antípatro de Tarso, à semelhança dos filósofos pitagóricos, punha a tónica no relacionamento entre os esposos, considerando que, para um homem adulto, os laços entre marido e mulher deveriam ser mais importantes do que os mantidos com os respectivos pais (apud *Stob.* 4.22.1.25).



dominante da relação que unia os membros da família nuclear eram a *societas* e a partilha dos bens, a que os Gregos chamavam *κοινωνία*<sup>15</sup>.

Apesar de não ter discutido amplamente nas suas obras a importância, a orgânica e o funcionamento da família, Cícero postulou que os censores, entre outras atribuições, tinham o dever de registar os filhos de cidadãos romanos, prevenir o celibato e regular a moral. Consideraria certamente que uma boa conduta no lar favoreceria a disciplina na vida pública:

*Censoris populi aevitates suboles familias pecuniasque censento, urbis templa uias  
aquas aerarium uectigalia tuento, populiue partis in tribus describunto, exin pecunias  
aevitates ordines partiunto, equitum peditumque prolem describunto, caelibes esse prohibento,  
mores populi regunto, probrum in senatu ne relinquo.*<sup>16</sup>

Advogou ainda como apropriadamente romana a ideia de que os censores deveriam ensinar os homens a controlar e supervisionar o comportamento das esposas — desse modo, evitariam a intervenção directa do Estado — e lembrou as sanções sociais impostas às mulheres, como o costume de os parentes masculinos deixarem de beijar as que perdessem a sua reputação:

<sup>15</sup> Xenofonte defendia a *κοινωνία* dos esposos no que diz respeito quer ao relacionamento sexual, quer aos bens (cf. *Oec.* 10.3-4: *Εἰπέ μοι, ἔφην, ὦ γύναι, ποτέρως ἂν με κρίναις ἀξιοφίλητον μᾶλλον εἶναι χρημάτων κοινωνόν, εἴ σοι αὐτὰ τὰ ὄντα ἀποδεικνύοιμι καὶ μήτε κομπάζοιμι, ὥς πλείω ἔστι μοι τῶν ὄντων, μήτε ἀποκρυπτοίμην τι τῶν ὄντων μηδέν, ἢ εἰ ἐπειρώμην σε ἐξαπατᾶν λέγων τε, ὥς πλείω ἔστι μοι τῶν ὄντων, ἐπιδεικνύς τε ἀργύριον κίβδηλον καὶ ὄρμους ὑποξύλους καὶ πορφυρίδας ἐξιτήλους φαίην ἀληθινὰς εἶναι; Καὶ ὑπολαβοῦσα εὐδύς, Εὐφόμει, ἔφη· μὴ γένοιο σὺ τοιοῦτος· οὐ γὰρ ἂν ἔγωγέ σε δυναίμην, εἰ τοιοῦτος εἴης, ἀσπάσασθαι ἐκ τῆς ψυχῆς. Οὐκοῦν, ἔφην ἐγώ, συνεληλύθαμεν, ὦ γύναι, ὥς καὶ τῶν σωμάτων κοινωνήσοντες ἀλλήλοις; Φασὶ γοῦν, ἔφη, οἱ ἀνδρωποῖ.). Ele levaria consigo para o casamento todos os seus bens e ela o seu dote. A melhor contribuição seria, todavia, feita por aquele que revelasse ser o melhor companheiro (*Oec.* 7.13: *ἐγὼ τε γὰρ ὅσα μοι ἔστιν ἅπαντα εἰς τὸ κοινὸν ἀποφαίνω σύ τε ὅσα ἠνέγκω πάντα εἰς τὸ κοινὸν κατέβηκας. καὶ οὐ τοῦτο δεῖ λογίζεσθαι, πότερος ἄρα ἀριθμῶ πλείω συμβέβληται ἡμῶν, ἀλλ' ἐκεῖνο δεῖ εὖ εἶδέναι, ὅτι ὁπότερος ἂν ἡμῶν βελτίων κοινωνὸς ᾗ, οὗτος τὰ πλείονος ἄξια συμβάλλεται.)). Aristóteles defendia a divisão de funções entre o casal, mas a partilha de bens e interesses (cf. *supra*, *EN* 1162a 16 sqq.). Por sua vez, Antípatro de Tarso defendia que existiam diversas comunidades (*κοινωνίαι*) importantes na cultura humana, mas que somente o par constituído pelo marido e pela esposa partilhava bens e filhos, corpo e alma (cf. *apud* Stob. 4.22.1.25).**

<sup>16</sup> *Leg.* 3.7.

*Nec uero mulieribus praefectus praeponatur, qui apud Graecos creari solet, sed sit censor, qui uiros doceat moderari uxoribus. Ita magnam habet uim disciplina uerecundiae; carent temeto omnes mulieres. Atque etiam si qua erat famosa, ei cognati osculum non ferebant. Itaque a petendo petulantia, a procando, id est poscendo, procacitas nominata est.*<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Rep. 4.6.

A subordinação da esposa ao controlo e interesses do marido e ao bem-estar da família é um tema recorrente entre os filósofos gregos. Aristóteles justifica esta ideia com a inferioridade moral das mulheres. Segundo o Estagirita, as qualidades morais das mulheres são diferentes das dos homens, não apenas em grau, mas também em tipo: elas têm um tipo específico de *σωφροσύνη*, de coragem e de justiça. Estas virtudes não são equivalentes às correspondentes masculinas, pois a faculdade de decisão feminina é fraca. As virtudes das mulheres servem-lhes para serem governadas, não para governar (*Pol.* 1259b-1260a: *Ὡστε φανερόν ὅτι ἐστὶν ἡθικὴ ἀρετὴ τῶν εἰρεμένων πάντων, καὶ οὐχ ἡ αὐτὴ σωφροσύνη γυναικὸς καὶ ἀνδρός, οὐδ' ἀνδρία καὶ δικαιοσύνη καθάπερ ἦτο Σωκράτης, ἀλλ' ἡ μὲν ἀρχικὴ ἀνδρία, ἡ δ' ὑπηρετική, ὁμοίως δ' ἔχει καὶ περὶ τὰς ἄλλας*). Cf. TREGGIARI (1991) 187, onde se afirma: “Women are therefore controlled like fellow citizens politically, but, unlike male citizens in a democratic state, they never take a turn at ruling their husbands.” Aristóteles adoptou, pois, e desenvolveu os preceitos de Platão, que defendia a perfectibilidade das mulheres (cf. *Men.* 72-3, maxime 72d-73a: ΣΩ. Πότερον δὲ περὶ ἀρετῆς μόνον σοι οὕτω δοκεῖ, ὦ Μένων, ἄλλη μὲν ἀνδρὸς εἶναι, ἄλλη δὲ γυναικὸς καὶ τῶν ἄλλων, ἢ καὶ περὶ ὑγίειας καὶ περὶ μεγέθους καὶ περὶ ἰσχύος ὡσαύτως; ἄλλη μὲν ἀνδρὸς δοκεῖ σοι εἶναι ὑγία, ἄλλη δὲ γυναικὸς; ἢ ταῦτόν πανταχοῦ εἶδος ἐστίν, ἕανπερ ὑγία ᾗ, ἕαντε ἐν ἀνδρὶ ἕαντε ἐν ἄλλῳ ὅτρωον ᾗ; ΜΕΝ. Ἡ αὐτὴ μοι δοκεῖ ὑγία γὰρ εἶναι καὶ ἀνδρὸς καὶ γυναικὸς. ΣΩ. Οὐκοῦν καὶ μέγεθος καὶ ἰσχύς; ἕανπερ ἰσχυρὰ γυνὴ ᾗ, τῇ αὐτῇ εἶδει καὶ τῇ αὐτῇ ἰσχύϊ ἰσχυρὰ ἔσται; τὸ γὰρ τῇ αὐτῇ τοῦτο λέγω· οὐδὲν διαφέρει πρὸς τὸ ΣΩ. Ἡ δὲ ἀρετὴ πρὸς τὸ ἀρετὴ εἶναι διοίσει τι, ἕαντε ἐν παιδὶ ᾗ ἕαντε ἐν πρεσβύτῃ, ἕαντε ἐν γυναικὶ ἕαντε ἐν ἀνδρὶ; ΣΩ. Ἐμοιγέ πως δοκεῖ, ὦ Σώκρατες, τοῦτο οὐκέτι ὅμοιον εἶναι τοῖς ἄλλοις τούτοις. Vide também R. 451d sq.: τὰς θηλείας τῶν φυλάκων κυνῶν πότερα ξυφυλάττειν οἴομεθα δεῖν, ἅπερ ἂν οἱ ἄρρενες φυλάττωσι, καὶ ξυνθηρεῦν καὶ τᾶλλα κοινῇ πράττειν, ἢ τὰς μὲν οἰκουρεῖν ἔνδον ὡς ἀδυνάτους διὰ τὸν τῶν σκυλάκων τόκον τε καὶ τροφήν, τοὺς δὲ πονεῖν τε καὶ πᾶσαν ἐπιμέλειαν ἔχειν περὶ τὰ ποίμνια; Κοινῇ, ἔφη, πάντα· πλὴν ὡς ἀσθενεστέραις χρώμεθα, τοῖς δὲ ὡς ἰσχυροτέροις. Οἷον τ' οὖν, ἔφη, ἐγὼ, ἐπὶ τὰ αὐτὰ χρησθαί τινα ζῶν, ἂν μὴ τὴν αὐτὴν τροφήν τε καὶ παιδείαν ἀποδιδῶς; Οὐχ οἷον τε. Εἰ ἄρα ταῖς γυναιξὶν ἐπὶ ταῦτα χρησόμεθα καὶ τοῖς ἀνδράσι, ταῦτα καὶ διδασκτέον αὐτάς. Ναί.). Ambos os sexos tinham as mesmas virtudes, portanto, as mulheres não eram intrinsecamente inferiores aos homens, mas Platão advogava que a harmonia e a boa ordem assentavam na liderança do marido. A *ἀρετή* de uma mulher consistia em governar bem a casa, mantendo em bom estado o seu conteúdo, e ser obediente ao marido (cf. *Men.* 71e: εἰ δὲ βούλει γυναικὸς ἀρετὴν, οὐ χαλεπὸν διελθεῖν, ὅτι δεῖ αὐτὴν τὴν οἰκίαν εὖ οἰκεῖν, σῶζουσάν τε τὰ ἔνδον καὶ κατήκοον οὔσαν τοῦ ἀνδρός).).

A *κοινωνία* entre marido e mulher é constantemente enfatizada, mas somente Xenofonte esteve perto de reconhecer igual responsabilidade e privilégios à mulher, ao defender que a divisão de tarefas entre os dois sexos era algo estabelecido pelos deuses. Já que o homem era mais forte e resistente fisicamente, competia-lhe trabalhar fora de casa. À mulher, porém, porque tinha de alimentar os filhos debaixo de tecto e era mais tímida, cabia trabalhar em casa (cf. *Oec.* 7.3: ἐγὼ μὲν τοῖνυν, ἔφη, ὦ Σώκρατες, ὃ με ἐπήρου, οὐδαμῶς ἔνδον

διατρίβω. καὶ γὰρ δὴ, ἔφη, τά γε ἐν τῇ οἰκίᾳ μου πάνυ καὶ αὐτὴ ἡ γυνὴ ἐστὶν ἱκανὴ διοικεῖν; vide também Arist., EN 1160b 32-34: ἀνδρὸς δὲ καὶ γυναικὸς ἀριστοκρατικὴ φαίνεται· κατ’ ἀξίαν γὰρ ὁ ἀνὴρ ἄρχει, καὶ περὶ ταῦτα ἂν δεῖ τὸν ἄνδρα· ὅσα δὲ γυναικὶ ἀρμόζει, ἐκείνη ἀποδίδωσιν; Pol. 1277b 24-25: ἐπεὶ καὶ οἰκονομία ἐτέρα ἀνδρὸς καὶ γυναικὸς· τοῦ μὲν γὰρ κτᾶσθαι, τῆς δὲ φυλάττειν ἔργον ἐστίν; Oec. 1343b-1344a: οὕτω προφικονόμηται ὑπὸ τοῦ θείου ἐκατέρου ἡ φύσις, τοῦ τε ἀνδρὸς καὶ τῆς γυναικὸς, πρὸς τὴν κοινωνίαν. διελίηπται γὰρ τῷ μὴ ἐπὶ ταῦτα πάντα χρήσιμον ἔχειν τὴν δύναμιν, ἀλλ’ ἔνια μὲν ἐπὶ τάναντία, εἰς ταῦτόν δὲ συντείνοντα· τὸ μὲν γὰρ ἰσχυρότερον τὸ δ’ ἀσθενέστερον ἐποίησεν, ἵνα τὸ μὲν φυλακτικώτερον ᾗ διὰ τὸν φόβον, τὸ δ’ ἀμυντικώτερον διὰ τὴν ἀνδρείαν, καὶ τὸ μὲν πορίζῃ τὰ ἔξωθεν, τὸ δὲ σφύζῃ τὰ ἔνδον· καὶ πρὸς τὴν ἐργασίαν τὸ μὲν δυνάμενον ἐδραῖον εἶναι, πρὸς δὲ τὰς ἔξωθεν θυραυλίας ἀσθενές, τὸ δὲ πρὸς μὲν τὰς ἡσυχίας χειρὸν, πρὸς δὲ τὰς κινήσεις ὑγιεινόν· καὶ περὶ τέκνων τὴν μὲν γένεσιν κοινήν, τὴν δὲ ὠφέλειαν ἴδιον· τῶν μὲν γὰρ τὸ θρέψαι, τῶν δὲ τὸ παιδεῦσαι ἐστίν.). As capacidades e deficiências de um equilibravam as do outro, e o trabalho de ambos tinha igual valor e importância. Como afirma TREGGIARI (1991) 203, “the idea of division of tasks theoretically gives the wife a province in which she is supreme, so that even Aristotle insists that the husband must delegate suitable jobs to her, for if he takes charge of everything himself his power deteriorates from aristocracy to oligarchy, just as a rich or powerfull wife who trespasses on his prerogatives creates the same corruption.” A ideia da divisão de funções entre marido e mulher não foi especificamente abordada por Cícero nas suas obras, mas o filósofo deveria estar familiarizado com ela, já que, como tivemos oportunidade de afirmar, enquanto jovem, traduziu o *Oeconomicus* de Xenofonte. Cf. TREGGIARI (1991) 209: “In fact his translation and Philodemus’ critique suggest that the accessible and pragmatic Xenophon had maintained an important place in thinking on this subject in the Roman upper class of the first century. “

Calicrátides, filósofo pitagórico, defendia que a família era composta por uma entidade que governava — o marido —, outra que era governada — a esposa — e outra ainda que ajudava a família — os filhos de ambos. Segundo o filósofo, o poder exercido pelo primeiro era de natureza política, em benefício do governante e do governado. A esposa deveria, pois, subordinar-se ao marido. Se um homem casasse com uma mulher de origem económica e social superior à sua, haveria disputa entre ambos pelo poder. Por outro lado, seria *contra naturam* que o marido se deixasse governar pela mulher (cf. apud Stob. 4.28.17-18).

Para o estóico Antípatro de Tarso, a *κοινωνία* entre esposos existia para benefício do marido. O objectivo principal da vida de uma mulher era agradar ao marido (cf. apud Stob. 4.22.1.25).

O poder do marido sobre a esposa advogado pelos filósofos gregos teve a sua expressão na sociedade romana através do casamento *in manu*. No entanto, enquanto os autores gregos usavam termos como *ἄρχειν* e *κρατεῖν* sem quaisquer hesitações, os termos equivalentes romanos, como *imperare*, parecem ter assumido mais cambiantes de sentido. Assim, apesar de um gramático tardio — S. Pompeio Festo — ter afirmado claramente que uma noiva, através do casamento, ficaria sujeita ao *imperium* do marido (cf. Fest., p. 55L), autores latinos anteriores parecem ter percebido que, na época em que viveram, tal uso se encontrava já ultrapassado, não correspondendo de forma alguma à realidade. No final da República, o tipo de casamento prevalecente era o casamento *sine manu*, pelo que se torna evidente que “Cicero did not think contemporary husbands had the ability to order their wives — perhaps not even their children *in potestate*, though they had the legal right.” Cf. TREGGIARI (1991) 209 sq..

Se houvesse excessiva liberdade na *res publica*, a indisciplina alastraria de tal forma que deixaria de existir o desejável controlo (*dominatio*) no lar (*domus*). Esta situação criaria um desequilíbrio nas relações entre pais e filhos; os escravos comportar-se-iam de forma mais libertina, as mulheres adquiririam os mesmos direitos dos maridos e, entre tamanha liberdade, cães, cavalos e burros correriam tão livremente que os homens seriam obrigados a ceder-lhes passagem:

*Eos, qui pareant principibus, agitari ab eo populo et seruos uoluntarios appellari; eos autem, qui in magistratu priuatorum similes esse uelint, eosque priuatos, qui efficiant, ne quid inter priuatum et magistratum differat, ferunt laudibus et mactant honoribus, ut necesse sit in eius modi re publica plena libertatis esse omnia, ut et priuata domus omnis uacet dominatione et hoc malum usque ad bestias perueniat, denique ut pater filium metuat, filius patrem neglegat, absit omnis pudor, ut plane liberi sint, nihil intersit, ciuis sit an peregrinus, magister ut discipulos metuat et iis blandiatur spernantque discipuli magistros, adulescentes ut senum sibi pondus adsumant, senes autem ad ludum adulescentium descendant, ne sint iis odiosi et graues; ex quo fit, ut etiam serui se liberior gerant, uxores eodem iure sint, quo uiri, inque tanta libertate canes etiam et equi, aselli denique liberi sic incurrant, ut iis de uia decedendum sit.*<sup>18</sup>

A leitura destes excertos filosóficos permite-nos, pois, concluir que as ideias ciceronianas relativas à origem da família, ao respectivo propósito económico, à comunhão de interesses entre marido e esposa e à subordinação das mulheres seguem a linha da ortodoxia grega<sup>19</sup>.

Depois de percebermos que relevância atribuía Cícero ao papel desempenhado pela família na sociedade, importa agora conhecer o vocabulário utilizado pelo autor para designar ‘família’, e, subjacente a essa utilização, saber que elementos, na sua perspectiva, podiam integrar uma família romana.

---

<sup>18</sup> *Rep.* 1.67. Como afirma TREGGIARI (1991) 209, nota 19, este passo constitui uma paráfrase das ideias platónicas (cf. *Pl.*, *R.* 562 c-563 e).

<sup>19</sup> Cf. TREGGIARI (1991) 209, que afirma também, na p. 207: “The more serious and deliberate adaptation of Greek moralizing ideas will be sought in Cicero’s philosophical works.” A respeito da influência das ideias gregas em Cícero, leia-se, da mesma autora, o cap. 7, “Graeco-Roman Theories of Marriage”, maxime 209-212.

Um dos vocábulos utilizados pelo Arpinate para referir a instituição familiar era *familia*. Como tivemos oportunidade de constatar no Cap. Primeiro da Primeira Parte, o sentido desta palavra latina era de alguma forma ambíguo, já que podia variar consoante o contexto em que era utilizada. Um dos sentidos que Cícero mais vezes atribuiu à palavra é o que a identifica com o conjunto dos *agnati*, isto é, dos parentes de sangue por via masculina oriundos da mesma casa<sup>20</sup>. Quando o rei da Galácia, Dejótaro, foi acusado pelo filho da filha, o advogado referiu-se a este último como membro da *familia* do pai, que não era a mesma do rei, seu avô materno:

*Sint sane inimicitiae, quae esse non debebant — rex enim Deiotarus uestram familiam abiectam et obscuram e tenebris in lucem euocauit: quis tuum patrem ante quis esset quam cuius gener esset audiuit? — sed quamuis ingrate et impie necessitudinis nomen repudiaretis, tamen inimicitias hominum more gerere poteratis, non ficto crimine insectari, non expetere uitam, non capitis arcessere.*<sup>21</sup>

Da mesma forma, na invectiva contra Pisão, Cícero evitou insultar a *familia* daquele — que envergava o *cognomen* ilustre *Frugi* —, sugerindo que a faceta iníqua do seu carácter derivava do *maternum genus*. O comportamento de Pisão tinha origem na sua *cognatio*, não no *paternum genus*:

*Habes redditum meum. Confer nunc uicissim tuum, quando quidem amisso exercitu nihil incolume domum praeter os illud tuum pristinum rettulisti. Qui primum qua ueneris cum laureatis tuis lictoribus quis scit? Quos tu Maeandros, dum omnis solitudines persequeris, quae deuerticula flexionesque quaesisti? Quod te municipium uidit, quis amicus inuitauit, quis hospes aspexit? Nonne tibi nox erat pro die, solitudo pro frequentia, caupona pro oppido, non ut redire ex Macedonia nobilis imperator sed ut mortuus infamis referri uideretur? Romam uero ipsam, o familiae non dicam Calpurniae sed Caluentiae, neque huius urbis sed Placentini municipi, neque paterni generis sed braccatae cognationis dedecus! Quem ad modum ingressus es? Quis tibi non dicam horum aut ciuium ceterorum sed tuorum legatorum obuiam uenit?*<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> Cf. supra, Ulp., dig. 50.16.195.2.

<sup>21</sup> *Deiot.* 30.

<sup>22</sup> *Pis.* 53. Cf. *Sest.* 21: *Alter multos plane in omnis partis fefellit; erat enim hominum opinioni nobilitate ipsa, blanda conciliatricula, commendatus. Omnes boni semper nobilitati fauemus, et quia utile est rei publicae nobilis homines esse dignos maioribus suis, et quia ualet apud nos clarorum hominum et bene de re*

Num passo do discurso *Pro Cluentio*, Cícero estabeleceu a mesma distinção, ao argumentar que as terríveis acções da mãe de Cluêncio constituíam uma desonra (*dedecus*) quer para a *familia*, quer para a *cognatio*:

*Tulit hoc commune dedecus familiae, cognationis, nominis grauius filius; augebatur autem eius molestia cotidianis querimoniis et adsiduo fletu sororis; statuit tamen nihil sibi in tantis iniuriis ac tanto scelere matris grauius esse faciendum quam ut illa ne uteretur, ne quae uidere sine summo animi dolore non poterat, ea, si matre uteretur, non solum uidere uerum etiam probare suo iudicio putaretur.*<sup>23</sup>

Durante a República, a forma de casamento vigente era o casamento *sine manu*. Em termos legais, a mulher, apesar de casada, não fazia parte da família do marido e dos filhos de ambos, mas da família do pai, já que era sob sua *potestas* que se mantinha. Destas circunstâncias, nasceu um conflito entre aquilo que a lei estabelecia e a realidade incontornável de que a esposa era, afinal, um elemento vital para a família, a unidade básica de reprodução. Ora, esta ambiguidade de que se revestia o estatuto das mulheres que casavam *sine manu* levou a que o termo *familia*, numa acepção não jurídica, pudesse referir, entre os restantes elementos da família do marido, a esposa. No *Pro Caelio*, por exemplo, Cícero refere que Clódia, por via do casamento, ingressou *in familiam clarissimam*, a família dos Metelos, embora, ao mesmo tempo, a descreva como pertencendo à *familia Claudia*:

*Sed tamen ex ipsa quaeram prius utrum me secum seuere et grauius et prisce agere malit, an remisse et leniter et urbane. Si illo austero more ac modo, aliquis mihi ab inferis excitandus est ex barbatis illis, non hac barbula qua ista delectatur sed illa horrida quam in statuis antiquis atque imaginibus uidemus, qui obiurget mulierem et qui pro me loquatur ne mihi ista forte suscenseat. Exsistat igitur ex hac ipsa familia aliquis ac potissimum Caecus ille; minimum enim dolorem capiet qui istam non uidebit. Qui profecto, si exstiterit, sic aget ac sic loquetur: 'Mulier, quid tibi cum Caelio, quid cum homine adulescentulo, quid cum alieno?'*

---

*publica meritorum memoria, etiam mortuorum. Quia tristem semper, quia taciturnum, quia subhorridum atque incultum uidebant, et quod erat eo nomine ut ingenerata familiae frugalitas uideretur, fauebant, gaudebant, et ad integritatem maiorum spe sua hominem uocabant materni generis obliti.*

<sup>23</sup> *Clu.* 16.

*Cur aut tam familiaris fuisti ut aurum commodares, aut tam inimica ut uenenum timeres? Non patrem tuum uideras, non patruum, non auum, non proauum, non [abauum, non] atauum audieras consules fuisse; non denique modo te Q. Metelli matrimonium tenuisse sciebas, clarissimi ac fortissimi uiri patriaeque amantissimi, qui simul ac pedem limine extulerat, omnis prope ciuis uirtute, gloria, dignitate superabat? Cum ex amplissimo genere in familiam clarissimam nupsisses, cur tibi Caelius tam coniunctus fuit? Cognatus, adfinis, uiri tui familiaris? Nihil eorum. (...) Nonne te, si nostrae imagines uiriles non commouebant, ne progenies quidem mea, Q. illa Claudia, aemulam domesticae laudis in gloria muliebri esse admonebat, non uirgo illa Vestalis Claudia quae patrem complexa triumphantem ab inimico tribuno plebei de curru detrahi passa non est? Cur te fraterna uitia potius quam bona paterna et auita et usque a nobis cum in uiris tum etiam in feminis repetita mouerunt?*<sup>24</sup>

Passagens como esta são raras na literatura latina. Normalmente, a mulher era perspectivada como membro da família do pai, não do marido, o que vai de encontro, aliás, ao que uma das definições legais de *familia* estabelecia: pertenciam à mesma *familia* todas as *personae* que estivessem sob a *potestas* do *paterfamilias*, por natureza ou por imposição da lei<sup>25</sup>.

Uma outra definição de *familia* apresentada por Ulpiano identifica o vocábulo latino com um grupo ainda mais lato de pessoas, a saber, o conjunto de todos os indivíduos em cujas veias corre o sangue do fundador da família<sup>26</sup>. Ora, é precisamente este o sentido que Cícero mais vezes atribui à palavra. Atendendo a que ninguém conhecia com exactidão o seu mais remoto antepassado, umas vezes, o vocábulo equivale a *gens* ou clã, outras, designa um grupo mais estrito. Geralmente, porém, o contexto não esclarece o leitor sobre quão lato seria o grupo de descendentes a que o vocábulo *familia* se refere, talvez porque a intenção do autor seria transmitir apenas uma impressão genérica sobre as origens de alguém, para a qual a distinção *gens/familia* não era necessariamente importante<sup>27</sup>. Nos seus discursos, Cícero referiu muitas vezes a importância que a tríade *genus*, *nomen* e *familia* assumia na reputação social de um indivíduo. No *Pro Scauro*, por exemplo, o causídico chama a atenção para a *dignitas* do *genus*, da *familia* e do *nomen* de Escauro. Neste contexto, *familia* refere-se claramente a um grupo de descendentes, mas é difícil

<sup>24</sup> *Cael.* 33-34.

<sup>25</sup> Cf. supra, Ulp., *dig.* 50.16.195.2; SALLER (1994) 76.

<sup>26</sup> Cf. supra, Ulp., *dig.* 50.16.195.4.

<sup>27</sup> SALLER (1994) 79.

sabermos a que grupo exactamente corresponde e em que medida *familia* difere, se é que Cícero tinha essa pretensão, de *genus* e de *nomen*<sup>28</sup>:

*Maxime fuit optandum M. Scauro, iudices, ut nullo suscepto cuiusquam odio sine offensione ac molestia retineret, id quod praecipue semper studuit, generis, familiae, nominis dignitatem.*<sup>29</sup>

Outras vezes, o autor utilizava a palavra *familia* para referir um grupo de escravos sob o poder de um *dominus*<sup>30</sup>. Durante o seu exílio, e perante a possibilidade de ver confiscados todos os seus bens, dos quais faziam parte obviamente os escravos, o estadista ponderou com Terência a possibilidade de conceder a manumissão a pelo menos alguns deles:

*De familia liberata, nihil est quod te moueat. Primum tuis ita promissum est, te facturam esse ut quisque esset meritus; (...) Ceterorum seruorum ea causa est ut, si res a nobis abisset, liberti nostri essent, si obtinere potuissent; sin ad nos pertinerent, seruirent praeterquam oppido pauci.*<sup>31</sup>

---

<sup>28</sup> A única certeza que temos é a de que “as a group the three words brought to mind agnatic lineage and its prestige in a broad sense.” (SALLER (1994) loc. cit.).

<sup>29</sup> *Scaur.* 1. Cf. *Ver.* 2.2.51: *Per eosdem istius furtorum iniuriarum uxorumque socios istius imperio Syracusis Marcellia tolluntur maximo gemitu luctuque ciuitatis, quem illi diem festum cum recentibus beneficiis C. Marcelli debitum reddebant, tum generi nomini familiae Marcellorum maxima uoluntate tribuebant; Mur.* 12: *Hic uero, iudices, et fuit in Asia et uiro fortissimo, parenti suo, magno adiumento in periculis, solacio in laboribus, gratulationi in uictoria fuit. Et si habet Asia suspicionem luxuriae quandam, non Asiam numquam uidisse sed in Asia continenter uixisse laudandum est. Quam ob rem non Asiae nomen obiciendum Murenae fuit ex qua laus familiae, memoria generi, honos et gloria nomini constituta est, sed aliquod aut in Asia susceptum aut ex Asia deportatum flagitium ac dedecus; Lig.* 20: *Sed, ut omittam communem causam, ueniamus ad nostram. Vtrum tandem existimas facilius fuisse, Tubero, Ligario ex Africa exire an uobis in Africam non uenire? 'Poteramusne,' inquires, 'cum senatus censuisset?' Si me consulis, nullo modo; sed tamen Ligarium senatus idem legauerat. Atque ille eo tempore paruít cum parere senatui necesse erat; uos tum paruístis cum paruít nemo qui noluit. Reprehendo igitur? Minime uero. Neque enim licuit aliter uestro generi, nomini, familiae, disciplinae. Sed hoc non concedo ut, quibus rebus gloriemini in uobis, easdem in aliis reprehendatis.*

<sup>30</sup> Segundo Ulpiano, *familia* podia referir um grupo de escravos (cf. *supra*, *dig.* 50.16.195.3).

<sup>31</sup> *Fam.* 14.4.4. Sobre esta questão, vide Terceira Parte, Cap. Primeiro, pp. 179 sq..



Outro vocábulo utilizado pelos Romanos para referirem ‘família’ era *domus*. Em Cícero, à semelhança do que acontecia com o termo *familia*, a palavra cobria uma vasta área semântica. Com alguma frequência, *domus* designava o espaço físico da casa. Durante o exílio, e imediatamente depois, o epistológrafo mostrou-se sempre empenhado em recuperar a sua *domus*. Quando fez referência à ordem do Senado de reconstrução da sua *domus*, estava obviamente a referir-se ao edifício:

*Nego ullo de opere publico, de monumento, de templo tot senatus exstare consulta quot de mea domo, quam senatus unam post hanc urbem constitutam ex aerario aedificandam, a pontificibus liberandam, a magistratibus defendendam, a iudicibus puniendam putarit. P. Valerio pro maximis in rem publicam beneficiis data domus est in Velia publice, at mihi in Palatio restituta; illi locus, at mihi etiam parietes atque tectum; illi quam ipse priuato iure tueretur, mihi quam publice magistratus omnes defenderent.*<sup>32</sup>

Em alguns contextos, *domus* designava também os habitantes da casa de família. Este sentido aproxima-se de uma das definições de *familia* — a que identifica o vocábulo com o grupo de servidores dependentes de um senhor. Apresenta, no entanto, uma ligeira diferença: enquanto *familia* é usado frequentemente para designar o grupo de escravos

---

<sup>32</sup> Har. 16. Vejam-se outros passos em que *domus* assume o mesmo sentido: Catil. 4.12: *Etenim quaero, si quis pater familias, liberis suis a seruo interfectis, uxore occisa, incensa domo, supplicium de seruis [non] quam acerbissimum sumpserit, utrum is clemens ac misericors an inhumanissimus et crudelissimus esse uideatur?*; Ver. 2.5.80: *Nam aestate summa, quo tempore ceteri praetores obire prouinciam et concursare consuerunt aut etiam in tanto praedonum metu et periculo ipsi nauigare, eo tempore ad luxuriam libidinesque suas domo sua regia - quae regis Hieronis fuit, qua praetores uti solent - contentus non fuit*; Cael. 60: *Ex hac igitur domo progressa ista mulier de ueneni celeritate dicere audebit? Nonne ipsam domum metuet ne quam uocem eiciat, non parietes conscios, non noctem illam funestam ac luctuosam perhorrescet?*; Mil. 64: *Scutorum, gladiatorum, pilorum, frenorum etiam multitudo deprehendi posse indicabatur; nullum in urbe uicum, nullum angiportum esse dicebant in quo non Miloni conducta esset domus; arma in uillam Oriculanam deuecta Tiberi, domus in cliuo Capitolino scutis referta, plena omnia malleolorum ad urbis incendia comparatorum: haec non delata solum, sed paene credita, nec ante repudiata sunt quam quaesita*; Phil. 2.91: *Tua illa pulchra laudatio, tua miseratio, tua cohortatio; tu, tu, inquam, illas faces incendisti, et eas quibus semustilatus ille est et eas quibus incensa L. Bellieni domus deflagrauit. Tu illos impetus perditorum hominum et ex maxima parte seruorum quos nos ui manuque reppulimus in nostras domos immisisti.*

dependentes de um *dominus*, excluindo os membros livres da família, *domus* tem um sentido menos estrito, incluindo a esposa, os filhos e outros elementos da casa, como os escravos e os libertos. É este o significado atribuído por Cícero à palavra, quando, em carta a Ático, se despede<sup>33</sup>:

*Domus te nostra tota salutat.*<sup>34</sup>

Por conseguinte, segundo o Arpinate, da *domus* faziam parte os elementos nucleares da família, mas também os serviçais. Da leitura de algumas cartas de recomendação, é possível percebermos que o autor considerava como membros integrantes da *domus* os respectivos libertos. Leia-se, por exemplo, este excerto dirigido a Sérvio Sulpício Rufo, a quem Cícero recomenda a *domus* a que pertencia o liberto L. Cossínio:

*L. Cossinio, amico et tribuli meo, ualde familiariter utor. Nam et inter nosmet ipsos uetus usus intercedit et Atticus noster maiorem etiam mihi cum Cossinio consuetudinem fecit. Itaque tota Cossini domus me diligit in primisque libertus eius, L. Cossinius Anchialus, homo et patrono et patroni necessariis, quo in numero ego sum, probatissimus. Hunc tibi ita commendo ut, si meus libertus esset eodemque apud me loco esset quo [et] est apud suum patronum, maiore studio commendare non possem.*<sup>35</sup>

Por vezes, *domus* significava um grupo de parentes mais abrangente, que não se resumia aos seus elementos nucleares. Como afirma Saller, “*domus* could refer variously to

---

<sup>33</sup> Cf. SALLER (1994) 81 sq., onde se afirma: “It is worth stressing, since the lexicons give the opposite impression, that *domus*, like the English “family” in the sixteenth and seventeenth centuries, normally refers to all those living in the household and not just the nuclear family within it. This is the implication of Cicero’s statement in the *De Officiis* (1.54) on the pseudo-historical hierarchy of family obligations. First came the husband-wife bond, then the parent-child, and third the bonds of those within the *domus*. This order would make no sense if the Romans usually thought of *domus* as the mother-father-children triad.”

<sup>34</sup> Att. 4.12. Cf. Att. 12.28.3, em que Cícero expressa a Ático o apreço que sente por toda a família de Triário: *De <T>riario, bene interpretaris uoluntatem meam. Tu uero nihil nisi ut illi uolent. Amo illum mortuum, tutor sum liberis, totam domum diligo.*

<sup>35</sup> Fam. 13.23.1. Cf. Fam. 13.46, em que Cícero recomenda a Apuleio um outro liberto, de nome L. Nóstio Zoilo: *L. Nostius Zoilus est cohores meus, heres autem patroni sui. Ea re utrumque scripsi ut et mihi cum illo causam amicitiae scires esse et hominem probum existimares, qui patroni iudicio ornatus esset. Eum tibi igitur sic commendo ut unum ex nostra domo.*

a man's circle of living kin or to his descent group including ancestors and descendants.” Cícero, porém, quando pretendia evocar o prestígio de um indivíduo mencionando os seus antepassados, usava sempre *familia*, e raramente empregava *domus* para referir um grupo de familiares mais alargado. São, de facto, poucos os passos em que o epistológrafo atribuiu a *domus* esse sentido<sup>36</sup>. Numa das suas cartas *ad familiares*, o epistológrafo refere-se ao laço de *necessitudo* que mantinha com a *domus* de Planco, e que havia sido estabelecido antes mesmo do nascimento do amigo:

*Ego, Plance, necessitudinem constitutam habui cum domo uestra ante aliquanto quam tu natus es...*<sup>37</sup>

Leia-se ainda o excerto de uma carta ao cônsul Marcelo, em que Cícero comenta os serviços prestados pela *domus* do amigo. O autor pretendia incluir no grupo de pessoas designado pela palavra *P. Cornélius Lêntulo Marcelino*, que, legalmente, já não pertencia à *familia Marcellorum*, uma vez que fora adoptado pela *familia* dos *Cornelii Lentuli*<sup>38</sup>. Do ponto de vista legal, pelo menos, o vocábulo *familia* não era, por conseguinte, o mais apropriado para referir este grupo mais abrangente de familiares<sup>39</sup>:

*Quoniam id accidit quod mihi maxime fuit optatum, ut omnium Marcellorum, Marcellinorum etiam (mirificus enim generis ac nominis uestri fuit erga me semper animus) — quoniam ergo ita accidit ut omnium uestrum studio tuus consulatus satis facere posset, in quem meae res gestae lausque et honos earum potissimum incideret, peto a te, (...), ut quam honorificentissimum senatus consultum litteris meis recitatis faciendum cures. (...) Patris tui beneficia in me sunt amplissima; (...) frater tuus quanti me faciat semperque fecerit esse*

---

<sup>36</sup> Cf. SALLER (1994) 87, que afirma: “The very nature of Republican politics ensured a concentration on *familia*: in the popular assemblies the renown of a man's *nomen*, transmitted through the *familia*, was an important asset in securing a successful political career.”

<sup>37</sup> *Fam.* 10.3.2.

<sup>38</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (2001) v. 1, nota 1 ad *Fam.* 15.10.1.

<sup>39</sup> Ora, como afirma SALLER (1994) 87, nota 41, “in general, Cicero does not use *domus* where *familia* would be appropriate, as imperial authors do.”

*hominem qui ignoret arbitror neminem. Domus tua denique tota me semper omnibus summis officiis prosecuta est.*<sup>40</sup>

Conforme nos foi dado constatar em capítulo anterior (Cap. Primeiro, Primeira Parte), os vocábulos *domus* e *familia* não correspondem exactamente à definição actual e primeira de ‘família’, isto é, não representam exclusivamente o grupo composto por pai, mãe e filhos. Quando pretendiam referir o núcleo da unidade familiar, os autores latinos preferiam, em vez de *familia* e *domus*, utilizar a expressão *uxor* (ou *coniunx*) *liberique*<sup>41</sup>. Cícero não é excepção. No discurso proferido em defesa de Róscio Amerino, o orador referiu que o seu cliente tinha a sua *domus* e a sua *uxor liberique* em Améria<sup>42</sup>. Para evocar a sua própria família nos seus discursos, o estadista recorria a termos semelhantes:

*Nam coniugis miserae squalor et luctus atque optimae filiae maeror adsiduus filique parui desiderium mei lacrimaeque pueriles aut itineribus necessariis aut magnam partem tectis ac tenebris continebantur.*<sup>43</sup>

Na correspondência que trocava, recorria a vocabulário equivalente. Leia-se este passo, por exemplo:

*Te oro et obsecro, T. Pomponi, (...) ut (...) Terentiam liberosque meos tueare...*<sup>44</sup>

---

<sup>40</sup> *Fam.* 15.10.1-2. Cf. *Fam.* 15.8: *totam denique domum uestram uel salutis uel dignitatis meae studiosissimam cupidissimamque cognoui*; *Fam.* 15.11.1: *Quantae curae tibi meos honos fuerit et quam idem exstiteris consul in me ornando et amplificando qui fueras semper cum parentibus tuis et cum tota domo (...) cognoui tamen ex meorum omnium litteris.*

<sup>41</sup> Cf. SALLER (1994) 83.

<sup>42</sup> *S. Rosc.* 96: *Cum Ameriae Sex. Rosci domus uxor liberique essent...* Vide também Cic., *Phil.* 12.5: *'Maestam' inquit 'domum offendi, coniugem, liberos; Quinct.* 54: *postulone a praetore ut eius bona mihi possidere liceat, an, cum Romae domus eius, uxor, liberi sint, domum potius denuntiem?; Deiot.* 15, em que Cícero argumenta que Dejótaro nunca cometeria a insensatez de conspirar contra César, já que, mesmo que fosse bem sucedido, seria aniquilado *cum regno, cum domo, cum coniuge, cum carissimo filio*. Como afirma SALLER (1994) 83, nota 29, a respeito deste passo, “the position of *domus* in this series suggests that it was an entity of intermediate size between *regnum* e *coniunx et filius*.”

<sup>43</sup> *Red. Pop.* 8. Cf. *Dom.* 96: *Quod cum iudicassem, defleui coniugis miserae discidium, liberorum carissimorum solitudinem, fratris absentis amantissimi atque optimi casum, subitas fundatissimae familiae ruinas...*

Ou este:

*Pudet enim me uxori [mae] optimae, suauissimis liberis uirtutem et diligentiam non praestitisse.*<sup>45</sup>

Para referirem os familiares mais próximos, os Romanos, em alternativa, utilizavam ainda os determinantes/pronomes possessivos *mei* e/ou *tui*, que nem sempre referiam exclusivamente os membros nucleares da família, isto é, os pais e os filhos. Ora, como afirma Bradley, “these terms (...) were elastic in meaning, and they could include, strangely to the modern mind, persons who were not related to each other by blood or marriage.”<sup>46</sup> Nas suas cartas, Cícero recorre constantemente ao possessivo de primeira pessoa (*mei*) para referir os que lhe eram mais próximos. Na correspondência que trocou com o irmão durante o exílio, os possessivos teriam como referente os filhos e a esposa. Era para eles que iam os seus pensamentos:

*Amabo te, mi frater, ne, si uno meo facto et tu et omnes mei corruistis, improbitati et sceleri meo potius quam prudentiae miseriaeque adsignes.*<sup>47</sup>

Foram as lágrimas destes que o impediram de desistir de viver:

*Lacrimae meorum me ad mortem ire prohiberunt, quod certe et ad honestatem <tuendam> et ad effugiendos intolerabilis dolores fuit aptissimum.*<sup>48</sup>

---

<sup>44</sup> Att. 3.19.3. Por vezes, Cícero optava por referir, em adição ou substituição, os nomes próprios da esposa e dos filhos. Cf. Fam. 14.4.6, de meados de Janeiro de 57: *Mea Terentia, fidissima atque optima uxor, et mea carissima filiola et spes reliqua nostra, Cicero, ualete*; Att. 1.18.1, de 20 de Janeiro de 60: *Ita sum ab omnibus destitutus ut tantum requietis habeam quantum cum uxore et filiola et mellito Cicerone consumitur.*

<sup>45</sup> Fam. 14.3.2, de 29 de Novembro de 58.

<sup>46</sup> BRADLEY (1991) 4 sq..

<sup>47</sup> Q. fr. 1.4.1, do princípio de Agosto de 58.

<sup>48</sup> Q. fr. 1.4.4. Note-se que SHACKLETON BAILEY (cf. 2002, nota ad loc.) traduz *meorum* por “family and friends”. Tendo em conta a elasticidade semântica do pronome, é possível que Cícero estivesse a referir-se não apenas à família directa, mas também a alguns amigos mais chegados.

Nas cartas que trocou com Ático, as variadas formas do pronome referiam os filhos e a esposa, mas também o irmão e o sobrinho, que eram, como os filhos, seus parentes agnatos. Leia-se, por exemplo, este excerto de uma carta em que Cícero se mostrou preocupado com o mal-estar que se havia instalado entre o irmão e Ático. O epistológrafo reconhecia que, para defender Quinto — que ele inclui no elenco dos familiares designados pela forma pronominal *meorum* —, poderia ter de dizer ao amigo coisas menos agradáveis acerca da família dele (*tuis*):

*Atque huius incommodi culpa ubi resideat facilius possum existimare quam scribere; uereor enim ne, dum defendam meos, non parcam tuis.*<sup>49</sup>

Em nome da amizade que os unia, Cícero pediu a Ático que não desse importância a atitudes menos correctas que Quinto eventualmente tivesse tido para com o cunhado. Ático não deveria duvidar do apreço que os familiares de Cícero (*meorum*) — entre os quais, o irmão — tinham por ele:

*Nam si ita statueris, et irritabilis animos esse optimorum saepe hominum et eosdem placabilis, et esse hanc agilitatem, ut ita dicam, mollitiamque naturae plerumque bonitatis, et, id quod caput est, nobis inter nos nostra siue incommoda siue uitia siue iniurias esse tolerandas, facile haec, quem ad modum spero, mitigabuntur; quod ego ut facias te oro. Nam ad me, qui te unice diligo, maxime pertinet neminem esse meorum qui aut te non amet aut abs te non ametur.*<sup>50</sup>

Quando partiu para o exílio, Cícero não se cansou de recomendar os seus (*meos*) a Ático. Neste grupo de pessoas mais chegadas estariam indubitavelmente os filhos, a esposa, o irmão e o sobrinho:

*Tibi meos commendo.*<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> Att. 1.17.3, de 5 de Dezembro de 61.

<sup>50</sup> Att. 1.17.4.

<sup>51</sup> Att. 3.6, de 17 de Abril de 58. Alguns anos mais tarde, em plena viagem para a Cilícia, onde iria desempenhar as funções de procônsul, Cícero recomendaria a Ápio Cláudio Pulcro a sua pessoa, os seus bens e as pessoas que estavam sob a sua protecção: *Haec igitur tibi erunt curae, quem ad modum ostendis, meque totum et mea et meos commendatos habebis* (Fam. 3.9.4, de 20 de Fevereiro de 50). Anos mais tarde, Cícero

Sentia a falta das suas coisas, do conforto que lhe proporcionavam os seus bens materiais (*mea*), desses familiares mais próximos (*meos*), mas também do homem que fora em tempos (*me ipsum*):

*Desidero enim non mea solum neque meos sed me ipsum.*<sup>52</sup>

Sentia que havia abandonado a pátria, que se havia entregado aos inimigos, arrastando consigo na desgraça os familiares (*meos*):

*... ego proditus, inductus, coniectus in fraudem omnia mea praesidia neglexi, totam Italiam (...) destitui et reliqui, me, meos tradidi inimicis...*<sup>53</sup>

Acalentava a esperança de reencontrar brevemente o amigo e a família (*meis*):

*Ad quae recuperanda per fortunas incumbe, ut facis, diemque natalem reditus mei cura ut in tuis aedibus amoenissimusagam tecum et cum meis.*<sup>54</sup>

Anos mais tarde, no início de 49, instalado em Roma o clima de guerra civil, Cícero chegou a temer pela sua segurança e pela integridade física dos seus (*meis*). Estava preocupado sobretudo com o destino do filho, do sobrinho, da filha e da esposa. Pediu, por isso, conselho a Ático sobre o que deveria fazer:

*Itaque de Ciceronibus nostris dubito quid agam; (...) De Tullia autem et Terentia (...) omnia timeo (...). Sed hoc tu uidebis, quippe cum de me ipso ac de meis te considerare uelim.*<sup>55</sup>

---

agradeceria a alguns amigos, como Ópio e Mácio, o facto de terem velado por ele e pelos seus em momentos mais difíceis da sua vida. Cf. *Fam.* 11.29.2, do início de Julho de 44: *et cum abessem atque in magnis periculis essem, et me absentem et meos praesentis a te cultos et defensos esse memini...*; *Fam.* 11.27.4, de meados de Outubro (?) de 44: *Quod officium tuum, quod studium uel in absentem me uel in praesentis meos defuit? Quem porro omnes mei et mihi et sibi te amiciorem iudicauerunt?*

<sup>52</sup> *Att.* 3.15.3, de 17 de Agosto de 58.

<sup>53</sup> *Att.* 3.15.7. Cf. *Att.* 3.19.3, de 15 de Setembro: *si in tellegis me coactum ut ipse me et meos perderem...*

<sup>54</sup> *Att.* 3.20.1, de 5 de Outubro de 58. Cf. *Att.* 3.22.3, de Novembro de 58: *Mi Pomponi, pugna ut tecum et cum meis mihi liceat uiuere.*

A identidade das pessoas referidas pelo pronome possessivo dependia do contexto em que a carta havia sido escrita e da intenção que presidira à sua redacção. Numa missiva dirigida, em data incerta, a Sérvio Sulpício Rufo, Cícero recomendou os serviços de um médico que, segundo o epistológrafo, havia tratado por diversas vezes pessoas da sua família (*meorum*). Ora, entre essas pessoas contava-se o liberto Tirão, que havia adoecido mais do que uma vez entre os anos 50 e 49<sup>56</sup>:

*Asclapone Patrensi medico utor familiariter eiusque cum consuetudo mihi iucunda  
fuit tum ars etiam, quam sum expertus in ualetudine meorum...*<sup>57</sup>

Deste modo, em contextos específicos, *mei* também podia designar escravos ou até libertos, como Tirão.

Conhecido o leque de termos utilizados por Cícero para referir a família, importa ainda percebermos que importância atribuía o autor, como ser humano, à família, e quais os elementos que a compunham.

Nos discursos que escreveu depois de ter regressado do exílio é notória a emoção que a família lhe inspirava. Suportar tranquilamente (*aequo animo*) a separação da família em prol da *res publica* e dos concidadãos não era, para o autor, sinal de coragem (*uirtus*), mas de insensibilidade (*stupor*). O amor pela família é próprio do homem, da natureza humana:

*An ego poteram (...), infitiri me esse hominem et communem naturae sensum  
repudiare? Tum uero neque illud meum factum laudabile nec beneficium ullum a me in rem  
publicam profectum dicerem, si quidem ea rei publicae causa reliquissem quibus aequo animo  
carerem, eamque animi durtiam, sicut corporis, quod cum uritur non sentit, stuporem potius  
quam uirtutem putarem. Suscipere tantos animi dolores, atque ea quae capta urbe accidunt  
uictis stante urbe unum perpeti, et iam se uidere distrahi a complexu suorum, disturbari tecta,  
diripi fortunas, patriae denique causa patriam ipsam amittere, spoliari populi Romani*

---

<sup>55</sup> Att. 7.13.3, de 23 de Janeiro de 49.

<sup>56</sup> Em Novembro de 50, Cícero viu-se obrigado a prescindir da companhia do liberto, que adoecera no final de Outubro, deixando-o em Patras (cf. *Fam.* 16.9.1). Cf. ainda *Fam.* 16.1; 16.2; 16.3; 16.4; 16.5; 16.7; 16.8; 16.9; 16.11; 16.12, escritas entre Novembro de 50 e Janeiro de 49.

<sup>57</sup> *Fam.* 13.20, de 46 ou 45.



*beneficiis amplissimis, praecipitari ex altissimo dignitatis gradu, uidere praetextatos inimicos nondum morte complorata arbitria petentis funeris: haec omnia subire conseruandorum ciuium causa, atque id cum dolenter adsis non tam sapiens quam ii qui nihil curant, sed tam amans tuorum ac tui quam communis humanitas postulat, ea laus praeclara atque diuina est. Nam qui ea quae numquam cara ac iucunda duxit animo aequo rei publicae causa deserit, nullam beniuolentiam insignem in rem publicam declarat; qui autem ea relinquit rei publicae causa a quibus cum summo dolore diuellitur, ei cara patria est, cuius salutem caritati anteponeit suorum.*<sup>58</sup>

<sup>58</sup> Dom. 97-98. Cícero evocava a família nos discursos que fazia com a intenção, muitas vezes, de emocionar a audiência. Leia-se, e. g. *Red. Sen. 1: Si, patres conscripti, pro uestris immortalibus in me fratremque meum liberosque nostros meritis parum uobis cumulate gratias egero, quaeso obtestorque ne meae naturae potius quam magnitudini uestrorum beneficiorum id tribuendum putetis. Quae tanta enim potest existere ubertas ingeni, quae tanta dicendi copia, quod tam diuinum atque incredibile genus orationis, quo quisquam possit uestra in nos uniuersa promerita non dicam complecti orando, sed percensere numerando? Qui mihi fratrem optatissimum, me fratri amantissimo, liberis nostris parentes, nobis liberos, qui dignitatem, qui ordinem, qui fortunas, qui amplissimam rem publicam, qui patriam, qua nihil potest esse iucundius, qui denique nosmet ipsos nobis reddidistis.* Outras vezes, evocava-a para conquistar a simpatia da audiência. Ao mesmo tempo, a imagem que passava de si era a de um homem dedicado à família. Vide e. g. *Ver. 2.1.112-114: Atque ego non dubito quin, ut mihi, cui mea filia maxime cordi est, res haec acerba uidetur atque indigna, sic uni cuique uestrum, qui simili sensu atque indulgentia filiarum commouemini. Quid enim natura nobis iucundius, quid carius esse uoluit? Quid est dignius in quo omnis nostra diligentia indulgentiaque consumatur? Homo importunissime, cur tantam iniuriam P. Annio mortuo fecisti? Cur hunc dolorem cineri eius atque ossibus inuisti, ut liberis eius bona patria — uoluntate patris, iure, legibus tradita — eriperes, et cui tibi esset commodum condonares? Quibuscum uiui bona nostra partimur, iis praetor adimere nobis mortuis bona fortunasque poterit? Nec petitionem, inquit, nec possessionem dabo. Eripies igitur pupillae togam praetextam, detrahes ornamenta non solum fortunae sed etiam ingenuitatis? Miramur ad arma contra istum hominem Lampsacenos isse, miramur istum de prouincia decedentem clam Syracusis profugisse? Nos si alienam uicem pro nostra iniuria doleremus, uestigium istius in foro nullum esset relictum. Pater dat filiae, prohibes; leges sinunt, tamen te interponis! De suis bonis ita dat ut ab iure non abeat; quid habes quod reprehendas? Nihil, opinor. At ego concedo; prohibe, si potes, si habes qui te audiat, si potest tibi dicto audiens esse quisquam. Eripias tu uoluntatem mortuis, bona uiuis, ius omnibus? Hoc populus Romanus non manu uindicasset, nisi te huic tempori atque huic iudicio reseruasset? Posteaquam ius praetorium constitutum est, semper hoc iure usi sumus: si tabulae testamenti non profferrentur, tum (ut), uti quemque potissimum heredem esse oporteret, si is intestatus mortuus esset, ita secundum eum possessio daretur. Quare hoc sit aequissimum facile est dicere, sed in re tam usitata satis est ostendere omnis antea ius ita dixisse, et hoc uetus edictum translaticiumque esse; 153: Neque erant illae lacrimae populares magis quam nostrae, quam tuae, Q. Hortensi, quam horum qui sententiam laturi sunt, ideo quod communis est causa, commune periculum; communi praesidio talis improbitas tamquam aliquod incendium restinguendum est.*

Os fortíssimos sentimentos do estadista por Terência, Túlia e Marco e a sua ansiedade e preocupação com o bem-estar da família<sup>59</sup>, expressos numa carta que lhe enviou, em Abril de 58, quando partia para o exílio, revelam a importância que os laços entre os membros de uma família nuclear assumiam na sociedade romana<sup>60</sup>:

*O me perditum, o me adflictum! Quid nunc? Rogem te ut uenias, mulierem aegram, et corpore et animo confectam? Non rogem? Sine te igitur? (...) Vnum hoc scito: si te habebo, non mihi uidebor plane perisse. Sed quid Tulliola mea fiet? Iam id uos uidete; mihi deest consilium. Sed certe. Quoquo modo se res habebit, illius misellae et matrimonio et famae seruiendum est. Quid? Cicero meus quid aget? Iste uero sit in sinu semper et complexu tuo. Non queo plura iam scribere; impedit maeror.*<sup>61</sup>

Nas cartas do exílio, evocava muitas vezes o irmão. Nas missivas enviadas a Ático — que são muito mais numerosas que as cartas à família mais directa que chegaram até nós — torna-se evidente que é Quinto, entre todos os familiares de Cícero, quem, comparativamente aos filhos, e sobretudo à esposa Terência, é alvo de maior atenção e preocupação, não apenas por motivos de natureza política, mas também devido à

---

*Habemus enim liberos paruos; incertum est quam longa cuiusque nostrum uita futura sit; consulere uiui ac prospicere debemus ut illorum solitudo et pueritia quam firmissimo praesidio munita sit. Quis est enim qui tueri possit liberum nostrorum pueritiam contra improbitatem magistratuum? Mater, credo. Scilicet magno praesidio fuit Anniae pupillae mater, femina primaria: minus illa deos hominesque implorante iste infanti pupillae fortunas patrias ademit. Tutoresne defendent? Perfacile uero apud istius modi praetorem, a quo M. Marcelli tutoris in causa pupilli Iuni et oratio et uoluntas et auctoritas repudiata est! Cf. TREGGIARI (1998) 8, 10.*

<sup>59</sup> Segundo o epistológrafo, o instinto protector da família fazia parte da natureza do homem. Cf. *N.D.* 2.157: *Neque enim homines murum aut formicarum causa frumentum condunt sed coniugum et liberorum et familiarum suarum.* Cf. *supra*, *Off.* 1.12.

<sup>60</sup> A preocupação revelada por Cícero durante o seu exílio e a guerra civil entre César e Pompeio com a sua família nuclear, isto é, com a esposa e os filhos é caracteristicamente romana. Como afirma SALLER (1987b) 67, “this fundamental concern stood out unmistakably in the letters Cicero sent off during periods of crisis in the late Republic. During his exile and the civil war he repeatedly wrote about the need to protect his wife, daughter and son.” Cf. BRADLEY (1991) 169.

<sup>61</sup> *Fam.* 14.4.3, de 29 de Abril de 58.

conturbada relação que mantinha com Pompônia, irmã de Ático. Basta lermos alguns excertos, como este, para o percebermos:

*Quintum fratrem optimum humanissimumque sustenta.*<sup>62</sup>

Ou como este:

*Quintum, fratrem meum, fac diligas. Quem ego miser si incolumem relinquo, non me totum perisse arbitrabor.*<sup>63</sup>

Ou, então, como este:

*... oro obtestorque te ut Quintum fratrem ames, quem ego miserum misere perdi...*<sup>64</sup>

Quando considerava, todavia, apropriado, Cícero também se referia carinhosamente nas suas cartas ao sobrinho<sup>65</sup> ou ao genro Pisão<sup>66</sup>. A preocupação do epistológrafo não se

---

<sup>62</sup> Att. 3.11.2, de 27 de Junho de 58.

<sup>63</sup> Att. 3.13.2, de 5 de Agosto de 58.

<sup>64</sup> Att. 3.23.5, de 29 de Novembro de 58. Cf. ainda Att. 3.19.3: *Te oro et obsecro, T. Pomponi, (...) ut (...) Quintum fratrem, qui poteste esse saluus, sustentas...*

Vide ainda Att. 3.8.4, de 29 de Maio de 58: *Me et meorum malorum maeror et metus de fratre in scribendo impedit*; Att. 3.9.1: *Huius acerbitalis euentum altera acerbitate non uidendi fratris uitai*, de 13 de Junho de 58; Att. 3.10.2, de 17 de Junho de 58: *Possum obliuisci qui fuerim? Non sentire qui sim, quo caream honore, qua gloria, quibus liberis, quibus fortunis, quo fratre?*; supra, Att. 3.19.3. Cf. Q. fr. 1.3.3, de 13 de Junho de 58: *An ego possum aut non cogitare aliquando de te aut umquam sine lacrimis cogitare? Cum enim te desidero, fratrem solum desidero? Ego uero suauiate [prope] fratrem, <aetate> prope aequalem, obsequio filium, consilio parentem. Quid mihi sine te umquam aut tibi sine me iucundum fuit?*

<sup>65</sup> Cf. e. g. Att. 3.23.5, de 29 de Novembro de 58: *oro obtestorque te ut Quintum fratrem ames (...) neue quid eum patiari grauius consulere de se quam expediat sororis tuae filio...*; Q. fr. 1.3.3, de 13 de Junho de 58: *Quid uero <quod> tuum filium, [quid] imaginem tuam, quem meus Cicero et amabat ut fratrem et iam ut maiorem fratrem uerebatur?*

<sup>66</sup> Pisão empenhou-se bastante no regresso do sogro, e Cícero ficou-lhe muito grato por isso. Cf. Fam. 14.4.4, de 29 de Abril de 58: *Pisonem, ut scribis, spero fore semper nostrum*; 14.2.2, de 5 de Outubro de 58: *Pisonem nostrum merito eius amo plurimum. Eum, ut potui, per litteras cohortatus sum gratiasque egi, ut debui*; 14.1.4, de Novembro de 58: *Pisonis humanitas, uirtus, amor in omnis nos tantus est ut nihil supra*

circunscrevia, portanto, à esposa e aos filhos. Como afirma Bradley, “Cicero’s sense of familial obligations was not narrowly circumscribed but spanned a wide range of familial connections.”<sup>67</sup> Assim, o quadro doméstico que servia de referência ao autor e aos destinatários das suas cartas abarcava mais pessoas do que aquelas que compunham o núcleo familiar. Todos ocupavam um lugar importante na sua vida, ainda que uns lhe estivessem mais directamente ligados do que outros. A evocação deste ou daquele familiar em detrimento de outro(s) dependia não tanto da estima ou do amor que lhes votava, mas da identidade dos destinatários das suas missivas e da intenção com que as havia escrito.

Nas *epistulae* de Cícero, a família surge constantemente integrada no elenco dos aspectos que o epistológrafo considerava mais importantes na vida de um homem<sup>68</sup>. Em Junho de 58, exilado em Tessalonica, reconheceu, perante Quinto, que o seu consulado lhe havia arrebatado o irmão, os filhos, a pátria e os bens. Na sua perspectiva, Quinto não merecia a mesma sorte. A este, arrebatassem-lhe somente o irmão, pois era ele o único culpado da desgraça que se abatera sobre toda a família:

*Meus ille laudatus consulatus mihi te, liberos, patriam, fortunas, tibi uelim ne quid eripuerit praeter unum me.*<sup>69</sup>

---

*possit. Vtinam ea res ei uoluptati sit! Gloriam quidem uideo fore; 14.3.3, de Novembro de 58: Pisonem nostrum mirifico esse studio in nos et officio et ego perspicio et omnes praedicant. Di faxint ut tali genero mihi paresenti tecum simul et cum liberis nostris frui liceat!; Att. 3.22.1, de Novembro de 58: Etsi diligenter ad me Quintus frater et Piso quae essent acta scripserant...*

<sup>67</sup> BRADLEY (1991) 169.

<sup>68</sup> Parte dos extractos de cartas que apresentaremos como ilustrativos da concepção ciceroniana de *familia* foram seleccionados por BRADLEY (1991) 179 sq..

<sup>69</sup> *Q. fr. 1.3.1, de 13 de Junho de 58. Cícero punha constantemente em paralelo o amor que sentia pelos filhos com o amor à pátria. Cf. Fam. 3.10.10, de Abril de 50, em que Cícero reconhece perante Ápio Pulcro ter sido graças a Gneu Pompeio que lhe foram restituídos a pátria, os filhos, a cidadania, a honra e o ser: Quae ut omittam tam multa atque tanta, quis umquam tanti quemquam fecit aut facere potuit aut debuit quanti ego Cn. Pompeium, socerum tuae filiae? Etenim, si merita ualent, patriam, liberos, salutem dignitatem, memet ipsum mihi per illum restitutum puto...; Fam. 6.1.3, de finais de 46, em que o estadista afirma ter deixado a pátria, os filhos e os bens em prol da res publica e da sua própria dignidade: nec enim nos arbitror uictoriae praemiis ductos patriam olim et liberos et fortunas reliquisse, sed quoddam nobis officium iustum et pium et debitum rei publicae nostraeque dignitati uidebamus sequi...*

Indispensáveis à sua felicidade pessoal, bem como ao seu prestígio e influência sociais, eram, portanto, não apenas o irmão, os filhos, e os bens<sup>70</sup>, mas também a esposa:

*... me (...) qui modo fratre fuerim, liberis, coniuge, copiis, genere ipso pecuniae beatissimus, dignitate, auctoritate, existimatione, gratia non inferior quam qui umquam fuerunt amplissimi...*<sup>71</sup>

No início de 54, numa carta a M. Licínio Crasso<sup>72</sup>, então governador da Síria, Cícero, em resposta aos anseios do amigo, confirmou prestar à esposa e aos dois filhos dele todo o apoio necessário durante a sua ausência. O epistológrafo não era, portanto, o único a quem a família nuclear interessava verdadeiramente:

*Sum enim consecutus non modo ut domus tua tota sed ut cuncta ciuitas me tibi amicissimum esse cognosceret. Itaque et praestantissima omnium feminarum, uxor tua, et eximia pietate, uirtute, gratia tui Crassi meis consiliis, monitis, studiis actionibusque nituntur...*<sup>73</sup>

Na vida de um homem eram importantes não apenas a família mais chegada ou os bens, mas também o apoio dos amigos. Foi esta a mensagem de *consolatio* que, em 52, transmitiu a T. Fádio, questor durante o seu consulado, em 63, que acabara de ser condenado pelos tribunais:

*Tu uero, qui et fortunas et liberos habeas et nos ceterosque necessitudine et beneuolentia tecum coniunctissimos...*<sup>74</sup>

No ano 50, em viagem para a Cilícia, dirigiu ao amigo Ápio Cláudio Pulcro, então acusado de traição<sup>75</sup>, estas confortantes palavras:

---

<sup>70</sup> Nestes incluíam-se, naturalmente, os escravos.

<sup>71</sup> *Q. fr.* 1.3.6. Cf. *supra*, *Att.* 3.10.2, em que Cícero refere também a importância que assumiam na sua vida os filhos, os bens e o irmão: *... caream (...) quibus liberis, quibus fortunis, quo fratre...*

<sup>72</sup> M. Licínio Crasso foi cônsul nos anos 70 e 55.

<sup>73</sup> *Fam.* 5.8.2, de Janeiro (?) de 54.

<sup>74</sup> *Fam.* 5.18.2.

<sup>75</sup> Ápio Cláudio fora cônsul em 54.

*Quod si id est maxime astuti, omnia ad suam utilitatem referre, quid mihi tandem erat utilius, quid commodis meis aptius, quam hominis nobilissimi atque honoratissimi coniunctio, cuius opes, ingenium, liberi, adfines, propinqui mihi magno uel praesidio esse possent?*<sup>76</sup>

A estirpe de Ápio Cláudio, a sua riqueza, os seus talentos, os seus filhos, os laços de sangue, mas também os que adquirira pelo casamento motivavam, pois, o orgulho sentido por Cícero de tê-lo como amigo.

Numa outra carta, dirigida a M. Célio Rufo, Cícero apresentaria precisamente os mesmos argumentos para justificar a manutenção da amizade com Ápio Cláudio:

*Quid est causae cur mihi non in optatis sit complecti hominem florentem aetate, opibus, honoribus, ingenio, liberis, propinquis, adfinibus, amicis...*<sup>77</sup>

Já em 46, após a batalha de Farsalo, num período que foi de grande incerteza política para alguns, Cícero, numa outra carta de *consolatio*, pediu a Gneu Domício Aenobarbo que, em nome da amizade que os unia, não pusesse em risco a sua integridade física<sup>78</sup>, não apenas pelo amigo, mas também pela mãe<sup>79</sup>, pela mulher, enfim, por toda a sua família, que tanto o amava, e por todos aqueles que lhe eram próximos e dele dependiam:

*... oro obtestorque te pro uetere nostra coniunctione ac necessitudine proque summa mea in te benevolentia et tua in me pari te ut nobis, parenti, coniugi, tuisque omnibus, quibus es fuistique semper carissimus, saluum conserues, incolumitati tuae tuorumque qui ex te pendent consulas...*<sup>80</sup>

---

<sup>76</sup> *Fam.* 3.10.9, de Abril (primeira metade) de 50.

<sup>77</sup> *Fam.* 2.13.2, de inícios de Maio de 50.

<sup>78</sup> Segundo SHACKLETON BAILEY (2001) v. 2, nota 4 ad loc., Domício ponderava a hipótese de ir para a Hispânia, com o objectivo de retomar o combate contra César.

<sup>79</sup> Pórcia, a irmã de Catão. Cf. SHACKLETON BAILEY (2001) v. 2, nota 3 ad loc..

<sup>80</sup> *Fam.* 6.22.2, de Maio (?) de 46. Cf. *Fam.* 15.7, de inícios ou meados de Setembro de 51, em que Cícero, ao reconhecer o apoio e a amizade com que a família de Marcelo sempre o distinguiu, refere explicitamente não apenas o pai do cônsul, mas também a mãe: ... *tum patris tui plurimis beneficiis uel defensibus tristibus temporibus uel ornatus secundis et sum totus uester et esse debeo, cum praesertim matris tuae, grauissimae*

Da leitura dos passos que acima transcrevemos, é possível tirarmos algumas ilações<sup>81</sup>. A primeira é a de que de entre todos os aspectos que Cícero enunciou como sendo fulcrais na vida de um homem — a pátria, os bens, os amigos e a família — este último foi aquele que mereceu maior destaque. A segunda diz respeito ao âmbito do conceito ‘família’. Quando se referia à família — quer à sua, quer à dos seus contemporâneos — Cícero não se limitava a referir o marido, a esposa e os filhos, mas apelava a um mais amplo conjunto de parentes. Para ele, a família englobava as esposas, os filhos, os pais e os irmãos, mas também um círculo mais alargado — melhor, ilimitado — de parentes ligados por laços de sangue ou de afinidade<sup>82</sup> e de não parentes. A terceira ilação que se pode tirar é a de que o epistológrafo não conseguia dissociar os termos alusivos à família de termos referentes aos recursos económicos (riqueza, bens, posses<sup>83</sup>).

---

*atque optimaefeminae, maiora erga salutem dignitatemque meam studia quam erant a muliere postulanda perspexerim.*

<sup>81</sup> Esteamo-nos nas conclusões de BRADLEY (1991) 180.

<sup>82</sup> Segundo BRADLEY (1991) loc. cit., “ ‘family’ can embrace both immediate and more distant relatives, who can be summoned from a pool of general availability as specific circumstances dictated.” São, por isso, variados os termos latinos usados por Cícero para referir os diferentes elementos que constituem a família: *frater, liberi, coniunx, uxor, propinqui, adfines, parens*, e *tui omnes*. De acordo com a análise feita por este estudioso, quase todos os extractos apresentados reflectem essa variedade de termos. O terceiro extracto (*Fam.* 5.8.2), porém, confina-se aos elementos nucleares da família em questão — a esposa de Crasso, Tertula (*uxor tua*) e os dois filhos, M. Crasso e P. Crasso (*tui Crassi*). BRADLEY (loc. cit.) justifica a ocorrência desta forma: “since Crassus’s sons were men in their early thirties in 54, it is unlikely that Cicero was thinking of a narrow nuclear household when the passage was written.”

O autor chama ainda a atenção para o facto de Cícero ter referido em alguns dos exemplos supracitados apenas um dos elementos que constituem o núcleo familiar, os filhos, omitindo as respectivas mães — em concreto, no primeiro (*Q. fr.* 1.3.1), no quarto (*Fam.* 5.18.2), no quinto (*Fam.* 3.10.9) e no sexto passos (*Fam.* 2.13.2). Quanto a este facto, estamos de acordo com a análise feita por BRADLEY (loc. cit.), quando afirma que “this could be explained by assuming that the relevant mothers were not living when Cicero spoke of their children, and it is certainly the case that the mothers of the children of T. Fadius and of Appius Claudius Pulcher are unidentifiable.” No que diz respeito ao primeiro extracto (*Q. fr.* 1.3.1), se é certo que Cícero menciona apenas o irmão e os filhos, certo é também que acaba por incluir a esposa e mãe dos filhos num segundo momento da carta em questão, que corresponde ao segundo extracto (*Q. fr.* 1.3.6).

<sup>83</sup> Os termos latinos correspondentes são: *fortunaef, copiaef, pecunia* e *opes*. Para além dos passos acima citados, leia-se e. g. *Att.* 10.9.2, de 3 de Maio de 49: *M. Caeli quidem epistulam scriptam miserabiliter,*

Idealmente, os aspectos humano e económico — ambos caros ao homem — deveriam andar de mãos dadas: “It is these two categories together, indeed, that make up Cicero’s domestic framework of reference.”<sup>84</sup>

Esta forma de perspectivar a família romana não era exclusiva de Cícero. Ao analisarmos algumas cartas que contemporâneos seus lhe escreveram, verificamos que os testemunhos por eles apresentados relativamente a essa questão coincidem inteiramente com o do epistológrafo<sup>85</sup>.

Em Abril de 49, Célio Rufo advertiu Cícero para a conveniência de não ofender Júlio César. Em nome da sua fortuna pessoal e pelos filhos, o estadista deveria evitar colocar em risco o seu próprio bem-estar e segurança:

*Per fortunas tuas, Cicero, per liberos te oro et obsecro ne quid grauius de salute et incolumitate tua consulas.*<sup>86</sup>

Cícero deveria velar pela a sua integridade física, pelo bem-estar do filho e pela paz do lar, mantendo acesa a esperança de melhores dias e ouvindo os conselhos do amigo e do genro, que eram partidários de César:

---

*cum hoc idem obsecraret, ut expectarem, ne fortunas meas, ne unicum filium, ne meos omnis tam temere proderem, non sine magno fletu legerunt pueri nostri...* Cf. *Flac.* 104; *Mil.* 3; 76; 78.

<sup>84</sup> BRADLEY (1991) 180.

Filósofos gregos como Aristóteles e Calicrátides haviam já advogado que a família era constituída por dois tipos distintos de elementos: o humano, consubstanciado nos seres humanos que dela faziam parte, e o económico, correspondente aos bens que aqueles possuíam em comum. Cf. *supra*, *Arist.*, *Oec.* 1343a; *Calic.* apud *Stob.* 4.28.16. Note-se, também, a definição de *familia* registada por Ulpiano em *dig.* 50.16.195.1, que incluía bens e pessoas: “*familiae*” *appellatio qualiter accipiat, uideamus. et quidem uarie accepta est: nam et in res et in personas deducitur.*

<sup>85</sup> Aos extractos ilustrativos do pensamento dos contemporâneos de Cícero seleccionados por BRADLEY (1991) 181, aduzimos outros.

<sup>86</sup> *Fam.* 8.16.1, de Abril de 49. Cf. *Att.* 10.9a.1, de meados de Abril de 49, que corresponde precisamente ao mesmo passo; *Att.* 10.9.2, de 3 de Maio de 49: *M. Caeli quidem epistulam scriptam miserabiliter (...) ut expectarem, ne fortunas meas, ne unicum filium, ne meos omnis tam temere proderem, non sine magno fletu legerunt pueri nostri.*



*Qua re si tibi tu, si filius unicus, si domus, si spes tuae reliquae tibi carae sunt, si aliquid apud te nos, si uir optimus, gener tuus, ualemus...*<sup>87</sup>

Em Janeiro de 44, admitindo, não sem alguma relutância, a possibilidade de, a pedido de Cícero, vir a ter alguma complacência para com um prisioneiro de guerra<sup>88</sup>, P. Vatínio não deixou de se questionar sobre a justificação que poderia ter de dar a todos aqueles que, por obra desse prisioneiro, haviam sido espoliados dos seus bens, que haviam visto os seus barcos apreendidos e assistido ao assassinato dos irmãos, dos filhos e dos pais. Note-se, pois, uma vez mais, a importância que assumiam, paralelamente, as vertentes material e humana na vida de qualquer homem:

*Sed tamen, mi Cicero, quid facere possum? Omnia mehercule cupio quae tu mi imperas. Meam animaduersionem et supplicium quo usus eram in eum quem cepissem remitto tibi et condono: quid illis respondere possum qui sua bona direpta, nauis expugnatas, fratres, liberos, parentis occisos actione expostulant?*<sup>89</sup>

Em 43, L. Munácio Planco<sup>90</sup>, da Gália Cisalpina, escrevia deste modo a Cícero acerca do pedido que fizera a Emílio Lépido<sup>91</sup> de colaborar na luta contra Marco António:

*... Lepido egi ut (...) communi consilio rei publicae succurreret; se, liberos urbemque pluris quam unum perditum abiectumque latronem putaret...*<sup>92</sup>

À imagem de Cícero, segundo Munácio, Lépido deveria, pois, pensar no seu próprio bem, no bem dos filhos, mas também no da pátria<sup>93</sup>.

---

<sup>87</sup> *Fam.* 8.16.2.

<sup>88</sup> Trata-se de um tal Catílio, que parece ter pertencido ao campo pompeiano. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 9, nota c ad loc..

<sup>89</sup> *Fam.* 5.10a.2, de Janeiro de 44.

<sup>90</sup> Cônsul no ano 42.

<sup>91</sup> O futuro triúnviro foi cônsul em 46.

<sup>92</sup> *Fam.* 10.15.1, de Maio de 43.

<sup>93</sup> Em meados de Março de 45, Sêrvio Sulpício Rufo escreveu a Cícero, na tentativa de o fazer regressar à vida pública, pela qual Cícero se havia desinteressado aquando da morte prematura de Túlia. Segundo Rufo, a pátria, a reputação, a dignidade e as honrarias deveriam ser tão importantes na vida de um homem quanto o

Como afirma Bradley<sup>94</sup>, é interessante verificarmos que, nos dois extractos da carta escrita por Célio Rufo a Cícero<sup>95</sup>, não se faz qualquer alusão a Terência, a esposa, e que, no segundo, se faz referência a Marco, o filho, e Dolabela, o genro, sem que se faça qualquer menção à filha Túlia, que era irmã do primeiro e esposa do segundo. Da mesma forma, na carta de Planco, são mencionados os filhos de Lépido, sem que, no entanto, seja mencionado o nome da mãe, Júnio, que, à data, ainda estaria viva. Na verdade, como afirma o estudioso, “relatives from the reproductive triad are everywhere in these passages, as they must be. But they are selectively mentioned on the one hand and juxtaposed with more wide-ranging terms on the other — fortunes, household, brothers, parents — which connote a very open-ended understanding of ‘family’”.<sup>96</sup>

A opção por mencionar determinados elementos da família em detrimento de outros não implica, porém, que a importância que os laços entre marido e esposa ou pais e filhos possam ter assumido no universo de Cícero deva ser subestimada; “it suggests only that those bonds did not necessarily have, at all times and in all cases, an absolute and an exclusive primacy in the Roman familial mentality.”<sup>97</sup> Na verdade, basta lermos algumas cartas escritas durante o exílio — como as que escreveu ao irmão, por exemplo — para percebermos que o estadista adorava os filhos e a esposa:

*Quid quod eodem tempore desidero filiam? Qua pietate, qua modestia, quo ingenio!  
Effigiem oris, sermonis, animi mei. Quid <quod> filium uenustissimum mihi que dulcissimum?  
Quem ego ferus ac ferreus e complexu dimisi meo, sapientiore puerum quam uellem. (...)*

---

eram os filhos: *Quid est quod tanto opere te commoueat tuus dolor intestinus? Cogita quem ad modum adhuc Fortuna nobiscum egerit; ea nobis erepta esse quae hominibus non minus quam liberi cara esse debent, patriam, honestatem, dignitatem, honores omnis.* Em carta a Cícero, também Cássio Parmense lembrou ao amigo que, pela importância que assumiam na vida de um homem, a seguir aos filhos e aos parentes de sangue, deveriam estar aqueles que perfilhavam dos mesmos ideais políticos: *Sunt tibi, M. Tulli, liberi propinquire digni quidem te et merito tibi carissimi; esse etiam debent in re publica proxime hos cari qui studiorum tuorum sunt aemuli...* (Fam. 12.13.2, de 13 de Junho de 43).

<sup>94</sup> Cf. (1991) 181.

<sup>95</sup> Fam. 8.16.

<sup>96</sup> Cf. (1991) 181.

<sup>97</sup> Cf. BRADLEY, loc. cit..

*Quid quod mulierem miserrimam, fidelissimam coniugem, me prosequi non sum passus, ut esset quae reliquias communis calamitatis, communis liberos tueretur?*<sup>98</sup>

Como amava, com semelhante intensidade, o irmão, cerca de dois anos mais novo, e o sobrinho, que era um pouco mais velho que o seu filho Marco:

*Cum enim te desidero, fratrem solum desidero? Ego uero suauitate [prope] fratrem, <aetate> prope aequalem, obsequio filium, consilio parentem. Quid mihi sine te umquam aut tibi sine me iucundum fuit? (...) Quid uero <quod> tuum filium, [quid] imaginem tuam, quem meus Cicero et amabat ut fratrem et iam ut maiorem fratrem uerebatur?*<sup>99</sup>

A leitura destes excertos, como dos que anteriormente transcrevemos, permite-nos, por conseguinte, concluir que a família romana em geral — e, em concreto, a de Cícero — não se pode definir com base num modelo único nem tão pouco perspectivar como uma entidade estática e de fronteiras claramente delimitadas. Os Romanos, ao invés de perspectivarem as suas famílias como células conjugais isoladas e independentes, viam-nas “as networks of kin members far more communal in aspect and orientation.”<sup>100</sup> As cartas que de alguma forma reflectem a rede familiar de Cícero indiciam-no. Os membros que compunham a família do Arpinate, ao invés de actuarem como células individuais e totalmente independentes, tinham, na verdade, a noção de que eram, afinal, malhas de uma mesma rede. Vejamos, pois, de que forma interagiam o epistológrafo e os restantes elementos da família — a(s) esposa(s), a filha e os três genros, o filho, o irmão e o sobrinho, e o escravo dilecto, Tirão.

---

<sup>98</sup> *Q. fr.* 1.3.3, de 13 de Junho de 58.

<sup>99</sup> Ibidem.

<sup>100</sup> BRADLEY (1991) 182.



## **TERCEIRA PARTE**

# **A FAMÍLIA DE CÍCERO**



## CAPÍTULO PRIMEIRO

### As esposas: Terência e Publília

O primeiro casamento de Cícero, com Terência, durou aproximadamente trinta anos<sup>1</sup>. O divórcio, ocorrido entre finais de 47 e inícios de 46<sup>2</sup>, deu lugar a uma segunda e efemeríssima união, com uma jovem *pupilla*, de nome Publília. Pouco tempo depois do desaparecimento da filha<sup>3</sup>, o epistológrafo voltou a divorciar-se, segundo Plutarco, porque Publília teria manifestado agrado com a morte prematura da enteada<sup>4</sup>. Os motivos que

---

<sup>1</sup> Plutarco não situa cronologicamente a união, referindo-a apenas indirectamente, quando inclui o dote de Terência na lista dos bens de Cícero (cf. *Cic.* 8.2). Pensa-se, no entanto, que ela terá ocorrido no ano 79, ou seja, imediatamente antes da visita de Cícero a Atenas e ao Oriente (cf. RAWSON (1975) 25; SHACKLETON BAILEY (1971) 22) ou, então, no ano 77 (cf. MITCHELL (1979) 99; TREGGIARI (1991) 92 sq., nota 44). Vide também SCHMIDT (1893, reimpr. 1987) 1.175, onde se discute a data em que terá ocorrido o casamento; DRUMANN-GROEBE (1899-1929, reimpr. 1964) v. 6, 610, onde se afirma que a união terá ocorrido por volta do ano 79 e se diz que Cícero teria então vinte e sete anos e Terência cerca de menos dez que o marido.

Terência levou consigo um bom dote, pelo que Cícero terá beneficiado socialmente com a união. Leia-se e. g. o que afirma TREGGIARI (1991) 92 sq.: “Cícero married the well-born and well-dowered Terentia after his brilliant defence of Roscius in 80 and in good time for his candidacy for the quaestorship in 76. The first marriage of a *homo nouus*, particularly if he won a woman whose family had an assured position in politics, provides the best evidence of how a woman’s family might back a potential front-runner.” Cf. SHACKLETON BAILEY (1971) 22. Segundo GARDNER (1986) 101, Terência levou consigo “at least 400,00 sesterces cash and some urban real estate which brought in a large income (...)”; segundo CARCOPINO (1947) v. 1, 233, “Plutarque, qui arrête à 900.000 sesterces le patrimoine de Cicéron, estime à 1.200.000 sesterces le douaire de Terentia (...)” Cf. Plu., *Cic.* 8.3: *Τερεντίας τῆς γυναικὸς προσεγένετο μυριάδων δώδεκα...*

<sup>2</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 26; CLAASSEN (1996) 223.

<sup>3</sup> No início de 45, portanto.

<sup>4</sup> Cf. Plu., *Cic.* 41.8: *βαρέως δ’ ἄγαν ἤνεγκε τὸ συμβεβηκός, ὥστε καὶ τὴν γαμηθεῖσαν ἀποπέμψασθαι, δόξασαν ἡσθῆναι τῇ τελευτῇ τῆς Τυλλίας*. Em *Att.* 12.32.2, Cícero referiu apenas que tinha vontade de ficar sozinho por um tempo e que não se sentia suficientemente bem para ver Publília, que voltara entretanto para casa da mãe. O tom desta carta indicia que ele estava ansioso por se manter longe da jovem esposa.

terão estado na origem destas separações, mormente da primeira, continuam, no entanto, ainda hoje, a ser objecto de discussão<sup>5</sup>.

Por motivos de ordem política, Cícero foi obrigado a ausentar-se de Roma durante três longos períodos da sua vida. A saber: o período que vai desde a primavera de 58 ao verão de 57, e que corresponde ao seu exílio; o período correspondente ao seu proconsulado na Cilícia, entre 51 e 50; o período em que, apoiando a causa republicana, fez oposição a César, mormente, entre Junho de 49 e Setembro de 47. Estes períodos ficaram marcados pela separação física do casal, que viu na correspondência um meio privilegiado de manter o contacto.

As cartas reunidas no *Liber XIV* das missivas *ad Familiares* são dirigidas a Terência (e aos filhos) e abrangem o período de tempo que vai desde o exílio de Cícero até ao dia 1 de Outubro de 47, véspera do regresso do estadista a casa, após longos meses de retenção em Brundísio. Ao todo, são apenas vinte e quatro cartas, distribuídas por duas décadas. De Terência, nenhuma chegou até nós. Sabemos, no entanto, que ela escrevia regularmente ao marido, já que muitas das cartas escritas por este mais não são do que respostas ou agradecimentos às missivas remetidas pela esposa.

Em termos emocionais, Cícero e Terência parecem ter estado mais próximos durante o exílio; as primeiras quatro cartas do Livro XIV denotam o carinho e a cumplicidade que os unia. Estas missivas não terão sido as únicas escritas pelo estadista à esposa durante os dezoito longos meses de exílio; ter-se-ão perdido muitas outras, suprimidas, talvez, por serem irrelevantes na perspectiva de quem as divulgou, ou, quiçá, por serem demasiado pessoais<sup>6</sup>. Assim, para termos uma noção mais exacta de como seria, na realidade, o relacionamento entre os esposos, torna-se necessário analisarmos também, aturadamente, as cartas dirigidas a Ático contemporâneas das que foram escritas a Terência. Como afirma Claassen, “close attention to those letters (...) may reveal a pattern

---

<sup>5</sup> As leituras que fizemos acerca deste assunto permitiram-nos verificar que somente CLAASSEN (1996) se debruçou verdadeiramente sobre a questão. Para explicar a desintegração do casamento de Cícero e Terência, a autora começa por rever a fonte tradicionalmente citada, Plutarco, reinterpretando aspectos que, do seu ponto de vista, teriam sido interpretados de forma errónea pelo antigo biógrafo. Para esta reinterpretação dos factos, e com o objectivo de estabelecer um “retrato psicológico” da família do ex-cônsul, desde os anos que antecederam o divórcio à separação, e de descrever o processo de degradação por que passou o casamento, paralelamente, a autora procura nas *epistulae* as alusões mais ou menos directas ao relacionamento do casal. No final, o estudo aponta factores que, na perspectiva da autora, poderão ter concorrido para a separação dos esposos, mas que estudos anteriores não terão tido em consideração.

<sup>6</sup> Cf. CLAASSEN (1996) 214.



of conjugal relationship slightly different from the pattern discernible in the scraps of one-sided communication between the spouses that we have.”<sup>7</sup>.

As primeiras quatro cartas do *corpus* dedicado à família são quatro longas cartas de amor, que datam do tempo do exílio, e têm como especial destinatário Terência<sup>8</sup>. Em cada uma delas, pelo menos uma vez, Cícero associou ao nome da esposa adjetivos denotadores de carinho.<sup>9</sup>

Cícero deixou Roma em Março de 58, antecipando-se, dessa forma, à sua expulsão. No dia do embarque, a 29 de Abril, escreveu a Ático e a Terência cartas reveladoras da dor que então o consumia. As primeiras linhas dirigidas à esposa e aos filhos mostram-nos um homem destroçado e pessimista, que estava a sofrer de forma atroz com a separação imposta da família. Escrevia com menos frequentemente do que poderia, porque, de cada vez que o fazia, ou de cada vez que lia cartas enviadas pela família, rompia em pranto:

*Ego minus saepe do ad uos litteras quam possum propterea quod cum omnia mihi tempora sunt misera, tum uero, cum aut scribo ad uos aut uestras lego, conficior lacrimis sic ut ferre non possim.*<sup>10</sup>

Assumindo-se como responsável pela situação precária e difícil em que então se encontrava, pouco confiante num futuro melhor, esperava que a vida lhe desse, ao menos, a oportunidade de reencontrar a esposa amantíssima (*mea uita*) para, então, morrer nos seus braços:

---

<sup>7</sup> (1996) 215. O radical *Terentia*- aparece noventa e duas vezes no *corpus* ciceroniano, sete das quais em adjetivos irrelevantes para esta análise — três referem-se à *Lex Terentia* (nas *Verrinas*) e quatro relacionam-se com *Terentius Afer*. Esta pesquisa foi feita com base no CD ROM de MAIER, R., *Lector, versio 3.6* (textos latinos retirados de *The Packard Humanities Institute* e textos gregos do *Thesaurus Linguae Graecae*) (Freising 1993-1999).

Na correspondência privada de Cícero com Ático, o nome da sua esposa aparece frequentemente, ao todo, quarenta e quatro vezes, em quarenta cartas diferentes, inserindo-se a primeira referência no anúncio do nascimento do filho, Marco: *Terentia salua* (Att. 1.2.1). Muitas vezes, o marido usava a terceira pessoa para aludir a Terência. A forma pronominal *ea* (ou, nos casos oblíquos, as formas indeterminadas em género *eius* ou *ei*), bem como a terminação verbal de terceira pessoa do singular têm, por vezes, como referente inequívoco Terência, outras, apresentam um sentido mais ambíguo. No conjunto total das cartas escritas para e pela família e amigos, Terência é referida apenas cinco vezes: três no contexto das saudações enviadas pela família de Cícero a Tirão (*Fam.* 16.9.2; 16.11.1; 16.12.6), uma numa carta dirigida a P. Séstio (*Fam.* 5.6) e uma outra em *Fam.* 9.9 (Maio de 48), quando o terceiro marido de Tília, Dolabela, comenta a notícia da doença da sua sogra, antes de mergulhar nos assuntos políticos. Cf. CLAASSEN (1996) loc. cit..

<sup>8</sup> *Fam.* 14.1-4, de Abril a Novembro de 58.

<sup>9</sup> Cf. CLAASSEN (1996) 215. Esta autora fez um estudo das reacções emocionais de Cícero ao seu exílio, que ficaram registadas nas cartas que o estadista então escreveu, cf. CLAASSEN (1992).

*Quod utinam minus uitae cupidi fuisset! Certe nihil aut non multum in uita mali uidissemus. Quod si nos ad aliquam alicuius commodi aliquando recipiendi spem Fortuna reseruauit, minus est erratum a nobis; si<n> haec mala fixa sunt, ego uero te quam primum, mea uita, cupio uidere et in tuo complexu emori, quoniam neque di, quos tu castissime coluisti, neque homines, quibus ego semper seruiui, nobis gratiam rettulerunt.*<sup>11</sup>

Não concebendo a ideia de viver longe da mulher e, ao mesmo tempo, alimentando a esperança de poder vir a reentrar em Roma, suplicou a Terência que empenhasse todas as suas forças no regresso do marido a casa. Se o seu exílio se prolongasse no tempo, e porque as saudades que sentia já da família eram imensas, esperava que a esposa fosse ao seu encontro, para ver mitigado o seu sofrimento:

*O me perditum, o me afflictum! Quid nunc? Rogem te ut uenias, mulierem aegram, et corpore et animo confectam? Non rogem? Sine te igitur sim? Opinor, sic agam: si est spes nostri reditus, eam confirmes et rem adiuues; sin, ut ego metuo, transactum est, quoquo modo potes, ad me fac uenias. Vnum hoc scito: si te habebo, non mihi uidebor plane perisse.*<sup>12</sup>

Forçado à separação dos filhos, confiou a Terência o futuro de Túlia e de Marco. Emocionou-se ao desejar que o casamento da filha fosse feliz e preservado de desonra<sup>13</sup> e ao ansiar poder ter ao seu colo e estreitar nos seus braços o pequeno Marco Cícero, que então contava seis anos:

*Sed quid Tulliola mea fiet? Iam id uos uidete; mihi deest consilium. Sed certe, quoquo modo se res habebit, illius misellae et matrimonio et famae seruiendum est. Quid? Cicero meus quid aget? Iste uero sit in sinu semper et complexu tuo. Non queo plura iam scribere; impedit maeror.*<sup>14</sup>

Preocupava-se igualmente com o futuro de Terência, temendo a confiscação dos seus bens:

---

<sup>10</sup> Fam. 14.4.1.

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> Fam. 14.4.3.

<sup>13</sup> Túlia havia casado com Pisão Frúgi depois de 63 e, ao que parece, o dote dela ainda não tinha sido pago por inteiro. Cf. SHACKLETON BAILEY (1977) v. 1, 285 sq., nota 10 ad Fam. 14.4.3.

<sup>14</sup> Fam. 14.4.3. Cf. Fam. 14.1.3.

*Tu quid egeris nescio, utrum aliquid teneas an, quod metuo, plane sis spoliata.*<sup>15</sup>

Durante o exílio, como em muitas outras ocasiões, Terência actuou como agente do marido, cuidando dos interesses dele em Roma. Pouco tempo depois da partida do estadista, a esposa manifestou alguma preocupação com a possibilidade de ele vir a conceder a *manumissio* aos escravos que eram pertença da família. O marido, no intuito de a tranquilizar, assegurou-lhe que ela poderia decidir o destino dos seus próprios escravos<sup>16</sup>. Aos dele, em caso de confiscação dos seus bens, deveria conceder-se a *manumissio*. Na eventualidade de este cenário não se confirmar, esses escravos, à excepção de um pequeno número, permaneceriam sua propriedade:

*De familia liberata, nihil est quod te moueat. Primum tuis ita promissum est, te facturam esse ut quisque esset meritis; (...) Ceterorum seruorum ea causa est ut, si res a nobis abisset, liberti nostri essent, si obtinere potuissent; sin ad nos pertinerent, seruirent praeterquam oppido pauci.*<sup>17</sup>

A *manumissio* permitir-lhe-ia, assim, furtar-se, pelo menos parcialmente, às consequências de uma confiscação, não o obrigando a uma perda total dos seus bens; se a manumissão precedesse a confiscação, os escravos libertos não poderiam ser incluídos no inventário dos bens a leiloar em hasta pública<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> *Fam.* 14.4.4.

<sup>16</sup> TREGGIARI (1991) 326 comenta desta forma a atitude de Cícero: “In the crisis of 58, when Cicero was at least thinking of manumitting slaves in case his property was confiscated, he assures Terentia that he had only told her slaves that she would act in accordance with the deserts of each of them. Since he could not manumit slaves who were her private property, it sounds very much as if he must mean dotal slaves. Although the formal manumission would need to come from him, he implies the decision would be hers.”

<sup>17</sup> *Fam.* 14.4.4.

<sup>18</sup> Segundo SHACKLETON BAILEY (1977) v. 1, 286, nota 7 ad *Fam.* 14.4.4, os bens pessoais de Cícero seriam vendidos *sub hasta*, mas poderiam ser adquiridos por alguém da sua confiança (como Ático, por exemplo) que, desse modo, evitaria que ele os perdesse irrevogavelmente. Cícero parece ter decidido conceder a manumissão aos seus escravos *inter amicos*, isto é, informalmente, ciente de que a manumissão (que, sendo informal, podia ser revogada por ele), em última instância, não se confirmaria, a não ser para alguns. Se, por outro lado, os seus bens fossem mesmo alienados, os escravos poderiam reclamar o estatuto de libertos, embora Cícero duvidasse da legitimidade dessa reclamação.

Como afirma DIXON (1984) 80 sq., a discussão de questões como esta na correspondência de Cícero lança alguma luz sobre a distribuição e administração dos bens dentro do casamento. Segundo a autora, Cícero deveria ser o dono dos escravos. Todavia, neste passo, fez distinção entre os de Terência (*tui*) e os seus (*nos, nostri*). Terência poderia decidir o destino dos escravos dela, optando ou não por adoptar a medida de precaução que constituía a *manumissio*. Aos de Cícero, porém, poderia vir a ser necessário conceder o estatuto de *liberti*. Os escravos que Cícero designou *tui* eram, pensa-se, parte do *dos* de Terência. De acordo

Não era apenas na resolução de questões de natureza prática que Terência apoiava Cícero. Apesar de distante fisicamente, ela não deixava de o exortar a ser corajoso e a ter esperança na chegada de dias melhores:

*Tu quod me hortaris ut animo sim magno et spem habeam recuperandae salutis, id uelim sit eius modi ut recte sperare possimus.*<sup>19</sup>

Depois de retribuir o apoio moral dado por Terência<sup>20</sup>, Cícero despediu-se emocionado da esposa e dos filhos, dirigindo-lhes, individualmente, palavras carinhosas e encomiásticas, comprovativas do afecto que a todos unia:

*Cura, quod potes, ut ualeas et sic existimes, me uehementius tua miseria quam mea commoueri. Mea Terentia, fidissima atque optima uxor, et mea carissima filioli et spes reliqua nostra, Cicero, ualete.*<sup>21</sup>

---

com a lei, um marido romano (ou o *paterfamilias*), ao receber a esposa, tornava-se imediatamente dono do *dos* que ela levava consigo para o casamento. Era este o *status quo*, mesmo depois da instituição, no tempo de Augusto, das limitações ao direito do marido de alienar ou hipotecar terreno dotal (Cf. Gaius, *Inst.* 2.63: *Nam dotale praedium maritus inuita muliere per legem Iuliam prohibetur alienare, quamuis ipsius sit uel mancipatum ei dotis causa uel in iure cessum uel usucaptum. quod quidem ius utrum ad Italica tantum praedia an etiam ad prouincialia pertineat, dubitatur.*). Neste sentido, o dote poderia ser incluído numa lista oficial dos seus pertences, mas, já que, na sua essência, era passível de ser devolvido, era habitual o marido referir-se-lhe, de forma vaga, como sendo pertença da mulher (cf. Plb. 31.27.4). Não é claro se Cícero se estava a referir à *manumissio* como um facto cumprido ou como uma possibilidade que ele encarava: a expressão *de familia liberata* poderia ser condicional ou significar apenas ‘quanto à questão de emancipar os escravos’ (cf. DIXON (1984) 81; vide ainda SHACKLETON BAILEY (1977) v. 1, 286, nota 3 ad loc.: “Cícero (...) is speaking from his wife’s standpoint; she thought there *had* been a general manumission.”). De qualquer forma, Cícero poderia emancipar escravos de Terência, na qualidade de dono, somente se os bens em questão fizessem parte do dote dela. Ele não poderia dar ou ter em consideração esse passo se eles pertencessem à esposa no sentido legal, e o texto, tal como se apresenta, estaria assim a induzir em erro. Significa isto que a esposa poderia perder o dote ‘dela’ se os bens do marido fossem confiscados? Esta questão tem sido muito debatida. Diversos estudiosos têm proposto diferentes soluções ao longo dos séculos – uns defendendo que o dote era normalmente excluído da confiscação, outros que era incluído. Não existem certezas quanto a esta questão. Para Cícero, o que importava verdadeiramente é que a confiscação do dote de Terência era uma possibilidade. Jurista experimentado e conhecedor do poder e da sede de vingança de Clódio, desejava tranquilizar a esposa quanto aos escravos que faziam parte do seu dote, assegurando-lhe que os bens não estavam irremediavelmente perdidos. Achava, como administrador do dote, que lhe devia uma explicação. Mesmo que o *dos* de Terência pudesse ser confiscado com os seus bens, Cícero considerava-se responsável perante a esposa pela administração que dele fizesse. Acreditava, porém, que, se tudo corresse bem, poderia preservar o *dos* da esposa, mesmo que os seus próprios bens viessem a ser alvo de confiscação. Apesar de, em alguns momentos, poder ter receado que os bens dela estivessem em risco, no fundo, tinha esperanças de que o pior não viesse a acontecer, já que os bens dela eram legalmente distintos dos seus. Cf. DIXON (1984) 80-82.

<sup>19</sup> *Fam.* 14.4.5.

<sup>20</sup> *Fam.* 14.4.6: *Quod reliquum est, sustenta te, mea Terentia, ut potes honestissime.*

Cerca de cinco meses depois<sup>22</sup>, as saudades da família eram tais que, quando tentava escrever-lhe algumas palavras, rompia em lágrimas abundantes, culpando-se pela situação difícil em que tinha deixado a esposa e a filha:

*Ad te uero et ad nostram Tulliolam non queo sine plurimis lacrimis scribere. Vos enim uideo esse miserrimas, quas ego beatissimas semper esse uolui idque praestare debui, et, nisi tam timidi fuissetis, praestitissem.*<sup>23</sup>

Para ilustrar o seu sentimento de culpa, Cícero referiu, depois, um incidente que envolveu a esposa e que lhe causou grande tristeza e frustração. De acordo com o que o amigo P. Valério lhe narrara, Terência teria sido arrastada à força desde o Templo de Vesta<sup>24</sup> até à *Tabula Valeria*<sup>25</sup> e sujeita a alguma forma de humilhação pública, possivelmente devido às suas diligências em favor do marido ausente<sup>26</sup>. Cícero recriminou--se amargamente por este incidente; em vez de ser motivo de honra para Terência e para os filhos, trouxera-lhes apenas desonra<sup>27</sup>. O incidente da *Tabula Valeria* fê-lo recriminar-se:

*A te quidem omnia fieri fortissime et amantissime uideo, nec miror, sed maereo casum eius modi ut tantis tuis miseriis meae miseriae subleuentur. Nam ad me P. Valerius, homo officiosus, scripsit, id quod ego maximo cum fletu legi, quem ad modum a Vestae ad Tabulam Valeriam ducta esses. Hem, mea lux, meum desiderium, unde omnes opem petere*

---

<sup>21</sup> *Fam.* 14.4.6. O recurso a adjetivos no grau superlativo para referir os membros da família denota o amor e admiração que Cícero nutria pelos seus. Cf. *Fam.* 14.3.2.

<sup>22</sup> Mais precisamente, a 5 de Outubro de 58.

<sup>23</sup> *Fam.* 14.2.1. Note-se a utilização dos superlativos de sentido antitético (*miserrimas/beatissimas*), reveladora de quão dilacerada se encontrava a alma do remetente da carta. Cf. *Fam.* 14.1.1; 14.3.1.

<sup>24</sup> A sua meia-irmã, Fábila, era sacerdotisa neste templo: Asc., *Tog.* 91. Segundo SHACKLETON BAILEY (1977) v. 1, 287, nota 9 ad loc., Terência poderá ter ido ao templo em busca de refúgio.

<sup>25</sup> Cf. Cic. *Sest.* 69: *euersa domus est. Fortunae uexatae, dissipati liberi, raptata coniux.*

<sup>26</sup> O incidente tem sido interpretado de formas diversas. SHACKLETON BAILEY (1977) v. 1, 287 sq., nota 9 ad loc., advoga que Terência foi levada à presença dos tribunos, que se costumavam reunir junto a um fresco conhecido por *Tabula Valeria*; por sua vez, TYRRELL-PURSER (1901-1933, reimpr. 1969), *Commentary on the Correspondence of Cicero* ad loc. e L.-A. Constans (*Les Belles Lettres*, v. 2, 17 e nota 1) sustentam que *Tabula Valeria* seria um banco. Segundo SHACKLETON BAILEY (1977) v. 1, 288, nota 9 ad *Fam.* 14.2.2, este infeliz incidente prendeu-se com questões financeiras e terá sido perpetrado por Clódio ou qualquer outro inimigo de Cícero. Na sua edição mais recente (cf. (2001) vol. 1, nota 1 ad loc.), reafirma que o incidente teve lugar “in the Comitium, called after a painting set up by M. Valerius Messala (nothing to do with P. Valerius) to commemorate a victory in the first Punic War.” Acrescentou ainda que “the Tribunes met there officially and it seems that Terentia had been summoned before them in connection with financial matter. Her half-sister Fabia was a Vestal Virgin.”

<sup>27</sup> Cf. e. g. *Fam.* 14.4.3; 14.3.2.

*solebant, te nunc, mea Terentia, sic uexari, sic iacere in lacrimis et sordibus, idque fieri mea culpa, qui ceteros seruauit ut nos periremus!*<sup>28</sup>

Na sequência do seu exílio, Cícero acabou por perder a casa. A integridade do dote de Terência, cuja administração era da responsabilidade do marido, poderá ter estado também em risco — ainda que o marido tenha tentado protegê-lo da confiscação —, mas os bens pessoais da esposa, ao que parece, terão permanecido intactos, e Cícero considerava que assim deveriam permanecer. Quando soube que ela andava a gastar os seus rendimentos pessoais em prol da causa do marido, não conseguiu deixar de admoestá-la por isso:

*Quod de domo scribis, hoc est de area, ego uero tum denique mihi uidebor restitutus, si illa nobis erit restituta. Verum haec non sunt in nostra manu; illud doleo, quae impensa facienda est, in eius partem te miseram et despoliatam uenire.*<sup>29</sup>

Pediu-lhe, então, que deixasse os amigos suportarem quaisquer despesas desse tipo, porque, no caso de se dar o pior, iriam precisar dos bens dela para assegurar o futuro:

*Quod si conficitur negotium, omnia consequemur; sin eadem nos fortuna premet, etiamne reliquias tuas misera proicies? Obsecro te, mea uita, quod ad sumptum attinet, sine alios, qui possunt si modo uolunt, sustinere; et ualetudinem istam infirmam, si me amas, noli uexare.*<sup>30</sup>

Estava, portanto, preocupado com as finanças familiares, mas também com a saúde *infirm*a da esposa. Aliás, segundo as suas palavras, Terência dominava dia e noite os seus pensamentos; a frágil condição física da esposa era fonte de preocupação, já que via recaírem sobre os ombros dela inúmeras responsabilidades:

*Nam mihi ante oculos dies noctesque uersari. Omnis labores te excipere uideo; timeo ut sustineas, sed uideo in te esse omnia. Quare, ut id quod speras et quod agis consequamur, serui ualetudini.*<sup>31</sup>

---

<sup>28</sup> *Fam.* 14.2.2.

<sup>29</sup> *Fam.* 14.2.3. Cf. *Att.* 3.15.6, de 17 de Agosto: *Quid de bonis? Quid de domo? Poteritne restitui? Aut si non poterit egomet quo modo potero?*

<sup>30</sup> *Fam.* 14.2.3.

<sup>31</sup> *Fam.* 14.2.3. Cf. *Fam.* 14.3.2.

Atendendo ao desejo expresso pela esposa de que se não afastasse ainda mais de Roma, decidiu não ir além de Tessalonica. Antes de se despedir com carinho, pediu-lhe que lhe escrevesse com mais frequência, sobretudo se houvesse motivo de esperança no seu regresso a casa:

*Longius, quoniam ita uobis placet, non discedam; sed uelim quam saepissime litteras mittatis, praesertim si quid est firmitus quod speremus. Valet, mea desideria, ualete.*<sup>32</sup>

A 25 de Novembro, voltou a escrever aos seus. A carta abria com rasgados elogios à força de carácter e à coragem demonstradas por Terência nos últimos tempos<sup>33</sup>. Cícero reconheceu que a esposa conduzia de forma admiravelmente incansável os destinos da família:

*Et litteris multorum et sermone omnium perfertur ad me incredibilem tuam uirtutem et fortitudinem esse teque nec animi neque corporis laboribus defatigari.*<sup>34</sup>

Tal, porém, não o impedia de se sentir culpado pela desgraça em que lançara a esposa virtuosa e a que submetera os filhos, Túlia e Marco, quando decidiu dar ouvidos a quem lhe queria mal e desprezar os conselhos dos amigos verdadeiros:

*Me miserum! Te ista uirtute, fide, probitate, humanitate in tantas aerumnas propter me incidisse, Tulliolamque nostram, ex quo patre tantas uoluptates capiebat, ex eo tantos percipere luctus! Nam quid ego de Cicerone dicam? Qui cum primum sapere coepit, acerbissimos dolores misériasque percepit. Quae si, tu ut scribis, fato facta putarem, ferrem paulo facilius; sed omnia sunt mea culpa commissa, qui ab iis me amari putabam qui inuidebant, eos non sequebar qui petebant. Quod si nostris consiliis usi essemus neque apud nos tantum ualuisset sermo aut stultorum amicorum aut improborum, beatissimi uiueremus.*<sup>35</sup>

---

<sup>32</sup> *Fam.* 14.2.4.

<sup>33</sup> Em cartas dirigidas a outras pessoas, Cícero referiu-se à esposa com grande respeito e carinho. Terência era, nas suas palavras, uma esposa fiel e desafortunada, que tinha de suportar mais do que qualquer mulher alguma vez suportara. Cf. *Q. fr.* 1.3.3; *Att.* 3.19.2; 3.23.5.

<sup>34</sup> *Fam.* 14.1.1.

<sup>35</sup> *Fam.* 14.1.1-2. Cf. *Fam.* 14.2.1; 14.3.1.

Saudoso, ansiava pelo dia em que lhe seria permitido voltar a abraçar a família, como recompensa do amor que a todos unia:

*Quem ego diem si uidero et si in uestrum complexum uenero ac si et uos et me ipsum recipiaro, satis magnum mihi fructum uidebor percepisse et uestrae pietatis et meae.*<sup>36</sup>

Discutiu ainda com Terência assuntos relacionados com a gestão financeira familiar, como a *manumissio* estratégica dos seus escravos<sup>37</sup>, ou a venda que a esposa decidira fazer, contra a vontade do marido, de alguns dos seus bens (*uicum*) pessoais, para fazer face a despesas:

*Quod ad me, mea Terentia, scribis te uicum uendituram, quid, obsecro te (me miserum!), quid futurum est? Et si nos premet eadem fortuna, quid puero misero fiet?*<sup>38</sup>

Cícero estava preocupado com o destino do filho. Insistiu, por isso, que Terência, em vez de se desfazer dos seus próprios bens, deveria recorrer à ajuda dos amigos, porque, se acontecesse o pior, iriam precisar dos bens dela para garantir o bem-estar do pequeno Marco. Usando de alguma chantagem emocional, advertiu a esposa de que poderia estar a empenhar o futuro do jovem, se continuasse a gastar, sem cuidado, a sua fortuna pessoal<sup>39</sup>:

---

<sup>36</sup> *Fam.* 14.1.3. Cf. *Fam.* 14.4.3.

<sup>37</sup> *Fam.* 14.1.3: *De familia quomodo placuisse scribis amicis faciemus.* Cf. 14.4.4.

<sup>38</sup> *Fam.* 14.1.4.

<sup>39</sup> Como afirmam GARNSEY-SALLER (1987) 130, em termos legais, “the conjugal couple was not one financial entity, but two, with the wife enjoying complete legal independence in the ownership of property after her father’s death.” Segundo DIXON (1984) 83, porém, a separação de bens dos cônjuges não implicava uma separação de interesses: “Terentia shared Cicero’s assumption of her devotion to his cause and the availability of her fortune to their children in case of need.”

Nesta altura, o pai de Terência já não se encontraria vivo, pelo que ela seria uma mulher *sui iuris* — portanto, tecnicamente sujeita às limitações da *tutela mulierum*. Originalmente, a função do *tutor* (ou *tutores*) consistia em guardar os bens da pessoa que estava sob a sua *tutela*, que havia sido instiuída para protecção dos interesses da família. Paulatinamente, porém, a aparentemente restritiva *tutela mulierum* do período da Lei das Doze Tábuas degenerou, no século II, numa mera sombra do que fora na sua origem. Assim, em pleno século I, mesmo que as transacções de Terência fossem feitas com base no pressuposto de que a sanção do seu *tutor* poderia ser tomada como certa, a venda de bens, tal como a decisão relativa à forma como deveria usar os seus rendimentos eram essencialmente da sua competência. O argumento apresentado por Cícero de que a fortuna dela poderia, no futuro, ser necessária para o sustento dos filhos sugere a persistência da noção de que os bens funcionavam de alguma forma como um seguro familiar a ser utilizado através das gerações, mas a ‘família’ que ele invoca não corresponde à rede agnática em que assentara a instituição da *tutela* na sua fundação (Gaius, *Inst.* 1.155 sqq. e 165). Quer o *tutor* de Terência fosse um parente próximo — *tutor agnatus* —, quer fosse um amigo da família ou um dependente (*tutor extraneus*), “her fortune was seen as hers to disburse and as destined for her children rather than her agnates.” Uma mulher *sui iuris*, como Terência, podia, neste período da vida, caso assim o entendesse, dispor livremente dos seus próprios bens. Estes não eram propriedade masculina — como eram quando a mulher se encontrava *in manu mariti* (Cic., *Top.* 23:



*Non queo reliqua scribere, tanta uis lacrimarum est; neque te in eundem fetum adducam. Tantum scribo: si erunt in officio amici, pecunia non deerit; si non erunt, tu efficere tua pecunia non poteris. Per fortunas miseras nostras, uide ne puerum perditum perdamus. Cui si aliquid erit ne egeat, mediocri uirtute opus est et mediocri fortuna ut cetera consequatur.*<sup>40</sup>

A condição social de Terência estava intimamente ligada à do marido e a ruína de Cícero poderia prejudicar o seu *status*. O casal, porém, estava longe de ser perspectivado como uma unidade económica; a confiscação dos bens de Cícero dificilmente ameaçaria a integridade do património pessoal de Terência. Os bens do casal encontravam-se tão claramente divididos que Cícero não tinha poder de controlo sobre as transacções financeiras da esposa. A insistência para que ela deixasse outros assumirem as despesas não fora atendida; Terência era, afinal, uma mulher com alguma autonomia financeira<sup>41</sup>.

---

*Cum mulier uiro in manum conuenit, omnia quae mulieris fuerunt uiri fiunt dotis nomine; Gaius, Inst. 2.96: In summa sciendum est his, qui in potestate manu mancipioque sunt, nihil in iure cedi posse; cum enim istarum personarum nihil suum esse possit, conueniens est scilicet, ut nihil suum esse in iure uindicare possint; 139: Idem iuris est, si cui post factum testamentum uxor in manum conueniat, uel quae in manu fuit, nubat: nam eo modo filiae loco esse incipit et quasi sua) — nem estavam sob efectiva supervisão masculina. Ela detinha e administrava de pleno direito o património pessoal. No caso de uma mulher madura *sui iuris*, como Terência, a contribuição para o lar matrimonial e para o sustento dos filhos terminaria, legalmente, com o pagamento final do dote. Não obstante, os dois cônjuges encaravam como natural a possibilidade de ela assumir, em circunstâncias especiais, a responsabilidade pelo futuro do jovem Marco. Cf. DIXON (1984) 84 sq..*

Durante o exílio, Cícero recomendou a família a Quinto, confiando que os filhos nunca poderiam ser verdadeiramente órfãos enquanto o tio paterno estivesse são e salvo (cf. *Q. fr.* 1.3.10). Esta *commendatio* tinha um alcance generalizante: os homens recomendavam as esposas e os filhos ao cuidado de amigos sempre que a sua vida corria perigo ou deixavam Roma numa viagem de rotina. A recomendação não implicava, todavia, que esses amigos assumissem o total apoio financeiro das pessoas recomendadas (compare-se, todavia, a *commendatio* de Túlia, feita por Cícero, a Ático, em Janeiro de 47, quando o pai pediu ao amigo que pretasse apoio financeiro à filha, prevendo que a mãe, como ele, iria ser espoliada dos seus bens, cf. *Att.* 11.9.3: *Alium enim cui illam commendem habeo neminem, Quoniam matri quoque eadem intellexi esse parata quae mihi. Sed si me non offendes, satis tamen habeto commendatam patrumque in eam quantum poteris mitigato.*). Das cartas do exílio transparece, no entanto, a ideia de que Cícero esperava ser mantido pelo irmão, caso viesse a ser despojado dos seus bens, enquanto os filhos recorreriam à mãe. Esta cadeia variegada de obrigações familiares não coincide exactamente com a moldura legal segundo a qual somente por morte intestada da mãe os filhos teriam o direito remoto de *cognati* sobre os bens dela. Cícero esperava que Terência prestasse apoio financeiro aos filhos, como se ela, mais do que o tio paterno, Quinto (que era parente próximo por agnação), fosse o recurso óbvio de Túlia e de Marco em momentos de aflição: “Thus, even in an emergency, when all family elements rallied around, the financial separate-ness of the spouses was maintained much as the law required, but the maternal-child links apparently exceeded any legal definition of obligation.” Cf. DIXON (1984) 86 sq..

<sup>40</sup> *Fam.* 14.1.5.

<sup>41</sup> Cf. DIXON (1984) 83. Terência não se considerava obrigada a dar contas a Cícero do uso que fazia dos seus próprios bens, ainda que com ele partilhasse a ideia de que, em situações de emergência, deveria garantir o sustento dos filhos; como esposa e como mãe, ela estava sensibilizada e preparada para ajudar a sua família matrimonial e — se necessário — para usar a fortuna pessoal em benefício dela, mas não para abdicar do seu

O sentimento de culpa em relação à situação em que deixara a família era um tormento constante. Na carta que escreveu a 29 de Novembro, reconhecendo embora a intensidade do sofrimento da esposa e dos filhos, afirmou ser maior a sua desgraça, já que sua era a culpa de toda a situação:

*Conficior enim maerore, mea Terentia, nec meae me miseriae magis excruciant quam tuae uestraeque. Ego autem hoc miserior sum quam tu, quae es miserrima, quod ipsa calamitas communis est utriusque nostrum, sed culpa mea propria est.*<sup>42</sup>

Além de culpado, sentia-se envergonhado<sup>43</sup>. Não conseguia deixar de pensar na aflição por que estavam a passar os filhos e a esposa<sup>44</sup>. Não desistiria, porém, de lutar, pelo menos enquanto sentisse que a família mantinha acesa a chama da esperança:

*Spes autem salutis pertenuis ostenditur. Inimici sunt multi, inuidi paene omnes. Eicere nos magnum fuit, excludere facile est. Sed tamen, quam diu uos eritis in spe, non deficiam, ne omnia mea culpa cecidisse uideantur.*<sup>45</sup>

A esposa do orador empenhou-se no regresso e na segurança dele enquanto exilado<sup>46</sup>, e exerceu — como o fez, aliás, durante todo o tempo em que estiveram casados — um forte ascendente sobre o marido, influenciando a sua tomada de decisões na esfera política e privada:

*Ego tamen faciam quae praecipis. Amicis quibus uoluisti egi gratias et eas litteras Dexippo dedi meque de eorum officio scripsi a te certiore esse factum.*<sup>47</sup>

---

direito de decidir sobre a melhor forma de demonstrar a sua lealdade para com a família: “She was apparently unhampered by the restrictions of *tutela mulierum* in her commercial transactions and proceeded on the assumption that her activities would be routinely authorized.” Cf. DIXON (1984) 87.

<sup>42</sup> *Fam.* 14.3.1. Cf. 14.2.1 e 14.1.1.

<sup>43</sup> *Fam.* 14.3.2: *Qua re cum dolore conficiat, tum etiam pudore. Pudet enim me uxori [mea] optimaе, suauissimis liberis uirtutem et diligentiam non praestitisse.* Note-se, mais uma vez, o recurso a termos superlativos para referir os membros da família. Como refere TREGGIARI (1998) 12, “he [Cícero] makes it clear that his duty included a duty to look after his family. He is ashamed that he has not shown courage and proper care (*diligentia*) to his excellent wife and adorable children. It is his fault they are suffering.” Cf. *Fam.* 14.4.6.

<sup>44</sup> *Fam.* 14.3.2: *Nam mi ante oculos dies noctesque uersatur squalor uester et maeror et infirmitas uoletudinis tuae.* Cf. *Fam.* 14.2.3.

<sup>45</sup> *Fam.* 14.3.2.

<sup>46</sup> *Fam.* 14.3.3: *Vt tuto sim quod laboras...*

<sup>47</sup> *Fam.* 14.3.3. Cf. § 5: *Ex primis aut summum secundis litteris tuis constituere poterimus quid nobis faciendum sit.*

Cícero aceitava, portanto, as sugestões e conselhos da esposa. Ela mantinha-o informado de todos os desenvolvimentos relativos à sua situação política. Era este o desejo do marido:

*Ea re ad te statim Aristocritum misi ut ad me continuo initia rerum et rationem totius negoti posses scribere...*<sup>48</sup>

Terência tinha sobre os seus ombros a difícil tarefa de conseguir que o marido fosse resgatado do exílio. Ele próprio reconhecia a importância do papel desempenhado pela esposa, pedindo-lhe que ficasse em Roma a tomar as diligências necessárias à reentrada do companheiro na Urbe:

*Quod scribis te, si uelim, ad me uenturam, ego uero, cum sciam magnam partem istius oneris abs te sustineri, te istic esse uolo. Si perficitis quod agitis, me ad uos uenire oportet...*<sup>49</sup>

A fechar esta carta, talvez em jeito de agradecimento à esposa dedicada, Cícero pronunciou uma emocionada jura de amor:

*Cura ut ualeas et ita tibi persuadeas, mihi te carius nihil esse nec umquam fuisse. Vale, mea Terentia; quam ego uidere uideor itaque debitor lacrimis. Vale.*<sup>50</sup>

No ano 50, encontrando-se Cícero a desempenhar as funções de procônsul na Cilícia, Túlia casou com Públio Cornélio Dolabela<sup>51</sup>. O acordo foi negociado por Terência e pela filha. O terceiro casamento foi, ao que parece, decidido autonomamente pelas duas mulheres, para ligeiro desconforto do *paterfamilias*. Cícero parece ter tido algumas

---

<sup>48</sup> *Fam.* 14.3.4. Cf. § 5: *Tu modo ad me uelim omnia diligentissime perscribas...*

<sup>49</sup> *Fam.* 14.3.5.

<sup>50</sup> *Ibidem*.

<sup>51</sup> Túlia casou ainda muito jovem com Pisão Frúgi. Ficou comprometida a partir do final de 67 (cf. *Att.* 1.3.3) e terá casado antes do final de 63 (cf. *Catil.* 4.3: *Stat in conspectu meo gener*). Este terá morrido em 57. O casamento posterior de Túlia com Fúrio Crassípede deu-se, provavelmente, em 56 ou 55 (cf. *Q. fr.* 2.4.2 e 2.5.1-2) e deve ter terminado entre 53 e 51. Apesar do divórcio, o cônsul e o ex-genro mantiveram relações cordiais (cf. *Fam.* 13.9). Entretanto, Túlia casou com Dolabela. A hipótese de um terceiro casamento de Túlia foi abordada pela primeira vez em Maio de 51 (*Att.* 5.4.1) e, desde então, Cícero não deixou de preocupar-se com a concretização dessa união (cf. *Att.* 5.13.3; 5.14.3; 5.17.4, etc.). Vide capítulo reservado ao estudo do relacionamento entre Cícero e a filha (Terceira Parte, Cap. Segundo).

reservas em relação a Dolabela, tendo mesmo discutido com Ático as hipóteses de outros pretendentes<sup>52</sup>. Não sabemos quem discutiu os termos dotais com Dolabela ou com os seus representantes na ausência de Cícero, mas, uma vez acordado o dote, este tornou-se uma dívida do *paterfamilias*. O pai de Túlia, todavia, ultrapassou o desconforto provocado por esta situação, e o seu relacionamento com Terência permaneceu incólume<sup>53</sup>.

Prova do carinho que continuava a unir os esposos é uma carta escrita de Atenas, em Outubro de 50, na qual Cícero, que estivera até então a desempenhar as funções de procônsul na Cilícia, descreveu detalhadamente a viagem de regresso a casa<sup>54</sup> e agradeceu à esposa as cartas explicativas de alguns procedimentos práticos<sup>55</sup>. Das suas palavras, deduzimos que o desejo de Terência de voltar a abraçar Cícero e o jovem Marco era tão forte quanto o que eles, pai e filho, sentiam de abraçarem a respectiva esposa e mãe:

*Iam enim me ipsum expectas, siue nos ipsos, qui quidem quam primum ad uos uenire cupimus...*<sup>56</sup>

Para que o reencontro ocorresse o mais brevemente possível, sugeriu à esposa que fosse ao encontro deles, tão longe quanto a sua débil saúde lho permitisse:

*Tu uelim, quod commodo ualeitudinis tuae fiat, quam longissime poteris obuiam nobis prodeas.*<sup>57</sup>

Pediu-lhe, depois, que continuasse a exercer o papel de intermediário em questões práticas, até que lhe fosse permitido cuidar delas pessoalmente<sup>58</sup>. A fechar a carta, a reafirmação do afecto que continuava a nutrir pela esposa: *mea suauissima et optatissima*

---

<sup>52</sup> Cf. *Att.* 5.4.1; 5.21.14; 6.1.10. Leia-se ainda o comentário de L.-A. Constants à carta *Att.* 4.4.1 (*Les Belles Lettres*, v. 3, 191 sq.) e o capítulo por nós reservado ao estudo do relacionamento do epistológrafo com a filha (Terceira Parte, Cap. Segundo, pp. 236 sqq.).

<sup>53</sup> Cf. *Fam.* 3.12.2; *Att.* 6.6.1. Leia-se ainda DIXON (1992) 50: “The right of a women to determine the marriages of her children had no basis whatever in law, but it is referred to in the literary sources as part of the process of making marriages and even, (...), of ending a marriage. Most of the anecdotes show the mother acting in combination with her husband or as a widow in consultation with friends and relations.”

<sup>54</sup> Cícero tinha deixado Roma em Abril de 51 (cf. *Les Belles Lettres*, v. 3, 186).

<sup>55</sup> *Fam.* 14.5.1: *Accepi tuas litteras, quibus intellexi te uereri ne superiores mihi redditae non essent. Omnes sunt redditae diligentissimeque a te perscripta sunt omnia, idque mihi gratissimum fuit.*

<sup>56</sup> *Ibidem.*

<sup>57</sup> *Ibid.*

<sup>58</sup> *Fam.* 14.5.2: *De hereditate Preciana (...), sed hoc uelim cures, si auctio ante meum aduentum fiet, ut Pomponius aut, si is minus poterit, Camillus nostrum negotium curet...*

*Terentia*<sup>59</sup>. Terência correspondeu ao desejo do marido, indo ao seu encontro até Brundísio. O barco em que ele e o filho viajaram aportou no dia 24 de Novembro<sup>60</sup>.

No dia 18 de Janeiro de 49, a exemplo de outros republicanos, Cícero deixou Roma para se instalar na sua *uilla* de Fórmias. Levou consigo o filho, mas a esposa e a filha ficaram. As cartas escritas a Terência e a Túlia nos dias 22 e 23 denunciam o afecto que sentia por ambas<sup>61</sup>. O período que sucedeu à travessia de César do Rubicão ficaria marcado pela agitação política. Confrontado com a possibilidade de o tirano entrar em Roma, o estadista, que se encontrava fora da Urbe, chegou a temer pela segurança da filha e da esposa. Ponderou, por isso, cuidadosamente — pedindo-lhes que o fizessem também — sobre a melhor decisão a tomar: permitir que ambas se mantivessem em Roma ou pedir-lhes que se juntassem a eles, em Fórmias<sup>62</sup>. Se, por um lado, considerava que em Roma poderiam gozar da protecção de Dolabela, cesariano assumido<sup>63</sup>, por outro, não conseguia deixar de se sentir triste por ver que todos aqueles que se encontravam na sua situação haviam deixado Roma na companhia das esposas:

*Mihi ueniunt in mentem haec: Romae uos esse tuto posse per Dolabellam eamque rem posse nobis adiumento esse si quae uis aut si quae rapinae fieri coeperint; sed rursus illud me mouet, quod uideo omnis bonos abesse Roma et eos mulieres suas secum habere.*<sup>64</sup>

Em favor da segunda hipótese, Cícero argumentou que, em Fórmias, Terência poderia passar bastante tempo na companhia do marido e, na sua ausência, lá viver comodamente:

---

<sup>59</sup> *Fam.* 14.5.2. Cf. *Ad Q. fr.* 1.3.3 (*fidelissimam coniugem*).

<sup>60</sup> Cf. *Fam.* 16.9.1: *postridie (id erat a. d. VII. Kal. Dec.) hora IIII. Brundisium uenimus, eodemque tempore simul nobiscum in oppidum introiit Terentia...*

<sup>61</sup> Basta lermos a saudação da carta do dia 23, para o percebermos: *TVLLIVS TERENTIAE SVAE ET PATER TVLLIAE, DVABVS ANIMIS SVIS, ET CICERO MATRI OPTIMAE, SVAVISSIMAE SORORI S. P. D.* (*Fam.* 14.14.).

<sup>62</sup> *Fam.* 14.18.1, de 22 de Janeiro: *Considerandum uobis etiam atque etiam, animae meae, diligenter puto quid faciatis, Romaene sitis an mecum an aliquo tuto loco; id non solum meum consilium est sed etiam uestrum.* Cf. 14.14.1, de 23 de Janeiro: *Vestrum iam consilium est, non solum meum, quid sit uobis faciendum.*

<sup>63</sup> Apesar desta confiança, Cícero temia que, na eventualidade de uma entrada violenta por parte de César (*ille*) em Roma, a influência do genro não fosse suficiente para livrar a esposa e a filha do sofrimento. Cf. *Fam.* 14.14.1: *Si ille Romam modeste uenturus est, recte in praesentia domi esse potestis; sin homo amens diripiendam urbem daturus est, uereor ut Dolabella ipse satis nobis prodesse possit.*

<sup>64</sup> *Fam.* 14.18.1.

*Haec autem regio, in qua ego sum, nostrorum est praediorum, ut et multum esse mecum et, cum abieritis, commode et in nostris esse possitis.*<sup>65</sup>

Pediu-lhe, portanto, que ponderasse ambas as hipóteses e que colhesse conselho junto dos amigos, para, em conformidade, tomarem uma decisão<sup>66</sup>. Terência deveria ter em atenção se as restantes mulheres da mesma condição iriam ou não permanecer em Roma. Na eventualidade de tal não se verificar, tornar-se-ia necessário encontrar os meios que garantissem a mãe e filha uma permanência honrosa. Receando ver-se afastado da esposa, Cícero alertou-a para a necessidade premente de tomarem uma decisão<sup>67</sup>. Entretanto, porque continuava preocupado com a segurança de Túlia e Terência, exprimiu o desejo de receber, se não diariamente, pelo menos com frequência, notícias delas e da cidade<sup>68</sup>.

Não é apenas na correspondência com a esposa que é notória a cumplicidade dos esposos. Duas cartas dirigidas a Ático durante esses dias confirmam a facilidade de comunicação existente entre os cônjuges. O jogo de palavras humorístico feito por Ático com os nomes dos banqueiros *Oppii*, vizinhos de Ático no Quirinal, tinha oferecido a Cícero algumas dificuldades de interpretação<sup>69</sup>. Quando finalmente percebeu o sentido do enigma, disse ao amigo que a explicação que encontrara para as palavras dele coincidia com a interpretação de Terência:

*Iam intellexi tuum aenigma; Oppios enim de Velia succones dices. In eo aestuavi diu. Quo aperto reliqua patebant et cum Terentiae summa congruebant.*<sup>70</sup>

---

<sup>65</sup> *Fam.* 14.18.1. Cf. 14.14.1.

<sup>66</sup> *Fam.* 14.18.2: *Id uelim diligenter etiam atque etiam uobiscum et cum amicis consideretis.*

<sup>67</sup> *Fam.* 14.18.2: *Vos uidete quid aliae faciant isto loco feminae et ne, cum uelitis, exire non liceat.*; *Fam.* 14.14.1: *Etiam illud metuo, ne iam intercludamur, ut, cum uelitis exire, non liceat. Reliquum est, quod ipsae optime considerabitis, uestri similes feminae sintne Romae; si enim non sunt, uidendum est ut honeste uos esse possitis.*

<sup>68</sup> Cf. *Fam.* 14.18.2: *Et uelim tabellarios instituat is certos ut cottidie aliquas a uobis litteras accipiam*; 14.14.1: *Vos, meae carissimae animae, quam saepissime ad me scribite et uos quid agatis et quid istic agatur.*

<sup>69</sup> *Att.* 7.13.5, de 23 de Janeiro: *Aenigma succonum ex Velia plane non intellexi; est enim numero Platonis obscurius.*

Estes *Oppii* têm sido identificados como banqueiros ricos que emprestaram dinheiro a Terência. VERBOVEN (2001) vem, no entanto, lançar nova luz sobre a identidade destes indivíduos e fornecer novas pistas que os relacionam com o afastamento que se viria a produzir entre o casal. Como afirma o autor, na p. 315, “this article proposes to analyse in detail the ambiguous evidence we have on the *Oppii* from Velia. It will be shown that their identification as bankers or financiers, related to Ceaser’s procurator C. Oppius, has no serious foundation. However, the case of the *Oppii* from Velia may shed some light on Cicero’s alienation and subsequent divorce from Terentia.”

Os esposos haviam, portanto, discutido a questão no decurso de uma trivial e amigável conversa<sup>71</sup>.

Cerca de meio ano depois, em Junho de 49, Cícero voltou a deixar Roma<sup>72</sup> e, conseqüentemente, a separar-se, ainda que voluntariamente, de Terência e de Túlia. O filho acompanhou-o. Embora tivesse hesitado durante algum tempo se deveria ou não juntar-se a Pompeio, acabou por partir e, ao que parece, nem mesmo as lágrimas da esposa e da filha o impediram. A primeira carta que lhes escreveu, em Caieta, a bordo do navio, deixa transparecer um certo optimismo político, parecendo até que o ex-cônsul estava feliz por deixar Roma. A indisposição que sentira pouco antes de partir ficara a dever-se a um ataque bilioso, não à tristeza e aos cuidados em que deixara a filha e a esposa, que o podiam ter incomodado, mas que, pelo menos aparentemente, haviam sido rapidamente ultrapassados:

*Omnis molestias et sollicitudines quibus et te miserrimam habui, id quod mihi molestissimum est, et Tulliolam, quae nobis nostra uita dulcior est, deposui et eieci. Quid causae autem fuerit postridie intellexi quam a uobis discessi: χολήν ἄκρατον noctu eieci. Statim ita sum leuatus ut mihi deus aliquis medicinam fecisse uideatur.*<sup>73</sup>

Como era habitual em ocasiões deste tipo, mas também fruto de genuína preocupação, ou, quiçá, da culpa que poderia estar a sentir por abandonar novamente esposa e filha, disse-lhes ter a intenção de as recomendar, por carta, a amigos seus, e exortou-as a manterem a coragem férrea até então revelada:

*Deinde conscribam ad nostros familiaris multas epistulas, quibus te et Tulliolam nostram diligentissime commendabo. Cohortarer uos quo animo fortiores essetis nisi uos fortiores cognossem quam quemquam uirum.*<sup>74</sup>

A segurança e o bem-estar de ambas preenchiam alguns dos seus pensamentos. Depois de recomendar a Terência que cuidasse da sua saúde, deixou ao critério dela a decisão de se afastar, por motivos de segurança, de Roma:

---

<sup>70</sup> Att. 7.13a.1, de 24 de Janeiro.

<sup>71</sup> Cf. CLAASSEN (1996) 216.

<sup>72</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, 93.

<sup>73</sup> Fam. 14.7.1.

<sup>74</sup> Fam. 14.7.2.

*Tu primum ualeitudinem tuam uelim cures; deinde, si tibi uidebitur, uillis iis utere quae longissime aberunt a militibus.*<sup>75</sup>

Se esta carta havia sido escrita num momento marcado pelo entusiasmo político de Cícero, o mesmo não podemos dizer do bilhete que enviou à esposa cerca de um ano e um mês depois, mais precisamente, a 15 de Julho de 48. Nesta altura, o epistológrafo ainda se encontrava no campo de Pompeio.

A missiva em questão difere, quer no tom, quer na estrutura, das cartas anteriormente dirigidas a Terência<sup>76</sup>. Cícero começou por explicar à esposa que lhe escreveria somente quando houvesse um mensageiro disponível, ou algum assunto digno de ser transmitido:

*Nec saepe est cui litteras demus nec rem habemus ullam quam scribere uelimus.*<sup>77</sup>

Ora, o assunto que o levava a escrever este bilhete era a delicada situação em que se encontrava a filha. Ao que parece, Terência havia tentado vender alguns dos seus bens para pagar dívidas contraídas por Túlia ou a prestação seguinte do dote da filha a Dolabela (*ei*). Apesar de a esposa lhe ter dito que não fora bem sucedida nos seus intentos, Cícero insistia na necessidade do cumprimento dessa obrigação:

*Ex tuis litteris quas proxime accepi cognoui praedium nullum uenire potuisse. Qua re uideatis uelim quo modo satis fiat ei cui scitis me satis fieri uelle.*<sup>78</sup>

À imagem de Túlia, reconheceu ainda os esforços desenvolvidos pela mãe em benefício da jovem<sup>79</sup>:

---

<sup>75</sup> *Fam.* 14.7.3.

<sup>76</sup> DIXON (1984) 90 refere que esta é a primeira de uma série de breves e formais missivas, muito diferentes daquelas que Terência estaria habituada a receber.

<sup>77</sup> *Fam.* 14.6.

<sup>78</sup> *Ibidem*.

<sup>79</sup> Segundo DIXON (1984) 90 sq., a assistência prestada pela mãe a Túlia, a que Cícero se refere nesta passagem, parece ter-se traduzido no pagamento das dívidas da jovem e no consequente alívio da situação precária em que vivia, embora possa igualmente dizer respeito à contribuição de Terência para o pagamento da segunda prestação do dote, mediante a venda de alguns bens próprios. A autora mostra ainda que o recurso à mãe em circunstâncias como estas não era usual no contexto romano. De facto, nem Terência nem Túlia estavam *in manus mariti*, isto é, não eram esposas cujos bens se fundiam com os do marido pela instituição do casamento. Como uma *filiafamilias*, Túlia não podia ser detentora, de pleno direito, de bens próprios,



*Quod nostra tibi gratias agit, id ego non miror, te mereri ut ea tibi merito tuo gratias agere possit.*<sup>80</sup>

Depois, a fechar a carta, despediu-se brevemente:

*Cura ut ualeas.*<sup>81</sup>

Os motivos da brevidade e do aparente tom distante com que Cícero se dirigiu à esposa neste e noutros bilhetes posteriormente enviados tem suscitado alguma discussão entre os críticos<sup>82</sup>.

Na perspectiva de Jean Beaujeu, a cortesia afectada das palavras de agradecimento dirigidas a Terência não apaga a vincada frieza do bilhete, sendo inegável que entre o marido e a esposa havia surgido um irreparável distanciamento<sup>83</sup>. Na mesma linha de interpretação, ao comentar a evidente brevidade e falta de cordialidade da carta, Shackleton Bailey considera que o relacionamento entre Cícero e Terência se teria deteriorado depois que ele havia partido de Itália<sup>84</sup>. Claassen, por sua vez, reconhece que as cartas a Terência se tornaram mais breves à medida que os anos foram avançando, acabando mesmo por degenerar em meros bilhetes, com conteúdos mais formais e escritos num tom mais distante. Considera, todavia, ser difícil poder ler-se animosidade nessas missivas.

---

pelo que devia ser o pai o responsável pela sua manutenção antes e depois do casamento. Terá sido nesta perspectiva que Cícero lhe destinou, possivelmente em 49, alguns bens (*Att.* 11.2.2): o *fructus praediorum* deveria servir para suprir as suas necessidades. Quando se viu numa situação embaraçosa, ela, porém, apelou à mãe, em vez de apelar ao pai, ou ao marido. Dolabela encontrava-se provavelmente ausente de Roma, mas Túlia poderia ter apelado aos agentes dele, se considerasse ser ele a pessoa a quem deveria recorrer. De facto, não existem, no direito romano, quaisquer vestígios da ideia de que um marido era responsável pelas dívidas da esposa se esta não estivesse na sua *manus*. O recurso à mãe, porém, mesmo sendo Terência uma esposa *sui iuris* (i. e., que administrava os bens pessoais através de agentes), parece ter sido uma medida extraordinária, justificada apenas por dificuldades severas. Em circunstâncias normais, o auxílio da mãe da jovem não teria ido além do *dos* que levou consigo para o casamento e que Cícero podia administrar em benefício dos filhos: “Cicero spoke of Terentia’s aid on this occasion almost as if it were the work of a family friend, who was duly thanked by Tullia, then Cicero, for the favour.”

<sup>80</sup> *Fam.* 14.6.

<sup>81</sup> *Ibidem*.

<sup>82</sup> Segundo CLAASSEN (1996) 217, a brevidade da despedida “seems denote haste.” Na mesma linha de pensamento, afirma TREGGIARI (1991) 255: “The abrupt notes of 47 BC, about the time when he begins to complain about her to Atticus, can to some extent be excused as a possibly partial selection of hasty communications.”

<sup>83</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, nota c ad loc..

<sup>84</sup> Cf. (1977) v. 1, 500, introd. ad *Fam.* 14.6: “The letter to Terentia is notably curt and uncordial. Cicero’s relations with her seem to have deteriorated since he left Italy and were never restored.”

A brevidade e aparente frieza de Cícero não têm necessariamente de corresponder a um afastamento entre os esposos. Argumenta a autora que a carta escrita por Cícero, no mesmo dia, ao amigo Ático (*Att.* 11.4), fora igualmente breve. A situação política que então se vivia e a crescente desilusão de Cícero em relação a Pompeio, bem como a ansiedade relativa ao pagamento da segunda prestação do dote de Túlia a Dolabela<sup>85</sup>, poderão ter sido os factores determinantes do tom abrupto de ambas as cartas, que parecem deliberadamente crípticas relativamente a assuntos pessoais e políticos<sup>86</sup>.

Os defensores da ideia de que o relacionamento entre marido e esposa havia arrefecido desde então encontraram, porém, numa carta Ático (*Att.* 11.1, de Janeiro de 48), outra explicação para tal frieza. A missiva reúne, na verdade, indícios de críticas severas por parte de Cícero ao comportamento menos ortodoxo de Terência no que concerne à gestão das finanças do marido<sup>87</sup>.

Durante o tempo que esteve afastado de Roma para seguir Pompeio, o estadista confiou a Terência a resolução de algumas questões financeiras. A esposa, por sua vez, entregara a gestão dos seus negócios a um liberto da sua confiança, um tal Filótimo<sup>88</sup>. Ora, na carta em questão, Cícero, visivelmente preocupado, queixara-se de nada saber dos seus assuntos domésticos, em virtude de a pessoa (*qui*) responsável pela sua administração (*eas dispensavit*) ter desaparecido sem deixar rasto:

*Accepi a te signatum libellum quem Anteros attulerat; ex quo nihil scire potui de nostris domesticis rebus. De quibus acerbissime adflctor quod qui eas dispensavit neque adest istic neque ubi terrarum sit scio.*<sup>89</sup>

Os críticos consideram que essa pessoa — referida pela forma do masculino do pronome relativo *qui* — era Filótimo, o liberto de Terência<sup>90</sup>, que parece ter desaparecido

---

<sup>85</sup> A prestação vencera no dia 1 de Julho.

<sup>86</sup> Cf. CLAASSEN (1996) 217. Na página 219 deste artigo, acerca da carta *Fam.* 14.6, acrescenta a autora: “Its brevity may be ascribed to political circumspection. Dolabella, the one person who had clearly inflicted injury on the family through his treatment of Tullia, was a Caesarian who must still be conciliated.”

<sup>87</sup> SHACKLETON BAILEY (1977) v. 1, 499 sq., introd. ad *Fam.* 14.6) e J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 6, nota c ad *Fam.* 14.6), ao comentarem a frieza do bilhete, remetem para a leitura de *Att.* 11.1.2. Cf. DIXON (1984) 88, onde, remetendo também para a leitura da carta a Ático, se afirma que Cícero tinha descoberto “Terentia’s dishonest interference in his affairs”.

<sup>88</sup> Segundo J. Beaujeu (cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, nota a ad *Att.* 10.5.3), este deverá distinguir-se do *librarius* pessoal de Cícero, igualmente denominado Filótimo (cf. *Att.* 10.5.3; 10.7.2; 13.33.1). Segundo TREGGIARI (1969) 263, nota 8, trata-se, no entanto, da mesma pessoa: “It is hardly credible that an otherwise unknown freedman of Cicero called Philotimus is meant.”

<sup>89</sup> *Att.* 11.1.1.

sem dar qualquer sinal. Este repentino desaparecimento deixara Cícero sem saber exactamente em que estado se encontravam as suas finanças, mas, ao mesmo tempo, consciente da existência de algumas irregularidades. Ao pedir a Ático que tratasse do restabelecimento do seu crédito em Roma e na Grécia, deixou escapar um desabafo: se não tivesse confiado cegamente em quem confiara durante tanto tempo, talvez mantivesse o seu crédito intacto e as suas finanças livres do embaraço em que tinham acabado por cair:

*Ego in cistophoro in Asia habeo ad sestertium bis et uiciens. Huius pecuniae permutatione fidem nostram facile tuebere, quam quidem ego nisi expeditam relinquere m<e> putassem, credens ei cui scis iam pridem nimi<um> me credere, commoratus essem paulisper nec domesticas res impeditas reliquisssem; ob eamque causam serius ad te scribo quod sero intellexi quid timendum esset.*<sup>91</sup>

O pronome *ei*, que refere a tal pessoa em quem Cícero tanto confiara, por estar no dativo, não nos dá, infelizmente, indicação do género. Shackleton Bailey admite que *ei* poderá referir-se a Filótimo, mas defende mais a hipótese de o pronome se referir a Terência, porquanto, para Cícero, há muito que a desonestidade do liberto deixara de ser uma novidade<sup>92</sup>. De facto, em 51, Cícero havia formado uma *societas* com Filótimo, com vista à aquisição dos bens confiscados, e vendidos em hasta pública, de Milão. A operação tinha como objectivo salvaguardar os bens do exilado para a sua mulher. Toda a gestão financeira desta operação ficou a cargo do liberto, mas tinham sido tomadas medidas para que fosse garantida a Milão e aos seus familiares uma gestão honesta<sup>93</sup>. Ora, em Junho, numa carta que dirigiu a Ático, Cícero confessou-se preocupado com as suspeitas que Milão emitira sobre si e Filótimo. O amigo queixara-se de estar a ser prejudicado por ele, porque era sócio do liberto na aquisição dos seus bens:

---

<sup>90</sup> Na tradução de WINSTEDT (1912-1918), a forma *qui* é traduzida pelo nome de Filótimo. SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, 265, nota 3 ad loc., e (1999), v.3, nota 1 ad loc., afirma, sem hesitação, tratar-se de Filótimo. J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 6, nota a ad loc.), afirma: “Philotime, l’affranchi de Térentia, d’après TYRRELL-PURSER et SH. BAILEY, mais sans aucune justification.”

<sup>91</sup> *Att.* 11.1.2.

<sup>92</sup> Cf. (1965-1970) v. 5, 265, nota 4 ad loc.: “Perhaps Philotimus. But Corradus may have been right in thinking that Terentia is meant. (...); and *credens* suits her better than Philotimus, of whose dishonesty C. had convinced himself two and a half years previously (...).” Na edição mais recente, (1999) v. 3, nota 2 ad loc., Shackleton Bailey volta a admitir as duas hipóteses: “again Philotimus, or possibly Terentia.”

<sup>93</sup> Cf. *Att.* 5.8.2-3 e *Fam.* 8.3.2.

*Roma acceperam litteras Milonem meum queri per litteras iniuriam meam quod Philotimus socius esset in bonis suis.*<sup>94</sup>

Infelizmente, os receios do exilado vieram a confirmar-se. Cerca de um ano depois, em Junho de 50, perante as escusas de Filótimo de apresentar o saldo das transacções financeiras efectuadas, Cícero formulou, em grego, por enigmas<sup>95</sup>, o desejo de que Ático investigasse a possibilidade de o liberto estar a encher os bolsos com os bens de Milão<sup>96</sup>.

Foi com base nestes factos que Shackleton Bailey não teve dúvidas em considerar mais verosímil que, cerca de ano e meio depois<sup>97</sup>, o orador se tivesse confessado desiludido e chocado com o comportamento menos correcto de Terência, em vez de Filótimo, já que a deslealdade do liberto deixara de constituir uma surpresa para si havia já alguns meses. Beaujeu, por sua vez, afirma não ter dúvidas de que a forma pronominal *ei* tem como referente Terência. Remetendo para a carta de Junho de 50 (*Att.* 6.5.1-2), argumenta, tal como Bailey, que Cícero havia tomado conhecimento da desonestidade do liberto havia já algum tempo<sup>98</sup>. A questão não é, porém, de todo pacífica. Claassen<sup>99</sup>, mais reticente, afirma não perceber por que motivo Shackleton Bailey desvaloriza a possibilidade de *ei* poder aludir a Filótimo. É que já em outras ocasiões Cícero havia manifestado — e haveria de continuar a fazê-lo — sérias dúvidas sobre a integridade moral de Filótimo. Segundo a autora, o passo *Att.* 11.1 poderá constituir mais um testemunho, a acrescentar a outros, das desconfianças de Cícero em relação ao liberto<sup>100</sup>.

---

<sup>94</sup> *Att.* 5.8.2.

<sup>95</sup> Segundo J. Bayet (cf. *Les Belles Lettres*, v. 4, 198), o facto de Cícero ter escrito a Ático de forma tão dissimulada — em grego e por enigmas — pode dever-se ao receio de que Filótimo tomasse conhecimento das suas desconfianças. Por vezes, o liberto era o portador de cartas destinadas a Ático (cf. *Att.* 7.3.1): “Le curieux est qu’il lui en écrit non seulement en grec, mais «par énigmes». Quelque risque qu’il y eût à ce que Philotime en prît connaissance par hasard, un tel luxe de précautions s’explique mieux si le danger d’indiscrétion est plus intime: nous songeons à une collusion entre Philotime et la cupide Térentia (...).” O recurso a tais subtilezas pode, pois, explicar-se melhor ainda se considerarmos a hipótese de as desconfianças de Cícero recaírem não apenas sobre Filótimo, mas também sobre a esposa, em eventual conluio com o seu liberto.

<sup>96</sup> Cf. *Att.* 6.4.3; 6.5.1-2; 6.9.2. Sobre a intervenção de Filótimo na venda dos bens de Milão, leia-se HAURY (1956).

<sup>97</sup> Em *Att.* 11.1.2.

<sup>98</sup> “Cette personne est sans doute Térentia (...), plutôt que Philotime, dont la malhonnêteté est connue de Cicéron depuis un an et demi” (*Les Belles Lettres*, v. 6, nota b ad loc.).

<sup>99</sup> Cf. CLAASSEN (1996) 218.

<sup>100</sup> A autora (1996, loc. cit.) recorda vários passos que testemunham a antipatia que Cícero nutria pelo liberto. Lembra, por exemplo, que, em *Att.* 7.1.9. (Outubro de 50), jogando também com palavras gregas, Cícero se referia sarcasticamente a Filótimo, chamando-lhe *merus φυγατῆς*, *germanus Lartidius*, insinuando que ele era dissimulado e desleal. (cf. Quint. *Inst.* 6.3.96: *ut Cicero Lartium, hominem callidum et uersutum*). A provar que a opinião do epistológrafo não melhorou com o tempo, cita outros exemplos: *Att.* 12.5.1 (em que Cícero

Independentemente da interpretação deste passo, é inegável o envolvimento de Terência — embora mais ou menos directo — em operações menos claras relacionadas com a gestão dos bens e rendimentos do marido.

As desconfianças de Cícero não se ficariam por esta carta. As missivas escritas de Janeiro a Junho de 48 (*Att.* 11.1 a 4a) abordam, de forma mais ou menos directa, a questão do dote de Túlia, em especial, o pagamento da segunda prestação<sup>101</sup>. Nelas, sugeria-se também que Túlia era infeliz e que o divórcio estaria iminente<sup>102</sup>. Ora, em Março, Cícero foi informado por Ático de que parte do montante reservado para o pagamento das restantes prestações do dote havia sido deduzida sem o seu conhecimento e autorização. Esta manobra, embora, segundo as suas próprias palavras, tenha sido a menos grave das injúrias por si até então sofridas, deixou os seus olhos rasos de lágrimas:

*Iam illa HS LX quae scribis nemo mihi umquam dixit ex dote esse detracta; numquam enim essem passus. Sed haec minima est ex iis iniuriis quas accepi; de quibus ad te dolore et lacrimis scribere prohibeor.*<sup>103</sup>

J. Beaujeu afirma sem reservas ter sido Terência a pessoa responsável pelo desvio desse dinheiro<sup>104</sup>. Dixon, por sua vez, referindo o súbito desaparecimento do agente de Cícero, considera bastante provável que o marido suspeitasse da esposa<sup>105</sup>. Shackleton Bailey defende a cumplicidade de Terência, alegando que o sentido da palavra *iniuriis* é demasiado intenso para referir-se a uma simples traição cometida exclusivamente pelo liberto Filótimo, sem a participação da esposa<sup>106</sup>. O clima de desconfiança parecia, pois, ter-se instalado entre os esposos. Não sabemos se essa falta de confiança em Terência terá sido a principal razão do tom distante das cartas que Cícero dirigiu posteriormente à

---

critica a indefinição política de Filótimo que, juntamente com os *Quinti*, se havia passado para o lado de César, pelo menos por algum tempo); 12.44.3 (em que o epistológrafo se refere a Filótimo como *Fauoniaster*, isto é, “a bad copy of Favonius”, sugerindo que o republicanismo ardente do liberto era fingido).

<sup>101</sup> Mormente, *Att.* 11.2.2; 11.3.1; 11.4a.

<sup>102</sup> Cícero ainda hesitou em entregar a Dolabela a segunda prestação do dote (cf. *Att.* 11.3.1), mas acabou por deixar a decisão nas mãos de Ático e da própria Túlia. Estes devem ter decidido pela continuidade do casamento, porque o pagamento foi efectuado (cf. *Att.* 11.25.3; 11.23.3, de Julho de 47).

<sup>103</sup> Cf. *Att.* 11.2.2.

<sup>104</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, nota b ad loc: “Par Térentia, manifestement, comme le confirme la réticence douloureuse exprimée dans la phrase suivante” [scil. *numquam enim essem passus*].

<sup>105</sup> Cf. (1984) 88: “The sudden disappearance from Rome of his agent had left Cicero ignorant of the precise state of his affairs, though conscious of some irregularity. It is highly probable that he suspected Terentia”.

<sup>106</sup> Cf. (1965-1970) v. 1, Introd., 46.

esposa<sup>107</sup>, mas a verdade é que, algum tempo depois, mais precisamente em Agosto de 47, o epistológrafo, em jeito de desabafo, haveria de deixar escapar a Ático que eram muitas as indelicadezas da companheira para consigo:

*De Terentia autem mitto cetera quae sunt innumerabilia...*<sup>108</sup>

A expedição para seguir Pompeio acabou por revelar-se calamitosa, e Cícero, conhecida a morte do amigo, decidiu retirar-se da luta e regressar a Itália. Pelo final do ano, aportou em Brundísio. Por intermédio de Dolabela, havia recebido de César o convite para regressar a Roma, mas as suas hesitações impediram-no de reentrar imediatamente na Urbe<sup>109</sup>. A 4 de Novembro de 48 escreveu um bilhete a Terência (*Fam.* 14.12<sup>110</sup>). Adivinhando a alegria que a esposa iria sentir ao saber do seu regresso precipitado, não conseguiu deixar de reçar que outros não compreendessem esta sua decisão política<sup>111</sup>. Pediu-lhe, por isso, que o apoiasse<sup>112</sup>. Porque Terência teria eventualmente sugerido juntar-se-lhe em Brundísio, Cícero, contrariamente ao que fizera aquando do seu regresso da Cilícia<sup>113</sup>, tentou dissuadi-la de o fazer, alegando a distância e a falta de segurança do trajecto<sup>114</sup>. De nada serviria, aliás, deslocar-se até Brundísio:

*In uiam quod te des hoc tempore nihil est; et longum est iter et non tutum; et non uideo quid prodesse possis si ueneris.*<sup>115</sup>

---

<sup>107</sup> A partir de *Fam.* 14.6, de Julho de 48.

<sup>108</sup> *Att.* 11.24.3.

<sup>109</sup> Cícero permaneceu em Brundísio durante onze penosos meses — de Novembro de 48 a Setembro de 47. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, 144.

<sup>110</sup> SHACKLETON BAILEY (1977) v. 1, 500, Introd. ad *Fam.* 14.12, afirma que este bilhete provavelmente acompanhou uma carta muito mais comunicativa endereçada a Ático.

<sup>111</sup> *Fam.* 14.12: *Quod nos in Italiam saluos uenisse gaudes, perpetuo gaudeas uelim. Sed perturbati dolore animi magnisque <meorum> iniuriis metuo ne id consili ceperimus quod non facile explicare possimus.*

A dor (*dolorem*) dever-se-ia ao desentendimento com o irmão e o sobrinho — que haviam recusado deixar a Grécia com ele; as injúrias (*iniuriis*) a que Cícero alude dizem respeito, quiçá, às ameaças que ele sofreu da parte de Gneu Pompeio, em Corcira, por defender o fim da guerra entre os partidários de Pompeio e os Cesarianos (cf. SHACKLETON BAILEY (1977) v. 1, 500, nota 2 ad loc.; *Les Belles Lettres*, v. 6, nota a ad loc.).

<sup>112</sup> *Fam.* 14.12: *Qua re, quantum potes, adiuua.*

<sup>113</sup> Já em Atenas, de regresso a casa, pediu a Terência que fosse até Brundísio, ao seu encontro, a fim de anteciparem o reencontro (cf. *Fam.* 14.5.1; 16.9.2). Agora, porém, as circunstâncias políticas poderiam representar maior perigo para Terência na eventualidade de ela se deslocar a Brundísio.

<sup>114</sup> De acordo com Plutarco (*Cic.* 41.2-3), uma das razões apontadas para o divórcio entre Cícero e Terência foi o facto de esta não ter ido ao encontro do marido a Brundísio: *πρῶτον μὲν γὰρ ἀπεπέμψατο τὴν γυναῖκα Τερεντίαν (...). αὐτὴ μὲν γὰρ οὐκ ἦλθεν, ἐν Βρεντεσίῳ διατρίβοντος αὐτοῦ πολὺν χρόνον...*

<sup>115</sup> *Fam.* 14.12.

É um facto que a deslocação de Terência a Brundísio poderia não oferecer qualquer vantagem prática, mas é igualmente um facto que poderia ter abreviado a separação que durava há quase ano e meio<sup>116</sup> e, desse modo, mitigar as saudades que eventualmente ambos pudessem sentir um do outro. Cícero, porém, ao que parece, não via reunidas as condições de segurança necessárias para que tal reencontro pudesse acontecer, ainda que, no ano seguinte — em Junho de 47 —, mesmo perante a possibilidade de a região vir a tornar-se palco de operações militares, terrestres ou marítimas<sup>117</sup>, não tivesse impedido Túlia de se lhe reunir em Brundísio<sup>118</sup>. De qualquer forma, não podemos confirmar a existência de uma ruptura efectiva entre o casal. Sente-se, é certo, alguma tensão da parte do orador, possivelmente motivada pela precariedade a que as circunstâncias políticas adversas haviam votado a sua existência. O perigo de ver interceptada a sua correspondência e a inerente conveniência em manter uma certa circunspecção política<sup>119</sup> poderão igualmente ter ditado a brevidade dos bilhetes que enviou de Brundísio à esposa.

Outro factor apontado para explicar o tom menos afável dessas breves missivas é a tensão emocional provocada pela mudança dos destinos da filha — cada vez mais próxima do divórcio — e o conseqüente agravamento da já débil condição física da jovem<sup>120</sup>. Ambos os progenitores se manifestaram, por diversas vezes, apreensivos com a falta de saúde de Túlia, como Cícero notou a 27 Novembro de 48, noutro bilhete:

*In maximis meis doloribus excruciat me uoletudo Tulliae nostrae, de qua nihil est quod ad te plura scribam; tibi enim aeque magnae curae esse certo scio.*<sup>121</sup>

Terência e outros amigos teriam manifestado o desejo de que Cícero se aproximasse de Roma. Este considerava, todavia, existirem ainda obstáculos que o impediam de o fazer:

---

<sup>116</sup> Cícero tomara o barco que o haveria de conduzir ao campo de Pompeio, na Macedónia, a 7 de Junho de 49 (cf. *Fam.* 14.7; *Les Belles Lettres*, v. 6, 93). Estivera, portanto, afastado de Terência quase o mesmo tempo que tinha estado aquando do seu proconsulado na Cilícia (partiu de Roma em Abril de 51 — cf. *Les Belles Lettres*, v. 3, 186 — e entrou em Roma no dia 4 de Janeiro de 49 — cf. *Fam.* 16.11.2-3; *Les Belles Lettres*, v. 5, 83).

<sup>117</sup> Cf. *Att.* 11.18.1; *Les Belles Lettres*, v. 6, 157.

<sup>118</sup> Cf. *Fam.* 14.11.

<sup>119</sup> Cf. *Att.* 10.18, de Maio de 49; 11.2, de Março de 48.

<sup>120</sup> Cf. CLAASSEN (1996) 217.

<sup>121</sup> *Fam.* 14.19. Cf. também *Att.* 11.6.4: *Tulliae meae morbus et imbecillitas corporis me exanimat.*

*Quod me propius uultis accedere, uideo ita esse faciendum et iam ante fecissem, sed me multa impediuerent, quae ne nunc quidem expedita sunt.*<sup>122</sup>

Em Dezembro, além de manifestar a sua preocupação com o bem-estar de Túlia e de Dolabela<sup>123</sup>, reconheceu encontrar-se num impasse político, sem saber que decisões tomar nem o que fazer<sup>124</sup>. Esta situação deixava-o desanimado e ansioso por novos desenvolvimentos, sem nada para escrever a Terência<sup>125</sup>.

Cerca de cinco meses depois, a 2 de Junho de 47, numa carta marcada pela amabilidade, mostrou-se preocupado com a saúde da companheira. É que soubera que ela fora tomada por um repentino acesso de febre:

*Valetudinem tuam uelim cures diligentissime; nam mihi et scriptum et nuntiatum est te in febrim subito incidisse.*<sup>126</sup>

Depois, agradeceu e solicitou-lhe que o mantivesse informado acerca do que se passava em Roma:

*Quod celeriter me fecisti de Caesaris litteris certiore, fecisti mihi gratum. Item posthac, si quid opus erit, si quid acciderit noui, facies ut sciam.*<sup>127</sup>

Passados poucos dias, informou-a de que Túlia chegara a Brundísio no dia 14 de Junho:

*Tullia nostra uenit ad me prid. Id.Iun.*<sup>128</sup>

---

<sup>122</sup> Cf. *Fam.* 14.19. Segundo SHACKLETON BAILEY (1977) v. 1, 501, nota 3 ad loc., Balbo e Ópio desejavam que ele se aproximasse de Roma, mas a atitude de César ainda oferecia dúvidas (cf. *Att.* 11.6.3).

<sup>123</sup> *Fam.* 14.9: *Ad ceteras meas miseras accessit dolor et de Dolabellae ualetudine et de Tulliae.*

Ainda que tivesse tido um comportamento menos digno para com Túlia, Dolabela era um cesariano com quem importava manter um relacionamento cordato. Cf. CLAASSEN (1996) 217: “The recalcitrant son-in-law was also a valued member of Caesar’s coterie, whom the beleaguered parents could not effort to antagonize.”

<sup>124</sup> *Fam.* 14.9: *Omnino de omnibus rebus nec quid consili capiam nec quid faciam scio.*

<sup>125</sup> Cf., por exemplo, *Fam.* 14.17 e 14.16, de 23 de Dezembro e 4 de Janeiro de 48, respectivamente.

<sup>126</sup> *Fam.* 14.8. Cf. *Fam.* 14.21.

<sup>127</sup> *Fam.* 14.8. Cf. *Fam.* 14.21.

<sup>128</sup> *Fam.* 14.11.

Plutarco, em *Cic.* 41.3, afirma que a mãe de Túlia a deixou partir sem séquito e sem os meios necessários. Cícero, todavia, não faz qualquer alusão a esse facto nas cartas que escreveu posteriormente a Ático



O pai, que se sentia responsável pela situação difícil em que a jovem se encontrava<sup>129</sup>, elogiou a coragem e a meiguice da filha querida, que decidira reunir-se-lhe por alguns dias<sup>130</sup>. Aproveitou ainda para anunciar à esposa um outro assunto de família: fazia planos para que o jovem Marco fosse ao encontro de César<sup>131</sup>.

Cinco dias depois, numa outra carta a Terência, comunicou — no entender de alguns críticos, com alguma sobranceira — ter decidido cancelar esses planos<sup>132</sup>:

*Constitueramus, ut ad te antea scripseram, obuiam Ciceronem Caesari mittere;  
sed mutauimus consilium, quia de illius aduentu nihil audiebamus.*<sup>133</sup>

Se perspectivarmos esta atitude como fruto da legítima autoridade exercida por um *paterfamilias*, não poderemos interpretá-la como um indício de ruptura entre o casal. A política era um assunto de homens. No entanto, se nos lembrarmos que Terência, pelo menos até certa altura, teve voz activa junto de Cícero e foi sua cúmplice na tomada de decisões de âmbito quer político, quer familiar, se não esquecermos que ele deixou ao critério da esposa muitas decisões importantes, facilmente perceberemos que a cumplicidade não era a mesma de outrora<sup>134</sup>. A tensão política que então se vivia também não deixava espaço para manifestações mais carinhosas.

Outro factor pode, no entanto, ter deixado Cícero ainda mais ansioso. Em Junho de 47, a questão do testamento de Terência foi abordada pela primeira vez. O epistológrafo

---

(Att. 11.17; 11.17a) e a Terência (Fam. 14.11), o que nos poderá levar a considerar tendenciosa a fonte em que se baseou o biógrafo grego (cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, 156).

<sup>129</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1977) v. 1, 502, nota 4 ad loc.: Cícero sentia-se culpado por não ter conseguido uma provisão adequada para Túlia, sobretudo no que diz respeito ao pagamento do seu dote, antes de ter deixado a Itália em 49 (cf. Att. 11.2.2: *De dote quod scribis, per omnis deos te obtestor ut totam rem suscipias et illam miseram mea culpa et neglegentia tueare...*; Att. 11.17: *...summa culpa mea*).

<sup>130</sup> Fam. 14.11: *Cuius summa uirtute et singulari humanitate grauiore etiam sum dolore adfectus nostra factum esse neglegentia ut longe alia in fortuna esset atque eius pietas ac dignitas postulabat*.

<sup>131</sup> Marco Cícero iria na companhia de Gneu Salústio, que pretendia a sua própria reconciliação com César, a fim de obter junto deste autorização para que o pai pudesse deixar Brundísio. Cf. Fam. 14.11: *Nobis erat in animo Ciceronem ad Caesarem mittere et cum eo Cn. Sallustium. Si profectus erit, faciam te certiores*. Cf. ainda Att. 11.18.1; *Les Belles Lettres*, v. 6, 156.

<sup>132</sup> Cf. CLAASSEN (1996) 217: “Plans were made for young Marcus to go to Caesar. These were somewhat high-handedly annouced (in the first person plural) and then cancelled (...).”

<sup>133</sup> Fam. 14.15, de 19 de Junho.

<sup>134</sup> CLAASSEN (1996) loc. cit. aponta, todavia, uma hipótese explicativa desta mudança de atitude: “Circumspection could have served to shield Terentias’s fortune in the event of a financial disaster, as ignorance of her husband’s plans would have given her a certain protection from accusations of complicity.” Quanto menos soubesse dos planos do marido, menos exposta ficaria, portanto, a esposa.

queria que a esposa concluísse o testamento pelo bem-estar daqueles para com quem tinha obrigações, isto é, os filhos. Para isso, contava com o poder persuasivo de Camilo e do próprio Ático<sup>135</sup>:

*Extremum est quod te orem, si putas rectum esse et a te suscipi posse, cum Camillo communices ut Terentiam moneatis de testamento. Tempora monent ut uideat ut satis faciat quibus debeat.*<sup>136</sup>

Uma mulher romana que estivesse *sui iuris* administrava os seus próprios bens, mas a lei romana que regulava a situação dos herdeiros de pessoas intestadas não se aplicava às mulheres: os seus descendentes não eram considerados herdeiros naturais, sendo, por isso, necessário fazer um testamento<sup>137</sup>. Os interesses de Marco e de Túlia tinham de ser salvaguardados mediante a redacção de um documento oficial.

Ora, esta ansiedade é interpretada por alguns críticos como um sinal de que Cícero temia que a mãe dos seus filhos os prejudicasse<sup>138</sup>. Na verdade, de acordo com o relato do próprio Cícero, Filótimo ter-lhe-ia dito que Terência maquinava algo digno de reprovação<sup>139</sup>. Cícero parece ter duvidado da veracidade da acusação feita pelo liberto, mas disse a Ático que, à cautela, o melhor seria estar atento a qualquer passo menos claro:

---

<sup>135</sup> Segundo J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 6, 156), Cícero pede a Ático “de faire appel à C. Camilus, expert en droit financier et ami de longue date (cf. *Fam.* 5.20.3), avec mission — combien délicate! — de tenter une démarche commune auprès de Térentia.”

<sup>136</sup> *Att.* 11.16.5, de 3 de Junho.

<sup>137</sup> Cf. Ulp., *dig.* 50.16.195.5: *Mulier autem familiae suae et caput et finis est*; DIXON (1992) 49 e notas 50 e 51; CORBIER (1991, reimpr. 1996) 52-53, que afirma: “The woman (...) was considered in law as a subject non entitled to bequeath anything (...). The man had *sui heredes*, his children and his grandchildren *in potestate* (and possibly wife and daughters-in-law *in manu*); the woman had none of these. To put it plainly, in the event of intestate succession, the children shared the inheritance of their father, but had no right to their mother’s at least not until AD 178, the date of the *senatus consultum Orfitianum* mentioned below). But well before that date practice was very different: women had at least the right to draw up a will.” Cf. DIXON (1984) 96: “a mother, like a father, was expected to make a ‘dutiful will’ in which her children at least figured prominently.”

<sup>138</sup> Cf. DIXON (1988) 55, que afirma: “In 47 BC, when Cicero had fallen out with Terentia, but before their divorce, he expressed outrage at the terms of her new will, which he felt would endanger their daughter’s economic security (*Att.* 11.16.5; 23.3).” Segundo CLASSEN (1996) 224, o atraso de Terência na elaboração do testamento é o único prenúncio claro da rotura conjugal que teria lugar poucos meses depois: “Delays in the final preparation of her will in the end appear as the sole disruption of an otherwise smoothly running relationship. Even in the light of the differences of conception between ancient and modern marriage, then, as now, the working out of monetary details could arouse hidden animosities.”

<sup>139</sup> DIXON (1988) 216, nota 24, explica desta forma as maquinacões a que Cícero se referia: “Cicero’s worry about Terentia’s financial machinations in 48 BC involved the payment of Tullia’s agreed dowry to her

*Auditum ex Philotimo est eam scelerate quaedam facere. Credibile uix est, sed certe, si quid est quod fieri possit, prouidendum est.*<sup>140</sup>

É possível que Terência, noutras ocasiões, tivesse tido comportamentos menos correctos. Se assim não fosse, Cícero teria descartado de forma peremptória a hipótese de a esposa estar a agir com deslealdade.

O testamento dominou ainda durante algum tempo as suas preocupações. Um mês depois, aliás, voltaria a ser tema de outra carta a Ático:

*Quod ad te scripseram ut cum Camillo communicares, de eo Camillus mihi scripsit <te> secum locutum. Tuas litteras expectabam; nisi illud quidem mutari. Si aliter est et oportet, non uideo posse.*<sup>141</sup>

Alguns críticos consideram, no entanto, que esta ansiedade não se prende com desconfianças de Cícero relativamente às disposições testamentárias de Terência. O estadista estaria apenas preocupado com a instável situação política em que ambos os esposos se haviam visto envolvidos: o espectro da confiscação continuava a atormentar a sua mente. Se Terência legasse, em testamento, os seus bens aos filhos, evitaria que aqueles fossem confiscados<sup>142</sup>.

Perante a perspectiva de confiscação, o futuro dos filhos adivinhava-se sombrio, ainda mais se ele viesse a perecer e se os receios relativamente às disposições testamentárias de Terência se confirmassem. Terá sido neste contexto que, em Julho, prevenindo-se contra um desfecho menos feliz dos acontecimentos políticos, pediu a Ático que vendesse alguns bens, com o intuito de guardar o dinheiro realizado<sup>143</sup>. Depois destas instruções, sugeriu a Ático que falasse com Terência acerca das suas intenções:

---

husband Dolabella. It has been suggested that this concerned a pledge from Terentia to pay part of the dowry, which she was slow to do.”

<sup>140</sup> Att. 11.16.5.

<sup>141</sup> Att. 11.23.1, de 9 de Julho.

Se Cícero soubesse que Terência iria sobreviver aos filhos e atingir a impressionante idade de 103 anos (cf. Plin., Nat. 7.158; V. Max. 8.13.6), certamente, não teria ficado tão ansioso com esta questão.

<sup>142</sup> A possibilidade de confiscação era real. Efectivamente, seis meses antes, Cícero expressara o medo de que Terência estivesse em vias de perder os seus bens tanto quanto ele, e que Túlia viesse, desse modo, a perder todos os meios de apoio (cf. Att. 11.9.3, Janeiro de 47). Cf. CLAASSEN (1996) 220; SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, 287 sq., nota 3 ad loc., em que o autor atribui a preocupação de Cícero ao desejo de se antecipar à ameaça de confiscação que recaía sobre os seus bens.

<sup>143</sup> Att. 11.25.3: *Te oro, ut, in perditis rebus si quid cogi, confici potest quod sit in tuto, ex argento...* (cf. 11.19.2: *Mihi tantum temporis satis est dum, ut in pessimis rebus, aliquid caueam, qui nihil umquam caui.*). Segundo J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 6, 157), Cícero decidiu vender alguns bens com o intuito de

*Haec etiam, sin uidebitur, cum Terentia loquere tu opportune.*<sup>144</sup>

A sugestão de que Ático partilhasse com Terência a ideia da venda faz-nos crer na manutenção de um relacionamento cordato. Cícero ainda confiava no julgamento da esposa e reconhecia o direito de ela participar em decisões afectas a assuntos de comum interesse<sup>145</sup>.

Os problemas familiares dominaram, aliás, a correspondência mantida entre os esposos durante este período. A saúde de Túlia era frágil e o divórcio dela tinha de ser resolvido. O bilhete escrito a Terência no dia 9 de Julho de 47 não denuncia quaisquer suspeitas sobre a companheira nem se refere à questão do testamento; atesta, aliás, a existência de diálogo entre os cônjuges, ainda que por intermédio de Ático, sobre o divórcio de Túlia:

*Quid fieri placeret scripsi ad Pomponium, serius quam oportuit; cum eo si locuta eris, intelleges quid fieri uelim.*<sup>146</sup>

Arrependendo-se de o não ter feito antes<sup>147</sup>, Cícero havia expressado a Ático a intenção de pedir a Dolabela o divórcio de Túlia. Tal como viria a deixar claro no bilhete seguinte<sup>148</sup>, era sua intenção enviar, em nome da filha, uma notificação de divórcio ao genro (*nuntio remittendo*<sup>149</sup>). Se escrevia um bilhete críptico e tão breve à esposa, era porque havia já descrito pormenorizadamente a situação ao amigo<sup>150</sup>, não porque quisesse omitir-lhe os seus planos. Terência poderia conhecê-los conversando com o ele. Quanto a si, pediu-lhe que o mantivesse informado sobre este e outros assuntos:

---

assegurar a Túlia meios de subsistência decentes; cf. CLAASSEN (1996) 219: com esta medida, Cícero poderia ter a intenção de proteger o dinheiro de Terência da depredação que se seguiria a uma crise política e financeira, como na questão da manumissão de escravos, em 58.

Em Agosto, sabendo já que não poderia vender nada, admitiu a possibilidade de pôr de lado e até de esconder alguns bens que, desse modo, poderiam escapar à confiscação (cf. *Att.* 11.24.2: *De illo altero, scio equidem uenire nunc nil posse, sed seponi et occultari possunt, ut extra ruinam sint eam quae impendet.*)

<sup>144</sup> *Att.* 11.25.3.

<sup>145</sup> Cf. CLAASSEN (1996) 219.

<sup>146</sup> *Fam.* 14.10.

<sup>147</sup> Cf. *Att.* 11.25.3; 11.23.3 – ambas de Julho de 47.

<sup>148</sup> *Fam.* 14.13.

<sup>149</sup> *Nuntium remittere*, “remeter uma notificação”, era a expressão normalmente utilizada para referir o acto de notificação de divórcio; a fórmula técnica da mensagem era *tuas res tibi habeto*, “fica com o que te pertence”, i. e., “vive independentemente de mim”. Cf. WILLIAMS (1926-1929), nota a ad *Fam.* 14.13.

*Apertius scribi, quoniam ad illum scripseram, necesse non fuit. De ea re et de ceteris rebus quam primum uelim nobis litteras mittas.*<sup>151</sup>

No bilhete que dirigiu no dia seguinte à esposa, voltou a focar este assunto de forma velada. Sem nunca referir o nome de Dolabela, afirmou desconhecer o poder que o genro, partidário de César, poderia efectivamente deter:

*Quod scripsi ad te proximis litteris de nuntio remittendo, quae sit istius uis hoc tempore et quae concitatio multitudinis ignoro.*<sup>152</sup>

Procurou, por isso, tranquilizar Terência quanto à possibilidade de uma reacção menos amigável por parte do ainda marido de Túlia no momento em que recebesse a notificação de divórcio. Confiou, depois, à esposa a melhor atitude a tomar perante tão delicada situação:

*Si metuendus iratus est, quiesces; tamen ab illo fortasse nascetur. Totum iudicabis quale sit, et quod in miserrimis rebus minime miserum putabis id facies.*<sup>153</sup>

A razão do estilo críptico deste e do anterior bilhetes poderá ser a mesma que o autor apontou para justificar o cuidado e a ambiguidade de sentido utilizados nas cartas que dirigiu a Ático durante os anos de 49 e 48: Cícero temia que também estas suas missivas fossem interceptadas<sup>154</sup>. O recalcitrante genro era, na verdade, um reconhecido membro do círculo de amigos de César, pelo que os sogros não podiam dar-se ao luxo de se lhe oporem abertamente<sup>155</sup>.

A perspectiva do divórcio da filha, aliada às desfavoráveis circunstâncias políticas, deixava Cícero ainda mais angustiado com a incerteza do futuro económico dos filhos. A 6 de Agosto, em carta a Ático, revelou uma vez mais a sua inquietação relativamente às

---

<sup>150</sup> Cf. *Att.* 11.23.3: *Placet mihi igitur (et idem tibi) nuntium remitti.*

<sup>151</sup> *Fam.* 14.10.

<sup>152</sup> *Fam.* 14.13.

Segundo SHACKLETON BAILEY (1977) v. 1, 503, *Introd. ad Fam.* 14.13, aparentemente, antes de enviar esta carta, Cícero deve ter tido notícias das manobras políticas de Dolabela em Roma. Na qualidade de tribuno, este andava a gerar agitação com o objectivo de alcançar a anulação das dívidas.

<sup>153</sup> *Fam.* 14.13.

<sup>154</sup> Cf. e. g. *Att.* 10.18, Maio de 49, e 11.2, Março (?) de 48.

disposições testamentárias de Terência. Temendo que esta não precavesse o futuro de Túlia contra as consequências da guerra civil, exprimiu o desejo de ver entregue a gestão dos bens que figurariam no testamento a uma pessoa honesta e descomprometida relativamente às duas facções políticas em conflito, como Ático, por exemplo<sup>156</sup>:

*... poteris eam monere ut alicui committat cuius extra periculum huius belli fortuna sit. Equidem tibi potissimum uelim, si idem illa uellet...*<sup>157</sup>

Cícero parecia ter perdido a confiança na esposa e recear que ela voltasse a cometer indelicadezas, que, a acreditar nas suas palavras, seriam já incontáveis (*innumerabilia*). Nesta carta, o epistológrafo recorda apenas a mais recente. Algum tempo antes, Ático tinha-lhe garantido que, para fazer face às necessidades, teria ao seu dispor não apenas os seus próprios bens, mas também os do amigo e os da esposa. Neste contexto, Pompônio havia pedido a Terência que fizesse uma transferência de 12.000 sestércios, que correspondiam ao dinheiro que ainda restava na conta de Cícero. Ela, porém, enviou ao marido apenas 10.000, alegando ser este o saldo bancário da sua conta:

*De Terentia autem (mitto cetera quae sunt innumerabilia), quid ad hoc addi potest? Scripseras ut HS XXII permutaret; tantum esse reliquum de argento. Misit illa CCICC mihi et adscripsit tantum esse reliquum.*<sup>158</sup>

Perante esta constatação de dilapidação de parte da sua fortuna, Cícero não conseguia deixar de pensar no que a esposa seria capaz de fazer caso se tratasse de uma maior quantia de dinheiro...

*Cum hoc tam paruum de paruo detraxerit, perspicis quid in maxima re fecerit.*<sup>159</sup>

O epistológrafo já não confiava nas boas intenções da esposa. Não admira, pois, que continuasse a ser breve e lacónico nas missivas que lhe enviava<sup>160</sup>. Até mesmo a

---

<sup>155</sup> Cf. CLAASSEN (1996) 217. Ainda que muito duvidoso em relação a Dolabela e considerando até a possibilidade de divórcio, o certo é que Cícero acabou por pagar a segunda prestação do dote em 48 (cf. *Att.* 11.2.2; 11.25.3).

<sup>156</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, 159.

<sup>157</sup> *Att.* 11.24.2.

<sup>158</sup> *Att.* 11.24.3.

recepção de uma carta favorável de César<sup>161</sup>, de cuja existência o estadista ouvira falar no início de Julho<sup>162</sup>, não mereceu mais que algumas parcas palavras:

*Redditae mihi tandem sunt a Caesare litterae satis liberales et ipse opinione celerius uenturus esse dicitur.*<sup>163</sup>

Poderão ser vários os factores que ditaram tal brevidade: a tensão provocada pela incerteza política, o desejo de discrição aliado ao receio de ver interceptadas as suas cartas, a simples escassez de novidades de âmbito político<sup>164</sup>, enfim, a progressiva substituição de uma união baseada na cumplicidade por um casamento minado pela desconfiança.

Apesar da brevidade e aparente frieza das últimas cartas, existem poucos sinais de tensão conjugal na extensa correspondência entre marido e esposa. Aliás, no mesmo bilhete, Cícero não deixou de recomendar a Terência que cuidasse *diligenter* da sua saúde<sup>165</sup>. É certo que todas as cartas terminam com sistemáticas, quase formulares, recomendações deste tipo. No entanto, mesmo no contexto da prática epistolográfica normal, estas recomendações não constituíam mera formalidade: Terência sofria efectivamente de graves crises de reumatismo, devido às quais terá até ficado de cama algumas vezes<sup>166</sup>. Cícero não ficava, por conseguinte, indiferente a essas crises<sup>167</sup>.

Em Setembro, nos últimos dias do casamento, a missiva enviada à ainda esposa continha precisamente a mesma recomendação: *Valetudinem tuam cura diligenter*<sup>168</sup>. Nesse bilhete comunicou-lhe que aguardava diariamente a chegada dos *tabellarios*.

---

<sup>159</sup> Att. 11.24.3.

<sup>160</sup> Fam. 14.24; 23; 22 e 20 (entre Agosto e Setembro de 47).

<sup>161</sup> Segundo SHACKLETON BAILEY (1977) v. 1, 503, nota 2 ad Fam. 14.23, a carta de César deixara Cícero mais tranquilo, já que nela lhe era garantida a manutenção do seu *status* (cf. Lig. 7; Deiot. 38).

<sup>162</sup> Cf. Att. 11.23.2.

<sup>163</sup> Fam. 14.23, de 12 de Agosto.

<sup>164</sup> Cf. Fam. 14.24.

<sup>165</sup> Cf. Fam. 14.23.

<sup>166</sup> A primeira das cartas a Ático, de Maio de 68 (Att. 1.5.8), relata precisamente uma dessas crises: *Terentia magnos articularum dolores habet*. As mensagens carinhosas enviadas a Terência durante o exílio de 58 referiam a sua debilitada condição física (Cf. Fam. 14.4.3: *mulierem aegram et corpore et animo*; Fam. 14.2.3: *ualetudinem istam infirmam*; Fam. 14.3.2: *infirmitas ualetudinis tuae*) e continham recomendações no sentido de que cuidasse da sua saúde. Em Junho de 47, ainda que o bom relacionamento entre os esposos pudesse já ter sido beliscado por alguma contrariedade, Cícero não deixou de exprimir cuidado pela saúde de Terência e de desejar o seu rápido restabelecimento (Cf. Fam. 14.8 e 14.21).

<sup>167</sup> Nesta questão, seguimos a opinião de CLAASSEN (1996) 221.

<sup>168</sup> Fam. 14.22.

Somente depois de conhecer o conteúdo da carta ou cartas por que tão ansiosamente aguardava poderia tomar uma decisão que, então, comunicaria à esposa.

*Nos cottidie tabellarios nostros exspectamus; qui si uenerint, fortasse erimus certiores quid nobis faciendum sit faciemusque te statim certiores.*<sup>169</sup>

A referência é demasiado críptica para que possamos conhecer o assunto versado na carta ou cartas que esperava receber. Talvez se tratasse do divórcio de Túlia, talvez estivesse relacionado com uma eventual reconciliação com César. Não existem quaisquer indícios que nos permitam afirmar de forma clara e inequívoca que Cícero aludia à sua separação de Terência<sup>170</sup>.

No final do mês de Setembro, depois de se ter encontrado com César, Cícero pôde finalmente deixar Brundísio para regressar a Roma. No dia 1 de Outubro, encontrando-se já na região de Venúsia, escreveu aquele que viria a ser o último bilhete que nos chegou de toda a sua correspondência a Terência. A missiva, escrita num tom abrupto e peremptório, não revela quaisquer sinais de afectuosidade. Nela anunciou, fria e secamente, que previa chegar a Túsculo entre os dias 7 e 8. A ausência de expressões de satisfação e alegria perante a perspectiva do reencontro com a outrora *fidissima atque optatissima uxor* adquire especial significado. A palavra *ualetudinem* surge, como é usual, no final do bilhete, só que, desta vez, em vez de figurar a recomendação, ainda que meramente formular, de que Terência cuidasse da sua saúde, materializa o culminar de uma série de secas directrizes; a esposa deveria proceder às diligências necessárias, no sentido de garantir a Cícero e aos seus convidados uma estadia confortável (*ualetudinem*):

*In Tusculanum nos uenturos putamus aut Nonis aut postridie. Ibi ut sint omnia parata. Plures enim fortasse nobiscum erunt et, ut arbitror, diutius ibi commorabimur. Labrum si in balineo non est, ut sit; item cetera quae sunt ad uictum et ad ualetudinem necessaria.*<sup>171</sup>

Em vez do júbilo e do afecto que poderíamos esperar, fica-nos a sensação de estarmos perante a secura de um *dominus* que dá ordens a uma mera *serua*<sup>172</sup>. A fechar a

---

<sup>169</sup> *Fam.* 14.22.

<sup>170</sup> Cf. CLAASSEN (1996) 222.

<sup>171</sup> *Fam.* 14.20.



carta, um frio e distante *Vale*. Poder-se-ia atribuir esta brevidade a simples pressa — Cícero estava em viagem —, mas o bilhete difere bastante, de facto, no formato e no tom, da mais breve das anteriores missivas. O Arpinate jamais se havia revelado tão distante<sup>173</sup>.

Apesar deste gradual distanciamento entre os esposos, de que as cartas nos foram dando conta, não existem, nesta ou em anteriores mensagens trocadas com Terência, ao invés do que acontece nas missivas trocadas com Ático, sinais alguns de animosidade, nem quaisquer referências ao divórcio ou mesmo à questão sensível em que se transformou a elaboração do testamento de Terência<sup>174</sup>. Este facto tem, obviamente, dado lugar a alguma especulação. Claassen, por exemplo, aventa a seguinte explicação para essa ausência de referências directas ao testamento e ao divórcio: com o objectivo de salvaguardar, em benefício dos filhos, o património de Terência dos efeitos de uma crise política que se adivinhava, o casal teria combinado entre si um divórcio amigável, negociado por intermédio de Ático, que teria acabado, no entanto, por não se concretizar, devido a posteriores atitudes dos esposos, que tinham vindo azedar o relacionamento e comprometer irremediavelmente a concretização desses planos<sup>175</sup>. É impossível, com base nos testemunhos de que dispomos, sabermos ao certo por que motivo não discutiu Cícero nas suas cartas a Terência nenhuma das questões; somente a leitura de outros testemunhos nos poderia ajudar a encontrar uma explicação credível para esse silêncio. Por outro lado, como já tivemos oportunidade de referir, não chegou até nós a totalidade das cartas escritas pelo estadista; existe, por conseguinte, a hipótese de ele ter discutido os dois assuntos em cartas que não se conservaram. Todas as explicações que se possam aventar nunca passarão, assim, de meras suposições.

---

<sup>172</sup> Cf. WILLIAMS (1926-1929) nota a ad loc.: “This is Cicero’s last letter to Terentia, whom he divorced shortly afterwards. Curt, casual, inconsiderate in its vagueness, it is enough to madden any self respecting housewife and hostess.”

CLAASSEN (1996) 222, acrescenta: “In unconsciousness “ring composition” the word *ualetudinem* occurred in its usual place toward the end of the note, but this time it was a command that she should make sure that all comforts be prepared for the writer and his guests. There were, significantly, no expressions of joy at the possibility of seeing her, mere commands, as if to a flunky.”

J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 6, 165) comenta desta forma o bilhete: “ce billet, aussi sec que les précédents, annonce l’arrivée de Cicéron, avec une compagnie nombreuse, à Tusculum le 7 ou le 8 octobre et donne des instructions précises pour que la «villa» soit tenue prête à les recevoir.”

<sup>173</sup> Cf. CLAASSEN (1996) 222.

<sup>174</sup> Cf. CLAASSEN (1996) 224: “The most puzzling aspect is perhaps the fact that the letters to Terentia differ in tone from those to Atticus. Even stranger is the complete dearth of direct allusions to either the will or the divorce in the notes written by Cicero to his wife.”

<sup>175</sup> Cf. CLAASSEN (1996) 224 sq.: “A possible explanation is that an amicable divorce had been arranged through Atticus as third party to save Terentia’s fortune from an expected political crash, safeguarding it for the children, and that the subsequent actions of either or both partners had soured the arrangement.”

Certezas existem, todavia, relativamente ao divórcio, que acabou mesmo por ocorrer. O casal separou-se e as sequelas financeiras da separação não se fizeram esperar. As cartas escritas a Ático depois do divórcio e da morte de Túlia<sup>176</sup> que referem Terência<sup>177</sup> reflectem a agonia das disputas financeiras decorrentes da separação. As negociações tornaram-se ainda mais complicadas pelo facto de, nesta altura, estarem envolvidos três dotes: dois a receber — o de Túlia e de Publília —, um a devolver — o de Terência, que teria de ser deduzido das finanças caóticas do epistológrafo<sup>178</sup>.

Em Março de 45, Cícero, que, abatido com a morte prematura de Túlia, se refugiara em Ástura<sup>179</sup>, sentiu-se gravemente ofendido ao saber que Terência criticara o processo de elaboração do testamento do ex-marido. Agastado com tais críticas, declarou não ter paciência para discutir quezílias e ninharias:

*Quod scribis Terentiam de obsignatoribus mei testamenti loqui, primum tibi persuade  
me istaec non curare neque esse quicquam aut paruae curae aut nouae loci.*<sup>180</sup>

Era a primeira sequela do divórcio. Terência teria ficado aborrecida porque Publílio, que, ao que se supõe, seria irmão da nova mulher de Cícero, tinha sido convocado a apresentar-se como testemunha do novo testamento do cunhado, na eventualidade de o número de testemunhas presentes ser inferior ao habitualmente exigido, que era sete<sup>181</sup>. O testamento deveria contemplar o neto recém-nascido, Lêntulo, filho de Túlia e de Dolabela<sup>182</sup>, mas Terência temia que os interesses da criança fossem lesados. Indignado com a reacção e as suspeitas lançadas pela ex-esposa, Cícero comparou o seu testamento

---

<sup>176</sup> A filha de Cícero faleceu em Fevereiro de 45.

<sup>177</sup> CLAASSEN (1996) 223, nota 54, apresenta a lista cronologicamente completa, desde 13 de Março de 45 a Novembro de 44, dessas cartas: 12.19.4; 12.20.1; 12.20.2; 12.12.1 (esta última, sem o nome de Terência); 12.21.3; 12.22.1; 12.23.2; 12.37.3; 13.46.3; 16.6.3; 16.15.5.

<sup>178</sup> Cf. CLAASSEN (1996) 223.

<sup>179</sup> Túlia morreu, possivelmente na *uilla* de Túsculo, em meados de Fevereiro de 45, um mês depois de ter dado à luz uma criança. Ao pai, tomado pela dor, tornou-se impossível permanecer na outrora preferida propriedade. Acabou por se refugiar em casa de Ático, em Roma, que deixou a 6 de Março. No dia seguinte, chegou a Ástura, local sossegado e rodeado pelo mar. Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 1 ad *Att.* 12.13.

<sup>180</sup> *Att.* 12.18a.2.

<sup>181</sup> Cf. RAWSON (1975) 228.

<sup>182</sup> Dolabela, o pai da criança terá sido adoptado em 48, provavelmente por Gneu Lêntulo Vátia. O filho terá, pois, recebido o nome adoptivo do pai, Lêntulo. Vide SHACKLETON BAILEY (1960) 258 sq.; do mesmo autor, (1999) v. 3, nota 2 ad *Att.* 12.18a.2. Os filhos, considerados membros da família paterna, não da família da mãe (cf. Gaius, *dig.* 50.16.196.1), envergavam o nome do pai.

com o dela e contra-atacou, desafiando-a a dar a conhecer o conteúdo do seu próprio testamento, como ele estava na disposição de fazer em relação ao seu:

*Sed tamen quid simile? Illa eos non adhibuit quos existimavit quaesituros nisi scissent quid esset. Num id etiam mihi periculi fuit? Sed tamen faciat illa quod ego. Dabo meum testamentum legendum cui uoluerit; intellet non potuisse honorificentius a me fieri de nepote quam fecerim.*<sup>183</sup>

Cícero reconheceu, portanto, que o neto deveria ser incluído no seu testamento, ainda que, segundo as regras da sucessão intestada, fosse muito remoto o direito do filho de uma filha ser contemplado pelo testamento do avô materno<sup>184</sup>. Com o desaparecimento de Túlia tornara-se desnecessário incluí-la em testamentos ou negociações dotais. Esta, todavia, deixara um filho. Ora, Cícero, depois de negociar com o pai do neto — que era o responsável pela custódia do filho — decidiu incluí-lo no seu novo testamento<sup>185</sup>. O acordo incluiu escravos, embora possa ter incluído outro tipo de bens:

<sup>183</sup> Att. 12.18a.2. Segundo J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 8, 240 sq., nota 2 ad 42, ao lançar suspeitas sobre o testamento do ex-marido, Terência estava a responder aos ataques análogos lançados por Cícero sobre o testamento da sua então ainda mulher — esta, contrariamente ao uso, não teria dado conhecimento prévio do conteúdo do texto aos *obsignatores* (cf. COSTA (1927) I, 209. nota 1). O crítico refere ainda que a troca de ofensas entre o casal é indissociável das difíceis conversações relativas à devolução do dote de Terência. A ex-esposa temia que Cícero prejudicasse o neto — quiçá em favor da sua segunda esposa, a jovem Publília —, depois de tomar conhecimento que Publílio, irmão ou parente próximo de Publília, se encontrava entre as testemunhas convocadas para firmarem o testamento. PETERSSON (1920, reimpr. 1963) 519 considera que as queixas de Terência tinham fundamento. Para uma discussão aturada desta questão, vide DIXON (1988) 55 sq., onde se afirma: “on being criticised two years latter for his own will, Cicero countered that he had shown a finer sense of family duty than she had done, as if the duties of mother and father were analogous (Att. 12.18a).”

<sup>184</sup> Cf. Just., *Inst.* 3.4pr.: *Per contrarium autem ut liberi ad bona matrum intestatarum admittantur, senatusconsulto Orphitiano effectum est, quod latum est Orphito et Rufo consulibus, diui Marci temporibus. et data est tam filio quam filiae legitima hereditas, etiamsi alieno iuri subiecti sunt: et praeferuntur et consanguineis et adgnatis defunctae matris. Sed cum ex hoc senatusconsulto nepotes ad auiae successionem legitimo iure non uocabantur, postea hoc constitutionibus principalibus emendatum est, ut ad similitudinem filiorum filiarumque et nepotes et neptes uocentur.*

<sup>185</sup> Como afirma DIXON (1988) 56, “Tullia had almost certainly been a *filiafamilias* until her death, and incapable of owning or disposing of property in her own right: Cicero had made these dispositions on her behalf and they constituted succession by her child to property from her lineage.” De qualquer forma, o pequeno Lêntulo estaria sempre protegido financeiramente. Por morte da mãe, que ocorrera poucos dias depois do parto, a criança teria sido entregue aos cuidados do pai. Em princípio, era sempre o pai que ficava com os filhos, independentemente de se ser ele o culpado ou não pelo divórcio (cf. e. g. Cic., *Top.* 19). Ora, o ex-marido de uma mulher que tivesse ficado grávida antes do divórcio tinha alguns deveres para com o filho que entretanto nascesse dessa relação. Um desses deveres era o de reconhecimento da criança recém-nascida como sua herdeira (Paul., *Sent.* 2.24.5-10). Ainda assim, Cícero nunca esqueceu o neto. No final de Março, não só encarregou Ático de o ir visitar, como também lhe pediu que escolhesse alguns escravos para ele. Cf. *infra*, Att. 12.28.3; 12.30.1.

*Et uelim aliquando, cum erit tuum commodum, Lentulum puerum uisas eique de mancipiis quae tibi uidebitur attribuas.*<sup>186</sup>

A Ático, a quem confiara a gestão desta questão, enumerou uma série de argumentos em sua defesa: não convocara Terência para firmar o seu testamento simplesmente porque não havia considerado essa hipótese; essa hipótese não havia sido considerada porque não existiam motivos que o justificassem; Cícero havia já convocado um número suficiente de pessoas, que incluía conhecidos de Ático e pessoal da casa; por sugestão do amigo, convocara Sílio; a participação de Publílio não fora premeditada, viera na sequência da convocação de Sílio, sendo que a presença de ambos — Sílio e Publílio — acabara até, no final, por se revelar desnecessária<sup>187</sup>:

*Nam quod non aduocaui ad obsignandum, primum mihi non uenit in mentem, deinde ea re non uenit quia nihil attinuit. Tute scis, si modo meministi, me tibi tum dixisse ut de tuis aliquos adduceres. Quid enim opus erat multis? Equidem domesticos iusseram. Tum tibi placuit ut mitterem ad Silium. Inde est natum ut ad Publi<li>um. Sed necesse neutrum fuit. Hoc tractabis ut tibi uidebitur.*<sup>188</sup>

Este diferendo não foi, porém, a única sequela do penoso processo de divórcio. As negociações relativas à devolução do dote de Terência foram um pouco mais morosas e vexatórias. No dia 14 de Março, pediu ao amigo que tratasse de duas questões: uma relacionava-se com uma obrigação que considerava dever cumprir (*officium meum quoddam*), outra, com interesses do filho Marco Cícero (*Ciceronis rem*):

*Quod ad Tironem de Terentia scribis, obsecro te, mi Attice, suscipe totum negotium. Vides et officium agi meum quoddam, cui tu es conscius, et, ut non nulli putant, Ciceronis rem. Me quidem id multo magis mouet, quod mihi est et sanctius et antiquius, praesertim cum hoc alterum neque sincerum neque firmum putem fore.*<sup>189</sup>

---

<sup>186</sup> Att. 12.28.3. Cf. Att. 12.30.1: *Quod Lentulum inuisis ualde gratum. Pueros attribue ei quot et quos uidebitur*).

<sup>187</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 240 sq., nota 2 ad 42.

<sup>188</sup> Att. 12.18a.2.

<sup>189</sup> Att. 12.19.4.

Quanto aos referidos interesses do jovem Marco Cícero, Beaujeu<sup>190</sup> sugere a hipótese de Terência ter prometido ser generosa para com o filho, sob a forma de uma mesada (pensão) ou de legações testamentárias, caso o reembolso do seu dote fosse processado de acordo com as suas próprias exigências. No entender do crítico<sup>191</sup>, já o dever sagrado e primordial a que Cícero alude (*officium sanctius et antiquius*) poderá eventualmente referir-se à liquidação da sua dívida, que consistia na devolução do dote de Terência<sup>192</sup>.

Um dia depois, confessou ao amigo andar muito ansioso não só com a questão da construção de um monumento funerário em honra de Túlia, mas também com a entrega do dote<sup>193</sup>. Prova dessa ansiedade é o facto de ter pedido a Ático, na carta seguinte, que regulasse de uma vez por todas a questão da devolução do dote da ex-mulher, que se arrastava há tempo demais, mesmo considerando despóticas as condições impostas por Balbo<sup>194</sup>:

*De dote tanto magis perpurga. Balbi regia condicio est delegandi. Quoquo modo confice; turpe est rem impeditam iacere.*<sup>195</sup>

O negócio de desembolso em favor de Terência era, para ele, de tal forma penoso que suplicou por diversas vezes a Ático que tomasse a seu cargo a resolução do mesmo:

---

<sup>190</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 27.

<sup>191</sup> E também de SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 2 ad loc..

<sup>192</sup> Em *Att.* 12.21.3, de 17 de Março, Cícero voltaria a referir-se a este dever prioritário: *De Terentia, non possum commodius scribere quam tu scribis. Officium sit nobis antiquissimum.*

J. Beaujeu (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 28) lembra, no entanto, que a utilização do adjectivo *quoddam* poderá, por outro lado, indiciar uma situação mais pontual, como aquela que aconteceu em 58 e que é relatada em *Fam.* 14.1.4-5: Terência, sozinha em Roma durante o exílio do seu marido, tinha decidido vender uma das suas propriedades imobiliárias, para fazer face às necessidades da família. Cícero poderia agora querer retribuir esse favor. Cf. *supra*, pp. 184 sqq..

<sup>193</sup> Cf. *Att.* 12.20.2: *Minus multa ad te scripsi, quod exspectabam autem maxime de fano, non nihil etiam de Terentia.*

<sup>194</sup> Sobre as regras de retoma ou devolução do dote, leia-se, por exemplo, CORBETT (1930, reimpr. 1979) 182-188.

A alusão às condições impostas por Balbo é um pouco obscura. Segundo WINSTEDT (1912-1918) em nota ad loc., Terência teria transferido a dívida que Cícero tinha para com ela para o nome de Balbo, a fim de o forçar a liquidá-la mais rapidamente.

SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 1 ad loc., alega que o passo se refere à entrega, por Balbo, em representação de César, (cf. *Att.* 12.3.2) de *nomina* (promissórias) a Cícero; este poderia usar o dinheiro para liquidar o dote. Na mesma linha de interpretação, J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 8, 242, nota 1 ad 49, é da opinião que Balbo, para permitir a Cícero devolver o dote de Terência, terá estado na disposição de transferir para o nome do epistológrafo certos títulos de crédito, mas em condições que este julgava serem draconianas (cf. adjectivo *regia*).

<sup>195</sup> *Att.* 12.12.1, de 16 de Março.

*De Terentia, quod mihi omne onus imponis, non cognosco tuam in me indulgentiam. Ista enim sunt ipsa uulnera quae non possum tractare sine maximo gemitu. Moderare igitur, quaeso, ut potes. Neque enim a te plus quam potes postulo. Potes autem quid ueri sit perspicere tu unus.*<sup>196</sup>

A 22 de Março, cansado das difíceis negociações que o processo envolvia, omitindo cuidadosamente o nome de Terência e a palavra “dote”, referindo-se-lhe como *unam rem*<sup>197</sup>, decidiu recusar discutir tão melindroso assunto com o amigo:

*Vnam rem ad me scripsisti de qua decreui nihil tibi rescribere; spero enim me a te impetrasse ut priuares me ista molestia.*<sup>198</sup>

Chegar a um acordo parecia de facto muito difícil. Ao instruir Ático, no dia 24 de Março, no sentido de que continuasse a tentar negociar a devolução do dote, Cícero deixou escapar a ideia de que Terência (*illa*) apresentava constantes entraves à resolução do conflito. Se o amigo conseguisse a proeza de alcançar um acordo, poderia fazer-se acompanhar de Marco numa próxima reunião, já que, contrariamente ao pai — cujo dever para com a ex-esposa era apenas moral —, era do interesse do jovem agradar à mãe<sup>199</sup>:

*Tu igitur, ut coepisti; et si quid ita conficies, quod quidem non arbitror fieri posse, ut illi probetur, Ciceronem, si tibi placebit, adhibebis. Eius aliquid interest uideri illius causa uoluisse, mea quidem nihil nisi quod tu scis, quod ego magni aestimo.*<sup>200</sup>

Sabemos que as disposições relativas a Marco, agora com vinte anos, foram o centro das discussões entre o casal, mas nunca conheceremos com precisão a natureza dos entraves levantados por Terência no que diz respeito aos bens dotais a destinar para protecção e sustento do filho, designados, em linguagem jurídica, *retentio propter*

---

<sup>196</sup> Att. 12.22.1. Cf. Att. 12.23.2: *De Terentia ita cura ut scribis, meque hac ad maximas aegritudines accessione non minima libera.*

<sup>197</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 28; SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 1 ad loc..

<sup>198</sup> Att. 12.26.2.

<sup>199</sup> Cf. DIXON (1984) 94.

<sup>200</sup> Att. 12.28.1.

*liberos*<sup>201</sup>. Sabemos, porém, que, na hipótese de poder ser alcançado um acordo, Cícero gostaria que o amigo se fizesse acompanhar do filho. Que interesse veria o pai num encontro entre o jovem e a mãe? Porquê a necessidade de Marco agradar a Terência?

Quatro dias antes, Cícero dissera a Ático que havia chegado o momento de Marco, à semelhança do pai e de muitos jovens romanos de boa estirpe, ir estudar para Atenas<sup>202</sup>. Depois de ter solicitado ao incansável amigo informação sobre a forma de custear tal projecto<sup>203</sup>, encarregou-o de fazer a Marco uma proposta: para que o filho pudesse ir efectivamente para Atenas, Cícero estava na disposição de lhe ceder cerca de 80.000 a 100.000 sestércios, provenientes do aluguer dos imóveis do Argileto e do Aventino<sup>204</sup> que faziam parte do dote da ex-mulher e que, ao que parece, ele retivera para esse fim<sup>205</sup>:

*Ciceroni uelim hoc proponas, ita tamen si tibi non iniquum uidebitur, ut sumptus huius peregrinationis, quibus, si Romae esset domumque conducirer, quod facere cogitabat, facile contentus futurus erat, accomodet ad mercedes Argileti et Auentini.*<sup>206</sup>

Afinal, parece que as negociações com Terência tinham dado os seus frutos. A resolução das dificuldades postas pela esposa, quaisquer que fossem, permitiu a Cícero reter propriedades dotais, cujos rendimentos permitiriam custear a futura estadia do filho

<sup>201</sup> Sobre as implicações jurídicas das *retentiones propter liberos*, vide CORBETT (1930, reimpr. 1979) 192 sq., que afirma: “The husband called upon to restore dowry may withhold a portion or even the whole of it on proof of certain special circumstances. He is entitled to *retentiones propter liberos, propter mores, propter impensas, propter res donatas, and propter res amotas*.” Como teremos oportunidade de perceber, por lei, Cícero só poderia reclamar estas *retentiones* se se tivessem verificado determinadas circunstâncias. Oportunamente, faremos alusão a estas circunstâncias.

<sup>202</sup> Cf. *Att.* 12.24.1.

<sup>203</sup> Cf. *Att.* 12.27.2.

<sup>204</sup> Cf. *Att.* 15.17.1; 15.20.4; 16.1.5.

<sup>205</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 31-32. Segundo DIXON (1984) 94 sq., muito provavelmente, estas propriedades, retidas para o exposto propósito de garantir a subsistência de Marco, faziam parte do dote de Terência. Para a autora, este facto torna-se evidente nas cartas escritas por Cícero, no ano seguinte (44), quando a desonestidade do seu agente, Eros, provocou embaraço financeiro a Marco. A correspondência que trocou com Ático na sequência da investigação e do esclarecimento do incidente fornece informação mais detalhada sobre o acordo feito em Março do ano 45. Marco havia escrito ao amigo do pai, queixando-se de que, depois do dia 1 de Abril, ou seja, um ano depois de ter ido para Atenas, ainda não havia recebido o dinheiro necessário à sua manutenção por mais um ano na Grécia. A primeira soma anual transferida para Atenas já tinha sido gasta, pelo que o jovem se encontrava numa embaraçosa situação financeira. Pompónio adiantou-lhe então 100.000 sestércios e informou Cícero dessa operação, após o que este sugeriu ao amigo que cobrasse a soma adiantada a Eros, que havia recebido as rendas dos referidos alugueres (cf. *Att.* 15.17.1). Numa outra carta, o epistológrafo anunciou ainda a sua intenção de questionar Eros acerca das suas finanças em geral, e, em particular, das rendas das propriedades dotais (*de mercedibus dotium praediorum*) — que deveriam ser suficientes para cobrir as necessidades de Marco, não apenas em Atenas, mas permanentemente (cf. *Att.* 15.20.4).

<sup>206</sup> *Att.* 12.32.2.

em Atenas. Um jovem da classe senatorial, como Marco Cícero, na qualidade de *filiusfamilias*, dependia economicamente do pai e não podia ter bens por sua conta. O pai era responsável pelos gastos e pelas dívidas do filho. A retenção de bens que integravam o dote de Terência para assegurar a manutenção do filho veio, todavia, revelar que, na prática, ele era sustentado pelas contribuições conjuntas da mãe e do pai, apesar de divorciados. É possível que os bens em questão estivessem destinados a cumprir esse fim, mesmo que o casamento tivesse continuado<sup>207</sup>. As expectativas de Cícero e o reconhecimento por parte de Terência de que a mãe deveria contribuir para o sustento e o pagamento das dívidas dos respectivos filhos demonstram que a perspectiva comum dos laços materno-filiais e as respectivas implicações financeiras não se cingiam única e exclusivamente às regras da sucessão intestada<sup>208</sup>. Divorciada de Cícero, Terência poderia, com legitimidade, sentir-se desobrigada para com os filhos<sup>209</sup>. Não foi isso, porém, que aconteceu, já que o casal chegou a um acordo sobre as legações testamentárias e os bens dotais a destinar aos filhos<sup>210</sup>. Afinal, a constituição do *dos*, a instituição do divórcio e a devolução total ou parcial do dote eram questões de acordo privado. O processo de negociação que cada um destes passos envolvia permitia uma certa flexibilidade não prevista pela lei. As convenções legais traduziam-se em regras abrangentes que, discutidas em privado, poderiam ser adaptadas às circunstâncias e aos interesses dos visados<sup>211</sup>.

---

<sup>207</sup> Como afirma DIXON (1984) 95, “all the references suggest that Terentia accepted the responsibility — probably imposed on her by the dotal pact — of helping maintain her son regardless of whether she remained married to his father, and even that she might have agreed after some resistance to donate more than the *pactum* had allowed for.”

<sup>208</sup> Cf. DIXON (1984) 95 sq..

<sup>209</sup> Como afirma CORBETT (1930, reimpr. 1979) 192, “the *retentiones propter liberos* are allowed, as against a former wife, only after a divorce occasioned by her or her *paterfamilias*. One-six may be kept for each child, but the maximum *retentio* under this head is one-half the dowry.” Significa isto que esta manobra jurídica se justificaria somente se se provasse a existência de *culpa* do lado da esposa, ou seja, se a iniciativa de divórcio partisse do pai ou da filha/esposa (cf. Cic., *Top.* 4; Ulp., *Reg.* 6.10: *si culpa mulieris aut patris*...).

Ora, ao que parece, o divórcio entre Cícero e Terência terá assentado num acordo bilateral, pelo que “there is no indication of formal *retentio* from Terentia on account of her two children, though Cicero expected them to benefit under her will.” (TREGGIARI (1991) 353).

<sup>210</sup> O próprio Cícero tinha, aliás, reconhecido dever incluir o neto no seu testamento, mesmo sabendo que, em termos legais, avô e neto estavam muito distantes um do outro.

<sup>211</sup> Cf. DIXON (1984) 99. A este respeito, vale a pena recordar as palavras da autora: “Even the financial side of Roman marriage had its human element, and the letters reveal notions of obligation which sometimes transcend a legalistic interpretation of family relationships.” (1984, 80). A mesma autora afirmou ainda (1988, 56): “There was evidently room for difference as to what constituted a just disposition (...) but both sides apparently acknowledged the mother’s duty to her children, regardless of whether she remained married to their father, and did not consider this duty discharged by the dotal settlement. A mother was expected to provide from the dowry for her children on divorce (even if there was no question of fault) and to include



As negociações ter-se-ão prolongado, pelo menos, até ao início de Maio, já que a intervenção de Ático junto de Terência em favor de Cícero se manteve até esta altura do ano:

*Apud Terentiam tam gratiam opus est nobis tua quam auctoritate; sed facies ut uidebitur; scio enim si quid mea intersit tibi maiori curae solere esse quam mihi.*<sup>212</sup>

Nesta penosa fase da sua vida, dominada pela dor do desaparecimento prematuro da filha, foram constantes as referências de Cícero aos que lhe eram mais próximos; o filho, o neto, o companheiro de solidão, Tirão, ou mesmo alguns amigos, como Bruto ou Sica, fizeram parte dos seus pensamentos. O nome da ex-esposa, embora por motivos menos agradáveis, foi igualmente referido por diversas vezes. Já o nome de Publília, a jovem com quem o orador havia casado no final de 46, parece ter sido apagado das cartas que trocou no período que medeia entre o seu segundo casamento e a morte da filha. Ora, tal facto, além de estranho, parece indiciar que algo ia menos bem nesta recém-formada aliança.

O casamento de Cícero com Publília, uma jovem que se encontrava sob a sua tutela, terá ocorrido em Dezembro de 46, isto é, cerca de um ano depois do seu divórcio<sup>213</sup>. A leitura de um dos capítulos da biografia de Plutarco<sup>214</sup> diz-nos que Publília era muito jovem e que Cícero — que havia repudiado a primeira mulher uns meses antes e atingira já os sessenta anos — a desposou por dois motivos: segundo Terência, pela sua beleza, segundo Tirão, pela sua fortuna<sup>215</sup>. Este segundo casamento valeu ao orador mais

---

them in her testament on reasonable terms. It was on the definition of ‘reasonable’, not the basic question of obligation, that argument centred.”

<sup>212</sup> *Att.* 12.37.3, de 4 de Maio.

<sup>213</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v.7, 198.

DIXON (1984) 92, afirma que Cícero terá contraído matrimónio entre Novembro de 46 e Março de 45, isto é, entre o dia em que escreveu a carta *Att.* 12.11, na qual discutiu despreocupadamente as diversas candidatas a sua segunda esposa, e a carta *Att.* 12.32, que escreveu depois da morte de Tília, quando andava já a evitar a nova esposa.

<sup>214</sup> *Cic.* 41, maxime 4-5.

<sup>215</sup> E também CARCOPINO (1947) v. 1, 242 sqq.. O dote de Publília seria de pelo menos 1.200.000 sestércios, cf. GARDNER (1986) 101.

O segundo motivo apontado para a realização deste segundo casamento — a fortuna da jovem — era socialmente aceite: “A particularly striking instance of the social acceptability of the motive is afforded by Plutarch’s account of the second marriage of Cicero. Terentia alleged that he was overcome by Publilia’s youthful charms, a disreputable motive for marriage. But Tiro defended his patron by putting forward a more laudable reason: Publilia’s wealth.” (TREGGIARI (1991) 96).

Embora Terência tivesse, ao que parece, criticado Cícero por casar com uma jovem, a união de um homem com uma mulher com idade para ser sua filha — ou neta — era geralmente aceite (cf. TREGGIARI (1991) 102).

preocupações do que alegrias. Talvez pelo facto de não ter durado mais de três meses, deixou marcas pouco profundas na sua correspondência<sup>216</sup>.

A única carta que alude à união data de finais de 46 e tinha como destinatário o pompeiano seu amigo, Gneu Plâncio, exilado em Corcira, que o havia felicitado por este seu segundo casamento<sup>217</sup>. Nesta carta, depois de agradecer os votos do amigo, Cícero deu a entender que não teria feito a sua vida se não tivesse dado conta de que, quando regressou a Roma, a sua situação doméstica havia sido não menos lesada do que a *res publica*. De facto, aqueles a quem beneficiara, em vez de retribuírem a sua dedicação, tinham acabado por se revelar uns traidores, a ponto de ele ter deixado de se sentir seguro dentro da sua própria casa:

*Quod autem mihi de eo quod egerim gratularis, te ita uelle certo scio. Sed ego tam misero tempore nihil sed noui consilii cepissem, nisi in reditu meo nihilo meliores res domesticas quam rem publicam offendissem. Quibus enim pro meis immortalibus beneficiis carissima mea salus et meae fortunae esse debebant, cum propter eorum scelus nihil mihi intra meos parietes tutum, nihil insidiis uacuum uiderem...*<sup>218</sup>

Segundo Beaujeu<sup>219</sup>, Cícero denunciava com estas palavras a perfídia da primeira esposa. Comentando o carácter misterioso desta acusação, que se deve, na opinião do mesmo, ao sentido vago do plural *quibus*, o crítico indaga sobre a identidade de eventuais cúmplices de Terência, e avança mesmo alguns nomes: talvez Cícero se estivesse a referir aos *Quinti*, seus irmão e sobrinho, que haviam lançado calúnias contra ele<sup>220</sup>, ou ao liberto Filótimo, muito ligado à sua ex-mulher, que havia igualmente abandonado as suas simpatias pompeianas para abraçar a causa cesariana<sup>221</sup>. Todos eles o haviam traído por motivos de natureza política. O crítico não descarta, todavia, motivações de índole pessoal.

---

<sup>216</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 7, 198.

<sup>217</sup> *Fam.* 4.14.1: *Binas a te accepi litteras Corcyrae datas, quarum alteris mihi gratulabare quod audisses me meam pristinam dignitatem optinere, alteris dicebas te uelle quae egissem bene et feliciter euenire.*

<sup>218</sup> *Fam.* 4.14.3.

<sup>219</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 7, 297, nota 1 ad 248.

<sup>220</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1977) v. 2, 407, nota 4 ad loc. Segundo este crítico, Cícero teria acusado Terência de ter conspirado com César contra si (cf. 1971, 201 sqq.). Assim, em seu entender, este passo dificilmente poderá referir-se aos *Quinti*, uma vez que a traição a que aqui se alude aconteceu dentro da sua própria casa (*intra parietes*). Por outro lado, depois de a zanga de 48-47 ter sido, embora superficialmente, ultrapassada, não há nada que sugira que Cícero desconfiava que o seu irmão andava a caluniá-lo. Sobre o desentendimento entre os dois irmãos, vide Terceira Parte, Cap. Quinto.

<sup>221</sup> Cf. *Att.* 10.9.1; 11.23.2; 11.24.4; 12.5.1.

Remetendo-nos para Plutarco<sup>222</sup>, recorda que Terência, no ano 47, enquanto Cícero se encontrava aportado em Brundísio, havia contraído inúmeras dívidas e esvaziado a casa do estadista de todo o recheio. Ora, o reprovável comportamento de Terência poderia ter levado a que Cícero se tivesse sentido inseguro dentro da sua própria casa. Aliás, na opinião do biógrafo grego, terá sido este um dos principais motivos do divórcio dos esposos<sup>223</sup>.

Sentindo-se ameaçado debaixo do próprio tecto, viu-se na necessidade de se proteger com uma nova e fiel aliança, que se opunha à perfídia da anterior união:

*... nouarum me necessitudinum fidelitate contra ueterum perfidiam muniendum putauit.*<sup>224</sup>

A única menção directa ao nome de Publília surge na carta que dirigiu a Ático no dia 28 de Março de 45. Nela, Cícero anunciou ao amigo ter recebido, por carta, um pedido da jovem esposa: que lhe fosse dada permissão para, na companhia da mãe e do irmão — ou parente próximo —, Publílio, ir falar com o marido, que se refugiara em Ástura:

*Publilia ad me scripsit matrem suam cum Publilio <locutam et ut mecum> loqueretur ad me cum illo uenturam et se una, si ego paterer. Orat multis et supplicibus uerbis ut liceat et ut sibi rescribam.*<sup>225</sup>

Desagradado com a perspectiva de poder vir a reencontrar Publília, declinou a visita. Temendo que, na ausência de resposta imediata do marido, ela decidisse ir ter com ele, apressou-se em comunicar-lhe que preferia continuar sozinho:

*Res quam molesta sit uides. Rescripsi me etiam grauius esse adfectum quam tum cum illi dixissem me solum esse uelle; quare nolle me hoc tempore eam ad me uenire. Putabam si nihil rescripsissem illam cum matrem uenturam.*<sup>226</sup>

---

<sup>222</sup> Cic. 41.3.

<sup>223</sup> Cf. Cic. 41.3: αὐται γὰρ εἰσιν αἱ λεγόμενοι τῆς διαστάσεως εὐπρέπεται προφάσεις.

<sup>224</sup> Fam. 4.14.3. A utilização do adjectivo *nouarum* fez SHACKLETON BAILEY (1977) v. 2, 407, nota 8 ad loc., acreditar que Publília tinha ligações com o partido dominante. A este respeito, vale a pena evocar as palavras de RAWSON (1986) 33): “Political reasons could dictate divorce as they could marriage alliances.” Cf. BRADLEY (1991) 161: “the fluctuations of Roman politics affected not only first marriages but the high rate of divorce and subsequent formation of new alliances as well.”

<sup>225</sup> Att. 12.32.1.

<sup>226</sup> Ibidem.

O desgosto provocado pela morte da filha levava-o a querer afastar-se de Roma, mas Publília não o havia acompanhado nesse seu retiro. Duvida-se, aliás, que tenha partilhado com ele a estadia na casa de Ático, no Quirinal, nos dias que imediatamente se seguiram à morte de Túlia<sup>227</sup>. Segundo Plutarco<sup>228</sup>, Cícero repudiara-a porque ela parecia ter ficado feliz com a morte da enteada<sup>229</sup>. Ainda que tal motivo pareça inverosímil, indicia, pelo menos, que a ruptura entre os cônjuges terá estado relacionada com a morte da filha de Cícero e o desgosto por ela provocado.

Prova do mal-estar existente entre o casal é o facto de o orador andar a evitar, pelo menos desde o dia 20 de Março, qualquer encontro com a família de Publília, nomeadamente com Publílio, por cuja partida para o norte de África Cícero tanto ansiava<sup>230</sup>. Naquele dia, em carta a Ático, confessou que não era apenas o desgosto com a morte de Túlia que o levava a preferir locais sossegados e a evitar regressar a Roma. Na verdade, existia ainda outro motivo: Cícero receava encontrar ou ser abordado pela família da segunda esposa. É que um tal Alédio, que mediava as relações entre Ático e os *Publilii*, teria andado a questionar aquele acerca das intenções de Cícero para com Publília, da qual se encontrava separado *de facto* desde a morte de Túlia<sup>231</sup>:

*Atque etiam illa causa est non ueniendi: meministi quid ex te Aledius quaesierit.  
Qui etiam nunc molesti sunt, quid existimas, si uenero?*<sup>232</sup>

A 28 de Março, porque queria evitar perguntas incómodas, decidiu furtar-se ao encontro com os *Publilii*. A única forma de consegui-lo seria deixar o seu refúgio, em Ástura. Ático encarregar-se-ia de lhe indicar o momento ideal para o fazer:

---

<sup>227</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 33.

<sup>228</sup> *Cic.* 41.8.

<sup>229</sup> Ao que tudo indica, Publília seria bastante mais jovem do que a enteada (cf. TREGGIARI (1991) 401).

<sup>230</sup> Cf. *Att.* 12.24.1: *Publi<li>us iturusne sit in Africam et quando ex Aledio scire poteris*; *Att.* 12.27.2: *Ex Aledio quod scribas si quid inueneris, scribes*; *Att.* 12.28.3: *Publi<li>us, si aequinoctium exspectat, ut scribis Aledium dicere, nauigaturus uidetur*; *Att.* 12.29.1: *... erant causae cur hoc tempore istic [= Romae] esse nollem. Quae si manebunt, quaerenda erit excusatio ad Brutum; et, ut nunc est, mansurae uidentur*. Deve, pois, ter sido no dia em que escreveu esta carta (25 de Março) que Cícero soube que Publílio não partira para África.

<sup>231</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 242, nota 1 ad 53.

<sup>232</sup> *Att.* 12.23.1.

*Illud autem quod fore uideo ipsum uolo uitare ne illi ad me ueniant, et una est uitatio ut ego <euolem>. Nollem, sed necesse est. Te hoc nunc rogo ut explores ad quam diem hic ita possim esse ut ne opprimar. Ages, ut scribis, temperate.*<sup>233</sup>

Dando cumprimento aos desejos do amigo, Pompônio alertou-o para a chegada iminente dos inoportunos visitantes. Não querendo ser apanhado de surpresa, Cícero decidiu partir no dia seguinte e passar a noite perto de Roma, em Lanúvio, na casa de Sica:

*... cum scribas uidendum mihi esse ne opprimar, ex quo intellegam te certum diem illius profectionis non habere, putauit esse commodius me istuc uenire; quod idem uideo tibi placere. Cras igitur in Siccae suburbano.*<sup>234</sup>

Dois meses depois, continuava a evitar o contacto directo com a família de Publília. No dia 30 de Julho, em carta a Ático, disse esperar que fosse o amigo a esclarecer toda a situação com Publílio e preferir que todas as questões relacionadas com este assunto fossem tratadas na sua ausência:

*Te spero cum Publilio confecisse. Equidem Kalendis in Tusculanum recurram; me enim absente omnia cum illis transigi malo.*<sup>235</sup>

O divórcio não deverá ter sido imediato. Na verdade, da leitura de uma carta enviada a Ático cerca de um ano depois — a 8 de Maio de 44 —, depreendemos que houve tentativa, por parte da família da jovem, de reconciliar os esposos. Será, talvez, esta a razão da intervenção de Cerélia, amiga de longa data de Cícero, que, enviada por Publílio, terá, ao que parece, em vão, tentado convencer o amigo a receber a esposa de volta<sup>236</sup>. O orador estava, no entanto, irredutível:

*Publi<li>us tecum tricatus est. Huc enim Caerellia missa ab istis est legata ad me; cui facile persuasi mihi quod rogaret ne licere quidem, non modo non libere.*<sup>237</sup>

---

<sup>233</sup> Att. 12.32.1

<sup>234</sup> Att. 12.34.1.

<sup>235</sup> Att. 13.47a.2.

<sup>236</sup> É esta a opinião de Beaujeu, cf. *Les Belles Lettres*, v. 9, 276, nota 1 ad 123; SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 5 ad loc..

<sup>237</sup> Att. 14.19.4.

Assim, a separação acabou por acontecer. A carta escrita a Ático de 11 de Julho de 44 prova-o. Nela, além de outros assuntos de natureza financeira, Cícero discutiu com o amigo os moldes em que deveria processar-se a devolução do dote a Publílio. Apesar de considerar não haver motivo para atrasar um acordo entre as partes, pediu a Ático que discutisse com aquele a possibilidade de adiar por algum tempo a devolução da parte que faltava da última prestação do dote da jovem; ainda não lhe era oportuno desembolsar a quantia correspondente. Se, ao adiantar 200.000 do total de 400.000, abrisse mão dos seus direitos, agora, Publílio também poderia esperar por ser reembolsado na totalidade:

*De Publilio autem, quod perscribi oportet, moram non puto esse faciendam. Sed cum uideas quantum de iure nostro decesserimus qui de res. CCCC HS CC praesentia soluerimus, reliqua rescribamus, loqui cum eo, si tibi uidebitur, poteris eum commodum nostrum exspectare debere, cum tanta si nobis iactura facta iuris.*<sup>238</sup>

Em Agosto do ano anterior (45), o Arpinate havia recebido de um banqueiro abastado, M. Clúvio<sup>239</sup>, uma herança considerável, que incluía vastas propriedades na Campânia, uma *domus* em Arpino e uma significativa quantidade de prata e dinheiro líquido<sup>240</sup>. Os bens foram repartidos entre si e os restantes co-herdeiros – César, representado por Balbo<sup>241</sup>, T. Hordeónio, negociante da Campânia<sup>242</sup>, e, provavelmente, A. Ofílio, notável jurisconsulto<sup>243</sup>. Cícero, que nessa altura se encontrava retido em Túsculo, foi representado por um amigo, Gaio Vestório, em Putéolos, para resolver esta questão<sup>244</sup>. Os herdeiros acordaram vender em hasta pública, logo que César regressasse, as propriedades da Campânia<sup>245</sup> e permitir a Cícero adquirir aquela que ele então designava *horti Cluuiiani* e que, mais tarde, viria a ser o seu *Puteolanum*.

---

<sup>238</sup> Att. 16.2.1

<sup>239</sup> Cf. *Fam.* 13.56; Att. 6.2.3 e 6.8.5.

<sup>240</sup> Para mais informações sobre esta herança, vide *Les Belles Lettres*, v. 8, 198 sq.; CARCOPINO (1947) v. 1, 176 sq..

<sup>241</sup> Cf. Att. 13.45.3; 13.46.3; 13.37a.

<sup>242</sup> Cf. Att. 13.46.3.

<sup>243</sup> Cf. Att. 13.37a.

<sup>244</sup> Cf. Att. 13.45.2; 13.46.3 e 5; 13.47; 13.37a. Vide também Att. 14.10.3 e 4.19.1.

<sup>245</sup> Cf. Att. 13.45.3 e 13.37a; Att. 13.46.3.

As propriedades que acabava de herdar render-lhe-iam entre 80 a 100.000 sestércios por ano<sup>246</sup>, tal era a fortuna legada por Clúvio. A compra das partes legadas aos restantes co-herdeiros dos *horti Cluuiani* deixou-o, todavia, endividado. De facto, cerca de um ano depois — no dia 11 de Julho de 44 —, na mesma carta em que pedia a Ático que negociasse com Publílio a devolução do dote da ex-esposa, Cícero informou o amigo de que decidira enviar Eros para que este pudesse negociar o pagamento das suas dívidas para com Óvia<sup>247</sup> e os co-herdeiros de Marco Clúvio, que venceriam no dia 1 de Agosto. As finanças do orador não andavam de boa saúde; o *ratiocinator* de Ático iria discutir com o apressado Hordeónio a data do pagamento da terceira e última prestação, alegando em favor de Cícero que a maior parte da dita prestação havia sido liquidada antes do tempo estipulado:

*Erotem remisi citius quam constitueram, ut esset qui Hordeonio et Ouiae, quibus quidem ait se Idibus constituisse. Hordeonius uero impudenter. Nihil enim debetur ei nisi ex tertia pensione, quae est Kal. Sext.; ex qua pensione ipsa maior pars est ei soluta aliquando ante diem. Sed haec Eros uidebit Idibus.*<sup>248</sup>

Eram, pois, estas as dificuldades financeiras que o impediam de liquidar a sua dívida para com Publílio tão brevemente quanto desejava. A 25 de Julho, já em viagem para a Grécia, pediu a Ático que o libertasse de todas as suas dívidas, liquidando-as. Devia dinheiro aos co-herdeiros dos *horti Cluuiani* (a última prestação venceria a 1 de Agosto), a Publílio, que continuava a pressioná-lo com a devolução do dote, e a Terência. Quiçá porque considerava ser essa a sua obrigação, sugeriu ao amigo que procedesse à devolução da parte restante do dote da sua primeira esposa antes da data estabelecida, isto é, antes do primeiro dia de Agosto, data acordada para o fazer:

*Nomina mea, per deos, expedi, exsolue. Bella reliqua reliqui; sed opus est diligentia coheredibus pro Cluuiano Kal. Sext. Perso<lu>tum ut sit. Cum Publilio quo modo agendum sit uidebis. Non debet urgere, quoniam iure non utimur. Sed tamen ei quoque satis fieri plane uolo. Terentiae uero quid ego dicam? Etiam ante diem, si potes. Quin si, ut spero, celeriter in*

---

<sup>246</sup> Cf. *Att.* 14.10.3.

<sup>247</sup> Cícero fora devedor deste homem já em Março de 45 (cf. *Att.* 12.21.4; *Les Belles Lettres*, v. 9, nota b ad *Att.* 16. 2.1).

<sup>248</sup> *Att.* 16.2.1.

*Epirum, hoc quod satis dato debeo peto a te ut ante prouideas planeque expedias et solutum relinquas.*<sup>249</sup>

Mas as boas intenções relativas a Terência, infelizmente, não passaram disso mesmo. De facto, decorridos quase quatro meses, na última carta de toda a colecção dedicada a Ático, Cícero voltaria a manifestar-se preocupado com a sua reputação; porque não havia conseguido reaver quantias consideráveis que outros lhe deviam, não alcançara a liquidez necessária para proceder ao pagamento da sua dívida para com a primeira esposa:

*Me res familiaris mouet. Rem dico? immo uero existimatio. Cum enim tanta reliqua sunt mihi, ne Terentiae quidem adhuc quod solu<a>m expeditum est.*<sup>250</sup>

O estadista não devia dinheiro exclusivamente a Terência. Estava também em falta para com Lúcio Túlio Montano, que acompanhara o seu filho em Atenas. Montano tinha-se oferecido como fiador de 25.000 sestércios que um tal Flamínio Flama devia ao Estado, e Cícero prometera ao jovem Marco que adiantaria a quantia<sup>251</sup>. Para tal, instruíra Eros, escravo de Ático responsável pela gestão das suas finanças, no sentido de que pusesse de parte esse dinheiro. Aquele, todavia, não seguiu as suas directrizes, pelo que Aurélio, provável procurador de Montano, se viu na obrigação recorrer a um empréstimo com juros altíssimos:

*Terentiae dico? scis nos pridem iam constituisse Montani nomine HS XXV dissoluere. Pudentissime hoc Cicero petierat ut fide sua. Liberalissime, ut tibi quoque placuerat, promiseram Erotique dixeram ut sepositum haberet. Non modo <non fecit> sed iniquissimo faenore uersuram facere Aurelius coactus est.*<sup>252</sup>

Cícero acumulava, portanto, a dívida para com Montano. Para poder saldar as suas próprias contas, precisava que outros saldassem as que tinham para consigo. O ex-genro,

---

<sup>249</sup> Att. 16.6.3.

<sup>250</sup> Att. 16.15.5, de 12 de Novembro.

<sup>251</sup> Para mais informação sobre este assunto, cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 248, n. 2 ad 129 (Att. 12.52.1); v. 9, Att. 14.16.4. Vide também Terceira Parte, Cap. Quarto, 394 sqq..

<sup>252</sup> Att. 16.15.5.



Dolabela, também lhe devia dinheiro<sup>253</sup>. As esperanças de reaver esse dinheiro eram, no entanto, muito poucas. Tirão tinha-lhe dito, por carta, que Ático lhe havia garantido que a terceira prestação do dote de Terência seria liquidada com o dinheiro de Dolabela. O liberto, porém, percebera tudo ao contrário. De facto, Ático já lhe havia transmitido, também por carta, as respostas — negativas — de Coceio<sup>254</sup> e de Eros<sup>255</sup> relativas à liquidação da dívida do seu ex-genro:

*Nam de Terentiae nomine Tiro ad me scripsit te dicere nummos a Dolabella fore. Male eum credo intellexisse, si quisquam male intellegit, potius nihil intellexisse. Tu enim ad me scripsisti Coccei responsum et isdem paene uerbis Eros.*<sup>256</sup>

Infelizmente, não nos chegou nenhuma outra carta a Ático, posterior a esta, que pudesse esclarecer-nos acerca do desenvolvimento de toda a questão; por outro lado, entre as missivas dirigidas *ad familiares* no decorrer deste período, apenas uma, datada de Novembro de 44, aborda este assunto. Nela podemos ler as instruções dadas a Tirão — que fora enviado a Roma para esclarecer a situação em que se encontravam as finanças do seu patrono — no sentido de tentar convencer Flamínio Flama a devolver a quantia em dívida, ou, pelo menos, parte dela<sup>257</sup>. O dinheiro que Tirão eventualmente conseguisse recuperar serviria, em primeira instância, para fazer face a uma necessidade premente, o pagamento da última prestação da devolução do dote de Terência<sup>258</sup>:

*A Flamma, si non potes omne, partem aliquam uelim extorqueas, in primisque ut expedita sit pensio Kal. Ian.*<sup>259</sup>

É provável que a questão da devolução deste dote se tenha arrastado por mais algum tempo. Pena é que nos não tenham chegado outros testemunhos, que poderiam, eventualmente, elucidar-nos sobre o seu desfecho. Terá Cícero conseguido saldar todas as

---

<sup>253</sup> A dívida correspondia à devolução do dote de Túlia, que ainda não havia sido concluída.

<sup>254</sup> Este homem de negócios estava de alguma forma ligado à dívida de Dolabela. Ele próprio deveria dinheiro a Cícero (*Att.* 12.13.2; 12.18.3). Cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, nota a ad loc.; vide v. 8, *Apendice I*, 294.

<sup>255</sup> O liberto de Ático responsável pelos seus assuntos financeiros.

<sup>256</sup> *Att.* 16.15.5.

<sup>257</sup> Cícero tentara já em Maio, por intermédio de Ático, conseguir que F. Flama pagasse a sua dívida. Cf. *Att.* 14.16.4.

<sup>258</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, nota c ad loc.; SHACKLETON BAILEY (1977) v. 2, 491, nota 8 ad loc.: Winstedt, erradamente, afirma que este passo se refere ao reembolso, por Dolabela, do dote de Túlia.

<sup>259</sup> *Fam.* 16.24.1, de meados de Novembro.

suas dívidas antes de morrer? No que diz respeito ao dote de Terência, como afirma Claassen, “the tangle muddled on, and would end only with Cicero’s life.”<sup>260</sup>.

A fonte em que nos baseámos para descrever a vida conjugal de Cícero e a primeira esposa apresenta, *a priori*, uma limitação incontornável: as cartas a que temos acesso, porque foram escritas por Cícero, permitem-nos conhecer a versão dos factos de apenas uma das partes envolvidas; de Terência não nos chegou nenhuma carta. No entanto, a análise dos passos das *epistulae* que aludem, de forma mais ou menos directa, ao relacionamento entre marido e mulher, não deixa dúvidas quanto à existência de um casamento que começou por ser feliz, mas que acabou por terminar em divórcio, fruto de inúmeras pressões, internas e externas, a que os cônjuges estiveram sujeitos.

Para este desfecho menos feliz terão concorrido diversos factores: por um lado, o egocentrismo de um marido e pai, cujas escolhas e cuja carreira política condicionaram de forma determinante os destinos de toda a família<sup>261</sup>; depois, e na sequência do primeiro, o cansaço que se foi apoderando de uma esposa inicialmente paciente e solidária, mas que, em virtude das agruras da vida, se foi tornando menos tolerante em relação às hesitações políticas e variações de humor do companheiro; paralelamente, a quebra de confiança por parte de Cícero em relação a Terência e à gestão que a esposa fazia dos bens familiares. Gradualmente, devido a estes três factores, o relacionamento que durante tantos anos assentara na cooperação e lealdade dos esposos foi sendo substituído por uma relação minada pela desconfiança e pela indiferença mútuas.

Por razões de ordem política, a família de Cícero passou por muitas dificuldades, viveu momentos de intenso desgaste psicológico. Às pressões políticas que desde sempre acompanharam o casal, foram-se somando, sobretudo nos anos que imediatamente antecederam o divórcio, pressões de natureza familiar, que Claassen resume nestas palavras:

“These are all factors that served after 49 to make the Cicero family “dysfunctional.”

Extrafamiliarily, Cicero was involved in opposition to Caesar, intrafamiliarily there was the defection of the Quinti, father and son. Politics had intruded to spoil a long-standing, happy relationship between two brothers. Cicero’s failed politics further demoralized him,

---

<sup>260</sup> (1996) 224.

<sup>261</sup> Cf. CLAASSEN (1996) loc. cit..

for he had lost all his status in Rome while he skulked miserably at Brindisi. Terentia was the better manager, but was slow in disbursing. He and Terentia had undergone and were again undergoing material deprivation, *inter alia* as a result of Dolabella's squandering of Tullia's dowry, payment of which kept falling due. Tullia's health was poor. The need to conciliate her politically powerful husband while disentangling their daughter from an unhappy marriage made for complication. Tullia first returned to the family and then died, causing two sets of organizational change, two more being caused by the birth and subsequent death of her baby son.”<sup>262</sup>

Eis, pois, os factores de origem extra e intrafamiliar que, sobretudo entre os anos 49 e 47, terão contribuído para a desestabilização e desmoronamento de um casamento que, apesar das dificuldades, conseguiu resistir durante cerca de trinta longos anos.

Para o fracasso do segundo casamento de Cícero terão concorrido, também, as imensas pressões a que o epistológrafo esteve sujeito antes e durante os poucos meses que a união durou. Factores determinantes na separação do casal terão sido, possivelmente — e a verdade é que só o próprio Cícero o poderia dizer —, a depressão em que o desaparecimento trágico da filha o lançou, associada, por um lado, à inconciliável diferença de idades que separava os esposos, por outro, à incompatibilidade que parece ter existido entre Publília e Túlia; afinal, a madrasta era bastante mais jovem do que a enteada.

---

<sup>262</sup> (1996) 228.



## CAPÍTULO SEGUNDO

### A filha: Túlia

São unânimes os testemunhos em reconhecer a afeição extremosa de Cícero por Túlia<sup>1</sup>. Infelizmente, não nos chegaram quaisquer cartas nem de Túlia para Cícero, nem de Cícero exclusivamente para Túlia, somente as cartas que compõem o *Liber XIV Ad Familiares*, dirigidas *Terentiae et Tulliis suis*. Na correspondência ciceroniana são constantes as alusões carinhosas à filha, que fazia as suas delícias<sup>2</sup>, e recorrentes as preocupações com a sua débil saúde<sup>3</sup>. Numa carta escrita ao irmão durante o exílio (Junho de 58), Cícero elogiou a doçura, a modéstia e a inteligência de Túlia. Nela, reconhecia os traços do seu próprio rosto e o timbre da sua voz; nela, via o reflexo da sua própria alma. A filha era quase um *alter ego*:

*Quid quod (...) desidero filiam? Qua pietate, qua modestia, quo ingenio! Effigiem  
oris, sermonis, animi mei.*<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Cf. Plu., *Cic.* 41.7-8. O próprio Cícero gostava de evocar a imagem de Túlia nos seus discursos (cf. *Ver.* 2.1.112: *mihi, cui mea filia maxime cordi est*; *Sest.* 131: *cum ipsis Nonis Sextilibus idem dies aduentus mei fuisset reditusque natalis, idem carissimae filiae*). Os seus detractores chegaram mesmo a acusá-lo de manter um relacionamento incestuoso com a filha. Vide D.C. 36.18.6: *τὴν θυγατέρα μοιχεύειν*; [Sal.], *Cic.* 2: *filia matris paelex iucundior atque obsequentior quam parenti par est*.

<sup>2</sup> Cf. *Att.* 1.5.8: *Tulliola deliciae nostrae*.

<sup>3</sup> Cf. e. g. *Fam.* 14.19: *In maximis meis doloribus excruciat me uoletudo Tulliae nostrae...*; *Att.* 11.6.4: *Tulliae meae morbus et imbecillitas corporis me exanimat*. Ambas as cartas foram escritas durante o mês de Novembro de 48, quando Túlia adoeceu.

<sup>4</sup> *Q. fr.* 1.3.3.

Apesar da sua curta existência<sup>5</sup>, Túlia casou três vezes. Em finais de 67, no fecho de uma carta a Ático, Cícero anunciou de forma breve e discreta os esponsais entre a jovem e Gaio Calpúrnio Pisão Frúgi, filho de Lúcio<sup>6</sup>:

*Tulliollam C. Pisoni L. Frugi despondimus.*<sup>7</sup>

Nada mais foi acrescentado quanto à identidade deste homem, que pertencia à família dos Calpúrnios, uma das mais influentes da aristocracia senatorial<sup>8</sup>. Das missivas que se seguiram, não constam quaisquer referências ao casamento propriamente dito. Este terá, no entanto, ocorrido antes do final de 63<sup>9</sup>, já que, na *Quarta Catilinária*, que foi

---

<sup>5</sup> Túlia morreu em Fevereiro do ano 45. Se nasceu por volta do ano de 79, terá morrido antes de completar trinta e quatro anos. Cf. BALSDON (1962) 179; CARCOPINO (1947) v. 1, 254, nota 6; DRUMANN-GROEBE (1899-1929, reimpr. 1964) v. 6, 614 e 622. Segundo o *Harper's Dictionary of Classical Literature and Antiquities*, de THURSTON, H. P. (ed.), London, 1897, reimpr. New York, 1965, p. 1617, Túlia terá nascido em 76 (cf. SUMNER (1971) 258, nota 30; TREGGIARI (1991) 128, nota 179). A maioria dos autores inclina-se mais para a primeira hipótese (cf. nota infra).

<sup>6</sup> Se aceitarmos a data de 79 como a data do seu nascimento, Túlia terá ficado comprometida aos doze anos (cf. BALSDON (1962) 179; CLARK (1981) 201; GARDNER (1986) 38). Segundo esta autora (p. 45), “there was no legal minimum age for betrothal, though there was for marriage.” Vide também RAWSON (1986) 21; CORBETT (1930, reimpr. 1979) 2. Vide ainda Mod., *dig.* 23.1.14.

<sup>7</sup> *Att.* 1.3.3, de finais de 67.

Embora, aos olhos da lei, a instituição de um casamento não estivesse dependente da realização de qualquer cerimónia específica, havia alguns procedimentos e preparativos relacionados com o evento. A intenção de casar podia ser assinalada com um compromisso formal: os *sponsalia*. As partes envolvidas — de um lado, o noivo, ou o seu *pater*, do outro, o *pater* da noiva (ou o *tutor*) — assumiam compromissos (*sponsa*). No século I, os esponsais resumir-se-iam à manifestação do consentimento de cada uma das partes, podendo mesmo ser anulados sem que daí adviesse qualquer espécie de penalização para os noivos ou respectivas famílias. Cf. GARDNER (1986) 44 sq., onde se afirma também: “In betrothals by simple consent, there was no action for breach of promise. Betrothals could be, and were, broken off without penalty.”

<sup>8</sup> O pai de Gaio Calpúrnio Pisão Frúgi foi colega de Verres, como pretor, em 74. O avô, por sua vez, foi pretor em 112, e o bisavô, cônsul em 133. Pisão mostrou ser um genro leal e dedicado, tendo, em 58, durante os difíceis tempos do exílio do sogro, intercedido em seu favor (*Red. Sen.* 38). Foi questor nesse ano e morreu no seguinte, antes do regresso de Cícero a Roma (cf. SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 1, 288, nota 8 ad *Att.* 1.3.3).

<sup>9</sup> Segundo L.-A. Constans, *Les Belles Lettres*, v. 3, 191, nota 3, considerando que Cícero casou com Terência antes de partir para a Grécia, em 80, Túlia terá nascido em 79 (a 5 de Agosto, cf. *Att.* 4.1.4) e, por conseguinte, terá casado, o mais tardar, aos dezasseis anos. Cf. BALSDON (1962) 179; CLARK (1981) 201, que, na p. 200, afirma também: “Fourteen was evidently a proper age for marriage. It was assumed to be the age of menarche (...). The legal minimum age of marriage, as fixed by Augustan legislation which followed Republican precedent, was 12.” GARDNER (1986) 38 defende: “For girls, puberty was deemed in law, (...), to have been reached at the age of twelve, and a girl was therefore marriageable at that age. The actual onset of menstruation probably occurred later for most girls. Medical opinions placed it as occurring in the fourteenth year, and modern research concurs. Girls, therefore, could legally be married before they reached puberty.” Sobre esta questão, vide também CORBETT (1930, reimpr. 1979) 51; RAWSON (1986) 21; HOPKINS (1965). Cf. D.C. 54.16.7; Ulp., *dig.* 23.1.9.; Ulp., *Reg.* 5.2; *CJ* 5.60.3; *Inst.* 1.22.pr..

pronunciada diante do Senado no dia 5 de Dezembro desse ano, Cícero assinalou a presença do genro entre os senadores<sup>10</sup>.

O relacionamento entre genro e sogro, mais do que cordial, foi afectuoso. De facto, nas cartas do exílio que dirigiu à família, são constantes os elogios à lealdade e à dedicação reveladas por Pisão para com o sogro. É o que constatamos da leitura de uma carta datada de 29 de Abril de 58:

*Pisonem, ut scribis, spero fore semper nostrum.*<sup>11</sup>

Ou de uma outra, de 5 Outubro do mesmo ano:

*Pisonem nostrum merito eius amo plurimum. Eum, ut potui, per litteras cohortatus sum gratiasque egi, ut debui.*<sup>12</sup>

Ou, ainda, de outra missiva, escrita em Novembro:

*Pisonis humanitas, uirtus, amor in nos tantus est ut nihil supra possit. Vtinam ea res ei uoluptati sit! Gloriam quidem uideo fore.*<sup>13</sup>

Durante o exílio de Cícero, Pisão foi incansável na defesa do sogro, de tal forma que este desejava abraçá-lo tanto quanto desejava abraçar a esposa e os filhos:

*Pisonem nostrum mirifico esse studio in nos et officio, et ego perspicio et omnes praedicant. Di faxint ut tali genero mihi praesenti tecum simul et cum liberis nostris frui liceat!*<sup>14</sup>

---

<sup>10</sup> Cf. *Catil.* 4.3: *Stat in conspectu meo gener.* CARCOPINO (1947) v. 1, 255 chama a atenção para este facto, bem como L.-A. Constans, *Les Belles Lettres*, v. 3, 191, nota 3. TREGGIARI (1991) 128, nota 17, admite que Túlia tenha casado no final de 63, mas, ao mesmo tempo, considera que a referência, supra citada, à presença do genro de Cícero no Senado não implica necessariamente que ele e Túlia já estivessem casados, “since engagement created ‘in-law’ relationships”.

<sup>11</sup> *Fam.* 14.4.4.

<sup>12</sup> *Fam.* 14.2.2.

<sup>13</sup> *Fam.* 14.1.4.

<sup>14</sup> *Fam.* 14.3.3, igualmente de Novembro.

Apesar de todas estas referências a Pisão, a verdade é que não existem alusões à sua união com Túlia. Julgamos, no entanto, que a jovem terá sido feliz a seu lado. Caso contrário, Cícero, aquando do seu desembarque, a 5 de agosto de 57, em Brundísio, não referiria o imenso sofrimento em que encontrou a filha, que acabara de enviuar:

... *carissimae filiae, quam ex grauissimo tum primum desiderio luctuque conspexi*.<sup>15</sup>

Pisão havia, então, falecido, e o mais natural seria que a tristeza da filha encontrasse eco noutras cartas desse período. Tal, porém, não aconteceu. Na carta em que Cícero relatou pormenorizadamente a Ático o seu desembarque em Brundísio, não há qualquer referência a este triste acontecimento. Pelo contrário, o ambiente descrito era de festa e alegria, já que os habitantes de Brundísio celebravam, nesse dia, em simultâneo, os aniversários da fundação da colónia e da fundação do templo da deusa *Salus*, que, por acaso, coincidiam com o aniversário de Túlia<sup>16</sup>. Quiçá por lhe ser ainda demasiado penoso fazê-lo, Cícero terá preferido não evocar a morte do genro<sup>17</sup>.

Túlia não ficaria viúva por muito tempo<sup>18</sup>. Na primavera de 56, menos de um ano depois do desaparecimento de Pisão, foi prometida a Fúrio Crassípide<sup>19</sup>. Pouco

---

<sup>15</sup> *Sest.* 131.

<sup>16</sup> Cf. *Att.* 4.1.4: *Brundisium ueni Non. Sext. Ibi mihi Tulliola mea fuit praesto natali suo ipso die, qui casu idem natalis erat et Brundisinae coloniae et tuae uicinae Salutis; quae res animaduversa a multitudine summa Brundisinorum gratulatione celebrata est.* Cf. *Sest.* 131: *cum ipsis Nonis Sextilibus idem dies aduentus mei fuisset reditusque natalis, idem carissimae filiae...*

<sup>17</sup> Nesta questão, estamos, assim, em desacordo com CARCOPINO (1947) v. 1, 255, que afirma: “Réservant à ses harangues retentissantes du forum l’évocation de ses tristesses familiales, Cicéron les a tranquillement rayées de ses lettres intimes, où, dégagée des pénibles souvenirs qui auraient pu l’assombrir, ne rayonne plus que la joie égoïste de son retour d’exil, dans les bras de sa fille chérie et au milieu des acclamations populaires.”

<sup>18</sup> Muito raramente uma viúva jovem deixaria de voltar a casar. Segundo TREGGIARI (1991) 501, “it does not seem to have been the norm in the upper classes for young women to have been encouraged to live in widowhood. (...) The norm was remarriage for women who could bear children (...)” GARDNER (1986) 56, na mesma linha, afirma: “the young or youngish widow who never remarried, like the woman who never married at all, was probably a relatively rare phenomenon in Roman society, which appears to have suffered from the chronic shortage of marriageable women.”

Por morte do marido, o dote, em princípio, era recuperável na sua totalidade, e os herdeiros daquele não tinham direito a qualquer espécie de retenção. De facto, como afirma GARDNER (1986) 107, “as the dowry was intended to help the husband sustain the ‘burdens of matrimony’, it was recognised that at the end of marriage it should be available, either for the maintenance of the widow, or to help to secure her another marriage.” É, pois, provável que Cícero, sob cuja *potestas* se encontrava Túlia, tenha conseguido recuperar o dote antes de voltar a casar a filha.

<sup>19</sup> Cf. BALSDON (1962) 179. O direito de uma viúva voltar a casar estava sujeito a algumas restrições. Uma delas dizia respeito ao tempo que teria de esperar para poder voltar a fazê-lo. Era costume prescrever-se um período máximo de dez meses. A este respeito, diz-nos TREGGIARI (1991) 493: “Ancient custom seems



conhecemos acerca deste patricio, a não ser a imensa fortuna que possuía<sup>20</sup>. Ao prometer a filha a este homem, Cícero garantiu-lhe uma posição social confortável<sup>21</sup>. Em meados de Março de 56, disse ao irmão, que se encontrava na Sardenha, que julgava ter estabelecido um compromisso com Crassípede:

*De nostra Tullia tui mehercule amantissima spero cum Crassipede nos confecisse.*<sup>22</sup>

Alguns dias mais tarde, anunciou o facto consumado<sup>23</sup>, dizendo que os esponsais tinham tido lugar no dia 4 de Abril<sup>24</sup>:

*Dederam ad te litteras antea quibus erat scriptum Tulliam nostram Crassipedi prid.*

<Non.> Apr. esse desponsam...<sup>25</sup>

Para assinalar a ocasião, ofereceu um jantar em honra do genro, no dia 6<sup>26</sup>:

---

to have prescribed a maximum period of ten months: This became the *normal* period, *legitimum tempus*, for which widows should mourn their husbands. This period, the archaic year, probably seemed sufficient to avoid offense to the spirit of the dead husband.” Posteriormente, passou a perspectivar-se este período de *luctus* como um intervalo suficientemente amplo para garantir que a paternidade do filho do falecido não fosse atribuída a um segundo marido (Ulp., *dig.* 3.2.11.1). Consequentemente, a partir do momento em que a viúva dava à luz esse filho, chegava ao fim o seu luto, pelo que poderia voltar a casar sem que tivessem decorrido os dez meses estipulados. Negligenciar o luto era, ou podia ser, objecto de penalização, embora não de proibição: “*Infamia* might be the inconvenient result if the widow publicly demonstrated that she had cut short her mourning by making a new marriage.” (TREGGIARI (1991) 494; cf. ainda GARDNER (1986) 51 sq.).

<sup>20</sup> Segundo SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 2, 186, nota 2 ad *Att.* 4.5.4, “a young man of minor patrician family”. TREGGIARI (1991) 128, refere-se ao genro de Cícero como “a wealthy patrician”.

<sup>21</sup> Cícero não podia deixar de estar satisfeito com esta união. De facto, nesta época, os casamentos eram contratualizados mais em benefício dos interesses familiares do que individuais. Cf. CLARK (1981) 202: “A suitable connection for the family is what mattered: in the absence of social mobility and Social Security, a family is too much affected by the marriages of its members to leave them to romance.”

<sup>22</sup> *Q. fr.* 2.4.2.

<sup>23</sup> As regras de etiqueta estabeleciam que a família e os amigos fossem informados do feliz evento e que estes retribuíssem com felicitações. Cf. TREGGIARI (1991) 147.

A existência de pouca informação sobre esta união pode reflectir a discrição com que as negociações foram conduzidas até o compromisso ser confirmado. Cf. TREGGIARI (1991) 128.

<sup>24</sup> A esta data, teriam passado cerca de oito meses desde o falecimento do primeiro marido de Túlia. A jovem viúva, até perfazer os dez meses de luto, teria de esperar cerca de dois meses mais para poder voltar a casar. Tal não impedia, porém, que, entretanto, pudesse celebrar novos esponsais com outro homem. Segundo GARDNER (1986) 51, “widows could become betrothed while in mourning”. Cf. TREGGIARI (1991) 494.

<sup>25</sup> *Q. fr.* 2.6.1.

<sup>26</sup> Cf. TREGGIARI (1991) 147: “By the time of Cicero if not before, a party was the normal concomitant of an upper-class engagement. Sponsalia describes both the formal betrothal and the party (...).” Ao que parece, tais festas eram dadas pelo pai da noiva e o convidado de honra era o noivo. Convidavam-se parentes de ambos os lados, incluindo crianças. Estes acontecimentos podiam revestir-se de alguma sumptuosidade,

*A. d. VIII Id. Apr. sponsalia Crassipedi praebui.*<sup>27</sup>

Em Junho, numa missiva escrita a Ático, deu conta de que Crassípide o havia convidado para jantar nos seus *horti*:

*Viaticam Crappipes praeripit. Tu 'de uia recta in hortos?' Videtur commodius. Ad te postridie scilicet.*<sup>28</sup>

Por esses dias, agradecendo as felicitações que o procônsul Lêntulo Espínter lhe dirigira pelos esponsais de Túlia, Cícero exprimiu o desejo de que a união fosse fonte de alegrias:

*Quod mihi de filia et de Crassipede gratularis, agnosco humanitatem tuam speroque et opto nobis hanc coniunctionem uoluptati fore.*<sup>29</sup>

E tal aconteceu, de facto. O estadista adorava passar o serão, ou jantar, nos jardins que Crassípide, como César, possuía nas margens do Tibre. Num bilhete enviado de Âncio, informou Ático da sua intenção de regressar a Roma no dia 1 de Julho e convidou o amigo e a esposa, Pília, para jantar em sua casa no dia seguinte. Para o serão do dia do seu regresso à cidade, havia já feito outros planos: jantar nos *horti* de Crassípide:

*Sed si me diligis, postridie Kal. cena apud me cum P[et]ilia. Prorsus id facies. Kalendis cogito in hortis Crassipedis quasi in deuersorio cenare.*<sup>30</sup>

Eram lautas e requintadas as *cenae* oferecidas por Crassípide. Caso contrário, Cícero não acrescentaria este desabafo:

---

porquanto os pais aproveitavam a oportunidade para celebrar uma aliança nova importante, bem como um feliz acontecimento familiar (cf. TREGGIARI (1991) loc. cit.).

<sup>27</sup> *Q. fr.* 2.6.1.

<sup>28</sup> *Att.* 4.5.3. Para a interpretação deste passo, seguimos a lição de SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 2, 186 sq., nota 2 ad loc.: Ático havia convidado Cícero para jantar no dia da sua chegada; o Arpinate, porém, preferiu aceitar o convite que Crassípide lhe dirigira para jantar nos seus jardins (*horti*). O genro antecipara-se, assim, na realização do jantar de boas-vindas que Ático havia planeado oferecer ao amigo.

<sup>29</sup> *Fam.* 1.7.11.

<sup>30</sup> *Att.* 4.12.

*Facio fraudem senatus consulto.*<sup>31</sup>

No inverno de 54, a violência das cheias do Tibre provocou danos avultados na propriedade do genro e Cícero sentiu essa devastação como se tivesse atingido a sua própria casa:

*Romae et maxime in Appia ad Martis mira proluuies. Crassipedis ambulatio ablata, horti tabernae plurimae. Magna uis aquae usque ad piscinam publicam.*<sup>32</sup>

A cordialidade do relacionamento com o genro fazia-o sentir-se em casa. Em Dezembro, na véspera da partida de Crasso para a guerra contra os Partos, foi nos jardins de Crassípede que recebeu, para jantar, o procônsul da Síria, com o objectivo de assinalar a reconciliação entre ambos:

*Crassusque, ut quasi testata populo Romano esset nostra gratia, paene a meis laribus in prouinciam est profectus; nam, cum mihi condixisset cenauit apud me in mei generi Crassipedis hortis.*<sup>33</sup>

Entre 53 e 51, deu-se o divórcio entre Túlia e Crassípede<sup>34</sup>. Por mais penosa que possa ter sido essa separação para a filha, ou mesmo para Cícero, este não fez qualquer menção ao facto na sua correspondência.

A ruptura entre os esposos não impediu que o epistológrafo e o ex-genro mantivessem um relacionamento cordato<sup>35</sup>. Em 51<sup>36</sup>, quando a separação era ainda

---

<sup>31</sup> Ibidem. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 1, nota 2 ad loc., refere que o decreto que Cícero afirma desrespeitar ao jantar nos *horti* do genro poderia ser de tipo sumptuário: “Probably sumptuary, restricting expenditure on food in public places.”

<sup>32</sup> *Q. fr.* 3.5.8.

<sup>33</sup> *Fam.* 1.9.10.

<sup>34</sup> O casamento terá durado, pelo menos, até 53. O divórcio terá ocorrido em 52 ou 51, pouco tempo antes de Cícero começar a procurar um novo marido para Túlia (seguimos a lição de TREGGIARI (1991) 128, nota 17).

<sup>35</sup> Se o divórcio fosse de mútuo acordo, não havia motivos para que as partes envolvidas não mantivessem relações amigáveis. TREGGIARI (1991) 470, acrescenta: “Even if some cause for bitterness existed, it could still be expected that the kinsmen of the injured *coniunx* would maintain friendly relations with their former *affines*. (...) Cicero (...), after an interval, was again friendly with Tullia’s previous ex-husband, Crassipes.”

<sup>36</sup> Acerca desta data, vide nota infra.

recente, não hesitou em solicitar o favor de Crassípede, então questor da província da Bitúnia, para uma sociedade publicana da qual era advogado. Os seus interesses pessoais e os dos banqueiros, seus clientes, assim o ditavam:

*Quamquam tibi praesens commendaui ut potui diligentissime socios Bithyniae teque cum mea commendatione tum etiam tua sponte intellexi cupere ei societati quibuscumque rebus posse<s> commodare, tamen, cum ii quorum res agitur magni sua interesse arbitrentur me etiam per litteras declarare tibi qua essem erga ipsos uoluntate, non dubitavi haec ad te scribere. (...) Id cum mihi gratissimum feceris tum illud tibi expertus promitto et spondeo, te socios Bithyniae, si iis commodaris, memores esse et gratos cogniturum.*<sup>37</sup>

Em Outubro de 50, ainda lhe escrevia<sup>38</sup>, e, em Março de 49, continuava a recebê-lo em sua casa, nomeadamente na sua *uilla* de Fórmias:

*Pridie autem apud me Crassipes fuerat...*<sup>39</sup>

Apesar do amor que nutria pela filha, Cícero não renunciou aos prazeres nem aos serviços oferecidos pelo homem que a havia repudiado.

O desejo de encontrar outro marido para Túlia terá sido manifestado, pelo menos, em 51. É o que podemos depreender da leitura de algumas cartas escritas a Ático no decorrer desse ano. De facto, tendo partido para a Cilícia no início de Maio, numa das primeiras etapas da viagem, mais precisamente em Benevento, Cícero referiu a existência de três potenciais candidatos ao lugar de genro. No que diz respeito a um primeiro pretendente, cujo nome não revelou, nada havia a obstar; não que lhe agradasse muito, mas, à falta de melhor...<sup>40</sup>

---

<sup>37</sup> *Fam.* 13.9.1-3. CARCOPINO (1947) 261, aponta como data provável de redacção desta carta finais de 51 ou inícios de 50; SHACKLETON BAILEY (2001) v. 2, nota 1 ad loc., embora considere esta datação errónea, decidiu mantê-la inserida na correspondência do Proconsulado de Cícero, “because its date is most conveniently considered in that context.”

<sup>38</sup> Cf. *Att.* 7.1.8.

<sup>39</sup> *Att.* 9.11.3.

<sup>40</sup> Como refere TREGGIARI (1991) 128, é digno de nota o facto de Túlia, nesta altura, não ter grandes hipóteses de escolha, tendo em conta que a posição do pai como cônsul e a boa reputação da filha se encontravam asseguradas. Na opinião da autora, esta dificuldade poderá ter origem em diversos factores. A saber: nas restrições que os gostos da jovem impunham ao pai no momento da escolha, na sua idade (teria, então, vinte e poucos anos), na infertilidade revelada (até então, não se lhe havia conhecido qualquer gravidez ou nascimento, não havendo, pelo menos, filhos vivos), nas incertezas e hostilidades políticas, no dote que Cícero tinha para oferecer, por fim, no *status* económico que este procurava num genro.

... non quo —, sed inopia cogimur eo contenti esse.<sup>41</sup>

Quanto a um segundo aspirante, cujo nome jamais referiria nas suas cartas, Cícero manifestou sérias dúvidas de que a filha o aceitasse por esposo<sup>42</sup>. O próprio Ático reconhecia a dificuldade que a escolha envolvia:

*De illo altero quem scribis tibi uisum esse non alienum, uereor adduci ut nostra possit, et tu <a>is δυσδιάγνωστον esse.*<sup>43</sup>

Cícero não tinha intenções de colocar quaisquer objecções, mas sabia que, na ausência de Ático, que estava na Grécia, e na sua própria ausência, o resultado da escolha poderia vir a revelar-se surpreendente. Existia, porém, outra hipótese plausível que parecia agradar ao pai: o jovem patrício Sêrvio Sulpício Rufo<sup>44</sup>. Se ao menos um dos dois pudesse estar presente, com a intercessão de Servília<sup>45</sup>, poder-se-ia alcançar um acordo. A ausência de Ático, porém, conjugada com a sua própria permanência na Cilícia, impedia a realização de negociações:

---

<sup>41</sup> Att. 5.4.1, de 12 de Maio de 51.

Segundo SHACKLETON BAILEY (1999) v. 2, nota 1 ad loc., a forma pronominal *eo* referir-se-ia ao filho de Pontídia, mencionado nos passos Att. 5.21.14 e 6.1.10.

<sup>42</sup> A escolha de um marido para a filha, que estava sob a sua *potestas*, era da responsabilidade do *paterfamilias*. Em princípio, Cícero teria legitimidade para obrigar Túlia a casar com a pessoa que ele escolhesse. Devemos, no entanto, admitir que, como pai, nutria afecto pela jovem, pelo que não pretenderia reger-se por princípios meramente financeiros, sociais e políticos aquando da contratualização dos seus casamentos, a ponto de ignorar os sentimentos pessoais da filha. A lei previa, aliás, que, em circunstâncias muito especiais, a filha pudesse rejeitar a escolha do pai. Segundo CLARK (1981) 202, “the daughter’s consent was necessary, but could be refused only if her father’s choice were morally unfit — and, in practice, if she could get relatives and neighbours to back her up (dig. 23.2.2).” Sobre o direito de recusa da filha, vide ainda Ulp., dig. 23.1.12; GARDNER (1986) 41.

<sup>43</sup> Att. 5.4.1.

SHACKLETON BAILEY (1999) v. 2, nota 1 ad loc., refere-se a este segundo pretendente como “unidentified”.

<sup>44</sup> Sobre a identidade deste jovem, vide SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 3, 196, nota 13 ad loc.; vide ainda nota infra.

<sup>45</sup> Segundo SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 3, 196, nota 12 ad loc., Servília, mãe de Marco Bruto, manteria boas relações com a mãe de Sêrvio, Postúmia (cf. infra, Att. 5.21.14; 6.1.10).

*Equidem sum facilis, sed tu aberis et me absente res habebis mirationem. Nam posset aliquid, si uteruis nostrum adesset, agente Seruilia Seruio fieri probabile. Nunc, si iam res placeat, agendi tamen uiam non uideo.*<sup>46</sup>

Cerca de dois meses depois, mais precisamente em Julho de 51, as preocupações com um terceiro casamento de Túlia mantinham-se. Em carta datada de 26 de Julho, Cícero pediu a Ático que, entre outras questões de carácter público, se ocupasse da questão doméstica que então o preocupava:

*Deinde exhauri mea mandata maximeque si quid potest de illo domestico scrupulo quem non ignoras...*<sup>47</sup>

A reiteração deste pedido em carta escrita no dia seguinte atesta a urgência do mesmo:

*Nihil mihi gratius facere potes; nisi tamen id erit mihi gratissimum, si quae tibi mandavi confeceris in primisque illud ἐνδούμυχον, quo mihi scis nihil esse carius.*<sup>48</sup>

Alguns dias depois, tendo sabido que Ático tinha estado a conversar com Séstio<sup>49</sup> sobre o assunto, voltou a pedir ao amigo que se empenhasse na resolução do mesmo, que o fosse informando das possibilidades existentes e que lhe transmitisse a sua opinião:

*Sestius ad me scripsit quae tecum esset de mea domestica et maxima cura locutus et quid tibi esset uisum; amabo te, incumbe in eam rem et ad me scribe quid et possit et tu censeas.*<sup>50</sup>

Em Fevereiro de 50, embora não tivesse sido tomada nenhuma decisão, Cícero inclinava-se para o filho de Postúmia, Sérvio Sulpício Rufo, que contava com o apoio de

---

<sup>46</sup> Att. 5.4.1.

<sup>47</sup> Att. 5.13.3.

<sup>48</sup> Att. 5.14.3.

<sup>49</sup> Séstio foi tribuno em 57 (cf. TREGGIARI (1991) 127).

<sup>50</sup> Att. 5.17.4.

Servília<sup>51</sup>. O candidato proposto por Pontídia não teria grandes hipóteses de vir a ser o escolhido, porquanto aquela parecia tratar a questão com pouca seriedade<sup>52</sup>:

*Reliqua sunt domestica. De ἐνδομύχῳ probō idem quod tu, Postumiae filio, quoniam  
Pon<t>idia nugatur.*<sup>53</sup>

Dias depois, mudou de ideias. Devido, quiçá, à dificuldade de encontrar um marido para Túlia<sup>54</sup>, admitiu concordar com Ático<sup>55</sup>, consentindo, afinal, na ideia de casar a filha com um *eques* de Arpino, o candidato de Pontídia, em vez de a casar com alguém da aristocracia senatorial, como já antes acontecera, por duas vezes. Entretanto, havia escrito à filha e a Terência, a dar-lhes conta da sua preferência:

*De Tullia mea tibi adsentior scripsistiquē ad eam et ad Terentiam mihi placere;  
tu enim ad me iam ante scripseras ‘ac uellem te in tuum ueterem gregem retullisses.’ Correcta  
uero epistula Memmiana nihil negoti fuit; multo enim malo hunc a Pontidia quam illum a  
Seruilia.*<sup>56</sup>

Ao mesmo tempo que discutia com Ático as dificuldades de escolha entre os diversos pretendentes *supra* referidos, Cícero foi informado por Célio Rufo, que estava em Roma<sup>57</sup>, da eventual existência de um outro candidato, P. Cornélio Dolabela. De facto, numa carta datada de Fevereiro de 50, Célio fez saber ao amigo que Dolabela, enquanto

---

<sup>51</sup> Vide *supra*, p. 237, notas 44 e 45.

<sup>52</sup> Segundo SHACKLETON BAILEY (1999) v. 2, nota 8 ad *Att.* 5.21.14, “Pontidia’s candidate seems to have been a man of equestrian rank.” O autor acrescenta ainda que os *Pontidii* eram naturais de Arpino.

<sup>53</sup> *Att.* 5.21.14.

<sup>54</sup> Cf. CARCOPINO (1947) v. 1, 263. TREGGIARI (1991) 128 comenta desta forma o facto: “The experience of both Cicero and Atticus illustrates the difficulty a father might find in choosing the right man and in catching him when he was available.”

<sup>55</sup> O amigo parecia preferir o candidato de Arpino, talvez por razões de natureza social e económica (cf. *Les Belles Lettres*, v. 4, 103). Por outro lado, pareciam pesar na escolha de Ático as ligações deste homem a Arpino, terra natal de Cícero (‘*ac uellem te in tuum ueterem gregem retullisses.*’). Cf. TREGGIARI (1991) 107, nota 141.

<sup>56</sup> *Att.* 6.1.10. Nada sabemos acerca da identidade de Mémio. Seria, quiçá, o portador da carta referida (*epistula Memmiana*) (cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 2, nota 9 ad loc.). O mesmo autor acrescenta ainda: “The letter may have been one from Terentia to say that Pontidia was ‘trifling’ [cf. *supra*, *Pon<t>idia nugatur*, *Att.* 5.21.14], which she had now corrected, thereby clearing the way for Pontidia’s candidate.” Uma vez corrigida essa informação, nada haveria a obstar à preferência pelo candidato por ela proposto. Cf. (1965-1970) v. 3, 244 sq., nota 4 ad loc..

<sup>57</sup> Segundo TREGGIARI (1991) 127, este homem seria “another of Cicero’s forensic clients, who was keeping Cicero up to date with the inner workings of politics during his absence in 51-50 BC”.

decorria um processo de lesa-majestade por si movido contra Ápio Cláudio Pulcro<sup>58</sup>, teria sido deixado pela esposa<sup>59</sup>:

*Illud mihi occurrit, quod inter postulationem et nominis delationem uxor a Dolabella discessit.*<sup>60</sup>

Tendo em conta este facto, e atendendo a que Cícero, antes de se separarem, lhe havia pedido que fosse procurando um marido para Túlia<sup>61</sup>, Célio, sem querer entrar em pormenores, decidiu aconselhar o amigo sobre o comportamento a adoptar em relação à possibilidade de se estabelecer uma aliança matrimonial entre Dolabela e a jovem<sup>62</sup>. Mesmo que Cícero não fosse desfavorável à ideia de casar a filha com aquele homem, em circunstância alguma deveria manifestá-lo. A reputação do pai poderia sair beliscada se tal viesse a acontecer. Prudentemente, deveria esperar para ver como se sairia Dolabela do processo em que se encontrava envolvido<sup>63</sup>. Como acusador do anterior procônsul da Cilícia, o jovem teria já todas as atenções voltadas sobre si, e um compromisso com Túlia, filha do homem que sucedeu a Ápio Cláudio, dar-lhe-ia ainda mais notoriedade<sup>64</sup>:

*Quid mihi discedens mandaris meministi; (...) Non est iam plura narrandi; unum illud monere te possum, si res tibi non displicebit, tamen hoc tempore nihil de tua uoluntate ostendas et expectes quem ad modum exeat ex hac causa denique. Inuidiosum tibi sit si*

---

<sup>58</sup> Cf. *Fam.* 8.6.1: *Non dubito quin perlatum ad te sit Appium a Dolabella reum factum.* Ápio Cláudio Pulcro, predecessor de Cícero na Cilícia, viu Dolabela mover-lhe um processo de lesa-majestade (*laesae maiestatis crimen* ou, de forma abreviada, simplesmente *maiestas*). Neste contexto, o termo engloba actos, praticados por magistrados ou governadores, que atentavam contra a *maiestas* do Estado ou do Povo Romanos). Segundo J. Beaujeu, esta acusação estaria relacionada com a administração da Cilícia (ou com o facto de Ápio não ter deixado a província dentro dos prazos legais). Cf. *Les Belles Lettres*, v. 4, 202 e nota 1 ad *Fam.* 8.6.1. Para uma informação mais detalhada acerca do *crimen maiestatis*, vide CURA (2005) 193.

<sup>59</sup> Segundo Quintiliano (*Inst.* 6.3.73), a esposa de Dolabela chamava-se Fábiana. Dolabela terá sido abandonado entre a *postulatio*, isto é, entre o pedido de permissão para processar, que correspondia ao primeiro passo num processo, e a *nominis* (ou *criminis*) *delatio*, que teria lugar alguns dias depois e que visava estabelecer o direito jurídico do acusador de processar determinado indivíduo (cf. *Les Belles Lettres*, v. 4, nota 2 ad *Fam.* 8.6.1 e nota 1 ad *Fam.* 8.6.2).

<sup>60</sup> *Fam.* 8.6.2.

<sup>61</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (2001) v. 1, nota 3 ad *Fam.* 8.6.2; *Les Belles Lettres*, v. 4, nota 2 ad loc. cit..

<sup>62</sup> Cícero deverá ter pedido a Célio que avaliasse bem, no local, as repercussões políticas resultantes de tal escolha. Célio aconselhou-o a evitar qualquer conflito com o seu predecessor (cf. *Les Belles Lettres*, v. 4, nota 2 ad *Fam.* 8.6.2).

<sup>63</sup> Cf. GARDNER (1986): “since Cicero and Dolabella were about to be on opposite sides in a forthcoming trial, Caelius advised Cicero not to commit himself openly for the moment.”

<sup>64</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (2001) v. 1, nota 5 ad *Fam.* 8.6.2.



*emanarit. Porro <si> significatio ulla intercess<er>it, clarius quam deceat aut expediat fiat.*<sup>65</sup>

Célio advertiu-o ainda de que o próprio Dolabela não seria capaz de manter discrição relativamente a um compromisso que, embora pudesse acabar por se não concretizar, ia ao encontro dos seus interesses. Dolabela poderia querer servir-se de Cícero contra Ápio Cláudio<sup>66</sup>. Aliás, mesmo que tal lhe não fosse favorável, ser-lhe-ia difícil guardar segredo:

*Neque ille tacere eam rem poterit quae suae spei tam opportuna acciderit quaeque in negotio conficiendo tanto illustrior erit, cum praesertim is sit qui, si perniciosum sciret esse loqui de hac re, uix tamen se contineret.*<sup>67</sup>

A fechar a carta, Célio reiterou: se não quisesse ver manchado o seu bom-nome, Cícero deveria manter-se imparcial neste processo, evitando comprometer-se com Dolabela:

*De Dolabella integrum tibi reserues suadeo; et huic rei de qua loquor et dignitati tuae aequitatisque opinioni hoc ita facere expedit.*<sup>68</sup>

Em resposta a esta advertência, o epistológrafo afirmou a sua amizade por Ápio Cláudio (*illum*) e desmentiu eventuais rumores de que o não estimava. Era verdade que os métodos que cada um adoptara na administração da província diferiam. A divergência de opiniões e princípios não era, todavia, sinónimo de inimizade. O actual administrador da Cilícia, pelo contrário, tomara até o partido de Ápio no processo que o temerário Dolabela movera contra ele:

---

<sup>65</sup> *Fam.* 8.6.2.

<sup>66</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 4, 104, onde se afirma: “Dès le départ de sa femme (mi-janvier), Dolabella, comptant peut-être se servir de Cicéron contre Ap. Claudius, a vivement pressé Tullia et Térentia.”

<sup>67</sup> *Fam.* 8.6.2.

<sup>68</sup> *Fam.* 8.6.5.

Segundo *Les Belles Lettres*, v. 4, nota 3 ad *Fam.* 8.6.2, estas palavras de Célio contrariam a tese defendida por CARCOPINO de que o projecto de casar Dolabela com Túlia era patrocinado por Célio (cf. (1947) v. 1, 263 sqq.).

*Haec ego pluribus scripsi quod <non> nihil significabant tuae litterae subdubitare qua essem erga illum uoluntate. Credo te audisse aliquid. Falsum est, mihi crede, si quid audisti. Genus institutorum et rationum mearum dissimilitudinem non nullam habet cum illius administratione prouinciae. Ex eo quidam suspicati fortasse sunt animorum contentione, non opinionum dissensione, me ab eo discrepare. Nihil autem feci umquam neque dixi quod ultra illius existimationem esse uellem; post hoc negotium autem et temeritatem nostri Dolabellae deprecatores me pro illius periculo praebeo.*<sup>69</sup>

Esta questão preocupava-o tanto que, em Abril, ele próprio decidiu escrever a Ápio Cláudio sobre o assunto. Depois de confessar o choque que sentira quando tomou conhecimento da acusação movida contra ele, manifestou a convicção de que tal infeliz acontecimento valorizaria a reputação do seu antecessor:

*Cum est ad nos adlatum de temeritate eorum qui tibi negotium facessero, etsi grauiter primo nuntio commotus sum, quod mihi tam praeter opinionem meam accidere potuit, tamen, ut me collegi, cetera mi facillima uidebantur, quod et in te ipso maximum spem et in tuis magnam habebam, multaque mihi ueniebant in mentem quam ob rem iustum laborem tibi etiam honori putarem fore.*<sup>70</sup>

O que mais o aborrecera fora o facto de Ápio Cláudio, por causa da inveja dos seus adversários, se ter visto privado de um justo e merecido triunfo:

*Illud plane moleste tuli, quod certissimum et iustissimum triumphum hoc inuidorum consilio esse tibi ereptum uidebam.*<sup>71</sup>

---

<sup>69</sup> Fam. 2.13.2, de inícios de Maio.

<sup>70</sup> Fam. 3.10.1.

<sup>71</sup> Ibidem.

Na verdade, fora o próprio Ápio Cláudio quem havia renunciado a este triunfo (cf. Fam. 8.6.1: *Neque enim stulte Appius (...) introierat in urbem triumphique postulationem abiecerat*). Segundo *Les Belles Lettres*, v. 4, nota 1 ad loc., Cícero finge acreditar que o objectivo principal dos adversários de Ápio era impedi-lo de alcançar o *triumphum*. O que aconteceu de facto, porém, foi que o ex-governador da Cilícia, por ter deixado a província mais de trinta dias depois da chegada do seu sucessor, ficara automaticamente impedido de o fazer. De facto, nestas circunstâncias, o governador era desinvestido do seu poder proconsular, não se podendo apresentar às portas de Roma com o *imperium* que o habilitava ao triunfo. Na opinião de SHACKLETON BAILEY (2001) v. 1, nota 5 ad loc., Ápio foi obrigado a transpor a fronteira da Urbe para responder pela acusação movida por Dolabela, desistindo, assim, do seu *imperium*. Tendo desistido do seu *imperium*, não mais poderia alcançar um triunfo.

Muito o surpreendeu que Dolabela, o *adulescens*<sup>72</sup> que, por duas vezes já, havia defendido de acusações capitais<sup>73</sup>, quisesse, de forma temerária, provocar a inimizade de um homem influente como Ápio, arriscando prejudicar os seus próprios interesses:

*Illud uero mihi permirum accidit, tantam temeritatem fuisse in eo adulescente, cuius ego salutem duobus capitis iudiciis summa contentione defendi, ut tuis inimicitiis suscipiendis obliuisceretur [pro] omnium fortunarum ac rationum suarum, praesertim cum tu omnibus uel ornamentis uel praesidiis redundares, <ipsi>, ut leuissime dicam, multa deesent.*<sup>74</sup>

Referiu ainda que Célio o havia informado de que Dolabela já comentava a hipótese de se vir a casar com Túlia<sup>75</sup>. O pai considerou tais comentários descabidos e pueris (*sermo stultus et puerilis*). O próprio Ápio, aliás, havia escrito longamente ao seu sucessor sobre o assunto:

*Cuius sermo stultus et puerilis erat iam ante ad me a M. Caelio, familiari nostro, perscriptus; de quo item sermone multa scripta sunt abs te.*<sup>76</sup>

Cícero assegurou-lhe que mais depressa romperia um laço de amizade preexistente, do que estabelecer uma nova aliança com um inimigo de Ápio Cláudio, pelo que este não deveria ter quaisquer dúvidas da sua amizade, de todos conhecida na província e em Roma<sup>77</sup>:

---

<sup>72</sup> A acreditar no testemunho de Apiano (BC 2.129), Dolabela não teria mais de 25 anos em 44. Nascido no ano 69, contaria, então, dezanove anos.

<sup>73</sup> Acerca destes dois processos, nada mais se conhece. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, nota c ad *Fam.* 6.11.1.

<sup>74</sup> *Fam.* 3.10.5.

<sup>75</sup> É esta, pelo menos, a opinião defendida por SHACKLETON BAILEY (2001) v. 1, nota 6 ad loc. e *Les Belles Lettres*, v. 4, nota 3 ad loc..

<sup>76</sup> *Fam.* 3.10.5.

<sup>77</sup> Este comentário revela a existência em Roma de rumores sobre uma possível aliança matrimonial entre Cícero e Dolabela. Cícero negava-o ou porque não assumira ainda qualquer compromisso, ou porque as negociações não haviam passado de meras tentativas levadas a cabo por terceiros. No momento em que escreveu a carta a Ápio, Cícero talvez pensasse que tais negociações não estariam já a decorrer, ou, então, a manterem-se, que não estariam a dar qualquer resultado (cf. TREGGIARI (1991) 130).

*Ego autem citius cum eo qui tuas inimicitias suscepisset ueterem coniunctionem diremissem quam nouam conciliassem; neque enim de meo erga te studio dubitare debes neque id est obscurum cuiquam in prouincia nec Romae fuit.*<sup>78</sup>

No início do mês de Junho, Cícero acreditava que as diligências para encontrar um marido para Túlia ainda estavam a decorrer. Depois de pedir a Ático que defendesse os seus interesses quando chegasse a Roma, informou-o de que já tinha indicado a Terência o pretendente sobre quem recaíam as suas preferências:

*Tu, quando Romam saluus (ut spero) uenisti, uidebis, ut soles, omnia quae intelleges nostra interesse, in primis de Tullia mea, cuius de condicione quid mihi placeret scripsi ad Terentiam cum tu in Graecia esses.*<sup>79</sup>

---

<sup>78</sup> *Fam.* 3.10.5.

Ápio Cláudio acabaria por ser absolvido do crime de que fora acusado. Em carta ao seu antecessor (de 26 de Junho (?) de 50), Cícero afirmou ter sabido da absolvição antes mesmo de o próprio lho ter noticiado por carta (*Fam.* 3.11.1: *respondebo igitur superiori prius, in qua scribis ad me de absolutione maiestatis. De qua etsi permulto a<n>te certior factus eram litteris, nuntiis, fama denique ipsa (nihil enim fuit clarius, non quo quisquam aliter putasset, sed nihil de insignibus ad laudem uiris obscure nuntiari solet), tamen eadem illa laetiora fecerunt mihi tuae litterae...*). Acrescentou, no entanto, que o que o surpreendia não era propriamente a forma gloriosa como o amigo havia saído desta situação, mas a perversidade dos seus inimigos, que o acusavam então de outro crime (*Fam.* 3.11.2: *Nec tam gloriosum exitum tui iudici extitisse sed tam prauam inimicorum tuorum mentem fuisse mirabar. 'De ambitu uero quid interest' inquires 'an de maiestate?' Ad rem, nihil; alterum enim non attigisti, alteram auxisti.*). Segundo SHACKLETON BAILEY (2001) v. 1, nota 1 ad loc., destas e de outras palavras que se seguem, deveremos inferir que Dolabela tinha ameaçado processar Ápio por corrupção eleitoral (*ambitus*), no caso de não conseguir que o mesmo fosse condenado por um crime de lesa-majestade (*maiestas*). E Dolabela costumava cumprir o que prometia. A alegada corrupção estaria, talvez, relacionada com a eleição de Ápio para censor. Em *Les Belles Lettres*, v. 4, nota 3 ad 202, porém, afirma-se: “Le second [o processo de *ambitus*] ne visait certainement pas (comme le dit imprudemment CIACERI, *Cicerone...*, II, p. 210, n. 5) la candidature à la censure; une loi de 52 permettait d’ailleurs de poursuivre le crime d’*ambitus* rétroactivement, en remontant jusqu’à l’année 70.” Cf., também, *infra*, *Fam.* 3.12.1.

<sup>79</sup> *Att.* 6.4.2. Em Fevereiro, Cícero havia comunicado a Terência que o *eques* apoiado por Pontídia era o candidato que mais lhe agradava (cf. *Att.* 6.1.10). Agora, porém, não nomeia nem esse nem qualquer outro pretendente. Julgamos, todavia, tratar-se de Tibério Nero (cf. *Les Belles Lettres*, v. 4, nota 1 ad loc.; BALSDON (1962) 179; TREGGIARI (1991) 130 sq.). Esta autora aduz três explicações plausíveis para a forma vaga como o pai de Túlia se refere a esta questão: primeiramente, Cícero não disporia de informação tão actualizada quanto aquela de que — pelo menos, assim o esperava ele — Ático passaria a dispor assim que chegasse a Roma, antes mesmo de receber a sua carta; em segundo lugar, esta carta foi escrita à pressa, *in itinere*; por fim, é possível que Cícero considerasse necessária discrição no tratamento deste assunto. Não sabemos em que circunstâncias é que a carta foi enviada, mas o recurso ao Grego e a pseudónimos, no terceiro parágrafo, sugerem o desejo do remetente de impedir que aquela fosse lida por um portador que não fosse da sua confiança: “Considering how delicate a matter Tullia’s *condicio* was, it would be desirable for Nero’s name not to be bandied about among gossiping couriers on the main routes of the Empire.” Sobre a identidade de Tibério Nero, vide *infra*, nota 88.

No entanto, apesar de tais diligências, e da sua declaração de amizade incondicional, a verdade é que os sponsais de Túlia e Dolabela se realizaram. No início do mês de Junho, Célio enviou a Cícero uma carta em que o felicitava pelo compromisso recentemente assumido com o novo genro:

*Gratulor tibi adfinitate<m> uiri me dius fidius optimi; nam hoc ego de illo existimo.*<sup>80</sup>

Reconhecendo embora o passado menos digno do jovem<sup>81</sup>, e ainda que com algumas reservas, Célio acreditava que a idade trouxera a Dolabela outra sensatez e confiava no poder regenerativo do convívio com Cícero e com a doce e sensata Túlia:

*Cetera porro, quibus adhuc ille sibi parum utilis fuit, et aetate iam sunt decussa et consuetudine atque auctoritate tua, pudore Tulliae, si qua restabunt, confido celeriter sublatum iri.*<sup>82</sup>

Dolabela não era, afinal, má pessoa nem tão pouco desprovido da inteligência necessária para discernir sobre o melhor rumo a tomar. Célio nutria, por isso, algum apreço pelo jovem:

*Non est enim pugnax in uitii neque hebes ad id quod melius sit intellegendum. Deinde, quod maximum est, ego illum ualde amo.*<sup>83</sup>

No início do mês de Agosto, Cícero, em resposta a esta missiva, agradeceu ao amigo as gentis palavras:

*Dolabellam a te gaudeo primum laudari, deinde etiam amari. Nam ea quae speras Tulliae meae prudentia temperari posse, scio cui tuae epistulae respondeant.*<sup>84</sup>

---

<sup>80</sup> *Fam.* 8.13.1.

<sup>81</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 4, nota 2 ad loc., onde se afirma: “Dolabella était un viveur, ruiné, de très mauvaise réputation.”

<sup>82</sup> *Fam.* 8.13.1.

<sup>83</sup> *Ibidem*. Os *uitia* de Dolabela a que Célio se refere eram os mesmos que Cícero havia desculpabilizado ao próprio Célio alguns anos antes (cf. *Cael.* 27 sqq.; 37 sqq.) e que haveriam de se manifestar no genro dentro de pouco tempo, (cf. *infra*, *Att.* 11.17.1; 11.25.3). Embora não saibamos os motivos que ditaram o divórcio de Dolabela da sua primeira esposa, não nos podemos esquecer de que foi ela quem tomou a iniciativa de o abandonar (cf. *supra*, *Fam.* 8.6.2). Cf. TREGGIARI (1991) 131.

Ao pai de Túlia, restava apenas confiar na sorte, ter a esperança de encontrar em Dolabela um bom genro e pedir a Célio que o ajudasse a manter o amigo no bom caminho:

*Sed quid agas? Sic uiuitur. Quod actum est di approbent! Spero fore iucundum generum nobis, multumque in eo tua nos humanitas adiuuabit.*<sup>85</sup>

Cícero não podia deixar de estar apreensivo com esta união, mas a amizade que unia Célio e Dolabela impedia-o de se manifestar abertamente. A Ático, porém, podia dizer sem qualquer constrangimento o que lhe ia na alma. Por estes dias, confessou ao amigo ter sido apanhado de surpresa perante o facto já consumado<sup>86</sup>, isto é, de se ter tornado sogro do acusador de Ápio:

*Ego dum in prouincia omnibus rebus Appium orno, subito sum factus accusatoris eius socer. 'id quidem' inquis 'di approbent!' ita uelim, teque ita cupere certo scio.*<sup>87</sup>

A surpresa foi grande, porquanto Cícero tinha enviado a Túlia e a Terência pessoas da sua confiança com o objectivo de sugerir a ambas um compromisso com outro homem, Tibério Nero<sup>88</sup>. Ao que parece, porém, esses emissários teriam chegado a Roma tarde demais, porque, quando chegaram, já os esponsais haviam tido lugar<sup>89</sup>:

---

<sup>84</sup> *Fam.* 2.15.2.

<sup>85</sup> *Ibidem*.

<sup>86</sup> Os *sponsalia* com Dolabela não deverão ter ocorrido antes do final de Maio ou início do mês de Junho de 50 (cf. TREGGIARI (1991) 128). Segundo as suas próprias palavras, o pai foi informado do sucedido pela família, através de uma carta que lhe terá chegado às mãos no dia 3 de Agosto, enquanto fazia já a viagem de regresso a casa, depois de um ano de governo na Cilícia: *decendenti mihi et iam imperio annuo terminato a. d. III Non. Sext., (...), litterae a meis sunt redditae* (*Fam.* 3.12.4).

<sup>87</sup> *Att.* 6.6.1.

<sup>88</sup> Trata-se de Tibério Cláudio Nero, a quem Cícero, numa carta em que o recomendava ao governador da Bitúnia, Públio Sílio, chamou *adulescens nobilis, ingeniosus* (*Fam.* 13.64.2). TREGGIARI (1991) 129 acrescenta tratar-se de um jovem promissor, “who had been visiting Asia and had probably called in person on Cicero, negotiated with him and obtained his consent to a match. (...) Both in ancestry and in solidity of morals, he would have been distinctly preferable to the flashy Dolabella. He served under Caesar and became quaestor in 48, praetor in 42 (...). Dolabella, on the other hand, made more of a mark as a Caesarian, getting to the consulship, by an unorthodox route, in 44.”

<sup>89</sup> Nesta época, era incumbência do *paterfamilias* a contratualização dos casamentos das filhas. Cícero poderia ter usado da autoridade paterna e anulado o compromisso, sem, com isso, sofrer qualquer penalização. Cf. GARDNER (1986) 41: “The father’s consent was apparently necessary in law at all times. In the Republic, he could prevent a marriage.” Cf. CORBETT (1930, reimpr. 1979) 57. TREGGIARI (1991) 155 sq. vai mais longe: “Either party or a *paterfamilias* could break an engagement, either in person or by

*Sed crede mihi, nihil minus putaram ego, qui de Ti. Nerone, qui mecum egerat, certos homines ad mulieres miseram; qui Romam uenerunt factis sponsalibus.*<sup>90</sup>

Confiava, apesar de tudo, no futuro, até porque a esposa e a filha estavam encantadas com a gentileza (*obsequium*) e a cortesia (*comitas*) do jovem<sup>91</sup>. A Ático pediu que se abstinhasse de criticar os sobejamente conhecidos defeitos (*cetera*) do genro:

*Sed hoc spero melius. Mulieres quidem ualde intellego delectari obsequio et comitate adulescentis. Cetera noli ἐξαναδίζεiv.*<sup>92</sup>

Por esses dias escreveu também a Ápio Cláudio uma missiva que, focando exclusivamente o casamento de Túlia com Dolabela, se resume a um longo pedido de

---

messenger or letter (*repudiare, repudium mittere, repudium renuntiare, nuntium remittere*).” Cícero optou, porém, por aquiescer.

Já o consentimento da mãe não era relevante. TREGGIARI (1991) 177 afirma: “From earliest times, the model *paterfamilias* operated through careful consultation of friends and kinsmen, not as an autocrat.” Foi o que Cícero fez, de facto. No entanto, “the expectation gradually grew that his mother, aunt, sister, or wife might advise and influence him, though women were not formal members of an advisory council.” O envolvimento directo da mãe nesta questão era socialmente aceite e a sua aprovação do enlace, ainda que, em termos legais, não fosse exigida, era, moralmente, desejável. Na prática, portanto, mães (e filhas) tinham uma palavra a dizer. A interferência de Terência (e de Túlia) nesta situação revela, no entanto, que a intervenção das esposas (e das filhas) podia ir além do mero consentimento. Efectivamente, elas podiam tomar parte activa, de forma mais ou menos directa, na contratualização dos casamentos (cf. DIXON (1992) 64; GARDNER (1981) 43). Foi o que Terência e Túlia fizeram. De facto, conforme aduz CLARK (1981) 202, “Tullia and Terentia presented him with a *fait accompli* and her engagement to Dolabella, though indeed Cicero was out of Italy at the time, and Tullia was a woman entering her third marriage, not a girl of twelve.” Acerca do papel activo das mães na combinação dos casamentos das filhas leia-se ainda PHILIPS (1978).

<sup>90</sup> Att. 6.6.1, de 3 de Agosto.

De acordo com *Les Belles Lettres*, v. 4, nota 1 ad Att. 6.4.2, já em Junho (50) Cícero dissera a Ático que havia escrito a Terência sobre uma nova candidatura, a de Tibério Nero, à mão de Túlia (cf. Att. 6.4.2: *Tu, quando Romam saluus (ut spero) uenisti, uidebis, ut soles, omnia quae intelleges nostra interesse, in primis de Tullia mea, cuius de condicione quid mihi placeret scripsi ad Terentiam cum tu in Graecia esses*). Cf. TREGGIARI (1991) 131. SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 3, nota 3 ad loc., no entanto, considera que a carta a Terência referida em Att. 6.4.2 é aquela a que Cícero aludira já em Att. 6.1.10 (de 20 de Fevereiro), que dava conta da preferência do pai por Sérvio Sulpício Rufo, uma vez que o nome de Tibério Nero não seria mencionado antes de 3 de Agosto (Att. 6.6.1).

<sup>91</sup> A propósito destas duas qualidades de Dolabela que muito impressionaram mãe e filha, afirma TREGGIARI (1991) 240: “Friendships are made pleasurable and are maintained by the polite attentions implied by *obsequium*. (...) *Obsequium* on the part of a husband could be contemptible, enforced on men who were debarred by circumstances from freedom of action. But it may also be avowed as proof of self-sacrifice and devotion, and Tullia and Terentia were delighted, when the bridegroom Dolabella showed it, and *comitas*, to them both.”

<sup>92</sup> Att. 6.6.1.

desculpas<sup>93</sup>. Depois de felicitar o seu antecessor pela absolvição do *de iudicio ambitus* movido pelo agora genro — da qual, aliás, jamais duvidara<sup>94</sup> —, confessou o embaraço sentido perante realização dos esponsais da filha com o acusador do amigo. Antes de o julgar, porém, Ápio deveria tentar pôr-se no lugar dele:

*De me autem, suscipe paulisper meas partis et eum te esse finge qui sum ego: si facile inueniris quid dicas, noli ignoscere haesitationi meae.*<sup>95</sup>

O pai manifestou — como, aliás, tão gentilmente, o havia feito o próprio Ápio Cláudio — o desejo de que esta união prosperasse. No entanto, ao mesmo tempo, procurou desculpar-se, dizendo que o enlace se havia concretizado na sua ausência e sem que ele tivesse tido conhecimento prévio das intenções da família, mais concretamente, da esposa e da filha:

*Ego uero uelim mihi Tulliaeque meae, sicut ut amicissime et suauiissime optas, prospere euenire ea quae me insciente facta sunt a meis.*<sup>96</sup>

Lamentava, acima de tudo, que tal tivesse acontecido num momento menos oportuno:

*Sed ita cecidisse ut agerentur eo tempore, spero omnino cum aliqua felicitate et opto – uerum plus me in hac spe tua sapientia et humanitas consolatur quam opportunitas temporis.*<sup>97</sup>

---

<sup>93</sup> De acordo com *Les Belles Lettres*, v. 4, nota 3 ad 201, a necessidade, por parte de Cícero, de explicar, por carta (*Fam.* 3.12), a Ápio Cláudio, o casamento da filha, prender-se-á com este facto: no momento em que recebeu a notícia do enlace, o pai, que estava já em viagem de regresso a casa, encontrava-se na presença de Quinto Servílio, que era amigo daquele. A reacção deste perante tal novidade não terá sido a melhor, pelo que Cícero, prevendo uma reacção semelhante por parte do próprio Ápio, sentiu necessidade de se justificar (cf. § 4: *decedenti mihi et iam imperio annuo terminato a. d. III Non. Sext., cum ad Sidam nauis accederem et mecum Q. Seruilius esset, litterae a meis sunt redditae. Dixi statim Seruilio (etenim uidebatur esse commotus) ut omnia a me maiora exspectaret.*).

<sup>94</sup> *Fam.* 3.12.1: *Gratulabor tibi prius (ita enim rerum ordo postulat), deinde ad me conuertar. Ego uero uehementer gratulor de iudicio ambitus, neque id, quod nemini dubitum fuit, absolutum esse te...*

<sup>95</sup> *Fam.* 3.12.2.

<sup>96</sup> *Ibidem.*

<sup>97</sup> *Ibid.*

Como se afirma em *Les Belles Lettres*, v. 4, nota 2 ad loc., parece-nos que a expressão *opportunitas temporis* alude à infeliz coincidência entre o noivado de Túlia e a acusação de Ápio Cláudio por Dolabela. Poder-se-á,



Cícero não tinha dúvidas de que Ápio sabia que a união dos jovens fora alheia ao seu sucessor. Acrescentou, todavia, ter dito à família não ser necessário consultá-lo a esse respeito; enquanto estivesse ausente de Roma, a esposa e a filha poderiam tomar a decisão que considerassem mais acertada<sup>98</sup>:

*In quo unum non uereor, ne tu parum perspicias ea quae gesta sint ab aliis esse gesta; quibus ego ita mandaram ut, cum tam longe afuturus essem, ad me ne referrent, agerent quod probassent.*<sup>99</sup>

Aliás, escreveu, mesmo que o tivessem consultado, muito provavelmente teria dado a sua anuência<sup>100</sup>. Antes, porém, teria procurado saber junto de Ápio se a realização do casamento vinha em tempo oportuno, isto é, de boa vontade, teria adiado o anúncio do compromisso da filha com o acusador de Ápio até que o julgamento que opunha este ao amigo tivesse terminado:

*In hoc autem mihi illud occurrit: 'quid tu igitur si adfuisses?' Rem probassem, de tempore nihil te inuito, nihil sine consilio egissem tuo.*<sup>101</sup>

Assumindo o quão oneroso era para si defender o que, como pai, tinha a obrigação de defender, embora, com isso, não quisesse ofender o amigo, pediu a Ápio que aliviasse o peso da culpa que carregava consigo, porque jamais advogara causa tão difícil quanto aquela em que agora se via envolvido:

---

ainda, atribuir a estas palavras (como, aliás, a *felicitas*) um sentido religioso: “il faut que fiançailles et mariage s’accomplissent sous des signes ou en des circonstances «de bon augure»”.

<sup>98</sup> Como afirma TREGGIARI (1998) 12, “the marriage had been arranged in 50 by Tullia and Terentia during Cicero’s absence in Cilicia and without his knowledge, though he had (if we can trust what he said in his own defense to Ap. Claudius Pulcher) given them a blanket authorisation and he certainly gave retrospective approval.” Cícero disse a Ático, é certo, que não tinha intenções de colocar quaisquer objeções à escolha que a família fizesse, mas também admitiu que, na ausência do amigo e na sua própria ausência, o resultado da escolha poderia vir a revelar-se surpreendente (cf. *supra*, *Att.* 5.4.1). Por outro lado, ainda que distante de Roma, indagou, por conta própria, do melhor candidato a marido de Túlia e não deixou de dar conta das suas preferências à filha e à esposa (cf. *supra*, *Att.* 6.1.10; 6.4.2).

<sup>99</sup> *Fam.* 3.12.2.

<sup>100</sup> Em termos legais, sendo Cícero o *paterfamilias* de Túlia, para que o casamento fosse válido, era indispensável o seu consentimento ou, pelo menos, que não manifestasse desacordo relativamente à união. Como afirma CLARK (1981) 202, “A father’s consent was necessary to the marriage of a daughter in his *potestas*, though he was presumed to have given it unless he explicitly refused.”

<sup>101</sup> *Fam.* 3.12.3.

*Vides sudare me iam dudum laborantem quo modo <et> ea tuear quae mihi tuenda sunt et te non offendam. Leua me igitur hoc onere; numquam enim mihi uideor tractasse causam difficiliorum.*<sup>102</sup>

Ápio Cláudio não deveria duvidar da sua amizade. Cícero sempre zelara e iria continuar a zelar pelos interesses e prestígio do amigo:

*Sic habeto tamen: nisi iam tunc omnia negotia cum summa tua dignitate diligentissime confecissem, tametsi nihil uidebatur ad meum erga te pristinum studium addi posse, tamen hac mihi adfinitate nuntiata non maiore equidem studio sed acrius, apertius, significantius dignitatem tuam defendissem.*<sup>103</sup>

Em suma, o casamento de Túlia viera avivar no pai o empenho em afirmar a amizade profunda que o unia ao seu antecessor no governo da Cilícia:

*Sic adfinitas noua curam mihi adfert cauendi ne quid de summo meo erga te amore detractum esse uideatur.*<sup>104</sup>

Dolabela deverá ter causado boa impressão à família e aos amigos de Cícero, pelo menos no que diz respeito aos elementos femininos. Se Túlia e Terência foram conquistadas<sup>105</sup>, também Pília, esposa de Ático, parece ter ficado rendida aos encantos do jovem. Se assim não fosse, o pai não teria ficado tão satisfeito quando, no final do mês de Setembro, tomou conhecimento da opinião que a esposa do amigo manifestara relativamente ao casamento:

*Laetus sum felicitate nauigationis tuae, opportunitate Piliae, etiam hercule sermone eiusdem de coniugio Tulliae meae.*<sup>106</sup>

---

<sup>102</sup> Ibidem.

<sup>103</sup> Ibid..

<sup>104</sup> Fam. 3.12.4.

<sup>105</sup> Cf. supra, Att. 6.6.1: *Mulieres quidem ualde intellego delectari obsequio et comitate adulescentis.*

<sup>106</sup> Att. 6.8.1.

Ainda que tal união tivesse ocorrido sem a sua interferência directa, Cícero depressa assumiu Dolabela como genro. Em meados do mês de Outubro, ainda no decorrer da viagem de regresso a casa, pediu a Ático que lhe escrevesse sobre o jovem casal:

*Tu mihi, ut polliceris, de Tulliola mea, id est de Dolabella, perscribes...*<sup>107</sup>

A partir do momento em que percebeu que o compromisso com Dolabela era da vontade da filha, o pai empenhou-se num bom relacionamento com o genro, dando-lhe o benefício da dúvida. Em Dezembro, viajando pela Via Ápia, perto de Trébula, encontrou-se com o casal recém-formado. Na sequência deste encontro, acabou por confessar a Ático ter simpatizado com o genro. Nele louvou a inteligência e a afabilidade. Quanto aos defeitos, havia que tolerá-los:

*Quid superest? Etiam. Gener est suavis mihi, Tulliae, Terentiae; quamvis uel ingeni uel humanitatis satis; reliqua, quae nosti, ferenda.*<sup>108</sup>

Afinal, Dolabela acabou por se revelar melhor do que qualquer um dos outros pretendentes à mão de Túlia. Com excepção do jovem por quem Ático intercedera<sup>109</sup>, qualquer um tê-lo-ia deixado endividado, já que o que todos queriam era, afinal, o seu dinheiro<sup>110</sup>:

---

<sup>107</sup> Att. 6.9.5.

<sup>108</sup> Att. 7.3.12, de 9 de Dezembro. Cícero parece querer passar a ideia de que a lembrança do encontro com Dolabela ocorreu somente depois de ter relatado a Ático todas as outras novidades, como se não quisesse dar grande importância ao facto. Apesar de se referir ao jovem como *gener* (genro), tal não implica que o casamento tivesse tido lugar, já que a palavra se aplicava também a um *sponsus*. Referências posteriores que apontam o pagamento da segunda prestação do dote para o dia 1 de Julho de 48 (Att. 11.2.2; 11.3.1) fazem-nos, no entanto, acreditar que, nessa data, Túlia e Dolabela estariam já a celebrar o segundo aniversário de casamento. Seguimos a lição de TREGGIARI (1991) 133, nota 36, que afirma, na p. 155: “She seems to have been betrothed to Dolabella in late May or in June of 50 BC and married soon after, probably on 1 July. There is no indication that anyone thought of postponing the wedding until Cicero returned in November or that he thought of speeding up his slow journey.”

<sup>109</sup> J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 5, nota 1 ad loc., afirma tratar-se de Sérvio Sulpício. Preferimos, no entanto, a lição de SHACKLETON BAILEY (1999) v. 2, nota 18 ad loc., que identifica o pretendente em questão com o jovem de Arpino, apoiado por Pontídia (cf. supra, Att. 6.1.10; p. 239 e nota 55).

<sup>110</sup> Seguimos a lição de J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 5, nota 1 ad loc.), que afirma: “il est sûr cependant qu’aux prétendants à la main de Tullia Cicéron reproche d’en avoir voulu à sa fortune.” Leia-se ainda TREGGIARI (1991) 134 e, maxime, 92 sq.. A autora (p. 93) afirma que, entre os jovens romanos, era costume, por altura da sua primeira candidatura a eleições, procurarem uma esposa. As razões financeiras ditavam de tal forma esta escolha que alguns procuravam na família da futura mulher poder económico, em detrimento da sua origem social, já que “a woman’s family might back a potential front-runner.”

*Scis enim quos aperierimus, qui omnes, praeter eum de quo per te egimus, reum me facerent. Ipsis enim expensum nemo ferret.*<sup>111</sup>

A celebração do casamento de Túlia coincidiu com os primeiros sinais da iminência de uma grave crise política<sup>112</sup>. Ora, por muitos defeitos que Dolabela pudesse ter, a verdade é que, sendo ele partidário de César, proporcionava a Cícero e à sua família uma protecção eficaz contra as investidas daquele. De facto, pouco tempo depois de ter conhecimento de que César, então procônsul das Gálias, tinha transposto o Rubicão e marchava sobre Roma<sup>113</sup>, Cícero, retirado da Urbe, confessou depositar em Dolabela a única esperança que restava à sua família de escapar à violência das pilhagens<sup>114</sup>. Foi o que disse, no dia 22 de Janeiro de 49, numa carta escrita, de Fórmias, a Terência:

*Mihi ueniunt in mentem haec: Romae uos esse tuto posse per Dolabellam eamque rem posse nobis adiumento esse si quae uis aut si quae rapinae fieri coeperint.*<sup>115</sup>

No dia seguinte, de Minturno, advertiu a esposa de que estaria segura em casa, se César (*ille/ homo amens*) reentrasse em Roma de forma ordeira; se, pelo contrário, a reentrada se fizesse de forma violenta, poderia acontecer que nem mesmo a protecção de Dolabela fosse suficiente para que Terência escapasse sã e salva da Urbe:

---

Ora, na opinião de Treggiari, a referência que encontramos nesta carta de Cícero parece indicar que os genros candidatos à eleição para um lugar político costumavam pedir dinheiro aos sogros. Dolabela, porém, ao que parece, não precisava de tal apoio para se candidatar, o que deixou o sogro mais aliviado: “One advantage with Dolabella was that he was the only candidate for Tullia’s hand, except for Atticus’ nominee, who would not put Cicero into debt.”

<sup>111</sup> *Att.* 7.3.12.

<sup>112</sup> CARCOPINO (1937, reimpr. 1947) 268 considera que esta união não se tratou de uma coincidência, mas de uma manobra estratégica por parte de Cícero. O autor recorda que foi no verão de 50 que teve lugar, com sucesso, a primeira manobra senatorial contra César, que o obrigou, então, a reenviar a Pompeio a 15<sup>a</sup> legião (cf. CARCOPINO (1943) v. 2, 849).

<sup>113</sup> César atravessou o Rubicão na manhã de 11 de Janeiro e tomou a cidade de Arímimo, na Úmbria (cf. STOCKTON (1971) 253).

<sup>114</sup> A este respeito, leia-se TREGGIARI (1998) 12: “Dolabella’s adherence to Caesar could have worked as an insurance-policy, and perhaps did to some extent, but was a political embarrassment to Cicero, especially when Dolabella adopted measures which ran counter to Cicero’s advertised beliefs.” Cícero confessaria abertamente a Tirão o desconforto que sentia pelo facto de Dolabela ser apoiante de César, quando, no dia 27 de Janeiro, lhe dirigiu estas palavras: *Habeo etiam illam molestiam, quod Dolabella noster apud Caesarem est* (*Fam.* 16.12.5).

<sup>115</sup> *Fam.* 14.18.4.

*Si ille Romam modeste uenturus est, recte in praesentia domi esse potestis; sin homo amens diripiendam urbem daturus est, uereor ut Dolabella ipse satis nobis prodesse possit.*<sup>116</sup>

A Ático confessaria igualmente sentir-se um pouco mais tranquilo por saber que o genro poderia evitar que a filha e a esposa sofressem algum tipo de represália:

*De Tullia autem et Terentia, cum mihi barbarorum aduentus ad urbem proponitur, omnia timeo, cum autem Dolabellae uenit in mentem, paulum respiro.*<sup>117</sup>

Por precaução, pediu, todavia, ao amigo que o ajudasse a decidir sobre o que fazer. Deveriam, primeiramente, ter em consideração a segurança, depois, a opinião pública. Cícero não queria ser acusado de ter mantido Terência e Túlia em Roma, quando toda a gente parecia abandonar a cidade:

*Sed uelim consideres quid faciendum putes, primum πρὸς τὸ ἀσφαλές (aliter enim mihi de illis ac de me ipso consulendum est), deinde ad opiniones, ne reprehendamus quod eas Romae uelimus esse communi bonorum fuga.*<sup>118</sup>

No final do mês de Março, Cícero tinha razões para se sentir aliviado. César não só não exercera qualquer tipo de violência contra ele ou contra a sua família, como lhe enviara uma carta tentadora por meio da qual o convidava a regressar a Roma, apresentando Dolabela como promotor do encontro<sup>119</sup>. Numa carta a Ático, datada de 27 de Março, Cícero transcreveu a missiva que acabara de receber. Nela podemos ler rasgados elogios ao genro, no qual César confiava sem reservas:

*Tu uelim mihi ad urbem praesto sis ut tuis consiliis atque opibus, ut consueui, in omnibus rebus utar. Dolabella tuo nihil scito mihi esse iucundius. Hanc adeo habeo gratiam illi; neque enim aliter facere poterit. Tanta eius humanitas, is sensus, ea in me est beneuolentia.*<sup>120</sup>

---

<sup>116</sup> Fam. 14.14.1.

<sup>117</sup> Att. 7.13.3, de 23 de Janeiro de 49.

<sup>118</sup> Ibidem.

<sup>119</sup> Já em Fevereiro, Cícero tinha sido informado por Dolabela e Célio, partidários de César, de que este lhe era favorável. Cf. Att. 7.21.3, de 8 de Fevereiro: *Dolabella, Caelius me illi ualde satis facere.*

<sup>120</sup> Att. 9.16.3.

No início do mês de Maio, porém, em carta a Célio, ainda que mantivesse a sua admiração por Dolabela, confessou-se preocupado com o genro. Ao que parece, o jovem, que emprestava dinheiro a juros, recorrera também a empréstimos. Antes da partida de César para a Hispânia (que terá ocorrido no dia 6 ou 7) e antes mesmo de ir assumir o comando de uma esquadra que fora incumbida de patrulhar o mar Adriático<sup>121</sup>, o jovem terá passado algum tempo em Roma. Durante a sua estadia na cidade, o genro de Cícero terá estado sob uma forte pressão por parte dos seus credores<sup>122</sup>. Ora, preocupado com a sorte do marido da filha e, ao mesmo tempo com a sua própria reputação, Cícero pediu a Célio que procurasse saber como havia ele sobrevivido a esses difíceis dias:

*Nam quod rogas ut respiciam generum meum, adolescentem optimum mihi que carissimum, an dubitas, qui scias quanti cum illum tum uero Tulliam meam faciam, quin ea me cura uehementissime sollicitet lectabar specula, Dolabellam meum, uel potius nostrum, fore ab iis molestiis quas liberalitate sua contraxerat liberum? Velim quaeras quos ille dies sustinuerit in urbe dum fuit, quam acerbos sibi, quam mihi met ipsi socero non honestos.*<sup>123</sup>

Porque era seu dever zelar pelo bem-estar de Túlia, Cícero não podia deixar de estar preocupado com o marido dela<sup>124</sup>. O afecto que nutria pela filha é visível na carta que dirigiu a Ático no dia 2 de Maio. Agradecendo ao amigo o carinho e o desvelo demonstrados para com a jovem, comentava desta forma as virtudes dela:

---

Poucos dias depois, Cícero seria informado por Curião de que César havia ficado muito agradecido e satisfeito com o facto de Dolabela ter transmitido ao sogro o seu desejo de que ele regressasse a Roma. Cf. *Att.* 10.4.11, de 14 de Abril: *Ad summan, quod nullo negotio faceret, amicissimum mihi Caesarem esse debere. 'Quid enim?' inquam. 'Scripsit ad me Dolabella.'* *'Dic, quid?'* *Adfirmabat eum scripsisse, quod me cuperet ad urbem uenire, illum quidem gratias agere maximas et non modo probare sed etiam gaudere.*

<sup>121</sup> Esta esquadra seria composta por, pelo menos, quarenta navios. Cf. *Ap.*, *BC* 2.49.

<sup>122</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, nota 1 ad loc..

<sup>123</sup> *Fam.* 2.16.5. Segundo J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 6, nota 1 ad loc.), não deixa de ser estranho o facto de Cícero, não sem alguma insistência (cf. § 7: *<De> Dolabella quod scripsi suadeo uideas tamquam si tua res agatur*), encarregar desta tarefa Célio Rufo, que, à data, se encontrava ainda na Ligúria — longe, portanto. Questiona o autor: “n’aurait-il pu questionner Atticus, s’il préférait ne pas s’adresser directement à son genre?”. Para nós, a resposta é simples: Célio era amigo de Dolabela.

<sup>124</sup> A respeito das responsabilidades assumidas por Cícero para com a filha, afirma TREGGIARI (1998) 12: “A major part of his duty to Tullia, as he perceived it, lay in arranging a suitable marriage for her and then in helping support the marriage, on the one hand both by treating her husband as a member of the family and by continuing his old relationship with her, and, on the other hand, by conscientious attention to his financial responsibilities towards her.”

*Etsi nihil umquam ex plurimis tuis iucunditatibus gratius accidisse quam quod meam Tulliam suauissime diligentissimeque coluisti. Valde eo ipsa delectata est, ego autem non minus. Cuius quidem uirtus mirifica. Quo modo illa fert publicam cladem, quo modo domesticas tricas! Quantus autem animus in discessu nostro! Est στοργή, est summa σύντηξις.*<sup>125</sup>

Poucos dias depois, no dia 19 de Maio, Túlia daria à luz uma criança prematura, o primeiro fruto da união com Dolabela. O parto, para tranquilidade do pai, tinha corrido bem. O recém-nascido, no entanto, muito débil, não sobrevivera<sup>126</sup>:

*Tullia mea peperit XIII Kal. Iun. puerum ἑπταμηνιάϊον. Quod gaudeam; quod ηὐτόκησεν quid est natum perimbecillum est.*<sup>127</sup>

Em Março (?) de 48, terá pedido a Ático que tratasse de resolver a questão do pagamento da segunda de três prestações anuais do dote da filha<sup>128</sup>, cujo casamento não queria de forma alguma prejudicar com a sua negligência<sup>129</sup>. Para tal, Ático deveria recorrer às poupanças do pai da jovem, ou, em caso de necessidade, ao seu próprio dinheiro:

*De dote quod scribis, per omnis deos te obtestor ut totam rem suscipias et illam miseram mea cul<pa> et neglegentia tueare, meis opibus, si quae sunt, tuis, quibus tibi molestum non erit, facultatibus. Qui quidem deesse omnia, quod scribis, obsecro te, noli pati.*<sup>130</sup>

<sup>125</sup> Att. 10.8.9.

<sup>126</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 1 ad loc.: “No more is heard of this child.” Este facto não é de estranhar, dada a elevadíssima taxa de mortalidade infantil. Cf. CLARK (1981) 196, que afirma: “Child mortality (...) was alarmingly high, as it has been at all times and places except for some privileged Western countries in the twentieth century.”

<sup>127</sup> Att. 10.18.1.

<sup>128</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 1 ad Att. 11.2.2. Segundo J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 6, nota b ad Att. 11.3.1), a segunda prestação do dote de Túlia estaria agendada para o dia 1 de Julho, dia habitual de cobranças (a primeira teria sido paga no primeiro dia de Julho de 49). Cf. Att. 11.3.1: *quod ad Kal. Quint. pertinet*. Cf. ainda TREGGIARI (1991) 347. Segundo GARDNER (1986) 100, “dowry in the form of money was usually paid in three annual instalments, starting at the end of the first year.”

<sup>129</sup> A respeito da importância social do dote, leia-se o que afirmam CORBETT (1930, reimpr. 1979) 147; GARDNER (1986) 97. Quanto ao *dos* na lei romana, vide maxime *dig.* 23.3-5.

<sup>130</sup> Att. 11.2.2.

Efectivamente, na qualidade de *paterfamilias* de Túlia, Cícero tinha o dever de apoiar financeiramente a filha, assegurando, por um lado, o pagamento das prestações acordadas do dote<sup>131</sup>, e, por outro, garantindo a sua subsistência<sup>132</sup>. Por isso, quando soube que os proventos destinados ao pagamento das despesas diárias da jovem estavam a ser aplicados com outros fins e que, sem que tivesse dado autorização, haviam sido deduzidos 60.000 sestércios da quantia que reservara para pagar as restantes prestações do dote da filha, ficou duplamente angustiado:

*In quos enim sumptus abeunt fructus praediorum? Iam illa HS LX quae scribis nemo mihi umquam dixit ex dote esse detracta; numquam enim essem passus.*<sup>133</sup>

Chamado, por César, a assumir os diversos comandos da sua frota e do seu exército, Dolabela permaneceu ausente de Roma até ao final de 48. Durante os primeiros meses desse ano, não deverá ter motivado queixas por parte do sogro ou da esposa. Na verdade, como membro do partido cesariano, ter-lhe-á até prestado bons serviços.

Em Junho de 49, Cícero tinha-se aliado à facção derrotada de Pompeio, tendo ficado, desse modo, mais exposto a hipotéticos intentos vingativos por parte de César, o vencedor. Dolabela, ainda que sem qualquer sucesso, terá aconselhado o sogro a adoptar uma posição mais sensata face aos acontecimentos políticos, isto é, a não tomar o partido de Pompeio, para quem se adivinhava já a total humilhação<sup>134</sup>. É o que se depreende da

---

<sup>131</sup> A constituição do dote era um *officium paternum*. Cf. CORBETT (1930, reimpr. 1979) 152.

<sup>132</sup> Muito provavelmente, Túlia teria feito um casamento *sine manu*, já que esta seria a norma vigente em meados do séc. I (cf. CLARK (1981) 203; DIXON (1992) 73 sq.; TREGGIARI (1991) 443: “By the time of Cicero, it seems to have been unusual for women to enter *manus*. Wives whose fathers survived might therefor be *in patria potestate*.”). Deste modo, Túlia mantinha-se legalmente independente do marido, mas, na qualidade de *filiafamilias*, sob a *potestas* do pai, dele dependendo economicamente. Ao marido não podia ser exigido que assumisse o sustento da esposa. Cf. GARDNER (1986) 68: “A wife had no legal claim to maintenance by her husband. Usually, she brought with her into marriage a dowry which could be regarded as a contribution from her side to their joint expenses (...) and there does not seem to have been any legal obligation on the husband to use it for her maintenance.” Uma mulher casada que se mantivesse *in potestate* do pai, como Túlia, durante o tempo de vida dele, não podia possuir bens próprios que lhe permitissem assumir as despesas pessoais. Nestas circunstâncias, o pai podia, para esse efeito, acordar entregar ao marido da filha, além do dote, bens adicionais que, em caso de dissolução da união, não deveriam ser objecto de retenção por parte do marido (cf. GARDNER (1986) 71).

<sup>133</sup> *Att.* 11.2.2. Cf. DIXON (1984) 89: “The passage appears to distinguish between the question of *dos* and Tullia’s own situation. Cicero’s provisions for his daughter had consisted not only of the agreed instalments, but — apparently — of a separate, regular payment for her everyday expenses, which Atticus was now to dispense on her father’s behalf.”

<sup>134</sup> Cf. *Fam.* 9.9.2: *Animaduertis Cn. Pompeium nec nominis sui nec rerum gestarum gloria neque etiam regum ac nationum clientelis, quas ostentare crebro solebat, esse tutum, et hoc etiam quod infimo cuique*



carta que lhe enviou em Maio (?) de 48, quando se encontrava no acampamento de César, perto de Dirráquio. Depois de reafirmar a sua lealdade para com o sogro e de lhe garantir que eram sinceras as palavras que então lhe dirigia<sup>135</sup>, pediu-lhe que, na eventualidade de Pompeio conseguir escapar do perigo e retirar com a sua frota, cuidasse dos seus próprios interesses e que, por uma vez na vida, fosse mais amigo de si próprio que dos outros; Cícero dedicara-se já suficientemente ao partido e ao bem comum:

*Sic enim facillime quod tibi utilissimum erit consili capies. Illud autem <a> te peto, ut, si iam ille euitauerit hoc periculum et se abdiderit in classem, tu tuis rebus consulas et aliquando tibi potius quam ciuis sis amicus. Satis factum est iam a te uel officio uel familiaritati, satis factum etiam partibus et ei rei publicae quam tu probabas.*<sup>136</sup>

Se Pompeio fosse forçado a refugiar-se noutras regiões longínquas, Cícero, em vez de o seguir, deveria retirar-se para Atenas ou para qualquer outra localidade neutra:

*Qua re uelim, mi iucundissime Cicero, si forte Pompeius pulsus his quoque locis rursus alias regiones petere cogatur, ut tu te uel Athenas uel in quamuis quietam recipias ciuitatem.*<sup>137</sup>

Dolabela gostaria que Cícero o informasse se decidisse seguir os seus conselhos, para que o genro pudesse ir rapidamente ao seu encontro. Entretanto, o que quer que o sogro precisasse de obter da parte de César para proteger a sua dignidade, tê-lo-ia, e Dolabela trataria de interceder em seu favor:

*Quod sin eris factururus, uelim mihi scribas, ut ego, si ullo modo potero, ad te aduolem. Quaecumque de tua dignitate ad imperatore erunt impetranda, qua est humanitate Caesar, facillimum erit ab eo tibi ipsi impetrare, et meas tamen preces apud eum non minimum auctoritatis habituras puto.*<sup>138</sup>

---

*contigit illi non posse contingere, ut honeste effugere possit, pulso Italia, amissis Hispaniis, capto exercitu ueterano, circumuallato nunc denique, quod nescio an nulli umquam nostro acciderit imperatori.*

<sup>135</sup> Cf. Fam. 9.9.1: *tu autem, mi Cicero, sic haec accipies ut, siue probabuntur tibi siue non probabuntur, ab optimo certe animo ac deditissimo tibi et cogitata et scripta esse iudices.*

<sup>136</sup> Fam. 9.9.2.

<sup>137</sup> Fam. 9.9.3.

<sup>138</sup> Ibidem.

Após a derrota e o assassinato de Pompeio, seria por intermédio de Dolabela que receberia, em Dezembro de 48, o perdão de César (*illum*), que o autorizava a desembarcar em Itália, sem medo de quaisquer represálias<sup>139</sup>:

... *illum Dolabellae dixisse ut ad me scriberet ut in Italiam quam primum uenirem;*  
*eius me litteris uenisse.*<sup>140</sup>

Apesar da prestabilidade do genro, foi em meados desse ano que começaram a surgir os primeiros sinais de que algo não ia bem no casamento de Túlia e Dolabela. Sintomático é o desabafo proferido por Cícero, a 13 de Junho<sup>141</sup>, em carta a Ático. Instado pelo amigo sobre o que fazer relativamente à segunda prestação do dote, admitiu então, pela primeira vez, a hipótese do divórcio, e chegou mesmo a perguntar-se se a separação não seria preferível à concretização desse segundo pagamento<sup>142</sup>. As dúvidas eram, no entanto, muitas: se, por um lado, receava entregar tão avultada quantia num momento particularmente difícil da sua vida, por outro, temia que da eventual ruptura com Dolabela, que gozava da confiança de César, adviessem graves consequências políticas:

*Vtrumque graue est, et tam graui tempore periculum tantae pecuniae et dubio rerum*  
*exitu ista quam scribis abruptio.*<sup>143</sup>

Decidiu, por isso, confiar à amizade e boa vontade de Ático, mas também à vontade e sensatez da própria filha — afinal, a principal interessada neste assunto —, a decisão sobre o destino daquela união:

*Qua re ut alia sic hoc uel maxime tuae amicitiae beneuolentiaeque permitto et illius*  
*consilio et uoluntati.*<sup>144</sup>

---

<sup>139</sup> Cícero chegaria à sua *uilla* de Túsculo somente no início de Outubro de 47.

<sup>140</sup> *Att.* 11.7.2.

<sup>141</sup> Teriam passado cerca de três meses desde que Cícero manifestara o desejo de liquidar a segunda prestação do dote (cf. *supra*, *Att.* 11.2.2, de Março de 48).

<sup>142</sup> Um casamento *sine manu* poderia chegar ao fim por iniciativa da esposa ou do pai dela. Túlia, como *filiafamilias*, permanecia sob a *potestas* do pai, pelo que não só não podia escolher o marido (a não ser que conseguisse convencer o pai), como também não podia evitar ficar divorciada dele, se o *paterfamilias* assim o decidisse. Como afirma GARDNER (1986) 86, “persons *sui iuris* in free marriage could terminate marriage. Those *in potestate* had to have the co-operation of the *pater*; the *pater* could himself intervene to end a marriage”.

<sup>143</sup> *Att.* 11.3.1.

O pai admitiu ainda que teria prestado melhor serviço à filha se tivesse consultado previamente o amigo, de viva voz, em vez de o fazer por carta, sobre as consequências que aquele casamento poderia vir a ter na manutenção da sua segurança pessoal e dos seus bens:

*Cui miserae consulissem melius, si tecum olim coram potius quam per litteras de salute nostra fortunisque deliberauissem.*<sup>145</sup>

Agora, não era capaz de decidir o fim da união. Esperava, possivelmente, que Dolabela tomasse a iniciativa. Cerca de um mês depois, pediu ao amigo que apoiasse financeiramente Túlia, já que os bens destinados ao pagamento do dote não haviam sido vendidos:

*Ex proximis cognoui praedia non uenisse. Videbis ergo ut sustentur per te.*<sup>146</sup>

Ao que parece, Terência comprometera-se a contribuir com a venda de bens pessoais para a liquidação da segunda prestação do dote. A venda, porém, não chegou a concretizar-se, pelo que Cícero voltou a insistir na necessidade do cumprimento do contrato celebrado com Dolabela (*ei*)<sup>147</sup>:

*Ex tuis litteris quas proxime accepi cognoui praedium nullum uenire potuisse. Qua re uideatis uelim quo modo satis fiat ei cui scitis me satis fieri uelle.*<sup>148</sup>

Depois, reconheceu o apoio económico prestado por Terência à filha, que havia já exprimido à mãe a sua gratidão:

---

<sup>144</sup> Ibidem.

<sup>145</sup> Ibid..

<sup>146</sup> Att. 11.4, de 15 de Julho.

<sup>147</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (2001) v. 2, nota 1 ad Fam. 14.6, considera que *ei* se refere a Dolabela, “to whom money was due for Tullia’s dowry.”

<sup>148</sup> Fam. 14.6, de 15 de Julho.

*Quod nostra tibi gratias agit, id ego non miror, te mereri ut ea tibi merito tuo gratias agere possit.*<sup>149</sup>

Este agradecimento parece referir-se ao apoio financeiro prestado pela mãe à filha, traduzido ou no pagamento das dívidas contraídas pela jovem, que, desse modo, teria aliviado a situação precária em que então ela vivia, ou na contribuição, com a venda de bens pessoais, para a liquidação da prestação exigida<sup>150</sup>. Com ou sem a intervenção de Terência, o certo é que a segunda prestação do dote acabou por ser liquidada<sup>151</sup>.

As preocupações de Cícero para com a filha não eram exclusivamente de natureza financeira. As cartas escritas no final de 48 e nos primeiros meses de 47 revelam também uma crescente inquietação com a saúde física e moral de Túlia. A Ático, no dia 27 de Novembro de 48, confessou:

---

<sup>149</sup> Ibidem.

<sup>150</sup> DIXON (1984) 90 considera possível qualquer das interpretações.

Independentemente da interpretação que possamos adoptar para estas palavras, devemos ter em conta que nem Terência nem Túlia estavam *in manu mariti*; os seus bens não se fundiam com os do marido por meio do casamento. Túlia, na qualidade de *filiafamilias*, não podia administrar os seus próprios bens e parece ter alicerçado a sua subsistência no apoio financeiro do pai quer antes, quer depois do casamento. Terá sido, aliás, com esse objectivo que o pai lhe destinou alguns proventos: o *fructus praediorum* deveria suprir as despesas diárias da jovem (cf. supra, Att. 11.2.2). Em 45, em moldes semelhantes, destinaria ao filho as rendas de algumas propriedades (cf. Att. 12.32.2; 15.20.4). Quando se viu numa situação embaraçosa, Túlia, em vez de se socorrer do apoio do marido, apelou ao auxílio económico da mãe. É certo que Dolabela se encontrava ausente de Roma, mas a esposa poderia ter recorrido aos representantes do marido se considerasse legítimo fazê-lo. Não existe, porém, no direito romano, qualquer referência à possibilidade de que um marido pudesse ser responsável pelas dívidas da esposa se esta não estivesse na sua *manus*. Mesmo a obrigação de alimentar é muito tardia, pouco explícita e inerente ao *dos* (cf. Ulp., dig. 24.1.15; 24.3.22). Não se encontrava, pois, consignada no direito do final da República.

Por outro lado, o recurso à mãe parece ter sido um passo extraordinário, somente justificado por dificuldades extremas. Em circunstâncias normais, o apoio de Terência não teria ido além do *dos* que levou consigo para o casamento, que o marido administrou, parcialmente, em benefício dos filhos. Cícero referiu o apoio de Terência nesta ocasião difícil quase como se se tratasse da função de um amigo da família, a quem Túlia, e, posteriormente, o pai, agradeceram o favor prestado.

Os Romanos tinham uma visão estritamente compartimentada das obrigações familiares e dos bens matrimoniais, muito diferente, aliás, da que encontramos nas sociedades hodiernas. Em caso de divórcio, a linguagem romana e os costumes não deixavam espaço para surpresas – tudo era ‘dele’ ou ‘dela’ excepto o *dos*, que era ‘dela’, mas ‘dele para usar durante esse tempo’. Ao prestar apoio financeiro à filha, Terência agiu como um representante ou ajudante de Cícero agiria. A posição que assumiu nesta matéria não difere substancialmente da de Ático, por exemplo, que, na qualidade de amigo de Cícero, interferiu nos assuntos financeiros dele (cf. DIXON (1984) 90 sq.). No caso de uma mulher madura *sui iuris*, como Terência, a contribuição dela para o lar matrimonial e para o sustento dos filhos terminaria com o pagamento final do dote. Mesmo assim, ela e Cícero perspectivaram como natural que ela assumisse responsabilidades pela subsistência de Túlia, usando bens pessoais, quando tal se veio a revelar necessário. A separação financeira dos esposos era mantida tanto quanto a lei o exigia, mas, ao que parece, em algumas circunstâncias, os laços filio-maternais acabavam por suplantam qualquer definição legal de obrigação (cf. DIXON (1984) 86 sq.).

<sup>151</sup> Cf. infra, Att. 11.25.3 e 11.23.3.

*Tulliae meae morbus et imbecillitas corporis me exanimat. quam tibi intellego  
magnae curae esse, quod est mihi gratissimum.*<sup>152</sup>

Nesse mesmo dia, a Terência, disse-se torturado com a debilidade física da filha querida, e admitiu, ao mesmo tempo, a preocupação da mãe:

*In maximis meis doloribus excruciat me ualetudo Tulliae nostrae, de qua nihil est  
quod ad te plura scribam; tibi enim aequae magnae curae esse certo scio.*<sup>153</sup>

Em Dezembro, disse à esposa estar preocupado com o estado físico da filha e do genro e confessou a incapacidade que sentia de tomar qualquer tipo de decisão, quer familiar, quer política<sup>154</sup>:

*Ad ceteras meas misérias accessit dolor et de Dolabellae uoletudine et de Tulliae.  
Omnino de omnibus rebus nec quid consili capiam nec quid faciam scio.*<sup>155</sup>

O desânimo e o desespero tomaram conta do pai, que, depois de saber que Ático estava a ser pressionado, ao que parece, por credores de Túlia<sup>156</sup>, já não sabia o que dizer nem o que pensar:

*Alterum est cur te nolim discedere quod scribis te flagitari. O rem miseram! Quid  
scribam aut quid uelim? Breue faciam; lacrimae enim se subito profuderunt.*<sup>157</sup>

Longe de Roma, à espera da autorização de César para reentrar na Urbe, restava-lhe, uma vez mais, confiar a sorte da filha ao amigo:

---

<sup>152</sup> *Att.* 11.6.4.

<sup>153</sup> *Fam.* 14.19.

<sup>154</sup> A derrota de Pompeio, a adesão do irmão Quinto à facção de César e o seu humilhante regresso a Brundísio haviam abalado a sua confiança política (cf. TREGGIARI (1998) 13).

<sup>155</sup> *Fam.* 14.9, de 17 (?) de Dezembro de 48.

<sup>156</sup> Seguimos a lição de SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 4 ad loc. e de J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 6, nota a ad loc.), que afirma: “Par les créanciers de Tullia plutôt que par Tullia elle-même, pour laquelle Atticus n’aurait pas employé le verbe *flagitare*”. O estudioso recorda ainda que já antes, em Julho, Cícero havia pedido ao amigo que assegurasse a subsistência de Túlia. Cf. *supra*, *Att.* 11.4.

<sup>157</sup> *Att.* 11.7.6, de 17 de Dezembro.

*Tibi permitto, tu consule; tantum uide ne hoc tempor<e> isti obesse aliquid possit. Ignosce, obsecro te. Non possum prae fletu et dolore diuitius in hoc loco commorari, tantum dicam, nihil mihi gratius esse quam quod eam diligis.*<sup>158</sup>

Em Janeiro de 47, no dia do seu aniversário<sup>159</sup>, o desespero assumiu a sua mais alta expressão. Retido em Brundísio, sentia que, devido aos erros financeiros e políticos cometidos, falhara no seu dever para com a filha, espoliada de pai e de património:

*Quibus in miseriis una est pro omnibus quod istam miseram patre, patrimonio, fortuna omni spoliata relinquam.*<sup>160</sup>

A perspectiva da confiscação dos seus bens<sup>161</sup> e dos de Terência levaram-no a pedir a Ático que assumisse o apoio financeiro a Túlia e que a recomendasse ao tio, Quinto:

*Qua re te, ut polliceris, uidere plane uelim. Alium enim cui illam commendem habeo neminem, quoniam matri quoque eadem intellexi esse parata quae mihi. Sed si me non offendes, satis tamen habeto commendatam patruumque in eam quantum poteris mitigato.*<sup>162</sup>

Como se tais desgostos não bastassem, em Março de 47, tomou conhecimento de façanhas menos dignas por parte do genro, que o deixavam ainda mais desenganado:

*Quod me audis fractionem esse animo, quid putas cum uideas accessisse ad superiores aegritudines praeclaras generi actiones?*<sup>163</sup>

Referia-se, talvez, ao facto de Dolabela, usando da qualidade de tribuno, ter iniciado uma campanha que visava a anulação das dívidas<sup>164</sup>. Chegado a Roma em Dezembro de 48, o genro de Cícero, pressionado pelos seus credores, depressa se

---

<sup>158</sup> Ibidem.

<sup>159</sup> Att. 11.9.3: *Haec ad te die natali meo scripsi.*

<sup>160</sup> Ibidem.

<sup>161</sup> Seguimos a lição de SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 4 ad Att. 11.9.3.

<sup>162</sup> Att. 11.9.3.

<sup>163</sup> Att. 11.12.4. Note-se a ironia presente no recurso ao adjectivo *praeclaras*.

<sup>164</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 2 ad loc..

apropriou das propostas revolucionárias do seu predecessor, Célio<sup>165</sup> — que defendiam a anulação de metade das dívidas e da moratória da outra metade —, apelando ao povo para que as apoiasse com armas. Marco António, que, como chefe da cavalaria, representava César em Roma, lançou as suas tropas contra os revoltosos, massacrando oitocentos e dispersando os restantes. Dolabela, no entanto, teve a sorte de escapar à repressão da insurreição que havia provocado<sup>166</sup>.

Em Abril, retido em Brundísio, o sogro do jovem tribuno confessou sentir vergonha, quando se cruzava com outras pessoas, do que aquele andava a fazer por Roma:

*Etsi omnium conspectum horreo, praesertim hoc genero, tamen in tantis malis quid aliud uelim non reperio.*<sup>167</sup>

Em Maio, as preocupações familiares resumiam-se, essencialmente, à temeridade do genro e ao destino desafortunado da filha:

*Haec ad te scribo non ut queas tu demere sollicitudinem sed ut cognoscam ecquid tu ad ea adferas quae me conficiunt; ad quae gener accedit et cetera quae fletu reprimor ne scribam.*<sup>168</sup>

Companheiro de farras do filho do actor Esopo, Dolabela tornara-se rival deste no jogo de sedução da mulher do cônsul Públio Cornélio Espínter. À vista de toda a gente, acabou mesmo por conquistar as boas graças da senhora. Os rumores das aventuras amorosas do genro e do filho de Esopo levaram Cícero à exasperação:

*Quin etiam Aesopi filius me excruciat. Prorsus nihil abest quin sim miserrimus.*<sup>169</sup>

---

<sup>165</sup> Dolabela foi tribuno em 47, Célio, em 48.

<sup>166</sup> Tito Lívio relata-nos este episódio em *Per.* 113: *cum seditiones Romae a P. Dolabella tr. pl. legem ferente de nouis tabulis excitatae essent et ex ea causa plebs tumultuaretur, inductis a M. Antonio, magistro equitum, in urbem militibus octingenti e plebe caesi sunt.* Cf. CARCOPINO (1937, reimpr. 1943) 990 sq..

<sup>167</sup> *Att.* 11.14.2.

<sup>168</sup> *Att.* 11.15.3. Cf. J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 6, nota b ad loc), que afirma que *cetera* se refere àquilo que mais o aflige: à situação de Túlia.

<sup>169</sup> *Ibidem.*

Marco Clódio Esopo, filho do famoso actor trágico que tinha sido amigo de Cícero, conhecido pela sua conduta libertina e desbaratadora, mantinha um relacionamento amoroso com Cecília Metela, esposa do jovem Públio Cornélio Espínter (cf. Hor., *S.* 2.3.239), que era também amante de Dolabela (cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, nota c ad loc.; CARCOPINO (1947) v. 1, 271). SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 2

Por sentir que Túlia definhava a cada dia que passava em Roma, convidou-a a passar algum tempo na sua companhia. A jovem chegou a Brundísio no dia 12 de Junho, onde permaneceria, pelo menos, até finais de Agosto<sup>170</sup>. A sua coragem e bondade, outrora motivos de orgulho, agudizavam, agora, o sentimento de tristeza e de culpa do pai pela má sorte da filha, que nada fizera para merecer tal castigo. Sentia-se culpado pela debilidade física e moral em que ela se encontrava:

*Tullia mea uenit ad me prid. Id. Iun. (...). E go autem ex ipsius uirtute, humanitate, pietate non modo eam uoluptatem non cepi quam capere ex singulari filia debui sed etiam incredibili sum dolore adfectus tale ingenium in tam misera fortuna uersari idque accidere nullo ipsius delicto, summa culpa mea.*<sup>171</sup>

Deveria ter impedido a realização daquela união, mas não fora capaz de o fazer. Agora, martirizava-se por isso. Confessou os remorsos que o atormentavam não apenas a Ático, mas também à mãe da jovem:

*Tullia nostra uenit ad me prid. Id. Iun. cuius summa uirtute et singulari humanitate grauiore etiam sum dolore adfectus nostra factum esse neglegentia ut longe alia in fortuna esset atque eius pietas ac dignitas postulabat.*<sup>172</sup>

A tristeza que pai e filha sentiam depressa se tornou insuportável. Volvidos apenas dois dias sobre a chegada de Túlia, Cícero admitia já a hipótese de a enviar para junto da mãe. Dependeria apenas da vontade dela:

*Tulliam autem non uidebam esse causam cur diuitius mecum tanto in communi maerore retinerem. Itaque matri eam, cum primum per ipsam liceret, e<r>am remissurus.*<sup>173</sup>

---

ad loc., prefere não apontar este relacionamento escandaloso de Esopo com Metela como motivo possível de preocupação de Cícero: “This son of the famous actor was a notorious profligate, but how he was tormenting Cicero is not revealed.”

<sup>170</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, 156 sq.. Sobre a sua estadia em Brundísio, vide *Fam.* 14.11; 14.15; *Att.* 11.17; 11.17a.1; 11.25.3; 11.23.3; 11.24.1 e 11.21.2.

<sup>171</sup> *Att.* 11.17.

<sup>172</sup> *Fam.* 14.11.

<sup>173</sup> *Att.* 11.17a.1.



Mas a jovem terá preferido permanecer junto do pai durante mais alguns dias. Em Julho, em carta a Ático, era notória a agonia de Cícero. Consciente da precaridade em que se encontravam as suas finanças e da incerteza política do momento<sup>174</sup>, e, ao mesmo tempo, receoso quanto às disposições testamentárias de Terência<sup>175</sup>, apelou ao amigo no sentido de o ajudar a encontrar alguma forma de proteger a filha da indigência:

*Quod ad te iam pridem de testamento scripsi apud epistolas uelim ut possim aduersas.  
Ego huius miserrimae facilitate confectus conflictor. Nihil umquam <si>mile natum puto.  
Cui si qua re consulere aliquid possum, cupio a te admo<ne>ri.*<sup>176</sup>

A situação de Túlia era o centro das suas preocupações e o pai admitiu abertamente perante o amigo que cometera um erro crasso ao pagar a segunda prestação do dote, em Julho do ano anterior. Agora, porém, era tarde para voltar atrás:

*Tamen hoc me magis sollicitat quam omnia. In pensione secunda caeci fuimus.  
Aliud mallet; sed praeteriit.*<sup>177</sup>

Assumindo o dever de sustentar a filha, pediu a Pompónio que encontrasse forma de reunir algum dinheiro. Sugeriu-lhe que tentasse vender algumas pratas, roupas ou até alguma mobília<sup>178</sup>:

*Te oro, ut in perditis rebus si quid cogi, confici potest quod sit in tuto, ex argento,  
<ues>te (quae satis multa est), supellectile, des operam.*<sup>179</sup>

---

<sup>174</sup> Att. 11.25.3: *Iam enim mihi uidetur adesse extremum nec ulla fore condicio pacis eaque quae sunt etiam sine aduersario peritura.*

<sup>175</sup> Em Junho, Cícero soube que Terência tinha decidido fazer o seu testamento. Temendo que as disposições testamentárias da ainda esposa prejudicassem os filhos de ambos, Túlia e Marco, pediu a Ático que, acompanhado de Camilo, perito em direito financeiro e amigo de longa data, fosse conversar com Terência sobre o assunto (cf. Att. 11.16.5; 11.23.1). Vide, ainda, *Les Belles Lettres*, v. 6, 155-156.

<sup>176</sup> Att. 11.25.3.

<sup>177</sup> Ibidem.

<sup>178</sup> Sobre esta evidente necessidade de realizar dinheiro, questiona J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 6, 157): “a titre de précaution contre une éventuelle confiscation?”

<sup>179</sup> Att. 11.25.3.

Quatro dias depois, lembrou-o da necessidade de tomar medidas que impedissem que Túlia passasse necessidades, procedendo à venda de alguns bens pessoais e acompanhando de perto a realização do testamento de Terência:

*Te oro ut de hac miseria cogites, et illud de quod ad te proxime scripsi, ut aliquid conficiatur ad inopiam propulsandam, et etiam de ipso testamento.*<sup>180</sup>

Depois, reconheceu que gostaria de ter tomado mais cedo uma decisão sobre o casamento da filha; por receio, não o fizera<sup>181</sup>. O divórcio teria sido a melhor solução:

*Illud quoque uellem antea, sed omnia timuimus. Melius quidem in pessimis nihil fuit discidio.*<sup>182</sup>

Teria sido mais corajoso da sua parte se tivesse exigido a separação. Na verdade, motivos para o fazer não faltavam: a anulação das dívidas, os distúrbios nocturnos, o envolvimento com Metela, enfim, todas as maldades do genro<sup>183</sup>:

*Aliquid fecissemus ut uiri, uel tabularum nouarum nomine uel nocturnarum expugnationum uel Metellae uel omnium malorum.*<sup>184</sup>

Se o tivesse feito mais cedo, teria, por um lado, poupado o dinheiro do dote, por outro, dado mostras de mais coragem do que aquela que acabara por revelar:

*Nec res perisset et uidemur aliquid doloris uirilis habuisse.*<sup>185</sup>

---

<sup>180</sup> Att. 11.23.3, de 9 de Julho.

<sup>181</sup> Nunca, porém, culpou a filha pela escolha de Dolabela. Cf. TREGGIARI (1998) 13: “He never blames her for picking Dolabella and he is ready to sacrifice luxury and capital to meet his obligations.”

<sup>182</sup> Att. 11.23.3.

<sup>183</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 3 ad Att. 11.23.3; J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 6, nota c ad loc. cit.; p. 158).

<sup>184</sup> Att. 11.23.3.

<sup>185</sup> Ibidem.

Reconheceu que Ático estava certo quando manifestou algumas reservas relativamente à realização da união<sup>186</sup>, mas recordou que o contexto era, então, diferente do de agora. De qualquer forma, admitiu, outra solução teria sido preferível ao casamento:

*Memini omnino tuas litteras, sed et tempus illud; etsi quiduis praestitit.*<sup>187</sup>

Informado de que Dolabela propusera elevar uma estátua a Clódio — que fora o responsável directo pelo seu exílio —, sentiu-se traído. Esta traição, associada à tentativa de anulação das dívidas, deixou-o indignado:

*Audimus enim de statua Clodi. Generumne nostrum potissimum uel hoc uel tabulas nouas?*<sup>188</sup>

Ferido na sua dignidade pelas asneiras políticas de Dolabela, manifestou de forma inequívoca o desejo de pedir o divórcio<sup>189</sup>:

*Placet mihi igitur (et idem tibi) nuntium remitti.*<sup>190</sup>

Admitindo a hipótese de o genro vir a exigir o pagamento, vencido a 1 de Julho, da terceira prestação, deveriam pensar se haveriam de pedir o divórcio ou aguardar que o próprio Dolabela tomasse alguma iniciativa<sup>191</sup>:

---

<sup>186</sup> Seguimos a lição de J. Beaujeu, que considera que a frase *memini omnino tuas litteras, sed et tempus illud* (vide infra Att. 11.23.3) reflecte as reservas já anteriormente manifestadas por Ático relativamente à manutenção do casamento de Túlia com Dolabela. Esta ideia surge reforçada pela expressão parentética *et idem tibi*, inserida na conclusão *placet mihi... nuntium remitti* (vide infra, Att. 11.23.3), que constitui a formulação habitual do pedido de divórcio (cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, 158, maxime nota 3).

<sup>187</sup> Att. 11.23.3.

<sup>188</sup> Ibidem.

<sup>189</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, 158. STOCKTON (1971) 264, comenta desta forma a atitude de Dolabela: “Dolabella was playing the extravagant demagogue and may even have gone so far as to set up a public statue to his hero, Publius Clodius — hardly calculated to please his father-in-law. Honour made a second divorce inevitable.”

<sup>190</sup> Att. 11.23.3.

A expressão normalmente usada para referir o acto de notificação de divórcio era *nuntium remittere*. GARDNER (1986) 86 afirma: “A formal declaration by the divorcing party to the other partner in the marriage does appear to have been usual; he or she *nuntium remisit*, ‘sent notice of divorce’. Although no classical text actually says so, the declaration of divorce, rather than its reception by the other party, terminated the marriage.” A fórmula técnica da notificação seria *res tuas tibi habeto*, isto é, “fica com o que te pertence” (cf. Gaius, *dig.* 24.2.2.1; GARDNER (1986) 85).

*Petet fortasse tertiam pensionem. Considera igitur tumne cum ab ipso nascetur an prius.*<sup>192</sup>

Nesse mesmo dia, isto é, no dia 9 de Julho, de forma lacónica, admitiu perante Terência que a decisão de pedir o divórcio deveria ter sido considerada mais cedo. Disse ainda que a esposa poderia ficar a conhecer em pormenor o que o marido havia discutido com Ático sobre a questão, bastando-lhe, para tal, conversar com ele. Antes de se despedir, pediu à esposa que lhe escrevesse, logo que possível, sobre o assunto:

*Quid fieri placeret scripsi ad Pomponium, serius quam oportuit. Cum eo si locuta eris, intelleges quid fieri uelim. Apertius scribi, quoniam ad illum scripseram, necesse non fuit. De ea re et de ceteris rebus quam primum uelim nobis litteras mittas.*<sup>193</sup>

---

<sup>191</sup> O divórcio, geralmente, era uma manobra jurídica simples. Cf. GARDNER (1986) 81: “Divorce in the classical period was easy. As marriage was based on consent, so the will of either of the consenting parties in free marriage to renounce it sufficed.” Leia-se também DIXON (1992) 81. No entanto, se a iniciativa de pedir o divórcio partisse do lado da mulher, esta atitude poderia traduzir-se numa penalização financeira para a família dela aquando da negociação dos termos em que se faria a devolução do dote e a distribuição dos bens adquiridos pelo casal. De facto, como afirma CLARK (1981) 204, “divorce could in fact end the commitment of wife to husband very easily. There was no need to prove breakdown of marriage; guilty parties needed to be established only in so far as there might be a financial penalty in the divorce settlement (apparently for an adulterous wife or for the spouse who took the initiative in divorcing). There would, of course, be financial tangles over the repayment of dowry and in sorting out the assets which the couple had managed in common (...)” Esta penalização justificar-se-ia somente se existissem filhos (*retentio propter liberos*, Ulp., *Reg.* 6.10; cf. CORBETT (1930, reimpr. 1979) 192 sq.), e corresponderia a um sexto do dote por cada filho, até ao máximo de três. Caso contrário, o dote teria de ser devolvido na totalidade (cf. TREGGIARI (1991) 352 sq.; GARDNER (1986) 90 sq., que afirma: “Although there were other grounds on which a husband could base a claim to retain part of the dowry, this penalty on a wife or father who initiated a divorce applied only where there were children and was meant to make some provision for them.” Vide ainda p. 112). Em Maio do ano anterior (49), Túlia tinha dado à luz uma criança, que, ao que parece, não sobreviveu. (cf. supra, p. 255 e nota 126). Depois disso, e até então, não haviam nascido mais filhos. Cícero poderia, por isso, recuperar o dote de Túlia na totalidade (contrariamente ao que defende WATSON (1967, reimpr. 1984) 71), ainda que, para tal, tivesse de esperar três anos. Se, entretanto, não desse início ao processo de divórcio, teria de reunir o dinheiro da terceira prestação que ainda devia a Dolabela. Nesta carta, são várias as alusões a atitudes indignas e ofensas da parte de Dolabela, incluindo o adultério. Quando ponderou a possibilidade de pedir o divórcio, Cícero sabia que tinha motivos que legitimariam essa sua atitude: a actividade política de Dolabela, as relações que manteve fora do casamento com outras mulheres, como Metela, e até mesmo os distúrbios nocturnos que provocou (*nocturnae expugnationes*, cf. *Att.* 11.23.3; *Clu.* 14). Tudo isto poderia ter sido invocado pelo pai de Túlia para reter a prestação que ainda faltava pagar e obrigar Dolabela a devolver a soma já paga de forma mais rápida (cf. TREGGIARI (1991) 463; DIXON (1984) 98). De facto, como se afirma em GARDNER (1986) 90: “If the fault was on the husband’s side, then instead of being allowed to return the dowry, as usual, in three annual instalments, he was given only six months to pay or, in the case of graver misconduct [como o adultério], had to pay at once.” Com tantos motivos para pedir o divórcio a Dolabela, como se explica então que Cícero tenha hesitado em fazê-lo? O contexto político de então era-lhe suficientemente desfavorável para não querer criar inimizade com o cesariano (cf. GARDNER (1986) 91).

<sup>192</sup> *Att.* 11.23.3.

No dia seguinte, admitindo desconhecer o verdadeiro alcance do poder político e da influência de Dolabela junto das massas<sup>194</sup> e temendo uma reacção violenta por parte do genro ao envio da notificação<sup>195</sup>, aconselhou a esposa a adoptar uma atitude de prudência e reserva. Podia ser que o próprio genro tomasse a iniciativa de pedir o divórcio. Terência deveria fazer o que considerasse menos prejudicial para a família:

*Quod scripsi ad te proximis litteris de nuntio remittendo, quae sit istius uis hoc tempore et quae concitatio multitudinis ignoro. Si metuendus iratus est, quiesces. Tamen ab illo fortasse nascetur. Totum iudicabis quale sit, et quod in miserrimis rebus minime miserum putabis id facies.*<sup>196</sup>

Ático, em resposta ao pedido do amigo, e contrariando aquilo que até então defendera, aconselhou-o a gerir com prudência o relacionamento com Dolabela e a adiar o pedido de divórcio<sup>197</sup>. O sogro do cesariano, ainda que a contragosto — porquanto lhe era difícil abster-se de manifestar a sua raiva e ignorar as injúrias sofridas —, acabou por resignar-se:

*Quae[dam] ad me et, quae etiam ad me uis, ad Tulliam de me scripsisti, ea sentio esse uera. Eo sum miserior, etsi nihil uidebatur addi posse, quod mihi non modo irasci grauissima iniuria accepta sed ne dolere quidem impune licet. Qua re istuc feramus.*<sup>198</sup>

A terceira prestação do dote de Túlia, acabou, pois, por ser liquidada. Ao mesmo tempo que Dolabela se dispunha a reunir-se com César em África, Cícero, que estivera

---

<sup>193</sup> *Fam.* 14.10.

<sup>194</sup> Recorde-se que Dolabela, na qualidade de tribuno, havia conseguido a sublevação das massas com vista a alcançar a anulação das dívidas. Cf. SHACKLETON BAILEY (2001) v. 2, nota 1 ad *Fam.* 14.13.

<sup>195</sup> Note-se que Cícero não refere o nome de Dolabela, possivelmente com receio de que a carta fosse interceptada.

<sup>196</sup> *Fam.* 14.13.

<sup>197</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, nota a ad *Att.* 11.24.1.

<sup>198</sup> *Att.* 11.24.1.

retido em Brundísio durante quase um ano<sup>199</sup>, acabou por receber o perdão definitivo e, com ele, a autorização para reentrar em Roma, em Setembro de 47<sup>200</sup>.

No verão de 46, depois de quase um ano de ausência, Dolabela regressou de África<sup>201</sup>. Em meados de Junho, Cícero informou Ático de que tinha enviado Tirão ao encontro do jovem:

*Ego misi Tironem Dolabellae obuiam.*<sup>202</sup>

Não sabemos ao certo o que pretendia o pai de Túlia com este gesto. Teria, quiçá, intenção de convidá-lo para passar alguns dias na sua companhia, ou, então, de combinar um simples encontro, para discutirem a questão do divórcio. De facto, a ideia da separação parecia não ter sido posta de parte, já que Cícero pediu ao amigo que continuasse a dar a devida atenção ao assunto:

*<De> Tullia mea, tibi antiquissimum esse uideo idque ita ut sit te uehementer rogo.*

*Ergo ei in integro omnia; sic enim scribis.*<sup>203</sup>

O divórcio, todavia, ficaria adiado por mais algum tempo. Aparentemente, os esposos ter-se-ão reconciliado e retomado a vida em comum. Em Julho, em carta a Papírio Peto, Cícero revelou manter com o genro um relacionamento cordial. Em Túsculo, trocou até, com ele, aulas de oratória por lições de gastronomia:

---

<sup>199</sup> Cícero esteve retido em Brundísio desde Novembro de 48 a Setembro de 47. As últimas cartas escritas, de Brundísio, a Ático (*Att.* 11.22) e a Terência (*Fam.* 14.22) datam dos primeiros dias de Setembro.

<sup>200</sup> Cf. DRUMANN-GROEBE (1899-1929, reimpr. 1964) v. 6, 621, citado por CARCOPINO (1947) v.1, 275, nota 1.

<sup>201</sup> Em carta dirigida a Varrão (*Fam.* 9.7.2, de finais de Maio), Cícero anunciou o regresso do genro: *aduentat enim Dolabella*.

<sup>202</sup> *Att.* 12.5c, de 12 de Junho (?).

<sup>203</sup> *Ibidem*.

Apesar de, neste passo, não ser óbvia a alusão ao divórcio, julgamos, tal como SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 1 ad loc. e J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 7, 274, nota 3 ad 39), que Cícero se refere, efectivamente, a esse assunto. Segundo J. Beaujeu, “il s’agit vraisemblablement de précautions d’ordre financier prises en vue d’un divorce éventuel; celui-ci, auquel Cicéron se préparait déjà en juillet 47 (...), devait se produire effectivement avant le départ de Dolabella pour l’Espagne”.

*Hirtium ego et Dolabellam dicendi discipulos habeo, cenandi magistros. Puto enim te audisse, si forte ad uos omnia perferuntur, illos apud me declamitare, me apud illos cenitare.*<sup>204</sup>

Da leitura de algumas cartas posteriormente escritas, fica-nos, no entanto, a confirmação de que o casal não chegou a um entendimento. O divórcio tornara-se inevitável e terá ocorrido, o mais tardar, em finais de Outubro ou em Novembro de 46<sup>205</sup>. De facto, por esta altura, o pai de Túlia revelava já a preocupação de recuperar de Dolabela (*ille*) a primeira parte do dote da filha<sup>206</sup>. Para que o prazo estipulado fosse respeitado, interessava que tudo ficasse resolvido antes de aquele partir para a Hispânia<sup>207</sup>:

*... de prima pensione ante uideamus. Adest enim dies, et ille currit.*<sup>208</sup>

<sup>204</sup> *Fam.* 9.16.7. Cf. *Fam.* 7.33.2.

<sup>205</sup> SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 1 ad *Att.* 12.5c, afirma que o divórcio ocorreu em Novembro.

<sup>206</sup> Segundo Ulpiano (*Reg.* 6.8), a devolução do dote (traduzível em bens líquidos) na sequência do divórcio fazia-se em três prestações anuais: *Dos si pondere, numero, mensura contineatur, annua, bima, trima die redditur; nisi si ut praesens reddatur, conuenerit. Reliquae dotes statim redduntur.* Cf. ainda GARDNER (1986) 101; TREGGIARI (1991) 352.

<sup>207</sup> Em caso de divórcio, e na ausência de qualquer cláusula especial no contrato pré-nupcial, a mulher, ou o *pater* dela, se fosse vivo, poderia interpor uma acção com vista à recuperação do dote (*actio rei uxoriae*, Ulp., *Reg.* 6.6; cf. CORBETT (1930, reimpr. 1979) 133). Cf. GARDNER (1986) 112. A opção por uniões *sine manu* e o aumento considerável do número de divórcios haviam desenvolvido na sociedade romana a preocupação de garantir que o dote, em caso de dissolução do casamento, fosse devolvido à esposa, ou à família dela, quer para permitir que esta pudesse voltar a casar, quer para manter os bens na família. Neste sentido, foi desenvolvido um complexo e detalhado conjunto de princípios legais que visavam garantir esses objectivos (cf. GARDNER (1986) 97, que afirma ainda, na p. 98: “In strict law the dowry remained the property of the husband throughout the classical period, even in free marriage; however, various means were found of enabling the wife or her family to recover the dowry at the end of the marriage, and the principle became accepted that the husband, on his part, had a duty to maintain the value of the dowry, with an eye to its eventual return, while it also came to be regarded as in a sense part of the patrimony of the wife.”) A devolução dos bens que compunham o dote à família da mulher divorciada era fundamental até para a sua subsistência. O ex-marido não era responsável pelo sustento da ex-esposa, competindo ao *pater* dela, se estivesse vivo, garantir o sustento da filha. No caso de este ter falecido, ela ficaria com o dote (ou com parte dele), que entretanto fora devolvido pelo marido, e com alguns outros bens que poderia eventualmente gerir em benefício próprio (cf. GARDNER (1986) 114).

O divórcio entre Túlia e Dolabela parece ter-se dado de comum acordo, e as negociações relativas à devolução do dote terão decorrido amigavelmente, já que não existem quaisquer referências a uma acção legal com vista à recuperação do dote (*actio rei uxoriae*), nem tão pouco a quaisquer *retentiones*. Como afirma TREGGIARI (1991) 353, “at any rate, Dolabella did not have to speed up his repayment of the dowry: he did it in instalments. Nor do we hear of *retentio* because of the child, although Cicero planned to mention him in his will.” Para uma informação detalhada sobre as regras de restituição e recuperação do dote, leia-se ainda CORBETT (1930, reimpr. 1979) 182-202.

<sup>208</sup> *Att.* 12.8. Segundo J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 7, nota b ad loc.): “Il s’agit du premier remboursement de la dot de Tullia, qui a récemment divorcé d’avec Dolabella; *ille* désigne Dolabella, que Cicéron imagine sur le point de partir pour l’Espagne avec César.” Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 2 ad loc.. Apesar de apontar como data possível de redacção desta carta o final de Outubro (?), o autor

Durante os meses de Janeiro e Fevereiro, apesar de o divórcio ser recente, Cícero trocou amigáveis mensagens com Dolabela<sup>209</sup>. Também por esses dias, Túlia daria à luz o segundo filho da conturbada união com o cesariano. Em Roma, na casa de seu avô materno<sup>210</sup>, nasceu um menino, a quem foi dado o nome Lêntulo<sup>211</sup>. Este nascimento constituiria a confirmação de que os esposos haviam vivido juntos durante mais algum tempo, após o regresso de Dolabela de África<sup>212</sup>:

*Me Romae tenuit omnino Tulliae meae partus.*<sup>213</sup>

Apesar de Túlia parecer estar a recuperar bem, o pai decidiu manter-se durante alguns dias em Roma, na expectativa de receber de volta a primeira parte do dote da filha:

*Sed cum ea, quem ad modum spero, satis firma sit, teneor tamen dum a Dolabellae procuratoribus exigam primam pensionem.*<sup>214</sup>

Depois do parto, quiçá a fim de recuperar de uma gravidez passada em sobressalto, Túlia ter-se-á refugiado em Túsculo, mas a sua débil saúde, aliada aos sucessivos

---

considera que o divórcio terá ocorrido em Novembro (cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 1 ad *Att.* 12.5c).

<sup>209</sup> Na primeira (*Fam.* 9.10), Cícero conta ao ex-genro que foi escolhido para arbitrar o litígio que opunha um amigo de Dolabela, o gramático Nícias de Cós, a um certo Vídio; a segunda missiva (*Fam.* 9.13) constitui uma carta de recomendação em favor de dois amigos de Lepta. Para mais pormenores sobre ambas as cartas, leia-se *Les Belles Lettres*, v. 7, 210-212.

<sup>210</sup> Cf. CARCOPINO (1947) v. 1, 276.

<sup>211</sup> Depois da morte de Túlia, Cícero terá pedido mais do que uma vez a Ático que fosse, na sua vez, visitar o neto. Cf. *Att.* 12.28.3, de 24 de Março: *et uelim aliquando Lentulum puerum uisas...*; *Att.* 12.30.1, de 27 de Março: *Quod Lentulum inuisis ualde gratum.*

A paternidade da criança deverá ter sido reconhecida, ou, então, terá sido com esse objectivo que Cícero atribuiu ao neto o nome Lêntulo (do pai). Dolabela, porém, encontrava-se afastado de Roma, e Cícero, o avô materno, tomou algumas medidas que visavam garantir à criança o devido conforto. O pai de Túlia poderia ter exigido ao ex-genro que assumisse essas despesas, já que era ao pai que competia sustentar o filho. Não existem, todavia, sinais de que tal tenha ocorrido. O avô deverá ter assumido o bem-estar do neto como um dever moral, fruto do afecto familiar, apesar de, legalmente, não ser obrigado a fazê-lo (cf. TREGGIARI (1991) 468).

<sup>212</sup> Tendo em conta os meses com que a reforma juliana do calendário prolongara, entre Setembro e Dezembro, o final do ano de 46, teriam passado precisamente nove meses sobre o regresso de Dolabela a Roma. Cf. CARCOPINO (1947) v. 1, 275.

<sup>213</sup> *Fam.* 6.18.5, de 1 de Fevereiro.

<sup>214</sup> *Ibidem.*



desgostos sofridos nos últimos meses, terão ditado o seu malogrado destino<sup>215</sup>. Em meados de Fevereiro<sup>216</sup>, a jovem, na flor da idade<sup>217</sup>, acabaria por morrer em casa do pai<sup>218</sup>.

Este trágico acontecimento fez com que Cícero passasse a odiar aquela que fora outrora a preferida das suas *uillae*<sup>219</sup>. Os primeiros dias de luto foram passados em Roma, na casa de Ático<sup>220</sup>. Tendo em consideração a data apontada para o desaparecimento de Túlia, Cícero não deverá ter estado mais do que uma vintena de dias em casa do amigo. Ao fim deste tempo, decidiu prescindir da companhia daquele e retirar-se para a sua

<sup>215</sup> Segundo CLARK (1981) 196, nesta época “many [women] must have died in childbirth, from infection or difficult births”. O facto de Túlia ter morrido como consequência do nascimento do filho de Dolabela poderá ter levado Cícero a sentir-se ainda mais culpado por não ter posto fim ao casamento mais cedo (cf. TREGGIARI (1998) 16). GARDNER (1986) 40 refere que os partos não representavam o único factor explicativo da curta esperança de vida das mulheres romanas desta época; a precocidade com que iniciavam a sua actividade sexual teria também implicações graves na sua saúde. A este respeito, afirma a autora: “One would expect a high rate of death in childbirth or from its consequences. Epigraphic evidence seems to confirm this (...), showing a ‘bulge’ in mortality of women between the ages of 15 and 29; however, the *average* life-span for both men and women was under 30 (...). Early sexual intercourse carried its own risk, apart from pregnancy; there is recent evidence to suggest that it increases the risk of cervical cancer.”

<sup>216</sup> Seguimos a lição de J. Beaujeu, que afirma que esta data aproximativa se deduz de uma indicação dada por Cícero na carta que escreveu a Ático no dia 7 de Março (*Att.* 12.13.1): *Bruti litterae scriptae et prudenter et amice mihi tamen lacrimas attulerunt*. Sendo Bruto governador da Gália Cisalpina e demorando o correio proveniente do vale do Pó entre oito e dez dias a chegar a Roma (e vice-versa), ter-se-á passado uma vintena de dias entre a morte de Túlia e o momento em que Cícero recebeu as condolências do amigo (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 14). SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 1 ad *Att.* 12.13.1, afirma: “Tullia died at her father’s Tusculan uilla in mid-February 45, a month after giving birth to a son.” Vide ainda LEPAGE (1976) 246 sq..

<sup>217</sup> Se aceitarmos como data de nascimento o ano de 79, Túlia terá falecido antes de completar trinta e quatro anos de idade.

<sup>218</sup> CARCOPINO (1947) v. 1, 276 sq.), BOISSIER (1865, trad. 1986) 63, SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 1 ad *Att.* 12.13.1 e nota 2 ad *Att.* 12.44.3) e J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 7, 198; v. 8, 15 e 76) identificam o cenário da morte de Túlia com a *uilla* de Túsculo. Contrariamente, Plutarco afirma que Túlia terá morrido em casa de Dolabela, seu ex-marido: ἀπέθανε παρὰ Λέντλῳ (*Cic.* 41.7); Ascónio partilha desta opinião: *Cicero filiam P. Lentulo collocavit, apud quem illa ex partu decessit* (*In Pis.* 4). Se assim tivesse acontecido, seria difícil explicar a repulsa de Cícero pela sua *uilla* de Túsculo que imediatamente se seguiu ao desaparecimento da filha (cf. LEPAGE (1976) 246 nota 12).

O desgosto de Cícero levou Plutarco a afirmar que Publília, a segunda esposa de Cícero, foi por ele repudiada pelo facto de se ter alegrado com a morte de Túlia: βάρεως δ’ ἄγαν ἤνεγκε τὸ συμβεβηκός, ὥστε καὶ τὴν γαμηθεῖσαν ἀποπέμψασθαι, δόξασαν ἡσθῆναι τῇ τελευτῇ τῆς Τυλλίας (*Cic.* 41.8).

<sup>219</sup> CARCOPINO (1947) v. 1, 277. Somente cerca de três meses depois conseguiria superar a aversão a essa *uilla* e regressar a Túsculo (cf. *Att.* 12.46.1, de 15 de Maio). Entretanto, residiu em Ástura, entre o dia 7 de Março (cf. *Att.* 12.13) e o dia 15 de Maio de 45 (com excepção do mês de Abril, que foi passado em Roma, em casa de Ático), e em Lanúvio, nos dias 16 e 17 de Maio. O regresso a Túsculo aconteceria apenas no dia 17 de Maio. É o próprio Cícero quem nos informa destas últimas datas: *ego hinc, ut scripsi antea, postridie Idus Lanuui, deinde postridie in Tusculano* (*Att.* 12.44.3, escrita em Ástura, no dia 13 de Maio de 45).

<sup>220</sup> Aí, terá lido todos os livros de *consolatio* que encontrou: *Nihil enim de maerore minuendo scriptum ab ullo est quod ego non domi tuae legerim* (*Att.* 12.14.3, escrita já em Ástura, no dia 8 de Março).

propriedade de Ástura<sup>221</sup>. Queria estar sozinho<sup>222</sup>. Nas imediações, existia uma floresta densa, onde costumava refugiar-se durante a maior parte do dia:

*In hac solitudine careo omnium colloquio, cumque mane me in siluam abstrusi densam et asperam, non exeo inde ante uesperum.*<sup>223</sup>

Preenchia esse tempo a conversar com os livros, mas estes diálogos eram interrompidos por acessos de choro convulsivo:

*Secundum te nihil est mihi amicus solitudine. In ea mihi omnis sermo est cum litteris. Eum tamen interpellat fletus.*<sup>224</sup>

Não foi fácil separar-se de Ático; na primeira carta escrita depois da chegada a Ástura, disse ao amigo:

---

<sup>221</sup> Chegou a Ástura no dia 7 de Março. O local situava-se no litoral do Lácio, a cerca de 60 Km a sudeste de Roma. Sobre a descrição e localização desta propriedade, vide CASTAGNOLI (1963); PICCARRETA (1977). De J. Beaujeu, leia-se BEAUJEU (1982) e *Les Belles Lettres*, v. 8, 16, nota 2, que rebate a tese defendida pelos estudiosos acima referidos relativa à localização da *uilla* ciceroniana.

A propriedade era arborizada e pouco frequentada e a *uilla*, que ficava junto ao mar, era visível dos portos de Âncio e do monte Circeu. Cf. Plin., *Nat.* 3.57; Plu., *Cic.* 47.1; *Att.* 12.13.1, escrita em Ástura: *me haec solitudo minus stimulat quam ista celebritas* [scil. *Romae*]; *Att.* 12.19.1, redigida igualmente em Ástura: *Est hic locus amoenus et in mari ipso, qui et Antio et Circeis aspici possit.*

<sup>222</sup> No dia seguinte ao da sua chegada, confessou a Ático preferir a solidão às visitas diárias que recebia em Roma: *Att.* 12.13.1: *Me haec solitudo minus stimulat quam ista celebritas.*

O tópico da solidão repetir-se-á, aliás, constantemente nas suas cartas. Cf. *Att.* 12.14.3: *solitudo aliquid adiuvat*; 12.15: *secundum te, nihil est mihi amicus solitudine*; 12.16: *mihi nihil aptius fuit hac solitudine*; 12.9: *nihil hac solitudine iucundius, nisi paulum interpellasset Amyntae filius*; 12.18.1: *nec quicquam habeo tolerabilius quam solitudinem*; 12.23.1: *itaque solitudines sequor...*

<sup>223</sup> *Att.* 12.15.

NICOLET-MICHEL (1961) 75 sq. defendem a humanidade e sinceridade do comportamento de Cícero, ao afirmarem: “sa correspondance, parmi toutes les oeuvres de la littérature latine, nous offre le premier grand cri de sensibilité personnelle. C’est la première fois qu’un homme — et surtout un personnage aussi important, officiel — se dépouille de ses masques, pour chercher la solitude. Les poètes grecs avaient exprimé cette sorte de douleur. Cicéron la ressent. (...) Pour Atticus qui vient le relancer, il décrit les bois qui entourent ses villas, où il s’enfonce toute la journée, quêtant le recueillement et l’oubli. Pourquoi juger trompeuse une peine si semblable aux autres? L’orateur n’a jamais voulu qu’être humain”. Este pensamento contraria as opiniões expressas por CARCOPINO (1947) v. 1, 289 e VAN DEN BRUWAENE, M., “Cicéron éducateur de ses enfants”, *Nova et vetera* 14 (1932) 465, ambos citados por LEPAGE (1976) 248. Este último considerou o desgosto de Cícero uma manifestação de egoísmo. Aquele, considerando superficial a dor do epistológrafo, chegou a afirmar: “c’est sans délai que le chagrin de Cicéron est devenu pour lui object de réflexion et matière à philosophie. Comme les pires infortunes de Montesquieu ne résistaient pas à une heure de lecture, la plus amère douleur de Cicéron s’est muée tout de suite en littérature [scil. na redacção de obras filosóficas]”. Se pensarmos, porém, que foram precisos três meses de luto profundo para que Cícero conseguisse deixar a solidão que somente a *uilla* de Ástura lhe proporcionava, perceberemos sem dificuldade a autenticidade dos seus sentimentos.

<sup>224</sup> *Att.* 12.15.

*Te unum desidero.*<sup>225</sup>

O ideal seria que aquele pudesse partilhar da sua solidão:

*Solitudo aliquid adiuvat, sed multo plus proficeret si tu tamen interesses.*<sup>226</sup>

Sabia, no entanto, e compreendia, que Ático estava cheio de trabalho. Se o amigo permanecesse ocupado por muito tempo, ele próprio acabaria por ir visitá-lo:

*Te tuis negotiis relictis nolo ad me uenire; ego potius accedam, si diutius impedire.*<sup>227</sup>

A existir um lenitivo para a dor que sentia, seria unicamente a companhia e a amizade de Pompónio; só ele lhe fazia falta:

*Quod si esset aliquod leuamen, id esset in te uno, et cum primum ab aliquo poterit esse, a te erit. Nunc tamen ipsum sine te esse non possum.*<sup>228</sup>

Mas os motivos que o levaram a fazê-lo foram mais fortes do que a vontade de estar com o amigo. De facto, assim que chegou a Ástura, pediu a Ático que o dispensasse de quaisquer compromissos sociais, alegando motivos de doença<sup>229</sup>:

---

<sup>225</sup> Att. 12.13.1.

<sup>226</sup> Att. 12.14.3.

<sup>227</sup> Att. 12.16.

No passo Att. 12.18.4, podemos ler: *Tibi ad me uenire, ut ostendis, uide ne non sit facile. Est enim longum iter discedentemque te, quod celeriter tibi erit fortasse faciendum, non sine magno dolore dimittam.* As dificuldades inerentes a uma visita por parte de Ático eram, portanto, bastantes. Além do mais, Cícero sabia que, se fosse visitado pelo amigo, iria sentir redobrada angústia, quando tivesse de se despedir novamente dele. Ático, consciente da fragilidade emocional de Cícero (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 22), não chegou a reencontrar-se com o amigo antes do regresso dele a Roma, ainda que tivesse admitido essa hipótese numa outra ocasião (cf. Att. 12.26.1: *Tuis occupationibus ignosco, eaque mihi sunt notae. De uoluntate tua ut simul simus, uel studio potius cupiditate, non dubio.*).

<sup>228</sup> Att. 12.16.

<sup>229</sup> Cícero preferiu não alegar o seu luto como desculpa. Recusar convites *luctus causa* seria contrário aos costumes sociais contemporâneos (cf. SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, nota 7 Att. 12.13.2). O período que costumavam reservar ao *luctus* era de nove dias, durante os quais os homens da família estavam isentos de participarem activamente na vida pública: “For nine days after the death the household observed a period of purification, the *feriae denicales*, during which men were exempt from public duties.”

*Sed cura ut excuser morbi causa in dies singulos.*<sup>230</sup>

Decidiu isolar-se quando percebeu que a sua permanência em Roma o sujeitaria ao assédio diário de visitas que pretendiam manifestar as suas condolências<sup>231</sup>. Quiçá por esta razão, tinha optado por não ficar na sua própria casa, situada no Palatino. Por outro lado, fruto dos afazeres e negócios que preenchiam os seus dias, Ático mantinha relações estreitas com membros ou simpatizantes do partido cesariano. O epistológrafo sabia que enquanto permanecesse alojado em casa do amigo teria de repartir a companhia dele com pessoas cujo convívio abominava:

*Sed nec tuae domi probabatur nec meae poteram nec, si propius essem uspiam, tecum tamen essem*<sup>232</sup>

Tais circunstâncias, aliadas à necessidade de estar sozinho — própria, aliás, de quem se encontra enlutado —, terão levado Cícero a querer afastar-se de Roma e serão, talvez, a explicação para estas enigmáticas palavras<sup>233</sup>:

*Idem enim te impediret quominus mecum esses quod nunc etiam impedit. Mihi nihil adhuc aptius fuit hac solitudine.*<sup>234</sup>

Da leitura das cartas escritas durante este período, ressaltam o estado de espírito e as principais preocupações deste homem. O pai não conseguia vencer a tristeza profunda para que a morte prematura da filha o atirara e fazia questão de o lembrar ao amigo, quase

---

(TREGGIARI (1991) 493). Terminado esse período, prestavam-se as honras fúnebres ao defunto. Depois, era suposto que os homens contivessem o desgosto (cf. Cic., *Tusc.* 3.70 sqq.). Cícero, todavia, não conseguiu fazê-lo: “Cicero did not wish it though that he was avoiding parties after his daughter’s death. But he did keep away from people as far as possible for some time, especially the first month, although he had some companions in his solitude.” (TREGGIARI (1991) loc. cit.).

<sup>230</sup> *Att.* 12.13.2.

<sup>231</sup> Cf. *Att.* 12.40.2: *Dum tua me domus leuabat, quis a me exclusus? Quis uenit qui offenderet? Asturam sum a te profectus. (...) Quis aut congressum meum aut facilitatem sermonis desiderauit?*

<sup>232</sup> *Att.* 12.16.

<sup>233</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 16.

<sup>234</sup> *Att.* 12.16.

todos os dias, desde que chegara a Ástura<sup>235</sup>. Qualquer manifestação de pesarosos sentimentos e de palavras de conforto pela perda sofrida provocava nele o choro convulsivo<sup>236</sup>. Em Março, por exemplo, recebeu, comovido, as condolências de Bruto<sup>237</sup>, que se encontrava na Gália Cisalpina:

*Brutti litterae scriptae et prudenter et amice multas mihi tamen lacrimas attulerunt.*<sup>238</sup>

Apesar de todas as palavras de conforto, apesar do esforço no sentido de ultrapassar o desgosto, Cícero não conseguia vencer a depressão:

*Ardor tamen ille idem urget et manet, non mehercule indulgente me sed tamen repugnante.*<sup>239</sup>

Recebeu igualmente uma carta do ex-genro, Dolabela, que, na qualidade de lugar-tenente de César, se encontrava na Hispânia. Cícero respondeu-lhe, no final de Abril, com comoventes e sentidas palavras; preferia ter morrido, em vez de Túlia:

*Vel meo ipsius interitu mallem litteras meas desiderares quam eo casu quo sum grauissime adflictus.*<sup>240</sup>

Apesar da fragilidade em que se encontrava, apesar de ter perdido a alegria de viver, não estava disposto a entregar-se aos caprichos da Fortuna. Mantinha a coragem e a vontade de ultrapassar aquele mau momento da vida:

---

<sup>235</sup> Também nos seus tratados de filosofia são imensas as referências à dor que a morte prematura de Túlia lhe causou. Leiam-se e. g. *N. D.* 1.9: *animi aegritudo fortunae magna et graui commota iniuria; Ac. post.* 1.11: *fortunae grauissimo percussus uulnere.*

<sup>236</sup> Afirma BOISSIER (1895, trad. 1986) 63: “Como era sabido cuánto quería a su hija, recibió de todas partes innumerables cartas de esas que sólo consuelan a quienes no tienen necesidad de ser consolados. Los filósofos, a quienes honraba, trataron con sus exhortaciones de hacerle soportar con valor aquella pérdida.”

<sup>237</sup> Para uma análise literária e comparativa desta e de três outras cartas de *consolatio*, escritas por Cícero e por correspondentes seus, vide HUTCHINSON (1998) cap. 3 (49 sqq.).

<sup>238</sup> *Att.* 12.13.1, de 7 de Março. Cícero anunciou por duas vezes a Ático a intenção de agradecer a Bruto a sua missiva. Cf. *Att.* 12.15, do dia 9 de Março: *Bruto, ut suades, rescribam. Eas litteras cras habebis. Cum erit cui des, dabis; Att.* 12.18.2, de 11 de Março: *epistulam quam ad Brutum, ut tibi placuerat, scripsi misi ad te.*

<sup>239</sup> *Att.* 12.13.1.

<sup>240</sup> *Fam.* 9.11.1, de finais de Abril.

... ita me adfectum offendes ut multum a te possim iuuari; non quo ita sim fractus ut aut hominem me esse oblitus sim aut Fortunae succumbendum putem, sed tamen hilaritas illa nostra et suauitas, quae te praeter ceteros delectabat, erepta mihi omnis est; firmitatem tamen et constantiam, si modo fuit aliquando in nobis, eandem cognosces quam reliquisti.<sup>241</sup>

Da Hispânia, onde acabara de vencer o filho de Pompeio, Júlio César escreveu-lhe uma carta de consolação:

*A Caesare litteras accepi consolatorias datas pridie Kal(endas) Maias Hispali.*<sup>242</sup>

Infelizmente, os editores da correspondência de Cícero não conservaram<sup>243</sup> nem esta nem outras cartas de condolências que, da leitura de outras missivas, sabemos terem sido recebidas. Excepção feita, porém, para uma carta enviada de Atenas por Sérvio Sulpício, governador da Grécia, em meados de Março<sup>244</sup>.

Sulpício transmitiu a Cícero as habituais palavras de consolação: que os homens são mortais<sup>245</sup>, que Túlia tivera a sorte de ter vivido num tempo em que ainda existia liberdade e que tinha podido viver quase tudo o que a vida tinha de bom para lhe oferecer<sup>246</sup>. Deveria adoptar o remédio que, em circunstâncias semelhantes, prescrevera a outros, isto é, coragem para ultrapassar o desgosto<sup>247</sup>:

---

<sup>241</sup> Ibidem.

<sup>242</sup> Att. 13.20.1, de 2 de Julho.

<sup>243</sup> Na opinião de CARCOPINO (1947) v. 1, 278, “non sans perfidie”.

<sup>244</sup> Fam. 4.5, de meados de Março. BOISSIER (1895, trad. 1986) 64 considera admirável esta carta: “Es enteramente digna del gran talento que la escribía y de aquel a quien iba dirigida.” CARCOPINO (1947) v. 1, 278, porém, vê nela apenas uma “missive quelque peu compassée et scholastique”.

<sup>245</sup> Cf. Fam. 4.5.4: *Coepi egomet mecum sic cogitare: ‘hem! Nos homunculi indignamur si quis nostrum interiit aut occisus est, quorum uita breuior esse debet, cum uno loco tot oppidum cadauera proiecta iacent? Visne tu te, Serui, cohibere et meminisse hominem te esse natum? (...) Quae [= Tulia] si hoc tempore non diem suum obisset, paucis post annis tamen ei moriendum fuit, quoniam homo nata fuerat.*

<sup>246</sup> Cf. Fam. 4.5.5: *illam, quam diu ei opus fuerit, uixisse una cum re publica fuisse, te, patrem suum, praetorem, consulem, augurem uidisse, adulescentibus primariis nuptam fuisse, omnibus bonis prope perfunctam esse...*

<sup>247</sup> Apesar de as recomendações dos filósofos em matéria de *maeror* irem no sentido da necessidade de vencer o desgosto, Cícero não conseguia fazê-lo: “The preachings of philosophers about the general fate of mankind conflict with the natural instinct of an individual to mourn another whom he loved and to see what was especially precious and irreplaceable in that person.” (TREGGIARI (1991) 496).

*Denique noli te oblisci Ciceronem esse et eum qui aliis consueris praecipere et dare consilium, neque imitare malos medicos, qui in alienis morbis profitentur tenere se medicinae scientiam, ipsi se curare non possunt, sed potius quae aliis tute praecipere soles ea tute tibi subiace atque apud animum antepone.*<sup>248</sup>

Apesar do poder paliativo do tempo, Cícero deveria antecipar-se-lhe corajosamente<sup>249</sup>. Túlia, com toda a certeza, não queria que ele se entregasse à dor:

*Nullus dolor est quem non longuinitas temporis minuat ac molliat. Hoc te exsperare tempus tibi turpe est ac non ei rei sapientia tua te occurrere. Quod si qui etiam inferis sensus est, qui illius in te amor fuit pietasque in omnis suos, hoc certe illa te facere non uult.*<sup>250</sup>

Por reverência para com a memória da filha, por respeito para com todos os que se preocupavam com ele, enfim, pelo bem da pátria, deveria regressar quanto antes à vida activa, para servir o país com o seu conselho:

*Da hoc illi mortuae, da ceteris amicis ac familiaribus, qui tuo dolore maerent, da patriae, ut, si qua in re opus sit, opera et consilio tuo uti possit.*<sup>251</sup>

Não deveria permitir que alguém pensasse que, em vez da filha, eram a *res publica* e a vitória de César que ele chorava:

*... noli committere utquisquam te putet non tam filiam quam rei publicae tempora et aliorum uictoriam lugere.*<sup>252</sup>

---

<sup>248</sup> Cf. *Fam.* 4.5.5.

<sup>249</sup> Antes de viver a experiência da perda de alguém tão próximo, o próprio Cícero afirmava que, se as mulheres, a quem o luto pela morte dos filhos enfraquecera o pensamento, eram capazes, ao fim de algum tempo, de pôr termo à tristeza, os homens, por sua vez, não deveriam esperar que o tempo lhes trouxesse a cura para essa mesma dor. Deveriam antes usar da sua energia, inteligência e razão para ultrapassarem, o mais brevemente possível, o desgosto (cf. *Fam.* 5.16.6, carta de consolação dedicada a Tício, que havia perdido dois filhos: *etenim si nulla fuit umquam [si] liberis amissis tam imbecillo mulier animo quae non aliquando lugendi modum fecerit, certe nos, quod est dies adlatura, id consilio ante ferre debemus neque exspectare temporis medicinam, quam repraesentare ratione possimus.*).

<sup>250</sup> Cf. *Fam.* 4.5.6.

<sup>251</sup> Ibidem.

<sup>252</sup> Ibid..

Já dera provas suficientes da sua nobreza de carácter em momentos de prosperidade. Restava-lhe, agora, mostrar que não era menos capaz de lidar com a adversidade, para que não pensassem ser essa a única virtude de que carecia<sup>253</sup>:

... uidimus aliquotiens secundam pulcherrime te ferre fortunam magnamque ex ea re te laudem apisci; fac aliquando intellegamus aduersam quoque te aeque ferre posse neque id maius quam debeat tibi onus uideri, ne ex omnibus uirtutibus haec una tibi uideatur deesse.<sup>254</sup>

É difícil acreditarmos que Cícero tenha encontrado nesta missiva uma mensagem substancialmente diferente das que lera noutras cartas, noutras obras de *consolatio*<sup>255</sup>. Eis as primeiras palavras de resposta a Sulpício:

Ego uero, Serui, uellem, ut scribis, in meo grauissimo casu adfuisses. Quantum enim praesens me adiuuare potueris et consolando et prope aeque dolendo facile ex eo intellego quod litteris lectis aliquantum acquieui. Nam et ea scripsisti quae leuare luctum possent et in me consolando non mediocrem ipse animi dolorem adhibuisti.<sup>256</sup>

Não sabemos se estas palavras foram sentidas e sinceras, ou se constituíram mero agradecimento de circunstância, para evitar que o amigo ficasse magoado com ele. Sabemos, porém, que refutou de imediato o argumento apresentado por Sulpício da necessidade imperiosa de regressar à vida pública como forma de ultrapassar o desgosto.

---

<sup>253</sup> As críticas por parte de outras pessoas ao comportamento de Cícero face ao desaparecimento de Túlia a que Sulpício alude poderão ter influenciado a opinião que outros autores, postumamente, desenvolveram acerca da sua pessoa. Vide TREGGIARI (1998) 21, nota 77: “Criticism of Cicero’s reaction, in this as in other crises of his life, seems to have been strong enough to affect the verdict on him even posthumously. The only one of his misfortunes which Cicero bore like a man, they said, was his own death”. A autora remete-nos para a leitura de alguns *exempla*: Liv. *apud* Sen. *Suas.* 6.22: *Ciceroni hoc, ut Graeco uerbo utar, ἐπιτάφιον* Liuius reddit. T. LIVI Vixit tres et sexaginta annos, ut, si uis afuisset, ne immatura quidem mors uideri possit. Ingenium et operibus et praemiis operum felix, ipse fortunae diu prosperae; sed in longo tenore felicitatis magnis interim ictus uulneribus, exilio, ruina partium pro quibus steterat, filiae morte, exitu tam tristi atque acerbo, omnium aduersorum nihil ut uiro dignum erat tulit praeter mortem, quae uere aestimanti minus indigna uideri potuit, quod a uictore inimico [nihil] crudelius passus erat quam quod eiusdem fortunae compos ipse fecisset. Si quis tamen uirtutibus uitia pensarit, uir magnus ac memorabilis fuit et in cuius laudes exequendas Cicerone laudatore opus fuerit. Vt est natura candidissimus omnium magnorum ingeniorum aestimator T. Liuius, plenissimum Ciceroni testimonium reddidit. cf. 24 (Pollio quoque Asinius, qui Verrem, Ciceronis reum, fortissime morientem tradidit, Ciceronis mortem solus ex omnibus maligne narrat, testimonium tamen quamuis inuitus plenum ei reddidit.); cf. Plu., *Cic.* 48.3-5.

<sup>254</sup> *Fam.* 4.5.6.

<sup>255</sup> Leia-se, a este respeito, TREGGIARI (1998) 19: “Fresh from his intensive reading, Cicero can have found little new here, but who can be original in a letter of condolence?”

<sup>256</sup> *Fam.* 4.6.1, de meados de Abril.



A vitória de César subtraía-lhe as honras outrora conquistadas e obrigara-o a abandonar a defesa dos ideais por que tanto se havia batido, pelo que deixara de fazer sentido a actividade pública, no *Forum* e no Senado:

*Mihi autem, amissis ornamentis iis quae ipse commemoras quaeque eram maximis laboribus adeptus, unum manebat illud solacium quod ereptum est. Non amicorum negotiis, non rei publicae procuratione impediabantur cogitationes meae, nihil in foro agere libebat, aspicere curiam non poteram, existimabam, id quod erat, omnis me et industriae meae fructus et fortunae perdisse.*<sup>257</sup>

Durante o tempo que viveu na companhia de Túlia, sentia que tinha alguém que o acarinhava e com quem partilhava as angústias e desilusões da vida pública. Existia para o pai, então, um lar onde se podia refugiar e esquecer por algum tempo a tristeza. Depois do desaparecimento da filha, pelo rumo que os acontecimentos políticos haviam tomado, tornara-se-lhe impossível encontrar na actividade pública consolo para o desgosto que sentia. Restava-lhe, por isso, ausentar-se da casa que partilhara, em Roma, com Túlia, e afastar-se do *Forum*, já que aquela *domus* não mais podia consolá-lo das desilusões da vida pública, nem a *res publica* podia aliviar a dor íntima que agora o atormentava:

*... habebam quo confugerem, ubi conquiescerem, cuius in sermone et suavitate omnis curas doloresque deponerem. Nunc autem hoc tam graui uulnere etiam illa quae consanuisse uidebantur recrudescunt. Non enim, ut tum me a re publica maestum domus excipiebat quae leuaret, sic nunc domo maerens ad rem publicam confugere possum ut in eius bonis acquiescam. Itaque et domo absum et foro, quod nec eum dolorem quem e re publica capio domus iam consolari potest nec domesticum res publica.*<sup>258</sup>

Sulpício não era o único amigo preocupado com Cícero. Em carta datada de 9 de Maio, Luceio, que ficara surpreendido por o não encontrar em Roma, começou por dizer que aprovava a decisão por ele tomada de buscar a solidão para se dedicar à escrita ou a outras das suas ocupações habituais:

---

<sup>257</sup> *Fam.* 4.6.2.

<sup>258</sup> *Ibidem.*

*Romae quia postea non fuisti quam discesseras miratus sum, quod item nunc miror. (...) Si solitudine delectare, cum scribas et aliquid agas eorum consuesti, gaudeo neque reprehendo tuum consilium.*<sup>259</sup>

Nada podia ser mais agradável a um homem culto e enlutado como Cícero, que estivera sujeito a tantas pressões nos últimos tempos, do que retirar-se da absorvente cidade e dedicar-se a tão dignificante ocupação, como era a produção de obras literárias:

*Nam mihi isto potest esse iucundius non modo miseris his temporibus et luctuosis sed etiam tranquilis et optatis, praesertim uel animo defatigato tuo, qui nunc requiem quaerat ex magnis occupationibus, uel erudito, qui semper aliquid ex se promat quod alios delectet, ipsum laudibus illustret.*<sup>260</sup>

Se, no entanto, em vez disso, Cícero se tivesse entregado ao choro e à tristeza, como fizera antes de deixar Roma, seria mais sensato da sua parte escutar o conselho de Luceio de se arrancar à depressão em que caíra, regressando ao convívio dos amigos, para, dessa forma, voltar a ser o homem que fora:

*Sin autem sicut hinc discesseras, lacrimis ac tristiae te tradidisti, doleo quia doles et angere, non possum te non, si concedis quod sentimus ut liberior dicamus, accusare. (...) Quod si non possumus aliquid proficere suadendo, gratia contendimus et rogando, si quid nostra causa uis, ut istis te molestiis laxes et ad conuictum nostrum redeas <et> ad consuetudinem uel nostram communem uel tuam solius ac propriam.*<sup>261</sup>

Depois de lhe agradecer a manifestação de amizade<sup>262</sup>, Cícero respondeu-lhe que a cura para a sua ferida deixara de existir. Os amigos, exceptuando Luceio e outros como ele, ou tinham morrido, ou tinham-se tornado insensíveis:

*Illius tanti uulneris quae remedia sunt esse debebant ea nulla sunt. Quid enim? Ad amicosne confugiam? Quam multi sunt? Habuimus enim fere communis; quorum alii*

---

<sup>259</sup> Fam. 5.14.1, de 9 de Maio.

<sup>260</sup> Ibidem.

<sup>261</sup> Fam. 5.14.2-3.

<sup>262</sup> Fam. 5.15.1: *Omnis amor tuus ex omnibus partibus se ostendit in iis litteris quas a te proxime accepi, non ille quidem mihi ignotus sed tamen gratus et optatus; dicerem 'iucundus' nisi id uerbum in omne tempus predidissem, neque ob eam unam causam quam tu suspicaris*

*occiderunt, alii nescio quo pacto obduruerunt. Tecum uiuere possem equidem et maxime uellem. Venustas, amor, consuetudo, studia paria — quod uinclum, quaeso, deest nostrae coniunctioni[s]?<sup>263</sup>*

Agora, em vez de usufruir das glórias que conquistara ao longo da sua carreira, sentia vergonha de estar vivo. Despojado de honras públicas e de alegrias pessoais, ficaram-lhe apenas os livros:

*Sed casu nescio quo in ea tempora nostra aetas incidit ut, cum maxime florere nos oportet, tum uiuere etiam pueret. Quod enim esse poterat mihi perfugium spoliato et domesticis et forensibus ornamentis atque solaciis? Litterae, credo. Quibus utor adsidue; quid enim aliud facere possum?<sup>264</sup>*

O afastamento da Urbe tornara-se inevitável; o lar de outrora não existia mais, e os tempos, os homens, o *Forum* e o Senado tinham-se tornado odiosos aos seus olhos. Os *studia* não representavam a cura definitiva dos seus males, mas constituíam um paliativo que aliviava momentaneamente as suas dores<sup>265</sup>:

*Hic tu me abesse urbe miraris, in qua domus nihil delectare possit, summum sit odium temporum, hominum, fori, curiae? Itaque litteris utor, in quibus consumo omne tempus, non ut ab iis medicinam perpetuam sed ut exiguum obliuionem doloris petam.<sup>266</sup>*

Como Luceio e Sulpício, também Ático, de forma quase diária, incitou Cícero a vencer a dor de alma. O desgosto, porém, persistia:

*Quod me ab hoc maerore recreari uis, facis ut omnia; sed me mihi non defuisse tu testis es.<sup>267</sup>*

---

<sup>263</sup> *Fam.* 5.15.1-2.

<sup>264</sup> *Ibidem.*

<sup>265</sup> Esta opção pelo afastamento de Roma contrasta com o desejo de protagonismo político que o estadista até então havia revelado. Como se afirma em PEREIRA (2006) 84: “este *desiderium Urbis* é perfeitamente revelador do instinto político de Cícero, que percebe quanto lhe é necessário estar em Roma sob o olhar atento dos concidadãos, ser visto, ser comentado, estar na ribalta.” Foram o desgosto e as circunstâncias políticas que o levaram a querer afastar-se da Urbe. Cf. PEREIRA (2006) 84: “Cícero amava o *negotium* da agitada vida pública, entregando-se ao *otium* (sempre *cum dignitate*) apenas quando as condições políticas o impediam de actuar e lutar no fórum, como aconteceu por mais do que uma vez, mas sobretudo no final da vida, nos tempos conturbados que se seguiram ao cesaricídio (em 44 a.C.).”

<sup>266</sup> *Fam.* 5.15.4.

Para o conseguir, ele sabia que teria de começar por disfarçar as manifestações exteriores do desgosto (*maeror*) e esforçar-se por apresentar uma expressão facial menos carregada:

... *omniaque nitor non ad animum sed ad uultum ipsum, si queam, reficiendum...*<sup>268</sup>

O simples facto de pensar fazê-lo deixava-o, no entanto, cheio de remorsos, por pensar que, desse modo, estaria a trair a memória de Túlia. Por outro lado, não tentar fazê-lo constituiria motivo de reprovação por parte de outros:

... *idque faciens interdum mihi peccare uideor, interdum peccaturus esse nisi faciam.*<sup>269</sup>

Vivia, pois, um conflito interior, porquanto estava dividido entre dois deveres contraditórios: por um lado, o respeito pela memória da filha, por outro, a obrigação, imposta pela moral estóica, de disfarçar, perante os outros, o seu desgosto<sup>270</sup>.

---

<sup>267</sup> *Att.* 12.14.3.

<sup>268</sup> *Ibidem.*

<sup>269</sup> *Ibid.*

<sup>270</sup> Sobre esta questão, leia-se a análise feita por J. Beaujeu (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 20 sq.), que afirma: “Ce conflit intérieur n’était pas seulement un problème circonstanciel, d’ordre sentimental: il faisait l’objet d’un débat philosophique.” O comentador, remetendo-nos para a leitura da passagem 3.76 das *Tusculanas* (*Chrysippus autem caput esse censet in consolando detrahare illam opinionem maerenti, si se officio fungi putet iusto atque debito*), lembra que Crisipo, autor do mais antigo tratado de *consolatio* dos Estóicos, o Θεραπευτικός, defendia, em matéria de *consolatio*, que se devia banir, entre aqueles que manifestavam o seu desgosto, a ideia adquirida de que fazê-lo constituía um dever legítimo e obrigatório. Ora, na opinião de J. Beaujeu, Cícero terá desenvolvido esta ideia estóica na sua *Consolatio*, escrita nos primeiros dias passados em Ástura, e tê-la-á confrontado com teorias de outras escolas filosóficas, “surtout celle du platonicien Crantor, qui opposait à l’idéal stoïcien de *l’ἀπάθεια* une attitude plus humaine, définie par la modération, *μετριοπάθεια*.” Adoptando uma atitude mais moderada, Cícero admitiu ter conseguido dominar o *maeror* (*aegritudo flebilis*, de acordo com a terminologia estóica; cf. *Tusc.* 4.18), isto é, a tristeza como manifestação exterior da dor — estando, neste ponto, de acordo com Crisipo —, mas não a *dolor* (*aegritudo crucians*), quer dizer, o sofrimento íntimo, já que reprimi-lo seria desumano e próprio de alguém insensível. Perspectivando essa dor como legítima e própria de um homem em quem a cultura tinha desenvolvido a sensibilidade (cf. *Att.* 12.46.1), Cícero considerava-a inseparável da memória de Túlia, que sentia ter o dever de manter acesa em si e de perpetuar nas gerações futuras. A este respeito, leia-se igualmente KUMANIECKI (1969) 378-380 e 396 sq., que afirma, nas pp. 379 sq.: “tout en se servant de la terminologie stoïcienne, qui fait la distinction entre *maeror* et *dolor*, Cicéron se prononce nettement pour la thèse de Crantor qui considérait la douleur comme un phénomène naturel; selon cette thèse, la lutte contre la douleur était une chose d’inhumaine. C’est pourquoi Cicéron se déclarait pour Crantor et sa *μετριοπάθεια*; (...) il est possible qu’il combattait en même temps l’idéal stoïcien de *l’ἀπάθεια*.” De facto, alguns dias depois, Cícero voltaria a defender o direito natural à dor, rejeitando as recomendações estóicas de Crisipo: *Maerorem minui*,

Assumindo-se como porta-voz dos amigos de Cícero, Ático procurou, em vão, por diversas vezes, conseguir que ele regressasse a Roma, na esperança de que a agitada vida forense o ajudasse a esquecer a tragédia. Àqueles, porém, que o criticavam por não conseguir ultrapassar a dor e regressar aos *officia*, Cícero respondia que se mantinha bastante ocupado com outro tipo de afazeres, como a leitura e a escrita de obras filosóficas:

*Quod me hortaris idque a ceteris desiderari scribis ut dissimulem me tam grauit  
dolere, possumne magis quam quod totos dies consumo in litteris?*<sup>271</sup>

Abominava a ideia de regressar à vida activa. Se já antes desta tragédia familiar evitava o *Forum*, imagine-se então, sob o domínio de César, sem tribunais e sem Cúria dignos, e com a agravante de neles poder vir a encontrar pessoas indesejadas, como os partidários de César:

*Quod me in forum uocas unde etiam bonis meis rebus fugiebam. Quid enim mihi foro  
sine iudiciis, sine curia, in oculos incurrentibus iis quos animo aequo uidere non possum?*<sup>272</sup>

Os filósofos cujos preceitos lera, nos primeiros dias de luto, em casa de Ático, prescreviam coragem e autodomínio perante a experiência da morte de alguém próximo. Terminado um breve período de retiro da vida activa, era esperado que o indivíduo enlutado regressasse à sua actividade quotidiana. Cícero, todavia, apesar de já ter passado aproximadamente um mês sobre o desaparecimento de Túlia, ainda não se sentia capaz de fazê-lo. Pouco ou nada lhe interessava que reclamassem o seu regresso à vida normal. Para si, naquele momento, era mais importante a opinião de Ático, o amigo de sempre, do que a crítica de quaisquer outras pessoas<sup>273</sup>:

---

*dolorem nec potui nec, si possem, uellem* (Att. 12.28.3, de 24 de Março). Tinha, portanto, atenuado a tristeza (*maerorem*), mas não tinha sido capaz, nem queria, diminuir a dor (*dolorem*) que sentia.

<sup>271</sup> Att. 12.20.1.

<sup>272</sup> Att. 12.21.5.

<sup>273</sup> A este propósito, leia-se TREGGIARI (1998) 14: “The philosophers recommended iron self-control. Roman etiquette prescribed a limited amount of ritualised lamentation by women, followed by formal mourning for a set period. The rules for men were different, because they were expected to be involved in public service. But nine days from death marked a ritual period of withdrawal from normal life for both sexes, ending in a funeral feast. In real life the reactions of bereaved men, at least were scrutinised, partly in sympathy, to see how they were coping, and partly to see how they lived up to an ideal of restraint in the display of grief and in ability to get back to “business as usual”.”

*Quod autem a me homines postulare scribis <ut Romae sim neque mihi ut absim concedere> aut <ali>quatenus eos mihi concedere, iam pridem scito esse cum unum te pluris quam omnis illos putem.*<sup>274</sup>

E, acima de tudo, estava a sua própria vontade:

*Ne me quidem contemno meoque iudicio multo stare malo quam omnium reliquorum.*<sup>275</sup>

Ático deveria, por conseguinte, respeitar a sua decisão, evitando pedir-lhe que se afastasse das suas leituras e dos seus escritos filosóficos, os únicos lenitivos para a dor que sentia forte, ainda. Se insistisse no seu regresso à agitada Urbe, arriscar-se-ia a assistir a uma recaída do amigo:

*Ab his me remediis noli in istam turbam uocare, ne recidam.*<sup>276</sup>

Quando Ático comparou a casa que ele possuía em Roma com o *Forum*, respondeu-lhe que aquela de nada lhe servia, já que não pretendia regressar à Urbe<sup>277</sup>:

*Sed domus est, ut ais, forum. Quid ipsa domo mihi opus est carenti foro?*<sup>278</sup>

Aos constantes apelos do amigo para que regressasse à actividade política, Cícero objectou sentir-se incapaz de retomar antigos hábitos e estar disposto a seguir somente o que ditava a sua consciência:

*Quod <me ad> meam consuetudinem reuocas, fuit meum quidem iam pridem rem publicam lugere, quod faciebam, sed mitius; erat enim ubi acquiescerem. Nunc plane non ego*

---

<sup>274</sup> Att. 12.21.5.

<sup>275</sup> Ibidem.

<sup>276</sup> Ibid..

<sup>277</sup> Cf. TREGGIARI (1998) 19, nota 70: “The comparison with the forum apparently means he could see people in his house and thus avoid criticism”

<sup>278</sup> Att. 12.23.1.

*uictum nec uitam illam colere possum, nec in ea re quid <aliis> uideatur mihi puto curandum;  
mea mihi conscientia pluris est quam omnium sermo.*<sup>279</sup>

Ático temia pela sua reputação, mas Cícero reagia com alguma animosidade às críticas de abandono dos afazeres públicos<sup>280</sup>; não tinha perdido a razão, porquanto ocupava os seus dias a redigir:

*Quod scribis te uereri ne et gratia et auctoritas nostra hoc meo maerore minuatur,  
ego quid homines aut reprehendant aut postulent nescio. Ne doleam? Qui potest? Ne iaceam?  
Quis umquam minus? Dum tua me domus leuabat, quis a me exclusus? Quis uenit qui  
offenderet? Asturam sum a te profectus. Legere isti laeti qui me reprehendunt tam multa non  
possunt quam ego scripsi.*<sup>281</sup>

O isolamento de tudo e de todos em Ástura permitiu-lhe dedicar-se a tempo inteiro à actividade filosófica. Na verdade, ao invés de se abandonar ao desgosto e às lamentações, preferiu procurar na leitura, na reflexão e na produção de tratados de filosofia um lenitivo para o seu sofrimento. Os primeiros dias de luto, passados ainda em casa de Ático, foram preenchidos com a leitura voraz de livros de *consolatio*<sup>282</sup> escritos por autores gregos<sup>283</sup>:

---

<sup>279</sup> Att. 12.28.2.

<sup>280</sup> Nesta difícil fase da sua vida, Cícero voltou a sentir a pressão da vida pública: “we see pressure to appear playing his accustomed role in the forum and in his town house, to go back to work and to conceal his grief.” (TREGGIARI (1998) 23). Alguns meses mais tarde, o estadista haveria de reconhecer quão difícil, por vezes, se tornava manter, na vida pública, a máscara de líder político: *O di immortales! Quam magnum est personam in re publica tueri principis! Quae non animis solum debet sed etiam oculis seruire ciuium.* (Phil.8.29).

<sup>281</sup> Att. 12.40.2, de 9 de Maio.

<sup>282</sup> A *consolatio*, género literário introduzido em Roma pelos Gregos, tinha por destinatários aqueles que sofriam a dor de uma difícil separação e visava eliminar, ou, pelo menos, atenuar o seu sofrimento (cf. CARCOPINO (1947) v. 1, 286 sq.). A este respeito, acrescenta ZEHNACKER (1985) 70: “Au sens strict du terme, ces écrits consolatoires s’adressaient à des personnes réelles qu’un deuil venait de frapper et visaient à effacer ou du moins à atténuer leur douleur; au sens plus large, c’étaient des oeuvres morales qui voulaient prémunir tous les lecteurs contre les malheurs et les contrariétés de toutes sortes. Les origines de cette littérature consolatoire sont à chercher dans l’activité des sophistes; Sophocle et surtout Euripide en présentent déjà plus d’un écho; les arguments mis en avant, de type gnomique, étaient généralement proches de ce q’on peut appeler la sagesse commune.” Com o desenvolvimento da filosofia grega e das suas escolas, a arte da *consolatio* foi ganhando complexidade e foi-se adaptando às diversas doutrinas. A primeira obra deste género, e também a mais célebre, é o *Περὶ πένθους*, do filósofo da Academia Crantor, do séc. IV, que fora discípulo de Xenócrates e de Pólemon, amigo de Crates e mestre e amigo de Arcesilau. Fiel aos ensinamentos de Platão, escreveu, entre outras obras, um comentário do *Timeu* (cf. ZEHNACKER (1985) 71).

<sup>283</sup> J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice II*, 305) afirma que Cícero terá lido sobretudo o *Περὶ πένθους* de Crantor, obra destinada a acalmar a dor de Hiérocles, um pai que perdera prematuramente os filhos (cf. CARCOPINO (1947) v. 1, 287; Plu., *Cons. ad Apoll.* 6). De facto, Plínio-o-Velho (*Nat. praef.* 22 =

*Nihil enim de maerore minuendo scriptum ab ullo est quod ego non domi tuae  
legerim.*<sup>284</sup>

Apesar do efeito calmante, estas leituras não lhe trouxeram o alívio total da dor:

*Sed omnem consolationem uincit dolor.*<sup>285</sup>

Decidiu, então, redigir a sua própria *Consolatio*<sup>286</sup>, que, originalmente, dedicou a si próprio<sup>287</sup>:

---

= *Frg. 7 Müller*) afirmou: *in consolatione filiae Crantorem, inquit Cicero, sequor*. Por sua vez, São Jerónimo, em carta a Heliodoro (*Ep.* 60.5) escreveu: *Legimus Crantorem, cuius uolumen ad confouendum dolorem suum secutus est Cicero*. Tendo-se tomado à letra o sentido das afirmações de Plínio e sobretudo de São Jerónimo, chegou-se a pensar que Cícero baseara a sua *Consolatio* na transposição fiel do *Περὶ πένθους*. Hoje sabe-se, porém, que o autor foi beber a outras fontes para compor a obra. Na verdade, ao afirmar que seguira Crantor, Cícero não estaria a referir-se à estrutura, nem aos argumentos da obra, mas apenas à questão fundamental da doutrina consolatória do filósofo da Academia, a *μετριοπάθεια*, para a qual iam as suas preferências, em detrimento da *ἀπάθεια* defendida pelos Estóicos (cf. ZEHNACKER (1985) 71).

<sup>284</sup> *Att.* 12.14.3.

<sup>285</sup> Ibidem. Cf. Lactâncio (apologista cristão do séc. III d. C.), *Institutiones diuinae* 1.15.21.

<sup>286</sup> Desta obra (cf. VAN WAGENINGEN, J. (ed.), *De Ciceronis libro Consolationis* (Groningen 1916)) chegaram-nos apenas alguns fragmentos, colhidos por estudiosos nas *Tusculanae disputationes* (1.65 sq. = *Frg. 10 Müller*; 1.76 = *Frg. 14 Müller*; 1.83 e 4.63 = *Frg. 3 Müller*; 3.70 = *Frg. 15 Müller* (segunda parte)), no *De diuinatione* (2.22 = *Frg. 15 Müller* (primeira parte)), nas *Epistulae* (60.5) de São Jerónimo, na obra de Plínio-o-Velho (*Nat. praef.* 22 = *Frg. 7 Müller*) e nas *Institutiones diuinae* de Lactâncio (1.5.25 = *Frg. 10 Müller*; 1.15.16 sqq. = *Frg. 11 Müller*; 3.14.20 e 3.18.18 = *Frg. 8 Müller*; 3.19.13 = *Frg. 9 Müller*; 3.28.9 = = *Frg. 13 Müller*; 5.19.3 sq. = *Frg. 12 Müller*). Conhece-se ainda a existência de um texto apócrifo da *Consolatio*, legado pelo humanista Sigónio: “Sigonius, en 1559, et Patricius, en 1565, auaiant rassemblé de courts fragments de la *Consolation*, au nombre de huit, extraits surtout de Lactance, lorsque parut à Venise, en 1583, un petit volume in-8, dont le titre du éveiller l’attention des savants: *M. T. Ciceronis Consolatio, liber, quo se ipsum de filiae morte consolatus est, nunc primum repertus et in lucem editus, cum priuilegio senatus Veneti ad XXX annos, apud Hieronymum Polum*” (LE CLERC, J.-V., *Oeuvres complètes de Cicéron* (Paris 1821) v. 28, 346 sq., citado por LEPAGE (1976) 256 sq.).

Acerca desta obra, leia-se o estudo aturado de KUMANIECKI (1969) 369-402, que aborda questões como a data de redacção, a génese, as fontes e o conteúdo do livro. Com base na análise do conteúdo dos diversos fragmentos e das ligações que se podem estabelecer entre eles, o autor tenta reconstituir a estrutura interna e externa da *Consolatio* perdida (cf. 374-400) e discute, depois, a questão da originalidade da obra (cf. 400 sq.).

<sup>287</sup> A *Consolatio* de Cícero é original na medida em que o seu autor a dedicou a si próprio: “Le fait le plus original cependant, dont Cicéron était si fier, était que cette Consolation fût, dans la littérature, la première adressée par un homme à lui-même.” (KUMANIECKI (1969) 400). O crítico, todavia, aponta outros traços de originalidade da obra, a saber: a utilização das primeira e segunda pessoas (para se dirigir a si próprio e à malograda filha), o facto de toda a obra se encontrar eivada da dor do respectivo autor, a citação de *exempla* tirados da experiência pessoal de Cícero e da vida de antigos Romanos e de seus contemporâneos, a apologia das ideias de Crantor e a rejeição da apatia defendida pelos Estóicos, a polémica com Crisipo e com outros filósofos, a procura por parte do autor de todos os meios possíveis para se consolar, a descrição eloquente e patética da miserabilidade da vida humana e, por fim, a ardente profissão de fé na imortalidade da alma



*Quin etiam feci, quod profecto ante me nemo, ut ipse me per litteras consolarer.*<sup>288</sup>

Cícero, que não queria entregar-se ao desgosto, nem ultrapassar os limites prescritos pelos grandes filósofos, decidiu não apenas ler tudo aquilo que haviam produzido sobre essa matéria, mas também fundir na sua própria *Consolatio* o pensamento por eles veiculado<sup>289</sup>:

*Neque tamen progredior longius quam mihi doctissimi homines concedunt; quorum scripta omnia quaecumque sunt in eam sententiam non legi solum, quod ipsum erat fortis aegroti, accipere medicinam, sed in mea etiam scripta transtuli, quod certe adflicti et fracti animi non fuit.*<sup>290</sup>

Logo que chegou a Ástura, pôs mãos à obra. Podemos constatá-lo na primeira carta que, no dia 7 de Março, dirigiu a Ático:

---

(cf. 400 sq.). ZEHNACKER (1985) 85 considera esta obra de *consolatio* diferente de todas as outras por outro motivo ainda: “L’écriture comme thérapeutique: voilà qui est nouveau et même étonnamment moderne; et voilà par quoi cette Consolation, que Cicéron s’adresse a lui-même, est différente de toutes les autres Consolutions.”

<sup>288</sup> Att. 12.14.3.

Segundo SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota ad loc., comentando a tradução da expressão *per litteras consolarer*, afirma: “This ‘Consolation’ was a famous work, now lost except for fragments. The Latin would most naturally mean ‘in a letter’, and it seems not impossible that Cícero actually wrote in the form of a letter addressed to himself.”

<sup>289</sup> Em *Tusc.* 3.76, Cícero afirmou ter coligido na sua *Consolatio* as leituras que fizera sobre o tema: *Sunt etiam qui haec omnia genera consolandi colligant — alius enim modo mouetur — ut fere nos in Consolatione omnia in consolationem unam coniecimus; erat enim in tumore animus et omnis in eo temptabatur oratio.*) Fê-lo, pois, porque o seu espírito estava desesperado. Motivado por esse desespero, procurara todos os meios possíveis para se consolar a si próprio.

KUMANIECKI (1969) 401, acredita que, de facto, além de Crantor, Cícero terá lido as obras de Crisipo, Epicuro, Cleante, Platão, Diógenes, Clitômaco, Carnéades, Posidônio e Aristóteles (Eudemo), já que, de forma directa ou indirecta, todos eles são citados na sua *Consolatio*. Apesar de aceitar a explicação, psicologicamente compreensível, dada pelo próprio Cícero, para a leitura e citação de tantos e tão variados autores, K. Kumaniecki afirma existir outro motivo: a tendência, característica de Cícero, de querer pôr os Romanos ao corrente das diversas teorias de *consolatio* adoptadas pelas escolas filosóficas gregas (cf. 395). Na verdade, ao enumerar nesta obra os pontos de vista dessas escolas e os métodos de consolação que propalavam, Cícero terá contribuído para a sua divulgação junto do público romano: “Ansi la *Consolatio* n’était pas seulement un document émouvant sur le chagrin de Cicéron après la mort de sa fille, un document littéraire qui jusqu’alors n’avait pas son égal dans la littérature, mais aussi une première étape dans la grande tâche de vulgarisation de la philosophie grecque à Rome” (402). Contrariando esta ideia, ZEHNACKER (1985) 85 defende que a intenção de Cícero, quando decidiu dedicar a parte central da obra à exposição e à crítica das doutrinas filosóficas gregas em matéria de *consolatio*, não era pedagógica, quer dizer, não era divulgá-las junto dos seus concidadãos. Na opinião deste crítico, Cícero, fiel ao espírito da Nova Academia, esforçou-se por fazer uma síntese de todo o pensamento grego em matéria de consolação para, depois, avaliar com lucidez os benefícios que dele colheu.

<sup>290</sup> Att. 12.21.5.

*Sed litteris non difficilior utor quam si domi essem.*<sup>291</sup>

Na carta que escreveu no dia seguinte, disse que fazia tentativas de a enviar a Ático assim que os copistas terminassem o seu trabalho:

*Quem librum ad te mittam, si descripserint librarii.*<sup>292</sup>

Os dias imediatamente seguintes foram inteiramente dedicados à escrita:

*Totos dies scribo...*<sup>293</sup>

Em carta escrita no dia 11, isto é, quatro dias depois da primeira, lamentava já ter terminado a redacção da obra, porque via nela uma forma de se distrair do sofrimento em que vivia:

*Habeo enim nihil temptatis rebus omnibus in quo acquiescam. Nam dum illud tractabam de quo ad te ante scripsi, quasi fouebam dolores meos.*<sup>294</sup>

O livro terá sido concluído, pois, após três ou quatro dias de intenso labor<sup>295</sup>. Depois disso, restava-lhe apenas ir fazendo algumas correcções ao manuscrito que se

---

<sup>291</sup> Att. 12.13.1.

<sup>292</sup> Att. 12.14.3, de 8 de Março.

<sup>293</sup> Ibidem. Cf. Att. 12.15, de 9 de Março: ...*omnis sermo est cum litteris*; Att. 12.16, de 10 de Março: *Me scripto et litterae non leniunt sed obturbant*.

Nas *Tusculanas* (4.63), Cícero viria a confessar ter escrito a sua *Consolatio* entre lágrimas: ... *in Consolationis libro, quem in medio (non enim sapientes eramus) maerore et dolore conscripsimus*.

<sup>294</sup> Att. 12.18.1.

A obra não fazia desaparecer a dor que sentia, mas permitia-lhe distrair-se um pouco dela. Vide, ainda, Att. 12.14.3: *Adfirmo tibi nullam consolationem esse talem. Totos dies scribo, non quo proficiam quid sed tantisper impediatur — non equidem satis (uis enim urget), sed relaxor tamen...* e Att. 12.16. Cícero esperava que o trabalho literário o ajudasse a sarar a dor de alma que sentia. Cf. Att. 12.20.1: *Quod me hortaris idque (...) desiderari scribis ut dissimulem me tam grauius dolere, possumne magis quam quod totos dies consumo in litteris? Quod etsi non dissimulationis [causa] sed potius leniendi et sanandi animi causa facio, tamen, si mihi minus proficio, simulationi certe facio satis*.

<sup>295</sup> Seguimos a lição de J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 8, 23; *Appendice II*, 305. No citado *Appendice II* (301-328), o comentador examina os problemas de cronologia relacionados com as obras filosóficas e políticas escritas por Cícero entre Março e Setembro de 45. Tomando como referência a extensão de outras *Consolationes* que chegaram até nós, o autor afirma ainda ser a *Consolatio* ciceroniana um opúsculo de 30 a 40 páginas (*Appendice II*, 305).

encontrava em vias de ser copiado. Foi, aliás, com esse objectivo que, por diversas vezes, pediu esclarecimentos a Ático sobre alguns exemplos históricos de pais e de mães que haviam vivido a morte prematura dos filhos:

*Velim me facias certiore proximis litteris Cn. Caepio, Seruiliae Claudi pater, uiuone C. Cotta filio suo mortua sit an mortuo. Pertinent ad eum librum quem de luctu minuendo scripsimus.*<sup>296</sup>

Cícero sentia que redacção deste livro atenuava a sua dor<sup>297</sup>. Somente, porém, no dia 24 de Março, viria a confessar a Ático que, graças à composição da obra, alcançara

---

O estabelecimento da data exacta da redacção da *Consolatio* não tem sido uma questão pacífica. Em KUMANIECKI (1969) 370-374, discute-se detalhadamente o problema. Baseando-se na afirmação de Cícero *Quem librum ad te mittam, si descripserint librarii* (Att. 12.14.3, de 8 de Março), considera o autor que, nessa data, a obra estaria virtualmente concluída, pelo que teria sido composta em apenas dois dias: “il ressort que, vraisemblablement, Cicéron a écrit la *Consolatio* en deux jours, à Astura. Si l’on tient compte du fait qu’il en avait préparé les matériaux pendant son séjour dans la villa d’Atticus, il n’y a là rien d’étonnant. La *Consolatio* n’était sûrement pas une oeuvre longue, elle devait compter environ 30 à 40 pages d’une édition comme celle de Teubner. La Consolation la plus longue que l’on ait conservée, à savoir la *Consolatio ad Appolonium* compte 45 pages (Teubn.), la consolation de Sénèque *ad Marciam* en compte 29, la *Consolatio ad Polybium* 10, celle *ad Helviam matrem* 24, l’*Epitaphium Nepotiani* de Jérôme 28, et l’*Axiuchos* de Ps. Platon, qui comporte un thème consolateur, en compte 11 (dans l’éd. D’Oxford).” (p. 374).

Ainda que possam estar em desacordo relativamente à data exacta da conclusão da obra, há um ponto em que os estudiosos são unânimes: a *Consolatio* foi redigida em pouquíssimos dias.

Segundo outro estudioso, o trabalho prévio de investigação e maturação que antecedeu a redacção propriamente dita da obra e que, desse modo, ditou a celeridade com que a mesma foi concluída, remonta ao ano anterior à morte de Túlia, e não aos primeiros dias de luto que Cícero passou em Roma, na casa de Ático. ZEHNACKER (1985) 69-86 recorda que, depois da batalha de Farsalo e da derrota de Pompeio, e, em particular, durante o ano de 46, algumas cartas de Cícero reflectem tentativas diversas por parte do autor de consolar os amigos da perda de liberdade, da morte de companheiros de luta, do exílio, ou da degradação do seu estatuto político. As respostas dos correspondentes de Cícero, por sua vez, obedeciam a uma estrutura e conteúdo análogos. Na opinião do crítico, a carta enviada pelo estadista a um tal Tício (*Fam.* 5.16) constitui uma síntese dos tratados dos filósofos gregos sobre o tema da *consolatio*, pelo que se poderá concluir que o pai de Túlia, antes mesmo da morte da jovem, conheceria já um bom número desses tratados, nomeadamente o de Crantor. O conhecimento prévio destes tratados gregos explica o facto de Cícero ter redigido a sua *Consolatio* em tão pouco tempo: “Ce n’est donc pas la mort de Tullia, mais le naufrage de la République qui à été le premier catalyseur de l’évolution de la réflexion cicéronienne vers la philosophie morale et la quête de la sagesse.” (p. 69). Na opinião deste autor, é, portanto, nesse contexto político que deveremos procurar as raízes da *Consolatio*, mais do que nas leituras efectuadas por Cícero em casa de Ático, durante os primeiros dias de luto.

<sup>296</sup> Att. 12.20.2, de 16 de Março. Leia-se, igualmente, Att. 12.22.2, de 18 de Março: *De Rutilia quoniam uideris dubitare, scribes ad me cum scies, sed quam primum, et num Clodia D. Bruto consulari, filio suo, mortuo uixerit. Id de Marcello aut certe de Postumia sciri potest, illud autem de M. Cotta aut de Syro aut de Astyro; Att. 12.23.3, de 19 de Março: De Gamala dubium non mihi erat. Vnde enim tam felix Ligus pater?; Att. 12.24.2, de 20 de Março: Et ut ad meas ineptias redeam, uelim me certiore facias P. Crassus, Venuleiae filius, uiuone P. Crasso consulari, patre suo, mortuus sit, ut ego meminisse uideor, an postea. Item quaero de Regillo, Lepidi filio, rectene meminerim patre uiuo mortuum.*

Cícero teve a preocupação de reunir na sua *Consolatio exempla* de desgostos que, semelhantes e anteriores ao seu, haviam afectado grandes homens de Roma. Cf. *Diu.* 2.22: *Clarissimorum hominum nostrae ciuitatis grauissimos exitus in consolatione collegimus.*

alguns progressos: perante os outros, conseguia já disfarçar o desgosto que sentia. A chaga da dor, essa, mantinha-se, todavia, aberta:

*Quod me ipse per litteras consolatus sum, non paenitet me quantum profecerim.*  
*Maerorem minui, dolorem nec potui nec, si possem, uellem.*<sup>298</sup>

De Março a Setembro, retirado de Roma, o autor procurou atenuar o seu desgosto com a elaboração de outras obras de cariz filosófico<sup>299</sup>. No dia 16 de Março, pouco depois de ter concluído a *Consolatio*, Cícero pensava já na escolha das personagens de um diálogo por meio do qual pretendia expor a doutrina epicurista e que viria a estar na base dos dois primeiros Livros do *De finibus*. Ático ter-lhe-ia sugerido a atribuição do nome de um seu amigo epicurista à personagem que seria porta-voz da doutrina no diálogo em questão<sup>300</sup>, ao que Cícero assentiu:

*De Epicuro, ut uoles; etsi μεθαυρόσμοι in posterum genus hoc personarum.*  
*Incredibile est quam ea quidam requirant. Ad antiquos igitur; ἀνεμέστητον γάρ.*<sup>301</sup>

Ao mesmo tempo que projectava a concepção desta obra, o filósofo preparava a redacção de outra não menos célebre: *Academica*. Consagrando-a à epistemologia, nela reuniu as duas tendências que vigoravam na Academia, a saber, o probabilismo

---

<sup>297</sup> Cícero viria a reconhecê-lo, mais tarde, no *De diuinatione* (2.3): *Nam quid ego de Consolatione dicam? Quae mihi quidem ipsi sane aliquantum medetur; ceteris item multum illam profuturam puto.*

<sup>298</sup> *Att.* 12.28.2.

<sup>299</sup> No início do Livro II do tratado *De diuinatione*, o autor faz uma recapitulação do conjunto das suas obras filosóficas, referindo-as pela ordem cronológica da sua publicação: *Hortensius*, *Academica*, *De finibus bonorum et malorum*, *Tusculanae disputationes*, *De natura deorum*, *De diuinatione*, ainda em composição, *De fato*, *De republica*, *Consolatio*, *De senectute* e, por fim, *Cato*, escrito em 46, com ligações mais ténues com a filosofia (cf. *Diu.* 2.1-4). A correspondência ciceroniana, embora não resolva todos os problemas de datação, fornece-nos dados importantes sobre as datas não apenas de publicação, mas também de redacção. Consideraremos apenas as que foram produzidas durante o período em que Cícero esteve afastado da Urbe, porquanto são aquelas cuja temática decorre do estado de espírito do pai enlutado. A saber, além de *Consolatio*, *Academica*, *De finibus bonorum et malorum*, *Tusculanae disputationes* e *De natura deorum*. J. Beaujeu, no v. 8 da edição das *Belles Lettres*, dedica algumas páginas à produção literária de Cícero que se inscreve no período compreendido entre Fevereiro e Setembro de 45. Neste apêndice (*Appendice II*, 301-328), o crítico aborda não apenas os escritos de cariz filosófico (*Écrits philosophiques*, 301-321), mas ainda obras políticas (*Écrits politiques*, 321-326) e de outra natureza (*Autres écrits*, 326-328). Estas páginas foram, para nós, de grande utilidade, sobretudo no que diz respeito à cronologia proposta para a produção literária ciceroniana deste período.

<sup>300</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice II*, 307.

<sup>301</sup> *Att.* 12.12.2.

céptico de Fílon de Larissa e o neodogmatismo estóico do seu discípulo Antíoco de Ascalão<sup>302</sup>. Efectivamente, no dia 19, pediu a Ático que o informasse sobre os motivos que haviam levado Carnéades a deslocar-se a Roma, em 155, integrado numa delegação de filósofos:

*Et ut scias me ita dolere ut non iaceam: quibus consulibus Carneades et ea legatio Romam uenerit scriptum est in tuo annali. Haec nunc quaero, causa fuerit — de Oropo, opinor, sed certum nescio.*<sup>303</sup>

Esta informação não figura na primeira versão da obra (*Academica priora*), na qual se refere apenas uma anedota relativa a esta embaixada<sup>304</sup>, mas é provável que Cícero, numa fase inicial do seu trabalho de pesquisa, tenha pretendido utilizá-la<sup>305</sup>.

Não sem alguma relutância, o mês de Abril terá sido passado na casa de Ático<sup>306</sup>. As conversas com os amigos e as visitas constantes terão preenchido muito do seu tempo, pelo que esta estadia em Roma terá sido pouco produtiva em termos literários:

*Triginta dies in horto fui. Quis aut congressum meum aut facilitatem sermonis desiderauit? nunc ipsum ea lego, ea scribo ut hi qui mecum sunt difficiliter otium ferant quam ego laborem. Si quis requirit cur Romae non sim: quia discessus est; cur non sim in iis meis praediolis quae sunt huius temporis: quia frequentiam illam non facile ferrem.*<sup>307</sup>

Assim que regressou a Ástura, abraçou, por isso, o trabalho que tinha interrompido:

*Hic scribendo totos dies...*<sup>308</sup>

---

<sup>302</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice II*, 307.

<sup>303</sup> *Att.* 12.23.2. A respeito desta embaixada, leia-se SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, notas 2, 3 e 4 ad loc.; *Les Belles Lettres*, v. 8, nota 1 ad loc..

<sup>304</sup> Cf. *Ac. pr.* 2.117; *Luc.* 137.

<sup>305</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice II*, 307.

<sup>306</sup> Cícero foi passar todo esse mês (*Att.* 12.40.2, de 9 de Maio: *triginta dies in horto fui*) com o amigo, tendo ficado alojado na *uilla* que Ático possuía entre Ficuleia e Nomento, no norte do Lácio, designada, por isso, umas vezes, *Ficulense*, outras, *Nomentanum* (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 71). A inexistência de cartas a Ático entre finais de Março e inícios de Maio, bem como as referências inequívocas aos dias que passou em casa do amigo atestam-no: *inde, quem ad modum suades, puto me in Ficulensi fore* (*Att.* 12.34.1, de 30 de Março, véspera da sua partida); *Ante quam a te proxime discessi...* (*Att.* 12.35, de 2 de Maio (?)).

<sup>307</sup> Cf. *Att.* 12.40.2.

<sup>308</sup> *Att.* 12.38.1, de 6 de Maio.

Ter-se-á dedicado às *Academica* até ao dia 12 de Maio, já que, numa carta datada do dia 13 do mesmo mês, disse, a Ático, ter concluído os dois volumes (*συντάγματα*) que compunham a primeira versão da obra<sup>309</sup>:

*Ego hic duo magna συντάγματα absolui; nullo enim alio modo a miseria quasi aberrare possum.*<sup>310</sup>

A decisão de se reinstalar na casa de Túsculo, à qual ainda não havia conseguido regressar desde que a filha morrera, constitui um sinal evidente de que começava a superar o desgosto<sup>311</sup>. Comunicou-a ao amigo no dia 15 de Maio, depois de chegar à conclusão de que, por muito que demorasse a fazê-lo, jamais iria esquecer a tragédia. De nada lhe valeria, por conseguinte, adiar por mais tempo o regresso àquela que fora em tempos a sua *uilla* predilecta. As lembranças não iriam ser mais dolorosas do que aquelas que já o atormentavam de dia e não deixavam dormir à noite<sup>312</sup>:

*Vincam, opinor, animum et Lanuuio pergam in Tusculanum. Aut enim mihi in perpetuum fundo illo carendum est (nam dolor idem manebit, tantum modo oc<cul>tus) aut nescio quid intersit utrum illuc nunc ueniam an ad decem annos. Neque enim ista maior admonitio quam quibus adsisue conficior et dies et noctes.*<sup>313</sup>

Chegado a Túsculo no dia 17 de Maio<sup>314</sup>, deverá ter retomado a composição do *De finibus*, que não teria ainda esse título. De facto, no dia 29, Cícero anunciou ao amigo ter enviado para Roma, para que os copistas de Ático a copiassem, a primeira parte da obra, a que chamou *Torquatus*:

---

<sup>309</sup> É esta a opinião de SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 4 ad loc., e de J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, nota b ad loc.; *Appendice II*, 308).

<sup>310</sup> *Att.* 12.44.4.

<sup>311</sup> *Les Belles Lettres*, v. 8, 76.

A súbita aversão a este espaço está patente numa carta que escreveu a Ático no dia 13 de Maio: *Ego hinc, ut scripsi antea, postridie Idus Lanuui, deinde postridie in Tusculano. Contudi enim animum et fortasse uici, si modo permansero* (*Att.* 12.44.3).

<sup>312</sup> As insónias de Cícero eram frequentes e perfeitamente normais para quem se encontrava enlutado. Costumava passar as noites de vigília a ler e a escrever. Cf. *Att.* 13.26.2, de 14 de Maio: *equidem credibile non est quantum scribam, quin etiam noctibus; nihil enim somni.*

<sup>313</sup> *Att.* 12.46.1. J. Beaujeu ter-se-á baseado neste passo para fundamentar a sua ideia (que é também a de quase todos os críticos) de que Túlia terá falecido na *uilla* tusculana do pai, e não em Roma (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 15).

<sup>314</sup> Cf. 12.45.1, de 17 de Maio, escrita já em Túsculo: *in Tusculano eo commodius erro quod et crebrius tuas litteras accipiam et te ipsum non numquam uidebo.*

*'Torquatus' Romae est. Misi ut tibi daretur.*<sup>315</sup>

No dia 23, os trabalhos encontravam-se numa fase adiantada. Cícero já havia escolhido um título grego para a obra que o deixava orgulhoso e que decidira dedicar a Bruto:

*Nunc illam 'περὶ Τελῶν σύνταξιν' sane mihi probatam Bruto, ut tibi placuit, despondimus...*<sup>316</sup>

Seis dias depois, informou o amigo da conclusão dos cinco Livros que compunham o *De finibus* e da divisão de papéis entre três personagens, a saber: Torquato, como representante dos Epicuristas, Catão-o-Jovem, como porta-voz dos Estóicos e M. Púpio Pisão Calpúrnio, dos Peripatéticos. Fez questão ainda de acrescentar que qualquer um dos intervenientes escolhidos havia já falecido, o que evitaria que outros candidatos a personagens de diálogos seus, ainda vivos, sentissem ciúmes<sup>317</sup> dos eleitos pelo autor:

*Ita confeci quinque libros 'περὶ Τελῶν' ut Epicurea L. Torquato, Stoica M. Catoni, Περιπατητικὰ M. Pisoni darem. ἀζηλοτύπητον id fore putaram quod omnes illi decesserant.*<sup>318</sup>

<sup>315</sup> Att. 13.32.3.

Segundo SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 2 ad loc., o *Torquatus* consistiria no Livro I do *De finibus* “in which Torquatus sets out the Epicurean doctrine.” J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice II*, 308-309) afirma, todavia, que o mais provável é que o *Torquatus* correspondesse ao conjunto formado pelos Livros I e II. Correspondendo o Livro I à exposição da doutrina epicurista e o II à refutação da mesma doutrina, o crítico considera pouco verosímil que Cícero tivesse interrompido a sua redacção, atribuído um título ao diálogo em elaboração e enviado o texto para ser copiado sem, antes, ter escrito a refutação que, nas suas palavras, “fait équilibre à l'exposé de Torquatus et donne à cette première partie du *De finibus* son véritable sens.” J. Beaujeu considera, assim, que o pedido de Cícero a Ático (Att. 12.5b), alguns dias mais tarde, de que o esclarecesse sobre uma data relativa a um *exemplum* referido no Livro II (2.54) não inviabiliza esta hipótese, já que, segundo o crítico, o mesmo poderia ter sido acrescentado posteriormente ao envio do documento em vias de ser copiado. O mesmo acontecera, aliás, com vários *exempla* acrescentados à *Consolatio*, depois que a redacção desta obra foi concluída (vide supra, p. 291, Att. 12.20.2). Por motivos que desconhecemos — talvez devido a um mal entendido ou a uma dúvida levantada por algum copista —, a entrega do livro sofreu um atraso, já que Cícero, cinco dias depois, repetiu: *Misi tibi 'Torquatium' (Att. 14.5.1).*

<sup>316</sup> Att. 13.12.3.

<sup>317</sup> Desta forma, Cícero rejeitava a sugestão feita por Ático de que atribuisse o nome de um amigo seu à personagem epicurista. Vide supra, p.292, Att. 12.12.2.

<sup>318</sup> Att. 13.19.4.

Pouco tempo depois, os cinco volumes estariam já em Roma, na oficina de Ático, para serem copiados. Efectivamente, no dia 30 de Junho, em carta ao amigo, Cícero manifestou a sua indignação por ter tido conhecimento de que Balbo havia conseguido, sem a sua autorização prévia, no atelier do amigo, uma cópia do Livro V. Estava indignado por dois motivos: primeiro, porque considerava deselegante que alguém tivesse tido acesso à obra antes da pessoa a quem a mesma havia sido dedicada, ou seja, antes de Bruto; segundo, porque Balbo tinha em sua posse um exemplar não corrigido, já que Cícero, entretanto, tinha introduzido algumas correcções ao manuscrito que enviara para ser copiado:

*Rectumne existima<s> cuiquam <ante quam> Bruto, cui te auctore προσφωνῶ?  
Scripsit enim Balbus ad me se a te quintum de finibus librum descripsisse; in quo non sane  
multa mutavi, sed tamen quaedam. Tu autem commode feceris si reliquos continueris, ne et  
ἀδιόρθωτα habeat Balbus et ἔωλα Brutus.*<sup>319</sup>

Como se tal não bastasse, Cerélia, sua amiga e interessada em questões de filosofia, havia conseguido, junto dos copistas de Ático, a cópia da totalidade dos volumes:

*Mirifice Caerellia studio uidelicet philosophiae flagrans describit a tuis: istos ipsos  
de finibus habet. Ego autem tibi confirmo (possum falli ut homo) a meis eam non habere;  
numquam enim ab oculis meis afuerunt.*<sup>320</sup>

---

<sup>319</sup> Att. 13.21a.1.

<sup>320</sup> Att. 13.21a.2. Cf. ainda Att. 13.22.3, de 4 (?) de Julho: *ego et librarios tuos culpa libero neque te accuso, et tamen aliud quiddam ad te scripseram, Caerelliam quaedam habere <quae a meis habere> non potuerit. Balbo quidem intellegebam sat faciendum fuisse; tantum nolebam aut obsoletum Bruto aut Balbo incohatum dari.*

J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice II*, nota 1 ad 310) observa, com propriedade, que estas duas cartas nos revelam as etapas por que passava a edição e difusão de um livro. Numa primeira fase, o autor escrevia ou ditava o seu texto, procedendo a toda a espécie de correcções, adições e supressões. Depois, pedia a um dos seus secretários que fizesse uma ou duas cópias. Fazia-se, assim, uma cópia original. O autor relia, então, aturadamente, o texto, para, depois, corrigir os erros de reprodução e, caso considerasse necessário, introduzir as alterações pretendidas. Depois de revisto e corrigido, este manuscrito era entregue a uma oficina de copistas, para ser reproduzido num número definido de exemplares, que constituíam a edição original. Enquanto os copistas não terminassem este trabalho de edição, o autor podia pedir rectificações (cf. Att. 12.6a.1; 13.21a.1. Por vezes, este pedido podia chegar demorado: cf. Att. 13.44.3). Geralmente, havia tempo suficiente para tal. Era costume começar-se por fazer, com um cuidado especial, um primeiro exemplar, que se destinava ao dedicatário da obra. Os restantes eram copiados e distribuídos mais tarde. No dia 10 de Julho (Att. 13.23.2), o exemplar das *Academica posteriora* (segunda versão da obra) destinado a Varrão encontrava-se praticamente concluído; Cícero, que tinha pressa de lho enviar, autorizara Ático a fazer recopiar directamente o seu manuscrito de autor que, a partir do dia 30 de Junho, estava nas mãos dos seus próprios *librarii*, em Roma (cf. Att. 13.21a.1). Varrão recebeu, deste modo, uma cópia original



No dia 10 de Julho, o manuscrito definitivo do *De finibus* já tinha sido entregue aos copistas de Ático:

*Item quos [libros] Bruto mittimus in manibus habent librarii.*<sup>321</sup>

A distribuição terá, no entanto, acontecido posteriormente à segunda versão das *Academica* (*Academica posteriora*), ou seja, depois do fim do mês de Julho<sup>322</sup>.

A primeira versão desta obra havia sido concluída na primeira metade do mês de Maio<sup>323</sup>. Em Junho, todavia, Cícero recebeu de Ático a sugestão de que desse, a Varrão, a honra de o incluir num dos seus diálogos, como personagem<sup>324</sup>. Ora, no intuito de atender ao desejo do amigo, e uma vez que o *De finibus* fora já dedicado a Bruto, o autor decidiu reestruturar as *Academica* e redistribuir os papéis, fazendo de Varrão o interlocutor principal e representante de Antíoco:

*Nunc illam 'περὶ Τελῶν' σύνταξιν sane mihi probatam Bruto, ut tibi placuit, despondimus, idque tu eum non nolle mihi scripsisti. Ergo illam Ἀκαδημικὴν, in qua homines nobiles illi quidem sed nullo modo philo<lo>gi nimis acute loquuntur, ad Varronem transferamus. Etenim sunt Antiochia, quae iste ualde probat.*<sup>325</sup>

---

do texto. Os restantes exemplares, todavia, no dia 25 de Julho, ainda não tinham saído da oficina de Ático, uma vez que Cícero lhe pediu nesse mesmo dia uma última correcção (cf. *Att.* 13.21.3). A partir do momento em que os copistas do autor ou os do atelier de reprodução tivessem acesso ao manuscrito, eram possíveis fugas de informação, isto é, bastava que o patrão descuidasse a vigilância ou que alguém os aliciasse com um suborno simpático para que estranhos a este processo conseguissem obter uma cópia, total ou parcial, da obra. Quando tal acontecia, eram postos em circulação exemplares de um texto que o autor ainda não revira. É precisamente a uma destas situações que Cícero alude nos passos *Att.* 13.21a. 1-2 e 13.22.3.

<sup>321</sup> *Att.* 13.23.2.

Depois de ter enviado para a oficina de Ático uma cópia original do manuscrito, Cícero pediu que fossem feitas algumas rectificações ao Livro V (cf. supra, *Att.* 13.21a.1-2), o que nos faz crer na elaboração de uma segunda cópia do Livro V, pelo menos. Segundo J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice II*, 310, nota 2), “si la première copie lui avait été renvoyée pour révision, nous le saurions par ses lettres.”

<sup>322</sup> Cf. *Att.* 13.21.3.

<sup>323</sup> Em carta datada do dia 13 do mesmo mês (cf. supra, *Att.* 12.44.4), o autor afirmou ter concluído os dois volumes que compunham as *Academica priora*.

<sup>324</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 2 ad *Att.* 13.12.3.

<sup>325</sup> *Att.* 13.12.3, de 23 de Junho.

No dia seguinte, o autor pôs mãos à obra. Não se limitou a substituir os nomes das antigas personagens por outros<sup>326</sup> nem a escrever novos preâmbulos<sup>327</sup>. Optou ainda por redistribuir a matéria dos dois volumes que compunham a primeira versão, organizando-a, então, em quatro, num conjunto mais extenso que o anterior:

*Commotus tuis litteris, quod ad me de Varrone scripseras, totam Academiam ab hominibus nobilissimis abstuli, transtuli ad nostrum sodalem et e duobus libris contuli in quattuor. Grandiores sunt omnino quam erant illi, sed tamen multa detracta.*<sup>328</sup>

No entender do autor, esta versão, inigualável no seu género, até mesmo entre os Gregos, era melhor e mais concisa do que a anterior. Considerava, por isso, que a primeira fora uma perda de tempo para os copistas:

*Libri quidem ita exierunt, nisi forte me communis φιλαυτία decipit, ut in tali genere ne apud Graecos quidem simile quicquam. Tu illam iacturam feres aequo animo quod illa quae habes de Academicis frustra descripta sunt. Multo tamen haec erunt splendiora, breuiora, meliora.*<sup>329</sup>

Nesta nova versão, que, no dia 25, se encontrava praticamente concluída, Ático, conforme referimos, figurava como terceiro interlocutor do diálogo. Ainda assim, e apesar de os nomes das personagens já estarem escolhidos, pediu ao amigo que a lesse, para, depois, lhe dar uma opinião sobre a questão. As alterações ainda eram possíveis<sup>330</sup>:

---

<sup>326</sup> Na primeira versão desta obra, Cícero tinha escolhido para interlocutores do diálogo Catulo, Luculo e Hortênsio. Reconhecendo que o assunto versado não se adequava a tais personagens, e tendo sabido, por Ático, que Varrão desejava figurar, como personagem, num dos seus diálogos, acabou por redistribuir os papéis. Assim, na segunda versão da obra, as personagens deste diálogo passaram a ser Varrão, como porta-voz das ideias de Antíoco, Cícero, que as refutava, e, como terceiro interlocutor, Ático. Cf. *Att.* 13.19.5: *Haec Academica, ut scis, cum Catulo, Lucullo, Hortensio contuleram. Sane in personas non cadebant; erant enim λογικώτερα quam ut illi de iis somniasse umquam uiderentur. Itaque ut legi tuas de Varrone, tamquam ἑγμαιον adripui. Aptius esse nihil potuit ad id philosophiae genus, quo ille maxime mihi delectari uideatur, eaeque partes ut non sim consecutus ut superior mea causa uideatur. Sunt enim uehementer πιθανὰ Antiochia.*

<sup>327</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice II*, 311 sq..

<sup>328</sup> *Att.* 13.13-14.1.

<sup>329</sup> *Ibidem*.

<sup>330</sup> Ático sugeriu a Cícero que cedesse o seu próprio papel a L. Aurélio Cota, cônsul em 75 (cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 1 ad *Att.* 13.19.3). O autor, porém, rejeitou a ideia. Tal prática não era conforme à tradição dos diálogos aristotélicos, que serviram de modelo para os seus diálogos e nos quais o autor figurava como personagem principal. Se o fizesse, fá-lo-ia à maneira de Heraclides do Ponto, apenas válida para os diálogos cujas personagens pertenciam ao passado e que o próprio

*Illud etiam atque etiam consideres uelim, placeatne tibi mitti ad Varronem quod scripsimus. Etsi etiam ad te aliquid pertinet; nam scito te ei dialogo adiunctum esse tertium. Etsi nomina facta sunt; sed uel induci uel mutari possunt.*<sup>331</sup>

Três dias depois, o trabalho estava concluído:

*Ego interea admonitu tuo perfeci sane argutulos libros ad Varronem.*<sup>332</sup>

No dia 11 de Julho, ditou a carta dedicatória a Varrão, que deu a ler a Ático:

*Sed, quaeso, epistula mea ad Varronem ualdene tibi placuit?*<sup>333</sup>

O envio, ao dedicatário, do exemplar da obra que lhe estava destinado terá ocorrido pouco tempo depois, logo que Ático ganhou coragem para o fazer<sup>334</sup>:

*Tu tamen ausus es Varroni dare! Exspecto quid iudicet. Quando autem perleget?*<sup>335</sup>

---

Cícero adoptara na composição do *De republica* e do *De oratore*. Cf. *Att.* 13.19.3-4, de 29 de Junho: *sic enim constitueram, neminem includere in dialogos eorum qui uiuerent; sed quia <scripseras> et desiderari a Varrone et magni illum aestimare, hos confeci, et absolui nescio quam bene, sed ita accurate ut nihil posset supra, Academicam omnem quaestionem libris quattuor. In eis quae erant contra ἀκαταληψίαν praeclare collecta ab Antiocho Varroni dedi. Ad ea ipse respondeo; tu es tertius in sermone nostro. Si Cottam et Varronem fecissem inter se disputantis, ut a te proximis litteris admoneor, meum κωφὸν πρόσωπον esse<t>. Hoc in antiquis personis suauiter fit, ut et Heraclides in multis et nos in sex de re publica libris fecimus. Sunt etiam de oratore nostri tres mihi uehementer probati. In eis quoque eae personae sunt ut mihi tacendum fuerit.* Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice II*, 312.

<sup>331</sup> *Att.* 13.14-15.1, de 25 de Junho.

<sup>332</sup> *Att.* 13.18, de 28 de Junho.

Desta segunda versão, chegou-nos apenas o Livro I, que corresponde à segunda parte de *Catulus*, que entretanto se perdeu (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice II*, 312). Sobre o conteúdo e a estrutura das duas versões da obra, leia-se REID, J. S., na sua edição de *Academica*, 40 sqq..

<sup>333</sup> *Att.* 13.25.3, de 12 de Julho. A carta que constitui a dedicatória da obra a Varrão, *Fam.* 9.8, foi, provavelmente, publicada conjuntamente com a versão final das *Academica* (cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 4 ad loc.).

<sup>334</sup> Cícero encarregara Ático de fazer chegar às mãos de Varrão o exemplar da obra que lhe fora dedicada. O carácter exigente do dedicatário era, todavia, sobejamente conhecido, pelo que Cícero admitia a hipótese de o amigo hesitar em enviar-lho. Ático temia as suas quase certas críticas e uma reacção menos favorável por parte daquele à leitura do diálogo. Admitindo o pior dos cenários, Cícero chegou mesmo a colocar a hipótese de transferir a dedicatória para Bruto. Cf. *Att.* 13.25.3. Vide, ainda, *Att.* 13.13-14.1; 13.14-15.1; 13.18; 13.24.1; etc.

<sup>335</sup> *Att.* 13.44.2, de 14 de Julho.

Posteriormente, enquanto os copistas trabalhavam nos exemplares destinados ao público, foram sendo efectuadas apenas algumas correcções.

Das cartas escritas a Ático entre os dias 15 de Julho e 11 de Agosto, ter-nos-ão chegado apenas três, enviadas de Ástura<sup>336</sup>. Com excepção de uma correcção que propõe para o texto das *Academica posteriora*<sup>337</sup>, não existem nelas quaisquer outras referências à sua produção filosófica. Este facto, associado a uma referência contida numa carta a Ático datada de 11 de Agosto e que *infra* transcrevemos, leva-nos a crer, se não numa interrupção dessa actividade, pelo menos no abrandamento do ritmo de trabalho:

*Quod me hortaris ut eos dies consumam in philosophia explicanda, currentem tu quidem; sed cum Dolabella uiuendum esse istis diebus uides.*<sup>338</sup>

A visita de Dolabela tomara, pois, grande parte do seu tempo. Os dias que se seguiram foram, no entanto, de intenso trabalho. No dia 15, disse claramente a Ático:

*Ante lucem cum scriberem contra Epicureos...*<sup>339</sup>

Embora Cícero não refira o título da obra que se encontrava a escrever por esses dias, sabendo nós que entre a redacção do *De finibus*, concluída no final de Junho, e do *De diuinatione*, levada a cabo durante o mês de Novembro ou Dezembro, foram escritos os cinco volumes das *Tusculanae* e os três que compõem o *De natura deorum*, julgamos tratar-se das *Tusculanae disputationes*<sup>340</sup>. A composição do tratado de teologia deverá,

---

<sup>336</sup> A saber: *Att.* 13.34, 13.21 e 13.47a. Seguimos a lição de SHACKLETON BAILEY (1999) v. 1, *Introduction*, nota 4, que, depois de ler a proposta convincentemente apresentada por RAMSEY, J. T., e LICHT, A. Lewis, no estudo “The Comet of 44 B.C.”, *American Classical Studies* 39 (1997) 19-40, decidiu atribuir nova data a estas cartas. Assim, em vez de as situar nos dias 27 a 30 de Agosto, optou por situar a sua redacção entre os dias 25 e 30 de Julho. Na sua edição (*Les Belles Lettres*, v. 8), J. Beaujeu situa-as entre os dias 26 e 30 de Agosto.

<sup>337</sup> Cf. *Att.* 13.21.3, de 25 de Julho.

<sup>338</sup> *Att.* 13.45.2.

<sup>339</sup> *Att.* 13.38.1. Outras referências ao seu trabalho, embora não tão claras: *Att.* 13.47, de 13 de Agosto; 13.40.2, do dia 17.

<sup>340</sup> Seguimos a lição de J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice II*, 313-315) e de SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 1 ad loc.. Depois de apresentar os defensores da tese de que as duas obras filosóficas — as *Tusculanae disputationes* e o *De natura deorum* — teriam sido redigidas em paralelo e de referir os estudiosos que consideram que as primeiras foram compostas antes do segundo, Beaujeu, para cuja leitura nos remete S. Bailey, opta pela segunda hipótese. Considera o crítico que a refutação dos epicuristas a que se refere Cícero no passo *supra* citado (*Att.* 13.38.1) deverá estar relacionada com o conteúdo das *Tusculanae*, já que esses filósofos são referidos e criticados, nesta obra, por mais do que uma vez (vejam-se,

pois, ter seguido a redacção daquela obra. É que antes de iniciar a redacção propriamente dita de uma obra, Cícero tinha por critério a realização de um aturado trabalho de investigação sobre o tema que se propunha tratar, que consistia, essencialmente, na leitura de obras gregas, mas que incluía também a tomada de algumas notas de leitura e, quando tal se justificasse, a tradução de excertos mais ou menos extensos<sup>341</sup>. Tal já havia acontecido, por exemplo, quando decidiu redigir a sua própria *Consolatio*.

Ora, o autor terá adoptado o mesmo critério no que diz respeito às *Tusculanae*. Efectivamente, no dia 29 de Maio, concluída a primeira versão das *Academica* e enquanto procedia à redacção do *De finibus*<sup>342</sup>, pediu a Ático que lhe enviasse algumas obras de Dicearco, entre as quais, o *Περὶ ψυχῆς*, com vista à preparação das *Tusculanae disputationes*<sup>343</sup>:

*Dicearchi 'περὶ Ψυχῆς' utrosque uelim mittas et 'Καταβάσεως'. 'Τριπολιτικὸν' non inuenio et epistulam eius quam ad Aristoxenum misit. Tris eos libros maxime nunc uellem; apti essent ad id quod cogito.*<sup>344</sup>

A redacção do tratado sobre a alma iniciar-se-ia somente cerca de dois meses depois.

Este trabalho prévio de investigação terá igualmente precedido a composição do *De natura deorum*. De facto, paralelamente à redacção das *Tusculanae*, Cícero terá

---

sobretudo, os §§ 34-51 do Livro III). Beaujeu acrescenta ainda que o próprio texto das *Tusculanas* nos oferece um indício de que as mesmas foram concluídas em Agosto, ou, o mais tardar, em Setembro; efectivamente, em quatro dos cinco preâmbulos que abrem cada um dos volumes, Cícero afirma ao dedicatário, Bruto, que as *disputationes* tiveram lugar *nuper* e, no primeiro, acrescenta: *tuum post discessum* (*Tusc.* 1.7; cf. 2.2; 4.7; 5.11). Atendendo a que Bruto fora visitar Cícero, no dia 27 ou 28 de Julho, antes de partir para a Gália Cisalpina, onde se reuniria a César, J. Beaujeu considera quase certo que o autor tenha situado o diálogo fictício nos dias que se seguiram ao da partida daquele e, muito provavelmente, concebido a estrutura da obra nesse preciso momento. A redacção da obra tê-lo-á mantido ocupado durante todo o mês de Agosto. Quando o primeiro exemplar foi enviado a Bruto, em Setembro, a separação do dia 27 ou 28 de Julho podia ser vista por Cícero como algo que tinha acontecido recentemente (cf. *nuper*). Não existem motivos credíveis para considerar que a redacção do *De natura deorum* seja contemporânea da das *Tusculanas*. Cícero, aliás, declarou precisamente o contrário: *Totidem subsecuti libri Tusculanarum disputationum (...). Quibus rebus editis, tres libri perfecti sunt de natura deorum* (*Diu.* 2.3). Destas palavras deveremos, pois, inferir que o autor terá redigido o *De natura deorum* somente depois de ter concluído as *Tusculanas*. Deste modo, essa redacção terá tido início em Setembro, para terminar em Outubro.

<sup>341</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice II*, 318.

<sup>342</sup> Cícero concluirá já os Livros I e II, e preparava-se para escrever os seguintes (cf. *supra*, *Att.* 13.32.3).

<sup>343</sup> A teoria da alma de Dicearco é por diversas vezes evocada por Cícero. Cf. *Tusc.* 1.21; 24; 41; 51; 77; 4.71.

<sup>344</sup> *Att.* 13.32.2.

aproveitado para fazer algumas leituras relacionadas com a futura obra de teologia. Assim, em meados de Agosto, pediu ao amigo que lhe enviasse a obra, escrita por Fedro, *Dos Deuses*:

*Libros mihi de quibus ad te antea scripsi uelim mittas et maxime Φαίδρου*  
'περὶ Φεῶν...' <sup>345</sup>

Já no dia 9 de Junho, aliás, em plena redacção do *De finibus*, Cícero havia pedido a Ático o resumo, feito por Bruto, da obra de Célio Antípatro, e o tratado *Da Providência Divina*, de Panécio. Ambos viriam, posteriormente, a constituir fontes importantes do *De natura deorum* <sup>346</sup>:

*Epitomen Bruti Caelianorum uelim mihi mittas et a Philoxeno Παναητίου*  
'περὶ Προνοίας'. <sup>347</sup>

O ano 45 foi, por conseguinte, riquíssimo em termos de produção de obras filosóficas. A tragédia que abalou a família de Cícero ditou o seu afastamento de Roma e dos afazeres públicos. O desaparecimento da filha, no entanto, ao invés de entibiar a capacidade criativa do pai, tornou-se motivo de inspiração e constituiu mote de reflexão e de produção de variados tratados de filosofia <sup>348</sup>. Nas cartas que quase quotidianamente trocou com Ático durante este período, ficou patente o motivo que levou o autor a intensificar a sua actividade literária e filosófica; escrever era, para si, uma forma de suavizar ou até de sarar a ferida que a morte da jovem infligira na sua alma <sup>349</sup>:

---

<sup>345</sup> Att. 13.39.2, de 16 de Agosto. Cf. *N.D.* 1.41.

<sup>346</sup> Cf. *N.D.* 2.8 e 2.73-167, respectivamente.

<sup>347</sup> Att. 13.8.

<sup>348</sup> Apesar de os temas de cariz filosófico representarem o principal objecto de reflexão e produção literária, Cícero debruçou-se também sobre questões literárias e políticas (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice II*, 321-328).

<sup>349</sup> Cícero justificou a abordagem dos grandes temas filosóficos nas suas obras não apenas com o conforto pessoal que as *litterae* ou os *studia* lhe proporcionavam neste período particularmente difícil da sua vida; o desejo de continuar a servir os seus concidadãos, em particular, os mais jovens, é outra justificação avançada pelo autor para a redacção de obras de cariz filosófico. É que o autor considerava que a filosofia substituíra a sua participação nas questões de interesse público: *pristinis orbat muneribus, haec studia renouare coepimus, ut et animus molestiis hac potissimum re leuaretur et prodessemus ciuibz nostris qua re cumque possemus; in libris enim sententiam dicebamus, contionabamur, philosophiam nobis pro rei publicae procuratione substitutam putabamus* (*Diu.* 2.7).

*Quod me hortaris idque a ceteris desiderari scribis ut dissimulem me tam grauit  
dolere, possumne magis quam quod totos dies consumo in litteris? Quod etsi non  
dissimulationis [causa] sed potius leniendi et sanandi animi causa facio, tamen, si mihi minus  
proficio, simulationi certe facio satis.*<sup>350</sup>

Mas essa não foi a única forma que encontrou para fazer o luto. Na verdade, a morte da filha ditou a idealização de um outro grandioso projecto: a construção de um templo (*fanum*<sup>351</sup>) em honra de Túlia, que pudesse perpetuar a sua memória, enfim, consagrar a sua apoteose<sup>352</sup>. Da leitura da correspondência trocada durante este período, torna-se visível que este projecto dominou as preocupações do pai durante cerca de quatro

---

Esta ideia de serviço público pode ler-se em quase todos os tratados escritos nos anos de 45 e 44: *Ac. pr.* 2.6; *Ac. post.* 1.11; *Fin.* 1.10; *Tusc.* 1.5; *N.D.* 1.7; *Leg.* 1.5; *Off.* 1.1. J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice II*, 302 sq.) considera perfeitamente natural que Cícero não tenha referido este desejo de serviço público nas suas cartas. Sendo as *epistulae* um reflexo da sua intimidade, é normal a referência exclusiva ao motivo de natureza pessoal.

<sup>350</sup> *Att.* 12.20.1. Vide, ainda, *Att.* 12.21.5; 28.2; etc..

<sup>351</sup> Este termo, segundo J. Beaujeu, “terme le plus neutre pour désigner un édifice consacré à un être divin” (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 275), aparece dez vezes na correspondência de Cícero, tendo surgido pela primeira vez numa carta a Ático datada de 11 de Março (*Att.* 12.18.1). Cf. *Att.* 12.19.1; 12.20.2; 12.35; 12.36.1-2; 12.37.2; 12.37a; 12.41.2, 4. O autor afirmou ainda: “Cicéron n’emploie jamais, à propos de cette construction, les mots *aedes*, *delubrum*, *templum*, qu’il réserve apparemment aux cultes établis” (loc. cit.). Cícero rejeitou ainda o termo *monimentum*, ‘monumento funerário’. A lei havia estabelecido um limite máximo para os custos relativos à construção de *monumenta*. Ultrapassado esse limite, os mesmos passavam a estar sujeitos ao pagamento de uma taxa de luxo, equivalente ao montante excedentário. Quando tomou conhecimento deste princípio legal, Cícero passou a ter uma razão suplementar para preferir designar *fanum*, e não *monimentum*, a construção que pretendia erigir em honra da filha. Para ele, no entanto, pouco ou nada importava o pagamento dessa taxa. Convicto da natureza de tal construção, qualquer outra designação que não fosse *fanum* não era do seu agrado: *numquam mihi uenit in mentem, quo plus insumptum in monimentum esset quam nescio quid quod lege conceditur, tantundem populo dandum esse. Quod non magno opere moueret, nisi nescio quo modo, ἀλόγως fortasse, nollem illud ullo nomine nisi fani appellari* (*Att.* 12.35. Cf. 12.36.1). Queria garantir que o templo em nada se assemelhasse a um monumento funerário (*sepulcrum*), não pela questão da taxa, mas porque um *fanum* serviria melhor o seu propósito: alcançar a ἀποθέωσις da filha (*Fanum fieri uolo, hoc mihi <dis>suaderi potest. Sepulcri similitudinem effugere non tam propter poenam legis studeo quam ut maxime adsequar ἀποθέωσιν*, *Att.* 12.36.1).

<sup>352</sup> O termo grego ἀποθέωσις surge, por diversas vezes, na correspondência de Cícero. Cf. *Att.* 12.12.1: *germanam ἀποθέωσιν*; 12.37a: *εἰς ἀποθέωσιν*. Cícero pretendia uma ἀποθέωσις diferente, segundo J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 278), “qui ne puisse prêter à aucune confusion ni avec le sort commun réservé par les croyances romaines aux *dis manibus*, ni même avec l’héroïsation traditionnelle à la grecque, qui comportait des rites particuliers accomplis sur le tombeau du défunt, ni avec les tentatives théocratiques de certains souverains ou chefs d’État ambitieux, tel César (...) pour se faire décerner des honneurs divins de leur vivant.” LEPAGE (1976) 255 lembra que o termo ἀποθέωσις havia sido empregue um única vez num contexto diverso do da glorificação de Túlia. Cícero referiu-o a propósito do seu consulado (*Att.* 1.16.13, de Julho de 61). Segundo este autor, elevar a memória da filha ao nível do seu próprio consulado não é próprio de um homem egoísta, como alguns afirmaram (cf. VAN DEN BRUWAENE, M., “Cicéron éducateur de ses enfants”, *Nova et vetera* 14 (1932) 465), mas de um homem que tinha como objectivo alcançar a posteridade: “Car enfin, pour Cicéron, où placer l’immortalité si ce n’est dans la mémoire des générations à venir?”

meses<sup>353</sup>. Logo que chegou a Ástura, mais precisamente no dia 7 de Março, Cícero pediu a Ático que cobrasse a um tal Coceio uma dívida que o mesmo teria em atraso, porque, confessou, tinha a intenção de adquirir um local que pudesse servir de refúgio para a sua dor:

*Cocceium uelim appelles. Quod enim dixerat non facit. Ego autem uolo aliquod emere  
latibulum et perfugium doloris mei.*<sup>354</sup>

Foi, no entanto, apenas quatro dias depois, isto é, quando havia já terminado a redacção da *Consolatio*, que Cícero abordou, pela primeira vez, de forma clara e inequívoca, a ideia de construir um templo em honra da malograda filha. Relembrar a Ático esse projecto era, para si, uma forma de fugir de recordações atroz. A ideia fora-a buscar a autores que lera recentemente, a filósofos que haviam reflectido sobre a imortalidade da alma<sup>355</sup>. Com Ático, a avaliar pelas suas palavras, havia já conversado sobre o assunto<sup>356</sup>:

---

<sup>353</sup> A construção do *fanum* foi discutida em cinquenta e cinco cartas enviadas a Ático, entre 11 de Março e 9 de Julho. No espaço de vinte dias compreendido entre 11 (cf. *Att.* 12.18.1) e 30 de Março (*Att.* 12.34.3), dezoito dessas cartas mencionam o seu projecto, “ce qui justifierait l’expression d’«idée fixe»” (LEPAGE (1976) 251). Passado o mês de Abril em Roma, na companhia de Ático, Cícero, de regresso a Ástura, voltou ao assunto que deixara pendente, pelo que a questão da edificação do monumento, desde o início de Maio (cf. *Att.* 12.35, de 2 (?) de Maio) até ao dia 9 (?) de Julho (cf. *Att.* 12.33a.1-2), voltou a dominar a sua correspondência. Neste espaço de tempo, o problema foi abordado trinta e sete vezes. Esta complexa questão encontra-se detalhadamente estudada por diversos autores: SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, *Appendix III. Tullia’s Fane*; J. Beaujeu optou igualmente por estudar esta questão num apêndice (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 275-299), abordando, três aspectos fundamentais: primeiramente, a questão da ἀποθέωσις de Túlia (*L’apothéose d’une mortelle*, 275-283), depois, as peripécias inerentes a uma selecção aturada do local ideal para a edificação do monumento funerário (*La recherche d’un emplacement*, 283-293) e, por fim, o financiamento de tal projecto (*Le financement de l’achat*, 293-299); CARCOPINO, embora nem sempre com a objectividade desejável, dedicou algumas páginas ao luto de Cícero e à apoteose de Túlia (cf. (1947) v. 1, 277-290).

<sup>354</sup> *Att.* 12.13.2. Cf. J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, nota 3 ad loc.), que diz ser difícil identificar, com alguma certeza, este homem a quem Cícero chama Coceio. Talvez seja L. Coceio Nerva (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 294).

<sup>355</sup> J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 278) afirma que esta iniciativa de Cícero segue a linha das especulações filosóficas sobre a natureza da alma defendidas por Platão (como afirma, também, KUMANIECKI (1969) 391) e pelos Platónicos, mas também pelos Pitagóricos e numerosos seguidores do Pórtico. O crítico recorda que quando Cícero decidiu redigir a sua própria *Consolatio* havia já lido outras *consolationes*, dedicando especial atenção à de Crantor, cujas ideias terão sido fonte de inspiração. Também BOYANCÉ (1944) defende que Cícero adoptou de Crantor a ideia mística da migração nos astros das almas predestinadas à divinização: “Il n’y a aucun arbitraire à attribuer à Crantor platonicien ces thèmes de mysticisme astral et d’apothéose céleste.” (p. 338). Ora, como refere J. Beaujeu (loc. cit.), nas *Tusculanas* (1.66), encontramos a citação deste excerto da sua *Consolatio* (= Frg. 10 Müller): *nec inuenietur unquam unde ad hominem uenire possint (memoria, mens, cogitatio) nisi a deo... Ita quicquid est illud quod sentit, quod sapit, quod uiuit, quod uiget, caeleste et diuinum ob eamque rem aeternum sit necesse est* (cf. *Tusc.*



*Dum recordationes fugio quae quasi morsu quodam dolorem efficiunt, refugio a<d> te admonendum; quod uelim mihi ignoscas, cuiusmodi est. Etenim habeo non nullos ex iis quos nunc lectito auctores qui dicant fieri id oportere quod saepe tecum egi et quod a te approbari uolo; de fano illo dico, de quo tantum quantum me amas uelim cogites.*<sup>357</sup>

Quanto à arquitectura, havia já aprovado o projecto de Cluácio. No que concerne ao projecto em si, estava decidido a concretizá-lo. Ao amigo, pediu conselho somente no que diz respeito ao local:

*Equidem neque de genere dubito (placet enim mihi Cluati) neque de re (statutum est enim), de loco non numquam. Velim igitur cogites.*<sup>358</sup>

---

1.24; 39; 42; 72). A alma humana tinha, pois, para Cícero, origem divina e, consequentemente, devia ser imortal. Ora, segundo J. Beaujeu (loc. cit.), desta afirmação da natureza *caelestis et diuina* da alma à sua consagração, depois de livre da prisão do corpo, como ser divino vai um passo. Cícero acreditava que alguns seres humanos mereciam figurar entre os deuses e, como tal, que lhes fossem dedicados templos. Numa outra passagem da *Consolatio* transmitida por Lactâncio, depois de citar os exemplos de Ino, de Hércules e dos Dioscuros, afirmou que a filha merecia, como eles, tal honra: *si Cadmi progenies aut Amphitryonis aut Tyndari in caelum tollenda fama fuit, huic (= Tulliae) idem honos certe dicandus est* (*Inst. diu.* 1.15.20 = = Frg. 11 Müller). E foi precisamente essa consagração que prometeu à filha: *quod quidem faciam teque omnium optimam doctissimamque, adprobantibus diis immortalibus ipsis, in eorum coetu locatam, ad opinionem omnium mortalium consecrabo*.

Túlia, por se ter distinguido pela virtude e pela cultura (*omnium optimam doctissimamque*), merecia, pois, uma recompensa: a apoteose (KUMANIECKI (1969) 393 postula que esta ideia é claramente de origem platónica). Os criminosos, pelo contrário, mereciam o castigo eterno (cf. *Inst. diu.* 3.19.6 = Frg. 12 Müller, que desenvolve a mesma ideia em termos mais genéricos: *nec enim omnibus... iidem illi sapientes arbitrati sunt eundem cursum in caelum patere; nam uitii et sceleribus contaminatos deprimi in tenebras atque in caeno iacere docuerunt, castos autem, puros, integros, incorruptos, bonis etiam studiis atque artibus expolitos leni quodam et facili lapsu ad deos, id est ad naturam sui similem, peruolare*). Neste sentido, afirma J. Beaujeu que “la consécration de Tullia nous offre le plus ancien exemple, dans le monde romain, de «l'héroïsation par la culture»: bien attestée dans le monde grec depuis l'institution d'un culte en l'honneur de Pythagore et souvent associée au culte des Muses, elle s'est répandue largement à l'époque impériale” (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 279 sq.).

Cícero não afirmava nem pensava que a filha se tornara uma deusa, com personalidade, funções e poderes semelhantes aos de outras divindades celebradas pelos cultos instituídos, nem a identificou com uma das deusas do panteão greco-romano, nem tão pouco a apelidou de *dea*. A consagração ou *ἀποθέωσις* de Túlia distingue-se, portanto, de outros casos de divinização propriamente dita, como a de Rómulo, por exemplo. Apesar de citar os exemplos de Hércules e dos Dioscuros, Cícero não idealizava para a filha um lugar igual ao daqueles, pretendia apenas que a alma de Túlia cumprisse a plenitude da sua natureza divina por toda a eternidade (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 280 sq.). Leia-se ainda KUMANIECKI (1969) que, nas pp. 388-394 analisa, em termos semelhantes, o conteúdo de cada um dos fragmentos *supra* citados.

<sup>356</sup> Esta questão, apesar de só agora surgir referida nas suas cartas, já antes havia sido discutida com o amigo: *id (...) quod saepe tecum egi* (*Att.* 12.18.1).

<sup>357</sup> *Att.* 12.18.1.

<sup>358</sup> *Ibidem*.

Enquanto não se decidia por nenhum sítio específico, entregou a Ático a tarefa de ir com Apelos de Quios<sup>359</sup> comprar colunas de mármore:

*Tu tamen Apella Chio confice de columnis.*<sup>360</sup>

Cícero sentia que estavam reunidas as condições para a concretização de tão ousado projecto. A sociedade do seu tempo encontrava-se já suficientemente evoluída em termos culturais para receber a ideia de erigir um templo em honra de Túlia, que sintetizasse o melhor dos mais talentosos artistas da Grécia e de Roma<sup>361</sup>. Para consagrar a divindade da filha, o epistológrafo não iria recorrer a ritos religiosos, mas a excertos de obras de grandes autores que postulavam o destino divino das almas e que se podiam aplicar a Túlia. Essas citações seriam, possivelmente, gravadas no pedestal de uma estátua representativa da jovem<sup>362</sup> ou mesmo nas paredes do templo<sup>363</sup>:

*Ego, quantum his temporibus tam eruditis fieri potuerit, profecto illam consecrabo  
omni genere monimentorum ab omnium ingeniis sumptorum et Graecorum et Latinorum.*<sup>364</sup>

---

<sup>359</sup> Acerca da identidade deste homem, afirma J. Beaujeu: “personnage inconnu” (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 275).

<sup>360</sup> *Att.* 12.19.1.

<sup>361</sup> Segundo BOYANCÉ (1944) 341, Cícero terá apresentado como uma inovação o acto de culto que preparava, assumindo, desse modo, a responsabilidade da sua aclimação em Roma: “L’apothéose, dans l’esprit où il la conçoit, est quelque chose qui n’est pas familier encore à la sensibilité romaine; il faudra la propagation des idées philosophiques, notamment par les consolations, pour lui assurer la faveur générale (...)”.

CARCOPINO (1947) v. 1, 278, nota 5, vai mais longe e, em tom de crítica, acrescenta que Cícero se serviu da sua dor para atingir objectivos pessoais: ao introduzir essas novas ideias metafísicas, pretendia alcançar a notoriedade como filósofo.

<sup>362</sup> Na sua *Consolatio*, num passo transmitido por Lactâncio, Cícero terá afirmado a intenção de consagrar uma estátua representativa da filha ao interior do *fanum*: *dum imaginem filiae eodem se modo consecraturum esse profiteretur quo illi [homines dei facti] a ueteribus sunt consecrati*: Lact., *Inst. diu.* 1.15.16 = *Frg.* 11 Müller. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 276; BOYANCÉ (1944) 337.

<sup>363</sup> Seguimos a lição de J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 276), que afirma, na nota 2: “le terme *monumenta* désigne couramment toute espèce de constructions, oeuvres d’art ou objets commémoratifs; mais le contexte montre qu’ici le mot s’applique surtout ou exclusivement à des écrits”. Deste modo, para o crítico, que nos remete para a leitura de outros passos (cf. *Q. fr.* 1.1.44; *Fam.* 9.16.6), *monumentum* adquire, neste contexto, o sentido de “testemunho comemorativo”. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3 traduziu *monimentorum* por “memorial”.

<sup>364</sup> *Att.* 12.18.1.

Embora reconhecesse que o mais provável seria que este projecto viesse avivar a chaga que a dor gravara no seu coração, estava decidido a dar-lhe cumprimento<sup>365</sup>, como se de uma promessa se tratasse:

*Quae res forsitam sit refricatura uulnus meum. Sed iam quasi uoto quodam et promisso me teneri puto, longumque illud tempus cum non ero magis me mouet quam hoc exiguum, quod mihi tamen nimium longum uidetur.*<sup>366</sup>

Apesar das certezas relativas à natureza e à arquitectura da construção, foram muitas, desde o início, as hesitações na escolha do local adequado<sup>367</sup>. O número dos locais em que pensou para o efeito atingiu a dúzia. De todos, porém, apenas três lhe pertenciam<sup>368</sup>. Assim que se instalou em Ástura, admitiu a possibilidade de vir a erigir o monumento nessa agradabilíssima propriedade. O receio, todavia, de que eventuais mudanças de proprietário pudessem proporcionar a profanação do *fanum* terá levado a que desistisse da ideia. Preferia um local mais frequentado, talvez uns *horti* que conseguisse encontrar na margem direita do Tibre<sup>369</sup>:

*Est hic locus amoenus et in mari ipso, qui et Antio et Circeis aspici possit; sed ineunda nobis ratio est quem ad modum in omni mutatione dominorum, quae innumerabiles fieri possunt in infinita posteritate, si modo haec stabunt, illud quasi consecratum remanere possit. (...) Cogito interdum trans Tiberim hortos aliquos parare et quidem ob hanc causam maxime. Nihil enim uideo quod tam celebre esse possit.*<sup>370</sup>

---

<sup>365</sup> Esperava que ficasse concluído antes do final do verão (*hac aestate*: *Att.* 12.19.1; 12.41.4; 13.26.1; *ne aestas effluat*: 12.43.3; vide, ainda, 13.1.2: *de aestate polliceris uel potius recipis*), quiçá pelo facto de Túlia ter nascido no dia 5 de Agosto, isto é, cinco dias antes do final do verão para os Romanos. J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, 276, nota 2) recorda-nos que Cícero não se esquecia desta data, remetendo-nos para a leitura dos passos *Sest.* 131 e *Att.* 4.1.4 (vide supra, p. 232).

<sup>366</sup> *Att.* 12.18.1.

<sup>367</sup> Cícero discutiu com Ático a escolha do local em quarenta e quatro das cinquenta e cinco cartas que focam esta questão.

<sup>368</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 286.

<sup>369</sup> Sobre esta zona residencial, leia-se o que escreveu GRIMAL, P. *Les Jardins de Rome* (Paris 1969) 109 sq..

<sup>370</sup> *Att.* 12.19.1, de 14 de Março. Cf., ainda, *Att.* 12.22.3; 23.3; 25.1, entre outras.

J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 283-285) sugere que Cícero tinha a intenção de adquirir um local que permitisse a construção do templo em honra de Túlia — motivo principal, aliás, da aquisição (*ob hanc causam maxime*) —, mas, simultaneamente, que pudesse ser o refúgio dos últimos dias da sua vida. Como fundamento desta ideia, o crítico cita estas palavras: *caput est quod scis* (= o *fanum*), *sequitur ut etiam mihi ipsi quiddam opus sit* (*Att.* 12.29.2). De facto, uns dias antes de escrever estas palavras, ao apelo lançado pelo amigo de que regressasse a Roma e retomasse a vida que deixara, Cícero respondeu: *domus est, ut ais*,

Passados dois dias, aventou como hipótese a ilha de Arpino, situada no curso do Fibreno, dois quilômetros a montante da propriedade que possuía na terra natal<sup>371</sup>. No entanto, também esta possibilidade acabaria por ser colocada de parte, já que, por ser demasiado isolada, diminuía a honra que considerava dever render à malograda filha. Continuou, por isso, a pensar na aquisição de *horti*:

*Insula Arpinas habere potest germanam ἀποδέωσιν, sed uereor ne minorem τιμὴν habere uideatur ἐκτοπι(σ)μός. Est igitur animus in hortis; quos tamen inspiciam cum uenero.*<sup>372</sup>

Nos primeiros dias de Maio, talvez devido às dificuldades inerentes à aquisição de tais jardins, Ático ter-lhe-á sugerido a propriedade que possuía em Túsculo. É certo que o local era pouco frequentado<sup>373</sup>, mas Cícero não colocou totalmente de parte a ideia:

*De fano, si nihil mihi hortorum inuenis (...), ualde probo rationem tuam de Tusculano.*<sup>374</sup>

---

*forum. Quid ipsa domo mihi opus est carenti foro? Occidimus, occidimus, Attice, iam pridem nos quidem, sed nunc fatemur, postea quam unum quo tenebamur amisimus. Itaque solitudines sequor...* (Att. 12.23.1, de 19 de Março). De que lhe servia voltar a habitar a *domus* que possuía no Palatino (cf. *Q.fr.* 2.3.7), se a vontade de voltar a mergulhar na agitação da vida forense não era nenhuma? Sem vontade de viver e perdido o único laço que o mantivera ligado à cidade, a única coisa que pretendia agora era encontrar um lugar sossegado para passar o resto dos seus dias. Em resposta a estas palavras, Ático deverá ter-lhe pedido que não desistisse da vida e sugerido que pensasse noutra forma de melhor ocupar a sua velhice, porquanto, em carta datada de 21 de Março, Cícero afirmou que a decisão relativa a essa questão fora já tomada, havendo outras que, no momento, o preocupavam mais: *nam quod scribis 'ἐγγήραμα', actum iam de isto est; alia magis quaero*. Quatro dias depois, numa nova tentativa de pressionar Ático no sentido de o ajudar a encontrar uma propriedade nos arredores da cidade, Cícero soltou em jeito de desabafo: *uel tu illud ἐγγήραμα, quem ad modum scripsisti, uel ἐντάφιον putato*. Esse local, seria, então, para si, não apenas o local onde nasceria o *fanum*, mas, simultaneamente, um retiro para os dias de velhice ou mesmo o túmulo onde haveria um dia de ser sepultado. Paulatinamente, porém, Cícero foi reganhando o gosto pela vida e, cerca de mês e meio depois, voltou a referir-se a essa propriedade em termos menos pessimistas: seria o sítio que desejava para o templo em honra de Túlia, mas também o local onde iria passar o resto dos seus dias: *mihi uero et locum quem opto ad id quod uolumus (o fanum) dederis et praeterea ἐγγήραμα* (Att. 12.44.2, de 13 de Maio). Sobre o sentido do substantivo *ἐγγήραμα* nestes três passos, vide Beaujeu, nota 1 ad 285.

<sup>371</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 286, maxime nota 1.

<sup>372</sup> Att. 12.12.1, de 16 de Março.

<sup>373</sup> Cícero preferia que o não fosse: *sed nescio quo pacto celebritatem requiro* (Att. 12.37.2, de 4 de Maio).

<sup>374</sup> Att. 12.12.1. Cf. Att. 12.41.3, de 11 de Maio: *sin autem tibi Tusculanum placet, ut significauisti quibusdam litteris, tibi adsentiar*; Att. 12.43.2, de 12 de Maio: *sed, ut ad te heri scripsi, considerabis etiam de Tusculano...*; Att. 13.26.1, de 14 de Maio: *itaque reuoluor identem in Tusculanum*.

Continuava, todavia, a preferir adquirir uns *horti* na margem direita do Tibre, que tinham a dupla vantagem de serem frequentados e de poderem vir a ser o retiro nos derradeiros dias da sua existência. Depois da primeira referência a este tipo de propriedade<sup>375</sup>, surgem, disseminadas pelas cartas trocadas durante este período, muitas outras alusivas a nove propriedades diferentes que reuniam, umas mais que outras, as características ideais. Cícero distinguia estas propriedades referindo-as pelo nome do respectivo proprietário. Os primeiros *horti* evocados pertenciam a M. Lívio Druso Claudiano<sup>376</sup>, a M. Élio Lâmia<sup>377</sup> e a G. Cássio Longino<sup>378</sup>:

*Venales certe sunt Drusi, fortasse et Lamiani et Cassiani.*<sup>379</sup>

Quanto à propriedade do último, os *horti Cassiani*, em nenhuma outra ocasião voltaria a ser referida. No que diz respeito à de Lâmia, Cícero não tardou a pôr de parte a ideia, já que o proprietário se encontrava ausente de Roma<sup>380</sup>:

*... Lamia non puto esse...*<sup>381</sup>

Dos três acima referidos, somente os *horti Drusiani* foram objecto verdadeiro da sua cobiça. O proprietário estava interessado na venda:

*Paratissimi sunt Drusi; cupit enim uendere.*<sup>382</sup>

No entanto, ao que parece, pedia demasiado dinheiro:

---

<sup>375</sup> Cf. supra, p. 307, *Att.* 12.19.1, de 14 de Março.

<sup>376</sup> Filho adoptivo do tribuno da plebe de 91 e pai da futura imperatriz Lúcia e que Cícero havia defendido em 54.

<sup>377</sup> Edil em 43.

<sup>378</sup> Este viria a ser um dos assassinos de César. Adoptámos as identificações propostas por J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 286), que, por sua vez, segue a lição de LUGLI, G., “La pianta dell’antica casa della Farnesina”, *Mélanges de l’École Française de Rome* 55 (1938) 5-27.

<sup>379</sup> *Att.* 12.21.2, de 17 de Março.

<sup>380</sup> Cf. *Att.* 12.22.3: *proximos (= hortos) puto Lamiae; [est] sed abest.*

<sup>381</sup> *Att.* 12.29.2, de 25 de Março.

<sup>382</sup> *Att.* 12.22.3. Cf. *Att.* 12.37.2, de 4 de Maio: *Drusus enim certe uendere uult.*

*De Drusi hortis, quanti licuisset tu scribis, id ego quoque audieram et, ut opinor, heri ad te scripseram.*<sup>383</sup>

Por este motivo, Ático ter-se-á oposto à realização do negócio. Cícero, porém, à falta de melhor, manifestou por diversas vezes o desejo de adquirir os *horti Drusiani*:

*De Drusi hortis, quamvis ab iis abhorreas, ut scribis, tamen eo confugiam nisi quid inueneris.*<sup>384</sup>

O preço pedido pela propriedade não era a sua única desvantagem; a distância a que ficava de Roma impedia que o seu proprietário pudesse ir passar parte do dia à cidade:

*Nam illa Sili et Drusi non satis οἰκοδεσποτικά mihi uidentur. Quid enim? Sedere totos dies in uilla?*<sup>385</sup>

Talvez por estes dois motivos, depois do dia 14 de Maio<sup>386</sup> Cícero não mais referiu esta propriedade. Ao mesmo tempo que ponderou esta possibilidade, porém, foi estudando outras. Pensou numa propriedade situada nas proximidades de Óstia, na margem esquerda do Tibre<sup>387</sup>, pertença de L. Aurélio Cota<sup>388</sup>:

*Si nihil conficietur de Transtiberinis, habet in Ostiensi Cotta celeberrimo loco sed pusillum loci, ad hanc rem tamen plus etiam quam satis.*<sup>389</sup>

---

<sup>383</sup> Att. 12.23.3, de 19 de Março. Cf. Att. 12.33.1, de 26 de Março: *nec Drusus facilem se praeberit*; Att. 12.31.2, de 29 de Março: *quaeris a me quod summum pretium constituam et quantum anteire istos hortos Drusi*; Att. 12.41.3, de 11 de Maio: *Drusus aget iniuste*.

<sup>384</sup> Att. 12.38a.2, de 7 de Maio. Cícero pretendia pressionar o amigo para que encontrasse outra solução (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 287). Cf., ainda, Att. 12.37.2, de 4 de Maio: *si ergo aliud <de>erit, non mea erit culpa [ni]si emero*; Att. 13.26.1, de 14 de Maio: *quod si neutrum, metuo ne turbem et irruam in Drusum*.

<sup>385</sup> Att. 12.44.2, de 13 de Maio. Acerca da localização dos *horti Drusiani*, leia-se *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 287, nota 1.

<sup>386</sup> Cf. Att. 13.26.1.

<sup>387</sup> Esta propriedade ficava *ultra Silianam uillam* (Att. 12.27.1). Segundo J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 287, nota 1), esta *uilla* não deverá ser identificada com os *horti Siliani*, da margem direita do Tibre, que Cícero também pensou adquirir. Shackleton Bailey, todavia, contraria esta tese, identificando esta *uilla* com a propriedade que Cícero quis comprar (cf. *Gnomon* 56 (1984) 371).

<sup>388</sup> Cônsul no ano de 65. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 287.

<sup>389</sup> Att. 12.23.3.

O local era frequentado, mas de dimensões reduzidas, embora Cícero considerasse existir espaço suficiente para a edificação do *fanum*. Ainda assim, poucos dias depois, a ideia seria definitivamente posta de parte:

*De illo Ostiensi nihil est cogitandum.*<sup>390</sup>

Na impossibilidade de adquirir aquela propriedade, e percebendo a dificuldade em fazer negócio com Lâmia, evocou outra propriedade, que mereceu apenas duas breves referências nas suas cartas, os *horti* de Damasipo<sup>391</sup>:

*Si hoc non adsequimur (a Lamia non puto esse), Damasippi experiendum esse.*<sup>392</sup>

Estes *horti*, que representavam uma alternativa às propriedades de Sílio e de Druso, encontravam-se divididos em várias parcelas, cujo preço Cícero desconhecia:

*Ego, ut heri ad te scripsi, si et Silius is fuerit quem tu putas nec Drusus facilem se praeberit, Damasippum uelim adgrediare. Is, opinor, ita partis fecit in ripa nescio quotenorum iugerum ut certa pretia constitueret; quae mihi nota non sunt. Scribes ad me igitur quicquid egeris.*<sup>393</sup>

O epistológrafo aludiu de forma fugaz a um terreno que fora pertença de um certo Públio<sup>394</sup> e que, no início de Maio, pertencia a três co-proprietários: G. Trebônio, M. Cusino e C. Canínio Rebilo<sup>395</sup>. O negócio, porém, não interessava, já que não passava de uma parcela de terra, sem construção:

---

<sup>390</sup> Att. 12.29.2, de 25 de Março.

<sup>391</sup> Este homem corresponde ao amante e conhecedor de arte mencionado por Cícero numa carta datada do início do mês de Dezembro de 46: *Fam.* 7.23.2-3. Segundo J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 287, nota 3), seria o filho de P. Licínio Crasso Damasipo, desaparecido em África depois de Tapso, e o mesmo Damasipo mencionado por Horácio em *S.* 2.3. Esta opinião é partilhada por SHACKLETON BAILEY (2001) v. 2, nota ad loc.. Acerca da localização dos seus *horti*, vide *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 287. Cícero voltaria a referi-los apenas uma vez (cf. *supra*, Att. 12.33.1).

<sup>392</sup> Att. 12.29.2.

<sup>393</sup> Att. 12.33.1, de 26 de Março.

<sup>394</sup> M. Públio, legado de Gneu Pompeio-o-Jovem, em 46. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 288, nota 3.

<sup>395</sup> O terceiro proprietário seria referido apenas alguns dias depois, noutra carta: ... *Cusini et Treboni. Puto tertium esse dominum, Rebilum fuisse certe scio* (Att. 12.41.3, de 11 de Maio). Quanto à identidade dos três

*Nam ille locus Publicianus qui est Treboni et Cusini erat ad me adlatus. Sed scis aream esse. Nullo pacto probo.*<sup>396</sup>

Depois do dia 12 de Maio, Cícero não voltaria a mencionar este terreno, talvez porque se revelara impossível, na ausência dos respectivos donos, concretizar a transacção:

*Videbis etiam Trebonianos, etsi absunt domi.*<sup>397</sup>

As suas preferências recaíram, no entanto, sobre três outras propriedades: os *horti* de Sílio, os de Escápula e os de Clódia<sup>398</sup>.

Os *horti Siliani* foram referidos pela primeira vez no dia 18 de Março<sup>399</sup>. No intuito de conseguir protelar o pagamento destes *horti*, Cícero estava na disposição de pagar juros por um período não superior a um ano. Sílio<sup>400</sup> não fazia uso da propriedade, o que tornaria mais fácil este tipo de transacção:

*Sed ut non uendam eique usuram pendam a quo emero non plus annum, possum adsequi quod uolo, si tu me aduvas. (...) Ne Silius quidem quicquam utitur, et is usuris facillime sustentabitur.*<sup>401</sup>

Estes *horti* agradavam-lhe tanto que, para conseguir fazer o negócio, solicitou a mediação de um amigo comum, Sica:

*Sed loquere cum Sílio; nihil enim est melius. Mandaui etiam Siccae. Rescripsit constitutum se cum eo habere. Scribet igitur ad me quid egerit, et tu uidebis.*<sup>402</sup>

---

proprietários, o primeiro foi cônsul, em 45, o segundo, pretor, em 44, e o terceiro, cônsul, por apenas um dia, no final de 45 (cf. Beaujeu, t. 8, *Appendice I*, 288, nota 3).

<sup>396</sup> *Att.* 12.38a.2, de 7 de Maio.

<sup>397</sup> *Att.* 12.43.2. À data, os proprietários encontrar-se-iam na Hispânia, com César (cf. SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, *Appendix III*, 412).

<sup>398</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 288.

<sup>399</sup> Desde então, foram evocados na sua correspondência, de forma quase sistemática, até ao início do mês de Junho (*Att.* 13.7.1, do dia 10 de Junho).

<sup>400</sup> O proprietário destes *horti* deverá ser identificado com Públio Sílio, governador da Bitínia em 51/50 e destinatário das cartas *Fam.* 13.65 e 67 Para mais informações, vide *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 288.

<sup>401</sup> *Att.* 12.22.3.



As primeiras notícias de Sica relativas a um eventual negócio deixaram-no animado. Na generalidade, as condições oferecidas por Sílio agradavam-lhe. Preferia, no entanto, pagar em numerário:

*Scriptis ad me diligenter Sicca de Silio, seque ad te rem detulisse; quod tu idem scribis. Mihi et res et condicio placet, sed ita ut numerato malim quam aestimatione.*<sup>403</sup>

A propriedade em questão, no seu entender, superior à de Druso<sup>404</sup>, não seria, todavia, tão fácil de adquirir. Ático tinha dúvidas relativamente à concretização do negócio; o dono parecia não ter vontade de a vender ou, então, pedia demasiado dinheiro por ela. O próprio Cícero, apesar do optimismo de Sica, não estava certo quanto à viabilidade da transacção:

*De Sili uoluntate uendendi et de eo quanti, tu uereri uideris, primum ne nolit, deinde ne tanti. Sicca aliter; sed tibi adsentior.*<sup>405</sup>

Consciente da dificuldade em alcançar um acordo com Sílio<sup>406</sup>, Cícero perspectivou a hipótese de adquirir a propriedade de Druso, nem que, para tal, tivesse de pagar o preço que Egnácio, na qualidade de intermediário, dizia ser exigido pelo dono:

*Si uenalis non haberet, transirem ad Drusum uel tanti quanti Egnatius illum uelle tibi dixit.*<sup>407</sup>

Era essa, aliás, a hipótese mais viável:

---

<sup>402</sup> Att. 12.23.3, de 19 de Março.

<sup>403</sup> Att. 12.25.1, de 21 de Março. Optimista quanto à concretização do negócio, Cícero chegou mesmo a fazer os seus cálculos (cf. ibidem).

<sup>404</sup> Cf. Att. 12.25.2: *Dru(s)ianis uero hortis multo antepono[scil. Silianos hortos] neque sunt umquam comparati*. A propriedade compreendia uma *uillam et ueterem* <et> *non magnam* e uma *siluam nobilem* (cf. Att. 12.31.1).

<sup>405</sup> Att. 12.30.1, de 27 de Março.

<sup>406</sup> Sílio parecia mudar de ideias com alguma facilidade: *Silium mutasse sententiam Sicca mirabatur. (...) ais te putare, si addiderimus aliud, a quo refugit cum ab ipso id fuerit destinatum, uenditurum* (Att. 12.31.1, de 29 de Março).

<sup>407</sup> Att. 12.31.2.

*Nam cum Silio non uideo confici posse.*<sup>408</sup>

Ainda assim, no dia seguinte, momentos antes de partir de Ástura, tendo tido conhecimento de que Sílio pretendia desanexar uma parcela do terreno susceptível de ser vendido, pediu a Ático que se certificasse se a parcela em questão correspondia ou não ao local onde ele pensara erigir o *fanum*:

*Tu tamen si quid cum Silio, (...), certiore me uelim facias, et maxime cuius loci detractationem fieri uelit. Quod enim scribis 'extremi', uide ne ipse locus sit cuius causa de tota re, ut scis, est a nobis cogitatum.*<sup>409</sup>

Volvido o mês de Abril na *uilla* que Ático possuía na região de Ficuleia, em Maio, Cícero voltaria a referir, por diversas vezes, os *horti Siliani*. As dúvidas relativas à venda mantinham-se<sup>410</sup>. O local não era o ideal, já que, à semelhança da propriedade de Druso, se encontrava demasiado afastado da cidade, obrigando o *paterfamilias*, em caso de compra, a passar o dia na *uilla*<sup>411</sup>. Talvez por esse motivo, e também porque tinha em mente outras possibilidades, no final de Maio declarava:

*De Silio non ita sane laboro.*<sup>412</sup>

Ainda assim, é possível que no início de Junho o interesse de Cícero na propriedade se mantivesse, já que terá pedido a Ático que fosse intermediário num diferendo com Sílio, a respeito de uma data:

*Colloquere tu quidem cum Silio, ut scribis, sed urge. Illam diem negabat esse mense Maio, istam non negabat. Sed tu, ut omnia, istuc quoque ages diligenter.*<sup>413</sup>

---

<sup>408</sup> Att. 12.31.3.

<sup>409</sup> Att. 12.34.3 (= 35.1), de 30 de Março.

<sup>410</sup> Cf. Att. 12.41.3, de 11 de Maio: *si Silius nolet...*

<sup>411</sup> Cf. supra, p. 310, Att. 12.44.2, de 13 de Maio.

<sup>412</sup> Att. 12.52.2, de 21 de Maio.

<sup>413</sup> Att. 13.5.1, de 5 de Junho. O sentido desta passagem é obscuro (cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 2 ad loc.). Segundo J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, nota a ad loc.), “il est impossible de deviner la nature de ce différend avec Silius; peut-être Cicéron n’a-t-il pas définitivement renoncé à ses «jardins».”

Uma última alusão aos *horti Siliani* ocorreria cinco dias depois, com a perspectiva de um encontro entre Ático e Sílio<sup>414</sup>.

Entretanto, porque temia que o tempo gasto em negociações fizesse cair no esquecimento este projecto, foi pedindo ao amigo que estimulasse o trabalho do arquitecto, Cluácio:

*Et si tibi placebit sic agere de fano ut coepimus, uelim cohortere et exacuas Cluatium.  
Nam etiam si alio loco placebit, illius nobis opera consilioque utendum puto.*<sup>415</sup>

Ainda durante o mês de Maio, manifestou-se interessado numa outra propriedade, os *horti Clodiani*. A primeira referência data de 7 de Maio:

*Clodiae [scil. horti] sane placent sed non puto esse uenalis.*<sup>416</sup>

Apesar de não ter a certeza de que a propriedade estivesse à venda, cerca de uma semana depois, perante as dificuldades em adquirir uma outra<sup>417</sup> pela qual se tinha igualmente interessado, confessou inclinar-se para os jardins de Clódia<sup>418</sup>:

*Eo magis delabor ad Clodiam.*<sup>419</sup>

Ático partilhava das suas dúvidas relativamente à venda da propriedade, quiçá porque desconhecia a data em que Clódia regressaria a Roma e, mais importante, não sabia se a mesma estaria na disposição de a vender:

---

<sup>414</sup> Att. 13.7.1: *si Silium uideris*.

<sup>415</sup> Att. 12.36.2.

<sup>416</sup> Att. 12.38a.2.

<sup>417</sup> Os *horti Scapulani*, a que posteriormente aludiremos.

<sup>418</sup> A respeito da identidade desta mulher, não existem certezas. Afirma, todavia, J. Beaujeu: “il y a une raison très forte de reconnaître dans cette femme la célèbre Clodia Quadrantaria, soeur du tribun P. Clodius Pulcher, que Cicéron a attaquée avec tant de vivacité dans le *Pro Caelio*, la Lesbie de Catulle: nous savons en effet par un passage du *Pro Caelio* (§ 36) qu’elle possédait des *hortos ad Tiberim* où venait se baigner la jeunesse de Rome.” (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 292). Shackleton Bailey, citado por aquele em nota (n. 1), admite igualmente esta hipótese, aduzindo alguns argumentos em favor da ideia (cf. (1965-1970) v. 5, *App. III*, 412 sq.). J. Beaujeu reconhece, por outro lado, a possibilidade de a proprietária dos *horti Clodiani* ser antes uma das duas irmãs da célebre Clódia (cf. loc. cit., 293).

<sup>419</sup> Att. 12.47.1, de 16 de Maio.

*Sed nescio quid uideris dubitare de Clodia; utrum quando ueniat an sintne uenales?*<sup>420</sup>

No dia 27 de Maio, evocar-se-ia pela última vez, na sua correspondência, esta propriedade. Nesse dia, Cícero ainda tinha esperanças de poder vir a negociar directamente com Clódia a compra dos seus *horti*, não apenas porque eram menos valiosos do que os de Escápula, mas também porque contava que Dolabela liquidasse, em breve, uma dívida que mantinha para com o ex-sogro<sup>421</sup>:

*Clodiam igitur. A qua ipsa ob eam causam sperare uideor, quod et multo minoris sunt et Dolabellae nomen iam expeditum uidetur, ut etiam repraesentatione confidam.*<sup>422</sup>

Depois desse dia, não voltaria a evocar tal propriedade. Na verdade, as suas preferências recaíam sobre um outro terreno. É o que podemos constatar da leitura de uma carta datada de 11 de Maio, em que estabeleceu, de forma clara, a ordem das suas preferências. Em primeiro lugar, estaria a propriedade de Escápula, depois, a de Clódia. Se Sílio não quisesse vender a sua e se Druso, por sua vez, cobrasse um preço exorbitante pela sua, seguia-se a que era pertença de Cusino, Trebónio e Rebilo. A Ático, todavia, parecia agradar mais a de Túsculo, e Cícero, à falta de melhor, esteve na disposição de concordar com o amigo:

*Si quaeris quid optem, primum Scapulae, deinde Clodiae, postea, si Silius nolet, Drusus aget iniuste, Cusini et Treboni. Puto tertium esse dominum, Rebilum fuisse certe scio. Sin autem tibi Tusculanum placet, ut significasti quibusdam litteris, tibi adsentiar.*<sup>423</sup>

Durante o mês de Abril, que passou na companhia do amigo, em Roma, Cícero terá tido conhecimento de que um indivíduo chamado Escápula<sup>424</sup>, que entretanto havia

---

<sup>420</sup> *Att.* 12.52.2, de 21 de Maio.

<sup>421</sup> Trata-se da devolução do dote de Túlia. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, nota a ad *Att.* 13.29.2.

<sup>422</sup> *Att.* 13.29.2.

<sup>423</sup> *Att.* 12.41.3.

<sup>424</sup> Este não deverá corresponder ao cavaleiro pompeiano T. Quíncio Escápula, que tinha sublevado as legiões de César na Hispânia, no início de 46 (D.C. 43.29 sq.; cf. *Fam.* 9.13.1) e que viria a morrer pouco tempo depois da batalha de Munda (*B. Hisp.* 33.3 sq.), já que os seus bens teriam então sido confiscados. O proprietário deverá antes ser identificado com o irmão mais novo daquele (cf. Cic., *Quinct.* 17), P. Quíncio Escápula, que Plínio-o-Velho (*Nat.* 7.183) diz ter morrido repentinamente durante um jantar em casa de

morrido, tinha deixado em herança, entre outros bens, uma propriedade com características muito aprazíveis.

Efectivamente, os *horti Scapulani*, situados numa zona muito frequentada e apetecível da margem direita do Tibre, tinham a vantagem de ficarem muito próximos da Urbe<sup>425</sup>. Esta proximidade do centro urbano permitiria a Cícero manter-se afastado do *Forum* mas, ao mesmo tempo, suficientemente perto de Ático, de quem não queria separar-se<sup>426</sup>. Pelo facto de não distarem muito de Roma, quem quer que neles habitasse não teria forçosamente de passar o dia inteiro fechado em casa:

*Maxima est in Scapulae celebritas, propinquitas praeterea urbis, ne totum diem in uilla.*<sup>427</sup>

Interessado na compra desta propriedade, tentou, através de Ático, negociar com um dos herdeiros, Otão:

*Qua re ante quam discedis, Othonem, si Romae est, conuenias peruelim.*<sup>428</sup>

A casa de habitação, tal como Cícero a havia conhecido, era banal. Desde que a vira pela última vez, pouco ou nada havia mudado, pelo que o arquitecto Vétio Crisipo<sup>429</sup> e Ático, que entretanto haviam visitado o local, consideravam necessárias obras de beneficiação. Cícero preparava-se para gastar mais do que gastara com a sua *uilla* de Túsculo:

*De hortis ex tuis litteris cognoui et Chrysippo. In uilla, cuius insulsitatem bene noram, uideo nihil aut pauca mutata; balnearia tamen laudat maiora, de minoribus ait hiberna effici*

---

Aquílio Galo, antigo colega de Cícero na pretura, desaparecido antes de 44 (seguimos a lição de J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 289, nota 2).

<sup>425</sup> SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 1 ad *Att.* 12.37.2) afirma: “The Scapula property in the Campus Vaticanus was much closer to the city than the *horti* of Silius or Drusus.” J. Beaujeu situa estes *horti* “au pied du *mons Vaticanus*”. Para uma localização mais exacta, leia-se *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 290.

<sup>426</sup> Cf. *Att.* 13.31.4: *nihil enim aliud reperio ubi et in foro non sim et tecum esse possim*. Cf. supra, p. 310, *Att.* 12.44.2.

<sup>427</sup> *Att.* 12.37.2, de 4 de Maio.

<sup>428</sup> Ibidem. Cf. *Att.* 12.37a, de 5 de Maio.

<sup>429</sup> Cf. *Fam.* 7.14.1; *Att.* 14.9.1; Quint., *Inst.* 6.3.61.

*posse. Tecta igitur ambulatiuncula addenda est; quam ut tantam faciamus quantam in Tusculano fecimus, prope dimidio minoris constabit isto loco.*<sup>430</sup>

A propriedade compreendia um bosque. Este *lucus*, se fora, outrora, um local isolado, agora, era bastante frequentado, sendo, por isso, ideal para a construção do *fanum* em honra de Túlia:

*Ad id autem quod uolumus nihil aptius uidetur quam lucus, quem ego noram; sed celebritatem nullam tum habebat, nunc audio maximam. Nihil est quod ego malim.*<sup>431</sup>

Cícero queria verdadeiramente adquirir esta propriedade<sup>432</sup>. Caso conseguisse reaver o que havia emprestado a Fabério, estava na disposição de comprá-la, fosse qual fosse o preço:

*... si Faberius nobis nomen illud explicat, noli quaerere quanti.*<sup>433</sup>

Havia, todavia, um problema. Os herdeiros dos *horti Scapulani* eram quatro: Q. Márcio Crispo<sup>434</sup>, Mustela<sup>435</sup>, Otão<sup>436</sup> e Vergílio<sup>437</sup>. Um destes herdeiros, Otão, que pretendia ficar com a propriedade, terá dito a Ático que aquela seria dividida em quatro partes e que os herdeiros procederiam a uma licitação entre si. Nesse caso, Cícero não teria qualquer hipótese de adquiri-la:

---

<sup>430</sup> Att. 13.29.1, de 27 de Maio.

<sup>431</sup> Ibidem.

<sup>432</sup> Apesar de ter tido algumas dúvidas quando soube que seriam muitas as despesas envolvidas. Cf. Att. 12.40.4, de 9 de Maio: *de hortis Scapul<an>is hoc uidetur effici posse, aliud tua gratia, aliud nostra, ut praeconi subiciantur. Id nisi fit, excludemur.* Vide, ainda, Att. 12.47.1-2, de 16 de Maio.

<sup>433</sup> Att. 13.29.1. Cf. 13.29.2: *Si Faberium explicas, emamus uel magno.*

<sup>434</sup> Este participaria, em 44, nas operações levadas a cabo, na Síria, contra Cecílio Basso.

<sup>435</sup> Cícero nutria consideração por este homem (cf. infra, p. 319, Att. 12.44.2).

<sup>436</sup> Acerca da identidade deste homem, interroga J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 290): “le chevalier L. Roscius Otho, ami de Cicéron?”

<sup>437</sup> O facto de se encontrar, então, em África, terá permitido a alguns críticos identificar este homem com G. Vergílio, pretor em 62, acérrimo partidário de Pompeio que tomou parte activa na guerra de África e que acabou por se render, juntamente com os habitantes de Útica, a Canínio Rebiló (*B. Afr.* 93.3). Para a identificação dos quatro herdeiros de Escápula, cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, p. 290.

*Heredes Scapulae si istos hortos, ut scribis tibi Othonem dixisse, partibus quattuor factis liceri cogitant, nihil est scilicet emptori loci; sin uenibunt, quid fieri possit uidebimus.*<sup>438</sup>

Para poder aspirar a ser comprador, era necessário que os *horti* fossem leiloados em hasta pública. Tal aconteceria somente se um dos outros herdeiros assim o exigisse<sup>439</sup>. Na eventualidade de isso acontecer, Cícero tinha esperanças de poder ganhar a Otão a propriedade:

*De hortis Scapul<na>is hoc uidetur effici posse, aliud tua gratia, aliud nostra, ut praeconi subiciantur. (...). Sin ad tabulam uenimus, uincemus facultates Othonis nostra cupiditate.*<sup>440</sup>

Não iria, pois, cruzar os braços. Por sorte, Mustela era-lhe favorável, pelo que Ático deveria recorrer àquele amigo, que, na qualidade de herdeiro, poderia dar-lhe a oportunidade de ser comprador:

*Quod per Mustelam agis, habes hominem ualde idoneum meique sane studiosum (...). perfice igitur aliquid. Quid autem aliud nisi ut aditus sit emptori? Quod per quemuis heredem potest effici. Sed Mustelam id perfecturum, si rogaris, puto.*<sup>441</sup>

A conversa surtiu efeitos, já que, alguns dias depois, Ático informou o amigo de que a venda em hasta pública iria efectivamente ter lugar:

*Horti quam in diem proscripti sint uelim ad me scribas.*<sup>442</sup>

---

<sup>438</sup> Att. 12.38a.2, de 7 de Maio.

<sup>439</sup> Sobre os procedimentos a que obedecia a licitação das heranças, cf. e. g. CARCOPINO (1947) v.1, 171; 174 sq..

<sup>440</sup> Att. 12.40.4, de 9 de Maio. A concorrência pela compra dos *horti Scapulani* manteve-se, pelo menos, até Junho. Cícero sabia que o poder económico de Otão era mais forte do que o seu, mas ainda manteve a esperança de o vencer na venda em hasta pública. Cf. Att. 13.29.1, de 27 de Maio: *Othonem uincas uolo*. No fundo, sabia que seria muito difícil que tal viesse a acontecer. Cf. Att. 12.43.3, de 12 de Maio: *De Othone diffido, fortasse quia cupio. Sed tamen maior etiam res est quam facultates nostrae, praesertim aduersario et cupio et locuplete et herede*. Vide, também, Att. 12.39.2, de 8 de Maio: *nunc, nisi Otho exstisset, quid scriberemus non erat*.

<sup>441</sup> Att. 12.44.2.

<sup>442</sup> Att. 12.49.3, de 20 de Maio. Cf. Att. 12.51.2, igualmente de 20 de Maio: *de Vergilio, ut scribis. Hoc tamen uelim scire, quando auctio*.

Antes disso, porém, Cícero ainda tentou negociar directamente com Otão:

*Sed adgredere Othonem, ut scribis. Confice, mi Attice, istam rem.*<sup>443</sup>

As primeiras abordagens foram feitas por correspondência:

*Othonem quod speras posse uinci, sane bene narras. De aestimatione, ut scribis, cum agere coeperimus; etsi nihil scripsit nisi de modo agri.*<sup>444</sup>

Com os restantes herdeiros, foram igualmente mantidos contactos:

*De Crispo et Mustela scilicet cum quid egeris.*<sup>445</sup>

No final de Junho, porém, Cícero declarou:

*De Scapulanis hortis toto pectore cogitemus. Dies adest.*<sup>446</sup>

O dia da venda em hasta pública estava próximo, portanto<sup>447</sup>. Na verdade, a data estabelecida para o efeito era o dia 15 de Julho. A compra, no entanto, não chegaria a acontecer. De facto, poucos dias depois de ter escrito a Ático aquelas palavras, quando se preparava para ir a Roma resolver a questão, viu-se obrigado a renunciar definitivamente à ideia de adquirir os tão desejados jardins. É que, em conversa com Capitão, fora avisado de que César pretendia alargar o Campo de Marte e que, para poder fazê-lo, teria de proceder a algumas alterações urbanísticas que afectariam necessariamente o local em que se encontrava a propriedade. Primeiramente, proceder-se-ia ao desvio do curso do rio Tibre, deslocando-o para oeste, mais precisamente, para junto do Monte Mário e da Colina Vaticana. Depois, tendo em vista a duplicação da área do Campo de Marte, proceder-se-ia à anexação do Campo Vaticano ao *campus Martius*, para que os dois formassem um novo

---

<sup>443</sup> Att. 13.31.4, de 28 de Maio.

<sup>444</sup> Att. 13.33.2, de 2 de Junho.

<sup>445</sup> Att. 13.5.2, de 5 de Junho.

<sup>446</sup> Att. 13.12.4, de 23 de Junho.

<sup>447</sup> Cf. J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, nota b ad loc.), que afirma que o *dies* evocado por Cícero corresponde ao *dies auctionis*.



e alargado Campo de Marte. Ora, os *horti Scapulani* situavam-se precisamente no campo que iria ser sacrificado a estas alterações urbanísticas, e Cícero, perante tal evidência, nada podia fazer:

*Sed casu sermo a Capitone de urbe augenda, a ponte Muluio Tiberim perduci secundum montis Vaticanos, campum Martium coaedificari, illum autem campum Vaticanum fieri quasi Martium campum. 'Quid ais?' inquam; 'at ego ad tabulam ut, si recte possem, Scapulanos hortos.' 'Caue facias' inquit; 'nam ista lex perfertur; uult enim Caesar.' Audire me facile passus sum, fieri autem moleste fero. (...) Facies me igitur certiore de Idibus.*<sup>448</sup>

Na verdade, este parece ter sido o golpe final<sup>449</sup>. Da propriedade de Escápula, não mais falou<sup>450</sup>. Daqui em diante, não mais haveria de manifestar o desejo de prosseguir com o projecto que ao longo de quatro meses dominara as suas preocupações<sup>451</sup>. A escolha do local não foi, todavia, o único obstáculo à concretização dos seus intentos.

O pouco entusiasmo revelado por Ático com o projecto do amigo terá igualmente contribuído para o fracasso dos seus planos. Durante todo este tempo, o sensato Pompónio, que considerava a ideia despropositada, foi ouvindo todos os seus desejos e devaneios.

<sup>448</sup> Att. 13.33a.1, de 9 (?) de Julho.

<sup>449</sup> No início de Julho, ainda admitiu pensar numa sugestão menos ambiciosa, feita por Ático: erigir o templo num bosque comprado para o efeito. A ideia de um bosque para homenagear os mortos não era muito do seu agrado. Por ser um local pouco frequentado, não seria o mais indicado para um projecto grandioso como aquele que tinha em mente. Admitiu, no entanto, que a escolha de tal local fazia algum sentido (cf. Att. 13.22.4., de 4 (?) de Julho: *Lucum <in> hominibus non sane probo quod est desertior. Sed habet εὐλογίαν. Verum hoc quoque ut censueris, quippe qui omnia*). De facto, como afirmou SHACKLETON BAILEY (1999) vol. 4, nota 3 ad Att. 13.22.4, “a grove, as the natural habitat of a divinity, would fit in with apotheosis”. Contrariamente, no dia de 27 de Maio, Cícero mostrara-se satisfeito com a existência de um *lucus* nos *horti* de Escápula (cf. Att. 13.29.2: *ad id autem quod uolumus ἀφιῶνμα nihil aptius uidetur quam lucus, quem ego noram*). Ele acreditava que o local era bastante frequentado (*sed celebritatem nullam tum habebat, nunc audio maximam*).

<sup>450</sup> Vide, ainda, SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 2 ad loc.: “The Scapula auction was to take place then. With this letter the whole project of the shrine fades out of the correspondence.”

<sup>451</sup> Seguimos a lição de CARCOPINO (1947) v. 1, 282 (“L’on chercherait vainement désormais dans la suite de la Correspondance une allusion au dessein que Cicéron s’époumonnait à vanter depuis quatre mois.”) e de J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, 190): “du coup, Cicéron est obligé de renoncer à cet achat; il semble même que cette déception l’ait amené à abandonner définitivement le project auquel il vouait une ardeur passionnée depuis la mort de Tullia.”

LEPAGE (1976) 253, todavia, contraria esta opinião: “le 26 juillet, soit dix-sept jours plus tard, Cicéron n’a pas encore pris une décision à savoir s’il doit ou non abandonner le project qu’il a d’acheter les jardins de Scapula: Il laisse à Atticus le soin de décider.” O autor baseia esta ideia numa interpretação diferente de um excerto da carta Att. 13.34, de 26 de Julho: *Ipse enim adsum, nisi quid tu prorogas. Scripsi enim ad te de hortis*. Segundo este estudioso, os *horti* referidos são os de Escápula. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 4 ad loc.) considera, no entanto, que a propriedade referida por Cícero corresponde aos *horti Cluiani*: “no doubt Cluvius’ property near Puteoli”.

Ao mesmo tempo que lhe ia dando alguns conselhos, ia ganhando tempo, na expectativa de que Cícero acabasse por abandonar a ideia. Sem que lhe tivesse negado abertamente ajuda, nunca deu cumprimento a qualquer das sucessivas e inconstantes pretensões do amigo. Na verdade, desde cedo tê-lo-á até censurado por algumas das escolhas manifestadas. É o que podemos deduzir das palavras do próprio Cícero, quando lhe pediu que reunisse o dinheiro necessário para a compra da propriedade de Sílio, que considerava superior à de Druso:

*Dru(si)anis uero hortis multo antepono neque sunt umquam comparati. Mihi crede, una me causa mouet, in qua scio me τετυφῶσθαι. Sed, ut facis, obsequere huic errori meo.*<sup>452</sup>

Cícero tinha consciência da insensatez dos seus intentos, mas, ainda assim, persistia:

*Hae meae tibi ineptiae (fateor enim) ferendae sunt; nam habeo ne me quidem ipsum quicum tam audacter communicem quam te.*<sup>453</sup>

Em Maio, ter-se-á queixado de palavras menos simpáticas do que as que Ático, geralmente, costumava dirigir-lhe, devidas, quiçá, à sua insistência em comprar uma propriedade para o *fanum*:

*Hoc quidem utique perficies si me leuari uis, quem iam etiam grauius accusas quam paritur tua consuetudo, sed facis summo amore et uictus fortasse uitio meo — sed tamen si me leuari uis, haec est summa leuatio uel, si uerum scire uis, una.*<sup>454</sup>

---

<sup>452</sup> Att. 12.25.2, de 21 de Março.

<sup>453</sup> Att. 12.36.1, de 3 de Maio.

Cícero sabia que este projecto era um erro (Att. 12.25.2 e 12.43.1: *meus error*) e uma insensatez (Att. 13.29.2: τὸν τῦφον; cf. Att. 12.25.2: τετυφῶσθαι). Mesmo assim, não desistiu de pressionar Ático. Cf. Att. 12.37.2, de 4 de Maio: *de fano, si nihil mihi hortorum inuenis, <qui> quidem tibi inueniendi sunt si me tanti facis quanti certe facis (...). itaque hortos mihi conficias necesse est*. Chegou mesmo a ameaçar zangar-se com o amigo, caso ele não o ajudasse. Cf. Att. 12.41.2, de 11 de Maio: *audeo sum adfectus de fano, quod nisi non dico effectum erit sed fieri uidero (audebo hoc dicere et tu ut soles accipies) incursabit in te dolor meus...* Tanto insistiu que acabou mesmo por conseguir algum empenhamento por parte de Ático na resolução desta questão. Cf. Att. 13.1.2, de 23 de Maio: *de pecunia uero uideo a te omnem diligentiam adhiberi uel potius iam adhibitam esse*.

<sup>454</sup> Att. 12.41.3.

Sabia, porque ele fizera questão de lho dizer, que o amigo não aprovava essa ideia, apesar de compreender os motivos da sua obstinação:

*Quod scribis scire te mihi illam rem fore leuamento, bene facis; quin id esse mihi crede perinde ut existimare tu non potes. Res indicat quanto opere id cupiam, cum tibi audeam confiteri quem id non ita ualde probare arbitrer. Sed ferendus tibi in hoc meus error. Ferendus? Immo uero etiam adiuiuandus.*<sup>455</sup>

Amigo sincero de Cícero, Ático não podia deixar de considerar uma insensatez o dispêndio exagerado de dinheiro a que concretização deste projecto o iria obrigar, pelo que não é de estranhar que, por diversas vezes, tivesse tentado demovê-lo. O pai de Túlia, porém, não queria deixar de homenagear a filha com um templo esplendoroso, que testemunhasse de forma inequívoca o tamanho do seu desgosto<sup>456</sup>.

J. Beaujeu questionou-se sobre o motivo que terá levado Cícero, homem cultíssimo, a insistir nesta inovação estrangeira e contrária aos costumes romanos, “fâcheusement voisine de cotumes orientales condamnables”, em vez de se ter ficado pela crença na divindade da filha e de, como filósofo, ter optado por homenageá-la no segredo da sua consciência, sem chocar, até, o seu amigo mais íntimo<sup>457</sup>. Na opinião do crítico, a explicação para tal opção encontra-se na emoção dos dias que imediatamente seguiram a morte da filha e, simultaneamente, na verticalidade da sua consciência romana; nos livros de *consolatio* que então leu com avidez, o filósofo colheu a ideia de consagrar a filha mediante a construção de um *fanum* e, levado pela emoção, fez promessa de concretizar esse projecto<sup>458</sup>. Desde então, passou a encarar a edificação do templo como um *uotum*

---

<sup>455</sup> Att. 12.43.1, de 12 de Maio.

<sup>456</sup> J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 282 sq.) questiona os motivos que terão levado Cícero a decidir comprar uma nova propriedade, ainda que arriscando ter de vir a passar por sérias dificuldades financeiras. Na opinião do crítico, por um lado, há a referir que Cícero já não suportava viver no meio da confusão da Urbe. Roma, sem Senado e sem tribunais dignos, onde pululavam os partidários de César, já não o atraía: *quid enim mihi foro sine iudiciis, sine curia, in oculis incurrentibus iis quos animo aequo uidere non possum?* (Att. 12.21.5). Por outro lado, as casas que possuía no campo ficavam demasiado afastadas da cidade, e Cícero não queria ficar longe do amigo (*nec enim esse in turba possum nec a uobis abesse*: Att. 12.29.2; cf. Att. 13.31.4: *ubi et in foro non sim et tecum esse possim*), nem condenado a passar dias inteiros encerrado em casa (*quid enim? Sedere totos dies in uilla?*: Att. 12.44.2; cf. Att. 12.37.2: *propinquitas praeterea urbis, ne totum diem in uilla*). A estes dois motivos acresce ainda a sua conhecida paixão por bens imobiliários, que foi coleccionando ao longo da vida (cf. CARCOPINO (1947) v. 1, 73 sqq.).

<sup>457</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 282.

<sup>458</sup> Cf. Cons. Frg. 11 Müller, que citamos novamente: *quod quidem faciam teque omnium optimam doctissimamque, adprobantibus diis immortalibus ipsis, in eorum coetu locatam, ad opinionem omnium mortalium consecrabo*.

sagrado a cumprir<sup>459</sup> e como um dever para com filha<sup>460</sup> que teria de liquidar, para que a sua consciência pudesse sentir-se tranquila<sup>461</sup>. Cícero desejava também manter viva a memória de Túlia junto dos contemporâneos e dos vindouros, já que, desse modo, garantiria a imortalidade da sua alma<sup>462</sup>.

O local escolhido deveria, por isso, ser frequentado e acessível a quem quer que pretendesse visitá-lo, sendo a *celebritas* requisito indispensável<sup>463</sup>. Construído em campo aberto, este templo poderia vir a ser uma referência religiosa não apenas para os seus contemporâneos, mas também para as gerações vindouras:

*In agro ubicumque fecero, mihi uideor adsequi posse ut posteritas habeat religionem.*<sup>464</sup>

Importava, por isso, que fosse edificado num local que não estivesse na dependência de uma *uilla* sujeita a mudanças de dono. Só assim seria possível garantir a perenidade do monumento:

*Quod poteram, si in ipsa uilla facerem; sed, ut saepe locuti sumus, commutationes dominorum reformido.*<sup>465</sup>

---

<sup>459</sup> Cf. *Att.* 12.18.1, de 11 de Março; cf. 12.43.2, de 12 de Maio: *religione... uoti*.

<sup>460</sup> Cf. *Att.* 12.23.3, de 19 de Março: *offici debiti*.

<sup>461</sup> Cf. *Att.* 12.38a.2, de 7 de Maio: *hoc mihi debere uideor neque leuari posse nisi soluero aut uidero me posse soluere*. BOYANCÉ (1944) 339 vê nesta obstinação um sentimento de piedade religiosa: “On voit qu’il s’agit d’une véritable obligation qui engage la conscience de celui qui a fait le vœu d’héroïser l’être cher.” Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 279 sq..

<sup>462</sup> Sobre a importância dos *monumenta* na preservação da memória do passado, leia-se PEREIRA (2005) 75, nota 2: “Sobre o poder evocador dos espaços percorridos ou habitados por grandes figuras do passado, leia-se o que Cícero escreve no *De finibus* 5.1-3. Segundo o Arpinate, pensamos nos grandes homens com mais vivacidade e atenção quando a força evocativa do lugar a isso nos convida.” Remetendo para a leitura de KARDOS (2004) 90, conclui a autora: “Por isso Cícero se sentia atraído pelos monumentos, como “lugares de memória””.

<sup>463</sup> Assim o escreveu Cícero: *Sequor celebritatem* (*Att.* 12.27.1). Cf. *Att.* 12.19.1: *Nihil enim uideo quod tam celebre esse possit*; *Att.* 12.23.3: *habet in Ostiensi Cotta celeberrimo loco...*; *Att.* 12.37.2: *Sed nescio quo pacto celebritatem requiro*; (...) *Maxima est in Scapulae celebritas*; *Att.* 13.29.2: *nihil aptius uidetur quam lucus, quem ego noram; sed celebritatem nullam tum habebat, nunc audio maximam. Nihil est quod ego malim*. Se o local não fosse suficientemente frequentado, Cícero correria o risco de não ver atingido um dos seus objectivos: garantir a glória da filha. Cf. *Att.* 12.12.1: *insula Arpinas habere potest germanam ἀποδείωσις, sed uereor ne minorem τιμὴν habere uideatur ἐκτοπι<σ>μός*. Cf. PEREIRA (2005) 77, nota 15: “Recorde-se que os antigos sepultavam os mortos fora do perímetro da cidade, ao longo das principais vias que da cidade conduziam a outros lugares. Desse modo, podiam os vivos ver os túmulos, ler as inscrições fúnebres e lembrar os mortos.”

<sup>464</sup> *Att.* 12.36.1, de 3 de Maio.

Ora, um local que reunisse tais condições não era fácil de encontrar e muito menos a um preço acessível. À medida que foi indagando sobre as diversas hipóteses que se lhe foram apresentando, Cícero foi tomando consciência dessa realidade<sup>466</sup>. Depressa percebeu que, para cobrir os valores exigidos, teria de recorrer ao empréstimo de amigos e até à venda de alguns bens:

*De hortis atque etiam te rogo. Omnibus meis eorumque quos scio mihi non defuturos facultatibus (sed potero meis) enitendum mihi est. Sunt etiam quae uendere facile possim.*<sup>467</sup>

Com alguma sorte, conseguiria fazê-lo sem ter de vender bens e pagar juros ao vendedor durante mais do que um ano. Bastaria que Ático o ajudasse:

*Sed ut non uendam eique usuram pendam a quo emero non plus annum, possum adsequi quod uolo, si tu me adiuuas.*<sup>468</sup>

Ao amigo, deu total liberdade financeira para fazer o negócio:

*Habe tuum negotium, nec quid res familiaris postulet, quam ego non curo, sed quid uelim et cur uelim existima.*<sup>469</sup>

---

<sup>465</sup> Ibidem. Cf. ainda *Att.* 12.19.1: *ineunda nobis ratio est quem ad modum in omni mutatione dominorum, quae innumerabiles fieri possunt in infinita posteritate, si modo haec stabunt, illud quasi consecratum remanere possit.*

<sup>466</sup> J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 293), apoiado em dados fornecidos por Cícero numa das suas cartas, faz uma estimativa do montante que este teria de investir na compra dos *horti Siliani*, por exemplo. Efectivamente, na carta *Att.* 12.25.1, o pai de Túlia afirmou possuir 600.000 sestércios em dinheiro líquido (*et domi uideo esse HS DC*) e, ao mesmo tempo, esperar que Ático recuperasse de Hermógenes 600.000 sestércios que lhe havia emprestado (*HS DC exprimes ab Hermogene*). Juntando a este dinheiro o montante da dívida de Fabério (*a Faberio uel [cum] aliquo qui Faberio debet repraesentabimus*) e, se possível, outros proventos (*erit etiam aliquid alicunde*), Cícero acreditava que conseguiria reunir a soma necessária à compra dos *horti Siliani*. Feitas as contas, o preço desta propriedade não deveria andar longe dos 2 milhões de sestércios.

<sup>467</sup> *Att.* 12.22.3, de 18 de Março. Cf. *Att.* 12.23.3, de 19 de Março: *uideo etiam a quibus adiuuare possim.*

<sup>468</sup> Ibidem.

<sup>469</sup> Ibid..

Apesar destas declarações de Cícero, CARCOPINO (1947) v. 1, 283 sqq. considera que o projecto não se chegou a concretizar por causa da avareza de Cícero. Pensamos, no entanto, como, aliás, LEPAGE (1976) 254, que tal não corresponde à verdade: “Citant les deux lettres où Cicéron affirme qu’il n’était pas au courant de l’amende que l’on devait verser au trésor public sur le trop grand luxe des tombeaux [*Att.* 12.35 e 12.36], J. Carcopino s’insurge et s’élève contre son avarice. Or nous savons que Cicéron a depuis le début décidé de construire non un tombeau, mais un temple (*fanum*). C’est le terme qu’il emploie dès le 11 mars

O preço pouco importava, porquanto o que estava em questão era algo de que precisava efectivamente:

*Sed quanti quanti bene emitur quod necesse est.*<sup>470</sup>

Os preços, portanto, não o intimidavam:

*Nec tamen ista pretia hortorum pertimueris.*<sup>471</sup>

A fim de alcançar a liquidez necessária, decidiu recuperar o dinheiro que emprestara a outros<sup>472</sup>, incumbindo Ático de proceder à cobrança dos títulos de dívida. A primeira pessoa a quem quis cobrar a dívida foi Coceio<sup>473</sup>, que parecia não estar a cumprir aquilo a que se comprometera:

*Cocceium uelim appelles. Quod enim dixerat non facit.*<sup>474</sup>

Outro nome referido por esses dias é o de L. Escribónio Libão<sup>475</sup>. Cícero confiava na sua palavra, até porque aquele tinha como seus fiadores homens respeitáveis, Sulpício e Egnácio<sup>476</sup>:

*Nam Libo quod pollicetur, ut Eros scribit, non incertum puto. De sorte mea Sulpicio confido, et <E>gnatio scilicet.*<sup>477</sup>

---

[Att. 12.18] dans sa correspondance. Et la loi pénale ne s'applique qu'au luxe des tombeaux. On n'est donc pas justifié, d'après ces lettres [Att. 12.35 e 12.36], de voir en Cicéron un avare, ainsi que le fait J. Carcopino."

<sup>470</sup> Att. 12.23.3.

<sup>471</sup> Ibidem.

<sup>472</sup> Cf. Att. 12.5a: *omnia nunc undique contrahenda*.

<sup>473</sup> Talvez possamos dizer tratar-se de L. Coceio Nerva ou do seu irmão Marco, que desempenharam um papel importante durante o Triunvirato (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 294). Quanto à identidade de outros nomes que referiremos como seus devedores, seguimos a lição de J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 8 294 sq..

<sup>474</sup> Att. 12.13.2, de 7 de Março. Cf. Att. 12.18.3, de 11 de Março: *Cocceius uide ne frustretur*; Att. 12.19.2, de 14 de Março: *de Cocceio (...) quae scribis approbo...*

<sup>475</sup> Sogro de Sexto Pompeio, futuro cunhado de Octávio e cônsul em 34.

<sup>476</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 3 ad Att. 12.18.3; *Les Belles Lettres*, v. 8, notas 1 e 2 ad loc..

Hermógenes, por sua vez, devia-lhe uma quantia considerável, a saber, 600.000 sestércios:

*Vnde ergo numerato? HS DC exporimes ab Hermogene, cum praesertim necesse erit.*<sup>478</sup>

A esta lista de nomes pertencia o de um tal Mecião. Cícero pediu a Ático que não saldasse a dívida mantida para com Cerélia<sup>479</sup>, pelo menos até saberem da disponibilidade daquele para pagar o que devia:

*Sustinenda tamen, si tibi uidebitur, solutio est nominis Caerelliani dum et de Metione (...) sciamus.*<sup>480</sup>

Esperava ainda receber do seu ex-genro Dolabela uma parte do dote de Túlia<sup>481</sup>, com a qual poderia comprar os *horti Clodiani*:

*Clodium igitur. A qua ipsa ob eam causam sperare uideor, quod et multo minoris sunt et Dolabellae nomen iam expeditum uidetur, ut etiam repraesentatione confidam.*<sup>482</sup>

A cobrança, todavia, não se afigurava fácil. Na verdade, Cícero teria de esperar alguns meses para receber do ex-genro esse dinheiro<sup>483</sup>.

---

<sup>477</sup> Att. 12.18.3. Cf. Att. 12.19.2: *de (...) Libone quae scribis approbo...*

<sup>478</sup> Att. 12.25.1, de 21 de Março. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 1 ad loc. e J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, loc. cit., 294) identificam este Hermógenes com Clódio Hermógenes, referido em Att. 13.24.1, e com Clódio, nomeado no passo Att. 12.30.1. Vide, ainda, Att. 12.31.2, de 29 de Março: *Magno etiam adiumento nobis Hermogenes potest esse in repraesentando*.

<sup>479</sup> Ainda que procurasse recuperar o dinheiro que emprestara a outros, Cícero não parecia interessado em pagar as suas próprias dívidas a Júnio, a Óvia e a Cerélia (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, nota 2 ad 294).

<sup>480</sup> Att. 12.51.3, de 20 de Maio. Desconhece-se a identidade deste homem, existindo até algumas dúvidas, relativamente à tradução do seu nome. Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 3 ad loc: “Or Meto or Micio.”; J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 294-295: “Metio — ou Mecio? — totalement inconnu”.

<sup>481</sup> Segundo J. Beaujeu, Cícero aguardava receber de Dolabela a primeira prestação, em dívida desde o primeiro dia de Janeiro de 45 (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 295); de acordo com DIXON (1984) 93, o Arpinate esperava vir a receber a segunda, cujo pagamento estava previsto para Julho seguinte. No capítulo reservado ao estudo do relacionamento entre Cícero e Dolabela, apresentamos os argumentos que estão na base desta divergência de opiniões (cf. Cap. Terceiro, pp. 349 sq., nota 49.).

<sup>482</sup> Att. 13.29.2, de 27 de Maio de 45.

Entre Maio e Junho, pediu a Ático, por diversas vezes, que falasse com Pisão de auro:

*Et tamen Pisonem sicubi, de auro.*<sup>484</sup>

As alusões a esta questão são elípticas e, por isso, obscuras, sendo muito difícil adivinharmos de que se trata exactamente<sup>485</sup>. A hipótese mais provável é a de que Pisão seria um devedor de Cícero, que estaria na disposição de saldar a sua dívida em ouro<sup>486</sup>.

Outro devedor instado por Ático a pagar a sua dívida foi M. Túlio<sup>487</sup>. Pompónio sabia que este homem tinha na sua posse um certo montante que pertencia a Cícero. Julgando que aquele fora *positum nomine uoti*, Ático acreditava na existência de uma cláusula especial que obrigava o depositário a devolver imediatamente o dinheiro, assim que o depositante o exigisse. Sem que Cícero lhe tivesse dado instruções nesse sentido, o amigo terá exigido a devolução imediata do montante. Túlio protestou, argumentando com a inexistência de tal cláusula no acto do depósito. Depois de saber o que acontecera, Cícero confirmou a Ático a veracidade daquele argumento<sup>488</sup>. Apesar disso, não desistiu de recuperar aquele dinheiro para, com ele, comprar a propriedade de Escápula e construir o *fanum* de Túlia:

---

<sup>483</sup> Em Maio do ano seguinte (44), Dolabela não teria ainda saldado a sua dívida (cf. *Att.* 14.18.1, de 9 de Maio: *sed totum se a te abalienauit Dolabella ea de causa qua me quoque sibi inimicissimum reddidit. O hominem impudentem! Kal. Ian. debuit, adhuc non soluit...*). Sobre a problemática que envolveu a devolução deste dote, vide Capítulo Terceiro, pp. 349 sqq..

Apesar da morte da filha, Cícero mantinha o direito de reclamar junto de Dolabela a respectiva devolução, porque o dote era um *dos profecticia*, isto é, que fora entregue directamente pelo pai da esposa ao marido. Afirma GARDNER (1986) 106: “At the wife’s death, the dowry, (...) if it was *profecticia*, the wife’s *pater* could reclaim it, as Cicero did with Tullia’s, but the husband was allowed to keep one-fifth for each child of the marriage, without limit.” Sobre a distinção entre *dos profecticia* e *dos aduenticia*, leia-se GARDNER (1986) 105.

<sup>484</sup> *Att.* 13.2a.1, de 27 de Maio (?). Cf. *Att.* 12.5a, de 31 de Maio: *ad Auium scripsi ut ea quae bene nosset de auro Pisoni demonstraret*; *Att.* 13.33.2, de 2 de Junho: *cum Pisone, si quid poterit*; *Att.* 13.4, de 4 de Junho: *si quid poteris, cum Pisone conficies*; *Att.* 13.12.4, de 23 de Junho: *<tu> cum Pisone*; *Att.* 13.16.2, de 26 de Junho: *tu cum Pisone, si quid poteris*.

<sup>485</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 1 ad *Att.* 13.2a.1; *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 295.

<sup>486</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, loc. cit., onde se aventam mais pormenores sobre esta questão.

<sup>487</sup> Este homem, referido como *Tullius scriba*, não deverá ser um liberto de Cícero, mas um membro da corporação dos *scribae quaestorii*, postos à disposição dos governadores de província para assistirem os questores na gestão das finanças (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 296).

<sup>488</sup> A este respeito, afirma SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota ad *Att.* 13.22.4: “Apparently this was a recognized way of depositing money. The sum deposited with the Treasury official (*scriba*) M. Tullius was not formally so placed, but Cicero has intended to use it for Tullia’s shrine, which represented a sort of vow.”



*Tullium scribam nihil fuit quod appellares; nam tibi mandassem si fuisset. Nihil enim est apud eum positum nomine uoti, sed est quiddam apud illum meum. Id ego in hanc rem statui conferre. Itaque et ego recte tibi dixi ubi esset et tibi ille recte negauit.*<sup>489</sup>

Para poder comprar os *horti Siliani*, e, mais tarde, a propriedade de Escápula<sup>490</sup>, Cícero foi incansável na tentativa de recuperar o empréstimo mais substancial que fizera. Referimo-nos ao montante emprestado a Fabério<sup>491</sup>. Este, à semelhança de M. Túlio, faria parte da corporação dos *scribae quaestorii* e estaria ao serviço de César<sup>492</sup>. Tendo em conta a importância do montante, as funções desempenhadas por Fabério e o facto de Cícero, para consolidar a dívida, ter tomado a iniciativa de pedir o aval de dois poderosos adjuntos de César, Balbo e Ópio<sup>493</sup>, é muito provável que o *scriba* tenha contraído o empréstimo não em nome próprio, mas por conta de César<sup>494</sup>. Na verdade, Cícero terá emprestado ao tirano uma soma avultada, no ano de 47 ou 46, como contrapartida de um favor em benefício próprio ou de outra pessoa. Até ao dia 25 de Maio, o pai de Túlia coibiu-se de insistir junto de Ático na necessidade de regularizar a situação<sup>495</sup>. No dia 28, porém, depois de ter sabido por Eros que Fabério chegaria na manhã do dia seguinte, instruiu o amigo no sentido de negociar a dívida:

<sup>489</sup> Att. 13.22.4, de 4 (?) de Julho.

<sup>490</sup> Durante o mês de Março, Cícero manifestou vontade de adquirir a propriedade de Sílio. As alusões à de Escápula datam dos meses de Maio e Junho.

<sup>491</sup> Esta questão é referida recorrentemente nas suas cartas. Cf. e. g. Att. 12.21.2, de 17 de Março: *ad hortos, quoniam probas, effice aliquid. Rationes meas nosti. Si uero etiam a Faberio aliquid recedit, nihil negoti est*; Att. 12.25.1, de 21 de Março; *reliquae pecuniae uel usuram Silio pendemus, dum a Faberio uel [cum] aliquo qui Faberio debet repraesentabimus*; Att. 12.31.2, de 29 de Março: *se enim Fab<e>rianum uenderem, explicare uel repraesentatione non dubitare de Silianis...*; Att. 12.40.4, de 9 de Maio: *Faberiana modo res certa sit tuque enitare, quod facis, quod uolumus consequemur*. Cf. ainda Att. 12.51.3, de 20 de Maio; 13.27.2, de 25 de Maio; 13.29.1-2, de 27 de Maio; 13.2a.1, de 27 (?) de Maio; 13.32.1, de 29 de Maio.

<sup>492</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 297, que remete para: Att. 14.18.1; Vitr. 7.9.2; App., BC 3.5.

<sup>493</sup> Cf. Att. 12.29.2, de 25 de Março: *mihi persuasum est, et eo magis quod idem tibi intellexi uideri, me ab Oppio et Balbo ualde diligere. <Quid> si cum iis communices quanto opere et qua re uelim hortos, sed id ita posse, si expediatur illud Faberianum; sintne igitur auctores futuri?* Cf. ainda Att. 12.47.1, de 16 de Maio: *... Faberianum nomen explorandum est. De quo nihil nocuerit si aliquid cum Balbo eris locutus, et quidem, ut res est, emere nos uelle nec posse sine isto nomine nec audere re incerta*; Att. 13.2a.1, de 27 de Maio (?): *Oppio et Balbo epistulas deferri iubebis*.

<sup>494</sup> Seguimos a lição de J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 8, loc. cit..

<sup>495</sup> No dia 26, Cícero soube que o regresso de Fabério, que, possivelmente, acompanhara César na Hispânia, estaria para breve. Cf. Att. 13.28.1: *De Faberio autem, cum uenerit*. A partir desse dia, não deixou de instigar Ático a encontrar-se com ele. Cf. Att. 13.29.3 e Att. 13.2a.1, de 27 de Maio; Att. 13.31.1, de 28 de Maio.

... et uelim confecto negotio Faberiano; quem quidem negat Eros hodie, cras mane putat. <A> te [Faberius] colendus est.<sup>496</sup>

Nesse primeiro encontro, Fabério terá apresentado uma proposta para liquidar a dívida, que Ático comunicou a Cícero. Ao que parece, o *scriba*, como forma de pagamento, oferecia um título de crédito em nome de César, materializável em bens confiscados a um pompeiano. Cícero rejeitou a proposta. De facto, nenhuma das três hipóteses de negociação desse novo título lhe agradava: vender em hasta os bens confiscados, além de desonroso, implicaria perder dinheiro; conseguir que os bens fossem comprados por terceiros, exigindo o respectivo pagamento no prazo máximo de um ano, tornava-se arriscado, já que exigiria encontrar um comprador sério que não adiasse o cumprimento do prazo para as Calendas Gregas<sup>497</sup>; fazer descontar o título por um homem de negócios como Vetieno significaria perder metade, porque este não daria mais por ele<sup>498</sup>:

*Sed tamen ne nihil de re, nomen illud, quod a Caesare, tris habet condiciones, aut emptionem ab hasta (perdere malo, etsi praeter [ipsam] turpitudinem hoc ipsum puto esse perdere), aut delegationem a mancipe annua die (quis erit cui credam, aut quando iste Metonis annus ueniet?), aut Vettieni condicione semissem.*<sup>499</sup>

Ao primeiro encontro ter-se-ão seguido outros, e, com estes, novas propostas. No dia 31 foi sugerida a substituição da dívida de Fabério pela que um tal Célio havia contraído para com o *scriba* de César<sup>500</sup>. Bastava que esta fosse transferida para Cícero. Sabendo apenas que o devedor de Fabério tinha por nome Célio, o Arpinate pediu a Ático informações sobre os seus recursos e sobre o seu carácter:

---

<sup>496</sup> Att. 13.30.1, de 28 de Maio.

<sup>497</sup> A interpretação da expressão utilizada por Cícero (*iste Metonis annus ueniet*) é de SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 3 ad Att. 12.3.2, que, a respeito, afirma: “The year of this ancient Athenian astronomer was nineteen ordinary years. Hence the saying ‘put off to Meto’s year’ (as ‘to the Greek Kalends’)”. Todo o complexo excerto supracitado é, aliás, aturadamente explicitado por este crítico (cf. (1965-1970) v. 5, *Appendix I*, p. 398 sq.).

<sup>498</sup> Cf. J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 298.

<sup>499</sup> Att. 12.3.2, de 30 de Maio.

<sup>500</sup> O próprio Cícero já havia admitido a hipótese de recuperar o montante da dívida cobrando-a a um devedor de Fabério. Cf. Att. 12.25.1, de 21 de Março: *reliquae pecuniae uel usuram Silio pendemus, dum a Faberio uel [cum] aliquo qui Faberio debet repraesentabimus*.

*De Caelio tu quaeres, ut scribis; ego nihil noui. Noscenda est natura, non facultas modo.*<sup>501</sup>

As informações colhidas não deverão ter sido as melhores. Na volta do correio, Ático terá manifestado o seu desagrado relativamente a Célio<sup>502</sup>. Surgiu, porém, uma terceira proposta. Desta vez, a reacção de Cícero foi positiva. Os devedores propostos em substituição eram de confiança. Um deles era o filho do célebre orador Hortênsio; quanto ao outro, sabe-se apenas que se chamava Virgínio<sup>503</sup>:

*De Hortensio et Verginio tu [quaeres], si quid dubitabis. Etsi quod magis placeat, ego quantum aspicio, non facile inueneris.*<sup>504</sup>

No dia seguinte, confirmou o seu agrado, apesar das dúvidas de Ático:

*Ego uero ista nomina sic probo ut nihil aliud me moueat nisi quod tu uideris dubitare.*<sup>505</sup>

O processo de cobrança desta dívida não terá sido, todavia, fácil. No dia 2 de Junho surgiu um imprevisto. É o que depreendemos das palavras de Cícero, que se mostrou preocupado perante a hipótese de não ter cumprido os requisitos legais que lhe permitiriam negociar o título de cobrança. De facto, aquando da contracção da dívida, Cícero fora avisado por Fabério e por Balbo da necessidade de apresentação de uma declaração de transferência de propriedade para que o empréstimo figurasse nos registos públicos<sup>506</sup>. O liberto Filótimo fora incumbido de dar cumprimento a tal requisito. Algo, no entanto, deverá ter corrido mal. De facto, alarmado com a possibilidade de essa declaração não ter sido feita, pediu a Ático que averiguasse o que realmente se passara:

---

<sup>501</sup> Att. 12.5a. Cf. ainda Att. 12.6.1: *De Caelio uide, quaeso...*

Sobre Célio, afirma apenas SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 1 ad loc.: “Caelius was a debtor of Faberius, who might transfer his claim to Cicero by way of payment of his own debt”.

<sup>502</sup> Cf. Att. 13.3.1, de 1 de Junho: *Caelium non probas...*

<sup>503</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 299.

<sup>504</sup> Att. 12.5a, de 31 de Maio.

<sup>505</sup> Att. 13.3.1, de 1 de Junho. Cf. ainda Att. 13.4.2, de 4 de Junho: *sed quoniam saepius de nominibus quaeris quid placeat, ego quoque tibi saepius respondeo placere.*

<sup>506</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, nota 1 ad 299: “Cet enregistrement était apparemment obligatoire pour certains prêts, lorsqu'ils concernaient de quelque façon le Trésor public.”

*Neglegentiam miram! Semelne putas mihi dixisse Balbum et Faberium professionem relatum? Qui etiam eorum iussu miserim qui profireretur. Ita enim oportere dicebant. Professus est Philotimus libertus; nosti, credo, librarium. Sed scribes, et quidem confectum.*<sup>507</sup>

A questão deverá ter sido regularizada. Ático ter-se-á encontrado nesse mesmo dia, com Balbo, no Capitólio, que ficava muito perto do *Tabularium*, onde se encontravam reunidos os arquivos públicos. O epistológrafo, ao mesmo tempo, terá escrito a Fabério para resolver a questão:

*Ad Faberium, ut tibi placet, litteras misi. Cum Balbo autem puto te aliquid fecisse H in Capitolio.*<sup>508</sup>

Apesar de resolvida a questão burocrática, o pagamento da dívida far-se-ia mais tarde do que o desejável, pelo que Cícero terá tentado conseguir, junto dos herdeiros de Escápula, o adiamento da venda em hasta dos *horti*:

*His [scil. nominibus] igitur utendum est. (...) quod dies est (teneamus modo quod uolumus), puto fore istam etiam a praecone diem, certe ab heredibus.*<sup>509</sup>

A venda dos *horti Scapulani* acabou por ficar marcada para o dia 15 de Julho<sup>510</sup>. A data estabelecida para o pagamento deverá ter sido o início do mês de Julho, porquanto Cícero, nos primeiros dias desse mês, insistiu junto de Ático na necessidade de pressionar os devedores a saldar a dívida:

*Atributtos quod apellas, ualde probe.*<sup>511</sup>

Estas custosas e demoradas negociações foram, no entanto, em vão. Efectivamente, assim que soube dos planos urbanísticos de César para o campo Vaticano<sup>512</sup>, Cícero deixou

---

<sup>507</sup> Att. 13.33.1, de 2 de Junho.

<sup>508</sup> Att. 13.33.2. Segundo J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 299, nota 2), a letra *H* pode significar quer *hodie*, quer *hora* (seguida de numeral ordinal).

<sup>509</sup> Att. 13.3.1.

<sup>510</sup> Cf. supra, p. 320, Att. 13.33a.1, de 9 (?) de Julho.

<sup>511</sup> Att. 13.22.4, de 4 (?) de Julho. Cf. Att. 13.23.4, de 10 de Julho.

de discutir com Ático o projecto que durante tanto tempo o havia mobilizado, isto é, a procura do local ideal para a construção do *fanum* de Túlia.

Resta saber se terá abandonado definitivamente a ideia ou se, aceitando a sugestão do amigo, terá optado por erigir o tão almejado *fanum* na sua propriedade de Túsculo. Certezas relativamente a essa matéria não existem, de facto. A ausência de qualquer menção a essa possibilidade na sua correspondência ou em qualquer outro texto da Antiguidade leva-nos, no entanto, a acreditar que ela não chegou a concretizar-se<sup>513</sup>.

Embora o desânimo e a tristeza reaparecessem de vez em quando<sup>514</sup>, aos poucos, a vida de Cícero foi regressando à normalidade. Depois de voltar a Túsculo<sup>515</sup>, não só continuou a redigir os seus tratados de filosofia, como também foi retomando a vida social. No dia 23 de Julho, por exemplo, depois de ter sido informado por Ático da intenção manifestada por Bruto de ir passar alguns dias consigo a Túsculo, afirmou preferir deslocar-se a Roma, não apenas por uma questão de cortesia<sup>516</sup>, mas sobretudo porque reconhecia que as condições para uma verdadeira cumplicidade não se encontravam reunidas:

*Brutus mallem me arcesseret. Nam et aequius erat, cum illi iter instaret et subitum et longum, et mehercule nunc, cum ita simus adfecti ut non possimus plane simul uiuere (...), facile patiebar nos potius Romae una esse quam in Tusculano.*<sup>517</sup>

É que as divergências políticas entre os dois eram notórias: Bruto mantinha uma fidelidade para com César que Cícero tolerava cada vez mais dificilmente<sup>518</sup>. Mesmo assim, esta anuência anuência em reencontrá-lo revela já da sua parte maior tolerância do que aquela mostrara cerca de um mês antes. De facto, em Junho, admitira perante Ático que a necessidade de ir resolver uns assuntos relativos ao arrendamento de uns bens fora apenas um pretexto para deixar Túsculo e partir para Arpino; a verdade é que não quisera

---

<sup>512</sup> Cf. supra, *Att.* 13.33a.1, de 9 (?) de Julho.

<sup>513</sup> Estamos, assim, em total acordo com J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 283.

<sup>514</sup> Talvez devido ao facto de ter pouco com que se ocupar. Cf. *Att.* 13.10.3, de 18 (?) de Junho, escrita nas vésperas de partir de Túsculo para Arpino: *hic enim nihil habeo quod agam, ne hercule illic quidem nec usquam, sed tamen aliquid illic.*

<sup>515</sup> Talvez ainda no dia 9 de Julho. Aí permaneceria até ao dia 25 de Agosto (cf. *Att.* 13.51, escrita no dia 24).

<sup>516</sup> Cícero considerava que ele é que se devia deslocar, não Bruto, porque este tinha a sua viagem para preparar (César convocara-o a regressar à Cisalpina). Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 191 sq..

<sup>517</sup> *Att.* 13.23.1.

<sup>518</sup> Cf. *Att.* 13.40.1, de 17 de Agosto; vide, ainda, *Les Belles Lettres*, v. 8, 192.

encontrar-se com Bruto. O encontro ficara adiado, já que ainda não se sentia capaz de frequentar a casa dele:

*Credebam esse facile; totum est aliud postea quam sum a te diiunctior. Sed fuit faciendum, ut et constituerem mercedulas praediorum et ne magnum onus observantiae Bruto nostro imponerem. Posthac enim poterimus commodius colere inter nos in Tusculano. Hoc autem tempore, cum ille m<e> cotidie uidere uellet, ego ad illum ire non possem, priuabatur omni delectatione Tusculani.*<sup>519</sup>

A decisão de se encontrar com Bruto poderá não ter sido espontânea, mas não deixa de ser um sinal de que Cícero começava a reagir. Afinal, não obstante as noites de insônia, os ataques de choro convulsivo e a necessidade que sentira de se isolar do mundo, Cícero não morrera para a vida. Apesar de enlutado, jamais deixou de discutir com Ático aspectos relacionados com a estrutura e a natureza das suas obras, de manifestar preocupações de natureza política, de examinar questões que diziam respeito às suas finanças. Durante estes meses, não esqueceu os seus deveres de amizade e cortesia, não deixou de responder às manifestações de condolências que recebeu quer através de visitas em sua casa, quer por correspondência<sup>520</sup>. O tempo, afinal, tem poderes curativos. A este respeito, vale a pena evocarmos as magistrais palavras de S. Treggiari:

“Like the rest of us, the Romans tended to think of the metaphor of wound and scar-tissue and to believe that no cure was so efficacious as time. Reading Cicero’s letters after Tullius’s death, one must believe that violent grief is gradually assuaged.”<sup>521</sup>

O sentimento de amargura que dominou o pai aquando da morte da filha é perfeitamente natural; a perda de um filho é talvez a mais cruel das provações que a condição humana pode reservar a um homem<sup>522</sup>. Cícero divorciara-se de Terência há muito

---

<sup>519</sup> Att. 13.11.1, de 22 de Junho. Segundo SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota ad loc., “Cicero did not feel able to accept invitations at this time of mourning. Perhaps he could not legally accept them, having exempted himself from other obligations on the ground of ill-health”.

<sup>520</sup> Cf. TREGGIARI (1998) 22.

<sup>521</sup> (1991) 498.

<sup>522</sup> Leia-se, a propósito, a reflexão que nos oferece TREGGIARI (1998) 496: “Cicero’s instinct to remember a beloved daughter as she was, or at least for what she meant to him, to imagine some kind of continuing existence for her and some kind of continuing relationship to himself, and to experience his own grief seems deeply rooted in human nature.”

pouco tempo, o casamento recente com a jovem Publília também havia fracassado, o relacionamento com o irmão, por questões políticas, deteriorara-se, e o filho começava a dar mostras de independência relativamente ao pai. Além de Ático, Túlia era, afinal, a pessoa que mantinha mais próxima, a sua única e verdadeira companhia<sup>523</sup>.

Este amor, esta quase veneração pela filha tem sido objecto de um estudo mais assíduo do que o afecto por Marco. Este facto prende-se, necessariamente, com uma maior abundância e riqueza de dados disponíveis relativos a Túlia, que não existe relativamente a Marco<sup>524</sup>. As informações relativas à jovem multiplicaram-se sobretudo a partir da sua morte, fruto dos efeitos que este trágico acontecimento teve sobre a vida do pai. É verdade que Marco, desde então, comparativamente com a malograda irmã, passou a ocupar um lugar de menor destaque nos escritos quotidianos do pai, mas tal não nos permite afirmar taxativamente que o pai gostava mais de Túlia do que do filho<sup>525</sup>. É possível que a figura de Túlia, pela debilidade física que a acompanhou na sua curta existência e pelas vicissitudes que a vida lhe reservou, inspirasse, no pai, um sentimento diferente daquele que nutria pelo filho. Se pensarmos que ela ficou comprometida aos doze<sup>526</sup>, que casou aos dezasseis<sup>527</sup>, que enviuvou aos vinte e dois, que voltou a casar aos vinte e três, que se divorciou aos vinte e oito, que casou de novo aos vinte e nove, que, aos trinta, deu à luz uma criança prematura que não sobreviveu, que se divorciou pela segunda vez aos trinta e três e que morreu antes de completar trinta e quatro anos, pouco tempo depois de ter dado à luz pela segunda vez, é impossível ficarmos indiferentes a tão grande infortúnio. O pai, esse, ficou perturbadíssimo, com o coração destroçado.

---

<sup>523</sup> Cf. TREGGIARI (1998) 16.

<sup>524</sup> Foi precisamente por este motivo que S. Treggiari concentrou o estudo que fez do relacionamento de Cícero com os filhos (cf. TREGGIARI (1998) 11 sqq.) na figura de Túlia: "Here, I want to concentrate on the adult Tullia, not because I assume that he loved her better than young Marcus, but because the available sources tell us more about her." (p. 11).

<sup>525</sup> Alguns autores, baseados na escassez de referências a Marco Cícero na correspondência trocada pelo Arpinate depois da morte da filha, afirmam mesmo que o jovem terá sido praticamente ignorado pelo pai desde então. Leia-se e. g. TREGGIARI (1998) 11, nota 42, onde se afirma: "The test came with the death of Tullia. Marcus is almost ignored (most strikingly in *Att.* 331/13.23.3) in the surviving correspondence. (He is mentioned in *Att.* 266/12.27.2, 267/12.28.1, 271/12.32.2). A mesma autora admite, no entanto, que esta ausência de referências à figura de Marco não significa que o pai tenha deixado de gostar do filho: "This is insufficient to prove that Cicero's love for Marcus was dead."

<sup>526</sup> Admitindo que terá nascido no ano de 79.

<sup>527</sup> Era usual as mulheres casarem tão jovens nesta época. Cf. CLARK (1981) 201, que afirma: "The evidence of inscriptions shows that she was not untypical." GARDNER (1986) 38 partilha desta opinião.

A melhor forma que encontrou para fazer o luto foi evitar qualquer companhia (com exceção de Ático), dedicar-se à composição de obras de conteúdo filosófico e tentar concretizar o que considerava um dever para com a filha: a construção de um *fanum* que recordasse às gerações vindouras a sua querida Túlia. Por razões diversas, tal não veio a acontecer. O tão almejado local para a construção votiva, além de difícil de encontrar, tornou-se impossível de adquirir. Como que por ironia, o monumento memorativo de Túlia, sublime e grandioso, e que ficou para a posteridade, veio a ser, afinal, o vasto conjunto de missivas que o pai escreveu, quotidianamente, para exorcizar a sua mágoa, bem como os tratados de filosofia, que preencheram, de forma construtiva, os meses de luto profundo<sup>528</sup>. Como afirmou Y. G. Lepage acerca daquelas cartas, “écrites au jour le jour, elles prouvent que ce fut là une idée extrêmement chère à l’auteur. Elles nous font suivre les pérégrinations physiques et mentales du grand consulaire, de sorte que, par elles-mêmes, rassemblées en un bloc où l’on sent la progression du project, son apogée et son déclin, elles édifient un monument littéraire à la gloire et de Tullia et de Cicéron.”<sup>529</sup>

Não fossem os infortúnios da sua existência, o seu desaparecimento prematuro e o desgosto que esse trágico acontecimento fez nascer no pai, jamais teríamos oportunidade de conhecer esta enigmática figura. Cartas escritas pelo Arpinate sobre Túlia, chegaram-nos muitas; dela, infelizmente, nem uma única, sequer.

---

<sup>528</sup> Cf. TREGGIARI (1998) 16.

<sup>529</sup> (1976) 255.



## CAPÍTULO TERCEIRO

### O genro: Dolabela

Após a morte de Túlia, o mais natural seria que o homem cujas infidelidades tanto haviam feito sofrer a esposa acabasse por ser banido da intimidade do sogro. Como podemos constatar da leitura da correspondência do Arpinate, tal, porém, não aconteceu.

Pouco tempo depois do falecimento de Túlia, à imagem de César, Dolabela enviou ao ex-sogro, da Hispânia, onde decorriam os últimos combates da guerra civil, uma carta de condolências. Infelizmente, como aconteceu com outras cartas, também esta não se conservou. Ficou-nos, todavia, a resposta dada por Cícero à missiva, no final de Abril de 45. Atendendo às circunstâncias em que se deu o desaparecimento da filha e conhecendo alguns dos factos que marcaram de forma negativa os últimos tempos da união da jovem com Dolabela, não deixa de ser surpreendente o tom afectuoso com que o pai se dirigiu ao ex-genro. Com estas comoventes palavras, justificou a ausência de comunicação que se havia instalado entre ambos, de que, aliás, o cesariano já se havia queixado:

*Vel meo ipsius interitu mallem litteras meas desiderares quam eo casu quo sum grauissime adflictus.*<sup>1</sup>

Preferia, pois, que a incapacidade que até então revelara para dar resposta às missivas do ex-genro se tivesse ficado a dever à sua própria morte, em vez da de Túlia. O ex-sogro foi mais longe nas palavras que dirigiu a Dolabela: o desgosto provocado pelo desaparecimento da filha seria, para si, mais fácil de suportar se o ex-genro estivesse junto

---

<sup>1</sup> *Fam.* 9.11.1.

de si; o afecto do jovem por aquele que fora seu sogro seria um lenitivo para tão intensa dor<sup>2</sup>:

*Quem ferrem certe moderatius, si te haberem. Nam et oratio tua prudens et amor erga me singularis multum leuaret.* <sup>3</sup>

Assim que se reencontrassem — e Cícero tinha esperanças de que tal viesse a acontecer dentro de pouco tempo —, Dolabela logo iria perceber que a morte da filha lhe havia arrebatado a alegria de viver:

*Sed quoniam breui tempore, ut opino nostra est, te sum uisurus, ita me adfectum offendes ut multum a te possim iuuari; non quo ita sim fractus ut aut hominem me esse oblitus sim aut fortunae succumbendum putem, sed tamen hilaritas illa nostra et suauitas, quae te praeter ceteros delectabat, erepta mihi omnis est.* <sup>4</sup>

É difícil acreditar em tamanha consideração por alguém cujas acções tanto haviam prejudicado a sua família. Basta, no entanto, recordarmos o contexto político em que se inserem estas palavras, para imediatamente percebermos os motivos que terão levado o *paterfamilias* a fazê-lo. A carta foi escrita pouco tempo depois do dia 20 de Abril; a batalha de Munda, em que César havia derrotado as tropas pompeianas lideradas pelos filhos de Pompeio, Gneu e Sexto, ocorrera cerca de um mês antes, no dia 17 de Março<sup>5</sup>; não era preciso um mês para que chegasse a Roma a notícia da vitória que deu a César o poder. Cícero terá, pois, escrito a Dolabela sob influência do impacto que esta notícia terá

---

<sup>2</sup> Dirigindo-se-lhe como a um filho, Cícero pretendia, obviamente, comover o ex-genro e, ao mesmo tempo, persuadi-lo de que continuava a estimar a sua amizade. A escolha das palavras é, claramente, intencional e tem como objectivo único manter acesa a chama tremeluzente daquele relacionamento. A respeito da intenção persuasiva das cartas ciceronianas, vide HUTCHINSON (1998) 21: “Even where letters seem at superficial glance to be simply expressing the writer’s feelings (...) closer consideration of the context and the detail shows again and again that the writing is infused with persuasion, with the attempt to make the addressee believe or feel in particular way, most commonly about the auctor. Sometimes beliefs are instilled about the writer’s wider conduct; sometimes beliefs are instilled about the writer’s feelings towards the addressee, and corresponding feelings are fostered from the addressee towards the writer. The epistolary aim of sustaining friendship exhibits its connections with the oratorical aim of wooing audience; it does so most conspicuously in the very frequent cases where there are problems or where the friendship needs careful handling.” A capacidade persuasiva e a gestão dos relacionamentos presentes nas cartas são, assim, particularmente importantes para o conhecimento e compreensão da sociedade e cultura aristocráticas (cf. HUTCHINSON (1998) 24).

<sup>3</sup> *Fam.* 9.11.1.

<sup>4</sup> *Ibidem.*

<sup>5</sup> Cf. e. g. STOCKTON (1971) 269.

tido sobre o seu pensamento. A manutenção de um bom relacionamento com o ex-genro permitir-lhe-ia continuar a beneficiar do seu apoio junto do ditador<sup>6</sup>.

Na verdade, Dolabela já antes lhe havia comunicado o seu empenho em defendê-lo dos ataques dos detractores. Cícero, porém, minimizando os efeitos de tais ataques sobre a sua pessoa, disse preferir saber que o jovem nutria, por ele, afecto:

*Quod scribis proelia te mea causa sustinere, non tam id laboro ut si qui mihi obtrecent a te refutentur quam intellegi cupio, quod certe intellegitur, me a te amari.*<sup>7</sup>

O interesse na manutenção desta amizade política com o cesariano poderá explicar o tom caloroso das palavras do epistológrafo. Como afirma Hutchinson, “essential to political as well as social life was friendship. Letter-writing was a vital medium for this institution, particularly since members of the upper classes were so frequently abroad.” Assim, prossegue o autor, “friendship had at least to be presented externally as a warm and close relationship; letters had to sustain or advance friendship by their manner. Manner and expression thus called for force and care, in this cultivated society. The importance of conveying friendship is indicated by the ardent and affectionate language with which these letters overflow — for all the traditional conception of their authors as though-minded politicians.”<sup>8</sup>

Tendo em conta o interesse manifesto de Cícero em manter relações amistosas com o cesariano, era de esperar que, mais tarde ou mais cedo, viessem a encontrar-se. O epistológrafo, pelo menos, justificou a brevidade da missiva não apenas com a sua

---

<sup>6</sup> Como acrescenta CARCOPINO (1947) v. 1, 292, “Cicéron a donc écrit au lieutenant de César sous l'impression directe de cette foudroyante nouvelle; et son style s'est certainement ressenti de son immense désir de complaindre aux maîtres du jour.” SHACKLETON BAILEY (1971) 213 avança outra explicação possível para a amabilidade destas e posteriores palavras de Cícero relativamente ao ex-genro: “In the circumstances its warmth is remarkable, and this is maintained in later letters and allusions. Perhaps Tullia, who was so anxious that her father should not offend Clodius in 54, had wished it so for his sake. Moreover Dolabella was the father of her child, and for all we know to the contrary they had parted friends.”

<sup>7</sup> *Fam.* 9.11.2.

SHACKLETON BAILEY (2001) v. 2, nota 1 ad loc., considera que os *proelia* travados por Dolabela a que Cícero alude se referirão à resposta do ex-genro aos ataques perpetrados pelo sobrinho Quinto Cícero à sua dignidade. De facto, pouco tempo depois, o pai de Túlia viria a tomar conhecimento, através de outras pessoas, da maledicência do sobrinho, junto de César, contra a sua pessoa (cf. *Att.* 13.37.2, de Agosto de 45).

<sup>8</sup> (1998) 17.

fragilidade física, mas também com a esperança, que dizia acalentar, num reencontro entre ambos<sup>9</sup>:

*Quod ut facias te etiam atque etiam rogo, ignoscasque breuitati litterarum mearum;  
nam et celeriter una futuros nos arbitror et nondum satis sum confirmatus ad scribendum.*<sup>10</sup>

Assim, regressado da Hispânia antes de César<sup>11</sup>, Dolabela visitou o ex-sogro, pouco tempo depois, na sua *uilla* de Túsculo, precisamente aquela em que Túlia havia falecido e à qual o pai, por esse motivo, não conseguira regressar durante bastante tempo:

*Hodie mane Dolabella.*<sup>12</sup>

Nesse dia, conversaram longamente. Segundo Cícero, Dolabela não poderia ter sido mais amigável:

*Multus sermo ad multum diem. Nihil possum dicere ἐκτενέστερον, nihil  
φιλοστοργότερον.*<sup>13</sup>

A visita do ex-genro, aliás, não poderia ter sido mais oportuna. Foi através de Dolabela que Torquato, que aproveitara precisamente esse dia para visitar Cícero, tomou conhecimento do empenho do estadista em conseguir, através do ex-genro, autorização para que A. Torquato, seu pai, regressasse a Roma:

*Εὐκαιρῶς ad me uenit, cum haberem Dolabellam, Torquatus, humanissimeque  
Dolabella quibus uerbis secum egissem exposuit. Commodum enim egeram diligentissime;  
quae diligentia grata est uisa Torquato.*<sup>14</sup>

---

<sup>9</sup> A respeito desta necessidade sentida por Cícero de justificar a brevidade da carta, leia-se HUTCHINSON (1998) 18: “A decent length of letter is expected, and is seen as a sign of affection and esteem. Writers often excuse the brevity of letters.”

<sup>10</sup> *Fam.* 9.11.2.

<sup>11</sup> Dolabela teria regressado antes do que estava previsto para curar um ferimento que lhe fora infligido em combate (cf. *Phil.* 2.75: *Quoniam modo igitur Dolabella peruenit? (...) In Hispania etiam uolnus accepit.*); César regressaria a Roma, pela última vez, somente no início de Outubro. Cf. e. g. STOCKTON (1971) 269.

<sup>12</sup> *Att.* 13.9.1, de 17 (?) de Junho.

Cícero teria, quiçá, encarregado Tirão de convidar o ex-genro. Cf. CARCOPINO (1947) v.1, notas 2 ad 293.

<sup>13</sup> *Att.* 13.9.1

<sup>14</sup> *Ibidem.*

O relacionamento entre ambos não sofrera, portanto, nenhuma beliscadura. Aliás, o regresso do jovem coincidiu com o divórcio entre Metela, sua amante, e Lêntulo Espínter. Cícero, que tanto se preocupara com as aventuras extra-conjugais de Dolabela, nunca estabeleceu, pelo menos nas suas cartas, uma relação de causa e efeito entre estes dois factos, apesar de os rumores sobre a separação correrem desde o final de Maio:

*Sed quid est, quod audio, Sphinterem fecisse diuortium?*<sup>15</sup>

Em Junho, a pouquíssimos dias da visita de Dolabela, o epistológrafo obtivera já a confirmação do divórcio:

*Et Lentulum cum Metella certe fecisse diuortium.*<sup>16</sup>

Não obstante ter legitimidade para o fazer, o pai de Túlia nunca associaria, pelo menos perante Ático, o regresso antecipado de Dolabela a este divórcio, o que não deixa de causar alguma estranheza. Teria esquecido tão depressa os dissabores que as suas aventuras amorosas tinham dado à filha? Se era genuíno o seu amor paternal, a aparente indiferença — pelo menos assim o julgamos — face a este divórcio só poderá explicar-se pela necessidade imperiosa, por razões de natureza política e até de sobrevivência pessoal, de manter um bom relacionamento com Dolabela. O seu interesse na manutenção desta amizade era tal que chegou mesmo a colocar a hipótese de agraciar o genro com a dedicatória de um dos seus tratados filosóficos<sup>17</sup>. Acabaria, todavia, por adiar esse projecto. Aconselhado por Ático, admitiu não ser a temática filosófica a mais apropriada. A Dolabela conviria antes uma obra de índole mais geral e mais política:

---

No que diz respeito à identidade deste homem, seguimos a lição de SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 3 ad loc., onde se afirma: “Probably a son of A. Torquatus, for whom Cicero was trying through Dolabella to get permission to return to Italy.”

<sup>15</sup> Att. 12.52.2, de 21 de Maio.

<sup>16</sup> Att. 13.7.1, de 10 de Junho.

<sup>17</sup> Como acabou por fazer com as *Academicæ Disputationes*, que dedicou a Varrão (cf. Att. 13.12.3; 13.13-14.1; 13.14-15.1; 13.16), e com o *De finibus*, dedicado a Bruto (cf. Att. 13.23.2).

*Ad Dolabellam, ut scribis, ita puto faciendum, κοινότερα quaedam et πολιτικώτερα. faciendum certe aliquid est; ualde enim desiderat.*<sup>18</sup>

De qualquer forma, a ideia de dedicar a Dolabela uma das suas obras não deixou de ser motivo de embaraço para o pai de Túlia. De facto, alguns dias depois, confessaria ao amigo não saber exactamente o que fazer: por um lado, queria satisfazer o desejo do cesariano de lhe ver dedicada, pelo ex-sogro, uma obra; por outro, não sabia que temática deveria escolher para que pudesse dar cumprimento a esse desejo; além do mais, uma vez definido o assunto a tratar, não sabia como haveria de agradar aos Troianos — Dolabela e César, entenda-se — a quem temia, e, simultaneamente, escapar às críticas de que se tornaria alvo, caso agradiasse o ex-genro com um dos seus escritos<sup>19</sup>:

*Nunc autem ἀπορῶ quo me uertam. Volo Dolabellae ualde desideranti; non reperio quid, et simul ἀδέομαι Τροῶας, neque, si aliud quid, potero μέμψιν effugere.*<sup>20</sup>

Incapaz de agradar a Gregos e Troianos, o melhor seria desistir da ideia ou, então, pensar noutra solução:

*Aut cessandum igitur aut aliquid excogitandum.*<sup>21</sup>

Ático ter-lhe-á apresentado a solução. Em que consistia, nunca o saberemos, somente que Cícero a aceitou:

*De Dolabella tibi adsentior.*<sup>22</sup>

Não sem algum enfado, foi recebendo o antigo genro em sua casa. A Ático, que o exortara a dedicar-se à composição filosófica, respondeu, em tom de desabafo, no dia 11 de Agosto:

---

<sup>18</sup> Att. 13.10.2, de 18 (?) de Junho.

<sup>19</sup> Como afirma TREGGIARI (1998) 12, a ligação de Dolabela ao partido de César pode ter garantido a Cícero alguma segurança, mas não deixou de ser também um embaraço político.

<sup>20</sup> Att. 13.13-14.2, de 24 de Junho.

<sup>21</sup> Ibidem.

<sup>22</sup> Att. 13.21a.3, de 30 de Junho ou 1 de Julho.

*Quod me hortaris ut eos dies consumam in philosophia explicanda, currentem tu quidem; sed cum Dolabella uiuendum esse istis diebus uides.*<sup>23</sup>

Havia, no entanto, uma justificação para que tivesse de receber, amavelmente, por alguns dias, Dolabela na sua *uilla* de Túsculo; tomando-o por intermediário, pretendia obter o perdão de César para A. Mânlio Torquato<sup>24</sup>. Não fosse isso, disporia do tempo necessário para se deslocar a Putéolos, a fim de tratar de questões relacionadas com uma herança<sup>25</sup>:

*Quod nisi me Torquati causa teneret, satis erat dierum ut Puteolos excurrere possem et ad tempus redire.*<sup>26</sup>

Dois dias depois, confessaria ao amigo:

*Dolabella scribit se ad me postridie Idus. O magistrum molestum!*<sup>27</sup>

Por estes dias, Cícero encontrou-se com Balbo, que aproveitou a ocasião para lhe dar a ler uma carta de César em que o tirano elogiava o estilo do seu *Cato*. César dizia que, ao lê-lo e relê-lo, conseguira melhorar a sua própria capacidade de expressão; já a leitura do *Cato* de Bruto, por contraste, deixara-o mais confiante quanto à sua própria eloquência:

*Balbus conueni (...). Legi epistulam. Multa de meo 'Catone', quo saepissime legendo se dicit copiosorem factum, Bruti 'Catone' lecto se sibi uisum disertum.*<sup>28</sup>

Nesse encontro, Balbo disse-lhe ainda ter transmitido a César que Cícero, por sua vez, também havia lido e elogiado o seu *Anticato*. Ora, o pai de Túlia, a quem há já algum

---

<sup>23</sup> Att. 13.45.2.

<sup>24</sup> Cf. Att. 13.21.2, de 25 de Julho: *Quid possum de Torquato, nisi aliquid a Dolabella*. Vide também Fam. 6.2, dirigida ao próprio Torquato. Cerca de um ano depois (Att. 15.3.1, de 22 de Maio de 44), Cícero voltaria a referir o seu empenho em obter por intermédio de Dolabela a graça de César: *De Ma<n>l<i>o scripsi iam pridem ad Dolabellam accuratissime, modo redditae litterae sint*.

<sup>25</sup> O Arpinate tornara-se herdeiro da fortuna de um banqueiro seu amigo, M. Clúvio. Para mais informações sobre este assunto, vide *Les Belles Lettres*, v. 8, 198 sq..

<sup>26</sup> Att. 13.45.2.

<sup>27</sup> Att. 13.47, de 13 de Agosto.

Já em Maio de 46 (Fam. 9.7.2) Cícero havia dito a Varrão: *Aduentat enim Dolabella. Eum puto magistrum fore*. Agora, porém, estaria menos disposto a escutar os conselhos do jovem sobre o comportamento a adoptar em relação a César (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 267, nota 4 ad 220).

<sup>28</sup> Att. 13.46.2, de 12 de Agosto.

tempo vinha sendo sugerido por Ático que escrevesse uma carta mais substancial a César<sup>29</sup>, aproveitou a ocasião para redigir essa mesma carta, com a ideia de a submeter a Dolabela. Antes, porém, enviou uma cópia a Ópio e a Balbo, para que eles próprios, caso a carta merecesse a sua aprovação, a enviassem a Dolabela. Visto que a missiva lhes agradou substancialmente, remeteram-na imediatamente ao antigo genro do autor, a fim de que este a entregasse, depois, ao destinatário final, que estava prestes a regressar:

*Admonitus quibusdam tuis litteris ut ad Caesarem uberiores litteras mittere instituerem, cum mihi Balbus nuper in Lanuino dixisset se et Oppium scripsisse ad Caesarem me legisse libros contra Catonem et uehementer probasse, conscripsi de iis ipsis libris epistulam Caesari quae deferretur ad Dolabellam; sed eius exemplum misi ad Oppium et Balbum, scripsique ad eos ut tum deferri ad Dolabellam iuberent meas litteras si ipsi exemplum probassent. Ita mihi rescripserunt, nihil umquam se legisse melius, epistulamque meam iusserunt dari Dolabellae.*<sup>30</sup>

Interessava, pois, a Cícero manter um relacionamento cordato com Dolabela. Afinal, era ele o intermediário entre o antigo sogro e César<sup>31</sup>. Este, aliás, não escondia a alta estima que nutria pelo seu jovem seguidor. Em Dezembro, depois de ter sido amavelmente recebido por Cícero em Putéolos, ao passar pela propriedade de Dolabela, César fez questão de que toda a escolta armada que o acompanhava ladeasse, pela direita e pela esquerda, o seu cavalo, em sinal de respeitosas saudações:

---

<sup>29</sup> Cf. *Att.* 13.47, de 13 de Agosto, em que Cícero comunicou a Ático ter interrompido a redacção da obra que tinha em mãos — as *Tusculanas* — para dar cumprimento ao pedido do amigo: *ea quae in manibus habebam abieci, quod iusseras edolaui*. Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 2 ad loc.; *Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice II*, 326.

Em meados de Julho, também Bruto havia sugerido a Cícero que redigisse algo para César. Aquele, porém, apesar de inicialmente ter anuído, acabou por renunciar à ideia, assim que tomou conhecimento das honras divinas prestadas ao ditador no cortejo de abertura dos jogos comemorativos da vitória de César: *Brutus apud me fuit; cui quidem ualde placebat me aliquid ad Caesarem, adnueram; sed pompa <me> deterret* (*Att.* 13.44.1, de 14 de Julho). Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 1 ad loc, onde se afirma: “It seems that statues of Victory and of Caesar were carried side by side.” Cf. ainda *Les Belles Lettres*, v.8, 196.

<sup>30</sup> *Att.* 13.50.1, de 23 de Agosto.

<sup>31</sup> Alguns autores têm-se interrogado sobre o motivo que terá levado Cícero a fazer uma apreciação favorável a uma obra que constituía, afinal, uma resposta ao seu próprio *Elogio de Catão* e que lançava o descrédito sobre o seu herói (cf. *Plu.*, *Caes.* 3.4; 54.3-6; *Cat. Mi.* 11.7 sq; 52.6; 54.2; *Plin.*, *Ep.* 3.12.2; *App.*, *BC* 2.99; *Gel.* 4.16.8). J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice II*, 327 sq.) responde desta forma a essa questão: “Cicéron appréciait hautement le style de César (cf. *Brut.*, 252 sq.), et surtout celui-ci louait, dans son ouvrage, non seulement l'éloquence incomparable de Cicéron, comme il avait fait naguère dans son traité *De analogia*, dédié à l'orateur (*ibid.*), et tout récemment dans une lettre à Balbus à propos de son *Caton*, mais encore sa vie, qu' «il trouvait tout à fait comparable à celle de Périclès et de Thémistocle».” Era, portanto, uma questão de admiração mútua, mas também de vaidade pessoal. Infelizmente, ao que parece, a carta em questão nunca foi publicada.



*Dolabellae uillam cum praeteriret, omnis armatorum copia dextra sinistra ad equum  
nec usquam alibi.*<sup>32</sup>

Não foi apenas César que Cícero agraciou com os seus escritos. Em Dezembro, decidiu enviar a Dolabela, que descansava em Baías, não um livro expressamente composto para ele, mas um exemplar do discurso *Pro Deiotaro*, pronunciado em Novembro<sup>33</sup>. A modéstia do presente com que pretendia obsequiar o ex-genro levou-o a sentir necessidade de justificar a opção que fizera:

*Oratiunculam pro Deiotaro, quam requirebas, habebam mecum, quod non putaram.  
Itaque eam tibi misi. Quam uelim legas ut causam tenuem et inopem nec scriptione magno  
opere dignam. Sed ego hospiti ueteri et amicum munusculum mittere uolui, leuidense crasso  
filo, cuius modi ipsius solent esse munera.*<sup>34</sup>

Ao optar, porém, por tão discreta oferta, Cícero teria, quiçá, a intenção de evitar que as críticas a este seu gesto fossem, pelo menos, tão duras quanto as que eventualmente adviriam se tivesse optado por compor expressamente para o cesariano uma obra.

Após a morte de César em Março de 44, o relacionamento cordial entre Dolabela e Cícero manteve-se. Até Abril, o ex-genro e Marco António governaram de comum acordo<sup>35</sup>. No final desse mês, todavia, aproveitando a ausência do colega de consulado<sup>36</sup>, Dolabela decidiu reprimir drasticamente algumas manifestações pró-cesarianas, proibindo a celebração do culto divino a César, que tinha lugar no *Forum*, precisamente no local onde o corpo do tirano havia sido incinerado, mandando demolir a coluna erigida em honra

---

<sup>32</sup> *Att.* 13.52.2, de 19 de Dezembro. De acordo com SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 3 ad loc., este gesto foi uma forma de César mostrar o respeito que tinha por Dolabela: “Apparently by way of compliment, unless it was for Caesar’s protection; but Dolabella seems to have been high in Caesar’s favour.” J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 9, 169, nota 1 ad 29) interpreta igualmente esta atitude de César como um sinal de estima e não de desconfiança “à l’égard d’un homme que César voulait élever au consulat en 44.”

<sup>33</sup> Segundo J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 9, 23), terá sido Dolabela a pedir ao ex-sogro que lhe enviasse o discurso em questão.

<sup>34</sup> *Fam.* 9.12.2, de Dezembro de 45 (?).

Cícero havia defendido Dejótaro da acusação de atentar contra a vida de César. Cf. SHACKLETON BAILEY (2001) v. 2, nota 2 ad loc..

<sup>35</sup> Dolabela tomara o lugar de César como cônsul. Cf. e. g. SHACKLETON BAILEY (2001) v. 2, nota 1 ad *Fam.* 9.14; STOCKTON (1971) 282.

<sup>36</sup> Marco António encontrava-se na Campânia, envolvido no processo de loteamento de terras dos seus veteranos. Cf. CARCOPINO (1947) v. 1, 296; *Les Belles Lettres*, v. 9, 68.

do malogrado chefe e abafando a revolta que estas suas iniciativas haviam gerado junto dos populares<sup>37</sup>. Informado por Ático de tais proezas, Cícero ficou eufórico; o ex-genro tornara-se, para si, um herói:

*O mirificum Dolabellam meum! Iam enim dico meum; antea, crede mihi, subdubitabam. Magnam ἀναξιώγησιν res habet: de saxo, in crucem, columnam tollere, locum illum sternendum locare! Quid quaeris? Heroica.*<sup>38</sup>

Dois dias depois, manifestaria ao próprio Dolabela a alegria que sentia pela glória que o ex-genro alcançara com a realização de tamanhos feitos. A satisfação era ainda maior porque eram muitas as pessoas que associavam o seu nome aos gestos admiráveis do jovem cônsul:

*Etsi contentus eram, mi Dolabella, tua gloria satisque ex ea magnam laetitiam uoluptatemque capiebam, tamen non possum non confiteri cumulari me maximo gaudio quod uulgo hominum opinio socium me adscribat tuis laudibus. Neminem conueni (conuenio autem cottidie plurimos; sunt enim permulti optimi uiri qui ualetudinis causa in haec loca ueniant, praeterea ex municipiis frequentes necessarii mei) quin omnes, cum te summis laudibus ad caelum extulerunt, mihi continuo maximas gratias agant. Negant enim se dubitare quin tu meis praeceptis et consiliis obtemperans praestantissimum te ciuem et singularem consulem praebeas.*<sup>39</sup>

Não querendo embora retirar o mérito a Dolabela, Cícero não teve pejo algum em reivindicar para si alguma responsabilidade pelos factos ocorridos, afirmando-se orgulhoso por saber que o ex-genro decidira, qual discípulo, seguir os seus conselhos. Para o jovem, tal não deveria constituir motivo de desonra. Pelo contrário; Agamémnon, rei dos reis, também pedira conselho a Nestor, e nem por isso deixara de granjear prestígio entre os seus pares:

---

<sup>37</sup> Cf. CARCOPINO (1947) v. 1, 296; STOCKTON (1971) 284; *Les Belles Lettres*, v. 9, 68.

<sup>38</sup> *Att.* 14.15.1, de 1 de Maio. Cf. *Att.* 14.16.2, escrita no dia seguinte: *Sed ad rem ut ueniam, o Dolabellae nostri magnam ἀριστείαν! quanta est ἀναξιώγησις! Quidem laudare eum et hortari non desisto.* Cf. *Fam.* 12.1.1, de 3 de Maio, em que Cícero louva a Cássio a actuação de Dolabela: *quam quidem iam habeo ipse meliorem re publica a Dolabella meo praeclarissime gesta.*

<sup>39</sup> *Fam.* 9.14.1, de 3 de Maio. Esta carta figura também no *corpus* das cartas *Ad Atticum* (cf. *Att.* 14.17a.1).

*Quibus ego, quamquam uerissime possum respondere te quae facias tuo iudicio et tua sponte facere nec cuiusquam egere consilio, tamen neque plane adsentior, ne inminuam tuam laudem si omnis a meis consiliis profecta uideatur, neque ualde nego; sum enim audivior etiam quam satis est gloriae. Et tamen non alienum est dignitate tua, quod ipsi Agamemnoni, regum regi, fuit honestum, habere aliquem in consiliis capiendis Nestorem, mihi uero gloriosum te iuenum consulem florere laudibus quasi alumnum disciplinae meae.*<sup>40</sup>

Transmitiu também a Dolabela as congratulações que recebeu pessoalmente de Lúcio César, tio de Marco António, tomado pela doença, que fora visitar a Nápoles. Tivesse Lúcio tanta influência sobre o sobrinho quanto tinha o amigo sobre o ex-genro, e os problemas de ambos deixariam de existir. Para ele, o jovem cônsul, devido à sua actuação política, tornara-se o primeiro cônsul, depois de Cícero, verdadeiramente merecedor do título:

*L. quidem Caesar, cum ad eum aegrotum Neapolim uenissem, quamquam erat oppressus totius corporis doloribus, tamen, ante quam me plane salutauit, 'o mi Cicero' inquit, 'gratulor tibi cum tantum uales apud Dolabellam quantum si ego apud sororis filium ualerem, iam salui esse possemus. Dolabellae uero tuo et gratulor et gratias ago, quem quidem post te consulem solum possumus uere consulem dicere.'*<sup>41</sup>

A glória e a honra dos actos praticados não eram reconhecidas exclusivamente por Lúcio César. Na verdade, esse sentimento era geral:

*Deinde multa de facto ac de re gesta tua; nihil magnificentius, nihil praeclarius actum umquam, nihil rei publicae salutaris. Atque haec una uox omnium est.*<sup>42</sup>

Levado pelo entusiasmo, Cícero fez questão de reafirmar o seu afecto pelo ex-genro. Se já antes sentia admiração pelo jovem, agora, pela coragem que revelara, admirava-o ainda mais:

*Nam cum te semper tantum dilexerim quantum tu intellegere potuisti, tum his tuis factis sic incensus sum ut nihil umquam in amore fuerit ardentius. Nihil est enim, mihi crede, uirtute formosius, nihil pulchrius, nihil amabilius.*<sup>43</sup>

---

<sup>40</sup> Fam. 9.14.2 (= Att. 14.17a.2).

<sup>41</sup> Fam. 9.14.3 (= Att. 14.17a.3).

<sup>42</sup> Ibidem.

Afirmou, depois, a inutilidade de o exortar a seguir o exemplo de outros homens preclaros. Tendo-se tornado ele próprio um modelo de virtude a seguir, em vez de imitar outros, deveria imitar-se a si mesmo. Ao ex-sogro, restava apenas felicitá-lo:

*Qua re quid est quod ego te horter ut dignitati et gloriae seruias? Proponam tibi claros uiros, quod facere solent qui hortantur? Neminem habeo clariorem quam te ipsum. Te imitere oportet, tecum ipse certes. Ne licet quidem tibi iam tantis rebus gestis non tui similem esse. Quod cum ita sit, hortatio non est necessaria, gratulatione magis utendum est.*<sup>44</sup>

A sua intervenção valera-lhe não o ódio, mas a admiração de todos os quadrantes sociais:

*Contigit enim tibi (...) ut summa seueritas animaduersionis non modo non inuidiosa sed etiam popularis esset et cum bonis omnibus tum infimo cuique gratissima.*<sup>45</sup>

Até mesmo na elaboração do seu discurso Dolabela revelara maturidade política:

*Legi enim contionem tuam. Nihil illa sapientius; ita pedetemptim et gradatim tum accessus a te ad causam facti, tum recessus, ut res ipsa maturitatem tibi animaduertendi omnium concessu daret.*<sup>46</sup>

A fechar o rol de elogios, Cícero disse ao cônsul que, com as suas acções, havia resgatado Roma do perigo e do medo. A utilidade pública da sua intervenção não se restringia ao presente, serviria igualmente de exemplo no futuro. No intuito de galvanizar toda a energia do jovem, acrescentou que o destino da República era agora da sua responsabilidade e que aqueles que primeiramente se haviam batido pela liberdade, os tiranicidas, mereciam a sua protecção e a sua graça<sup>47</sup>:

---

<sup>43</sup> *Fam.* 9.14.4 (= *Att.* 14.17a.4). Cícero, político experiente, utilizava deliberadamente uma linguagem ardente e afectuosa nas cartas, para provar a sua amizade pelo destinatário. Cf. HUTCHINSON (1998) 17.

<sup>44</sup> *Fam.* 9.14.6-7 (= *Att.* 14.17a.6-7).

<sup>45</sup> *Ibidem.*

<sup>46</sup> *Ibid.*

<sup>47</sup> Nesse mesmo dia, Cícero escreveu a Bruto e a Cássio (cf. *Att.* 14.17.4). A este último, depois de elogiar a decisão do ex-genro de eliminar um mal contagioso — o culto divino a César, entenda-se —, afirmou que os tiranicidas tinham então nas suas mãos o destino da liberdade e o dever de darem cumprimento à empresa que tinham apenas iniciado. Cf. *Fam.* 12.1.1-2: *Finem nullam facio, mihi crede, Cassi, de te et Bruto nostro,*

*Liberasti igitur et urbem periculo et ciuitatem metu neque solum ad tempus maximam utilitatem attulisti sed etiam ad exemplum. Quo facto intellegere debes in te positam esse rem publicam tibi que non modo tuendos sed etiam ornandos esse illos uiros a quibus initium libertatis profectum est.*<sup>48</sup>

Mas, se no campo político, Cícero e Dolabela estavam agora mais próximos um do outro, o mesmo não acontecia na esfera privada. De facto, foi também por estes dias que o pai de Túlia voltou a referir a questão da recuperação do dote da filha. Volvidos então quatro meses sobre a data acordada para o pagamento de nova prestação, Dolabela não havia procedido, conforme fora acordado, à devolução dos bens do ex-sogro, pelo que Cícero começava a dar sinais de alguma impaciência<sup>49</sup>.

---

*id est de tota re publica, cogitandi, cuius omnis spes in uobis est et in D. Bruto; quam quidem iam habeo ipse meliorem, re publica a Dolabella meo praeclarissime gesta. Manabat enim illud malum urbanum et ita corroboratur cotidie, ut ego quidem et urbi et otio diffiderem urbano, sed ita compressum est ut mihi uideamur omne iam ad tempus ab illo dumtaxat sordidissimo periculo tuti futuri.*

*Reliqua magna sunt ac multa, sed posita omnia in uobis. (...) Haec omnia uobis sunt expedienda, nec hoc cogitandum, satis iam habere rem publicam a uobis. Habet illa quidem tantum quantum numquam mihi in mentem uenit optare; sed contenta non est et pro magnitudine et animi et benefici uestri a uobis magna desiderat. Cf. Les Belles Lettres, v. 9, 69 sq..*

<sup>48</sup> Fam. 9.14.8 (= Att. 14.17a.8).

<sup>49</sup> Posteriormente ao divórcio, no início de Fevereiro de 45, logo após o parto de Túlia, Cícero, em carta a Lepta, previu demorar-se algum tempo em Roma, antes de partir para Túsculo, com vista a exigir aos representantes de Dolabela o pagamento da primeira prestação. Cf. Fam. 6.18.5, de 1 de Fevereiro: *Me Romae tenuit omnino Tulliae meae partus. Sed cum ea, quem ad modum spero, satis firma sit, teneor tamen dum a Dolabellae procuratoribus exigam primam pensionem.*

Cerca de quatro meses depois, no dia 27 de Maio, o pai de Túlia manifestou a esperança de poder vir a negociar directamente com Clódia a compra dos seus *horti* para a construção do *fanum* em honra da filha, contando, para tal, que Dolabela liquidasse, muito em breve, a dívida que mantinha para com o ex-sogro: *Clodium igitur. A qua ipsa ob eam causam sperare uideor, quod et multo minoris sunt et Dolabellae nomen iam expeditum uidetur, ut etiam repraesentatione confidam* (Att. 13.29.2).

Agora, em Maio de 44, volvido um ano, portanto, Cícero volta a fazer referência à dívida de Dolabela. Segundo DIXON (1984) 93, o Arpinate estaria a referir-se ao pagamento da terceira prestação da devolução do dote de Túlia, que levava já quatro meses de atraso: “The first repayment had evidently been made in January, the second and third were expected in July 45 B.C. and January 44 B.C.” A questão não é, todavia, pacífica. J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, *Appendice I*, 295; v. 10, 80) considera que o pagamento da terceira prestação estaria agendado somente para Janeiro de 43, pelo que Cícero se estaria agora a referir ao pagamento da segunda prestação, que estava em atraso, porque, segundo o autor, já deveria ter sido liquidada em Janeiro desse ano (44). Dixon, porém, considera que, se, nesta altura (Maio de 44), estivesse em causa o pagamento da segunda prestação (agendada, segundo a autora, para Julho de 45), o atraso levaria já tantos meses que Cícero, interessado, então, na compra de um terreno para a construção de um *fanum* em memória da filha, não teria deixado de referir o facto na correspondência enviada entre Maio de 45 (cf. supra, Att. 13.29.2) e Maio de 44. Cf. DIXON (1984) 93, nota 73: “In May 45 B.C., Cicero was confidently looking forward to a cash payment, which he planned to use for a land purchase: *Dolabellae nomen iam expeditum uidetur*. Att. 13.29. Cicero was absorbed in these financial details at the time; it is difficult to believe he would not have mentioned any failure to pay.”

A divergência de opiniões tem origem no calendário estabelecido para a devolução do dote. DIXON (1984) 93 considera que a restituição do *dos* se faria em três prestações semestrais: a primeira, em Janeiro de 45,

A missiva que escreveu a Ático no dia 8 de Maio revela que o assunto não estava de todo esquecido. Alguns dias antes, Pompônio, que tivera a oportunidade de ler a carta que o amigo tinha enviado ao jovem cônsul, havia manifestado alguma surpresa ao constatar que ele dava demasiado crédito às acções protagonizadas por Dolabela. Irritado com essa acusação, Cícero, fez, então, saber ao amigo que lhes dava tanta importância quanta o próprio Ático havia dado<sup>50</sup>. Informou-o, depois, de que havia escrito ao ex-marido da filha sobre a questão que tinham pendente, tal como ele, aliás, lhe havia aconselhado<sup>51</sup>. Por fim, com alguma ironia, acabou por reconhecer que o jovem teria agido ainda melhor se tivesse devolvido o dote de Túlia no prazo estipulado para o efeito:

*'Me facere magnam πρᾶξιν Dolabellae.'* Mihi mehercule ita uidetur, non potuisse maiorem tali re talique tempore. Sed tamen quicquid ei tribuo, tribuo ex tuis litteris. Tibi uero adsentior maiorem πρᾶξιν eius fore si mihi quod debui<t> dissoluerit.<sup>52</sup>

No dia seguinte, recebeu nova carta de Ático, que, uma vez mais, censurava a forma exagerada como ele louvara a actuação política de Dolabela. Cícero defendeu-se com duas cartas elogiosas que o próprio Pompônio lhe havia enviado<sup>53</sup>. Ao mesmo tempo, porém, acusou o ex-genro de não liquidar a sua dívida. No seu entender, não havia razões para que Dolabela continuasse a negligenciar a devolução do dote, pois, ainda recentemente, se conseguira livrar, com a cumplicidade fraudulenta de Fabério, de uma outra pesada dívida e teria servido do tesouro público:

*O hominem impudentem! Kal. Ian. debuit, adhuc non soluit, praesertim cum se maximo aere alieno Faberi manu liberarit et opem ab Ope petierit.*<sup>54</sup>

---

a segunda, em Julho do mesmo ano e a terceira, em Janeiro de 44. J. Beaujeu (loc. cit.), por sua vez, considera que as prestações seriam anuais, agendadas para o primeiro dia de Janeiro dos anos que se seguiram ao divórcio: 45, 44 e 43. Oportunamente, regressaremos à discussão desta questão.

<sup>50</sup> Cf. Att. 14.16.1, de 2 de Maio: *Recte tu omnibus epistulis significas quid de re, quid de uiro sentias*. Cícero disse mesmo que o termo que utilizara para referir os recentes feitos de Dolabela — ἀγιστεία — havia sido primeiramente utilizado pelo amigo (cf. Att. 14.19.1, de 8 de Maio: *Sed cum ex Dolabellae ἀγιστεία (sic enim tu ad me scripseras)...*). Três dias depois, diria: *Dolabellam ualde placere tibi uideo; mihi quidem egregie* (Att. 14.20.4, de 11 de Maio).

<sup>51</sup> Cf. Att. 14.19.4: *Ad Dolabellam, quem ad modum tibi dicis placere, scripsi diligenter*.

<sup>52</sup> Att. 14.19.5.

<sup>53</sup> Cf. Att. 14.18.1, de 9 de Maio: *Saepius me iam agitas quod rem gestam Dolabellae nimis in caelum uidear effere. Ego autem, quamquam sane probo factum, tamen ut tanto opere laudarem adductus sum tuis et alteris litteris*.

<sup>54</sup> Ibidem.

Ainda assim, Cícero não queria que Ático pensasse que estava exasperado com esse facto. Na verdade, foi esta a justificação que deu ao amigo para o jogo de palavras que acabara de fazer com *opem* e *Ope*:

*Licet enim iocari, ne me ualde conturbatum putes.*<sup>55</sup>

De qualquer forma, se não fosse real a necessidade de recuperar os bens em questão, não teria escrito, na véspera, uma carta ao próprio Dolabela, a exigir a liquidação da dívida. Esperava que o tom acutilante da missiva conseguisse convencer o ex-genro. Mesmo que carta não produzisse os efeitos esperados tornar-se-ia difícil a Dolabela, pelo menos, conseguir olhar de frente o pai de Túlia:

*Atque ego ad eum VIII Id. Litteras dederam bene mane (...) ut ad te eo ipso die scripseram, satis aculeatas ad Dolabellam litteras dedi; quae si nihil profecerint, puto fore ut me praesentem non sustineat.*<sup>56</sup>

Três dias depois, diria a Ático ter recebido, por intermédio de Eros, uma carta do ex-genro. Essa carta não continha, todavia, qualquer referência a assuntos de natureza privada, em concreto, à devolução do dote; era demasiado cedo para que Dolabela tivesse recebido a carta que lhe escrevera no dia 8. A missiva do jovem era antes a resposta à carta de felicitações que o antigo sogro lhe havia enviado pelos feitos políticos de que fora protagonista, e da qual havia enviado, aliás, uma cópia a Ático<sup>57</sup>:

*Eros autem festinauit ut ad me litterae Dolabellae perferrentur, non de re mea (nondum enim meas acceperat) sed rescripsit ad eas quarum exemplum tibi miseram sane luculente.*<sup>58</sup>

---

Segundo SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 1 da loc., “Faberius had been forging documents (alleged memoranda of Caesar’s) to suit his new masters.” A este respeito, leia-se ainda *Les Belles Lettres*, v. 9, 70 sq..

<sup>55</sup> *Att.* 14.18.1.

<sup>56</sup> *Ibidem.*

<sup>57</sup> *Fam.* 9.14, de 3 de Maio = *Att.* 14.17a.1. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 9, 277, nota 1 ad 129.

<sup>58</sup> *Att.* 14.21.1, de 11 de Maio.

Estava, por isso, ansioso por saber se Dolabela iria pagar o que devia ou se, pelo contrário, tinha conseguido anular também esta dívida:

*Exspecto (...) maxime autem ecquid Dolabella tinniat an in meo nomine tabulas nouas fecerit.*<sup>59</sup>

Cerca de uma semana depois, Cícero voltou a referir a questão. Antes, porém, elogiou a qualidade do discurso que Dolabela, aproveitando a ausência de Marco António, havia proferido diante do povo, e que se opunha radicalmente ao de Lúcio António, irmão daquele<sup>60</sup>. Somente depois afirmou esperar que o ex-genro devolvesse, nos Idos desse mês, o que devia, já que o não fizera no dia 1:

*L. Antoni horribilis contio, Dolabellae praeclara. Iam uel sibi habeat nummos, modo numeret Idibus.*<sup>61</sup>

Na esfera política, Dolabela continuava a ser digno da sua confiança. Cícero acreditava na capacidade de liderança do jovem que, com a sua primeira intervenção e com o seu discurso mais recente contra Marco António, havia beneficiado a República:

*Dolabellae et prima illa actio et haec contra Antonium contio mihi profecisse permultum uidetur. Prorsus <melius> ibat res; nunc autem uidemur habituri ducem, quod unum municipia bonique desiderant.*<sup>62</sup>

Cerca de duas semanas depois, mandou Tirão entregar a Dolabela uma mensagem verbal e uma carta. É possível que a missiva estivesse, de algum modo, relacionada com a devolução do dote. Um dos objectivos visados por Cícero com o envio do liberto ao ex-

---

<sup>59</sup> Ibidem.

Já em 47 Dolabela, na qualidade de tribuno da plebe, retomando as propostas de Célio, seu antecessor, havia tentado a anulação das suas dívidas, (cf. *Att.* 11.12.4 e SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 2 ad loc.). TYRRELL-PURSER (1901-1933, reimpr. 1969) ad loc. citam Tito Lívio, *Per.* 113: *cum seditiones Romae a P. Dolabella tr. pl. legem ferente de nouis tabulis excitatae essent...*

<sup>60</sup> Segundo CARCOPINO (1947) v.1, 299, o discurso de Dolabela tinha como objectivo dissuadir a assembleia do povo “des projects agraires d’Antoine sur les marais pontins”.

<sup>61</sup> *Att.* 14.20.2, de 11 de Maio. Os Idos, como as Calendas, eram dias de pagamento (cf. *Les Belles Lettres*, v. 9, nota b ad loc.).

<sup>62</sup> *Att.* 14.20.4.



-genro era, seguramente, pedir a intervenção dele na questão de Butroto, em benefício de Ático<sup>63</sup>:

*Ad Dolabellam Tironem misi cum mandatis et litteris.*<sup>64</sup>

Existe, porém, a possibilidade de Cícero ter escrito a Dolabela com o objectivo de lhe pedir outro favor. Por esta altura, a Itália deixara de ser segura. As facções rivais vigiavam-se, prontas a aniquilarem-se a qualquer momento. Cícero, naturalmente, não queria viver neste ambiente de instabilidade política, pelo que manifestara vontade e necessidade de abandonar a Península durante uns tempos. A solução seria a sua integração numa *legatio*. Ora, o ex-genro, a quem fora confiado o governo da Síria para o ano de 43, em Junho de 44, decidiu inscrever o ex-sogro na lista dos seus *legati*. Esta *legatio* iria permitir a Cícero alcançar a segurança que buscava fora do país, sem, com isso, parecer que estava a fugir, já que partiria sob o pretexto oficial de ir servir o Estado numa missão longínqua que lhe fora confiada por um dos cônsules e ratificada pelo outro<sup>65</sup>. Foi no dia 6 de Junho que Cícero tomou conhecimento de que a tão almejada *legatio* fora aprovada:

*Et heus tu! Ne forte sis nescius, Dolabella me sibi legavit a. d. III Non. [Apriles].*

*Id mihi heri uesperi nuntiatum est.*<sup>66</sup>

---

<sup>63</sup> É pelo menos esta a opinião de CARCOPINO (1947) v.1, 299, nota 4: “Tiron devait aussi plaider pour Atticus dans l’affaire de Buthrote et c’est sur ce sujet que roulait la lettre.” De facto, cerca de três semanas depois, Cícero confirmá-lo-ia, por carta (*Att.* 15.12.1, de 10 de Junho), ao amigo: *Bene mehercule de Buthrote. At ego Tironem ad Dolabellam cum litteris, quia iusseras, miseram.* Sobre a questão de Butroto, vide DENIAUX (1975).

SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 1 ad *Att.* 15.12.1 justifica desta forma a intercessão de Cícero em favor de Ático nesta questão: “Under a law passed on 2 June the Consuls (Antony and Dolabella) were empowered to deal with this matter and a decision favourable to the town was apparently expected.”

A 28 de Junho (*Att.* 15.14.1), Cícero anunciou a Ático que Dolabela havia comunicado por carta a sua intercessão em favor do amigo nesta questão: *VI Kal. accepi a Dolabella litteras, quarum exemplum tibi misi; in quibus erat omnia se fecisse quae tu uelles.* O ex-sogro, estava-lhe, por isso, grato: *statim ei rescripsi et multis uerbis gratias egi.* A Ático, enviou uma cópia desta missiva (cf. §§ 2-3).

Por sua vez, J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 9, nota a ad loc.) afirma: “Une loi du 3 juin a chargé les consuls de mener une enquête et de déposer des conclusions sur des projets de César; l’ «affaire de Buthrote» va donc leur être soumise, échappant ainsi à la compétence du Sénat, et Cicéron est immédiatement intervenu auprès de Dolabella.” Para mais informações, o crítico remete-nos para a leitura do *Appendice*, que se encontra no final do volume (289-294), dedicado exclusivamente à reconstituição e análise dos factos que com este assunto se relacionam: *L’Affaire de Buthrote.*

<sup>64</sup> *Att.* 15. 4a, de 23 de Maio.

<sup>65</sup> Cf. CARCOPINO (1947) v.1, 300.

<sup>66</sup> *Att.* 15.11.4, de 7 de Junho. A aprovação de António havia sido solicitada antecipadamente. Cf. *Att.* 15.8.1, de 31 de Maio: *scripsi ad Antonium de legatione, ne, si ad Dolabellam solum scripsissem, iracundus homo commoueretur.*

Este fora claramente um grande favor que Dolabela decidira prestar-lhe. Os deveres que Cícero teria de cumprir equivaliam a muito pouco, ou a nada. Em tom jocoso, o recém-nomeado *legatus* disse a Ático que o ex-genro lhe daria a escolher o que fazer:

*A Dolabella mandata habeo quae mihi uidebuntur, id est nihil.*<sup>67</sup>

Em Junho, anunciou a Dolabela o seu desejo de partir e inquiriu-o acerca do meio de transporte a utilizar<sup>68</sup>:

*... scripsi ad Dolabellam me, si ei uideretur, uelle proficisci peti< i>que ab eo de mulis uecturae.*<sup>69</sup>

No dia 17 de Julho, iniciou a viagem<sup>70</sup>. Cerca de um mês depois, porém, regressaria a Pompeios, de onde, aliás, havia partido. Decidiu regressar logo que foi informado do repto que Bruto e Cássio, no dia 4 de Agosto, depois de uma tentativa gorada de chegarem a um entendimento com António, haviam lançado ao cônsul<sup>71</sup>. A 19 de Agosto, dia do seu

---

<sup>67</sup> Att. 15.19.2, entre 16 e 19 de Junho. Cf. Att. 15.20.1, escrita no dia seguinte: *Dolabellae mandata sint quaelibet, modo aliquid...*

<sup>68</sup> A Ático, Cícero pediu informações sobre o melhor itinerário. Cf. Att. 15.25, de 29 de Junho: *De meo itinere uariae sententiae; multi enim ad me. Sed tu incumbe, quaeso, in eam curam. Magna res est.*

<sup>69</sup> Att. 15.18.1, de 15 de Junho.

<sup>70</sup> A carta que escreveu a Ático nesse dia foi redigida momentos antes embarcar. Cf. Att. 16.3.6, de 17 de Julho: *Haec ego conscendens e Pompeiano tribus actuariolis decemcalmis.* Para conhecer o itinerário e o calendário da sua deslocação, vide *Les Belles Lettres*, v. 9, 219.

<sup>71</sup> Cf. Att. 16.7, de 19 de Agosto, dia do seu desembarque em Pompeios (cf. § 8: *Haec scripsi nauigans cum Pompeianum accederem XIII. Kal.*). Nesta carta, são relatados a Ático os acontecimentos políticos que precipitaram o seu regresso prematuro. Por esses dias, Cícero fora informado por alguns habitantes de Régio de que se havia estabelecido uma trégua entre António e os Republicanos: o cônsul havia pronunciado perante a assembleia do povo um discurso moderado; Bruto e Cássio, por sua vez, haviam publicado um édito *plenum aequitatis* (Phil. 1.8); António convocou uma sessão do Senado para o dia 1 de Agosto, para a qual foram convidados os antigos cônsules e pretores; corriam rumores de que António acabaria por ceder, de que estaria prestes a renunciar ao governo das Gálias e a reconhecer a autoridade do Senado, enfim, especulava-se já sobre a sua eventual reconciliação com os tiranícidas e consequente regresso destes a Roma: *Reg< i>ini quidam illustres homines eo uenerunt Roma sane recentes (...). Haec adferebant, edictum Bruti et Cassi, et fore frequentem senatum Kalendis, a Bruto et Cassio litteras missas ad consularis et pretorios, ut adessent rogare. Summam spem nuntiabant fore ut Antonius cederet, res conueniret, nostri Romam redirent* (Att. 16.7.1). Neste contexto político, o regresso de Cícero era reclamado por muitos (*Addebant etiam me desiderari, subaccusari*) e o estadista estava ansioso por voltar a servir a *res publica*. Todos estes dados políticos haveriam de ser posteriormente confirmados na *Primeira Filípica* (§§ 8-9): *Cumque intempestas nox esset mansissentque in uilla P. Valeri, comitis et familiaris mei, postridieque apud eundem uentum expectans manerem, municipes Regini complures ad me uenerunt, ex eis quidam Roma recentes: a quibus primum accipio M. Antoni contionem, quae mihi ita placuit ut ea lecta de reuersione primum coeperim cogitare. Nec ita multo post edictum Bruti adfertur et Cassi, quod quidem mihi, fortasse quod eos*

regresso<sup>72</sup>, confessou a Ático que a interrupção da viagem se ficara a dever não apenas a estes acontecimentos, mas também à falta de convicção que desde o início sentiu relativamente à missão que lhe havia sido confiada:

*Quae cum audissem, sine ulla dubitatione abieci consilium profectionis, quo mehercule ne antea quidem delectabar.*<sup>73</sup>

Em prol da restauração da *res publica*, estava disposto a combater António. Dolabela, contrariamente, aproximou-se do cônsul<sup>74</sup>, e, assim, o afastamento entre o ex-sogro e o ex-genro tornou-se inevitável. Cícero, todavia, não assumiria a ruptura entre ambos de ânimo leve. Pressentindo a reaproximação entre o jovem e o colega, tudo fez para que ela não chegasse a acontecer<sup>75</sup>. No primeiro ataque que dirigiu a António, no dia 2 de Setembro, em pleno Senado, a cuja sessão presidia Dolabela<sup>76</sup>, apesar de ter tratado aquele com aspereza, dirigiu a este rasgados elogios e amabilíssimas palavras<sup>77</sup>.

Alguns dias depois, porém, admitiria, perante Ático, introduzir algumas alterações no texto que constituía a *Segunda Filípica*<sup>78</sup>. Por sugestão do amigo, iria esbater a paleta de elogios que inicialmente compusera:

---

*plus etiam rei publicae quam familiaritatis gratia diligo, plenum aequitatis uidebatur. Addebant praeterea fit enim plerumque ut rei qui boni quid uolunt adferre adfligant aliquid quo faciant id quod nuntiant laetius rem conuenturam: Kalendis senatum frequentem fore; Antonium, repudiatis malis suasoribus, remissis prouinciis Galliis, ad auctoritatem senatus esse rediturum. Tum uero sum cupiditate incensus ad reditum ut mihi nulli neque remi neque uenti satis facerent, non quo me ad tempus occurrurum non putarem, sed ne tardius quam cuperem rei publicae gratularer.*

As esperanças no fim do conflito não passaram, todavia, disso mesmo. Nas Calendas de Agosto, o consular L. Calpúrnio Cesónio atacou António, mas não obteve o apoio de nenhum dos senadores presentes. O cônsul, por sua vez, pressionado pelos oficiais cesarianos a aliar-se a Octaviano, respondeu de forma seca ao édito dos tiranicidas através de um contra-édito e de uma carta privada, que não chegaram até nós, mas aos quais eles reagiram com outra carta *scriptum praeclare* (Att. 16.7.7), no dia 4 de Agosto (cf. App., BC 3.39). Com a resposta destemida dos pretores, reavivou-se a tensão. Adivinhavam-se novos conflitos, mas Cícero não quis deixar de participar activamente na restauração da República, pelo que não hesitou em regressar prontamente a Roma. Sobre a tentativa de entendimento entre os pretores e o cônsul Marco António e os motivos do falhanço, leiam-se também *Les Belles Lettres*, v. 9, 224-226, STOCKTON (1971) 287 sqq. e a carta Fam. 11.3, que os pretores Bruto e Cássio enviaram de Nápoles ao cônsul António, no dia 4 de Agosto.

<sup>72</sup> O regresso a casa chegou a estar programado para as Calendas de Janeiro do ano seguinte. Cf. Att. 16.7.2.

<sup>73</sup> Att. 16.7.2.

<sup>74</sup> Octaviano ocuparia o seu lugar na chefia da oposição a António.

<sup>75</sup> Cf. CARCOPINO (1947) v.1, 301 sq.

<sup>76</sup> A *Primeira Filípica* foi então proferida.

<sup>77</sup> Cf. Phil. 1.29: *te enim intuens, Dolabella, qui es mihi carissimus...*

<sup>78</sup> A *Segunda Filípica* não era um discurso, mas um panfleto, do qual foram enviadas cópias a Ático e Bruto e, provavelmente, a outros. Cf. STOCKTON (1971) 298, nota 56.

*Nostrum opus tibi probari laetor. (...) Ita libenter ea corrigam quae a te animaduversa sunt. (...) de laudibus Dolabellae deruam cumulum.*<sup>79</sup>

De facto, claramente menos generoso, na segunda invectiva contra António, figuraram tão-somente os feitos militares do ex-genro:

*Ter depugnauit Caesar cum ciuibus, in Thessalia, Africa, Hispania. Omnibus adfuit his pugnis Dolabella: in Hispaniensi etiam uulnus accepit.*<sup>80</sup>

Interessava-lhe manter um relacionamento cordial. Se hostilizasse Dolabela, poderia, por um lado, fomentar a sua reaproximação de António, por outro, pôr em risco a recuperação total do dote de Túlia, da qual, aliás, ainda não havia desistido. Efectivamente, já em Julho, preocupado com o estado das suas finanças, confessara a Ático contar com o pagamento da dívida do cesariano e de outros devedores desconhecidos para reequilibrar as suas contas:

*Maxime autem me angit ratio reliquorum meorum; quae quamquam explicata sunt, tamen, quod et Dolabellae nomen in his est et <ex> attributione mihi nomina ignota, conturbor, nec ulla res magis angit ex omnibus.*<sup>81</sup>

A solvência dos seus devedores inspirava-lhe, no entanto, tantas dúvidas que decidira escrever a Balbo solicitando-lhe um empréstimo, no caso de aqueles não lhe pagarem a tempo. Se tal viesse a acontecer, Ático deveria entrar em contacto com aquele:

*Itaque non mihi uideor errasse quod ad Balbum scripsi apertius ut, si quid tale accidisset ut non concurrent nomina, subueniret meque tibi etiam mandasse ut, si quid eius modi accidisset, cum eo communicares.*<sup>82</sup>

---

<sup>79</sup> Att. 16.11.1-2, de 5 de Novembro.

<sup>80</sup> Phil. 2.75. O jovem esteve, efectivamente, a combater ao lado de César, por três vezes: na Tessália (em 48), em África (em 46) e na Hispânia (45). Cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, 246, nota 2 ad 91.

<sup>81</sup> Att. 16.3.5, de 17 de Julho.

Cícero era credor de Dolabela, mas também de outras pessoas que não conhecia. Estas ter-se-ão tornado seus devedores quando, mediante a transferência de uns títulos de dívida, assumiram como sua a dívida que outros haviam contraído directamente com Cícero e que o pai de Túlia conhecia. Como afirma J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 9, nota a ad loc., “plusieurs de ses débiteurs lui inspirent des doutes: entre autres Dolabella et des gens qu’il ne connaît pas, dont il est devenu le créancier le jour où il a reçu en paiement, d’un débiteur connu, une reconnaissance de dette provenant d’un tiers et transférée à son nom.”

<sup>82</sup> Att. 16.3.5.

Em finais de Outubro, Cícero informaria Ático da recepção de uma carta de Dolabela, em que o ex-genro afirmava ter feito tudo o que estava ao seu alcance para liquidar a sua dívida:

*Dolabella, uir optimus, etsi, cum haec scribebam secunda mensa apposita, uenisse eum ad Baias audiebam, tamen ad me ex Formiano scripsit, quas litteras cum e balineo exissem accepi, sese de attributione omnia summa fecisse.*<sup>83</sup>

O jovem culpava pela demora um tal Vetieno que, *ut monetalis*, tergiversava. Incumbira, por isso, Séstio, um amigo comum, de dar seguimento ao processo:

*Vettienum accusat (tricatur scilicet ut monetalis), sed ait totum negotium Sestium nostrum suscepisse, optimum quidem illum uirum nostrique amantissimum.*<sup>84</sup>

---

Ao que parece, Balbo emprestava voluntariamente dinheiro aos seus amigos, mas cobrava juros por isso (cf. *Att.* 12.12.1). Cf. *Les Belles Lettres*, v. 9, nota b ad loc..

<sup>83</sup> *Att.* 15.13a.1, de cerca de 28 de Outubro.

SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 1 ad loc., comenta desta forma o termo *attributione*: “Perhaps a transfer of claim from Dolabella to Cicero in repayment of Tullia’s dowry.” J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 10, 65, admite tratar-se da já vencida segunda prestação do dote de Túlia, afirmando que a mensagem “concerne la promesse faite par l’ancien gendre de Cicéron, P. Cornélius Dolabella (...) de lui rembourser une dette, qui est presque certainement le dernier tiers de la dote de Tullia”. De facto, segundo o costume romano, o dote de Túlia seria reembolsável em três anuidades, liquidáveis no 1º de Janeiro dos três anos seguintes ao divórcio, a saber, 45, 44 e 43. Ora, estávamos já em Outubro de 44; Dolabela havia pago a primeira prestação com algum atraso (cf. supra, p. 349, n.49, *Fam.* 6.18.5, de Janeiro de 45, em que Cícero, após o parto de Túlia, disse a Q. Pacónio Lepta pretender demorar-se mais algum tempo em Roma, à espera de receber, por intermédio dos *procuratores* de Dolabela, a primeira prestação); a segunda já deveria ter sido liquidada pelo menos em Julho, através da transferência de títulos de crédito “sur des inconnus de solvabilité douteuse” (cf. supra, p. 356 e n.81, *Att.* 16.3.5). Só agora, porém, em Outubro de 44, é que Dolabela se comprometia a regularizar a situação. A terceira prestação ficaria para o primeiro dia de Janeiro do ano seguinte. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, 80. Nesta questão, estamos de pleno acordo com J. Beaujeu. A lei estabelecia que o pagamento de dotes em forma de dinheiro fosse feito em três prestações anuais “starting at the end of the first year.” (GARDNER (1986) 100). Ora, Túlia tinha casado com Dolabela no ano 50 e, em Julho de 47, Cícero manifestou preocupação com o pagamento da terceira prestação do *dos*, que devia a Dolabela (cf. *Att.* 11.23.3). O dote de Túlia era, por conseguinte, um dote em dinheiro. Em caso de separação, e se o divórcio tivesse sido de comum acordo — e tudo aponta para que o de Túlia e Dolabela tenha sido amigável —, a devolução desse *dos* (em dinheiro) faria-se-ia também em três prestações anuais: “The husband guilty of a major fault had to repay the dowry immediately; if the fault was minor, he had six months. Otherwise he could pay cash in three annual instalments, although non-fungibles, such as farms, had to be restored at once.” (TREGGIARI (1991) 352). Leia-se também GARDNER (1986) 101: “Ulpian (*Reg.* 6.8), speaking about the return of dowry after divorce, says that property that could be weighed, measured or counted (liquid assets, in legal parlance ‘fungibles’) was due for return in three annual instalments.” Estamos, deste modo, em desacordo com a interpretação de Dixon, que defende que a devolução do dote de Túlia se fez em três prestações semestrais. Cf. DIXON (1984) 93.

<sup>84</sup> *Att.* 15.13a.1.

Reconhecendo embora a idoneidade de Séstio, Cícero não percebia em que medida é que a intervenção deste homem poderia ser decisiva na resolução da questão, mais do que a de qualquer uma das partes envolvidas:

*Quaero autem quid tamen Sestius in hac re facere possit quod non qui-*  
*nostrum.*<sup>85</sup>

Perspectivando a possibilidade de o assunto ser conduzido de forma contrária às suas expectativas, ou até de se tratar de uma causa perdida, pediu a Ático que o fosse mantendo informado sobre o desenrolar dos acontecimentos:

*Sed si quid praeter spem erit, facies ut sciam; sin est, ut arbitror, negotium perditum,*  
*scribes tamen, neque ista res commouebit.*<sup>86</sup>

Cícero tinha razões para não confiar nas promessas do ex-genro. O historial de atrasos no pagamento das prestações legitimava as suas desconfianças. A segunda anuidade acabou por ser paga, mas o receio de novo incumprimento voltou a assaltá-lo algum tempo depois. Na verdade, em Novembro, a poucos dias de vencer a terceira e última prestação, Cícero manifestaria a Ático a urgência em assegurar a respectiva liquidação. Dolabela partira entretanto para a Síria<sup>87</sup> e o antigo sogro, que ainda não havia esquecido as experiências negativas por que anteriormente passara e, ao mesmo tempo, magoado com as opções políticas daquele, procurou uma forma eficaz, mas também elegante, de reaver o seu dinheiro. Queria recuperar os seus bens, mas, por outro lado, não queria ser acusado pela sociedade romana de difamar e humilhar um dos seus mais proeminentes membros, ainda que tivesse toda a legitimidade para o fazer. Havia, por isso, que agir com prudência<sup>88</sup>.

Tivesse Dolabela usado de honestidade para consigo, e Cícero teria hesitado entre adoptar uma atitude mais benévola e fazer valer-se dos seus direitos:

---

<sup>85</sup> Ibidem.

Segundo J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 10, nota a ad loc., P. Séstio era um amigo de longa data de Cícero, a quem o orador havia defendido em 56, com o seu célebre discurso *Pro Sestio*.

<sup>86</sup> Ibid..

<sup>87</sup> Cf. Dolabela partiu no início de Novembro. Em finais de Outubro, ainda foi visto em Baias (cf. *Att.* 15.13a.1); em meados de Novembro deixara já a Itália (cf. *Fam.* 16.24.2). Cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, 153; STOCKTON (1971) 298; CARCOPINO (1947) v.1, 303.

<sup>88</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, 80.

*Ego, si me non improbissime Dolabella tractasset, dubitasset fortasse utrum remissior essem an summo iure contenderem.*<sup>89</sup>

Como tal não se verificou, congratulava-se agora por lhe ser dada a oportunidade de mostrar a Dolabela, e a toda a gente, que já não o considerava seu amigo, que lhe era hostil, não apenas por razões pessoais, mas também por razões políticas; o ex-genro, que havia começado a defender a *res publica* por instigação sua, acabara, por dinheiro, por abandoná-la e, dessa forma, na medida do que lhe foi possível, traí-la:

*Nunc uero etiam gaudeo mihi causam oblatam in qua et ipse sentiat et reliqui omnes me ab illo abalienatum, idque prae me feram et quidem me facere et rei publicae causa ut illum oderim, quod, cum eam me auctore defendere coepisset, non modo deseru<er>it emptus pecunia sed etiam, quantum in ipso fuerit, euerterit.*<sup>90</sup>

Estava, por isso, decidido a tomar medidas drásticas. Foi, pelo menos, o que garantiu a Ático:

*De summa autem agi prorsus uehementer et seuerè uolo.*<sup>91</sup>

Na impossibilidade de ir atrás dele<sup>92</sup>, Cícero ponderou várias hipóteses. Se se dirigisse primeiramente aos avalistas (*sponsores*) de Dolabela, tal poderia ser interpretado como um ataque, por via indirecta, à honra do jovem cônsul. Melhor seria chamar em juízo os procuradores (*procuratores*) incumbidos de gerirem os assuntos do ex-genro na sua ausência; se fossem a tribunal, corriam o duplo risco de terem de pagar a dívida e não serem reembolsados por Dolabela; se não fossem<sup>93</sup>, como, aliás, o pai de Túlia pressupunha, Cícero teria sempre a desculpa de ter tentado resolver a questão directamente com os representantes legais do ex-genro, antes de recorrer aos seus avalistas:

---

<sup>89</sup> Att. 16.15.1, de 12 de Novembro.

<sup>90</sup> Ibidem.

<sup>91</sup> Att. 16.15.2.

<sup>92</sup> Dolabela estava protegido pela imunidade que o *imperium* consular lhe conferia, a qual se tornaria proconsular a partir do primeiro dia de Janeiro, logo que ele assumisse o governo da Síria. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, 80.

<sup>93</sup> A lei autorizava os *procuratores* a recusarem ir a tribunal. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, 81.

*Etsi sponsores appellare uidetur habere quandam δυν<σ>ωτίαν, tamen hoc quale sit consideres uelim: possumus enim, ut sponsores <non> appelentur, procuratores in ius ducere; neque enim illi litem contestabuntur. Quo facto non sum nescius sponsores liberari.*<sup>94</sup>

Estava ciente de que seria vergonhoso para Dolabela se os seus *procuratores* decidissem não assumir o pagamento da dívida, mas também sabia que fazer-se valer dos seus direitos era a atitude mais digna a tomar, apesar de não querer agir em prejuízo do ex-genro<sup>95</sup>:

*Sed et illi turpe arbitror eo nomine quod satis dato debeat procuratores eius non dissoluere et nostrae grauitatis ius nostrum sine summa illius ignominia persequi.*<sup>96</sup>

De qualquer forma, Cícero deverá ter optado por abordar primeiramente os representantes de Dolabela. De facto, pouco tempo depois, encarregou Tirão de lhes dar a conhecer as suas intenções. Alimentava, quiçá, a esperança de que esses representantes legais do cônsul encontrassem outra forma de honrar o compromisso de Dolabela que não através dos tribunais. Outra forma de pressionar o ex-genro a pagar a dívida seria perguntar a Pápias<sup>97</sup> pela liquidação da mesma:

*Dolabellae procuratores fac ut admoneantur. Appelabis etiam Papiam.*<sup>98</sup>

Cícero tinha verdadeira urgência em recuperar esse dinheiro. Era uma questão de honra pessoal<sup>99</sup>. Precisava dessa quantia para saldar as suas próprias dívidas<sup>100</sup>.

---

<sup>94</sup> *Att.* 16.15.2.

<sup>95</sup> Cícero parecia querer evitar recorrer aos tribunais. Como afirma DIXON (1984) 100, “Cicero clearly saw the courts as an extreme means of recovering the final payment of Tullia’s dowry. Even then, he had waited almost a year for it and was moved to take the step by outrage at Dolabella’s political activities.”

<sup>96</sup> *Att.* 16.15.2.

<sup>97</sup> SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 2 ad loc., comenta desta forma este nome: “Probably Latinized from Pápias, a slave or freedman of Dolabella’s.”

<sup>98</sup> *Fam.* 16.24.2, de meados de Novembro.

Segundo J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 10, 82, terá sido graças a uma intervenção semelhante a esta que, em Janeiro de 45, Cícero conseguiu o pagamento da primeira prestação. Cf. supra, p. 349, n. 49, *Fam.* 6.18.5.

<sup>99</sup> Cf. *Att.* 16.15.5: *Me res familiaris mouet. Rem dico? Immo uero existimatio.*

<sup>100</sup> Cf. *Att.* 16.15.5. Cícero devia o pagamento da terceira prestação do dote de Terência, de quem se havia divorciado no início de 46: *Cum enim tanta reliqua sint mihi, ne Terentiae quidem adhuc quod solu<a>m expeditum est.* Devia ainda uma soma de 25.000 sestércios — dívida contraída por um certo Flamínio Flama — da qual L. Túlio Montano, companheiro de Marco em Atenas, se fizera fiador. Cícero havia prometido ao filho assumir a dívida do amigo: *Terentiae dico? Scis nos pridem iam constituisse Montani nomine HS XXV dissoluere. Pudenter hoc Cicero petierat ut fide sua. Liberalissime, ut tibi quoque placuerat,*



As esperanças eram, no entanto, nulas. Tirão tinha-lhe dito, por carta, que Ático lhe havia garantido que a terceira prestação do dote de Terência seria liquidada com o dinheiro de Dolabela. O liberto, porém, percebera tudo ao contrário. De facto, Ático já lhe havia transmitido, também por carta, as respostas — negativas — de Coceio<sup>101</sup> e de Eros<sup>102</sup> relativas à liquidação da dívida do seu ex-genro:

*Nam de Terentiae nomine Tiro ad me scripsit te dicere nummos a Dolabella fore. Male eum credo intellexisse, si quisquam male intellegit, potius nihil intellexisse. Tu enim ad me scripsisti Coccei responsum et isdem paene uerbis Eros.*<sup>103</sup>

Esta seria a última referência à dívida de Dolabela. A partir de então, as alusões ao ex-genro reportar-se-iam à esfera política.

São muitas as referências à intervenção política e militar de Dolabela que encontramos disseminadas pelas cartas que Cícero trocou com diversos correspondentes<sup>104</sup>.

A primeira destas alusões surge numa carta dirigida ao tiranicida Cássio Longino, no início de Fevereiro. Nela, o pai de Túlia aproveitou para fazer uma recomendação séria, embora num tom humorístico, sobre Dolabela. Segundo ele, censurava-se aquele que fora seu genro pelo facto de ter sido demasiado veloz na ocupação do lugar de Cássio, recentemente chegado à Síria, no governo da província:

*Dolabella ualde uituperabatur ab hominibus non insulsis quod tibi tam cito succederet, cum tu uixdum XXX dies in Syria fuisses.*<sup>105</sup>

Dolabela, enquanto cônsul, com António, em 44, viu-lhe atribuído, de forma regular, o governo daquela província. De forma não menos regular, partiu de Itália para o

---

*promiseram...* (cf. *Att.* 12.52.1; 14.16.4; *Fam.* 16.24.1). Sobre esta questão, leiam-se *Les Belles Lettres*, v. 10, 82; Cap. Quarto da Terceira Parte, pp. 394 sqq..

<sup>101</sup> Este homem de negócios estava de alguma forma ligado à dívida de Dolabela. Ele próprio deveria dinheiro a Cícero (*Att.* 12.13.2; 12.18.3). Cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, nota a ad loc..

<sup>102</sup> O homem responsável pelos seus assuntos financeiros.

<sup>103</sup> *Att.* 16.15.5.

<sup>104</sup> Chegaram até nós cerca de uma centena de cartas escritas entre Dezembro de 44 e Julho de 43. Os correspondentes de Cícero são figuras importantes: entre outros, Marco e Décimo Bruto, Lépido, Cássio, Planco e Polião. No conjunto dessas cartas, porém, não encontramos nenhuma destinada a Ático. A carta *Att.* 16.15, datada de meados de Novembro, é, aliás, a última que integra o *corpus* composto pelas missivas destinadas ao amigo do Arpinate. Cf. STOCKTON (1971) 299 sq..

<sup>105</sup> *Fam.* 12.4.2, de 2 ou 3 de Fevereiro (?) de 43.

Oriente, em Novembro, tendo chegado à Síria em Dezembro ou no início de Janeiro; segundo a *lex Cornelia de prouinciis ordinandis*, o governador cessante podia permanecer na província durante trinta dias após a chegada do seu sucessor. As palavras de Cícero encerram, por conseguinte, um gracejo, e um gracejo com duplo sentido: por um lado, a permanência em questão era concedida aos governadores que ocupavam o cargo há cerca de um ano, e Cássio tinha chegado à Síria há apenas um mês; por outro, este jamais fora designado governador da Síria, tendo aí desembarcado a título privado e violando a lei que lhe atribuíra a província de Cirenaica. Cícero, todavia, aproveitou este gracejo para fazer uma observação de cariz mais sério; já que Dolabela havia contrariado aquilo que a lei estabelecia, era necessário que alguém lhe interditasse o acesso à Síria<sup>106</sup>:

*Itaque constabat eum recipi in Syriam non oportere.*<sup>107</sup>

Em Abril, o epistológrafo recebeu uma carta de Bruto<sup>108</sup> em que este lamentava a morte do procônsul da Ásia, Trebônio, que havia sido massacrado por Dolabela, em Esmirna<sup>109</sup>. O amigo esperava ansiosamente a reacção de Cícero a este hediondo crime e à consequente perda da província:

*Litteras tuas ualde exspecto, quas scripsisti post nuntios nostrarum rerum et de morte Treboni. Non enim dubito quin mihi consilium tuum explices. Indigno scelere et ciuem optimum amisimus et prouinciae possessione pulsi sumus, quam <neque> recipere facile est neque minus turpe aut flagitiosum erit <si> potest recipari.*<sup>110</sup>

Bruto ouvira rumores de que a acção opressora de Dolabela sobre a Ásia era de tal forma violenta que o assassinato de Trebônio deixara de ser considerado o pior dos seus crimes:

---

<sup>106</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, 152 sq..

<sup>107</sup> *Fam.* 12.4.2.

<sup>108</sup> Marco Bruto mantinha, então, o seu exército estacionado em Dirráquio, para ir em auxílio de Décimo Bruto, se tal viesse a revelar-se necessário. Para mais informações sobre este período, vide GUILLEN (1981) v. 2, 413-433; STOCKTON (1971) 307 sqq..

<sup>109</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, 154; 158. O massacre teria ocorrido em Janeiro, no decurso da viagem de Dolabela para a sua província, a Síria (cf. STOCKTON (1971) 309). Sobre o assassinato de Trebônio, cf. Cic., *Phil.* 11.4-8; App., *BC* 3.97-101. Devido a este crime, Dolabela foi declarado inimigo público (cf. *Fam.* 12.15.2-3; *Phil.* 11.9).

<sup>110</sup> *ad Br.* 2.3.1, de 1 de Abril.

... doleo Asiam nos amisisse; quam sic uexari a Dolabella audio ut iam non uideatur crudelissimum eius facinus interfectio Treboni.<sup>111</sup>

Ora, já no final de Fevereiro, Cícero, em vão, primeiramente no Senado — com a *Undécima Filípica* — e depois diante da assembleia do povo<sup>112</sup>, havia proposto a atribuição a Cássio de uma missão importante, que lhe foi recusada devido à oposição do cônsul Pansa: tendo tido conhecimento de que Cássio conseguira reunir a maioria das forças armadas do Próximo Oriente, Cícero propôs que lhe fossem confiados plenos poderes sobre a Síria, a Ásia Menor, o Ponto e a Bitínia — como aqueles que haviam sido confiados a M. Bruto sobre a Grécia e os Balcãs<sup>113</sup> —, para que pudesse derrotar mais depressa Dolabela, que havia assassinado Trebônio. Semanas depois, no dia 12 de Abril, em resposta à carta de Bruto, o ex-sogro do cesariano reforçou a ideia de que os sucessos militares alcançados por Cássio demonstravam que aquela sua proposta fizera todo o sentido e manifestou a sua convicção de que o tiranicida não esperaria a autorização do Senado para agir no interesse da República<sup>114</sup>:

*De Cassio laetor et rei publicae gratulor, mihi etiam qui repugnante et irascente Pansa sententiam dixerim ut Dolabellam bello Cassius persequeretur. Et quidem audacter dicebam sine nostro senatus consulto iam illud eum bellum gerere.*<sup>115</sup>

Bruto comunicara a Cícero que Dolabela se comportava de forma abominável na Ásia. Ao mesmo tempo, porém, havia noticiado a outros que o cesariano tinha sido impedido pelos habitantes de Rodes de aí desembarcar; na opinião de Cícero, se o ex-genro se tivesse, de facto, aproximado de Rodes, teria também, por consequência, abandonado a Ásia. A confirmar-se essa hipótese, Bruto deveria permanecer onde encontrava

---

<sup>111</sup> *ad Br.* 2.3.5.

<sup>112</sup> Este discurso não chegaria até nós. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, 158.

<sup>113</sup> Cf. *Fam.* 12.7; *Les Belles Lettres*, v. 10, 158 sq..

<sup>114</sup> Cf. *Phil.* 11.26 sqq. Alguns dias antes, no final de Fevereiro, Cícero havia exortado o próprio Cássio a prosseguir a sua acção até recuperar de Dolabela a província da Ásia, sem esperar pela autorização oficial do Senado. Cf. *Fam.* 12.7.2: *Quod autem et in senatu pluribus uerbis disserui <et> dixi in contione, in eo uelim fidem meam liberes. Promisi enim et prope confirmaui te non exspectasse nec exspectaturum decreta nostra, sed te ipsum tuo more rem publicam defensurum. Et quamquam nihildum audieramus nec ubi esses nec quas copias haberes, tamen sic statuebam, omnis quae in istis partibus essent opes copiaeque tuas esse, per teque Asiam prouinciam confidebam iam rei publicae reciperatam. Tu fac in augenda gloria te ipsum uincas.* Na *Undécima Filípica*, Cícero não hesitou em legitimar a intervenção militar de Cássio na Síria, como a de Bruto na Grécia, em nome de uma lei natural, superior ao direito escrito. Cf. *Phil.* 11.28.

<sup>115</sup> *ad Br.* 2.4.2.

estacionado. Se, pelo contrário, Dolabela continuasse a exercer o seu domínio sobre a Ásia, Bruto deveria lançar-se no seu encalço:

*Ex his litteris quas mihi misisti, Dolabella Asiam uexare uidetur et in ea se gerere taeterrime. Compluribus autem scripsisti Dolabellam a Rhodiis esse exclusum; qui si ad Rhodum accessit, uidetur mihi Asiam reliquisse. Id si ita est, istic tibi censeo commorandum; sin eam semel cepit, || a t<e> in Asiam censeo persequendum. Nihil mihi uideris hoc tempore melius acturus.*<sup>116</sup>

Dois dias depois, voltaria a escrever, longamente, a Bruto. O motivo da extensa missiva era o insólito episódio que teve lugar no Senado, nos dias 13 e 14, e cuja narração ocupa um terço da carta<sup>117</sup>. O cesariano Q. Púlio Céler<sup>118</sup> interrompera a sessão do dia 13, brandindo duas cartas provenientes de Epiro, uma de Gaio António, irmão de Marco António, outra em nome de Bruto<sup>119</sup>. A leitura das duas mensagens suscitou a estupefacção geral: António continuava a intitular-se *proconsul*<sup>120</sup>, com o consentimento de Bruto, que permitira ao seu prisioneiro ostentar as insígnias de pretor<sup>121</sup>; Bruto, por sua vez, escrevera uma mensagem breve, mas plena de condescendência para com António. Apesar de, no dia seguinte, ter havido quem se esforçasse por provar que a missiva com o nome de Bruto era falsa<sup>122</sup>, o contexto revela-nos que Cícero acreditou na sua autenticidade. De tal forma considerou grave a atitude de Bruto que sentiu necessidade de descrever, em tom de séria advertência, a situação política que se vivia desde o assassinato de César e as divergências entre a táctica adoptada por Bruto e a sua relativamente a António. Censurou no tiranico a falta de firmeza demonstrada, o facto de ter recuado em vez de agir, por temer a guerra civil, e de ter sido indulgente para com António, quando decidiu deixá-lo vivo, em vez de o ter aniquilado, com César, nos Idos de Março. A Bruto restava escolher entre dois caminhos que se lhe ofereciam: persistir numa atitude de clemência, fazendo o jogo dos

---

<sup>116</sup> *ad Br.* 2.4.3.

<sup>117</sup> Em concreto, §§ 3 e 4. Este episódio encontra-se pormenorizadamente descrito em *Les Belles Lettres*, v. 10, 206 sqq..

<sup>118</sup> Era, também, parente próximo de Púlia, a esposa de Ático (cf. *Att.* 4.18.5; *Fam.* 8.8.2; *Att.* 12.8; etc.).

<sup>119</sup> Cf. *ad Br.* 2.5.3: *hic epistulas adfert duas, unam tuo nomine, alteram Antoni.*

<sup>120</sup> A utilização do título *Antonius proconsul* era ilegal aos olhos de Cícero, já que o Senado, no dia 20 de Dezembro, tinha anulado a atribuição da província da Macedónia a G. António.

<sup>121</sup> Cf. D.C. 47.23.1; *Plu. Brut.* 26.6.

<sup>122</sup> Nomeadamente, Pacúvio Labeão, que acabou por convencer muitos dos presentes. Cf. *ad Br.* 2.54.4: *Labeo uero noster nec signum tuum in epistula nec diem appositum nec te scripsisse ad tuos, ut soleres. Hoc cogere uolebat, falsas litteras esse, et, si quaeris, probabat.*

criminosos que, como Dolabela — que assassinara Trebônio —, queriam a aniquilação de todos os homens de bem e de tudo aquilo que Roma tinha de mais sagrado, ou, contrariamente, optar pela firmeza, que Cícero continuaria a preconizar, independentemente do que Bruto pensava. Afinal, entre Dolabela e os três *Antonii* não havia qualquer diferença; poupar um destes homens significaria que teriam sido demasiado duros para com Dolabela, entretanto declarado inimigo público:

*Nunc tuum est consilium, Brute, de toto genere belli. Video te lenitate delectari et eum putare frutum esse maximum; praeclare quidem, sed aliis rebus, aliis temporibus locus esse solet debetque clementiae. Nunc quid agitur, Brute? Templis deorum immortalium imminet hominum egentium et perditorum spes, nec quicquam aliud decernitur hoc bello nisi utrum simus necne. Cui parcimus aut quid agimus? His ergo consulimus quibus uictoribus uestigium nostrum nullum relinquetur? Nam quid interest inter Dolabellam et quemquis Antonium trium? Quorum si cui parcimus, duri fuimus in Dolabella. Haec ut ita sentiret senatus populusque Romanus, etsi res ipsa cogebat, tamen maxima ex parte nostro consilio atque auctoritate perfectum est. Tu si hanc rationem non probas, tuam sententiam defendam, non relinquam meam.*<sup>123</sup>

Este incidente revela a divergência de pontos de vista que dividiu os republicanos: uns, como Cícero, davam prioridade absoluta à luta contra a facção de Antônio, aceitando com mais ou menos entusiasmo a aliança com os cesarianos hostis a Antônio e com o herdeiro de César; outros, não confiando em Octaviano, preferiam relacionar-se com os adversários deste. Para Cícero, pois, era prioritário o combate contra Dolabela, agora seguidor de Marco Antônio.

Poucos dias depois, voltaria a condenar a clemência revelada por Bruto, que considerava inoportuna e prejudicial à causa republicana<sup>124</sup>. Ao mesmo tempo, porém, felicitá-lo-ia pelo ascendente exercido sobre o seu exército e por sabê-lo na disposição de empreender uma campanha punitiva contra Dolabela, relativamente à qual o Senado, por sugestão do epistológrafo, lhe havia dado total liberdade<sup>125</sup>:

\*\*\* *te beneuolentiam exercitus equitumque expertum uehementer gaudeo.*  
*De Dolabella, ut scribis, si quid habes noui, facies me certiolem; in quo delector me ante*

---

<sup>123</sup> *ad Br.* 2.5.5.

<sup>124</sup> Cf. *ad Br.* 1.2a.2, de 20 (?) de Abril.

<sup>125</sup> Cf. Cic., *Phil.* 11.26 sq..

*prouidisse ut tuum iudicium liberum esset cum Dolabella belli gerendi. Id ualde pertinuit, ut ego tum intellegebam, ad rem publicam, ut nunc iudicio, ad dignitatem tua.*<sup>126</sup>

Na sessão do Senado de 27 de Abril, em que foi discutida a possibilidade de se moverem operações militares contra aqueles que haviam sido declarados inimigos públicos (*hostes*), Cícero não só aprovou a proposta de Servílio de que Cássio exercesse uma acção punitiva contra Dolabela, como propôs ainda que Bruto empreendesse contra o mesmo uma acção militar<sup>127</sup>:

*A. d. V Kal. Mai., cum de iis qui hostes iudicati sunt bello persecuendis sententiae dicerentur, dixit Seruilius (...) ut Cassius persequeretur Dolabellam, cui cum essem adsensus, decreui hoc amplius, ut tu, si arbitrarere utile exque re publica esse, persequere bello Dolabellam; si minus id commodo rei publicae facere posses siue non existimares ex re publica esse, ut in isdem locis exercitum contineres. Nihil honorificentius potuit facere senatus quam ut tuum esset iudicium quid maxime conducere rei publicae tibi uideretur. Equidem sic sentio, si manum habet, si castra, si ubi consistat uspiam Dolabella, ad fidem et ad dignitatem tuam pertinere eum persequi.*<sup>128</sup>

Era necessário que Bruto e Cássio eliminassem o seu ex-genro, não apenas como castigo pelo crime que havia cometido, mas para impedir que os chefes militares fiéis a António vencidos em Múтина<sup>129</sup> se refugassem na Ásia:

*Quanto opere autem intersit opprimi Dolabellam profecto intellegis, cum ut sceleris poenas persoluat tum ne sit quo se latronum duces ex Mutinensi fuga conferant.*<sup>130</sup>

Durante o cerco de Múтина, o acampamento de Bruto funcionou para os republicanos como um porto de abrigo e o seu exército como uma tábua de salvação<sup>131</sup>; agora, com a derrota de António, livres de perigo, deveriam ter como principal

---

<sup>126</sup> *ad Br.* 1.2a.1. Acerca da data e do conteúdo desta carta, leia-se *Les Belles Lettres*, v. 10, 123, maxime nota 1.

<sup>127</sup> STOCKTON (1971) 319 comenta a sessão do Senado nestes termos: “By now the final formal step had been taken of declaring Anthony and his followers *hostes*. It was on the twenty-seventh, too, that the senate settled down to tying up the loose ends of the war. Cassius and Marcus Brutus were commissioned to make war on Dolabella.”

<sup>128</sup> *ad Br.* 1.5.1.

<sup>129</sup> Esta batalha, ocorrida a 21 de Abril, havia terminado com a derrota de António.

<sup>130</sup> *ad Br.* 1.5.2.

<sup>131</sup> Como referimos anteriormente (p. 362, nota 108), Marco Bruto mantivera, então, o seu exército estacionado em Dirráquio, para ir em auxílio de Décimo Bruto, se tal viesse a revelar-se necessário.

preocupação eliminar Dolabela. Era a Bruto, todavia, que cabia a última palavra, só ele poderia decidir o que fazer:

*Quamquam tum et fugae portus erat in tuis castris et subsidium salutis in tuo exercitu. Quo magis nunc liberati, ut spero, periculis in Dolabella opprimendo occupati esse debemus. Sed haec cogitabis diligentius, statues sapienter, facies nos quid constitueris et quid agas, si tibi uidebitur, certiores.*<sup>132</sup>

Nesta guerra contra o antigo genro de Cícero, actuava, numa outra frente, Cássio. A 7 de Maio, confrontado com a possibilidade de o epistológrafo não ter recebido as suas últimas missivas, o tiranicida disse ao amigo que o responsável pelo desvio das mesmas havia sido Dolabela, que, depois do assassinato do procônsul da Ásia, ocupara a província:

*... scripsi ad te tabellariosque compluris Romam misi. (...) Quod si litterae perlatae non sunt, non dubito quin Dolabella, qui nefarie Trebonio occiso Asiam occupavit, tabellarios meos deprehenderit litterasque interceperit.*<sup>133</sup>

Sem saber ainda que o Senado lhe tinha atribuído oficialmente plenos poderes sobre a Ásia<sup>134</sup>, Cássio anunciou que partiria em expedição contra Dolabela, que acabara de se estabelecer na Cilícia com as suas tropas<sup>135</sup>:

*Litteris scriptis audiui Dolabellam in Ciliciam uenisse cum suis copiis. Proficiscar in Ciliciam.*<sup>136</sup>

Cássio conseguira recrutar as tropas que se encontravam na Síria, pelo que pedia a Cícero, com alguma insistência, a atribuição das recompensas que haviam sido prometidas às legiões. Tinha cumprido com a sua parte, mobilizando exércitos que conseguira arrebatrar aos *crudelissimis tyrannis*, António e Dolabela, na defesa da República e da liberdade. Se o ex-genro de Cícero tivesse conseguido recrutar essas tropas antes dele, o poderio de António teria saído reforçado:

---

<sup>132</sup> *ad Br.* 1.5.2.

<sup>133</sup> *Fam.* 12.12.1.

<sup>134</sup> Tal aconteceu na sessão do dia 27 de Abril (cf. *ad Br.* 1.5.1). Já em meados de Fevereiro o Senado havia conferido plenos poderes a Bruto sobre os Balcãs. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 11, 12.

<sup>135</sup> Dolabela recrutou duas legiões. Cf. *App.*, *BC* 3.78.

<sup>136</sup> *Fam.* 12.12.5.

*Exercitus omnis qui in Syria fuerunt teneo. Habui pollulum morae dum promissa militibus persoluo; nunc iam sum expeditus. A te peto ut dignitatem meam commendatam tibi habeas si me intellegis nullum neque periculum neque laborem patriae denegasse, si contra importunissimos latrones arma cepi te hortante et auctore, si non solum exercitus ad rem publicam libertatemque defendam comparaui sed etiam crudelissimis tyrannis eripui. Quos si occupasset Dolabella, non solum aduentu des etiam opinione et exspectatione exercitus sui Antonium confirmasset.*<sup>137</sup>

A 19 de Maio, Bruto comunicaria a Cícero ter recebido a notícia de que Dolabela havia sido derrotado por Tílio<sup>138</sup> e pelo rei Dejótaro, encontrando-se, então, em fuga:

*Cum ad te scriberem litteras, a Satrio, legato C. Treboni, redita est epistula mihi a Tillio et Deiotaro Dolabellam caesum fugatumque esse.*<sup>139</sup>

Alguns dias depois, o mesmo correspondente informá-lo-ia também que Dolabela havia enviado cinco coortes em direcção a Quersoneso. O antigo sogro reagiu, por isso, com alguma estupefacção a esta segunda notícia, já que vinha contrariar a primeira: não era suposto o seu ex-genro estar em fuga da Ásia? As forças militares de que dispunha seriam assim tão fortes que lhe permitissem pensar numa ofensiva contra a Europa? Esperaria ele conseguir fazer frente a Bruto, que dispunha de cinco legiões<sup>140</sup>, de uma excelente cavalaria e de tropas auxiliares consideráveis? Perante tamanha insensatez, o melhor seria que Bruto estivesse já na posse daquelas coortes:

*Scripta et obsignata iam epistula litterae mihi redditae sunt a te plenae rerum nouarum, maximeque mirabile Dolabellam quinque cohortis misisse in Chersonesum. Adeone copiis abundat ut is qui ex Asia fugere dicebatur Europam appetere conetur? Quinque autem cohortibus quidnam se facturum arbitratus est, cum tu eo quinque legiones, optimum equitatum, maxima auxilia haberes? Quas quidem cohortis spero iam tuas esse, quoniam latro ille tam fuit demens.*<sup>141</sup>

---

<sup>137</sup> Fam. 12.12.2.

<sup>138</sup> L. Tillius Cimber era governador da Síria (cf. *Les Belles Lettres*, v. 11, nota f ad ad Br. 1.6.3).

<sup>139</sup> ad Br. 1.6.3.

<sup>140</sup> Segundo J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 11, nota d ad loc.), Bruto dispunha de sete legiões, em vez de cinco: “En réalité sept, mais Cicéron ne compte pas les deux légions «vernaculaires», qui n’étaient pas composées seulement de Romains de condition libre”.

<sup>141</sup> ad Br. 1.2.1, de finais de Maio.



Mas esta notícia também era falsa<sup>142</sup>. Seria, na verdade, através de outro correspondente que Cícero tomaria conhecimento de todos os passos realmente dados pelo ex-genro neste conturbado período. No dia 29 de Maio, de Perge<sup>143</sup>, P. Cornélio Lêntulo Espínter, filho do cônsul de 57, com quem Cícero, aliás, se correspondera, escreveu duas cartas de conteúdo semelhante, uma destinada a Cícero (*Fam.* 12.14), outra, de carácter oficial, dirigida aos magistrados de Roma (*Fam.* 12.15)<sup>144</sup>. Nestas missivas, Lêntulo começou por anunciar a decisão de regressar à Ásia<sup>145</sup>, para retomar a colecta dos impostos sobre a província, que havia sido interrompida pela intervenção de Dolabela:

*Cum Brutum nostrum conuenissem eumque tardius in Asiam uenturum animaduerterem, in Asiam redii, ut reliquias mei laboris colligerem et pecuniam quam primum Romam mitterem.*<sup>146</sup>

No decurso da viagem de regresso, fora informado de que Dolabela reunira, entretanto, junto à costa da Lícia, a sua frota. Nos mais de uma centena de navios de carga teria embarcado o seu exército. Na eventualidade de não conseguir exercer o seu domínio

---

<sup>142</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 11, 27: “Quant à l’information suivant laquelle Dolabella aurait été écrasé, c’est une fausse nouvelle, comme celle de la prétendue expédition en Chersonèse.”

<sup>143</sup> Cidade situada na costa de Panfília que delimitava a fronteira oriental da província da Ásia.

<sup>144</sup> Acerca do conteúdo de ambas as cartas, vide *Les Belles Lettres*, v. 11, 32 sqq..

<sup>145</sup> Lêntulo Espínter Filho tinha sido enviado, em 44, como questor de Trebónio. Após o assassinato deste, no início de 43, tinha sido expulso da província pelo autor do crime, Dolabela. No entanto, depois de ter passado algum tempo na Macedónia, onde se encontrava M. Bruto, regressou à província, aí exercendo a função de governador, com o título *pro quaestor pro praetor*. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 11, loc. cit..

<sup>146</sup> *Fam.* 12.14.1.

Na carta que dirigiu aos magistrados romanos, Lêntulo explicou mais detalhadamente o que se passara. Quando Dolabela tomou a província, refugiou-se na Macedónia. Apesar de afastado, esforçou-se para que a autoridade de Roma sobre a Ásia fosse restaurada e os deveres tributários da província continuassem a ser cumpridos; Dolabela, porém, impediu que tal acontecesse; devastou a província, apoderou-se do dinheiro proveniente desses impostos, espoliou os cidadãos e vendeu os respectivos bens, acabando por abandonar o território antes mesmo que pudessem enviar tropas no seu encalço; a Lêntulo, pareceu desnecessário adiar o seu regresso à província ou esperar por reforços; achava-se no dever de cobrar os impostos restantes, reunir o dinheiro que havia depositado, descobrir o mais rapidamente possível que quantia e por intermédio de quem havia sido levada e manter os magistrados informados de tudo. Cf. *Fam.* 12.15.1: *Scelere Dolabellae opressa Asia in proximam prouinciam Macedoniam praesidiaque rei publicae quae M. Brutus, u. c., tenebat, me contuli et id egi ut per quos celerrime possent Asia prouincia uectigaliaque in uestram potestatem redigerentur. Quod cum pertimuisset Dolabella, uastata prouincia, correptis uectigalibus, praecipuis ciuibus Romanis omnibus crudelissime denudatis ad diuenditis, celeriusque Assia excedisset quam eo praesidium adduci potuisset, diutius morari aur exspectare praesidium non necesse habui et quam primum ad meum officium reuertendum mihi esse existimaui, ut et reliqua uectigalia exigere et quam deposui pecuniam colligerem, quidque ex ea correptum esset aut quorum id culpa accidisset cognoscerem quam primum et uos de omni re facerem certiores.*

sobre a Síria, o antigo genro de Cícero planeava dirigir-se para Itália, a fim de se juntar a Antônio e a outros seus seguidores:

*Interim cognoui in Lycia esse classem Dolabellae ampliusque centum nauis onerarias, in quas exercitus eius imponi posset, idque Dolabellam ea mente comparasse ut, si Syriae spes eum frustrata esset, conscenderet in nauis et Italiam peteret seque cum Antoniis et reliquis latronibus coniungeret.*<sup>147</sup>

Alarmado com tais notícias, Lêntulo, que se dirigia para a Ásia, mudou de rumo e partiu para Rodes, no encalço daquele, apesar de os navios que dirigia serem menos numerosos e mais pequenos<sup>148</sup>:

*Cuius rei tanto in timore fui ut omnibus rebus relictis cum paucioribus et minoribus nauibus ad illas ire conatus sim.*<sup>149</sup>

Não fora a obstrução dos habitantes de Rodes<sup>150</sup>, e a ameaça que as tropas de Dolabela representava poderia ter sido totalmente eliminada. De qualquer forma, a maioria das forças chefiadas pelo ex-genro de Cícero acabou por ser desmantelada; atemorizada com a chegada de Lêntulo, a frota liderada pelo cesariano dissipara-se, os soldados e os

---

<sup>147</sup> Fam. 12.14.1.

Na carta dirigida aos magistrados de Roma, Lêntulo acrescentou alguns pormenores a este relato: *interceptis litteris cognoramus Dolabellam, si desperasset de Syria Aegyptoque (...) in nauis cum omnibus suis latronibus atque omni pecunia conscendere esse paratum Italiamque petere; idcirco nauis onerarias, quarum minor nulla erat duum milium amphorum, contractas in Lycia a classe eius obsideri* (Fam. 12.15.2).

<sup>148</sup> Dolabela contava com o apoio da frota de Rodes; Lêntulo, por sua vez, tinha o apoio do esquadrão que conseguira reunir com a ajuda de Patisco, nomeado seu proquestor, quando, pela morte de Trebônio, assumiu as funções de propretor. Cf. Fam. 12.15.2: *Interim cum per insulas in Asiam nauiganti mihi nuntiatum est classem Dolabellae in Lycia esse Rhodiosque nauis compluris instructas et paratas in aqua habere, cum iis nauibus quas aut mecum adduxeram aut comparauerat Patiscus pro q., homo mihi cum familiaritate tum etiam sen<s>ibus in re publica coniunctissimus, Rhodum deuerti...*

<sup>149</sup> Fam. 12.14.1.

<sup>150</sup> No decorrer da guerra civil, os habitantes de Rodes tomaram, inicialmente, o partido de Pompeio, prestando-lhe apoio com a sua frota. No entanto, após a batalha de Farsalo, passaram para o lado de César e recusaram asilo aos pompeianos fugitivos (cf. Fam. 12.14.3). Após o assassinato de César, recusaram-se a acolher os tiranicidas, ainda que a aristocracia da ilha lhes fosse favorável; o povo era pelos cesarianos e protegia, entre outros, Dolabela (cf. Fam. 12.15.3-4). Quando Lêntulo e as suas tropas chegaram à ilha, contrariamente às suas expectativas, os habitantes não só não reforçaram a sua frota com um contingente de Rodes, como lhe recusaram o acesso à cidade, ao porto e ao ancoradouro, bem como o reabastecimento de víveres e de água (cf. Fam. 12.15.3). Posteriormente, Cássio venceria a frota de Rodes ao largo de Mindo e cercaria aquela cidade, cujas portas lhe seriam franqueadas pelos aristocratas. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 11, nota 1 ad 33.

seus chefes tinham-se posto em fuga e os homens de Lêntulo acabaram por se apoderar de todos os navios de carga em que aqueles se haviam feito transportar:

*Quae res, si a Rhodiis non essem interpellatus, fortasse tota sublata esset, tamen magna ex parte profligata est, quoniam quidem classis dissipata est aduentus nostri timore, milites ducesque effugerunt, onerariae omnes ad unam a nobis sunt exceptae.*<sup>151</sup>

Devido a esta acção, Lêntulo acreditava que tinha pelo menos conseguido evitar que Dolabela tivesse chegado a Itália e, desse modo, reforçado as forças de António. Se tal tivesse acontecido, tornar-se-ia mais difícil a acção dos que se lhes opunham:

*Certe, quod maxime timui, uideor esse consecutus ut non possit Dolabella in Italiam peruenire nec suis sociis firmatis durius uobis efficere negotium.*<sup>152</sup>

A Cícero, Lêntulo pediu que tudo fosse feito para que pudesse manter-se na administração da Ásia até ao final do ano. Aos côsules a quem fora confiada essa função<sup>153</sup>, fora dada a possibilidade de nomearem alguém que os representasse, enquanto não chegassem à província; Lêntulo gostaria que lhe fosse concedida essa distinção. O regresso de Pansa e Hércio não era urgente, tão pouco o envio de tropas; afinal, Dolabela encontrava-se agora na Síria, e, antes mesmo do seu regresso, Cássio esmagá-lo-ia:

---

<sup>151</sup> Fam. 12.14.2.

Na carta que dirigiu ao Senado, Lêntulo aduziu alguns pormenores. Os habitantes de Rodes teriam deliberadamente retido as suas forças para dar tempo a que Dolabela fosse informado da sua chegada; a prová-lo, o súbito abandono por parte dos legados S. Mário e G. Títio da sua frota, e a sua consequente fuga da Lícia num navio de guerra, abandonando os navios de carga que a tanto custo haviam reunido; quando Lêntulo chegou à Lícia com o seu esquadrão, tomou os mesmos navios de carga e devolveu-os aos respectivos donos; depois, com medo de que aquele conseguisse chegar a Itália, perseguiu-o até Side, que ficava na fronteira da sua província: *Non nullis etiam ipsi magistratus ueniebant in suspicionem detinuisse nos et demorati esse, dum classis Dolabellae certior fieret de aduentu nostro. Quam suspicionem consecutae res aliquot auxerunt, maxime quod subito ex Lycia Sex. Marius et C. Titius, legati Dolabellae, a classe discesserunt nauique longa profugerunt onerariis relictis, in quibus colligendis non minimum temporis laborisque consumpserant. Itaque cum ab Rhodo cum iis quas habueramus nauibus in Lyciam uenissemus, nauis onerarias recipimus dominisque restituimus idemque, quod maxime uerebamur, ne posset Dolabella cum suis latronibus in Italiam uenire, timere desiimus; classem fugientem persecuti sumus usque Sidam, quae extrema regio est prouinciae meae* (Fam. 12.15.5).

Em Side, Lêntulo soube que parte da frota de Dolabela tinha fugido em diferentes direcções e que a restante tinha alcançado a Síria e o Chipre. Na sequência desta dispersão, tendo sabido que a possante frota de Cássio iria estar operacional na Síria, L. Espínter decidiu regressar ao seu posto: *Ibi cognoui partem nauium Dolabellae diffugisse, reliquas Syriam Cyprumque petisse. Quibus disiectis, cum scirem C. Cassi, singularis ciuis et ducis, classem maximam fore praesto in Syria, ad meum officium reuerti...* (Fam. 12.15.6).

<sup>152</sup> Fam. 12.14.2.

<sup>153</sup> Pansa e Hércio, em Março. Nesta altura, Lêntulo ainda não sabia que ambos tinham morrido na sequência dos combates em Múтина.

*De nostra dignitate uelim tibi, ut semper, curae sit et, quocumque tempore occasionem habueris, et in senatu et ceteris rebus laudi nostrae suffragere. Quoniam consulibus decreta est Asia et permissum est iis ut, dum ipsi uenirent, darent negotium qui Asiam obtinea[n]t, rogo te petas ab iis ut hanc dignitatem potissimum nobis tribuant et mihi dent negotium ut Asiam obtineam dum ipsorum alter uter uenit; nam quod hoc properent in magistratu uenire aut exercitum mittere causam non habent. Dolabella enim in Syria est et, ut tu diuina mente prospexisti et praedicasti, dum isti ueniunt, Cassius eum opprimet.*<sup>154</sup>

A cidade de Antioquia recusara acolhê-lo e recebera mal a sua tentativa de assalto; não tendo outra cidade em que confiar, refugiou-se em Laodiceia, na costa da Síria:

*Exclusus enim ab Antiochea Dolabella et in oppugnando male acceptus, nulla alia confisus urbe, Laodiceam, quae est in Syria ad mare, se contulit.*<sup>155</sup>

Lêntulo acalentava a esperança de que Dolabela fosse, aí, derrotado. De facto, o antigo genro de Cícero não tinha outro sítio onde pudesse refugiar-se, nem força suficiente para fazer frente a um exército tão potente quanto o de Cássio. Enquanto escrevia estas palavras, L. Espínter esperava que o cesariano já tivesse sido humilhanamente derrotado:

*Ibi spero celeriter eum poenas daturum. Nam neque quo refugiat habet neque diuitius ibi poterit tantum exercitum Cassi sustinere. Spero etiam confectum esse iam et oppressum Dolabellam.*<sup>156</sup>

Considerava, portanto, legítima a sua manutenção à frente do governo da província. Afinal, fora ele quem primeiramente havia quebrado as leis de António, o primeiro a aliciar a cavalaria de Dolabela para lutar ao lado de Cássio, o primeiro a recrutar tropas em defesa da República contra uma conspiração criminoso e o único a conseguir que a Síria e as tropas que aí se encontravam aderissem a Cássio e à defesa da República; na verdade, se não tivesse entregado a Cássio tanto dinheiro e reforços militares, este não teria ousado

---

<sup>154</sup> Fam. 12.14.4.

<sup>155</sup> Ibidem.

<sup>156</sup> Ibid..

ir para a Síria, e Dolabela constituiria agora uma ameaça não menos séria do que aquela que António representava:

*Primus enim ego leges Antonias fregi, primus equitatum Dolabellae ad rem publicam traduxi Cassioque tradidi, primus dilectus habui pro salute omnium contra coniurationem sceleratissimam, solus Cassio et rei publicae Syriam exercitusque qui ibi erant coniunxi; nam nisi ego tantam pecuniam tantaque praesidia et tam celeriter Cassio dedissem, ne ausus quidem esset ire in Syriam, et nunc non minora pericula rei publicae a Dolabella instarent quam ab Antonio.*<sup>157</sup>

Apesar de companheiro e amigo íntimo de Dolabela<sup>158</sup>, e apesar de unido aos *Antonii* por laços de sangue<sup>159</sup>, Lêntulo prestara estes serviços em nome do seu amor pela pátria:

*Atque haec omnia is feci qui sodalis et familiarissimus Dolabellae eram, coniunctissimus sanguine Antoniis, prouinciam quoque illorum beneficio habebam; sed ‘πατριδα ἐμὴν μᾶλλον φιλῶν’, omnibus meis bellum primus indixi.*<sup>160</sup>

À missiva que dirigiu no mesmo dia ao Senado, Lêntulo acrescentaria um *post scriptum* relativo à situação de Dolabela, refugiado em Laodiceia, na Síria. A adição refere alguns detalhes relativamente ao que já havia sido dito na carta que escrevera a Cícero<sup>161</sup>, mas nenhum dado propriamente novo<sup>162</sup>. Segundo Lêntulo, haviam chegado, fugitivos, a Panfília, cerca de trinta soldados recrutados por Dolabela na Ásia, trazendo consigo a notícia de que este fora para Antioquia; tendo-lhe sido recusada a entrada, o antigo genro de Cícero tentou, sem sucesso, por diversas vezes, entrar pela força; depois de perder seiscentos homens e abandonando os feridos, fugiu de Antioquia para Laodiceia, durante a noite; nessa mesma noite, quase todos os soldados recrutados na Ásia desertaram; cerca de oitocentos desses soldados regressaram a Antioquia e entregaram-se aos homens que

---

<sup>157</sup> *Fam.* 12.14.6.

<sup>158</sup> A ex-esposa de Lêntulo, Cecília Metela, manteve “estreitas” ligações com Dolabela no ano de 47 (cf. *Att.* 11.23.3); esta intimidade terá, aliás, sido um dos variados factores que contribuíram para o divórcio entre Túlia e Dolabela. Lêntulo também se divorciaria, aliás, da mulher, em 45 (cf. *Att.* 12.52.2). Cf. ainda *Les Belles Lettres*, v. 11, nota c ad loc..

<sup>159</sup> Desconhece-se em que medida é que Lêntulo e os três *Antonii* se encontravam unidos por laços de consanguinidade. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 11, loc. cit..

<sup>160</sup> *Fam.* 12.14.7.

<sup>161</sup> Cf. supra, p. 372, *Fam.* 12.14.4.

<sup>162</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 11, 33 sq..

Cássio lá havia deixado a tomar conta da cidade, enquanto os restantes, em igual número, atravessaram o Amano para chegarem à Cilícia; Cássio, por sua vez, acompanhado da totalidade das suas tropas, encontrava-se a quatro dias de marcha de Laodiceia, para onde Dolabela também se dirigia:

*His litteris scriptis milites circiter XXX, quos Dolabella ex Asia conscripserat, ex Syria fugientes in Pamphyliam uenerunt. Hi nuntiauerunt Dolabellam Antiocheam quae in Syria est uenisse, non receptum conatum esse aliquotiens ui introire; repulsum semper esse cum magno suo detrimento; itaque DC circiter amissis, aegris relictis, noctu Antiochea profugisse Laodiceam uersus; ea nocte omnis fere Asiaticos milites ab eo discessisse; ex his ad octingentos Antiocheam redisse et se iis tradidisse qui a Cassio relictis urbis illi praeerant, ceteros per <A>manum in Ciliciam descendisse, quo ex numero se quoque esse dicebant; Cassium autem cum suis omnibus copiis nuntiatum esse quadridui iter Laodicea afuisse tum cum Dolabella eo tenderet.*<sup>163</sup>

Lêntulo esperava, a todo o momento, notícias de novos desenvolvimentos<sup>164</sup>. Teria, porém, de esperar mais algum tempo.

Cerca de três semanas depois, Cícero manifestaria a Cássio Longino a sua satisfação pelas últimas notícias que recebera de Lêntulo relativas ao seu ex-genro, ainda que não tivesse total certeza quanto à sua veracidade. O povo romano depositava em C. Longino grandes esperanças, pelo que deveria continuar a enfrentar os desafios com a coragem que até então revelara:

*Nos hic de Dolabella audiebamur quae uellemus, sed certos auctores non habebamus. Te quidem magnum hominem et praesenti iudicio et reliqui temporis expectatione scito esse. Hoc tibi proposito fac ut ad summa contendas. Nihil est tantum quod non populus Romanus a te perfici atque obtineri posset iudicet.*<sup>165</sup>

Poucos dias depois, receberia de um tal Cássio Parmense<sup>166</sup> a confirmação dos últimos rumores que corriam sobre o destino de Dolabela. Aquele começou por lhe narrar a

---

<sup>163</sup> Fam. 12.15.7.

<sup>164</sup> L. Espínter tinha esperanças de que Dolabela viesse a ser castigado mais cedo do que se previra. Cf. ibidem: *Quam ob rem opinione celerius confido sceleratissimum latronem poenas daturum.*

<sup>165</sup> Fam. 12.8.2, de 9 de Junho.

<sup>166</sup> Este correspondente foi identificado com o poeta Cássio Parmense, autor de tragédias e elegias. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 11, 105.

tentativa que fez, sem sucesso, de aliciar L. Fígulo, comandante da frota de Dolabela, perseguindo-o ao longo da costa da Ásia e da Cilícia<sup>167</sup>:

*... secuti sumus classem Dolabellae, cui L. Figulus pareerat. Qui spem saepe transitionis praebendo neque umquam non descendendo nouissime Corycum se contulit et clauso portu se tenere coepit.*<sup>168</sup>

Depois, disse-lhe ter sido informado de que os habitantes de Laodiceia, mais insensatos do que os desleais habitantes de Tarso, haviam acolhido Dolabela por sua livre e espontânea vontade; com a colaboração destas duas localidades, o antigo genro de Cícero tinha constituído uma espécie de exército de soldados gregos; estabelecera, depois, o acampamento diante da cidade de Laodiceia e demolira parte da muralha, unindo, desse modo, o acampamento à cidade:

*Dolabellam ut Tarsenses, pessimi socii, ita Laodiceni multo amentiores ultro arcessierunt; ex quibus utrisque ciuitatibus Graecorum militum numero speciem exercitus effecit. Castra habet ante oppidum Laodiceam posita et partem muri demolitus est et castra oppido coniunxit.*<sup>169</sup>

Quanto a Cássio Longino, que se encontrava acampado a vinte mil passos de distância daquele, em Palto<sup>170</sup>, com dez legiões, vinte coortes auxiliares e uma cavalaria de quatro mil homens, esperava vencer o adversário cercado, sem ter de combater; o trigo custava já doze dracmas do lado de Dolabela. Se este não conseguisse, por meio de navios, importar víveres, em breve sucumbiria à fome. A numerosíssima frota de Cássio Longino, por sua vez, comandada por Sextílio Rufo e reforçada pelas de Cássio Parmense, Turúlio e Patisco, facilmente impediria o reabastecimento do inimigo:

*Cassius noster cum decem legionibus et cohortibus XX auxiliariis et quattuor milium equitatu a milibus passuum XX castra habet posita Πάλτοφ et existimat se sine proelio posse uincere. Nam iam ternis tetrachmis triticum apud Dolabellam est. Nisi quid nauibus Laodicenorum supportarit, cito fame pereat necesse est; ne supportare possit et Cassi classis*

---

<sup>167</sup> Perseguido por Cássio, Lucílio Fígulo refugiou-se em Córico, na costa da Cilícia, encerrando o respectivo porto. Confrontado com esta resistência, aquele desistiu de o aliciar.

<sup>168</sup> Fam. 12.13.3, de 13 de Junho.

<sup>169</sup> Fam. 12.13.4.

<sup>170</sup> Porto da Síria (cf. Plin., Nat. 5.79).

*bene magna cui praeest Sextilius Rufus et tres quas nos adduximus, ego, Turullius, Patiscus, facile praestabunt.*<sup>171</sup>

Cícero poderia, pois, estar confiante na resolução daquele problema:

*Te uolo bene sperare et rem publicam, ut uos istic expeditis, ita pro nostra parte celeriter [iter] nobis expediri posse confidere.*<sup>172</sup>

Os rumores de que Dolabela havia sido derrotado chegaram entretanto a Roma. Em carta a Cássio Longino, Cícero questionou-se, todavia, sobre a veracidade desses mesmos rumores:

*Tamquam enim clausa sit Asia, sic nihil perfertur ad nos praeter rumores de oppresso Dolabella, satis illos quidem constantis, sed adhuc sine auctore.*<sup>173</sup>

No dia 1 de Julho, depois de ter recebido a carta que Cássio lhe enviara da Síria no dia 7 de Maio, o estadista voltaria a manifestar as suas incertezas quanto aos rumores acerca do destino de Dolabela:

*Nos de Dolabella cottidie quae uolumus audimus, sed adhuc sine capite, sine auctore, rumore nuntio.*<sup>174</sup>

Desta vez, porém, pelas notícias que Cássio enviara, havia a convicção generalizada de que Dolabela fora efectivamente derrotado e que aquele se encontrava já de regresso a Itália, com o seu exército. Como, porém, até então, se tinha ouvido falar apenas de projectos, Cícero preferia aguardar pela notícia de resultados efectivos:

*Quod cum ita esset, tamen litteris tuis quas Non. Mai. ex castris datas acceperamus, ita persuasum erat ciuitati ut illum iam oppressum omnes arbitrarentur, te autem in Italiam uenire cum exercitu (...). nam adhuc simi; sed gesta res exspectatur...*<sup>175</sup>

---

<sup>171</sup> Fam. 12.13.4.

<sup>172</sup> Ibidem.

<sup>173</sup> Fam. 12.9.1, de meados ou finais de Junho. Cícero terá redigido esta carta antes de ter recebido uma que Cássio lhe enviou, no dia 7 de Maio, da Síria (Fam. 12.12).

<sup>174</sup> Fam. 12.10.1.

<sup>175</sup> Fam. 12.10.2.



Esta seria a última referência do epistológrafo ao ex-genro. Ao episódio derradeiro da vida deste jovem, que ocorreria somente no ano seguinte<sup>176</sup>, não lhe foi dado assistir<sup>177</sup>. Sabe-se, porém, que ficou a odiá-lo até ao final dos seus dias.

Da leitura da correspondência ciceroniana, constatamos que o relacionamento entre Cícero e Dolabela assumiu, desde que o jovem casou com Túlia, matizes diversos. Tendo em conta as circunstâncias que ditaram o divórcio da filha e as divergências políticas que desde sempre separaram o estadista e o cesariano, muitos são os estudiosos que se têm interrogado sobre os motivos que terão levado o Arpinate a manter um relacionamento cordial com Dolabela, após a morte da filha, durante mais de vinte meses<sup>178</sup>. Alguns, tomando a palavra no seu sentido mais profundo, chegaram mesmo a ler desumanidade nesta sua atitude<sup>179</sup>.

Se atendermos, porém, ao contexto político em que tiveram lugar tão cordiais relações, depressa compreenderemos que elas só se tornaram possíveis porque Cícero, com a inteligência e a sagacidade que o caracterizavam, desde cedo percebeu que tinha mais a ganhar do que a perder com essa amizade. A partir do momento em que o estadista assumiu publicamente combater Marco António, e Dolabela, por seu turno, depois de algumas tergiversações, tomou definitivamente o partido do sucessor de César na luta pelo poder despótico, o fio ténue que durante anos mantivera ligados dois homens de quadrantes políticos tão distantes quebrou-se, enfim; a admiração mútua e a cordialidade deram lugar ao desprezo e ao ódio, e o homem que tantas vezes louvara a coragem de Dolabela, depois de saber que fora ele o responsável pelo assassinato hediondo de Trebónio, não resistiu a apelidá-lo de celerado e parricida e a exigir ao Senado a sua cabeça:

*Sed ut ea uestra quoque auctoritate firmetur, censeo: cum P. Dolabella quique eius crudelissimi et taeterrimi facinoris ministri, socii, adiutores fuerunt hostes populi Romani a senatu iudicati sint, cumque senatus P. Dolabellam bello persequendum censuerit, ut is qui*

---

<sup>176</sup> O antigo genro de Cícero, cercado por Cássio, em Laodiceia, para evitar ser capturado, suicidou-se. Cf. D.C. 47.30.5.

<sup>177</sup> Cícero foi assassinado em Dezembro de 43.

<sup>178</sup> Túlia faleceu em Fevereiro de 45; Cícero assumiu a ruptura com Dolabela em Novembro de 44 (cf. supra, Att. 16.15.1).

<sup>179</sup> Cf. CARCOPINO (1947) 305, onde se afirma: “ce manque d’humanité, au sens profonde de la parole, surprend et consterne nos âmes modernes.” Este autor vai mais longe, ao afirmar que Cícero sacrificou a memória da filha aos seus esquemas políticos (cf. 306).

*omnia deorum hominumque iura nouo, inaudito, inexplabili scelere polluerit nefarioque se patriae parricidio obstrinxerit poenas dis hominibusque meritas debitasque persoluat...*<sup>180</sup>

A adesão de Dolabela ao partido de Marco António constituiu um embaraço político demasiado pesado para Cícero<sup>181</sup>. A deterioração do relacionamento entre ambos tornou-se inevitável, e os laços que durante algum tempo chegaram a unir estes dois homens não escaparam, afinal, à volubilidade que, salvo algumas exceções, costuma caracterizar as relações humanas.

---

<sup>180</sup> Cf. *Phil.* 11.29.

<sup>181</sup> Cf. TREGGIARI (1998) 12.

## CAPÍTULO QUARTO

### O filho: Marco Cícero

Dos dois filhos de Cícero, Túlia e Marco, Túlia é a mais conhecida dos estudiosos da literatura e cultura romanas<sup>1</sup>. É célebre a ternura com que Cícero se referia à filha no seu epistolário, mas o interesse e o afecto que o escritor nutria pelo filho não ficaram tão evidentes. Infelizmente, não nos chegou nenhuma das cartas escritas por Marco ao pai, nem mesmo nenhuma das missivas que, por sua vez, Cícero escreveu ao filho. Sabemos apenas, pelo próprio filho, que estas continham palavras afectuosas<sup>2</sup>. Ao lermos, porém, outras obras, testemunhamos o carinho que o pai nutria pelo jovem. De facto, foi a Marco que dedicou, possivelmente em 46, o diálogo *Partitiones oratoriae*<sup>3</sup>, fazendo dele, aliás,

---

<sup>1</sup> São muito poucos os estudiosos que indagaram sobre o carácter e a vida de Marco. Leiam-se e. g. BALBI (1907), NORCIO (1968) e, mais recentemente, BRADLEY (1991) 103-106. O primeiro parece-nos pouco objectivo, porquanto envolve a figura do filho de Cícero numa auréola de virtude que não corresponde exactamente aos factos. O segundo, embora mais recente e consentâneo com a realidade histórica, traça um retrato que põe demasiado em evidência os aspectos menos brilhantes da personalidade e do percurso biográfico de Marco Cícero. K. Bradley resume alguns dos mais importantes factos que marcaram a vida de Marco.

<sup>2</sup> Cf. *Fam.* 16.21.1: *Cum maximam cepissem laetitiam ex humanissimi et carissimi patris epistola* (esta carta foi escrita por Marco Cícero a Tirão, em Setembro de 44).

<sup>3</sup> Apesar de muitos estudiosos apontarem o ano de 54 como a data de composição das *Partitiones*, BORNECQUE, H., editor da obra na colecção *Les Belles Lettres — Divisions de l'art oratoire; Topiques* (Paris 1960) — afirma, na Introdução, pp. XI-XII: “Le fils de Cicéron, alors âgé de onze ans et qui, nous le savons, n’était pas exceptionnellement doué, aurait été vraisemblablement incapable de suivre ces développements profonds ou ingénieux sur la philosophie ou le droit civil. Aussi bien les jeunes Romains n’abordaient-ils pas si jeunes l’étude de la rhétorique. A onze ans, ils n’avaient même pas commencé à fréquenter le *grammaticus*.” O estudioso (p. XII) aponta, por isso, como mais provável, outra datação: “Marcus Cicéron étant parti en 45 pour Athènes, où il allait se perfectionner dans l’étude de la rhétorique et de la philosophie, le présent traité serait comme une préparation à ce séjour: il aurait donc été composé à la fin de 46 ou au début de 45.”

um dos interlocutores<sup>4</sup>. Foi igualmente a ele que ofereceu, em 44, os três volumes do tratado *De officiis*<sup>5</sup>, manual de conselhos do pai para o filho, que estava ausente em Atenas, a aperfeiçoar os seus estudos de retórica e filosofia<sup>6</sup>. Como Catão, mostrou desvelo e diligência com a educação do filho<sup>7</sup>.

Marco nasceu em Julho do ano 65, entre onze a catorze anos depois de Túlia<sup>8</sup>. Segundo o uso corrente na onomástica romana, recebeu o nome do pai: Marco Túlio Cícero. No epistolário ciceroniano é referido apenas com o nome *Cicero*. O pai anunciou o seu nascimento a Ático com uma frase breve, mas suficientemente expressiva da felicidade que então sentia:

*L. Iulio Caesare C. Marcio Figulo consulibus filiolo me auctum scito, salua Terentia.*<sup>9</sup>

Os carinhos do filho e as suas demonstrações de afecto derretiam o coração do pai: Marco era uma criança meiga e doce como o mel — *puer mellitus*<sup>10</sup>, *uenustissimus*<sup>11</sup>, *dulcissimus*<sup>12</sup>, *suauiissimus*<sup>13</sup> e *modestissimus*<sup>14</sup>. Os momentos passados em família com a mulher e os filhos caríssimos proporcionavam ao orador mais alegrias e prazeres do que os triunfos da vida forense, ou as visitas dos amigos e dos clientes:

---

<sup>4</sup> As *Partitiones oratoriae* constituem um manual de retórica, composto por Cícero, durante um retiro no campo, para o filho, supostamente a pedido do jovem, que queria receber em latim os ensinamentos que o pai já lhe havia dado em grego (cf. § 1: *CICERO FILIVS. Studeo, mi pater, Latine ex te audire ea quae mihi tu de ratione dicendi Graece tradidisti — si modo tibi est otium, et si uis. CICERO PATER. An est, mi Cicero, quod ego malim quam te quam doctissimum esse? Otium autem primum est summum, quoniam aliquando Roma exeundi potestas data est; deinde ista tua studia uel maximis occupationibus meis anteferram libenter.*).

<sup>5</sup> Cf. *Off.* 3.121: *Habes a patre munus, Marce fili, mea quidem sententia magnum, sed perinde erit, ut acceperis.*; *Att.* 15.13a.2: *Nos hic φιλοσοφούμεν (quid enim aliud?) et τὰ περὶ τοῦ κατ'ἡκοντος magnifica explicamus προσφωνούμενque Ciceroni. Qua de re enim potius pater filio? Deinde alia. Quid quaeris?*; *Att.* 16.11.4: *sed inscriptio plenior 'de Officiis.'* *Προσφωνῶ autem Ciceroni filio....*

<sup>6</sup> *Off.* 3.121: *his uoluminibus ad te profecta uox est mea, tribues iis temporis quantum poteris, poteris autem, quantum uoles.*

<sup>7</sup> Catão escreveu os *Libri ad Marcum filium*, uma enciclopédia das ciências úteis à actividade do Romano na Antiguidade, como a medicina, a agricultura, a oratória e a arte militar. Cf. PARATORE. (1957, trad. 1983) 105: “O objectivo do autor foi fornecer ao filho aquela cultura que, então, os filhos das famílias importantes pediam aos mestres gregos, coisa que jamais ele teria tolerado em sua casa.”

<sup>8</sup> No que concerne à data em que Túlia terá nascido, os estudiosos não são unânimes. Uns apontam o ano de 79 (por exemplo, DRUMANN-GROEBE (1899-1929, reimpr. 1964) v. 6, 614 e 622, CARCOPINO (1947) v.1, 254, nota 6), outros, o ano de 76 (cf. e. g. o *Harper's Dictionary of Classical Literature and Antiquities*, de THURSTON, H. P. (ed.), London, 1897, reimpr. New York, 1965, p. 1617).

<sup>9</sup> *Att.* 1.2.1.

<sup>10</sup> *Att.* 1.18.1.

<sup>11</sup> *Q.fr.* 1.3.3, de Junho de 58.

<sup>12</sup> *Ibidem.*

<sup>13</sup> *Fam.* 14.5.1, de Outubro de 50; *Att.* 4.9.2, de 27 de Abril de 55; *Att.* 5.9.3, de Junho (?) de 51.

<sup>14</sup> *Att.* 5.9.3.

*Ita sum ab omnibus destitutus, ut tantum cum uxore et filiola et mellito Cicerone consumitur.*<sup>15</sup>

Até ao ano 58, o pai pouco mais acrescentou acerca do filho nas suas cartas. Na primavera desse ano, porém, as investidas de Clódio vieram perturbar as alegrias familiares de Cícero. O tribuno da plebe, amigo e seguidor de César, conseguira a aprovação de uma lei que estabelecia a pena de exílio para quem condenasse à morte um cidadão romano sem julgamento popular. A lei, na sua generalidade, tinha por objectivo atingir Cícero, que, no ano de 63, durante o seu consulado, tinha sido responsável pela condenação dos principais envolvidos na conjura de Catilina<sup>16</sup>. O *paterfamilias* abandonou Roma com o coração partido<sup>17</sup>. Viajou até Tessalonica, na Macedónia, onde chegou em finais de Maio<sup>18</sup>, e, depois, até Dirráquio, na Ilíria<sup>19</sup>. As cartas que então escreveu encontram-se eivadas de palavras afectuosas para com a companheira e os filhos. Revelam uma preocupação particular com Marco, que, de tenra idade, precisava, mais do que ninguém, do seu carinho:

*Quid? Cicero meus quid aget? Iste uero sit in sinu semper et complexu tuo. Non queo plura iam scribere; impedit maeror.*<sup>20</sup>

Doía-lhe muito o facto de o filho, apesar de pequenino, se aperceber da gravidade do momento vivido pela família:

*Quid <quod> filium uenustissimum mihi que dulcissimum? Quem ego ferus ac ferreus e complexu dimisi meo, sapientiores puerum quam uellem; sentiebat enim miser quam iam quid ageretur.*<sup>21</sup>

---

<sup>15</sup> Att. 1.18.1, de Janeiro de 60.

<sup>16</sup> Esta inimizade entre o tribuno e Cícero terá nascido do facto de este ter testemunhado contra Clódio no processo do célebre escândalo da violação dos mistérios da *Bona Dea*. Cícero terá mesmo redigido um discurso *in Clodium et Curionem*, que entretanto se perdeu (cf. PARATORE, 1957, trad. 1983, 205).

<sup>17</sup> Terá deixado Roma a 20 de Março de 58, aproximadamente, para se refugiar numa das suas *uillae*, antes de sair de Itália. O exílio terá terminado no dia 4 de Agosto do ano seguinte. Cf. STOCKTON (1971) 189; 193.

<sup>18</sup> Cf. Att. 3.8.1: *Ipsi processimus et Thessalonicam a. d. x Kal. Iun. uenimus...*

<sup>19</sup> Cf. Att. 3.22.4: *Ego quod per Thessaliam si irem in Epirum perdiu nihil eram auditurus et quod [et] mei studiosos habeo Dyrrachinos, ad eos perrexi, cum illa superiora Thessalonicae scripsissem.*

<sup>20</sup> Fam. 14.4.3, de Abril de 58.

Sentindo que deixava órfãos os filhos, confiou-os ao irmão:

*Filiam meam et tuam Ciceronemque nostrum quid ego, mi frater, tibi commendem?  
Quin illud maereo quod tibi non minorem dolorem illorum orbitas adferet quam mihi. Sed te  
incolumi orbi non erunt.*<sup>22</sup>

Ao mesmo tempo, pediu a Ático que olhasse pelos que lhe eram mais próximos; sentia-se culpado e temia pela sorte do irmão, da esposa e dos filhos.:

*Si intellegis me coactum ut ipse me et meos perderem, ut me tua misericordia iuues et  
Quintum fratrem, qui potest esse saluus, sustentens, Terentiam liberosque meos tueare...*<sup>23</sup>

Durante este difícil período, os seus pensamentos iam para o pequeno Cícero. Ao filho, que desde muito cedo começou a aperceber-se da seriedade do momento vivido pela família, deixara não apenas o nome odiado e manchado pela desonra<sup>24</sup>, mas também a dor e a tristeza:

*Nam quid ego de Cicerone dicam? Qui cum primum sapere coepit, acerbissimos  
dolores misériasque percepit.*<sup>25</sup>

Em Agosto de 57, o exílio chegaria ao fim. O grande orador foi recebido em Roma com entusiásticas manifestações de simpatia<sup>26</sup>. Estava felicíssimo por retomar na Urbe a

---

<sup>21</sup> *Q. fr.* 1.3.3, de Junho de 58. BRADLEY (1991) 105, comenta desta forma as palavras do pai acerca do filho: “Cicero could see in Marcus a worldly awareness (...) an awareness perhaps more imagined than real, for Marcus was only five when the observation was made.” Cf. *infra*, *Fam.* 14.1.1.

<sup>22</sup> *Q. fr.* 1.3.10.

<sup>23</sup> *Att.* 3.19.3, de Setembro de 58. Vide, ainda, *Att.* 3.23.5, de Novembro: *oro obtestorque te ut quantum fratrem ames, quem ego miserum misere perdi...* *Terentiam, unam omnium aerumnosissimam, sustentens tuis officiis.*

<sup>24</sup> Cf. *Att.* 3.23.5: *meum Ciceronem, cui nihil misello relinquo praeter inuidiam et ignominiam nominis mei...*

<sup>25</sup> *Fam.* 14.1.1, de Novembro de 58.

<sup>26</sup> Cf. *Att.* 4.1.5: *Ad urbem ita ueni ut nemo ullius ordinis homo nomenclatori notus fuerit qui mihi obuiam non uenerit, praeter eos inimicos quibus id ipsum, se inimicos esse, non liceret aut dissimulare aut negare. Cum uenissem ad portam Capenam, gradus templorum ab infima plebe completi erant. A qua plausu maximo cum esset mihi gratulatio significata, similes et frequentia et plausus me usque ad Capitolium celebravit in foroque et in ipso Capitolio miranda multitudo fuit.*

posição de alto prestígio que sempre ocupara<sup>27</sup>, mas também por poder voltar a abraçar Túlia e o pequeno Marco, de quem tão dolorosamente se separara no ano anterior<sup>28</sup>.

O exílio do *paterfamilias* e a consequente confiscação dos seus bens não tiveram um impacto significativo no crescimento de Marco. À medida que o filho foi crescendo, Cícero foi depositando nele as mais elevadas esperanças<sup>29</sup>. Na sua correspondência, ficaram patentes as diversas etapas da educação do jovem e da sua entrada na vida pública<sup>30</sup>. Ainda que a profissão e a política o mantivessem intensamente ocupado, Cícero foi zeloso no acompanhamento do filho. Desde cedo, antes mesmo de Marco completar seis anos de idade, confiou-o aos cuidados de ótimos mestres<sup>31</sup>, como Aristodemo de Nisa, que era, simultaneamente, o tutor do sobrinho Quinto e que, presumivelmente, terá sido educador dos filhos de Pompeio e do geógrafo Estrabão<sup>32</sup>:

*Cicero tibi mandat ut Aristodemo idem de se respondeas quod de fratre suo, sororis  
tuae filio, respondisti.*<sup>33</sup>

Mais tarde, entregou a educação de Marco a outros mestres, como Tirânion<sup>34</sup> e Dionísio<sup>35</sup>, mas ocupou-se também, pessoalmente, da instrução e educação do jovem.

---

<sup>27</sup> Cf. Att. 4.1.3: *Nos adhuc in nostro statu quod difficillime recuperari posse arbitrati sumus, splendorem nostrum illum forensem et in senatu auctoritatem et apud uiros bonos gratiam, magis quam optaramus consecuti sumus.*

<sup>28</sup> Cf. Att. 4.1.4: *Brundisium ueni Non. Sext. Ibi mihi Tulliola mea fuit praesto natali suo die, qui casu idem natalis erat et Brundisinae coloniae et tuae uicinae Salutis.*

<sup>29</sup> Cícero acalentava o sonho de ver o filho imitar os seus passos e rivalizar com o seu nome e fama: *sustines enim non paruum exspectationem imitandae industriae nostrae, magnam honorum, non nullam fortasse nominis* (Off. 3.6).

<sup>30</sup> Cf. BRADLEY (1991) 104.

<sup>31</sup> Alguns Romanos tomaram a seu cargo a educação dos próprios filhos. Catão-o-Antigo e Emílio Paulo, por exemplo, decidiram retirar-se da vida pública para ensinar os filhos a contar ou para os acompanhar em cerimónias solenes, como atestam alguns fragmentos da *Ara Pacis*. Este costume antigo não foi, todavia, universalmente adoptado. Como afirma PAOLI (1940, trad. 1999) 167, “from the end of the Republic onwards most men either entrusted their sons’ education to a tutor, usually a Greek, or sent him to school (*ludus, ludus litterarius*).”

<sup>32</sup> Como afirma SHACKLETON BAILEY (1999) v. 1, nota 8 ad Att. 2.7.5, “presumably the boy’s tutor. A person of this name taught Pompey’s sons and later the geographer Strabo.” Este mestre, no papel de *litterator* (cf. Gr. *γραμματιστής*), deverá ter ensinado Marco a ler e a escrever. Somente depois de apreenderem os rudimentos da leitura e da escrita, as crianças eram levadas a aperfeiçoarem a escrita e intruídas em matemática e estenografia. Cf. PAOLI (1940, trad. 1999) 168.

<sup>33</sup> Att. 2.7.5, de Abril de 59.

<sup>34</sup> Segundo SHACKLETON BAILEY (1999) v. 1, 363, nota 10 ad Att. 2.6.1, Tirânion, que, na verdade, se chamava Teofrasto de Amiso — estabeleceu-se em Roma em 68 ou 66, tendo-se notabilizado como professor e erudito. Em 56, deu aulas em casa de Cícero (*Q. fr. 2.4.2, de Março de 56: hoc nunc animus aduerto quod Tyrannio docet apud me*) e ajudou-o a organizar a sua biblioteca de Âncio (Att. 4.4a.1; 4.8.2, ambas de Junho(?) de 56). TREGGIARI (1969) 116 acrescenta, entre outras informações, que “L. Licinius Tyrannio was an eminent grammarian of Amisus before he was captured by Lucullus in 68-66 B.C. and

Numa carta datada de Maio de 54 que dirigiu ao irmão, mostrando-se disponível para acompanhar os estudos do sobrinho, confessou ter adquirido alguma prática nesta matéria, quando, durante as férias, orientou os estudos do seu próprio filho:

*Maximae uero mihi curae erit ut Ciceronem tuum nostrumque uideam scilicet cottidie sed inspiciam quid discat quam saepissime; et nisi ille contemnet, etiam magistrum me ei profitebor, cuius rei non nullam consuetudinem nactus sum in hoc horum dierum otio Cicerone nostro minore producendo.*<sup>36</sup>

---

transferred to Rome.” Acerca da identidade deste homem (e também de Aristodemo de Nisa), leia-se ainda BONNER(1977) 27; 28-30; 139.

Eram variadas as áreas de conhecimento abrangidas pelo magistério de um *grammaticus*: “The language and literature of Greece and Rome were taught in the school of the *grammaticus*, poetry being particularly studied, and some attention was paid to the fundamentals of history, geography, physics and astronomy, necessary for a complete understanding of the texts.” Normalmente, estes textos eram ditados e, ao estudá-los, o aluno aprendia a pronunciar bem as palavras, a ler com expressividade, a explicar com clareza o seu significado e a fazer a sua análise métrica. Lidos os textos, o mestre pedia ao aluno que decorasse algumas passagens e que as explicitasse oralmente e por escrito. Cf. PAOLI (1940, trad. 1999) 169.

<sup>35</sup> Segundo SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 2, 189, nota 5 ad Att. 4.8a.1, Marco Pomponio Dionísio era um culto liberto de Ático (cf. Att. 4.11.2, de Junho de 55: *Nos hic uoramus litteras cum homine mirifico (ita mehercule sentio) Dionysio, qui te omnisque uos salutat.*), que terá ensinado os jovens Cíceros durante alguns anos. Inicialmente, terá causado boa impressão a Cícero (cf. Att. 4.15.10, de Julho de 54: *Dionysium uelim saluere iubeas et eum roges ut te hortetur quam primum uenias, ut possit Ciceronem meum atque etiam me ipsum erudire*). Entre ambos parece ter-se estabelecido uma grande amizade, de tal forma que, quando o liberto se ausentava, pai e o filho sentiam a sua falta (cf. Att. 4.18.5, de finais de Outubro ou inícios de Novembro de 54: *Non mehercule aequo animo te careo; te autem quid mirum, qui Dionysium tanto opere desiderem?*). Este liberto terá mesmo acompanhado Marco e Cícero durante o proconsulado deste último na Cilícia, entre 51 e 50 (cf. Att. 5.9.3, de Junho de 51, remetida de Áccio, quando se encontravam já em plena viagem: *Dionysius semper equidem, ut scis, dilexi, sed cottidie pluris facio, et mehercule in primis quod te amat nec tui mentionem intermittere sinit*). Cícero elogiou por diversas vezes as suas virtudes pedagógicas, apesar das queixas dos dois jovens primos relativamente ao carácter irascível que parecia ter (cf. Att. 6.1.12, de Fevereiro de 50: *Dionysius mihi quidem in <a>moribus est. Pueri autem aiunt eum furem irasci; sed homo nec doctior nec sanctor fieri potest nec tui meique amantior*. Vide, ainda, Att. 7.4.1, de Dezembro de 50). Em Att. 7.7.1 e 7.8.1, de Dezembro de 50, e 7.18.3, de Fevereiro de 49, Cícero exprimiu algumas reticências em relação ao carácter aparentemente pouco fiel de Dionísio; ao que parece, este não atendera o pedido feito pelo Arpinate de acompanhar os seus pupilos, que se haviam refugiado em Fórmias, quando rebentou a guerra civil. Essas reticências deram lugar a queixas por parte do estadista, que chegou mesmo a acusá-lo de ingratidão, tagarelice e falta de aptidão para o ensino (cf. Att. 8.4.1, de Fevereiro de 49: *hominem omnium loquacissimum et minime aptum ad docendum*). Cícero chegou até a escrever-lhe uma carta violenta. No entanto, pediu a Ático que a interceptasse antes de chegar às mãos do liberto, porque aquele lhe tinha ido pedir desculpas (cf. Att. 8.5.1, de Fevereiro de 49). Entretanto, porque não chegou a acordo com ele, deixou-o ir embora, desgostoso por perder o mestre do filho e do sobrinho, mas aliviado por ver partir um homem ingrato (Att. 8.10, de Fevereiro de 49: *dimisi a me, ut magistrum Ciceronum non libenter, ut hominem ingratum non inuitus*. Vide, ainda, Att. 9.12.2, de Março de 49: *De Dionysio sum admiratus, qui apud me honoratior fuit quam apud Scipionem Panaetius; a quo impurissime haec nostra fortuna despecta est. Odi hominem et odo; utinam ulcisci possem! Sed illum ulciscuntur mores sui*; Att. 9.15.5; 10.2.2; 10.16.1). Algum tempo depois, Dionísio viria, novamente, a cair nas boas graças de Cícero (Att. 13.2b, de Maio de 45: *Dionysius noster grauiter queritur, et tamen iure, a discipulis abesse tam diu. Multis uerbis scripsit ad me, credo item ad te. Mihi quidem uidetur etiam diutius afuturus. Ac nollem; ualde enim hominem desidero*). Vide, também TREGGIARI (1969) 119-121; BONNER (1977) 30-32.

<sup>36</sup> *Q. fr.* 2.13.2, de Maio de 54. Cícero, a pedido do irmão, tomou igualmente a seu cargo a educação do sobrinho (Cf. *Q. fr.* 3.1.19, 3.7.9 e, sobretudo, 3.3.4, em que transmitiu a Quinto o que entendia ser o método de ensino mais adequado: *Quare neque ego impediri Ciceronis iter atque illam disciplinam uolo, et ipse puer*



Durante a sua ausência, entregava a erudição dos *Cicerones pueri* a um *rhetor*<sup>37</sup>. No que diz respeito a outros aspectos da formação, Cícero assumia todas as responsabilidades:

*Cicero noster dum ego absum non cessauit apud rhetorem. De eius eruditione quod labores nihil est, quoniam ingenium eius nosti, studium ego uideo. Cetera eius suspicio, ut me putem praestare debere.*<sup>38</sup>

Em dias de jogos, levava o filho consigo para a *uilla* de Túsculo, para o instruir:

*Haec scripsi a. d. VIII Kal. Nou., quo die ludi committebantur, in Tusculanum proficiscens, ducensque mecum Ciceronem meum in ludum discendi, non lusionis.*<sup>39</sup>

As viagens por países de civilização antiga constituem um meio magnífico de instrução e de enriquecimento cultural. Cícero, que bem o sabia, em Junho de 51, quando partiu para o governo da Cilícia, levou consigo Marco<sup>40</sup> e o sobrinho Quinto. Visitaram a Grécia<sup>41</sup>, Éfeso<sup>42</sup>, Laodiceia<sup>43</sup> e outras cidades importantes da Ásia Menor<sup>44</sup>. Atendendo

---

*magis illo declamatorio genere duci et delectari uidetur. (...) Sed tamen, si nobiscum eum rus aliquo eduxerimus, in hanc nostram rationem consuetudinemque inducemus.*). No verão de 51, chegou mesmo a levá-lo consigo para a Cilícia (cf. Att. 5.17.3, 5.18.4 e 6.1.12) e, a pedido do pai, impôs-lhe a toga viril (cf. Att. 5.20.9 e 6.1.12). Cícero acompanhou-o na fase difícil do divórcio dos pais, que coincidiu com a sua estadia na Cilícia (cf. Att. 6.2.1-2; 6.3.8; 6.7.1; 6.9.3).

<sup>37</sup> Cf. PAOLI (1940, trad. 1999) 170: “The *rhetor* was the teacher of eloquence; at his school boys were prepared for public life by enlarging their culture through the further study of classical texts, the emphasis being mainly laid on prose writers, and trained in the difficult art of speaking according to a careful thought out system.”

<sup>38</sup> *Q. fr.* 3.1.14, de Setembro de 54.

<sup>39</sup> *Q. fr.* 3.4.6, de Outubro de 54.

<sup>40</sup> Prova de que o jovem foi com o pai é o facto de Cícero, já em Áccio, poucos dias antes de chegarem a Atenas, enviar, por carta, lembranças, do filho, a Ático: *Cicero meus, modestissimus et suauissimus puer, tibi salutem dicit* (Att. 5.9.3).

<sup>41</sup> Chegaram a Atenas no dia 24 de Junho: *Vt Athenas a. d. VII Kal. Quint. ueneram...* (Att. 5.10.1). A beleza desta cidade e a afabilidade dos seus habitantes agradaram particularmente a Cícero: *me Athenae delectarunt, urbe dumtaxat et urbis ornamento et hominum amore in te, in nos quadam beneuolentia* (Att. 5.10.5).

<sup>42</sup> A chegada deu-se a 22 de Julho: *Ephesum uenimus a. d. XI Kal. Sext....* (Att. 5.13.1).

<sup>43</sup> Alcançaram Laodiceia no dia 31 de Julho: *Laodiceam ueni prid. Kal. Sext.* (Att. 5.15.1).

<sup>44</sup> Enquanto o pai cumpria os seus afazeres de governador da Cilícia, Marco Cícero, juntamente com o primo e guiado por Dejótaro (filho de Dejótaro, rei da Galácia, defendido por Cícero diante de César, com o *Pro rege Deiotaro*), deverá ter visitado outros sítios. Cf. Att. 5.17.3: *Cicerones nostros Deiotarus filius, qui rex a senatu appellatus est, secum in regnum. Dum in aestiuis nos essemus, illum pueris locum esse bellissimum duximus*; cf., ainda, 5.18.4. e 5.20.9.

De regresso a Roma, em 50, passaram por Tarso (cf. Att. 6.7, *Fam.* 2.17 e 15.11, escritas e enviadas dessa cidade, em Julho de 50) e terão visitado a cidade de Rodes, antes de passarem novamente por Éfeso e Atenas.

ao facto de Marco ser ainda muito jovem — contaria, então, perto de catorze anos —, é difícil sabermos se teria já a sensibilidade estética necessária para apreciar os tesouros de arte e de civilização dos lugares que visitava<sup>45</sup>.

Em Novembro de 50, pai e filho regressaram a Itália<sup>46</sup>, mesmo nas vésperas da guerra civil entre César e Pompeio. A iminência do conflito preocupava Cícero seriamente<sup>47</sup>; estava particularmente ansioso pelo destino filho. Inicialmente, embora com algumas hesitações, ainda pensou mandá-lo para a Grécia, para o proteger dos horrores e massacres que as guerras costumam comportar:

*De pueris in Graeciam transportandis tum cogitabam cum fuga ex Italia quaeri uidebatur.*<sup>48</sup>

Depois, em Fevereiro de 49, mudou de ideias, e decidiu mantê-lo na casa de Fórmias, na companhia de Túlia e de Terência<sup>49</sup>. Marco esteve lá, mas apenas por algum tempo. Cícero depressa percebeu que o seu lugar era ao lado de Pompeio, e o jovem, apesar de ter tentado demover o pai de o fazer<sup>50</sup>, decidiu participar directamente na guerra civil, ao lado daquele. Assim, pouco tempo depois de atingir a maioridade (com a

---

Cf. Att. 6.7.2, de Julho: *Rhodum uolo puerorum causa, inde quam primum Athenas...*; Fam. 2.17.1, de 18 de Julho: *Rhodum Ciceronum causa puerorum accessurum puto...*; Att. 6.8.1, de 1 de Outubro: *... Batonius e nauis recta ad me uenit domum Ephesi...*; Fam. 14.5.1, de 16 de Outubro: *Prid. Id. Oct. Athenas uenius...*

<sup>45</sup> Note-se, todavia, que era normalmente a partir desta idade que os pais começavam a preparar os filhos para a vida pública. Entendia-se que os jovens atingiam a idade adulta entre os catorze e os dezasseis anos Cf. RAWSON (1986) 41.

<sup>46</sup> Cf. Att. 7.2.1: *Brundisium uenimus VII Kal. Dec....*

<sup>47</sup> Cf. e. g. Att. 7.5.4 (*De re publica cottidie magis timeo...*); Att. 7.6.2 (*De re publica ualde timeo...*).

<sup>48</sup> Att. 7.17.1 (Fevereiro de 49); cf. 7.17.4: *sin bellum geretur non deero officio nec dignitati meae, pueros ὑπεκδέμενος in Graeciam. Totam enim Italiam flagraturam bello intellego*; Att. 7.13.3 (Janeiro de 49): *Itaque de Ciceronibus nostris dubito quid agam; nam mihi interdum amandandi uidentur in Graeciam.*

<sup>49</sup> Cf. Fam. 16.12.6, de 27 de Janeiro de 49: *Cicero meus in Formiano erat*; Att. 7.18.1, de 3 de Fevereiro: *III Non. Febr. mulieres nostrae Formias uenerunt tuaque erga se officia plena tui suauissimi studi ad me pertulerunt. Eas ego, quoad scirem usque turpi pace nobis an misero bello esset utendum, in Formiano esse uolui et una Cicerones*; Att. 7.20.2, de 5 de Fevereiro: *mulieres et Cicerones in Formiano reliqui*; Att. 7.26.3, de 13 de Fevereiro (?): *nunc, ut uideo, pueri certe in Formiano uidentur hiematuri.*

<sup>50</sup> Alguns amigos e, sobretudo, os familiares de Cícero, que entretanto haviam recebido uma mensagem de Célio nesse sentido, aconselharam-no a esperar pelo resultado dos combates que opunham, na Hispânia, os exércitos de César e de Pompeio, antes de deixar a Itália, para se juntar àquele último. Cícero, sem abandonar este plano, acabou por ceder às pressões dos que lhe estavam mais próximos, admitindo aguardar pelo resultado das operações militares e retirar-se, provisoriamente, para Malta, como, aliás, Célio lhe havia sugerido (cf. Fam. 8.16.5, de 16 de Abril; *Les Belles Lettres*, v. 6, 43 sq.). Ficara especialmente comovido com as lágrimas do filho, que não queria ver o bom nome do pai manchado pela desonra: *Lacrimae meorum me interdum molliunt precantium ut de Hispaniis exspectemus. M. Caeli quidem epistulam scriptam miserabiliter, cum hoc idem obsecraret, ut exspectarem, ne fortunas meas, ne unicum filium, ne meos omnis tam temere proderem, non sine magno fletu legerunt pueri nostri; etsi meus quidem est fortior eoque ipso uehementius commouet, nec quicquam nisi de dignitatione laborat* (Att. 10.9.2, de 3 de Maio).

imposição da toga viril, em Arpino<sup>51</sup>), nos primeiros dias de Junho de 49, embarcaram ambos em Caieta para Dirráquio<sup>52</sup>. É o que podemos constatar da leitura da carta de despedida que enviou à esposa e à filha:

*Cicero belissimus tibi salutem plurimam dicit. Atque etiam uale.*<sup>53</sup>

Na batalha de Farsalo<sup>54</sup>, Marco, que acabara de completar dezassete anos, comandou, com bravura, um esquadrão de cavalaria, feito pelo qual veio a merecer o elogio de Pompeio<sup>55</sup>. A estreia do jovem no serviço militar pautou-se, pois, pelo sucesso, ainda que o exército pompeiano tenha sido vencido.

Passados cerca de dois anos, na sequência desta derrota, enquanto esteve retido em Brundísio, Cícero chegou a pensar enviar o filho a César, para que pudesse interceder em seu favor; esperava, desse modo, obter autorização para entrar em Roma:

*Ego cum Sallustio Ciceronem ad Caesarem mittere cogitabam.*<sup>56</sup>

Acabou, no entanto, por desistir da ideia, quando percebeu não ser o momento oportuno para o fazer; não havia indicações claras do regresso de César:

*De illius Alexandria discessu nihil adhuc rumoris, contraque opino ualde esse impeditum. Itaque nec mitto, ut constitueram, Ciceronem...*<sup>57</sup>

---

<sup>51</sup> Este período foi particularmente difícil para Cícero (cf. *Att.* 9.17.1: *O tempus miserum!*), pelo que se tornara impossível impor a toga ao filho em Roma. O filho terá recebido a toga no dia 31 de Março (cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, 10). Cf. *Att.* 9.6.1, de 11 de Março de 49: *Ciceroni meo togam puram cum dare Arpini uellem, hanc eram ipsam excusationem relicturus ad Caesarem. Sed fortasse in eo ipso offenderetur, cur Romae non potius; Att.* 9.18.2, de 28 de Março: *Volo Ciceroni meo togam puram dare, istic [scil. Arpini] puto; Att.* 9.19.1, de 1 ou 2 de Abril de 49: *Ego meo Ciceroni, quoniam Roma caremus, Arpini potissimum togam puram dedi, idque municipibus nostris fuit gratum.*

<sup>52</sup> Segundo alguns autores, a dependência monetária dos filhos em relação aos pais condicionaria de alguma forma as escolhas políticas dos mais novos. Afinal, eram os pais que financiavam as campanhas eleitorais para cargos públicos (cf. RAWSON (1986) 17).

<sup>53</sup> *Fam.* 14.7.3.

<sup>54</sup> A batalha de Farsalo deu-se a 9 de Agosto de 48.

<sup>55</sup> Cf. *Off.* 2.45: *Quo tamen in bello, cum te Pompeius alae praefecisset, magnam laudem et a summo uiro et ab exercitu consequere equitando, iaculando, omni militari labore tolerando.* Vide, ainda, STOCKTON (1971) 262; BRADLEY (1991) 105, onde afirma: “Even if the military command Marcus held under Pompeius when he was only sixteen was little more than honorific, the dangers and excitement of Pharsalus can scarcely have failed to make an impression.”

<sup>56</sup> *Att.* 11.17a.1. Cf. *Fam.* 14.11.

<sup>57</sup> *Att.* 11.18.1. Cf. *Fam.* 14.15.

Em 46, graças à intervenção do pai, Marco, juntamente com o primo e com M. Césio, tornou-se edil em Arpino, dando, assim, mais um passo para a sua entrada no mundo da política. Foi isso mesmo que Cícero comunicou a M. Bruto, quando lhe pediu que os apoiasse na nova ocupação:

*Nam constituendi municipi causa hoc anno aedilem filium meum fieri uolui et fratris filium et M. Caesium, hominem mihi maxime necessarium. Is enim magistratus in nostro municipio nec alius ullus creari solet. Quos cohonestaris in primisque me si res publica municipi tuo studio diligentia bene administrata erit. Quod ut facias te uehementer etiam atque etiam rogo.*<sup>58</sup>

A derrota do exército pompeiano não extinguiu o ardor belicoso e o espírito de aventura de Marco. De facto, no final de 46, decidiu partir para a Hispânia, desta vez, para se unir ao exército de César, contra o qual, até então, havia combatido. Em Outubro(?), Ático informou Cícero de que o jovem tinha em mente pedir ao pai duas coisas: ir para a Hispânia, ao encontro de César, e uma mesada generosa<sup>59</sup>. Quanto ao último pedido, o pai, em carta ao cunhado, disse ter explicado ao filho pretender conceder-lhe uma mesada semelhante à que o cônsul Públio Cornélio Léntulo Espínter e o *flamen* Lúcio Léntulo Nigro tinham dado aos filhos<sup>60</sup>. No que diz respeito ao projecto de ir para a Hispânia, afirmou ter tentado dissuadi-lo, advertindo-o, por um lado, para a eventual reprovação social que tal atitude poderia gerar, e, por outro, para a tristeza que iria sentir quando percebesse ter sido ultrapassado pelo primo, Quinto Cícero, que tomara o partido de César bastante tempo antes, no que diz respeito a amizades e influências de todo o tipo:

*De Hispania duo atulli, primum idem quod tibi, me uereri uituperationem. Non satis esse si haec arma reliquissetus? Etiam contraria? Deinde fore ut angeretur cum a fratre familiaritate et omni gratia uinceretur.*<sup>61</sup>

---

<sup>58</sup> *Fam.* 13.11.3, de 46.

<sup>59</sup> *Att.* 12.7.1: *Exposui te ad me detulisse et quid uellet et quid requireret: uelle Hispaniam, requirere liberalitatem.*

<sup>60</sup> *Ibidem: De liberalitate dixi, quantum Publius, quantum flamen Lentulus filio.* Estes *Lentuli* eram velhos amigos de Cícero. Para mais informações acerca da identidade destes homens, vide SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, 305, nota 7 ad loc..

<sup>61</sup> *Att.* 12.7.1.

Entretanto, prometeu pensar no assunto<sup>62</sup>. Na verdade, tinha outro projecto em mente para o filho: enviá-lo para Atenas para continuar os seus estudos<sup>63</sup>. No início da carta, antes mesmo de referir os pedidos que o jovem pretendia fazer, Cícero deu a entender que pai e filho haviam já conversado sobre essa hipótese:

*Locutus sum cum eo liberalissime; quod ex ipso uelim, si modo tibi erit commodum sciscitare.*<sup>64</sup>

Marco acabaria, efectivamente, por desistir da ideia de ir para a Hispânia. A exemplo de muitos outros jovens, e do próprio pai, iria aperfeiçoar os seus estudos de filosofia e de retórica em Atenas, em vez de ir combater ao lado de César<sup>65</sup>.

Assim, em Março do ano seguinte (45), Cícero, porque considerava ter chegado o momento ideal para a partida do filho<sup>66</sup>, consultou Ático sobre a melhor forma de garantir o financiamento de uma eventual estadia em Atenas, isto é, se Marco poderia receber o dinheiro através de uma letra de câmbio ou teria de levar consigo para a Grécia a quantia correspondente à anuidade<sup>67</sup>:

---

<sup>62</sup> Ibidem: *Ego etiam atque etiam cogitabo teque ut idem facias rogo. Magna res; et simplex est manere, illud anceps. Verum uidebimus.*

<sup>63</sup> Era ao pai que assistia, entre outros, o direito de decidir o futuro dos filhos. GARDNER (1986) 146, afirma: “The *potestas* of a father over his legitimate children included the right to custody of the child and, as well as those powers of discipline and punishment (...) and the ownership of all property acquired by the children, it also included powers which might be classed as ‘care and control’. The father would have the final on such matters as the child’s education and marriage, where the child would live and so on.” Mesmo depois do divórcio, o pai mantinha *potestas* sobre os filhos, pelo que Cícero, separado de Terência desde o final de de 47, assumiu inteiramente a responsabilidade de zelar pela educação de Marco. Cf. GARDNER (1986) loc. cit.. Vide ainda RAWSON (1986) 16 sq..

<sup>64</sup> Att. 12.7.1.

<sup>65</sup> Acerca do desvelo de Cícero com a educação do filho, afirma BRADLEY (1991) 104: “Thus, by the time he was twenty, Marcus had been exposed to the finest of private teachers for the initial stages of his education, a direct result of Cicero’s concern for his son’s upbringing and of his ability, despite the vicissitudes of politics, to draw consistently on the services of tutors of established reputation.”

<sup>66</sup> Em Julho, Marco completaria vinte anos.

<sup>67</sup> Marco, na qualidade de *filiusfamilias*, não podia deter quaisquer bens. Enquanto o *pater* fosse vivo, era dele que dependia a subsistência do filho. Cf. GARDNER (1986) 9: “Persons *in potestate* could own no property. Anything given or bequeathed to them belonged to the *pater*. The principle, despite its manifest inconveniences, and indeed absurdities, remained throughout the classical period. A son might be a grown man, with an active commercial or professional career, active in public life, even a leading magistrate, married and with children, and yet legally own nothing.” Uma forma de contornar esta situação consistia em permitir ao filho gerir determinada quantia de dinheiro, um *peculium*, para fazer faces aos gastos pessoais. Cf. RAWSON (1986) 16 sq.. Cícero terá recorrido a este expediente quando decidiu enviar Marco para Atenas. Vide ainda DIXON (1984) 93.

*De Cicerone, tempus esse iam uidetur; sed quaero, quod illi opus erit Athenis permutarine possit an ipsi ferendum sit, de totaque re quem at modum et quando placeat uelim consideres.*<sup>68</sup>

Alguns dias depois, encarregou o amigo de fazer a Marco uma proposta: para que o filho pudesse efectivamente manter-se em Atenas, estava na disposição de lhe ceder 80.000 a 100.00 sestércios, provenientes do aluguer dos imóveis do Argileto e do Aventino, que faziam parte do dote da ex-mulher e que, ao que parece, ele retivera para esse fim<sup>69</sup>. No seu entender, estes rendimentos deixariam Marco plenamente satisfeito, se este optasse por alugar uma casa em Roma, como inicialmente pensara fazer<sup>70</sup>:

*Ciceroni uelim hoc proponas, ita tamen si tibi non iniquum uidebitur, ut sumptus huius peregrinationis, quibus, si Romae esset domumque conducirer, quod facere cogitabat, facile contentus futurus erat, accomodet ad mercedes Argileti et Auentini.*<sup>71</sup>

Pediu, ainda, a Ático que, depois de feita a proposta, se encarregasse pessoalmente da gestão desses rendimentos, isto é, de fazer com que o dinheiro necessário ao sustento de Marco em Atenas lhe fosse sendo disponibilizado<sup>72</sup>:

---

<sup>68</sup> Att. 12.24.1. Três dias depois, Cícero voltaria a fazer uma breve alusão a este assunto, dizendo que iria aceitar a sugestão de Ático, ou seja, permitir ao próprio Marco a escolha do momento ideal para partir (Att. 12.27.2): *De Cicerone, ut scribes ita faciam; ipsi permittam de tempore.*

<sup>69</sup> É esta a opinião de SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, 326, nota 2 ad Att. 12.32.2 e de J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, 31 sq.). Aquele refere que os imóveis em questão consistiam em *insulae* (cf. Att. 15.17.1: *ubi sit mercedes insularum*) que faziam parte do dote de Terência (cf. Att. 15.20.4: *mercedibus dotalium praediorum*), bens aparentemente retidos por Cícero depois do divórcio para benefício do filho. DIXON (1984) 94 sq. partilha desta opinião. Para a autora, estes factos tornam-se evidentes nas cartas escritas por Cícero, no ano seguinte (44), quando a desonestidade do seu agente, Eros, provocou embaraço financeiro a Marco. A correspondência trocada com Ático resultante da investigação e do esclarecimento do incidente fornece informação mais detalhada sobre o acordo feito em Março de 45.

<sup>70</sup> Como afirma DIXON (1984) 93, “A senatorial youth like Marcus Cicero was dependent on his father for his livelihood: as a *filiusfamilias*, he could not, strictly speaking, own or alienate property on his own account. Cicero was liable for Marcus’ debts (...)” Esta dependência económica do pai não era, todavia, factor impeditivo do seguimento de uma carreira política independente — ainda que tal não fosse muito usual — e até de uma existência desafogada. O pai podia custear-lhe o aluguer ou até a compra de casa própria. Cf. RAWSON (1986) 17.

<sup>71</sup> Att. 12.32.2.

<sup>72</sup> Atendendo à condição social de Cícero, era perfeitamente normal que este se preocupasse com o conforto material do filho. Leia-se, a propósito o que afirma BRADLEY (1991) 103: “When a son was born to parents of aristocratic status in Rome of the central period, it can be assumed that the child’s early years were spent in relative ease and comfort. By definition, as the boy was educated and groomed to take his eventual place among the ranks of his social peers in the public life of the community, his material needs were automatically met, so that economic hardship and deprivation were largely unknown to him.”

*Et cum ei proposueris, ipse uelim reliqua moderere, quem ad modum ex iis mercedibus suppeditemus ei quod opus sit.*<sup>73</sup>

Admitindo, quiçá, a hipótese de o filho vir a exigir mais do que o pai oferecia, foi dizendo a Ático ter conhecimento de que outros três jovens oriundos de famílias nobres, futuros estudantes em Atenas, não iriam dispor de uma quantia superior à que aquelas rendas proporcionavam:

*Praestabo nec Bibulum nec Acidinum nec Messalam, quos Athenis futuros audio, maiores sumptus facturos quam quod ex eis mercedibus recipietur.*<sup>74</sup>

Ático encarregar-se-ia também de encontrar arrendatários cumpridores e de estudar a quantia necessária à mudança para Atenas e à aquisição do equipamento indispensável à instalação do jovem naquela cidade:

*Itaque uelim uideas primum conductores qui sint et quanti, deinde ut sint qui ad diem soluant, et quid uiatici, quid instrumenti satis sit.*<sup>75</sup>

O pai, generosamente, quiçá na esperança de que o conforto favorecesse o proveito nos estudos, procurou proporcionar a Marco uma estadia digna e confortável o mais possível<sup>76</sup>. Eram, por isso, constantes os apelos a Ático no sentido de que nada faltasse ao jovem (*illum*):

*Turpe est enim nobis illum, qualiscumque est, hoc primo anno egere.*<sup>77</sup>

---

<sup>73</sup> Att. 12.32.2.

<sup>74</sup> Ibidem. Lúcio Calpúrnio Bíbulo era o único filho vivo do cônsul de 59 e de Pórcia, filha de Catão. Uniu-se a Marco Bruto em 43; depois da batalha de Filipos, passou para o lado de Antônio. Morreu como governador da Síria, em 32. Quanto a Acidino, pensa-se ser descendente dos *Manlii Acidini*, uma família influente da primeira metade do século II. Messala, por sua vez, será Marco Valério Messala Corvino, filho de Messala Nigro (cf. SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, 326, nota 7 ad loc.).

<sup>75</sup> Att. 12.32.2.

<sup>76</sup> Cícero esperava que o filho correspondesse à generosidade do pai com estudo e trabalho: *Quare, quantum coniti animo potes, quantum labore contendere, si discendi labor est potius quam uoluptas, tantum fac ut efficias neue committas, ut, cum omnia suppeditata sint a nobis, tute tibi defuisse uideare* (Off. 3.6).

<sup>77</sup> Att. 13.47, de Agosto de 45. *Illum* refere-se a Marco (cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 3 ad loc.). Depois deste, seguiram-se outros pedidos: Att. 14.11.2 (Abril de 44): *quod uer<o cur>ae tibi est ut ei suppeditetur ad usum et cultum copiose, per mihi gratum est, idque ut facias te etiam <atque etiam> rogo*; Att. 14.17.5 (Maio de 44): *Ciceroni meo, mi Attice, suppeditabis quantum uidebitur...*

Estes pedidos intensificaram-se, em Junho de 44, quando Cícero soube que a desonestidade do seu agente, Eros, havia provocado embaraço financeiro a Marco. De facto, este havia escrito a Tirão, informando-o de que, depois do dia 1 de Abril, ou seja, um ano depois de ter ido para a Grécia, não havia recebido ainda o dinheiro necessário à sua manutenção por mais um ano naquele país. Entretanto, tinha gasto a primeira soma anual transferida para Atenas. O pai, comovido com o facto de Marco nada lhe ter contado, pediu ao amigo, uma vez mais, que transferisse para Atenas a quantia necessária a uma estadia digna naquela cidade, até porque era a sua reputação social que estava em questão:

*Cicero noster quo modestior est eo me magis commouet. Ad me enim de hac re nihil scripsit, ad quem nimirum potissimum debuit; scripsit hoc autem ad Tironem, sibi post Kal. Apr. (sic enim annum tempus confici) nihil datum esse. <scio> tibi pro tua natura semper placuisse teque existimasse id etiam ad dignitatem meam pertinere eum non modo perliberaliter a nobis sed etiam ornate cumulateque tractari. Qua re uelim cures (nec tibi essem molestus, si per alium hoc agere possem) ut permutetur Athenas quod sit in annum sumptum ei.*<sup>78</sup>

Para fazer face às despesas, Ático adiantou-lhe 100.000 sestércios e informou o amigo dessa operação. Cícero sugeriu-lhe então que cobrasse a soma a Eros, já que este havia recebido as rendas dos alugueres dos imóveis situados no Argileto e no Aventino (*mercedes insularum*)<sup>79</sup>:

*Quod scribis tibi deesse HS C quae Ciceroni curata sint, uelim ab Erote quaeras ubi sit mercedes insularum.*<sup>80</sup>

---

Era uma questão de reputação social (cf. Att. 14.7.2: *nunc magno opere a te peto, de quo sum nuper tecum locutus, ut uideas ne quid ei desit. id cum ad officium nostrum pertinet tum ad existimationem et dignitatem*; Att. 14.16.4: *Nihil enim deesse Ciceroni cum ad officium tum ad existimationem meam pertinet.*).

DIXON (1984) 94 comenta desta forma as preocupações de Cícero: “It was partly affection which prompted the wish, but also a matter on Cicero’s own standing.”

<sup>78</sup> Att. 15.15.4.

<sup>79</sup> Como afirma DIXON (1984) 95, “the HS 100,000 advanced to Marcus by Atticus appears to have been in lieu of the second annual payment which the agent Eros had failed to transfer.”

<sup>80</sup> Att. 15.17.1.



Depois de lhe ter comunicado a intenção de interrogar Eros acerca das suas finanças (*rationes*), Cícero agradeceu ao amigo o empenho que revelara para que nada faltasse ao filho:

*Erotis rationes et ex Tirone cognoui et uocaui ipsum. Gratissimum quod policeris Ciceroni nihil defuturum.*<sup>81</sup>

Uma vez que o produto desses alugueres não ficou imediatamente disponível, Ático comunicou ao cunhado a necessidade de fazer um empréstimo de 200.000 sestércios por cinco meses, para poderem fazer face às despesas. Cícero pediu-lhe que se encarregasse de fazer essa operação, já que ele próprio se não encontrava em Roma:

*Versuram scribis esse faciendam mensum quinque, id est ad Kal. Nov., HS CC; in eam diem cadere nummos qui a Quinto debentur. Velim igitur, quoniam Tiro negat tibi placere me eius rei causa Romam uenire, si ea te res nihil offendet, uideas unde nummi sint, mihi feras expensum. Hoc uideo in praesentia opus esse.*<sup>82</sup>

O orador estava empenhado em averiguar pormenorizadamente por que motivo Eros não tinha ainda entregado o rendimento dos bens dotais, que, no seu entender, seria suficiente para que Marco levasse uma vida folgada:

*Reliqua diligentius ex hoc ipso exquiram, in his de mercedibus dotalium praediorum; quae si fideliter Ciceroni curabuntur, quamquam uolo laxius, tamen ei prope modum nihil deerit.*<sup>83</sup>

Ático acabou por conseguir um empréstimo de 210.000 sestércios, quantia que excedia o produto do aluguer dos imóveis. Cícero, no sentido de orientar os gastos do filho, deu instruções precisas ao amigo relativamente à administração desse dinheiro. Como soubera, através de Óvio<sup>84</sup>, que, para o filho, seriam suficientes os prometidos 80.000

---

<sup>81</sup> Att. 15.17.2.

<sup>82</sup> Att. 15.20.4.

<sup>83</sup> Ibidem.

<sup>84</sup> Pensamos tratar-se de um colega de Marco em Atenas ou de alguém da confiança de Cícero. Segundo SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 6, 282, nota ad Att. 16.1.5: "Nothing is known of Ovius."

sestércios anuais — ainda que Xénon<sup>85</sup> lhos fosse entregando com alguma parcimónia —, determinou que o empréstimo conseguido serviria para cobrir a anuidade que o jovem ainda não havia recebido, mas que o restante se destinaria a liquidar despesas que remontavam ao ano anterior, relativas à viagem por ele feita para Atenas:

*De CCX, optime. Ciceronis rationes explicentur; Ouius enim recens. Is multa quae uellem, in his ne hoc quidem malum in mandatis, si<bi> abunde HS LXXX satis esse, adfatim prorsus, sed Xenonem perexiguae et γλίσχωρος praebere [id est minutatimque.] Quo plus permutasti quam ad fructum insularum, id ille annus habeat in quem itineris sumptus accessit. Hic ex Kal. Apr. Ad HS LXXX accomodetur; nunc enim insulae tantum.*<sup>86</sup>

Preocupado com o futuro do filho, discutiu com o amigo o problema do sustento do jovem depois do seu regresso a Roma. Ao que parece, chegou a equacionar casar o filho com alguém que levaria consigo para o casamento um dote generoso. A mãe da candidata, porém, parecia não reunir as condições que considerava necessárias<sup>87</sup>:

*Videndum [enim] est quid, cum Romae erit; non enim puto socrum illam ferendam.*<sup>88</sup>

Enquanto Marco esteve na Grécia, Cícero procurou, na medida do possível, satisfazer todas as necessidades e desejos do filho. Ilustrativo desse facto é o episódio que envolveu Lúcio Túlio Montano, colega de Marco em Atenas<sup>89</sup>.

---

<sup>85</sup> Segundo SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 6, 390, nota 1 ad *Att.* 13.37.1, Xénon ficara incumbido de proporcionar a Marco Túlio tudo o que fosse necessário durante a sua estadia em Atenas (cf. *Att.* 13.37.1: *de Xenonis nomine et de Epiroticis XXXX nihil potest fieri nec commodius nec aptius quam ut scribes.*). O crítico aponta como justificação para esse facto a referência à palavra *nomine*, que traduziu por ‘dívida’: Xénon teria proposto custear a estadia do jovem como forma de pagamento de uma dívida que contraía com Cícero ou com Ático (cf., ainda, 14.16.4; 15.21.2; 16.1.5; 16.3.2).

<sup>86</sup> *Att.* 16.1.5.

<sup>87</sup> Era necessário o consentimento do pai para que Marco pudesse casar. Cf. GARDNER (1986) 10 e 41, em que se afirma: “The father’s consent was apparently necessary in law at all times. In the Republic, he could prevent a marriage.”

<sup>88</sup> *Att.* 16.1.5.

SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 6 ad loc., afirma, a respeito desta questão: “Nothing is known of the match proposed for M. Cicero junior.”

J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 9, 285, nota 3 ad 239), todavia, afirma: “Cicéron avait en vue un riche mariage pour son fils, ce qui aurait résolu le problème de ses moyens d’existence, après son retour à Rome; mais, apparemment, la mère de la candidate n’était pas acceptable comme belle-mère.”

Como afirma TREGGIARI (1991) 96, “to an upper-class man at first marriage, particularly if he had not yet inherited family property, his wife’s dowry could be expected to bring essential capital at an important moment in his career.” Ora, Cícero, esperando que Marco, assim que regressasse de Atenas, iniciasse uma carreira política, perspectivava o casamento do filho como uma alternativa ao dinheiro que recebia do pai para se sustentar.

Montano tinha-se oferecido como fiador de 20.000 sestércios que um tal Flamínio Flama devia ao Estado. Lúcio Munácio Planco, que havia estado com César na Gália e na guerra civil, ao regressar da Hispânia, fora nomeado prefeito da cidade, cabendo-lhe, assim, o dever de cobrar a dívida<sup>90</sup>. Cícero, que havia sido informado desta situação pelo cunhado de Montano, pediu a Ático que ajudasse o jovem, pois sentia ser seu dever auxiliar o colega do filho<sup>91</sup>:

*L. Tullium Montanum nosti qui cum Cicerone profectus est. Ab eius sororis uiro litteras accepi Montanum Planco debere, quod praes pro Flaminio sit, HS XX; de ea re nescio quid te a Montano rogatum. Sane uelim, siue Plancus est rogandus siue qua re potes illum iuuare, iues. Pertinet ad nostrum officium.*<sup>92</sup>

A resolução desta questão não foi imediata. Cerca de um ano depois, em carta datada de Maio de 44, Cícero, após ter sido informado de que Flamínio Flama se encontrava em Roma, pediu a Ático que falasse com o devedor, no sentido de o fazer pagar a dívida:

*Flammam Flaminium audio Romae esse. Ad eum scripsi me tibi mandasse per litteras ut de Montani negotio cum eo loquerere, et uelim cures epistulam quam ad eum misi reddendam, et ipse, quod commodum tuo fiat, cum eo colloquare. Puto, si quid in homine pudoris est, praestaturum eum, ne sero cum damno dependatur.*<sup>93</sup>

O pai, que entretanto havia prometido ao filho o adiantamento da quantia<sup>94</sup>, instruíra Eros, escravo de Ático responsável pela gestão das suas finanças, no sentido de que pusesse de parte esse dinheiro. Este, todavia, não o fez, pelo que Aurélio, provável procurador de Montano, se viu na obrigação recorrer a um empréstimo com juros

---

<sup>89</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, 313, nota 1 ad *Att.* 12.17.1; 341, nota 1 ad *Att.* 12.52.1.

<sup>90</sup> Para mais informação sobre este assunto, vide SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, 341, notas 1, 2 e 3 ad *Att.* 12.52.1; SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 1 ad loc.; SHACKLETON BAILEY (1977) v. 2, 491, nota 6 ad *Fam.* 16.24.1; J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 8, 248, nota 2 ad 129. Vide, ainda, *Att.* 14.16.4.

<sup>91</sup> O *paterfamilias* era legalmente responsável pelas acções e compromissos assumidos pelos filhos. Cf. GARDNER (1986) 7.

<sup>92</sup> *Att.* 12.52.1, de Maio de 45.

<sup>93</sup> *Att.* 14.16.4.

<sup>94</sup> A este respeito, afirma DIXON (1984) 95: "Marcus asked Cicero if the requisite HS 20,000 could be deducted from his own allowance and sent to Montanus' agent. (...) My point here is that Marcus' allowance was sufficient for him to transfer HS 20,000 from it in a single year without expecting to be quite deprived." Os rendimentos das propriedades dotais permitiam-lhe, portanto, levar uma vida folgada.

altíssimos. Assim, em Novembro de 44, a quantia que Cícero devia a Montano ascendia já aos 25.000 sestércios<sup>95</sup>:

*Scis nos pridem iam constituisse Montani nomine HS XXV dissoluere; pudentissime hoc Cicero petierat ut fide sua. Liberalissime, ut tibi quoque placuerat, promiseram Erotique dixeram ut sepositum haberet. Non modo non fecit, sed iniquissimo faenore uersuram facere Aurelius coactus est.*<sup>96</sup>

Cícero assumira, pois, como seu o dever de reembolsar Montano deste empréstimo. Infelizmente, não chegaram até nós outras cartas que pudessem elucidar-nos sobre o desfecho desta questão. Do conjunto de missivas *ad familiares*, ficou-nos, no entanto, uma, datada de Novembro de 44, que aponta para a resolução do problema. Nela ficaram registadas instruções claras e precisas, dirigidas a Tirão, entretanto enviado a Roma para esclarecer a situação em que se encontravam as finanças do seu senhor: o liberto deveria convencer Flamínio Flama a devolver a respectiva quantia, ou, pelo menos, parte dela<sup>97</sup>. Deduzimos, portanto, que Cícero terá, efectivamente, reembolsado o amigo do filho.

Um ano depois de Marco ter ido estudar para Atenas, ou seja, em Abril de 44, começaram a surgir as primícias das aulas de retórica recebidas na Grécia. É famoso o purismo do orador que, nas cartas que enviava ao filho, não deixava de lhe recordar as exigências de uma correcta linguagem<sup>98</sup>. Ora, o estilo de uma carta que o filho entretanto enviara, de Atenas, ao pai, muito agradara ao orador, que via assim cumprir-se um dos principais objectivos da viagem:

*A Cicerone mihi litterae sane πεπινωμένοι et bene longae. Cetera autem uel fingi possunt, πίνος litterarum significat doctiorem.*<sup>99</sup>

---

<sup>95</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, 341, nota 3 ad *Att.* 12.52.1.

<sup>96</sup> *Att.* 16.15.5.

<sup>97</sup> *Fam.* 16.24.1: *mihi prora et puppies, ut Graecorum prouerbium est, fuit a me tui dimittendi ut rationes nostras explicares. Offilio et Aurelio utique satis fiat. A Flamma, si non potes omne, partem aliquam uelim extorqueas, in primisque ut expedita sit pensio Kal. Ian.*

O dinheiro que eventualmente conseguisse serviria, em primeira instância, para fazer face a uma necessidade premente: o pagamento da última prestação da devolução do dote de Terência, que venceria nas Calendas de Janeiro (cf. SHACKLETON BAILEY (1977) v. 2, n. 8 ad loc.). WILLIAMS (1926-1929) v. 3, nota i ad loc., erradamente, afirma que este passo se refere ao reembolso, por parte de Dolabela, do dote de Túlia.

<sup>98</sup> Quint., *Inst.* 1.7.34: *An ideo minor est M. Tullius orator, quod idem artis huius (sc. grammaticae) diligentissimus fuit, et in filio, ut epistolis apparet, recte loquendi asper quoque exactor?*

<sup>99</sup> *Att.* 14.7.2. A propósito da expressão *litterae πεπινωμένως scriptae*, que volta a aparecer na carta *Att.* 15.16, explica SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 6, 218, nota 2 ad loc.: “*πίνος* is literally patina on bronze.

Orgulhoso, aplaudia os seus progressos<sup>100</sup>. A pensar no bem-estar e na educação de Marco, não só encarregara Xénon de controlar os gastos do jovem, como incumbira Leónidas<sup>101</sup> e Herodes<sup>102</sup> de o manterem regularmente informado de todos os passos do filho. Assim, apesar dos progressos revelados nos estudos, não foi preciso muito tempo para que o pai começasse a ficar apreensivo com alguns rumores que lhe iam chegando de Atenas acerca do comportamento do filho<sup>103</sup>. Em Maio, as palavras de Leónidas já não o tranquilizavam:

*Nam epistula Leonidae quam ad me misisti quid habet, quaeso, in quo magno opere laetemur? Numquam ille mihi satis laudari uidebitur cum ita laudabitur, 'quo modo nunc est'. non est fidentis hoc testimonium, sed potius timentis.*<sup>104</sup>

A simples ausência de notícias por parte de Herodes levava-o a temer o pior:

*Herodi autem mandaram ut mihi scribere; a quo adhuc nulla littera est. Vereor ne nihil habuerit quod mihi, cum cognossem, iucundum putaret fore.*<sup>105</sup>

Leónidas mantinha algumas reservas relativamente ao comportamento do jovem na Grécia, mas Herodes, em contrapartida, quando escrevia, tecia elogios a respeito dele.

---

In a literary context it denotes an agreeably old-fashioned quality of style or, with a slightly different nuance, classical correctness without slang or neologisms — for which C. was a stickler.”

<sup>100</sup> Cf. Att. 14.11.2: *De Cicerone quae scribes iucunda mihi sunt; uelim sint prospera.*

<sup>101</sup> Leónidas era um dos companheiros de Marco em Atenas. Periodicamente, tal como Herodes, aliás, escrevia a Cícero a dar conta do que Marco ia fazendo. Cf. infra, Att. 14.16.3 e, ainda, Att. 14.18.4, 15.16 e Fam. 16.21.5, em que o próprio jovem Marco diz: *multum etiam mecum est Epicrates, princeps Atheniensium, et Leonides et horum ceteri similes.*

<sup>102</sup> Cf. infra, Att. 14.16.3, de Maio de 44, e Att. 15.16, de Junho(?) de 44.

<sup>103</sup> Pouco tempo depois de o filho ter partido para Atenas, isto é, em finais de Maio, Cícero mostrou-se grato a Ático pelo facto de este ter escrito a Marco e a dois dos seus colegas, os Túlios Montano e Marciano, ao que parece, para lhes dar alguns conselhos. O orador disse ainda ao amigo que ou as palavras dele produziriam efeito nos jovens, ou, então, teriam de deixar de se preocupar: *Ad Ciceronem ita scripsisti ut neque seuerius neque temperatius scribi potuerit nec magis [quam] quem ad modum ego maxime uellem; prudentissime etiam ad Tullios. Qua re aut ista proficient aut aliud agamus* (Att. 13.1.1). Para a interpretação deste passo, seguimos a lição de SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, 342, nota 1 ad loc., que propõe a seguinte tradução para a última frase: “Well then, either these will work or we shall have to stop worrying.” Na opinião deste autor, Marco Cícero não teria partido de Atenas antes do final do mês de Março, pelo que, a terem existido queixas relativas à conduta do filho, eles teriam necessariamente de estar relacionadas com a viagem, não com a estadia. A carta escrita por Ático aos jovens poderia, até, encerrar meros conselhos de natureza geral.

<sup>104</sup> Att. 14.16.3.

<sup>105</sup> Cf. ibidem.

Cícero preferia acreditar na boa conduta do filho; Marco escrevia pouco, é certo, mas, quando o fazia, deixava o pai orgulhoso do estilo que usava na redacção das suas cartas:

*Tandem a Cicerone tabellarius; sed mehercule litterae πεπιονένως scriptae, id quod ipsum προκοπήν aliquam significaret, itemque ceteri praeclara scribunt. Leonides tamen retinet suum illud ‘adhuc’; summis uero laudibus Herodes. Quid quaeris? Vel uerba mihi dari facile patior in hoc meque libenter parebeo credulo.*<sup>106</sup>

Na verdade, Cícero tinha motivos para isso. É que nem todas as notícias eram más. Ao pai, chegavam também cartas elogiosas, como a que Trebónio, acabado de chegar a Atenas<sup>107</sup>, escreveu, no final de Maio de 44. Nela referia-se a Marco como um jovem exemplar:

*Athenas ueni a. d. XI Kal. Iun. atque ibi, quod maxime optabam, uidi filium tuum deditum optimis studiis summae modestiae fama.*<sup>108</sup>

Depois de advertir o amigo para o facto de os elogios por si tecidos em relação ao filho serem sinceros, Trebónio referiu a popularidade de que gozava o jovem em Atenas, bem como a sua dedicação aos estudos:

*Noli putare, mi Cicero, me hoc auribus tuis dare. Nihil adulescente tuo atque adeo nostro (nihil enim tibi a me potest esse seiunctum) aut amabilius omnibus his qui Athenis sunt est aut studiosus earum artium quas tu maxime amas, hoc est optimarum.*<sup>109</sup>

O pai estava de parabéns pelo filho que tinha, e Trebónio congratulava-se com o facto de poder privar com um jovem da sua estirpe:

*Itaque tibi, quod uere facere possum, libenter quoque gratulor nec minus etiam nobis, quod eum quem necesse erat diligere qualiscumque esset talem habemus ut libenter quoque diligamus.*<sup>110</sup>

---

<sup>106</sup> Att. 15.16

<sup>107</sup> Trebónio seguia viagem para assumir o governo da província da Ásia que César lhe havia atribuído. Cf. SHACKLETON BAILEY (1977) v. 3, nota 1 ad loc..

<sup>108</sup> Fam. 12.16.1.

<sup>109</sup> Ibidem.

<sup>110</sup> Ibid..

Marco manifestara o desejo de visitar a Ásia, pelo que o amigo do pai, na qualidade de governador, decidiu convidá-lo a viajar até àquela província. Antes, porém, terá prometido a Cícero acompanhar o jovem com o mesmo desvelo e afecto com que o pai o acompanharia:

*Qui cum mihi in sermone iniecisset se uelle Asiam uisere, non modo inuitatus sed etiam rogatus est a me ut id potissimum nobis obtinentibus prouinciam faceret. Cui nos et caritate et amore tuum officium praestatueros non debes dubitare.*<sup>111</sup>

Para que Cícero não ficasse a pensar que a viagem representaria umas férias dos estudos, o amigo prometeu-lhe tomar providências no sentido de fazer acompanhar o jovem do seu mestre, Cratipo<sup>112</sup>:

*Illud quoque erit nobis curae Cratippus una cum eo sit, ne putes in Asia feriatum illum ab iis studiis in quae tua cohostatione incitatur futurum.*<sup>113</sup>

Elogiando, uma vez mais, a dedicação de Marco aos estudos, o próprio Trebónio assumiu o compromisso de incentivar contínua e diariamente a aprendizagem do jovem:

*Nam illum paratum, ut uideo, et ingressum pleno gradu cohortari non intermittemus, quo in dies longius discendo exercendoque se procedat.*<sup>114</sup>

Cícero, todavia, quiçá porque tinha motivos para temer que o tom encomiástico desta e de outras cartas se devia à imensa simpatia nutrida pelo jovem ou ao escasso conhecimento da sua conduta, não se deixou convencer. Tinha planeado esta viagem ao pormenor e esperava que o filho cumprisse os objectivos traçados. Até então, Marco não tinha brilhado pelo amor ao estudo. De facto, já no ano 50, em cartas escrita, da Cilícia (Laodiceia), a Ático, Cícero, referindo-se aos dois jovens que o acompanhavam (o sobrinho Quinto e o filho Marco, que contava então quinze anos), reiterou aquilo que

---

<sup>111</sup> *Fam.* 12.16.2.

<sup>112</sup> Filósofo peripatético que se mudou de Mitilene para Atenas, no final de 46, ou já em 45, e que deu aulas ao filho do orador. Segundo Plutarco, a pedido de Cícero, César concedeu ao filósofo a cidadania romana (Plu., *Cic.* 24.7-8). Cf. SHACKLETON BAILEY (1977) v. 2, nota 5 ad *Fam.* 12.16.

<sup>113</sup> *Fam.* 12.16.2.

Isócrates havia dito de Éforo e Teopompo, isto é, que um tinha de ser refreado — Quinto, entenda-se — e o outro, por ser preguiçoso ou rebelde, estimulado<sup>115</sup>.

Quando decidiu enviar o filho para Atenas, foi com a esperança de que o contacto com colegas prestáveis, o magistério de Cratipo e a memória histórica da cidade nobilíssima despertassem nele o gosto pelo estudo e o interesse pela filosofia<sup>116</sup>. No entanto, a influência de um mau mestre, Górgias, que era hábil em despertar nos jovens tendências menos boas<sup>117</sup>, em vez disso, despertou nele o gosto pelos prazeres fáceis.

O pai, porém, não podia resignar-se a ver destruídos todos os projectos que tinha feito para o filho, pelo que em de Abril de 44, cerca de um ano depois de Marco ter ido para Atenas, terá começado a ponderar a hipótese de se deslocar até à Grécia<sup>118</sup>. Inicialmente, tê-lo-ão movido razões de natureza exclusivamente familiar: sentia que a sua visita poderia devolver ao jovem a concentração nos estudos<sup>119</sup>. Posteriormente, tê-lo-ão também movido razões de natureza política; é que esta viagem à Grécia, como *legatus*, permitir-lhe-ia evitar o perigo de um massacre iminente<sup>120</sup>. Ao optar por esta solução, temia, no entanto, incorrer em algum tipo de reprovação, por abandonar a República num momento tão difícil:

*<Si> proficiscor, ut constitueram, legatus in Graeciam, caedis impendentis periculum non nihil uitare uideor, sed casurus in aliquam uituperationem quod rei publicae defuerim tam graui tempore. (...) iam illa consilia priuata sunt, quod sentio ualde esse utile confirmationem Ciceronis me illuc uenire; nec alia causa profectionis mihi ulla fuit tum cum consilium cepi legare a Caesare.*<sup>121</sup>

---

<sup>114</sup> Ibidem.

<sup>115</sup> Cf. *Att.* 6.1.12: *Cicerones pueri amant inter se, discunt, exercentur, sed alter, ut Isocrates dixit in Ephoro et Theopompo, frenis eget, alter calcaribus.* Vide, ainda, *Orat.* 3.36; *Brut.* 204.

<sup>116</sup> Cf. *Off.* 1.1: *Quamquam te, Marce fili, annum iam audientem Cratippum, idque Athenis, abundare oportet praeceptis institutisque philosophiae propter summam et doctoris auctoritatem et urbis, quorum alter te scientia augere potest, altera exemplis...*

<sup>117</sup> Este mestre de retórica conheceu grande notoriedade em finais do governo de Augusto. A sua obra de retórica *Σχῆμα Διαβολῆς καὶ Λέξεως* foi apontada por Séneca-o-Velho como a fonte do tratado de Rutilio Lupo, o *De Figuris Sententiarum et Elocutionis* (cf. MÜNZER, *RE* 7.1604 sq.). Segundo Plutarco (*Cic.* 24.8-9), Górgias terá exercido má influência sobre o jovem Marco, levando-o a comportar-se de forma desregrada e boémia, pelo que Cícero terá, com justiça, procurado afastá-lo da companhia do filho, escrevendo-lhe uma carta, em língua grega e em tom irado, a manifestar o seu desagrado.

<sup>118</sup> Cícero pensava poder fazer a viagem daí a três meses. Cf. *Att.* 14.7.2: *Omnino si ego euolo mense Quintili in Graeciam...*

<sup>119</sup> Cf. *D.C.* 45.15.4.

<sup>120</sup> Cf. *D.C.* 46.3.2.

<sup>121</sup> *Att.* 14.13.4.



Não obstante, decidiu, logo que se revelasse oportuno, viajar até à Grécia, ao encontro do filho, para ver de perto como estavam a correr os seus estudos e tentar fazer com que regressasse ao bom caminho:

*Nunc, mi Attice, me fac ut expedias. Cupio, cum Bruto nostro adfatim satis fecerim, excurrere in Graeciam. Magni interest Ciceronis uel mea potius uel mehercule utriusque me interuenire discenti.*<sup>122</sup>

Apesar da morte de César, sentia que de nada lhe valia estar em Itália; por outro lado, insatisfeito com as notícias que Leónidas lhe ia dando, pensava, de dia para dia, cada vez mais, na viagem até à Grécia:

*Ego ex iis quae parari uideo non multum Idibus Martiis profectum iudico. Itaque de Graecia cottidie magis et magis cogito. Nec enim Bruto meo exsilium, ut scribit ipse, meditati uideo quid prodesse possim. Leonidae me litterae non satis delectarunt.*<sup>123</sup>

Nas vésperas da partida, ainda revelou a Ático as hesitações e preocupações que esta viagem lhe trazia à mente<sup>124</sup>, mas admitiu também que os benefícios que o jovem Marco poderia vir a colher desta visita compensariam o esforço despendido:

*Consolantur haec: aut proderimus aliquid Ciceroni aut quantum profici possit iudicabimus...*<sup>125</sup>

---

<sup>122</sup> Att. 14.16.3, de Maio de 44.

<sup>123</sup> Att. 14.18.4. No entanto, ainda em Maio, Cícero confessou a Ático que, apesar de ter decidido manter-se afastado de Roma, não tinha decidido definitivamente abandonar a Itália: *mihi uerum deliberatum est, ut nunc quidem est, abesse ex ea urbe in qua non modo florui cum summa uerum etiam seruiui cum aliqua dignitate; nec tam statui ex Italia exire, de quo tecum deliberabo, quam istuc non uenire* (Att. 15.5.3). As hesitações eram muitas. Cf. Att. 15.18.1; 15.19.1; 15.20.4; 15.21.3 (neste passo, como noutros, discute com Ático o local de embarque. Cf. Att. 16.4.4).

<sup>124</sup> Cf. Att. 15.23: *Mirifice torqueor, sine dolore tamen; sed permulta mihi de nostro itinere in utramque partem occurrunt. 'quousque?' inquires. Quoad erit integrum; erit autem usque dum ad nauem.* As hesitações relativas ao momento ideal para viajar foram muitas. (cf. e. g. Att. 15.25). O que mais lhe iria custar nesta viagem era a separação do amigo (cf. Att. 15.27.2). Outro inconveniente seria, tendo em conta a sua idade, a fadiga inerente a uma tão longa e difícil viagem. Por outro lado, parecia-lhe absurdo o momento escolhido para se ausentar: partiria de Itália com paz, para regressar com guerra, e iria consumir dias no estrangeiro que poderiam ser tranquilamente passados nas suas belas e aprazíveis *uillae* (cf. Att. 16.3.4).

<sup>125</sup> Att. 16.3.4

A *legatio* acabou por ser aprovada<sup>126</sup>. Apesar da disparidade de opiniões relativamente à sua saída de Itália, acabou por ceder à pressão a que sentia estar sujeito<sup>127</sup>. Partiu, então, de Pompeios no dia 17 de Julho de 44<sup>128</sup>. Depois de ter passado por Vélia, Vibão e Régio<sup>129</sup>, partindo já de Leucópetra, rumou a Siracusa. Daqui, no dia 6 de Agosto, dirigiu-se para a Grécia, mas os ventos contrários lançaram-no para a costa de Leucópetra, tendo ficado alojado na *uilla* do seu amigo Valério<sup>130</sup>. No dia seguinte, foram visitá-lo alguns cidadãos acabados de chegar de Roma, que lhe comunicaram a vontade de António se submeter às decisões do Senado. Disseram-lhe ainda que as pessoas desejavam o seu regresso e que, de certa forma, criticavam a sua ausência da Urbe<sup>131</sup>. Tais notícias induziram-no a renunciar à viagem à Grécia e a regressar o mais depressa possível a Roma, para seguir mais de perto o curso dos acontecimentos<sup>132</sup>. O assassinato de César havia criado uma situação política difícil e o grande orador não podia ficar indiferente ao chamamento da pátria, pelo que desistiu da viagem<sup>133</sup>.

Marco permaneceu em Atenas desde Março de 45 a Outubro ou Novembro de 44. É pouco provável que o jovem, nos últimos meses da sua estadia, tenha decidido dar ouvidos ao pai e adoptar um comportamento radicalmente oposto àquele que adoptara nos últimos meses. Da leitura da única carta que dele nos chegou, fica-nos, no entanto, a certeza da promessa de mudança. Nessa carta, escrita, a Tirão, no verão de 44, começou

---

<sup>126</sup> A 4 de Junho, Dolabela constituiu Cícero seu lugar-tenente honorário. A *libera legatio* que lhe foi concedida permitiria a Cícero viajar pelas províncias sem ter quaisquer deveres a desempenhar. Cf. *Phil.* 1.6 (*ius legationis liberum*); *Att.* 15.11.4: *Ne forte sis nescius, Dolabella me sibi legavit a. d. III Non. [Apriles]; Att.* 15.29: *legationem probari meam gaudeo*.

<sup>127</sup> *Att.* 16.1.3: *Meam profectionem laudari gaudeo*; *Att.* 16.2.4: *Consilium meum quod ais cottidie magis laudari non moleste fero exspectabamque si quid de eo ad me scriberes. Ego enim in uariis sermones incidebam. Quin etiam idcirco trahebam ut quam diutissime integrum esset. Sed quoniam furcilla extrudimur, Brundisium cogito*.

<sup>128</sup> De facto, na carta a Ático datada de 17 de Julho, pode ler-se que a mesma foi escrita durante o percurso que medeia entre a sua *uilla* de Pompeios e o local de embarque: *Haec ego conscendens e Pompeiano tribus actuariolis decemscalmis*. (*Att.* 16.3.6).

<sup>129</sup> Cf. *Att.* 16.6.1; *Fam.* 7.19.

<sup>130</sup> Cf. *Att.* 16.7.1.

<sup>131</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>132</sup> Numa carta escrita a Trebácio Testa em finais de Julho de 44 (*Fam.* 7.19), Cícero comunicou ao amigo a intenção de regressar a Roma. Mais tarde, num bilhete escrito a Cornifício, Cícero disse ao amigo tê-lo escrito no decorrer de uma sessão do Senado (cf. *Fam.* 12.20: *haec cum essem in senatu exauri*), possivelmente aquela em que Cícero pronunciou a *Primeira Filípica*, ou seja, no dia 2 de Setembro. Nessa data, o orador já estaria, então, em Roma. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, 23; SHACKLETON BAILEY (1977) v. 2, 478, introd. ad *Fam.* 12.20, afirma não ser possível provar esta datação, apesar de considerar bastante plausível esta hipótese.

<sup>133</sup> Cf. *Cic.*, *Off.* 3.121: *sed, ut, si ipse uenisset Athenas (quod quidem esset factum, nisi me e medio cursu clara uoce patria reuocasset)...*; D.C. 46.3.2.

por exprimir a alegria que sentira ao receber notícias do pai e do liberto, depois de ter esperado tantos dias por uma missiva:

*Cum uehementer tabellarios exspectarem cotidie, aliquando uenerunt post diem quadragensimum et sextum quam a uobis discesserant. Quorum mihi fuit aduentus exoptatissimus; nam, cum maximam cepissem laetitiam ex humanissimi et carissimi patris epistula, tum uero iucundissimae tuae litterae cumulum mihi gaudii attulerunt.*<sup>134</sup>

Tirão informara-o dos rumores que a mudança — ou promessa de mudança — do seu comportamento havia suscitado em Roma, pelo que Marco prometeu não desiludir as esperanças dos seus familiares e empenhar-se para que o juízo favorável que as pessoas faziam então de si crescesse de dia para dia. Os erros cometidos no passado, que tanto desgosto haviam dado ao pai, enchiam-no de arrependimento:

*Gratos tibi optatosque esse qui de me rumores adferuntur non dubio, mi dulcissime Tiro, praestaboque et enitar ut in dies magis magisque haec nascens de me duplicetur opino. Quare quod polliceris te bucinatorem fore existimationis meae, firmo id constantique animo facias licet; tantum enim mihi dolorem cruciatumque attulerunt errata aetatis meae ut non solum animus a factis, sed aures quoque a commemoratione abhorreant. (...) Quoniam igitur tum ex me doliusti, nunc ut duplicetur tuum ex me gaudium praestabo.*<sup>135</sup>

Referiu, depois, os seus progressos nos estudos de filosofia e a diligência com que seguia as lições do filósofo Cratipo, que gostava de ouvir e cuja companhia muito apreciava:

*Cratippo me scito non ut discipulum, sed ut filium esse coniunctissimum. Nam [et] audio illum libenter tum etiam propriam eius suauitatem uehementer amplector.*<sup>136</sup>

Marco confessou ainda passar grande parte do seu tempo com este mestre, que, durante a *cena*, costumava pôr de parte o ar sério de filósofo, para assumir uma atitude mais descontraída e cúmplice para com o discípulo. Não admira, pois, que o jovem desejasse que Tirão o conhecesse pessoalmente:

---

<sup>134</sup> *Fam.* 16.21.1.

<sup>135</sup> *Fam.* 16.21.2-3.

<sup>136</sup> *Fam.* 16.21.3.

*Sum totos dies cum eo noctisque saepe numero partem; exoro enim ut mecum quam saepissime cenet. Hac introducta consuetudine saepe inscientibus nobis et cenantibus obrepit sublataque seueritate philosophiae humanissime nobiscum iocatur. Qua re da operam ut hunc talem, tam iucundum, tam excellentem uirum uideas quam primum.*<sup>137</sup>

Estava decidido a seguir os conselhos do pai, que considerava Cratipo o mais proeminente filósofo da época<sup>138</sup>. De facto, Cícero admoestava-o com frequência a respeitar os ensinamentos do mestre, a tornar-se digno da cidade que o acolhia e a não trair as esperanças que o pai nele depositava<sup>139</sup>.

Outro mestre com quem costumava privar era o retor Brútio<sup>140</sup>. Este, além de levar uma existência frugal, tinha a capacidade de aliar o divertimento ao estudo. Marco, com o pouco dinheiro de que dispunha<sup>141</sup>, decidiu custear o aluguer de um espaço próximo do local onde se encontrava instalado, para o mestre que vivia com dificuldades. Na verdade, o jovem, que exercitava já, com Cássio<sup>142</sup>, a *declamatio*<sup>143</sup> em língua grega, pretendia exercitá-la também em Latim, com Brútio. Esta decisão agradaria, com toda a certeza, ao pai, que defendia o estudo combinado do Grego e do Latim não apenas na aprendizagem da filosofia, mas também na prática da oratória<sup>144</sup>:

---

<sup>137</sup> Ibidem.

<sup>138</sup> Cf. *Off.* 3.5: *quamquam a Cratippo nostro, principe huius memoriae philosophorum, haec te assidue audire atque accipere confido, tamen conducere arbitror talibus aures tuas uocibus undique circumsonare, nec eas, si fieri posit, quicquam aliud audire.* Vide, ainda, *Off.* 1.2 (*disces tu quidem a principe huius aetatis philosophorum*) e *Off.* 2.8 (*in antiquissima nobilissimaque philosophia Cratippo auctore uersaris*).

<sup>139</sup> Cf. *Plu.*, *Cic.* 24.8; *Cic.*, *Off.* 3.6: *Suscepisti onus praeterea graue et Athenarum et Cratippi; ad quos cum tamquam ad mercaturam bonarum artium sis profectus, inanem redire turpissimum est dedecorantem et urbis auctoritatem et magistri.* O empenho de Cícero na formação do filho ressalta ainda do próêmio das *Partitiones oratoriae*. Ao lê-lo, recordamos o quanto Cícero gostava de acompanhar o filho no estudo da eloquência, e como acalentava o desejo de ter em Marco um digno seguidor da sua arte (*An est, mi Cicero, quod ego malim, quam te quam doctissimum esse? Otium autem primum est summum, quoniam aliquando Roma exeundi potestas data est, deinde ista tua studia uel maximis occupationibus meis anteferebam libenter*).

<sup>140</sup> Não existem informações acerca da identidade deste professor de retórica (cf. *Les Belles Lettres*, v. 9, nota b ad *Fam.* 16.21.4; SHACKLETON BAILEY (1977) v. 2, 477, nota 1 ad *Fam.* 16.21.4).

<sup>141</sup> Apesar de a anuidade concedida pelo pai ser mais do que suficiente, em Junho, Marco tinha-se queixado que Xénon lhe entregava o dinheiro com excessiva parcimónia (cf. *Att.* 16.1.5).

<sup>142</sup> Segundo SHACKLETON BAILEY (1977) v. 2, 477, nota 2 ad *Fam.* 16.21.5, “another unknown professor of rhetoric. The Roman name could conceal a Greek one (*Castorem? Cassandrum? Ctesiam?*).”

<sup>143</sup> O magistério do *rhotor* compreendia exercícios escritos e orais. Cf. PAOLI (1940, trad. 1999) 170.

<sup>144</sup> Cf. *Off.* 1.1: *ut ipse ad meam utilitatem semper cum Graecis Latina coniunxi neque id in philosophia solum, sed etiam in dicendi exercitatione feci, idem tibi censeo faciendum, ut par sis in utriusque orationis facultate.*

A propósito, leia-se PAOLI (1940, trad. 1999) 170: “Greek was very widely spoken throughout the Roman world; the contacts which had existed from earliest times with Magna Graecia, the residence in the oriental Hellenised provinces of many Roman soldiers and merchants, and, above all, the large number of Greek slaves in Roman families from whom children spontaneously learnt a second tongue, made the Romans a

*Nam quid ego de Bruttio dicam, quem nullo tempore a me patior discedere? Cuius cum frugi seueraque est uita tum etiam iucundissima conuictio; non est enim seiunctus iocus a philologia et cottidiana συζήτηση. Huic ego locum in proximo conduxì et, ut possum, ex meis angustiis illius sustento tenuitatem. Praeterea declamitare Graece apud Cassium institui, Latine autem apud Bruttium exerceri uolo.*<sup>145</sup>

Marco convivia com outros eruditos, nomeadamente, amigos e conhecidos de Cratipo, que o filósofo havia trazido consigo de Mitilene. Privava ainda com Epícrates<sup>146</sup> e Leónidas, entre outras pessoas da confiança do pai:

*Vtor familiaribus et cottidianis conuictoribus quos secum Mytilenis Cratippus adduxit, hominibus et doctis et illi probatissimis. Multum etiam mecum est Epicrates, princeps Atheniensium, et Leonides et horum ceteri similes.*<sup>147</sup>

Em observância às sábias recomendações do pai, decidira não mais dar ouvidos aos maus conselhos do professor de retórica Górgias, ainda que reconhecendo a sua utilidade no exercício da *declamatio*. Não queria de forma alguma trair a confiança do *paterfamilias*:

*De Gorgia autem quod mihi scribis, erat quidem ille in cotidiana declamatione utilis, sed omnia postposuit, dummodo praeceptis patris parerem; διαρρηδην enim scripserat ut eum dimitterem statim. Tergiversari nolui, ne mea nimia σπουδή suspicionem ei aliquam importaret. Deinde illud etiam mihi succurrebat, graue esse me de iudicio patris iudicare.*<sup>148</sup>

Marco pediu, depois, a Tirão que lhe enviasse o mais rapidamente possível um culto secretário, de preferência, instruído em grego, que pudesse ajudá-lo a tomar apontamentos das lições. É que essa tarefa tomava muito do seu tempo:

---

bilingual people. (...) with the passage of time the learning of Greek seemed so essential, particularly in aristocratic families, that elementary and secondary education began with it.”

<sup>145</sup> *Fam.* 16.21.4-5.

<sup>146</sup> SHACKLETON BAILEY (1977) v. 2, 447, notas 5-6 ad *Fam.* 16.21.5, refere que este Epícrates foi identificado por GRAINDOR, P., em *Athènes sous Auguste* (Le Caire 1927) 105 sq., como sendo um filho de Calímaco que desempenhou importantes funções na cidade de Atenas, no início do governo de Augusto. Cf. J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 9, 288, nota 1 ad 264.

<sup>147</sup> *Fam.* 16.21.5.

<sup>148</sup> *Fam.* 16.21.6.

*Sed peto a te ut quam celerrime mihi librarius mittatur, maxime quidem Graecus; multum mihi enim eripitur operae in exscribendis hypomnematis.*<sup>149</sup>

A fechar a carta, recomendou ao liberto que cuidasse da sua saúde. Assim que regressasse de Atenas, poderiam discutir questões de literatura:

*Tu uelim in primis cures ut ualeas, ut una συμφιλολογεῖν possimus.*<sup>150</sup>

A leitura desta missiva deixa-nos tentados a acreditar nas belas palavras de Marco, na nobreza dos seus propósitos e no seu entusiasmo pelo estudo da filosofia e da retórica. No entanto, a volubilidade com que, por vezes, alterava as suas decisões não nos permite acreditar em absoluto nesta declaração de virtude<sup>151</sup>. Além do mais, ainda que o desejasse ardentemente, Marco não terá disposto de muito mais tempo em Atenas para dar cumprimento às promessas que fizera. Na verdade, esta carta, que data dos últimos meses de 44, precede pouco tempo a sua integração no exército de Marco Bruto<sup>152</sup>.

O breve período vivido pelo jovem ao lado de Bruto, que foi, talvez, o mais brilhante da sua existência, ficou marcado pelo seu imenso espírito de iniciativa e entusiasmo. Investido das funções de tribuno militar, exerceu-as de forma exemplar, tendo alcançado o mérito de aliciar algumas coortes cesarianas<sup>153</sup>. Bruto não se cansou de o elogiar junto do pai. Em carta datada de 1 Abril de 43, nas vésperas da batalha de Múтина, enumerou as qualidades que o caracterizavam e louvou a excelência do seu carácter, não fosse ele filho de quem era:

---

<sup>149</sup> *Fam.* 16.21.8.

<sup>150</sup> *Ibidem.*

<sup>151</sup> Não nos esqueçamos, por exemplo, que, em 46, dois anos depois de ter combatido corajosamente em Farsalo, ao lado de Pompeio, estava disposto a pôr-se ao serviço de César.

<sup>152</sup> Cf. *Plu., Cic.* 45.3; *App., BC* 4.51.

<sup>153</sup> Em Abril de 43, Marco Bruto, que se encontrava na Grécia, comandava oito legiões contra Marco António (cf. *App., BC* 3.79 e 4.75): duas que ele próprio recrutou, duas conduzidas por Q. Hortêncio Hórtalo, governador da Macedónia, as três legiões da Ilíria que se aliaram a ele e, por fim, a última das seis legiões cesarianas da Macedónia. Algumas coortes desta legião tinham-se rendido ao jovem filho de Cícero, que Bruto fizera tribuno militar; as restantes acabaram por ser capturadas em Apolónia (cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, 200). No passo *Phil.* 10.13, Cícero afirmou: *Legio quam L. Piso ducebat, legatus Antoni, Ciceroni se filio meo tradidit.*

Ao afirmar que o filho assumiu o comando de toda a legião anteriormente comandada por L. Calpúrnio Pisão, Cícero quis amplificar os sucessos militares de Marco. Na verdade, Marco António conservou o comando de sete das dez coortes que compunham a legião. Cf. WUILLEUMIER, P., *Cicéron. Discours. Tome XX. Philippiques V a XIV* (Paris 1960) nota 3 ad 133).

*Cicero, filius tuus, sic mihi se probat industria, patientia, labore, animi magnitudine, omni denique officio ut prorsus numquam dimittere uideatur cogitationem cuius sit filius.*<sup>154</sup>

Cícero não pôde deixar de se sentir orgulhoso da conduta do jovem, ao sabê-lo tão estimado por Bruto:

*De Cicerone meo et, si tantum est in eo quantum scribis, tantum scilicet quantum debeo gaudeo et, si quod amas eum eo maiora facis, id ipsum incredibiliter gaudeo, a te eum diligi.*<sup>155</sup>

O seu agrado era ainda maior quando essas virtudes bélicas chegavam ao conhecimento do Senado:

*Nam tuae litterae quae recitatae in senatu sunt et imperatoris et militum uirtutem et industriam tuorum, in quibus Ciceronis mei, declarant.*<sup>156</sup>

Na perspectiva do pai, Marco Bruto era um exemplo a seguir. Pediu, por isso, ao amigo que se fizesse acompanhar do filho:

*Ciceronem meum, mi Brute, uelim quam plurimum tecum habeas; uirtutis disciplinam meliorem reperiet nullam quam contemplationem atque imitationem.*<sup>157</sup>

Depois da batalha de Múтина (21 de Abril de 43), e do desaparecimento dos dois cônsules, Hércio e Pansa<sup>158</sup>, Lépido, que pouco tempo antes havia jurado lealdade ao Senado, acabou por receber António, derrotado e fugitivo, no seu acampamento, e consentiu pôr à disposição daquele o seu poderosíssimo exército. Esta união reacendeu a guerra que havia praticamente terminado. Planco, ao aperceber-se de que Lépido e António tinham levantado os acampamentos deles para seguirem na sua direcção, levantou

---

<sup>154</sup> *ad Br.* 2.3.6. Sobre os feitos militares de Marco Cícero, vide também Plu., *Brut.* 24.

<sup>155</sup> *ad Br.* 2.4.6.

<sup>156</sup> *ad Br.* 2.5.2.

<sup>157</sup> *ad Br.* 2.5.6.

<sup>158</sup> A aliança do exército de Octaviano com os dos dois cônsules permitiu a vitória sobre Marco António. No entanto, Hércio acabaria por morrer em pleno campo de batalha, e Pansa, pouco depois, em virtude dos ferimentos sofridos em combate. Cf. *ad Br.* 1.3a.4; *Fam.* 10.33.4 e 11.9.

rapidamente o seu, em retirada urgente para a outra margem do rio Isauro<sup>159</sup>. Estacionado em Cularão, ficou a aguardar a chegada do colega Décimo Bruto. Este, no dia 21 de Maio, de Vercelas, havia escrito a Cícero<sup>160</sup>, a lamentar não poder contar com as legiões Márcia e Quarta, as quais, querendo servir Octaviano, se negavam a estar sob as suas ordens<sup>161</sup>. Perante a perspectiva de levar consigo apenas soldados desanimados, Décimo temia, pelo seu exército e pela República, qualquer encontro com o inimigo. Para agravar a situação, Octaviano não lhe havia enviado a legião do exército de Pansa<sup>162</sup>. Neste contexto de insegurança, os dois cônsules, entretanto reunidos em Cularão, escreviam constantemente a pedir reforços, pois só assim teriam capacidade para fazer frente ao inimigo<sup>163</sup>.

Cícero, querendo dar resposta a estes pedidos urgentes de apoio militar, escrevia frequentemente a Marco Bruto<sup>164</sup> e a Cássio, exortando-os a intervirem *ad bellum commune*, a irem com as suas legiões para Itália, enquanto ainda estavam a tempo de deterem Lépidio e António e de terminarem favoravelmente a guerra<sup>165</sup>.

Não obstante a gravidade e a incerteza da situação político-militar, o estadista não deixou de estar atento à carreira do filho. Em Maio, em plena guerra civil, entre outros assuntos que dominavam a actualidade, discutiu com Bruto as hipóteses de uma eventual candidatura do jovem a um lugar no *collegium pontificum*<sup>166</sup>:

*Ciceronem nostrum in uestrum collegium cooptari uolo.*<sup>167</sup>

Admitiu perante Bruto a hipótese de esta candidatura poder ser feita *in absentia*, isto é, sem que o jovem precisasse de estar em Roma. A corroborar esta ideia, o orador aduziu o exemplo de Gaio Mário, que fora eleito áugure durante o tempo que esteve na Capadócia, e referiu a inexistência de qualquer lei que impedisse outros, em semelhantes circunstâncias, de fazerem o mesmo:

---

<sup>159</sup> Cf. *Fam.* 10.23.1-3.

<sup>160</sup> Cf. *Fam.* 11.19.

<sup>161</sup> Cf. *Fam.* 11.14.2.

<sup>162</sup> Cf. *Fam.* 11.20.4.

<sup>163</sup> Cf. *Fam.* 11.14.2-3 e 11.26.

<sup>164</sup> Durante o cerco de Mútila (Dezembro de 44), Marco Bruto mantivera o seu exército estacionado em Dirráquio, para ir em auxílio de Décimo Bruto, se tal viesse a revelar-se necessário. No entanto, depois que o cerco foi levantado, conduziu-o até Quersoneso, porque tinha ouvido o falso rumor de que Dolabela, tendo fugido da Síria, se havia refugiado ali. Cf. *ad Br.* 1.2.1-2.

<sup>165</sup> *Fam.* 11.25.2; 12.10.4 e *ad Br.* 1.10; 1.9; 1.12; 1.14. Para mais informações sobre este período da história romana, vide GUILLEN (1981) v. 2, 413-433.

<sup>166</sup> Cf. É esta a legião de SHACKLETON BAILEY (2002) nota 1 *ad Br.* 1.5.3.



*Existimo omnino absentium rationem sacerdotum comitiis posse haberi; nam et factum est antea. Gaius enim Marius, cum in Cappadocia esset, lege Domitia factus est augur nec quo minus id postea liceret ulla lex sanxit.*<sup>168</sup>

De facto, a *lex Iulia*, referida como a mais actual nesta matéria, previa a eleição não apenas daqueles que, *in praesentia*, se apresentassem como candidatos, mas também daqueles que, apesar de ausentes, vissem aceite a sua candidatura:

*Est etiam in lege Iulia, quae lex est de sacerdotiis proxima, his uerbis: 'qui petet cuiusue ratio habebitur.' Aperte indicat posse rationem haberi etiam non petentis.*<sup>169</sup>

Cícero havia já escrito a Marco sobre esta questão, sugerindo ao jovem que se aconselhasse com Bruto sobre o que fazer:

*Hac de re scripsi ad eum ut tuo iudicio uteretur sicut in rebus omnibus.*<sup>170</sup>

Admitiu, no entanto, que todo este processo se tornaria mais fácil para aqueles que se apresentassem, em pessoa, como candidatos. Se Bruto decidisse seguir com o seu exército para a Ásia, Marco, que o acompanhava, não teria hipótese de estar presente:

*Sed quamuis liceat absentis rationem haberi, tamen omnia sunt praesentibus faciliora. Quod si statueris in Asiam eundum, nulla erit ad comitia nostros accersendi facultas.*<sup>171</sup>

Este passo reflecte o funcionamento irregular que, em meados de 43, caracterizava as instituições político-religiosas. Depois que a *lex Domitia* de 104, revogada por Sula, entrou novamente em vigor em 63 e foi ligeiramente modificada pela *lex Iulia de sacerdotiis*, posterior a 49, o complexo processo de designação dos sacerdotes dos grandes colégios combinava eleição popular, *cooptatio* e validação augural. Dado que a presidência dos comícios sacerdotais era da incumbência dos cônsules e que os dois cônsules em

---

<sup>167</sup> *ad Br.* 1.5.3.

<sup>168</sup> Ibidem.

<sup>169</sup> Ibid..

<sup>170</sup> Ibid..

<sup>171</sup> Ibid..

exercício tinham morrido<sup>172</sup>, a reunião desses comícios foi adiada *sine die*<sup>173</sup>. Se ao menos um dos dois cônsules tivesse sobrevivido, ter-se-ia encontrado rapidamente um novo colega e, desse modo, as eleições para os colégios sacerdotais aconteceriam antes das eleições pretorianas:

*Pansa uiuo celeriora omnia putabamus. Statim enim collegam sibi subrogauisset; deinde ante praetoria sacerdotum comitia fuissent.*<sup>174</sup>

No caso da morte ou resignação de ambos os cônsules, o Senado nomeava um *interrex*, que teria a incumbência de reunir os *comitia* para a eleição de novos cônsules. Antes, porém, era necessário os *auspicia ad patres redire*, o que poderia acontecer somente quando a totalidade dos magistrados patrícios, aos quais assistia, colectivamente, o direito de «auspícios» depois da morte dos cônsules, renunciasse ao exercício desse direito; ora, entre os patrícios nomeados por César, muitos encontravam-se ausentes de Roma, pelo que não estavam em condições de renunciar, de forma imediata, ao seu cargo e, consequentemente, aos seus *auspicia, maiora* ou *minora*<sup>175</sup>:

*Nunc per auspicia longam moram uideo. Dum enim unus erit patricius magistratus, auspicia ad patres redire non possunt. Magna sane pertubatio.*<sup>176</sup>

Estava-se, pois, num impasse. Ainda assim, no início de Julho, Cícero acreditava que Bruto acederia ao pedido de vir com o seu exército para Itália e que, assim, em breve, poderia abraçar o filho:

*Ciceronem meum propediem, ut spero, uidebo; tecum enim illum et te in Italiam celeriter esse uenturum confido.*<sup>177</sup>

Depois de ter sido informado por Bruto de que este lhe iria enviar o filho para que ele se pudesse candidatar ao lugar no colégio, o pai respondeu-lhe dizendo que havia já

---

<sup>172</sup> Hircio e, depois, Pansa morreram na primavera de 43, na sequência dos combates em Múтина (cf. *ad Br.* 1.3a.4; *Fam.* 10.33.4 e 11.9).

<sup>173</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 11, 12 sq..

<sup>174</sup> *ad Br.* 1.5.4.

<sup>175</sup> Cf. D.C. 46.45.3; *Les Belles Lettres*, v. 11, 13.

<sup>176</sup> *ad Br.* 1.5.4.

enviado mensageiros que aconselhariam Marco a regressar para junto de Bruto. Havia tempo para se candidatar. Mais importante do que tudo, nesse momento, era a guerra. Para que não restassem dúvidas relativamente a este seu desejo, tinha escrito mais do que uma vez ao filho a informá-lo de que, graças ao esforço que dispendera nesse sentido, tinha conseguido que as eleições para o colégio de sacerdotes fossem adiadas até ao ano seguinte<sup>178</sup>:

*Ego autem, cum ad me de Ciceronis abs te discessu scripsisses, statim extrusi tabellarios litterasque ad Ciceronem ut, etiam si in Italiam uenisset, ad te rediret; nihil enim mihi iucundius, nihil illi honestius. Quamquam aliquotiens ei scripseram sacerdotum comitia mea summa contentione in alterum annum esse reiecta...*<sup>179</sup>

O pai preferia que Bruto, em vez de enviar o jovem para Roma, o trouxesse consigo para Itália, integrado no seu exército. Se Bruto estivesse efectivamente empenhado em salvar a pátria, deveria rumar a Itália com urgência, já que a guerra havia recrudescido por culpa de Lépidio:

*Quare omni studio a te, mi Brute, contendo ut Ciceronem meum ne dimittas tecumque deducas; quod ipsum, si rem publicam, cui susceptus es, respicis, tibi iam iamque faciendum est; renatum enim bellum est, idque non paruum, scelere Lepidi.*<sup>180</sup>

A urgência deste pedido voltou a ser evidente nas duas cartas que, no mês de Julho, ainda escreveu a Bruto<sup>181</sup>. Estes apelos, juntamente com o que dirigiu, igualmente no mês de Julho, a Cássio, constituem as últimas missivas que nos chegaram da sua correspondência. Nem Bruto nem Cássio se dignariam, porém, atender a este chamamento desesperado da pátria<sup>182</sup>. Octaviano e Planco acabaram por marchar ao lado de António, e o exército republicano, desaparecidos, em Múтина, os seus melhores líderes, os cônsules

---

<sup>177</sup> *ad Br.* 1.12.3.

<sup>178</sup> Em Agosto, porém, Octaviano, apesar de não ter mais de vinte anos, com a ambição de ser eleito cônsul, fez designar dois particulares, com poder consular, para que se pudessem reunir os *comitia* e, desse modo, realizar as eleições consulares (cf. D.C. 46.45.3). Sobre este assunto, vide *Les Belles Lettres*, v. 11, 13, nota 3.

<sup>179</sup> *ad Br.* 1.14.1.

<sup>180</sup> *ad Br.* 1.14.2.

<sup>181</sup> *ad Br.* 1.15.12 e 1.18.1-2.

<sup>182</sup> Sobre as razões que teriam levado Cássio e Bruto a recusar apoio às forças senatoriais, vide e. g. o que afirmam WILLIAMS et al. (1972) 620 sq.; GUILLEN (1981) v. 2, 432-433.

Hírcio e Pansa, mostrou-se incapaz de lhes fazer frente, apesar de dominar todo o império romano. Com a formação do segundo triunvirato (António, Octaviano e Lépido), Cícero ficou entregue à fúria de António e passou a integrar as listas de proscricções<sup>183</sup>.

Apesar de ter sido proscrito juntamente com o pai, que acabou por ser assassinado, Marco conseguiu escapar às garras de António, porquanto se encontrava na Macedónia, ao serviço de M. Bruto<sup>184</sup>. Depois da derrota republicana na batalha de Filipos, em Outubro de 42, na qual se bateu valentemente ao comando de uma unidade de cavalaria, Marco passou pela Ásia, onde se aliou a Cássio de Parma<sup>185</sup>, que tentava resistir a Octaviano e António. Da Ásia passou pela Sicília, onde se juntou a Sexto Pompeio<sup>186</sup>, e, em 39, logo depois do tratado de Miseno<sup>187</sup>, regressou a Roma. Octaviano, lembrando-se então da colaboração que havia recebido de Cícero na luta contra António, e como forma de se desculpar por ter traído o orador, decidiu pagar ao filho a dívida de gratidão que contraía para com o pai, nomeando-o pontífice menor e, depois, no ano de 30, constituindo-o seu colega no consulado<sup>188</sup>. Durante o seu consulado, o Senado ordenou que fossem derrubadas as imagens representativas de Marco António, anulou todas as suas outras honras e determinou que nenhum dos *Antonii* pudesse usar o nome *Marcus*<sup>189</sup>. Após Octaviano ter anunciado a derrota de Marco António em Áccio, Marco Cícero, enquanto cônsul, para dar conhecimento desse facto ao povo, mandou que se afixasse a notícia nos mesmos *rostra* onde antes havia sido exibida a cabeça do malogrado pai<sup>190</sup>. Mais tarde, talvez em 28, o jovem tornou-se procônsul na Síria<sup>191</sup>, sendo este o último acontecimento relativo à sua carreira de que temos notícia<sup>192</sup>.

---

<sup>183</sup> Octaviano, depois de dar alguns sinais de ruptura com o Senado, acabou por entrar em acordo com Marco António e, conseqüentemente, por trair Cícero (vide GUILLEN (1981) v. 2, 433-450). Acerca da morte de Cícero, leia-se e. g. STOCKTON (1971) 332.

<sup>184</sup> Cf. App., BC 4.19.

<sup>185</sup> Cf. App., BC 5.2.

<sup>186</sup> Cf. App., BC 4.51.

<sup>187</sup> Entre Pompeio e António e Octaviano estabeleceu-se um acordo de paz, celebrado ao largo do promontório Miseno, na Campânia (cf. App., BC 5.69-75).

<sup>188</sup> Cf. App., BC 4.51; D.C., 51.19.4.

<sup>189</sup> Cf. Plu., Cic. 49.6; D.C., 51.19.3.

<sup>190</sup> Cf. App., BC 4.51; D.C., 47.8.3.

<sup>191</sup> Cf. App., BC 4.51.

<sup>192</sup> Encontramos, todavia, em diversos autores algumas referências ao seu carácter temperamental e a hábitos de vida pouco aconselháveis que não abonam muito a seu favor. Da sua intemperança na bebida, por exemplo, temos um aceno seguro em Plínio-o-Velho, que nos diz que Marco tinha o hábito de beber dois cômios de um só trago e de, já embriagado, atirar à cara de Marco Agripa, genro de Augusto, o conteúdo do copo (cf. Nat. 14.147: *Tergilla Ciceronem M. f. binos congios simul haurire solitum ipsi obicit Marcoque Agrippae a temulento scyphum impactum.*).

No *De officiis*, Cícero chegou a escrever ao filho que o primeiro conselho que daria a um jovem em demanda de fama e glória seria a conquista de uma carreira militar<sup>193</sup>. Para o pai, porém, a juventude de Marco havia coincidido com uma guerra em que uma das facções envolvidas — o partido de César — cometera demasiados crimes, e a outra — a ala pompeiana — saíra derrotada, pelo que a glória alcançada pelo filho na luta corajosa ao lado de Pompeio caíra por terra, no momento em que havia caído também a República<sup>194</sup>, com derrota do exército republicano em Farsalo, em Agosto de 48. Havia, porém, outro meio de alcançar a glória — a eloquência, em especial, a eloquência exibida nos tribunais<sup>195</sup> —, e Cícero teria certamente preferido que o filho enveredasse por essa via.

O estadista colocou os seus extraordinários dotes oratórios ao serviço da pátria e em prol da República, e foi com esses dotes que conseguiu desarmar e vencer muitas vezes os seus inimigos políticos<sup>196</sup>. Desejava, por isso, ardentemente, que o filho se tornasse um digno herdeiro desta sua arte<sup>197</sup>. Postulava que o empenhamento cívico de um mero cidadão não era menos digno de louvor do que a coragem de um soldado. Pelo contrário, àquele exigia-se mais energia e dedicação do que a este<sup>198</sup>. Marco, todavia, renunciou ao destino para o qual o pai quis que ele nascesse. Foi-lhe proporcionado tudo aquilo que

---

Por sua vez, Sêneca-o-Velho conta-nos um episódio anedótico da sua falta de memória, quiçá agravada pelo vício da bebida. Refere o autor que o filho de Cícero, durante o seu proconsulado na Ásia, convidou certa vez para jantar o retor Céstio. Como o conhecia apenas de ouvir falar, perguntou a um escravo, durante a refeição, o nome do desconhecido que partilhava consigo a mesa (era Céstio). O servo disse-lhe o nome, mas Marco depressa o esqueceu, perguntando-lhe o nome outras vezes. Entretanto, ou porque perdera a paciência, ou porque queria gravar definitivamente o tal nome na mente do seu senhor, disse-lhe o servo: *hic est Cestius, qui patrem tuum negabat litteras scisse*. Marco, num acesso de fúria, mandou vir um chicote e açoitou violentamente o convidado (cf. *Suas.* 7.13: *Nam cum M. Tullius, filius Ciceronis, Asiam obtineret, homo qui nihil ex paterno ingenio habuit praeter urbanitatem, cenabat apud eum Cestius. M. Tullio et naturam memoriam ademerat, et ebrietas si quid ex ea supererat subducebat; subinde interrogabat quid ille uocaretur qui in imo recumberet, et cum saepe subiectum illi nomen Cestii excidisset, nouissime seruus, ut aliqua nota memoriam eius faceret certiore, interroganti domino quis ille esset qui in imo recumberet ait: "hic est Cestius, qui patrem tuum negabat litteras scisse"; adferri ocus flagra iussit, et Ciceroni, ut oportuit, de corio Cestii satis fecit.*).

<sup>193</sup> Cf. 2.45: *Prima igitur est adulescenti commendatio ad gloriam, si qua ex bellicis rebus comparari potest...*

<sup>194</sup> Cf. *ibidem*: *Tua autem aetas incidit in id bellum, cuius altera pars sceleris nimium habuit, altera felicitates parum. Quo tamen in bello, cum te Pompeius alae praefecisset, magnam laudem et a summo uiro et ab exercitu consequere equitando, iaculando, omni militari labore tolerando. Atque ea quidem tua laus pariter cum re publica cecidit.*

<sup>195</sup> *Off.* 2.49: *Sed cum sint plura causarum genera, quae eloquentiam desiderent, multique in nostra re publica adulescentes et apud iudices et apud populum et apud senatum dicendo laudem assecuti sint, maxima est admiratio in iudiciis.*

<sup>196</sup> Cf. *Off.* 1.78: *nobis rem publicam gubernantibus none togae arma cesserunt? (...) Ita consiliis diligentiaque nostra celeriter de minimis audacissimorum ciuium delapsa arma ipsa ceciderunt.*

<sup>197</sup> Cf. *ibidem*: *licet enim mihi, M. Fili, apud te gloriari, ad quem et hereditas huius gloriae et factorum imitatio pertinet.*

poderia desejar para se tornar um advogado famoso e um orador brilhante: um pai culto e empenhado em guiá-lo na busca do saber, excelentes e reconhecidos mestres, generosos meios financeiros, oportunidade de conhecer locais e civilizações interessantes e longínquas. Rejeitou, no entanto, a actividade forense, pela qual Cícero tanto quis que enveredasse<sup>199</sup>. Ao invés, preferiu as armas à toga, e optou por seguir a carreira militar. Não gozou certamente da notoriedade e projecção social de que gozou o pai na tribuna, mas, em compensação, tomando a rédeas do seu próprio destino, granjeou alcançar um lugar de destaque nas fileiras do exército romano<sup>200</sup>. A liberalidade e, ao mesmo tempo, o desvelo com que Cícero educou o filho contrasta, assim, com a ideia simplista e tantas vezes propalada de que, em Roma, os pais tinham poder absoluto sobre os filhos e que estes lhes deviam absoluta obediência. A este respeito, estamos pois, em total acordo com Saller, que afirma:

“The key terms most commonly associated with the Roman family are *pietas* and *patria potestas*. What configuration of authority and obligation did these quintessentially Roman concepts legitimize in family relations? I present a revisionist interpretation here, arguing that it is a gross oversimplification to represent Roman fathers as endowed with unlimited power, obeyed by children under unlimited obligation underwritten by the duty of *pietas*. This may have been the way that the Greeks as conquered foreigners understood Roman legends, but it is not the way that the Romans themselves understood family bonds. Roman culture drew a clear distinction between the father’s relationship with his children, characterized by mutual obligation and concern, and the master’s exploitative power over his slaves.”<sup>201</sup>

Apesar de ser notória, na sua correspondência, a preocupação com o crescimento e a educação do filho, não é fácil definir com clareza a natureza e a intensidade dos seus

---

<sup>198</sup> Cf. ibidem: *Sunt igitur domesticae fortitudines non inferiores militaribus; in quibus plus etiam quam in his operae studiisque ponendum est.*

<sup>199</sup> Neste aspecto, estamos de acordo com BRADLEY (1991) 105 sq., que afirma: “In spite of his educational opportunities and preparation for public life, all set in the context of great wealth and parental commitment, Marcus ultimately was never to emulate his father’s achievements. (...) Although one might wonder about his emotional response to growing up in the shadow of the consul of 63 B.C., Marcus’s lack of distinction cannot be attributed to any lack of material advantage in early life.”

<sup>200</sup> Apesar de Sêneca ter atribuído o mérito dos cargos políticos ocupados por Marco à fama do pai: *Ciceronem filium quae res consulem fecit nisi pater?* (*Ben.* 4.30). O próprio Cícero admitia que o filho tivera a sorte de herdar do pai a fama e o nome (cf. *Off.* 2.44: *Nam si quis ad ineunte aetate habet causam celebritatis et nominis aut a patre acceptam, quod tibi, mi Cicero, arbitror contigisse...*).

<sup>201</sup> (1994) 72 sq..

sentimentos relativamente ao jovem<sup>202</sup>. As cartas que escreveu durante o exílio, em 58, parecem indiciar que era estreita a ligação entre pai e filho. Ainda que o seu agitado estado emocional possa explicar as referências mais comovidas e afectuosas que então fez ao *puer mellitus*, não podemos deixar de reconhecer que, quando separados um do outro, o pai sofria com a ausência da companhia do filho. Cícero foi, seguramente, um pai atento e dedicado. Se assim não fosse, não teria feito tudo para lhe proporcionar uma estada digna de príncipe em Atenas, não se teria sentido tão orgulho dos progressos por ele revelados nos estudos, tão pouco teria manifestado vontade de se deslocar até à Grécia, para o chamar à razão, quando tomou conhecimento das suas aventuras. O facto de o pai ter quase deixado de o mencionar nas cartas que escreveu durante o período de luto pela morte de Túlia não significa que o seu amor pelo filho tivesse deixado de existir<sup>203</sup>. Afinal, é próprio da condição humana que o desaparecimento prematuro de um filho, pela intensidade da dor que comporta, absorva todos os pensamentos de um pai e neutralize quaisquer outras emoções.

---

<sup>202</sup> Nos discursos de Cícero, encontramos duas alusões ao filho: *Catil.* 4.3 (*paruulus filius, quem mihi uidetur amplecti res publica tamquam obsidem consulates mei*); *Red. Pop.* 8 (*filius parui desiderium mei*). Ambas integram reflexões de âmbito mais lato sobre os relacionamentos familiares, às quais o orador recorreu com fins retóricos (cf. BRADLEY (1991) 119, nota 11 ad 105).

<sup>203</sup> Cf. TREGGIARI (1998) 11, nota 42.





## CAPÍTULO QUINTO

### O irmão e o sobrinho: *Quinti Cicerones*

O relacionamento que uniu Cícero ao irmão e ao sobrinho assumiu cambiantes diferentes ao longo dos tempos, quase sempre devido às tergiversações políticas dos *Quinti*.

Em Janeiro de 60, Cícero, em Roma, escreveu a Ático, que estava na Grécia:

*Nihil mihi nunc scito tam deesse quam hominem eum quocum omnia quae me cura aliqua adficiunt una communicem, qui me amet, qui sapiat, quicum ego cum loquar nihil fingam, nihil dissimulem, nihil obtegam. Abest enim frater ἀφελέστατος et amantissimus.*<sup>1</sup>

Inquieto com o rumo que os acontecimentos políticos estavam a tomar<sup>2</sup>, confessou, pois, sentir falta do irmão<sup>3</sup>, cúmplice e confidente, a quem tudo contava sem receios.

---

<sup>1</sup> *Att.* 1.18.1, de 20 de Janeiro.

<sup>2</sup> Um tribuno da plebe, Herénio, a pedido de Clódio, estava a tentar conseguir que este fosse adoptado por uma família plebeia, para poder vir a ser eleito tribuno (cf. *Att.* 1.18.4). Clódio alcançaria o tribunato mais de um ano depois, tornando-se, então, o responsável directo pelo exílio de Cícero. Para mais informação, vide *Les Belles Lettres*, v. 1, 152 sqq..

<sup>3</sup> Segundo SHACKLETON BAILEY (2002) 2, “in 61 he went out to the province of Asia as Proconsul, a post which he held for the exceptional period of three years.” Quinto Cícero estaria então a cumprir o proconsulado na Ásia. Como afirma L.-A. Constans (*Les Belles Lettres*, v. 1, 186, nota 1), “le gouvernement de la province d’Asie fut à plusieurs reprises, à la fin de la République, confié à d’anciens préteurs, mais avec le titre de proconsuls.” Cf. Cic., *Diu.* 1.28: *cum Asiae pro consule praeessent*...; Suet., *Aug.* 3.2 : *epistulae*

Sentia-se tão abandonado que só mesmo os momentos de intimidade com a família lhe davam alguma paz de espírito<sup>4</sup>:

*Ita sum ab omnibus destitutus ut tantum requietis habeam quantum cum uxore et filiola et mellito Cicerone consumitur.*<sup>5</sup>

A companhia da mulher e dos filhos, porém, não preenchia o vazio que sentia por não ter por perto um amigo do sexo masculino com quem pudesse desabafar as suas angústias. Os filhos eram ainda muito pequenos para poderem compreender questões de natureza política, e Terência, como mulher, não correspondia ao companheiro por que ansiava no momento<sup>6</sup>. A esposa e os filhos eram-lhe caros, mas nem sempre recorria a eles para ser consolado<sup>7</sup>.

---

*M. Ciceronis extant, quibus Quintum fratrem eodem tempore parum secunda fama proconsulatum Asiae administrantem hortatur et monet, imitetur in promerendis sociis uicinum suum Octauium.*

<sup>4</sup> Ático, seu amigo do peito, estava longe, também, em Epiro (cf. *Att.* 1.18.1: ... *te exspectamus, te desideramus, te iam etiam arcessimus*). Cf. TREGGIARI (1991) 416 sq., onde se afirma: “In January 60 Cicero was feeling excluded from high politics, and some irritations to do with the family (perhaps the strained relations of his brother Quintus and his wife Pomponia and her brother Atticus) were nagging his mind. He wrote to Atticus, who was in Epirus, from Rome, regretting that he had no confidant at hand. Quintus had gone to govern Asia, another possible candidate was no good. His grand political supporters were not people with whom he could act naturally to express light-heartedness or sadness, and even if there was a moment for a joke or a sigh during the *salutatio* or *deductio*, Cicero would scarcely attempt a confidential conversation then. So the only time when he could be himself was with his family.”

<sup>5</sup> *Att.* 1.18.1.

<sup>6</sup> A este respeito, afirma BRADLEY (1991) 183: “Cicero’s need (...) was for a special friend in whom he could confide openly and honestly. The two individuals who came immediately to mind for the purpose were Atticus and Quintus. But both men were absent from Rome, and among Cicero’s public acquaintances there was no one he considered suitable or trustworthy enough to fulfill the role of confidant.” De acordo com o mesmo autor, “for understanding the nature of marriage and the limitations of the core family in Roman society, it is revealing that as he articulated his desire for a confidant, Cicero thought first and foremost not of his wife but of a male companion (or male collaterals, in fact). Terentia was not her husband’s peer and could not be the companion he craved.” (BRADLEY, loc. cit.). Por sua vez, TREGGIARI (1991) 417 comenta: “Cicero needs Atticus because he can talk to him about both public and private matters.” Segundo a autora, tal não significa que, na esfera privada, Terência não pudesse ser sua confidente: “In inserting the sentence about Terentia and the children, Cicero leaves the precise point about conversation and counsel and begins to move towards the lack of people with whom he can relax. He can only relax with his family.

A cumplicidade e o carinho que unia os dois irmãos são visíveis nas cartas que trocaram durante o exílio de Cícero. Em Junho de 58, o epistológrafo sentiu necessidade de explicar a Quinto que não lhe escrevia mais vezes por causa da sua inércia mas, sobretudo, porque se desfazia em lágrimas de cada vez que tentava fazê-lo, não porque estivesse zangado com ele<sup>8</sup>:

*Nam quod ad te pueri sine litteris uenerunt, quoniam uides non fuisse iracundiam in causa, certe pigritia fuit et quaedam infinita uis lacrimarum et dolorum. Haec ipsa me quo fletu putas scripsisse? Eodem quo te legere certo scio. An ego possum aut non cogitare aliquando de te aut umquam sine lacrimis cogitare?*<sup>9</sup>

Cícero via em Quinto não apenas um irmão querido, mas também um filho em deferência e um pai em sabedoria. Longe do irmão, tudo lhe era triste:

*Cum enim te desidero, fratrem solum desidero? Ego uero suauitate [prope] fratrem, <aetate> prope aequalem, obsequio filium, consilio parentem. Quid mihi sine te umquam aut tibi sine me iucundum fuit?*<sup>10</sup>

---

This remark seems to stress what is most important to him at this moment, the ease and naturalness of being in the family group. It does not exclude the possibility of serious conversation with Terentia. Since young Marcus was now four, Cicero could enjoy delightful chats and games with him, but not confidences about his own worries. Tullia was probably already a married woman but only in her late teens. (...) There are indications that Terentia took a great interest in Cicero's political career and it seems unlikely that he wants Atticus to understand that she could not be a confidante."

<sup>7</sup> Alguns anos mais tarde, em Novembro de 54, numa carta a Ático em que lamentava a situação política, voltaria a referir como fonte de consolo pessoal a companhia de Ático e de Quinto, em vez da da esposa: *Fratrem mecum et te si habeo, per me isti pedibus trahantur* (Att. 4.18.2). Como afirma BRADLEY (1991) 183, "when the need of solace arose, a man's thoughts were not always dominated by images of his wife and children."

<sup>8</sup> Como afirma HUTCHINSON (1998) 18, "letter-writing, if often enjoyable, was also a serious matter. The letters of all ages are filled with excuses that the author, or complaints that the recipient, has not written more regularly and punctually; but these authors seem especially concerned and anxious."

<sup>9</sup> *Q. fr.* 1.3.3.

<sup>10</sup> Ibidem.

Os irmãos assumiram os filhos um do outro como se fossem seus próprios filhos. Quando foi obrigado a abandonar Roma, Cícero confiou ao irmão os filhos, que não queria que ficassem órfãos:

*Filiam meam et tuam Ciceronemque nostrum quid ego, mi frater, tibi commendem?  
Quin illud maereo quod tibi non minorem dolorem illorum orbitas adferet quam mihi. Sed te  
incolomi orbi non erunt.*<sup>11</sup>

O facto de Cícero se referir a Túlia e a Marco como filhos de Quinto revela a proximidade que unia ambos os irmãos<sup>12</sup>. Em tempos de preocupação e ansiedade, como foram os do exílio, essa proximidade tornou-se mais notória. Quando estavam longe um do outro, sentiam necessidade de afirmar constantemente a amizade que os unia. Em Maio de 54, estando Quinto, como *legatus* de César, na Gália<sup>13</sup> — afastado, portanto, do filho —, Cícero comprometeu-se a velar pelos interesses públicos e privados do irmão, a cuidar do sobrinho e a orientar a sua educação, como fizera com o próprio filho, em momentos de desconstracção:

*Tua mandata perseguar diligenter et in adiungendis hominibus et in quibusdam non  
alienandis. Maxime uero mihi curae erit ut Ciceronem tuum nostrumque uideam scilicet  
cotidie sed inspiciam quid discat quam saepissime; et nisi ille contemnet, etiam magistrum me  
ei profitebor, cuius rei non nullam consuetudinem nactus sum in hoc horum dierum otio  
Cicerone nostro minore producendo.*<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> *Q. fr.* 1.3.10. Cícero pediu-lhe também que olhasse por Terência (cf. *ibidem*: *Etiam Terentiam uelim tueare...*).

<sup>12</sup> Há autores para quem esta forma de tratamento pode, também, ser vista como uma convenção. Cf. e. g. BRADLEY (1991) 185, onde se afirma que a expressão *Filiam meam et tuam Ciceronemque nostrum* constitui “a mode of reference signifying the brothers’ closeness, to be sure, but something, it could perhaps be argued, that was no more than a social affectation. After all, the polite convention of speaking of “our children” occurs in a number of letters Cicero wrote to men with whom he had no familial connection at all.” O autor aduz como exemplos os seguintes passos: *Fam.* 1.9.24: ... *de Lentuli tui nostrique...*; 4.4.5: *Seruius tuus, uel potius noster...*; 6.18.4: *Leptum nostrum...*

<sup>13</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (2002) 3.

<sup>14</sup> *Q. fr.* 2.13.3, Maio de 54.

No início do verão de 53, felicitando Cícero pela *manumissio* de Tirão, Quinto, que se encontrava na Gália Cisalpina, mostrou-se saudosos do irmão, do filho e dos sobrinhos; Túlia era como uma filha para ele:

*De Tirone, mi Marce, ita te meumque Ciceronem et meam Tulliolam tuumque filium uideam ut mihi gratissimum fecisti cum eum indignum illa fortuna ac nobis amicum quam seruum esse maluisti.*<sup>15</sup>

Cícero, por sua vez, também se referiu por diversas vezes ao sobrinho como *Quintus tuus meusque*<sup>16</sup> ou *Cicero noster*<sup>17</sup>. Era como se os jovens Túlia, Marco e Quinto fossem, de forma indistinta, filhos de ambos os irmãos<sup>18</sup>.

O Arpinate preocupava-se bastante com o irmão e com o sobrinho, tendo zelado pelo bem-estar e pela felicidade de ambos, pelo menos enquanto mantiveram boas relações. Discutiu, por diversas vezes, com Ático, a conturbada relação conjugal de Quinto e Pompônia, seus irmão e irmã, respectivamente<sup>19</sup>, e os efeitos da mesma sobre a vida do sobrinho.

O casamento terá sido celebrado por volta do ano 70, coincidindo, assim, com o início da carreira política de Quinto<sup>20</sup>. O facto de o irmão de Cícero ter casado no período correspondente ao da sua questura não terá sido fruto de mera coincidência; sendo a *quaestura* o primeiro grande passo na carreira de um aspirante a senador, era social e politicamente desejável que o questor fosse um homem casado. Quinto contaria então

---

<sup>15</sup> *Fam.* 16.16.1, de finais de Maio ou princípios de Junho.

SHACKLETON BAILEY (2001) v. 1, nota 1 ad loc., sugere que o possessivo *meam* em vez de *tuam* se deve a um erro do copista: “perhaps a scribal mistake for ‘your’.” Pensamos, todavia, que o possessivo de primeira pessoa poderá ter sido intencionalmente utilizado por Quinto.

<sup>16</sup> Cf. e. g. *Q. fr.* 2.6.2, de 9 de Abril de 56.

<sup>17</sup> Cf. e. g. *Q. fr.* 2.9.2, de Junho de 56.

<sup>18</sup> Como afirma BRADLEY (1991) 185, “without any need for a rigid line of parental demarcation”.

<sup>19</sup> Cícero e Ático tornaram-se, assim, parentes.

<sup>20</sup> Cf. BRADLEY (1991) 186. Não existem certezas quanto à data exacta em que Quinto casou com Pompônia. SHACKLETON BAILEY (2002) 2 calcula que a união terá ocorrido por volta do ano 69. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 4, nota 4 ad *Att.* 6.2.1 e TREGGIARI (1991) 401, onde se aponta o ano 68 como a data mais provável.

cerca de trinta anos; a esposa, porém, seria alguns anos mais velha do que ele<sup>21</sup>. Em Roma, as mulheres de elevada estirpe social costumavam casar pela primeira vez por volta dos catorze anos<sup>22</sup>, sendo, por isso, legítimo pensar-se que Pompônia poderia ter casado pelo menos uma vez antes de casar com Quinto<sup>23</sup>, que poderia ter perdido pelo menos um marido (enviuando ou divorciando-se dele), e, conseqüentemente, que estaria habituada a gerir o seu próprio lar. A irmã de Ático não seria, por conseguinte, tão complacente e submissa quanto uma jovem e inexperiente esposa, acabada de sair de casa dos pais para ir viver com o marido. O casamento durou cerca de vinte e cinco anos, culminando em divórcio em 45 ou 44. Quinto foi o único fruto desta união<sup>24</sup>.

Como era costume, na época, entre as famílias da elite romana, o casamento teve origem em conversações. Cícero, na qualidade de irmão mais velho, negociou com Ático, seu amigo de infância e irmão de Pompônia<sup>25</sup>, os termos em que se processaria a união. O facto de os casamentos entre a elite serem quase sempre uniões de conveniência não implicava, necessariamente, que os casais tivessem de viver sem harmonia e sem afecto.

---

<sup>21</sup> Segundo Cornélio Nepos (*Att.* 17.1), Pompônia tinha quase a mesma idade que Ático, que nasceu no final de 110: ... *sorore (...) quam prope aequalem habebat*. Não sabemos se era mais nova ou mais velha do que o irmão, mas, se casou por volta do ano 70, teria então perto de quarenta anos (cf. BRADLEY (1991) 186). Quinto, cuja idade diferia da do irmão em apenas dois anos, terá nascido por volta de 104/ 102 (cf. TREGGIARI (1991) 401).

<sup>22</sup> Sobre a idade com que costumavam casar pela primeira vez as mulheres romanas, vide e. g. CLARK (1981) 201; GARDNER (1986) 38.

<sup>23</sup> Cf. BRADLEY (1991) 186. TREGGIARI (1991) 401 defende também esta ideia: “The women might (...) in such marriages be slightly older. Pomponia was almost the same age as her brother (born 110), which suggests she was older than Q. Cicero (born c.104/102) and that she had been married before she married him in c.68.”

<sup>24</sup> Cf. BRADLEY (1991) 186; SHACKLETON BAILEY (1971) 23. Para mais dados cronológicos relativos às vidas de Quinto e Pompônia, vide também SHACKLETON BAILEY (2002) 3 sq..

<sup>25</sup> Este casamento cimentou os laços de amizade existentes entre Cícero e Ático. Cf. TREGGIARI (1991) 109; Nep., *Att.* 5.3: *Erat nupta soror Attici Q. Tullio Ciceroni, easque nuptias M. Cicero conciliarat, cum quo a condiscipulatu uiuebat coniunctissime, multo etiam familiarius quam cum Quinto, ut iudicari possit plus in amicitia ualere similitudinem morum quam affinitatem*. Segundo BRADLEY (1991) 202, nota 22 ad 186, não há nada de invulgar no que diz respeito à intervenção de Cícero nesta questão; como irmão de Quinto, devia preocupar-se com o facto de ele ainda não ter casado e, desse modo, não ter assegurado descendência, sendo, por isso, seu dever apressá-lo a contrair matrimónio (cf. Plu., *Moralia* 491E).

Acerca da importância social de Ático, leia-se MILLAR (1988).

Não existem, todavia, relativamente a Quinto e a Pompônia, quaisquer sinais de harmonia conjugal; vieram, pelo contrário, a revelar-se pessoas incompatíveis. A correspondência ciceroniana está longe de nos permitir reconstituir o dia-a-dia deste casamento, mas existem referências à vida do casal que nos levam a concluir que os cônjuges viviam em permanente conflito. Os desentendimentos a que se alude nas cartas ficaram a dever-se, quiçá, ao temperamento difícil de ambos, ou, talvez, à forma artificial como Quinto e Pompônia foram induzidos a formar casal<sup>26</sup>.

A primeira referência à desarmonia conjugal surgiu em Novembro de 68, nos primeiros meses do casamento. Quinto encontrava-se frequentemente ausente de Roma e Pompônia estaria a viver na casa que o marido teria providenciado quando casaram. A irmã de Ático queixara-se ao irmão do comportamento do marido. Preocupado, aquele transmitiu ao cunhado os motivos da ansiedade da irmã. Quinto, por sua vez, consultara o irmão, pelo que Cícero decidiu escrever-lhe, aconselhando-o a adoptar uma atitude mais sensata e apropriada para com a esposa. A resposta que entretanto ele lhe enviou deixou-o confiante na resolução dos problemas surgidos entre o casal. Foi o que comunicou ao amigo:

*Quod ad me scribis de sorore tua, testis erit tibi ipsa quantae mihi curae fuerit ut Quinti fratris animus in eam esset is qui esse deberet. Quem cum esse offensorem arbitrarer, eas litteras ad eum misi quibus et placarem ut fratrem et monerem ut minorem et obiurgarem ut errantem. Itaque ex iis quae postea saepe ab eo ad me scripta sunt confido ita esse omnia ut oporteat et uelimus.*<sup>27</sup>

Difícilmente viremos a conhecer o motivo das queixas de Pompônia; sabemos apenas — porque Cícero assim o deixa implícito nas suas palavras — que o causador da fricção entre marido e mulher terá sido Quinto. É, no entanto, digno de nota o empenho quer de Cícero, quer de Ático na resolução do problema<sup>28</sup>.

O papel conciliador desempenhado por ambos junto dos respectivos irmãos terá dado os seus frutos. De facto, dias depois, Quinto e Pompônia estariam, de novo, reunidos; o marido parecia ter atendido aos conselhos do irmão:

---

<sup>26</sup> Cf. BRADLEY (1991) 186 sq..

<sup>27</sup> *Att.* 1.5.2.

<sup>28</sup> Cf. BRADLEY (1991) 187.

*Quintus frater, ut mihi uidetur, quo uolumus animo est in Pomponiam et cum ea nunc in Arpinatibus praediis erat...*<sup>29</sup>

Em Maio de 67, Cícero informou Ático da gravidez de Pompônia, sinal — dizia ele — de que o casamento gozava de boa saúde, como sempre desejara, aliás:

*De fratre, confido ita esse ut semper uolui et elaboraui. Multa signa sunt eius rei, non minimum quod soror praegnans est.*<sup>30</sup>

A correspondência ciceroniana voltaria a aludir a este casamento somente no ano 61. Não nos chegaram, portanto, quaisquer informações relativas ao período que medeia entre os anos 67 e 61. Sabemos apenas que, durante esse período, a carreira política de Quinto sofreu significativos desenvolvimentos<sup>31</sup>; em 65 tornou-se edil, em 62, pretor, e, na primavera de 61, deixou Roma, para assumir, por três anos, o governo da província da Ásia<sup>32</sup>. Quinto, o filho, contaria então seis anos.

Nesse ano, surgiu um novo desentendimento familiar. Em Dezembro, a propósito de umas cartas que Quinto havia escrito a Ático e que este, por sua vez, havia remetido ao cunhado, Cícero comentou com o amigo o afastamento que se produzira entre o marido de Pompônia e o irmão dela antes de o primeiro partir para a Ásia. Desconhecendo as razões que teriam levado Quinto a sentir-se ofendido e a mudar radicalmente de atitude para com o cunhado, Cícero, que estimava ambos, estava deveras preocupado, tanto que tentou, em vão, por diversas vezes, remediar a situação, mesmo depois da partida do irmão:

*Magna mihi uarietas uoluntatis et dissimilitudo opinionis ac iudici Quinti, fratris mei, demonstrata est ex litteris tuis in quibus ad me epistularum illius exempla misisti. Qua ex re et molestia sum tanta adfectus quantam mihi meus amor summus erga utrumque uestrum adferret*

---

<sup>29</sup> Att. 1.6.2, de 23 de Novembro.

<sup>30</sup> Att. 1.10.5.

<sup>31</sup> Muito provavelmente, com o apoio de Cícero. Cf. SHACKLETON BAILEY (1971) 23 sq.: “Quintus too had gone into politics. Perhaps Marcus Cicero’s encouragement and support was partly a reward for Quintus’ amenability in his choice of a wife. He would scarcely have got far on his own.” Cf. SHACKLETON BAILEY (2002) 2.

<sup>32</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (2002) 2 sq..



*Quinto, fratri meo, aut offensionem tam grauem aut commutationem tantam uoluntatis. Atque illud a me iam ante intellegebatur, quod te quoque ipsum discedentem a nobis suspicari uidebam, subesse nescio quid opinionis incommodae sauciumque esse animum et insedissee quasdam odiosas suspiciones. Quibus ego mederi cum cuperem et antea saepe et uehementius etiam post sortitionem prouinciae, nec tantum intellegebam esse offensionis quantum uolebam.*<sup>33</sup>

Chegou a ter esperanças de que o desentendimento se resolvesse com um encontro, na Grécia, entre o seu irmão, que viajava em direcção à Ásia, e Ático. Afinal, Quinto costumava perdoar as ofensas recebidas com a mesma facilidade com que as tomava a peito. O encontro e a reconciliação não vieram, porém, a acontecer:

*Sed tamen hoc me ipse consolabar quod non dubitabam quin te ille aut Dyrrachi aut in istis locis uspiam uisurus esset. Quod cum accidisset, confidebam ac mihi persuaseram fore ut omnia placarentur inter uos non modo sermone ac disputatione sed conspectu ipso congressuque uestro. Nam quanta sit in Quinto, fratre meo, comitas quanta iucunditas, quam mollis animus et ad accipiendam et ad deponendam offensionem, nihil attinet me ad te, qui ea nosti, scribere. Sed accidit perincommode quod eum nunquam uidisti.*<sup>34</sup>

Embora Cícero o não afirme clara e inequivocamente, é possível deduzirmos das suas palavras que Pompónia terá de alguma forma contribuído para a manutenção desta desagradável situação<sup>35</sup>; mesmo que não fosse a responsável directa pelo desentendimento entre os respectivos marido e irmão, a irmã de Ático poderia, ao menos, ter tido um papel conciliador, mas isso, ao que parece, não aconteceu:

*Atque huius incommodi culpa ubi resideat facilius possum existimare quam scribere; uereor enim ne, dum defendam meos, non parcam tuis. Nam sic intellego, ut nihil a domesticis uulneris factum sit, illud quidem quod erat eos certe sanare potuisse.*<sup>36</sup>

---

<sup>33</sup> Att. 1.17.1, de 5 de Dezembro.

<sup>34</sup> Att. 1.17.2.

<sup>35</sup> Neste aspecto, estamos de acordo com L.-A. Constans (cf. *Les Belles Lettres*, v. 1, nota 1 ad loc.) e BRADLEY (1991) 187.

<sup>36</sup> Att. 1.17.3.

O casal deixara, pois, uma vez mais, de viver em harmonia. Não obstante, enquanto Quinto permaneceu na Ásia, a vida da comunidade familiar terá decorrido dentro da normalidade. Pompônia transmitia a Cícero notícias de Ático<sup>37</sup>, era convidada por Terência para passar dias festivos em casa dela<sup>38</sup>, era informada pelo marido sobre questões financeiras<sup>39</sup> e mudou-se com o filho para outra casa que Quinto entretanto adquirira no Palatino, perto da dos cunhados<sup>40</sup>. Enquanto isso, Cícero e Ático mantinham-se discretamente vigilantes e atentos ao relacionamento dos respectivos irmãos<sup>41</sup>.

São escassas as referências à união de Quinto e Pompônia nos dez anos que se seguiram. Em Abril de 56, Cícero decidiu visitar o sobrinho, que morava perto, mas que, por causa de uma ligeira indisposição, ficara impedido de comparecer à festa que o tio oferecera para celebrar os sponsais de Túlia e Fúrio Crassípede. Depois de mencionar o quanto se divertira com os comentários que o sobrinho fizera acerca das quezílias entre Pompônia e Terência, Cícero relatou ao irmão — que à data se encontrava na Sardenha ao serviço de Pompeio — que a primeira se tinha estado a queixar do marido, apesar de este estar longe de casa:

*A. d. VIII Id. Apr. sponsalia Crassipedi praebui. Huic conuiuio puer optimus, Quintus tuus meusque, quod perleuiter commotus fuerat, defuit. A. d. VI Id. Apr. ueni ad Quintum eumque uidi plane integrum, multumque is mecum sermonem habuit et perhumanum de discordiis mulierum nostrarum. Quid quaeris? Nihil festiuius. Pomponia autem etiam de te quæsta est.*<sup>42</sup>

Os esposos continuavam, por conseguinte, sem alcançar a tão desejável harmonia conjugal.

---

<sup>37</sup> Cf. Att. 2.1.11, de Junho (?) de 60: *Nam mihi Pomponia nuntiari iussit te mense Quintili Romae fore.*

<sup>38</sup> Cf. Att. 2.3.4, do final de 60: *Sed haec ambulationibus Compitaliciis reseruemus. (...) Compitalia memento. Balineum calferi iubeo. Et Pomponiam Terentia rogat.*

<sup>39</sup> Cf. Att. 2.7.5, de Abril (?) de 59.

<sup>40</sup> Cf. Att. 2.4.7, do princípio de Abril de 59.

<sup>41</sup> Cf. BRADLEY (1991) 188, que acrescenta: “The communal nature of the family’s life that Cicero’s letters illuminate was thus physically intensified.”

<sup>42</sup> *Q. fr.* 2.6.2, de 9 de Abril.

Pompónia tinha um temperamento difícil. Em Maio de 51, a cunhada de Cícero foi protagonista de um desagradável episódio. O estadista estava então prestes a assumir o governo da Cilícia, e Quinto acompanhá-lo-ia nessa missão. Quando partiram, levaram consigo as esposas e os filhos, que seguiriam todos os seus passos enquanto a viagem se fizesse em território da Itália. A certa altura da jornada, Quinto decidiu pernoitar juntamente com a família em *Arcanum*, propriedade que possuía entre Arpino e Aquino e que constituía um dos pontos de paragem. Cícero, por sua vez, passou a noite em Aquino, mas, no dia seguinte, foi almoçar com o irmão, a *Arcanum*<sup>43</sup>. À sua chegada, Quinto pediu delicadamente à esposa que chamasse a ala feminina dos convidados para almoçar, enquanto ele se encarregaria de chamar os homens; Pompónia, rudemente, respondeu-lhe que também ela era uma convidada naquela casa. Segundo Cícero, esta inesperada<sup>44</sup> reacção ficara a dever-se ao facto de Quinto ter pedido ao liberto Estácio que fosse para *Arcanum* antes deles, a fim de preparar com a devida antecedência o almoço para todos<sup>45</sup>. Perante tal aspereza, Quinto, lacónico, limitou-se a confessar ao irmão que já estava habituado a lidar com o mau feitio de Pompónia:

*Postridie ex Arpinati profecti sumus. Vt in Arcano Quintus maneret dies fecit; ego Aquini, sed prandimus in Arcano (nosti hunc fundum). Quo ut uenimus, humanissime Quintus 'Pomponia' inquit, 'ut inuita mulieres, ego uero ascuiero pueros.' Nihil potuit, mihi quidem ut uisum est, dulcius, idque cum uerbis tum etiam animo ac uultu. At illa audientibus*

---

<sup>43</sup> Segundo L.-A. Constans (*Les Belles Lettres*, v. 3, nota 1 ad *Att.* 5.1.3), entre os dias 28 de Abril e 3 de Maio celebravam-se os *Floralia*: “ces fêtes étaient l’occasion de réjouissances campagnardes auxquelles il était convenables que les propriétaires des domaines fussent présents.” Talvez isso explique o facto de Cícero ter decidido pernoitar em Aquino e Quinto em *Arcanum*. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 2, nota 3 ad loc. cit., por sua vez, aponta outra hipótese: o dia a que Cícero alude reportar-se-ia a outras celebrações, “probably the festival of the *Lares* (household gods) on 1 May, when, as here appears, slaves were entertained by their masters.”

<sup>44</sup> Nada fazia prever que Pompónia respondesse tão rudemente ao marido. De facto, na véspera, Cícero tivera oportunidade de constatar a forma carinhosa como Quinto tratava a esposa: *Nihil tam uidi mite, nihil tam placatum quam tum meus frater erat in sororem tuam, ut, etiam si qua fuerat ex ratione sumpta offensio, non appareret. Ille sic dies.*

<sup>45</sup> Como afirma BRADLEY (1991)189, “Pomponia (...) took umbrage at the fact that Statius, rather than herself, had been invited to prepare the dinner.”

*nobis 'ego ipsa sum' inquit 'hospita'; id autem ex eo, ut opinor, quod antecesserat Statius ut prandium nobis uideret. Tum Quintus 'en' inquit mihi, 'haec ego patior cottidie.'*<sup>46</sup>

Cícero ficou chocado com o comportamento da cunhada, mas esforçou-se por dissimular o desgosto que sentia. Quanto a Pompônia, já não se sentou à mesa com os restantes convivas. Ainda assim, Quinto, atenciosamente, mandou que lhe levassem o almoço. Em vão, porém, porque a esposa o recusou:

*Itaque me ipsum commouerat; sic absurde et aspere uerbis uultuque responderat. Dissimulaui dolens. Discubuimus omnes praeter illam, cui tamen Quintus de mensa misit; illa reiecit.*<sup>47</sup>

Quinto não poderia ter sido mais benevolente e Pompônia mais rude. Na verdade, Cícero ficara incomodado com muito mais coisas sobre as quais preferia nem escrever:

*Nihil meo fratre lenius, nihil asperius tua sorore mihi uisum est; et multa praetereo quae tum mihi maiori stomacho quam ipsi Quinto fuerunt.*<sup>48</sup>

Pompônia não ficara por aqui; além de ter recusado passar a noite com o marido, ao outro dia, despediu-se friamente dele<sup>49</sup>:

*Quintus in Arcanum remansit et Aquinum ad me postridie mane uenit mihique narrauit nec secum illam dormire uoluisse et cum discessura esset fuisse eius modi qualem ego uidissem.*<sup>50</sup>

Cícero considerou reprovável o comportamento da cunhada e esperava que Ático lho transmitisse pessoalmente. Ao informar o amigo do sucedido, cumprira o dever

---

<sup>46</sup> Att. 5.1.3, de 5 ou 6 de Maio.

<sup>47</sup> Att. 5.1.4.

<sup>48</sup> Ibidem.

<sup>49</sup> As esposas não costumavam acompanhar os maridos até às províncias que eles iam administrar.

<sup>50</sup> Att. 5.1.4.

familiar de zelar pela manutenção do casamento do irmão; no seu entender, competia agora a Ático assumir o papel de conselheiro e repreender a irmã pela má conduta revelada<sup>51</sup>:

*Quid quaeris? Vel ipsi hoc dicas licet, humanitatem ei meo iudicio illo die defuisse.  
Haec ad te scripsi, fortasse pluribus quam necesse fuit, ut uideres tuas quoque esse partis  
instituendi et monendi.*<sup>52</sup>

Independentemente do que Ático tenha dito ou feito, Quinto e Pompônia jamais alcançariam o entendimento. De facto, cerca de um ano depois, começaram a soar os primeiros rumores de divórcio entre ambos. Na primavera de 50, Cícero soube que Estácio havia comentado com Cíncio<sup>53</sup> que o epistológrafo aprovava o divórcio do irmão:

*Et respondebo primum postremae tuae paginae, qua mihi magnae molestiae fuit quod  
ad te scriptum est a Cincio de Stati sermone; in quo hoc molestissimum est, Statium dicere a  
me quoque id consilium probari.*<sup>54</sup>

Cícero, todavia, assegurou a Ático que estava longe de desejar que os laços familiares que o uniam ao amigo se quebrassem:

*<Ego> autem de isto hactenus dixerim, me uel plurima uincla tecum summae  
coniunctionis optare, et<si> sunt amoris artissima; tantum abest ut ego ex eo quo astric-  
sumus laxari aliquid uelim.*<sup>55</sup>

Sempre que a questão era abordada, Quinto reagia com alguma animosidade, pelo que Cícero procurava acalmá-lo e chamá-lo à razão:

---

<sup>51</sup> Como afirma BRADLEY (1991) 189, “the implication was that it was Atticus’s familial obligation to respond to the initiative Cicero had taken, by writting, and to help regulate Pomponia’s marriage further by a timely and diplomatic intervention.”

<sup>52</sup> *Att.* 5.1.4.

<sup>53</sup> *L. Cincius* seria o representante ou agente de Ático. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 4, nota 2 ad *Att.* 6.2.1,

<sup>54</sup> *Att.* 6.2.1, de Abril (?) de 50.

<sup>55</sup> *Ibidem*.

*Illum autem multa de istis rebus asperius solere loqui saepe sum expertus, saepe etiam leniui iratum. Id scire te arbitror. In hac autem peregrinatione militiae nostrae saepe incensum ira uidi, saepe placatum.*<sup>56</sup>

O irmão, que o acompanhava no governo da Cilícia, teria confidenciado a Estácio estar na disposição de se divorciar<sup>57</sup>. Cícero, porém, era da opinião de que ele nunca deveria ter feito uma confidência dessa natureza a um liberto:

*Quid ad Statium scripserit nescio; quicquid acturus de tali re fuit, scribendum tamen ad libertum non fuit.*<sup>58</sup>

Porque considerava insuficiente o seu empenho pessoal na resolução da crise conjugal, sugeriu a Ático que recorressem também à intervenção do filho do casal, se queriam evitar que a dissolução da família acontecesse. O tio não se cansava de encorajar o sobrinho a assumir o seu papel nesta tarefa. Quinto já não era propriamente uma criança e adorava a mãe, mas tinha um carácter muito volúvel, pelo que se tornava difícil levá-lo a manter-se firme nos seus propósitos:

*Mihi autem erit maximae curae ne quid fiat secus re se quemque praestare, ac maximae partes istius officii sunt <p>ueri Ciceronis siue iam adulescentis; quod quidem illum soleo hortari. Ac mihi uidetur ualde matrem, ut debet, amare teque mirifice; sed est magnum illud quidem uerum tamen multiplex pueri ingenium; quod ego regendo habeo negoti satis.*<sup>59</sup>

Instigado pelos tios, o jovem acabou por desempenhar um papel importante na resolução do conflito, ou, pelo menos, no apaziguamento do casal, intercedendo em favor da mãe junto do pai. Cícero tinha, por isso, esperanças de que o casal se entendesse:

---

<sup>56</sup> Att. 6.2.2.

<sup>57</sup> Como afirma BRADLEY (1991) 189, “Quintus had had enough and was ready to end the marriage, he confided to Statius.”

<sup>58</sup> Att. 6.2.2.

<sup>59</sup> Ibidem.

*Quintus filius pie sane (me quidem certe multum hortante, sed currentem) animum patris sui sorori tuae reconciliauit. Eum ualde etiam tuae litterae excitarunt. Quid quaeris? Confido rem ut uolumus esse.*<sup>60</sup>

Apesar dos recorrentes arrufos entre Quinto e Pompônia, em 49, iniciada a guerra civil, prevaleceria a solidariedade familiar sobre os conflitos do casal<sup>61</sup>. Cícero incluiu no conjunto das suas preocupações a segurança de Terência e de Túlia, mas também a de Pompônia:

*De mulieribus nostris, in quibus est tua soror, quaeso uideas ut satis honestum nobis sit eas Romae esse cum ceterae illa dignitate discesserint. Hoc scripsi ad eas et ad te ipsum antea.*<sup>62</sup>

Pretendia que as três deixassem Roma e se instalassem numa das propriedades que possuía no litoral, onde ninguém as incomodasse. Contava, para tal, com a colaboração de Ático:

*Velim eas cohortere ut exeant, praesertim cum ea praedia in ora maritima habeamus cui ego praesum ut in iis pro re nata non incommode possint esse.*<sup>63</sup>

Pompônia terá até vivido durante algum tempo na *uilla* de Cícero, em Fórmias:

*III Non. Febr. mulieres nostrae Formias uenerunt tuaque erga se officia plena tui suauissimi studi ad me pertulerunt.*<sup>64</sup>

Algumas cartas escritas em Maio parecem, todavia, indiciar o inexorável afastamento dos esposos. As tentativas feitas quer por Cícero, quer por Ático no sentido de resolver os desentendimentos entre Quinto e Pompônia estavam cada vez mais longe de dar resultados. No dia 4 daquele mês, em carta ao amigo, o epistológrafo procurou

---

<sup>60</sup> Att. 6.7.1, de Julho.

<sup>61</sup> Cf. BRADLEY (1991) 189.

<sup>62</sup> Att. 7.14.3, de 25 de Janeiro de 49.

<sup>63</sup> Ibidem.

<sup>64</sup> Att. 7.18.1, de 3 de Fevereiro.

desculpar os traços menos positivos do carácter do irmão que o cunhado, também por carta, havia criticado. Reconhecia que Quinto era uma pessoa difícil, mas também sabia que lhe eram caros os seus familiares, mesmo aqueles que, com alguma frequência, o tiravam do sério:

*... omnis suos, etiam quibus irascitur crebrius, tamen caros habet, me quidem se ipso cariore.*<sup>65</sup>

Ático queixara-se da falta de franqueza revelada por Quinto; os termos que utilizara para lhe falar do filho eram diferentes dos que costumava utilizar para falar do jovem à mãe. Cícero, porém, considerava que esta atitude não merecia qualquer chamada de atenção da sua parte:

*Quod de puero al<i>ter ad te scripsit et ad matrem de filio, non reprehendo.*<sup>66</sup>

Na mesma carta, Ático terá referido a sua intenção de viajar<sup>67</sup> e, ao mesmo tempo, comentado a situação em que se encontrava o casamento de Pompónia e Quinto. Em resposta ao amigo, Cícero não conseguiu deixar de lamentar ambas; esperava que o amigo pudesse intervir utilmente na resolução dos problemas que separavam o casal, já que ele, rodeado de tantas preocupações, não estaria tão disponível quanto desejava para o fazer:

*De itinere et de sorore quae scribis molesta sunt eoque magis quod ea tempora nostra sunt ut ego iis mederi non possim. Nam certe mederer; sed quibus in malis et qua in desperatione rerum simus uides.*<sup>68</sup>

Ático ter-se-ia também queixado do atraso de Quinto na liquidação de uma dívida que contraíra com o cunhado. Descartando a possibilidade de Quinto não querer pagar o

---

<sup>65</sup> Att. 10.11.1.

<sup>66</sup> Ibidem.

<sup>67</sup> Ático pretendia viajar até Epiro, onde mantinha interesses consideráveis. A viagem começou a ser projectada no início de Março, pelo menos. Cf. Att. 9.7.7, de 13 de Março; 9.12.1; 10.5.1; 10.7.1; etc..

<sup>68</sup> Att. 10.11.1.



que devia, Cícero justificou o atraso do irmão com as dificuldades financeiras por que tantas outras pessoas passavam naquele conturbado período; Áxio<sup>69</sup>, por exemplo, ainda não lhe havia devolvido os 12.000 sestércios que emprestara ao filho; Lepta<sup>70</sup>, e outros, passavam por semelhantes embaraços, pelo que não compreendia que o irmão estivesse a ser pressionado para pagar 20.000. Quinto tencionava pagar a dívida, só que, como aqueles, precisava de mais algum tempo:

*Illa de ratione nummaria non sunt eius modi (saepe enim audio ex ipso) ut non cupiat tibi praestare et in eo laboret. Sed mihi Q. Axius in hac mea fuga HS XII non reddit quae dedi eius filio mutua et utitur excusatione temporis, si Lepta, si ceteri, soleo mirari de nescio quis HS XX cum audio ex illo se urgeri. Vides enim profecto angustias. Curari tamen ea ibi utique iubet. An existimas illum in isto genere lentulum aut restrictum? Nemo est minus. De fratre satis.*<sup>71</sup>

Poucos dias depois, Cícero voltou a trocar com Ático algumas ideias sobre o que fazer relativamente a Pompónia e ao filho; quanto à dívida de Quinto, assegurou-lhe que o irmão continuava empenhado na respectiva liquidação. Não o havia feito ainda porque não conseguira arrancar o dinheiro a um tal Egnácio<sup>72</sup>:

*De sorore, laudo. De Quinto puero, datur opera; spero esse meliora. De Quinto fratre, scito eum non mediocriter laborare de u<er>sura, sed adhuc nihil a L. Egnatio expressit.*<sup>73</sup>

A preocupação revelada quer por Cícero, quer por Ático com cada um dos elementos da família constitui um indício de que nem tudo ia bem na relação de Quinto e

---

<sup>69</sup> Áxio era um rico senador com quem Cícero trocou cartas. Destas, chegaram-nos apenas fragmentos (cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, nota a ad loc.; vide também a nossa Introdução, p. 23). Cícero voltaria a falar nele alguns dias depois: cf. *Att.* 10.15.4.

<sup>70</sup> Sobre Lepta, afirma J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 6, nota b ad loc.: “Q. Paconius (?) Lepta, commandant du génie de Cicéron, en Cilicie, était devenu pour lui un ami très cher.”

<sup>71</sup> *Att.* 10.11.2.

<sup>72</sup> L. Egnácio Rufo era um homem de negócios e *eques* romano que Cícero recomendaria posteriormente a diversos magistrados provinciais (cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, nota a ad loc.).

<sup>73</sup> *Att.* 10.15.4, de 10 (?) de Maio.

Pompônia. Somente, porém, no início de 44 surgiriam, nas cartas de Cícero, as primeiras evidências do divórcio<sup>74</sup>. De facto, em Abril, numa carta a Ático, foi referida a possibilidade de Quinto voltar a casar. O filho deste havia dito ao tio materno que corriam rumores de que o seu outro tio, Cícero, tinha a intenção de vender a propriedade que tinha nas margens do Lago Lucrino<sup>75</sup> ou, pelo menos, de ceder a Quinto a pequena *uilla*<sup>76</sup>, mesmo que por um preço elevado, para que ele aí pudesse instalar-se com Aquília, uma potencial nova esposa:

*Scribis enim esse rumores me ad lacum quod habeo uenditurum, minusculam uero uillam utique Quinto traditurum uel impenso pretio, quo introducatur, ut tibi Quintus filius dixerit, dotata Aquilia.*<sup>77</sup>

Cícero, porém, negou pretender vender a propriedade em questão, a não ser que surgisse outra que lhe agradasse mais; o irmão não pretendia comprá-la, até porque o que o preocupava verdadeiramente era a devolução do dote de Pompônia, de quem entretanto se havia divorciado. Quanto à ideia de voltar a casar-se, estava fora de questão; para ele, nada melhor que uma cama só para si<sup>78</sup>:

*Ego uero de uenditione nihil cogito, nisi quid quod magis me delectet inuenero. Quintus autem de emendo nihil curat hoc tempore; satis enim torquetur debitione dotis, in qua mirificas Egnatio gratias agit. A ducenda autem uxore sic abhorret ut libero lectulo neget esse quicquam iucundius.*<sup>79</sup>

Quanto ao filho, informou, por carta, o pai de que não aceitaria ter por madrasta Aquília:

---

<sup>74</sup> Como afirma TREGGIARI (1991) 479, “the divorce (...) did not occur until early 44.”

<sup>75</sup> Segundo SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 3 ad *Att.* 14.13.5, trata-se da propriedade que Cícero detinha em Cumas.

<sup>76</sup> J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 9, nota a ad loc.) acrescenta: “la propriété de Cumes contenait donc, en plus de la résidence principale, un pavillon de maître.”

<sup>77</sup> *Att.* 14.13.5, de 26 de Abril de 44.

<sup>78</sup> Como afirma TREGGIARI (1991) 84, “men who had been married and produced heirs might (...) resist the pressures of family and friends, as did Q. Cicero.”

<sup>79</sup> *Att.* 14.13.5.

*Quintus filius ad patrem acerbissimas litteras misit, quae sunt ei redditae cum uenisset in Pompeianum; quarum tamen erat caput Aquiliam nouercam non esse laturum.*<sup>80</sup>

O pai andava desagradado com o comportamento do jovem, que tomara o partido da mãe. Preocupado com o desenrolar dos acontecimentos, Cícero pediu a Ático que o informasse sobre os últimos passos do sobrinho:

*Quintus pater ad me grauia de filio, maxime quod matri nunc indulgeat cui antea bene merenti fuerit inimicus. Ardentis in eum litteras ad me misit. Ille autem quid agat si scis nequedum Roma es profectus, scribas ad me uelim, et hercule si quid aliud.*<sup>81</sup>

A rebeldia do jovem devia-se ao facto de este não aceitar que o pai se divorciasse da mãe. É difícil avaliarmos a importância que a eventual candidatura de Aquília a esposa de Quinto assumiu. O filho, todavia, encarou a possibilidade com tal seriedade que chegou a escrever ao pai e a Ático, para lhes dar conta da sua oposição à concretização da união. Se a intervenção dos pais na contratualização dos casamentos dos filhos constituía a norma na sociedade romana, acontecia também, por vezes, os filhos terem uma palavra a dizer sobre a possibilidade de os respectivos pais voltarem a casar<sup>82</sup>. Por outro lado, o facto de o jovem Quinto ter discutido o assunto com ambos os tios revela que o casamento romano não era uma questão que dizia respeito única e exclusivamente às pessoas directamente envolvidas no processo, isto é, ao casal, mas a todos os elementos da família que viessem de algum modo a ser afectados por ele<sup>83</sup>.

Cerca de dois meses depois, Cícero manifestaria a Ático o desejo de que o amigo, assim que tivesse disponibilidade para o fazer, discutisse com a irmã a questão do reembolso do dote:

---

<sup>80</sup> Att. 14.17.3, de 3 de Maio.

<sup>81</sup> Att. 14.10.4, de 19 de Abril de 44.

<sup>82</sup> Sicínio Ponciano teve uma palavra a dizer em relação ao casamento da mãe com Apuleio (cf. Apul., *Apol.* 70-73). Este exemplo é citado por BRADLEY (1991) 201, nota 16 ad 184.

<sup>83</sup> Cf. BRADLEY (1991) 184 sq., que acrescenta: “The marriage of one member of a kin network had implications and repercussions that none could afford to ignore, and it is the kin network at work that is visible in this episode.”

*Cum sorore ages attentius, si te occupatione ista relaxaris.*<sup>84</sup>

O divórcio fora, portanto, assumido por ambas as famílias. Quinto contaria então cinquenta e oito anos, Pompônia, cerca de sessenta e quatro, e o filho de ambos, vinte e três<sup>85</sup>.

Da leitura das cartas de Cícero, torna-se evidente que o casamento de Pompônia e Quinto ficou marcado por sucessivos desentendimentos. A obtenção do divórcio em Roma era relativamente simples. De que forma se poderá então explicar a manutenção de tão conturbada união durante tanto tempo? A resposta a esta questão poderá residir, pelo menos parcialmente, no facto de a carreira política de Quinto ter condenado o casal ao distanciamento físico durante a maior parte do período que vai de 61 a 48. Senão, vejamos: de Março de 61 ao outono de 58, Quinto esteve na Ásia, como procônsul da província; no ano de 56, esteve na Sardenha, ao serviço de Pompeio; de 54 a 52, na Gália e na Britânia, como legado de César; após um intervalo de apenas seis meses em Itália, viajou com o irmão para a Cilícia, em 51, onde permaneceu até 50; quando rebentou a guerra civil, em 49, Quinto regressou a Itália, para partir pouco depois para a Grécia, de onde não regressou antes do outono de 47<sup>86</sup>. Pompônia nunca acompanhou o marido nestas incursões. É difícil avaliarmos os reais efeitos que a separação física entre ambos terá tido sobre o seu casamento. Se, por um lado, a distância poderá ter promovido o gradual afastamento dos esposos e tornado difíceis as escassas ocasiões de reunião, por outro, as sucessivas separações poderão ter funcionado como um escape, evitando, desse modo, que momentos de maior tensão conjugal degenerassem numa separação definitiva e, ao mesmo tempo, permitindo que cada um dos membros do casal fosse encarando com algum optimismo o futuro da relação<sup>87</sup>.

---

<sup>84</sup> Att. 16.16.2, de 4 ou 5 de Julho.

<sup>85</sup> Cf. BRADLEY (1991) 189.

<sup>86</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (2002) 2 sq.. Vide ainda BRADLEY (1991) 190.

<sup>87</sup> Comungamos, assim, em absoluto, das teorias de BRADLEY (1991) relativamente a este divórcio (cf. p. 189 sq.). Cf. SHACKLETON BAILEY (1971) 23, onde se comenta desta forma a duração da união: “It lasted about twenty-five years, thanks perhaps to Quintus’ lengthy absences abroad, but there was trouble almost from the first.”

Cícero e Ático tiveram também a sua quota-parte de responsabilidade na preservação deste casamento. De facto, baseados no princípio de que a manutenção da união traria benefícios sociais, políticos ou outros a toda a comunidade familiar, ambos se esforçaram, durante anos, por que a dissolução do mesmo não viesse a acontecer. Mais importante do que as susceptibilidades e os pruridos de cada um dos cônjuges era o bem-estar de toda a família. As cartas trocadas entre os cunhados comprovam a noção de que a família romana era uma instituição que englobava muitos membros e que cada um destes poderia intervir com legitimidade nos assuntos concernentes a qualquer uma das células que compunham a comunidade no seu todo<sup>88</sup>. De nada lhes valeu, porém, tamanho empenhamento.

O divórcio do irmão não foi o único motivo de preocupação para Cícero. Em Novembro de 48, no final da primeira carta que escreveu a Ático após regressar a Itália — de onde tinha partido para se juntar a Pompeio —, confessou ao amigo:

---

<sup>88</sup> Como afirma BRADLEY (1991) 191, “the correspondence on family matters that constantly passed between them (collaterals, remember, not principals) is proof of their efforts to keep Quintus and Pomponia in peaceful union. In turn, those efforts are proof of how the life of the Roman family has to be judged not simply in the confining terms of the model of the conjugal unit but in terms that place that unit in its full, extensive familial context. In this case, it is the vigilant care Cicero and Atticus afforded the union of Quintus and Pomponia that forces recognition of the wider scene.” Passagens ilustrativas da intervenção activa de Cícero e Ático na resolução de questões relacionadas com o casamento dos respectivos irmão e irmã são as seguintes: *Quod ad me scribis de sorore tua (...) confido ita esse omnia ut et oporteat et uelimus* (Att. 1.5.2); *Quintus frater, ut mihi uidetur, quo uolumus animo est in Pomponiam...* (Att. 1.6.2); *De fratre, confido ita esse ut semper uolui et elaboravi* (Att. 1.10.5); *Haec ad te scripsi. Fortasse pluribus quam necesse fuit, ut uideres tuas quoque esse partis instituendi et monendi* (Att. 5.1.4); *Mihi autem erit maximae curae ne quid fiat secus quam uolumus quamque oportet* (Att. 6.2.2); *Quo maiorem spem habeo nihil fore aliter ac deceat. Id te igitur scire uolui* (Att. 6.3.8); *Confido rem ut uolumus esse* (Att. 6.7.1). A união de Quinto e Pompônia fora negociada entre Cícero e o amigo, pelo que o mais natural seria que ambos assumissem como dever preservarem o que haviam construído. Cf. BRADLEY (1991) 191: “In a milieu where marriage was negotiated on the basis of variables such as family pedigree, financial resources, social responsibility, and political prominence, every compact affected many more people than the marriage partners themselves; and once a match had been contrived, nothing was more reasonable, or proper, than those who had brought into being. Indeed, there was something of an obligation to do so.”

*Quintus auersissimo a me animo Patris fuit. Eodem Corcyra filius uenit.  
Inde profectos eos una cum ceteris arbitror.*<sup>89</sup>

Quinto fora desagradável para com o epistológrafo, e os irmãos haviam, assim, partido de Patras zangados um com o outro. Os *Quinti* teriam, depois, partido dali, ao que parece, para se encontrarem com César, na Ásia Menor, e conseguirem o seu perdão<sup>90</sup>. Cícero viria a confirmá-lo — pelo menos em relação ao irmão — pouco tempo depois:

*Quintum fratrem audio profectum in Asiam ut deprecaretur. De filio nihil audiui;  
sed quaere ex Diochare, Caesaris liberto, quem ego non uidi, qui istas Alexandria litteras  
attulit. Is dicitur uidisse Quintum [an] euntem an iam in Asia.*<sup>91</sup>

No dia 17 de Dezembro, sabia, já, todavia, que o irmão regressara ao Peloponeso e que o sobrinho fora visto em Samos. Conseguir o perdão do ditador seria, a ambos, fácil, tivessem eles vontade de interceder em favor de Cícero, como ele próprio faria, se estivesse em posição para o fazer:

*Quintum filium uidi qui Sami uidisset, patrem Sicyone: quorum deprecatum est  
facilis. Vtinam illi qui prius illum uiderint me apud eum uelint adiutum tantum quantum ego  
illos uellem si quid possem!*<sup>92</sup>

Tal, porém, não aconteceu. Alguns dias depois, retido em Brundísio à espera de conciliar-se com César para poder reentrar em Roma acompanhado dos seus *lictores*<sup>93</sup>, confessaria a Ático a tristeza e desilusão que sentia por saber que o irmão querido, que ficara na Grécia, não só aderira ao partido do ditador, como andava a caluniá-lo junto de amigos<sup>94</sup>. Quinto enviara o filho a César, que se encontrava no Egipto, como intercessor

---

<sup>89</sup> Att. 11.5.4, de 4 de Novembro de 48.

<sup>90</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, 271, nota 1 ad 168 (Att. 11.5.4).

<sup>91</sup> Att. 11.6.7, de 27 de Novembro. César terá chegado a Alexandria por volta do dia 2 de Outubro (cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, nota c ad loc.).

<sup>92</sup> Att. 11.7.7, de 17 de Dezembro.

<sup>93</sup> Cf. Att. 11.7.1.

<sup>94</sup> Como afirma CLASSEN (1996) 228, “politics had intruded to spoil a long-standing, happy relationship between two brothers.”

do pai, mas, ao mesmo tempo, como porta-voz de acusações contra o tio. Por intermédio do jovem, acusava o irmão de o difamar junto do *dictator*. Apesar de Cícero o negar veementemente — alegando que o próprio César e os amigos contradiziam a veracidade da acusação —, Quinto insistia em lançar todo o tipo de calúnias sobre o irmão:

*Quintus misit filium non solum sui deprecatores sed etiam accusatores mei. Dictitat se a me apud Caesarem oppugnari, quod refellit Caesar ipse omnesque eius amici. Neque uero desistit, ubicumque est, omnia in me maledicta conferre.*<sup>95</sup>

A Cícero, nunca havia acontecido algo tão inacreditável e doloroso. As pessoas que tinham estado com o Quinto em Sícion reproduziram-lhe as palavras injuriosas por ele utilizadas contra a sua pessoa:

*Nihil mihi umquam tam incredibile accidit, nihil in his malis tam acerbum. Qui ex ipso audissent, cum Sycone palam multis audientibus loqueretur nefaria quaedam, ad me pertulerunt.*<sup>96</sup>

O assunto deixava-o tão agastado que preferia não o discutir. De cada vez que o referia a Ático, aumentava em ambos o desgosto. Pediu, então, ao amigo que conseguisse que Balbo escrevesse a César, com o objectivo de desmentir as acusações dos *Quinti*. O próprio Ático deveria enviar algumas cartas em nome de Cícero, com o propósito de limpar o bom-nome do amigo:

*Sed augeo commemorando dolorem et facio etiam tibi. Qua re ad illud redeo: cura ut huius rei causa dedita opera mittat aliquem Balbus. Ad quos uidetur uelim cures litteras meo nomine.*<sup>97</sup>

Dias depois, acidentalmente, confirmou as suspeitas que há já algum tempo alimentava sobre o comportamento do irmão. Ao abrir um pacote de cartas que este enviara, no intuito de verificar se existia alguma para si, encontrou uma destinada a Vatínio

---

<sup>95</sup> Att. 11.8.2, de 23 (?) de Dezembro.

<sup>96</sup> Ibidem.

<sup>97</sup> Ibid..

e outra a Ligúrio<sup>98</sup>. Decidiu, por isso, remetê-las aos respectivos destinatários. Assim que as receberam, estes homens, indignadíssimos, foram ter com Cícero e leram-lhe o conteúdo das missivas; estavam revoltados, porque as cartas que haviam recebido de Quinto encerravam graves calúnias contra o irmão:

*Delatus est ad me fasciculus. Solui, si quid ad me esset litterarum. Nihil erat; epistula Vatinio et Ligurio altera. Iussi ad eos deferri. Illi ad me statim ardentes dolore uenerunt scelus hominis clamantes; epistulas mihi legerunt plenas omnium in me probrorum.*<sup>99</sup>

Ligúrio era o mais inconformado; sabia que César, apesar de não gostar de Quinto, em respeito por Cícero, não só lhe concedera o seu favor, como lhe dera uma abastada quantia de dinheiro<sup>100</sup>:

*Hic Ligurius furere: se enim scire summo illum in odio fuisse Caesari; illum tamen non modo fuisse sed etiam tantam illi pecuniam dedisse honoris mei causa.*<sup>101</sup>

Depois de sofrer tamanha desilusão, o Arpinate quis conhecer o que o irmão tinha escrito aos outros correspondentes; acreditava que a atitude infame de Quinto junto de outras pessoas acabaria por prejudicá-lo. Tendo confirmado que essas cartas eram da mesma natureza, enviou-as a Ático. Se este acabasse por concluir da utilidade da devolução das mesmas ao remetente, poderia reenviar-lhas; a Cícero, já não importava. Em princípio, Pompónia poderia voltar a selar as cartas que Cícero abrira.

*Hoc ego dolore accepto uolui scire quid scripsisset ad ceteros; ipsi enim illi putavi perniciosum fore si eius hoc tantum scelus percrebuisset. Cognoui eiusdem generi. Ad te misi:*

---

<sup>98</sup> Aulo Ligúrio, cujo desaparecimento Cícero viria a lamentar em *Fam.* 16.18.3, era um amigo próximo de César (esteve, de facto, com ele, na Gália, em 54) e de Cícero. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, nota a ad loc.. Quanto à identidade de Vatinio, vide *Les Belles Lettres*, v. 6, 147.

<sup>99</sup> *Att.* 11.9.2, de 3 de Janeiro de 47.

<sup>100</sup> Tal terá acontecido antes da guerra civil (cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, nota c ad loc.; SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, 220, nota 10 ad loc.).

<sup>101</sup> *Att.* 11.9.2.



*quas si putabis illi ipsi utile esse reddi, reddes. Nil me laedet. Nam quod resignatae sunt, habet, opinor, eius signum Pomponia.*<sup>102</sup>

Já no início da travessia de Corcira para Patras<sup>103</sup>, Quinto havia revelado uma atitude hostil para com o irmão. Esse comportamento deixara Cícero então tão abatido que, prostrado de dor, se viu obrigado a deitar-se. Dizia-se até que Quinto se esforçava mais por prejudicar o irmão do que por beneficiar-se a si próprio:

*Hac ille acerbitate initio nauigationis cum usus esset, tanto me dolore adfecit ut postea iacuerim; neque nunc tam pro se quam contra me laborare dicitur.*<sup>104</sup>

No dia em que escreveu estas palavras ao amigo, Cícero completava cinquenta e nove anos. Deprimido com a grave situação política em que se vira envolvido e profundamente desiludido com o irmão, desejou não ter nascido, ou, então, que a mãe não tivesse dado à luz outro filho:

*Haec ad te die natali meo scripsi; quo utinam susceptus non essem, aut ne quid ex eadem matre postea natum esset! Plura scribere fletu prohibeor.*<sup>105</sup>

Semanas depois, voltou a ter conhecimento da campanha injuriosa lançada pelos *Quinti* contra si. Desta vez, foi P. Terêncio, que trabalhava na Ásia, o portador das más notícias. O *necessarius* havia encontrado o sobrinho do epistológrafo em Éfeso, no dia 8 de Dezembro. Por amizade a Cícero, recebeu-o em sua casa. Quando lhe perguntou pelo tio, o jovem respondeu-lhe que era seu inimigo e mostrou-lhe o discurso que contra ele iria

---

<sup>102</sup> Ibidem.

<sup>103</sup> Segundo SHACKLETON BAILEY (1971) 179, a *nauigatio* a que Cícero se refere corresponde à viagem entre Corcira e Patras, já que Quinto não se encontrava em Dirráquio quando Cícero aí embarcou: “In that case, they must have met in Corcyra, and Quintus junior must have arrived there some time after they left. That is all quite possible, though Cicero’s words could apply to the outward voyage from Italy in 48.” Cf. SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, 278, nota 16 ad loc.; *Les Belles Lettres*, v. 6, nota c ad loc., onde se afirma que a viagem a que Cícero alude seria a viagem de Dirráquio a Corcira e Patras.

<sup>104</sup> Att. 11.9.2.

<sup>105</sup> Att. 11.9.3.

proferir diante de César. Terêncio ainda tentou demovê-lo de o fazer, apresentando-lhe inúmeros argumentos contra tamanha insensatez:

*Ad meas incredibilis aegritudines aliquid noui accedit ex iis quae de Quintis ad me adferuntur. P. Terentius, meus necessarius, operas in portu et scriptura Asiae pro magistro dedit. Is Quintum filium Ephesi uidit VI Id. Dec. eumque studiose propter amicitiam nostram inuitauit; cumque ex eo de me percontaretur, eum sibi ita dixisse narrabat, se mihi esse inimicissimum, uolumenque sibi ostendisse orationis quam apud Caesarem contra me esse habiturus. Multa <a> se dicta contra eius amentiam.<sup>106</sup>*

Algum tempo depois, Terêncio encontrou também, em Patras, o irmão de Cícero, que lhe falou em tom semelhante ao do filho. A insensatez do comportamento dos *Quinti*, de que Cícero dera conta, entretanto, a Ático, atormentava-o, sobretudo porque sentia que não iria ter oportunidade de discutir com eles a situação:

*Multa postea Patris [eius] simili scelere secum Quintum patrem locutum; cuius furorem ex iis epistulis quas ad te misi perspicere potuisti. Haec tibi dolori esse certo scio; me quidem excruciant, et eo magis quod mihi cum illis ne querendi quidem locum futurum puto.<sup>107</sup>*

A fechar a carta, pediu a Ático que não deixasse de lhe escrever. Se não conseguisse odiar os inimigos do seu amigo, que os acusasse, ao menos, para que todos soubessem o quanto estimava Cícero:

*Sed tamen te rogo ut ne intermittas scribere ad me quicquid erit eosque qui mihi tam crudeliter inimici sunt, si odisse non potes, accuses tamen, non ut aliquid proficias sed ut tibi me carum esse sentiant.<sup>108</sup>*

Em Março, corriam ainda os rumores de que Quinto, que vivia em Patras, continuava a caluniar o irmão. Nem mesmo uma carta que Ático entretanto lhe enviara o havia chamado à razão<sup>109</sup>:

---

<sup>106</sup> Att. 11.10.1, de 19 de Janeiro.

<sup>107</sup> Ibidem.

<sup>108</sup> Att. 11.10.2.

*Ille in Achaia non cessat de nobis detrahere. Nihil uidelicet tuae litterae profecerunt.*<sup>110</sup>

No dia em que escreveu esta carta ao amigo, Cícero recebeu dele uma outra, em que Ático lhe perguntava, com alguma preocupação, que explicação iria ele dar a César para ter deixado a Itália e combater ao lado de Pompeio. Cícero respondeu-lhe, de forma algo contraditória, que, por um lado, havia cedido à pressão da opinião pública<sup>111</sup>, por outro, que tinha agido por sua própria iniciativa:

*Tuis tamen lectis litteris putavi aliquid rescribendum esse, ea re maxime quod ostendis te pendere animi quamnam rationem si Caesar adlaturus protectionis meae tum cum ex Italia discesserim. Nihil opus est mihi noua ratione. Saepe enim ad eum scripsi multisque mandaui me non potuisse, cum cupissem, sermones hominum sustinere, multaque in eam sententiam. Nihil enim erat quod minus eum uellem existimare quam me tanta de re non meo consilio usum esse.*<sup>112</sup>

Desta vez, não alegou a pressão exercida pelos seus familiares<sup>113</sup>, já que o que pretendia verdadeiramente era inocentar o irmão; é que, segundo uma carta de Balbo, César considerava Quinto o principal responsável pela partida do irmão de Itália:

---

<sup>109</sup> Esta carta terá sido enviada por Ático, logo que ele recebeu a que Cícero lhe escreveu no dia 3 de Janeiro (Att. 11.9). Quinto tê-la-á recebido em meados de Fevereiro. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, nota c ad loc.

<sup>110</sup> Att. 11.11.2, de 8 de Março.

<sup>111</sup> Segundo J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 6, 152), Cícero referia-se especificamente à pressão exercida pelos *optimates*.

<sup>112</sup> Att. 11.12.1, de 8 de Março. Cícero tinha sido influenciado por outros, mas não queria que César pensasse isso, não apenas porque pretendia ilibar o irmão de culpas, mas também por uma questão de dignidade pessoal (cf. SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, 222, nota 9 ad loc.; SHACKLETON BAILEY (1971) 181).

<sup>113</sup> Numa carta datada de 3 de Janeiro (Att. 11.9.2), dissera ter cedido à pressão exercida por toda a família, com excepção de uma pessoa, ao que parece, Quinto: *Cessi meis uel potius parui; ex quibus unus qua mente fuerit, is quem tu mihi commendas, cognosces ex ipsius litteris quas ad te et ad alios misit.* Cf. SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, 220, nota 1 ad loc..

*Posteaque, cum mihi litterae a Balbo Cornelio minore missae essent, illum existimare Quintum fratrem lituum meae protectionis fuisse...*<sup>114</sup>

Não sabendo ainda o que Quinto andava a dizer a toda a gente da sua pessoa, embora ele já lhe tivesse demonstrado pessoalmente o que pensava de si, comunicou a César não ter sido ele o responsável pela sua partida. Quinto, que promovera desde sempre a ligação entre o irmão e o ditador, fora apenas um companheiro de viagem, nunca o guia. Cícero confiava, por isso, numa atitude indulgente por parte de César para com o irmão. Foi isso que lhe transmitiu, por carta. Dessa missiva, enviou a Ático uma cópia:

*... nondum cognossem quae de me Quintus scripsisset ad multos, etsi multa praesens in praesentem acerbe dixerat et fecerat, tamen nilo minus his uerbis ad Caesarem scripsi: 'De Quinto fratre meo non minus laboro quam de me ipso, sed eum tibi commendare hoc meo tempore non audeo. Illud dumtaxat tamen audebo petere abs te, quod te oro, ne quid existimes ab illo factum esse quo minus mea in te officia constarent minusue te diligere, potiusque semper illum auctorem nostrae coniunctionis fuisse meique itineris comitem, non ducem. Qua re ceteris in rebus tantum ei tribues quantum humanitas tua amicitiaque uestra postulat. Ego ei ne quid apud te obsim, id te uehementer etiam atque etiam rogo.'*<sup>115</sup>

Quando decidiu enviar esta carta a César, Cícero ainda não tinha tomado conhecimento das injúrias lançadas pelo irmão junto do ditador. Apesar de agora já o saber, decidiu que, na eventualidade de vir a encontrar-se com o ditador, iria manter as afirmações que fizera acerca da inocência do irmão nesta questão:

*Qua re se quis congressus fuerit mihi cum Caesare, etsi non dubito quin is lenis in illum futurus sit idque iam declarauerit, ego tamen is ero qui semper fui.*<sup>116</sup>

Pouco tempo depois, Cícero recebeu uma carta do irmão. Em resposta a um pedido de Ático<sup>117</sup>, Quinto decidira dirigir-lhe um pedido de desculpas. O tom da missiva, porém,

---

<sup>114</sup> Att. 11.12.1.

<sup>115</sup> Att. 11.12.1-2.

<sup>116</sup> Att. 11.12.3.

era insultuoso e dominado pelo ressentimento. Lamentava ter ofendido Ático ao dizer mal do irmão nas cartas que enviara a outras pessoas, mas considerava também que tivera vários motivos para o fazer. Nessa carta, ao que parece, tê-los-á enumerado:

*Quintus mihi per litteras satis facit multo asperioribus uerbis quam cum grauissime accusabat. Ait enim se ex litteris tuis intellegere tibi non placere quod ad multos de me asperius scripsit, itaque se paenitere quod animum tuum offenderit; sed se iure fecisse. Deinde perscribit spurcissime quas ob causas fecerit.*<sup>118</sup>

Se a carta que Quinto escreveu ao irmão tivesse sido preservada, em princípio, poderíamos, hoje, conhecer os motivos que o levaram a zangar-se com ele. Ao comentar a atitude do irmão, Cícero poderá, no entanto, ter acabado por revelar um desses motivos. Segundo ele, Quinto contara beneficiar, por empréstimo, ou mediante doação, do dinheiro que o irmão tinha ganho pelo desempenho das funções de procônsul na Cilícia. A maquia, que havia sido depositada na Ásia, acabara, todavia, por ser emprestada a Pompeio. O epistológrafo, que se associara a este na luta contra César, considerara prudente emprestar-lho<sup>119</sup>:

---

<sup>117</sup> Fora Cícero quem havia sugerido ao amigo que entrasse em contacto com Quinto (cf. *Att.* 11.9.2). Pompônio já havia feito um primeiro pedido ao cunhado, mas não conseguira obter qualquer resultado (*Att.* 11.10.2).

<sup>118</sup> *Att.* 11.13.2, de meados de Março (?).

<sup>119</sup> Em Janeiro de 48, Cícero escreveu a Ático que tinha depositado na Ásia 2.200.000 sestércios, cf. *Att.* 11.1.2: *Ego in cistophoro in Asia habeo ad sestertium bis et uiciens*. Vide SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, 211, nota 1 ad 11.1.2. Já em Janeiro do ano anterior, o epistológrafo informara o seu questor, Mescínio Rufo, de que tinha deixado os proventos da Cilícia com os *publicani*, em Éfeso, e que Pompeio os tinha levantado na totalidade, cf. *Fam.* 5.20.9: *Simul illud cogitare debes, me omnem pecuniam quae ad me saluis legibus peruenisset Ephesi apud publicanos deposuisse; id fuisse HS XXII: eam omnem pecuniam Pompeium abstulisse*. Leia-se também SHACKLETON BAILEY (2001) v. 2, nota 10 ad loc.. Esta afirmação não correspondia, porém, à verdade, já que, como pode ler-se em *Att.* 11.1.2, esse dinheiro ainda se encontrava em Éfeso. Cícero poderá, no entanto, ter prometido a Pompeio manter a maquia em questão à sua disposição (cf. SHACKLETON BAILEY (1971) 182, nota 1). Em Março (?) de 48, o ex-procônsul disse a Ático que tinha levantado metade desse dinheiro e que considerava que o mesmo estaria mais seguro nas mãos de Pompeio do que com os *publicani*, cf. *Att.* 11.2.3: *Ex ea pecunia quae fuit in Asia partem dimidiam fere exegi. Tutius uidebatur fore ibi ubi est quam apud publicanos*. Vide SHACKLETON BAILEY (1999), v. 3, nota 2 ad *Att.* 11.2.3. Em Junho de 48, Cícero, que tinha falta de dinheiro para fazer face às suas

*Si quas habuimus facultates, eas Pompeio tum cum id uidebamus sapienter facere detulimus.*<sup>120</sup>

Quinto, ao que parece, terá ficado desagradado com a decisão do irmão. Este, embora abstendo-se de comentar a legitimidade das expectativas daquele nesta matéria, argumentou, por um lado, que Quinto não lhe tinha pedido esse dinheiro, e, por outro, que ele próprio, que até recorrera a empréstimos de outras pessoas para fazer face às despesas, nunca lhe tinha tocado<sup>121</sup>:

*Itaque tum et a tuo uilico sumpsimus et aliunde mutuati sumus cum Quintus queritur per litteras sibi nos nihil dedisse, qui neque ab illo rogati sumus neque ipsi eam pecuniam aspeximus.*<sup>122</sup>

As justificações apresentadas por Cícero para esta sua atitude não terão sido suficientemente convincentes, já que os ataques ao seu bom-nome continuaram<sup>123</sup>:

---

despesas, disse a Ático que Pompeio também não estava em condições de lhe devolver a quantia emprestada, mas que confiava que a recuperação do mesmo acabaria por acontecer em tempo mais oportuno, cf. *Att.* 11.3.3: *etsi eg<e>o rebus omnibus, quod is quoque in angustiis est quicum sumus; cui magnam dedimus pecuniam mutuam, opinante<s> nobis constitutis rebus eam rem etiam honori fore*. Sobre este assunto, vide ainda SHACKLETON BAILEY (1999), v. 3, nota 3 ad *Att.* 11.3.3.

<sup>120</sup> *Att.* 11.13.4.

<sup>121</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1965-1970) v. 5, notas 6-9 ad loc.; SHACKLETON BAILEY (1971) 182; SHACKLETON BAILEY (2001) v. 3, nota 3 ad loc..

<sup>122</sup> *Att.* 11.13.4.

<sup>123</sup> SHACKLETON BAILEY (1971) 182 avança outra explicação possível para o facto de Quinto se ter desentendido com o irmão: “Perhaps, as has sometimes been asserted, Quintus blamed his brother for the situation in which he found himself as a result of the part they had taken against his former Imperator. As has been seen, he accused Marcus of putting the blame on him; and though this was untrue, the fact that Caesar did apparently at this time hold Quintus responsible suggests that Quintus made his charge in good faith (mischief-makers, including his son, may have been at work). O autor sugere ainda que Quinto se poderá ter sentido discriminado e abandonado não apenas por César, mas também pelo próprio irmão: na carta que enviou ao ex-sogro a comunicar-lhe o perdão de César, Dolabela não terá feito qualquer referência ao nome de Quinto: “Further suspicion and resentment may have arisen from the discrimination implied in Marcus Cicero’s warrant from Caesar to return to Italy. We have only the bare facts to go on, but it is on the cards

*Quintus pergit, ut ad me et Pansa scripsit et Hirtius...*<sup>124</sup>

Tal como o filho, escrevia cartas insultuosas ao irmão que o deixavam arrasado:

*Quintus non modo non cum magna prece ad me sed acerbissime scripsit, filius uero mirifico odio. Nihil fingi potest mali quo non urgear.*<sup>125</sup>

Pouco tempo depois, surgiu um dado novo que veio agitar o marasmo em que a existência de Cícero havia mergulhado; algumas pessoas tinham tido conhecimento de que César havia escrito e enviado uma carta<sup>126</sup> cujo tema principal seria a situação política do Arpinate. Aparentemente, a missiva era-lhe favorável; Pompónio disse-lhe que os amigos que a tinham lido se haviam mostrado satisfeitos com o conteúdo<sup>127</sup>. Na sequência da boa-nova, o ateniense sugeriu-lhe que escrevesse ao irmão, a dar-lhe conta da mesma. Cícero, apesar de saber, por outros amigos, que o irmão, em Patras, continuava a caluniá-lo, respondeu que o faria, mas somente se o conteúdo da missiva lhe fosse favorável<sup>128</sup>:

---

that Quintus, who does not seem to have been mentioned in Dolabella's letter, felt deserted." (loc. cit.). O crítico vai mais longe na interpretação dos factos. Segundo ele, o mal-estar que se gerou entre os dois irmãos poderá ter tido origens mais remotas: "But whatever grounds Quintus *alleged*, the causes surely went deep. His temper was naturally irritable, and his sojourn in the Peloponnese may have been as disagreeable as his brother's in Brundisium; but grudges of long standig, probably unsuspected by the elder brother and in part perhaps not consciously realized by the younger, will have lain beneath an eruption which so thoroughly shattered the surface of family concord. That seems to have been Marcus Cicero's own belief, implicit in his words to Atticus after reading Quintus' letter of accusation:" *Sed neque hoc tempore nec antea patefecisset odium suum in me, nisi omnibus rebus me esse oppressum uideret* (Att. 11.13.2). Conclui, assim, o autor: "If Quintus (in Marcus' opinion) would have concealed his hatred in different circumstances, it looks as though (in Marcus' opinion) he *had* concealed it before the circumstances of 48 existed." (182 sq.).

<sup>124</sup> Att. 11.14.3, de Abril.

<sup>125</sup> Att. 11.15.2, de 14 de Maio.

<sup>126</sup> Talvez a Marco António (cf. *Les Belles Lettres*, v. 6, 155).

<sup>127</sup> Cf. Att. 11.16.2, de 3 de Junho: *Quod autem scribis quandam laetitiam bonorum esse commotam ut sit auditum de litteris, tu quidem nihil praetermittis in quo putes aliquid solaci esse...*

<sup>128</sup> Dominado pelo pessimismo, o Arpinate duvidava da autenticidade dessa carta. As suas dúvidas viriam a ser confirmadas alguns dias depois, quando soube tratar-se de uma mensagem falsa, datada de 9 de Fevereiro

*Quod suades ut ad Quintum scribam de his litteris, facerem, si me quicquam istae litterae delectarent. Etsi quidam scripsit ad me his uerbis: 'Ego, ut in his malis, Patris sum non inuitus; essem libentius si frater tuus ea de te loqueretur quae ego audire uellem.'*<sup>129</sup>

Duvidando da autenticidade da carta, não tinha quaisquer motivos para escrever sobre a mesma ao irmão. Este, por sua vez, tinha-se queixado a Ático que Cícero não respondia às suas cartas. A esta reclamação, o epistológrafo contrapôs que havia já respondido à única carta que dele havia recebido; entregara-a a Cefalião, só que este, devido ao mau tempo, ficara retido durante bastantes meses:

*Quod ais illum ad te scribere me sibi nullas litteras remittere, semel ab ipso accepi; ad eas Cephalioni dedi, qui multos mensis tempestatibus retentus est.*<sup>130</sup>

Estava longe, portanto, de fazer as pazes com o irmão; com o sobrinho, também:

*Quintum filium ad me acerbissime scripsisse iam ante ad te scripsi.*<sup>131</sup>

Em Julho, soube que o sobrinho havia partido para ir ao encontro de César e, ao mesmo tempo, quiçá devido a esforços empreendidos por Ático no sentido da reconciliação dos irmãos, que iria receber uma carta de Quinto mais amistosa do que a última que dele recebera:

*Agusius quidam Rhodo uenerat VIII Id. Quint. Is nuntiabat Quintum filium ad Caesarem profectum IIII Kal. Iun., Philotimum Rhodum pridie eum diem uenisse, habere ad me litteras. (...) Quid sit in litteris nescio, sed mihi ualde Quintus frater gratulatur. Equidem in meo tanto peccato nihil ne cogitatione quidem adsequi possum quod mihi tolerabile possit esse.*<sup>132</sup>

---

(cf. Att. 11.17a.3, de 14 de Junho: *Ex quo intellegis illud de litteris a. d. V Id. Febr. datis, quod inane esset etiam si uerum esset, non uerum esse.*).

<sup>129</sup> Att. 11.16.4, de 3 de Junho.

<sup>130</sup> Ibidem.

<sup>131</sup> Ibid..

<sup>132</sup> Att. 11.23.2, de 9 de Julho.



No mês que se seguiu, absteve-se de comentar as agressões que sofrera da parte do irmão e do sobrinho, parecendo até que o desgosto havia sido ultrapassado. Em Agosto, exprimiu alguma satisfação por saber que César havia perdoado o irmão:

*XVIII Kal. Sept. uenerat die XXVIII Seleucia Pieria C. Treboni libertus qui se Antiochiae dicere apud Caesarem uidisse Quintum filium cum Hirtio ; eos de Quinto quae uoluissent impetrasse nullo quidem negotio. Quod ego magis gauderem si ista nobis impetrata quicquam ad spem explorari haberent.*<sup>133</sup>

No final desse mês, porém, a memória da traição do irmão voltou a assombrá-lo, e a ferida que parecia ter cicatrizado voltou a abrir. Ático remetera-lhe a cópia de uma carta que o irmão havia escrito contra si, a César, algum tempo antes. Cícero não pôde deixar de manifestar o seu desgosto; na verdade, preferia não a ter recebido:

*Accepi VI Kal. Sept. litteras a te datas XII Kal. doloremque quem ex Quinti scelere iam pridem acceptum iam abieceram, lecta eius epistula grauissimum cepi. Tu etsi non potuisti ullo modo facere ut mihi illam epistulam non mitteres, tamen mallem non esse missam.*<sup>134</sup>

Dias depois, relatou ter recebido um conjunto de cartas que o *tabellarius* de Balbo lhe trouxera de Roma. Tratava-se das mensagens que Quinto tinha escrito a César e que este havia enviado aos seus homens de confiança em Itália. Entre elas, encontrava-se aquela cujo texto Ático tivera já o cuidado de lhe enviar<sup>135</sup>. O amigo temia que as missivas não lhe fossem entregues, mas Cícero preferia que não lhas tivessem remetido, já que vinham reavivar no seu coração o desgosto e a desilusão. Além disso, não haveria problema algum se eventualmente tivessem caído nas mãos de outra pessoa; o ódio que Quinto manifestara pelo irmão era já sobejamente conhecido:

*Diligenter mihi fasciculum reddidit Balbi tabellarius. Accepi enim a te litteras quibus uideris uereri ut epistulas illas acceperim. Quas quidem uellem mihi numquam redditas;*

---

<sup>133</sup> Att. 11.20. 1, de 15 de Agosto.

<sup>134</sup> Att. 11.21.1, de 25 de Agosto.

<sup>135</sup> Cf. Att. 11.21.1.

*auxerunt enim mihi dolorem <nec>, si aliquem incidissent, quicquam noui attulissem.  
Quid enim tam peruulgatum quam illius in me odium et genus hoc litterarum?*<sup>136</sup>

Cícero acreditava que César as havia enviado a Balbo e a Ópio com a intenção de publicitar as suas desgraças, não porque se tivesse sentido incomodado com o reprovável comportamento de Quinto:

*Quod ne Caesar quidem ad istos uidetur misisse quasi quo illius improbitate offenderetur; sed, credo, uti notiora nostra mala essent.*<sup>137</sup>

Ao receio expresso por Ático de que a divulgação dessas cartas pudesse ter consequências nefastas para Quinto, Cícero respondeu com indiferença e frieza. Por um lado, César nem sequer esperou que intercedessem em favor de Quinto, por outro, já nada do que dizia respeito a esta questão o afectava:

*Nam quod te uereri scribis ne illi obsint eique rei <me uis> mederi, ne <ro>gari quidem se passus est de illo. Quod quidem mihi molestum non est.*<sup>138</sup>

Depois desta carta, a correspondência entre Cícero e Ático foi interrompida por algum tempo, para ser retomada somente no ano seguinte. Nessa altura, ambos os irmãos já já se encontravam em Roma e, ao que parece, reconciliados um com o outro, pelo menos aparentemente<sup>139</sup>. De facto, a reconciliação total nunca chegou a acontecer: “poisoned wounds do not heal so easily.”<sup>140</sup> Se exceptuarmos algumas referências hostis presentes numa carta de Julho de 46<sup>141</sup>, Quinto praticamente desapareceu da correspondência de Cícero até meados de 45. Quando, em Fevereiro desse ano, Túlia morreu, o epistológrafo procurou consolo em Ático e em Bruto, mas, sobre o irmão, nem uma palavra. Referências dispersas em cartas posteriores atestam a existência de comunicação entre ambos, mas o

---

<sup>136</sup> *Att.* 11.22.1, de 1 (?) de Setembro.

<sup>137</sup> *Ibidem.*

<sup>138</sup> *Ibid.*.

<sup>139</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1971) 182.

<sup>140</sup> SHACKLETON BAILEY, loc. cit..

<sup>141</sup> Cf. *infra*, p. 464, *Att.* 12.5.1.

tom utilizado por Cícero para se referir a Quinto é neutro, por vezes irónico, bastante distante do tom confidencial e íntimo das cartas que com ele trocou em tempos mais remotos<sup>142</sup>.

O relacionamento que o unia ao irmão era o laço emocional mais antigo que mantinha, pelo que a sua dissolução representou uma enorme perda. A culpa, todavia, do arrefecimento da relação não ficou a dever-se exclusivamente a Quinto, e Cícero sabia-o. Como refere Shackleton Bailey, “his reactions to the death of his daughter, the one member of the family for whom he still deeply cared, and to other events of these closing years, might not have been just what they were if the bond with Quintus had held, and if he had not known in whatever unacknowledged recesses of his mind that Quintus was not alone to blame.”<sup>143</sup>

Quinto não foi o único que desiludiu Cícero. Conforme já referimos, o sobrinho, de quem cuidou com desvelo, também lhe deu alguns desgostos.

Dos primeiros anos de vida de Quinto, nada sabemos<sup>144</sup>. Presume-se que tenha sido entregue aos cuidados de serviçais, que costumavam cuidar de crianças nascidas no seio de famílias pertencentes à elite romana<sup>145</sup>. A primeira referência ao jovem surge numa carta datada de Dezembro de 60. Quinto teria então cerca de sete anos<sup>146</sup>. O pai estaria na Ásia, pelo que recaía sobre a mãe uma maior responsabilidade na educação e acompanhamento do filho. Sabemos, porém, através de algumas referências como a que aqui transcrevemos, que Cícero e Ático assumiram acompanhar Pompónia nesta responsabilidade; nessa carta, o Arpinate pediu ao amigo que velasse pelo bem-estar do sobrinho:

*Cura, amabo te, Ciceronem nostrum.*<sup>147</sup>

---

<sup>142</sup> Cf. e. g. infra, p. 468, *Att.* 13.39.1.

<sup>143</sup> SHACKLETON BAILEY (1971) 183.

<sup>144</sup> BOŽIC (1951) traçou uma biografia do sobrinho de Cícero.

<sup>145</sup> A fim de corroborar esta ideia, BRADLEY (1991) 202, nota 42, aponta o exemplo de Cícero, que, alguns anos mais tarde, entregaria o neto, filho de Túlia e Dolabela, aos cuidados de dependentes (cf. *Att.* 12.28.3, de 24 de Março de 45).

<sup>146</sup> Em Maio de 67, Pompónia encontrava-se grávida. Cf. *Att.* 1.10.5

<sup>147</sup> *Att.* 2.2.1. Como afirma BRADLEY (1991) 193, “Cicero was concerned that Atticus should take care of Quintus during an apparent illness.”

A preocupação com o bem-estar do jovem era, aliás, uma constante. No ano seguinte, comentando com Ático a realização de obras na sua casa do Palatino, Cícero confessou que a última coisa que queria era perturbar a paz da cunhada e do sobrinho, que ocupavam a propriedade adjacente à sua. Desejava usufruir da sua palestra, mas, ao mesmo tempo, não queria que Pompônia e o menino vivessem em constante sobressalto, com medo de uma eventual derrocada:

*De muro, imperavi Philotimo ne impediret quo minus id fieret quod tibi uideretur. (...) His temporibus, tam dubia uita optimi cuiusque, magni aestimo unius aetatis fructum palestrae Palatinae, se dita tamen ut nihil minus uelim quam Pomponiam et puerum uersari in timore ruinae.*<sup>148</sup>

Nesse ano, Quinto teve como mestre Aristodemo, que era responsável, também, pela educação de Marco<sup>149</sup>. Os primos receberiam juntos as lições:

*Cicero tibi mandat ut Aristodemo idem de se respondeas quod de fratre suo, sororis tuae filio, respondisti.*<sup>150</sup>

Em 58, durante o seu exílio, o epistológrafo manifestou por diversas vezes o seu sentimento de culpa relativamente aos familiares. Os nomes do irmão e do sobrinho figuram entre aqueles a quem julgava ter prejudicado com as suas opções políticas. A 17 de Agosto, em acto de contrição, prometeu que compensaria em dedicação os danos causados a Ático, ao irmão e aos filhos de ambos, se a vida lhe desse outra oportunidade:

*Ego, si me aliquando uestri et patriae compotem fortuna fecerit, certe efficiam ut maxime laetere unus ex omnibus amicis meaque officia et studia, quae parum antea luxerunt (fatendum est enim), sic exequar ut me aequae tibi ac fratri et liberis nostris restitutum putes. Si quid in te peccaui, ac potius quoniam peccaui, ignosce; in me enim ipsum peccaui uehementius.*<sup>151</sup>

---

<sup>148</sup> Att. 2.4.7, de Abril de 59.

<sup>149</sup> Acerca deste homem, afirma SHACKLETON BAILEY (1999) v. 1, nota 8 ad loc.: “Presumably the boys’ tutor. A person of this name taught Pompey’s sons and later the geographer Strabo.”

<sup>150</sup> Att. 2.7.5.

<sup>151</sup> Att. 3.15.4.

A 29 de Novembro, desesperado, pediu ao amigo que prestasse apoio aos seus familiares, sobretudo ao irmão, a quem sentia ter prejudicado gravemente. Ático deveria impedir que Quinto tomasse alguma decisão que pudesse comprometer o futuro do filho:

*Sin, ut ego perspicio cum tua coniectura tum etiam mea, spei nihil est, oro obtestorque te ut Quintum fratrem ames, quem ego miserum misere perdidisti, neque quid eum patiari grauius consulere de se quam expediat sororis tuae filio...*<sup>152</sup>

Ao irmão, Cícero confessou a saudade que sentia não apenas dele, mas do sobrinho, a quem o priminho via como um irmão mais velho:

*Quid mihi sine te unquam aut tibi sine me iucundum fuit? (...) quid uero <quod> tuum filium, [quid] imaginem tuam, quem meus Cicero et amabat ut fratrem et iam ut maiorem fratrem uerebatur?*<sup>153</sup>

Uma vez regressado do exílio, acompanhou com desvelo o crescimento do jovem. Em 56, por exemplo, voltou a pedir a Ático que olhasse pelo sobrinho<sup>154</sup>; o pai encontrava-se ausente, na Sardenha, ao serviço de Pompeio:

*Nihil epistula tua, quae me sollicitum de Quinto nostro, puero optimo, ualde leuauit. (...) Puerum Ciceronem curabis et amabis, ut facis.*<sup>155</sup>

Nesse ano, chegou mesmo a escrever ao irmão para lhe dizer que o filho ia bem nos estudos, com o novo tutor, Tirânion. As aulas eram ministradas em sua casa e era o próprio Cícero que as supervisionava:

---

<sup>152</sup> Att. 3.23.5.

<sup>153</sup> Q. fr. 1.3.3, de 13 de Junho de 58.

<sup>154</sup> No ano seguinte, o jovem chegou mesmo a passar algum tempo em casa do tio materno. Cf. Att. 4.9.2, de 27 de Abril de 55: *Quintus frater ad me scripsit se, quoniam Ciceronem suauissimum tecum haberes, ad te Non. Mai. uenturum.*

<sup>155</sup> Att. 4.7.1-3, de Abril de 56.

*Quintus, filius tuus, puer optimus, eruditur egregie. Hoc nunc magis animum aduerto quod Tyrannio docet apud me.*<sup>156</sup>

Em Abril, por ocasião da comemoração dos esponsais de Túlia e Fúrio Crassípede, Cícero não quis deixar de visitar Quinto, que devido a uma ligeira indisposição, ficara impedido de participar na festa. O encontro entre tio e sobrinho ficou marcado pela boa disposição. Já recuperado, o jovem conseguira divertir-lo com alguns gracejos alusivos ao relacionamento difícil que existia entre a mãe, Pompónia, e a tia, Terência<sup>157</sup>.

Em 54, Quinto, seu irmão, voltou a ausentar-se de Roma<sup>158</sup>. O filho, que era já um adolescente, terá contado com a atenção redobrada por parte da mãe, mas também do tio. Numa das cartas que dirigiu então ao irmão, Cícero afirmou gostar tanto do jovem quanto o seu próprio pai:

*De Cicerone quod me semper rogas, ignosco equidem tibi sed tu quoque mihi uelim ignoscas; non enim concedo tibi plus ut illum ames quam ipse amo.*<sup>159</sup>

Dando a entender que Pompónia não havia autorizado o filho a acompanhá-lo numa visita a Arpino, pediu, depois, ao irmão que escrevesse à mulher, sugerindo-lhe que acompanhasse o cunhado nas suas escapadas de Roma, para que este e o sobrinho pudessem usufruir da companhia um do outro. Na Urbe, momentos de descontração eram de todo impossíveis:

*Atque utinam his diebus in Arpinati, quod et ipse cupierat et ego non minus, mecum fuisset! Quod ad Pomponiam, si tibi uidetur, scribas uelim, cum aliquo exhibimus eat nobiscum puerumque <e>ducat. Clamores efficiam si eum mecum habuero otiosus; nam Romae respirandi non est locus.*<sup>160</sup>

---

<sup>156</sup> *Q. fr.* 2.4.2, de meados de Março.

<sup>157</sup> Cf. *supra*, p. 426, *Q. fr.* 2.6.2, de 9 de Abril.

<sup>158</sup> Quinto permaneceu na Gália, como *legatus* de César. Cf. SHACKLETON BAILEY (2002) 3.

<sup>159</sup> *Q. fr.* 3.1.7, de Setembro de 54.

<sup>160</sup> *Ibidem*.

Cícero gostava de orientar os estudos do sobrinho. Quando tinha de se ausentar, cuidava para que Quinto continuasse a frequentar as aulas de retórica em casa do mestre. Quanto ao pai, não precisava de se preocupar com os progressos de aprendizagem do filho; o jovem tinha talento e o tio, por sua vez, responsabilizara-se por tudo o que dizia respeito ao sobrinho:

*Cicero noster dum ego absum non cessauit apud rhetorem. De eius eruditione quod labores nihil est, quoniam ingenium eius nosti, studium ego uideo, cetera eius suscipio, ut me putem praestare debere.*<sup>161</sup>

Quando Pompônia ia jantar fora, Quinto ia tomar a refeição a casa do tio paterno. O próprio pai, nas cartas que escrevia, aconselhava o jovem a manter-se próximo do tio e a tomá-lo por seu mestre. Cícero e o sobrinho rejubilavam com tais palavras:

*Cum scripsissem haec infima quae sunt mea manu, uenit ad nos Cicero tuus ad cenam, cum Pomponia foris cenaret. Dedit mihi epistulam legendam tuam quam paulo ante acceperat (...). dedit etiam alteram illam mihi, qua iubes eum mihi esse adfixum tamquam magistro. Quam illum epistulae illae delectarunt, quam me! Nihil puero illo suauius, nihil nostri amantius.*<sup>162</sup>

O tio deu a Quinto a oportunidade de receber os ensinamentos de bons mestres, como Peônio, professor de retórica íntegro e competente, que também ensinava Marco<sup>163</sup>. Apesar de reconhecer as qualidades do *rhetor*, o Arpinate era apologista de um método de ensino diferente do dele. No entanto, porque não queria atrapalhar os progressos do sobrinho nem contrariar os seus gostos pessoais — Quinto gostava mais do género declamatório —, decidiu respeitar as suas preferências. Ele próprio, quando jovem, havia seguido esse método. Tinha esperanças de que o sobrinho, com o tempo, acabasse por seguir as pisadas do tio. Enquanto esse tempo não chegava, aproveitava os passeios pelo

---

<sup>161</sup> *Q. fr.* 3.1.14.

<sup>162</sup> *Q. fr.* 3.1.19.

<sup>163</sup> Os dois primos estudavam juntos. Cf. *Q. fr.* 3.3.1, de 21 de Outubro de 54: *Valent pueri, studiose discunt, diligenter docentur, et nos et inter se amant.*

campo para o instruir segundo o seu método. Não estava disposto a deixar por mãos alheias a tarefa que o irmão lhe havia confiado:

*Cicero tuus nosterque summo studio est Paenoni sui rhetoris, hominis, opinor, ualde exercitati et boni. Sed nostrum instituendi genus esse paulo eruditius et δετικώτερον non ignoras. Qua re neque ego impediri Ciceronis iter atque illam disciplinam uolo et ipse puer magis illo declamatorio genere duci et delectari uidetur. In quo quoniam ipsi quoque fuimus, patiamur illum ire nostris itineribus, eodem enim peruenturum esse confidimus; sed tamen, si nobiscum eum rus aliquo eduxerimus, in hanc nostram rationem consuetudinemque inducemus. Magna enim nobis a te proposita merces est, quam certe nostra culpa numquam minus adsequemur.*<sup>164</sup>

O papel de protector e de guia assumido por Cícero relativamente ao sobrinho, semelhante ao de um pai, complementava o da mãe, e Quinto, que se encontrava ausente, não só o aprovava, como o incitava<sup>165</sup>.

A intervenção activa do epistológrafo na educação do sobrinho nunca foi motivo de desentendimento ou de confronto entre Pompónia e o cunhado. Numa carta datada de Dezembro de 54, é notório o respeito do tio pelas directrizes da mãe. Nela confessou ao irmão que, muito embora adorasse a companhia do sobrinho, tinha decidido deixá-lo partir de sua casa por dois motivos; por um lado, porque não queria mantê-lo afastado dos seus mestres, por outro, porque Pompónia havia decidido partir, e o tio, sem a ajuda da mãe, tinha dificuldades em controlar o apetite devorador do jovem:

*Ciceronem et ut rogas amo et ut meretur et debeo. Dimitto autem a me et ut a magistris ne abducam et quod mater (...) discedit, sine qua edacitatem pueri pertimesco.*<sup>166</sup>

Nas cartas escritas entre o final de 54 e 51, não existem quaisquer referências a Quinto. Cícero voltaria a referir-se ao sobrinho somente na primavera de 51, quando o jovem contava já dezasseis anos. Viajara então com o pai, o tio e o primo para a Cilícia. Apesar de o pai estar presente neste período da sua vida, o tio continuou a desempenhar

---

<sup>164</sup> *Q. fr.* 3.3.4.

<sup>165</sup> Cf. BRADLEY (1991) 194.

<sup>166</sup> *Q. fr.* 3.7.9.



um papel activo na educação do jovem. A viagem à Cilícia foi vista como uma oportunidade para os dois adolescentes ficarem a conhecer a zona oriental do Mediterrâneo e, ao mesmo tempo, ficarem a perceber em que consistia o governo de uma província<sup>167</sup>. O inverno rigoroso que se fazia sentir naquela região levou, no entanto, a que os pais, por motivos de segurança, tivessem decidido enviá-los para a corte do rei Dejótaro da Galácia:

*Cicerones nostros Deiotarus filius, qui rex a senatu appellatus est, secum in regnum.  
Dum in aestiuus nos essemus, illum pueris locum esse bellissimum duximus.*<sup>168</sup>

Terá sido durante esta estada na Cilícia que Cícero se começou a aperceber de algumas imperfeições de carácter do sobrinho. Em carta ao tio materno do jovem — que o epistológrafo fazia questão de manter informado — disse que os primos Marco e Quinto frequentavam as mesmas aulas, mas que, quais Éforo e Teopompo, um precisava de ser refreado, o outro, pelo contrário, instigado a aprender:

*Cicerones pueri amant inter se, discunt, exercentur; sed alter, ut Isocrates dixit in  
Ephoro et Theopompo, frenis eget, alter calcaribus.*<sup>169</sup>

Dioniso era o mestre ideal para jovens irreverentes como estes. Apesar dos queixumes dos dois adolescentes, Cícero apostava nele, porque era competente, rigoroso para com os seus alunos e, ao mesmo tempo, dedicado a quem o havia contratado<sup>170</sup>:

*Dionysius mihi quidem in <a>moribus est. Pueri autem aiunt eum furenter irasci;  
sed homo nec doctior nec sanctor fieri potest nec tui meique amantior.*<sup>171</sup>

---

<sup>167</sup> Cf. BRADLEY (1991) 194.

<sup>168</sup> Att. 5.17.3, de 15 de Agosto (?) de 51.

Cícero tinha a intenção de enviar Quinto e Marco para Rodes, no caso de se dar uma verdadeira crise militar. Cf. Att. 5.18.4, de 20 de Setembro: *Cicerones nostri apud Deiotarum, sed, si opus erit, deducuntur Rhodum.*

<sup>169</sup> Att. 6.1.12, de 20 de Fevereiro de 50.

<sup>170</sup> Cerca de um ano depois, seria outra a opinião de Cícero sobre este liberto. Dioniso acabaria por revelar-se um ingrato e, para desgosto de Cícero, deixaria de dar aulas aos *Cicerones pueri*. Cf. Att. 8.4.1, de 22 de Fevereiro de 49; Att. 8.10, de 24 de Fevereiro. Cf. Cap. Quarto, Terceira Parte, p. 383 sq..

<sup>171</sup> Att. 6.1.12.

Nesse inverno, Cícero comunicou também a Ático que tinha intenção de impor a toga viril a Quinto assim que chegasse a Laodiceia. Dejótaro encarregar-se-ia de levar até lá os dois jovens. O tio comprometia-se ainda a manter o sobrinho sob apertada vigilância:

*Ego cum Laodiceam uenero Quinto sororis tuae filio togam puram iubeor dare; cui moderabor diligentius. Deiotarus, cuius auxiliis magnis usus sum, ad me, ut scripsit, cum Ciceronibus Laodiceam uenturus erat.*<sup>172</sup>

Absorvido pelos seus afazeres militares, Quinto terá delegado no irmão a responsabilidade de assinalar a maioridade do filho, com a imposição da toga viril, por ocasião dos *Liberalia*<sup>173</sup>. Nada mais natural do que o tio paterno para representar o pai neste momento tão importante da vida do jovem<sup>174</sup>:

*Quinto togam puram Liberalibus cogitabam dare; mandauit enim pater.*<sup>175</sup>

A irreverência do sobrinho a que o epistológrafo foi aludindo durante a estada na Cilícia poderá estar relacionada com os primeiros rumores que foram surgindo do divórcio dos pais<sup>176</sup>. Por esta altura, Cícero havia sugerido ao sobrinho que abrisse as cartas destinadas ao pai, de forma a saberem quais eram verdadeiramente as intenções de Quinto relativamente ao seu casamento com Pompónia. Numa das cartas que interceptou, acidentalmente, o jovem terá lido que o pai projectava divorciar-se da mãe. Vendo o sobrinho tão transtornado com a notícia, Cícero manifestou o desejo de que a mesma não viesse a ser confirmada:

*Q. Cicero puer legit, ut opinor, et certe, epistulam scriptam patri suo; solet enim aperire, idque de meo consilio, si quid forte sit quod opus sit sciri. In ea autem epistula erat*

---

<sup>172</sup> Att. 5.20.9, de 19 de Dezembro de 51.

<sup>173</sup> A 17 de Março, portanto.

<sup>174</sup> Cf. BRADLEY (1991) 195: “Clearly there was nothing inappropriate about an uncle supervising this important family occasion.”

<sup>175</sup> Att. 6.1.12.

<sup>176</sup> Cf. BRADLEY (1991) 195.

*idem illud de sorore quod ad me. Mirifice conturbatum uidi puerum; lacrimans mecum est questus. Quid quaeris? Miram in eo pietatem, suauitatem humanitatemque perspexi; quo maiorem spem habeo nihil fore aliter ac deceat. Id te igitur scire uolui.*<sup>177</sup>

A avaliar pela sua reacção, é possível que essa triste notícia tenha, de alguma forma, perturbado o equilíbrio emocional do jovem e, desse modo, desencadeado nele comportamentos reprováveis<sup>178</sup>.

Em Agosto de 50, Cícero confessaria a Ático que um dos motivos que o levava a escolher Célio<sup>179</sup>, em vez do próprio irmão, para lhe suceder no governo da Cilícia, tinha sido o receio de que o sobrinho viesse a ser fonte de qualquer tipo de problemas. O jovem era pouco modesto no que dizia respeito à avaliação das suas próprias qualidades, e o pai, que ficara aborrecido com Ático por este o ter aconselhado a enviar o filho para outro sítio, não estava na disposição de o fazer. Conhecendo bem o sobrinho — como Ático, aliás —, Cícero preferiu não arriscar...

*Nos prouvinciae praefecimus Coelium. (...) Quid si quid filius, puer et puer bene sibi fidens? Qui esset dolor? Quem pater non dimittebat teque id censere moleste ferebat. At nunc Coelius non dico equidem 'quod egerit', sed tamen multo minus laboro.*<sup>180</sup>

Antes de regressar a Itália, o adolescente passou algum tempo com o pai em casa de Ático, em Butroto<sup>181</sup>. Já que aquele iria permanecer no Oriente, foi confiada a Cícero a responsabilidade de assegurar o bem-estar do rapaz. Em Janeiro de 49, nas vésperas da

---

<sup>177</sup> Att. 6.3.8, de Maio ou Junho de 50.

<sup>178</sup> Como afirma BRADLEY (1991) 195, "Cicero's remarks are enough to show that Quintus found the thought of his parents' divorce disturbing even though he had been separated from one or the other for long intervals during his childhood." Na verdade, o autor vai mais longe, quando afirma que a reacção violenta de Quinto à possibilidade de os pais se separarem contraria de certa forma a ideia muitas vezes aparente transmitida pelas fontes de que a separação conjugal era, entre a elite, vista como algo normal: "But this small insight into how a child in upper-class Roman society could be affected by parental divorce offsets the cavalier attitude to marital disruption frequently apparent in the sources, and it suggests a complexity in Roman family life often concealed from sight." (loc. cit.).

<sup>179</sup> O pretor Gaio Célio Caldo.

<sup>180</sup> Att. 6.6.3-4, de 3 de Agosto. Cf. Att. 6.9.3.

<sup>181</sup> Cf. Fam. 16.7, de 16 de Novembro de 50: ... *Quintus autem pater et filius Buthroti*.

guerra civil, receoso de que o sobrinho e o filho fossem alvo de qualquer espécie de represálias, chegou a ponderar a hipótese de pôr de parte os seus ideais políticos, de abandonar a causa de Pompeio, seu amigo, para se aliar à facção mais poderosa, liderada por César:

*Demittamne me penitus in causam? Non deterreor periculo sed dirumpor dolore: tamne nullo consilio aut tam contra meum consilium gesta esse omnia! An cuncter et tergiuerser et iis me dem qui tenent, qui potiuntur? Ἀἰδέομαι Τρῶας, nec solum ciuis sed etiam amici officio reuocor, etsi frangor saepe misericordia puerorum.*<sup>182</sup>

Ponderou, ainda, a hipótese de enviar os *Cicerones* para a Grécia<sup>183</sup>; lá, estariam mais seguros. Acabou, porém, por mantê-los na *uilla* de Fórmias<sup>184</sup>. A 11 de Março, confessaria a Ático os remorsos que sentia por não ter partido de Itália, juntamente com Pompeio. A angústia que até então sentira por não conseguir tomar uma decisão, acabava agora por dar lugar ao arrependimento. A esposa, a filha e o filho, mas também o sobrinho, tê-lo-iam apoiado na decisão de seguir o amigo, mas, em prol do bem-estar de toda a família, tinha decidido ficar em Itália:

*Ante sollicitus eram et angebar, sicut res scilicet ipsa cogebat, cum consilio explicare nihil possem; nunc autem, postquam Pompeius et consules ex Italia exierunt, non angor sed ardeo dolore (...). Non sum, inquam, mihi crede, mentis compos; tantum mihi dedecoris admisisse uideor. Mene non primum cum Pompeio, qualicumque consilio usus <est>, deinde cum bonis esse, quamuis causa temere instituta? Praesertim cum ii ipsi quorum ego causa*

---

<sup>182</sup> Att. 7.12.3, de 22 de Janeiro de 49.

<sup>183</sup> Cf. Att. 7.13.3, de 23 de Janeiro de 49: *Itaque de Ciceronibus nostris dubito quid agam; nam mihi interdum amandandi uidentur in Graeciam*; Att. 7.17.4, de 2 de Fevereiro: *Sin bellum geretur non deero officio nec dignitati meae, pueros ὑπεκδέμενος in Graeciam*.

<sup>184</sup> Cf. Att. 7.18.1, de 3 de Fevereiro: *III Non. Febr. mulieres nostrae Formias uenerunt tuaque erga se officia plena tui suauissimi studi ad me pertulerunt. Eas ego, quoad sciremus utrum turpi pace nobis an misero bello esset utendum, in Formiano esse uolui et una Cicerones*; Att. 7.20.2, de 5 de Fevereiro: *mulieres et Cicerones in Formiano reliqui*. Cícero estava deveras preocupado com os dois jovens e indeciso sobre o que haveria de fazer: *De pueris quid agam non habeo* (Att. 7.19, de 3 de Fevereiro). Acabaria, porém, dias depois, por confirmar a decisão tomada. Cf. Att. 7.26.3, de 13 de Fevereiro (?): *nunc, ut uideo, pueri certe in Formiano uidentur hiematuri*.

*timidius me fortunae commitebam, uxor, filia, Cicerones pueri, me illud sequi mallent, hoc turpe et me indignum putarent.*<sup>185</sup>

A harmonia que pautara desde sempre o relacionamento entre tio e sobrinho viria a quebrar-se em Abril. Nessa primavera, em que a cidade de Roma se encontrava mergulhada numa profunda crise política, em carta a Ático, Cícero criticou por diversas vezes o comportamento desleal de Quinto. O jovem, sem que nada o fizesse prever, e para desgosto da família, havia deixado a *uilla* de Fórmias, onde a família se havia reunido por motivos de segurança, para ir para Roma, a fim de se juntar a César. Antes, havia enviado uma carta a anunciar a sua iminente chegada. Depois de um encontro com Hércio, chamado à presença de César, revelou ao ditador as ideias políticas do tio e a decisão que este tomara de abandonar Itália<sup>186</sup>. Cícero temia que a traição do sobrinho lhe trouxesse problemas, mas o que o deixava ainda mais preocupado era a falta de lealdade que ele revelara para com a família. O epistológrafo atribuíra essa falha de carácter à natureza, não à forma severa como o educara, nem à indulgência paterna:

*Omne meum obsequium in illum fuit cum multa seueritate, neque unum eius nec paruum sed multa <et> magna delicta compressi. Patris autem lenitas amanda potius ab illo quam tam crudeliter neglegenda. Nam litteras eius ad Caesarem missas ita grauiter tulimus ut te quidem celaremus sed ipsius uide<re>mur uitam insuauem redidisse. Hoc uero eius iter simulatioque pietatis qualis fuerit non audeo dicere; tantum scio post Hirtium conuentum arcessitum a Caesare, cum eo de meo animo a suis rationibus alienissimo et consilio relinquendi Italiam; et haec ipsa timide. Sed nulla nostra culpa est, natura metuenda est.*<sup>187</sup>

O pai e o tio estavam desolados com a atitude que tomara. Cícero desejava que as notícias fossem falsas ou, pelo menos, não tão graves quanto pensavam. A incerteza quanto ao futuro político de Roma deixava-o angustiado quanto ao seu próprio futuro e sem saber o que fazer:

*Iacet in maerore meus frater neque tam de sua uita quam de mea metuit. Huic tu, huic tu malo adfer consolationes, si ullas potes; maxime quidem illam uelim, ea quae ad nos*

---

<sup>185</sup> Att. 9.6.4, de 11 de Março de 49.

<sup>186</sup> Cf. Att. 10.5.1, 10.9.2 e 10.11.4, em que Cícero refere a intenção de sair de Itália.

<sup>187</sup> Att. 10.4.6, de 14 de Abril.

*delata sint aut falsa esse aut minora. Quae si uera sint, quid futurum sit in hac uita et fuga nescio; nam si haberemus rem publicam, consilium mihi non deesset nec ad seueritatem nec ad diligentiam. Nunc siue iracundia siue dolore siue metu permotus grauius scripsi quam aut tuus in illum amor aut meus postulabat, si uera sunt, ignosces, sin falsa, me libente eripies mihi hunc errorem. Quoquo modo uero se res habebit, nihil adsignabis nec patruo nec patri.*<sup>188</sup>

Exortado pelo cunhado, o Arpinate decidiu assumir a difícil tarefa de tentar moldar o carácter do sobrinho. Embora não quisesse importuná-lo com tais preocupações, gostaria que Ático, que era também tio de Quinto, participasse activamente na realização de tão penosa empresa:

*Quod mihi mandas de quodam regendo, 'Ἀρκαδίαν...' tamen nihil praetermittam. Atque utinam tu — sed molestior non ero.*<sup>189</sup>

Cícero poderia tentar reconduzir o sobrinho ao melhor caminho. Quinto tinha muitas qualidades, mas faltavam-lhe duas: sensatez e sinceridade. Além do mais, a indulgência do pai contrariava a disciplina que o tio tentava impor-lhe. Ático teria menos dificuldade em consegui-lo, já que o pai estaria longe, mas Cícero não queria de forma alguma impor-lhe tão difícil tarefa:

*Magnum opus est; mirabilia multa, nihil simplex, nihil sincerum. Vellem suscepisses iuuenem regendum; pater enim nimis indulgens quicquid ego adstrinxi relaxat. Si sine illo possem, regerem; quod tu potes. Sed ignosco; magnum, inquam, opus est.*<sup>190</sup>

Dois dias depois, o epistológrafo comunicou ao cunhado ter recebido calorosamente o sobrinho em sua casa. Disse-lhe também que o comportamento incorrecto

---

<sup>188</sup> Ibidem.

<sup>189</sup> Att. 10.5.2, de 16 de Abril.

Como tão bem nos recordam J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 6, nota d ad loc.) e SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 2 ad loc., Ἀρκαδίαν constitui o início da resposta que, segundo Heródoto (1.66), a pitonisa do Oráculo de Delfos transmitiu ao povo de Esparta, que projectava conquistar a Arcádia:

Ἀρκαδίην μ' αἰτεῖς; Μέγα μ' αἰτεῖς· οὐ τοι δώσω...

«É a Arcádia que me pedes? É muito o que me pedes; não to concederei...»

<sup>190</sup> Att. 10.6.2, de 20 de Abril.

de Quinto se ficara a dever à ambição e à esperança de vir a receber uma recompensa. Na perspectiva do tio, a ambição desmedida que o sobrinho revelara era, apesar de tudo, menos grave do que a traição da família. Os defeitos de Quinto tinham origem na sua natureza, não na indulgência dos familiares, mas o tio não desistiria de usar de disciplina:

*Quintum puerum accepi uehementer, auaritiam uideo fuisse et spem magni congiari. Magnum hoc malum est, sed scelus illud quod timueramus spero nullum fuisse. Hoc autem uitium puto te existimare non <a> nostra indulgentia sed a natura profectum. Quem tamen nos disciplina regimus.*<sup>191</sup>

Era grande o carinho que sentia pelo sobrinho, mas o tio sentia que esse sentimento não era correspondido. O desamor do jovem pelos seus deixava-o preocupado. Acreditava, porém, que, com empenho, iria conseguir discipliná-lo. O seu talento era extraordinário, mas o carácter precisava de ser moldado:

*Iuuenem nostrum non possum non amare, sed ab eo nos non amari plane intellego. Nihil ego uidi tam ἀνηθοποίητον, tam auersum a suis, tam nescio quid cogitans. Vim incredibilem molestiarum! Sed erit curae et est ut regatur. Mirum est enim ingenium, ἥθους ἐπιμελητέον.*<sup>192</sup>

Cícero tentou desculpabilizar os traços caracterológicos menos louváveis do jovem. É verdade que o pai do jovem sempre se mostrara indulgente para com ele, mas não fora essa indulgência que o tornara um rapaz mentiroso, ambicioso ou indiferente para com os seus; a indulgência tornara-o, sim, violento, arrogante e agressivo. Estes defeitos, porém, atendendo às características da juventude daquele tempo, eram, segundo o tio, toleráveis. Piores do que os defeitos imputáveis à educação eram os vícios inatos. Se dispusesse de tempo suficiente para o fazer, Cícero trataria de erradicá-los:

*De eius filio, indulsit illi quidem suus pater semper, sed non facit indulgentia mendacem aut auarum aut non amantem suorum, ferocem fortasse atque adrogantem et infestum facit. Itaque habet haec quoque quae nascuntur et indulgentia, sed ea sunt tolerabilia (quid enim dicam?) hac iuuentute; ea uero, quae mihi quidem qui illum amo sunt his ipsis*

---

<sup>191</sup> Att. 10.7.3, de 22 de Abril (?).

<sup>192</sup> Att. 10.10.6, de 3 de Maio.

*malis in quis sumus miseriora, non sunt ab obsequio nostro; nam suas radices habent, quas tamen euulerem profecto, si liceret. Sed ea tempora sunt ut omnia mihi sint patienda.*<sup>193</sup>

Quinto contaria então cerca de dezoito anos, idade suficiente para tomar as suas próprias decisões. Os tios, porém, consideravam dever interferir nas escolhas e influenciar os comportamentos do sobrinho<sup>194</sup>. Incumbido por Ático, Cícero estava na disposição de levar a cabo a penosa tarefa de discipliná-lo. Acreditava que o carácter dele podia ser moldado, porque acreditava também que a virtude era ensinável<sup>195</sup>:

*Nos iuueni, ut rogas, suppeditabimus et Peloponnesum ipsam sustinebimus. Est enim indoles, modo aliquod hoc sit ἥθος ἀκίμολον. Quod si adhuc nullum est, esse tamen potest, aut ἀρετὴ non est διδακτόν, quod mihi persuaderi non potest.*<sup>196</sup>

No verão de 46, com alguma ironia, criticou o irmão por permitir que o filho participasse nos *Lupercalia*. No final da República estas celebrações tinham degenerado num divertimento de cariz popular, pelo que participar neles não era bem visto pelos membros da aristocracia<sup>197</sup>. Ao que parece, Quinto havia participado nessas celebrações acompanhado de dois libertos, Estácio e Filótimo:

*‘Quintus pater quartum’ uel potius millesimum nihil sapit qui laetetur Luperco filio et Statio, ‘ut cernat duplici decore cumulatam domum.’ Addo etiam Philotimum tertium. O stultitiam, nisi mea maior esset, singularem!*<sup>198</sup>

---

<sup>193</sup> Att. 10.11.3.

<sup>194</sup> Cf. Att. 10.12.3, de 5 de Maio: *Quintum filium seuerius adhibeo. Vtinam proficere possem!*

<sup>195</sup> Cícero postulava a teoria platónica da virtude (ἀρετὴ) como objecto de aprendizagem (cf. Pl., *Men.* 71a).

<sup>196</sup> Att. 10.12a.4, de 6 de Maio.

Como J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 6, nota a ad loc.) e SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 3 ad loc), consideramos que a referência à tomada do Peloponeso como empresa difícil segue a linha da expressão proverbial que Cícero havia já utilizado em Att. 10.5.2 para se referir à penosa missão que, para si, constituía disciplinar o carácter do sobrinho. O tio estava disposto a tomar a seu cargo o Peloponeso e “non pas seulement l’Arcadie, dont le contrôle était déjà une entreprise difficile”. Cf. Supra, p. 462.

<sup>197</sup> Cf. Cic., *Cael.* 26; J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 7, 279, nota 4 ad Att. 12.5.1. Este último lembra que no tempo de César um liberto havia mesmo assumido o papel de *magister* dos *Luperci*. Leia-se ainda HOLLEMAN (1975).

<sup>198</sup> Att. 12.5.1, de Julho ou Agosto de 46.



César terá conferido alguma importância aos *Lupercalia*, já que veio a criar, em 45, um terceiro colégio, o dos *Luperci Iulii*. Ora, a atitude do sobrinho, tão criticada por Cícero, poderá ter, afinal, uma leitura política; é possível que Quinto pretendesse agradar a César com esta sua entrada na confraria, juntamente com Estácio, o liberto favorito do pai, e Filótimo, o homem de confiança de Terência<sup>199</sup>.

Cícero ficou ainda mais indignado quando soube que o sobrinho tinha pedido ao outro tio que lhe desse uma ajuda monetária, para poder ingressar no colégio dos *Luperci*. Felizmente, Ático negara-se a apoiá-lo nesta sua iniciativa; os seus cofres estavam vazios. Se Quinto tivesse recorrido a outra fonte que não a do tio, que estava seca — como as fontes de Pirene ou Aretusa —, certamente tê-la-ia esgotado, tão grande era a sua sede:

*Quod autem os in hanc rem ἔρανον α te! Fac non ad διψῶσαν κρήνην sed ad Πειρήνην  
eum uenisse <aut> ἄμπνευμα σεμνὸν Ἀλφειοῦ, τήν κρήνην, ut scribis, haurire<t>, in tantis suis  
praesertim angustiis.*<sup>200</sup>

À preocupação manifestada por Ático relativamente ao rumo que a vida do sobrinho estava a tomar, Cícero respondeu com indiferença. As atitudes dele já não o deixavam tão amargurado como em tempos passados:

*Ποῖ ταῦτα ἄρα ἀποσκήψει; Sed ipse uiderit.*<sup>201</sup>

Cerca de um ano depois, o comportamento do sobrinho voltaria a ser alvo das suas críticas. Quinto encontrava-se então ao serviço de César, na Hispânia. Balbo<sup>202</sup>, Dolabela,

---

Este passo merece algumas observações. Primeiramente, '*Quintus pater quartum*' constitui a parte inicial de um verso dos *Annales* de Énio referente a Q. Fábio Máximo Cunctator (295): *Quintus pater quartum fit consul*. Tal como o irmão de Cícero, também Fábio Cunctator tinha um filho que tomara o mesmo *praenomen* do pai (cf. *Les Belles Lettres*, v. 7, 279, nota 3 ad loc.). Depois, a expressão '*ut cernat duplici decore cumulatam domum*' pertence, ao que se julga, a uma obra latina que entretanto se perdeu. Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 3 ad loc..

<sup>199</sup> Seguimos a lição de J. Beaujeu (cf. *Les Belles Lettres*, v. 7, 279, nota 4 ad loc.).

<sup>200</sup> *Att.* 12.5.1.

<sup>201</sup> *Ibidem*.

seu ex-genro, e Asínio Polião informaram Cícero da campanha difamatória levada a cabo pelo sobrinho junto dos partidários e companheiros do ditador. Perante tais notícias, o estadista reagiu com alguma tristeza, mas também com indignação e preocupação:

*Asinius Pollio ad me scripsit de impuro nostro cognato. Quod Balbus minor nuper satis plane, Dolabela obscure, hic apertissime. Ferrem grauitur si nouae aegrimoniae locus esset. Sed tamen ecquid impurius? O hominem cauendum! Quamquam mihi quidem — sed tenendus dolor est.*<sup>203</sup>

Em Junho, recebeu a visita de Dolabela, que havia regressado recentemente da Hispânia. O ex-genro fez-lhe novas revelações sobre o comportamento do sobrinho. As maldades do jovem deveriam ser tantas e tamanhas que a passagem em que elas foram descritas a Ático acabou por ser suprimida ou pelo primeiro editor das cartas, ou pelo próprio destinatário da missiva<sup>204</sup>:

*Hodie mane Dolabella. Multus sermo ad multum diem. (...) Ventum est tamen ad Quintum. Multa ἄφατα, ἀδιήγητα, sed unum eius modi quod, nisi exercitus sciret, non modo Tironi dic<are> sed ne ipse quidem auderem scribere \* \* \* sed haec hactenus.*<sup>205</sup>

Em Agosto, o jovem anunciou a toda a família que planeava regressar da Hispânia. O tio, que se encontrava em Túsculo, recebeu dele uma carta que se pretendia amável, mas que, na verdade, fora escrita num tom ofensivo. Ao comentar o seu conteúdo com Ático, o epistológrafo começou por referir a forma desagradável como o sobrinho se lhe dirigira. Desculpabilizando o tom escolhido para a abertura da mesma com a impulsividade que era própria da juventude, queixou-se depois da falta de coerência do sobrinho, que declarara não estar de acordo com as calúnias lançadas contra o tio. Cícero ficou indignado com tamanha hipocrisia:

---

<sup>202</sup> Sobrinho de Lúcio Cornélio Balbo, um dos homens da confiança de César. Encontrando-se no quartel-general de César, na Hispânia, com Quinto, foi testemunha dos ataques ferozes por ele lançados contra o pai e contra o tio (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 81; 201).

<sup>203</sup> *Att.* 12.38.2, de 6 de Maio de 45.

<sup>204</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 122; SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota ad loc..

<sup>205</sup> *Att.* 13.9.1, de 17 (?) de Junho.

... datur mi epistula a sororis tuae filio quam ipsam tibi misi; cuius est principium non sine maxima contumelia — sed fortasse οὐκ ἐπέστησεν. Est autem sic: 'Ego enim quicquid non belle in te dici potest —.' Posse uult in me multa dici non belle, sed ea se negat approbare. Hoc quicquam pote impurius? Iam cetera leges (misi enim ad te) iudicabisque.<sup>206</sup>

Na verdade, acreditava que a iniciativa de lhe escrever e a súbita mudança de atitude por parte do sobrinho se ficara a dever aos repetidos elogios que Bruto não se cansava de fazer sobre a pessoa do tio:

Bruti nostri cottidianis adsiduisque laudibus, [ne] quas ab eo de nobis haberi permulti mihi renuntiauerunt, commotum istum aliquando scripsisse aliquid ad me credo.<sup>207</sup>

Quinto escrevera também ao pai. Cícero não sabia o que ele lhe dissera acerca do tio paterno. Sabia apenas que o filho havia chantageado o pai, exigindo que lhe alugasse uma casa, para poder estar perto dele, mas longe da mãe. Uma vez que o pai não havia dado resposta a essa missiva, disse-lhe ainda que iriam, por isso, passar menos tempo juntos. Estava de relações cortadas com a mãe; segundo o próprio pai, odiava-a:

Nam ad patrem de me quid scripserit nescio, de matre quam pie! 'Volueram' inquit, 'ut quam plurimum tecum essem, conduci mihi domum et id ad te scripseram. Neglexisti. Ita minus multum una erimus. Nam ego istam domum uidere non possum; qua de causa scis.' Hanc autem causam pater odium matris esse dicebat.<sup>208</sup>

Sem saber que atitude tomar relativamente ao sobrinho, Cícero pediu conselho a Ático. Deveria repeli-lo, ou, em vez disso, usar de condescendência?

Nunc me iuua, mi Attice, consilio, 'πότερον δίκᾳ τεῖχος ὕψιον,' id est utrum aperte hominem asperner et respuam, 'ἢ σχολιαῖς ἀπάταις.'<sup>209</sup>

---

<sup>206</sup> Att. 13.38.1, de 15 de Agosto.

<sup>207</sup> Ibidem.

<sup>208</sup> Ibid. Note-se a ironia usada para referir o "amor" filial de Quinto por Pompónia.

<sup>209</sup> Att. 13.38.2.

No dia seguinte, recebeu a resposta de Ático, que continha uma novidade, no mínimo, surpreendente: Quinto dissera ao pai que, por causa da mãe, não podiam viver sob o mesmo tecto; à mãe, no entanto, a quem também escrevera, dirigira palavras afáveis e plenas de carinho. O irmão de Cícero, em vez de manter uma atitude firme em relação ao filho, dizia que, por sua culpa, ele ficara zangado. Apesar de indignado com o jogo duplo do sobrinho, Cícero decidiu, no entanto, a conselho de Ático, usar também de alguma condescendência para com o jovem:

*O incredibile uanitatem! Ad patrem domo sibi carendum propter matrem: <ad matrem> plena pietatis. Hic autem iam languescit et ait sibi illum iure iratum. Sed utar tuo consilio; σκολιὰ enim tibi uideo placere.*<sup>210</sup>

No dia 17, Cícero não sabia se haveria de partir imediatamente para Roma, ou permanecer na sua *uilla* de Túsculo. Por um lado, mergulhado nos seus livros, não lhe apetecia viajar para a capital, por outro, não tinha qualquer vontade de receber o sobrinho. O irmão, por sua vez, já tinha decidido partir ao encontro do filho<sup>211</sup>. Chegada a hora da partida, Quinto estava tão furioso com o jovem, que Cícero, assumindo a defesa do sobrinho, sentiu necessidade de chamá-lo à razão. Esta sua mudança de atitude fez, porém, com que se sentisse um cata-vento:

*Etsi quid mi auctor es? Aduolone an maneo? Equidem et in libris haereo et illum hic excipere nolo; ad quem, ut audio, pater hodie ad Saxa acronoma mirum quam inimicus ibat, ut ego obiurgarem. Sed ego ipse κεκέπρωμαι. Itaque posthac.*<sup>212</sup>

---

<sup>210</sup> Att. 13.39.1, de 16 de Agosto.

<sup>211</sup> Quinto deixou Túsculo na tarde do dia 16 e Roma no dia 17. Pompónia tê-lo-á acompanhado, já que, no dia 18, Cícero remeteu ao marido uma carta de Ático para a irmã, que este lhe tinha dado a ler (cf. Att. 13.41.1: *Ego uero Quinto epistulam ad sororem misi.*). Vide *Les Belles Lettres*, v. 8, 268, nota 1 ad 222. Nesta extensa nota, o crítico reconstitui de forma criteriosa os factos relatados nas cartas escritas entre os dias 15 e 18 de Agosto (Att. 13.38 a 13.41).

<sup>212</sup> Att. 13.40.2, de 17 de Agosto.

Acerca do local onde Quinto se iria encontrar com o filho, diz-nos J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 8, 269 sq., nota 5 ad 224): “On ne connaît pas de Saxa \*Acronoma, mais seulement un lieu-dit *ad Saxa Rubra*, situé à une quinzaine de kilomètres au nord de Rome, sur la *Via Flaminia*, qui, à travers l’Étrurie, conduisait vers la Gaule cisalpine, d’où revenait Quintus; parti à sa rencontre, selon la coutume romaine, son père est resté

O motivo pelo qual o pai havia ficado tão zangado foi revelado na carta que Cícero escreveu ao cunhado no dia seguinte. Quando Quinto (*ille*) admitia já a hipótese de ceder a casa ao filho por causa do conflito que existia entre ele e a mãe, Cícero contou-lhe que o jovem tinha escrito uma carta amável a Pompônia e nenhuma ao tio, Ático. O irmão não só ficou surpreso com o facto de o filho ter, afinal, escrito à mãe, como se considerou responsável por ele não ter enviado uma carta ao tio; o pai tinha-lhe escrito muitas vezes a criticar Ático pela forma injusta como ele tratava o sobrinho:

*Cum ille quereretur filio cum matre bellum et se ob eam causam domo cessurum filio diceret, dixi illum commodas ad matrem litteras, ad te nullas. Ille alterum mirabatur, de te autem suam culpam quod saepe grauiter ad filium scripsisset de tua in illum iniuria.*<sup>213</sup>

Graças à intervenção de Cícero, Quinto acabou por acalmar toda a sua fúria. A súbita mudança de atitude do irmão em relação ao sobrinho deixou-o surpreso, mas Cícero, que fora aconselhado pelo cunhado a usar de alguma complacência, respondeu-lhe que não podiam ser tão intransigentes para com o jovem. No meio desta conversa, o nome de Cana acabou por ser mencionado<sup>214</sup>:

*Quod autem relanguisse me dicit, ego ei tuis litteris lectis significavi me non fore\*\*\*  
tum enim mentio Canai.*<sup>215</sup>

Ao que parece, surgira a hipótese de esta poder vir a casar com o sobrinho. Se este projecto obtivesse o favor das partes envolvidas, nada obstaria a que se concretizasse. Cícero e Ático, porém, acordaram tomar uma posição conjunta relativamente a esta

---

plusieurs jours absent, ce qui laisse supposer qu'il est allé bien au-delà des «Roches rouges»; sous le mot *acronoma*, probablement déformé, se cache sans doute un toponyme inconnu ou un mot grec (*ἀκρο...*) le suggérant." SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota ad loc., não tem dúvidas em identificar o lugar com as *Saxa Rubra*.

<sup>213</sup> Att. 13.41.1, de 18 de Agosto.

<sup>214</sup> Segundo SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 1 ad loc., o nome desta jovem surge neste contexto "as a possible wife for Quintus junior. She was probably the daughter of Atticus' friend Gellius Canus (or Kanus)." Gélio Cano era amigo de Ático (cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 270, nota 3 ad 225).

<sup>215</sup> Att. 13.41.1.

questão. Dada a importância do assunto, ambos os tios do jovem discuti-lo-iam cautelosamente no dia seguinte, assim que estivessem na presença um do outro:

*Omnino si id consilium placeret, esset necesse; sed, ut scribis, ratio est habenda grauitatis, et utriusque nostrum idem consilium esse debet, etsi in me grauiiores iniuriae et certe notiores. (...) Sed coram. Magna enim res et multae cautionis. Cras igitur, nisi quid a te commeatus.*<sup>216</sup>

Alguns dias depois, visitado por Balbo, soube que Hircio, que tomara a sua defesa, tinha discutido violentamente com Quinto. Soube ainda que o jovem, sobretudo em reuniões sociais, tinha o costume de falar do tio e, depois, do próprio pai, assegurando que ambos eram hostis a César, que não eram de confiança e que era preciso ter especial cuidado com o primeiro. Este reagiu com aparente despreocupação a estas notícias; é que César — a quem Cícero apelidou pejorativamente de *rex*<sup>217</sup> — julgava-o já um covarde. Quinto dizia ainda que até o primo se sentia vexado com o comportamento do pai:

*Balbus minor mecum. Nihil noui sane, nisi Hirtium cum Quinto acerrime pro me litigasse; omnibus eum locis facere maximeque in conuiuiis; cum multa de me, tum redire ad patrem; nihil autem ab eo tam dici quam alienissimos nos esse a Caesare, fidem nobis habendam non esse, me uero etiam cauendum (φοβεῖσθαι ὅτι ἂν ἦν nisi uiderem scire regem me animi nihil habere), Ciceronem uero meum uexari. Sed id quidem arbitrato suo.*<sup>218</sup>

Apesar das atitudes irreflectidas e insensatas do sobrinho, Cícero e Ático não deixaram, sempre que lhes era permitido, de orientar as escolhas dele. Em Dezembro de 45, o epistológrafo contou ao cunhado que tinha tido uma conversa séria com Quinto. O tema principal do diálogo fora o casamento do jovem. Este andava angustiado, porque, para desagrado da mãe e do tio materno, não fora ainda capaz de decidir sobre quem haveria de tomar por esposa<sup>219</sup>. A fim de pôr termo à preocupação de todos relativamente

---

<sup>216</sup> Att. 13.41.2.

<sup>217</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 8, 201.

<sup>218</sup> Att. 13.37.2, de 21 de Agosto.

<sup>219</sup> Em princípio, porque seriam várias as candidatas. Cf. BRADLEY (1991) 184.

ao seu futuro, o jovem (*ille*) informou o tio paterno de que decidira finalmente atender aos desejos da família:

*At ille: 'sed me maxime angit auunculus.' 'Quidnam?' inquam. 'Quod mihi' inquit 'iratus est.' 'Cur pateris?' inquam, 'malo enim ita dicere quam cur commitis?' 'Non patiar' inquit; 'causam enim tollam.' Et ego: 'rectissime quidem; sed si graue non est, uelim scire quid sit causae.' 'Quia, dum dubitabam quam ducere, non satis faciebam matri; ita ne illi quidem. Nunc nihil mihi tanti est. Faciam quod uolunt.'*<sup>220</sup>

Cícero congratulou-se com esta sua iniciativa e instigou-o a decidir-se rapidamente, até porque o pai também iria ficar contente com a resolução<sup>221</sup>:

*'Feliciter uelim' inquam, 'teque laudo.' Sed quando?' 'Nihil ad me' inquit 'de tempore, quoniam rem prob<o>'. 'At ego' inquam 'censeo prius quam proficiscaris. Ita patri quoque morem gesseris.'*<sup>222</sup>

O desagrado de Pompónia e de Ático decorrente da indecisão de Quinto denuncia o envolvimento de ambos na escolha de uma companheira para o jovem. O envolvimento da mãe nesta questão era expectável; nos estratos mais elevados da sociedade romana, o casamento fazia-se por combinação dos pais. Quanto ao envolvimento directo de Ático, só o poderemos entender se considerarmos que o casamento de um jovem pertencente à classe senatorial era da responsabilidade de todos os membros da família<sup>223</sup>. Cícero também se sentiu no direito de interferir no processo, dando ao sobrinho os conselhos que considerava apropriados. Esta sua atitude vinha, aliás, no seguimento do papel que assumira, há muito, desempenhar na vida de Quinto. Quanto a este, acabou mesmo por acatar o conselho do tio:

---

<sup>220</sup> Att. 13.42.1, do final de Dezembro.

<sup>221</sup> Quinto tinha, portanto, alguma liberdade no que diz respeito à escolha da futura esposa. Como afirma TREGGIARI (1991) 180, "by the time young Q. Cicero reached marriageable age, though no doubt he looked only for brides of a social status his father and mother would have approved and of a financial standing that he himself approved, he was close to the final stage, of regarding parents as having merely a right to be informed (...)."

<sup>222</sup> Att. 13.42.1.

<sup>223</sup> Cf. BRADLEY (1991) 184.

*'Faciam' inquit 'ut censes.' Hic dialogus sic conclusus est.*<sup>224</sup>

Na verdade, a pouco e pouco, o sobrinho foi-se reaproximando do tio. Em Junho do ano seguinte, por intermédio do liberto Estácio, Cícero recebeu uma notícia inesperada: Quinto, que no ano anterior tinha movido uma horrível campanha contra o tio junto de César e dos seus seguidores, e que ainda recentemente tinha reafirmado a sua fidelidade para com o malogrado ditador<sup>225</sup>, pretendia agora aliar-se aos tiranícidas. A novidade era tão inesperada que deixou o pai preocupado e o tio incrédulo. Ter-se-ia desentendido com Marco António? Estaria à procura de nova glória? Não seria apenas um gesto inconsequente? O tio não conseguia perceber até onde pretendia o jovem chegar com essa súbita mudança de atitude:

*Stattius scripsit ad me locutum secum esse Q. Ciceronem ualde adseueranter se haec ferre non posse; certum sibi esse a<d> Brutum et Cassium transire. Hoc enim uero nunc discere aueo; [hoc] ego quid sit interpretari non possum. Potest aliquid iratus Antonio, potest gloriam iam nouam quaerere, potest totum esse σκεδίασμα; et nimirum est. Sed tamen et ego uereor et pater conturbatus est. Scit enim quae ille de hoc; mecum quidem ἄφατα olim. Plane quid uelit nescio.*<sup>226</sup>

Depois de confirmar a decisão de se aliar a Bruto, para justificar a sua ruptura com António, Quinto contou uma história mirabolante que o pai aceitou sem reservas, mas em que o tio não acreditou: porque não queria contrariar o pai, tinha recusado ajudar António a tornar-se um ditador; conseguira, apesar disso, aplacar a fúria dele e, ao mesmo tempo, que lhe tivessem sido dados 400.000 sestércios, com perspectivas de vir a conseguir mais:

---

<sup>224</sup> Att. 13.42.1.

<sup>225</sup> Cícero soube que o sobrinho tinha usado uma coroa em honra de César, vencedor da batalha de Munda, no dia 21 de Abril, primeiro aniversário da referida batalha, numa festa comemorativa da fundação de Roma. A notícia da vitória de César havia chegado a Roma no dia 20 de Abril de 45. O sobrinho e os que o acompanharam neste gesto deixaram-no indignado: *Quintus noster Parilibus! Solusne? Etsi addis Lamiam, quod demiror equidem; sed scire cupio qui fuerint alii, quamquam satis scio nisi improbum neminem* (Att. 14.14.1, de 28 ou 29 de Abril). Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 2 ad loc.; *Les Belles Lettres*, v. 9, nota b ad loc..

<sup>226</sup> Att. 15.19.2, entre 16 e 19 de Junho de 44.



*Narro tibi, Quintus pater exsultat laetitia. Scripsit enim filius se idcirco profugere ad Brutum uoluisse quod, cum sibi negotium daret Antonius ut eum dictatorem efficeret, praesidium occuparet, id recusasset; recusasse autem se ne patris animum offenderet; ex eo sibi illum hostem. 'Tum me' inquit 'collegi, uerens ne quid mihi ille iratus tibi noceret [patris scilicet], itaque eum aplacauí. Et quidem CCCC certa, reliqua in spe.'*<sup>227</sup>

Para gáudio do pai, pretendia ainda ir viver com ele. O tio não queria acreditar:

*Scribit autem Statius illum cum patre habitare uelle (hoc uero mirum) et id gaudet. Ecquem tu illo certiore nebulonem?*<sup>228</sup>

Ático, por seu lado, voltara a discutir com Cícero a hipótese de o sobrinho vir a casar com a filha de Q. Gélio, Cana. O cunhado respondeu-lhe que aprovava o abandono dessa ideia, pelo menos por algum tempo, já que o dote da jovem, que entretanto se divorciara, não havia sido inteiramente devolvido:

*Ἐποχὴν uestram de re Cani (deliberationis <enim>) probo. Nihil eram suspicatus de tabulis, ἀκεπαίως restitutam arbitrabar.*<sup>229</sup>

Em Julho, Cícero deixou Arpino para se instalar na Campânia. No dia 6, pernoitou em Fórum, de onde escreveu uma carta a Ático a informá-lo dos projectos do sobrinho. Para satisfação do tio paterno, Quinto acompanhava-o nesta sua viagem, a fim de se reencontrar e reconciliar com os tiranícidas, tal como havia anunciado algum tempo antes:

*Quintus filius usque Puteolos (mirus ciuis (...)), et quidem duas ob causas, et ut mecum et [ut]σπείσασθαι uult cum Bruto <et> Cassio.*<sup>230</sup>

Cícero fez também saber que o sobrinho (*hic*) lhe havia dito que uma certa Túcia, cujo divórcio fora entretanto acordado, lhe propusera casamento<sup>231</sup>:

---

<sup>227</sup> Att. 15.21.1, de 21 de Junho.

<sup>228</sup> Ibidem.

<sup>229</sup> Att. 15.21.2.

<sup>230</sup> Att. 15.29.2, de 6 de Julho de 44.

*Sed tu quid ais? Scio enim te familiarem esse Othonum. Ait hic sibi Tutiam ferre; constitutum enim esse discidium.*<sup>232</sup>

O pai do jovem, porém, interessado na realização deste compromisso, já antes havia perguntado ao irmão se conhecia a reputação da candidata. Desconhecendo ainda as verdadeiras intenções de Quinto, Cícero respondeu-lhe que não ouvira comentários desfavoráveis à potencial esposa, a não ser relativamente aos seus hábitos de higiene oral e ao pai:

*Quaesiuit ex me pater qualis esset fama. Dixit nihil sane me audisse (nesciebam enim cur quaereret) nisi de ore et patre.*<sup>233</sup>

Insatisfeito com a resposta, Quinto disse-lhe, então, que o filho pretendia casar com ela. Desgostoso com a novidade, Cícero respondeu ao irmão não acreditar nas histórias do sobrinho:

*Tum ego, etsi ἐβδελυτόμην, tamen negaui putare me illa esse uera.*<sup>234</sup>

O pai, porém, que via na realização deste casamento uma forma de não ter de sustentar o filho, parecia ter acreditado nas palavras do filho<sup>235</sup>. Quanto a Túcía, ao que

---

<sup>231</sup> Quinto e Túcía deveriam ter idades aproximadas, apesar de ela já ter estado casada. É que as mulheres casavam mais cedo do que os homens. Cf. TREGGIARI (1991) 401: “Some couples were closely matched in age. This seems more likely to happen if the woman was at her second or subsequent marriage and the man at his first. Presumably the ages would have been close if young Quintus Cicero (born late 67 or early 66) had married a divorcee in 44.”

<sup>232</sup> Att. 15.29.2.

Túcía e o pai eram, possivelmente, parentes ou amigos dos Otões, homens de negócios com quem Cícero, em 45, por intermédio de Ático, havia lidado. Cf. e. g. Att. 13.31.4; *Les Belles Lettres*, v. 9, nota b ad loc..

<sup>233</sup> Att. 15.29.2.

<sup>234</sup> Ibidem.

<sup>235</sup> A reação do pai mereceu de TREGGIARI (1991) 135 sq. o seguinte comentário: “The story probably turned out to be wishful thinking on young Quintus’ part, as Cicero had thought. But it is interesting that the elder Q. Cicero thought it credible that a woman on the point of a divorce from her previous husband should

parece, não estava minimamente preocupada com a questão, o que levava Cícero a pensar que a hipótese de poderem vir a casar era fruto da imaginação do sobrinho. Para que não houvesse dúvidas, Ático deveria indagar sobre a veracidade dos factos:

*Σκοπὸς est enim huic nostro nihil praeberē. Illa autem ‘οὐ παρὰ τοῦτο.’ Ego tamen suspicor hunc, ut solet, alucinari, sed uelim quaeras (facile autem postes) et me certiore.*<sup>236</sup>

Assim, poucos dias depois, viu confirmadas as suas suspeitas:

*De Tutia ita putaram.*<sup>237</sup>

A inconstância de Quinto impedia que os tios confiassem sem reservas nas suas promessas. O jovem prometera a Cícero ser um partidário convicto da boa causa — nas suas palavras, um “Catão”. Ainda assim, juntamente com o pai, pediu ao tio que garantisse, por escrito, a Ático, a veracidade das suas palavras, pois só assim é que o tio materno iria acreditar nas suas intenções. Cícero acedeu fazê-lo, mas, pouco convicto do que iria escrever, advertiu previamente o cunhado de que se não deixasse impressionar pelo texto; ele próprio não se deixara impressionar pelas palavras do sobrinho. Seria bom que ele viesse a cumprir o que prometera, mas Cícero tinha sérias reservas...<sup>238</sup>

*Quintus filius mihi pollicetur se Catonem. Egit autem et pater et filius ut tibi sponderem, se dita ut tum crederes cum ipse cognosces. Huic ego litteras ipsius arbitrato dabo. Eae te ne mouerint. Has scripsi in eam partem ne me motum putares. Di faxint ut faciat ea quae promittit! Commune enim gaudium. Sed ego... nihil dico amplius.*<sup>239</sup>

---

be offering a match to his son, who was aged 22. He checked up on her reputation and family, as was usual, but did not think that there was anything disgraceful or even worthy of comment in the fact that she had allegedly made the offer.” De facto, “the greater freedom allowed to matrons and *viduae* (divorced women and widows) meant that they could take some initiative in finding new husbands.”

<sup>236</sup> Att. 15.29.2.

<sup>237</sup> Att. 16.2.5, de 11 de Julho.

<sup>238</sup> Esta atitude adoptada por Cícero em relação ao sobrinho é assim comentada por SHACKLETON BAILEY (1971) 184: “the extent to which even in private Cicero was prepared to hide his real feelings will be seen from his self-confessedly hypocritical reconciliation with the distrusted and despised Quintus junior.”

<sup>239</sup> Att. 16.1.6, de 8 de Julho.

Quinto encarregou-se de entregar pessoalmente a carta a Ático. Se Cícero não tivesse advertido previamente o cunhado desta missiva, este poderia facilmente ter sido levado a acreditar na afirmação sem reservas de que o jovem, graças aos preceitos do tio, emendara o seu comportamento e as suas escolhas políticas:

*Nunc audi quod pluris est quam omnia. Quintus <filius> fuit mecum dies compluris et, si ego cuperem, ille uel pluris fuisset; sed quantum fuit, incredibile est quam me in omni genere delectarit in eoque maxime in quo minime satis faciebat. Sic enim commutatus est totus et scriptis meis quibusdam quae in manibus habebam et assiduitate orationis et praeceptis ut tali animo in rem publicam quali nos uolumus futurus sit. Hoc cum mihi non modo confirmasset sed etiam persuasisset, egit mecum accurate multis uerbis tibi ut sponderem se dignum et te et nobis futurum; neque se postulare ut statim crederes sed, cum ipse perspexisses, tum ut se amares.<sup>240</sup>*

De facto, Cícero escreveu até que não teria tomado a iniciativa de levar o sobrinho consigo ao encontro de Bruto, se não estivesse verdadeiramente convicto da sua mudança. O próprio Bruto, aliás, que não era um homem propriamente expansivo, tinha recebido Quinto de forma calorosa e acreditado sem reservas nas garantias dadas por Cícero de que o sobrinho mudara de atitude<sup>241</sup>:

*Quod nisi fidem mihi fecisset iudicassetque hoc quod dico firmum fore, non fecissem id quod dicturus sum. Duxi enim mecum adolescentem ad Brutum. Sic ei probatum est quod ad te scribo ut ipse crederit, me sponsorem accipere noluerit eumque laudans amicissime mentionem tui fecerit, complexus osculatusque dimiserit.<sup>242</sup>*

O epistológrafo pediu, pois, ao cunhado que desculpasse as atitudes menos correctas e irreflectidas do sobrinho e que acreditasse que ele se poderia tornar ainda melhor, se o tio materno o ajudasse a concretizar as suas boas intenções:

---

<sup>240</sup> Att. 16.5.2, de 9 de Julho.

<sup>241</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 9, 212.

<sup>242</sup> Att. 16.5.2.

*Quam ob rem etsi magis est quod gratuler tibi quam quod te rogem, tamen etiam rogo ut, si quae minus antea propter infirmitatem aetatis constanter ab eo fieri uidebantur, ea iudices illum abiecissem mihi que credas multum adlaturam uel plurimum potius ad illius iudicium confirmandum auctoritatem tuam.*<sup>243</sup>

Em carta posterior, Cícero manifestou o seu alívio por saber que Ático havia recebido o seu aviso antes de lhe ter sido entregue esta missiva. Embora soubesse de antemão que o cunhado não se deixaria impressionar pelo seu conteúdo, não quis arriscar. Manifestou ainda ansiedade por saber como havia decorrido o encontro entre tio e sobrinho. A única certeza que tinha era a de que cada um deles havia tentado fazer valer os seus argumentos e as suas ideias:

*De Quinto filio, gaudeo tibi meas litteras prius a tabellario meo quam ab ipso redditas; quamquam te nihil fefellisset. Verum tamen. Sed exspecto quid ille tecum, quid tu uicissim, nec dubito quin suo more uterque. Sed eas litteras Curium mi spero redditurum.*<sup>244</sup>

De ora em diante, Cícero não voltaria a fazer qualquer referência ao sobrinho, ou ao irmão, nas suas cartas. As referências que nos chegaram são, porém, suficientemente esclarecedoras do seu envolvimento na educação e formação de Quinto. O tio gostava dele como se fosse seu filho, dedicou-lhe muito do seu tempo e participou activamente na sua formação. O jovem, por sua vez, manteve, embora com alguma inconstância, um relacionamento muito próximo com o tio paterno; a casa deste era também a sua casa.

O epistológrafo desempenhou funções próprias de um pai, mas a sua intervenção na educação do sobrinho nunca constituiu fonte de conflito entre os membros adultos da família. Durante os primeiros anos de vida, Quinto viveu longe do pai, pelo que quase se poderia dizer que o acompanhamento levado a cabo pelo tio contribuiu para o preenchimento do espaço vazio deixado pela ausência daquele. Note-se, porém, que a carreira que o pai decidiu abraçar era comum na época, e as ausências a que este tipo de actividade obrigava devem ter sido habituais no seio de outras famílias da elite política romana. Assim, a função parental desempenhada por Cícero não deverá ser perspectivada

---

<sup>243</sup> Ibidem.

<sup>244</sup> Att. 16.3.3, de 17 de Julho.

como extraordinária, antes como uma atitude esperável<sup>245</sup>. Não é ao acaso que o irmão exortava o filho a tomar o tio por mestre<sup>246</sup>.

Nas cartas que Ático e Cícero trocaram entre si, torna-se evidente a noção de que Quinto não dependia apenas dos pais, mas de uma rede de parentesco mais alargada; ambos os tios deveriam colaborar um com o outro, ou, a título individual, interagir com cada um dos progenitores do jovem, a fim de regular o seu comportamento e orientarem o seu futuro. A intervenção de Ático na orientação dos primeiros anos de vida do sobrinho poderá não ser tão perceptível quanto a do tio paterno, mas isso deve-se apenas ao facto de não nos terem chegado cartas escritas pelo próprio. Não restam dúvidas de que foi constante a sua preocupação com o sobrinho. O futuro e a educação das crianças eram da responsabilidade de toda a família, não dos pais apenas. A educação de Cícero e Quinto também fora da responsabilidade da comunidade familiar. No *De Oratore*, Cícero refere o contributo do pai, dos tios paterno e materno, L. Cícero e G. Aculeão, respectivamente, e dos primos, filhos de Aculeão, na educação de ambos os irmãos:

*Quos tum, ut pueri, refutare domesticis testibus patre et C. Aculeone propinquo nostro et L. Cicerone patruo solebamus, quod de Crasso pater et Aculeo, quocum erat nostra matertera, quem Crassus dilexit ex omnibus plurimum, et patruus, qui cum Antonio in Ciliciam profectus una decesserat, multa nobis de eius studio et doctrina saepe narrauit; cumque nos cum consobrinis nostris, Aculeonis filiis, et ea disceremus, quae Crasso placerent, et ab eis doctoribus, quibus ille uteretur, erudiremur, etiam illud saepe intelleximus, cum essemus eius domi, quod uel pueri sentire poteramus, illum et Graece sic loqui, nullam ut nosse aliam linguam uideretur, et doctoribus nostris ea ponere in percontando eaque ipsum omni in sermone tractare, ut nihil esse ei nouum, nihil inauditum uideretur.*<sup>247</sup>

Ora, o percurso do jovem Quinto reflecte, de forma até mais evidente, o mesmo princípio: o da participação e cooperação de toda a comunidade familiar na socialização das crianças<sup>248</sup>.

---

<sup>245</sup> Cf. BRADLEY (1991) 196.

<sup>246</sup> Cf. *Q. fr.* 3.1.19: *iubes eum mihi esse adfixum tamquam magistro*.

<sup>247</sup> Cf. *Orat.* 2.2.

<sup>248</sup> Cf. BRADLEY (1991) 197.

No termo deste capítulo, valerá a pena reflectirmos ainda sobre a intensidade dos laços que uniam os membros de uma comunidade familiar romana. Como tivemos oportunidade de constatar, os esforços desenvolvidos por Cícero e Ático no sentido da manutenção do casamento de Quinto e Pompónia acabaram por falhar. Não obstante, o último episódio protagonizado pela ex-esposa do irmão de Cícero veio demonstrar que os laços instituídos pelo casamento, apesar do divórcio, nem sempre se dissolviam. Como bem nos recorda K. Bradley, na sequência das proscricções de 43, quando Marco António e Octaviano ordenaram a perseguição dos *optimates*, Cícero e os *Quinti* foram violentamente assassinados. Ainda tentaram escapar aos assassinos, mas acabaram por ser traídos por serviçais. Cícero foi morto na *uilla* de Fórmias, os *Quinti*, pouco tempo antes, em Roma. O homem que os havia traído, um antigo escravo de Quinto que Cícero instruíra em literatura e filosofia, chamava-se Filólogo. Segundo Plutarco, após o assassinato dos *Quinti*, Marco António entregou-o a Pompónia. Assim que Filólogo caiu em seu poder, a ex-mulher de Quinto, depois de lhe ter infligido toda a espécie de hediondos castigos, ordenou-lhe que cortasse a própria carne em bocados para, por fim, o obrigar a comê-los<sup>249</sup>. Foi esta a forma escolhida por Pompónia para exprimir, uma última vez, o seu amor pelo filho e a lealdade ao homem que fora durante mais de vinte anos o seu marido. O casamento tinha, é certo, proporcionado poucos momentos de felicidade aos esposos, mas os laços sentimentais e de lealdade que a união instituíra, e em cuja manutenção Cícero e Ático tanto haviam investido, acabaram, afinal, por falar mais alto.<sup>250</sup>

---

<sup>249</sup> *Cic.* 49.2-3.

<sup>250</sup> BRADLEY (1991) 197 sq..





## CAPÍTULO SEXTO

### O liberto: Tirão

As origens de Marco Túlio Tirão<sup>1</sup>, o mais conhecido de todos os libertos de Cícero, não são totalmente conhecidas. Gélcio refere-se-lhe como *alumnus* do Arpinate<sup>2</sup>. Esta designação, porém, no contexto em que se insere, parece significar ‘pupilo’, em vez de uma criança que Cícero teria criado em sua casa<sup>3</sup>. As dúvidas, no entanto, persistem; não se sabe se Tirão teria nascido em casa do seu senhor, se teria sido uma criança exposta que Cícero recolheu, ou, simplesmente, se teria sido comprado como escravo (*servus*)<sup>4</sup>. Sabe-se que era o secretário pessoal do epistológrafo e que este lhe concedeu a *manumissio* não apenas como recompensa pelos bons serviços prestados<sup>5</sup> e pela fidelidade demonstrada para com a família, mas, sobretudo, porque nutria por ele um carinho especial<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Em Latim, *Marcus Tullius Marci libertus Tiro*.

<sup>2</sup> Cf. Gel. 13.9.1-2: *Tullius Tiro M. Ciceronis alumnus et libertus adiutorque in litteris studiorum eius fuit*.

<sup>3</sup> Segundo BRADLEY (1991) 10, a família romana podia incluir *alumni*, jovens que não tinham qualquer ligação biológica com o núcleo da familiar, mas que integravam a comunidade familiar.

<sup>4</sup> TREGGIARI (1969) 11.

<sup>5</sup> Cf. TREGGIARI (1969) 13: “In practice, it was recognition of individual merit, rather than doubts on the validity of the master-slave relationship, which provided the highest motives for manumission.” De facto, como muito bem recorda a autora, Cícero referia-se à classe dos *libertini* como *sua uirtute fortunam huius ciuitatis consecuti* (*Catil.* 4.16) e o irmão, Quinto Cícero, comentando a *manumissio* de Tirão, teria afirmado que este era bom demais para ser escravo, *indignum illa fortuna* (*Fam.* 16.16.1).

<sup>6</sup> Cf. TREGGIARI (1969) 15: “The warmer personal feeling (...) was no doubt Cicero’s main motive for freeing Tiro, or at any rate for timing the manumission as he did (...).” Vide BOISSIER (1895, trad. 1986) 68.

A correspondência ciceroniana é riquíssima em informação sobre as variadas funções desempenhadas por este versátil liberto, que era o homem de confiança do estadista. Sabemos que foi longa a sua carreira, já que foi longa também a sua existência<sup>7</sup>. Nas cartas, porém, surge referido, pela primeira vez, apenas no ano 54, como responsável pelo envio de notícias de cariz político a Quinto Cícero, que se encontrava na Gália, na qualidade de *legatus*<sup>8</sup>. A tarefa era exigente, mas Tirão deveria estar suficientemente habilitado para cumprir o seu dever. As manifestações de afecto por parte dos *Cicerones* e de Ático em relação a este homem nos finais da década de 50 sugerem que ele fazia parte da *familia* há um tempo considerável e levam autores como Gastón Boissier<sup>9</sup> e Groebe<sup>10</sup>, por exemplo, a sugerirem que ele seria um *uerna*, isto é, um escravo nascido na casa do seu

---

<sup>7</sup> Tirão terá vivido cerca de cem anos. S. Jerónimo (apud Euseb., *Chron.* 194 Olympiad), no ano 4, deixou a seguinte nota: *M Tullius Tiro (...) in Puteolano praedio usque ad centesimum annum consenescit*. GROEBE (*RE* 8 A. 2.1319), considerando que na afirmação de Jerónimo estaria implícito que Tirão havia falecido no ano 4 d. C., apontou o ano 103 como a data provável do nascimento do liberto. TREGGIARI (1969) 260, porém, partindo de uma nova interpretação, e baseando-se noutros indícios, julga poder afirmar que Tirão terá nascido alguns anos mais tarde: “I think that Jerome will either have to be disbelieved or interpreted as meaning something other than that Tiro died in 4 B.C. ‘Consenescit’ could mean retirement rather than death in that year.” De facto, na opinião da autora, se Tirão tivesse nascido em 103, teria sido apenas três anos mais novo do que Cícero (que nasceu no ano 106. Cf. Cic., *Brut.* 161; Gel. 15.28.3) “and the whole tone of their relationship seems to have been against this.” Como recorda TREGGIARI (loc. cit.), Aulo Gélio (13.9.1, cf. 6.3.8) descreveu Tirão como *alumnus* de Cícero, e o próprio Cícero, no ano 50, chamou-lhe *adulescens* (*Att.* 6.7.2; 7.2.3), o que não faria sentido, se Tirão contasse, nessa altura, cinquenta e três anos. Acrescenta ainda a autora que, a acreditar que a manumissão ocorreu no ano 54 ou 53, o escravo, se tivesse efectivamente nascido no ano 103, não teria conseguido alcançar a liberdade antes de atingir os cinquenta anos, o que, na realidade, parece muito improvável (cf. Cic., *Phil.* 8.32: *Etenim, patres conscripti, cum in spem libertatis sexennio post sumus ingressi diutiusque servitutem perpessi quam captivi frugi et diligentes solent...*). Note-se que a idade mínima estabelecida pela *Lex Aelia Sentia* para que um escravo pudesse alcançar a liberdade era trinta anos (cf. Gaius, *Inst.* 1.18-19), sendo que, em circunstâncias especiais, esta fasquia poderia até baixar (cf. DIXON (1992) 54; TREGGIARI (1969) 15 e n. 10).

<sup>8</sup> Cf. *Q. fr.* 3.1.10, de Setembro de 54: *De publicis negotiis, quae uis ad te Tironem scribere...*

<sup>9</sup> Cf. BOISSIER (1895, trad. 1986) 67 sq.: “Su nombre es latino, lo que hace sospechar que era uno de aquellos esclavos nacidos en la casa del amo (*uernae*), a quienes se consideraba como de la familia, mucho más que a los otros, porque nunca se habían separado de ella.”

<sup>10</sup> Cf. *RE* 8 A. 2.1319.

senhor<sup>11</sup>. Aulo Gélíio, por sua vez, ao referir a educação cuidada que ele recebeu<sup>12</sup>, e ao descrevê-lo como *M. Ciceronis alumnus*<sup>13</sup>, deixa antever que o seu senhor o preparou e educou com muito esmero<sup>14</sup>.

A *manumissio* de Tirão terá ocorrido, o mais tardar, em 53<sup>15</sup>. Cícero, porém, ter-lha--á prometido algum tempo antes. A promessa foi referida numa das cartas que escreveu ao escravo nos dias que imediatamente antecederam o grande dia. A missiva, datada de 11 de Abril, informa-nos primeiramente que o escravo caro a Cícero havia ficado gravemente doente no decorrer de uma viagem de Roma a Cumas que ele e o senhor faziam na companhia um do outro. Atendendo ao estado de saúde de Tirão, Cícero acabara por deixá-lo na casa de Fórmias e seguir viagem para Cumas, de onde lhe escrevia quase diariamente. Os *tabellarii* Menandro, Egipta e Hérmiias eram os portadores de notícias sobre o estado de saúde do escravo<sup>16</sup>. Privado, uma vez mais, da sua companhia, Cícero

---

<sup>11</sup> Sobre o estatuto dos *uerna* na família romana, vide RAWSON (1986) 186 sqq..

<sup>12</sup> Cf. Gel. 6.3.8: *Tiro autem Tullius, M. Ciceronis libertus, sane quidem fuit ingenio homo eleganti et hautquaquam rerum litterarumque ueterum indoctus, eoque ab ineunte aetate liberaliter instituto adminiculatore et quasi administro in studiis litterarum Cicero usus est.*

<sup>13</sup> Cf. Gel. 13.9.1.

<sup>14</sup> Aulo Gélíio sentia, no entanto, que a educação superior que Tirão havia recebido não servia de justificação para o facto de o liberto ter criticado um discurso de Catão-o-Antigo. Cf. 6.3.8 sqq..

<sup>15</sup> Embora penda para a data do ano 54, TREGGIARI (1969) 261 admite a possibilidade de a manumissão de Tirão ter ocorrido somente no ano seguinte, como defendem TYRRELL-PURSER (1901-1933) v. 6, 923, ad *Fam.* 16.13). Segundo a autora, “the dating depends on finding a year between the manumission of Statius in 59 [referida em *Fam.* 16.16] and the death of Pompey, in which Pompey could have been at Cumae and Q. Cicero separated from Marcus in mid April. Only 54 or 53 qualifies.”

<sup>16</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 3, 154. L.-A. Constans observa ainda: “On se demandera, légitimement pourquoi, nourrissant à l’égard de Tiron les sentiments dont nous témoignent les lettres *CLXVIII-CLXXI*, Cicéron n’est pas resté à Formies auprès de son humble ami en danger. La raison est la suivante: il avait entrepris ce voyage en Campanie pour aller saluer Ap. Claudius Pulcher, consul de 54, au moment où il s’embarquerait à Pouzzoles pour gagner sa province de Cilicie. Il ne pouvait donc s’attarder. Ap. Claudius, frère du tribun P. Clodius, le mortel ennemi de Cicéron, s’était réconcilié avec lui, à une date incertaine, mais qui n’est pas postérieure au début de février 54. Amitié encore fragile, et que Cicéron avait intérêt à consolider.” (*Les Belles Lettres*, v. 3, 155).

sentia o tédio tomar conta de si. Sem ele, nada o distraía, sem ele, nem sequer conseguia dedicar-se ao trabalho literário<sup>17</sup>:

*Ego omni delectatione litterisque omnibus careo, quas ante quam te uidero attingere non possum.*<sup>18</sup>

O médico dissera-lhe que Tirão se preocupava em demasia e que era essa preocupação que o estava a deixar doente. Cícero pediu-lhe, por isso, que deixasse de o fazer e que distraísse a mente com trabalhos literários e questões mais elevadas. Para sua comodidade, ficaria na companhia de Acasto<sup>19</sup>. Por fim, como forma de incentivo, lembrou-lhe que estava próximo o grande dia, pelo que deveria pôr-se bom:

*Audio te animo angi et medicum dicere ex eo te laborare. Si me diligis, excita ex somno tuas litteras humanitatemque, propter quam mihi es carissimus. Nunc opus est te animo ualere ut corpore possis. Id cum tua tum mea causa facias a te peto. Acastum retine, quo commodius tibi ministretur. Conserua te mihi. Dies promissorum adest, quem etiam repraesentabo si adueneris.*<sup>20</sup>

A recuperação, no entanto, viria somente alguns dias depois. Na verdade, no dia seguinte, Cícero — que, por intermédio de Egipta<sup>21</sup>, recebera notícias do seu ainda escravo — continuava preocupado com a saúde dele. Enquanto este convalescia em Fórmias, o seu senhor aguardava, ansiosamente, em Cumas, pela sua recuperação:

*Aegypta ad me uenit prid. Id. Apr.. Is, etsi mihi nuntiauit te plane febre carere et belle habere, tamen, quod negauit te potuisse ad me scribere, curam mihi attulit, et eo magis quod Hermia, quem eodem die uenire oportuerat, non uenerat. Incredibili sum sollicitudine de tua*

---

<sup>17</sup> Como afirma L.-A. Constans (*Les Belles Lettres*, v. 3, 154 sq.), “il est utile de souligner longuement l’intérêt que présentent ces billets, où l’on voit quelle étroite affection unissait Cicéron à son esclave, et qui nous instruisent sur le degré de délicatesse et d’humanité qui avait été atteint dès cette époque dans certaines parties de la société romaine.”

<sup>18</sup> *Fam.* 16.14.1, de 11 de Abril.

<sup>19</sup> Escravo de Cícero. Cf. TREGGIARI (1969) 253.

<sup>20</sup> *Fam.* 16.14.2.

<sup>21</sup> *Tabellarius* de Cícero (cf. *Att.* 8.15.1; 12.37.1; 13.3.2), amigo de Tirão. TREGGIARI (1969) 253; 258.

*ualetudine; qua si me liberaris, ego te omni cura liberabo. Plura scriberem si iam putarem libenter te legere posse. Ingenium tuum, quod ego maximi facio, confer ad te mihi tibi que conseruandum. Cura te etiam atque etiam diligenter. Vale.*<sup>22</sup>

Em forma de *post scriptum* — havia já fechado a carta, quando, finalmente, chegou Hérmiás<sup>23</sup> com uma carta de Tirão — anunciou ainda ao escravo querido que iria enviar-lhe Egipta e colocá-lo à sua inteira disposição, para que pudesse usufruir da sua agradável companhia e dos seus préstimos culinários:

*Scripta iam epistula Hermia uenit. Accepi tuam epistulam, uacillantibus litterulis, nec mirum tam graui morbo. Ego ad te Aegyptam misi, quod nec inhumanus est et te uisus est mihi diligere, ut tecum esset, et cum eo cocum quo uterere. Vale.*<sup>24</sup>

A manumissão, que ocorreria alguns dias depois, iria ter lugar na *uilla* de Fórmias<sup>25</sup>, para onde Tirão, a pedido de Cícero, e assim que ficasse melhor, se deveria dirigir. Dada a fragilidade da sua saúde e a exigência física da viagem, o escravo foi, no entanto, aconselhado a ter alguma prudência, para que não tivesse uma recaída mais forte do que a própria doença que o vitimara:

*Ego uero cupio te ad me uenire, sed uiam timeo. Grauiissime aegrotasti, inedia et purgationibus et ui ipsius morbi consumpsus es. Graues solent offensiones esse ex grauibis morbis si quae culpa comissa est. Iam ad id biduum quod fueris in uia, dum in Cumanum uenis, accedent continuo ad reditum dies quinque. Ego in Formiano a. d. III Kal. esse uolo. Ibi te ut firmum offendam, mi Tiro, effice.*<sup>26</sup>

A passagem da condição de escravo à de liberto foi um grande acontecimento para toda a família. De facto, algum tempo depois da ocorrência, Cícero recebeu uma carta do irmão<sup>27</sup>, que, eufórico com a boa-nova, lhe agradecia e, simultaneamente, o felicitava por

---

<sup>22</sup> *Fam.* 16.15.1, de 12 de Abril de 53.

<sup>23</sup> Outro *tabellarius* de Cícero, cf. TREGGIARI (1969) 253.

<sup>24</sup> *Fam.* 16.15.2.

<sup>25</sup> Cf. TREGGIARI (1969) 261.

<sup>26</sup> *Fam.* 16.10.1, de 17 de Abril de 53.

<sup>27</sup> Quinto encontrava-se na Gália. Cf. *Les Belles Lettres*, v. 3, 154.

ter concedido a alforria ao ex-escravo. Tirão não merecia a condição de escravo, e Cícero havia, desse modo, proporcionado ao irmão um novo amigo:

*De Tirone, mi Marce, ita te meumque Ciceronem et meam Tulliolam tuumque filium uideam ut mihi gratissimum fecisti cum eum indignum illa fortuna ac nobis amicum quam seruum esse maluisti. Mihi crede, tuis et illius litteris perlectis exsilii gaudio, et tibi et ago gratias et gratulor.*<sup>28</sup>

Quinto, que ainda não havia esquecido a veemência com que o irmão, seis anos antes, havia reprovado a sua decisão de conceder a *manumissio* ao escravo Estácio<sup>29</sup>, evocou a lealdade revelada por ambos os servidores para com os respectivos senhores; Tirão, porém, distinguira-se não apenas pela fidelidade com se havia dedicado a Cícero<sup>30</sup>, mas também pela sua formação literária, pelas suas qualidades de bom conversador<sup>31</sup>, enfim, pelo facto de ser um homem culto<sup>32</sup>. Ao reconhecer todas estas qualidades no ex-escravo, Cícero tornou-se motivo de orgulho para o irmão:

*Si enim mihi Stati fidelitas est tantae uoluptati, quanti esse in isto haec eadem bona debent additis litteris et sermonibus humanitateque, quae sunt his ipsis commodis potiora! Amo te omnibus equidem de maximis causis uerum etiam propter hanc, uel quod mihi sic ut debuisti nuntiasti.*<sup>33</sup>

---

<sup>28</sup> *Fam.* 16.16.1, de finais de Maio ou princípios de Junho de 53. A manumissão terá, portanto, ocorrido entre a data desta carta e a data em que foi escrita a missiva anterior a esta (*Fam.* 16.10), isto é, entre o dia 17 de Abril e meados de Maio, se descontarmos o tempo necessário para que Quinto recebesse a boa-nova na Gália.

<sup>29</sup> Cf. *Att.* 2.18.4, de Junho de 59: *De Statio manu misso et non nullis aliis rebus angor equidem...*; *Att.* 2.19.1, de 7 e 14 de Julho de 59: *... mihi nihil est molestius quam Statium manu missum.*

<sup>30</sup> Como afirma TREGGIARI (1969) 249, “secretaries, especially the more confidential ones, were often freedmen. Tiro is an obvious example.”

<sup>31</sup> Cícero reconhecia com alguma frequência esta qualidade em Tirão. Cf. e. g. *Fam.* 16.23.2.

<sup>32</sup> A propósito, leiam-se estas palavras de TREGGIARI (1969) 218: “appreciation of a freedman’s culture or talents was often part of a warmer feeling. Q. Cicero, congratulating his brother on the manumission of Tiro (and the fact that it was a matter of congratulation is significant) remarks on his literary talents, as outweighing even the virtue of faithfulness.”

<sup>33</sup> *Fam.* 16.16.2.

Não sabemos se esta *manumissio* terá tido um carácter informal ou formal. Se foi informal, terá sido necessário repetir o acto formalmente, quiçá em Roma, para que Tirão se tornasse — como tornou, de facto — portador dos *tria nomina*: *M. Tullius Tiro*<sup>34</sup>.

Depois de lhe ser concedida a liberdade, Tirão continuou a prestar toda a espécie de serviços a Cícero, ao que parece, a tempo inteiro<sup>35</sup>. Em Novembro de 50, ansioso por que o liberto se restabelecesse de nova doença, declarou-lhe o seu antigo senhor:

*Innumerabilia tua sunt in me officia, domestica, forensia, urbana, prouincialia, in re priuata, in publica, in studiis, in litteris nostris: omnia uiceris si, ut spero, te ualidum uidero.*<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> Cf. TREGGIARI (1969) 261. De acordo com a prática romana, o liberto recebeu o mesmo *praenomen* e o nome da *gens* do seu senhor: “The classical formal manner of naming a freedman, corresponding to ‘M. Tullius M. f. Cicero’ for an *ingenuus*, was of the pattern ‘M. Tullius M. l. Tiro’—‘Marcus Tullius Marci libertus Tiro’. (...) The freedman took a gentile name which was the same as that of his patron or of one of his patrons, or, in the case of a public authority, was derived from ‘publicum’ or from a proper name, as for instance Publicius or Veronius. It was in early times usual for him to take a *praenomen* different from that of his patron, later he normally assumed the same one. When *libertini* regularly used a *cognomen*, it mattered less if all those in one household were Marci Tullii. (...) The *cognomen* adopted was normally the freedman’s old slave name.” (TREGGIARI (1969) 250). A propósito, leia-se ainda RAWSON (1986) 13: “An outward sign of this bond was the family name (the *nomen*) which the freedman derived from his or her ex-master: Tiro, the slave of Marcus Tullius Cicero, became Marcus Tullius Tiro on manumission. The family name was the public evidence of freedom and Roman citizenship, and freed persons and their descendants would help to perpetuate the family name.” Aos olhos da lei, um escravo não tinha pai. O nome do patrono adoptado pelo liberto vinha tomar o lugar do nome do pai que, face à lei, ele nunca tivera. Tirão passou a chamar-se *Marcus Tullius Marci libertus Tiro*, isto é, Marco Túlio Tirão, liberto de Marco (Cícero). Ora, o filho de Cícero, perante a lei, chamava-se *Marcus Tullius Marci filius Marci nepos Cornelia (tribu) Cicero*, ou seja, Marco Túlio Cícero, filho de Marco, neto de Marco, da tribo Cornélia (cf. RAWSON (1986) 13).

<sup>35</sup> Cf. RAWSON, 1986, 13: “Freedmen still had certain obligations to their ex-master (now their patron) (...). Some continued to live in their patron’s house, as did Tiro, Cicero’s secretary, after receiving free status.”

<sup>36</sup> *Fam.* 16.4.3, de 7 de Novembro de 50.

Cícero refere com alguma frequência a variedade de serviços prestados pelo liberto. Cf. *Fam.* 16.1.2: *De tuis innumerabilibus in me officiis...*; *Fam.* 16.6.1: *Ad tua innumerabilia in me officia...*

Os seus serviços foram interrompidos apenas durante os períodos em que adoeceu<sup>37</sup>: nos dias que antecederam a sua manumissão<sup>38</sup>, durante a viagem de regresso da Cilícia a casa, iniciada em finais de Outubro de 50<sup>39</sup>, em 47<sup>40</sup> e em 46<sup>41</sup>.

Tirão desempenhava sobretudo as funções de secretário pessoal de Cícero<sup>42</sup>. As tarefas decorrentes destas funções eram variadas. Uma delas consistia em redigir as cartas que o patrão lhe ditava. Porque a caligrafia era, naturalmente, diferente da sua, Cícero sentiu, por diversas vezes, necessidade de advertir os destinatários dessas cartas para o facto:

*Hoc inter cenam Tironi dictaui, ne mirere alia manu esse.*<sup>43</sup>

A redacção de cartas de carácter mais confidencial poderia, no entanto, não ser entregue ao liberto. Em Junho de 45, Cícero reconheceu perante Ático ser incapaz de ditar a Tirão as terríveis calúnias que o sobrinho — ouvira-o da boca de Dolabela — andava a espalhar junto do exército cesariano contra o tio paterno:

*Hodie mane Dolabella. (...) Ventum est ad Quintum. Multa ἄφρατα, ἀδνήγητα, sed unum eius modi quod, nisi exercitus sciret, non modo Tironi dic<t>are sed ne ipse quidem auderem scribere \* \* \* Sed hactenus.*<sup>44</sup>

---

<sup>37</sup> As cartas que Cícero então escreveu ao liberto convalescente revelam preocupação com a saúde dele e ânsia por voltar a reencontrá-lo. Cf. *Fam.* 16.1; 16.2; 16.3; 16.4; 16.5; 16.7; 16.9; 16.10; 16.11; 16.12; 16.13; 16.14; 16.15; 16.17; 16.18; 16.20; 16.22.

<sup>38</sup> Na primavera de 53. Cf. *supra*, *Fam.* 16.13; 16.14; 16.15; 16.10.

<sup>39</sup> Em Novembro, Cícero viu-se obrigado a prescindir da companhia do liberto, que adoecera no final de Outubro, deixando-o em Patras (cf. *Fam.* 16.9.1). Segundo J. Bayet (*Les Belles Lettres*, v. 5, 15, nota 2), Tirão terá ficado doente “aux alentours du 24, si on pouvait craindre une quatrième crise hebdomadaire avant le 13 novembre: cf. *Fam.* XVI, 9, 2-3”. Não se conhece a data exacta em que Cícero e Tirão partiram juntos de Atenas.

<sup>40</sup> Cf. *Fam.* 16.18.1 e 16.20, ambas escritas depois de Outubro de 47.

<sup>41</sup> Cf. *Fam.* 16.22.1, de Julho (?) de 46.

<sup>42</sup> Cf. BOISSIER (1895, trad. 1986) 68.

<sup>43</sup> *Q. fr.* 3.1.19, de Setembro de 54.

<sup>44</sup> *Att.* 13.9.1, de 17 (?) de Junho de 45.



Da sua incumbência era igualmente o registo das obras literárias ditadas por Cícero, com recurso a um sistema de taquigrafia que ele próprio inventou e aperfeiçoou<sup>45</sup> e que lhe permitia escrever quase tão rapidamente quanto o patrono ditava. Em Julho de 45, perguntando a Ático se gostara da carta que tinha escrito a Varrão<sup>46</sup>, Cícero confessou ao amigo que o empenho na composição da mesma fora tanto e tamanho que desistira de entregar o respectivo registo a Tirão; é que o liberto, com o seu sistema de taquigrafia, chegava a omitir frases inteiras, pelo que decidira ditá-la, sílaba por sílaba, a outro secretário, Espíntaro<sup>47</sup>:

*Sed, quaeso, epistula mea ad Varronem ualdene tibi placuit? Male mi sit si umquam quicquam tam enitar. Ergo [at ego] ne Tironi quidem ditauī, qui totas περὶ οὐχὰς persequi solet, sed Spintharo syllabatim.*<sup>48</sup>

---

As calúnias deveriam ser tão horríveis que Ático deverá tê-las apagado, quando deu a ler a sua colecção de cartas de Cícero a outros amigos (cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 3 ad loc.). O próprio Cícero, aliás, sentiu dificuldades em registá-las pela própria mão.

<sup>45</sup> Segundo o *Grand Larousse Encyclopédique*, v. 10, 349, também citado por FERREIRA (1999) 105, nota 18, neste sistema taquigráfico, a que se convencionou chamar *notae Tironianae*, ‘notas tironianas’, cada palavra é representada por um carácter composto por elementos tirados do alfabeto latino, que são letras truncadas, modificadas ou ligadas. Uma nota tironiana é composta por dois elementos: um sinal principal, representando o radical, e um sinal auxiliar, a representar a terminação.

As notas tironianas foram utilizadas durante mais de doze séculos. Encontramo-las nos diplomas merovíngios, como sistema taquigráfico. Na época da reforma carolíngia da escrita, foram codificadas e utilizadas correntemente, para desaparecerem dos diplomas somente no século XI. Figuraram ainda nas actas oriundas das chancelarias abaciais ou episcopais, bem como nas cartas privadas dos séculos VII e VIII.

Voltariam a ser descobertas no século XVI e estudadas por eruditos, como o alemão Kopp, que estabeleceu as bases da sua descodificação em 1817. Outros eruditos, como o alemão Th. Von Sickel e os franceses J. Tardif e J. Havet, completariam estes estudos.

Plutarco (*Cat. Mi.* 23.3) refere que a adopção deste sistema taquigráfico no registo dos discursos pronunciados durante as sessões do Senado se ficou a dever a Cícero, que, enquanto cônsul, ensinou aos escribas a utilização das *notae Tironianae*.

<sup>46</sup> Esta carta seria a epístola *Fam.* 9.8, que poderá ter sido publicada com a edição final das *Academica* (cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, nota 4 ad loc.). Vide Cap. Primeiro, Terceira Parte, pp. 297 sqq..

<sup>47</sup> Cf. TREGGIARI (1969) 253.

<sup>48</sup> *Att.* 13.25.3, de 12 de Julho de 45.

Tirão costumava ainda supervisionar o trabalho dos copistas das obras do patrono. Numa carta de meados de 46, Cícero pediu ao secretário que os esclarecesse sobre os passos do *Laus Catonis*<sup>49</sup> que eventualmente não entendessem, pois ninguém compreendia a sua letra tão bem quanto ele:

*Tu istic, si quid librarii mea manu non intellegent, monstrabis.*<sup>50</sup>

O liberto encarregou-se também de guardar as cópias das cartas de Cícero, das mais importantes, pelo menos:

*Quod epistulam meam ad Brutum poscis, non habeo eius exemplum; sed tamen saluum est, et ait Tiro te habere oportere...*<sup>51</sup>

Em 44, Tirão conseguira reunir cerca de setenta cartas. Ático seria o detentor de umas quantas outras que, aliadas àquelas, depois de devidamente examinadas e corrigidas, ficariam prontas para serem publicadas:

*Mearum epistularum nulla est; sed habet Tiro instar septuaginta, et quidem sunt a te quaedam summendae. Eas ego oportet perspiciam, corrigam; tum denique edentur.*<sup>52</sup>

O liberto conservara também a sua própria correspondência, não apenas no intuito de servir os interesses do *patronus*, mas também por razões de natureza pessoal. Trocou

---

<sup>49</sup> A redacção deste *Elogio de Catão* foi iniciada em Junho, por conselho de Bruto (cf. *Att.* 12.4.2; *Att.* 12.5.2).

<sup>50</sup> *Fam.* 16.22.1, de Julho (?) de 46.

<sup>51</sup> *Att.* 13.6.3, de Junho (?) de 45.

<sup>52</sup> *Att.* 16.5.5, de 9 de Julho de 44.

Cícero autorizou, por conseguinte, ainda em vida, a publicação de uma parte da sua correspondência. Tirão ficou responsável pela concretização desse projecto. Cf. e. g. *Les Belles Lettres*, v. 1, Indrod., 9-13; CARCOPINO (1947) v. 2, 229 sqq..

cartas com Ático<sup>53</sup>, Quinto Cícero<sup>54</sup> e o jovem Marco<sup>55</sup>, que lhe pediam notícias de Roma e de Cícero. Reivindicou, por isso, junto do patrono, o direito de organizar em *uolumina* a sua própria correspondência:

*Video quid agas; tuas quoque epistulas uis referri in uolumina.*<sup>56</sup>

Tirão não era, porém, um simples secretário. Outra das suas actividades consistia em ajudar Cícero nos seus trabalhos literários<sup>57</sup>, não apenas na resolução de questões práticas — como o supervisionamento da publicação de textos<sup>58</sup>, ou a investigação de dados importantes para as obras, como fizera Dionísio<sup>59</sup>, por diversas vezes<sup>60</sup> —, mas

---

<sup>53</sup> Cf. *Att.* 5.20.9, de Dezembro de 51, em que Cícero se queixa a Ático pelo facto de Aléxis não lhe escrever tantas vezes quantas o seu próprio Aléxis — ou seja, Tirão — costumava escrever a Ático: *Alexis quod mihi totiens salutem adscribit est gratum; sed cur non suis litteris idem facit quod meus ad te Alexis facit?*; *Att.* 6.7.2, de Julho de 50: *Tiro ad te dedisset litteras, nisi eum grauiter aegrum Issi reliquissem*; *Att.* 12.19.4, de Março de 45: *Quod ad Tironem de Terentia scribis...*; *Att.* 12.48.2, de 17 de Maio: *Ego te in Tusculano exspecto eoque magis quod Tironi statim te uenturum scripsisti...*

TREGGIARI (1969) 222 comenta desta forma a troca de cartas pessoais entre Tirão e Ático: “The writing of personal letters may also be taken as proof of friendship between some freedmen and the friends of their patrons. Thus Tiro wrote to Atticus and Cicero wished Alexis, Atticus’ secretary (and presumably freedman) to do the same with him, instead of merely sending greetings.”

<sup>54</sup> Cf. *Q. fr.* 3.1.10, de Setembro de 54, em que Cícero alude a uma carta que Tirão enviaria a Quinto, para o informar dos últimos acontecimentos políticos. As cartas *Fam.* 16.1 e 16.3-6 (de Novembro de 50) foram enviadas a Tirão pelos quatro *Cicerones*. As cartas *Fam.* 16.26-27 (a primeira, de data incerta, e a segunda, de Dezembro de 44) e *Fam.* 16.8 (de Janeiro de 49 (?)) foram escritas somente por Quinto Cícero.

<sup>55</sup> Cf. *Fam.* 16.21, de Agosto (?) de 44, e 16.25, do Outono de 44, ambas escritas por Marco a Tirão.

<sup>56</sup> *Fam.* 16.17.1. Segundo alguns autores, este passo não esclarece suficientemente se Tirão tinha a intenção de organizar uma colectânea das suas próprias cartas ou se pretendia inserir as suas cartas numa colectânea de *epistulae* ciceronianas. Cf. CUGUSI (1983) 172. Acerca do papel de Tirão na divulgação das cartas *ad Familiares*, vide a nossa Introdução, 20 sqq..

<sup>57</sup> Cf. *supra*, p. 483, nota 12, *Gel.* 6.3.8.

<sup>58</sup> Cf. *Fam.* 16.17.1: *tu, qui xavwv esse meorum scriptorum soles...*; Vide também *supra*, p. 490, *Fam.* 16.22.1. Vide ainda *Gel.* 1.7.1; 15.6.2, embora estes passos possam referir-se a textos publicados depois da morte de Cícero (cf. TREGGIARI (1969) 262, nota 2).

<sup>59</sup> M. Pompónio Dionísio, liberto de Ático e protegido de Cícero, tutor dos jovens *Cicerones* em 50-51. Recebeu o *praenomen Marcus* em homenagem a Cícero. Cf. TREGGIARI (1969) 254.

como fonte inspiradora do patrão. Na ausência do liberto, Cícero sentia-se incapaz de ler a Ático os escritos que ambos haviam composto. Somente as cartas que dele ia recebendo ajudavam a colmatar a falta que lhe fazia. Tirão deveria pôr-se bom rapidamente, para voltar a ser fonte de inspiração literária do patrono:

*Litterulae meae siue nostrae tui desiderio oblanguerunt; hac tamen epistula quam Acastus attulit oculos paulum sustulerunt. Pomponius erat apud me cum haec scribebam, hilare et libenter. Ei cupiendi audire nostra dixi sine te omnia mea muta esse. Tu Musis nostris para ut operas reddas.*<sup>61</sup>

Cícero confiava-lhe os ideais políticos em que acreditava e as suas opiniões pessoais. No dia 12 de Janeiro de 49<sup>62</sup>, depois de aconselhar Tirão a restabelecer-se inteiramente, antes de se lhe reunir, da doença que o tomara — embora o patrono sentisse muito a sua falta<sup>63</sup> —, fez-lhe um resumo objectivo do ambiente de guerra civil que encontrara no seu regresso a Roma.

De facto, César, poucos dias antes, enviara ao Senado uma dura missiva reclamando a paridade de tratamento entre Pompeio e ele, isto é, exigindo a anulação conjunta de ambos os proconsulados. O Senado, em resposta negativa, votou *per discessionem*. Os tribunos cesarianos, com o seu veto, retiraram, no entanto, a esta resposta do Senado a qualidade de *senatus consultum*. No dia 7 de Janeiro, o Senado votou a destituição de César e a sua substituição por L. Domício Aenobarbo. Impedido uma vez mais pela intervenção dos tribunos, recorreu então ao *senatus consultum ultimum*, que lhe conferiu a posse de todos os poderes dictatoriais, mas cuja legalidade César nunca viria a aceitar. Perante esta decisão, os tribunos Marco António e Q. Cássio acabaram por abandonar a Cúria, acompanhados de Curião, tribuno do ano anterior. Dos dois lados,

---

<sup>60</sup> Cf. *Att.* 6.2.3; 7.3.10.

<sup>61</sup> *Fam.* 16.10.2, de 17 de Abril de 53. Cf. *supra*, *Fam.* 16.14.1-2.

<sup>62</sup> Este dia ficaria célebre na história como sendo o dia em que César atravessou o Rubicão.

<sup>63</sup> Cf. *Fam.* 16.11.1, de 12 de Janeiro de 49.

a guerra parecia, pois, inevitável<sup>64</sup>. Ora, foram precisamente estes os factos que Cícero, em tom familiar, relatou a Tirão<sup>65</sup>:

*Ego ad urbem accessi prid. Non. Ian. Obuiam mihi sic est proditum ut nihil posset fieri ornatius. Sed incidi in ipsam flammam ciuilis discordiae, uel potius belli; cui cum cuperem mederi et, ut arbitror, possem, cupiditates certorum hominum (nam ex utraque parte sunt qui pugnare cupiant) impedimento mihi fuerunt. Omnino et ipse Caesar, amicus noster, minacis ad senatum et acerbis litteras miserat et erat adhuc impudens, qui exercitum et prouinciam inuito senatu teneret, et Curio meus illum incitabat. Antonius quidem noster et Q. Cassius nulla ui expulsi ad Caesarem cum Curione profecti erant, postea quam senatus consulibus, praetoribus, tribunis pl. et nobis qui pro consulibus sumus, negotium dederat ut curaremus ne quid res publica detrimenti caperet. Numquam maiore in periculo ciuitas fuit, numquam improbi ciues habuerunt paratiorem ducem. Omnino ex hac quoque parte diligentissime comparatur. Id fit auctoritate et studio Pompei nostri, qui Caesare, sero coepit timere.*<sup>66</sup>

O epistológrafo fez questão de o informar ainda de que a grande maioria dos elementos do Senado era favorável ao seu *triumphum*, e que a Itália havia sido dividida em *partes*, tendo-lhe sido entregue a região de Cápua:

*Nobis inter has turbas senatus tamen frequens flagitauit triumphum; (...) Italiae regiones discriptae sunt, quam quisque partem tueretur nos Capuam sumpsimus. Haec te scire uolui.*<sup>67</sup>

---

<sup>64</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 5, 83 sq..

<sup>65</sup> Cf. TREGGIARI (1969) 262, nota 5: “The tone is familiar, even if references to Caesar as ‘amicus noster’ and to Antony and Pompey in similar words do not mean that Tiro could regard them in the same light in relation to himself.”

<sup>66</sup> *Fam.* 16.11.2-3.

<sup>67</sup> Ibidem. Cf. *Fam.* 16.12, escrita por Cícero a 27 de Janeiro, em Cápua, informando Tirão de alguns dos acontecimentos políticos mais importantes que antecederam uma grave crise política.

Segundo TREGGIARI (1969) 262, nota cit., semelhante no tom é a carta *Fam.* 16.23.2, de Maio (?) de 44, em que Cícero se refere a Ático como *Aticus noster* e reafirma o valor da amizade que tinha por Tirão: *Ego tamen Antoni inueteratam sine ulla offensione amicitiam retinere sane uolo scribamque ad eum, sed non ante quam te uidero.*

Cícero também recorria aos serviços de Tirão para resolver questões de natureza financeira, sobretudo depois da perda de Filótimo<sup>68</sup>. O liberto actuava em colaboração com Ático e Eros<sup>69</sup>. A pedido de Cícero, a devolução do dote de Terência ficou ao encargo do amigo, que ia dando a Tirão as instruções necessárias sobre os procedimentos a adoptar:

*Quod ad Tironem de Terentia scribis, obsecro te, mi Attice, suscipe totum negotium.*<sup>70</sup>

Tirão encarregava-se de transmitir a Cícero aquilo que Ático julgava ser melhor para as finanças do amigo. Em Maio de 45, por exemplo, disse-lhe que Pompónio sugerira que, por uma questão de dignidade pessoal, saldasse a sua dívida para com Cerélia<sup>71</sup>:

*De Caerellia quid tibi placeret Tiro mihi narrauit: debere non esse dignitatis meae, perscriptionem tibi placere.*<sup>72</sup>

Em Junho de 44, em vésperas de viajar para Atenas<sup>73</sup>, o epistológrafo queixou-se a Ático da má gestão financeira de Eros, que estava até a pôr em risco a sua partida.

---

<sup>68</sup> Terêncio Filótimo, liberto de Terência, trabalhou para Cícero pelo menos entre os anos 59 e 47. Cf. TREGGIARI (1969) 253.

<sup>69</sup> Escravo ou liberto de Ático, que desempenhava, para Cícero, as funções de *ratiocinator*. TREGGIARI (1969) 253.

<sup>70</sup> *Att.* 12.19.4, de 14 de Março de 45. Cf. *Att.* 16.15.5, de finais de 44: *Nam de Terentiae nomine Tiro ad me scrpsit te dicere nummos a Dolabella fore.*

<sup>71</sup> Cerélia era uma mulher rica e culta, que partilhava com Cícero interesses de natureza literária (cf. *Fam.* 13.72; *Att.* 13.21.a2). Cf. *Les Belles Lettres*, v. 7, nota a ad *Fam.* 13.72.1; v. 8, 248, nota 1 ad 129. Apesar do conselho de Ático, Cícero preferia suspender a liquidação da dívida, pelo menos até ter a certeza de que Fabério e Mecião pretendiam saldar as que mantinham para com ele: *Sustinenda tamen, si tibi uidebitur, solutio est nominis Caerelliani dum et de Metione (...) et de Faberio sciamus*. Cícero precisava muito do dinheiro para poder comprar uns *horti* dignos da construção de um *fanum* em honra da malograda filha.

<sup>72</sup> *Att.* 12.51.3, de 20 de Maio de 45.

<sup>73</sup> Cícero pretendia ir ao encontro do filho, que estudava em Atenas. Partiu de Pompeios no dia 17 de Julho de 44 (*Att.* 16.3.6). Por motivos políticos, acabou, no entanto, por renunciar à viagem à Grécia e regressar o mais rapidamente possível a Roma, para seguir de perto o curso dos acontecimentos (*Att.* 16.7.1; *Fam.* 7.19).

O último balanço feito às suas contas havia revelado um saldo positivo. Cícero, no entanto, veio a descobrir que, afinal, precisava de fazer um empréstimo; o estadista pensava que os seus rendimentos tinham sido postos de parte para a construção de um *fanum* em honra de Túlia, mas ao que parece, tal não havia acontecido. Perante toda esta confusão, estando em Ástura, decidiu enviar Tirão a Roma, para que este pudesse indagar sobre o verdadeiro estado das suas finanças:

*Profectionem meam, ut, uideo, Erotis dispensatio impedit. Nam cum ex reliquis quae Non. Apr. fecit abundare debeam, cogor mutuari, quodque ex istis fructuosus rebus receptum est, id ego ad illud fanum sepositum putabam. Sed haec Tironi mandaui, quem ob eam causam Romam misi; te nolui impeditum impedire.*<sup>74</sup>

Tirão cumpriu plenamente a tarefa de que fora incumbido. A Cícero, restava apenas ouvir as explicações de Eros:

*Erotis rationes et ex Tirone cognoui et uocaui ipsum.*<sup>75</sup>

---

<sup>74</sup> Att. 15.15.4, de 13 (?) de Junho de 44.

Cícero encarregou Tirão de resolver ainda outra questão relacionada com as suas finanças. Marco, o filho, havia escrito ao liberto, informando-o de que, depois do dia 1 de Abril, ou seja, um ano depois de ter ido para Atenas, ainda não havia recebido o dinheiro necessário à sua manutenção por mais um ano na Grécia. A primeira soma anual transferida para Atenas já tinha sido gasta, pelo que o jovem se encontrava numa embaraçosa situação financeira. O pai, comovido com o facto de Marco nada lhe ter contado, pediu a Ático que transferisse para Atenas a quantia necessária à manutenção do filho. Eros, o responsável por toda esta confusão, pagaria, por sua vez, a Ático este adiantamento, já que era ele quem havia recebido as rendas dos alugueres dos imóveis situados no Argileto e no Aventino (cf. Att. 15.17.1: *mercedes insularum*), destinados ao sustento de Marco Cícero. Para resolver este imbróglio, Cícero também enviou Tirão a Roma: *Cicero noster quo modestior est eo me magis commouet. Ad me enim de hac re nihil scripsit, ad quem nimirum potissimum debuit; scripsit hoc autem ad Tironem, sibi post Kal. Apr. (sic enim annum tempus confici) nihil datum esse. <scio> tibi pro tua natura semper placuisse teque existimasse id etiam ad dignitatem meam pertinere eum non modo perliberaliter a nobis sed etiam ornate cumulateque tractari. Qua re uelim cures (nec tibi essem molestus, si per alium hoc agere possem) ut permutetur Athenas quod sit in annum sumptum ei. Scilicet Eros numerabit. Eius re causa Tironem misi.* (Att. 15.15.4). Sobre esta questão, vide supra, Cap. Quarto, Terceira Parte, pp. 392 sqq..

<sup>75</sup> Att. 15.17.2, de 14 de Junho. Cf. Att. 15.20.4, de 20 de Junho: *Rationes Erotis, etsi ipsum nondum uidi, tamen et ex litteris eius et ex eo quod Tiro cognoui<t> prope modum cognititas habeo.*

Apesar de ter informado Ático das questões que precisava de ver resolvidas antes de partir para Atenas, decidiu, no dia seguinte, enviar Tirão ao encontro do amigo, para que o liberto pudesse colaborar na resolução das mesmas:

*XVII Kal., etsi satis uidebar scripsisse ad te quid mihi opus esset et quid te facere uellem, si tibi commodum esset, tamen (...) Tironem statui ad te esse mittendum, ut iis negotiis quae agerentur interesse<t> ...*<sup>76</sup>

No final de 44, e na ausência do patrono, o ex-escravo continuou a assumir a gestão das finanças de Cícero. Deslocava-se, por isso, constantemente, a Roma. Ofílio<sup>77</sup> e Aurélio<sup>78</sup> deveriam receber aquilo a que tinha direito. Tirão deveria convencer Flamínio

---

<sup>76</sup> Att. 15.18.1, de 15 de Junho.

Tirão e Ático trabalhavam, aliás, em estreita colaboração um com o outro. O liberto funcionava como um mensageiro dos desejos e pareceres de cada um dos dois amigos. Cf. Att. 15.20.4: *Velim, quoniam Tiro negat tibi placere me eius rei causa Romam uenire, si ea te res nihil offendet, uideas unde nummi sint, mihi feras expensum*; Att. 15.21.3, de 21 de Junho, em que Cícero discute o melhor itinerário a seguir: *Tiro negat iam tibi placere Brundisium et quidem dicere aliquid de militibus. At ego iam destinaram, Hydruntem quidem*.

<sup>77</sup> O epistológrafo e este notável jurisconsulto tinham co-herdado uma herança que o rico banqueiro M. Clúvio havia deixado. Ofílio e os restantes herdeiros da fortuna — César, representado por Balbo, e T. Hordeónio, negociante da Campânia — acordaram vender em hasta pública, logo que César regressasse, as propriedades da Campânia que haviam herdado, permitindo, desse modo, ao outro herdeiro, Cícero, adquirir aquela que ele então designava *horti Cluuiani* e que, mais tarde, viria a ser o seu *Puteolanum* (cf. Att. 13.45.3 e 13.37a; Att. 13.46.3). A compra das partes legadas aos restantes co-herdeiros dos *horti Cluuiani* tinha, portanto, deixado Cícero endividado. Para mais informações sobre esta herança, vide *Les Belles Lettres*, v. 8, 198 sq.; CARCOPINO (1947) v. 1, 176 sq.; Cap. Primeiro, Terceira Parte, pp. 222 sq..

<sup>78</sup> Montano, colega do jovem Marco Cícero em Atenas, tinha-se oferecido como fiador de 20.000 sestércios que um tal Flamínio Flama devia ao Estado. Lúcio Munácio Planco, que havia estado com César na Gália e na guerra civil, ao regressar da Hispânia, fora nomeado prefeito da cidade, cabendo-lhe, assim, o dever de cobrar a dívida. Cícero, que havia sido informado desta situação pelo cunhado de Montano, pediu a Ático que ajudasse o jovem, já que sentia ser seu dever auxiliar o colega do filho. O pai havia prometido ao filho que adiantaria a quantia (cf. Att. 12.52.1). Para tal, instruíra Eros, escravo de Ático responsável pela gestão das suas finanças, no sentido de pôr de parte esse dinheiro. Aquele, todavia, acabou por o não fazer, pelo que Aurélio, provável procurador de Montano, se viu na obrigação recorrer a um empréstimo com juros



Flama a pagar o que devia, ou, pelo menos, parte. O dinheiro que eventualmente conseguisse recuperar serviria, em primeiro lugar, para liquidar a última prestação da devolução do dote de Terência<sup>79</sup>:

*Mihi prora et puppis, ut Graecorum prouerbium est, fuit a me tui dimittendi ut rationes nostras explicares. Offilio et Aurelio utique satis fiat. A Flamma, si non potes omne, partem aliquam uelim extorqueas, in primisque ut expedita sit pensio Kal. Ian. De attributione conficies, de repraesentatione uidebis.*<sup>80</sup>

Tratadas as questões domésticas, pediu também a Tirão que o informasse sobre questões públicas que o preocupavam. Em troca, cedia-lhe outras informações:

*De domesticis rebus hactenus. De publicis omnia mihi certa, quid Octavius, quid Antonius, quae hominum opinio, quid futurum putes. Ego uix teneor quin accurram, sed litteras tuas exspecto. Et scito Balbum tum fuisse Aquini cum tibi est dictum et postridie Hirtium; puto utrumque ad aquas. Sed quod egerint.*<sup>81</sup>

Ao fechar a carta, porém, Cícero lembrou-se de um outro assunto de natureza privada — a devolução do dote de Túlia, por Dolabela. A delicadeza desta questão e a sua

---

altíssimos (cf. *Att.* 16.15.5). Cícero assumiu, por isso, como seu o dever reembolsar Montano deste empréstimo. Para mais informação sobre este assunto, vide SHACKLETON BAILEY (1965-1970), v. 5, 341, notas 1, 2 e 3 ad *Att.* 12.52.1; SHACKLETON BAILEY (1999) v. 4, n. 1 ad *Att.* 12.52.1; SHACKLETON BAILEY (1977) v. 2, 491, n. 6 ad *Fam.* 16.24.1; *Les Belles Lettres*, v. 8, 248, n. 2 ad 129. Vide, ainda, *Att.* 14.16.4. No Cap. Quarto, Terceira Parte, pp. 394 sqq., descrevemos em detalhe toda esta situação.

<sup>79</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 10, nota c ad loc..

Como afirma BOISSIER (1895, trad. 1986) 68, no primeiro dia de cada mês, Tirão encarregava-se de ir cobrar as dívidas aos devedores atrasados e de acalmar os credores demasiado exigentes. Cf. e. g. *Fam.* 16.19, de Julho (?) de 46, na qual se pode ler que Tirão foi a Roma para cobrar uma dívida contraída por um tal Aufídio: *De Aufidiano nomine nihil te hortor. Scio tibi curae esse, sed confice*. Sobre a identidade deste devedor, vide *Les Belles Lettres*, v. 7, nota b ad loc..

<sup>80</sup> *Fam.* 16.24.1, de meados de Novembro de 44. Também a questão da devolução do dote de Terência foi tratada por Tirão, em parceria com Ático. Cf. *Att.* 16.15.5, de Novembro de 44: *Nam de Terentiae nomine Tiro ad me scripsit te dicere nummos a Dolabella fore*.

<sup>81</sup> *Fam.* 16.24.2.

importância para o reequilíbrio das suas finanças exigiam, uma vez mais, a intervenção de Tirão<sup>82</sup>. Este deveria dar a conhecer aos representantes legais do cônsul que Cícero tinha a intenção de recorrer aos tribunais para conseguir a devolução do referido dote. O liberto deveria também perguntar a Pápias, servidor de Dolabela<sup>83</sup>, pelo pagamento em questão, no intuito de pressionar ainda mais o ex-genro do patrono a devolver o que devia:

*Dolabellae procuratores fac ut admoneantur. Appelabis etiam Papiam.*<sup>84</sup>

As atribuições de Tirão podiam ser outras que não a administração das finanças do patrão. O desvelo com que cuidava das questões mais importantes não o impedia de se ocupar de outros assuntos mais pequenos<sup>85</sup>. No final de 47, o liberto, que se sentira indisposto, ficou na *uilla* de Túsculo, em convalescença. Cícero, que entretanto deverá ter regressado a Roma, aproveitou a ocasião não apenas para lhe dar alguns conselhos de saúde<sup>86</sup>, mas também para lhe dar instruções precisas relativas à gestão dos jardins que faziam parte da propriedade. Ao que parece, o patrão estaria descontente com o seu jardineiro, que não produzia flores em quantidade suficiente. Na esperança de estimular o jardineiro a produzir mais, pensou em alugar o jardim a um certo Paredro. O preço do aluguer deveria ser sensivelmente superior ao que o anterior arrendatário — um malandro chamado Hélicon — teria pago, dadas as obras de beneficiação entretanto efectuadas pelo senhorio. Tirão deveria incitar o jardineiro a produzir, como fizera Cícero, quiçá na casa do

---

<sup>82</sup> Cf. BOISSIER (1895, trad. 1986) 68: “Siempre que se ocurría alguna comisión delicada, se encomendaba a él, como por ejemplo, cuando se quería obtener algún dinero de Dolabela sin disgustarle mucho.”

<sup>83</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1999) v. 3, nota 2 ad loc..

<sup>84</sup> *Fam.* 16.24.2.

<sup>85</sup> Cf. BOISSIER (1895, trad. 1986) 68.

<sup>86</sup> Como se de um médico se tratasse, Cícero recomendou-lhe uma série de terapias. Entre outras coisas, Tirão, tal como o seu *patronus* costumava fazer (cf. *Plu.*, *Cic.* 8.5), deveria aproveitar a sua estada em Túsculo para se entregar às massagens e fazer pequenas caminhadas: *Tibi διάφορησιν gaudeo profuisse; si uero etiam Tusculum, di boni, quanto mihi illud erit amabilius! Sed si me amas, quod quidem aut facias aut perbelle simulas, quod tamen in modum procedit — sed, ut<ut> est, indulge uoletudini tuae; cui quidem tu adhuc, dum mihi deseruis, seruisti non satis. Ea quid postulet non ignoras: πέψιν, ἀκοπίαν, περίπατον σύμμετρον, τρέϊψιν, εὐλυσίαν κοιλίας. Fac bellus reuertare, <ut> non modo te sed etiam Tusculanum nostrum plus amem.* (*Fam.* 16.18.1).

Palatino, com um certo Móton, que, depois de instigado, passara a produzir flores em abundância:

*Parhedrum excita ut hortum ipse conducat; sic holitorem ipsum commouebis. Helico nequissimus HS ∞ dabat, nullo aprico horto, nullo emissario, nulla maceria, nulla casa. Iste nos tanta impensa derideat? Calface hominem, ut ego Mothonem; itaque abutor coronis.*<sup>87</sup>

Tirão responsabilizou-se ainda pela realização de outra tarefa: indexar os livros da biblioteca de Túsculo. Para tal, pediu ao patrão — ao que parece, com alguma insistência — que procedesse ao envio de alguns volumes que iriam completar a já riquíssima biblioteca. Em tom jocoso, Cícero prometeu enviar-lhos assim que o tempo ficasse bom:

*Horologium mittam et libros, si erit sudum. Sed tu nullosne tecum libellos? An pangis aliquid Sophocleum? Fac opus appareat.*<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup> *Fam.* 16.18.2. Para a interpretação deste passo, seguimos a lição de SHACKLETON BAILEY (1977) v. 2, 386, nota 1 ad loc). J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 11, 209 sq., *Notice ad Fam.* 16.18) reconhece que o texto é pouco claro, mas considera vesorímil a exegese de Bailey. Segundo o crítico, ficam, todavia, por explicar a utilização de *ipse* antes de *conducat* e *ipsum* antes de *commouebis*. No entender do autor, para que possamos compreender melhor o texto, bastará aduzirmos à explicação apresentada por Bailey a seguinte hipótese: Paredro seria já o jardineiro da propriedade, mas Cícero queria que ele se tornasse também o arrendatário (feitor) dos jardins.

Pouco tempo depois, Cícero voltaria a solicitar a intervenção de Tirão nesta questão. Cf. *Fam.* 16.20: *Cum holitore ut uidetur.*

<sup>88</sup> *Fam.* 16.18.3.

Baseados na leitura deste passo, alguns críticos admitem a hipótese de Tirão ter pretendido escrever versos em estilo sofocleano, e que, por essa razão, teria pedido ao patrão que lhe enviasse alguns livros inspiradores (cf. TREGGIARI (1969) 262). A maioria, porém, considera que a referência de Cícero ao estilo sofocleano não passa de uma piada: “Probably a joke. The books were to be sent for Cicero’s library at Tusculum. Tiro may be supposed to have kept reminding him to send them, so Cicero pretends to think that Tiro wanted them for his own reading.” (SHACKLETON BAILEY (2001) v. 2, nota 4 ad loc.); “Passage fort obscur: en le reprochant de la lettre suivante, on peut imaginer que Tiron avait réclamé à Cicéron l’envoi de livres destinés à êtres rangés dans la bibliothèque du *Tusculanum*; « *sed tu nullosne tecum libellos?* » semble recéler une double plaisanterie: Cicéron feint de croire que Tiron a réclamé les livres pour sa distraction personnelle et d’oublier qu’il dispose de la riche bibliothèque du *Tusculanum*; « *an pangis aliquid*

Por vezes, Tirão podia preparar jantares de recepção e, na ausência do patrono, assumir as funções de anfitrião da casa, recebendo e entretendo os amigos dele. No verão de 46, Cícero pediu-lhe que recebesse Tércia<sup>89</sup> e Demétrio<sup>90</sup>. Depois do encontro com este último, o liberto deveria contar ao *patronus* o tema da conversa mantida com o convidado, para que Cícero pudesse ter que ler e escrever:

*De triclinio cura, ut facis. Tertia aderit, modo ne Publi<li>us rogatus sit. Demetrius ipse iste numquam omnino Phalereus fuit, sed nunc plane Bellienus est. Itaque te do uicarium; tu eum obseruabis. 'Etsi —, 'uero tamen —,' 'de illis —,'; nosti cetera. Sed tamen, si quem cum eo sermonem habueris, scribes ad me, ut mihi nascatur epistulae argumentum et ut tuas quam longissimas litteras legam.*<sup>91</sup>

---

*Sophocleum?* » cette nouvelle plaisanterie, dans le prolongement de la précédente, suppose que les ouvrages envoyés contenaient dès tragedies.” (J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 11, 244, nota 3 ad 210).

Dias depois, Cícero pediria a Tirão que deixasse a indexação dos livros para quando estivesse totalmente recuperado; deveria atender aos conselhos do seu médico, Metrodoro. Cf. *Fam.* 16.20: *Libros compone; indicem cum Metrodoro libebit, quoniam eius arbitratu uiuendum est.*

<sup>89</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1977) v. 2, nota 2 ad loc.: “(Junia) Tertia may have been a friend of Terentia’s, whose divorce had probably gone through early in 46. The conjecture Terentia (Boehm) is doubtful at best, especially as Cicero and his ex-wife were not on good terms”; J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 7, 280, nota 2 ad 50: “Au dîner que Tiron est chargé de préparer sera invitée Junia Tertia, demi-soeur de M. Brutus, mariée à Cassius Longinus (cf. CARCOPINO (1947) v. 2, 130 sq.); on ne sait pourquoi elle était en mauvais termes avec Publius, proche parent de la jeune Publilia, que Cicéron devait épouser à la fin de l’année (...).”

<sup>90</sup> Cícero diz que este Demétrio nunca foi um Demétrio de Faleros, isto é, um homem educado e de boas maneiras, qualidades pelas quais o verdadeiro Demétrio de Faleros foi celebrado. Cf. SHACKLETON BAILEY (2001) v. 2, nota 3 ad loc.; J. Beaujeu (*Les Belles Lettres*, v. 7, 280, nota 3 ad 50), que afirma: “Ce Bellienus Démétrius, mentionné dans la lettre précédente et dans la suivante, était apparemment un rustre, tout le contraire de Démétrius de Phalère, gouverneur d’Athènes de 317 à 307, dont Cicéron admirait la culture raffinée (cf. *Brut.*, 37; *De orat.*, II, 95; *Or.*, 172).”

<sup>91</sup> *Fam.* 16.22.2-3, de Julho (?) de 46.

Neste passo, encontramos reproduzidos os tiques de expressão de Demétrio. Cf. J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 7, 280, nota 4 ad 50: “Cicéron s’amuse, semble-t-il, à reproduire dès tics d’expression de Démétrius; le *sed tamen* qui suite en fait sans doute encore partie.”

Marco Túlio Tirão não servia exclusivamente o seu patrono. O filho de Cícero, pelo menos enquanto dependeu do *paterfamilias*, recorreu também aos serviços do liberto. No verão de 44, enquanto estudante em Atenas, Marco pediu-lhe por carta que tratasse de lhe encontrar um *librarius* grego que pudesse ajudá-lo a tirar apontamentos:

*De mandatis quod tibi curae fuit est mihi gratum. Sed peto a te ut quam celerrime mihi librarius mittatur, maxime quidem Graecus. Multum enim mihi eripitur operae in exscribendis hypomnematibus.*<sup>92</sup>

Este dinâmico e polivalente funcionário, apesar de assumir o cumprimento de tantas e diversificadas tarefas, conseguia ter algum tempo para satisfazer desejos e gostos pessoais. Ao contrário do patrono, gostava de assistir aos jogos. No outono de 47, Cícero, que ansiava pelo regresso dele a Roma, mas, ao mesmo tempo, conhecedor das suas preferências, sugeriu-lhe que regressasse à Urbe somente depois de assistir aos combates de gladiadores que iriam ter lugar em Túsculo:

*Tu potes Kalendis spectare gladiatores, postridie redire, et ita censeo; uerum ut uidebitur.*<sup>93</sup>

Tirão tinha os seus próprios negócios para gerir. Em meados de 44, apesar de manifestar o desejo de reencontrar o funcionário e amigo — somente depois de o rever escreveria a Marco António —, Cícero ressaltou que não pretendia, com essa manifestação, afastá-lo dos seus compromissos pessoais. O liberto estaria então a negociar a compra de uma propriedade no campo<sup>94</sup>:

---

<sup>92</sup> *Fam.* 16.21.8, de Agosto (?) de 44.

<sup>93</sup> *Fam.* 16.20.

<sup>94</sup> Seguimos a lição de J. Beaujeu, *Les Belles Lettres*, v. 9, 280, nota 1 ad 176: “Tiron était apparemment en train de négocier un engagement financier pour son compte, probablement l’achat d’une propriété à la campagne (...)” SHACKLETON BAILEY (2001) v. 3, nota 5 ad loc., é mais vago na interpretação deste passo: “Some private business of Tiro.” A propósito, TREGGIARI (1969) 104 afirma que “freedmen also undertook ventures on their own account, as we know from the literary sources.”

*Ego tamen Antoni inueteratam sine ulla offensione amicitiam retinere sane uolo scribamque ad eum, sed non ante quam te uidero. Nec tamen te auoco a syngrapha.*<sup>95</sup>

As negociações deram fruto. Em pleno verão desse ano, o jovem Marco felicitá-lo-ia pela aquisição de uma propriedade<sup>96</sup>. Imaginando-o já no papel de proprietário rural, lamentou não ter estado presente para o ajudar. Sabendo, porém, que Tirão adquirira a propriedade na perspectiva de vir a partilhá-la com a família do patrono, prometeu ajudá-lo no futuro:

*Excusationem angustiarum tui temporis accipio; scio enim quam soleas esse occupatus. Emissione te praedium uehementer gaudeo feliciterque tibi rem istam euenire cupio. Hoc loco me tibi gratulari noli mirari; eodem enim fere loco tu quoque emissionem te fecisti me certiore. Habes! Deponendae tibi sunt urbanitates; rusticus Romanus factus es. Quo modo ego mihi nunc ante oculos tuum iucundissimum conspectum propono! Videor enim uidere euentum te rusticas res, cum uilico loquentem, in lacinia seruantem ex mensa secunda semina. Sed, quod ad rem pertinet, me tum tibi defuisse aeque ac tu doleo. Sed noli dubitare, mi Tiro, quin te subleuaturus sim, si modo Fortuna me, praesertim cum sciam communem nobis emptum esse istum fundum.*<sup>97</sup>

No final de Outubro de 50, durante a viagem de regresso da Cilícia a casa, o liberto adoeceu, pelo que se viu impedido de prosseguir viagem com Cícero<sup>98</sup>. Nos dias que

---

<sup>95</sup> *Fam.* 16.23.2, de finais de Maio (?) de 44.

<sup>96</sup> Esta propriedade será, provavelmente, a que S. Jerónimo terá mencionado e situado perto de Putéolos (apud Euseb. *Chron.* Olympiad 194). Cf. TREGGIARI (1969) 262: “probably that near Puteoli mentioned by Jerome, which would have been near the *Academia*.”

Apesar de não existirem quaisquer referências a algum tipo de remuneração pelos serviços prestados, Tirão tinha as suas poupanças. Cf. TREGGIARI (1969) 146 sq.: “Professional men like Tiro, living with their patron and working when there was work to be done may have had a more casual type of remuneration and of course their keep. Nothing as sordid as a salary is ever mentioned in Cicero’s letters, but Tiro had money, for he was able to buy a country estate and we know that Cicero authorized him to draw on his agents for funds.”

<sup>97</sup> *Fam.* 16.21.7, de Agosto (?) de 44.

<sup>98</sup> Os dois amigos separaram-se no dia 2 de Novembro. Cf. *Fam.* 16.9.1, de 27 de Novembro: *Nos a te, ut scis, discessimus a. d. III Non. Nou.* Tirão ficou retido em Patras, enquanto Cícero seguiu viagem.

imediatamente se seguiram à separação, o patrono constatou que esta lhe iria ser mais custosa do que inicialmente imaginara. Embora a necessidade de regressar o mais brevemente possível a Roma<sup>99</sup> o tivesse obrigado a deixar o liberto em Patras, Cícero chegou a sentir remorsos por tê-lo feito. Tirão, no entanto, mostrara-se peremptório: enquanto não recuperasse, não viajaria para sítio algum. Cícero não teve outra alternativa senão seguir viagem sem ele:

*Paulo facilius putavi posse me ferre desiderium tui, sed plane non fero et, quamquam magni ad honorem nostrum interest quam primum ad urbem me uenire, tamen pecasse mihi uideor qui a te discesserim. Sed quia tua uoluntas ea uidebatur esse ut prorsus nidi confirmato corpore nolles nauigare, approbaui tuum consilium neque nunc muto, si tu in eadem es sententia.*<sup>100</sup>

Na eventualidade de o liberto vir a sentir-se melhor e com forças para se juntar à comitiva do *patronus*, Cícero dedidiu enviar-lhe Marião, outro liberto<sup>101</sup>, para o acompanhar na viagem. Caso contrário, este deveria regressar imediatamente para junto de quem o enviara<sup>102</sup>:

*Sin autem, postea quam cibum cepisti, uideris tibi posse me consequi, tuum consilium est. Marionem ad te eo misi ut aut tecum ad me quam primum ueniret aut, si tu morarere, statim ad me rediret.*<sup>103</sup>

---

Cf. Att. 7.2.3: *Tironem Patris aegrum reliqui, adulescentem <doctum et diligentem>, ut nosti, et adde, si quid uis, probum; nihil uidi melius.*

Os governadores podiam recorrer a servidores privados na gestão provincial. Cf. TREGGIARI (1969) 180: “the paucity of civil servants encouraged the use of a governor’s own assistants on the staff. *Ingenui* who were often relations or personal friends of course formed the *cohors*”, como Q. Cícero e Lúcio Túlio, na função de *legati* de Cícero durante o seu proconsulado na Cilícia. O procônsul fez-se acompanhar também de alguns dos seus *liberti*, incluindo Tirão, Crisipo, companheiro de Marco, e Dionísio, liberto de Ático e mestre os dois jovens *Cicerones*. Na Cilícia, Tirão desempenhou, pois, *officia prouincialia* (cf. *Fam.* 16.4.3).

<sup>99</sup> Cícero estava desejoso por alcançar o *triumphum*.

<sup>100</sup> *Fam.* 16.1.1, de 3 de Novembro.

<sup>101</sup> Cf. TREGGIARI (1969) 253.

<sup>102</sup> Se regressasse sozinho, Marião levaria consigo uma carta de Tirão a Cícero. Cf. *Fam.* 16.2; 16.3.2: *Ego ualde suspenso animo exspecto primum te scilicet, deinde Marionem cum tuis litteris.*

<sup>103</sup> *Fam.* 16.1.1.

Se apanhassem o barco entretanto, Tirão e Marião poderiam alcançar Cícero em Lêucade<sup>104</sup>. Para que tudo corresse bem, era importante que a viagem fosse feita em boa companhia, com clima favorável e num navio apropriado. A chegada de Marião não deveria, no entanto, condicionar a decisão de Tirão. É certo que Cícero sentia muito a sua falta, mas, mais importante do que o reencontro entre ambos era a total recuperação do liberto:

*Si statim nauigas, nos Leucade consequere; sin te confirmare uis, et comites et tempestates et nauem idoneam ut habeas diligentes uidebis. Unum illud, mi Tiro, uideto, si me amas, ne te Marionis aduentus et hae litterae moueant. Quod ualetudini tuae maxime conducet si feceris, maxime obtemperaris uoluntati meae. Haec pro tuo ingenio considera. Nos ita te desideramus ut amemus. Amor ut ualentem uideamus hortatur, desiderium ut quam primum. Illud igitur potius. Cura ergo potissimum ut ualeas.*<sup>105</sup>

Tirão conquistou a amizade de Cícero, mas também dos amigos dele, que o estimavam tanto quanto o estadista. A 7 de Novembro, deveras apreensivo com o estado de saúde do liberto<sup>106</sup>, Cícero manifestou votos de melhoras não apenas pessoais, mas de todos quantos que se encontravam consigo, como Lepta<sup>107</sup>:

*Sic habeto, mi Tiro, neminem esse qui me amet quin idem te amet; et cum tua et mea maxime interest te ualere, tum multis est curae. Adhuc, dum mihi nullo loco deesse uis, numquam te confirmare potuisti; nunc te nihil impedit. Omnia depone, corpori serui. Quantam diligentiam in ualetudinem tuam contuleris, tanti me fieri a te iudicabo. Vale, mi Tiro, uale, uale et salue. Lepta tibi salutem dicit et omnes. Vale.*<sup>108</sup>

---

<sup>104</sup> Cf. *Fam.* 16.2: *Leucade aut te ipsum aut tuas litteras a Marione putabam me accepturum.*

<sup>105</sup> *Fam.* 16.1.2.

<sup>106</sup> Estava tão preocupado e sentia-se tão desgostoso por ter sido obrigado a deixá-lo em Patras que chegou a escrever-lhe três vezes num só dia — de facto, as cartas *Fam.* 16.4, 16.5 e 16.6 foram escritas no dia 7 de Novembro: *Tertiam ad te hanc epistulam scripsi eodem die...* (*Fam.* 16.6.1).

<sup>107</sup> A acompanhar Cícero estavam também o filho Marco e os *Quinti*. Cf. *Fam.* 16.1, escrita por todos os *Cicerones*.

<sup>108</sup> *Fam.* 16.4.4. Cf. *Fam.* 16.7, de 16 de Novembro: *Carus omnibus exspectatusque uenies.*



Porque queria ter a certeza de que Tirão seria devidamente assistido, escreveu ao médico que acompanhava a sua doença<sup>109</sup> para lhe dar algumas indicações, mas também a Líson<sup>110</sup>, que recebera em sua casa o convalescente. Porque temia, porém, a negligência deste grego<sup>111</sup>, decidiu escrever ainda a Cúrio, homem de negócios estabelecido em Patras<sup>112</sup>, sugerindo-lhe que transferisse Tirão para sua casa e solicitando-lhe que entregasse ao liberto o dinheiro de que ele precisasse para pagar ao médico<sup>113</sup>:

*De medico et ut bene existimari scribis et ego sic audio, sed plane curationes eius non probo. Ius enim dandum tibi non fuit cum κακοστόμαχος esses. Sed tamen et ad illum scripsi accurate et ad Lysonem. Ad Curium uero, suauissimum hominem et summi officii summaeque humanitatis, multa scripsi, in his etiam ut, si tibi uideretur, te ad se transferret. Lyso enim noster uereor ne negligentior sit, primum quia omnes Graeci, deinde quod, cum a me litteras accepisset, mihi nullas remisit. Sed eum tu laudas; tu igitur quid faciendum sit iudicabis. Illud, mi Tiro, te rogo, sumptu ne parcas ulla in re, quod ad uoletudinem opus sit. Scripsi ad Curium quod dixisses daret. Medico ipsi puto aliquid dandum esse quo sit studiosior.*<sup>114</sup>

Mescínio contava-se igualmente entre o grupo de amigos de Cícero que sentia estima pelo liberto. Caso contrário, o patrono não teria sugerido a Tirão que se fizesse acompanhar do questor, se decidisse regressar a casa:

---

<sup>109</sup> O médico chamava-se Asclapo: *Asclapo medicus plane confirmat propediem te ualentem fore.* (Fam. 16.9.2).

<sup>110</sup> Este amigo de Cícero hospedara-o em sua casa, em Patras. Cf. Fam. 13.19.1; SHACKLETON BAILEY (2001) v. 2, nota 2 ad loc..

<sup>111</sup> Ao que parece, Cícero tinha motivos para temer a forma despreocupada com que Líson encarava a doença de Tirão. De facto, alguns dias depois, viu-se na obrigação de repreender o liberto por ter ido assistir a um concerto dado por ele, correndo o risco de ter uma recaída: *Symphoniam Lysonis uellem uitasses ne in quartam hebdomada incideres. Sed quoniam pudori tuo maluisti obsequi quam uoletudini, reliqua cura.* (Fam. 16.9.3, de 27 de Novembro).

<sup>112</sup> Cf. *Les Belles Lettres*, v. 9, 19.

<sup>113</sup> Cícero pagaria essas despesas a quem Cúrio lhe indicasse. Cf. Fam. 16.4.3, de 27 de Novembro: *Curio misi ut medico honos haberetur et tibi daret quod opus esset; me cui iussisset curaturum.* Cícero confiava plenamente nos cuidados deste homem. Cf. Att. 7.2.3: *maximaque spem habeo in M'. Curi diligentia, de qua ad me scripsit Tiro et multi nuntiarunt*; Att. 7.3.12: *Tironis reficiendi spes est in M'. Curio...*

<sup>114</sup> Fam. 16.4.2. Cf. Fam. 7.29, escrita por Cúrio a Cícero a 29 de Outubro de 45: *Ergo, patrone mi, bene uale Tironemque meum saluta nostris uerbis.*

*Ego puto belissime, si recte erit, cum quaestore Mescinio decursum. Non inhumanus est teque, ut mihi uisus est, diligit. Sed cum ualetudini tuae diligentissime consulueris, tum, mi Tiro, consulito nauigationi. Nulla in re iam te festinare uolo. Nihil laboro nisi ut saluus sis.*<sup>115</sup>

Ático preocupava-se igualmente com a saúde e o bem-estar dele<sup>116</sup>, e Cícero apreciava-o. O liberto era-lhe muito útil; gozando de saúde, ajudava-o em todo o tipo de afazeres, incluindo nos seus trabalhos literários. Eram, no entanto, as qualidades humanas que o estadista mais apreciava em Tirão:

*De Tirone uideo tibi curae esse; quem quidem ego, etsi mirabilis utilitates mihi praebeet, cum ualet, in omni genere uel negotiorum uel studiorum meorum, tamen propter humanitatem et modestiam malo saluum quam propter usum meum.*<sup>117</sup>

---

<sup>115</sup> Fam. 16.4.3. Caso não fizesse a viagem na companhia de Mescínio, que se fizesse acompanhar de outro homem de confiança. Cf. Fam. 16.9.4: *Si poteris, cum Mescinio (caute is solet nauigare), si minus, cum honesto aliquo homine, cuius auctoritate nauicularius moueatur.*

<sup>116</sup> Ático usou por diversas vezes dos seus conhecimentos e influências para interceder em favor do liberto. A 23 de Fevereiro (Att. 8.5.2), por exemplo, Cícero solicitou ao amigo que recomendasse Tirão a Cúrio e que lhe pedisse que entregasse ao liberto o dinheiro de que ele precisasse para fazer face às despesas: *Tironemque Curio commendes et ut det ei si quid opus erit in sumptum roges.* De facto, poucos dias antes, o epistológrafo fora informado de que Tirão andava a recorrer a empréstimos para pagar as despesas, apesar de o *patronus* ter pedido a Cúrio que lhe desse o dinheiro. O estadista preferira acreditar na timidez de Tirão do que na falta de generosidade de Cúrio: *Tironem (...) uideo in sumptum ab illis mutuatum; ego autem Curium nostrum si quid opus esset rogaram. Malo Tironis uerecundiam in culpa esse quam illiberalitatem Curi.* (Att. 8.6.5, de 20 de Fevereiro). Cícero tinha alguma dificuldade em manter o contacto com Cúrio. Assim, a 27 de Março, perguntou a Ático se tinha recebido notícias de Tirão através dele. As notícias que ia recebendo através do próprio liberto e de pessoas que vinham de Patras estavam a deixá-lo intranquilo: *A Curio uelim scire ecquid ad te scriptum sit de Tirone. Ad me enim ipse Tiro ita scripsit ut uerear quid agat; qui autem ueniunt in<de, κινδυνώδη> admodum nuntiant. Sane in magnis curis etiam haec me sollicitat.* (Att. 9.17.2). Cf. Att. 10.4.12, de 14 de Abril: *De Tirone, cura, quaeso, quod facis, ut sciam quid is agat.* Ático, assim que recebia alguma informação relativa ao liberto, transmitia-a ao amigo. Cf. Att. 10.13.2, de 7 de Maio: *De Tirone gratum.*

<sup>117</sup> Att. 7.5.2, de meados de Dezembro.

Em finais de Janeiro, preocupado ainda com a recuperação do liberto, o patrono, que se encontrava já na sua casa de Fórmias, recomendou-o também a Varrão, que ficou incumbido de velar pela saúde dele e de cuidar dos preparativos para a viagem de regresso:

*Ego A. Varroni, quem cum amantissimum mei cognoui tum etiam ualde tui studiosum, diligentissime te commendaui, ut et ualeitudinis tuae rationem haberet et nauigationis et totum te susciperet ac tueretur. Quem omnia facturum confido; recepit enim et mecum locutus est suauissime.*<sup>118</sup>

Em Lêucade, Cícero reencontrou Xenómenes, com quem havia estado, no ano anterior, na cidade de Tireu, na Arcânia<sup>119</sup>. Tinham, então, bastado apenas duas horas de convívio para que o amigo do estadista tivesse ficado impressionado com a simpatia de Tirão. Agora, Xenómenes estava disposto a ajudar o liberto no que fosse preciso, incluindo transferi-lo para Lêucade. Se isso acontecesse, Tirão deveria pedir primeiramente o conselho de todos aqueles que o assistiam em Patras, como Cúrio, Líson e o médico<sup>120</sup>:

*Vide quanta sit in te suauitas. Duas horas Thyrraei fuimus: Xenomenes hospes tam te diligit quasi uixerit tecum. Is omnia pollicitus est quae tibi essent opus; facturum puto. Mihi placebat, si firmior esses, ut te Leucadem deportaret, ut ibi te plane confirmares. Videbis quid Curio, quid Lysoni, quid medico placeat.*<sup>121</sup>

---

<sup>118</sup> Fam. 16.12.6, de 27 de Janeiro de 49.

<sup>119</sup> Durante a viagem de ida para a Cilícia. Cf. SHACKLETON BAILEY (2001) v. 2, nota 1 ad loc..

<sup>120</sup> Marião tinha, pois, regressado sozinho para junto de Cícero, apenas com uma carta de Tirão. De facto, no dia 7 de Novembro, o patrono ponderou a hipótese de reenviar o liberto para Patras, a fim de obter nova carta do doente: *Volebam ad te Marionem remittere quem, cum meliuscule tibi esset, ad me mitteres; sed cogitaui unas litteras Marionem adferre posse, me autem crebras exspectare.* (Fam. 16.5.1).

Tirão não ficou, porém, sozinho. A fazer-lhe companhia ficou o escravo Acasto (cf. TREGGIARI (1969) 253), que, por vontade de Cícero, deveria dirigir-se diariamente ao porto, a fim de entregar a alguém de confiança as cartas que Tirão fosse escrevendo para o seu *patronus*. Este, por sua vez, encarregar-se-ia de encontrar portadores para as suas: *<Quod> poteris igitur; et facies, si me diligis, ut cottidie sit Acastus in portu, multi erunt quibus recte litteras dare possis qui ad me libenter perferant. Equidem Patras euntem neminem praetermittam.* (Fam. 16.5.2). Cf. Fam. 16.6.2: *In Italiam euntibus omnibus ad me litteras dabis, ut ego euntem Patras neminem praetermitto.*

<sup>121</sup> Fam. 16.5.1.

Como afirmou Quinto na carta em que congratulou o irmão pela *manumissio* de Tirão, o relacionamento entre um *patronus* e um liberto podia proporcionar momentos aprazíveis (*uoluptas*<sup>122</sup>); em princípio, um liberto próximo do seu ex-senhor, como Tirão era de Cícero, teria de partilhar dos seus interesses, dos mesmos gostos, da sua cultura<sup>123</sup>. O prazer das reuniões sociais depende, normalmente, da comunhão de ideias e interesses entre convivas, pelo que não é, pois, de estranhar que os amigos de Cícero, como Xenómenes ou Varrão, estimassem Tirão tanto quanto estimavam o seu antigo senhor<sup>124</sup>.

A correspondência trocada entre Cícero e Tirão revela não apenas o carinho que o primeiro nutria pelo segundo<sup>125</sup>, mas também quão dedicado era o liberto ao seu patrono. As cartas dos *Cicerones* ao ex-escravo dão igualmente conta da existência de um relacionamento afectuoso<sup>126</sup> e confirmam o que o irmão de Cícero afirmou, quando comentou com ele a manumissão do liberto: que Tirão era, para eles, um amigo, não um simples escravo, pois que era bom demais para merecer essa condição<sup>127</sup>.

Cícero incumbiu-o da realização de inúmeras tarefas, mas nunca deixou de lhe manifestar a sua gratidão. Sempre que ele ficava doente, dedicava-lhe a maior das atenções, e nunca lhe negou o apoio monetário, os médicos e os acompanhantes indispensáveis à sua total recuperação<sup>128</sup>. Interessou-se pelos negócios pessoais do liberto e

---

<sup>122</sup> Cf. *Fam.* 16.16.2: *Si enim mihi Stati fidelitas est tantae uoluptati...*

<sup>123</sup> Como afirma TREGGIARI (1969) 218, “it is thus unsurprising that the freedmen of whom we hear in the closest social contact with their patrons were those who would have made the same sort of contribution as any other friends.”

<sup>124</sup> Como afirma TREGGIARI (1969) 208, “especially favoured slaves, Tiro for instance, might in their own right enjoy the friendship of their master’s equals. In a society which depended for its existence and efficiency on slaves, the personalities and affections of the more useful slave agents could not be overlooked.”

<sup>125</sup> Sempre que se via obrigado a separar-se de Tirão, Cícero ficava ansioso por receber correspondência dele e reencontrá-lo. Cf. *Fam.* 16.1; 16.2; 16.3; 16.5; 16.6; 16.7; 16.8; 16.10; 16.11; 16.13; 16.14; 16.19; 16.26.

<sup>126</sup> Ainda que as demonstrações de afecto reveladas por Quinto possam, por vezes, parecer exageradas, como esta, por exemplo, que integra uma carta que o irmão de Cícero escreveu ao liberto, em Dezembro de 44: *Te, ut dixi, fero <in> oculis. Ego uos a. d. III Kal. uideo tuosque oculos, etiam si te ueniens in medio foro uidero, dissauabor. Me ama. Vale. (Fam. 16.27.2).* O tom da extensa carta dirigida pelo jovem Marco Cícero a Tirão, por ser tão servil e adulator, chega a parecer pouco sincero. Cf. *Fam.* 16.21, de Agosto (?) de 44.

<sup>127</sup> Cf. *supra*, p. 486, *Fam.* 16.16.1.

<sup>128</sup> Cf. e. g. *Fam.* 16.4; 16.5; 16.15.

confiou-lhe os seus segredos políticos e sentimentos pessoais<sup>129</sup>. Não nos chegou qualquer carta escrita por Tirão aos *Cicerones*, é certo, mas as respostas enviadas por estes às missivas do liberto são suficientemente esclarecedoras da existência de um relacionamento familiar e pautado pela confiança mútua. São vários os episódios que ilustram o à-vontade com que Tirão lidava com a restante família.

Em certa ocasião, Quinto queixou-se de o ex-escravo o ter repreendido; é que Tirão tivera o cuidado de o informar até à exaustão de tudo quanto se passava em Roma, e Quinto, que andava muito preguiçoso, nem se dera ao trabalho de lhe escrever:

*Mirificam mi uerberationem cessationis epistula dedisti. Nam quae parcius frater perscripserat, uerecundia uidelicet et properatione, ea tu sine adsentatione ut erant ad me scripsisti, et maxime de cos. designatis.*<sup>130</sup>

A proximidade que existia entre o liberto e a família permitia-lhe até fazer juízos de valor sobre atitudes menos louváveis por parte dos *Cicerones*. O comportamento menos sensato adoptado pelo jovem Marco enquanto estudante em Atenas terá sido alvo de críticas severas, mas sinceras, da parte de Tirão. No verão de 44, decidido a mudar a opinião que a família e amigos tinham de si, o filho de Cícero garantiu ao liberto que os rumores de bom comportamento que entretanto lhe haviam chegado aos ouvidos eram verdadeiros e prometeu-lhe que tudo iria fazer para que a imagem que tinham de si fosse cada vez melhor:

*Gratos tibi optatosque esse qui de me rumores adferuntur non dubito, mi dulcissime Tiro, praestaboque et enitar ut in dies magisque haec nascens de me duplicetur opinio.*<sup>131</sup>

O zelo com que Tirão se dedicou a Cícero não diminuiu nem mesmo depois da morte do estadista. Fiel à sua memória, durante o longo período de vida que lhe restou, tomou a seu cargo a organização de alguma da sua correspondência<sup>132</sup>, a edição de pelo

---

<sup>129</sup> Cf. e. g. *Fam.* 16.23.2.

<sup>130</sup> *Fam.* 16.27.1.

<sup>131</sup> *Fam.* 16.21.2, de Agosto (?) de 44.

<sup>132</sup> Leia-se o que referimos a este respeito na Introdução a este trabalho (maxime pp. 20 sqq.).

menos algumas das suas obras — incluindo o discurso *In Verrem* e o tratado *De Gloria*<sup>133</sup> —, a compilação, segundo uma tradição pouco credível, dos seus *Ioci* em três volumes<sup>134</sup> e a composição de uma biografia do patrono, que se julga ter sido uma das fontes usadas e respeitadas por Tácito e Plutarco<sup>135</sup>. O liberto foi também um notável gramático e crítico literário; obras sobre estilo e sintaxe latinas e outras questões variadas, entre as quais se contam as *Pandectas*, bem como cartas por ele escritas sobre assuntos literários são objecto constante de referência nas *Noctes Atticae* de Aulo Gélío<sup>136</sup>.

---

<sup>133</sup> Cf. Quint., *Inst.* 10.7.31: *Nam Ciceronis ad praesens modo tempus aptatos libertus Tiro contraxit: quos non ideo excuso quia non probem, sed ut sint magis admirabiles. In hoc genere prorsus recipio hanc breuem adnotationem, libellosque qui uel manu teneantur et ad quos interim respicere fas sit; Gel. 1.7, maxime, 1: In oratione Ciceronis quinta in Verrem in libro spectatae fidei Tironiana cura atque disciplina facto scriptum fuit; 15.6.1-3: In libro M. Ciceronis de gloria secundo manifestum erratum in ea parte, in qua scriptum est super Hectore et Aiace. (...) Quamobrem non tam id mirabamur errasse in ea re M. Tullium, quam non esse animaduersum hoc postea correctumque uel ab ipso uel a Tirone, liberto eius, diligentissimo homine et librorum patroni sui studiosissimo.*

<sup>134</sup> Cf. Macr. 2.1.12: *Cicero autem quantum in ea re ualuerit quis ignorat qui uel liberti eius libros quos is de iocis patroni composuit, quos quidam ipsius putant esse, legere curauit? Quint., Inst. 6.3.5: Vtinamque libertus eius Tiro, aut alius, quisquis fuit, qui tris hac de re libros edidit, parcius dictorum numero indulgissent et plus iudicii in eligendis quam in congerendis studii adhibuissent: minus obiectus calumniantibus foret, qui tamen nunc quoque, ut in omni eius ingenio, facilius quod reici quam quod adici possit inuenient.*

<sup>135</sup> Cf. e. g. Tac., *Dial.* 17.2: *Nam ut de Cicerone ipso loquar, Hirtio nempe et Pansa consulibus, ut Tiro libertus eius scribit, septimo ius [Decembris] occisus est, quo anno diuus Augustus in locum Pansae et Hirtii se et Q. Pedium consules suffecit; vide ainda Plu., Cic. 41.4; 49.4. Aulo Gélío terá igualmente baseado nesta obra o relato que fez do procedimento de César no Senado no ano 59: Eius rei rationem reddidisse eum senatui Tiro Tullius, M. Ciceronis libertus, refert itaque se ex patrono suo audisse scribit. (4.10.6).*

<sup>136</sup> Cf. 13.9, maxime, 1-3: *Tullius Tiro M. Ciceronis alumnus et libertus adiutorque in litteris studiorum eius fuit. Is libros compluris de usu atque ratione linguae Latinae, item de uariis atque promiscis quaestionibus composuit. In his esse praecipui uidentur, quos Graeco titulo πανδέκτας inscripsit, tamquam omne rerum atque doctrinarum genus continentis; 6.3.8: Tiro autem Tullius, M. Ciceronis libertus, sane quidem fuit ingenio homo eleganti et hautquaquam rerum litterarumque ueterum indoctus, eoque ab ineunte aetate liberaliter instituto adminiculatore et quasi administro in studiis litterarum Cicero usus est; 6.3.9-11 (acerca de uma carta ao amigo de Cícero Q. Áxio): Sed profecto plus ausus est, quam ut tolerari ignoscique possit. Namque epistulam conscripsit ad Q. Axium, familiarem patroni sui, confidenter nimis et calide, in qua sibimet uisus est orationem istam pro Rodiensibus acri subtilique iudicio percensuisse. Ex ea epistula lubitum forte nobis est reprehensiones eius quasdam attingere: maiore scilicet uenia reprehensuri Tironem,*

Tirão retribuiu todo o carinho que recebeu com uma incansável dedicação, consagrando toda a sua vida a Cícero e à família dele<sup>137</sup>. Como recompensa da sua inteira lealdade, foi considerado e tratado como membro integrante da mesma. Como afirma Treggiari<sup>138</sup>, “the career of Tiro perhaps provides one of the better excuses for the institution of slavery and manumission.” Treinado e incentivado a elevar ao expoente máximo as suas capacidades, este homem conquistou o carinho e a confiança do patrono e da família. De tal forma partilhou dos seus segredos e dos seus afectos, de tal modo se identificou com ela, que até a compra da propriedade em Putéolos<sup>139</sup>, ao invés de ter sido interpretada como um gesto de independência, foi vista como um sinal da vontade que tinha de partilhá-la com aqueles que eram, afinal, sua família: os *Cicerones*<sup>140</sup>.

---

*cum ille reprehenderit Catonem; 10.1.7: Quod de Pompeio Varro breuiter et subobscure dixit, Tiro Tullius, Ciceronis libertus, in epistula quadam enarratius scripsit ad hunc ferme modum: 'Cum Pompeius' inquit 'aedem Victoriae dedicaturus foret, cuius gradus uicem theatri essent, nomenque eius et honores inscriberentur, quaeri coeptum est, utrum "consul tertio" inscribendum esset an "tertium". Eam rem Pompeius exquisitissime rettulit ad doctissimos ciuitatis, cumque dissentiretur et pars "tertio", alii "tertium" scribendum contenderent, rogauit' inquit 'Ciceronem Pompeius, ut, quod ei rectius uideretur, scribi iuberet.' Tum Ciceronem iudicare de uiris doctis ueritum esse, ne, quorum opinionem inprobasset, ipsos uideretur improbasse. 'Persuasit igitur Pompeio, ut neque "tertium" neque "tertio" scriberetur, sed ad secundum usque "t" fierent litterae, ut uerbo non perscripto res quidem demonstraretur, sed dictio tamen ambigua uerbi lateret.'*

Sobre a publicação, a título póstumo, das obras de Cícero, levada a cabo pelo fiel liberto, vide TREGGIARI, (1969) 219; 262 sq.. Leia-se ainda BOISSIER (1895, trad. 1986) 69, onde, a este respeito, se conclui: “Eran éstos indudablemente los servicios que Cicerón, tan celoso de su gloria literaria, habría agradecido más a su fiel liberto.”

<sup>137</sup> Ao que se sabe, Tirão nunca casou. Cf. TREGGIARI (1969) 214: “Among all the *liberti* of Cicero known to us, we hear of none who were married and had children. Tiro was obviously a bachelor.” O casamento parece, aliás, ter sido raro entre os libertos, ou então era adiado para uma fase mais tardia da vida, como acontecia com os homens livres (cf. TREGGIARI (1969) loc. cit.).

<sup>138</sup> (1969) 263.

<sup>139</sup> Cf. TREGGIARI (1969) 108: “His country house was situated near Puteoli, within easy reach of Cicero’s villa, and in the middle of the fashionable holiday area.”

<sup>140</sup> Marco deu-o a entender na carta que lhe escreveu a felicitá-lo pela aquisição (*Fam.* 16.21.7). Cf. TREGGIARI (1969) 219.





## CONCLUSÕES

Um dos maiores obstáculos com que se têm deparado os estudiosos da família romana é a raridade de documentos de cariz privado, como diários, correspondência, ou outro tipo de registos quotidianos, que permitiriam o estudo diacrónico e individualizado de determinadas famílias, sob a perspectiva de um ou mais dos seus membros<sup>1</sup>. Neste contexto de escassez documental, as cartas de Cícero revelam-se, por conseguinte, preciosíssimas; a informação nelas veiculada, filtrada por um dos elementos que integravam a comunidade familiar, e não por outrem exterior a esta, proporciona-nos uma descrição diacrónica do quotidiano de uma família romana da elite política. A correspondência ciceroniana permite-nos conhecer com um nível de intimidade jamais alcançado no estudo de outras famílias romanas o relacionamento mantido entre o *paterfamilias* e os restantes membros da sua família<sup>2</sup>.

Enquanto documento histórico, as cartas de Cícero apresentam, é certo, algumas limitações que importará referir. Se, por um lado, reflectem a expressão de opiniões e sentimentos, livre, em geral, dos constrangimentos que a redacção de obras destinadas a uma audiência pública normalmente impunha, por outro, elas não abrangem todo o período adulto da vida do Arpinate; algumas reportam-se aos primeiros anos da década de 60, mas a maioria inscreve-se num intervalo que não chega a compreender vinte anos e que termina poucos meses antes de Cícero morrer, a 7 de Dezembro de 43. Ora, do ponto de vista do estudo da história da família, isto significa que, quando a correspondência teve início, o autor tinha mais de quarenta anos — a perspectiva que tinha dos acontecimentos era, portanto, a de um *paterfamilias* de meia idade — e a configuração da sua célula familiar já se encontrava bem definida, pelo que as cartas nada nos revelam acerca dos pais de Cícero,

---

<sup>1</sup> Cf. BRADLEY (1991) 177, onde se acrescenta: “Most sources provide only external and isolated views of Roman family life, random snapshots, as it were, taken by passing tourist from the window of a bus or train.”

<sup>2</sup> Cf. BRADLEY (1991) loc. cit..

da sua decisão de casar, dos motivos que o levaram a escolher Terência para sua mulher, do nascimento da filha Túlia, enfim, dos primeiros anos do cotidiano desta família<sup>3</sup>. As *epistulae*, por outro lado, nem sequer se encontram uniformemente distribuídas pelo período que abrangem, sendo que muitas se concentram em períodos de crise — isto é, de afastamento do epistológrafo dos familiares mais próximos: o período correspondente ao seu exílio, que vai do início de 58 até ao final do verão de 57; o período relativo ao proconsulado na Cilícia, entre os anos 50 e 51; o período de 49 em diante, coincidente com a guerra civil. Não obstante as limitações enunciadas<sup>4</sup>, o valor da correspondência enquanto documento histórico é irrefutável.

Entre outros objectivos a que nos propusemos, era nossa pretensão, partindo da leitura das cartas, reconstituir a história da família de Cícero — ilustrando-a com episódios do cotidiano — e descrever as sucessivas etapas e transformações estruturais por ela que passou. Ora, a descrição do percurso trilhado por cada um dos membros da família permite-nos agora concluir que a configuração do mundo familiar do Arpinate sofreu, ao longo das quase duas décadas abrangidas pela sua correspondência, uma série de profundas e dramáticas alterações. Se compararmos a moldura familiar de Cícero do ano 60 com a do ano 44, imediatamente perceberemos o alcance dessas transformações.

No ano 60, o autor contava quarenta e seis anos e estava casado com Terência há aproximadamente dezanove anos; a filha teria cerca de dezoito anos e o filho cinco<sup>5</sup>. Tendo em conta que Túlia já se encontrava casada com Gaio Calpúrnio Pisão Frúgi (questor em 58), o núcleo da família encontrava-se distribuído por dois lares. O irmão de Cícero contava então quarenta e três anos, estava casado com uma mulher mais velha, Pompónia, e tinha um filho de seis anos. Através deste núcleo familiar, Cícero também se encontrava unido por laços familiares ao amigo de infância, Ático, que, nesta altura, ainda não havia casado.

Se, no entanto, tomarmos como referência o ano 44, quando Cícero contava já sessenta e dois anos, verificamos que a estrutura da família sofrera entretanto profundas transformações. O Arpinate estava divorciado de Terência, tal como Quinto estava separado de Pompónia. Cícero, aliás, estava divorciado pela segunda vez; após ter-se

---

<sup>3</sup> Sobre os acontecimentos anteriores aos descritos nas cartas que compõe a biografia de Cícero, leiam-se e. g. MITCHELL (1979) 2-9; RAWSON (1975) 1-11; SHACKLETON BAILEY (1971) 1-5; STOCKTON (1971) 1-5;

<sup>4</sup> Cf. BRADLEY (1991) 178.

<sup>5</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1971) 22 sq..

separado de Terência, casara com Publília, bastante mais jovem do que ele, para logo depois se divorciar. Túlia, por sua vez, na sequência da morte do marido em 57, havia casado mais duas vezes. Divorciada do segundo marido, Fúrio Crassípede, ao qual se unira em 56, casou com Dolabela, em 50, de quem teve pelo menos dois filhos, que não sobreviveram. Em Fevereiro de 45, logo após o parto do segundo filho, ela própria acabaria por morrer. Ático também se casara, em 56, com Pília, sendo que em 44 tinha já uma filha, Ática, com sete anos de idade. Nesse ano, ainda não haviam casado o filho Marco Cícero e o sobrinho Quinto<sup>6</sup>.

Por via do casamento e do divórcio, do nascimento e da morte, a estrutura da família, que foi integrando diversas e sucessivas unidades conjugais — Cícero e Terência, Quinto e Pompônia, Túlia e Dolabela, entre outras — foi, por conseguinte, sofrendo sucessivas mutações. Tendo em conta que a família não é uma entidade estática, mas um organismo dotado de dinamismo e em constante evolução, as metamorfoses operadas no mundo familiar de Cícero ao longo destes catorze anos deverão ser perspectivadas como o resultado normal e esperado de um processo evolutivo<sup>7</sup>.

Outro dos objectivos a que nos propusemos era proceder ao estudo detalhado do modo como o epistológrafo e os restantes membros interagiam no contexto familiar, mediante a análise da densa teia de relações pessoais que nele se entrecruzam. Ora, a leitura das cartas veio revelar-nos que os membros da família não agiam em função apenas da sua célula conjugal, mas da totalidade da comunidade familiar. No mundo que as cartas de Cícero representam, é o bem-estar de toda a rede de parentesco que domina as preocupações familiares. Como afirma Bradley, “it cannot be said that Cicero’s concern was limited to wife and children alone. Cicero’s sense of familial obligations was not narrowly circumscribed but spanned a wide range of familial connections.”<sup>8</sup>.

Assim, ilustrativo desta forma de perspectivar e sentir a família e as relações familiares é, por exemplo, o envolvimento do epistológrafo, em coordenação e cooperação com Ático, nas vidas do irmão, da cunhada e do sobrinho, traduzido no seu empenhamento em preservar o casamento de Quinto e Pompônia e no seu contributo para a educação do

---

<sup>6</sup> Cf. SHACKLETON BAILEY (1971) 201-215. Vide também BRADLEY (1991) 198 sq., onde o autor chama a atenção para as principais mudanças operadas na estrutura da família de Cícero entre 60 e 44.

<sup>7</sup> Cf. BRADLEY (1991) 199.

<sup>8</sup> (1991) 169.

jovem Quinto<sup>9</sup>. Exemplificativos são ainda o facto de o autor considerar que o seu malogrado primo, L. Túlio Cícero, era também parente de Ático<sup>10</sup>, a naturalidade com que o Arpinate acolheu a opinião de Pília relativamente ao casamento de Túlia com Dolabela<sup>11</sup>, o seu envolvimento nas negociações de um possível casamento de Ática<sup>12</sup>, o pedido a Ático de que tentasse conseguir informações acerca da família de uma mulher com quem o sobrinho Quinto pretendia casar-se<sup>13</sup>, o envolvimento de Cícero, Terência e Ático no divórcio de Túlia e Dolabela<sup>14</sup>, o afecto do autor pelo amigo de infância descrito como amor por um segundo irmão<sup>15</sup>, as suas constantes preocupações com o bem-estar e a saúde do liberto Tirão<sup>16</sup>, a alegria com que Quinto reagiu à notícia da manumissão do secretário do irmão<sup>17</sup> e o entusiasmo com que o jovem Marco saudou Tirão pela compra de uma propriedade<sup>18</sup>.

Ainda que a correspondência ecoe de forma directa apenas a voz e os pensamentos do epistológrafo, tal não implica que fosse ele o único a revelar preocupação com os restantes membros da família; a natureza da carta, que constitui uma forma de comunicação entre pessoas, pressupõe uma comunidade de interesses entre o remetente e o destinatário. As cartas de Cícero revelam, aliás, que todos os membros da rede familiar estavam em contínua comunicação uns com os outros, sempre que as circunstâncias e a ocasião o exigissem, para informar, para buscar apoio, para aconselhar<sup>19</sup>. A troca de correspondência não se estabelecia apenas entre Cícero e Ático, entre Cícero e Quinto, entre Cícero e Terência ou entre Cícero e Tirão. Estabelecia-se, também, entre Túlia e o

---

<sup>9</sup> Cf. BRADLEY (1991) 199, onde se afirma: “what Cicero’s letters show (...) is that the family ideology dominant among individuals who comprise the family is not that of the conjugal cell but that of the family group as a whole.”

<sup>10</sup> Cf. Att. 1.5.1: *Quantum dolorem acceperim (...) Luci, fratris nostri, morte in primis pro nostra consuetudine tu existimare potes. (...) Qua re non dubito quin tibi quoque id molestum sit, cum et meo dolore moueare et ipse omni uirtute officioque ornatissimum tuique et sua sponte et meo sermone amantem adfinem amicumque amiseris.*

<sup>11</sup> Cf. Att. 6.8.1: *Laetatus sum (...) opportunitate Piliae, etiam hercule sermone eiusdem de coniugio Tulliae meae.*

<sup>12</sup> Cf. Att. 13.21a.4: *De Attica optime (...). Quod autem de illa nostra cogitatione scribis, in qua nihil tibi cedo, ea quae noui ualde probo, hominem, domum, facultates.*

<sup>13</sup> Cf. Att. 15.29.2: *Quintus filius usque Puteolos (...). Ait hic sibi Tutiam ferre; (...). Ego tamen suspicor hunc, ut solet, alucinari, sed uelim quaeras (facile autem potes) et me certiore.*

<sup>14</sup> Cf. Fam. 14.10 e 14.13, ambas dirigidas a Terência.

<sup>15</sup> Fam. 13.1.5: *Pomponium Atticum sic amo ut alterum fratrem. Nihil est illo mihi nec carius nec iucundius.*

<sup>16</sup> Cf. e. g. Fam. 16.13; 16.14; 16.15; 16.10.

<sup>17</sup> Cf. Fam. 16.16.1: *De Tirone, mi Marce, (...) ut mihi gratissimum fecisti cum eum indignum illa fortuna ac nobis amicum quam seruum esse maluisti. Mihi crede, tuis et illius litteris perlectis exsilui gaudio, et tibi et ago gratias et gratulor.*

<sup>18</sup> Cf. Fam. 16.21.7: *Emisse te praedium uehementer gaudeo feliciterque tibi rem istam euenire cupio.*

<sup>19</sup> Cf. BRADLEY (1991) 199.

pai, entre Marco e Cícero, entre Dolabela e Cícero, entre Terência e Ático, entre Quinto e o cunhado, entre Pília e Quinto, entre o filho deste e os dois tios, o pai e a mãe, entre o filho de Cícero e o primo, entre Marco e Tirão, entre o liberto e os *Tullii Cicerones*, ou entre Tirão e Ático<sup>20</sup>. Como afirma K. Bradley, “the flow of correspondence was multidirectional and ceaseless.”<sup>21</sup>

Esta forma de perspectivar o funcionamento da instituição familiar, que exigia de cada membro da família uma atitude vigilante, acompanhamento constante e participação activa na vida de todos os elementos que a compunham, não implicava o enfraquecimento dos laços que uniam marido e mulher e pais e filhos; não existem quaisquer dúvidas relativamente à paixão que Cícero nutria pelos filhos, em especial, por Túlia. Esses laços apenas não se sobrepunham a todos os outros que compunham a imensa e complexa teia de relações familiares. Contrariamente ao que acontece nas famílias modernas ocidentais, em que a célula conjugal se assume como entidade dominante, na família romana, nesta família em concreto, é o bem-estar e a felicidade da totalidade dos membros da comunidade, parentes e não parentes, que importa preservar. Assim, os laços entre os elementos nucleares da família permaneciam discretos, como “separate threads in a

<sup>20</sup> Leiam-se e. g. *Att.* 10.8.1 (Túlia escrevia a Cícero): *Sed cum ad me saepe mea Tullia scribat...*; *Att.* 15.16 (referência de uma carta de Marco a Cícero): *Tandem a Cicerone tabellarius*; *Fam.* 9.9, carta de Dolabela a Cícero, e *Fam.* 9.11, do ex-sogro ao cesariano, em resposta à carta de *consolatio* que este lhe havia enviado; *Att.* 7.26.3, em que se alude a uma carta de Terência a Ático: *De HS XX Terentia tibi rescripsit*; *Att.* 1.17.1, em que Cícero refere a recepção por parte de Ático de cartas escritas por Quinto: *Magna mihi uarietas uoluntatis et dissimilitudo opinionis ac iudici Quinti, fratris mei, demonstrata est ex litteris tuis in quibus ad me epistularum illius exempla misisti* (cf. *Att.* 11.16.4: *Quod ais illum ad te scribere me sibi nullas litteras remittere...*); *Att.* 10.11.1 (Quinto escreveu a Ático para lhe falar do filho): *Quod de puero al<i>ter ad te scripsit et ad matrem de filio, non reprehendo*; *Att.* 5.11.7, em que Cícero refere uma carta de Pília a Quinto: *accepi fasciculum in quo erat epistula Piliae ad <Quintum> abs>tuli, aperui, legi*; *Att.* 13.38.1, (Cícero refere ter recebido uma carta do jovem Quinto): *datur mi epistula a sororis tuae filio...*; *Att.* 6.7.1, em que Cícero refere que Ático, mediante carta, exortou o sobrinho a reconciliar os pais: *Quintus filius pie sane (...) animum patris sui sorori tuae reconciliauit. Eum ualde etiam tuae litterae excitarunt*; *Att.* 14.17.3, em que Cícero refere que Quinto escrevera ao pai: *Quintus filius ad patrem acerbissimas litteras misit...* (cf. *Att.* 13.38.1: *Nam ad patrem de me quid scripserit nescio...*); *Att.* 13.41.1 (Quinto também escrevia à mãe): *illum commodas ad matrem litteras*; *Att.* 16.14.4 (alusão à troca de correspondência entre Marco e o jovem Quinto): *aut tui pronepos scribit ad patris mei nepotem...*; *Fam.* 16.21 e 16.25, ambas escritas pelo jovem Marco a Tirão; *Q. fr.* 3.1.10, em que Cícero alude a uma carta que Tirão enviaria a Quinto, para o informar dos últimos acontecimentos políticos, *Fam.* 16.1 e 16.3-6, enviadas a Tirão pelos quatro *Tullii Cicerones*, e *Fam.* 16.8, 26-27, escritas somente por Quinto Cícero; *Att.* 5.20.9, em que Cícero se queixa a Ático pelo facto de Aléxis não lhe escrever tantas vezes quantas o seu próprio Aléxis — Tirão — costumava escrever a Ático: *Alexis quod mihi totiens salutem adscribit est gratum; sed cur non suis litteris idem facit quod meus ad te Alexis facit?*, *Att.* 6.7.2, de Julho de 50: *Tiro ad te dedisset litteras, nisi eum grauiter aegrum Issi reliquisset*, *Att.* 12.19.4, de Março de 45: *Quod ad Tironem de Terentia scribis...* e *Att.* 12.48.2, de 17 de Maio: *Ego te in Tusculano exspecto eoque magis quod Tironi statim te uenturum scripsisti...*

<sup>21</sup> (1991) 199 sq..

densely and extensively woven fabric; and it was the fabric as a totality that dominated the Roman familial mind.”<sup>22</sup>

A descrição e a análise dos níveis de relacionamento que se entrecruzaram no seio desta comunidade familiar obedeceram a dois propósitos: primeiramente, perceber em que medida o percurso atribulado da família de Cícero e as sucessivas alterações estruturais a que esteve sujeita são, de alguma forma, produto do conturbado período histórico em que ela se inscreveu e das opções políticas assumidas pelo estadista; depois, em função desses dados, aferir da sua representatividade enquanto família da elite política romana de finais da República.

Ora, a leitura das cartas veio mostrar-nos que o compromisso assumido por Cícero com a *Res Publica* teve repercussões na sua vida privada, em particular, na sua vida familiar. Muitas das escolhas que teve de fazer no campo familiar foram condicionadas pela política.

A escolha de Terência para ser a sua primeira esposa não terá sido fruto de mero acaso. O casamento coincidiu com o início da sua brilhante carreira de advogado e político. Terência era uma mulher riquíssima, provavelmente oriunda de uma família influente, e casar com alguém que reunia estas condições era requisito essencial para um *homo nouus* que, como Cícero, pretendia ascender na pirâmide social<sup>23</sup>.

O período conturbado em que viveu obrigou-o a fazer opções políticas. As suas tomadas de posição foram determinantes no seu percurso individual e tiveram, necessariamente, consequências no seu casamento. A política levou-o a afastar-se, quase sempre involuntariamente, por períodos longos e sucessivos, da família. O exílio a que foi condenado ditou a separação da esposa e dos filhos durante dezoito longos meses; o proconsulado na Cilícia, que ocorreu cinco anos depois, levou-o a separar-se de Terência e de Túlia por quase mais dois anos; para seguir Pompeio, meio ano depois, voltou a deixar Itália por três meses. Estas prologadas e sucessivas separações do casal, aliadas a uma gradual perda de confiança na outrora *fidissima atque optima uxor*, terão contribuído de forma inevitável para o desgaste da relação conjugal e ditado o fim de um casamento que havia resistido durante quase trinta anos<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> BRADLEY (1991) 201.

<sup>23</sup> Cf. e. g. TREGGIARI (1991) 92 sq..

<sup>24</sup> Como afirma CLAASSEN (1996) 224, “a chronological study of the correspondence has shown a marriage that initially appeared to be happy, even by modern standards, and that weathered a great deal of strain,

A quebra desta velha e desgastada aliança deixou-o livre para poder estabelecer novo compromisso, desta vez com uma mulher igualmente riquíssima, mas mais jovem que a filha. Dificuldades financeiras, que o impediam de manter o seu *status*, poderão ter estado na origem desta segunda aliança matrimonial<sup>25</sup>, a qual, de tão frágil que era, acabou por durar pouquíssimos meses — segundo fonte posterior pouco segura, porque a jovem, quiçá por sentir ciúmes da paixão que Cícero tinha por Túlia, terá revelado algum comprazimento na morte da enteada<sup>26</sup>.

O percurso político de Cícero influenciou também os destinos do filho. O jovem acompanhou o pai em quase todos os momentos em que, por imperativos da carreira ou por força das suas escolhas políticas, teve de deixar Roma. Com apenas catorze anos, acompanhado do primo Quinto, partiu com Cícero para a Cilícia; esta viagem, proporcionou então a ambos os jovens o primeiro contacto com a Grécia e algumas das principais cidades da Ásia Menor. Marco também acompanhou o pai no apoio a Pompeio; pouco tempo depois de atingir a maioridade, partiu com ele para Dirráquio, acabando por ingressar nas fileiras do exército pompeiano. A coragem que revelou na batalha de Farsalo valeu-lhe o elogio de Pompeio. Dois anos depois, chegou a projectar partir para a Hispânia; desta vez, queria unir-se ao exército de César. O pai, todavia, não descansou enquanto o não desviou deste propósito, aliciando-o com uma estadia em Atenas, para completar os seus estudos. Julgava que, dessa forma, conseguiria atingir dois propósitos: por um lado, demovê-lo dos seus intentos de apoiar o tirano, por outro, extinguir o seu ardor belicoso e levá-lo a canalizar todas as suas energias para o estudo da filosofia e da retórica. Marco acabou, efectivamente, por desistir de ir para a Hispânia, e, desse modo, de apoiar César, mas nunca desistiu de abraçar uma carreira militar, renunciando, assim, ao destino para o qual o pai sempre quis que tivesse nascido: o de advogado e orador famoso.

As opções políticas de Cícero condicionaram ainda o seu relacionamento com o irmão e o sobrinho. Quando os *Quinti* abandonaram o partido pompeiano para aderirem ao

---

not least the strain caused by the egocentrism of a husband and father, the fluctuations of whose political career influenced the fortunes of his family to a considerable degree.”

Também a carreira política de Quinto obrigou ao distanciamento físico entre ele e a esposa no período que vai de 61 a 48; de Março de 61 ao Outono de 58, Quinto esteve na Ásia, como procônsul da província; no ano de 56, esteve na Sardenha, ao serviço de Pompeio; de 54 a 52, na Gália e na Britânia, como legado de César; após um intervalo de apenas seis meses em Itália, viajou com o irmão para a Cilícia, em 51, onde permaneceu até 50; quando rebentou a guerra civil em 49, regressou a Itália, para partir pouco depois para a Grécia, de onde não regressou antes de outono de 47. A esposa nunca acompanhou o marido nestas incursões.

<sup>25</sup> Cf. Plu., *Cic.* 41.4-5.

<sup>26</sup> Cf. Plu., *Cic.* 41.8.

de César, abriu-se uma chaga no relacionamento entre os *Cicerones*, e a amizade que durante anos os unira não mais voltou a ser a mesma.

Razões de natureza política terão igualmente influenciado a escolha dos maridos de Túlia. Bastará recordarmos que o primeiro, Gaio Calpúrnio Pisão Frúgi, era membro da família dos Calpúrnios; foi imensa e sincera a satisfação de Cícero por ter casado a filha com alguém que pertencia a uma das mais influentes famílias da aristocracia senatorial. Nas cartas que dirigiu à família durante os meses de exílio, são constantes os elogios à lealdade política e à amizade pessoal reveladas por Pisão, que muito se empenhou no regresso do sogro a Roma.

A política, o *status* e o poder económico costumavam andar de mãos dadas em Roma. Ao casar Túlia com o riquíssimo patrício Fúrio Crassípede, Cícero garantiu à filha uma posição social confortável, mas, ao mesmo tempo, selou uma aliança com um homem influente, de cujo prestígio continuou a beneficiar mesmo depois de a filha ter sido repudiada.

Na origem do casamento de Túlia com Dolabela, terá estado também, de alguma forma, a carreira de Cícero; não fossem as suas obrigações políticas, o *paterfamilias* não teria deixado Roma para ir para a Cilícia e, desse modo, a combinação do terceiro casamento da filha, em cujas negociações Terência assumiu um papel preponderante, poderia ter tido outro desfecho, isto é, a escolha poderia ter recaído sobre outro dos pretendentes que então se perfilavam como candidatos à mão de Túlia. O constrangimento inicial sentido pelo estadista em relação à realização desta união depressa deu lugar à aceitação, e, não obstante Dolabela ter dado motivos suficientemente fortes para que o *paterfamilias* desfizesse com legitimidade a união, o certo é que Cícero protelou o mais possível o divórcio; o estadista via neste relacionamento com o cesariano um escudo protector de toda a família contra as investidas do tirano e os interesses políticos acabaram por se sobrepor a valores mais altos, como o bem-estar e a dignidade pessoal de Túlia. Somente interesses de natureza política poderão, aliás, explicar o empenhamento de Cícero em manter um relacionamento cordato com o homem que havia tornado a filha tão infeliz e que, pelo menos indirectamente, havia contribuído para o seu desaparecimento prematuro.

A descrição e a análise dos níveis de relacionamento que uniram os elementos desta comunidade familiar veio, por conseguinte, revelar que o percurso atribulado da família de Cícero e as sucessivas alterações estruturais a que esteve sujeita resultaram, de forma mais



ou menos directa, do conturbado período histórico em que ela se inscreveu e das opções políticas assumidas pelo *paterfamilias*.

Os dados colhidos permitem-nos ainda aferir da sua representatividade enquanto família da elite política romana de finais da República. Como demonstrou Bradley no estudo que fez da estrutura da família da elite romana<sup>27</sup>, era comum no final da República romana os indivíduos politicamente influentes casarem mais do que uma vez, “because marriage in Rome of the late Republic was intimately bound up with the world of politics”<sup>28</sup>. Esta sucessão de casamentos na vida dos membros, homens e mulheres, da elite tem origem, entre outros factores, na instabilidade política de então, que não apenas condicionava a realização dos primeiros casamentos, como também contribuía para o elevado índice de divórcios e subsequente formação de novas alianças<sup>29</sup>. A ocorrência de casamentos sucessivos na vida destes indivíduos tinha necessariamente implicações variadas na estrutura das suas famílias. Era comum, por exemplo, que a segunda ou terceira esposa de um indivíduo fosse bastante mais jovem do que o marido e que acabasse até por ter a mesma idade ou ser mais nova do que os filhos que ele tinha tido de anterior(es) casamento(s). A realização de sucessivas alianças matrimoniais implicava ainda a criação de novas e mais alargadas redes de parentesco, que passavam a incluir padrastos, madrastas, enteados e meios-irmãos. Quando Cícero casou com a segunda esposa, contava sessenta anos, ela, cerca de quinze, e a filha, Túlia, que já havia casado três vezes, aproximadamente trinta<sup>30</sup>.

Os factores que concorrem para a representatividade da família do estadista enquanto família da elite política romana do final da República são vários. Por um lado, há a referir a natureza planeada dos casamentos que ocorreram no seio da comunidade familiar em questão, que dependeram, se não sempre, quase sempre de motivações políticas; relacionado com este factor, a crença e a aceitação de que o casamento era uma obrigação social culturalmente induzida, poucas vezes o resultado de uma escolha individual; em terceiro lugar, a volubilidade dos laços matrimoniais e a facilidade com que se foram dissolvendo em função de interesses pessoais; depois, a prontidão com que os

---

<sup>27</sup> (1991) cap. 7: “Remarriage and the Structure of the Upper-Class Family at Rome”.

<sup>28</sup> Cf. (1991) 156. A este respeito, vale a pena recordarmos as palavras de SYME (1986) 302: “the more is discovered about persons of note at Rome, the more marriages come to light or have to be postulated.”

<sup>29</sup> Cf. BRADLEY (1991) loc. cit..

<sup>30</sup> Cf. BRADLEY (1991) 161.

indivíduos do agregado familiar que entretanto se separaram ou enviuvaram constituíram novas alianças matrimoniais; decorrente deste, a existência de uma diferença significativa de idades entre alguns cônjuges — veja-se o exemplo de Cícero e Publília, que pertenciam a gerações diferentes; por outro lado, ainda, a criação, através da realização de casamentos sucessivos, de redes familiares que iam para além dos parentes imediatos — refira-se a ligação existente entre Cícero e Ático, por exemplo; por fim, a inclusão na família, entre parentes mais ou menos próximos, de escravos e libertos, com quem os restantes membros interagiam de forma mais ou menos íntima — o relacionamento que ligou Cícero e os restantes membros da família a Tirão é ilustrativo dessa realidade.

As limitações inerentes a um estudo que toma por fonte principal uma fonte literária são incontornáveis. Mesmo que as conclusões acerca do funcionamento da família de Cícero a que a leitura das *epistulae* nos conduziu fossem consensuais, sempre se poderá argumentar que a mesma família constitui base insuficiente para generalizações; de facto, jamais conseguiremos informação suficientemente detalhada sobre a dinâmica das famílias romanas da República que nos permita aferir com maior rigor da tipicidade da família do epistológrafo enquanto família da elite política romana de finais da República. Assim, conscientes desta limitação, à medida que fomos procedendo a este trabalho de investigação, procurámos adoptar uma posição cautelosa face aos indícios existentes, mas, ao mesmo tempo, tentámos evitar que ela nos inibisse de formularmos juízos de valor fundamentados nos dados — escassos, é certo — que nos chegaram.

# **BIBLIOGRAFIA**



## A. Edições e comentários

BAYET, J.

– 1964: *Cicéron. Correspondance*, V (Paris, reimpr. 2002).

BEAUJEU, J.

– 1980-1996: *Cicéron. Correspondance*, VI-XI (Paris, reimpr. 2002).

CONSTANS, L.-A.

– 1934-1936: *Cicéron. Correspondance*, I-III (Paris, reimpr. 2002).

CONSTANS, L.-A. et BAYET, J.

– 1951: *Cicéron. Correspondance*, IV (Paris, reimpr. 2002).

PURSER, L. C.

– 1901-1903: *M. Tulli Ciceronis Epistulae* (Oxford, reimpr. 1953-1957): I: *Epistulae ad Familiares* (1957); II, 1: *Epistulae ad Atticum. Pars prior. Libri I-VIII* (1955); II, 2: *Epistulae ad Atticum. Pars posterior. Libri IX-XVI* (1956); III: *Epistulae ad Quintum Fratrem. Epistulae ad M. Brutum. Fragmenta Epistularum. Commentariolum Petitionis. Pseudo-Ciceronis Epistula ad Octavianum* (1953).

RODRÍGUEZ-PANTOJA-MARQUÉZ, M.

– 1996: *Cicerón. Cartas a Ático* (Madrid), 2 vols.

SHACKLETON BAILEY, D. R.

– 1961: *M. Tulli Ciceronis Epistulae* (Oxford): II, 2: *Epistulae ad Atticum. Pars posterior. Libri IX-XVI*.

– 1965-1970: *Cicero's Letters to Atticus* (Cambridge), 7 vols.

– 1977: *Cicero. Epistulae ad Familiares* (Cambridge) 2. vols.

- 1980: *Cicero. Epistulae ad Quintum fratrem et M. Brutum* (Cambridge).
- 1980: *Select Letters* (Cambridge).
- 1987-1988: *M. Tullius Cicero. Epistulae ad Atticum* (Stuttgart), 2 vols.
- 1988: *M. Tullius Cicero. Epistulae ad Familiares. Libri I-XVI* (Stuttgart).
- 1988: *M. Tullius Cicero. Epistulae ad Quintum fratrem. Epistulae ad M. Brutum. Accedunt Commentariolum petitionis. Fragmenta epistularum* (Stuttgart).
- 1999: *Cicero. Letters to Atticus* (Cambridge, Massachusetts, London), 4 vols.
- 2001: *Cicero. Letters to Friends* (Cambridge, Massachusetts, London), 3 vols.
- 2002: *Cicero. Letters to Quintus and Brutus. Letter Fragments. Letter to Octavian. Invectives. Handbook of Electioneering* (Cambridge, Massachusetts, London).

TYRRELL, R. Y.-PURSER, L. C.

- 1901-1933: *The Correspondence of M. Tullius Cicero arranged according to its Chronological Order*, vols. <sup>3</sup>I, <sup>2</sup>II, <sup>2</sup>III, <sup>2</sup>IV, <sup>2</sup>V, <sup>2</sup>VI, <sup>2</sup>VII (Dublin, London, reimpr. Hildesheim 1969).

WATT, W. S.

- 1958-1982: *M. Tulli Ciceronis Epistulae* (Oxford) I: *Epistulae ad Familiares* (<sup>2</sup>1982); II, 1: *Epistulae ad Atticum. Pars prior. Libri I-VIII* (1965); III: *Epistulae ad Quintum Fratrem. Epistulae ad M. Brutum. Fragmenta Epistularum. Commentariolum Petitionis. Pseudo-Ciceronis Epistula ad Octavianum* (1958).

WILLIAMS, W. G.

- 1926-1929: *Cicero. Letters to his Friends* (Cambridge, Massachusetts, London), 3 vols.

WILLIAMS, W. G., et al.

– 1972: *Cicero. Letters to his Brother Quintus. The Letters to Brutus. Handbook of Electioneering. Letter to Octavian* (Cambridge, Massachussetts, London).

WINSTEDT, E. O.

– 1912-1918: *Cicero. Letters to Atticus* (Cambridge, Massachussetts, London), 3 vols.





## B. Estudos

ADCOCK, F. E.

- 1945: “Women in Roman Life and Letters”, *Greece & Rome* 14, 1-11.

ALFONSI, L.

- 1954: “Tra l’ozio e l’inerzia”, *Aevum* 28, 375-376.
- 1961: “Cicerone Filosofo (linee per lo studio del suo *iter* speculativo)”, *Studi Romani* 9, 127-134.

ANDRÉ, C. A.

- 1993: “Sementeiras de Tristeza: Cícero, precursor das lágrimas ovidianas”, *Humanitas* 45, 155-192.

ANDRÉ, J.-M.

- 1966: *L’otium dans la vie morale et intellectuelle romaine (des origines à l’époque augustéenne)* (Paris).

ANTÓN MARTÍNEZ, B.

- 1996: “La epistolografía romana: Cicerón, Séneca y Plinio”, *Helmantica* 47, 105-148.

ARJAVA, A.

- 1996: *Women and Law in Late Antiquity* (Oxford).

BADIAN, E.

- 1968: *Roman Imperialism in the Late Republic* (Oxford).
- 1985: “A Phantom Marriage Law”, *Philologus* 29, 82-98.

BALBI, V.

- 1907: “Cenni biografici sul figlio di M. Tull. Cicer.”, *Rivista di Storia Antica* 11, 260-271.

BALSDON, J. P. V. D.

- 1960: “*Auctoritas, dignitas, otium*”, *The Classical Quarterly* 10, 43-50.
- 1962: *Roman Women. Their history and habits* (London).
- 1965: “Cicero the Man”, in DOREY, T. A., (ed.), *Cicero* (London) 171-214.
- 1969: *Life and Leisure in Ancient Rome* (London) 1969.

BAUMAN, R. A.

- 1992: *Women and politics in ancient Rome* (London).

BEAUJEU, J.

- 1982: “Cicéron et sa villa d’Astura”, in *Mélanges offerts en Hommage au Révérend père Étienne Gareau* (Ottawa), 137-144.

BERNARD, J.-E.

- 2004: “Vie sociale et norme épistolaire: les lettres de Cicéron et la *breuitas*”, *Euphrosyne* 32, 141-156.

BERTMAN, S.

- 1976: *The conflict of generations in ancient Greece and Rome* (Amsterdam).

BEST JR., E. E.

- 1970: “Cicero, Livy and Educated Roman Women”, *The Classical Journal* 65, 199-204.

BOES, J.

- 1990: *La Philosophie et l’action dans la correspondance de Ciceron* (Nancy).

BOISSIER, G.

- 1865: *Cicéron et ses amis. Étude sur la société romaine du temps de César* (Paris, trad. espanh. de Augusto Rostagni, *Cicerón y sus amigos. Estudio de la sociedad romana del tiempo de César*, Buenos Aires, 1986).

BONNER, F. S.

- 1977: *Education in Ancient Rome: from the elder Cato to the younger Pliny* (London).

BOYANCÉ, P.

- 1944: “L’apothéose de Tullia”, *Revue des Études Anciennes* 46, 179-184 (reprod. in *Études sur l’humanisme cicéronien* (Bruxelles 1970) 335-341).
- 1967: “Cicéron et la vie contemplative”, *Latomus* 26, 3-26.
- 1970: *Études sur l’humanisme cicéronien* (Bruxelles).

BOŽIC, I. M. GARRIDO

- 1951: “Quintus Filius”, *Greece & Rome* 20, 11-25.

BRADLEY, K. R.

- 1984: *Slaves and Masters in the Roman Empire: A Study in Social Control* (Brussels, reimpr. New York and Oxford, 1987).
- 1985a: “Child Care at Rome: The Role of Men”, *Historical Reflexions/Réflexions historiques* 12, 485-523.
- 1985b: “Child Labour in the Roman World”, *Historical Reflexions/Réflexions historiques* 12 (1985) 311-330)
- 1986: “Wet-nursing at Rome — A Study in Social Relations”, in RAWSON, B. (ed.), *The Family in Ancient Rome: New Perspectives* (London) 201-229.
- 1987: “Dislocation in the Roman Family”, *Historical Reflections/Réflexions historiques* 14, 33-62.
- 1991: *Discovering The Roman Family* (Oxford).
- 1994: *Slavery and society at Rome* (Cambridge) 1994.

BRIOT, P.

- 1968: “Sur l’exil de Cicéron”, *Latomus* 27, 406-414.

BRUNT, P. A.

- 1971: *Social conflicts in the Roman Republic* (Oxford).
- 1988: *The Fall of the Roman Republic* (Oxford).

CANFORA, L.

- 1972: *Totalità e selezione nella storiografia classica* (Bari).

CARCOPINO, J.

- 1937: *La République romaine de 134 à 44 avant J.-C.*, v. 2: *César*, (Paris, reimpr. 1943).
- 1939: *Vie Quotidienne à Rome à l’apogée de l’empire Daily life in ancient Rome: the people and the city at the height of the empire* (Paris, trad. ing. de E. O. Lorimer, New Haven, 1940).
- 1947: *Les Secrets de la Correspondance de Cicéron* (Paris), 2 vols.

CASTAGNOLI, F.

- 1963: “Astura”, *Studi Romani* 11, 637-654.

CASTILLO, C.

- 1974: “La epístola como género literario: de la antigüedad a la edad media atina”, *Estudios Clásicos* 73, 427-442.

CIACERI, E.

- 1926-1930: *Cicerone e i suoi tempi* (Milano), vol. 1 (*Dalla nascita al consolato, a. 106-63 a. C.*) e vol. 2 (*Dal consolato alla morte, a. 63-43 a. C.*).

CLAASSEN, J.-M.

- 1992: “Cicero’s Banishment: *Tempora et Mores*”, *Acta Classica* 35, 19-47.
- 1996: “Documents of a crumbling marriage: the case of Cicero and Terentia”, *Phoenix* 50, 208-232.
- 1996: “Exile, Death and Immortality: Voices from the Grave”, *Latomus* 55, 571-590.

CLARK, G.

- 1981: “Roman Women”, *Greece & Rome* 28, 193-213.

CONSOLI, S.

- 1913: *T. Pomponi Attici epistularum ad Ciceronem reliquiae* (Roma).

CORBETT, P. E.

- 1930: *The Roman Law of Marriage* (Oxford, reimpr. Aalen, 1979).

CORBIER, M.

- 1991: “Divorce and Adoption as Roman Familial Strategies (*Le Divorce et l’adoption ‘en plus’*)”, in RAWSON B. (ed.), *Marriage, Divorce, and Children in Ancient Rome* (Oxford, reimpr. 1996) 47-78.

COSTA, E.

- 1927: *Cicerone Giurisconsulto* (Bolonha, reimpr. 1964, Roma).

COWELL, F. R.

- 1948: *Cicero and the Roman Republic* (London).

CROOK, J. A.

- 1967a: *Law and Life of Rome* (London).
- 1967b: “*Patria Potestas*”, *Classical Quarterly* 17, 113-122.

CUGUSI, P.

- 1979: *Epistolographi Latini Minores*, v. 2 (*aetatem Ciceronianam et Augusteam amplectens*) (Torino).

- 1983: *Evoluzione e Forme dell'Epistolografia Latina : nella tarda repubblica e nei primi due secoli dell'impero ; con cenni sul'epistolografia preciceroniana* (Roma).

CURA, A. A. V.

- 2005: “Crimes, delitos e penas no Direito Romano Clássico”, in MIGUEL MORA, C. de (coord.), *Vt par delicto sit poena: Crime e justiça na Antiguidade* (Aveiro) 179-216.

DENIAUX, E.

- 1975: “Un exemple d'intervention politique: Cicéron et le dossier de Buthrote en 44 avant J.-C.”, *Bulletin de l'Association Guillaume Budé* 34, 283-296.

DIXON, S.

- 1984: “Family Finances: Tullia and Terentia”, *Antichthon* 18, 78-101.
- 1985a: “Breaking the Law to Do the Right Thing: The Gradual Erosion of the Voconian Law in Ancient Rome”, *Adelaide Law Review* 9, 519-534.
- 1985b: “The Marriage Alliance in the Roman Elite”, *Journal of Family History* 10, 353-358.
- 1988: *The Roman Mother* (London).
- 1992: *The Roman Family* (Baltimore).

DOREY, T. A., (ed.)

- 1964: *Cicero* (London).

DRUMANN, W. K. A.-GROEBE, P.

- 1899-1929: *Geschichte Roms in seinem Übergange von der republikanischen zur monarchischen Verfassung; oder, Pompeius, Caesar, Cicero und ihre Zeitgenossen nach Geschlechtern und mit genealogischen Tabellen* (Berlin, reimpr. Hildesheim, 1964), 6. vols.

DUFF, A. M.

- 1928: *Freedmen in the early Roman Empire* (Oxford, reimpr. Cambridge, 1958).

DUPONT, F.

- 1989: *La vie quotidienne du citoyen romain sous la République, 509-27 av. J.-C.* (Paris).

EPSTEIN, D. F.

- 1986: “Cicero’s testimony at the *Bona Dea* Trial”, *Classical Philology* 81, 229-235.

ERNOUT, A.

- 1932: “*Domus, fores et leurs substituts*”, *Revue de Philologie* 3<sup>a</sup> série 6, 297-314.

EVANS, J. K.

- 1991: *War, women and children in ancient Rome* (London).

FERREIRA, P. S.

- 1999: “Cícero e a escravatura”, *Boletim de Estudos Clássicos* 31, 95-107.

FOWLER, M. A. W. W.

- 1909: *Social life at Rome in the age of Cicero* (New York, reimpr. 1965).

FRIEDLÄNDER, L.

- 1862: *Darstellungen aus der Sittengeschichte Roms in der Zeit von August bis zum Ausgang der Antonine* (Leipzig, 3 vols., trad. ing. de L. A. Magnus e J. H. Freese, *Roman life and manners under the early Empire*, London, New York, 1908, 4. vols).

GARDNER, J. F.

- 1985: “The Recovery of Dowry in Roman Law”, *The Classical Quarterly* 35, 449-453.
- 1986: *Women in Roman Law and Society* (London).
- 1998: *Family and Familia in Roman Law and Life* (Oxford).

GARLAND, A.

- 1992: “Cicero’s *familia urbana*”, *Greece & Rome* 39, 163-172.

GARNSEY, P.

- 1967: “Adultery trials and the survival of the *Quaestiones* in the Severan age”, *The Journal of Roman Studies* 57, 56-60,

GARNSEY, P.- SALLER, R. P.

- 1987: “Family and Household” in *The Roman Empire: Economy, Society and Culture* (London) 126-147.

GRIMAL, P.

- 1986: *Cicéron* (Paris).

GRUEN, E. S.

- 1974: *Last Generation of the Roman Republic* (Berkeley).

GUILLEN, J.

- 1981: *Héroe de la Libertad. Vida política de M. Tulio Cicerón* (Salamanca), vol. 1 (*Desde el nacimiento al primer Triunvirato, año 106 al 58 a. C.*) e vol. 2 (*Desde el primer Triunvirato a la muerte, 58 al 43 a. C.*).

HABICHT, C.

- 1990: *Cicero the politician* (Baltimore and London).

HALLETT, J. P.

- 1984: *Fathers and Daughters in Roman Society: Women and the Elite Family* (Princeton, N. J.).

HAURY, A.

- 1956: “Philotime et la vente des biens de Milon”, *Revue des Études Latines* 34, 179-190.

HENRÍQUEZ, J. A.

- 1985: “El genero epistolar en la literatura latina”, in *Los géneros literarios. Actes del VIIè Simposi d’Estudis Clàssics, 21-24 de Març de 1983* (Barcelona) 259-268.

HOLLEMAN, A. W. J.

- “Cicero on the *Luperci* (*Cael.* 26)”, *L’Antiquité Classique* 44, 198-203.

HOLMES, T. R.

- 1923: *The Roman Republic* (Oxford).

HOPKINS, K.

- 1965 “The Age of Roman Girls at Marriage”, *Population Studies* 18, 309-327.
- 1978: *Conquerors and Slaves* (Cambridge).

HUMBERT, M.

- 1972: *Le Remariage à Rome: étude d’histoire juridique et sociale* (Milano).

HUTCHINSON, G. O.

- 1998: *Cicero’s Correspondence. A Literary Study* (Oxford).

JOHNSTON, H. W.

- 1903: *The private life of the Romans* (New York, reimpr. 1973).

KAJANTO, I.

- 1969: “On divorce among common people of Rome”, *Revue des Études Latines: Mélanges Marcel Durry* 47 bis.

KARDOS, M.-J.

- 2004: “Cicéron et les monuments”, *Revue des Études Latines* 82, 89-101.

KOSKENNIEMI, H.,

- 1954: “Cicero über die Briefarten (*genera epistularum*)”, *Arctos* NS 1, 97-102.
- 1956: *Studien zur Idee und Phraseologie des griechischen Briefes bis 400 n. Chr.*, (Helsinki).

KUMANIECKI, K.,

- 1969: “A propos de la «Consolatio» perdue de Cicéron”, *Annales de la Faculté des Lettres et des Sciences Humaines d'Aix* 46, 369-402.

LABRE, C.

- 2005: “Les Tablettes de Cicéron”, *Le Magazine Littéraire* 442, 44-46.

LACEY, W. K.

- 1986: “*Patria Potestas*”, in RAWSON, B. M. (ed.), *The Family in Ancient Rome: New Perspectives* (London) 121-144.

LACEY, W. K.-WILSON, B. W. J. G.

- 1970: *Res Publica. Roman Politics and Society according to Cicero* (Oxford).

LANFRANCHI, F.

- 1936: “Le definizioni e il concetto del matrimonio nei retori romani”, *Studia et documenta historiae et iuris* 2, 148-157.

LASLETT, P.-WALL, R. (eds.)

- 1972: *Household and Family in Past Time* (Cambridge).

LATTIMORE, R.

- 1942: *Themes in Greek and Latin Epitaphs* (Urbana, reimpr. 1962).

LAURENS, M. P.

- 1984: “Cicéron, maître de la *breuitas*”, in CHEVALIER, R. (ed.), *Présence de Cicéron: actes du colloque des 25, 26 septembre 1982; Hommage au R.P.M. Testard* (Paris), 29-42.



LEPAGE, Y. G.

- 1976: “Cicéron devant la mort de Tullia d'après sa correspondance”, *Les Études Classiques* 44, 3 (1976) 245-258.

LINTOTT, A. W.

- 1968: *Violence in Republican Rome* (Oxford).

LOURENÇO, J. D.

- 1999: *Cícero* (Mem-Martins).

LYNE, R. O. A. M.

- 1980: *The Latin Love Poets* (Oxford).

MARCOS CASQUERO, M.-A.

- 1983: “Epistolografía romana”, *Helmantica* 34, 377-406.

MARTIN, D. B.

- 1996: “The Construction of the Ancient Family: Methodological Considerations”, *The Journal of Roman Studies* 86 (1996) 40-60.

MARTIN, P. M.

- 1983: “A propos des débuts de la carrière politique de Cicéron”, *Latomus* 42, 116-125.

MARTÍN SÁNCHEZ, M. A. F.

- 1989: “Cicerón en Seneca, las citas del pensador sobre el orador romano”, *Myrtia* 4, 117-125.

MATRINGE, G.

- 1971: “La puissance paternelle et le mariage des fils et filles de famille en droit romain (sous l'Empire et en Occident)”, in *Studi in onore di Edoardo Volterra* (Milan), vol. 5, 191-237.

MEYER, P. M.

- 1895: *Der römische Konkubinat nach den Rechtsquellen und den Inschriften* (Leipzig, reimpr. Aalen 1966).

MILLAR, F.

- 1988: “Cornelius Nepos, ‘Atticus’ and the Roman Revolution”, *Greece & Rome* 35, 40-55.

MITCHELL, T. N.

- 1979: *Cicero: The Ascending Years* (1979).

MOMMSEN, T.

- 1854-1856: *Römischen Geschichte* (Leipzig, 3 vols., trad. ing. de John H. Collins e Dero A. Saunders, *History of Rome*, Greenwich, 1958).

MOREAU, P.

- 1987: “La *Lex Clodia* sur le bannissement de Cicéron”, *Athenaeum* 65, 465-492.

MUÑOZ MARTÍN, M. N.

- 1985: *Teoría epistolar y concepción de la carta en Roma* (Granada).
- 1991: “El sector central del cuerpo epistolar en Cicerón”, *Florentia Iliberritana* 2, 339-355.
- 1991: “La epistolografía latina: perspectivas actuales”, in *Estudios de filología latina en honor del Prof. Gaspar de La-Chica Cassinello* (Granada) 147-158.
- 1991: “La apertura de la carta en Cicerón, in *Estudios de filología latina en honor del profesor Gaspar de La-Chica Cassinello*, 159-180.
- 1994: *Estructura de la carta en Cicerón* (Madrid).

NARDUCCI, E.

- 1992: *Introduzione a Cicerone* (Roma).

NEUBAUER, L.

- 1909: “Terentia”, *Wiener Studien* 31, 211-232.

NICHOLSON, J.

- 1994: “The delivery and confidentiality of Cicero’s letters”, *The Classical Journal* 90 (1994) 33-63.

NICOLET, C.

- 1976: *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine* (1976).

NICOLET, C.-MICHEL, A.

- 1961: *Cicéron* (Paris).

NIPPEL, W.

- 1995: *Public Order in Ancient Rome* (Cambridge).

NISBET, R. A.

- 1964: “Kinship and political power in first century Rome”, in CAHNMAN, W. J., e BOSKOFF, A. (eds.), *Sociology and history: theory and research* (New York 1964) 257-271.

NORCIO, G.

- 1968: “Il figlio di Cicerone”, *Convivium* 36, 351-355.

OLIVEIRA, F. de

- 2005: “Autobiografia nos tratados políticos de Cícero”, in MIGUEL MORA, C. de (coord.), *Vt par delicto sit poena: Crime e justiça na Antiguidade (Aveiro)* 229-243.

PAOLI, U. H.

- 1940: *Vita Romana* (Firenze, trad. ing. de R. D. Macnaghten, *Rome. Its People, Life and Customs*, London, 1999).

PARATORE, E.

- 1951: *Storia della Letteratura Latina* (Firenze, trad. de Manuel Losa, *História da Literatura Latina*, Lisboa, 1983).

PATTERSON, J. R.

- 2000: *Political life in the city of Rome* (London).

PEREIRA, V. S.

- 2005: “Cícero e a descoberta do túmulo de Arquimedes”, *Boletim de Estudos Clássicos* 44 (2005) 75-84.
- 2006: “Plínio e a sombra tutelar de Cícero”, *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 8, 79-103.

PÉREZ GÓMEZ, L.

- 1997: “La epístola en Roma. Siglos III-I a.C.”, in CODOÑER, C. (ed.), *Historia de la Literatura Latina* (Madrid) 317-330.

PETERSSON, T.

- 1920: *Cicero: A Biography* (Berkeley, reimpr. New York, 1963).

PHILIPS, J. E.

- 1978: “Roman Mothers and the Lives of Their Adult Daughters”, *Helios*, n.s. 6, 69-80.

PHILIPS, J. J.

- 1986: “Atticus and the publication of Cicero’s works”, *Classical World* 79, 227-237.

PICCARRETA, F.

- 1977: *Forma Italiae, Regio I*, v. 13: *Astura* (Firenze).

PLASSARD, J. B.

- 1921: *Le Concubinat romain sous le haut empire* (Toulouse, Paris).

POWELL, J. G. F. (ed.)

- 1995: *Cicero the Philosopher* (Oxford).

RAWSON, B. M.

- 1966: “Family Life among the Lower Classes at Rome in the First Two Centuries of the Empire”, *Classical Philology* 61, 71-83.
- 1974: “Roman Concubinage and Other *de facto* Marriages”, *Transactions of the American Philological Association* 104, 279-305.
- 1986: *The Family in Ancient Rome: New Perspectives* (ed.) (London).
- 1991: *Marriage, Divorce, and Children in Ancient Rome* (ed.) (Oxford, reimpr. 1996).

RAWSON, E.

- 1975: *Cicero — a portrait* (Bristol).
- 1976: “The Ciceronian Aristocracy and its Properties”, in FINLEY, M. I. (ed.), *Studies in Roman Property* (Cambridge).

ROUSSELLE, A.

- 1983: *Porneia. De la maîtrise du corps à la privation sensorielle, IIe-IVe siècle*, (Paris, trad. ing. de Felicia Pheasant, *Porneia: On Desire and the Body in Antiquity*, Oxford, 1988).

ROWLAND JR., R. J.

- 1970: “Cicero’s *Necessarii*”, *The Classical Journal* 65, 193-198.

SALLER, R. P.

- 1984: “*Familia, Domus*, and the Roman Conception of the Family”, *Phoenix* 38, 336-355.
- 1986: “*Patria potestas* and the Stereotype of the Roman Family”, *Continuity and Change* 1, 7-22.
- 1987a: “Men’s Age at Marriage and Its Consequences in the Roman Family”, *Classical Philology* 82, 21-34.
- 1987b: “Slavery and the Roman Family”, *Slavery and Abolition* 8, 65-87.
- 1994: *Patriarchy, property and death in the Roman family* (Cambridge).

SALLER, R. P.-SHAW, B. D.

- 1984: “Tombstones and Roman Family Relations in the Principate: Civilians, Soldiers, and Slaves”, *The Journal of Roman Studies* 74, 124-156.

SCHMIDT, O. E.

- 1893: *Der Briefwechsel des M. Tullius Cicero von seinem Prokonsulat in Cilicien bis zu Caesars Ermordung* (Leipzig, reimpr. Hildesheim, New York 1987).

SCHULZ, F.

- 1936: *Prinzipien des römischen Rechts*, Oxford, trad. ing.de Marguerite Wolff, *Principles of Roman Law*, Oxford, 1936.

SPRINGER, K.

- 1927: *Supplementum Tullianum: συναγωγή epistularum quae ad Ciceronianas annorum 68-49 spectant* (Charlottenburg).

SHACKLETON BAILEY, D. R.

- 1960: “The Roman Nobility in the Second Civil War”, *The Classical Quarterly* 10, 253-267.
- 1971: *Cicero* (London).

SHAW, B. D.

- 1987a: “The Age of Roman Girls at Marriage: Some Reconsiderations”, *The Journal of Roman Studies* 77 (1987) 30-46.
- 1987b: “The Family in Late Antiquity: The Experience of Augustine”, *Past and Present* 15, 3-51.

SIHLER, E. H.

- 1969: *Cicero of Arpinum* (New York).

SMITH, R. E.

- 1966: *Cicero the Statesman* (Cambridge).

SOLIDORO, L.

- 1981: “La *familia* nell’editto di Lucullo”, *Atti dell’Accademia di Scienze Morali e Politiche della Società Nazionale di Scienze, Lettere et Arti di Napoli* 92, 197-229.

SPRINGER, K.

- 1927: *Supplementum Tullianum: Συναγωγή epistularum quae ad Ciceronianas annorum 68-49 spectant* (Charlottenburg).

STOCKTON, D.

- 1971: *Cicero: A Political Biography* (Oxford).

SUMNER, G. V.

- 1971: “The *lex annalis* under Ceaser”, *Phoenix* 25, 246-271.

SYME, R.

- 1939: *The Roman Revolution* (Oxford).
- 1986: *The Augustan Aristocracy* (Oxford).

TATUM, W. J.

- 1990: “Cicero and the *Bona Dea* scandal”, *Classical Philology* 85, 202-208.

TAYLOR, L. R.

- 1961: “Freedmen and freeborn in the epitaphs of imperial Rome”, *The American Journal of Philology* 82, 113-132.

TAYLOR, L. R.,-SCOTT, R. T.

- 1969: “Seating space in the Roman senate and the *senatores pedarii*”, *Transactions of the American Philological Association* 10, 529-582.

TEUFFEL, W. S.-KROLL, W.-SKUTSCH, F.

- <sup>6</sup>1916-1920: *Geschichte der roemischen Literatur* (Leipzig): I (1916); II (1920); III (1916).

TREGGIARI, S.

- 1969: *Roman Freedmen During the Late Republic* (Oxford).
- 1969: “The freedmen of Cicero”, *Greece & Rome* 16, 195-204.
- 1981a: “*Concubinae*”, *Papers of the British School at Rome* 49, 59-81.
- 1981b: “*Contubernales* in *CIL* 6”, *Phoenix* 35, 42-69.
- 1982: “Consent to Roman Marriage: Some Aspects of Law and Reality”, *Échos du monde classique/Classical Views* 26, 34-44.
- 1991: *Roman Marriage: Iusti Coniuges From the Time of Cicero to the Time of Ulpian* (Oxford).
- 1998: “Home and Forum: Cicero between “Public” and “Private””, *Transactions of the American Philological Association* 128, 1-23.

VERBOVEN, K.

- 2001: “A Note on the Oppii from Velia and Cicero’s Divorce”, *Latomus* 60, 314-320.

VEYNE, P.

- 1978: “La Famille et l’amour sous le haut-empire romain”, *Annales: économie, sociétés, civilisations* 33, 35-63.

VOLTERRA, E.

- 1948: “Quelques observations sur le mariage des *filiifamilias*”, *Revue Internationale des Droits de l’Antiquité* 1, 213-242.

WALCOT, P.

- 1975: “Cicero on private property: theory and practice”, *Greece & Rome* 22, 120-128.

WATSON, A.

- 1967: *The Law of Persons in the Later Roman Republic* (Oxford, reimpr. 1984).

WATSON, G. R.

- 1969: *The Roman Soldier* (London).

WEAVER, P. R. C.

- 1986: “Status of Children in Mixed Marriages”, in RAWSON, B. M. (ed.), London, 145-169.

WESTERMANN, W. L.

- 1955: *The slave systems of Greek and Roman antiquity* (Philadelphia, reimpr. 1984).

WIEDEMANN, T.

- 1989: *Adults and Children in the Roman Empire* (London).
- 1994: *Cicero and the End of the Roman Republic* (London).

WIKANDER, C.

- 1991: “Roman women of the nobility – potentates or puppets?”, in TOUATI, A.-M. L. et al., *Munuscula Romana. Papers Read at a Conference in Lund (October 1-2, 1988) in Celebration of the Reopening of the Swedish Institute in Rome* (Stockholm).

WIKARJAK, J.

- 1971: “Les critiques et les correcteurs des oeuvres de Cicéron”, *Eos* 59, 281-299.

WILKINSON, B. M.

- 1964: “A wider concept of the term *parens*”, *The Classical Journal* 59, 358-361.

WISTRAND, M.

- 1979: *Cicero Imperator (studies in Cicero's correspondence 51-47 B.C.)* (Gotemburg).

WOOD, N.

- 1988: *Cicero's social and political thought* (Berkeley).

ZEHNACKER, H.

- 1985: “*Officium Consolantis*. Le devoir de consolation dans la Correspondance de Cicéron. De la bataille de Pharsale à la mort de Tullia”, *Revue des Études Latines* 63, 69-86.

ZUCCARELLI, U.

- 1997: “Cicerone in Esilio”, *Giornale Italiano di Filologia* 49, 269-271.



# ***INDEX NOMINVM ET LOCORVM***



## A

- ACADEMIA – 287 n.282, 283; 292;  
 ACASTO – 484 e n.19; 507 n.120;  
 ÁCCIO – 384 n.35; 385 n.40;  
 ÁCCIO (BATALHA DE) – 17; 18 n.9; 46; 412;  
 ÁCIA – 125 n.12;  
 ACIDINI, MANLI – 391 n.74;  
 ACIDINO – 391 n.74;  
 ACULEÃO, G. (TIO MATERNO DE CÍCERO) – 478;  
 ADRIANO (IMPERADOR) – 103 n.75;  
 ADRIÁTICO – 42; 45; 254;  
*AELII TVBERONES* – vd. *TVBERONES, AELII*;  
 ÁFRICA – 43; 44 n.96; 45; 46; 220 e n.230; 269; 272; 311 n.391; 318 n.437; 356 n.80;  
 AGAMÉMNON – 346;  
 AGOSTINHO (SANTO) – 90 n.13;  
   *Conf.* –  
     4.2: 90 n.13;  
     6.12-15: 90 n.13;  
 AGRÍCOLA (SOGRO DE TÁCITO) – 77 n.39; 124 n.11; 125 n.12;  
 AGRIPA, MARCO – 412 n.192;  
 AGRIPINA (MÃE DE NERO) – 108 n.95;  
 ALÉDIO – 220;  
 ALEXANDRIA – 438 n.91;  
 ALÉXIS – 491 n.53; 517 n.20;  
 ALFENO VARO – 61 e n.45;  
   *dig.* 25.3.1.2: 61 e n.45;  
*ALIVS POTITVS* – 102 n.72;  
 ALPES – 45;  
 AMANO – 43; 374;  
 AMÉRIA – 156;  
 ÂNCIO – 234; 273 n.221; 383 n.34;  
 ANDRÉ – 24 n.35; 29 e n.49, 52; 30 e n.53, 56;  
 ÂNIO, LÚCIO – 113 n.111; 123 n.7;  
 ANQUISES – 65 n.61;  
*ANTESTIA GLYCERA* – 102 n.72;  
 ANTÍOCO DE ASCALÃO – 292; 297 e n.326;  
 ANTIOQUIA – 372; 373;  
 ANTÍPATRO, CÉLIO – 301;  
 ANTÍPATRO DE TARSO – 141 n.6; 144 n.14; 145 n.15; 147 n.17;  
   *apud Stob.* –  
     4.22.1.25: 141 n.6; 144 n.14; 145 n.15; 147 n.17;  
 ANTÍPATRO DE TIRA – 141 n.6;  
*ANTONII* – 365; 373 e n.159; 412;  
 ANTÓNIO, GAIO – 364 e n.120;  
 ANTÓNIO, LÚCIO (IRMÃO DE MARCO ANTÓNIO) – 352;  
 ANTÓNIO, MARCO – 21; 35; 44 e n.102; 45; 46; 169; 262; 345 e n.36; 352; 353 n.66; 354 e n.71; 355 e n.71, 74; 361; 364; 365; 366 e n.129; 367; 370; 371; 372; 373; 377; 378; 391 n.74; 402; 406 n.153; 407 e n.158; 408; 411; 412 e n.183, 187; 472; 479; 501;  
 APELES DE QUIOS – 305 e n.359;  
 APIANO – 243 n.72;  
   *BC* –  
     2.10: 130 n.30;  
     2.49: 254 n.121;  
     2.99: 344 n.31;  
     2.129: 243 n.72;  
     3.5: 329 n.492;  
     3.39: 355 n.71;  
     3.79: 406 n.153;  
     4.19: 412 n.184;  
     4.51: 406 n.152; 412 n.186, 188, 190, 191;  
     4.75: 406 n.153;  
     5.2: 412 n.185;

- 5.69-75: 412 n.187;  
 APOLÓNIA – 406 n.153;  
 APULEIA VARILA – 123 n.7;  
 APULEIO – 65 n.64; 154 n.35; 435 n.82;  
*Apologia* –  
 70-73: 435 n.82;  
 76: 65 n.64;  
*Met.* –  
 5.28: 59 n.33;  
 AQUÍLIA – 434; 435;  
 AQUINO – 427 e n.43;  
 ARA PACIS – 383 n.31;  
 ARCÁDIA – 462 n.189;  
 ARCÂNIA – 507;  
 ARCANVM – 427 e n.43;  
 ARCESILAU – 287 n.282;  
 ARETUSA – 465;  
 ARGILETO – 215 e n.205; 390; 392; 495 n.74;  
 ARÍMINO – 252 n.113;  
 ARISTODEMO DE NISA – 383 e n.32; 384 n.34; 452;  
 ARISTÓTELES – 140 n.4; 141 n.4, 5; 144 n.14; 145 n.15; 146 n.17;  
*EN* –  
 1160b 32-34: 147 n.17;  
 1162a 16-19: 140 n.4;  
 1162a 16 sqq.: 145 n.15;  
 1162a 19-25: 141 n.4;  
 1162a 22 sqq.: 141 n.5;  
*Oec. I* – 140 n.4; 141 n.5;  
 1343a: 141 n.5; 168 n.84;  
 1343b: 141 n.4, 5;  
 1343b-1344a: 147 n.17;  
*Pol.* –  
 1252a: 140 n.4;  
 1253b-1259a: 144 n.14;  
 1259b-1260a: 146 n.17;  
 1277b-1344a: 147 n.17;  
 ARISTÓTELES EUDEMO – 289 n.289;  
 ARPINATE – vd. CÍCERO, MARCO TÚLIO  
 ARPINO – 38; 222; 239 e n.52; 308; 333 e n.514; 388; 427; 454; 473;  
 ASCLAPO – 505 e n.109; 507;  
 ASCÓNIO – 273 n.218;  
*Pis.* –  
 4: 273 n.218;  
*Sc.* –  
 17: 72 n.26;  
*Tog.* –  
 91: 181 n.24;  
 ÁSIA – 22; 34; 39; 42; 43; 46; 362; 363 e n.114; 364; 366; 367; 368; 369 e n.143; 146; 370; 371; 373; 375; 398 n.107; 399; 412; 413 n.192; 424; 425; 426; 436; 441; 445 e n.119; 451; 519 n.24;  
 ÁSIA MENOR – 263; 385; 438; 519;  
 ASÍNIO BASSO – 64 n.58;  
 ASPRENAS, NÓNIO – 129 n.26;  
 ASPRENAS CALPVRNIVS SERRANVS, NONIVS (FILHO DE NÓNIO APRENAS) – 129 n.26;  
 ASPRENAS CALPVRNIVS TORQVATVS, NONIVS (FILHO DE NÓNIO APRENAS) – 129 n.26;  
 ÁSTURA – 210 e n.179; 219; 220; 272 e n.219, 220, 221; 274; 275; 276; 284 n.270; 287; 289; 293; 299; 303 e n.353; 307; 313; 495;  
 ATENAS – 139; 188; 198 n.113; 215 e n.205; 216; 224; 257; 278; 360 n.100; 380; 385 n.41, 44; 389 e n.67; 390; 391; 392; 393 n.84; 394 e n.85, 88; 396; 397 e n.101, 103; 398; 399 n.112; 400; 402; 405 n.146; 406; 415; 488 n.39; 494 e n.73; 495 n.74; 496 e n.78; 501; 519;  
 ÁTICA, CECÍLIA (FILHA DE ÁTICO E PÍLIA) – 35; 515; 516;  
 ÁTICO, TITO POMPÓNIO – 18 e n.8, 9; 19 e n.9; 20 e n.12; 22; 26 n.42; 28 n.45; 20; 34; 35; 38; 43; 62; 77 n.39; 154; 158; 159; 162; 163; 176; 177 e n.7; 179 n.18; 185 n.39; 188; 190; 194 e n.87; 195; 196 e n.95; 197 e n.102; 198; 200 n.128; 202; 203; 204; 205; 206; 207 n.166; 209; 210 e n.179; 211 n.185; 212; 213; 214; 215 e n.205; 217; 219; 220; 221; 222; 223; 224; 225 e n.255, 257; 230; 232; 234 e n.28; 236; 237; 238; 239 e n.55; 244 e n.79; 246; 247 e n.90; 250; 251; 252; 253; 254; 258; 260 e n.150; 261; 262; 264; 265 e n.175; 266 e n.186; 268; 269 e n.199; 271 n.211; 272 n.216; 273 e n.219, 222; 274 e n.227; 275 e n.227; 276 n.238; 283; 284; 285; 286; 287; 289; 290 n.295;

- 291 e n.295; 292; 293 e n.306; 294 e n.311, 315; 295; 296 e n.320; 297 e n.321, 326; 298 e n.330; 299 e n.334; 300; 301; 302; 303 n.353; 304; 305; 307 n.367, 370; 308; 309; 313; 314; 315; 317; 318; 319; 320; 321 e n.449; 322 e n.453; 323; 325 e n.466; 326; 327; 328; 329; 330; 331; 332; 333; 334; 335; 336; 341; 342; 344; 346; 350; 351; 353 e n.63; 354 e n.70, 71; 355 e n.78; 356; 357; 358; 361 e n.104; 380; 384 n.35; 385 n.40; 388; 389; 390 e n.68, 69; 391; 392; 393; 394 e n.85; 395; 397 n.103; 399; 401 e n.123; 402 e n.128; 417; 418 n.4; 419 n.7; 421 e n.19; 422 e n.21, 25; 423; 424; 425; 426; 428; 429 e n.53; 430; 431; 432 e n.67; 433; 434; 435; 437; 438; 439; 440; 442; 443 e n.109; 444; 445 e n.117, 119; 446 n.119; 447; 448; 449; 450; 451; 452; 453; 457; 458; 459; 460; 461; 462; 464; 465; 466; 467; 468 e n.210; 469 e n.214; 470; 471; 473; 474 n.232; 475; 476; 477; 478; 479; 482; 488; 489 e n.44; 490; 491 n.53, 59; 492; 493 n.67; 494 e n.69, 71; 495 n.74; 496 e n.76, 78; 497 n.80; 503 n.98; 506 e n.116; 514; 515; 516; 517 e n.20; 522;
- AUFÍDIO – 497 n.79;
- AUGUSTO (IMPERADOR) – 21; 90 n.10; 101 n.67; 106 n.85; 109 e n.99; 110 n.102; 113 n.113; 115 e n.119; 116; 117; 118; 119 n.131; 122 n.6; 123 n.7; 125 n.12, 13; 180 n.18; 248 n.98; 400 n.117; 405 n.146; 412 n.192;
- AURÉLIA – 125 n.12;
- AURÉLIO (PROCURADOR DE MONTANO) – 224; 395; 496 e n.78;
- AURÉLIO, MARCO – 28; 77 n.39; 90;
- AVENTINO – 215 e n.205; 390; 392; 495, n.74;
- ÁXIO, Q. – 23; 433 e n.69; 510 n.136;
- B**
- BADIAN – 31 n.63; 115 n.119;
- BAIAS – 345; 358;
- BALBI – 379 n.1;
- BALBO, LÚCIO CORNÉLIO (*MAIOR*) – 200 n.122; 213 e n.194; 222; 295; 329; 331; 332; 343; 344; 356; 357 n.82; 439; 443; 449; 450; 466 n.202; 496 n.77;
- BALBO, LÚCIO CORNÉLIO (*MINOR*) – 465; 466 n.202; 470;
- BALCĀS – 363; 367 n.134;
- BALSDON – 30 n.53; 230 n.5, 6, 9; 232 n.19; 244 n.79;
- BASSO, CECÍLIO – 318 n.434;
- BAYET – 196 n.95; 488 n.39;
- BEAUJEU, J. – 193; 194 n.87, 88; 195 n.90; 196 e n.98; 197 e n.104; 202 n.135; 203 n.143; 209 n.172; 211 n.183; 213 e n.194; 218; 221 n.236; 231 n.10; 240 n.58; 251 n.109, 110; 254 n.123; 255 n.128; 261 n.156; 263 n.168; 265 n.178; 266 n.186; 270 n.203; 271 n.208; 272 n.216; 273 n.218, 221; 284 n.270; 287 n.283; 290 n.295; 292 n.299; 293 n.309; 294 n.313, 315; 295 n.320; 297 n.321; 229 n.336; 300 n.340; 302 n.349; 303 n.351, 352, 353; 304 n.354, 355; 305 n.355, 359; 306 n.363, 365; 307 n.370; 309 n.378; 311 n.391, 395; 314 n.413; 415 n.417, 418; 316 n.424; 317 n.425; 318 n.436; 320 n.447; 321 n.451; 323 e n.456, 457; 325 n.466; 326 n.473; 327 n.478, 480, 481; 329 n.494; 330 n.498; 332 n. 508; 333 n.513; 344 n.31; 345 n.32, 33; 350 n.49; 353 n.63; 356 n.81; 357 n.83; 358 n.85; 368 n.140; 390 n.69; 394 n.88; 395 n.90; 405 n.146; 433 n.70; 434 n.76; 443 n.111; 462 n.189; 464 n.196, 197; 465 n.199; 468 n.212; 499 n.87; 500 n.88, 89, 90, 91; 501 n.94;
- BENEVENTO – 236;
- BERNARD – 24 n.36;
- BERTMAN – 122 n.5;
- BÍBULO, LÚCIO CALPÚRNIO – 391 n.74;
- BITÍNIA – 236; 246 n.88; 312 n.400; 363;
- BOISSIER – 30 n.53; 38 n.70; 273 n.218; 276 n.236; 278 n.244; 481 n.6; 482 e n.9; 488 n.42; 497 n.79; 498 n.82, 85; 511 n.136;
- BONA DEA (ESCÂNDALO DE) – 40 n.74; 381 n.16;
- BONNER – 384 n.34; 384 n.35;
- BORNECQUE – 379 n.2;
- BOŽIC – 451 n.144;
- BOYANCÉ – 304 n.355; 306 n.361, 362; 324 n.461;

BRADLEY – 51 n.1; 53 n.7, 8; 54 n.10; 55 n.14, 16; 60 n.38; 66 n.67; 67 n.1; 69 n.10, 12; 70 n.17; 71 e n.20, 21, 22; 72 e n.23, 24; 73 n.26; 74 e n.30, 31; 75 n. 34, 35; 76 e n.36, 38; 77 e n.40, 41; 78 e n.42; 79 e n.43, 44; 80 e n.47, 48, 49; 81 e n.50, 51, 52, 53; 82 e 55, 56; 83 n.58; 84 e n.61; 85 n.62, 64; 102 n.72; 104 n.75; 157 e n.46; 162 n.60; 164 e n.67, 68; 167 n.81, 82; 168 e n.84, 85; 170 e n.94, 96, 97; 171 e n.100; 219 n.224; 379 n.1; 382 n.21; 383 n.29; 387 n.55; 389 n.65; 390 n.72; 414 n.199; 415 n.202; 418 n.6; 420 n.12; 421 n.18, 20; 422 n.21, 23, 24, 25; 423 n.26, 28; 425 n.35; 426 n.41; 427 n.45; 429 n.51; 430 n.57; 431 n.61; 435 n.82, 83; 436 n.85, 86, 87; 437 n.88; 451 n.145, 147; 456 n.165; 458 n.174, 176; 459 n.178; 470 n.219; 471 n.223; 478 n.245, 248; 479 e n.250; 481 n.3; 513 n.1, 2; 514 n.4; 515 e n.6, 7; 516 n.9, 19; 517 e n.21; 518 e n.22; 521 n.521 e n.27, 29, 30;

BRITÂNIA – 436; 519 n.24;

BRUNDÍSIO – 41 n.78; 43; 189; 198 e n.109, 113, 114; 119; 200; 201 n.131; 208; 219; 232; 261 n.154; 262; 263; 264 n.170; 269 e n.199; 387; 438;

BRUNS – 55 n.17;

BRUNT – 31 n.63;

BRÚTIO – 404 e n.140;

BRUTO, DÉCIMO – 45; 46; 361 n.104; 362 n.108; 366 n.131; 408 e n.164;

BRUTO, MARCO JÚNIO – 22; 23; 34; 44; 45; 46; 72 n.26; 125 n.13; 217; 272 n.216; 276 e n.238; 295; 297; 299 n.334; 300 n.340; 301; 333 e n.516; 334; 341 n.17; 343; 344 n.29; 348 n.47; 354 e n.71; 355 n.78; 361 n.104; 362 e n.108; 363 e n.114; 364; 365; 366 e n.127, 131; 367 e 134; 368 e n.140; 369 n.145; 388; 391 n.74; 406 e n.153; 407; 408 e n.164; 409; 410; 411 e n.182; 412; 450; 467; 472; 476; 490 n.49;

*Cato* – 343;

BUTROTO – 353 e n.63; 459;

## C

CAIETA – 191; 387;

CALICRÁTIDES – 141 n.5; 143 n.11; 147 n.17; apud Stob. –

4.28.16: 141 n.5; 143 n.11; 168 n.84;

4.28.17-18: 147 n.17;

CALÍGULA (IMPERADOR) – 108 n.95; 127 n.16;

CALÍMACO – 405 n.146;

CALPÚRNIA (ESPOSA DE NÓNIO ASPRENAS) – 129 n.26;

CALPÚRNIA (ESPOSA DE PLÍNIO) – 75 n.35; 78 n.42; 125 n.13; 129 n.26;

*CALPVRNII* – 230; 520;

CAMILO, GAIO – 202 e n.135; 265 n.175;

CAMPÂNIA – 222; 345 n.36; 412 n.187; 473; 496 n.77;

CANA (FILHA DE Q. GÉLIO CANO) – 469 e n.214; 473;

CANFORA – 18 n.9;

CANO, Q. GÉLIO – 469 n.214; 473;

CAPADÓCIA – 408;

CAPITÃO – 320;

CAPITÓLIO – 332;

CÁPUA – 493 e n.67;

CARACALA (IMPERADOR) – 127 n.16;

CARCOPINO – 18 n.9; 104 n.76; 175 n.1; 217 n.215; 222 n.240; 230 n.5; 231 n.10; 232 457 n.167; n.112; 263 n.166, 169; 269 n.200; 271 n.210; 272 n.212; 273 n.218, 219; 277 n.243; 278 n.244; 287 n.282, 283; 304 n.353; 306 n.361; 319 n.439; 321 n.451; 323 n.456; 325 n.469; 339 n.6; 340 n.12; 345 n.36; 346 n.37; 352 n.60; 353 n.63, 65; 355 n.75; 358 n.87; 377 n.179; 380 n.8; 490 n.52; 496 n.77; 500 n.89;

CARNÉADES – 289 n.289; 292;

CARRAS (BATALHA DE) – 42;

CÁSSIO (RETOR) – 404 e n.142;

CÁSSIO – vd. LONGINO, GAIO CÁSSIO;

CASTAGNOLI – 273 n.221;

CATÃO DE ÚTICA – vd. CATÃO-O-JOVEM;

CATÃO, M. PÓRCIO (CATÃO-O-ANTIGO) – 69; 111 n.107; 380 e n.7; 383 n.31; 475; 483 n.14;

*Libri ad Marcum filium* – 380 n.7;

- CATÃO, M. PÓRCIO (CATAO-O-JOVEM) – 39; 42; 43; 71 n.21; 72 n.26; 141 n.6; 295;
- CATILINA, LÚCIO SÉRGIO – 39; 40 n.75; 41 n.76; 381;
- CATÍLIO – 169 e n.88;
- CATULO – 297 n.326;
- CEFALIÃO – 448;
- CÉLER, Q. PÍLIO – 364 e n.118;
- CÉLIO – 330; 331 e n.501, 502;
- CÉLIO, M. RUFO – 21; 127; 128 e n.21; 166; 168; 170; 239; 240-241; 243-246; 253-254; 262 e n.165; 352 n.59;
- CÉLIO CALDO, GAIO – 459 e n.179;
- CELSE –  
*dig.* –  
 23.2.23: 90 n.10;  
 23.2.44pr.: 90 n.10;
- CERÉLIA – 221; 295; 227 e n.479; 494 e n.71;
- CÉSAR, LÚCIO (TIO DE MARCO ANTÓNIO) – 347;
- CÉSAR, GAIO JÚLIO – 22; 30; 31; 34; 35; 37; 40 e n.72, 73; 41 e n.76; 42; 43; 44; 45; 46; 70; 73 n.26; 112 n.109; 119 n.131; 125 n.12; 130 n.30; 156 n.42; 162 n.60; 166 n.78; 168; 176; 189; 197 n.100; 198; 200 n.122; 201 e n.131; 205; 207 e n.160; 208; 213 n.194; 218 n.220; 222; 234; 252 e n.112, 113, 114; 253 e n.119, 120; 256; 257; 258; 261 e n.154; 262; 269; 277; 279; 280; 284; 300 n.340; 309 n.378; 312 n.397; 316 n.424; 320; 323 n.456; 329 e n.495; 330; 332; 333 e n.516; 338; 339 n.7; 340 e n.11; 342 e n.19; 343; 344 e n.29, 31; 345 e n.32, 35; 356 n.80; 364; 365; 370 n.150; 381; 385 n.44; 386 e n.50; 387; 388; 395; 398 n.107; 399 n.112; 401; 402; 406 n.151; 410; 413; 420; 436; 438 e n.91; 439; 440 e n.98; 442; 443 e n.112; 444; 445; 447; 448; 449; 450; 460; 461; 464 n.197; 465; 466 n.202; 470; 472 e n.225; 492 e n.62; 496 n.77; 510 n.135; 519 e n.24; 520;  
*Anticato* – 343; 344, n.31;
- CESARIANOS – 198 n.111;
- CÉSIO, M. – 388;
- CESÓNIO, L. CALPÚNIO – 355 n.71;
- CÉSTIO (RETOR) –
- CHIPRE – 42; 371 n.151;
- CÍCERO, LÚCIO TÚLIO (TIO PATERNO DE CÍCERO) – 478;
- CÍCERO, LÚCIO TÚLIO (PRIMO DE CÍCERO) – 33; 516;
- CÍCERO, MARCO TÚLIO (PAI DO EPISTOLÓGRAFO) – 478;
- CÍCERO, MARCO TÚLIO – 17-46; 52; 59; 60 n.37; 61 n.43; 62; 63; 66 n.66; 73 n.26, 29; 77 n.39; 87 n.1; 88 n.2; 93; 100; 101 n.68; 107; 112 n.108; 113 n.111; 119 n.131; 127; 128 n.21; 130 n.30; 131 e n.33; 132; 135; 136; 139 *et passim*;  
*Ac.* – 291 n.299; 292 e n.299; 293; 297; 299 n.332; 341 n.17; 489 n.46;  
*pr.* – 293; 297 e n.323; 298; 299 n.333; 301;  
 2.6: 302 n.349;  
 2.117: 293 n.304;  
*post.* – 296 n.320; 299;  
 1: 299 n.332;  
 1.11: 276 n.235; 302 n.349;
- Ad Brut.* – 17; 22; 23;  
 1.2.1: 368 e n.141;  
 1.2.1-2: 408 n.164;  
 1.2a.1: 365; 366 e n.126;  
 1.2a.2: 365;  
 1.3a.4: 407 n.158; 410 n.172;  
 1.5.1: 366 e n.128; 367 n.134;  
 1.5.2: 366 e n.130; 367 e n.132;  
 1.5.3: 408 e n.166; 409 e n.167, 168, 169, 170, 171;  
 1.5.4: 410 e n.174, 176;  
 1.6.3: 368 e n.139;  
 1.9: 408 n.165;  
 1.10: 408 n.165;  
 1.12: 408 n.165;  
 1.12.3: 410; 411 n.177;  
 1.14: 408 n.165;  
 1.14.1: 411 e n.179;  
 1.14.2: 411 e n.180;  
 1.15.12: 411 n.181;  
 1.16: 23;  
 1.17: 23;

- 1.18.1-2: 411 n.181;  
 2.3.1: 362 e n.110;  
 2.3.5: 363 e n.11;  
 2.3.6: 407 e n.154;  
 2.4.2: 363 e n.115;  
 2.4.3: 264 e n.116;  
 2.4.3-4: 264 n.117;  
 2.4.6: 407 e n.155;  
 2.5.2: 407 e n.156;  
 2.5.3: 364 n.119;  
 2.5.4: 364 n.122;  
 2.5.5: 365 e n.123;  
 2.5.6: 407 e n.157;  
*Att.* – 17; 19 e n.9; 23 n.28; 38 n.70; 158;  
 346 n.39;  
 1.2.1: 177 n.7; 380 e n.9;  
 1.3.3: 187 n.51; 230 e n.7, 8;  
 1.4.3: 143 n.10;  
 1.5.1: 516 n.10;  
 1.5.2: 423 e n.27; 437 n.88;  
 1.5.8: 229 n.2;  
 1.6.2: 424 e n.29; 437 n.88;  
 1.10.5: 424 e n.30; 437 n.88; 451  
 n.146;  
 1.16.13: 303 n.352;  
 1.17.1: 424; 425 e n.33; 517  
 n.20;  
 1.17.2: 425 e n.34;  
 1.17.3: 158 e n.49; 425 e n.36;  
 1.17.4: 158 e n.50;  
 1.18.1: 157 n.44; 380 n.10; 381 e  
 n.15; 417 e n.1; 418 e n.4, 5;  
 1.18.4: 417 n.1;  
 2.1.11: 426 n.36;  
 2.2.1: 451 e n.147;  
 2.3.4: 426 n.38;  
 2.4.7: 426 n.40; 452 e n.148;  
 2.6.1: 383 n.34;  
 2.7.5: 383 e n.32, 33; 426 n.39;  
 452 e n.150;  
 2.18.4: 486 n.29;  
 2.19.1: 486 n.29;  
 3.6: 158 e n.51;  
 3.8.1: 381 n.18;  
 3.8.4: 163 n.64;  
 3.9.1: 163 n.64;  
 3.10.2: 163 n.64;  
 3.11.2: 163 e n.62;  
 3.13.2: 163 e n.63;  
 3.15.3: 159 e n.52;  
 3.15.4: 452 e n.151;  
 3.15.6: 182 n.29;  
 3.15.7: 159 e n.53;  
 3.18.3: 156; 157 n.44;  
 3.19.2: 183 n.33;  
 3.19.3: 159 n.53; 163 n.64; 382 e  
 n.23;  
 3.20.1: 159 e n.54;  
 3.22.1: 164 n.66;  
 3.22.3: 159 n.54;  
 3.22.4: 381 n.19;  
 3.23.5: 163 e n.64, 65; 183 n.33; 382  
 n.23, 24; 453 e n.152;  
 4.1.3: 383 n.27;  
 4.1.4: 230 n.9; 232 n.16; 306 n.365;  
 383 n.28;  
 4.1.5: 382 n.26;  
 4.4.1: 188 n.52;  
 4.4a.1: 383 n.34;  
 4.5.1: 41 n.80;  
 4.5.3: 234 e n.28;  
 4.5.4: 233 n.20;  
 4.6.4: 18 n.9;  
 4.7.1-3: 453 e n.155;  
 4.8.2: 383 n.34;  
 4.8a.1: 394 n.35;  
 4.9.2: 380 n.13; 453 n.154;  
 4.11.2: 384 n.35;  
 4.12: 154 e n.34; 234 e n.30;  
 4.15.10: 384 n.35;  
 4.18.2: 419 n.7;  
 4.18.5: 364 n.118; 384 n.35;  
 4.19.1: 222 n.244;  
 5.1.3: 427 e n.43; 428 e n.46;  
 5.1.4: 428 e n. 47, 48, 50; 429 e n.52;  
 437 n.88;



- 5.4.1: 125 n.13; 187 n.51; 188 n.52;  
237 e n.41, 43; 238 e n.46; 249  
n.98;  
5.8.2: 196 e n.94;  
5.8.2-3: 195 e n.93;  
5.9.3: 380 n.13, 14; 384 n.35; 385  
n.40;  
5.10.1: 385 n.41;  
5.10.5: 385 n.41;  
5.11.7: 517 n.20;  
5.13.1: 385 n.42;  
5.13.3: 187 n.51; 238 e n.47;  
5.14.3: 187 n.51; 238 e n.48;  
5.15.1: 385 n.43;  
5.17.3: 385 n.36, 44; 457 e n.168;  
5.17.4: 187 n.51; 238 e n.50;  
5.18.4: 385 n.36, 44; 457 n.168;  
5.20.9: 385 n.44; 458 e n.172; 491  
n.53; 517 n.20;  
5.21.14: 188 n.52; 237 n.42, 45; 239  
e n.52, 53, 56;  
6.1.10: 188 n.52; 237 n.42, 45; 239 e  
n.56; 244 n.79; 247 n.90; 249  
n.98; 251 n.109;  
6.1.12: 384 n.35; 385 n.36; 400  
n.115; 457 e n.169, 171; 458 e  
n.175;  
6.2.1-2: 385 n.36; 429 e n.53, 55;  
6.2.2: 430 e n.56, 58, 59; 437 n.88;  
6.2.3: 222 n.239; 492 n.60;  
6.3.8: 385 n.36; 437 n.88; 458; 459 e  
n.177;  
6.4.2: 244 e n.79; 247 n.90; 249 n.98;  
6.4.3: 196 n.96;  
6.5.1-2: 196 e n.96;  
6.6.1: 101 n.63; 126 n.13; 188 n.53;  
246 e n.87; 247 e n.90, 92; 250  
n.105;  
6.6.3-4: 459 e n.180;  
6.7: 385 n.44;  
6.7.1: 385 n.36; 431 e n.60; 437 n.88;  
517 n.20;  
6.7.2: 286 n.44; 482 n.7; 491 n.53;  
517 n.20;  
6.8.1: 250 n.106; 386 n.44; 516 n.11;  
6.8.5: 222 n.239;  
6.9.2: 196 n.96;  
6.9.3: 385 n.36; 459 n.180;  
6.9.5: 250 e n.107;  
7.1.8: 236 n.38;  
7.1.9: 196 n.100;  
7.2.1: 386 n.46;  
7.2.3: 482 n.7; 503 n.98; 505 n.113;  
7.3.1: 196 n.95;  
7.3.10: 492 n.60;  
7.3.12: 251 e n.108, 111; 505 n.113;  
7.4.1: 384 n.35;  
7.5.2: 506 e n.117;  
7.5.4: 386 n.47;  
7.6.2: 386 n.47;  
7.7.1: 384 n.35;  
7.8.1: 384 n.35;  
7.9.1: 17 n.3;  
7.12.3: 460 e n.182;  
7.13.3: 159; 160 n.55; 252 e n.117;  
253 e n.118; 386 n.48; 460  
n.183;  
7.13.5: 190 n.69;  
7.13a.1: 190; 191 n.70;  
7.14.3: 431 e n.62, 63;  
7.17.1: 386 e n.48;  
7.17.4: 386 n.48; 460 n.183;  
7.18.1: 386 n.49; 431 e n.64; 460  
n.184;  
7.19: 460 n.184;  
7.20.2: 386 n.49; 460 n.184;  
7.26.3: 386 n.49; 460 n.184; 517  
n.20;  
8.4.1: 384 n.35; 457 n.170;  
8.5.1: 384 n.35;  
8.5.2: 506 n.116;  
8.6.5: 77 n.39; 506 n.116;  
8.9.1: 18 n.9;  
8.10: 384 n.35; 457 n.170;  
8.14.1: 17 n.3;  
8.15.1: 484 n.21;  
9.6.1: 387 n.51;  
9.6.4: 460; 461 e n.185;

- 9.7.7: 432 n.67;  
 9.10.14: 20 e n.13;  
 9.11.3: 236 e n.39;  
 9.12.1: 432 n.67;  
 9.12.2: 384 n.35;  
 9.15.5: 384 n.35;  
 9. 16.1: 17 n.3;  
 9.16.3: 253 e n.120;  
 9.17.1: 387 n.51;  
 9.17.2: 506 n.116;  
 9.18.2: 387 n.51;  
 9.19.1: 387 n.51;  
 10.2.2: 384 n.35;  
 10.4.6: 461 e n.187; 462 e n.188;  
 10.4.11: 253 n.120;  
 10.4.12: 506 n.116;  
 10.5.1: 432 n.67; 461 n.186;  
 10.5.2: 462 e n.189;  
 10.5.3: 194 n.88;  
 10.6.2: 462 e n.190;  
 10.7.1: 432 n.67;  
 10.7.2: 194 n.88;  
 10.7.3: 464 e n.191;  
 10.8.1: 517 n.20;  
 10.8.9: 254 e n.125;  
 10.9.1: 218 n.221;  
 10.9.2: 167 n.82; 168 n.86; 386 n.50;  
 461 n.186;  
 10.9a.1: 168 n.86;  
 10.10.6 e n.192;  
 10.11.1: 432 e n.65, 66, 68; 517 n.20;  
 10.11.2: 433 e n.71;  
 10.11.3: 463; 464 e n.193;  
 10.11.4: 461 n.186;  
 10.12.3: 464 n.194;  
 10.12a.4: 464 e n.196;  
 10.13.2: 506 n.116;  
 10.15.4: 433 e n.69, 73;  
 10.16.1: 384 n.35;  
 10.18: 199 n.119; 205 n.154;  
 10.18.1: 199 n.117; 255 e n.127;  
 11.2.2: 193 n.79;  
 11.1: 194; 196;  
 11.1-4a: 197;  
 11.1.1: 194 e n.89;  
 11.1.2: 195 e n.91; 196 n.97; 201  
 n.129; 445 n.119;  
 11.2: 199 n.119;  
 11.2.2: 197 n.101; 197 2 n.103; 206  
 n.155; 251 n.108; 255 e n.128,  
 130; 256 e n.133; 258 n.141; 260  
 n.150;  
 11.2.3: 445 n.119;  
 11.3.1: 197 n.101; 197 n.102; 251  
 n.108; 255 n.128; 258 e n.143,  
 144; 259 e n.145;  
 11.3.3: 446 n.119;  
 11.4: 194; 259 e n.146; 261 n.154;  
 11.4a: 197 n.101;  
 11.5.4: 438 e n.89;  
 11.5.8: 207 n.166;  
 11.6.3: 200 n.122;  
 11.6.4: 199 n.121; 229 n.3; 260 e  
 n.152;  
 11.6.7: 438 e n.91;  
 11.7.1: 438 n.93;  
 11.7.2: 257; 258 n.140;  
 11.7.6: 161 e n.157, 158;  
 11.7.7: 438 e n.92;  
 11.8.2: 439 e n.95, 96, 97;  
 11.9: 443 e n.109;  
 11.9.2: 440 e n.99, 101; 441 e n.102,  
 104; 443 n.113; 445 n.117;  
 11.9.3: 185 n.39; 203 n.142; 262 e  
 n.159, 160, 161, 162; 441 e  
 n.105;  
 11.10.1: 442 e n.106, 107;  
 11.10.2: 442 e n.108; 445 n.117;  
 11.11.2: 443 e n.110;  
 11.12.1: 443 e n.112; 444 e n.114;  
 11.12.1-2: 444 e n.115;  
 11.12.3: 444 e n.116;  
 11.12.4: 262 e n.163; 352 n.59;  
 11.13.2: 445 e n.118; 44 n.123;  
 11.13.4: 446 e n.120, 122;  
 11.14.2: 263 e n.167;  
 11.14.3: 447 e n.124;  
 11.15.2: 447 e n.125;

- 11.15.3: 263 e n.168, 169;  
11.16.2: 447 n.127;  
11.16.4: 448 e n.129, 130, 131; 517 n.20;  
11.16.5: 202 e n.136, 138; 203 e n.140; 265 n.175;  
11.17: 201 n.128, 129; 264 e n.170, 171;  
11.17.1: 245 n.83;  
11.17a: 201 n.128;  
11.17a.1: 264 e n.170, 173; 387 e n.56;  
11.17a.3: 448 n.128;  
11.18.1: 201 n.131; 387 e n.57;  
11.19.2: 203 n.143;  
11.20.1: 449 e n.133;  
11.21.1: 449 e n.134, 135; 450 e n.136, 137, 138;  
11.21.2: 264 n.170;  
11.23.1: 203 e n.141; 265 n.175;  
11.23.2: 207 n.162; 218 n.221; 448 e n.132;  
11.23.3: 197 n.101; 202 n.138; 204 n.147; 205 n.150; 260 n.151; 264 n.170; 265; 266 e n.180, 182, 183, 184, 185, 186; 267 e n.187, 188, 190; 268 e n.191, 192; 357 n.83; 373 n.158;  
11.24.1: 264 n.170; 269 e n.198; 269 n.197;  
11.24.2: 204 n.143; 206 e n.157; 269 n.199;  
11.24.3: 198 e n.108; 206 e n.158; 207 n.159;  
11.24.4: 218 n.221;  
11.25.3: 197 n.102; 203 n.143; 204 e n.144, 147; 206 n.155; 245 n.83; 260 n.151; 264 n.170, 174; 265 e n.176, 177, 179;  
12.3.2: 213 n.194; 330 e n.497, 499;  
12.4.2: 490 n.49;  
12.4.3: 197 n.100;  
12.5.1: 196 n.100; 218 n.221; 450 n.141; 464 e n.197, 198; 465 e n.200, 201;  
12.5.2: 490 n.49;  
12.5a: 326 n.472; 328 n.484; 331 e n.501, 504;  
12.5b: 294 n.315;  
12.5c.: 269; 270 e n.202, 203, 205; 271 n.208;  
12.6.1: 331 n.501;  
12.6a.1: 296 n.320;  
12.7.1: 388 e n.59, 60, 61; 389 e n.62, 64;  
12.8: 271 e n.208; 364 n.118;  
12.9: 273 n.222;  
12.11: 217 n.213;  
12.12.1: 210 n.177; 213 e n.195; 303 n.352; 308 e n.372, 374; 324 n.463; 357 n.82;  
12.12.2: 292 e n.301; 295 n.317;  
12.13: 210 n.177; 273 n.219;  
12.13.1: 272 n.216; 273 n.218, 221, 222; 274 e n.225; 276 e n.238; 277 e n.239; 289 e n.291;  
12.13.2: 225 n.254; 275 e n.229, 230; 304 e n.354; 326 e n.474; 361 n.101;  
12.14.3: 273 n.220, 222; 274 e n.226; 283 e n.267, 268, 269; 287 e n.284, 285; 288 e n. 288; 289 e n.292; 290 n.294;  
12.15: 273 e n.222, 223; 274 e n.224; 276 n.238; 290 n.293;  
12.16: 274 n.222; 275 e n.227, 228; 276 e n.232, 234; 290 n.293, 294;  
12.17.1: 395 n.89;  
12.18.1: 273 n.222; 290 e n.294; 303 n.353; 305 e n.356, 357, 358; 306 e n.364, 366; 323 n.459;  
12.18.2: 276 n.238;  
12.18.3: 225 n.254; 326 e n.474, 476, 477; 361 n.101;  
12.18.4: 274 n.227;  
12.18a.2: 210 e n.177, 182; 211 e n.183; 212 e n.188;  
12.19.1: 303 n.351; 305 e n.360; 306 n.365; 307 e n.370; 308 n.375; 323 n.463; 324 n.465;  
12.19.2: 326 n.474, 477;

- 12.19.4: 210 n.177; 212 e n.189; 491 n.53; 494 e n.70; 517 n.20;
- 12.20.1: 210 n.177; 284 e n.271; 290 n.294; 302 e n.350;
- 12.20.2: 210 n.177; 213 n.193; 291 e n. 296; 294 n.315; 303 n.351;
- 12.21.2: 309 e n.379; 329 n.491;
- 12.21.3: 210 n.177; 213 n.192;
- 12.21.4: 223 n.247;
- 12.21.5: 285 e n.272, 274, 275; 286 e n.276; 289 e n.290; 302 n.350; 323 n.456;
- 12.22.1: 210 n.177; 214 e n.196;
- 12.22.2: 291 n.296;
- 12.22.3: 307 n.370; 309 e n.380, 382, 383; 312 e n.401; 323 n.463; 325 e n.467, 468, 469;
- 12.23.1: 220 e n.232; 273 n.222; 286 e n.278; 307 n.370;
- 12.23.2: 210 n.177; 214 n.196;
- 12.23.2: 292 e n.303; 312 e n.402;
- 12.23.3: 291 n.296; 307 n.370; 310 e n.389; 323 n.460; 324 n.463; 325 n.467; 326 e n.470, 471;
- 12.24.1: 215 n.202; 220 n.230; 390 e n.68;
- 12.24.2: 291 n.296;
- 12.25.1: 307 n.370; 312 e n.403; 325 n.466; 327 e n.478; 329 n.491; 330 n.500; 395 n.89;
- 12.25.2: 313 n.404; 322 e n.452, 453;
- 12.26.1: 275, n.227;
- 12.26.2: 214 e n.198;
- 12.27.1: 310 n.387; 324 n.463;
- 12.27.2: 215 n.203; 220 n.230; 390 n.68;
- 12.28.1: 214 e n.200;
- 12.28.2: 286 e n.279; 291 e n.298; 302 n.350;
- 12.28.3: 154 n.34; 211 n.185; 212 e n.186; 220 n.230; 271 n.211; 284 n.270; 451 n.145;
- 12.29.1: 220 n.230;
- 12.29.2: 307 n.370; 309 e n.381; 310 e n.390; 311 e n.392; 324 n.456; 329 n.493;
- 12.30.1: 211 n.185; 212 n.186; 271 n.211; 313 e n.405; 327 n.478;
- 12.31.1: 313 n.404, 406;
- 12.31.2: 309 n.383; 313 e n.407; 327 n.478; 329 n.491;
- 12.31.3: 313 e n.408;
- 12.32: 217 n.213;
- 12.32.1: 219 e n.225, 226; 221 e n.233;
- 12.32.2: 71 n.21; 175 n.4; 215 e n.206; 260 n.150; 390 n.69; 390 e n.71; 391 e n.73, 74, 75;
- 12.33.1: 309 n.383; 311 e n.391, 393;
- 12.33a.1-2: 303 n.353;
- 12.34.1: 221 e n.234; 293 n.306;
- 12.34.3: 303 n.353; 314 e n.409;
- 12.35: 293 n.306; 303 n.351, 353;
- 12.36.1: 303 n.351; 322 e n.453; 324 e n.464, 465;
- 12.36.1-2: 303 n.351;
- 12.36.2: 315 e n.415;
- 12.37.1: 484 n.21;
- 12.37.2: 303 n.351; 308 n.373; 309 n.382, 384; 317 e n.425, 427, 428; 322 n.453; 324 n.456;
- 12.37.3: 210 n.177; 217 e n.212;
- 12.37a: 303 n.351, 352; 317 n.428;
- 12.38.1: 293 e n.308;
- 12.38.2: 466 e n.203;
- 12.38a.2: 309 e n.384; 311 e n.396; 315 e n.416; 317 e n.438; 342 n.461;
- 12.39.2: 319 n.440;
- 12.40.2: 275 n.231; 286; 287 e n.281; 293 e n.306, 307;
- 12.40.4: 318 n.432; 319 e n.440; 329 n.491;
- 12.41.2: 303 n.351; 322 n.453;
- 12.41.3: 308 n.374; 309 n.383; 311 n.395; 314 n.410; 316 e n.423; 322 e n.454;
- 12.41.4: 303 n.351; 306 n.365;
- 12.43.1: 322 n.453; 323 e n.455;
- 12.43.2: 308 n.370; 311; 312 n.397; 323 n.459;

- 12.43.3: 306 n.365; 319 n.440;  
12.44.2: 307 n.370; 310 e n.385; 314 n.411; 317 n.426; 318 n.435; 319 e n.441; 323 n.456;  
12.44.3: 273 n. 218, 219; 294 n.311;  
12.44.4: 293 e n.310; 297 n.323;  
12.45.1: 294 n.314;  
12.46.1: 273 n.219; 284 n.270; 294 e n.313  
12.47.1: 315 e n.419; 329 n.493;  
12.47.1-2: 318 n.432;  
12.48.2: 491 n.53; 517 n.20;  
12.49.3: 319 e n.442;  
12.51.2: 319 e n.442;  
12.51.3: 327 e n.480; 329 n.491; 494 e n.72;  
12.52.1: 224 n.251; 361 n.100; 393 e n. 89, 90, 92; 396 n.95; 496 n.78; 497 n.78;  
12.52.2: 314 e n.412; 315e n.420; 341 e n.15; 373 n.158;  
13.1.1: 397 n.103;  
13.1.2: 306 n.365; 322 n.453;  
13.2a.1: 328 e n.484, 485; 329 n.493, 495;  
13.2b: 384 n.35;  
13.3.1: 331 e n.502, 505;  
13.3.2: 484 n.21;  
13.4: 328 n.484;  
13.4.2: 331 n.505;  
13.5.1: 314 e n.413;  
13.5.2: 320 e n.445;  
13.6.3: 20 n.16; 341 e n.16; 490 e n.51;  
13.7.1: 312 n.399; 314 n.414; 341 e n.16;  
13.8: 302 e n.347;  
13.9.1: 26 n.42; 340 e n.12, 13, 14; 466 e n.205; 488 e n.44;  
13.10.2: 342 e n.18;  
13.10.3: 333 n.513;  
13.11.1: 334 e n.519;  
13.12.3: 295 e n.318; 297 e n.324, 325;  
13.12.4: 320 e n.446; 328 n.484;  
13.13-14.1: 298 e n.328, 329; 299 n.334; 341 n.17;  
13.13-14.2: 342 e n.20, 21;  
13.14-15.1: 298 e n.331; 299 n.334;  
13.16: 341 n.17;  
13.16.2: 328 n.484; 341 n.17;  
13.18: 299 e n.332, 334;  
13.19.3: 298 n.330;  
13.19.3-4: 298 n.330;  
13.19.4: 295 e n.318;  
13.19.5: 297 n.326;  
13.20.1: 277 e n.242;  
13.20.2: 80 n.49;  
13.21: 299 n.336;  
13.21.2: 343 n.24;  
13.21.3: 296 n.320; 297 n.322; 299 n.337;  
13.21a.1: 296 e n.319, 320;  
13.21a.1-2: 296 e n. 320; 297 n.321;  
13.21a.2: 296 e n.320; 494 n.71;  
13.21a.3: 342 e n.22;  
13.21a.4: 516 n.12;  
13.22.3: 296 n.320;  
13.22.4: 321 n.449; 328 n.488; 329 e 489; 332 e n.511;  
13.23.1: 333 e n.517;  
13.23.2: 296 e n.320, 321; 341 n.17;  
13.23.4: 332 n.511;  
13.24.1: 299 n.334; 327 n.478;  
13.25.3: 299 e n.333, 334; 489 e n. 48;  
13.26.1: 306 n.365; 308 n.374; 310 n.384, 386;  
13.26.2: 294 n.312;  
13.27.2: 329 n.491;  
13.28.1: 329 n.495;  
13.28.4: 80 n.49;  
13.29.1: 317 e n.430; 318 e n.431, 433; 319 n.440;  
13.29.1-2: 329 n.491;  
13.29.2: 316 e n.421, 422; 318 n.433; 321 nn.449; 322 n.453; 323 n.463; 327 e n.482; 349 n.49;  
13.29.3: 329 n.495;

- 13.30.1: 330 e n.496;  
13.31.1: 329 n.495;  
13.31.4: 317 n.426; 319; 320 n.443;  
323 n.456; 474 n.232;  
13.32.1: 329 n.491;  
13.32.2: 301 e n.344;  
13.32.3: 294 e n.315; 301 n.342;  
13.33.1: 194 n.88; 332 e n.507, 509;  
13.33.2: 320 e n.444; 328 n.484; 332  
e n.508;  
13.33a.1: 321 e n.448; 332 n.510;  
333 n.512;  
13.34: 299 n.336; 321 n.451;  
13.37.2: 470 e n.218;  
13.37.1: 394 n.85;  
13.37a: 222 n.241, 243; 222 n.244;  
222 n.245; 496 n.77;  
13.38: 468 n.211;  
13.38.1: 300 e n.339, 340; 467 e  
n.206, 207, 208; 517 n.20; 517  
n.20;  
13.38.2: 467 e n.209;  
13.39: 468 n.211;  
13.39.1: 451 n.142; 468 e n.210;  
13.39.2: 301 e n.345;  
13.40: 468 n.211;  
13.40.1: 333 n.518;  
13.40.2: 300 n.339; 468 e n.212;  
13.41: 468 n.211;  
13.41.1: 468 n.211; 469 e n.213, 215;  
517 n.20;  
13.41.2: 470 e n.216;  
13.42.1: 471 e n.220, 222; 472 e  
n.224;  
13.44.1: 344 n.29;  
13.44.2: 299 e n.335;  
13.44.3: 296 n.320;  
13.45.2: 222 n.244; 300 e n.338; 343  
e n.23, 26;  
13.45.3: 222 n.241; 222 n.245; 496  
n.77;  
13.46.2: 343 e n.28;  
13.46.3: 210 n.177; 222 n.241; 222  
n.242; 222 n.244, 245; 496 n.77;  
13.46.5: 222 n.244;  
13.47: 222 n.244; 300 n.339; 343 e  
n.27; 344 n.29; 391 e n.77;  
13.47a: 299 n.336;  
13.47a.2: 221 n.235;  
13.50.1: 344 e n.30;  
13.51: 333 n.515;  
13.52.2: 345 e n.32;  
14.5.1: 295 n.315;  
14.6.4: 394 n.85;  
14.7.2: 392 n.77; 396 e n.99; 400  
n.118;  
14.9.1: 317 n.429;  
14.9.4: 221 e n.237;  
14.10.3: 222 n.244; 223 n.246;  
14.10.4: 435 e n.81;  
14.11.2: 391 n.77; 397 n.100;  
14.13.4: 400 e n.121;  
14.13.5: 434 e n.75, 77, 79;  
14.14.1: 472 n.225;  
14.15.1: 346 e n.38;  
14.16.1: 350 n.50;  
14.16.2: 346 n.38;  
14.16.3: 397 n.101; 397 n.102; 397 e  
n.104, 105; 401 e n.122;  
14.16.4: 224 n.251; 225 n.257; 361  
n.100; 392 n.77; 395 e n.90, 93;  
497 n.78;  
14.17.3: 435 e n.80; 517 n.20;  
14.17.4: 348 n.47;  
14.17.5: 391 n.77;  
14.17a.1: 346 n.39; 351 n.57;  
14.17a.4: 347; 348 n.43;  
14.17a.6-7: 348 e n.44, 45, 46;  
14.17a.8: 348 e n.48;  
14.18.1: 327 n.483; 329 n.492; 350 e  
n.53, 54; 351 e n.55, 56;  
14.18.4: 393 n.101; 401 e n.123;  
14.19.1: 350 n.20;  
14.19.4: 350 n.51;  
14.19.5: 350 e n.52;  
14.20.2: 352 e n.61;  
14.20.4: 350 n.50; 352 e n.62;  
14.21.1: 351 e n.58; 352 e n.59;  
15.3.1: 343 n.24;

- 15.4a: 353 e n.64;  
15.5.3: 401 n.123;  
15.11: 73 n.26;  
15.11.2: 125 n.13;  
15.11.4: 353 e n.66; 402 n.126;  
15.12.1: 353 n.63;  
15.12.2: 80 n.49;  
15.13a.1: 357 e n.83, 84; 358 e n.85, 86, 87;  
15.13a.2: 380 n.5;  
15.14.1: 353 n.63;  
15.14.2-3: 353 n.63;  
15.15.4: 392 e n.78; 495 e n.74;  
15.16: 396 n.99; 397 n.101; 398 e n.106; 517 n.20;  
15.17.1: 215 n.204; 390 n.69; 392 e n.80; 495 n.74;  
15.17.2: 393 e n.81; 495 e n.75;  
15.18.1: 354 e n.69; 401 n.123; 496 e n.76;  
15.19.1: 401 n.123;  
15.19.2: 354 e n.67; 472 e n.226;  
15.20.1: 354 n.67;  
15.20.4: 215 n.204, 205; 260 n.150; 390 n.69; 393 e n.82, 83; 401 n.123; 495 n.75; 496 n.76;  
15.21.1: 473 e n.227, 228;  
15.21.2: 394 n.85; 473 e n.229;  
15.21.3: 401 n.123; 496 n.76;  
15.23: 401 n.124;  
15.25: 354 n.68; 401 n.124;  
15.27.2: 401 n.124;  
15.29: 402 n.126;  
15.29.2: 473 e n.230; 474 e n.232, 233, 234; 475 e n.236; 516 n.13;  
16.1.3: 402 n.127;  
16.1.5: 215 n.204; 393 n.84; 394 e n.85, 86, 88; 404 n.141;  
16.1.6: 475 e n.239;  
16.2.1: 222 e n.238; 223 e n.247, 248;  
16.2.4: 402 n.127;  
16.2.5: 475 e n.237;  
16.3.2: 394 n.85;  
16.3.3: 477 e n.244;  
16.3.4: 401 e n.124, 125;  
16.3.5: 356 e n.81, 82; 357 n.83;  
16.3.6: 354 n.70; 402 n.128; 494 n.73;  
16.4.4: 401 n.123;  
16.5.2: 476 e n.240, 242; 477 e n.243;  
16.5.5: 19 n. 9; 20 n.16; 25 n.38; 26 n.42; 490 e n.52;  
16.6.1: 402 n.129;  
16.6.3: 13.46.3: 210 n.177; 223; 224 e n.249;  
16.7.1: 354 n.71; 402 n.130, 131; 494 n.73;  
16.7.2: 355 e n.72, 73;  
16.7.7: 355 n.71;  
16.7.8: 354 n.70;  
16.11.1-2: 356 e n.79;  
16.11.4: 380 n.5;  
16.14.4: 517 n.20;  
16.15.1: 359 e n.89, 90; 377 n.178;  
16.15.2: 359 n.91; 360 e n.94, 96;  
16.15.5: 210 n.177; 224 e n.250, 252; 225 e n.256; 360 n.99, 100; 361 e n.104; 396 e n.96; 494 n.70; 497 n.78, 80;  
16.16.2: 436 e n.84;  
*Brut.* –  
104: 125 n.12;  
161: 482 n.7;  
204: 400 n.115;  
211: 126 n.14;  
252 sq.: 344 n.31;  
*Cael.* – 150;  
17: 128 n.21;  
18: 128 n.20;  
26: 464 n.197;  
27 sqq.: 245 n.83;  
37 sqq.: 245 n.83;  
33-34: 150; 151 e n.24;  
60: 61 n.43; 153 n.32;  
*Catil.* –  
1.14: 62 n.49;

- 4: 230;  
 4.3: 187 n.51; 231 n.10; 415 n.202;  
 4.12: 61 n.61; 153 n.32;  
 4.16: 481 n.5;  
*Cato* – 343; 344 n.31; 490 e n.49;  
*Catulus* – 299 n.332;  
*Cato* – 291 n.299;  
*Clod.* – 381 n.16;  
*Clu.* – 150;  
 14: 98 n.54; 268 n.191;  
 16: 150 e n.23;  
*Consol.* – 284 n.270; 287 n.283; 288 e n.286, 287; 289 e n.289; 290 e n.293, 294, 295; 291 e n.295, 296, 299; 292 e n.299; 294 n.315; 301; 304 e n.355; 306 n.362;  
 frg. 3 Müller: 288 n.286;  
 frg. 7 Müller: 287 n.283; 288 n.286;  
 frg. 8 Müller: 288 n.286;  
 frg. 9 Müller: 288 n.286;  
 frg. 10 Müller: 288 n.286; 304 n.355;  
 frg. 11 Müller: 288 n.286; 304 n.355; 306 n.362;  
 frg. 12 Müller: 288 n.286; 304 n.355;  
 frg. 13 Müller: 288 n.286;  
 frg. 14 Müller: 288 n.286;  
 frg. 15 (primeira parte) Müller: 288 n.286;  
 frg. 15 (segunda parte) Müller: 288 n.286;  
*Deiot.* – 345 e n.33, 34; 385 n.44;  
 15: 66 n.66; 156 n.42;  
 30: 149 e n.21;  
 38: 207 n.161;  
*Diu.* – 288 n.286; 291 n.297; 291 n.299; 300;  
 1.28: 417 n.3;  
 2.1-4: 292 n.299;  
 2.3: 300 n.340;  
 2.7: 302 n.349;  
 2.22: 288 n.286; 291 n.296;
- Dom.* –  
 96: 156 n.43;  
 97-98: 160; 161 e n.58;  
*Fam.* – 17; 20 e n.17; 21 e n.21; 22 e n.22; 37; 38 n.70; 155; 176; 225; 229; 396; 491 n.56;  
 1.7.11: 234 e n.29;  
 1.9.10: 235 n.33;  
 1.9.24: 420 n.12;  
 2.4.1: 27 e n.45;  
 2.13.2: 166 e n.77; 167 n.82; 241; 242 e n.69;  
 2.15.2: 245 e n.84; 246 n.85;  
 2.16.5: 254 e n.123;  
 2.17: 385 n.44;  
 2.17.1: 386 n.44;  
 3.8.3: 22 n.22;  
 3.9.4: 158 n.51;  
 3.10.1: 242 e n.70, 71;  
 3.10.5: 243 e n.74, 76, 78;  
 3.10.9: 166 e n.76; 167 n.82;  
 3.10.10: 164 n.69;  
 3.11.1: 243 n.78;  
 3.11.2: 244 n.78;  
 3.12: 347 n.93;  
 3.12.1: 244 n.78; 247 n.94;  
 3.12.2: 188 n.53; 248 e n.95, 96, 97; 349 e n.99;  
 3.12.3: 249 e n.101, 102; 250 e n.103;  
 3.12.4: 246 n.86; 247 n.93; 250 e n.104;  
 4.4: 21 n.19;  
 4.4.5: 420 n.12;  
 4.5.4: 278 n.245;  
 4.5.5: 278 e n. 246, 248;  
 4.5.6: 278; 279 e n. 250, 251, 252; 280 n.254;  
 4.6.1: 280 e n.256;  
 4.6.2: 280 e n.257; 281 e n.258;  
 4.12: 21 n.22;  
 4.13.1: 27 n.45;  
 4.14.1: 218 n.217;



- 4.14.3: 218 e n.218; 219 e n.224;  
5.6: 177 n.7;  
5.8.2: 165 e n.73; 167 n.82;  
5.10a.2: 169 e n.89;  
5.12: 19 n.9;  
5.14.1: 281 e n.259, 260;  
5.14.2-3: 282 e n.261;  
5.15.1: 282 n.262;  
5.15.1-2: 282 e n.263, 264;  
5.15.4: 283 e n.266;  
5.16: 290 n.295;  
5.16.6: 278 n.249;  
5.18.2: 165 e n.74; 167 n.82;  
5.20.3: 202 n.135;  
5.20.9: 445 n.119;  
6.1.3: 164 n.69;  
6.2: 343 n.24;  
6.10b.1: 27 n. 45;  
6.11.1: 243 n.73;  
6.18.1: 24 n.36;  
6.18.4: 420 n.12;  
6.18.5: 272 e n. 213, 214; 349 n.49; 357 n.83; 360 n.98;  
6.22.2: 166 e n.80;  
7.14.1: 317 n.429;  
7.18.1-2: 25 n.39;  
7.19: 402 n.129, 132; 494 n.73;  
7.23.2-3: 311 n.391;  
7.25.1: 25 n.39;  
7.29: 505 n.114;  
7.33.2: 270 e n.204;  
8.3.2: 195 n.93;  
8.6.1: 240 n.58, 59; 241 n.71;  
8.6.2: 240 e n.59, 60, 61, 62, 64; 241 e n.65, 67, 68;  
8.7.2: 80 n.49;  
8.8.2: 364 n.118;  
8.13.1: 244; 245 e n.80, 82, 83;  
8.16.1: 168 e n.86;  
8.16.2: 169 e n.87;  
8.16.5: 386 n.50;  
9.7.2: 269 n.201; 343 n.27;  
9.8: 299 n.333; 489 n.46;  
9.9: 177 n.7; 517 n.20;  
9.9.1: 256 n.134;  
9.9.2: 256 n.134; 257 e n.136;  
9.9.3: 257 e n.137, 138;  
9.10: 271 n.209;  
9.11: 517 n.20;  
9.11.1: 277 e n.240, 241; 337 e n.1; 338 e n.3, 4;  
9.11.2: 339 e n.7; 340 e n.10;  
9.12.2: 345 e n.34;  
9.13: 271 n.209;  
9.13.1: 316 n.424;  
9.14: 345 n.35; 351 n.57;  
9.14.1: 346 e n.39;  
9.14.2: 347 e n.40;  
9.14.3: 347 e n.41, 42;  
9.14.4: 347; 348 n.43;  
9.14.6-7: 348 e n.44, 45, 46;  
9.14.8: 349 e n.48;  
9.16.6: 306 n.363;  
9.16.7: 270 e n.204;  
9.20.3: 21 n.19;  
9.21.1: 26 n.44;  
10.3.2: 155 e n.37;  
10.15.1: 169 e n.92;  
10.23.1-3: 408 n.159;  
10.33: 21 n.19;  
10.33.4: 407 n.158; 410 n.172;  
11.3: 355 n.71;  
11.9: 407 n.158; 410 n.172;  
11.14.2: 408 n.161;  
11.14.2-3: 408 n.163;  
11.19: 408 n.160;  
11.25.2: 408 n.165;  
11.26: 408 n.163;  
11.27.4: 159 n.51;  
11.29.2: 159 n.51;

- 12.1.1: 346 n.38;  
 12.1.1-2: 348 n.47; 349 n.47;  
 12.4.2: 361 e n.105; 362 e n.107;  
 12.7: 363 n.113;  
 12.7.2: 363 n.114;  
 12.8.2: 374 e n.165;  
 12.9.1: 376 e n.173;  
 12.10.1: 376 e n.174;  
 12.10.2: 376 e n.175;  
 12.10.4: 408 n.165;  
 12.12: 376 n.173;  
 12.12.1: 367 e n.133;  
 12.12.2: 368 e n.137;  
 12.12.5: 367 e n.136;  
 12.13.2: 170 n.93;  
 12.13.3: 375 e n.168;  
 12.13.4: 375 e n.169; 376 e n.171, 172;  
 12.14: 369;  
 12.14.1: 369 e n.146; 370 e n.147, 149;  
 12.14.2: 371 e n.151, 152;  
 12.14.3: 370 n.150;  
 12.14.4: 372 e n.154, 155, 156; 373 n.161;  
 12.14.6: 373 e n.157;  
 12.14.7: 373 e n.160;  
 12.15: 369;  
 12.15.1: 369 n.146;  
 12.15.2: 370 n.147, 148;  
 12.15.2-3: 362 n.109;  
 12.15.3: 370 n.150;  
 12.15.3-4: 370 n.150;  
 12.15.5: 371 n.151;  
 12.15.6: 371 n.151;  
 12.15.7: 274 e n.163, 164;  
 12.16: 399 n.112;  
 12.16.1: 398 e n.108, 109, 110;  
 12.16.2: 399 e n.111, 113; 400 n.114;  
 12.20: 402 n.132;  
 12.20.4: 408 n.162;  
 13.1.5: 516 n.15;  
 13.9: 187 n.51;  
 13.9.1.-3: 236 e n. 37;  
 13.11.3: 388 e n.58;  
 13.12.1: 80 n.49;  
 13.19.1: 505 n.110;  
 13.20: 160 e n.57;  
 13.23.1: 64 n.56; 154 e n.35;  
 13.46: 64 n.56; 154 n.35;  
 13.56: 222 n.239;  
 13.64.2: 246 n.88;  
 13.65: 312 n.400;  
 13.67: 312 n.400;  
 13.72: 494 n.71;  
 13.72.1: 494 n.71;  
 14.1: 202 n.128;  
 14.1.1: 181 n.23; 183 e n.34; 186 n.42; 382 e n.21, 25;  
 14.1.1-2: 183 n.35;  
 14.1.1-4: 177 n.8;  
 14.1.3: 178 n.14; 184 e n.36; 184 n.37;  
 14.1.4: 163 n.66; 164 n.66; 184 e n.38; 231 e n.13;  
 14.1.4-5: 213 n.192;  
 14.1.5: 185 e n.40;  
 14.2.1: 181 e n.23; 183 n.35; 186 n.42;  
 14.2.2: 163 n.66; 181 n.26; 181; 182 e n.28; 231 e n.12;  
 14.2.3: 182 e n.29, 30, 31; 186 n.44; 207 n.166;  
 14.2.4: 183 e n.32;  
 14.3.1: 181 n.23; 183 n.35; 186 e n.42;  
 14.3.2: 157 e n.45; 181 n.21; 181 n.27; 182 n.31; 186 n.43; 186 e n.44, 45; 207 n.166;  
 14.3.3: 164 n.66; 186 e n.46, 47; 231 e n.14;  
 14.3.4: 187 e n.48;  
 14.3.5: 186 n.47; 187 e n.48, 49, 50;

- 14.4.1: 177; 178 e n.10, 11;  
14.4.3: 162 e n.61; 178 e  
n.12, 13, 14; 181 n.27;  
184 n.36; 207 n.14.4.3;  
381 e n.20;  
14.4.4: 152 e n.31; 163 n.66;  
179 e n.15, 17, 18; 184  
n.37; 231 e n.11;  
14.4.5: 180 e n.19;  
14.4.6: 157 n.44; 180 e n.20;  
181 n.21; 186 n.43;  
14.5.1: 188 e n.55, 56, 57;  
198 n.113; 380 n.13; 386  
n.44;  
14.5.2: 188 n.58; 189 n.59;  
14.6: 192 e n.77,78; 193 e  
n.80, 81, 84; 194 n.86,  
87; 198 n.107; 259 e  
n.147, 148, 149;  
14.7: 199 n.116;  
14.7.1: 191 e n.73;  
14.7.2: 191 e n.74;  
14.7.3: 192 e n.75; 387 e  
n.53;  
14.8: 200 e n.126, 127; 207  
n.166;  
14.9: 200 n.123, 124; 261 e  
n.155;  
14.10: 204 e n.146; 205 e  
n.151; 268 e n.193; 516  
n.14;  
14.11: 199 n.118; 200 e  
n.128; 202 n.130, 131;  
264 e n.170, 172; 387  
n.56;  
14.12: 198 n.110 111, 112,  
115;  
14.13: 204 n.148, 149; 205 e  
n.152, 153; 268 n.194;  
269 e n.196; 516 n.14;  
14.14: 189 n.61;  
14.14.1: 189 n.62, 63; 190  
n.65, 67, 68; 252 e  
n.116;  
14.15: 201 e n. 133; 264  
n.170; 387 n.57;  
14.16: 200 n.125;  
14.17: 200 n.125;  
14.18.1: 189 e n.62, 64; 190  
e n.65;  
14.18.2: 190 n.66, 67, 68;  
14.18.4: 252 e n.115;  
14.19: 199 e n.121; 200 e  
n.122; 229 n.3; 261 e  
n.163;  
14.20: 207 n.160; 208 e  
n.171;  
14.21: 200 n.126, 127; 207  
n.166;  
14.22: 207 n.160, 168; 208 e  
n.169; 269 n.199;  
14.23: 207 e n.160, 161, 163,  
165;  
14.24: 207 n.160, 164;  
15.7: 166 n.80;  
15.8: 156 n.40;  
15.10.1-2: 155; 156 e n.40;  
15.11: 385 n.44;  
15.11.1: 156 n.40;  
15.19.4: 21 n.22;  
16.1: 160 n.56; 488 n.37;  
491 n.54; 504 n.107; 508  
n.125; 517 n.20;  
16.1.1: 503 e n.100, 103;  
16.1.2: 487 n.36; 504 e  
n.105;  
16.2: 160 n.56; 488 n.37;  
503 n.102; 504 n.104;  
508 n.125;  
16.3: 160 n.56; 488 n.37;  
508 n.125;  
16.3.2: 503 n.102;  
16.3-6: 491 n.54; 517 n.20;  
16.4: 160 n.56; 488 n.37;  
504 n.106; 508 n.128;  
16.4.2: 505 e n.114;  
16.4.3: 487 e n.36; 503 n.98;  
505 n.113; 506 e n.115;  
16.4.4: 504 e n.108;  
16.5: 160 n.56; 488 n.37;  
504 n.106; 508 n.125,  
128;  
16.5.1: 507 e n.120, 121;

- 16.5.2: 507 n.120;  
 16.6: 504 n.106; 508 n.125;  
 16.6.1: 487 n.36; 504 n.106;  
 16.6.2: 507 n.120;  
 16.7: 160 n.56; 459 n.181;  
 488 n.37; 504 n.108; 508  
 n.125;  
 16.8: 160 n.56; 491 n.54;  
 508 n.125; 517 n.20;  
 16.9: 160 n.56; 488 n.37;  
 16.9.1: 160 n.56; 189 n.60;  
 488 n.39; 502 n.98;  
 16.9.2: 177 n.7; 198 n.113;  
 505 n.109;  
 16.9.3: 505 n.111;  
 16.9.4: 506 n.115;  
 16.10: 486 n.28; 488 n.37,  
 38; 508 n.125; 516 n.16;  
 16.10.1: 485 e n.26;  
 16.10.2: 492 e n.61;  
 16.11: 160 n.56; 488 n.37;  
 508 n.125;  
 16.11.1: 177 n.7; 492 n.63;  
 16.11.2-3: 199 n.116; 493 e  
 n.66, 67;  
 16.12: 160 n.56; 488 n.37;  
 493 n.67;  
 16.12.5: 252 n.114;  
 16.12.6: 177 n.7; 507 e  
 n.118;  
 16.13: 483 n.15; 488 n.37,  
 38; 508 n.125; 516 n.16;  
 16.14: 488 n.37, 38; 508  
 n.125; 516 n.16;  
 16.14.1: 484 e n.18;  
 16.14.1-2: 492 n.61;  
 16.14.2: 484 e n.20;  
 16.15: 488 n.37, 38; 508  
 n.128; 516 n.16;  
 16.15.1: 484; 485 e n.22;  
 16.15.2: 485 e n.24;  
 16.16: 483 n.15;  
 16.16.1: 421 e n.15; 481 n.5;  
 486 e n.28; 508 n.127;  
 516 n.17;  
 16.16.2: 486 e n.33; 508  
 n.122;  
 16.17: 488 n.37;  
 16.17.1: 19 n.9; 20 n.17; 25  
 n.38; 26 n.42; 491 e  
 n.56, 58;  
 16.18: 488 n.37;  
 16.18.1: 488 n.40; 498 n.96;  
 16.18.2: 499 e n.87;  
 16.18.3: 499 e n.88;  
 16.19: 497 n.79; 508 n.125;  
 16.20: 488 n.37, 40; 499  
 n.87; 500 n.88; 501 e  
 n.93;  
 16.21: 491 n.55; 508 n.126;  
 517 n.20;  
 16.21.1: 379 n.2; 403 e  
 n.134;  
 12.21.2-3: 403 e n.135; 509 e  
 n.131;  
 16.21.3: 403 e n.136; 404 e  
 n.37;  
 16.21.4: 404 n.140;  
 16.21.4-5: 405 e n.145;  
 16.21.5: 397 n.101; 404  
 n.141; 405 e n.146, 147;  
 16.21.6: 404 e n.148;  
 16.21.7: 502 e n.97; 511  
 n.140; 516 n.18;  
 16.21.8: 406 e n.149, 150;  
 501 e n.92;  
 16.22: 488 n.37;  
 16.22.1: 488 n.41; 490 e  
 n.50; 491 n.58;  
 16.22.2-3: 500 e n.91;  
 16.23.2: 486 n.31; 502 e  
 n.95; 493 n.67; 509  
 n.129;  
 16.24.1: 225 n.259; 361  
 n.100; 395 n.90; 396  
 n.97; 497 e n.78, 80;  
 16.24.2: 358 n.87; 360 e  
 n.98; 497 e n.81; 498 e  
 n.84;  
 16.25: 517 n.20;  
 16.26: 508 n.125;

- 16.26-27: 491 n.54; 517 n.20;  
16.27.1: 509 e n.130;  
16.27.2: 508 n.126;  
*Fat.* – 291 n.299;  
*Fin.* – 142; 291 n.299; 292 e n.299; 294; 295; 296; 297; 300; 301; 341 n.17;  
1-2: 292; 294 n.315;  
1.10: 302 n.349;  
2.45: 143 n.12; 144 n.12;  
4.17: 144 n.14;  
5: 295; 297 n.321;  
5.65 – 143 e n.12;  
*Flac.* –  
84: 99 n.56;  
104: 168 n.83;  
*Glor.* – 510;  
*Har.* –  
16: 61 n.43; 153 e n.32;  
*Hort.* – 291 n.299;  
*Ioci* – 510;  
*Leg.* –  
1.5: 302 n.349;  
3.7: 130 n.30; 145 e n.16;  
*Lig.* –  
20: 152 n.29;  
*Luc.* –  
137: 293 n.304;  
*Marc.* –  
23: 130 n.30;  
*Mil.* –  
3: 168 n.83;  
64: 61 n.43; 153 n.32;  
76: 168 n.83;  
78: 168 n.83;  
*Mur.* –  
12: 152 n.29;  
*N.D.* – 291 n.299; 292 n.299; 300 e n.340; 301; 302;  
1.7: 302 n.349;  
1.9: 276 n.235;  
1.41: 301 n.345;  
2.8: 302 n.349;  
2.73-167: 302 n.349;  
2.157: 162 n.59;  
*Off.* – 139; 380 e n.5;  
1.1: 302 n.349; 400 n.116; 404 n.144;  
1.2: 404 n.138;  
1.12: 144 n.14; 152 n.59;  
1.53: 140 e n.3;  
1.54: 63 n.55; 130 n.30; 135 n.53; 142 e n.7, 9;  
1.78: 413 n.196, 197; 414 n.198;  
2.8: 404 n.138;  
2.44: 414 n.200;  
2.45: 387 n.55; 413 n.193, 194;  
2.49: 413 n.195;  
3.5: 404 n.138;  
3.6: 383 n.30; 391 n.76; 404 n.139;  
3.121: 380 n.5, 6; 402 n.133;  
*Orat.* – 44; 298 n.330; 478;  
1.183: 88 n.2;  
2.2: 478 e n.247;  
3.36: 400 n.115;  
20-32: 27 n.45;  
75-112: 27 n.45;  
*Part.* – 379 e n.3; 380 e n.4; 404 n.139;  
1: 380 n.4;  
*Phil.* – 44 e n.102; 46;  
1: 355 e n.76; 402 n.132;  
1.6: 402 n.126;  
1.8: 354 n.71;  
1.29: 355 n.77;  
2: 355 e n.78;  
2.28: 113 n.111;  
2.75: 340 n.11; 356 e n.80;  
2.91: 61 n.43; 153 n.32;  
5.11: 62 n.49;  
8.29: 286 n.280;  
8.32: 482 n.7;  
10.13: 406 n.153;  
11: 363 e n.114;  
11.26 sqq.: 363 n.114; 365 n.125;  
11.28: 363 n.114;  
11.29: 377; 378 e n.180;

- 12.5: 66 n.66; 156 n.42;
- Pis.* –
- 53: 149 e n.22;
- Q. fr.* – 17; 22;
- 1.1.44: 306 n.363;
- 1.3.1: 164 e n.69; 167 n.82;
- 1.3.3: 163 n.64, 65; 170; 171 e n.98, 99; 183 n.33; 189 n.59; 229 e n.4; 419 e n.9, 10; 453 e n.153;
- 1.3.3: 380 n.11, 12; 381; 382 n.21;
- 1.3.6: 165 e n.71; 167 n.82;
- 1.3.10: 185 n.39; 382 e n.22; 420 e n.11;
- 1.4.1: 157 e n.47;
- 1.4.4: 157 e n.48;
- 2.3.7: 307 n.370;
- 2.4.2: 187 n.51; 233 e n. 22; 383 n.34; 454 e n.156;
- 2.5.1-2: 187 n.51;
- 2.6.1: 233 e n.25; 234 e n.27;
- 2.6.2: 421 n.16; 426 e n.42; 454 n.157;
- 2.9.2: 421 n.17;
- 2.11.14: 25 n.39;
- 2.13.2: 384 e n.36;
- 2.13.3: 420 e n.14;
- 3.1.7: 454 e n.159, 160;
- 3.1.10: 482 n.8; 491 n.54; 517 n.20;
- 3.1.14: 385 e n.38; 455 e n.161;
- 3.1.19: 384 n.36; 455 e n.162; 478 n.246; 488 e n.43;
- 3.3.1: 455 n.163;
- 3.3.4: 456 e n.164;
- 3.4.6: 385 e n.39;
- 3.3.4: 384 n.36;
- 3.5.8: 235 n.32;
- 3.7.9: 384 n.36; 456 e n.166;
- Quinct.* –
- 17: 316 n.424;
- 54: 66 n.66; 156 n.42;
- Red. Pop.* –
- 8: 156 e n.43; 415 n.202;
- Red. Sen.* –
- 1: 161 n.58;
- 38: 230 n.8;
- Rep.* – 44; 291 n.299; 298 n.330
- 4.6: 146 e n.17;
- 1.67: 148 e n.18;
- S. Rosc.* –
- 96: 66 n.66; 156 n.42;
- Scaur.* –
- 1: 60 n.37; 152 e n.29;
- Sen.* – 291 n.299;
- 37: 70 n.14;
- Sest.* – 151; 358 n.85;
- 21: 149 n.22; 150 n.22;
- 69: 181 n.25;
- 131: 229 n.1; 232 e n.15, 16; 306 n.365;
- Sul.* –
- 86: 143 n.10;
- Top.* –
- 4: 216 n.209;
- 14: 57 n.26;
- 19: 112 n.108; 119 n.131, 133; 211 n.185;
- 23: 93 n.31; 184 n.39;
- Torquatus* – 294 e n.315;
- Tusc.* – 284 n.270; 288 n.286; 290 n.293; 291 n.299; 292; 300 e n.340; 301; 304 n.355; 344 n.29;
- 1.5: 302 n.349;
- 1.7: 300 n.340;
- 1.21: 301 n.343;
- 1.24: 301 n.343; 304 n.355;
- 1.39: 304 n.355;
- 1.41: 301 n.343;
- 1.42: 304 n.355;
- 1.51: 301 n.343;
- 1.65 sq.: 288 n.286;
- 1.66: 304 n.355;
- 1.72: 304 n.355;
- 1.76: 288 n.286;
- 1.77: 301 n.343;
- 1.83: 288 n.286;

- 2.2: 300 n.340;  
 3.34-51: 300 n.340;  
 3.70: 288 n.286;  
 3.70 sqq.: 27 n.229;  
 3.76: 284 n.270; 288 n.289;  
 4.7: 300 n.340;  
 4.18: 284 n.270;  
 4.63: 288 n.286; 290 n.293;  
 4.71: 301 n.343;  
 5.5: 144 n.14;  
 5.11: 300 n.340;  
*Ver.* – 177 n.7; 510;  
 2.1.112: 229 n.1;  
 2.1.112-114: 161 n.58;  
 2.1.153: 161 n.58; 162 n.58;  
 2.3: 25 n.39;  
 2.2.51: 152 n.29;  
 2.5.80: 61 n.43; 153 n.32;  
 CÍCERO, MARCO TÚLIO (FILHO) – 18 n.9; 20 n.17; 23; 34; 35; 69 n.10; 71 n.21; 132; 157 e n.44; 158; 159; 162 e n.60; 164; 165 e n.71; 170; 171; 177 n.7; 178; 183; 185 n.39; 188; 201 e n.131; 202; 203 2 n.141; 205; 212; 213; 214; 215 e n.205; 216; 217; 224 e n.251; 265 n.175; 335 e n.524; 525; 360 n.100; 379-415; 418; 420; 421; 452; 455 e n.163; 456; 457 e n.168; 170; 460 e n.184; 482; 491 e n.54; 55; 59; 494 n.73; 495 n.74; 496 n.78; 501; 502; 503 n.98; 504 n.107; 508 n.126; 509; 511; 515; 516; 517 e n.20; 519; 520;  
 CÍCERO, QUINTO TÚLIO – 22; 34; 35; 41; 46; 157; 158; 162; 164; 165 e n.71; 171; 185 n.39; 229; 233; 261 n.154; 262; 382; 384 e n.36; 417-459; 461-465; 467-474; 477-479; 481 n.5; 482; 485 e n.27; 486; 491 e n.54; 503 n.98; 504 n.107; 508 e n.126; 509; 511; 514; 515; 516; 517 e n.20; 519 n.24; 520;  
 CÍCERO, QUINTO TÚLIO (FILHO) – 34; 158; 159; 163; 171; 339 n.7; 383; 384 e n.35; 36; 385 e n.36; 388; 400; 417-422; 422-426; 430; 432-436; 438-439; 441-442; 447-449; 451-479; 482; 491 n.54; 59; 503 n.98; 504 n.107; 508; 509; 511; 515; 516; 517 e n.20; 519; 520;  
 CICERONES, QVINTI – 36; 197 n.100; 218 e n.220;  
 CILÍCIA – 42; 43 n.92; 100; 158; 165; 176; 187; 188; 198; 199 n.116; 236; 237; 240 e n.58; 241; 242 n.71; 246 n.86; 367; 374; 375 e n.167; 384 n.35; 385 e n.36; 44; 399; 427; 430; 436; 445 e n.119; 456; 457; 458; 459; 488; 502; 503 n.98; 507; 514; 518; 519 e n.24; 520;  
 CINA, L. CORNÉLIO – 40;  
 CÍNCIO – 429 e n.53;  
 CIPÃO, Q. CECÍLIO METELO – 43;  
 CIRCEU – 273 n.221;  
 CIRENAICA – 363;  
 CLAASSEN – 24 n.35; 175 n.2; 176 e n.5; 6; 177 e n.7; 9; 191 n.71; 193 e n.82; 194 e n.86; 196 e n.99; 100; 199 n.120; 200 n.123; 201 n.132; 134; 202 n.138; 203 n.142; 204 n.143; 144; 206 n.155; 207 n.167; 208 n.170; 209 e n.172; 173; 174; 175; 210 n.177; 178; 226 e n.260; 261; 227 e n.262; 438 n.94; 518 n.24;  
 CLARK – 97 n.47; 230 n.6; 9; 233 n.21; 237 n.42; 246 n.89; 249 n.100; 255 n.126; 132; 267 n.191; 272 n.215; 335 n.527; 422 n.22;  
 CLÁUDIA – vd. CLÓDIA;  
 CLAUDIA (FAMILIA) – 150;  
 CLÁUDIO (IMPERADOR) – 103 n.75; 108 n.95;  
 CLEANTE – 289 n.289;  
 CLEÓPATRA – 46;  
 CLITÓMACO – 289 n.289;  
 CLÓDIA (CLÁUDIA, ESPOSA DE L. L. LUCULO) – 95; 110 n.103; 125 n.13; 150;  
 CLODIA DE CAPIT E CIVIS ROMANI, LEX – 40 n.75;  
 CLODIA DE EXSILIO CICERONIS, LEX – 41 n.76;  
 CLÓDIA QUADRANTÁRIA (IRMÃ DE P. CLÓDIO PULCRO) – 312; 315 e n.418; 316; 349 n.49;  
 CLÓDIO – vd. PULCRO, P. CLÓDIO  
 CLUÁCIO – 305; 314;  
 CLUÊNCIO – 150;  
 CLÚVIO, M. – 222; 223; 343 n.25; 496 n.77;  
 COCEIO NERVA, L. – 225 n.254; 304 e n.254; 326 e n.473; 361 e n.101;

- COLUMELA –  
4.3.1: 61 n.43;  
CÓMODO (IMPERADOR) – 127 n.16;  
CONSOLI – 20 n.12;  
CONSTANS, L.-A. – 18 n.8; 20 n.18; 21 n.19;  
25 n.39; 181 n.26; 188 n.52; 230 n.9; 417  
n.3; 425 n.35; 427 n.43; 483 n.16; 484  
n.17;  
CORBETT – 51 n.1; 87 n.1, 2; 91 n.19; 92  
n.21, 25, 27; 96 n.42, 44, 45; 97 n.47, 48;  
98 n.54; 100 n.62; 101 n.67, 68; 105  
n.83, 84; 106 n.85; 107 n.92; 110 n.104;  
111 n.104, 105; 213 n.194; 215 n.201;  
216 n.209; 230 n.6, 9; 246 n.89; 255  
n.131; 267 n.191; 271 n.207;  
CORBIER – 202 n.137;  
CORCIRA – 198 n.111; 218; 441 e n.103;  
CORÉLIA HISPULA – 124 n.11;  
*CORNELII LENTULI (FAMILIA)* – 155;  
CORFÍNIO – 42;  
CÓRICO – 375 n.167;  
CORNÉLIA (FILHA DE CIPÃO AFRICANO E  
MÃE DOS GRACOS) – 26 n.42; 95; 125  
n.12;  
CORNÉLIA METELA (ESPOSA DE POMPEIO) –  
110 n.103;  
CORNÉLIO NEPOS – 18; 19 e n.9; 20; 23; 422  
n.21;  
*Att.* –  
5.3: 422 n.25;  
16.2-3: 18 n.7; 29 n.49;  
17.1: 422 n.21;  
19: 19 n.9;  
CORNIFÍCIO, Q. – 45; 402 n.132  
*CORPVS INSCRIPTIONVM LATINARVM (CIL)* –  
5.5262: 130 n.31;  
6: 98 n.52;  
6.732: 109 n.100;  
6.3604: 109 n.100;  
6.11924: 102 n.72;  
6.12405: 109 n.100;  
6.14404: 109 n.100;  
CORVINO, MESSALA – 34 n.68; 391 n.74;  
CORVINO, MESSALA (FILHO) – 391 n.74;  
COSSÍNIO, L. (LIBERTO) – 154;  
COSTA – 211 n.183;  
COTA, L. AURÉLIO – 298 n.330; 310 e n.388;  
CRANTOR – 284 n.270; 287 n.282, 283; 288  
n.287; 289 n.289; 291 n.295; 304 n.355;  
*Περὶ πένθους* – 287 n.282, 283;  
*CRASSI, LICINII* – 70 e n.16; 71 n.21;  
CRASSÍPEDE, FÚRIO – 35; 187 n.51; 232; 233;  
234 e n.28; 235 e n.31; 236; 426; 454;  
515; 520;  
CRASSO, M. (FILHO DE CRASSO) – 167 n.82;  
CRASSO, M. LICÍNIO – 40; 41; 42; 70 n.16;  
143 n.10; 165 e n.72; 167 n.82; 235;  
CRASSO, P. (FILHO DE CRASSO) – 167 n.82;  
CRATANDER – 22;  
CRATES – 287 n.282;  
CRATIPO – 399 e n.112; 400; 403; 404; 405;  
CRETA – 40;  
CRISIPO – 284 n.270; 288 n.287; 289 n.289;  
*Θεραπευτικός* – 284 n.270;  
CRISIPO – 503 n.98;  
CRISIPO, VÉTIO – 317;  
CRISPO, Q. MÁRIO – 318 e n.434; 320;  
CROOK – 56 n.19, 23; 67 n.1; 68 e n.4; 70; 87  
n.1; 101 n.65; 122 n.5; 128 n.21, 22;  
CUGUSI – 18 e n.9; 19 n.9, 10; 20 n.13, 17; 21  
n.20, 21; 22 n.22, 25; 23 n.28, 33; 25  
n.39, 41; 26 n.42, 44; 27 n.45; 28 n.46,  
47; 29 n.49, 50, 51; 30 n.55; 32 n.65; 491  
n.56;  
CULARÃO – 408;  
CUMAS – 434 n.75; 483; 484;  
CUNCTATOR, Q. FÁBIO MÁXIMO – 465  
n.198;  
CURA – 240 n.58;  
CÚRIA – 39; 43; 127 n.15; 284; 492;  
CURIÃO – 43; 44; 253 n.120; 492;  
CÚRIO – 505 e n.113, 114; 506 n.116; 507;  
CUSINO, M. – 311 e n.395; 316;  
**D**  
DAMASIPO, P. LICÍNIO CRASSO – 310; 311  
n.391;  
*DE BELLO AFRICO* –  
93.3 – 318 n.437;



*DE BELLO HISPANIENSI* –

- 33.3 sq. – 316 n.424;  
 DEJÓTARO (REI DA GALÁCIA) – 149; 156 n.42; 345 n.34; 368; 385 n.44; 457;  
 DEJÓTARO (FILHO) – 385 n.44; 458;  
 DELFOS (ORÁCULO DE) – 462 n.189;  
 DEMÉTRIO – 500 e n.90, 91;  
 DEMÉTRIO (FALEREU) – 27 n.45;  
 p. 1 Hercher: 27 n.45; 500 n.90;  
 DEMÓSTENES – 44;  
 DENIAUX – 353 n.63;  
 DICEARCO – 301 n.343;  
*Περὶ ψυχῆς* – 301 e n.343;  
 DIGESTO – 87 n.1; 141 n.5; 255 n.129;  
*dig.* –  
 23 (*De iure dotium*): 106 n.85;  
 23.3-5: 106 n.85;  
 48.5 (*Ad legem Iuliam de adulteriis coercendis*): 115 n.120;  
 DIÓGENES – 289 n.289;  
 DÍON CÁSSIO –  
 36.18.6: 229 n.1;  
 38.7.3: 130 n.30;  
 43.29 sq.: 316 n.424;  
 45.15.4: 400 n.119;  
 46.3.2: 400 n.120; 402 n.133;  
 46.45.3: 410 n.175; 411 n.178;  
 47.8.3: 412 n.190;  
 47.23.1: 364 n.121;  
 47.30.5: 377 n.176;  
 48.44.5: 119 n.131;  
 51.19.3: 412 n.188, 190;  
 54.16.7: 230 n.9;  
 67.12.1: 118 n.125;  
 DIONÍSIO, MARCO POMPÓNIO – 383; 384 n.35; 384 n.35; 457 e n.170; 491 n.59; 503 n.98;  
 DIONÍSIO DE HALICARNASSO – 111 n.107;  
 2.26.27: 111 n.107;  
 DIOSCUROS – 304 n.355; 305 n.355;  
 DIRRÁQUIO – 256; 362 n.108; 366 n.131; 387; 408 n.164; 441 n.103; 519;  
 DIXON – 51 n.1; 52 n.4; 53 n.7, 8; 54 n.13; 56 n.19, 21, 22, 23; 57 n.26; 58 n.30; 60

- n.38; 67 n.1; 68 e n.2, 4, 7; 69 n.9, 13; 70 n.15, 18; 71 e n.19; 72 n.23, 25, 26; 73 e n.26, 27, 28; 74 n.32; 76 n.37; 77. n.39; 79 n.45, 46; 80 n.47; 83 e n.59; 85 e n.62; 86 e n.66, 67; 89 n.1, 2; 88 n.3, 4; 89 n.9; 90 n.15; 91 e n.18, 20, 21; 92 n.22, 23, 24, 25, 26; 93 e n.29; 94 e n.32, 34, 35, 36; 95 e n.37, 38, 39, 40 41; 96 e n.42, 43, 45; 97 n.46; 98 n.53, 54, 55; 99 n.56, 57, 58; 100 n.62; 101 n.66, 67, 68, 69; 102 n.70, 71, 72; 103 n.73, 75; 104 n.75, 78; 105 e n.81, 82, 83; 106 e n.85, 86, 87; 107 n.89, 90, 91; 109 n.97, 98, 100, 101; 110 n.102; 111 n.107; 112; 113 e n. 111, 112, 113; 114 e n.114, 116; 115 e n.118, 119; 116 n.121, 123; 117 e n.124; 123 n.7; 136 n.58; 179 n.18; 180 n.18; 184 n.39; 185 n.39, 41; 186 n.41; 188 n.53; 192 n.76,79; 194 n.87; 197 e n.105; 202 n.137, 138, 139; 211 n.183, 185; 214 n.199; 215 n.205; 216 n.207, 208, 211; 217 n.213; 246 n.89; 255 n.132; 256 n.133; 260 n.150; 267 n.191; 268 n.191; 268 n.191; 327 n.481; 349 n.49; 357 n.83; 360 n.95; 389 n.67; 390 n.69, 70; 392 n.77, 79; 395 n.94; 482 n.7;  
 DOLABELA, P. CORNÉLIO – 35; 36; 37; 100; 170; 187 e n.51; 188; 189; 192 e n.79; 193 n.79; 194; 197 n.102; 198; 200 e n.123; 204; 205 e n.152; 206 n.155; 210 e n.182; 211 e n.185; 224; 225 e n.254, 258; 239-272; 273 n.218; 277; 300; 316; 327 e n.481, 483; 328 n.383; 337-378; 396 n.97; 402 n.126; 408 n.164; 451 n.145; 465; 466; 497; 498; 515; 516; 517 n.20; 520;  
 DOMÍCIA DECIANA (ESPOSA DE AGRÍCOLA) – 77 n.39;  
 DOMICIANO (IMPERADOR) – 90 n.14; 117 n.125; 127 n.15;  
 DOMÍCIO AENOBARBO, GNEU – 110 n.104; 166;  
 DOMÍCIO AENOBARBO, L. – 492;  
 DRUMANN-GROEBE – 175 n.1; 230 n.5; 269 n.200; 380 n.8;  
 DRUSO CLAUDIANO, M. LÍVIO – 308 e n.376; 311; 313; 314; 316; 322;  
 DUFF – 131 n.37;

## E

ÉFESO – 385 e n.44; 441; 445 n.119;  
 ÉFORO – 400; 457;  
 EGIPTA – 483; 484 e n.21; 485;  
 EGIPTO – 43; 438;  
 EGNÁCIO RUFO, L. – 313; 433 e n.72;  
 ÉLIO TUBERÃO, Q. – vd. TUBERÃO, Q. ÉLIO  
 EMÍLIA (FILHA DE CIPÃO AFRICANO E IRMÃ DE CORNÉLIA) – 95;  
 EMÍLIA SCAURA (ENTEADA DE SULA E ESPOSA DE POMPEIO) – 114 n.115;  
 EMÍLIO PAULO – 93;  
 ÉNIO – 465 n.198;  
     *Ann.* – 165 n.198;  
     *apud Non.* 110.9: 56 n.21;  
 EPÍCRATES – 405 e n.146;  
 EPICURISTAS – 295  
 EPICURO – 289 n.289;  
 EPIRO – 364; 418 n.4; 432;  
 EPSTEIN – 40 n.74;  
 ERNOUT – 60 e n.41; 61 e n.46;  
 EROS – 215 n.205; 223; 224; 225 e n.255;  
     329; 351; 361 e n.102; 390 n.69; 392;  
     393; 395; 494; 495; 496 n.78;  
 ESCÁPULA, P. QUÍNCIO – 312; 316 e n.424;  
     318 n.437; 321 e n.451; 328; 329 e n.490; 332;  
 ESCÁPULA, T. QUÍNCIO – 316 n.424;  
 ESCATÍNIO, GAIO – 118 n.125;  
 ESCAURO – 151;  
 ESMIRNA – 362;  
 ESOPPO (ACTOR TRÁGICO) – 263 e n.169;  
 ESOPPO, MARCO CLÓDIO (FILHO DE ESOPPO) – 263 e n.169;  
 ESPARTA – 462 n.189;  
 ESPÁRTACO – 39;  
 ESPÍNTARO – 489 e n.47;  
 ESPÍNTER, P. CORNÉLIO LÊNTULO – 21; 234;  
     263 e n.169; 341; 369 e n.145, 146; 370 e n.148, 150; 371 e n.151; 372; 373 n.159;  
     374 e n.164; 388 e n.60;  
 ESTÁCIO – 427; 429; 430; 464; 465; 472; 486;  
 ESTAGIRITA – vd. ARISTÓTELES;

ESTÓICOS – 144; 284 n.270; 287 n.283; 288 n.287; 295;  
 ESTOBEU – 141 n.6;  
     *Anthologion* – 141 n.6;  
     4.22.1.25: 141 n.6; 144 n.14; 145 n.15;  
     147 n.17;  
     4.28.16: 141 n.5; 143 n.11; 168 n.84;  
     4.28.17-18: 147 n.17;  
 ESTRABÃO – 383;

## F

FABÉRIO – 318; 325 n.466; 329 e n.491, 495;  
     330 e n.500; 331; 332; 350; 494 n.71;  
 FÁBIA (MEIA-IRMÃ DE TERÊNCIA) – 181 n.24;  
 FÁBIA (ESPOSA DE DOLABELA) – 240 n.59;  
     245 n.83;  
 FÁDIO, T. – 165;  
 FARSALO (BATALHA DE) – 34; 43; 166; 290 n.295; 370 n.150; 387 e n.54; 406 n.151;  
     413; 519;  
 FEDRO – 301;  
     *Dos Deuses* – 301;  
 FERREIRA – 489 n.45;  
 FESTO, POMPEIO – 147 n.17;  
     p. 55 Lindsay: 147 n.17;  
     pp. 282-283 Lindsay: 109 n.97;  
 FIBRENO – 308;  
 FICULEIA – 293 n.306; 314;  
 FICVLENSE – 293 n.306; 314;  
 FÍGULO, L. – 375 e n.167;  
 FILIPE DA MACADÓNIA – 44;  
 FILIPOS (BATALHA DE) – 46; 391 n.74; 412;  
 FILODEMO – 141 n.4;  
 FILÓLOGO – 479;  
 FÍLON DE LARISSA – 292;  
 FILÓTIMO, TERÊNCIO – 194 e n.88; 195 e n.90, 92; 196 e n.95, 96, 98, 100; 197 e n.100; 202; 218; 331; 464; 465; 494 e n.68;  
 FLAMA, FLAMÍNIO – 224; 225 e n.257; 360 n.100; 395; 396; 496 e n.78; 497;  
 FLORALIA – 427 n.43;  
 FÓRMIAS – 46; 189; 236; 252; 384 n.35; 386; 431; 460; 461; 479; 483; 485; 507;

FORTUNA – 64 n.58; 277;  
 FORVM – 24; 43; 126; 128; 280; 281; 284;  
 286; 317; 345;  
 FRIEDLÄNDER – 104 n.76;  
 FRONTÃO – 28;  
     *Amic.* –  
         1.12: 59 n. 33;  
     *Ant. imp.* –  
         3.8: 29 e n. 48;  
 FRONTEIO, P. – 40 n.73;  
 FRUGI (COGNOMEN E FAMÍLIA) – 149;  
 FRÚGI, L. CALPÚRNIO (BISAVÔ DE  
 G. CALPÚRNIO PISÃO FRÚGI) – 230 n.8;  
 FRÚGI, L. CALPÚRNIO (AVÔ DE  
 G. CALPÚRNIO PISÃO FRÚGI) – 230 n.8;  
 FRÚGI, L. CALPÚRNIO (PAI DE G. CALPÚRNIO  
 PISÃO FRÚGI) – 230 e n.8;  
 FRÚGI, G. CALPÚRNIO PISÃO – 35; 163 e  
 n.66; 178 n.13; 187 n.51; 230 e n.8; 231;  
 232; 233 n.24; 514; 520;  
 FÚLVIA – 95;  
 FUNGHI – 142 n.6;  
 FUSCO (AMIGO DE PLÍNIO) – 75 n.35;

## G

GAIO – 59;  
     *dig.* –  
         24.2.2.1: 110 n.102; 267 n.190;  
         48.5.44: 87 n.2;  
         50.16.196.1: 59 n.33; 83 n.57; 119  
             n.132; 210 n.182;  
     *Inst.* –  
         1.18-19: 131 n.35; 482 n.7;  
         1.42-3: 130 n.31;  
         1.56: 96 n.42;  
         1.78: 101 n.69;  
         1.84: 103 n.75; 103 n.75;  
         1.91: 103 n.75;  
         1.109-110: 91 n.19;  
         1.111: 92 n.23;  
         1.112: 91 n.21;  
         1.113: 92 n.22;  
         1.155 sqq.: 184 n.39;  
         1.156: 93 n.28;

1.160: 103 n.75;  
 1.165:184 n.39;  
 1.189: 99 n.56;  
 2.63: 180 n.18;  
 2.96: 185 n.39;  
 2.139: 185 n.39;  
 GALÁCIA – 385 n.44; 457;  
 GÁLIA – 34; 40; 41 e n.76; 42; 44; 45;  
 395;420; 436; 440 n.98; 482; 485 n.27;  
 486 n.28; 519 n.24;  
 GÁLIAS – 252; 354 n.71;  
 GÁLIA CISALPINA – 169; 272 n.216; 276; 300  
 n.340; 333 n.516; 421;  
 GALO, AQUÍLIO – 316 n.424;  
 GALO, M. FÁBIO – 25 n.39;  
 GARDNER – 51 n.1; 87 n.1, 2; 94, n.34; 96  
 n.45; 97 n.47, 48; 105 n.83, 84; 106 n.86;  
 124 n.9; 175 n.1; 217 n.215; 230 n.6, 7,  
 9; 232 n.18; 233 n.19, 24; 237 n.42; 240  
 n.63; 246 n.89; 255 n.128, 129; 256  
 n.132; 258 n.142; 267 n.190, 191; 268  
 n.191; 271 n.206, 207; 272 n.215; 328  
 n.483; 335 n.527; 357 n.83; 389 n.63, 67;  
 394 n.87; 395 n.91; 422 n.22;  
 GARNSEY – 116 n.121;  
 GARNSEY-SALLER – 51 n.1; 53 n.9; 56 n.23;  
 57 n.24; 59 n.32, 34; 65 n.65; 67 n.1; 69 ,  
 n.9, 10; 79 n.46; 82 n.54; 97 n.46; 99  
 n.60; 100 n.61; 106 n.84, 85; 121 n.3;  
 122 n.5, 6; 124 n.8; 128 n.21; 184 n.39;  
 GÉLIO, AULO – 78 n.42; 111 n.107; 112; 113;  
 481; 482 n.7; 483 e n.14; 510 e n.135;  
 1.7: 510 n.133;  
 1.7.1: 491 n.58; 510 n.133;  
 1.17.4-5: 78 n.42;  
 1.22.19 – 21 n.19;  
 4.3.1-2: 112 n.110;  
 4.10.6: 510 n.135;  
 4.16.8: 344 n.31;  
 6.3.8: 482 n.7; 483 n.12, 14; 491 n.57;  
 510 n.136;  
 6.3.9-11: 510 n.136;  
 10.1.7: 511 n.136;  
 10.23.4-5: 111 n.107;  
 12.13.21 – 21 n.19;  
 13.9: 510 n.136;

- 13.9.1: 482 n.7; 482 n.13;  
 13.9.1-2: 481 n.2;  
 13.9.1-3: 509 n.136;  
 15.6.1-3: 510 n.133;  
 15.6.2: 491 n.58;  
 15.28.3: 482 n.7;  
 17.21.44: 112 n.110;  
 18.6.8-9: 57 n.26;  
 GOMEZ – 31 n.60;  
 GÓRGIAS – 400; 405;  
     *Σχῆμα Διανοίας καὶ Λέξεως* – 400  
     n.117;  
 GRACOS – 95; 125 n.12;  
 GRADENWITZ – 55 n.17;  
 GRAINDOR – 405 n.146;  
 GRÉCIA – 30; 34; 40; 41 n.76; 44; 195; 198  
     n.111; 215 n.205; 223; 230 n.9; 237; 278;  
     306; 363 e n.114; 385 e n.41; 386; 389;  
     394; 396; 397; 400; 401; 402; 406 n.153;  
     415; 417; 425; 436; 438; 460; 494 n.73;  
     495; 519 e n.24;  
 GRIMAL – 30 n.53; 38 n.70; 307 n.369;  
 GROEBE – 482 e n.7, 10;  
 GRUEN – 31 n.63;  
 GUERRA PÚNICA (SEGUNDA) – 95 e n.40;  
 GUILLEN – 362 n.108; 408 n.165; 411 n.182;  
     412 n.183;  
 GÜRLITT – 23 n.29, 30;
- H**
- HAINES – 29 n.48;  
 HALLETT – 79 n.45; 128 n.24;  
 HAURY – 196 n.96;  
 HAVET – 489 n.45;  
 HÉLICON – 498;  
 HELIODORO – 287 n.283;  
 HELVÍDIO – 65 n.61;  
 HERACLIDES DO PONTO – 298 n.330;  
 HERCHER – 27 n.45;  
 HERCULES – 304 n.355; 305 n.355;  
 HERÉNIO – 417 n.2;  
 HÉRMIAS – 483; 485 e n.23;  
 HERMÓGENES, CLÓDIO – 325 n.466; 326 e  
     n.478;
- HERMOGENIANO –  
     *dig.* –  
         24.1.60: 114 n.114;  
 HERODES – 397 e n.101;  
 HERÓDOTO – 462 n.189;  
     1.66 – 464 n.189;  
 HIÉROCLES – 287 n.283;  
 HÍRCIO, A. – 23; 45; 371 e n.153; 407e n.158;  
     410 n.172; 461; 470;  
 HISPÂNIA – 39; 41; 44 e n.97; 88 n.2; 166  
     n.78; 253; 270; 277; 312 n.397; 316 e  
     n.424; 329 n.495; 340; 356 n.80; 386  
     n.50; 388; 389; 395; 465; 466 e n.202;  
     519;  
 HISPÂNIA ULTERIOR – 46;  
 HOLLEMAN – 464 n.197;  
 HOLMES – 31 n.63;  
 HOPKINS – 97 n.47; 98 n.50; 102 n. 72; 230  
     n.9;  
 HORÁCIO –  
     *S.* –  
         2.3: 311 n.391;  
         2.3.239: 263 n.169;  
 HORDEÓNIO, T. – 222; 223; 496 n.77;  
 HÓRTALO, Q. HORTÊNSIO – 406 n.153;  
 HORTÊNSIA – 125 n.13;  
 HORTÊNSIO – 125 n.13; 297 n.326;  
 HORTÊNSIO (FILHO) – 331;  
*HORTI CASSIANI* – 308-309;  
*HORTI CLODIANI* – 312; 315 e n.418; 316;  
     327; 349 n.49;  
*HORTI CLUVIANI* – 222; 223; 496 n.77;  
*HORTI COTAE* – 310;  
*HORTI CRASSIPEDIS* – 234 e n.28; 235 e n.31;  
*HORTI DAMASIPPI* – 310-311 e n.391;  
*HORTI DRVSIANI* – 308; 309; 310 e n.385;  
     311; 313; 314; 316; 322;  
*HORTI LAMIAE* – 309;  
*HORTI SCAPULANI* – 312; 315 e n.417; 316;  
     318 e n.437; 319 e n.440; 320; 321 e  
     n.449, 451; 451; 328; 329 e n.490; 332;  
*HORTI SILIANI* – 310 n. 387; 311; 312; 313;  
     314; 316; 322; 325 n.466; 329 e n.490;  
*HORTI TREBONIANI* (OU *LOCVS PUBLICIANVS*)  
     – 311 n.391; 316;

HOUT – 29 n.48;

HUMBERT – 87 n.1;

HUTCHINSON – 17 n.3, 4; 18 n.6; 20 n.15; 24 n.35; 26 n.42, 44; 26 n.45; 28 n.45, 47; 29 n.48, 51; 31 n.59, 61; 276 n.237; 338 n.2; 339 e n.8; 340 n.9; 348 n.43; 419 n.8;

## I

ILÍRIA – 381; 406 n.153;

IMPÉRIO – 52 e n.4; 59; 122 n.4; 128 n.21; 129;

INO – 304 n.355;

*INSCRIPTIONES LATINAE SELECTAE (ILS)* –  
8393.45 (*Laudatio Turiae*): 77 n.39;

ISAURO (RIO) – 408;

ISÓCRATES – 400;

ITÁLIA – 23; 39; 40; 41 e n.76; 42; 43; 45; 46; 51 n.5; 193; 198; 201 n.129; 257; 353; 361; 370; 371 e n.151; 376; 381 n.17; 386; 401e n.123; 402; 408; 411; 436; 443; 449; 459; 460; 461 e n.186; 493; 518; 519 n.24;

*IVNIAE* (FILHAS DE SERVÍLIA, MEIAS-IRMÃS DE M. J. BRUTO) – 72 n.26; 73 n.26;

## J

JERÓNIMO, SÃO – 34; 287 n.283; 288 n.286; 482 n.7; 502 n.96;

apud Euseb., *Chron. Olympiad* 194 –  
482 n.7; 502 n.96;

*Adu. Iouin.* –

1.48: 34 n.68;

*Ep.* – 288 n.286;

60.5: 287 n.283; 288 n.286;

JUBA I (REI DA NUMÍDIA) – 43;

JÚLIA (FILHA DE JÚLIO CÉSAR) – 42;

JÚLIA (SOBRINHA DE DOMICIANO) – 117 n.125;

JÚLIA PROCILA – 124 n.11;

JULIANO –

*dig.* –

23.1.11: 100 n.62;

JÚNIA (ESPOSA DE LÉPIDO) – 170;

JÚNIO – 327 n.479;

JUSTINIANO – 87 n.1; 97 n.47;

*CJ* –

5.4.3: 104 n.75;

5.4.12: 100 n.62;

5.4.14: 100 n.62;

5.5.2: 87 n.2;

5.13.1.5: 111 n.104;

5.17.11.2b: 111 n.104;

5.60.3: 97 n.47; 230 n.9;

6.38.5.pr.1: 59 n.33;

7.15.3.2: 88 n.4;

9.9.18pr.: 87 n.2;

9.9.18.1: 87 n.2;

9.9.18.2: 88 n.2;

*Inst.* –

1.10pr.: 97 n.47;

1.22pr.: 97 n.47; 230 n.9;

3.4pr.: 211 n.184;

JUVENAL –

2.29-33: 117 n.125;

6.185-193: 126 n.14;

6.242-5: 126 n.14;

6.398-412: 126 n.14;

6.434-456: 126 n.14;

## K

KAJANTO – 82 n.53;

KARDOS – 324 n.462;

KOPP – 489 n.45;

KOSKENNIEMI – 27 n.45;

KUMANIECKI – 284 n.270; 288 n.286, 287;  
289 n.289; 290 n.295; 304 n.355; 305 n.355;

## L

LABEÃO, PACÚVIO – 364 n.122;

LABEÃO, TITÍDIO – 118 n.127;

LABRE – 24 n.34; 25 e n.39, 40; 26 n.42, 44;  
30 e n.53, 56, 57;

LACEY – 122 n.5;

LÁCIO – 273 n.221; 293 n.306;

LACTÂNCIO – 287 n.285; 288 n.286; 304 n.355; 306 n.362;

- Inst. diu.* – 287 n.285; 288 n.286;  
 1.5.25: 288 n.286;  
 1.15.16 sqq.: 288 n.286; 306 n.362;  
 1.15.20: 304 n.355;  
 1.15.21: 287 n.285;  
 3.14.20: 288 n.286;  
 3.18.18: 288 n.286;  
 3.19.6: 304 n.355;  
 3.19.13: 288 n.286;  
 3.28.9: 288 n.286;  
 5.19.3 sq.: 288 n.286;  
 LÂMIA, M. ÉLIO – 308 e n.377; 310;  
 LANFRANCHI – 96 n.42;  
 LANÚVIO – 221; 273 n.219;  
 LAODICEIA – 42; 372; 373; 374; 375; 377 n.176; 385 e n.43; 399; 458;  
 LASLETT-WALL – 68 n.7;  
 LATTIMORE – 78 n.42;  
 LE CLERC – 288 n.286;  
 LEI DAS DOZE TÁBUAS – 55 e n.17;  
 5, frg. 3-4: 55 n.17; 113 n.111; 184 n.39;  
 LÊNTULO (NETO DE CÍCERO) – 35; 210 e n.182; 211 e n.185; 216 n.210; 217; 271 e n.211; 272 n.211, 215; 335; 451 n.145;  
 LÊNTULO ESPÍTER, P. CORNÉLIO – vd. ESPÍTER, P. CORNÉLIO LÊNTULO;  
 LÊNTULO VÁTIA, GNEU – 210 n.182;  
 LEÓNIDAS – 397 e n.101; 401; 405;  
 LEPAGE – 272 n.216; 273 n.218; 288 n.286; 303 n.352, 353; 325 n.469; 336 e n.529;  
 LÉPIDO, M. EMÍLIO – 45; 46; 169 e n.91; 170; 361 n.104; 407; 408; 411; 412;  
 LEPTA, Q. PACÓNIO – 271 n.209; 357 n.83; 433 e n.70; 504;  
 LES BELLES LETTRES – 47;  
 V. 1: 17 n.2, 3, 5; 18 n.8; 20 n. 11, 12, 14,15, 18; 21 n.19, 22; 22 n.27; 23 n.28, 33; 25 n.39; 31 e n.58, 59; 31 n.61; 39 n.71; 40 n.72, 73, 74; 41 n.76; 417 n.2, 3; 425 n.35; 490 n.52;  
 V. 2: 40 n.75; 41 n.76, 77, 78, 79; 41 n.83; 181 n.26;  
 V. 3: 41 n.81, 82; 42 n.84, 85, 86, 90; 43 n.91; 188 n.52, 54; 199 n.116; 230 n.9; 427 n.43; 483 n.16; 484 n.17; 485 n.27;  
 V. 4: 43 n.92; 196 n.95; 239 n.55; 240 n.58, 59, 61, 62; 2401 n.66, 68; 242 n.71; 243 n.75; 244 n.78, 79; 245 n.81; 247 n.90, 93; 248 n.97; 421 n.20; 429 n.53;  
 V. 5: 42 n. 87, 88, 89; 43 n.93; 199 n.116; 251 n.109, 110; 488 n.39; 493 n.64;  
 V. 6: 43 n.94, 95; 44 n.96; 191 n.62; 193 n.83; 194 n.87, 88; 195 n.90; 196 n.98; 197 n.104; 198 n.109, 11; 199 n.116, 117; 201 n.128, 131; 202 n.135; 203 n.143; 206 n.156; 209 n.172; 254 n.122, 123; 255 n.128; 261 n.156; 263 n.168, 169; 264 n.170; 265 n.175, 178; 266 n.183, 186; 267 n.189; 269 n.197; 386 n.50; 387 n.51; 433 n.69, 70, 72; 438 n.90, 91; 440 n.98, 99, 100; 441 n.103; 443 n.109, 111; 447 n.126; 462 n.189; 464 n.196;  
 V. 7: 44 n.97; 217 n.213; 218 n.216, 219; 270 n.203; 271 n.208, 209; 273 n.218; 464 n.197; 465 n.198, 199; 494 n.71; 497 n.79; 500 n.89, 90, 91;  
 V. 8: 44 n.98; 175 n.2; 211 n.183; 212 n.187; 213 n.190, 192, 194; 214 n.197; 215 n.205; 220 n.227, 231; 222 n.240; 224 n.251; 243 n.73; 272 n.216; 273 n.221; 275 n.227; 276 n.233; 284 n.270; 287 n.283; 290 n.295; 292 n.299, 300, 302; 293 n.305, 306, 309; 294 n.311, 313, 315; 296 n.320; 297 n.321, 327; 298 n.330; 299 n.332, 336; 300 n.340; 301 n.341; 302 n.348, 349; 303 n.352, 353; 305 n.355, 359; 306 n.362, 363, 365; 307 n.368, 370; 308 n.371; 309 n.378, 384; 310 n.385, 387, 388; 311 n.391, 394; 312 n.398, 400; 314 n.413; 315 n.418; 316 n.421, 424; 317 n.425; 318 n.436, 437; 321 n.451; 323 n.456, 457; 324 n.461; 325 n.466; 326 n.473, 476; 327 n.478, 479, 480, 481; 328 n.485, 486, 487; 329 n.492, 494; 330 n.498; 331 n.503, 506; 333 n.513, 516, 518; 343 n.25, 27; 344 n.29, 31; 345 n.32, 33, 36; 349 n.49; 390 n.69; 395 n.90;

- 466 n.202, 204; 468 n.211, 212; 469 n.214; 470 n.217; 496 n.77; 497 n.78;
- V. 9: 44 n.99, 100, 101; 169 n.88; 221 n.236; 223 n.247; 304 n.354, 355; 320 n.447; 346 n.37; 349 n.47; 351 n.54, 57; 352 n.61; 353 n.63; 354 n.70; 355 n.71; 357 n.82; 394 n.88; 404 n.140; 405 n.146; 434 n.76; 472 n.225; 474 n.232; 476 n.241; 501 n.94; 505 n.112;
- V.10: 44 n.102; 45 n.103, 104, 105; 225 n.254, 258; 356 n.80, 81; 357 n.83; 358 n.85, 87, 88; 359 n.92, 93; 359 n.98; 361 n.100, 101; 362 n.106, 109; 363 n.112, 113; 364 n.117; 366 n.126; 402 n.132; 406 n.153; 497 n.79;
- V. 11: 46 n.106, 107; 367 n.134; 368 n.138, 140; 369 n.142, 144, 145; 370 n.150; 373 n.158, 159, 162; 374 n.166; 410 n.173, 175; 411 n.178; 499 n.87;
- LÊUCADE – 504; 507;
- LEUCÓPETRA – 402;
- LEX AELIA SENTIA – 131 n.35; 482 n.7;
- LEX CORNELIA DE INIURIIS – 61;
- LEX CORNELIA DE PROUINCIIS ORDINANDIS – 362;
- LEX DOMITIA – 409;
- LEX IULIA – 109 n.99; 115; 118 n.125;
- LEX IULIA DE SACARDOTIIS – 409;
- LEX OPIA – 95 n.40;
- LEX PAPIA POPPAEA – 109 n.99; 115;
- LEX SCATINIA – 117 n.125;
- LEX TERENTIA – 177 n.7;
- LEX VOCONIA – 95 n.40; 129 n.27;
- LIBÃO, L. ESCRIBÓNIO – 326 e n.475;
- LIBERALIA – 458;
- LICINII CRASSI – vd. CRASSI, LICINII;
- LICHT – 299 n.336;
- LÍCIA – 369; 371 n.151;
- LICÍNIO CALVO – 23;
- LIGÚRIA – 254 n.123;
- LIGÚRIO, AULO – 440 e n.98;
- LINDSAY – 21 n.19;
- LINTOTT – 31 n.63;
- LÍSON – 505 e n.110, 111; 507;
- LÍVIA – 119 n.131; 308 n.376;
- LÍVIO, TITO – 87 n.1; 263 n.166; 280 n.253; 6.40.3: 60 n.37; 10.23.1-10: 108 n.97; 10.31.9: 115 n.117; 38.57.7: 98 n.54; 39.18.6: 123 n.7;
- Per.* – 113: 263 n.166; 115: 21 n. 22;
- LONGINO, GAIO CÁSSIO – 45; 46; 73 n.26; 308; 309 n.378; 346 n.38; 348 n.47; 354 e n.71; 361 e n.104; 363 e n.114; 366 e n.127; 367; 370 n.150; 371 e n.151; 372; 374; 375; 376 e n.173; 377 n.176; 408; 411 e n.182; 492;
- LUCA (ENCONTRO DE) – 41;
- LUCEIO, L. (HISTORIADOR) – 18 n.9; 19 n.9; 281; 282; 283;
- LUCRÉCIO – 3.1035: 56 n.21;
- LUCRINO (LAGO) – 434;
- LUCULO, L. LICÍNIO – 39; 110 n.103; 297 n.326;
- LUGLI – 309 n.378;
- LVPERCALIA – 464; 465;
- LVPERCI – 464 n.197; 465;
- LVPERCI IULII – 465;
- LYNE – 79 n.45;
- M**
- MACEDÓNIA – 369 n.145, 146; 381; 406 n.153; 412;
- MÁCIO – 159 n.51;
- MACRÓBIO – 23; 2.1.12: 510 n.134; 2.1.14: 23 n.31;
- MACEDÓNIA – 46; 199 n.116; 364 n.120;
- MALTA – 386 n.50;
- MARCELLI (FAMILIA) – 155;
- MARCELINO, P. CORNÉLIO LÊNTULO – 155;

MARCELO –

*dig.* –

23.2.41pr.: 118 n. 127;

23.2.41.1: 118 n.127;

MARCELO, MARCO CLÁUDIO – 21 n.22; 155; 166;

MÁRCIA – 65 n.62;

MÁRCIA (LEGIÃO) – 408;

MARCIAL –

6.2: 117 n.125;

6.4: 117 n.125;

MARCIANO, TÚLIO – 397 n.103;

MARCVS – 412;

MARIÃO – 503 e n.101, 102; 504; 507 n.120;

MÁRIO, G. – 110 n.104; 408;

MÁRIO, S. – 371 n.151;

MÁRIO (MONTE) – 320;

MARTE (CAMPO DE) – 320;

MASTRINGE – 122 n.5;

MECIANO –

*dig.* –

29.5.1: 75 n.35;

MECIÃO – 327 e n.480; 494 n.71;

MEDITERRÂNEO – 39; 42; 124 n.11; 457;

MENANDRO – 483;

MESCÍNIO – 505; 506 n.115;

METELA, CECÍLIA – 95; 263 e n.169; 266; 268 n.191; 341; 373 n.158;

METELO (CRÉTICO) – 39;

METELLI (FAMÍLIA DOS METELOS) – 150;

METRODORO – 500 e n.88;

MEYER – 88 e n.6; 89;

MILÃO – 195; 196 e n.96;

MILLAR – 422 n.25;

MINDO – 370 n.150;

MINÍCIO FUNDANO (AMIGO DE PLÍNIO) – 64 n.58;

MINTURNO – 252;

MISENO (TRATADO DE) – 412 e n.187;

MITCHELL – 31 n.63; 175 n.1; 514 n.3;

MITILENE – 399 n.112; 405;

MITRIDATES (REI DA ARMÉNIA) – 39;

MODESTINO – 77 n.39;

*dig.* –

23.1.14: 230 n.6;

23.2.1: 77 n.39; 96 n.42;

23.3.19: 106 n.85;

25.7.3: 116 n.123;

MOMMSEN – 31 n.63;

MONARQUIA – 113 n.111;

MONTANO, LÚCIO TÚLIO – 224; 360 n.100; 394; 395; 396; 496 n.78;

MOREAU – 40 n.75;

MÓTON – 499;

MÚCIO CÉVOLA, Q. – 62; 64;

MVNATIA PAVLINA – 102 n.72;

MUNDA (BATALHA DE) – 44; 316 n.424; 338; 472 n.225;

MUÑOZ-MARTIN – 30 n.55;

MÜNZER – 400 n.117;

MUSTELA – 318 e n.435; 319; 320;

MÚTINA (CERCO E BATALHA DE) – 45 e n.105; 366 e n.129; 317 n.153; 406; 407; 408 n.164; 410 n.172; 411;

## N

NÁPOLES – 347;

NERO (IMPERADOR) – 108 n.95; 123 n.7; 127 n.16; 129 n.26;

NERO, CLÁUDIO TIBÉRIO – 244 n.79; 246 e n.88; 247 n.90;

NESTOR – 346;

NÍCIAS DE CÓS (GRAMÁTICO) – 271 n.209;

NICOLET-MICHEL – 273 n.223;

NIGRO, LÚCIO LÊNTULO – 388 e n.60;

NIGRO, MESSALA – 391 n.74;

NIPPEL – 31 n.63;

NISBET – 122 n.5;

NOMENTANVM – 293 n.306;

NOMENTO – 293 n.306;

NÓNIO MARCELO – 22, 23 e n.29;

p. 83, 25 Lindsay; 21 n.19;

NORCIO – 379 n.1;

NOVA ACADEMIA – 289 n.289;



## O

OCTAVIANO, GAIO JÚLIO CÉSAR (GAIO OCTÁVIO) – 18 n.9; 22; 23; 34; 45; 46; 326 n.475; 355 n.71, 74; 365; 407 n.158; 408; 411 e n.178; 412 e n.183, 187; 479;  
 OFÍLIO, A. – 222; 496 e n.77;  
 OLIVEIRA – 40 n.75; 41 n.76;  
 OPPII (DE VÉLIA) – 190 e n.69;  
 ÓPIO, GAIO – 159 n.51; 200 n.122; 329 e 493; 344; 450;  
 ÓSTIA – 310;  
 OTÃO (L. RÓSCIO ?) – 317; 318 e n.436; 319 e n.440; 320;  
 OTÕES – 474 n.232;  
 ÓVIA – 223; 327;  
 OVÍDIO –  
     *Met.* –  
         8.708: 77 n.39;  
 ÓVIO – 393 e n.84;

## P

PALATINO (MONTE) – 127; 275; 426; 452; 499;  
 PALTO – 375 e n.170;  
 PANÉCIO – 302;  
     *Περὶ Προνοίας* – 301; 302;  
 PANFÍLIA – 369 n.143; 373;  
 PANSA, VÍBIO – 23; 45; 363; 371 e n.153; 407 e n.158; 408; 410 n.172;  
 PAOLI – 383 n.31, 32; 384 n.34; 385 n.37; 404 n.143, 144;  
 PÁPIAS – 360 e n.97; 498;  
 PAPINIANO –  
     *dig.* –  
         48.5.11.2: 118 n.127;  
         48.5.12.3: 110 n.104;  
         48.5.12.12: 87 n.2;  
 PAPIVS MVTILVS, M. (CÔNSUL) – 115 n.119;  
 PARATORE – 381 n.16;  
 PAREDRO – 498; 499 n.87;  
 PARMENSE, CÁSSIO – 170 n.93; 374 e n.166; 375 e n.167; 412;  
 PARTOS – 42; 235;

PATISCO, Q. (?) – 370 n.148; 375;  
 PATRAS – 160 n.56; 438; 441 e n.103; 442; 447; 488 n.39; 502 n.98; 503; 505 e n.110; 506 n.116; 507 e n.120;  
 PATTERSON – 31 n.63;  
 PAULO, DIÁCONO –  
     *Fest.* –  
         p. 87, 5 Müll.: 56 n.21;  
         p. 94 Müll.: 59 n.36;  
 PAULO, EMÍLIO – 383 n.31;  
 PAULO, JÚLIO – 77 n.39;  
     *dig.* –  
         7.8.5: 72 n.24;  
         23.1.7.1: 100 n.62;  
         23.1.13: 100 n.62;  
         23.2.2: 100 n.62;  
         23.2.16pr.: 90 n.10;  
         23.2.44.1: 101 n.67;  
         23.3.2: 106 n.85;  
         23.3.28: 106 n.85;  
         23.3.30: 106 n. 85;  
         24.2.1: 107 n.93;  
         25.3 (*De agnoscendis et alendis liberis uel parentibus uel patronis uel libertis*): 119 n.129;  
         25.7.4: 88 n.4;  
         42.5.38pr.: 90 n.15;  
     *Sent.* –  
         2.20.1: 88 n.4; 96 n.42;  
         2.24 (*De liberis agnoscendis*): 119 n.129;  
         2.24.5: 119 n.130;  
         2.24.6: 119 n.130;  
         2.24.7: 119 n.130;  
         2.24.5-10: 211 n.185;  
         2.24.8: 119 n.130;  
         2.24.9: 119 n.130;  
         2.24.10: 119 n.130;  
         5.6.15: 77 n.39;  
 PEDÂNIO SEGUNDO – 130 n.31; 131 n.38;  
 PELOPONESO – 438; 464 n.196;  
 PEÓNIO – 455;  
 PEREIRA – 29 n.49; 32 n.64; 283 n.265; 324 n.462, 463;

- PERGE – 369 e n.143;  
 PERIPATÉTICOS – 144; 295  
 PETERSSON – 211 n.183;  
 PETO, L. PAPÍRIO – 26 n.44; 270;  
 PHILIPS – 98 n.54; 247 n.89;  
 PICCARRETA – 273 n.221;  
 PICCIONE – 141 n.6;  
 PÍLIA (ESPOSA DE ÁTICO) – 35; 234; 250; 364  
 n.118; 515; 516; 517 n.20;  
 PIRENE – 465;  
 PISÃO – 328 e n.484, 485, 486;  
 PISÃO, GAIO CALPÚRNIO – 131 n.33; 295;  
 PISÃO CESÓNIO, L. CALPÚRNIO – 149;  
 PITAGÓRICOS – 304 n.355;  
 PLÂNCIO, GNEU – 218;  
 PLANCO, L. MUNÁCIO – 45; 155; 169 e n.90;  
 170; 361 n.104; 395; 411; 496 n.78;  
 PLASSARD – 88 n.6;  
 PLATÃO – 146 n.17; 287 n.282; 289 n.289;  
 304 n.355;  
*Men.* –  
 71: 146 n.17;  
 71a: 464 n.195;  
 72-73: 146 n.17;  
*R.* –  
 451d sq.: 146 n.17;  
 562 c-563 e: 148 n.18;  
*Ti.* – 287 n.282;  
 PLATÓNICOS – 304 n.355;  
 PLÍNIO-O-JOVEM – 64 n.56, 58; 65 n.61; 75  
 n.35; 78 n.42; 125 n.13; 130 n.31;  
*Ep.* –  
 2.20: 129 n.28;  
 3.3.3-7: 124 n.11;  
 3.12.2: 344 n.31;  
 3.16.10: 77 n.39;  
 4.15.4: 64 n.58;  
 4.19: 78 n.42;  
 4.21.3: 65 n.61;  
 5.16.1-3: 126 n.14;  
 7.5.1: 75 n.35;  
 7.27: 61 n.43;  
 8.14.4-6: 126 n.15;  
 8.16.2: 64 n.56;  
 9.2.2-3: 29 n.48;  
 9.36.1-2: 75 n.35;  
 9.36.4: 75 n.35;  
 9.13.16: 108 n.96;  
 21.4: 29 n.48;  
 97.3-6: 29 n.48;  
 118.1-2: 39 n.48;  
 PLÍNIO-O-VELHO – 287 n.283; 288 n.286;  
 316 n.424; 412 n.192;  
*Nat.* –  
*Praef.* 22: 287 n.283; 288 n.286;  
 3.57: 273 n.221;  
 5.79: 375 n.170;  
 7.158: 34 n.67; 203 n.141;  
 7.183: 316 n.424;  
 10.90: 110 n.104;  
 14.147; 412 n.192;  
 PLUTARCO – 46; 70 n.16; 72 n.26; 113 n.111;  
 175; 176; 198 n.114; 201 n.128; 217;  
 219; 220; 273 n.218; 399 n.112; 400  
 n.117; 479; 489 n.45; 510;  
*Aem.* –  
 5: 70 n.16;  
*Brut.* –  
 24: 407 n.154;  
 26.6: 364 n.121;  
*Caes.* –  
 3.4: 344 n.31;  
 7: 70 n. 14;  
 9: 70 n. 14;  
 54.3-6: 344 n.31;  
*Cat. Ma.* –  
 24: 70 n. 14;  
*Cat. Mi.* –  
 1: 72 n.26;  
 1.4: 71 n.21;  
 4.1: 71 n.21;  
 11.7 sq.: 344 n.31;  
 23.3: 489 n.45;  
 52.6: 344 n.31;  
 54.2: 344 n.31;

- Cic.* –  
 8.3: 175 n.1;  
 8.5: 498 n.86;  
 24.7-8: 399 n.107;  
 24.8.9: 400 n.117;  
 41: 217 n.214;  
 41.2-3: 198 n.114;  
 41.3: 200 n.128; 219 n.222, 223;  
 41.4: 510 n.135;  
 41.4-5: 217 n.214; 519 n.25;  
 41.7: 273 n.218;  
 41.7-8: 229 n.1;  
 41.8: 175 n.4; 220 n.228; 273 n.218; 519 n.26;  
 45.3: 406 n.152;  
 46-49: 46 n.107;  
 47.1: 273 n.221;  
 48.3-5: 279 n.253;  
 49.2-3: 479 n.249;  
 49.4: 510 n.135;  
 49.6: 412 n.189;  
*Cons. ad Apoll.* –  
 6: 287 n.283;  
*Crass.* –  
 1: 70 n.16;  
*Moralia* –  
 491E: 422 n.25;  
*Pomp.* –  
 9.4: 98 n.54;  
*Rom.* –  
 22: 111 n.107; 113 n.111;  
*Sull.* –  
 1.2: 71 n.21;  
 1.4: 71 n.21;  
*TG* –  
 4.2: 98 n.54;  
 PÓ (VALE DO) – 272 n.216;  
 PÓLEMON – 287 n.282;  
 POLIÃO, ASÍNIO – 45; 361 n.104; 466;  
 POLÍBIO – 64 n.58;  
 POLÍBIO (HISTORIÓGRAFO) –  
 18.35.6: 93 n.29;  
 31.27.4: 180 n.18;  
 POMPEIO MAGNO, GNEU – 22; 23; 30; 34; 39;  
 40 e n.73; 41 e n.77; 42; 43; 44; 114 n.115; 130 n.30; 162 n.60; 192; 194; 198 n e n.111; 199 n.116; 256; 257; 261 n.154; 290 n.295; 318 n.437; 338; 370 n.150; 383; 386 e n.50; 387; 406 n.151; 412 n.187; 413; 426; 436; 437; 443; 445 e n.119; 446 n.119; 453; 460; 492; 518; 519 e n.24;  
 POMPEIO MAGNO, GNEU (FILHO) – 44; 277; 311 n.394; 338; 383;  
 POMPEIO MAGNO, SEXTO – 44; 326 n.475; 338; 383; 412;  
 POMPEIOS – 354 e n.71; 402 e n.128; 494 n.73;  
 POMPÓNIA (IRMÃ DE ÁTICO E ESPOSA DE QUINTO) – 34; 35; 36; 163; 421 e n.20; 422 e n.21, 24; 423; 424, 425; 426; 427 e n.44; 428; 429; 430; 431; 432; 433; 434; 435; 436; 440; 451 e n.146; 452; 454; 456; 458; 459 n.178; 467 e n.208; 468 e n.211; 469; 471; 479; 514; 515;  
 POMPÓNIA GRECINA – 123 n.7;  
 POMPÓNIO –  
*dig.* –  
 24.3.1: 106 n.85;  
 PONCIANO, SICÍNIO – 435 n.82;  
 PONTÍDIA – 237 n.41; 239; 244 n.79; 255 n.109;  
 PONTO – 363;  
*PONTIDII* – 237 n.52;  
 POPPAEVS SECVNDVS, Q. (CÔNSUL) – 115 n.119;  
 POPEIA – 129 n.26;  
 PÓRCIA (FILHA DE CATÃO DE ÚTICA, ESPOSA E PRIMA DE M. J. BRUTO) – 73 n.26; 391 n.73;  
 PÓRCIA (IRMÃ DE CATÃO DE ÚTICA) – 166 e n.79;  
 PÓRTICO – 304 n.355;  
 POSIDÓNIO – 289 n.289;  
 POSTÚMIA (MÃE DE SÉRVIO SULPÍCIO RUFO) – 237 n.45; 238;  
 PRISCIANO – 23;  
 9.10.54: 23;  
 PROPÉRCIO –  
 4.11.36: 109 n.100;

PSEUDO-SALÚSTIO –

*Cic.* –

2: 229 n.1;

PUBLÍCIO, M. – 311 e n.394;

PUBLÍLIA (ESPOSA DE CÍCERO) – 35; 101 n.68; 175; 217-223; 227; 273 n.218; 335; 515; 522;

PUBLÍLIO (IRMÃO? DE PUBLÍLIA) – 35; 210; 211 n.183; 212; 219; 220 e n.230; 221; 222; 223;

*PVBLILII* – 220;

PULCRO, ÁPIO CLÁUDIO – 21; 70 e n.14; 158 n.51; 164 n.69; 165 e n.75; 166; 240-244 n.78; 246-250;

PULCRO, P. CLÓDIO – 40 e n.73, 74, 75, 76; 41 e n.76, 77; 42 n.86; 180 n.18; 181 n.26; 267; 381 e n.16; 417 n.2;

PÚPIO, M. – 295;

*PUTEOLANVM* – 222; 496 n.77;

PUTÉOLOS – 222; 343; 344; 511;

## Q

QUARTA (LEGIÃO) – 408;

QUERSONESO: 368; 408 n.164;

*QVINTI* – vd. *CICERONES*, *QVINTI*; 417; 438; 439; 441; 442; 479; 504 n.107; 519;

QUINTILIANO – 21 n.22; 77 n.41; 126 n.14; 240 n.59;

*Decl.* –

337: 61 n.43; 66 n.66;

*Inst.* –

1.1.6: 125 n.12, 13; 126 n.14;

3.8.42: 23 n.28;

5.10.9: 23 n.28;

5.11.32: 96 n.42;

6.2.14: 77 n.41;

6.3.5: 510 n.134;

6.3.61: 317 n.429;

6.3.73;

7.3.2: 78 n.42;

7.4.10: 78 n.42;

7.4.24: 78 n.42;

7.8.2: 78 n.42;

8.3.3: 22 n.22;

8.3.6: 23 n.28;

8.3.34: 23 n.28;

9.3.6: 196 n.100;

10.1.107-109: 29 n.48;

10.7.31: 510 n.133;

QUINTO TÚLIO CÍCERO – vd. CÍCERO, QUINTO TÚLIO

## R

RAMSEY – 299 n.336;

RAWSON – 30 n.53; 38 n.70; 51 n.1; 52 n.2, 3, 4, 5; 56 n.21; 57 n.26; 58 n.28; 68 n.5; 69 n.9, 11; 71 n.21, 22; 72 n.22; 74 n.33; 81 n. 53; 82 n.53, 54; 83 n.57; 85 n.64, 65; 88 e n.4; 89 e n.7, 8; 90 n.13; 91 n.17, 19, 21; 92 n.24; 93 n.28; 95 n.39; 96 n.42; 97 n.47, 48; 98 e n.49, 50, 52; 99 n.58, 60; 100 n.61; 101 n.64, 65, 67, 69; 102 n.72; 103 n.74; 104 n.75, 76, 77, 78, 79, 80; 107 n.93; 108 n.94, 95, 97; 109 n.99; 110 n.103; 111 e n.106; 112 n.109; 114 n.114, 115; 115 n.118; 116 n.121; 118 n.127, 128; 121 n.1; 122 n.4, 5, 6; 123 n.7; 124 n.9, 10, 11; 125 n. 11, 13; 126 n.14; 127 n.15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24; 129 n.25, 26, 28, 29; 130 n.29, 30, 31, 32; 131 n.34, 36; 132 n. 39, 40, 41, 42, 43; 133 e n.46, 47, 48; 142 n.8; 175 n.1; 210 n.181; 219 n.224; 230 n.6, 9; 387 n.52; 389 n.63, 67; 390 n.70; 483 n.11; 487 n.34, 35; 514 n.3;

*REAL-ENCYCLOPÄDIE DER CLASSISCHEN ALTERTUMSWISSENSCHAFT (RE)* –

7.1604 sq.: 400 n.117;

8 A. 2.1319: 482 e n.7, 10;

REBILO, CANÍNIO – 311 n.395; 316; 318 n.437;

RÉGIO – 354 n.71; 402;

REID – 299 n.336;

REPÚBLICA – 31 e n.63; 36; 38; 45; 46; 52 n.3, 4; 80 n.49; 88 n.4; 92; 107; 109 n.97; 112; 114; 115; 122 n.6; 124 n.11; 125 n.13; 127; 129; 130 n.30; 139; 147 n.17; 150; 260 n.150; 348; 352; 355 n.71; 363; 367; 372; 400; 408; 413; 464; 518; 521; 522;

REPUBLICANOS – 354 n.71;

*RES PVBLICA* – 38; 141; 142; 148; 160; 218; 279; 281; 355; 359; 518;

*RODES* – 363; 370 e n.148, 150; 371 n.151; 385 n.44; 457 n.168;

*ROMA* – 24; 30; 31; 34; 38; 39; 40; 41 e n.76, 78; 42; 43; 44; 45; 46; 52 e n.3, 5; 65; 68 e n.10; 71 n.21; 75; 77; 79; 81 n.53; 83; 85 n.62; 88 n.2; 89; 91; 112 e n.108; 115 n.117; 125 n.11; 127; 159; 176; 177; 178; 179; 185 n.39; 187; 188 n.54; 189 e n.63; 190; 191; 193 n.79; 194; 195; 198; 199 e n.116; 200 e n.122; 205 n.152; 208; 213; 218; 220; 221; 225; 230 n.8; 234; 239; 242 n.71; 244 e n.79; 246; 248; 249 n.98; 252; 253 e n.120; 254; 256; 261; 262; 263; 269; 271 e n.211; 272 e n.212, 216; 273 e n.219, 221, 222; 275 e n.227; 276; 280; 281; 282; 283 n.265; 284; 285; 286; 287 n.282; 290 n.295; 291 e n.296; 292 e n.299; 293; 294 e n.313; 295; 296 n.320; 302; 303 n.353; 306; 307 n.370; 309; 310; 315; 316; 317; 320; 323 n.456; 333; 338; 340 e n.11; 348; 349 n.49; 354 n.71; 355 n.71; 357 n.83; 365; 369 e n.146; 376; 381 e n.17; 382; 383 n.34; 385 n.44; 387 e n.51; 393; 394; 395; 396; 401 n.123; 402 e n.132; 403; 408; 410; 411; 412; 414; 417; 420; 422; 423; 425; 431; 436; 438; 449; 450; 454; 461; 468 e n.211; 472 n.225; 479; 483; 487; 491; 492; 494 n.73; 495; 496; 497 n.79; 498; 501; 503; 519; 520;

*RÓMULO* – 111 n.107; 305 n.355;

*RÓSCIO AMERINO* – 156;

*ROUSSELLE* – 79 n.43;

*RÓSCIO AMERINO* – 66 n.66;

*RUBICÃO* – 42; 189; 252 e n.113; 492 n. 61;

*RUFINO* – 65 n.64;

*RUFO, MESCÍNIO* – 445 n.119;

*RUFO, SEXTÍLIO* – 375;

*RUGA, CARVÍLIO* – 112; 113;

*RUTÍLIO LUPO* – 400 n.117;

*De Figuris Sententiarum et Elocutionis* – 400 n.117;

## S

*SALLER* – 51 n.1; 53 n.6; 54 e n.11, 12; 55 n.14, 17, 18; 57 e n.25, 27; 58 e n.27, 29,

31; 59 n.33, 35, 36; 60 e n.37, 38, 39, 40, 41; 61 n.42, 43, 46; 62 e n.47, 48, 50; 63 e n.52, 53, 54; 64 e n.56, 57, 58, 59; 65 e n.60, 63, 64, 65; 66 e n.66, 68, 69; 68 n.4, 8; 69 n.9; 75 n.34; 83; 84 e n.60; 90 e n.12; 92 n.26; 94 n.33; 104 n.75; 122 n.5; 132 n.40; 134 e n.49, 50, 51; 135 e n.52, 54, 55, 56; 136 n.57; 142 n.7; 151 n.27; 152 n.28; 154 e n.33; 155 e n.36, 37; 156 n.41, 42; 162 n.60; 414 e n.201;

*SALLER-SHAW* – 51 n.1; 68 e n.6;

*SALVS (DEUSA)* – 232

*SALÚSTIO* – 34 n.68; 122 n.6;

*Cat.* –

39: 122 n.6;

*SALÚSTIO, GNEU* – 201 n.131;

*SAMNITAS* – 115 n.117;

*SAMOS* – 438;

*SARDENHA* – 233; 426; 436; 453; 519 n.24;

*SCAURO* – 60 n.37;

*SCHMIDT* – 175 n.1;

*SCHULZ* – 108 n.96;

*SCRIPTORES HISTORIAE AVGVSTAE (SHA)* –

*SHA Marcus:*

29.10: 90 n.11;

*SENADO* – 24; 39; 41; 42; 43; 45; 61 n.43; 143 n.10; 153; 231 e n.10; 280; 323 n.456; 354 n.71; 355; 363 e n.114; 364 e n.120; 365; 366 e n.127; 367 e n.134; 371 n.151; 373; 377; 402 e n.132; 407; 410; 412 e n.183; 489 n.45; 492; 493; 510 n.135;

*SENATVS CONSVLTVM CLAVDIANVM* – 103 n.75;

*SÉNECA MAIOR* – 21; 400 n.117; 413 n.192;

*Suas.* –

1.5: 21, n.22;

6.22: 280 n.253;

6.24: 280 n.253;

7.13: 413 n.192;

*SÉNECA MINOR* – 19, n.9; 62 e n.49; 64 n.56, 57, 58; 65 e n.62; 66 n.66; 122 n.6; 414 n.200;

*Ben.* –

4.30: 414 n.200;

- Cl.* –  
 1.15.1: 122 n.6;  
 1.15.2-7: 123 n.7; 128 n.21;
- Dial.* –  
 1.3.2: 66 n.66;  
 2.12.22: 61 n.43;  
 5.2.4: 64 n.57;  
 5.35.1: 62 n.49;  
 6.26.2: 65 n.64;  
 6.26.3: 65 n.62;  
 10.20.3: 64 n.57;  
 11.3.4: 64 n.58;
- Ep.* –  
 41.7: 61 n.43;  
 47.14: 64 n.56;
- SERTÓRIO – 39;
- SERVÍLIA (MEIA-IRMÃ DE CATÃO, MÃE DE M. J. BRUTO) – 72 n.26; 73 n.26; 95; 125 n.13; 237 e n.45;
- SERVÍLIO, QUINTO – 247 n.93;
- SÉRVIO – 109 n.97; 115 n.117;
- A.* –  
 1.4.19: 109 n.97;  
 1.720: 115 n.117;
- SÉSTIO, P. – 177; 238 e n.49; 357; 358 e n.85;
- SHACKLETON BAILEY – 18 n.8, 9; 19 n.10; 20 n.15, 18; 21 n.21; 22 e n.22, 23, 24, 25, 26; 23 e n.28, 29; 24 n.34; 25 n.39; 26 n.42, 43; 30 n.53; 33 n.66; 38 n.70; 47; 155 n.38; 157 n.48; 166 n.78, 79; 175 n.1; 178 n.13; 179 n.18; 180 n.18; 181 n.25, 26; 193 e n.84; 194 n.87; 195 e n.90, 92; 196; 197 e n.106; 198 n.110, 111; 200 n.122; 202 n.129; 203 n.142; 205 n.152; 207 n.161; 210 n.179, 182; 213 n.191, 194; 214 n.197; 218 n.220; 219 n.224; 221 n.236; 225 n.258; 230 n.8; 233 n.20; 234 n.28; 235 n.31; 236 n.37; 237 n.41, 43, 44, 45; 239 n.52, 56; 240 n.61, 64; 242 n.71; 243 n.75; 244 n.78; 247 n.90; 251 n.109; 255 n.126, 128; 259 n.147; 261 n.156; 262 n.161, 164; 263 n. 169; 266 n.183; 268 n.194; 270 n.203, 205; 271 n.208; 272 n.216; 273 n.218; 275 n.229; 288 n.288; 292 n.303; 293 n.309; 294 n.315; 297 n.324; 298 n.330; 299 n.333, 336; 300 n.340; 303 n.353; 310 n.387; 311 n.391; 312 n.397; 314 n.413; 315 n.418; 317 n.425; 321 n.449, 450, 451; 326 n.76; 328 n.485, 488; 330 n.497; 331 n.501; 334 n.519; 339 n.6, 7; 341 n.14; 344 n.29; 345 n.32, 34, 35; 351 n.54; 352 n.59; 353 n.63; 357 n.83; 360 n.97; 383 n.32, 34; 384 n.35; 388 n.60; 390 n.69; 391 n.74, 77; 393 n.84; 394 n.85; 395 n.89, 90; 396 n.95, 97, 99; 397 n.103; 398 n.107; 399 n.112; 402 n.132; 404 n.140, 142; 405 n.146; 408 n.166; 417 n.3; 420 n.13; 421 n.15, 20; 422 n.24; 424 n.31 e 32; 427 n.43; 434 n.75; 436 n.86, 87; 440 n.100; 441 n.103; 443 n.112, 113; 445 n.119; 446 n.119, 121, 123; 447 n.123; 450 e n.139, 140; 451 e n.143; 452 n.149; 454 n.158; 462 n.189; 464 n.196; 465 n.198; 466 n.204; 469 n.212, 214; 472 n.225; 475 n.238; 489 n.44, 46; 497 n.78; 498 n.83; 499 n.87, 88; 500 n.89, 90; 501 n.94; 507 n.119; 514 n.3, 5; 515 n.6;
- SHAW – 89 e n.9; 98 n. 51;
- SICA – 217; 221; 312; 313;
- SICÍLIA – 412;
- SÍCION – 439;
- SIDE – 371 n.151;
- SIGÓNIO – 288 n.286;
- SIHLER – 30 n.53; 38 n.70;
- SÍLIO – 212;
- SÍLIO, PÚBLIO – 246 n.88; 311; 312 e n.400; 313 e n.406; 314; 316; 322; 329 n.490;
- SIRACUSA – 402;
- SÍRIA – 41; 46; 165; 235; 318 n.434; 353; 358; 359 n.92; 361; 362 e n.109; 363 e n.114; 367; 368 n.138; 370; 371 e n.151; 372; 373; 375 n.170; 376 e n.173; 391 n.74; 408 n.164; 412;
- SOLIDORO – 56 n.23;
- SPRINGER – 20 n.12;
- STOCKTON – 31 n.63; 252 n.113; 267 n.189; 338 n.5; 340 n.11; 345 n.34; 346 n.37; 355 n.71, 78; 361 n.104; 362 n.108, 109; 366 n.127; 381 n.17; 387 n.55; 412 n.183; 514 n.3;
- SUETÓNIO –  
*Aug.* –  
 3.2: 417 n.3;

- 5: 61 n.43;  
 34: 118 n.125;  
 34.1-2: 109 n.99; 118 n.126;  
 72.1: 61 n.43;  
*Cal.* –  
 10.1: 108 n.95;  
 22.4: 61 n.43;  
  
*Cl.* –  
 23.2: 108 n.96;  
 40.2: 64 n.57;  
 12.3: 90 n.14;  
*Dom.* –  
 1.1: 61 n.43;  
 8.3: 117 n.125;  
*Gal.* –  
 3.1: 59 n.36;  
*Iul.* –  
 6.1: 59 n.36;  
 20: 130 n.30;  
*Nero* –  
 1.1: 59 n.36;  
 6.3: 108 n.95;  
 16.1: 61 n.43;  
*Tib.* –  
 3: 59 n.36;  
 35: 123 n.7;  
 35.2: 118 n.127;  
 SULA – 39; 71 n.21; 114 n.115;  
 SULPÍCIA – 125 n.13;  
 SULPÍCIO RUFO, SÉRVIO – 21 n.22; 112; 154;  
 160; 169 n.93; 237 e n.45; 238; 247 n.90;  
 251 n.109; 278; 279 n.253; 280; 281;  
 283; 326;  
 SUMNER – 230 n.5;  
 SYME – 31 n.63; 80 e n.49; 521 e n.28;
- T**
- TABVLA VALERIA* – 181 e n.26;  
*TABVLARIVM* – 332;  
 TÁCITO – 64 n.58; 77 n.39; 119 n.131; 123  
 n.7; 124 n.11; 510;  
*Ag.* –  
 4.2-5: 124 n.11;  
 6.1: 77 n.39; 79 n.43;  
*Ann.* –  
 2.50: 123 n.7;  
 2.86: 119 n.131;  
 3.30: 65 n.64;  
 4.16: 91 n.21; 122 n.4;  
 4.28: 127 n.19;  
 6.27: 60 n.37;  
 12.53: 103 n.75;  
 13.18: 61 n.43;  
 13.26-27: 56 n.19;  
 13.32: 123 n.7;  
 13.45: 129 n.26;  
 14.42-3: 130 n.31; 131 n.38;  
 15.1: 65 n.64;  
 15.38: 61 n.43;  
 15.41: 61 n.43;  
 15.43: 61 n.43;  
 15.50: 61 n.43;  
 15.52: 61 n.43;  
 15.71: 131 n.33;  
*Dial.* –  
 17.2: 510 n.135;  
 8.3-7: 125 n.12  
 28.4: 75 n.35;  
 28.7: 125 n.12;  
*Hist.* –  
 1.73: 129 n.28;  
 2.92: 64 n.57;  
 3.33: 61 n.43;  
 TAPSO (BATALHA DE) – 43; 44 n.96; 311  
 n.391;  
 TARDIF – 489 n.45;  
 TÁRIO – 123 n.7;  
 TARSO – 375; 385 n.44;  
 TATUM – 40 n.74;  
 TAYLOR – 104 n.80;  
 TAYLOR-SCOTT – 127 n.15;  
 TEODÓSIO (IMPERADOR) –  
*Cth* –  
 3.13.1: 110 n.104;  
 TEOFRASTO – 141 n.4;

- TEOPOMPO – 400; 457;
- TÉRCIA – 500 e n.89;
- TERÊNCIA (ESPOSA DE CÍCERO) – 21; 28 n.45; 33; 34; 35; 37; 101; 107; 131 n.33; 152; 157 e n.44; 158; 159; 162 e n.60; 165; 175-219; 223-227; 230 n.9; 244 e n.79; 246 e n.89; 247 e n.90; 248; 250; 252; 253; 259; 260 e n.150; 262; 265 e n.175; 268; 269 e n.199; 334; 360 n.100; 361; 380; 381; 382; 386; 387; 390 n.69; 396 n.97; 418 e n.6; 419 n.7; 420 n.11; 426; 431; 454; 460; 494 n.68; 497 e n.80; 514; 515; 516 e n.14; 517 n.20; 518; 520;
- TERÊNCIO, P. – 441; 442;
- TERENTIUS AFER* – 177 n.7;
- TERTULA (ESPOSA DE CRASSO) – 167;
- TESSÁLIA – 356 n.80;
- TESSALONICA – 41 n.76; 164; 183; 381;
- TESTA, TREBÁCIO – 25 n.39; 402 n.132;
- TEUFFELL-KROLL – 18 n.9;
- THURSTON – 230 n.5; 380 n.8;
- TIBÉRIO (IMPERADOR) – 21; 118 e n.127; 123 n.7;
- TIBRE – 234; 235; 307; 308; 310 e n.387; 316; 320;
- TÍCIO – 290 n.295;
- TÍLIO CIMBRO, L. – 368 e n.138;
- TIRÂNION (TEOFRASTO DE AMISO) – 383 e n.34; 384 n.34; 453;
- TIRÃO, MARCO TÚLIO – 18 n.9; 19 n.9; 20 e n.16, 17; 21; 22 e n.22; 26 n.42; 28 n.45; 33 n.66; 35; 37; 73 n.29; 131; 132; 160 e n.56; 217; 225; 252 n.114; 269; 340 n.12; 352; 360; 361; 379 n.2; 392; 396; 403; 405; 406; 421; 481-511; 496; 497 n.79; 516; 517 e n.20; 522;
- TIREU – 507;
- TÍTIO, GAIO – 371 n.151;
- TORQUATO (FILHO DE A. M. TORQUATO) – 340;
- TORQUATO, AULO MÂNLIO – 340; 343;
- TRAJANO (IMPERADOR) – 98;
- TREBÓNIO, G. – 311 e n.395; 316; 362 e n.109; 363; 365; 369 n.145; 377; 398 e n.109; 399;
- TRÉBULA – 251;
- TREGGIARI – 37 n.69; 51 n.1; 77 n.39; 85 n.65; 87 n.1; 88 n.4, 5; 89 e n.9; 90 n.13; 100 n.62; 104 n.78; 105 n.83; 108 n.94; 122 n.5; 131 n.35, 37; 139 n.1, 2; 141 n.4, 6; 142 n.7; 143 n.10; 144 n.13; 146 n.17; 147 n.17; 148 n.18, 19; 162 n.58; 175 n.1; 179 n.16; 186 n.43; 193 n.82; 194 n.88; 216 n.209; 217 n.215; 230 n.5; 231 n.10; 232 n.18,19; 233 n.19, 20, 23, 24, 26; 234 n.26; 235 n.34, 35; 236 n.40; 238 n.49; 239 n.54, 55, 57; 243 n.77; 244 n.79; 245 n.83; 246 n.86, 88, 89; 247 n.90, 91; 248 n.98; 251 n.108, 110; 252 n.114; 254 n.124; 255 n.128, 132; 261 n.154; 266 n.181; 267 n.191; 268 n.191; 271 n.206, 207; 272 n.211, 215; 275 n.229; 278 n.247; 279 n.253; 280 n.255; 285 n.273; 286 n.277, 280; 334 e n.520, 521, 522; 335 n.523, 524, 525; 336 n.528; 357 n.83; 378 n.181; 383 n.34; 384 n.35; 394 n.88; 415 n.203; 418 n.4, 6; 421 n.20; 422 n.21,23, 24; 434n.74, 78; 465; 471 n.221; 474 n.231, 235; 481 n.4, 5, 6; 482 n.7; 483 n.15; 484 n.19, 21; 485 n.23, 25; 486 n.29, 30; 487 n.34; 489 n.47; 491 n.53, 58, 59; 493 n.65, 67; 494 n.68, 69; 499 n.88; 501 n.94; 502 n.90; 503 n.98, 101; 507 n.120; 508 n.123, 124; 511 e n. 136, 137, 138, 139, 140; 518 n.23;
- TUBERÃO, Q. ÉLIO – 70 n.16; 93;
- TVBERONES, AELII* – 70 n.16; 71 n.21;
- TÚCIA – 473; 474 e n.231; 474 n.232; 475;
- TÚLIA (FILHA DE CÍCERO) – 34; 35; 36; 100; 101; 107; 157 e n.44; 158; 159; 162 e n.60; 164; 165 e n.71; 169 n.93; 170; 178 e n.13; 183; 185 n.39; 187 e n.51; 188; 189 e n.63; 190; 191; 192 e n.79; 193 n.79; 194; 197 e n.102; 199; 200 e n.123, 128; 203 e n.141, 142; 204 e n.143; 205; 206; 208; 210 e n.176, 179; 211 e n.185; 213; 216; 217 e n.213; 220; 225 n.253, 258; 227; 229-336; 337; 338; 339 n.7; 340; 341; 343; 349 e n.49; 350; 351; 356 e n.81; 357 n.83; 359; 361; 373 n.158; 377 e n.178; 379; 380 e n.8; 381; 382; 383; 386; 387; 396 n.97; 418; 420; 421; 426; 431; 450; 451 n.145; 452; 454; 460; 497; 514; 515; 516; 517 e n.20; 518; 519; 520; 521;
- TÚLIO, M. – 328 e n.487;



TURÂNIO – 64 n.57; 202 e n.129; 202;

TURÚLIO – 375;

TÚSCULO – 208; 210 n.179; 222; 257 n.139;  
270; 272; 273 n.218, 219; 293 ; 294 e  
n.314; 308; 316; 317; 333 e n.514; 340;  
343; 349 n.49; 385; 466; 468 e n.211;  
498 e n.86; 499; 501;

TYRRELL-PURSER – 18 n.8, 9; 181 n.26; 352  
n.59; 483 n.15;

## U

ULPIANO – 54; 55 e n. 14, 17; 56 n.22; 58; 59  
e n.33; 63 n.53; 104 n.75; 113 n.111; 141  
n.5; 151; 152 n.30; 168; 270 n.206;

*dig.* – 54; 55 n.14; 60;

1.1.1.3: 144 n.14;

3.2.11.1: 233 n.19;

7.8.4.1: 72 n.24;

7.8.6: 72 n.24;

20.1.8: 90 n.15;

21.1.25.2: 54 n.14;

23.1.9: 97 n.47; 230 n.9;

23.1.12pr.-1: 100 n.62;

23.2.9pr.: 98 n.54;

23.2.13: 104 n.75;

24.1.15: 260 n.150;

24.3.22: 260 n.22;

25.3.1.2: 61 n.44;

25.7.1: 116 n.123;

29.5.1.15: 56 n.21;

29.5.14: 75 n.35;

32.49.4: 88 n.4;

33.9.3.6: 63 n.53;

37.15.9: 133 n.44;

38.1: 56 n.19;

38.2.1: 56 n.19;

38.8.1.2: 102 n.72;

40.2.9-16: 131 n.35;

43.30.3.5: 119 n.131;

47.10.5: 62 n.47;

48.5.14pr.: 90 n.16;

48.5.14.2: 118 n.127;

48.5.14.5: 112 n.108;

48.5.44: 113 n.111;

48.8.2: 122 n.6;

50.16.195.1: 54 n.14; 55 n. 15,  
17; 56 n.20; 57 n.26; 141  
n.5; 168 n.84;

50.16.195.2: 54 n.14; 55 n.14;  
57 n.24; 58, n.28, 31; 93  
n.28; 149 n.20; 151 n.25;

50.16.195.3: 54 n.14; 55 n.14;  
56 n.23; 152 n.30;

50.16.195.4: 54 n.14; 55 n.14;  
59 n.34; 151 n.26;

50.16.195.5: 59 n.33; 202  
n.137;

*Reg.* –

5.2: 97 n.47; 100 n.62; 230 n.9;  
6.6: 107 n.89; 111 n.105; 271  
n.207;

6.6-8: 107 n.92;

6.8: 270 n.206;

6.9: 110 n.104;;

6.10: 107 n.92; 119 n.133; 216  
n.209; 267 n.191;

6.12: 110 n.104;

6.13: 111 n.105; 116 n.122;

9-13: 107 n.92;

11.28: 97 n.47;

14.1: 109 n.99;

ÚMBRIA – 252 n.113;

URBE – vd. ROMA;

ÚTICA – 318 n.437;

## V

VALÉRIO MÁXIMO – 70 n.16; 112; 113 e  
n.111;

1.1.17: 59 n.36;

2.1.3: 109 n.97;

2.1.4: 112 n.110;

2.9.2: 113 n.111; 123 n.7;

4.1.15: 60 n. 37;

4.3.3: 109 n.100;

4.4.8: 70 n.16;

4.4.9: 70 n.16; 93 n.30;

4.4.10: 126 n.13;

5.2.ext.4: 60 n. 37;

5.6.5: 60 n. 37;  
5.7.3: 61 n.43;  
6.3.9: 123 n.7;  
8.2.13: 110 n.104;  
8.13.6: 203 n.141;  
VALÉRIO, P. – 181; 402;  
VAN DEN BRUWAENE – 303 n.352;  
VAN WAGENINGEN – 288 n.286;  
VARRÃO, G. VISÉLIO (PRIMO DE CÍCERO) – 478;  
VARRÃO, MARCO TERÊNCIO – 78 n.42; 269 e n.201; 296 n.320; 297 e n.326; 299 e n.333, 334; 341 n.17; 343 n. 27; 489; 507;  
VATICANA (COLINA) – 320;  
VATICANO (CAMPO) – 320; 332;  
VATÍNIO, P. – 169; 439; 440 e n.98;  
VÉLIA – 402;  
VENTÍDIO, BASSO – 45;  
VÉNUS – 115 n.117;  
VENÚSIA – 208;  
VERBOVEN – 190 n.69;  
VERCELAS – 408;  
VERGÍLIO –  
    A. –  
        1.720: 115 n.117;  
        2.702: 65 n.61;  
        4.19: 109 n.98;  
        7.52: 65 n.61;  
VERGÍLIO, G. – 318 e n.437;  
VERRES – 230 n.8;  
VESTA (TEMPLO DE) – 181;  
VESTAL – 119 n.131;  
VESTÓRIO, G. – 222;  
VETIENO – 330 e n.498; 357;  
VEYNE – 79 n.45;  
VIA ÁPIA – 251;  
VIBÃO – 402;  
VIRGÍNIO – 331 e n.503;  
VISTÍLIA (ESPOSA DE TITÍDIO LABEÃO) – 118 n.127;  
VITRÚVIO –  
    7.9.2: 329 n.492;  
VOLTERRA – 122 n.5;

VOLÚSIO, L. – 65 n.64;  
VON SICKEL – 489 n.45;

## W

WATSON – 85 n.62; 87 n.1; 88 n.4; 92 n.26; 94 n.33; 99 n.56; 268 n.191;  
WEAVER – 104 n.75;  
WESTERMANN – 131 n.34;  
WIEDEMANN – 31 n.63; 85 n.62;  
WILKINSON – 133 n.44;  
WILLIAMS – 204 n.149; 209 n.172; 396 n.97; 411;  
WINSTEDT – 195 n.90; 213 n.194;  
WUILLEUMIER – 406 n.153;

## X

XENÓCRATES – 287 n.282;  
XENOFONTE – 140 n.4; 141 n.4; 145 n.15; 146 n.17; 147 n.17;  
    *Oec.* – 140 n.4; 147 n.17;  
        7.3: 146 n.17;  
        7.12: 140 n.4; 143 n.11;  
        7.13: 145 n.15;  
        7.19: 140 n.4; 143 n.11;  
        10.3-4: 145 n.15;  
XENÓMENES – 507;  
XÉNON – 394 e n.85; 397; 404 n.141;

## Z

ZEHNACKER – 287 n.282, 283; 288 n.287; 289 n.289; 290 n.295;  
ZOILO, L. NÓSTIO (LIBERTO) – 154 n.35;